REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

1537

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

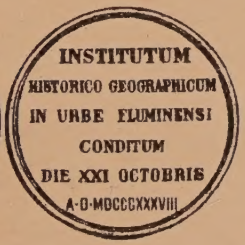
TOMO 80

(1916)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL 1917

Este tomo, pela designação antiga, devia constituir a parte II do Tomo LXXIX, mas attendendo aos Estatutos approvados pela Assembléa Geral de 30 de Junho de 1917, passa a ter o numero **80.**

A CORRESPONDENCIA DO BARÃO WENZEL DE MARESCHAL

(Agente diplomatico da Austria no Brasil, de 1821 a 1831)

PELO

DR. JERONYMO DE A. FIGUEIRA DE MELLO

Continua-se aqui a publicação da importante correspondencia do barão Wenzel de Mareschal, agente diplomatico austriaco no Brasil, de 1821 a 1831, cuja primeira parte inserimos na parte 1ª do tomo LXXVII da nossa *Revista*.

Ao mesmo distincto e operoso patricio dr. Figueira de Mello devemos esta valiosa contribuição historica, cheia de curiosas particularidades sôbre os successos que antecederam de perto e succederam á Independencia.

A parte que agora vem a público é extrahida da correspondencia do anno de 1822. Tanto basta para significar a sua importancia.

Accresce que a opportunidade não poderia ser maior, seguindo-se estas minuciosas informações á *Historia da Independencia* do illustre visconde de Porto-Seguro, que a *Revista* publicou na parte 1ª deste tomo.

A analyse dos acontecimentos e dos vultos da epocha obedece por vezes, como se verá, aos principios aristocraticos, rigidos, legalistas e ultra-monarchicos do representante austriaco; dado porêm esse desconto, as observações do diplomata são em geral de notavel perspicacia e merecem a consideração de quantos pretendem perscrutar os segredos desse passado glorioso da nossa Historia, e conhecer mais amplamente o valor politico e o character dos homens, que tiveram papel proeminente e decisivo nos successos do tempo.

(Nota da Direcção).

Não incluir por serem resumos de
ofícios

A correspondencia do barão Wenzel de Mareschal

ANNO DE 1822

O alvorecer do anno de 1822, durante o qual se havia de declarar solennemente a emancipação do Brasil dos laços que o uniam a Portugal, deixava vêr que a situação politica era das mais melindrosas: a questão da viagem do principe d. Pedro alvoroçava o povo brasileiro, indignado por essa decisão das Côrtes de Lisboa, que feria profundamente os seus brios.

O barão Wenzel de Mareschal, accompanhando attentamente os acontecimentos que agitavam o Brasil, antevia as importantissimas consequencias decorrentes da partida de d. Pedro, caso esta se verificasse.

Activo, trabalhador, não se demovêra do proposito que havia feito desde o anno antecedente de informar progressivamente, e com toda a minucia, o seu superior hierarchico, o principe de Metternich, do que se dava no paiz em que este o mandara servir como agente diplomatico da Côrte de Vienna d'Austria.

E effectivamente, sem esperar pela chegada do paquete de Novembro, apressa-se a dar conta dos successos que presenciava.

A 7 de Janeiro de 1822 escrevia elle ao principe de Metternich:

« Apresso-me agora, apezar de não ter ainda chegado o paquete de Novembro, a referir a v. a. em que pé está a questão da partida de s. a. r. Tudo leva a crer que a menos de um incidente imprevisto, a partida do principe será adiada até que se apresente em Lisboa uma representação

com o fim de exclarecer o Govêrno a respeito da actual situação do Brasil. Esse acto do principe regente será motivado por uma deputação do Govêrno de São Paulo que já se acha officialmente annunciada, estando por chegar, e tambem por uma representação da Camara do Rio de Janeiro em nome da provincia, representação que deve ser apresentada a 9 deste mez: espera-se outrosim a vinda de uma deputação do Govêrno de Minas, mas isto é menos certo, e póde-se ainda contar com o Rio Grande do Sul e com a ilha de Sancta Catharina, que até agora não mostraram opposição alguma á Regencia. »

Desunidas como eram as provincias brasileiras, sem facilidade de communicação entre si, soffrendo o influxo mais ou menos directo das Côrtes de Lisboa segundo as condições locaes e as distancias que as separavam da metropole européa, careciam de um laço que as vinculasse.

Um dos factores de união via-o o agente diplomatico austriaco na acção exercida pela Academia das Sciencias:

« Ce commencement d'union entre les Provinces a été l'ouvrage de l'association pour une Académie des Sciences, dont j'ái déjà eu l'honneur de parler à Votre Altesse, association qui n'a toutefois pas encore obtenu du Prince Régent la sanction demandée, mais que continue à montrer beaucoup d'activité. Elle est véritablement l'organe de l'esprit public de Rio de Janeiro où les Cortès sont non seulement détestés mais méprisés; plusieurs feuilles qui les attaquent directement et qui parlent sans hésiter de l'indépendance en cas du départ du Prince circulent librement. »

Graves em ambos os casos, quer ficasse, quer deixasse o principe as terras brasileiras, previa Mareschal as consequencias da decisão de d. Pedro. Si eram menores as difficuldades no caso de que permanecesse no Brasil, mais cheia de perigos antevia elle a situação do paiz, si d. Pedro se resolvesse a emprehender viagem para Lisboa.

« Il parait que cette mesure, diz Mareschal, s'executera sous opposition marquée, la trouppe Portugaise, que l'on craignait dégouté des Cortès qui ont très mal accueillis ceux des officiers que ont été à Lisbonne et croyoit y recevoir des récompenses et dont la majeure partie désire rester ici, parait

décidé à rester passif, au moins l'on croit en être assuré; tout le reste est d'accord, les Portugais comme les Brésiliens, la question que le départ du Prince entrainerait immédiatement l'indépendance et la perte du Brésil, étant absolument décidé; Il n'est malheureusement pas également certain que la continuation de son séjour sauvera ce pays de l'anarchie où il se trouve dejà et rétablira l'union avec le Portugal; il n'y a jusqu'à présent aucune unanimité, aucune tendance commune entre les principales Provinces; la Junte provisoire de Minas a montré constamment une opposition manifeste au Gouvernement du Prince; elle s'est rattaché pour la forme au Portugal, mais est de fait établie sur un pied d'indépendance absolue, elle envoie des députations à celle de S^t^. Paul et traite avec elle comme de Puissance à Puissance, suivant à peu près la marche qu' a prise le Paraguai dans les colonies Espagnoles; ce qui fait espérer qu'on pourra la ramener est que l'opinion du Gouvernement de S^t^. Paul y est d'un grand poid et que M. Teixera est un homme de bien et très éclairé; on ne peut faire aucun compte encore sur Bahia, la Junte actuel se réuniroit volontiers à la Régence, mais ayant été élevée par une faction Portugaise et ne s'étant soutenue que par la trouppe Européenne, elle ne pourra résister à l'ordre des Cortès sur les Gouvernements provinciaux »; e, accrescenta Mareschal, desse estado de cousas se aproveitarão os Brasileiros.

Parecia ao barão de Mareschal que sómente depois da installação da nova Juncta bahiana poder-se-hia julgar das suas tendencias. Nem mais tranquilizadoras se mostraram as suas previsões quanto ao Govêrno de Pernambuco, « o qual, diz elle, mostrou sempre um espirito de independencia republicana ».

Augmentar a cohesão das provincias, dar-lhes um nucleo central, sôbre cujas directrizes pudessem ellas pautar a sua acção, transportar a séde do Govêrno para Minas, eram esses os meios que acudiam ao espirito do barão de Mareschal para salvar o paiz da anarchia, de que estava ameaçado.

A transferencia da séde do Govêrno para a provincia de Minas era a solução que se lhe antolhava mais segura de exito e isso por dous motivos: primeiramente, teria fim o

ciume existente contra a cidade do Rio de Janeiro; e segundo, mesmo quando esta ultima offerecesse resistencia não seria de temer a opposição que pudesse demonstrar contra essa medida, achando-se como se achava ella mais do que qualquer outra sob a dependencia das provincias do interior.

Mas poderia d. Pedro executar uma medida tão radical? Não o acreditava o barão de Mareschal em condições de pô-la em práctica, mesmo quando se decidisse a effectua-la, e isso quer fosse para a velha Villa Rica quer fosse para a então Villa do Principe. E a razão era óbvia: não se poderia effectuar tal mudança sem despesas consideraveis.

Entretanto, approximava-se o momento em que havia de restar ao principe regente uma unica saïda para a posição mais que esquerda, em que se debatia:

« Le Prince Régent, diz Mareschal, laisse faire et parait encourager les demarches faites pour le retenir sans y contribuer directement, il sent la nécessité de se prêter à ce qu'on lui demande si l'on veut conserver le Brésil et est extremement mécontent des Cortès; mais craint encore la manière dont la chose sera prise à Lisbonne; non seulement par cette assemblée, mais par le Roi, qui influencé par les mêmes motifs qui ont fait qu'il s'est toujours refusé à envoyer son fils en Portugal, l'attribuera à son ambition personnelle; le Prince montre tous les jours plus combien son caractère tient en général de la maison de Bragance, qui joignent tous à de l'esprit naturel et de la vivacité une extrême irresolution et un manque de courage d'esprit qui les empêche de saisir l'occasion favorable et ne les fait agir que poussé par une force majeure. »

« Uma das causas que mais effeito produziram nelle é uma carta do sr. Thomaz Antonio, ex-ministro do rei, o qual escreve a um amigo, o sr. Soares, para que decida o principe para salvação do rei, de Portugal, do Brasil, e para salvar-se a si proprio a não deixar por cousa alguma o Brasil; o principe esteve sempre em franca opposição a esse ministro, mas as qualidades de integridade e de desinteresse que este possue, acham-se tão enraizadas no espirito público que um conselho vindo do seu exilio é de grande pêzo. »

Indeciso como se mostrava o regente em tomar uma

resolução, podia elle ao menos contar com os conselhos desinteressados da fidalguia portugueza que compunha a sua Côrte? Nem mesmo esse recurso tinha d. Pedro, e nol-o diz crúamente o barão de Mareschal:

« La plupart des *fidalgos* que composent l'entourage immédiat du Prince sont les seuls qui conseillent encore l'execution sans retard des ordres des Cortès et menacent de quitter le Prince dans le cas où il prolongerait son séjour; leur service ne leur rend plus ce qu'il se faisoit auparavant et ils craignent pour leurs propriétés la mauvoise humeur des Cortès, ce ne sera pas un malheur d'en être debarassé. »

Já porêm demasiado longe se adeantara d. Pedro e não lhe era mais licito recuar, a menos que sobreviesse um acontecimento inesperado:

« O projecto do partido que o impelle agora é de estabelecer immediatamente depois da sua declaração um Conselho de Regencia composto de pessoas nomeadas pelos differentes governos; sendo designados para os cargos de ministros a maior parte daquelles que se propõem substituir; querem deixar desembarcar a tropa que está a chegar de Lisboa e fazer seguir a que se acha destacada aqui, dando a todos àquelles que assim o quizessem licença para ficarem no Brasil e concedendo essa faculdade e o soldo de um anno ás praças que se tiverem estabelecido no paiz. Não ha dúvida que esse Conselho de Regencia seria apenas uma solução provisoria até que com o correr do tempo se possa installar aqui uma representação. »

Não acreditava entretanto o barão de Mareschal que d. Pedro tivesse ainda a idéa de separar o Brasil de Portugal:

« Creio que até agora a idéa do principe real não é sinão a de obrigar as Cortes a uma determinação que possa conciliar o interesse dos dous paizes e manter a união, mas como eu duvido muito que essa assembléa queira mesmo por esse preço deixar entre as mãos do herdeiro da Corôa um poder que elle poderia facilmente lhe oppôr, e como o rei por outros motivos as apoiará nesse proposito, é provavel que sobrevenha um rompimento formal e que o principe se ache mais compromettido do que elle proprio tenha pensado, por ter sido levado muito alêm das suas intenções actuaes. »

Singular devia por certo ser a situação em que se encontrava o barão de Mareschal, agente diplomatico da Côrte de Vienna no Brasil. Devia elle, caso assim se visse obrigado a proceder, reconhecer a separação do Brasil da metropole? A prudencia que elle punha em toda a sua conducta vedava-lhe tomar sôbre os hombros uma determinação de tamanho alcance. Afflicto, perplexo, dirigia-se a Metternich, pedia-lhe ordens, assegurando ao seu superior hierarchico que apenas se verificasse um acto qualquer em que fosse menoscabada a sua auctoridade real, elle se limitaria a velar pelos interesses particulares dos subditos austriacos, evitando com cuidado todo e qualquer acto que se pudesse interpretar como reconhecimento de uma mudança de govêrno. Não que acreditasse fôsse esse o caso; julgava que era questão, simplesmente, de uma demora na partida do principe, como haviam ordenado as Côrtes, dispondo que ella se effectuasse logo que fosse possivel.

Que o barão de Mareschal considerava de calamitosas consequencias a viagem que emprehendesse d. Pedro, inclinando-se deante das injuncções das Côrtes de Lisboa, no-lo prova dizendo: « Difficillimo é prever o fim que terá tudo isto; confesso francamente a Vossa Alteza que pondo de parte a questão de não se perder o Brasil, não posso considerar como um mal ver afastar-se o momento em que o principe e a sua familia irão entregar-se ás Côrtes. Qualquer que seja o estado de anarchia em que se encontre o paiz neste momento, si o principe regente conseguir chamar a si uma parte do Brasil, póde-se ter a esperança de vê-lo apoiado pelo resto do paiz; uma origem commum, a mesma lingua, as mesmas leis, são cousas que hão de fazer sentir os seus effeitos logo que não forem contrabalançadas por interesses reaes; Portugal, o proprio Portugal póde resentir-se de um acto provocado pela demencia das Côrtes e muito certamente de funestas consequencias para essa assembléa; si a união se puder manter, só se conseguirá esse fim ligando a sorte de Portugal á do Brasil; ambos conhecem já por demais as suas fôrças, para que seja possivel o contrario; maxime no momento em que a America inteira está levantando o vôo. »

OFFICIO DE 9 DE JANEIRO DE 1822 — N. 2

O dia 9 de Janeiro de 1822 devia, com a resolução do regente de não deixar as terras brasileiras, desobedecendo assim ás ordens das Côrtes, assignalar para o Brasil data tão notavel que a narração dos acontecimentos que nesse momento da nossa vida nacional se deram, as considerações, enfim, que ao espirito do agente diplomatico austriaco, barão Wenzel de Mareschal, occorreram ao presencia-los, constituem assumpto importante na sua volumosa correspondencia.

Conta elle que as ruas pelas quaes devia passar o cortejo estavam enfeitadas como nos dias de grandes procissões, indo todo o prestito a pé, com o estandarte da cidade á frente: por essa occasião achavam-se recolhidas a quarteis tanto as tropas portuguezas como as brasileiras.

« Le Prince Régent a reçu la députation au Palais de la Ville et a donné pour réponse: como é para bem de todos fico: (*em portuguez no texto do officio de Mareschal*) comme c'est pour le bien de tous, je resterai; mais ce que je vous recommande avant tout c'est la paix et l'union. Dans ce moment des salves d'artillerie et le son des cloches annoncent au public cette nouvelle.

« Le Sénat avoit défendu toute acclamation, tous les *vivas*, il y en a cependant eu sur la place du Palais lorsque le Prince s'est montré au balcon; Madame la Princesse Royale n'est point venu en ville pour cette occasion.

« Je crois que la satisfaction est générale, car les Portugais établis ici ont pris les devants sur les Brésiliens, craignant sans cela d'être les premières victimes; cependant jusqu'à cette heure, l'expression n'en a pas été aussi forte que je le supposait; la raison en est que les trouppes de Lisbonne ont fait une protestation contre les feuilles qui ont paru dans les derniers temps et contre la lettre du Gouvernement de S^t^. Paul qu'il regardent et avec raison comme insultantes aux Cortès; on dit que cette protestation est sous presse, on ajoute qu'elles se sont concertées et liées entre elles, déclarant qu'elles resteroient tranquilles et passives si les Brésiliens n'alloient pas trop loin et n'attaquoient pas les Cortès, mais que dans ce cas ils au-

roient recours aux armes; leur projet est, a ce que l'on assure de se jetter alors tous dans le Chateau, qui domine entièrement la ville et est fortifié. Ces rumeurs ont naturellement donné de la crainte et l'apprehension dans une ville contenant d'immenses richesses.»

Em vista dos acontecimentos impunha-se uma mudança no ministerio: o diplomata austriaco achava que com probabilidade era o que ia acontecer: para enfrentar novos problemas era preciso encontrar gente nova. Não que receiasse elle qualquer desordem, qualquer sublevação, mas o momento que considerava critico approximava-se com a chegada das tropas mandadas de Lisboa ao Brasil.

OFFICIO DE 14 DE JANEIRO DE 1822 — N. 3

Contem este officio a longa narração que faz Mareschal dos acontecimentos do dia 9 de Janeiro, e das consequencias que tiveram; alêm das considerações que lhe suggerem os factos desse dia memoravel, o barão de Mareschal faz uma apreciação geral sôbre a situação do Brasil em periodo tão decisivo para a historia da antiga colonia portugueza.

« Ainsi que j'ai eu l'honneur de l'annoncer à Votre Altesse, le Prince Régent a répondu à la députation de cette ville qu'il resterait et le Sénat a fait de suite publier l'Edital n. 1; la ville fut illuminée ce jour là ainsi que le 10 et le 11, et la protestation de la trouppe Portugaise que l'on disait sous presse n'ayant point paru on était plus assuré.

« Le 10 parut le second Edital du Sénat; j'ignore ce qui l'a motivé, puisque dans le fond c'est la même chose, la demande que l'on a fait au Prince étant de rester jusqu'à ce qu' une représentation ai pu être faite à Lisbonne.»

Como previra no officio anterior o barão de Mareschal, tornara-se insustentavel a posição do ministerio; demittira-se este de facto, e urgente era por certo a formação de um novo Gabinete, que pudesse arcar com a grave situação:

« L'intention du Prince est de ne former son nouveau ministère qu'après l'arrivé de la députation de S^t^. Paul et de M. *Teixera,* Président du Gouvernement de Minas, qui vien-

nent de la part de ces deux provinces demander la continuation de S. A. R., afin d'établir plus de concert et d'union pour l'avenir. Le même jour on rendit à l'artillerie Brésilienne ses pièces sous le pretexte de les faire exercer au tir. »

« Le 11 au soir pendant que le Prince et la Princesse étaient au spectacle on vint leur annoncer que l'on insultoit les maisons qui avoient des illuminations et que le n. 11 Portugais prenait les armes; le Prince fit aussitôt appeller le Brigadier Caretti que étoit au spectacle et lui ordonna de se rendre à sa brigade qui étoit en désordre; il ordonna également á Gaueas (*sic*), C^ant^. des chasseurs casernés à S^t^. Christophe de veiller à ce que sa trouppe resta en ordre et enjoignit à l'aide de camp général Oliveira, Portugais, mais un des meneurs du parti Brésilien, de réunir les trouppes du pays sur le Camp de Sta. Anna et nomma pour les commander le G^l^. Curado Brésilien, mais étant le plus ancien général présent; les dispositions prises, le Prince et la Princesse reparurent dans leur loge et restèrent jusqu'à la fin du spectacle; étant retourné à S^t^. Christophe, S. A. R. fit partir à 3 heures du matin madame la Princesse R^le^, et ses enfants pour la maison de plaisance de Sta. Cruz à 14 lieues d'ici. »

Avilez e Caretti rivaes entre si, mas movidos pela mesma ambição do supremo commando, assim os vemos na correspondencia do barão de Mareschal.

« Le Régiment n. 15 P^ais^. s'était de suite joint au n. 11, le G^al^. das armas Avilez se trouvait dès le principe dans leurs casernes avec sa famille et vouloit profiter du mouvement pour se faire nommer chef de la division à son retour en Portugal; le Brigadier Caretti qui ambitionnait aussi ce poste voulait que l'on demanda au Prince de changer sa résolution de rester et d'obéir de suite au décret des Cortès. »

A descripção dos acontecimentos dessa epocha, tão minuciosa sempre na correspondencia de Mareschal, ainda mais assim é na narrativa referente ao periodo que nos occupa:

« Les Brésiliens étaient réunis au Camp Sta. Anna avec le général Curado et l'aide de camp G^al^. Oliveira, leurs vedettes le pistolet à la main comme devant l'énnemie etaient placées à l'issue des rues y aboutissantes; une partie de la milice, un nombre considérable de gens de la campagne, des

prêtres, des moines, à pied à cheval armés de pistolets, de couteaux, de batons s'étaient joins à eux.

« Le Prince fit venir à la pointe du jour les officiers de chasseurs, leur recommanda encore la tranquillité, ils lui donnèrent leur parole d'être neutre et pour cette fois ils y furent fidèles.

« La situation du Prince était très critique et il fut quelque temps irrésolu s'il suivroit sa femme, étant seul et ignorant entièrement ce que voulait la troupe amutinée; peu après arriva le Brigadier Saraiva de la Junte militaire, ensuite le marquis d'Anjega (*sic*) et d'autres officiers: les deux trouppes étoient toujours en présence sous les armes, heureusement à une distance assez considérable l'une de l'autre; beaucoup de personnes fuyoient de la ville.

Le Prince finit par proposer à des officiers de chasseurs d'aller vers les B^ons^. Portugais sous les armes, de leur demander pour quels motifs ils l'étoient et de leur dire d'envoyer deux officiers de chaque corps pour s'expliquer. Il se rendit ensuite lui-même au Camp de Sta. Anna près des trouppes Brésiliennes. Lorsque les médiateurs eurent exposé leur commission aux trouppes, elles étoient dejà intimidées de la résistance qu'elles croyoient que l'on étoit pret à leur opposer et de l'esprit de la ville, et demandèrent que comme elles étoient tellement mal vu de la population que des rixes continuelles étoient inévitables, on voulut les placer de l'autre coté de la baie, ce qui leur fut de suite accordé.»

Portanto, segundo nos confirma Mareschal, a fidelidade ás Côrtes não era o unico movel que determinara Avilez a assumir a sua attitude de franca rebeldia a d. Pedro: tanto elle como Caretti eram instigados pela ambição do mando, e si as tropas portuguezas se retiraram para a Praia Grande foi não por temor de excessos da soldadesca lusitana, mas muito mais pelo medo que tinham de violencias por parte dos Brasileiros.

« Le Prince retourna a S^t^. Christophe et y fit mander les quatre secrétaires d'Etat; ils y vinrent mais il n'y eut que M^r^. Farinha qui voulut signer l'ordre pour embarquer la trouppe et la transporter de l'autre coté de la baye, les autres se refusèrent à tout; l'embarquement des trouppes ne se fit

qu'à six heures du soir, le Bataillon de chasseurs qui y resté parfaitement dans l'ordre a demandé à aller également rejoindre les autres trouppes Portugaises y été transporté depuis. »

Acabaria de uma vez tão melindrosa situação com o facto de embarcar para o outro lado da bahia a tropa amotinada? Não parecia assim ao barão de Mareschal: e tanto mais firme era esse seu modo de julgar quanto não lhe constava que o Governo tivesse tomado as providencias que o caso impunha; além de que era provavel que as tropas enviadas de Lisboa e que estavam para chegar fizessem causa commum com seus camaradas.

« L'on craint même à présent un coup de téte de celles-ci qu'il serait difficile d'empêcher de passer la baie.»

Causa extranheza não se referir o barão de Mareschal ás cartas régias que o regente enviara ás provincias de Minas e S. Paulo pedindo reforços. As datas dessas cartas mostram evidentemente que d. Pedro tomara as medidas impostas pelo momento.

Seria, por certo, inexacto dizer que d. Pedro confiara inteiramente na fôrça armada, pois, como já tinha procedido antes e segundo refere Mareschal, o regente pensou em fugir para Sta. Cruz deante da attitude ameaçadora das tropas portuguezas; manifestou-se novamente a fraqueza de animo de d. Pedro, com uma tentativa de fuga, e desta vez para bordo de uma fragata ingleza. E' o que refere o seguinte trecho do officio que ora nos occupa:

« Le Prince abandonné de la manière la plus honteuse de toute la noblesse, sans ministère, sans conseil, est dans une situation bien difficile, je sais qu'il a été jusqu'à faire une démarche hier d'une manière indirecte au commandant de la frégate anglaise la *Doris* qui se trouve dans ce port, si en cas de besoin il pouvoit compter sur un refuge pour lui avec sa famille à son bord; preuve combien il est encore peu décidé. »

Na situação crítica em que Mareschal o mostra, d. Pedro não encontrara ninguem que o auxiliasse, e lhe servisse de guia, dentre os que o rodeavam e lhe deviam apoio; vendo-se perdido só lhe ficava o recurso de fugir. As condições em

que se vira o haviam desilludido e só lhe restava uma saïda: procurar abrigo entre os Brasileiros:

« Não ha dúvida de que depois desses factos elle se lance inteiramente aos braços dos Brasileiros, pois estes o apoiam, ao passo que a pusillanimidade, o egoismo e a covardia dos seus servidores portuguezes não tem exemplo. »

E assim, chegando a chama-los covardes, estigmatiza Mareschal o procedimento do partido portuguez.

—(Cabe aqui notar, a proposito de encomios tributados por Mareschal a d. Leopoldina, quão poucas vezes se refere elle á augusta consorte de d. Pedro durante o anno de 1822.)

Os acontecimentos de Janeiro demonstraram, diz Mareschal, « a coragem e o sangue frio que são na sua augusta familia virtudes hereditarias. » — Não tinham fim as tribulações com que esses acontecimentos punham á prova a prudencia diplomatica do barão de Mareschal.

Em signal de regosijo pela determinação de d. Pedro de permanecer no Brasil, os Fluminenses haviam illuminado as suas casas. Mareschal, cauteloso, abstivera-se de illuminar a sua « achando melhor não o fazer em occasião alguma relativa aos negocios internos do paiz ».

OFFICIO DE 15 DE JANEIRO DE 1822 — N. 4

Contem este officio uma curta exposição de Mareschal sôbre as duas versões das palavras pronunciadas por d. Pedro no dia 9 de Janeiro.

« Vossa Alteza, diz Mareschal a Metternich, transmittindo-lhe a acto do *Fico* e diversos documentos referentes a elle, verificará que o pedido feito ao principe regente é de prolongar a sua estadia, *visto o estado actual do Brasil assim como a separação* immediata que resultariam da sua partida; até que as Côrtes tenham podido tomar uma nova deliberação.

« Cet acte ne fait que de paraître aujourd'hui même ce qui ne peut s'attribuer qu'à la lenteur de la presse et de toute chose ici; s'il eut paru le 9 ou 10 peut-être la bien-facheuse affaire du 12 n'eut-elle jamais eu lieu. On est à présent entièrement convainqu que le dernier mouvement n'étoit nul-

lement prémédité quoique plusieurs individus ayent voulu ensuite en profiter — il a pris sa source dans l'extreme méfiance des deux partis, c'était comme la nuit du 17 Juin. »

Carradas de razão tinha o diplomata austriaco em considerar em officio anterior completamente insufficiente, para normalizar a situação, a medida que se tomara de transportar para o outro lado da bahia a tropa portugueza amotinada. Effectivamente nota elle que a intranquillidade permanecia a mesma; as tropas de Avilez inspiravam ainda fundo terror, e a prova estava nas tropas brasileiras que alêm de occupar a cidade e as fortalezas, destacavam numerosos piquetes, e dispunham postos de observação nas immediações do littoral. E tamanho era o terror que infundia Avilez com suas forças, que se lhes attribuia o proposito de se apoderarem da fortaleza de Sancta Cruz.

Já os acontecimentos tinham posto em evidencia a attitude de d. Pedro, nem lhe era mais licito retroceder, opinava Mareschal:

« Je crois après cette malheureuse journée du 12 le Prince trop avancé pour pouvoir jamais reculer. Reste à savoir si en définitif la faction Brésilienne ne s'en servira pas également comme d'un instrument tant qu'elle pourra en avoir besoin », e accrescenta:

« Il faut avoir vu, comme je l'ai le 12, cet assemblage de trouppes, milices, gens de la campagne, nègres et mulâtres, prêtres et moines vociférant et prechant le meurtre et le pillage pour s'en faire une idée. »

E não era só d. Pedro quem se via abandonado. O barão de Mareschal nos descreve o indecente abandono em que jazia em Sancta Cruz a princeza d. Leopoldina, não tendo ella a seu lado nem uma só dama nem um só camarista.

« Il parait qu'au premier moment les moyens de transport ont manqué et depuis chacun se tient à l'écart. »

OFFICIO DE 22 DE JANEIRO DE 1822

Não se limitando a referi-lo uma vez por todas, Mareschal frisa bem o desamparo em que os conselheiros de

d. Pedro abandonavam o pobre do principe em tão criticas circunstancias; d. Pedro via-se isolado, sem guia, como acontecêra a 12 de Janeiro. Em contraste, releva a coragem de Farinha, dando este outra prova da dedicação ao regente:

« Foi o unico que no dia 12, quando as tropas pegaram em armas, se pôz ao lado do principe regente e o accompanhou. »

D. Pedro, deante das gravissimas consequencias do momento percebeu um meio para livrar-se dos apertos em que se via. Recorreu a uma solução radical: demittir, e assim fez despedindo quem o devera ajudar e não o fizera. « Os srs. Vieira e Caula, ministros do Interior e da Guerra foram simplesmente demittidos dos seus cargos, mas o decreto relativo ao sr. conde de Louzã foi redigido de modo mais elogioso para o demissionario. Certo é que o principe regente e mesmo todo o partido brasileiro desejavam que elle continuasse na sua pasta. S. A. R. não poupou meio algum, pediu-lhe insistentemente para que ficasse, mas o conde de Louzã, descontente com a situação e tendo todos os seus interesses em Portugal resistiu: mas não deixa por enquanto o Brasil, pois é grão mestre da Casa da Princeza Real ».

Formado o novo ministerio, fôra o conde de Lousã substituido por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. a quem Mareschal tinha em pouca conta, considerando pouca a energia com que governara Pernambuco: outra era a opinião que nutria a respeito de Joaquim de Oliveira Alvares:

« J'en avais entendu parler comme du seul militaire homme de tête ici. »

Quanto a José Bonifacio, que tão brilhantemente havia de destacar-se entre os seus collegas de Gabinete, Mareschal faz-lhe neste officio uma breve referencia, limitando-se a noticiar a sua entrada para o novo ministerio, não que lhe parecesse esse facto cousa de somenos importancia, mas já se referira a elle anteriormente e não lhe parecia azada a occasião para extender-se em considerações a respeito da personalidade do eminente politico, que d. Pedro acabava de escolher para seu auxiliar.

Que o modo pelo qual ficara constituido o Conselho de ministros demonstrava que este tinha um programma claro

e bem definido era cousa que na opinião do agente austriaco não admittia dúvida.

« Destes quatro ministros, diz Mareschal, tres são ainda Portuguezes, mas ligados ao Brasil por interesses particulares; quizeram, assim, dar a Portugal uma prova de que não se pensava em separação. »

E logo em seguida, como que para demonstrar a Metternich que não se visava provocar um rompimento entre o Brasil e Portugal, affirma Mareschal que a resposta á proclamação de Avilez fôra pelo menos approvada por d. Pedro, sendo delle tambem a affirmação de que esse general portuguez não redigira elle proprio a proclamação que lançara:

« Son ordre du jour a été rédigé par un des espagnols réfugiés qui se mêlent de tout ici et font bien du mal; j'ai entendu attribuer la Reponse au Prince Régent; on a cru reconnaitre son stile et par d'autre au nouveau ministre de la guerre, en tout cas le Prince l'a vue et approuvée; cela est d'autant plus remarquable que c'est la première fois que l'on parle d'un retour à l'ancien ordre de chose. »

O dia 22 de Janeiro, anniversario de d. Leopoldina, o qual fôra solennizado com os festejos do costume, não se passou sem que mais uma vez d. Pedro manifestasse ás tropas portuguezas o seu resentimento.

Apresentando-se com effeito, nesse dia, no Paço uma commissão de officiaes portuguezes que tinham vindo apresentar parabens á princeza e beijar-lhe a mão, recebeu alli a mais cruel desfeita, recusando-se-lhes formalmente admitti-los á presença de d. Leopoldina. O que não impediu que as forças portuguezas solennizassem a data e dessem as salvas da pragmatica.

Mareschal assistiu ao espectaculo de gala que poz fim aos festejos: achou que havia escassez de espectadores e notou que nenhuma senhora portugueza assistia á representação.

« Le soir L. L. A. A. R. R. ont été au spectacle: il étoit peu rempli: aucune dame Portugaise ne s'y trouvait. »

Os fidalgos portuguezes, cujo procedimento indecoroso Mareschal vergasta com ironia, essa nobreza que em vez de dedicação só cuidava dos seus interesses « continue, diz elle,

à jouer un bien triste rôle: les deux chambellans du Prince les C^tes^. de Belmonte partent pour le Portugal, le Père est depuis 16 ans près du Prince qui l'a comblé de bienfaits ».

Uma vista geral a respeito da situação das provincias brasileiras dava ainda alguma esperança de que a attitude assumida por d. Pedro saïria victoriosa e mais firme.

Para o barão de Mareschal a união das provincias do Rio de Janeiro, de S. Paulo, de Minas e do Rio Grande do Sul era a base sôbre a qual devia apoiar-se no Brasil a casa de Bragança; mais cedo ou mais tarde as demais provincias haviam de adherir. Minas acabava de enviar Teixeira ao Rio de Janeiro, e era voz geral a existencia de um perfeito accôrdo entre essa provincia e as outras, que o diplomata austriaco queria ver constituirem-se como ponto de apoio para a politica dos Braganças em terras brasileiras.

Na Bahia havia calma, mas sabia-se no Rio de Janeiro que o partido brasileiro estava decidido a não tolerar de modo algum que as forças portuguezas se ingerissem nas eleições que estavam proximas.

« Parece, diz Mareschal, que é intenção dos Brasileiros, caso as tropas portuguezas se intromettam nas eleições, de logo no dia seguinte proceder a outras no interior e de denunciar a politicagem de que o partido portuguez se tem valido até agora para se apossar do poder e nelle se manter. »

De mais gravidade eram as noticias de Pernambuco; várias praças da tropa chegada com a fragata *Aurora* tinham sido assassinadas durante a noite.

Visto o estado de sossôbro em que se achava o Brasil, o barão de Mareschal percebia claramente que o principio republicano na America contaria com mais uma victoria, desde que d. Pedro se afastasse do paiz. O Brasil republica era a sequencia fatal de uma decisão do principe nesse sentido.

Assim se exprime claramente:

« On ne peut nier que dans les différentes Provinces et même ici, le parti Brésilien ne soit subdivisé en Royalistes et Républicains; mais les derniers sont faibles et ne gagneront jamais une influence marquée tant que le Prince Régent n'abandonnera point le Brésil; en revanche s'il le quittoit, tout ce qui est Brésilien se joindrait à eux. »

Verbera em seguida o diplomata austriaco o procedimento das Côrtes, procedimento tão erroneo, tão desconhecedor das verdadeiras condições do paiz e do estado de espirito dos Brasileiros, e que, em vez de fazer executar as suas decisões de modo brando e suave, com o qual na sua opinião muito teriam ellas conseguido, não haviam feito sinão irritar o animo do regente e dos habitantes da parte portugueza da America.

« Telle est, mon Prince, conclue Mareschal, la situation du Brésil dans ce moment; reste à voir la détermination que prendront les Cortès si d'un coté l'orgueil d'une pareille assemblée et d'une populace ignorante peut faire croire qu'ils ne voudront plus reculer, et accorder de bonne grâce ce qu'on leur demande; d'un autre coté il est evident qu'ils ont agis, dans les determinations prises pour le Brésil, sur des informations absolument fausses.

« Ce n'est pas que je croie que l'honneur et le bien être de la monarchie leur tienne fort à cœur, mais ce qui en tout cas était important pour eux était de tirer d'ici le Prince Royal et de le réduire à la même nullité que son Père, rien n'étoit plus facile; en continuant à le flatter, en n'attaquant point, au moment même où ils le rappeloient, tous les Gouvernemens, tous les interets, toutes les passions de ce pays; Il serait parti sans que personne ne bouge; l'indépendance seroit venu après, il est vrai; mais acompagnée de l'anarchie, et ils auroient au moins été à l'abri de toute inquiétude pour eux-mêmes du coté du Brésil, il n'en sera pas de même si un prince l'héritier du trone reuni dans son gouvernement la majeure et plus forte partie de ce pays.

« Quoique les Cortès ne puissent jamais (je le crois) reduire ce pays, ils peuvent encore lui faire bien du mal; la trouppe Portugaise de Bahia pourroit se soutenir longtems dans cette ville pouvant toujours être approvisionnée par mer.

Si les Cortès désignoient ce point comme celui de ralliement, où aurait à se rendre les trouppes européennes expulsées dans d'autres villes, si ils y joignoit le Général Le Cor qui a à peu près 3.000 hommes de Portugais; la lutte pouvait être assez longue et désastreuse pour les deux partis. »

OFFICIO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1822 — LETRA A

A 4 de Fevereiro fallecia no Rio de Janeiro o principe da Beira.

Como de praxe o corpo diplomatico compareceu ás exequias; assistia ao acto o barão de Mareschal, o qual refere a distincção, com que no correr das ceremonias foi José Bonifacio honrado por d. Pedro:

« Notou-se que apezar do pequeno numero de fidalgos que se acham aqui para exercer as funcções de estylo nessa occasião S. A. R. não fez designar logar algum para os seus dous camareiros os condes de Belmonte que se tinham já despedido devendo elles partir para Lisboa. Do mesmo modo é uso que as funcções de mordomo sejam, em sua falta, desempenhadas pelo ministro do Interior, mas nunca tinha este as honras do cargo.

« Le Roi en donnait le baton dans chaque cérémonie à des premiers grands à tour de rôle, dans cette occasion le Prince Régent l'a donné à M. José Bº. d'Andrada — Ministre de l'Interieur, non titré et Brésilien, ce qui a desolé les *fidalgos* qui à ce qui me semble connoissent mieux les honneurs que l'honneur qui devrait être inséparable de leur rang. »

OFFICIO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1822 — LETRA B

A' situação melindrosa em que se encontravam d. Pedro e a cidade do Rio de Janeiro, ameaçados pelas tropas insubordinadas de Avilez, e que de um momento a outro podiam atravessar a bahia, impunha-se uma solução urgente e radical. Era preciso fazer com que ellas abandonassem de vez as terras brasileiras.

Refere Mareschal que:

« O Governo procurou obter que a fragata ingleza *Aurora*, a qual veiu substituir a *Doris*, cooperasse nas medidas contra a tropa portugueza ou pelo menos se approximasse da posição que esta occupava para atemoriza-las desse modo:

Continúa Mareschal:

« O sr. d'Andrada teve para esse fim uma troca de vistas com o consul inglez e com o commandante da fragata;

ambos se recusaram a isso de modo absoluto, accrescentando que si o principe regente e a sua augusta familia se achassem pessoalmente em perigo, estava elle commandante prompto a recebê-los a bordo; mas que tendo ordem de observar uma estricta neutralidade, a isso devia limitar-se.»

OFFICIO DE 16 DE FEVEREIRO — LETRA C

Quando José Bonifacio assumiu a gerencia da pasta das Relações Exteriores, dirigiu-se, segundo a praxe, aos chefes das missões diplomaticas extrangeiras, communicando-lhes ter tomado posse do cargo. Parecia ao barão de Mareschal que as tradições se iam perdendo no Ministerio dos Negocios Extrangeiros com a ausencia do Lage. E de facto assim pelo menos pensava elle limitando-se a accusar o recebimento da circular ministerial, mera communicação redigida de modo sêcco:

«Não posso, diz elle, attribuir essa seccura sinão á pouca práctica dos empregados da Secretaria de Estado «depuis le départ de Mr. L'Age».

A visita protocollar que fizera a José Bonifacio pela sua nomeação proporcionou a Mareschal o primeiro ensejo de ter com elle uma conversa particular.

Não o procurou, porém, segunda vez, pois nesse momento em que se debatia a grande questão da partida de d. Pedro, julgara mais acertado manter uma certa reserva.

As impressões que tivera durante essa visita de praxe elle as transmittiu a Metternich nos seguintes termos:

«Autant que j'en ai pu juger ce Ministre est un homme d'esprit mais avec une vivacité et une imagination qui pourroit l'entrainer au delà du but et qui peuvent également rendre difficile à la longue un très bon accord avec le Prince Régent doué lui-même des mêmes qualités.»

Para Mareschal, que mais de uma vez o revelará na sua correspondencia, o que sobresaïa em José Bonifacio era a sua enorme actividade, a sua extrema viveza, destacando-se por esses predicados dentre os Brasileiros, que o diplomata austriaco via engolfados n'uma grande pasmaceira.

« Quoiqu'il en soit pour le moment, diz elle, c'est l'homme du jour qui donne l'impulsion et dans un pays où la langueur et l'engourdissement sont générales, une surabondance de vivacité est peut-être nécessaire. »

O Brasil tinha por fim, na opinião do barão de Mareschal, um Gabiente ministerial com um programma:

« Ce qui est certain et me parait un avantage, c'est qu'il y a à présent un Ministère et que ce Ministère suit un système fixe, ce qui n'avait plus eu lieu depuis le 15 juin, où le Prince Régent et chacun de ses Ministres suivaient leurs propres idées et leurs vues particulières sans aucun ensemble et ne s'occupoient toujours que de gagner du temps.

« Ce Ministère a de l'unité et M. Andrada qui l'a formé parait avoir reussi à donner des collègues qui en travaillant dans le même sens pour leurs départemens ne chercheront point à embarasser sa marche par des intrigues secrètes: inconvénient qui a en partie causé la chute du Comte d'Arcos, que le général Caula a su faire tomber, sans avoir jamais pu prendre place dans la confiance du Prince. »

Si eram graves as condições do paiz, energicas em compensação se mostravam as medidas que tomara o Govêrno, primando entre todas as demais as que se impunham em relação á tropa portugueza.

A acção generalizada exercia-se com mais energia em assumptos juridicos, conforme assevera Mareschal, e para prova-lo cita o facto de ter sido preso e processado um individuo que havia rasgado uma proclamação do regente: essa, diz elle, foi a primeira medida rigorosa que se ousou tomar e produzira bom effeito.

Providenciava tambem o Govêrno quanto á questão financeira: a suspensão de pagamento da divida anterior á Regencia, com o que se visava regularizar e saldar antes do mais as despesas correntes, punha em serias difficuldades várias firmas da praça; não obstante, nenhuma opposição encontravam essas providencias, tão geral a persuasão de que o Govêrno procedia acertadamente.

Não merecia do barão de Mareschal eguaes applausos a creação do Conselho de Regencia: causava-lhe apprehensão a idéa pelo seu aspecto pouco práctico.

« Creio, diz elle, que se póde sem perigo de êrro considerar essa assembléa como pouco de accôrdo com os principios monarchicos, pois que ella dá ensejo aos povos de julgar os actos do Govêrno e de intervir directamente nos negocios governativos; mas do mesmo modo que muitas cousas, excellentes em theoria, não dão bom resultado na práctica, assim tambem é possivel que causas locaes e secundarias, como as distancias, o pouco contacto entre os eleitores enfraqueçam as más tendencias de um poder assim constituido.

« O que é certo é que se torna necessario inspirar confiança e satisfazer alguns amores proprios: voltar já e sem gradação ao systema puramente monarchico parece-me impracticavel. »

Desnecessario é dizer que para o barão de Mareschal, como aulico e bom Austriaco do seu tempo, uma monarchia « pura », a autocracia não podia, sem soffrer uma « capitis diminutio », ser egualada a uma monarchia *impura,* qual seria aquella em que, para elle cousa incrivel, pudessem os povos julgar, como elle disse acima, os actos do Govêrno!

« O principe regente, refere-nos o barão de Mareschal, nomeando o sr. Andrada seu ministro parece-me haver dado franca approvação ás suas opiniões e te-las por assim dizer adoptado como suas.

« Esse projecto de Conselho de Regencia não é tão pouco uma idéa do sr. Andrada, appareceu num folheto que um medico publicou ha alguns mezes, e o ministro adoptou-a sómente porque pareceu-lhe ser muito popular e porque era um meio de satisfazer o amor proprio e a ambição de muitos individuos, promovendo-se desse modo a união das differentes provincias entre si. »

OFFICIO DE 16 DE FEVEREIRO — LETTRA D

Este officio constitue como que um relatorio em que o barão de Mareschal faz uma apreciação da situação geral do Brasil e da politica seguida por d. Pedro. Apenas refere-se á tropa portugueza, cuja vinda se annunciava proxima.

O officio começa por grandes elogios ao comportamento de d. Pedro por occasião dos acontecimentos causados pela sua declaração de 9 de Janeiro.

« O principe regente pela resolução que tomou e fez proclamar a 9 de Janeiro de prolongar a sua estada no Brasil não sómente conseguia o apoio de parte das provincias deste Reino, como ainda angariou muitos partidarios naquellas que por circunstancias particulares ainda se mantinham arredadas; deu o primeiro impulso para a organização de uma opposição ás Cortes, e essa opposição que pode importar um dia em ordem e paz para o Reino Unido e firmar o throno da casa de Bragança, acaba de se declarar francamente com a medida que a tropa portugueza o obrigou a tomar: a firmeza e a actividade que S. A. R. mostrou nessa occasião, a moderação que elle soube dar ao seu procedimento attrahiram sôbre elle as sympathias populares; mas o que eu considero como cousa de maior importancia, é que elle com certeza aprendeu com essa experiencia a vencer os obstaculos e a ser perseverante, a dar a devida importancia á posição que occupa e a conhecer as obrigações que esta posição lhe impõe.

« Depois de 26 de Janeiro e de 21 de Abril elle acreditava que tudo era facil; o dia 5 de Junho o havia lançado para o extremo opposto; era-lhe necessario um acto feliz que lhe grangeasse novo prestigio, elle precisava sobretudo de uma situação que lhe permittisse agir com franqueza e de accôrdo com seu genio e os meios de que dispõe: tudo isso só lhe podia trazer vantagens.»

Embora divergissem as tendencias das diversas provincias, como observou o barão de Mareschal, parecia-lhe entretanto que o Govêrno podia contar com o apoio e a fidelidade das do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Sancta Catharina. Notava elle que na do Rio de Janeiro e em S. Paulo havia muito enthusiasmo por d. Pedro e muita dedicação ao principe: que, si no extremo Sul o Rio Grande e Sancta Catharina mantinham-se como sempre ordeiras, Minas não só sustentava o govêrno do regente mas ainda remettia tropas e expedira ao Rio de Janeiro uma deputação que o fallecimento do principe da Beira e os disturbios causados pela tropa portugueza haviam impedido de se apre-

sentar a d. Pedro; pelo que via, achava que a tendencia em Minas era mais de opposição ás Côrtes do que de apoio á Regencia.

Além disso Minas era então theatro de luctas entre os diversos partidos, o que não permittia que a influencia do Govêrno do Rio de Janeiro se fizesse sentir de modo efficaz.

« Essa massa, diz Mareschal, fallando do povo mineiro, que representa approximadamente dous milhões de habitantes, é bastante forte para resistir aos esforços das Côrtes e promover com o correr do tempo a união das demais provincias: até agora ignora-se o que haja acontecido na Bahia; quanto mais, porém, se prolongar a lucta nessa provincia, mais dispostos estarão os Brasileiros a apoiar quem lhes puder garantir o seu socêgo.

Mas o grave tropêço para o Govêrno do principe era a questão financeira. De um lado o Banco do Brasil que era preciso sustentar, por outro o pagamento da tropa cuja mobilização apresentava um duplo inconveniente, o soldo que percebiam as praças e a crise da lavoura pela falta de braços. Como que para aggravar essas difficuldades, a subscripção que fôra tentada para auxiliar o Govêrno não havia até então dado o resultado que se esperava.

Urgia, pois, achar qualquer solução para tão graves problemas; todas as esperanças se concentravam no resultado das eleições de deputados ao Conselho de Regencia; e tanto mais fundadas eram essas expectativas quanto o projecto era de deixar-se ás administrações provinciaes uma grande liberdade de acção, o que era necessario por causa das distancias, das difficuldades de communicação e do pouco conhecimento dos interesses de cada provincia. Apresentava esse projecto outra vantagem: a de pôr o Govêrno fóra do alcance das luctas partidarias, conseguindo-se por esse meio evitar que as contendas dos varios partidos pudessem crear-lhe embaraços. Era porém, indispensavel para conseguir tão feliz resultado que não se dessem conflictos e que não se recorresse ás armas para resolve-los.

Já se espalhara a noticia de que não seria permittido o desembarque ás tropas vindas de Lisboa (nada entretanto se havia publicado a esse respeito). Era essa uma medida

que o barão de Mareschal applaudia absolutamente, pois na sua opinião o seu desembarque havia de provocar desordens, e além disso justificava-se perfeitamente pela feição que haviam tomado os acontecimentos de Portugal. Julgava elle que, mesmo quando as tropas portuguezas quizessem, não poderiam desembarcar, pois era voz geral que essas forças não dispunham de fôrça sufficiente, contando ellas apenas com um navio de linha armado em guerra, sem artilharia e talvez sem munições. Era impossivel á tropa portugueza tentar um desembarque nessas condições; admittindo-se que o effectuasse, sem dúvida ver-se-hia obrigada a reembarcar.

Diz porém Mareschal:

« Il est possible que ceux qui la dirigent se voient forcés à en faire l'essai pour éviter toute responsabilité.»

Passa em seguida o barão de Mareschal a examinar o procedimento de d. Pedro e diz: « Não se falla mais nem em Imperio nem no titulo de rei, e creio poder garantir que o principe regente nunca teve similhante idéa. Elle não se exqueceu do respeito que deve a seu pae e soberano, e possue bastante bom senso para comprehender que, si tem um papel a desempenhar, é o de defensor da causa real e não o de seu adversario ».

O agente diplomatico da Austria não se limita a tributar esses elogios a d. Pedro: vai mais longe, desejando, como meio de salvar o Brasil, que o principe e o seu Govêrno tomassem cada vez mais uma attitude de absoluta opposição ás Côrtes portuguezas.

« Creio, diz elle, que a sua determinação de não deixar mais este paiz, quaesquer que sejam as ordens que possam chegar de Lisboa, é firme e inabalavel, mas elle ainda tem esperança de que as Côrtes intimidadas não ousem censurar os seus actos; é inutil fazer conjecturas a esse respeito, mas si me é licito dar a minha opinião, uma opposição ás Côrtes é cousa muito mais para desejar-se do que para se temer; este incentivo é ainda absolutamente preciso neste paiz, para que as provincias se unam umas ás outras e sintam a necessidade de exquecer as suas pequenas dissensões partidarias adherindo ao Govêrno legal; acho que o proprio Govêrno se viu sempre em difficuldades por causa das condescendencias

que julgou devia ter e ainda tem para com as Côrtes; a prova ahi está na Gazeta de 14 do corrente mez: o artigo official contem um appêllo do principe aos cidadãos de todas as classes para que contribuam na medida de suas posses para as necessidades do Estado e da gloriosa Regeneração, e logo depois vem a carta escripta pela Camara a 14 de Julho do anno passado ás Côrtes, protestando obediencia e adhesão e tractando essa Assembléa de Soberana e Majestade.

Uma politica tão timida não póde deixar de fomentar incerteza entre o povo e ser prejudicial á causa real.»

Mareschal refere que a crise financeira era tamanha, que a moeda escasseava, a poncto de provocar em Montevidéo a sublevação da guarnição, por causa dos soldos atrazados, o que obrigara Lecór a impôr á cidade uma contribuição para satisfazer as reclamações da soldadesca.

OFFICIO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1822 — N. 5 — LETTRA E

Ao mesmo tempo que o agente da Austria observava com attenção o que acontecia no scenario politico brasileiro, seguia com interesse os factos que tinham então por theatro a America Meridional hispanhola.

Passava nessa epocha pelo Rio de Janeiro muita gente que d'alli vinha, entre ella o arcebispo de Lima; eram na sua maioria empregados do Govêrno de Madrid, os quaes após a capitulação de Lima se dirigiam para a Hispanha, por não terem querido prestar juramento de obediencia aos Governos independentes.

Referiam os emigrados os successos em que tomara parte San Martin, contando que este havia começado por dar-se a patente de commandante chefe do exercito libertador, assumindo depois o de protector do Govêrno Livre de Lima.

Bastante facil é imaginarmos a estupefacção de Mareschal, o qual via com temor e assombro a victoria incontestavel dos principios republicanos na America hispanhola, lavrando elles ainda que menos intensamente no Brasil; e de certo devia ser extrema a sua sorpreza vendo que esses emigrados referiam as tendencias monarchicas que, como elles contavam, San Martin imprimira ao seu govêrno no Perú,

nomeando elle proprio os seus ministros, formando um Conselho do Estado e dando ao seu govêrno formas inteiramente monarchistas. E maior espanto devia elle sentir com o que contavam da proclamação, em que o grande caudilho argentino declarava «que como a experiencia provara que as junctas formadas em toda a America do Sul libertada do dominio hispanhol só tinham produzido como resultado a anarchia e a desordem, elle se havia de conservar no supremo poder até que se constituisse um Govêrno bastante forte para preservar o Perú desse flagello».

Não se ignorava, no Rio de Janeiro, que havia desavenças entre Cochrane e San Martin.

Mais perto do Brasil, no Rio da Prata, reinava completa calma, e segundo parecia, o Govêrno alli adquiria cada dia mais fôrça e prestigio.

OFFICIO DE 2 DE MARÇO DE 1822 — N. 7 — LETTRA A

Já se delineava a feição que havia de characterizar o novo ministerio formado por José Bonifacio. O decreto de 16 de Fevereiro convocara no Rio de Janeiro o Conselho dos procuradores geraes das provincias brasileiras.

«La proclamation du Prince, opina Mareschal, a pour le temps présent le mérite de n'être point incendiaire. Le decret pour la formation d'un Conseil d'Etat a été attaqué par la *Malaguette*, nouveau journal qui est assez bien rédigé, mais d'une manière très moderée et très respectueuse pour le Prince et son Ministre, on y rélève la phrase où S. A. R. parle de la Constitution qu'il a juré de donner, ce qui n'a jamais eu lieu ayant seulement preté serment de recevoir la Constitution que l'on ferait en Portugal; le fait est à ce qu'il me semble, que le Prince et le Ministre, quoique tous deux encore très libéraux et très constitutionnels, en ont cependant perdus le goût des Constitutions imposées et que se croyant obligés de toucher la question, ils ont préféré parler du serment d'en donner, que de celui d'en recevoir une.»

Custava a Mareschal comprehender a necessidade desse Conselho, por causa da fórma com que se resolvera constitui-lo:

« Le Conseil d'Etat, diz elle, est une création si informe, n'étant ni un conseil ni une représentation, qu'il n'y a que la nécessité de faire quelque chose pour gagner la confiance et se rendre populaire; c'est une pierre d'attente pour que le Gouvernement n'ait point l'air de viser à la monarchie absolue; le peuple aura des élections, quelques personnes des prérogatifs et le titre d'excellences, jusqu'à présent aucun traitement ne leur est alloué; le mode prescrit pour leur remplacement est meilleur que celui des premières elections, les Camaras étant par leur institution composées des hommes les plus riches et celle des villes et bourgs présidées par un juge nommé par le Roi.»

Acto sobre modo significativo e que bem characteriza a politica de d. Pedro em relação ás Côrtes, considerava Mareschal a portaria expedida ás auctoridades de Pernambuco para que communicassem á expedição vinda de Portugal que o principe regente não consentia no seu desembarque e ordenando a esta que voltasse para Portugal.

« E', diz Mareschal, uma verdadeira declaração das suas intenções futuras e de natureza por completo diversa da de 9 de Janeiro, a qual importava em expulsar uma tropa evidentemente amotinada, mas que dependia ainda da approvação do Govêrno de Portugal.

« Creio mesmo que o unico fim que elle teve com essa declaração foi o de conquistar as sympathias do partido brasileiro nas provincias que ainda não se pronunciaram, pois não é possivel que o ministro ignore que o commandante dessa expedição não póde nem deve conformar-se com similhante ordem.

Continuavam entretanto no Rio de Janeiro os animos cada vez mais exaltados com as noticias vindas de Portugal a respeito da extincção dos tribunaes e da nomeação dos governadores militares do Rio de Janeiro, de S. Paulo e de Minas. O elemento extrangeiro mantinha-se afastado; e de facto quando a 26 de Fevereiro se celebrou com solenne *Te-Deum* o anniversario do movimento do anno precedente, nenhum extrangeiro compareceu á ceremonia e nem os navios inglezes, nem as corvetas francezas e russa que se achavam então no porto do Rio de Janeiro deram as salvas de estylo.

Apertado pelas difficuldades financeiras, o Govêrno recorria a medidas que lhe pareciam salvadoras; projectava-se satisfazer os credores do Estado trocando-se as lettras que estes possuiam por outras que vencessem juros de 6 % e fossem negociadas como titulos, reconhecendo-se desse modo a existencia desses creditos.

O Commercio mostrava-se disposto a acceitar a execução desse plano financeiro, mas impunha uma condição: e era que o valor maximo das lettras fosse tal que não pudessem circular como papel moeda, pois que, como diz Mareschal pittorescamente « un papier portant interêt ecraseroit celui de la banque qui n'en donne point ».

O diplomata austriaco calculara em 18 milhões de cruzados a divida do Thesouro nessa epocha, e achava que o Govêrno, com a renda de que dispunha, podia ainda utilizar pelo menos um milhão e meio para pagamento dos juros e amortização da divida.

A attitude das provincias para com o Govêrno do Rio de Janeiro constituia sempre para o barão de Mareschal assumpto da maxima importancia. Refere em sua correspondencia qualquer noticia dos acontecimentos de vulto que nellas se davam, como já tivemos occasião de ver e veremos, maxime as que provinham de Minas, S. Paulo e da Bahia, por serem estas a base da união, em que elle via o futuro da monarchia no Brasil. O que se passava na Bahia não era de certo para descontentar o diplomata austriaco, pois as eleições se haviam realizado em perfeita ordem, correndo o pleito normalmente, e dando como resultado a formação de uma Juncta composta por uma maioria esmagadora de Brasileiros, entre os quaes figurava um unico Portuguez.

D. Pedro adquirira grande prestigio entre o elemento brasileiro da provincia, e por outro lado o partido portuguez oppunha-se tenazmente aos Brasileiros; mas as fôrças eguaes de que dispunham ambos os contadores e o temor que se inspiravam reciprocamente obrigavam-n'os a manter uma tregoa.

Dada a disposição que mostrava o povo de Minas, não se podia contar muito com a adhesão dessa provincia; Mareschal considera da maior importancia a resolução dos depu-

tados mineiros de interromper a sua viagem até que fossem revogados os decretos de 29 de Septembro, e dá muito valor á communicação que nesse sentido fôra por elles dirigida ao Govêrno da sua provincia.

« Cette lettre prouve en même temps que l'esprit public de cette Province n'est pas entièrement satisfaisant ». E, interessando-se pelo assumpto, coteja as datas das mensagens de Minas pedindo a revogação dos decretos e a formação de uma assembléa legislativa no Brasil, com a outra da mesma provincia aos seus deputados, em que lhes pedia defendessem os seus direitos. Com a seguinte conclusão: que as datas dessas mensagens, 16 e 17 de Fevereiro, e a data da communicação dos deputados mineiros, provavam, a seu vêr, de modo evidente que tinham sido redigidas pelo Ministerio, vendo Mareschal mais uma prova para corroborar essa sua opinião no facto de ter a *Gazeta* publicado todos esses documentos na folha do mesmo dia.

O final deste officio encerra a conversa larguissima de d. Pedro com o barão de Mareschal, por occasião de uma visita que este fizera a d. Leopoldina. Reproduzimos textualmente esse trecho:

« J'ai été hier faire ma cour à Madame la Princesse Royale dont la santé est toujours parfaite: en traversant les appartements j'ai rencontré le Prince Régent. Il m'adressa la parole et me fit l'honneur de me dire qu'il venait de recevoir un officier venant de la part du Général Le Cor, qui le prévenoit, au nom de la Province de Monte-Video, de son entière adhésion à la Cause du Brésil et de l'arrivé de trois deputés, destinés originairement pour les Cortès mais qui demeureroient à Rio de Janeiro si S. A. R. y restoit; cette nouvelle est importante en ce sens qu'elle est une preuve du parti que prend ce général, la trouppe portugaise ne désire point quitter cette Province où elle reçoit une très haute solde et les habitans qui craignent Buenos Ayres désirent la conserver. Le Prince a ajouté: j'ai des lettres de Pernambouc et du Piauhy qui veulent se joindre à nous, et Bahia ne nous manquera pas par la suite; les Cortès veulent faire des Portugais les esclaves des Espagnols, je suis curieux de ce qu'ils diront quand ils verront ma lettre; j'ai prié le Roi de revenir,

nous sommes tous prêts à le recevoir: il trouvera les choses en meilleur ordre; s'il ne veut pas, moi je suis ici et je reste; je fais tout ce que je puis et veux le bien; je rêve la nuit de ce que je dois faire le jour, mais aussi j'espère reussir, ce sera ma récompense.»

Por mais optimistas que fossem as crenças de d. Pedro sôbre o futuro da causa brasileira não conseguiam tranquillizar o barão de Mareschal:

« Malgré cet aspect favorable, si les Cortès ne se mettent point en opposition et ne donnent point par là une direction aux humeurs qui fermentent, le Prince Régent pourra lors de la Réunion des Cortès ici, trouver encore bien des obstacles à l'établissement d'un Governement stable; cependant je crois qu'il a beaucoup de chances d'un succès définitif.

OFFICIO DE 2 DE MARÇO DE 1822 — N. 7 — LETTRA B

Este officio expedido como o precedente a 2 de Março de 1822, traz logo em seu comêço a relação de uma visita de José Bonifacio ao barão de Mareschal:

« J'ai reçu le 23 du mois passé la visite de Mr. Andrada, Ministre de l'interieur et des affaires étrangères et je crois de mon devoir de rendre compte du discours que m'a fait ce ministre, mais en verité j'ai pu y placer si peu de paroles, que je ne puis en nommer une conversation.»

Bastante infundada nos parece esta queixa do barão de Mareschal á loquacidade do seu interlocutor. Em um paiz de tanta indolencia, como disse elle em officio anterior, não era por ventura apreciavel essa grande energia de espirito e de corpo? Si é que no Brasil tudo era languidez, digamos francamente, tudo se resentia de uma enorme preguiça, de certo não havia de quadrar bem á actividade de José Bonifacio fazer longas dissertações.

Foi essa conversa uma verdadeira catadupa, pelo que nos diz o barão de Mareschal; o modo porque a refere no-la descreve de modo perfeito:

« Il a parlé avec la volubilité la plus extreme; de la situation présente des affaires, de la folie des Cortès d'avoir cru que le Brésil connaissait assez peu ses interêts pour

laisser partir le Prince et se laisser morceller, — de l'absurdité d'un Royaume Uni avec une administration, pour des pays situés à 3.000 lieues de distance, mais de la possibilité et de l'interêt réciproque d'avoir deux Royaumes confédérés. De l'effet que produirait tout ceci en Portugal, sur les Cortès et contre les Cortès, dont il connoissoit tous les membres, — du parti espagnol et républicain entre eux, qui sera écrasé par le peuple dés qu'il se demasquera, — de la chimère des républiques qui se reproduit à chaque révolution et que chaque révolution démontre n'être point en harmonie avec les institutions et les mœurs des peuples de l'Europe; de l'erreur complète dans laquelle les Cortès entretenoient le peuple, que les maux du Portugal provenaient du governement absolu, tandis que c'etoit la mauvaise administration qui en étoit la source; qu'il avoit voyagé et été en Autriche, que le gouvernement y étoit absolu, mais l'administration excellente et le peuple heureux; — de l'indignité avec laquelle on traitoit le Roi, des qualités du Prince Régent, de ses idées libérales, de son jugement sain, de sa bonté, de son activité, des vertus de son épouse, de son instruction, de leur courage, de la magnifique perspective que présentoit l'Empire du Brésil, de ses ressources et richesses, du besoin absolu pour le Portugal pays pauvre et circonscrit de s'appuyer sur lui; de la certitude que le peuple Portugais en sentiroit la nécessité et renverseroit les Cortès plutôt que de rompre avec le Brésil; — du nouveau Conseil, qui n'étoit qu'une pierre d'attente pour former des hommes d'Etat et gagner les Provinces, — de la nécessité d'établir un bon Gouvernement, une bonne administration, des institutions qui puissent former le peuple, — de son désir de le voir libre, aussi libre que possible, mais sous une monarchie, non pas de nom, mais réelle; — de la Province de S^t^. Paul qui avoit ouvert la marche et constamment montré un bon esprit; — de lui même, qui après avoir passé 30 ans en Europe, s'était retiré dans son coin pour y mourir tranquillement; de la Providence qui l'en avoit tiré pour faire le bien; qu'il avoit mené et contenu sa province au moment de la révolution et paraissoit destiné à plus encore.»

Pelas declarações de José Bonifacio, homem illustrado, viajado e, como elle, tambem monarchista, embora com prin-

cipios e idéas differentes, o barão de Mareschal julga poder definir a personalidade do seu interlocutor:

Não punha elle dúvida em acreditar que obedecesse a sentimentos elevados toda a politica de José Bonifacio; mas o que lhe causa impressão é a sua grande vaidade.

A qualquer outro diplomata que fosse representante de um paiz de idéas menos absolutistas e estivesse menos dominado pelo espirito de casta militar, que não a Austria, a explicação desse defeito seria certamente muito differente da que offereceu Mareschal, a quem não occorre outra cousa sinão a ambição, por assim dizer mesquinha e infantil de titulos e de honras, já que, diz elle, não sendo José Bonifacio militar e que tenha « peu d'espoir de parvenir pour son propre compte au pouvoir suprême.

Fraca e irrisoria explicação! Talvez pensasse Mareschal que só a falta de um curso militar impedia ao patriarcha da nossa independencia tornar-se um segundo San Martin, como lhe contavam os foragidos de Lima? Mas deixemos a palavra ao agente diplomatico austriaco:

« Il m'a paru en somme que quoique ses idées soient très exagerées et qu'il ne soit point exempt des nouveaux principes qui bouleversent le monde, au moins ses intentions étoient pures et qu'il voulait effectivement le bien de son pays et celui de la Royauté qui en est inséparable; qu'il a de l'ambition et surtout beaucoup de vanité n'est point douteux, lui et ses deux frères dont l'un est député aux Cortès et l'autre secrétaire du Gouvernement de S^t^. Paul; tous gens de mérite; ont passé autrefois pour indépendans et républicains, mais, je crois déjà avoir fait remarquer à Votre Altesse la fausse interprétation donnée fréquemment a ce mot dans les affaires de l'Amérique et quels qu'ayent été autre fois ses sentimens, je pense que pour un homme de 50 ans qui n'a jamais été dans la carrière militaire et a donc peu d'espoir de parvenir pour son propre compte au pouvoir suprême, le rôle de premier ministre et la perspective de titres et d'honneurs est assez attraiante, pour le rendre au besoin monarchiste; il suit en beaucoup de chose la marche que vouloit tenir le Comte d'Arcos, qu'il surpasse en instruction et en fermeté de caractère et malgré sa vanité personnelle il met le Prince Ré-

gent en avant et encourage son activité au lieu que le Comte d'Arcos cherchoit à endormir ses facultés et à lui donner le goût des plaisirs pour gouverner lui-même sans contrôle.»

OFFICIO DE 2 DE MARÇO DE 1822 — N. 7 — LETTRA C

O facto de ter o principe regente declarado que não deixava desembarcar a tropa, que vinha de Portugal, importou em um dilemma para o barão de Mareschal, a respeito da situação que lhe impunham os seus deveres de agente diplomatico. Deviam ou não cessar deante de um acto similhante as suas funcções juncto a d. Pedro? A attitude do principe recusando-se a admittir que pisassem terras brasileiras as novas tropas portuguezas não constituiria por ventura um acto de rebeldia contra seu pae? Mareschal opinava pela affirmativa, mas eram diversas as razões que tinha para não proceder de accordo com essa conclusão: era a primeira a de haver o Encarregado de Negocios da França recebido de sua Côrte ordem de dar por findas as suas funcções diplomaticas desde que se practicasse qualquer acto que ferisse directamente a auctoridade real, devendo esse funccionario limitar-se dalli por deante a exercer o cargo de consul geral, e não haver este procedido de accôrdo com as instrucções que recebera; a segunda razão era a possibilidade de que as Côrtes, comprehendendo que não dispunham de meios de acção contra o Brasil, approvassem, ainda que a contragosto, os actos praticados pelo principe.

«Em todo caso, diz Mareschal, não vi inconveniente algum em esperar, e pareceu que havia muito em declarar, por assim dizer, francamente iniciadas as hostilidades entre os dous partidos.»

Deante dessas considerações resolveu-se o barão de Mareschal a seguir um alvitre: caso tivesse de practicar qualquer acto inherente ás funcções que exercia, esperaria até que o Govêrno de Lisboa, o qual dizia obrar em nome de d. João VI, se tivesse pronunciado, ou até que tivessem as cousas chegado ao ponto de provocar um conflicto: era intenção sua em qualquer dos dous casos declarar simplesmente

que, tendo-se alterado a fórma do Govêrno, juncto ao qual se achara acreditado, era seu dever dar *ipso facto* por terminadas as suas funcções até que recebesse da Côrte de Vienna novas instrucções; durante esse intervallo limitar-se-hia a velar pelos interesses dos subditos austriacos.

«A minha posição, diz elle, só soffrerá mudança no facto de eu não comparecer mais na Côrte nos dias de gala; conto aliás não ser inquietado nem molestado.»

Mareschal achava assim melhor expôr a Metternich as suas intenções sôbre o que havia de fazer «em uma circunstancia, diz elle, que com toda probabilidade se dará.»

OFFICIO DE 5 DE MARÇO DE 1822 — N. 8

Mandara d. Leopoldina dizer a 3 de Março ao barão de Mareschal que desejava vê-lo, e perguntava-lhe ao mesmo tempo si o paquete inglez não havia trazido correspondencia para ella.

Nesse mesmo dia Mareschal foi até S. Christovão, onde se encontrou com d. Pedro. Travou-se logo entre ambos longa e interessantissima conversação, que Mareschal reproduz por extenso e que, sem lhe alterar palavra, tal e qual se acha exarada no officio, aqui reproduzimos. Não só por se referirem á situação politica e aos homens que o rodeavam, são as confidencias de d. Pedro summamente curiosas, como tambem os conselhos do barão de Mareschal, expressos em um francez ingenuo e tresandando a absolutismo, põem em contraste franco, declarado, as idéas liberaes do primeiro e os preconceitos retrogados deste ultimo.

«A peine étais-je entré au chateau, refere o barão de Mareschal, que je rencontrai le Prince qui vint à moi, me demandant: eh bien, la Princesse n'a pas non plus de lettres? Sur ma réponse que non, Il ajouta: je n'en ai non plus reçu aucune (le paquebot de Lisbonne étoit arrivé la veille), ni mon frère ni personne ne m'écrit un mot; Il me fait dire par un chanoine qui est assez fier et assez délié, de lui écrire et en particulier mais voilà tout. Je dis à S. A. R. qu'il étoit possible que l'on crut à Vienne, madame la Princesse Royale en voyage, qu'il n'étoit pas de même à Lisbonne

puisque le vaisseau qui devoit l'y ramener n'étoit pas encore parti, qu'il devait considérer la position dans la quelle se trouvait le Roi, qu'Elle étoit bien différente de la sienne, et très périlleuse, que Sa Majesté avoit toujours été d'un caractère timide et peu confiant et que sûrement ce qui avoit eu lieu, avoit du encore augmenter sa circonspection. Oui, me dit-il, le Roi craint, il feint d'être satisfait et s'est mis à la disposition des Cortès, comme il l'étoit auparavant du Comte de Paraty et autres entourages; aussi je ne lui écris que des lettres qu'Il peut montrer aux Cortès et ne lui en écriroit point d'autres, non pas que je craigne pour moi, mais je ne veux pas le compromettre ».

Notavel de certo é esta confidencia de d. Pedro: e causa especie o facto de Mareschal não a pôr em destaque e não a commentar. Vem entretanto demonstrar a declaração do regente de não querer comprometter a auctoridade de d. João VI, quanto evitava qualquer acto pelo qual pudessem censurar o velho rei. Respeito filial, elogiado por Mareschal em officio anterior; tino politico por José Bonifacio encomiado no colloquio que este tivera com o diplomata austriaco.

« S. A. R., continua Mareschal, parla ensuite des Cortès, ils ne m'aiment point et sont piqués de ce que je ne me suis jamais adressé à eux; je vois qu'ils ont déjà été trop loin pour reculer, ils n'approuveront point ce que j'ai fait ici; alors je leur écrirai pour les remercier et prendre congé d'eux. Ils s'occupent à présent de l'échange d'Olivenza pour la Bande Orientale et enverront l'ordre de l'évacuer; c'est une nouvelle folie; je n'en ferai rien; cette Province se joint à nous, on eut peut-être mieux fait de ne jamais la prendre, mais on ne peut l'abandonner après ce qu'elle a couté; d'ailleurs à qui la remettre, les Espagnols ne sont point en état d'en prendre possession ». Il parla ensuite de la résistance que faisoit déjà Oporto aux Cortès; je lui fis observer que la révolution de Portugal n'étant qu'une filiation de celle d'Espagne, elle auroit probablement la même marche, que les Cortès après avoir renversé le trône, le seroit à leur tour et que ce qui leur succederoit seroit peut-être encore pire, que tel étoit la suite des révolutions, qui rompent tous les liens so-

ciales, précipitoient les nations dans le Cahos, dont elles ne sortaient que quand, lassés par l'excès des malheurs, elles en revenoient au Pouvoir légitime.

« Il me dit qu'il avoit empeché les députés de Minas de partir, que c'eut été une folie de laisser se completter une assemblée que l'on ne voulait plus reconnaître; que Carlos Andrada frère du ministre et député aux Cortès n'y était pas encore arrivé, mais qu'il aborderoit sur le champ la question et reviendroit ici si on ne cédoit point; qu'il entraineroit une partie de ses collègues et qu'il les auroit ici tous prét; je crus pouvoir me permettre de dire à S. A. R. que je ne savais pas ce qu'Il comptait ou pourrait faire, mais que si c'étoit d'avoir ici des Cortès, ce seroit alors qu'il trouveroit les plus grandes difficultés et qu'ils l'embarasseroient bien autrement que ceux du Portugal. Que voulez vous, me dit-il; ils ne rêvent qu'assemblées legislatives et il faudra bien en passer par là, d'ailleurs l'ancien Gouvernement étoit si mauvais, que moi-même je ne voudrai pas le rétablir; je lui fis observer alors, que si il y étoit obligé il étoit au moins nécessaire de se régler sur l'exemple des gouvernemens de cette nature existant depuis longtemps; que ce n'étoit pas la moindre follie du siècle de vouloir se modeler sur ceux qui n'ont point pour eux la garantie de l'expérience ou sur les opinions d'écrivains et d'individus qui n'avoient jamais été à même de connoître les ressorts des Gouvernements que d'après ce que j'avais été à même d'apprendre depuis que j'avois entendu traiter ces questions; si la Couronne n'avoit point le véto absolu et le pouvoir de dissoudre la représentation quand elle le jugeoit nécessaire, il n'y avoit plus de monarchie; que si la représentation n'etoit point divisée en deux chambres, le frottement étoit trop grand et trop immédiat entre la Royauté et la démocratie; que dans le fait le Roi représente aussi bien la nation que les chambres; que l'attribution de ces dernières étoit de prendre une part nécessaire aux lois et sourtout á la levée de l'impôt et que l'experience prouvait que cette part étoit plus que suffisante pour arreter a chaque pas la marche du gouvernement; mais que si une chose quelconque pouvait se faire dans l'état contre la volonté et l'assentiment du trône, on ne pouvait plus appeler cela une monarchie.

Le Prince me dit: Vous avez raison, mais espère que cela ira, celui qui étoit le plus républicain, le frère de mon ministre qui est député á Lisbonne ne l'est plus à ce que j'ai lieu de croire, il s'est brulé les doigts á Pernambouc en 1817 et a vu que sa république étoit une chimère; si ils vouloient cela ils auroient parlé d'un Président et non d'un monarque; la question des deux chambres l'amena à parler des *fidalgos* et de leur colère de ce qu'il avoit donné la *Negrinha* (baton de majordome) à Mr. d'Andrada, de la conduite qu'ils avoient tenus, assiégeant le Palais et arrachant toutes les graces dans le temps de prospérité et désertant ensuite les premiers au moment du danger, *de l'erreur de croire à la préeminence et plus grande aptitude d'une classe d'hommes que d'une autre.*

Horrorizado pela democracia de d. Pedro, Mareschal sublinha estas suas ultimas palavras, absolutamente subversivas no seu entender, e para não deixar passar sem protesto tamanha *heresia* responde a queima roupa com a sua profissão de fé de monarchista absolutista:

« La conduite de la noblesse Portugaise a été telle qu'il ne m'étoit pas possible de la disculper mais j'ai cherché à lui faire sentir que sa dernière idée étoit fausse en lui représentant qu'il devoit considérer le malheur sous deux points de vue, d'abord qu'une égalité parfaite étoit une chimère qui n'existoit point et ne pouvoit exister, que là où il n'y avoit point de titres et de prérogatifs héréditaires, celles de fortune s'établissoit et que l'argent s'obtenant plus facilement par de mauvais moyens que par de bons, elle étoit par cela même moins recommendable, et moins utile à l'Etat que celle qui étoit la récompense d'actions d'éclat et de services rendus, et dont les descendans nourrissoient le noble orgueil, de ne point dégénérer de leur origine; que de plus c'étoit une institution indispensable dans une monarchie, qu'elle étoit la base du trône et son plus ferme appui; que leurs droits étoient aussi anciens et aussi justes que les siens; que je ne contestoit point que les *fidalgos* Portugais avoient tenu une mauvaise ligne de conduite, mais que s'Il vouloit en rechercher la cause, Il la trouveroit en partie dans celle de l'ancien gouvernement, qui tout en les comblant de bienfaits les tenaient sous d'autres rapports dans une dépendance absolue, comme si l'on eut en-

core été dans le temps où les grands vassaux faisoient la guerre au souverain, que même leurs noms et leurs titres n'étoient point à eux sans une nouvelle confirmation du Roi à chaque mutation; que c'étoit ainsi qu'on les avoient empechés de prendre leur veritable place dans l'Etat, celle de plus zélé défenseur du trône; qu'au premier moment de la révolution ils avoient cru se trouver eux mêmes libérés et n'avoient pas réfléchis que la chute du trône seroit nécessairement suivie ou précédée de la leur, que cette erreur étoit grave et que j'étois bien certain qu'ils s'en repentiroient amèrement, mais que c'étoit toujours le gouvernement qui avoit la faute, parce qu'il les avoit mis dans une fausse position, et que les hommes sont encore plus menés par leurs passions que par leurs interets, que s'Il avoit donné la *Negrinha* a Mr. d'Andrada, comme une distinction marquante par ce qu'il le servoit bien, il avoit bien fait et qu'il me sembloit que si le Roi avoit créé ici une noblesse c'eut été fort heureux et que l'on auroit bien moins à craindre d'un parti républicain.»

Deante de uma profissão de fé tão longa e eloquente, e bem merecedora de uma promoção para o barão Wenzel de Mareschal, limitou-se d. Pedro a poucas palavras:

« Vraiment, oui, me dit-il, ainsi je compte bien le faire; Il entra ensuite dans une infinité de détails curieux sur les friponneries qui avoient lieu du tems du Roi et sur la mauvaise foi envers lui et la marche des ministres qui ont précédés ceux qui sont à présent en place.»

As observações e os commentarios de Mareschal a respeito desse longo colloquio com o regente offerecem interesse; justo é pois que sejam reproduzidos por extenso:

« J'ai remarqué deux choses dans cette conversation qui a duré fort longtemps et que je ne puis rendre mot à mot parce qu'elle se tenoit en Portugais dans lequel je n'ai pas beaucoup de facilité; l'une est que la marche du Prince est beaucoup plus calculé et plus arreté dans sa tête que je ne le pensois, enfin qu'Il suit un sistême qui s'il n'est pas le sien est celui d'un conseiller secret qui le guide (peut-être le fra Antonio son confesseur avec lequel Il a frequemment de longues conférences) ; ensuite que tout en prenant le parti Brésilien il ne se jette pas aveuglement dans ses bras et est

attentif à sa marche, car dès que je lui ai parlé des Cortès ici et de ce qu'ils pourroient vouloir, Il est tombé tout naturellement sur Mr. d'Andrada et ses frères et les idées républicaines qu'ils pourroient avoir. Depuis quelque tems S. A. R. me parle fréquemment, me contant les nouvelles qu'il reçoit, c'étoit toujours devant une ou deux personnes, ordinairement un chambellan de la Princesse qui m'introduit et quelqu'autre individu de son entourage le plus intime; comme je suis ici tout ce qu'il y a de plus ultra monarchique toutes les fois qu'une phrase ou un mot de ma part paraissoit avoir cette tendance, le Prince se récrioit et se montrait très libéral. Avant hier nous étions seul et son langage étoit tout à fait différent. Il parlait, il est vrai, d'un Corps législatif, mais comme d'une nécessité, d'une chose où il n'avoit pas de choix; l'autre est, qu'amenant la conversation sur le Comte dos Arcos je lui dis que je croyais que ses intentions avoient été bonnes, mais qu'il me semblait avoir manqué de fermeté et que l'on auroit peut-être pu faire le 6 Juin ce que l'on avoit fait le 12 Janvier, le Prince me reprit vivement: non pas le 12, le 9 de Janvier, le 9 de Janvier, c'est possible, mais la chose n'étoit pas mûre; j'entendais la résistance opposée à la trouppe mutinée.»

Não quiz o barão de Mareschal terminar este longo officio sem informar Metternich de que evitara dar sua opinião quanto á direcção dada pelo principe d. Pedro aos negocios politicos do Brasil «n'étant pas appellé, diz elle, et ne me croyant pas à même de le bien conseiller».

Que não tivesse Mareschal auctorização para dar conselhos ao principe, concedemos, mas que se abstivesse de os dar, é cousa inadmissivel, pois o que vemos na longa conversa que teve com d. Pedro, é isso mesmo, animando-o, aconselhando-o a respeito de opiniões por demais «hereticas» sôbre aristocracia, dualidade de camaras, e a participação dos deputados no govêrno do paiz.

Approvaria Metternich a profissão de fé ultra monarchica que fizera o seu agente no Rio de Janeiro, ratificaria o grande ministro as opiniões por este manifestadas a d. Pedro?

Mareschal confiava na affirmativa, crente de não ter commettido êrro algum e submettendo os seus actos ao juizo do seu superior.

OFFICIO DE 16 DE MARÇO DE 1822 — N. 9 — LETTRAS A-B

A 8 de Março, precedendo de pouco os festejos pelo baptizado da infanta d. Januaria, echoavam na cidade do Rio de Janeiro rumores de que estava a chegar a esquadra portugueza vinda de Lisboa. Desde a alvorada do dia 9, guarnecidas as fortalezas, ficara a guarda da cidade entregue aos seus moradores, decididos todos a não permittir que a expedição desembarcasse as tropas que trazia. Já antes de enfrentar a barra do Rio de Janeiro, Francisco Maximiano, que a commandava, tivera noticia do que havia succedido á guarnição lusitana.

« L'Escadre a rencontré près des Abrolhos au 18eme degré de latitude sud, un des batimens qui portoient en Europe l'ancienne garnison Portugaise, à bord duquel se trouvait le brigadier Caretti; cet officier a communiqué avec le commandant, l'a informé des faits qui avoient eu lieu et doit lui avoir offert de revenir avec lui; celui-ci a refusé, blamant hautement la conduite qu'il avoit tenu.»

Elogia o barão de Mareschal o procedimento atilado de Francisco Maximiano, elogio de tanto mais valor quanto o sabia affeiçoado ás Côrtes:

« O commandante d'essa esquadra, diz elle, Francisco Maximiano de Sousa, nomeado pela Regencia que se estabeleceu em Lisboa, depois de 15 de Septembro, ministro da Marinha, é considerado ardente partidario da nova situação; sabe-se que, antes de partir, elle pediu instrucções ás Côrtes; a moderação que elle demonstrou em Pernambuco e aqui, não intervindo absolutamente em politica e não entrando em conflicto com os governos locaes, faz crer que elle estava auctorizado a assim proceder e que as Côrtes não têm de modo algum intenção de levar as cousas aos extremos.»

Entretanto a esquadra commandada por Francisco Maximiano fundeava deante do Rio de Janeiro, e Mareschal nota que a imprensa fluminense « fallava com muita consi-

deração da esquadra recenchegada, dizendo os jornaes que esta parecia ter vindo unicamente para participar da alegria provocada pelo auspicioso nascimento da infanta e para levar até Lisboa tão grata noticia».

Custa a acreditar , pelo que diz Mareschal, que não houvesse ironia no desejo dos jornaes fluminenses: o que mais transparecia era, na verdade, o desejo de verem-se livres da importuna visita: mal havia a esquadra fundeado e já desejavam que se fizesse á vela para donde tinha vindo.

Que faria Francisco Maximiano, dada a situação politica da séde do Governo do Brasil? Constituia isso um ponto de interrogação para o barão de Mareschal: na opinião deste o almirante portuguez, a não ser que tivesse anteriores instrucções, não podia sinão dirigir-se para a Bahia, onde teria então ensejo de pautar o seu procedimento de accordo com instrucções novas que alli lhe chegariam ás mãos, e accrescenta:

« Cela me semble d'autant plus probable, que l'on assure que le gouvernement de Bahia, instruit de la situation de Pernambouc doit l'y avoir fait parvenir qu'il le recevrait avec plaisir.»

Quanto á attitude da população do Rio de Janeiro Mareschal accrescenta que muitos não receiavam o desembarque das tropas portuguezas trazidas por Francisco Maximiano.

« Beaucoup de personnes effrayés par les désordres qui ont eu lieu à Pernambouc desireroient voir cette trouppe rester ici; il est certain que sans la mauvaise conduite qui a tenu celle qu'elle étoit destiné à remplacer et les mesures que cette conduite a amené, elle y aurait été reçu avec une grande satisfaction.»

OFFICIO DE 16 DE MARÇO DE 1822 — N. 9 — LETRA C

Em meiados de Março de 22 a situação politica que se creara com o « Fico » não havia soffrido alteração.

No Rio de Janeiro, o Govêrno, preoccupado com os meios financeiros de que poderia dispôr, nomeara uma commissão para esse fim, a qual já havia dado principio aos seus trabalhos.

As eleições para a formação do Conselho de Estado não se haviam effectuado, e nem os eleitores tinham sido convocados. De varias cidades como Porto Alegre, Rio Grande, Sabará e S. João d'El-Rei d. Pedro recebia protestos de apoio á sua politica.

Em Minas, provincia que, no pensamento de Mareschal, devia formar um dos elementos sôbre os quaes se devia firmar o prestigio do principe, manifestavam-se tendencias que o diplomata austriaco considerava bem pouco animadoras.

Nessa provincia, e na sua propria capital, havia opposição constante, embora partilhada pela minoria, a todos os actos da Regencia. Scindira-se a Juncta ao tractar-se da proposta apresentada sôbre remessa de tropas e nas questões da nomeação de procuradores ao Conselho de Estado e da interrupção da viagem dos deputados mineiros ás Côrtes de Lisboa.

Não era mais brilhante a situação em que se encontrava a provincia da Bahia, onde tudo se reduzia a uma calmaria, consequencia do temor reciproco que se inspiravam Portuguezes e Brasileiros.

Mais ao Norte, Pernambuco dava a impressão de que não queria obedecer nem á Regencia nem ás Côrtes de Lisboa.

Triste, pois, era o quadro que offerecia o Brasil aos olhos do barão de Mareschal: diversidade de vistas entre as provincias, incerteza na politica do Govêrno.

Desorientado, diz elle:

« Le Gouvernement parait être dans un état de stagnation absolu et attendre le résultat de l'arrivé des députés de St. Paul aux Cortès, il a depuis quelque tems changé de beaucoup son langage envers cette assemblée qu'il ménage de nouveau; il me semble également que le Ministère qui craint de devenir impopulaire se jette sans nécessité et sans réflection dans les idées révolutionnaires; sur la proposition de la Camara d'ériger un monument sur le Rocio pour éterniser la mémoire du 26 Février, le Prince a par une ordonnance du 2 Mars, donné à cette place le nom de place de la Constitution; sur celle de la même Camara d'une loi pour régler la liberté de la presse, la réponse a été qu'une mesure à cet

égard ne pouvrait être prise qu'après la réunion du Conseil d'Etat: les journaux copient les articles les plus violens de ceux de Portugal et d'Espagne contre les puissances étrangères, la sainte alliance et les serviles, sans y joindre aucun article qui en fasse sentir le ridicule et l'absurdité, ce qui seroit si aisé dans un pays où l'esprit public n'est pas égaré par les mêmes passions que dans la Péninsule.»

Tudo andava pois sem rumo, na opinião de Mareschal; as provincias, cada qual para seu lado, o Govêrno sem orientação definida, e o Paço presenciando desavenças entre fidalgos.

« J'ai eu l'honneur d'informer dans le tems Votre Altesse que les chambellans du Prince Régent et les dames d'honneur de Madame la Princesse Royale, les avoient quittés pour retourner à Lisbonne, il n'y a plus ici que le majordome et trois chambellans de Madame la Princesse; le Prince n'ayant plus que des *guarda-roupas*, qualité inférieure de gentilshommes de service, leur fait faire celui de chambellans et leur a également fait prendre leurs places dans les cérémonies publiques, ce qui a tellement choqué ceux de Madame la Princesse qu'ils n'ont point paru au dernier jour de la Cour et refusent tout service; ceci est très indifférent pour les affaires de ce pays-ci, où les individus n'ont aucune influence, mais il n'en est pas de même pour le Portugal, dont le Prince se met par cette conduite peu mesurée la noblesse à dos, je ne puis m'empecher de trouver du ridicule à voir l'héritier de la Couronne prôner les idées démocratiques et les *fidalgos* l'accuser de suivre en cela la même marche que le Roi son père, dans la seule idée de détruire des familles plus anciennes et plus nobles que la leur.»

— Destinada como era a remediar á falta de cohesão que se notava em S. Paulo e em Minas, via Mareschal em bôa hora projectada a viagem de d. Pedro e de d. Leopoldina a essas provincias.

As qualidades de affabilidade e de bondade que enxergava em ambos haviam, pensava elle, de provocar vivo contraste com a insolencia e o desprezo com que eram tractados pelo Govêrno do Rio de Janeiro.

Uma questão, entretanto, dominava quantas medidas se pudessem conceber para dar uma saïda á situação do regente e á do seu Govêrno em tudo quanto se relacionava com a futura decisão que o paiz devia de tomar: de facto, nada se podia fazer sem que se definisse a attitude em que se encontravam perante as Côrtes. Obedecer aos mandados dessa corporação, ou resistir decididamente ás suas ordens: qual o melhor alvitre?

E o barão de Mareschal não desistia do que já adoptara precedentemente: devia o Brasil resistir, resistir decididamente; só havia esse unico meio para, como elle diz, « dégouter les peuples ici des idées révolutionnaires et diriger leurs passions sur d'autres objets ». Mostrassem as Côrtes que cediam, opina o diplomata austriaco, revogando os decretos que haviam expedido ordenando a partida do principe, os que diziam respeito aos commandantes das armas, os relativos á extincção dos tribunaes, deixassem ellas a cada provincia o alvitre de submetter-se ao Govêrno de Lisboa ou ao do Rio de Janeiro, e a consequencia era inevitavel: a anarchia completa. Esse resultado funesto não se faria esperar muito tempo. E não só isso; mas ainda aconteceria: a unica provincia com que podia d. Pedro contar, que era a do Rio de Janeiro, forçosamente havia de vergar sob o pêso de onus financeiros demasiados, sobrecarregado o Thesouro provincial com as dividas do regime passado e com a carga de uma administração orçada para todo o reino e que não era possivel reduzir a menores e menos onerosas proporções sem provocar enorme descontentamento.

« Si as Côrtes fossem ainda mais longe, diz Mareschal, e decretassem ellas proprias a formação de uma assembléa legislativa aqui, é para receiar que esta quizesse tambem ser soberana e rivalizasse em idéas revolucionarias e liberaes com as da mãe patria. Por mais triste que seja essa perspectiva, nem por isso estou eu menos convencido de que a resolução do principe real de ficar neste paiz, quaesquer que sejam os motivos que o tenham levado a esse acto, é o melhor que pudesse tomar; parece-me cada vez mais certo que, dando-se a sua partida, o paiz havia de ficar para sempre perdido para a casa de Bragança, e creio que perma-

necendo elle no Brasil, mesmo quando a revolução percorre neste paiz todas as suas phases, as possibilidades de exito definitivo estão todas em seu favor, o povo ha de se cançar da anarchia mais cedo do que na Europa, pois compõe-se na sua totalidade de fazendeiros, e não ha aqui a ralé que se torna nas mãos dos agitadores cego instrumento.»

OFFICIO DE 22 DE MARÇO DE 1822 — N. 10

A 18 de Março de 1822 era baptizada no Rio de Janeiro a infanta d. Januaria, nascida poucos dias antes.

Houve muita difficuldade quanto ao padrinho e á madrinha da jovem princeza:

« La jeune Infante a été baptiseé le 18 avec beaucoup de pompe et a reçu le nom de Januaria, probablement comme compliment à la ville; on a été très embarassé pour le parrain et la marraine; n'ayant à cet effet aucune procuration, la Princesse de Beira fut marraine et S^t^. Joseph le parrain.»

— O procedimento do Govêrno alliciando para a causa do Brasil soldados pertencentes ás tropas trazidas pela esquadra portugueza, merecia, segundo o diplomata austriaco, franca censura:

« A esquadra portugueza faz-se tambem á vela amanhã; o numero de praças que leva soffreu um desfalque de 400 a 500 homens, os quaes sentaram praça e vão ser distribuidos pelos regimentos brasileiros; serviram-se de um meio pouco legal para allicia-los, deu-se a bordo leitura de um manifesto anterior do principe regente para o recrutamento das tropas no Brasil, e é possivel que tenham empregado outros meios; á medida que esses homens se apresentavam faziamnos passar para uma ilha fortificada; até á partida da divisão não subiu para bordo nenhum official e nenhuma artilharia.»

« Cette mesure a été désapprouvé par beaucoup de gens, c'est dans le fait une fourberie peu honorable au Gouvernement et c'est augmenter les germes de discorde plutôt qu'un accroissement de force; ces soldats tirés des différents corps et formant un régiment provisoire ne sont assurément l'élite

de la trouppe portugaise; ils ont cédé à l'appas d'une haute paie et au désir assez naturel après une longue traversée de rester à terre, mais pourra-t-on compter sur eux, si l'on en étoit réduit à les employer contre leur anciens camarades? »

Partiam entretanto os Portuguezes, intensificando-se cada vez mais essa corrente emigratoria; uns deixavam as terras do Brasil por sua propria vontade; outros, quer quizessem quer não, eram obrigados a emprehender viagem para Portugal, munidos dos competentes passaportes que as auctoridades, anciosas por vê-los pelas costas, se apressavam a dar-lhes; o Govêrno fazia executar as suas ordens sem que ninguem soubesse, e ia assim afastando todos os que não partilhavam suas idéas.

« Varios Portuguezes aqui estabelecidos aproveitam a partida da esquadra para embarcar para a Europa; alguns delles que se mostravam imprudentes no seu comportamento e na sua linguagem receberam passaportes para partir, com dia fixo para se irem embora, e isso sem que elles os pedissem; o Govêrno procura assim livrar-se sem ruïdo de todos aquelles que lhe são desaffeiçoados.»

Conta-nos o barão de Mareschal a peça que por esse tempo se pregou aos caixeiros portuguezes no Rio de Janeiro.

« Deux Régimens de milices de la ville, composés pour la meilleure partie de garçons de boutiques Portugais, ont fait présenter une petition au Prince, se plaignant du service qui leur faisait négliger leurs propres affaires; la tendance de cette pétition était de faire rester ici la trouppe portugaise, mais ils n'ont pas osé exprimer ce vœu; il leur fut répondu que l'on aurait égard à leur représentation et le jour du baptême ce furent les regimens de milices mulatres qui firent le service au grand déplaisir des autres qui réclamèrent, mais auxquels on répondit que l'on faisoit ce qu'ils avoient désiré; plusieurs des plus turbulents dentre eux on été arretés et envoyés en Europe.»

Era energica a attitude do Govêrno, a sua situação bastante firme. E tanto era assim que, embora crescesse o número de jornaes e folhetos, nenhum tinha a ousadia de o

atacar directamente. A imprensa fluminense, observa Mareschal, apezar do seu incremento, só extende a sua influencia ás provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo e até certo ponto ás de Minas e do Rio Grande do Sul.

Nos altos circulos do Govêrno não se fallava nem em finanças nem no Conselho de Estado, o que o diplomata austriaco explicava, achando possivel que o Govêrno julgasse mais prudente esperar pela partida da esquadra antes de tomar qualquer resolução.

No final do officio, que acabamos de reproduzir em seus trechos principaes, o barão Wenzel de Mareschal refere os recados de que d. Pedro incumbiu o commandante de um paquete portuguez que ia partir para a Europa.

« Le Prince Royal parait toujours être très déterminé; je l'ai entendu dire au capitaine du Paquebot Portugais qui est parti le 20, en lui remettant des depeches: si des membres des Cortès vous questionnent, dites leur bien qu'ils ne se donnent point la peine de délibérer beaucoup sur mon retour, je n'irai pas, je veux des Cortès délibérant et point d'assemblée souveraine et n'ai point peur.»

E accrescenta Mareschal:

« Il compte en avoir une ici dans trois mois.»

Por essa epocha desembarcava no Rio de Janeiro Lucas José Obes, deputado pela Banda Oriental:

« Un député de Montivideo est dejà arrivé; il porte la cocarde portugaise.»

OFFICIO DE 11 DE ABRIL DE 1822 — N. 11 — LETRA A

Partira barra afora a esquadra de Francisco Maximiano, e logo após dirigia-se para a provincia de Minas Geraes o principe d. Pedro.

Essa viagem havia algum tempo era projectada. D. Pedro e d. Leopoldina deviam primeiramente ir a S. Paulo, para que o accolhimento que essa provincia lhes havia de fazer, influisse na attitude de Minas.

« A partida do principe só foi annunciada pelo decreto publicado na *Gazeta* de 28, e todas as folhas, que appareceram desde então, mantêm até agora um profundo silencio

ácêrca dessa viagem e a respeito das razões que a motivaram.

« Le lendemain du départ du Prince, un Brick de guerre expedié extraordinairement de Lisbonne avec ordre de faire force de voile est entré dans ce port, il étoit porteur de dépêches pour le Prince et pour la Junte du Gouvernement qui d'après le décret des Cortès devoit étre etablie ici; les Ministres qui n'avoient probablement point prévu ce cas n'osèrent point ouvrir les dépêches; désirant toutefois en savoir le contenu, ils furent en corps chez Madame la Princesse Royale et lui rendirent compte de leur embarras, en la priant de vouloir prendre sur elle de les ouvrir. S. A. R. s'y est refusée en disant que comme c'étoit eux que son époux avoit chargé de l'administration ils devoient savoir ce qu'ils avoient à faire. Le refus de Madame la Princesse Royale me parait d'autant plus prudent que si le contenu de ces dépêches avoit donné lieu à prendre immédiatement quelques mesures, Elle auroit pu ne pas être approuvé par le Prince et créer un germe de mésintelligence et que cette auguste Princesse auroit par là eu l'air de prendre elle même un parti; tandis que jusqu'à présent quelles que puissent être ses opinions personnelles elle s'est strictement renfermé dans ses devoirs d'épouse et de mère.

« Ces dépêches ont été transmises au Prince, leur contenu n'a point encore transpiré, mais d'après des lettres particulières et plusieurs données, on suppose qu'elles devoient hater le depart du Prince et faire rester ici les deux divisions portugaises.»

— Approximavam-se as eleições para o Conselho de Estado e estavam convocados os eleitores:

« Esse Conselho, diz Mareschal, si o principe fôr feliz em Minas, poderá entrar logo no exercicio das suas funcções, as attribuições estão traçadas de uma maneira tão vaga que seria necessario esperar por essa epocha para se ter uma opinião a respeito delle.»

« Ici ainsi qu'à Saint Paul et au Sud on est tranquille et la marche du Gouvernement n'est pour le moment entravée d'aucune manière, le peu de mécontents qu'il y a se

bornent à accuser Mr. d'Andrada de gouverner absolument le Prince et d'être partial pour les Paulistes ses compatriotes; cependant depuis quelques jours un bruit sourd court dans la ville; qu'il y aurait le 18 à la reunion des electeurs un mouvement pour établir une Junte et abattre les Ministres; ceux que l'on nomme comme auteur du projet sont des Portugais, je ne crois point que si même il l'entreprenoit, ils puissent réussir, n'ayant aucune force sur laquelle ils puissent s'appuyer.»

OFFICIO DE 11 DE ABRIL 1822 — N. 11 — LETRA B

Este officio versa sôbre as noticias sensacionaes que então chegaram ao Rio de Janeiro a respeito dos graves acontecimentos, que se tinham dado recentemente na Bahia.

Desde o dia 24 de Março, diz Mareschal, as embarcações vindas de Campos haviam trazido novas de um combate travado na cidade da Bahia, com exito desfavoravel para os Brasileiros, noticias que haviam sido pouco depois confirmadas por navios procedentes desse porto.

« Uma narrativa tirada do *Semanario Civico,* gazeta do partido portuguez da Bahia, e os dous numeros d'*O Espelho,* que relatam os acontecimentos segundo as cartas dos Brasileiros, accusam cada um por sua vez os seus adversarios de terem sido os aggressores; entretanto é mais do que provavel, dada a moderação e a firmeza de animo até então manifestadas pelo general Madeira, que foram os Brasileiros os que primeiro aggrediram; o que ambos os partidos egualmente reconhecem é que várias casas foram saqueadas pelas tropas portuguezas, e que entre ellas figura um convento de monjas, cuja abbadessa mataram, diz Mareschal, alludindo no final desse paragrapho ao conhecido facto do assassinato vil e covarde da superiora do Convento da Lapa.

— Noticias de tanta gravidade não podiam, como era natural, deixar de repercutir vivamente nos animos dos Fluminenses.

« Esse acontecimento provocou aqui muita sensação, mas congraçou ainda a população em tôrno do principe regente,

cuja conducta firme e prudente os preservou dos desastres em que não se tinha pensado.»

A quanto montavam as tropas portuguezeas na Bahia? Segundo a opinião de Mareschal, a 4.000 homens, com a chegada á Bahia da esquadra de Francisco Maximiano, que se dava por certa, e da corveta *D. Maria da Gloria,* como parecia provavel.

Apezar de acreditar que com as fôrças de que dispunham os Portuguezes se podiam manter na Bahia, não julgava Mareschal que lhes fosse possivel tentar cousa alguma contra o Rio de Janeiro e as provincias do Sul do Brasil; para que pudessem faze-lo, diz elle, seria preciso que Lecor junctasse as suas tropas a essas fôrças, e mesmo assim não era no seu entender possivel a realização de similhante operação.

OFFICIO DE 20 DE ABRIL DE 1822 — N. 2

« J'ai eu l'honneur de rendre compte à Votre Altesse d'un mécontentement sourd qui régnait dans la ville et faisoit craindre que les elections des deputés au Conseil d'Etat fixées au 18 de ce mois ne donnassent lieu à quelques mouvemens révolutionnaires; plusieurs placards appellant le peuple aux armes pour abattre le Ministère ayant été trouvés, le Ministère crut prudent d'ajourner les elections jusqu'à nouvel ordre; ce qui eut lieu par une ordonnance de l'ancien *ouvidor* de cette ville sans qu'il fut assigné un motif à cette détermination; on envoyât en même tems des passeports, ainsi que cela avoit eu lieu auparavant, à quelques individus auxquels on attribuoit une part principale dans ces menées; l'ajournement des elections montrant de l'hésitation dans le Gouvernement, eut l'effet de toutes les mesures timides, et encouragea la malveillance; de nouveaux placards parurent, et un journal, le *Courrier de Rio de Janeiro* se mit à discuter le droit du Prince comme Régent de créer un Conseil d'Etat: plusieurs arrestations ont eu lieu, elles ont été faites de nuit et avec un appareil militaire; de nombreuses patrouilles et des piquets de cavallerie placés le soir aux différents points, montrent que l'on n'est point sans inquiétudes.»

« Toutes les personnes arretées sont des Portugais, entre autres un prêtre qui prêchait liberté et égalité aux nègres; aucun d'entre eux n'est marquant; dans le nombre de ceux qui ont reçu leurs passeports est un Magistrat connu de tous les tems pour factieux; toute cette cabale est dirigée contre le Ministère et particulièrement contre M. d'Andrada, qui est extremement odieux aux Portugais, comme Brésilien et parce que c'est à lui qu'ils attribuent la détermination du Prince de ne point quitter le Brésil; on suppose qu'il y avoit des liaisons entre cette faction et celle qui s'étoit emparé du Gouvernement de Minas. Il est remarquable que cette même faction n'ait absolument rien tenté ni pendant que la Division sous le Général d'Avilez se trouvoit en opposition ouverte avec le Gouvernement, ni pendant le séjour de celle de Francisco Maximiano de Souza; il y a cependant lieu de croire que ce dernier a encouragé le parti Portugais à entraver le marche du Gouvernement; les succès obtenus à Bahia et les 500 hommes de troupes Portugaises, que l'on a si imprudemment gardé ici, dont une partie aura été gagnée, ont fait le reste et l'absence du Prince leur a présenté l'occasion la plus favorable d'attaquer le Ministère.»

« Mon opinion est que celui-ci a pris par trop l'allarme, il n'est possible que cette faction puisse dans ce moment entrependre quelque chose de sérieux, le seul appui qu'elle pourroit trouver sont les inquiets hommes de troupes Portugaises, lesquelles isolées, surveillées, sans chefs ni point central, ne peuvent lutter contre la troupe du Pays réunie ici; en remettant les elections le Ministère s'est discrédité et des déportatiòns sans des faits qui les justifient déplaisent généralement; ce pays n'a jamais été habitué aux mesures rigoureuses, le Gouvernement du Roi étoit absolu mais il péchoit plutôt par l'excès contraire.

« Je ne doute point que le retour du Prince ne mette fin, au moins pour le moment, à cet état de chose, le mal qui en sera résulté sera d'avoir aigri les deux partis.»

Enquanto esses acontecimentos succediam no Rio de Janeiro, os Fluminenses ignoravam por completo a chegada de d. Pedro á capital da provincia de Minas Geraes, si bem

que ninguem duvidava já do bom exito da viagem do principe depois que passara por Barbacena e S. João d'El-Rei.

Da Bahia sabia-se que os Brasileiros tentavam levantar tropas no sertão, ficando a capital da provincia completamente dominada pelos Portuguezes, — e que o *São José*, do comboio de Avilez desembarcara na capital uma fôrça de pouco mais ou menos 200 homens. Quanto a Francisco Maximiano até 20 de Abril não se tinha noticia de que houvesse aportado á Bahia a sua esquadra.

OFFICIO DE 22 DE ABRIL DE 1822 — PS. AO N. 12

Não tardaram muito a chegar ao Rio de Janeiro noticias da entrada de d. Pedro na capital mineira, da proclamação que dirigira á tropa e aos moradores da cidade, e do modo por que tractara a José Maria Pinto Peixoto.

Deste ultimo facto diz Mareschal: « E' certo, uns o attribuem á clemencia do principe, outros dizem que esse perdão foi por assim dizer imposto pela attitude da tropa ».

Fôra um acto feliz a viagem do principe a Minas, tentando elle unir as provincias, resultado esse tão almejado por Mareschal: mas essa união apenas se firmava em uma parte do territorio brasileiro, via-se logo ameaçada em outros pontos do paiz.

A formação de um nucleo central, sôbre o qual devia firmar-se a auctoridade de d. Pedro, certamente, pela feição dos acontecimentos, havia de parecer ao barão de Mareschal uma cousa irrealizavel. E de facto, mal Minas voltava á obediencia, chegavam ao Rio de Janeiro pela fragata *D. Maria da Gloria* as mais graves noticias de Pernambuco, referindo a completa anarchia em que se achava essa provincia, não querendo ella sujeitar-se nem ao Govêrno de Lisboa nem tão pouco ao do Rio de Janeiro.

Causa reparo não entrar Mareschal em mais pormenores acêrca das desordens provocadas no Recife pela gente do filho de Gervasio Pires, ao grito de « morte aos Portuguezes ». A exacerbação que entre estes e os Brasileiros existia tambem no Rio de Janeiro e que o barão de Mareschal descreve tantas

vezes, não lhe havia de parecer que podia de um momento para outro desencadear-se, incitando os Brasileiros exaltados os seus patricios de Pernambuco? Esse silencio do agente diplomata austriaco é menos notavel ao repararmos no facto de dizer elle que a população do Rio de Janeiro se apaziguara um pouco mais depois de conhecidas as animadoras noticias vindas de Minas, deixando assim ver a intranquillidade da capital fluminense, agitação que elle reconhecia existir tambem no Rio Grande do Sul, onde lavrava descontentamento por se ter mandado regressar a essa provincia alguns empregados que o Govêrno Rio Grandense expulsára por crime de malversação.

OFFICIO DE 17 DE MAIO DE 1822 — N. 14 — LETRA A

A 5 de Maio chegou d. Pedro ao Rio de Janeiro depois de rapidissima viagem qualificada por Mareschal prodigiosa:

« Le 5 jour de la naissance de S. M. la Reine le Prince Régent que les Ministres avoient informé de ce qui se passoit ici arriva sur les sept heures du soir ayant fait la distance de 80 lieues portugaises en quatre jours accompagné seulement de deux personnes, ce qui est prodigieux dans ce pays où il n'y a pas de relais. Il fut de suite avec Madame la Princesse Royale au spectacle. Son arrivé inattendue, les succès qu'il avoit eu à Minas, d'où il amenoit avec lui le lieut. Cel Pinto qui avoit eu le commandement militaire à Willa Rica, portèrent l'enthousiasme du peuple à un très haut degré, une illumination générale eut lieu pendant trois jours.»

Promovido Pinto Peixoto a brigadeiro, fôra lhe confiado o commando da cavallaria no Rio de Janeiro.

« C'est, diz Mareschal, plutôt le prix de sa soumission qu'une récompense méritée et n'est point un sujet d'émulation pour ses camarades qui s'en plaignent amèrement.»

A 3 de Maio fundeava no porto do Rio de Janeiro o paquete inglez do mez de Março trazendo da Madeira uma cópia do relatorio que a Commissão dos Negocios do Brasil havia apresentado ás Côrtes.

A respeito dos documentos trazidos por esse navio e dos acontecimentos provocados pela sua divulgação na capital fluminense, diz Mareschal:

« Ce rapport, qui doit depuis longtemps être connu de Votre Altesse mais que je joins ici par précaution parait montrer que l'on est disposé à accorder beaucoup des points réclamés par les Brésiliens et ne tranche la question d'une manière opposée que pour l'extinction des tribunaux; il fut de suite reimprimé ici et causa une très grande joie, je vis le Prince le même jour. Il me parut triomphant de ce que les Cortès se voyoient forcé de reconnoitre sa franchise et sa loyauté. Mais il ne s'écoula point trois jours que l'esprit Public travaillé par les journaux, qui sont tous plus ou moins dans le parti Brésilien avoit totalement changé de direction; le rapport precité, ainsi que le projet d'une loi de commerce entre les deux pays furent analisés et violemment attaqués; on remarqua que dans le premier le séjour du Prince n'étoit de nouveau que précaire, que ce n'étoit donc qu'un manège, pour en priver le Brésil; que dans ce moment même les Cortès persistoient à lui refuser le titre de Régent, ne le qualifiant toujours que de Prince Royal, ce qui n'étoit point fait sans but; que l'on abolissoit les tribunaux de dernier appel sans les remplacer; dans le second, que la réciprocité n'étoit qu'apparente; que le Portugal prenoit ses denrées coloniales du Brésil, parce qu'il ne pouvoit les avoir à aussi bon prix des Colonies anglaises ou françaises qui étoient obligés de les importer dans leur Mère Patrie, tandis qu'en prohibant au Brésil les denrées et objects de manufactures étrangères qu'ils pouvoient tirer également du Portugal, on les erigeoient en monopole, en faveur de ce pays; qu'une preuve du peu de sincerité des Cortès d'importer au Brésil des munitions de guerre et navales publiée par le Consul Portugais à Londres et arrivé ici par le même paquebot.

« Il parait que le Ministère a lui-même encouragé ces opinions; une *Portaria* aux tribunaux qui n'a point été publiée dans les journaux et dont j'ignore la date précise, ordonne que dérogeant au décret de S. A. R. du 28 août 1821 les tribunaux n'ayant à mettre en exécution les decrets

des Cortès, qu'après qu'ils auront reçu la sanction du Prince Régent, dans son Conseil d'Etat. Le Gouvernement de Lisbonne a fait l'essai de tirer une lettre de change de 60 *contos*: 150.000 fl. sur le trésor ici, elle fut protestée.

« Ce mécontentement contre les Cortès de Lisbonne nourri et aggravé avec soin par les feuilles périodiques, donna lieu le 13, jour de la naissance de S. M., à un acte que je ne sais comment qualifier au juste. Votre Altesse en trouvera la relation dans un article du 16 ici joint en original et traduction sub n. 5.

« Cette relation assez curieuse en elle-même n'est nullement conforme à la verité; voici le fait.»

Entra, pois, Mareschal a descrever a acclamação de d. Pedro como Defensor Perpetuo do Brasil. Testimunha ocular desse grande acontecimento, relata-o com pormenores corrigindo a versão publicada pela imprensa.

« Depuis le mois d'Octobre de l'an passé on a à différentes époques répandu le bruit que le Prince seroit acclamé comme Roi ou comme Empereur, depuis son retour de Minas, quelques placards écrits à la main et disant qu'il fallait se l'attacher par un lien indissoluble y faisoit de nouveau allusion; le 11 et le 12, des petits billets écrits à la main portant, *les amis* du Brésil donneront les *vivas* suivants: *après ceux à S. M^te.*, *Vive le Prince Régent Perpetuel Protecteur et défenseur constitutionnel du Royaume uni du Brésil* — circulaient; cette formule du Royaume uni du Brésil, ressembloit assez aux Étas Unis de l'Amérique du Nord et aux provinces unies du Rio de la Plata. Le 13 je n'arrivai à la Cour qu'après que les *vivas* de la trouppe avoient eu lieu, elle défiloit, je vis à peu près 4.000 hommes habillés à neuf avec un changement dans les uniformes, ayant une très bonne tenue, les 500 portugais étoient incorporés dans les différents corps; je vis la garde d'honneur qui s'étoit formée de volontaires, officiers de milices, lorsqu'il fut question du voyage de L. L. A. A. R. R. à S^t. Paul; elle est effectivement vêtue exactement comme la garde Bohême qui accompagnoit S. M. l'Empereur dans la dernière campagne; sans que je puisse savoir comment ils y sont parvenus, car en supposant même, que Madame la Princesse Royale pour qui c'étoit un compliment voulut bien

le leur dire, comment aurait-elle pu expliquer le détail d'un uniforme; je fus à la Cour depuis 11 1|2 jusqu'à 1 heure sans entendre un seul *viva* ou un mot qui eut rapport à cette affaire; m'informant de ce qui avoit eu lieu avant mon arrivé, on me dit que l'on avoit donné des *vivas* que l'on n'a pas pu comprendre, que c'étoit le général qui avoit commencé et avoit été répété par les chefs du corps et ensuite par la trouppe, comme un commandement; la trouppe après avoir defilé étoit retourné à ses quartiers.

En traversant les appartemens pour me retirer une personne me dit que l'on avoit fait appeller la Camara pour faire un acte d'acclamation; le soir j'appris que la Camara étant réuni le matin pour une cerémonie, le président avoit proposé à ses membres d'aller tous ensemble au Palais; à peine y furent-ils arrivés, qu'il leur dit que des *vivas* d'une nature particulière avoient eu lieu, qu'ils devoient en prendre acte et qu'il fallait aller chercher des personnes qui ayant dejà baisé la main du Prince vouloient s'en aller chez eux, disant qu'il falloit attendre, qu'ils signeroient comme témoins; le sénat introduit dans la salle d'audience, le Président adressa un discours au Prince qui répondit (à ce que j'ai su par un des membres) : Protecteur non, je ne suis le Protecteur de personne, je crois que l'on peut être satisfait de ce que j'ai fait jusqu'à présent et que je continuerai de même. Il adressa alors l'orateur à Mr. d'Andrada qui était présent; après quelque discussion le Prince dit: « eh bien, par condescendance pour le peuple et au nom de mon Père, j'accepte », il s'avança à la croisée en disant: je suis sensible à l'attachement que me montre le peuple et ferai tout ce qui est en mon pouvoir pour le mériter. Il signa et toutes les personnes encore présentes au Palais signèrent; aucun Portugais ne refusa, mais plusieurs cherchèrent et parvinrent à s'esquiver.

Le soir au spectacle il y a eu le plus grand enthousiasme; depuis longtemps je me suis privé de cette distraction, pour pouvoir sans donner ombrage, éviter d'y être en pareille occasion.

« On a depuis continué à signer cet acte, mais il n'en est rien parue au public jusqu'à présent, que la relation jointe qui n'est pas même un article officielle.

« C'etoit évidemment un coup monté; on l'attribue au Brigadier Domingo Alves Branco et au Juge de fóra président de la Camara, deux têtes très échauffés; il parait difficile de suposer que le Ministère n'en ait eu aucune connaissaince mais d'après sa contenance je crois qu'il n'a pas cru que la chose iroit aussi loin, et qu'il a pensé qu'il étoit utile que l'on s'habituat à regarder le Prince comme le défenseur de ce pays et à rendre son départ impossible; sans se douter que la Camara tiendroit à en faire un acte; pourquoi sans cela y aurait-il une différence si marqué dans ce que l'on invitoit à faire, ce qui eut lieu et la manière dont le Prince a signé, je crois que la chose en restera là, mais elle n'en a pas moins une mauvaise tendance et étoit au moins inutile; dans ce moment c'est changer de rôle et devenir l'agresseur; les Brésiliens sont dans l'enthousiasme, mais les Portugais qui étoient tranquillisés depuis le retour du Prince, sont de nouveau très aigris; ces signatures vont devenir un nouveau signe de ralliement.

« La tendance en général devient tous les jours plus américaine; on parle déjà ouvertement de Cortès ici; Mr. d'Andrada va même plus loin et je l'ai entendu dire à la Cour devant vingt personnes tous étrangers, qu'il fallait la grande Alliance ou Fédération Américaine, liberté entière de commerce; que si l'Europe s'y refusoit on fermeroit les ports et adopteroit le sistème de la Chine, que si venait les attaquer, leurs forêts et leurs montagnes seroient leurs forteresses, que pour une guerre maritime on y perdroit plus qu'eux, que du reste il falloit se garder... et de crier, que le Gouvernement devoit agir comme la Nature, que ses moyens étoient le tems et l'espace. L'un ne leur manque point et pour l'autre il n'y a qu'à l'attendre; qu'il falloit qu'il fit des routes et des canaux, qu'il veillat à ce que la Justice fut administré impartiallement, que l'on mit fin à la traite et créat de bonne écoles et des jeux gymnastiques pour former la jeunesse et endurcir la race.»

Julgamos acertado, e creio que nisso não nos enganamos, transcrever por completo a narração acima, tão interessante é pelo conjuncto e tambem pelos pormenores que Mareschal nella relata.

No presente officio, depois de descrever o que se passára na cidade do Rio de Janeiro, o barão de Mareschal passa uma vista geral sôbre o que ia pelas provincias, não deixando, ao fallar da Bahia, de encomiar altamente a attitude e as qualidades de Madeira, sem dúvida por ver nesse militar o principal sustentaculo da auctoridade de d. João VI, o que para um «ultra-monarchico» como o proprio Mareschal se qualificara, constituia para elle o maior merito do chefe portuguez.

«Tel est, mon Prince, la position du moment, l'autorité du Prince est reconnue dans toutes les Provinces du Sud et du Centre, excepté Bahia; à Minas, S^t^. Paul presque généralement en sa faveur et il a effectivement beaucoup fait pour la mériter; à Pernambouc on est en suspens mais plutôt pour que contre lui; Bahia est occupé militairement par les Portugais; on y conspire tout haut et le G^al^. Madeira a été obligé de faire fermer les églises dans la semaine sainte pour éviter un rassemblement, quel que soit la fermeté et la modération de ce militaire si distingué, cet état violent ne saurait durer; il me parait qu'une rupture totale devient tous les jours plus inévitable; le Ministère ici parait vouloir y contribuer et ne pas la craindre; quoique l'on dise le Prince (c'est mon opinion) ne prendra jamais un titre quelconque tant que son père vivra, mais il me semble bien décidé à rester ici et à se soutenir par tous les moyens; je crois qu'il a beaucoup de chances de réussir, quoique les Cortès ici l'embarasseront beaucoup.»

Mareschal não desanimava por prever as difficuldades que, no seu entender, os deputados brasileiros haviam de crear á politica de d. Pedro. Muito pelo contrario: não só via acertadamente que a posição do principe a seu respeito havia de ser muito diversa da situação de d. João VI perante as Côrtes de Lisboa, como opinava que o unico meio de manter a união entre Portugal e o Brasil era transferir para a America a séde do Governo Real: «Si a união, diz elle, se puder realizar um dia, só se poderá conseguir esse resultado, tendo-se aqui a séde da monarchia; não é portanto impossivel que no futuro isso aconteça!

Tão rapida era porém a successão dos acontecimentos,

que os Fluminenses já nem recordavam os movimentos politicos e militares que tão recentemente os haviam sobresaltado.

« A direcção, diz Mareschal, que tem tomado o espirito publico tem quasi feito exquecer a Revolução; os principaes auctores della eram sempre Portuguezes, os quaes pela sua propria origem não tinham conseguido impôr-se.»

O final do interessante e extenso officio, que ora acabamos de resumir, contem breve mas significativo elogio a d. Leopoldina. Testimunha dos acontecimentos que se verificaram, correndo perigo, como Mareschal já disse em outro officio, de se ver envolvida de modo imprevisto nas graves situações politicas que a cada momento se apresentavam, a archiduqueza a todos, a Brasileiros como a Portuguezes, inspirava estima.

« Nenhum Portuguez a censurou, tão prudente tem sido e tão bondosa se tem ella mostrado para com todos.»

OFFICIO DE 17 DE MAIO DE 1822 — LETTRA B

Por essa epocha chegou ao Rio de Janeiro a corveta ingleza *La Créole*; vinha da costa sul-americana banhada pelo Pacifico e trazia noticias do que alli se passara.

Como sempre observando com attenção os successos de que era theatro essa região americana e julgando que deviam interessar Metternich, o barão de Mareschal consagra um officio especial á relação das noticias tão interessantes que soubera e de que fôra portadora a corveta britannica. Começa dando por alto a biographia de San Martin e referindo a desharmonia latente entre elle e Cochrane.

« Après la bataille de Maypu qui le rendit maitre du Chili, on voulut l'y faire chef du Gouvernement, il s'y refusa en disant qu'il devoit libérer le Pérou mais proposa d'y placer son ami O'Higgins qu'il soutiendroit; il réunit ses trouppes à Mendoza; en vain le Gouvernement de Buenos Ayres le rappella et les différens partis cherchérent à s'en appuyer; rien ne put le détourner du grand objét qu'il avoit en vue, ce fut lui-même qui fit entrer au service du Chili, Lord Cochrane contre l'avis de son ami O'Higgins, qui lui predit qu'ils ne pourroient point

rester d'accord: il crut ne point devoir s'arreter à cette considération ayant besoin d'un homme audacieux, ce fut principalment avec ses fonds que furent achetés les armes et les munitions et enfin après trois ans d'attente il débarqua au Pérou avec deux mille Bayonetes de trouppes mal payés, mal organisés, tandis que les espagnols en avaient 7.000 de très bonnes à Lima; en temporisant, en négociant, il s'est enfin rendu le maitre sans coup férir; Il est sans contredite l'homme le plus marquant de l'energique Espagnol du Sud dans ce moment et le seul qui puisse donner une forme et une consistance quelconque au Pérou et au Chili; mais il parait que son autorité n'est point assez établie pour rétablir l'ordre et mettre fin à la guerre et aux assassinats réciproques dont les Europeéns contre lesquels la haine est forte au plus haut degré sont les plus souvent les victimes. »

Depois de tantos elogios tributados a San Martin, justos sem dúvida para o grande Argentino, mas cujas tendencias monarchicas, segundo ouvira, haviam de por certo muito influenciar as apreciações do barão de Mareschal, este refere ao principe de Metternich (cousa de que o grande ministro austriaco havia de com certeza maravilhar-se) que San Martin era acoimado de poltrão:

« On reproche a Saint Martin un manque absolu de bravoure; il me paraît qu'on ne peut au moins lui refuser le courage d'esprit nécessaire pour former et mener à fin de grandes entreprises. »

« Lord Cochrane n'est qu'un brigand audacieux, capable de tout, mais qui ne connaît qu'un but et qu'un désir, l'or; également prêt à commettre un grand attentat et une lézinerie pour un écu, les faits les plus extraordinaires en ce genre sont connus de lui. »

De mais perto, das regiões platinas, não eram muito animadoras as novas que trouxera a fragata ingleza *La Créole*:

« Le Gouvernement qui dans ce moment est le plus en ordre est celui de la Province de Buenos Ayres, il paroit avoir une tendance à entrer avec le Brésil dans une espèce d'alliance ou de fédération: mais dans l'interieur l'anarchie est encore bien grande, chaque ville a son gouvernement, ses lois, ses factions qui la déchirent. »

OFFICIO DE 26 DE MAIO DE 1822

Não considerava o barão de Mareschal exgottado o assumpto da proclamação de d. Pedro a Defensor Perpetuo do Brasil: impressionado como ficara pelo importantissimo facto, volta a occupar-se delle, não deixando de consignar sempre em sua correspondencia os pormenores de tão decisivo acontecimento.

Desatinado, desorientado pelos factos que via succederem-se vertiginosamente deante de seus olhos, importantes pelas consequencias que fatalmente teriam, ora espera animado pelo tino com que procedem d. Pedro e o seu Govêrno, ora vê proximo o fim desastrado do principe e da sua familia e despenhar-se o Brasil em um abysmo de males e de desordens.

« Le même jour, diz Mareschal fallando do dia 13 de Maio, la représentation au Prince Régent parut comme brochure: on l'attribue a Mr. d'Andrada lui-même, elle fut sur le champ colportée et revetue de signatures, et le 23 la Camara se rendit au Palais dans le même cérémonial que le 9 Janvier et la présenta à S. A. R. Sa réponse publiée par la Camara est: qu'il étoit informé de la volonté du peuple de Rio et que dès qu'il connoitra celle des autres provinces, soit par l'organe de leurs Camaras ou par celui de leurs gouvernemens généraux, Il se conformeroit immédiatement aux vœux des peuples de ce grand, fertile et richissime Royaume du Brésil.

« Il y avoit beaucoup de monde sur la place public; le Président de la Camara fit connaître de la croisée du Palais la réponse du Prince, et cria ensuite Vive le Prince Royal, Vive le Prince Régent, Cons^el^. Protecteur et Defenseur perpetuel du Royaume du Brésil; Vive D. Jean VI Roi de Portugal: Vive l'union avec reciprocité entre le Portugal et le Brésil. Voilà mon Prince, ce que j'ai appris par un temoin oculaire digne de foi. »

Conta em seguida Mareschal uma entrevista que tivera com José Bonifacio:

« Ayant demandé à Mr. d'Andrada il y a deux jours, quand je pourrai le voir pour lui parler des intérets d'un

sujet autrichien il m'avoit fixé la matinée d'aujourd'huy; j'y fus, il me parla de la représentation d'hier, mais loin de s'en avouer le moteur il me dit: que voulez vous, tous les esprits sont portés vers cela, on ne peut pas résister au courant, nous sommes dans un état de fièvre; le Prince ne le fera que si toutes les Provinces sont d'accord, mais on demande des choses ridicules, où trouver cent députés, c'est impossible, le Prince, si c'est le cas, les convoquera et fixera le nombre. Je lui parlai d'un écrit intitulé — réclamation du Brésil qui attaque fortement et avec de bonnes raisons cette démarche et il convint qu'il le trouvoit bien fait. »

Deixava Mareschal para depois transmittir a Metternich, prova da importancia que lhes attribuia e com razão, todos os documentos relativos a « cette affaire qui précipitera, je crains bien, diz elle, le Prince Royal, sa famille et tout ce pays dans un abime de maux et de désordres qu'il eut été facile d'éviter. »

Acima dissemos quanto o pobre do barão de Mareschal se achava desorientado.

A sua perplexidade tocara ao auge ao ouvir as declarações propositalmente ambiguas, que lhe faziam os membros do Governo.

« Les elections pour les procureurs généraux au Conseil d'Etat sont fixés ici au premier de Juin, celles de Saint Paul et Minas ont déjà eu lieu; le Ministère m'a dit qu'elles étoient dans le bon sens; reste à savoir ce qu'il entend par là. »

OFFICIO DE 3 DE JUNHO DE 1822 — N. 16 — LETTRA A

O presente officio que encontramos na correspondencia do barão de Mareschal e que este expediu, cifrado, do Rio de Janeiro, é em extremo interessante.

Não só José Bonifacio declara a Mareschal que já tinha pensado em pedir ao Govêrno austriaco a remessa de tropas para o Brasil, como Mareschal communica a Metternich a intenção que tinha a Regencia de enviar á Europa agentes para recrutar tropas austriacas ou suissas destinadas a prestar serviço no Brasil e sustentar o govêrno de d. Pedro.

Trasladamos na integra a communicação cifrada do barão de Mareschal:

« Mon Prince,

J'ai appris qu'on avoit l'intention d'envoyer à Vienne le médecin Schaefer, allemand, aventurier, qui a su se rendre agréable au Prince Régent et à Monsieur d'Andrada, pour négocier un envoi de troupes ou autrichiennes ou suisses. Le 24 étant chez le ministre des Affaires Etrangères il me dit, en parlant de l'Autriche, qu'il avoit eu l'idée d'entrer dans une négotiation pour l'envoi de quelques troupes; je lui répondis, que j'ignorais absolument le point de vue sous lequel la Cour voyait les affaires du Brésil, mais que mon opinion personnelle était que Sa Majesté l'Empereur ne s'étant pas crue appelée jusqu'ici à intervenir dans les affaires du Portugal, il me sembloit que' Elle le voudroit encore moins pour celles de l'Amérique; je n'avais ancune instruction et me bornais à faire de simples rapports. J'ignore si on donnera de la suite à ce projet. »

OFFICIO DE 3 DE JUNHO DE 1822 — N. 16 — LETTRA B

Decididamente empolgado estava o barão Wenzel de Mareschal pela proclamação de d. Pedro; esse mysterio que elle com afinco procurava elucidar, encobria para elle o auctor ou os auctores da representação que motivara a acclamação de d. Pedro a Defensor Perpetuo. Ora propendia a julgar que José Bonifacio fôra o promotor della, ora attribuia a sua auctoria ás sociedades secretas.

Interessantes são sem dúvida as apreciações do diplomata austriaco a respeito das personalidades mais em destaque nesse periodo importantissimo da nossa historia.

Os elogios que tributa a José Joaquim da Rocha e a Cayrú são dignos de registo, pois é de crer que Mareschal os conhecesse pessoalmente. Não menos notaveis são as apreciações que faz sôbre a personalidade do patriarcha da nossa Independencia, em quem elle reconhece, e não pela primeira vez o consigna por escripto, qualidades excepcionaes ao lado de defeitos imperdoaveis em um vulto de tamanha grandeza.

« Cette démarche, diz Mareschal fallando da representação, que beaucoup de personnes attribuent à Mr. d'Andrada, n'a eu jusqu'à présent aucune suite: rien n'a été inséré à cet égard dans trois numéros de la gazette officielle qui ont paru depuis. »

« On croit généralement à présent qu'elle fut l'œuvre d'un club, composé de Portugais et Brésiliens d'ici; assemblée qui a des principes très révolutionnaires et est peut-être même en liaison avec celles de Portugal: il existe également une autre société secrète, purement Brésilienne, mais à principes modérés et monarchiques: c'est de cette dernière dont Mr. d'Andrada fait part à ce que l'on dit: la réponse du Prince qui est regardée comme évasive doit lui avoir été conseillée par un sieur Rocha, membre de le plus influent de cette société et qui a eu la plus grande part dons tout ce qui s'est fait ici depuis le mois de janvier: c'est un avocat, homme de beaucoup de talent et de beaucoup d'activité, qui à la formation de ce Ministère refusa d'y entrer en disant qu'il valait mieux qu'il fut encore composé en majorité de Portugais; du reste j'ai appris depuis que la phrase qui dans la feuille imprimée termine la représentation étoit supprimée dans celle présentée au Prince, et le fait de *vivas* donnés au *Roi de Portugal* ne m'a été confirmé par personnes. La feuille ci-jointe sub n. 1 (é á *Reclamação* do Brasil, parte XIV, de 23 de Março de 1822, assignada *Fiel á Nação,* que Mareschal se refere) a beaucoup contribué à éclairer l'opinion publique et même celle du Prince; son redacteur Mr. Lisboa, directeur de l'imprimerie et des études est un vieillard très considéré; en général les gens modérés, Brésiliens et Portugais n'ont gouté ni la dernière représentation ni l'acte du 13 Mai et ont été très satisfait de voir le gouvernement les éluder; l'une et l'autre démarche a été regardée comme ayant une mauvaise tendance et étant prématurée; ils se sentent assez forts contre les Cortès de Lisbonne, pour n'avoir pas besoin d'avoir recours à de pareilles moyens et craignent tout ce qui pourrait les replonger dans les troubles et la révolution; la séparation du Portugal n'est pas même désiré, je n'en crois pas moins qu'il sera difficile de l'empecher, aucun des deux partis ne voulant céder à l'autre la suprematie, Il est également difficile d'affirmer que Mr. d'Andrada ait été

le moteur de la dernière représentation et qu'il y ait été étranger; d'un coté il m'en a parlé comme d'une chose intempestif en général et mauvaise en ses détails; regardant le nombre de cent comme surpassant de beaucoup ce que le Brésil pouvoit donner et insistant sur la nécessité absolue que les Ministres eussent siège et voix dans l'assemblée; de l'autre, quoique homme d'esprit et d'instruction il est un enthousiaste, qualité peu propre pour un homme d'état; ce qui me parait le plus vraisemblable, c'est qu'il n'a au moins pas voulu entraver la chose, craignant pour sa popularité, à la quelle son indiscrétion, sa vanité et un népotisme très marqué pour sa Province, ont portés plus d'une atteinte. »

— Corria o mez de Junho, e a 26 entrava pela barra do Rio de Janeiro fundeando no porto o paquete de Lisbôa, portador de noticias dos debates nas Côrtes e trazendo ordem para o Govêrno de extinguir os tribunaes « ordem — diz Mareschal, que não se quer executar, pois para isso seria necessario um decreto do principe regente ».

O diplomata austriaco conta que nessa occasião, contrariamente ao que se fazia de costume, nada se publicara a esse respeito.

— Em fins do primeiro semestre de 1822 realizaram-se no Rio de Janeiro as tão annunciadas eleições de procuradores ao Conselho de Estado, e os Fluminenses aguardavam noticias das verificadas em Minas e em S. Paulo.

A situação politica conservara-se no entanto incerta deante de acontecimentos tão graves; á observação do barão de Mareschal era patente um facto singular: ao passo que baixava a popularidade de José Bonifacio, mais d. Pedro conseguia firmar o seu prestigio.

« Le Prince Régent a infiniment gagné dans l'opinion publique, quoique Mr. d'Andrada son Ministre ait perdu une partie de sa popularité; outre sa conduite à Minas, on ne peut se dissimuler qu'il a profité de l'experience acquise depuis un an, ses propos sont plus modérés et il est plus accessible à de bons conseils; le respect qu'il a montré dans toute occasion pour son Père, dont il met chaque fois le nom en avant, a beaucoup contribué à lui gagner les cœurs; car le Roi est encore très aimé, mais n'est regretté de personne, parce que l'on

a la conviction qu'il manquoit de la force et de l'énergie nécessaire pour rétablir l'ordre; on voit avec plaisir la confiance que S. A. R. accorde à ses Ministres, en général, parce que tout le monde sent qu' avec le sistème de méfiance du Roi, qui regardait un Ministre comme son ennemi dès qu'il l'avait nommé, la Chose ne pouvoit jamais aller.

« En général l'allure du Gouvernement est devenu plus monarchique; la gazette officielle en a pris le caractère et est plus moderée. — Les citoyens de Bahia residant ici ont fait célébrer un service funèbre pour les victimes, *tant Portugais que Brésiliens,* des troubles qui y avoient péris. »

Os promotores desses funeraes haviam convidado o barão de Mareschal a assistir á ceremonia; este, sempre cauteloso, não foi, de accordo com a mesma norma de conducta que se traçara: não tomar parte em acto algum que estivesse fóra do circulo estricto dos seus deveres.

Por essa epocha chegara ao Rio de Janeiro Chamberlain, Consul Geral britannico, vindo da Europa. Passara elle pela Bahia e por Pernambuco trazendo deste ultimo porto as noticias mais tristes; segundo referia, alli dominava a mais infrene anarchia, a perseguição dos Portuguezes era encarniçada, correndo os Europeus serio perigo, e as cousas estavam em tal pé que se chegara mesmo a temer « que bientôt la population blanche ne se trouve tout entière dans ce cas. »

A impressão que Chamberlain tivera da Bahia era a de uma praça de guerra occupada por uma guarnição inimiga. — Não só para os negocios internos do paiz e para as relações com as Côrtes de Lisbôa se voltavam as vistas dos Brasileiros.

Mareschal refere quanto solicitavam a attenção do Brasil: a attitude da Inglaterra e da França.

« Deux puissances étrangères sont dans ce moment l'objet de politique extérieure qui fixe les yeux des Brésiliens, l'Angleterre qui a presqu' exclusivement le commerce de ce pays — autant par le nombre de ses capitaux, que par le traité existant, et la France ».

A Inglaterra não alterara a attitude que tomara para com o Brasil, nem reforçara a esquadra que protegia o commercio britannico nas costas da America meridional. A unica cousa que na opinião de Mareschal podia parecer uma medida

de vigilancia por parte da Inglaterra era o facto de fazerem escala pelo Rio de Janeiro os navios de guerra inglezes, que se dirigiam para o Cabo da Bôa Esperança ou para á India.

A França, pelo contrario, reforçara consideravelmente á sua divisão naval no Rio de Janeiro, e com esse augmento das fôrças navaes francezas inquietavam-se muito os Brasileiros, diz-nos o barão de Mareschal.

« On parle, continúa o diplomata austriaco, d'un arrangement entre le Portugal et la France pour la navigation de l'Amazone et la cession de la Guyane Portugaise, d'autres se rappellent le projet dont il fut question pour fonder un trône à Buenos Ayres. »

« Quelle que puisse être le véritable but de cet armement, il est certain que jusqu'à présent les batimens de l'une et l'autre nation ont été entièrement neutres et n'ont pris aucune part quelconque aux affaires intérieures de ce pays. »

OFFICIO DE 3 DE JUNHO DE 1822 — N. 19 — LETTRA A

A calma apparente que a situação politica da Bahia apresentava á primeira vista, encobrindo o perigo latente que a ameaçava, não deixava descuidado o principe d. Pedro. Para alli partiam officiaes encarregados de enquadrar as fôrças brasileiras que se organizavam na provincia, para onde seguiam transportes armados levando tropas a bordo, remettendo-se tambem do Rio de Janeiro as munições necessarias.

Antes de enviar essas tropas, d. Pedro havia dirigido duas cartas, uma á Juncta Provisoria e outra a Madeira. Esta ultima, que devia ter sido expedida pelo ministro da Guerra, não o fôra e só tres dias depois o ministro informou d. Pedro do atrazo, dizendo que se tinha exquecido.

« On l'a de suite expedié, diz Mareschal, par un batiment particulier et on espère qu'elle arrivera à tems, une de ces lettres se rapportant à l'autre. S. A. R. mécontente d'un oubli, si c'en étoit un, aussi compromettant, a sur le champ donné la démission à ce ministre et a confié provisoirement le portefeuille de la guerre au Brigadier Nobrega, Brésilien qui a montré beaucoup de zèle et d'intelligence dans les derniers événemens. »

O barão de Mareschal via partir do Rio de Janeiro o refôrço de navios de guerra, tropas e munições com destino á Bahia, e ao mesmo tempo pensando sôbre o caso, não via remedio algum para a situação sem saïda, que nessa provincia se creára: de um lado estava de pé o decreto de Abril de 1821 que confiava a Regencia a d. Pedro, e de outro havia o facto das relações directas que a Bahia entretinha com as Côrtes de Lisbôa, segundo o decreto do Govêrno dessa Provincia, publicado antes da chegada de d. João VI á Europa.

Deante de tal confusão, Mareschal resolve-se pela razão da força maior:

« La position du Prince est telle que de quelque coté que soit le droit, la possession de Bahia justifieroit politiquement toute mesure prise à cet effet. »

Bem pouco animadoras eram as noticias mais recentes que da Bahia tinham então o Govêrno e a população do Rio de Janeiro. Sabia-se que Madeira dissolvera a Juncta provisoria, que tentara proclamar d. Pedro como Defensor do Brasil, e que a Camara da capital tivera a mesma sorte: — sabia-se mais que os Brasileiros tinham fixado o dia 24 de Junho, festa de S. João, para atacar as fôrças lusitanas.

« On assure que le commandemant de la trouppe embarquée a été donné à un Français nommé La Battue, qui vient d'entrer au service; d'autres nomment le colonel Useley, Anglais; l'un et l'autre sont également mauvais; le premier après avoir commis un crime d'insubordination dans la guerre d'Espagne a reçu se grâce de Napoléon à condition de se rendre à Venezuela, où il vouloit se ménager des intelligences et d'y prendre service; l'autre est une si mauvaise tête que le Mareschal Beresford le renvoya du service du Portugal. »

OFFICIO DE 3 DE JUNHO DE 1822 — N. 19 — LETTRA B

Com este officio Mareschal remette a Metternich as instrucções para as eleições de deputados e o decreto que se publicara havia pouco a respeito da liberdade de imprensa. Os jornaes não atacavam com violencia nem o projecto de dualidade de Camaras nem o decreto sôbre liberdade de imprensa, refere o agente da Austria, o qual, entretanto, previa

que havia de constituir motivo de serio descontentamento a desproporção notavel no numero de deputados eleitos por cada uma das provincias.

Claro lhe parecia o programma do Govêrno, mas não julgava segura a sua situação pela incerteza do apoio que encontraria entre os representantes do paiz.

« Il est plus sûr des deputés de l'intérieur que de ceux des villes maritimes où un parti anarchique existe, mais sera-t-il assez fort pour soutenir cette mesure? »

A direcção energica que José Bonifacio imprimia ás redeas do Govêrno revelava-se de modo evidente para o barão de Mareschal com a publicação da nota, que expedira em resposta a uma communicação do consul britannico, declarando que apezar da prohibição do Govêrno de Lisboa teriam livre entrada no Brasil as munições de guerra.

Pela energia da sua redacção esse documento attrahiu a attenção de Mareschal, que se apressou em transmitti-lo a Metternich: e maior importancia deu a essa nota por fallar José Bonifacio com toda franqueza ao funccionario inglez na nomeação de um consul geral do Brasil em Londres. Causa especie o facto do barão de Mareschal referir-se apenas a documento de tamanho valor e a transmitti-lo, deixando de o commentar, como era seu costume em casos similhantes.

O socêgo de que gosara anteriormente a capital da provincia de S. Paulo via-se em meiados de 1822 perturbado por serios disturbios, que, felizmente, não se alastraram alêm dos limites da cidade. Mareschal não põe dúvida em attribuir a Oyenhausen a responsabilidade dessas desordens, mas accrescenta:

« Il est évident que l'indiscrétion et le népotisme du ministre Andrada en est la première cause. Le Gouvernement n'a jusqu'à présent pris aucune mesure ostensible, mais il y a envoyé le capitaîne-mór Rocha, qui y jouissoit d'une grande influence; cet individu a rebroussé chemin à une vingtaine de lieus de la ville, ne trouvant point les esprits assez bien disposés pour pouvoir éxécuter sa mission. »

Unica resolução para tão grave caso parecia-lhe a presença de d. Pedro na capital paulista; só elle podia normalizar a situação que alli se creára.

Tal era infelizmente o aspecto das cousas politicas na capital da provincia de S. Paulo. O Rio de Janeiro não apresentava, sob esse ponto de vista, á observação do barão de Mareschal aspecto mais promissor.

« Le parti anarchique ici a gagné beaucoup de terrain depuis qu'il a forcé la main au Gouvernement pour la réunion immédiate des Cortès, il s'agite beaucoup. »

Excusado é dizer que para o diplomata austriaco, ferrenho partidario da monarchia absoluta, o partido anarchico não era outro sinão o partido liberal.

Remettendo para Vienna o numero do *Correio do Rio de Janeiro* de 27 de Junho de 1822, o barão Wenzel de Mareschal refere os particulares interessantes de um periodo culminante da nossa Historia.

Eis o que conta ter succedido a respeito da representação apresentada a d. Pedro.

« Il parait que des personnes au service du Prince, Berquó et Gordilho, ses *guarda roupas*, firent au vieux Lisboa, l'auteur de la feuille — Réclamation du Brésil, des insinuations au nom du Prince pour l'engager à ecrire contre cette mesure, comme lui étant désagréable, tandis qu'un autre individu, le colonel Moraes, poussoit également au nom de S. A. R. les auteurs de cette répresentation à aller en avant; le redacteur en son nom et celui de ses collaborateurs dont l'un *Ledo* a été depuis élu procureur general pour cette province, ont osé adresser une lettre a S. A. R. l'interpellant de déclarer laquelle de ses insinuations contradictoires était autorisé par lui et lui déclarent insolemment, que s'ils étoient destinés à retomber dans l'état de vassélage, si Il n'appeloit point des Cortès, décidés à ne plus être esclaves, ils iroient chercher la liberté dans une terre étrangère, ajoutant que le même emissoire leur avoit insinué antérieurement d'ataquer dans leur feuille, Mr. d'Andrada, dont je ne puis mettre la pureté des intentions en doute, a de moyens, mais gate tout par sa légereté et son indiscrétion; le Prince lui-même ne manque point de discrétion, quand il en sent le besoin, mais il a encore trop peu d'experience, son entourage lui est devoué, mais assez nul: on ne peut se faire illusion, il y a encore bien des elemens de troubles et de discordes, et si le

Prince en résultat définitif réussit à rallier la majorité et à rétablir l'ordre, ce dont je ne doute point, ce ne sera qu'après avoir été longtemps à l'école de l'adversité.

— La grande majorité lui est personnellement dévoué, les personnes sensées sentent qu'il ne peut exister un autre point de ralliement, on l'aime et malgré des fautes partielles on le respecte, parce qu'on est obligé de reconnaitre que ses qualités sont à lui, tandis que ses défauts appartiennent à son éducation et à sa jeunesse. »

Mareschal procurava descobrir qual seria a saïda para a mais do que critica situação em que se achavam d. Pedro e o seu Govêrno, e com elles o paiz em geral. Causa de relativo allivio para elle, em meio das suas elocubrações, foi a chegada ao Rio de Janeiro de

« Dom Antonio Telles, ancien chambellan du Prince qui à l'arrivée des Comtes Belmonte en Portugal en est aussitót parti pour venir reprendre son poste. En ayant demandé la permission au Roi, celui-ci lui répondit: faites ce que vous jugerez le mieux, et lorsqu'il lui demanda ses ordres, S. M. s'éloigna sans répondre: cette arrivée a fait ici un très bon effet, les Portugais moderés y ont vu avec plaisir un assentiment tacite du Roi, de la conduite de son fils; mais ce qui est plus, c'est que Dom Antonio qui a toujours été l'ami intime du Prince est un homme éclairé, modeste, sans ambition, sans gouts dispendieux, qu'il possède la confiance du Prince et que S. A. R. pourra trouver en lui l'homme impartial qui le guidera dans bien des circonstances et lui montrera les pièges qu'on lui tend. Il l'a reçu, non comme un bon maître, mais comme un frère. »

O officio que acabamos de resumir acima termina de modo brusco, com uma ultima nota de pessimismo.

« O que causa mais apprehensão neste momento é o procedimento do ex-ministro da guerra Oliveira; o exquecimento que motivou a sua demissão do Ministerio, não se póde considerar um exquecimento involuntario; é homem de talento e de pessimos principios, o qual dará nova fôrça ao partido anarchico. »

OFFICIO DE 15 DE JUNHO DE 1822 — N. 17

Abre este officio o commentario de Mareschal á convocação da Assembléa.

« Cette grande détermination entièrement inattendue ne fut connue que vers la nuit, par un edit de la Camara, qui en l'annonçant au Public comme le résultat de sa réprésentation ordonnoit une illumination de trois jours. Elle causa une surprise générale et ne fut point gouté par la partie saine de la population, comme prémature et par la même manière dont elle avoit été menée. Ce ne fut que le 4 que parurent les différens décrets et proclamations ci-jointes, savoir: 1, decret pour l'installation du Conseil des Procureurs; 2, serment qu'ils ont pretés; 3, discours du Prince en recevant le Conseil; 4, adresse du Conseil au Prince; 5, Proclamation du Prince et le decret pour la convocation d'une assemblée générale. Les dates seules de ces différentes pièces prouvent assez l'extrême précipitation et irrégularité que l'on a mis dans une affaire aussi importante. »

Manifestaram-se os votos, e Mareschal dá pessimas informações sobre os eleitos — Joaquim Gonçalves Ledo é um revolucionario, « l'autre est un vieillard cassé qui n'a jamais été employé, le troisième qui a figuré dans l'installation et l'adresse du Conseil, Lucas Obes, procureur de la Bande Orientale, est un intrigant dont le general Le Cor s'est servi dans plusieurs occasions; tels sont les Conseillers qui ont figuré ostensiblement dans cette affaire; en vain l'on se demande quelles sont les considérations pressantes qui ont pu changer en un instant les dispositions énoncées par la réponse que fit S. A. R. le 22 á la réprésentation de la Camara, réponse qui obtint l'assentiment non equivoque de la majorité de la population. »

E Mareschal pergunta a si mesmo perplexo:

« Quels sont les ennemis sécrets que désigne la proclamation et les dangers dont on est menacées, la tranquillité étant parfaite et la trouppe dévouée.

« Les nouvelles que ceux qui se donnent pour instruit allèguent sont les nouvelles reçues de Bahia et Pernambouc, qui ne veulent se réunir qu'à cette condition. »

Notava o barão de Mareschal que quem promovia essa agitação era o proprio partido liberal, ou como elle diz: « la faction révolutionnaire qui a entravé le Ministère et a provoqué l'attaque au Ministère et à son pivot J. B.» e isso na propria provincia de S. Paulo em que este gosava de popularidade « et qu'il regardoit comme son asile en cas de revers ».

« Cette société secrète appuyée par une du même esprit à Bahia, dont on assure que même la Junte provisoire fait part, et qui a à sa disposition des fonds considérables, a obtenu un succès complet; l'opposition qui étoit plus monarchique a tellement perdu son influence pour le moment que le Sr. Rocha n'a eu aucune voix dans l'election des procureurs. »

A agitação a que se entregava o partido liberal era para o barão de Mareschal facilmente explicavel:

« Il n'y a point à douter que le Prince et son Ministère ne fussent également déterminés à appeller des Cortès, c'était en revenir au point de départ du Roi, au projet du Comte de Palmella, mais l'idée était de ne le faire que comme une chose désirée d'un commun accord et de s'appuyer du Conseil d'Etat pour introduire un mode d'election basé sur la propriété et propre à former une et même deux chambres modérées: les elections des procureurs des Provinces de Minas et de Saint Paul étoient déjà connues quoique point encore officiellement, et leur résultat satisfaisant: c'est donc à ce qu'il parait pour parer le coup que cela auroit porté au parti anarchique que la faction s'est agité; l'état de l'esprit public et celui de la trouppe me font croire que l'on s'est laissé intimider sans raison et qu'en rencontrant de la fermeté aurait évité les maux qui doivent résulter d'une mesure absolument révolutionnaire et qui indisposera de nouveau les provinces de l'Intérieur contre celle-ci. (A Provincia do Rio de Janeiro). »

A 10 de Junho voltaram ao Paço os membros da Camara Municipal do Rio de Janeiro, para agradecer a d. Pedro a convocação da Assembléa: á noite illuminara-se a cidade e Mareschal nota, como que confirmando o que dissera acima a respeito de não ser geral a alegria, que nem todas as casas estavam enfeitadas com luminarias.

Novamente voltava á baila o projecto do Govêrno de despachar agentes seus a varias Côrtes européas, e o repre-

sentante da Austria ouvia fallar em um manifesto que devia estar a imprimir-se, destinado a explicar o procedimento e a linha de acção do Govêrno. Ouvia tambem dizer haverem algumas pessôas declarado que esses agentes teriam character público, mas o contrario lhe parecia mais verosimil.

« Para Londres estava destinado May, redactor da *Malagueta*; para Buenos Aires como consul fôra nomeado Camara, redactor da correspondencia turca; Biancardi devia seguir para Paris ou para Washington: c'est un homme de quelque mérite. »

Applaude Mareschal o resultado das eleições verificadas em S. Paulo e em Minas, nomeando procuradores a Camara, Rezende, Mosqueiro, Vellozo: « tous ces choix sont bons, diz elle, ce sont des hommes dévoués à la Royauté; ici le cri aux elections étoit, point de *desembargador*, la classe judiciaire dans un pays où il n'existe pas de noblesse est la plus en vue et celle sur laquelle le parti désorganisateur a porté ses premiers coups ».

Comprehendia o Govêrno do Rio de Janeiro quanto importava sustentar o partido brasileiro na Bahia e para alli tencionava, segundo ouvia Mareschal, mandar armas e enviar officiaes.

Já no Sul do paiz a feição politica melhorava, pois conforme era sabido no Rio de Janeiro, Lecor apoiava inteiramente a politica de d. Pedro.

Esses e outros indicios da situação que se delineava eram para Mareschal como que uma esperança de ver restabelecida no Brasil uma normalização da vida politica e fortalecida a direcção que imprimira d. Pedro ao seu Govêrno.

Entretanto o diplomata austriaco nota a apathia do povo em tão graves circunstancias, apathia que acha explicavel pelo character conservador dos fazendeiros brasileiros pouco amigos, pela propria indole do lavrador, de tudo quanto pudesse ter resaibos de motins revolucionarios.

Um ponto, porém, permanecia inexplicavel para o barão de Mareschal; eram os termos da proclamação de d. Pedro, cuja verdadeira significação constituia para elle um mysterio insondavel:

« Malgré les efforts du parti révolutionnaire et la pro-

clamation du Prince qui est inexplicable, malgré le discours prononcé par le Président de la Camara le 23 Mai, en présentant la représentation du peuple, discours encore plus insolent que la représentation: où l'on parle de nouveau du peuple souverain qui a reassumé ses droits; les esprits sont restés tranquilles et le Peuple a pris peu de part à ce qui se passoit; cet état d'inertie qui provient du degout que l'on a dejà dans un pays où tout le monde est propriétaire, des scènes revolutionnaires, peut faire espérer que les agitateurs ne trouveront point le support qui leur est indispensable pour parvenir à leurs fins désastreuses.

« Les instructions pour les élections n'ont pas encore parus, on espère qu'elles seront basées sur la propriété; s'il semble toutefois plus que probable que l'assemblée qui va se réunir, aura plus ou moins la même tendance que celle de Lisbonne, il est également vrai que la Position du Prince envers elle, sera très différente de celle du Roi; il est aimé et respecté par la grande majorité de la nation; la trouppe lui est dévouée et a commencé à voir que les Gouvernemens populaires ne lui étoient point favorables; il a lui-même du courage et de l'energie et n'agit jamais ancieux que dans un moment de crise: on peut donc encore se flatter de voir l'ordre se rétablir. »

OFFICIO DE 18 DE JUNHO DE 1822 — N. 18

O curto officio de 18 de junho de 1822 é inteiramente consagrado á situação de Pernambuco e ao Conselho de Estado.

A cidade do Rio de Janeiro, conta-nos Mareschal, regosijava-se então pelas noticias que se tinham dessa provincia do Norte.

« A Juncta, diz elle, justamente alarmada depois da expulsão das tropas portuguezas e atemorizada pelo espirito da população negra, pedira tropas a S. A. R. e rogara que lhe enviassem fôrças brasileiras, entre ellas pelo menos as da Provincia, as quaes se achavam nessa occasião no Rio de Janeiro. ».

Accedera d. Pedro ao pedido da Juncta pernambucana; mandara um destacamento pela fragata *União,* sendo a che-

gada dessa tropa a Pernambuco acclamada com alegria pelo povo da cidade.

« On ajoute que des députés sont partis le même jour pour porter au Prince l'adhésion de cette Province. »

Martim Francisco chegára ao Rio de Janeiro, e Mareschal maravilha-se de não vêr o Govêrno tomar medida contra o Govêrno de S. Paulo, que o expulsara, acto que qualifica *irregular* » e de que accusa Oyenhausen. « A fraqueza do Govêrno ordenando simplesmente a este que partisse para o Rio de Janeiro constituia para o diplomata austriaco um perigo, um exemplo pernicioso ».

Reunia-se entretanto diariamente o Conselho de Estado ultimando as instrucções para as eleições; mas nada se sabia acêrca dos accordos que tomara.

« O modêlo que o sr. d'Andrada escolheu sendo o dos Estados Unidos, diz Mareschal, creio que elle procurara fazer com que haja nas Camaras um Presidente nomeado por eleição, o qual será aqui substituido pelo monarcha hereditario, este dispondo sómente de voto suspensivo, não haveria opposição formal ás bases decretadas pelas Côrtes de Lisboa. »

OFFICIO DE 19 DE JULHO DE 1822

Corria por então inalterada a situação politica no Rio de Janeiro, e d. Pedro, seguindo o que fizera Portugal, acabava de separar inteiramente os negocios da Justiça dos Ecclesiasticos e dos do Interior.

Não imitava, porém, S. Paulo o exemplo que lhe offerecia a capital fluminense, e as desordens alli se repetiam (a tranquillidade felizmente não se alterara no resto da provincia); S. Paulo despachara um official como correio para d. Pedro; era um estafeta da Juncta paulistana que logo ao chegar recebeu voz de prisão.

Por sua vez, a provincia de Minas Geraes era theatro de disturbios bastante serios, e chegavam d'alli ao Rio de Janeiro boatos de que um partido revolucionario se havia constituido nessa provincia.

— Deixando por esse tempo as aguas da Guanabara a ex-

pedição mandada á Bahia, composta da *União*, do *Liberal*, da *D. Maria da Gloria*, e do brigue *Reino Unido*, levara a seu bordo Labatut e varios officiaes francezes e brasileiros que haviam sido mandados para essa provincia.

Mareschal maravilha-se por não ver publicada nenhuma communicação do Govêrno quanto ao fim que se propunham com essa expedição. O que ninguem ignorava, diz elle quasi que ingenuamente, era o que ia ella fazer na Bahia.

A seu modo de ver, o Govêrno não contava com o bom resultado da empresa, em caso de resistencia por parte de Madeira; mas o que elle julgava perceber nesse gesto era que se acreditavam obrigados a tentar um exfôrço para mostrar bôa vontade e attrahir as sympathias da população bahiana, pois o diplomata austriaco estava convencido de que, depois da expulsão das tropas portuguezas, a Bahia declarar-se-hia independente.

Assevera-nos elle que a calma dos Fluminenses era tamanha que nem um facto sensacional como era sem dúvida a prisão de Ledo, produzira emoção.

« Le résultat de la procédure paraît être très incertain quoique l'on ai mis de l'attention dans le choix des jurés: il me semble que le Gouvernement n'a point agi très prudemment, l'intention et les doctrines de cet homme sont bien décidément pernicieuses, mais il s'est déjà permis plusieurs attaques plus ou moins fortes et plus irrévérentes à la personne du Prince, que l'article en question. En choisissant un sujet pareil, on eut été assuré non seulement de le voir flétri par une condamnation, mais encore de voir la presque totalité du public y applaudir; au lieu que dans celui-ci où il ne s'agit que d'une question politique dans un moment où tous les droits sont confondus, on risque de le voir absous, et s'il est condamné on le regardera comme une victime de l'arbitraire. Son arrestation n'a du reste causé aucune emotion; la tranquillité est parfaite et on ne peut nier que le Gouvernement ne se soit beaucoup consolidé. »

Não é que Mareschal estivesse completamente convencido de que não se daria alteração alguma na calma que então se notava no Rio de Janeiro; muito pelo contrario, elle receiava o dia da convocação da Assembléa.

Entretanto, verifica que as provincias prestavam o seu apoio ao Govêrno, mandando as Camaras mensagens redigidas com moderação e respeito.

— Uma nota de character ao mesmo tempo intimo e politico fecha o presente officio: d. Leopoldina achava-se novamente gravida.

OFFICIO DE 27 DE JULHO DE 1822

Realizadas as eleições parochiaes da provincia do Rio de Janeiro, já se annunciavam as eleições para deputados.

Mareschal commenta as primeiras:

« Dans un pays où tout est aussi nouveau, où l'on connoit peu les opinions individuelles, et où ces opinions ne sont ellesmêmes pas bien arretées, le résultat définitif est toujours douteux; on a cependant remarqué avec plaisir qu'un individu qui passe pour être un des collaborateurs du *Courrier* ayant été proposé pour secrétaire d'une des Juntes de paroisse, il a été rejetté par acclamation générale.

« Les plaintes sur la manière dont la justice étoit administrée et la vénalité des juges ont été si fréquentes et si générales que la déposition d'un *desembargador* Horta accusé et convaincu de ce délit a fait un bon effet. »

Mareschal, com a agudeza de espirito que o distinguia não se limitava a observar a politica que fazia o Rio de Janeiro; o seu olhar via mais longe, julgando elle com razão que tudo dependia da attitude das provincias, do modo por que apoiassem d. Pedro ou negassem adhesão á politica seguida por elle e pelo seu Govêrno. Apressa-se sempre em referir em seus officios qualquer noticia nesse sentido, fosse ella favoravel ou desfavoravel.

Assim, observando o que por então se dava de anormal em S. Paulo, não desanimava; via nisso o resultado de factos provocados por alguns individuos ambiciosos, sedentos de prestigio na provincia.

Pernambuco e a Bahia mandavam ao Rio de Janeiro os seus deputados para, em nome dellas, prestarem obediencia e adhesão ao Govêrno de d. Pedro. Desta ultima provincia

do Norte quasi nenhumas eram as noticias que tinha o Rio de Janeiro a respeito da situação politica em que ella se achava. Ignorava-se por completo o resultado da expedição que para alli havia zarpado, mas os Fluminenses acreditavam as hostilidades já começadas. Em geral julgavam-se veridicas essas noticias, faltando-lhes, entretanto, o cunho official. E eram: que Madeira havia dissolvido a Juncta, e que d. Pedro tinha sido formalmente acclamado regente em quasi todos os districtos; que Madeira se preparava para resistir, conforme ordens que recebera de Lisboa, mas que, apertado pela falta de viveres, mandara para a Cachoeira um destacamento, não tendo este voltado.

De mais vulto eram as noticias vindas de Portugal, annunciando-se o adiamento da moção apresentada para a remessa de fôrças para o Brasil.

Essas noticias, diz Mareschal: «ne parlent jusqu'à présent que d'une motion faite aux Cortès d'envoyer un renfort de 600 hommes à Bahia, motion qui a été ajournée, mais des lettres particulières font supposer d'après la nature des preparatifs que l'envoy pourrait être bien plus considérable.

«Le Gouvernement se prépare à se qu'il parait, à soutenir la lutte, il a fait des achats de tout ce qui se trouvait d'après maritimes dans les magasins des négocians et a recherché particulièrement ceux qui pouvoient servir à des batimens du premier ordre, ce qu'il procure qu'il espère pouvoir encore se servir de plusieurs de ceux qui se trouvent ici; un annonce du 24 invite ceux qui ont des batimens de transport, propres à recevoir des trouppes, à présenter leurs offres aux Gouvernement, ajoutant que ceux dont les provisions d'eau seroient compétentes auroient la préférence; on ignore la destination de cet envoye de trouppes, je suppose que ce pourrait être Santos, port que l'on a depuis quelque tems cherché à mettre en état de défense, ou Sainte Catherine, point qui présenteroit à une expédition venant d'Europe beaucoup de facilité pour tirer à elle ce qu'il y a encore de trouppes portugaises dans la Bande Orientale que l'on evalue à près de 1.500 hommes.»

O barão de Mareschal, a respeito desses preparativos de character bellicoso, não deixa de emittir sua opinião franca-

nente favoravel ao exito definitivo que da lucta adviria ao Brasil.

« Creio, diz elle, que si as Cortes de Lisboa se obstinarem em manter pela fôrça sua auctoridade neste paiz, não se póde duvidar de que o resultado definitivo desta contenda seja todo em favor do Brasil; com um refôrço enviado á Bahia pódem conservar-se nesse ponto por algum tempo, mas si não fôr de mais de 600 homens serão estes 600 victimas a mais que se sacrificarão sem nenhum resultado; quanto a uma expedição consideravel aqui no Brasil, dado o actual estado das cousas em Portugal, considera-se isso impossivel; si se tractasse apenas de um combate, Madeira com 1.500 a 1.800 soldados portuguezes, total em que é avaliada a sua fôrça regular, poderia facilmente derrotar 5 ou 6.000 Brasileiros recrutados ás pressas no interior, mas numa guerra de guerrilhas elle terá que finalmente succumbir; a população portugueza que se reunir a essa tropa será mais um augmento de tropeços do que um accrescimo de fôrças; como alimentar essa gente?

A cidade da Bahia tirou sempre do Reconcavo os viveres que lhe são necessarios; declarando-se este hostil, haverá alli carestia, e a remessa de destacamentos a alguma distancia tem tido sempre como resultado algum desastre ou perdas que numa similhante situação não se podem facilmente compensar.

« O que o Brasil tem mais a temer são as tropas portuguezas que estão ainda sob o commando do general Le Cor e a defecção ou a falta de resistencia dos seus proprios navios, caso estes tenham que combater: quanto ao primeiro ponto até agora o general Le Cor parece proceder de inteiro accordo com este Govêrno e acha-se ligado a este paiz por todos os seus interesses particulares; no que se refere ao segundo ponto, é um risco a correr, pois toda a maruja é quasi exclusivamente portugueza.»

As considerações do barão de Mareschal são longas, mas pelo lado interessante que apresentam do estado dos negocios brasileiros dessa epocha, devemos reproduzi-las integralmente.

« Si le Portugal envoie des forces dans ce pays un des résultats immédiats sera la ruine, l'expulsion et peut être même le massacre des Portugais, sur les points où elles paraitront; il en était question à Pernambouc sur la seule nouvelle

d'envois de trouppes, chacun les considérant comme ennemis, et la tranquillité n'a été retablie que sur l'assurance que la nouvelle étoit fausse. On parle depuis quelque jours d'offres faites à Sir Robert Wilson de prendre le commandement des forces Brésiliennes, ce qui pourrait motiver ce choix est qu'il a servi avec les trouppes Portugaises dans la Péninsule; le Gouvernement désire en général des officiers et des gens de mer étrangers croyant ne pouvoir confier en sureté un commandement à des Portugais.

« Si une guerre présente bien des inconvéniens sous le rapport des finances et rend toute réunion des deux pays jusqu'impossible par la suite, elle aura aussi un avantage bien marqué pour ce gouvernement, auquelle elle donnera nécessairement plus de force et de vigueur et les moyens des dominer le parti anarchique qui est le véritable mal qui menace le pays.

« Ce parti qui continue à agiter dans l'ombre et qui est sans doute en liaison avec les principaux révolutionnaires, se compose en grande partie de Portugais qui perdent peu à peu leur crédit et seront expulsés partout où il y aura des hostilités.

OFFICIO DE 10 DE AGOSTO DE 1822 — N. 22

Em 10 de Agosto de 1822 Mareschal manda, annexos ao seu officio, dous documentos que com razão reputava importantissimos; e eram o decreto de 1 de Agosto de 1822 e a Proclamação da mesma data, que elle diz « formarem o complemento de tudo quanto appareceu desde Janeiro, e definirem finalmente de modo claro a attitude do Governo.»

Já lhe tinha chegado noticia de que se preparava um segundo manifesto, dirigido ás nações extrangeiras.

« Le Gouvernement ne s'est point borné à de simples déclarations, il poursuit avec activité ses préparatifs de défense, 300 ouvriers sont occupées à remettre en état de service, un vaisseau de ligne le *Gomes Freitas*; il cherche également à faire l'achat de quelques batimens et a fait pour subvenir à ces dépenses un emprunt d'un million de cruzades.»

E a subscreverem esse emprestimo o Govêrno convidara tanto os negociantes brasileiros como os extrangeiros.

Do decreto e do manifesto, diz Mareschal:

« Quoiqu'il en ait été question depuis longtemps, ont cependant paru d'une manière inattendue, ont été bien accueillis du public; les Portugais qui sont ici dont il contraire les vues et qu'ils placent dans une situation embarassante, ont senti que le Gouvernement en se declarant avoit acquis de la force et se sont tu; cependant les 500 hommes que l'on a si imprudemment débauchés de l'expédition venue de Lisbonne, commence à montrer des doutes, deux de leurs sergens ont même fait une représentation au Prince, on les a sévèrement punis, mais cela ne changera pas leur esprit et ils prêteront un dangereux appuy à qui voudra remuer.»

Mais uma vez Mareschal verifica que o partido liberal que elle denomina sempre o « partido anarchico » não gozava de grande popularidade, e para prova da sua asserção allega o julgamento de Ledo, que com isso perdera grande parte do seu prestigio.

O maior mysterio encobria então para os Fluminenses o destino que levara a esquadra enviada á Bahia.

Apenas se sabia que a capital bahiana se achava alvoroçada pelas medidas tomadas por Madeira quanto ao recrutamento dos Portuguezes, offerecendo engajamentos de tres mezes até que os officiaes de linha tivessem exercitado a milicia da cidade composta de Portuguezes. Tinham tambem os Fluminenses conhecimento de que a provincia se achava sublevada; de que o commercio da capital começava a sentir os effeitos da providencia de Madeira apoderando-se dos bancos, e de que muitos negociantes abandonavam a cidade.

Diversas eram as noticias, pelo que publicava a imprensa official no Rio de Janeiro, relativamente a Pernambuco.

Embora a Juncta pernambucana e o commandante das fôrças dessa provincia houvessem promettido obediencia e adhesão á Regencia, mostrava-se aquella duvidosa a respeito da nomeação dos procuradores ao Conselho de Estado. D. Pedro via-se obrigado a ceder deante da corrente popular, pois esta se lhe manifestava inteiramente favoravel. Quanto ao Govêrno do Rio de Janeiro, este manifestava intenção de

fazer seguir para Pernambuco o batalhão pernambucano aquartelado em Montevidéo, e para esse fim annunciara que fretava embarcações.

Segundo o modo de ver de Mareschal a proclamação feita em Montevidéo era por si mesma bastante insignificante; tal não era porêm a sua opinião a respeito do officio de 10 de Julho dirigido pelo Conselho Militar ao ministro da Guerra.

Esse officio, diz elle: « montre évidemment que son but n'est que de se mettre à couvert envers le Portugal et que le général Le Cor au moins, est en parfaite correspondance avec le Gouvernement; on assure même que cette Proclamation a été faite avec l'accord du ministère; il parait cependant que l'on a arreté le payement des lettres du Général Le Cor, peut-être veut on par là accélerer le départ des trouppes du Portugal; celles du Brésil qui y sont au moins en nombre égal, ont été mis en cantonnemens séparés.»

« Em S. Paulo, segundo diz Mareschal, Rocha (*sic*) depois de empregar debalde meios suasorios, afinal dirigira-se para a capital da provincia com uma pequena fôrça de 200 homens; bastara a presença desse detacamento para amedrontar os revoltosos e obter a sua submissão.» E o diplomata austriaco accrescenta:

« On l'attend à toute heure; le Gouvernement n'a encore rien publié sur ces evénemens: comme cependant cette lettre a laissé de l'inquiétude dans les esprits, le Prince dût s'y rendre pour les rallier par sa presence.»

D. Pedro iria só, não levando em sua companhia d. Leopoldina, que se achava então novamente gravida.

« Cette auguste Princesse jouit de la meilleure santé et c'est chaque fois avec un nouveau plaisir que chérie de tous, elle est resté absolument étrangère á toutes les discussions politiques et qu'aucume voix ne s'est encore elevée contre Elle.»

Copiamos, fazendo dellas transcripção integral, as apreciações de Mareschal sôbre José Bonifacio e a situação em que se achava o Brasil no correr de Agosto de 1822, deixando-se perceber cada vez mais proximos os albores do dia 7 de Septembro.

Profunda era por certo a impressão que causava no seu espirito a marcha precipitada dos acontecimentos, os quaes deviam importar na ruptura dos laços politicos ainda existentes entre Portugal e o Brasil. O Brasil independente? Para que, perguntava a si mesmo o barão de Mareschal; este paiz o é de facto e de direito desde a creação do Reino do Brasil por el-rei d. João VI.

Entre outras observações interessantes suas, acha-se a que elle faz do americanismo de José Bonifacio, sentimento esse com que influia o grande ministro no animo de d. Pedro.

Errava o titular austriaco? Não, de certo. O proprio Mareschal confessa que não podia acontecer de outro modo para um principe destinado a reinar um dia em terras americanas. E, além do mais, não era esse um meio, como diz com razão, de fazer com que os Brasileiros fossem americanos em vez de revolucionarios?

Pois que revolucionarios eram para o barão Wenzel de Mareschal todos aquelles que movidos por idéas, que elle qualifica de subversivas da soberania do povo, e pelas doutrinas da Revolução franceza, haviam implantado ou queriam implantar na America Latina o regime republicano.

« Le manifeste aux Brésiliens a été redigé par Mr. José Bonifacio d'Andrada; je ne me permettrai pas de juger de la valeur d'une pièce que je transmet á Votre Altesse, mais qu'Elle daigne me permettre de lui parler de l'esprit et des vues de son auteur qui est le véritable pivot du Gouvernement; malgré les phrases trop fréquemment et souvent je crois sans nécessité, répetées de liberalité, souveraineté du peuple, droits imprescriptibles des nations qui semblent mettre de nouveau tous les droits en question, Mr. d'Andrada n'est ni un démocrate, ni un libéral dans la commune application du terme; il lutte contre la révolution non pas en calmant et éclairant les esprits, mais en les détournant, en leur présentant un autre but, plus à porté et plus idéntifié à leurs interêts; pourquoi sans cela ce cri d'indépendance dans un pays qui l'est de fait et de droit depuis la déclaration du Royaume du Brésil par le Roi; si ce n'est pour en faire des Américains au lieu de révolutionnaires; ici le gouvernement a une fois pris la tête, il donne l'impulsion en ayant l'air de la

suivre, je ne sais si c'est le vrai moyen de rémédier au mal, mais il existe un remède certain contre le fléau d'une révolution pour un pays isolé et réduit à ses propres forces, quand elle a une fois eclaté; ce que l'on peut reprocher a Mr. d'Andrada c'est son enthousiasme americain, il est porté au plus haut degré et fait tenir ce langage au Prince, mais en définitif celui qui veut ou doit régner un jour ici ne doit-il, peut-il ne pas l'être.

« Le moment de la crise sera celui de la reunion de l'assemblée générale; elle ne peut avoir lieu avant le mois de Novembre; le gouvernement n'a laissé percer en rien ses vues et ses projets; il n'a pris ancune précaution, ancune garantie contre les prétentions possibles de cette assemblée; selon mon idée une guerre produit par l'opposition des Cortès de Lisbonne est le moyen de plus certain de mettre dans la main du Prince tel pouvoir qu'Il puisse toujours le contester et même s'en passer au besoin; quand elle ne produiroit que la non execution de la clause du decret, que les deux assemblées constituantes se mettraient en correspondance, ce serait déjà un grand bien.»

OFFICIO DE 19 DE AGOSTO DE 1822 — N. 23 — LETRA A

Contem este officio as considerações de Mareschal a respeito do manifesto de d. Pedro. Pondo de parte as expressões filhas de um liberalismo, na sua opinião exagerado, Mareschal conclue approvando o procedimento do Principe.

« Je ne puis, diz elle, passer sous silence qu'il me semble facheux de voir dans une pièce signée par S. A. R., appuyer sur des actes tyranniques de ses ancêtres depuis Cabral et sur les deréglements de la Cour du Roi son Père; il l'est encore plus de le voir appliquer l'epithète de *palme glorieuse* à une révolution qui a amené la captivité declarée par lui du Roi et l'entier bouleversement de la Monarchie; je ne suis point juge des sacrifices que S. A. R. et son ministre croient être obligés de faire à l'erreur du tems et à la situation particulière du Brésil, mais le manifeste est rempli en outre d'une infinité de phrases qui sont dû à l'enthousiasme

américain dont on peut réellement dire que Mr. d'Andrada est possédé.

« Votre Altesse verra par ma réponse à ce ministre que j'ai cru devoir continuer mes fonctions jusqu'à ce qu' Elle me fasse parvenir les ordres de l'auguste Cour; le chargé d'affaires de France qui, comme tel, est dans une position plus marquée que moi, a fait de même, les droits et l'obéissance au Roi sont intacts; le Prince qu'il a laissé comme Régent, continue a tenir les rênes du Gouvernement, la captivité morale de son père est indéniable, et l'attitude que l'Auguste Cour a pris envers le Portugal est pour moi un motif de plus de ne faire aucune démarche; ne pouvant en outre douter, que depuis mes respecteux rapports du mois de janvier, ce qui pouvoit être le final de la lettre commencée avoit été prévu par Votre Altesse et que si Elle eut cru convenable de me faire agir Elle m'en eut fait parvenir les ordres.»

OFFICIO DE 19 DE AGOSTO DE 1822 — N. 23 — LETRA A

A 14 de Agosto d. Pedro partia para S. Paulo depois de confiar a d. Leopoldina, por decreto, a presidencia do despacho no Conselho de Ministros e no de Estado.

Mareschal muito esperava do bom exito dessa viagem ancioso por ver enfim restabelecida a ordem n'uma provincia, que com o seu apoio á causa de d. Pedro constituia uma influencia de primeira ordem na situação geral do Brasil e que exercia uma acção decisiva na attitude das diversas porções do territorio brasileiro.

« S. A. R. le Prince Régent est effectivement parti le 14 de ce mois pour S^t^. Paul, ainsi que j'avais eu l'honneur d'en prévenir Votre Altesse; la suite du Prince ne se compose que de trois ou quatre individus, on ne doute nullement que son voyage ne produise l'effet désiré, les dissensions qui ont agité cette ville n'étant point d'une nature politique mais des rivalités de familles ou d'individus pour les places administratives: c'est à peu près le même cas dans toutes les provinces où les juntes sont généralement composées de parens et d'amis; il est à espérer que l'abus et le mécontentement qui en

résultent, permettront bientôt au gouvernement de le remplacer par des personnes à sa nomination; — le retour du Prince n'aura guère lieu avant la fin de septembre ou le commencement d'octobre.»

Segundo a correspondencia do barão de Mareschal, nada se publicara até meiados de Agosto sôbre o resultado das eleições nos diversos districtos, mas a maioria dos votos no Rio de Janeiro dava a impressão de que dentre os oito deputados eleitos pela Provincia, sómente dous ou tres teriam opiniões democraticas: dos outros diz Mareschal:

« Les autres 5 sont non seulement des gens bien pensant mais même des gens de mérite.»

E accrescenta:

« On ne peut donc se flatter de voir dans les Provinces de l'intérieur qui ne sont point influencées par les Portugais et les étrangers, une proportion beaucoup plus forte en faveur du gouvernement.»

Continuavam entretanto os Fluminenses anciosos por noticias da Bahia e da esquadra que para alli se dirigira, sabendo apenas das disposições de combate tomadas por Madeira.

O barão de Mareschal não ligava muita importancia a um insuccesso dos Brasileiros, no caso de um combate, contanto que a esquadra não se bandeasse para o inimigo portuguez, o que era muito de temer, pois era a sua tripulação composta quasi exclusivamente de filhos de Portugal.

Para elle não soffria dúvida que com a derrota dos Brasileiros a esquadra de soccorro enviada de Lisboa entraria no porto da Bahia.

Mas importaria tal insuccesso num desbarato absoluto para os Brasileiros? Não o pensava o diplomata austriaco, o qual opinava que Madeira se poderia sustentar apenas alguns mezes mais, e que por outro lado, dadas essas circunstancias, as provincias brasileiras haviam de sentir cada vez mais quanto era necessaria a união entre ellas e a sua submissão ao Govêrno de d. Pedro.

« Un épouvantail, diz o barão de Mareschal fazendo atilada observação, leur est dans ce moment, non seulement salutaire, mais absolument nécessaire et le plus facheux évê-

nement pour S. A. et sa cause seroit une entière approbation des Cortès de Lisbonne de tout ce qui a lieu ici.»

« L'esprit public est en ce moment très tranquille, continúa Mareschal, et ni le parti anarchique ni les Portugais qui font cause commune avec lui n'ont encore osé remuer: le courant populaire est entièrement en faveur du Prince qui est adoré de son parti et craint de ses ennemis; l'importante Province de Minas est tranquille et Dom Manuel de Portugal, l'ancien Gouverneur reélu Président de la Junte y a été parfaitement reçu, tout en général présente un aspect favorable.»

Mareschal acompanhava com muito interesse a acção do Govêrno mandando para o extrangeiro agentes politicos e regista como facto digno da attenção de Metternich a partida nesse character do conde de Gestas.

« Malgré la publication des deux manifestes, les personnes qui avoit été designées il y a deux mois comme devant être envoyés en qualité d'agens à différentes cours, ne sont point partis, et rien n'annonce que l'on ait encore l'intention de les expédier, mais le départ d'un individu le 13 de ce mois par l'Alexandre de Guernesey, que le Gouvernement a détenu pendant deux jours sans motifs valables, fait croire avec assez de probabilité qu'il étoit chargé par lui d'une mission importante; c'est le Comte de Gestas, emigré français, établi depuis le commencement de la révolution en Portugal et ensuite ici, où il fut pendant quelque tems agent de Louis XVIII, il avoit été nommé dernièrement 1er secrétaire d'Ambassade sous Mr. Hide de Neuville, mais cet ambassadeur n'étant jamais arrivé, il n'entra point dans l'exercice de ses fonctions; Mr. de Gestas est un homme de 40 anns, modeste et sûr, d'excellents principes, mais point d'un esprit marquant; il est parti muni de passeports pour l'Angleterre et la France; on varie d'opinion sur l'objet de sa mission, les uns croyent qu'il est simplement porteur de depêches pour le Genéral Philisberto, dont le fils est arrivé par le dernier Paquebot et que l'on croit déjà agir comme agent du Prince Régent à Londres; d'autres pensent qu'il a une mission particulière près du Gouvernement français; peut être les deux suppositions sont elles également vrais.»

OFFICIO DE 28 DE AGOSTO DE 1822 — N. 24 — LETRA A

Estava a findar o mez de Agosto e pouco já faltava para que irrompesse nas margens do Ipirangá o grito com que se haviam de romper de modo claro e solenne os laços politicos que, embora cada vez menos intimos, ainda existiam entre o Brasil e Portugal.

Uma calma enganadora, que de modo algum deixava ao barão de Mareschal prever tão decisivo desenlace, encobria-lhe o desfecho que se preparava. Elle, na sua correspondencia, nota que o Rio de Janeiro, neste periodo, apezar dos odios e rancores politicos, jazia em fundo socêgo.

Socêgo apparente, por certo, pois o que escreve nos deixa ver mais uma vez com quanto interesse, com quanta anciedade os Fluminenses aguardavam noticias da Bahia e da esquadra que para essa provincia fôra mandada. Segundo Mareschal, sabiam apenas o que constava do relatorio do commandante dessa força naval, annunciando que estava á vista da esquadra portugueza, não se tendo até então travado combate algum; o commandante da expedição brasileira não recebêra ordem de atacar as fôrças do general portuguez, e este por sua vez não havia começado as hostilidades.

O diplomata austriaco percebia que as determinações tomadas pelo Govêrno a respeito da Bahia visavam um fim claro e definido: o de bloquear, para reduzi-la pela fome, a capital bahiana, onde já a carestia se fazia cada dia mais penosa.

O Rio de Janeiro assistia por esse tempo a um espectaculo interessante, vendo a princeza d. Leopoldina presidir o Conselho de Ministros e dar audiencias publicas.

« L'anniversaire de la révolution, diz-nos Mareschal, qui étoit le 24 de ce mois, n'a été célébré cette année que par une salve d'artillerie, il n'y a eu ni baise main, ni autre réjouissance, quoique cette fois Madame la Princesse Royale préside le Conseil et donne des audiences publiques, les mêmes jours où son époux le faisoit, et que la veille même Elle a reçu en ceremonie une députation des dames de Bahia pour la remercier de l'intérêt de la part qu'ainsi que le Prince,

Elle daignoit prendre à la cause du Brésil. On m'a assuré que l'époque du voyage du Prince a été choisie pour pouvoir sans le faire d'une manière trop marquée, passer en silence ces anniversaires désastreux.»

Um *post-scriptum* apressado termina o officio de 28 de Agosto, — referindo que um navio inglez trouxera noticia de terem chegado á Bahia 600 a 800 homens de tropa.

«On ajoute que Madeira étoit déjà prèt à capituler.»

OFFICIO DE 13 DE SEPTEMBRO DE 1822 — N. 26 — LETRA A

Enquanto o Rio de Janeiro continuava a apparentar um perfeito socêgo, enquanto, pelo contrario, na Bahia, os dous partidos adversos mantinham-se frente á frente promptos a travar a lucta, continuavam os Fluminenses, segundo vemos pela correspondencia do barão de Mareschal, na completa ignorancia, até meiados de Septembro, do que poucos dias antes se dera nas margens do Ipiranga, sabendo apenas que S. Paulo voltára á sua tranquillidade habitual, graças ás medidas de d. Pedro.

Não era, porêm, de completa tranquillidade o estado dos animos na capital brasileira, de onde partiam os pedidos que endereçavam a d. Pedro os seus ministros, rogando-lhe apressasse a sua volta a fim de organizar a defesa do paiz, em vista das noticias chegadas sôbre as fôrças que se preparavam em Lisboa.

Mareschal refere que não se esperava então que o principe regressasse antes de 16 de Septembro, e isso com o fim de evitar que fosse festejado solennemente o anniversario que devia ser celebrado a 15 desse mez.

No Sul, a situação parecia melhorada.

«Le Général Le Cor parait y avoir ménagé les affaires avec infiniment d'adresse; le ci-devant Gouvernement et Président de la Junte de Rio Grande Jean Carlos de Saldanha, Portugais, a demandé sa démission et l'autorisation de se rendre à Montevidéo ayant auparavant appartenu à la division des volontaires Royaux, il existoit un complot de le remettre aussitôt arrivé à la tête de la trouppe Européenne et

d'expulser le Général Le Cor, mais l'autorisation de se rendre sur ce point lui a été refusé; cette trouppe ne demande qu'à être envoyée en Europe, on a déjà freté les batimens à cet effet, mais ce qui manque encore sont des batimens de guerre pour les escolter.»

Da situação no Rio de Janeiro diz-nos o agente diplomatico da Austria:

« Ici tout est tranquille; quelques Portugais qui se sont permis des propos indiscrets ont été arretés et d'après ce que m'a dit le Ministre on est décidé à user de rigueur contre tous ceux qui bougeront; sur la nouvelle que la Compagnie d'Oporto aurait offert un million au Gouvernement de Lisbonne pour faciliter l'envoi de trouppes au Brésil, on a sur le champ mis *embargo* sur les fonds et les produits de cette Compagnie; quoique l'on ne croient point que le Portugal puisse diriger une expédition sur Rio de Janeiro, on arme avec beaucoup de zèle; les milices sont exercés et les employés et autres individus exempts du recrutement de la première et seconde ligne forment des bataillons de volontaires.»

Effectuara-se por fim a realização do desejo tantas vezes expresso por Mareschal ao principe de Metternich de ver grande parte das provincias brasileiras apoiarem o govêrno de d. Pedro, adherindo á sua politica. O « nucleo central » que elle tanto desejava se formasse para constituir a base, o « eixo » da salvação do Brasil, realizara-se afinal, e graças á sua cohesão das differentes fracções da America Portugueza, com excepção de poucas d'entre ellas, iam firmar-se os resultados da decisão que dias antes tomara d. Pedro no Ipiranga, scindindo a união politica, que até então existira entre o Brasil e Portugal.

Nota o diplomata austriaco que todas as provincias do littoral formaram um bloco de apoio ao govêrno do principe e, na ignorancia do grito de 7 de Septembro, não percebe que era chegado o momento em que esse grito, que irrompera da bocca do principe d. Pedro, ia ter longo e formidavel echo na immensa extensão das terras brasileiras.

Dentre as provincias era a Bahia a que mais solicitava a attenção do barão de Mareschal nesse momento ainda mais do que d'antes, pois constituia ella o ponto em que sendo maior

o poder portuguez, se devia esperar uma solução radical e decisiva, que exercitaria uma influencia incontestavel no resto do Brasil. Reforçadas como estavam as tropas de Madeira com a recente chegada de 600 homens, a ellas oppunham os Brasileiros um exercito de 1.500, com quartel general em Cachoeira.

« Abandonou-se e devastou-se completamente uma orla entre os dous partidos — diz Mareschal; Madeira não póde mandar destacamentos para um territorio tão assolado sem perder de cada vez alguns homens.»

O general portuguez limitara-se a manter a ordem na cidade, abandonada já por todos os Brasileiros que della se tinham podido retirar, onde os viveres tinham extraordinariamente encarecido, o commercio cessado por completo as suas transacções, e onde se tornavam portanto nullas as rendas públicas.

Mais ao Norte, apezar da agitação provocada por Gervasio Pires, presidente da Juncta Provincial, Pernambuco apoiava o govêrno de d. Pedro.

Mareschal estigmatiza o procedimento de Gervasio e lança sôbre a sua politica a pecha de duplicidade.

« Gervasio qui avec un parti à lui vise directement à l'indépendance; il a fait une proclamation où il se déclarait également contre les Cortès de Lisbonne et les Provinces du Sud du Brésil.»

Vencido, porêm, este nas suas velleidades de independencia, via-se obrigado pelo povo a permittir que se realizassem as eleições de procuradores geraes e de deputados, vendo-se obrigado elle, o commandante das armas, e varios officiaes do seu partido forçados a fugir da provincia. Quasi no extremo Norte do paiz o Ceará manifestara a sua decisão, ligando a sua sorte á das demais provincias nortistas.

« En tout, conclue Mareschal, les apparences n'ont jamais été plus en faveur de S. A. R.; l'attachement et l'enthousiasme pour lui sont portés au plus haut degré et déjà grace à la mal adresse des Cortès de Lisbonne toutes les Provinces depuis le cap St. Roch jusqu'au Rio de la Plata sont unies et obéissantes; le Pará et le Maragnon sont les seules qui restent encore isolées, c'est le résultat de leur si-

tuation locale, étant effectivement en communication plus directe avec le Portugal qu'avec le reste du Brésil; quand à la Bahia que les Cortès croient encore conserver, je crois qu'ils ne feront qu'épuiser entièrement leurs finances en consolidant le Brésil, que cette opposition réunit de plus en plus; et en donnant au Prince Régent l'ascendant nécessaire sur l'assemblée général que l'on espère voir réunie en nombre suffisant au mois de Decembre; le Ministère est uni et marche d'un pas assuré; il se plaint amèrement des emissaires que les Cortès de Lisbonne lancent de tous les points pour semer la division et la méfiance contre les intentions du Prince et rejette sur eux les mesures sévères dont il menace les Portugais.»

OFFICIO DE 25 DE SEPTEMBRO DE 1822 — N. 27 — LETRA A

« C'est avec un véritable chagrin que j'ai à rendre compte à Votre Altesse d'une mesure qui se prépare pour le 12 Octobre, jour de la naissance de S. A. R. le Prince, de manière à ne plus laisser de doute sur son execution. Je vais reprendre le cours des événemens, qui se presse de manière à confondre tout calcul; depuis le 13 de ce mois, date de mon dernier rapport; le 14 au soir après un voyage forcé, en cinq jours, par des pluyes que l'on ne connoit qu'entre les tropiques, S. A. R. arriva à la *quinta* de S^t^. Christophe, le Prince avoit quitté la cocarde introduite depuis huit mois par les Cortès. Il en portait une verte au bras gauche au dessus d'un angle en métal doré, sur lequel était gravé *Independencia ou morte*; ce nouveau signe de ralliement avoit été adopté à S^t^. Paul avant son départ, ainsi que la Proclamation ci-jointe le montre; le 15 anniversaire de la révolution de Lisbonne ne fut plus célébré; la trouppe, les employés, le peuple quittèrent avec éclat la cocarde des Cortès et la remplacèrent par la verte, porté au bras gauche, couleur de la maison de Bragance; L. L. A. A. R. R. furent le soir au spectacle où Elles furent reçues avec le plus vif enthusiasme: ce ne fut que le 21 que parut le décret du 18 ordonnant à tous ceux qui étoient pour la cause du Brésil de porter ce

signe de ralliement; dès le même jour on commença à arborer au chapeau une cocarde verte et jaune, couleurs adoptés pour les nouvelles armes, drapeaux et pavillons, sans qu'il ait encore paru à cet effet un ordre quelconque du gouvernement; pendant que cela avoit lieu, on faisait circuler des billets en vers et en prose, animant le peuple à acclamer le Prince Régent Empereur, à lui confier le throne et le sceptre, en ouvrant des suscriptions pour ériger des arcs de triomphe pour le 12 Octobre, on nivelloit le Campo Sant'Anna pour y réunir la trouppe et des détachemens des Régimens de milices dans cette journée et préparoit un Pavillon au milieu pour L. L. A. A. R. R.— La trouppe et le peuple les accueilloit partiellement du cri de Vive l'Empereur; jusque lá je me refusai à croire à un acte qui loin d'être préparé ou amené par les circonstances étoient en opposition directe avec toutes les pièces officielles émanées du Gouvernement de S. A. R. et avec les deux manifestes si récemment publiés; le même projet avoit existé l'an passé avec la différence du titre de Roi à celui d'Empereur; il avoit été mis en avant par les mêmes personnes: Ledo, actuellement Procureur Général de cette Province, qui a été depuis un fougueux Républicain, le Président de la Camara et autres auteurs de l'insolente représentation du 23 mai; à cette époque le Prince avoit repoussé cette idée avec une grande vigueur et par une proclamation violente; mais le 21 au soir après que le décret du 18 eut été publié solennellement à son de trompe, l'édit et la Proclamation de la Camara fut affiché, et le 22 le *Courier* l'inséra dans un numéro extraordinaire, dont le préambule seul suffiroit pour montrer que la chose est décidé.

« Je sais que S. A. R. a résisté encore cette fois ci et n'a cédé qu'à ce qu'il a cru une nécessité absolue. Madame la Princesse n'a point caché la juste et profonde affliction qu'Elle en ressentoit; l'intention de son auguste époux est de déclarer que dans tous les tems il étoit pret à remettre les rennes du Gouvernement à son père dès qu'il arriverait au Brésil.

« Cette déclaration suffit-elle? que peut-il gagner par ce titre et combien ne perd-il pas; le projet du parti qui le force à cette demarche est de le détacher entièrement du Portugal

et de forcer à y renoncer; de jouir et de se partager les titres et les honneurs, dont la création deviendra nécessaire, peut-être même et non sans assez de vraisemblance de mettre S. A. R. entièrement dans leur dépendance; il est impossible de prévoir toutes les conséquences et les résultats de cette demarche, je n'en vois malheureusement aucun de favorable.

« J'ai acquis la certidude de que le Ministère de S. A. R., loin d'être le moteur de l'acte d'acclamation, y avoit mis de l'opposition, que même Mr. d'Andrada qui en est l'ame voyant qu'on entrainait le Prince dans des démarches contradictoires avoit le 23 offert sa demission; c'est bien là le but du parti violent; S. A. R. ne l'a point accepté et le Ministre a sacrifié ce qu'il jugeoit son point d'honneur, au bien de son pays et à celui du Prince, craignant que son abandon ne le fit tomber entièrement dans les mains du parti démocrate: telles sont les propres expressions de ce ministre; son opinion est, que quoique cette mesure soit prématurée et prise dans de mauvaises formes, elle n'en est pas moins le vœu véritable du Brésil, qui désire une rupture entière avec le Portugal et le titre d'Empire; que déjà le Roi en avoit été salué en abordant à Bahia et qu'on s'était frequemment et à dessein servi depuis de cette expression en parlant du Brésil; que quoique ce soit le parti démocrate qui le pousse en avant, ce qui lui donne pour le moment un air de popularité, le parti est trop faible pour être réellement à craindre et tombera de nouveau dès qu'il voudrait attaquer les droits du Prince; que la preuve de ceci étoit que, malgré leurs efforts, le choix des députés étoit satisfaisant; que la réponse de S. A. R. le 12 seroit qu'Elle n'accepteroit que si le vœu général de toutes les Camaras étoit en faveur de cet acte.

«Deux nouveaux décrets ont paru depuis; l'un ordonnant de porter au chapeau la cocarde verte et jaune, l'autre changeant les couleurs de l'uniforme des personnes attachés à la Cour; il sera dorénavant vert et or; S. A. R. change jusqu'à sa livrée qui sera également vert et or; on continue les préparatifs de défense et ceux de l'acclamation; un vieux vaisseau de ligne a été embossé entre les forts pour servir de batterie additionnelle et defendre l'entrée du port, les milices sont exercés et on recrute fortement les corps de ligne.

Transcrevemos acima litteralmente esse extenso trecho, que bem mostra o grau de minuciosa observação, com que o barão de Mareschal perscrutava tudo o que via e quanto lhe era dado saber. Si a acontecimentos da maior importancia, assim como ao modo de pensar e aos actos das personagens liga o titular austriaco o devido apreço, nem por isso o barão de Mareschal deixa de mencionar minuciosidades como alterações em uniformes e em librés. Sem dúvida alguma percebia nesses indicios como que o córte radical que truncava toda ligação com tudo quanto denunciasse origem portugueza.

Uma ultima noticia, a qual forma o final do officio de 12 de Septembro, devia por certo ser um balsamo para a « verdadeira tristeza » com que o barão de Mareschal o começara. E era esse consôlo o apoio que Pernambuco manifestava decididamente prestar á politica do principe d. Pedro e do seu Govêrno. Assim dizia a proclamação lançada por Gervasio: « fort energique mais qu'il a eu la prudence de laisser sans date », diz Mareschal:

« Les députés élus pour cette Province ont été publiés avec une grande solemnité; il n'est pas douteux que sans la proclamation précitée de la Camara on auroit déjà à cette occasion fait la tentative d'acclamer le Prince; la trouppe et le peuple étant extrêmement monté en faveur de cette mesure. »

ADD. AO OFFICIO DE 25 DE SEPTEMBRO DE 1822 — N. 27 — LETRA A

Chiffre de Rio de Janeiro, le 25 Septembre 1822.

« J'ai eu l'honneur de voir le Prince Régent deux jours après son arrivée et lui ai communiqué les ordres que V. A. m'a donnés par sa depêche du 16 mai. S. A. R. m'en a paru très satisfaite; et m'a répondu dans les mêmes termes que son Ministre. Des circonstances aussi extraordinaires m'ont paru exiger une conduite plus marquée. Je crois entrer dans les intentions de Sa Majesté l'Empereur, en ne saluant point, pendant la vie du Roi, leurs Altesses Royales du titre de

Majesté. J'ai parlé au Ministre; il n'admet point d'intermédiaire entre reconnaître tacitement, jusqu'à ce que j'aye des ordres contraires, ou vivre en particulier; toute fois avec assurance pour ce cas d'egards et de protection. Je n'ai d'autre choix que le dernier; quand le moment sera venu, je ferai la démarche avec la plus grande modération, alléguant que cette décision ne peut être de ma compétence. Je crois pouvoir assurer que je conserverai les moyens d'être utile; le Prince m'ayant montré plusieurs fois de la confiance, je crois devoir chercher à en profiter dans cette occasion. J'ai été le 23 à la Cour dans l'intention de lui représenter respectueusement toutes les conséquences d'un pas qu'Il allait faire: il ne m'en a pas donné l'occasion, et l'a évitée d'une manière marquée.

J'ai conseillé à Madame l'Archiduchesse une conduite entièrement passive.

Hier j'ai vu le ministre, il a commencé par combattre mes argumens et a fini par avouer qu'il étoit de mon opinion; j'ai dit admettre tout, excepté de voir le Prince Royal prendre un titre quelconque en opposition à son Père.

Il m'a engagé à parler moi-même au Prince, et m'en fournira l'occasion ce soir. Je n'ai que peu d'espoir de réussir, quoique le Ministre me secondera, mais je crois devoir le tenter. Je ne pourrai en rendre compte à V. A. que par une autre occasion.

ADD. AO OFFICIO DE 25 DE SEPTEMBRO DE 1822 — N. 27 — LETRA A

Chiffre de Rio de Janeiro, le 25 Septembre 1822.

« Je viens de voir le Prince Régent, il m'a reçu avec une extreme bonté; le Ministre l'avoit prévenu. Je lui ai parlé avec force et chaleur, Lui proposant, comme je l'avais fait á son Ministre, de proclamer l'Empire, s'il y étoit forcé, mais de rejeter toute chose personnelle, et de faire dès à présent une Proclamation dans ce sens.

Il m'a dit, soyez rassuré, je vous promets de faire une réponse qui satisfera tout le monde ici et là; Mr. d'Andrada est revenu á votre avis que a toujours été le mien; je ne

saurais faire à présent la proclamation, mais je veux repondre le 12, pour que ma réponse soit inserée dans l'acte; c'est plus solennel; j'ai désiré la connaitre, mais n'ai pu l'obtenir; le secret m'en est recommandé.»

OFFICIO DE 2 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 29

Não se annunciava sem dúvida sob os melhores auspicios, quanto a forças militares ou navaes, a formação da nova entidade politica independente, que o Brasil demonstrava querer constituir.

A' falta de marinhagem vinha-se junctar a insubordinação das tropas de terra e das tripulações, não só na séde principal do Govêrno como tambem fóra do Rio de Janeiro.

A esquadra sob o commando de Labatut voltára, deixando em Alagoas uma fôrça de 250 homens e as munições que eram necessarias.

Depois de tocar em Pernambuco, onde indicios de insubordinação se verificaram a bordo de várias unidades da esquadra, Labatut resolvêra trazer os amotinados para o Rio de Janeiro.

« A la hauteur de Bahia, lemos na correspondencia do barão de Mareschal, les équipages composés de Portugais pressés se soulevèrent, la frégatte l'*Union* fut dans le plus grand danger, les officiers se retranchèrent à la Poupe et ne parvinrent á se rendre maître des mutins qu'avec l'aide de 40 galériens napolitains auxquels la liberté fut promise; une enquête sur ce fait a lieu en ce moment.

« Le lendemain de l'arrivée de l'Escadre quelques soldats portugais des 500 contractés de l'expédition de Lisbonne devant être punis pour des fautes de discipline, leurs camarades s'ameutèrent; demandant qu'ils fussent liberés et refusant de continuer à servir; le Prince se rendit sur le champ sur les lieus. Il fit battre la Générale et les fit punir sévèrement. Il n'est plus question dans ce moment de recevoir des trouppes Portugaises de Montevidéo, les moyens manquent, on ne sait surtout où prendre les matelots; à Bahia les choses

en sont toujours au même point et continueront probablement á l'être pendant longtemps.

Com data de 23 de Septembro appareceu o decreto mandando que não tivesse proseguimento o inquerito iniciado em S. Paulo sôbre os acontecimentos que alli se haviam dado a 20 de Maio.

« Ce decret, diz Mareschal, en faveur du parti opposé à Mr. d'Andrada dans sa propre Province est sans nul doute une, et probablement, la principale raison du mécontentement montré par ce ministre.»

Ferviam entretanto os preparativos para a acclamação, affectando o Govêrno ignora-los por completo e abster-se de nelles tomar parte.

« La question, diz Mareschal fallando da acclamação, n'a (j'en ai la certitude) point été présentée ni discutée au Conseil d'Etat; la réponse du Prince est toujours un secret, mais l'opinion générale est qu'Il acceptera, se réservant seulement de remettre le Gouvernement à son Père s'il revient ici.

« L'explication que j'ai pu avoir sur la marche de cette étrange affaire est que depuis la publication du Manifeste, la Camara de cette ville étoit entré en relations avec celles des Provinces voisines, pour conférer au Prince par un acte populaire tous les Pouvoirs que le Roi s'etoit reservés, mais que comme captif, il ne pouvait exercer: l'idée de l'Empereur n'est venue que plus tard, lors qu'au retour du Prince, on apprit que ce cri avoit été déjà poussé à St. Paul, sans que toutefois, on y ai paru faire la moindre attention; l'intention du Gouvernement est que le 12 S. A. R., en raison de la Captivité du Roi, prenne l'exercice de tous les Pouvoirs, non pas comme reçus par la volonté du peuple, mais en vertu du droit d'héritier et de la Prérogative Royale; et que pour ne pas mécontenter le Peuple, Il laisse à sa volonté de régler le titre; cette question n'a point été traitée au Conseil parce que de la manière dont il est composé on ne peut compter sur le secret. Le Gouvernement espère eviter ainsi, que le peuple ne s'immisce dans la question des droits de S. A. R., ce qu'il avoue regarder comme dangereux et susceptible de conséquences désastreuses; il ne nie également point la mauvaise tendance des camaras entre elles, mais dit que jusqu'à pré-

sent aucune loi ne le défend. En attendant on se distribue déjà les titres, les honneurs, les Cordons; tout le monde ne pouvant cependant en avoir, le désapointement fera sans nul doute bien des mécontents.»

OFFICIO DE 5 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 30 — LETRA A

Approximava-se o dia 12 de Outubro, e o Rio de Janeiro via levantarem-se os arcos de triumpho destinados a realçar as festas projectadas para essa data.

Tudo se fazia ás claras, tanto pelos particulares como pelas proprias auctoridades municipaes. O barão de Mareschal admirava-se do contraste entre essas francas manifestações de preparativos de festa e a attitude dos circulos do Govêrno, que fingia ignorar o que se passava.

« Le Gouvernement continue à garder un silence absolu; ce qui pourrait cependant avoir un effet avantageux sur ses déterminations, et sur la réponse de S. A. R. est qu'il a absolument besoin d'argent et qu'il désire dès à présent effectuer l'emprunt de 8 millions qui avoit dans l'origine été remis à l'époque de l'assemblée générale; un emprunt de cette nature ne peut être realisé qu'en Europe; dans les conversations que le Ministre des finances a eu à cet egard avec plusieurs négocians anglais, on lui a fait entendre que la chose seroit facile, si le Gouvernement montrait de la consistence dans sa politique; mais que l'acclamation si elle avoit lieu rendrait la chose impossible; le Ministre qui jusque là avoit parlé de cet acte comme d'une chose probable, répondit en donnant l'assurance que dans tous les cas ce ne seroit qu'avec de telles réserves que les Gouvernements d'Europe, à l'opinion desquelles on attachoit le plus haut prix ne puissent la désapprouver ».

— Apenas delineavam-se as condições da nova monarchia brasileira e já principiavam as dissensões:

« Le *Courier* qui a été le premier organe de toute cette affaire commence déjà à attaquer l'aristocratie que l'on veut élever; puisse-t-il par ce langage intempestif ouvrir les yeux sur les conséquences de ce qu'il a tant approuvé.»

OFFICIO DE 8 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 31

Faltava já menos de uma semana, quatro dias apenas para a acclamação, e o Governo, como refere a correspondencia do barão de Mareschal, continuava imperturbavel na mesma attitude de ignorancia, de abstenção completa de tudo quanto se projectava para esse dia.

Attonito, procura achar um motivo para esse modo de agir por parte do Govêrno.

« On ne peut supposer une autre raison que la crainte de perdre dans ce moment la popularité dont il jouit.»

A resposta que daria d. Pedro no acto da sua acclamação aguçava a curiosidade do agente diplomatico austriaco, e razão cabal tinha elle para assim proceder, pois disso dependia a directriz que devia seguir no exercicio do seu cargo.

Verificando, porêm, que nenhum meio havia para sabe-la antes de se apresentar no Paço, assegura, neste officio, ao principe de Metternich que não havia de perder de vista « os altos principios sôbre os quaes devia pautar a sua conducta e os interesses que tinham motivado até então a prolongação da sua estada no Brasil, a politica da Corte Austriaca e as intenções de S. M.».

Abandonada momentaneamente a idéa de realizar um emprestimo no extrangeiro, contava o Govêrno effectuar outro, de 4 milhões, com o Banco do Brasil.

Tão arriscada era a operação que o barão de Mareschal receiava muito as consequencias que essa transacção financeira havia de accarretar para o credito desse estabelecimento bancario.

— Correra por esse tempo noticia de que um navio de guerra portuguez cruzava deante de Santos e de que fôra avistada uma esquadra de nove velas vinda da Europa. Para repellir qualquer aggressão fortificava-se o porto de Santos e reforçara-se a sua guarnição. No Rio de Janeiro o Govêrno á vista dessas ameaças tomava as providencias para enfrenta-las.

« On veut également faire sortir deux frégattes; l'une d'elles l'*Union* a été confiée à un Américain du Nord, qui commandait auparavant le *Maipu* de la flotte chilienne; on cherche à composer un equipage de matelots étrangers.»

Enquanto do Sul chegavam ao Rio de Janeiro noticias de que em Montevidéo haviam rompido as hostilidades entre as tropas portuguezas e as brasileiras e de que Lecor se declarara em favor do Brasil (mas essas noticias não eram officiaes), as informações referentes ás provincias nortistas denotavam que ia nellas uma agitação continua, a começar por Pernambuco, de onde o paquete inglez trouxera novas do levante popular que terminara com a expulsão de Gervasio.

« La conduite de cet homme, diz Mareschal, a été telle que ce fait dont on ignore les détails doit être regardé comme décidément en faveur du Prince; embarqué à bord de Paquebot avec son fils pour se refugier ici, il fut réclamé à Bahia, où le Paquebot relacha, par la Junte; son fils ayant eu l'imprudence de se rendre à terre et remis au Gouvernement qui le fit arrêter et metre au fort S^t^. Pedro il est probable qu'un des motifs qui ont engagés le Consul et le Commodore Anglais à livrer cet individu fut l'état d'exaltation du parti Portugais et les dangers qu'en cas contraire y auroient encourus les anglais établis; ce fait a produit sur les Brésiliens une assez vive impression.»

— A Bahia via todos os dias succederem-se os combates e pertissimo da cidade « particulièrement avec les indiens », assegura Mareschal. « Mais les forces et mesures du Général Madeira, accrescenta, sont telles qu'il n'y a pas à penser à enlever la ville de vive force ».

Em vesperas de um acontecimento tão importante como o que se preparava para o dia 12 de Outubro, era mister que o Govêrno apresentasse uma certa estabilidade, que o Ministerio gosasse da absoluta confiança de d. Pedro. Infelizmente verificava-se o contrario.

Periclitava o prestigio dos Andradas.

« Le Ministère actuel, diz Mareschal, et particulièrement Mr. d'Andrada ne parait plus jouir du même degré de la

confiance de S. A. R. et si l'acclamation a lieu je ne serai point étonné de le voir remplacé dans peu ».

OFFICIO DE 19 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 32 — LETRA A

« Le 10 la séance extraordinaire annoncé de la Camara eut lieu; l'intention du parti démocrate de faire en cette occasion une tentative contre le Pouvoir du Prince Régent dans le même moment qu'on lui conférait le titre d'Empereur étant connu, le Gouvernement prit des mesures pour le prévenir; d'après ce que j'ai entendu dire, mais ne puis assurer, le Prince fit appeler Joachim Ledo et le Président de la Camara, meneurs du parti et les menaça de toute son indignation et de sa vengeance; on ajoute que Ledo, saisi de peur, tomba à ces pieds; l'un et l'autre est assez vraisemblable d'après le caractère des auteurs de cette scêne; j'ai moi-même entendu dire à Mr. d'Andrada qu'il avoit menacé le Président de le faire metre dans un des forts, si sa conduite n'étoit point entièrement satisfaisante.

« Une tentative n'en a pas moins eu lieu; des voix s'elevèrent pour demander que le Prince jurât la Constitution que l'assemblée ferait, et qu'il y eut un changement de Ministère; mais soit que le parti est réellement très faible, ou que ses chefs intimidés n'ayent point osé le pousser, ses prétentions furent repoussés par une grande majorité. »

Enfim, havia raiado o tão esperado dia 12 de Outubro de 1822, e Mareschal faz curta narrativa dessa solennidade que nem uma chuva torrencial havia podido impedir. Chegara tambem finalmente a occasião que elle tanto esperava de saber a resposta, que d. Pedro daria e que o principe leu, de antemão impressa, e distribuida no mesmo momento.

« L'acclamation eut lieu de suite, d'abord par la Camara, ensuite par le peuple et puis par la trouppe avec une salve de 101 coups de canon et un feu de fête; le Prince et la Princesse parurent sur le Balcon et la petite Princesse fut levée sur les bras et montrée au Peuple; de là le Prince se rendit à pied sous le dais avec touts les autorités et un grand concours de peuple, à la Chapelle Royale, où Madame

la Princesse Royale et son auguste fille furent en voiture; après un *Te-Deum* et un discours analogue à la circonstance, on fut au Palais, où après avoir vu défiler la trouppe, il y eut un baise main. Le soir L. L. A. A. R. R. furent au spectacle en grande loge, ainsi que les deux jours suivans; le lendemain L. L. A. A. R. R. se rendirent en grand gala à la Chapelle Royale, où fut chanté une messe d'action de grâce; elles étoient dans toutes ces occasions escortées par la garde d'honneur; cinq arcs de triomphe étoient erigés et décorés d'emblèmes; la ville fut illuminée pendant six jours, les deux premiers et le dernier par une pluye battante. Il n'a paru qu'une très petite liste de promotions le 12, et toutes de la nature de celles que le Prince d'après la délégation du Roi pouvoit faire; on attend à chaque moment celles qui ont rapport à l'Empire; la seule chose qui ait encore paru est un article de la *Gazette* du 15, qui porte un caractère ministériel sans être officiel. Les adresses en faveur de l'acte sont jusqu'à présent celles de cette Province et d'une partie de celles de Minas et S^t^. Paul; la dernière porte la clause du serment à la constitution future, comme le projéttoit le parti démocratique.

« L'enthousiasme est réellement très grand dans ce moment et la mesure parait jusqu'à présent entièrement populaire; c'est sans doute la considération qui a décidé S. A. R.; du reste la nouvelle reçue le 16 que les trouppes destinés et embarqués pour le Brésil à Lisbonne, avoient de nouveau été mises à terre n'a pas peu contribué à augmenter la joie publique.»

Mareschal nota, maravilhado, que já varios dias tinham passado depois da acclamação de d. Pedro e que nenhum decreto imperial apparecia.

A noticia de que as fôrças destinadas ao Brasil haviam recebido ordem de ficar em Lisbôa não podia deixar de repercutir profundamente no espirito dos Brasileiros (e assim aconteceu de facto), esperando estes que com isso se tornaria mais facil expulsar da Bahia as tropas portuguezas que ainda alli se mantinham.

Desapparecendo, portanto, o receio de reforços para as

tropas de Madeira, já preparavam-se os transportes que deviam levar para a Europa as fôrças portuguezas aquarteladas em Montevidéo.

« Il est encore impossible, diz em conclusão o barão de Mareschal, de prévoir les conséquences du changement que S. A. R. a fait d'un titre légal à un contesté, mais ce qui me parait jusqu'à présent d'après l'enthousiasme public c'est que toute idée de République est absolument tombé; en admettant la Monarchie nul ne peut lutter personnellement contre le Prince Royal, les Brésiliens sont singulièrement flattés de ce titre d'Empire et d'Empereur.

« Je me suis apperçu au ton de Mr. d'Andrada qu'il a au moins pour le moment repris toute son influence; c'est bien à désirer, car malgré sa pétulance et son enthousiasme je le crois un homme de moyens et sincèrement dévoué à son maître et à la cause Monarchique; aussi le grand objet du parti opposé est-il de le faire sortir du Ministère.»

OFFICIO DE 19 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 32 — LETRA B

Constitue este officio uma das peças mais interessantes da correspondencia do barão de Mareschal, relativa ao anno de 1822; merecendo attenção a conversa que o representante da Austria teve com José Bonifacio, a quem procurara para vêr o que lhe convinha fazer, segundo o que o Ministro lhe dissesse.

Curioso é observar quanto o patriarcha da nossa Independencia estava imbuido das idéas revolucionarias de Rousseau, idéas que applicava ao Brasil, o qual, no seu modo de pensar, ao declarar a sua independencia e constituir-se em Imperio, saïa do « estado de natureza » em que vivera até então.

Não menos digno de observação é o que diz o grande ministro a respeito da genese do nosso Imperio e da situação, em que se puzera d. Pedro.

— « La question de l'acclamation devant être présentée le 11 au Conseil d'Etat, je me rendis le même jour au soir chez Mr. le Ministre des Affaires étrangères, ainsi que

s'en était convenu avec lui pour connaitre la détermination prise par S. A. R. et régler d'après elle ma conduite pour le 12.

« Le Ministre me dit que d'après le vœu unanime du peuple, exprimé par l'organe de la Camara de cette Province, ainsi que des plus rapprochées des Provinces voisines, d'après celui présumé de celles que l'éloignement rendoit impossible de connoitre encore avec certitude, d'après l'avis de son Conseil d'Etat et une série de faits dont plusieurs pouvaient être parvenus à ma connaissance; tels qu'un traité offensif et défensif du Portugal avec l'Espagne contenant l'obligation de remettre Montevidéo, un emprunt en Angleterre en donnant comme garantie l'île de Madère, un manifeste du Roi contre son fils, etc., le Prince Régent se trouvoit dans le cas d'accepter et de prendre dès ce moment sans restrictions quelconques le titre d'Empereur.

« Continuant à parler sur ce sujet, il dit qu'il n'ignorait pas qu'en Europe, composé pour ainsi dire d'une république d'états liés entre eux par des traités multipliés et des interêts compliqués une telle démarche ne pourroit avoir lieu sans être assuré d'avance d'un assentiment général; que leur position étoit entièrement différente, qu'ils se regardoient comme sortant de l'Etat de Nature et que le titre d'Empereur n'était pris que comme désignant le chef d'un vaste Empire; que si le Roi venait ici, la manière dont il y seroit reçu et traité prouverait hautement quels étoient les sentimens de son fils; — que la faute qu'il (le Roi) avoit faite, étoit de ne point prendre en 1816 le titre d'Empereur du Brésil et Roi de Portugal au lieu de créer un Royaume uni illusoire; qu'une des plus fortes raisons pour prendre dès à présent le titre d'Empereur étoit qu'on ne pouvoit douter que si la chose n'avoit pas lieu dans ce moment, elle deviendroit inévitable lors de la réunion de l'assemblée générale; qu'alors elle mettroit S. A. R. dans une dépendance extreme et bien dangereuse envers cette assemblée; qu'au lieu de cela, le Prince se trouverait Empereur sans qu'elle eut à y intervenir et par une autorité supérieure, émanant de la volonté directe du Peuple, que cette assemblée feroit des lois, mais ne seroit

point admise à représenter toute la souveraineté, le Souverain faisant une partie essentielle de la réprésentation nationale; que ce seroit enfin une véritable pacte qui se formeroit entre le peuple et le Souverain, celui-ci ne s'engageant à rien d'avance, et réjettant ce qui seroit inadmissible. Que je devois être informé de ce qui avoit été tenté le 10 (« dans la séance de la Camara ») et de la vérité de ce qu'il m'avoit dit antérieurement sur la véritable force et soutien du parti démocratique; que du reste les Gouvernemens d'Europe reconnoitroient ou non, qu'ils resteroient en paix, ou entreroient dans des relations plus particulières par des traités, selon que cela leur conviendroit.

« J'ai exposé au Ministre que la prolongation de mon séjour ici, après le départ du Roi, avoit eu lieu, tant pour répondre au vœu de la dignité de la Cour Impériale, qu'aux affections de S. M. l'Empereur, dont l'intention exprimée étoit que je ne quittasse point le Brésil tant que L. L. A. A. R. R., y resteroient; que dans une mission de cette nature je ne me croyais ni appellé ni authorisé à juger des circonstances impérieuses qui engagent S. A. R. à un changement de titre et que je continuerai à resider ici comme auparavant; que le seul embarras que j'éprouvai étoit sur la manière de m'adresser à L. L. A. A. R. R. dans les occasions où il avoit jusqu'à présent été d'usage de se rendre à la Cour; ne me croyant pas autorisé à préjuger l'opinion de ma Cour sur cette question; que pour l'éviter je ne voyois rien de plus simple que de m'absenter dans ces occasions et que je le ferai dès le lendemain; que je priai S. E. de vouloir être dans cette occasion (pour l'anniversaire de la naissance du Prince) l'organe de mes sentiments près L. L. A. A. R. R. et de les assurer que personne ne faisoit plus que moi des vœux pour leur prosperité et bonheur.»

« Je crois devoir également éviter avec soin toute démonstration nouvelle dans les communications par écrit, que je pourrai être dans le cas d'avoir avec le Ministre.»

Entretanto, não procediam concordes os collegas do agente diplomatico da Austria. Um, o coronel Maler, encarregado de negocios e consul geral da França, communicara

ao Ministerio que dava por terminadas as suas funcções politicas, limitando-se a entreter relações a respeito de assumptos commerciaes. Outros, Chamberlain e Langsdorf, consules geraes, respectivamente da Inglaterra e da Russia, considerando-se meros agentes commerciaes haviam comparecido como de costume ao beija mão.

« Ce qui, diz Mareschal, a naturellement donné lieu à une sorte de disfaveur populaire sur ceux qui ont cru devoir de s'abstenir; cet inconvénient auroit été evité si ces fonctionnaires publics, arrivés de nouveau à leur poste, depuis le renvoi de trouppes Portugaises, s'étoient conformés aux anciens usages et réglemens, qui n'admettoient point les agens commerciaux à la Cour; Monsieur de Langsdorf a même fait plus, ayant cru devoir prendre les Conseils de Monsieur le Ministre des Affaires Étrangères; celui-ci lui a dit de se rendre au Pavillon du Campo Sta. Anna, où l'acclamation devoit avoir lieu; de sorte qu'il y a virtuellement pris part.»

Mais esperto, Mareschal não caïra na « esparrella »; atilado como sempre nos momentos difficeis. Estava crente de ter procedido correctamente, esperando que no caso contrario, escreve elle a Metternich, « Votre Altesse n'y ajouterait point tout le poid de son déplaisir ».

OFFICIO DE 29 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 33 — LETRA A

Constituia a acclamação de d. Pedro facto tão extraordinario para o barão de Mareschal, que este mais uma vez volta a referir-se ao assumpto na sua correspondencia. E' interessante vêr o modo por que apreciava os acontecimentos empolgantes a que assistia, e como conversava a respeito delles com José Bonifacio, o qual por certo entendia e muito devia entender da questão. Este, si bem que naturalmente fosse parcial, era para Mareschal uma fonte segura de informações, não só pela sua posição official, como pela parte que tomara nas occurrencias.

Assim, referindo-se á acclamação do principe d. Pedro, o diplomata austriaco faz a seguinte observação:

« Le parti républicain qui l'avait poussé montrait sa joie

et son organe le *Courier* exaltoit le nouvel Empereur au dessus de tous les souverains anciens et présents; il le louangeoit surtout de ce qu'il avoit trompé l'attente de beaucoup de personnes en ne créant point de nouvelle noblésse, principe corrupteur des nations, selon son sistème, et appelloit S. A. R. un vrai démocrate; cette expression ainsi qu'une sortie violente contre l'article que je suppose Ministeriel et ci-joint à mon dernier rapport demandant à propos de la volonté souveraine combien il y avoit de souveraineté là où celle du peuple étoit reconnue, excitèrent la colère de S. A. R., et le 21 le rédacteur de cette feuille reçut par l'intendant de la police l'ordre de sortir dans huit jours de l'Empire; sa feuille fut supprimée; le *padre* Lessa, autre démocrate reçut celui de se rendre à sa ferme à 20 lieues d'ici; il fut insinué au Président de la Camara de donner sa démission; deux Colonels et plusieurs officiers furent envoyés dans l'intérieur avec des commissions contre les Indiens; ces mesures violentes, le renvoi d'un homme qui jouissait de quelque popularité, sans procès, sans formes quelconques causèrent un grand mécontentement dans la populace; des placards séditieux furent affichés; on parloit d'une pétition signée par 800 personnes en faveur du rédacteur, d'une session extraordinaire de la Camara où elle avoit adressé de nouveau une circulaire à toutes les autres, se plaignant du despotisme et invitant à ne point obéir. Ces faits n'ont point eu lieu, mais d'en répandre la rumeur est déjà une preuve de l'état de l'esprit public; au Conseil trois *procuradores* protestèrent contre ces mesures; une scène très violente eut lieu où S. A. R. s'emportant de nouveau contre Joachim Ledo, doit l'avoir menacé de le faire enterrer vif.

« Je vis le Ministre des affaires étrangères le 22, il paraissoit extremement satisfait de ce qui avoit eu lieu, disant que c'étoit ainsi qu'il falloit traiter un parti avec lequel il ne pouvoit avoir ni paix ni trêve ».

Por parte do Govêrno as medidas energicas não afrouxavam; já o *Correio* suspendera a sua publicação, partindo Ledo para Buenos Aires.

Mareschal ouvira dizer « qu'il avoit fait une démarche

personnelle près S. A. R., et qu'Elle avoit daigné lui permettre de nouveau de rester ».

« Le 27 je vis Monsieur d'Andrada, il termina une longue conversation sur d'autres questions, en disant:

« Du reste je puis Vous annoncer que S. M. a enfin cédé à mes pressantes sollicitations et a accepté ma démission; la chose ne sera connue que dans deux ou trois jours, je dois moi-même expédier le décret; du moment où il y a une divergence d'opinion entre moi et S. M. je ne puis le servir utilement comme Ministre. »

« Je sais que L. L. A. A. R. R. avoient été deux fois chez le Ministre ce jour là, Elles y furent de nouveau toute la matinée du 28, aucun décret n'a encore paru; il est donc possible qu'ainsi que cela a déjà eu lieu avant le 12 le Ministre ait de nouveau cédé.

« J'ignore qui doit le remplacer et si son frère résigne également, ce qui me parait probable; c'est un vide qui sera difficile à combler, non seulement comme gens de moyens dont il n'y a point surabondance, mais pour les principes, l'énergie et la confiance qu'ils inspirent; si Votre Altesse daigne se rappeler le contenu de mes différents rapports depuis la mi septembre et le retour de S. A. R. de St. Paul. Elle verra distinctement que le Gouvernement marchait par sacade et qu'il y avoit deux moteurs très distinctes qui l'influençoient tour à tour; le décret d'amnistie du 22 Septembre pour les troubles de St. Paul, l'acclamation du 12 Octobre, le renvoi le 21 du même mois des mêmes individus que l'avoit regardé le 12 comme irrésistibles; sont des démarches toutes en contre sens l'une avec l'autre; ces deux moteurs sont Mr. d'Andrada et son Ministère, auquel S. A. R. ne peut refuser son estime et sa confiance et un club obscur de framaçonerie dont le Prince n'a point dédaigné de faire part et où le parti Républicain profite de la violence de ses passions pour irriter son amour propre et sa susceptibilité; ce fut là qu'il fut avant tout acclamé Empereur à ce que l'on assure, et c'est à cette même réunion que j'attribue d'autres faits qui sans cela resteroient absolument inexplicables. »

Desastrada, carecedora de um fim determinado, tal parecia ao barão de Mareschal que era a orientação do Govêrno. A esperança que alimentava de ver sanada essa incerteza, essas tergiversações, elle a depositava na pessôa de d. Pedro, a quem considerava mais illudido do que dominado, e no qual via bastante vigor e bastante energia para um golpe decisivo em qualquer momento critico.

— Passaram-se porêm os dias uns após outros e, facto de extranhar-se, o corpo diplomatico residente no Rio de Janeiro continuava a não ter communicação official da acclamação do principe d. Pedro.

Si no caso de Mareschal talvez isso tivesse explicação pela franqueza com que se abrira com José Bonifacio na vespera da acclamação, causava reparo notar que nem mesmo os seus collegas, menos precavidos do que elle, haviam recebido essa participação.

Mareschal não faz commentario algum a similhante procedimento por parte do Govêrno, porventura pensando que para não o pôr em situação difficil, o Ministerio dos estrangeiros se abstivera de lhe fazer essa communicação.

Já porêm proxima se annunciava uma solennidade que lhe havia de offerecer interesse mais captivante: em 24 de Novembro havia de se realizar a coroação do primeiro imperador do Brasil. Talvez por essa razão não ligasse Mareschal a importancia devida a essa communicação official que lhe deviam fazer.

— Maler, agente da França no Rio de Janeiro, deixara de exercer o cargo de encarregado de negocios; e apezar de dar por findas as suas funcções diplomaticas, dirigira-se elle ao Ministerio dos Extrangeiros para que o recebessem no Paço na qualidade de Consul Geral.

« Il fut en conséquence au baise-main du 19 — diz Mareschal; c'étoit contre lui que s'étoit déclaré l'opinion populairre, ayant été longtemps au service du Portugal et n'ayant point été prudent dans la manière d'avancer ses opinions; pour moi je continue à être indisposé; n'étant point Consul, mon absence de la Cour n'a pas fait jusqu'à présent une mau-

vaise impression dans le public qui l'attribue à une affaire de forme ».

Noticias curtas terminam o officio de 29 de Outubro de 1822, n. 33, lettra A.

O Rio Grande do Sul adheria á acclamação de d. Pedro, constituindo esse facto um elemento de valor para a affirmação do novo Imperio.

Do Gabinete haviam saïdo alguns ministros, entre elles Nobrega, de quem Mareschal diz: « A tropa, juncto á qual o Ministro da Guerra Nobrega gosa de muita popularidade, mostra-se descontente ».

Pouca confiança inspirava a Mareschal o Ministerio recem-formado.

« Les remplaçans sont tous des gens absolument inconnus; ce n'est évidemment qu'une pierre d'attente; ils sont tous Brésiliens, il y avoit encore deux Portugais dans l'ancien, il est à croire que dans peu une crise aura lieu. »

Ultima noticia referida no presente officio: Mareschal ouvia dizer que Ledo havia embarcado. Grata lhe devia ser a informação, vendo assim afastar-se um « anarchista tão perigoso ».

OFFICIO DE 30 DE OUTUBRO DE 1822 — N. 34

Infelizmente sem dúvida para o socêgo do barão de Mareschal o chefe do partido « anarchista » não tinha embarcado.

« Le redacteur du *Courier* reste et pour le moment ce parti est triomphant, diz elle dos liberaes; mais l'opinion publique de la majorité de la population est contre lui et en faveur de l'ancien Ministère; elle s'est montré hier d'une manière évidente par la consternation générale. »

De facto, fôra grande a difficuldade com que se conseguira formar novo Gabinete.

« Le Ministère de l'Intérieur avoit d'abord été offert au baron de S^to^. Amaro, deputé, qui l'a refusé; le Comte de Palma ne l'a accepté que sur des instances réiterées; c'est un galant homme, mais sans force, sans energie et absolument incapable de porter le fardeau qu'on lui impose; tous les

autres sont des personnages nuls, des pièces de remplissages; ancun n'appartient au parti Républicain, mais c'est un Ministère sans couleur et sans force. »

Depois de referir que de boa fonte tinha noticia de que Nobrega estava de conluio com o partido democrata, Mareschal examina a situação em que se encontrava d. Pedro.

« S. A. R. Elle même sent bien de quel coté sont ses véritables amis, mais j'ai lieu de croire qu'Elle se pense en quelque sorte lié par l'acte du 12, dont ce parti fut le moteur, et que son amour propre est blessé de voir que sa popularité et son Pouvoir tenait autant à son Ministère; le tems et l'expérience le ranimeront.

« Le Ministère actuel ne peut se soutenir; ou l'ancien rentrera, ou S. A. R. se livrant entièrement à ses plus cruels ennemis, ne sera bien tot plus, comme son Auguste Père, que leur instrument passif; même dans ce rôle, Il lui seroit inférieur, parce qu'il ne calcule jamais justement ses forces. »

OFFICIO DE 4 DE NOVEMBRO DE 1822 — N. 35

A situação politica era de tal ordem que não podia durar muito, e não durou.

Ao dia 30 de Outubro de 1822, que assignala a volta dos Andradas ao poder e a continuação da influencia por elles exercida com tão grande proveito para a causa brasileira, chama Mareschal com razão, dia de victoria, de triumpho.

« Je vous ai rendu compte, mon Prince, escreve o barão de Mareschal a Metternich, de la consternation qu'avait produit dans le public le 28 et le 29 la nouvelle du changement de Ministère et de la difficulté que trouvoit le gouvernement à en former un nouveau; pendant ce tems le parti démocrate, dont les chefs étoient l'ancien Ministre de la guerre Nobrega, Joaquim Ledo, le Président de la Camara, les *padre* Januario et Lessa repandaient qu'ils 'toient appuyés par la trouppe, entièrement dévoué à l'ex-Ministre de la Guerre, et certain que les Ministres nommés ne pourroient se soutenir, ils faisoient déjà entre eux le partage

des premières places; leur projet à ce que l'on assure étoit de se défaire d'une manière violente des deux frères Andrada, de renvoyer le Prince à Lisbonne, et de former une République; les clubs et les loges de framaçons dont ils disposent entièrement après avoir été fermés quelques jours, avoient été rouvertes le 26 et les appuyoient.

« Le 29 et le 30, la maison de campagne où étoient Mrs. d'Andrada (elle est attenante à la mienne) ne désemplit point de visites; le 30 au matin la proclamation annoncée (a que começa por « Honrados Brasileiros, os vis Carbonarios, etc.) ci-jointe sous n. 1 fut distribuée dans le public, des placards demandoient l'expulsion et le chatiment des factieux précités, en y ajoutant quelques autres noms et celui de l'imbécile rédacteur du *Courier*; le peuple s'attroupa en grand nombre devant le Palais Municipal, la Camara fut réuni et son président fut tumultueusement elliminé et remplacé provisoirement par un autre magistrat; la représentation ci-jointe sous n. 2 fut redigée et signée et le peuple députa le docteur en droit, Marianna, à S^t^. Christophe, où se trouvoit le Prince, pour lui demander la permission de lui présenter une représentation; la réponse de S. A. R. fut qu'Il seroit toujours prêt à faire ce que desiroit le peuple et qu'Il recevroit avec plaisir tout représentation faite d'une manière légale: la trouppe fit celle jointe sous n. 3; elles furent présentés et accueillis; la foule des amis grossissoit entre tems chez Mr. d'Andrada le pressant de se rendre en ville dans sa maison où tout le peuple le demandait à grands cris; il céda vers les 5 1|2 et monta à cheval accompagné d'une trentaine de personnes; le Cortège grossissoit en avançant à mi chemin; ils rencontrèrent L. L. A. A. R. R. qui aussitôt après avoir reçus et accueillis les représentations du Peuple et de la trouppe, s'étoient mis en chemin pour se rendre chez le Ministre. Le Prince descendit de voiture et embrassa à plusieurs reprises les deux frères, *disant à José Bonifacio; en bien, ne te l'avois-je pas dit, que le peuple ne te laisserait pas*. Il fut avec le Ministre à sa maison situé sur la place du Rosario, qui étoit couverte de peuple, criant vive José Bonifacio, celui-ci criant à son tour Vive l'Empereur,

Vive Pierre 1er, 2d, 3me, 4me faisant allusion au parti démocrate qui avoit affecté de crier, le seul, l'unique, faisant ainsi présager sa chute; José Bonifacio fut porté jusque dans ses appartemens, il se présenta avec le Prince à la Croisée en déclarant qu'il acceptoit le Ministère mais avec la condition que les coupables seroient punis; le soir L. L. A. A. R. R.. furent au spectacle ainsi que leur Ministre, où Elles furent accueillis avec les plus vives acclamations; jusque là le triomphe n'avoit été que pour eux, ils eurent la prudence et la modestie d'y associer Mr. Montenegro, Portugais, Ministre de la justice, qui fut également cherché par le peuple et porté en triomphe au spectacle; le Ministre de la maison, Farinha, ne rentra point, non qu'il fut du parti démocrate, mais étant d'une indolence extrême il est remplacé par J. J. Cunha, qui étoit intendant de la police. »

Fogem os *leaders* do partido democrata, Nobrega e Joaquim Ledo, iniciando logo o juiz Tinoco o inquerito a respeito d'elles.

« Dom Antonio Telles premier chambellan du Prince qui avoit demandé et obtenu la permission de se retirer lors qu'il vit le parti démocrate triomphant n'est point rentré au Palais, voulant se porter comme le principal accusateur.

« La majorité de la population s'est montré animée d'un très bon esprit dans cette journée, et il n'y a point eu de désordres; quelques pierres ont été jetés dans les vitres du président de la Camara, mais un individu ayant représenté que c'étoit à la vérité un grand gueux, mais qu'il fallait respecter la toge, on a cessé; de suite plusieurs individus ont été arrêtés mais jusqu'à présent aucun des principaux meneurs. »

Mareschal faz longas considerações a respeito da volta dos Andradas ao poder, acontecimento que elle considera feliz, certo de que elles tinham em vista um fim elevado e eram animados por intenções leaes; deplorava porêm que o povo tivesse intervindo na solução da crise:

« Ici la chose étoit nécessaire et il ne restoit guère d'autre remède dans le péril extrême où l'on se trouvoit, mais c'est toujours un bien mauvais exemple. »

« Je ne crois point que le Prince connoissoit bien le danger dans lequel il s'est trouvé; ses idées ne sont point assez formées, assez nettes là dessus. Il est bien (je le pense) persuadé de l'intégrité et du désinteressement des deux frères, mais Il parait croire quelquefois, qu'ils prennent sans raison l'épouvante. Toute chose nouvelle a de l'attrait pour S. A. R. et par caractère Il s'y porte de suite avec une extrême violence; il en fut ainsi des loges maçonniques, voile qui couvre tant d'iniquités; c'est principalement leur ouverture, après les avoir fermés comme grand maitre, qui decida le Ministère à resigner.»

O papel desempenhado por Ledo e pelos seus correligionarios é ainda uma vez objecto das considerações do barão de Mareschal:

« Le danger est loin d'être entièrement passé, la guerre une fois déclaré entre les deux partis, leurs vues une fois connues; si le Gouvernement n'en fait bonne et prompte justice, il est à craindre que dans peu le parti démocrate ne lève de nouveau la tête et qui sait à qui alors la populace donnera les *vivas*. Ce parti existe dans toutes les villes, il a plus de force dans les ports de mer; on doit avoir communiqué recemment de Pernambouc qu'on seroit prêt à s'unir dès que le despotisme auroit cessé.

« La grande faute a été de mépriser ces gens dans le principe; depuis le 23 Mai ils n'ont cessé de tenir le même langage et sont devenu chaque jour plus audacieux; l'acte du 12 qui fut entièrement leur ouvrage, leur a donné un extrême avantage et a affaiblis le Gouvernement; j'ignore de quelle manière on procédera contre eux, la chose n'est pas facile, parce que leur marche est lié à des faits que je ne crois pas que l'on veuille montrer à decouvert, si ils ne sont pas entièrement hors d'état de nuire, si un exemple n'effraye point qui voudrait les imiter, on les verra se relever avec plus de force et entamer la ruine du Prince et de son auguste famille. »

Fecham este officio duas ultimas noticias, promettedoras de felizes consequencias: no Sul, Lecor esposava a causa

brasileira; do Norte chegavam officios de Labatut dando como proxima a rendição da Bahia.

OFFICIO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1822 — N. 37 — LETRA A

Continuando em vigor as rigorosas medidas tomadas contra o partido democrata, Ledo e seus correligionarios, accusados de conspiração contra a forma monarchica do Govêrno constituido, são submettidos a um inquerito.

Escondidos durante varios dias, Ledo e Nobrega reapparecem e lançam á publicidade a defesa dos seus actos.

«Ce qui, diz Mareschal, n'a point empeché le Gouvernement de lui envoyer un passeport à l'étranger; sur une demande faite dans les tems antérieurs, n'y ayant pas de suite obtemperé et le Ministère ne voulant pas absolument prendre sur lui d'employer la force, on a cherché à faire demander son renvoi par la Camara qui ne s'y est jusqu'à présent pas prêté.»

Por outro lado o Govêrno fazia publicar na *Gazeta* de 16 uma portaria, dirigida pelo Ministerio do Interior a todas as Junctas e ás Camaras «denunciando mais uma vez, diz Mareschal, o partido anarchista descoberto pelo povo e pela tropa a 30 de Outubro e que já deve ter mandado emissarios para todas as Provincias, com o fim de angariar adhesões; ordenando a todas as auctoridades vigia-los e prende-los e abrirem inqueritos sôbre os seus actos.

«On prit enfin la résolution d'arreter Ledo et ses complices; le juge chargé de l'enquête ayant fait un requisitoire à cet effet, mais il ne fut point trouvé, non plus que le Président de la Camara, et le nul Nobrega et le Ministre de la guerre fut mis au fort de Santa Cruz; l'enquête continue, mais il est aisé de voir à la juste anxiété du Ministère d'éloigner les accusés, que le Procès ne peut aboutir à rien; on assure déjà que Nobrega doit partir pour l'Europe.»

Acontecimento que veio dar enorme fôrça ao partido da independencia foi a chegada á Bahia dos reforços enviados de Portugal a Madeira, provocando esse facto a união

das provincias em tôrno do principe d. Pedro e a completa adhesão dellas á sua politica.

« La nouvelle, diz Mareschal, de l'entrée de l'expédition de Lisbonne à Bahia au commencement de ce mois que l'on a reçu ici le 9 a été un véritable coup de parti pour la cause de S. A. R.; le retard que cette expédition ajoutera à la chute de Bahia et la présence d'une force navale qui peut insulter presque tous les points de la côte Brésil sont un nouveau stimulant pour l'union des Provinces entre elles et donne au Gouvernement une force morale dont il a plus que jamais besoin; ce renfort sur lequel les données varient entre 12 et 1.800 hommes n'est point assez considérable pour faire craindre des opérations sur une plus grande echelle de la part du Général Madeira, quoiqu'il les annoncent par une proclamation du 7 de ce mois, où il appelle ses trouppes les vainqueurs des vainqueurs du monde. Ce qui peut embarasser infiniment plus est la présence d'un vaisseau de ligne, d'une frégate et de plusieurs petits batimens de guerre qui ont amené la trouppe à Bahia; il n'y a point dans ce moment de force suffisante à leur opposer; on arme il est vrai un vaisseau de ligne mais les matelots et des officiers capables manquent absolument; j'ai lieu de croire que le Gouvernement pour rémédier à cet inconvénient, fait des démarches aux Etats Unis et près du Gouvernement du Chili, mais pour ce dernier au moins, il n'y a rien à espérer, la flotte de Lord Cochrane étant d'après le rapport unanime de tous les officiers anglais venant de la mer pacifique, hors d'état de tenir la mer et surtout de doubler le Cap Horn et les moyens de la réparer manquent totalement.

« L'expédition de Bahia a reveillé l'attention du gouvernement sur les trouppes Portugaises de Monte Video, et le 14 les frégattes l'*Union* et la *Caroline* et la corvette le *Libéral,* montés en partie par des matelots étrangers et commandés par le Commodore Joet (*sic*), américain qui étoit antérieurement Capitaine d'un corsaire de Buenos Ayres, ont fait voile pour Monte Video avec le but de transporter ces trouppes en Europe avant qu'on ne prit des mesures pour les faire aller à Bahia.

« A la première nouvelle de l'expédition de Bahia on avoit parlé de déclarer ouvertement la guerre au Portugal, d'armer des corsaires et de prendre des mesures très sévères contre les Portugais résidant au Brésil, dont les intentions paroitroient douteuses; le Ministre m'avoit même dit qu'il comptoit que ces mesures serviroient en même temps contre les démocrates que les troubles de l'Espagne et du Portugal pourraient faire refluer ici; mais la chose est de nouveau tombé et l'on n'en parle plus du tout pour le moment; il est certain qu'une déclaration de guerre est au moins parfaitement inutile; qu'en donnant des lettres de marque, on ne fera que donner une occasion à des deprédations sur le commerce par les aventuriers de tous les pays sans se former une Marine et que des mesures opressives sans une necessité évidente fortifieront le parti démocrate et rendroient le gouvernement odieux. »

O movimento de adhesão ao novo Imperio se ia extendendo pelo territorio brasileiro: tanto nas provincias do Rio de Janeiro, de S. Paulo, de Minas Geraes, de Goiaz e do Espirito Sancto, como em Alagôas e em Sancta Catharina; a provincia da Bahia, com excepção da capital ainda occupada pelos Portuguezes, procedia concorde com as outras, e em Montevidéo Lecor, separando-se de todo da tropa lusitana, estabelecia o seu quartel general em S. José, enviando a sua adhesão a d. Pedro; a Banda Oriental não havia tardado em seguir-lhe o exemplo.

Em Minas Geraes, d. Manuel de Portugal demittira-se do seu cargo; chegado que fôra ao Rio de Janeiro dispunha-se a partir para a Europa.

« D. Manuel avoit annoncé en s'y rendant sur les instances de S. A. R., qu'il ne souscrirait jamais à rien de cette nature. »

Apesar de verificar o movimento de adhesão a d. Pedro, manifestado pelas provincias do Brasil, o barão de Mareschal não approvava a feição com que surgia a vida politica do novo Imperio.

Para elle, o movimento critico havia de ser o da inauguração das sessões da Assembléa geral. Por fortuna, o

Gabinete recem-formado ia apresentar-se prestigiado, graças aos principios que incarnava e havia de enfrentar a situação com galhardia; tanto mais pensava assim Mareschal, quanto no seu modo de vêr a opposição de Portugal constituia para a causa brasileira um auxilio tão poderoso quanto indispensavel.

A' acclamação devia porêm bem prestes seguir-se a coroação de d. Pedro, consolidando-se por esse modo e affirmando-se mais solennemente o acto de 12 de Outubro.

Adiada a data para a coroação do primeiro imperador do Brasil, fixara-se depois essa ceremonia para 12 de Dezembro, não sendo d. Leopoldina coroada, o que havia de causar extranheza a Mareschal, que apenas assistiria á solennidade. (Era bastante adeantada a gravidez da princeza, e esperava-se o seu desembaraço para principios de Fevereiro). Sem cessar, o diplomata austriaco, seguindo com attenção o que se dava no scenario brasileiro, accompanhava ao mesmo tempo os interessantes successos que tinham por theatro as costas sul-americanas do Pacifico. Aproveitando o final deste officio, refere o desfecho sensacional da politica de San Martin no Perú, rechaçado pelos Peruanos independentes.

As noticias d'alli diziam que, chegando San Martin a Valparaiso, o Govêrno chileno o prendêra, com sentinella á vista, á mercê pois de lord Cochrane que nessa occasião alli se achava.

« Il est entièrement brouillé avec S^t^. Martin sans être en meilleures relations avec le directeur O'Higgins », accrescenta Mareschal.

OFFICIO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1822 — N. 37 — LETRA B

Finalmente, e datada de 10 de Novembro de 1822, recebia o corpo diplomatico residente no Rio de Janeiro a primeira notificação official do Govêrno relativa á Acclamação. Apenas, porêm, communicava essa peça official a creação da nova bandeira e do novo tope do Brasil. Pasmo do barão de Mareschal, que recebe essa nota sem que o Go-

vêrno jámais tivesse communicado de modo algum a mudança que se havia feito na fórma de govêrno do Brasil.

Prudente, cauteloso como sempre, receiando comprometter-se, o agente austriaco limita-se a accusar o recebimento da nota, muito diversamente procedendo por essa occasião os commandantes dos navios de guerra inglezes e francezes ancorados no porto do Rio de Janeiro, pois salvaram com dez tiros de peça a nova bandeira brasileira.

— Os Inglezes, diz Mareschal, de accordo com o principio que tinham posto em prática de saudar todas as outras bandeiras independentes, sem excepção de nenhuma; os Francezes não pareciam muito propensos a fazer o mesmo, mas não quizeram singularizar-se nessa occasião.

« La première intention de l'Amiral Roussin étoit de ne point saluer, devant partir sous peu de jours pour la mer du Sud; son collègue qui est à Bahia dans ce moment et doit arriver sous peu, l'aurait fait en arrivant, ce qui eut été saluer le pavillon existant; du reste les officiers des batimens anglais et français n'ont pas cessé de paraître dans toutes les occasions à la Cour.

« C'est la première communication officielle depuis le 12 octobre, elle parle de l'Empereur et de l'Empire, sans que ces changemens ayent jamais été annoncés; dans le tems, Mr. le Ministre des affaires étrangères m'avoit dit qu'un manifeste à cet égard paraitroit; l'espace écoulé depuis pourrait faire croire que l'on a remis cela, soit à une époque où les Cours étrangères trouveraient moins de difficultés à accueillir cette communication, où au moins jusqu'à ce que l'on puisse montrer cet acte comme appuyé de la volonté de tout le Brésil.»

O dia 10 de Novembro de 1822 tornou-se para Mareschal notavel não só por ter recebido nelle a primeira communicação official da creação do novo Imperio, como pelos termos com que, por celebrar-se a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, d. Pedro se dirigiu ao exercito intitulando-se Imperador do Brasil.

OFFICIO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1822 — N. 38

Poucos dias faltavam para que se effectuasse a coroação do principe d. Pedro, a qual fixada para 1 de Dezembro fôra adiada para 8 desse mez:

« C'est l'evêque de cette ville, grand aumonier qui fera la cérémonie du sacre —, le manteau Impérial est vert et or, et parsemé d'étoiles, la Couronne d'or pur sans joyaux et pèse six livres, on a mis dans toutes les dépenses une grande économie, ne faisant que ce qui étoit indispensable; l'Empereur jurera d'obéir aux lois de l'Empire; quelques uns ajoutent qu' il sera inseré des clauses, Il se reservera le *veto* absolu, le droit de vie et de mort et celui de déclarer la guerre et faire la paix.»

Ferviam os preparativos da coroação, solennidade que vinha rematar a proclamação da Independencia e a acclamação de d. Pedro como imperador.

Não estava, porém, afastado de todo o perigo de uma intervenção armada por parte de Portugal.

« On assure que l'on doit s'attendre chaque jour à voir l'escadre Portugaise bloquer ce port, que le Gouvernement en a des avis certains et a envoyé l'ordre aux frégattes de rentrer dans le port; le commandant des forces Portugaises s'étoit jusqu'à présent refusé à cette mesure à l'execution de laquelle le pressoit le general Madeira et les Portugais et s'étoit excusé sur ce que ses instructions ne le lui prescrivoient point.

« Une affaire a eu lieu à Bahia, le 7; Madeira étoit sorti de la ville avec une colonne et y étoit de nouveau rentré. On ignore les resultats.»

Bem pouco animadoras eram as noticias que vinham do extremo Sul do paiz.

« On assure de même que les trouppes portugaises de la bande orientale étoient parvenus à se procurer des transports et s'embarquoient: ce ne pourrait être que pour Bahia ou l'isle de S^te^. Catherine.»

OFFICIO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1822 — N. 39 — LETRA A

Da coroação de d. Pedro faz Mareschal extensa e pormenorizada narrativa, chamando-lhe a attenção o ceremonial adoptado nessa occasião:

« Le Sacre et le couronnement de S. A. R. comme Empereur a effectivement eu lieu le 1er de ce mois, jour anniversaire de l'acclamation du Roi Jean VI.

« Votre Altesse y verra que l'on a tiré les cérémonies, des Couronnemens des Empereurs à Francfort et de celui de Napoléon et que l'on a même tiré partie d'une qui n'est d'usage, si je ne me trompe, qu'en Hongrie: celle de fendre l'air avec le glaive, la rapportant ici au titre de défenseur perpétuel, dont on veut, au besoin se faire une arme contre la Démocratie.

« Les Consuls Gaux d'Angleterre, de France et de Russie et le Consul des États Unis ont été invités à assister à la cérémonie; la lettre circulaire du Mtre. des affaires étrangères portait que, quoiqu'il n'y eut ni Ministre ni agent diplomatique de leur pays, S. M. I. les invitoit, voulant donner une preuve de sa considération pour les grandes et premières puissances; ils s'y sont rendus à l'exception de celui de Russie qui est voyageant dans la Province. »

Como Langsdorf, mas por motivo diverso, tambem não assistiu á coroação o representante austriaco barão Wenzel de Mareschal, allegando este não lh'o permittir o seu estado de saúde.

O proprio Mareschal menciona a desculpa que deu por não comparecer á solennidade; com razão julgava que a sua ausencia havia de ser notada, o que aliás era natural.

« J'ai reçu également, diz elle, une invitation si jointe sub n. 2 en copie et en traduction, ainsi que ma réponse; je n'ai pas cru pouvoir dévier de mon propre chef de la marche une fois adopté et suis fondé à croire que l'on me l'a adressé pour ne pas avoir l'air de faire une exception, mais en prévoyant d'avance une excuse. »

Mareschal reproduz os termos da resposta que deu em nota verbal:

« Le B. de Mareschal, agent de S. M. I. et R. près de la Cour du Brésil, vient de recevoir la communication que S. E. Mr. Je. Bo. d'Andrada et Sva. Ministre et Sre. d'État, pour les departemens des affaires etrangères et de l'intérieur, lui a fait l'honneur de lui adresser en date du 28 pour lui apprendre la gracieuse détermination de Son Auguste Maître à son égard, relativement à l'Auguste Cerémonie fixé au dimanche 1er de Décembre.

« Il regrette bien vivement que l'état de sa santé ne lui laisse aucun espoir de pouvoir profiter de cette faveur signalée et prie S. E. de vouloir mettre aux pieds de Son Auguste Maître avec les expressions de son profond respect, celles de sa gratitude et de ses regrets: s'il lui étoit permis, il y ajouteroit celles des veux les plus sincères pour le bonheur et la prosperité de cet Auguste Prince.

Le B. de Mareschal, etc.

Rio de Janeiro, le 29 Novembre 1822.»

A descripção da coroação é interessante:

« S. A. R. étoit vêtue d'une tunique de soye verte, taìlladée, du manteau Impérial en velours vert doublé de jaune, parsemé d'étoiles et avec une broderie en or; sur le manteau étoit une espèce de collet retombant jusqu'à mi-corps, en plumes de toucan. Il portoit des bottes à l'écuyer et des Eperons; la Couronne étoit ornée de diamants, sa valeur est évaluée de 400 a 500 (400 à 5.000?) cruzades.

« Le serment prêté par l'Empereur en cette occasion est, de maintenir la Religion Catholique Apostolique et Romaine, de soutenir et défendre les droits de la Nation, de maintenir et d'observer la Constitution que fera l'Assemblée législative, en autant qu'elle soit digne du Brésil et de Lui. Il fut prêté au pied de l'autel, et sur l'Evangile; la Cerémonie terminée dans l'Eglise, le Prince se rendit avec le même cortège et revetu des ornemens Impériaux, au Palais; ce fut là, assis sur le trône qu' Il le signa. Il se présenta ensuite à une des croisés et dit au Peuple le serment qu' Il venait de souscrire et que c'étoit le complément de ce qu' Il lui avoit promis; le soir la Cour fut au spectacle

qui étoit illuminé et decoré, toute la ville étoit illuminé et doit l'être pendant trois jours.

« Le Prince et son Auguste Epouse ont dans toutes les occasions été reçus avec le plus vif enthousiasme.

« Madame l'Archiduchesse et son Auguste fille ont assistés de leur tribune à la Cérémonie.

« Les Reines de Portugal n'étoient également pas couronnées, mais il étoit d'usage qu' après le serment du Souverain, le majordome de la Reine prêtoit en son nom, le premier, le serment de fidelité; cela n'a pas eu lieu dans cette occasion.

« Un nouvel ordre a été créé, sous le nom d'ordre de la *Cruzeiro*; le Ruban en est bleu clair; l'evêque de cette ville, le Géneral Curado et Antonio Carlos Andrada frère du Ministre et député à Lisbonne en ont été nommé, grand croix; les deux frères qui sont dans le Ministère l'ont absolument refusé; S. A. R. qui avoit dejà offert plusieurs fois à José Bonifacio la place de majordome dont il remplit les fonctions comme Ministre de l'Intérieur, l'y a enfin nommé, mais il a dès le 2 présenté une requête en forme pour qu'il lui soit permis de ne point l'accepter.

« La place de *Camareira mór,* vacant depuis la mort de la Comtesse de Linhares, a été donnée à une sœur de Mr. d'Andrada, qui demeure à Santos.»

Dando noticia de que se tinham concedido varias condecorações, termina o barão de Mareschal essa descripção, que, dada a solennidade do acto, mereceu da sua penna minuciosa narrativa.

OFFICIO DE 3 DE DEZEMBRO DE 1822 — N. 39 — LETRA B

Agitada como se achava a cidade do Rio de Janeiro, ao findar o anno de 1822, vendo ferverem os preparativos para uma lucta armada, soube ella enfim do combate travado a 8 de Novembro nos campos de Pirajá, resultando na victoria das armas brasileiras.

Ao agente austriaco pareceu que o effeito moral desse combate pouco importante em si mesmo, como diz, fôra consideravel para ambos os contendores.

Já as fôrças brasileiras cercavam a capital bahiana e os Fluminenses tinham esperanças de que a resistencia que lhes opporiam os Portuguezes não havia de fazer demorar muito a evacuação da cidade por parte das fôrças lusitanas.

« Ici, diz Mareschal, on continue à s'occuper avec activité de l'organisation de la force armée; la formation d'un bataillon d'Artilleurs composé de Nègres libres a été decrété ainsi que celle d'un Régiment d'étrangers; plusieurs officiers sont déjà nommés, la plupart sont des français; pour ce dernier Corps l'état major sera facile à completer, mais où prendre la trouppe, on parait faire compte sur la colonie suisse.»

A prisão de José Clemente Pereira, as medidas tomadas contra Joaquim Ledo, a chegada das diversas mensagens de adhesão ao Imperio, a promessa do Govêrno dando como certa a vinda de lord Cochrane com varios navios de guerra, todos esses factos traziam em constante alvoroço a população do Rio de Janeiro.

Mareschal de cada um desses aspectos por que se manifestava aquelle periodo de vida politica intensa no novo Imperio, dá um curto mas pormenorizado resumo, notando que dentre as mensagens de adhesão « il en parait de loin en loin une, qui acclame l'Empereur sous la condition de jurer la constitution, telle que l'assemblée la fera ».

« José C. Pereira, président de la Camara, a été trouvé ēt arreté; il est au fort de Sta. Cruz, mais on n'a pas pu encore mettre la main sur Ledo, le meneur principal; on ne parle plus de leur procès et le Prince a répondu à un message de la Camara qui le priait de vouloir bien faire procéder à une election pour le remplacer, en la remerciant de son zèle et des ses intentions; peut-être n'est-on point assez assuré de l'esprit des autres Camaras de la province.

« Cet individu reparaitra sans nul doute dès que l'assemblée générale sera réunie, on croit que ce sera décidément pour le mois de Janvier.»

Mareschal faz a seguinte observação sobre o edificio destinado ás sessões da Assembléa:

« La salle est construite de manière à pouvoir contenir

1.000 spectateurs, nombre qui peut être bien dangereux et en imposer facilement à une assemblée qui de longtemps ne montera à celui de cent.»

Outra observação de Mareschal:

«Dans les différens actes d'adhésion à Empire, qui remplissent continuellement la *Gazette officielle*, il en parait de loin en loin un, qui acclame l'Empereur sous la condition de jurer la Constitution, telle que l'assemblée la fera; celui de la trouppe brésilienne de la Banda Orientale est de ce nombre; ceux de la Junte de Villa Rica et de la Camara de cette ville n'ont point encore paru; on assure également que les habitans de Minas ont montré de l'opposition au changement des couleurs nationales et des armes.»

Termina com o seguinte trecho o officio, que acima resumimos:

«Le Gouvernement assure qu' il est certain de l'arrivée de L. Cochrane avec 7 batimens armés; je doute au moins de ces derniers, mais ce n'est pas au fait les batimens qui manquent, mais les matelots et la réputation de cet homme de mer pourrait leur en procurer.»

OFFICIO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1822 — N. 41 — LETRA A

Prestes estava a findar o anno de 1822, o qual veria pouco a pouco afrouxar-se até completo rompimento, a união que até então existira entre o Brasil e Portugal. Vendo escapar ao seu poder, á sua auctoridade a bella porção da America com a qual tanto contara, que para maior proveito seu tentavam reduzi-la á antiga e triste condição de colonia, as Côrtes de Lisboa haviam resolvido oppôr-se e oppunham-se pela fôrça das armas ao movimento de independencia brasileira, que varias vezes tentado e durante largo periodo, ainda que regionalmente, afinal tivera estrondosa e solenne realização.

Decididos a luctar para conseguirem firmar a sua completa separação, as fôrças de terra e a marinha do Imperio luctavam contra as tentativas da recolonização da sua patria.

Como que precursor dos tempos modernos, em que as guerras rebentam sem que as preceda a declaração official

de hostilidades, o Govêrno do Rio de Janeiro tomava as medidas necessarias para resistir a qualquer aggressão dos Lusitanos.

Grave era pois o momento para a existencia do Imperio recem creado e bem digno da attenção de um diplomata observador, como era e demonstrou ser o barão Wenzel de Mareschal na sua extensa correspondencia, cujas páginas alcançam formar volumoso archivo, do qual o tempo e as circunstancias nos permittiram apenas referir o que diz respeito aos annos de 1821 e 1822.

Mareschal assistia aos aprestos que em terra e no mar fazia o Govêrno Brasileiro: ouvia fallar em declarar-se a guerra a Portugal, e dizer que o decreto de declaração de guerra estava assignado, e que á vista de ulteriores considerações não o tinham feito executar.

Refere-se o agente diplomatico austriaco, dando-lhes a devida importancia, ás portarias de 10 e 12 de Dezembro de 1822, que prohibiam: a primeira, que nenhuma embarcação portugueza pudesse zarpar para os portos da Peninsula e exigindo das que se destinavam a outros portos uma caução equivalente ao valor das mercadorias embarcadas; a segunda, que vedava a saïda de toda e qualquer embarcação com bandeira portugueza e ordenando o sequestro de todos os bens pertencentes a individuos que residissem em Portugal.

O pretexto para medidas tão energicas era a represalia ao sequestro do dinheiro depositado em Londres e de propriedade de Brasileiros e os prejuizos causados por Madeira na Bahia.

Avaliando com justo criterio a subida importancia e inilludivel necessidade de uma esquadra capaz de defender as costas e o commercio do Brasil, o Govêrno do Rio de Janeiro occupava-se com afinco da organização da fôrça naval com que devia e pudesse contar.

« On arme deux vaisseaux de ligne, diz Mareschal, qui ont été reparés et mis en état de service, et l'on attend d'Angleterre deux grands batimens des Indes, achetés pour le Gouvernement par le G^al^. Philisberto, qui doit les expédier armés et avec l'equipage nécessaire: le Gouvernement attend

Lord Cochrane, et Mr. d'Andrada a dejà annoncé son arrivée comme certaine.»

Não devia fugir, e de facto não fugiu á observação do diplomata agente de Metternich, a distribuição de mercês honorificas com que haviam sido agraciadas varias personagens, «alguns dos deputados brasileiros ás Cortes de Lisboa», o consul em Buenos Aires «et un individu qui parait être l'agent du Gouvernement à Philadelphie», como diz Mareschal, que accrescenta, como tendo sido tambem condecorado o redactor do *Correio Braziliense*. Deste jornal, que tão importante papel desempenhou, diz:

«Son dernier N° du mois de Septembre contient le projet d'une Constitution avec deux chambres et laissant au souverain le *veto* absolu; je suppose qu' elle lui a été envoyée d'ici: le Ministre parle ouvertement de la necessité de deux chambres mais parait encore fort embarassé sur la composition de la Chambre haute; tout parait indiquer toute fois que ses intentions sont pour une chambre héréditaire; mais qu'il ne s'est pas cru dans le cas de pouvoir trancher la question avant la réunion de l'assemblée.»

Iam entretanto chegando os deputados á Assembléa:

«Les députés de Pernambouc et Paraïba sont arrivés il y a peu de jours; les premiers ne promettent pas beaucoup, ce sont des jeunes gens et des têtes montés; on compte principalement sur ceux de Minas qui seront plus dans le sens du Gouvernement et lui assureront une majorité permanente.

«Un des députés de Pernambouc a été exclu par la Junte electoral quoiqu'il eut une majorité de votes compétente comme ayant des principes Républicains; ce fait a eu lieu sur un mouvement populaire; c'est une affaire de parti, mais elle prouve au moins que la masse de la population même dans cette province est porté au sistème monarchique.»

Proseguia o inquerito a respeito dos actos de Ledo e dos seus partidarios. Em Minas, para onde se havia dirigido «pour fomenter des troubles» na phrase de Mareschal, fôra preso o conego Januario.

Quanto a Ledo constava a Mareschal que, segundo se assegurava, tinha embarcado para Buenos Aires.

Ao barão de Mareschal, observador como era, e pesquizando até os menores detalhes do quanto via e ouvia dizer, aconteceu ter nas mãos o *Almanaque da Côrte* para o anno de 1823. Na leitura que fez do annuario official notou que «o dia 26, anniversario da revolução do Brasil, estava marcado de grande gala, e que os anniversarios onomasticos e natalicios do Rei e da Rainha continuavam a ser festejados na Côrte como de costume como pae, mãe do imperador.»

Com uma ultima informação fecha elle este officio, noticiando que haviam, segundo ouvira dizer, saïdo da Bahia, onde as cousas estavam no mesmo pé, varias corvetas que iam bloquear Pernambuco e as costas da provincia de Alagoas.

OFFICIO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1822 — N. 41 — LETRA B

Traçando Mareschal um quadro geral da politica do Govêrno do Brasil e das condições do paiz, diz:

« Toutes les provinces du Sud et du Centre depuis Ceará jusqu'au Rio de la Plata reconnoissent le Gouvernement de Rio de Janeiro: l'occupation de Bahia et Monte Video par les trouppes Portugaises n'étant que des incidens momentanés, que le temps et la nature des choses seuls et sans autre secours feront cesser plus ou moins promptement. Les deux provinces de Pará et Maragnon et la Guiane Portugaise restent encore en suspend; leur isolement, le peu de rapports qu' elles ont avec le reste du Brésil et leurs relations directes et faciles avec le Portugal, peuvent faire supposer que cette Puissance en adoptant des mesures justes et appropriées aux corconstances pourroit en conserver encore qualque temps la jouissance, au moins jusqu'à l'époque où le Brésil ayant pris plus de consistance puisse y faire sentir son influence, soit par sa marine ou par la navigation interieure des grands fleuves.

« Mais le Gouvernement quoique reconnu, sur tout ce vaste espace n'y exerce qu'une autorité très précaire et limitée ou pour mieux dire, il n'y a qu'un certain degré d'influence sur les mesures générales et cela en autant seulement qu'elles sont conformes aux idées et aux passions

dominantes de la population; aucune Province n'a jusqu'à présent contribué en rien aux dépenses faites hors de ses limites; celle de Rio de Janeiro en a supporté tout le poid. Cet état de choses est le résultat du premier decret désorganisateur des Cortès qui a donné lieu à la formation des principales Juntes; le Gouvernement dans un pays où les communications sont lentes, difficiles et irrégulières n'avoit d'autre action que par l'intermédiaire des Capitaines généraux, auxquels il se trouvait obligé de déléguer un très grand pouvoir dont les Juntes ont hérités et qu'elles ont encore accru et étendu particulièrement sur tout ce qui regarde les finances; outre l'inconvénient qui en résulte pour le Gouvernement par la diminution du revenu, cet état de choses produit dans chaque province et même dans chaque bourgade deux ou trois partis différens, dont aucun n'est en réalité opposé au Gouvernement, mais qui tous en prennent tour à tour la couleur, selon le plus ou moins d'espoir qu'ils ont de dominer et d'occuper les emplois: de là naissent des haines particulières et des vengeances atroces et impunes qui font reculer la civilisation; cet état de choses empire tous les jours; à Pernambouc il est déjà monté à un point à faire craindre les plus sérieuses conséquences. »

Era opinião de Mareschal que, reduzido como estava ás unicas rendas da provincia do Rio de Janeiro, o Govêrno conseguiria acabar com as roubalheiras e daria incremento ás rendas públicas.

Desse modo a sua acção se affirmava mais vigorosa, e com mais segurança podia elle apresentar-se deante da Assembléa.

Poderia assim, diz o agente austriaco « tractar com ella, sem se collocar sob a sua completa dependencia, inspirando ás demais provincias uma confiança que faça as vezes da fôrça, animando-as ao mesmo tempo, quando se acharem cansadas das suas discordias, a se submetter mais abertamente ».

« L'Assemblée va se réunir, c'est de sa marche que dépendra l'affermissement du trône sur des bases solides et le rétablissement de l'ordre: tout est à faire, constitution, Codes, établissement ecclesiastique, sistème d'éducation; rien

n'existe, que le Souverain acclamé et couronné, sans une voix d'opposition et sans avoir pris d'engagements qui le lient. En cela sa position diffère déjà d'une manière très avantajeuse de celle où se sont trouvés le Roi son Père, ceux de Naples et d'Espagne.»

Para o barão de Mareschal a assembléa legislativa brasileira não se differenciaria das «que em outros paizes têm levado ao cúmulo as desordens a ellas peculiares e ás quaes tem devido a sua existencia.

«On se plaît d'avance, diz elle, à la regarder comme composé d'une grande majorité d'hommes sages et modérés; j'en connais moi-même plusieurs qui paraissent l' être, mais ce n'est point là le coté duquel il faut envisager la question; le résultat et l'expérience peuvent seules prouver ce que seront des hommes dans une position absolument nouvelle; mais ce qu'on peut admettre, c'est que des individus élus sur des points aussi éloignés et aussi peu en rapports les uns avec les autres, dans un pays où la civilisation est très arrierée, où les doctrines révolutionnaires n'ont encore fait que des progrès partiels et où leur tactique se trouve en défaut par la nature du pays et de la population, peuvent lui apporter individuellement beaucoup d'idées fausses, de principes erronés, et de prétentions éxagerées, mais ne formeront point aussi facilement qu'en Europe, un corps lié entre eux et suivant pas à pas un sistème réglé; il y aura sans nul doute un parti démocrate, quelques républicains, mas je ne vois point, surtout d'après les derniers evénemens, quelle sera la masse qui les appuyera et sans laquelle ils ne peuvent rien.

«En opposition â ce parti sans plan fixe je vois un Prince qui s'est placé à la tête du nouvel ordre de choses, je n'examine point si c'est à juste titre et de quelle nature a été sa conduite au 25 février, mais il me semble incontestable que, l'ancien Gouvernement étant une fois tombé et ne pouvant par cela même plus être rétabli, sur les mêmes bases, puisque l'illusion est détruite, Il se met dans la position la plus convenable; en reconnaissant le 26 Février et en ne prêtant à son couronnement qu' un serment conditionnel, le Prince s'est placé comme le régulateur entre les

deux extremes; ses qualités personnelles, la vigueur et l' activité montrés dans quelques occasions, son âge même, qui lui ont gagné non seulement l'amour des Brésiliens, mais l'ont fait craindre et respecter, lui donne les moyens de l'être véritablement et de ne jamais se voir réduit au rôle humiliant du Roi son père. Il est appuyé d'un Ministère dont les principes essentielles sont bons, dont les vues sont monarchiques, dont le sort des principaux membres est lié au sien, qui a pour lui un partí considérable et est respecté. Ce Ministère au quel le 30 Octobre a donné le secret de sa force, développe de jour en jour son sistème, il parle déjâ hautement de la nécessité de deux chambres, enfin je crois que l'on peut admettre, que fort du passé, de la confiance du Prince et de ses intentions, il est à même d'atteindre heureusement son but.

« Les obstacles qu'il a à vaincre sont l'opposition de vive force du Portugal et celle de la démocratie, que le parti de la métropole fomentera de son mieux et que les Européens tant Portugais qu' Étrangers, à quelques honnetes négociants près, encouragent; le premier de ces obstacles n'est rien en lui même, il est plutôt utile au Gouvernement que dangereux, puisque il l'oblige à exercer ses forces qu'il détourne l'attention de la population de la politique intérieure et qu'en augmentant l'animosité contre le Portugal, il diminue l'influence pernicieuse des individus de ce pays.

« Quant à la democratie, quoique le Gouvernement soit à même de lutter contre et même avec avantage, elle est par sa nature si dangereuse que tant qu'elle n'est pas entièrement deracinée, il ne peut se croire en sureté; des sociétés secrètes existent dans tous les ports; quoique les loges aient été fermées ici, elles ne sont et ne seront de longtemps détruites; les députés qui reviennent de Lisbonne et qui exerceront nécessairement une influence majeure sur l'assemblée, n'en apportant pas des principes bien pures, leur réputation ne fut point acquise en défendant la monarchie, ne pouvant attaquer ouvertement ils chercheront à rendre la personne du Prince odieuse, à provoquer sa violence; c'est alors que l'acte du 12 Octobre pourra bien lui devenir fatal, c'est le seul qui ne soutienne pas l'examen. »

Veremos agora com que calor Mareschal advoga o reconhecimento do Imperio recem creado, pleiteando a sua causa não só pelo desejo que alimentava de vêr firmar-se a posição de d. Pedro, como e sobretudo pelo interesse que percebia em ver a monarchica Europa reconhecer a novel monarchia americana, « dont les progrès et la prosperité, diz elle, puisse servir d'exemple â tous les peuples de l'Amérique ».

O exemplo de Iturbide no Mexico, « dont la tendance et les mœurs sont déjà monarchiques », como diz, era para elle um incentivo para contribuir, segundo as suas convicções ultra-monarchicas, com seus exforços para o reconhecimento do novo Imperio, não só como Govêrno de facto, mais ainda como Govêrno legal.

E « last but not least » pensava Mareschal que reconhecendo as monarchias européas a d. Pedro como imperador, fortaleceriam os principios monarchicos com a derrota das tendencias, das idéas democraticas, além de que procedendo ellas assim não se transformaria o Brasil n'um alcouce em que se refugiassem todos os europeus suspeitos e com idéas revolucionarias.

« C'est alors surtout, diz elle a Metternich, que la reconnaissance de l'Empereur et de l'indépendance de la part des grandes Puissances peut devenir de la plus grande utilité pour la cause du Prince; je ne m'aveugle pas sur la difficulté existant à cet égard, mais je crois également que la consolidation du nouvel ordre de choses au Brésil, est d'un interêt prédominant, qu'il est dans l'avantage de tous les gouvernements d'en soutenir un dans l'Amérique, qui par sa nature même ne devienne point de nouveau un azile pour tout ce qu'il y a entre nous d'hommes intrigans, séditieux, flétris et minés, un gouvernement dont les progrès et la prospérité puisse servir d'exemple et d'encouragement à tous les peuples de l'Amérique depuis le Mexique dont la tendance et les mœurs sont déjà monarchiques.

« Si une recommendation formelle n'est pas possible encore, je crois au moins que tous les égards personnels, toute la considération dont on entourera S. A. R. tourneront d'autant plus à son avantage qu'une conduite différente pourroit

avec son caractère violent le jeter inconsidérément dans le parti opposé.

« Le long espace de temps écoulé depuis l'acclamation sans que le Gouvernement ait, au moins ici, annoncé officiellement le nouvel ordre de choses, me fait supposer qu'il a pu s'adresser dirèctement aux Puissances Européennes; j'ignore absolument le motif particulier de cette marche (à moins que ce ne soit de suivre les errements de celui qu'il a remplacé), ainsi que les raisons enoncés pour rendre cette déclaration acceptable; la meilleure de toutes celles dont j'ai entendu faire usage est, qu'avec un peuple aussi neuf et aussi peu civilisé, il eut été par trop dangereux d'entrer dans la distinction subtile d'un souverain moralement captif, que l' on devoit reconnoitre, auquel on devoit être fidèle, et duquel on devoit repousser tout ordre, toute insinuation, pour obéir à une autorité que ce monarque même forcé par les circonstances, désavouerait dans toute occasion.

« Que le Gouvernement reconnait depuis lontemps la démocratie pour le véritable danger qui le menace, me parait toujours prouvé par l'anxiété qu'il a toujours montré d'avoir qualques trouppes étrangères et le nouvel essai de cette nature qu'il fait à présent.

Avec quelques trouppes sur la fidelité et l'obéissance passives desquelles il pourroit compter pour en imposer à cette ville, avec quelques batimens pour tenir en bride Bahia et Pernambouc où le parti démocrate est nombreux, le succès du parti monarchique me paraitroit certain.

« En entourant le Prince de toute la considération que les circonstances permettent, on rattacherait au moins, encore plus à Lui, les Brésiliens déjà extrêmement flattés et glorieux du titre qu'il a pris, on les encourageroit à poursuivre dans la ligne où ils sont entrés et on en imposerait au parti révolutionnaire.»

OFFICIO DE 21 DE DEZEMBRO 1822 — N. 42 — LETRA A

Derrocado não estava de todo o poderio portuguez no Brasil, e na Bahia, foco da resistencia que Portugal ainda

oppunha ás forças imperiaes, Madeira continuava a oppôr-lhes tenaz resistencia.

Em Dezembro de 1822, sabia-se no Rio de Janeiro que os Brasileiros se achavam já ás portas da capital bahiana prestes a capitular, pois convocando Madeira um conselho de guerra propuzera que se evacuasse a cidade, oppondo-se a essa proposta os officiaes dos corpos sob seu commando. No porto da Bahia os navios portuguezes estavam promptos a fazer-se a vela, e dentro de poucos dias, segundo se esperava, vêr-se-iam obrigadas a nelles embarcar as tropas lusitanas da guarnição.

Já ao corpo consular haviam os dous chefes das fôrças portuguezas communicado que não respondiam pela segurança pessoal dos seus membros, o que levava Mareschal a crêr que elles já se tinham asylado a bordo de navios das suas respectivas nações.

« La circulaire, diz elle, qui fut envoyé le 17 Septembre pour l'acclamation aux différentes chambres ayant été l'œuvre du parti démocrate et n'ayant pas été désavoué par le Gouvernement, il en est résulté qu'un nombre assez considérable de leurs adresses porte la clause du serment à la constitution, telle que l'assemblée la fera; cet inconvénient a donné lieu à une protestation des procureurs généraux contre cette clause et à une invitation de leur part, aux camaras des provinces respectives de rédiger de nouvelles adresses, où elle seroit omise; leur extreme docilité ne laisse aucun doute que la chose n'aura lieu ainsi.»

« Le *Cécile* batiment français, qui a mis hier à la voile pour le Havre, avoit à son bord, comme passagers pour la France, l'ex-Ministre Nobrega, le Président de la Camara José Clemente Pereira et le Padre Januario; on assure cependant que l'enquête présentait une masse de faits portant tous les caractères d'une conspiration de carbonaires et que leur condamnation n'est pas douteuse; mais il est croyable que l'on a voulu éviter une procédure qui aurait nécessairement mis au jour des manœuvres nullement propres à être éclairés de près; pour Ledo on le croit parti, mais on ne sait rien de certain; cette affaire sera sans nul doute une

arme dangereuse dans les mains du parti démocrate de l'assemblée; ces trois individus sont passés directement du fort de Sta. Cruz sur le batiment.»

OFFICIO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1822 — N. 42 — LETRA B

Encerra este officio uma interessante conversa de Mareschal com José Bonifacio. Conhecendo como devia conhecer os principios politicos a que obedecia, como bom funccionario austriaco, o barão Wenzel de Mareschal, o grande ministro mostra-lhe quanto escassos eram os meios financeiros de que dispunha o Govêrno Brasileiro, abandonado por assim dizer, a esse respeito pelas provincias, e depois, habilmente, fazendo-lhe vêr os propositos de d. Pedro e do Gabinete Imperial quanto á questão fundamental das bases da Constituição, faz caïr a conversa sôbre os perigos do partido democratico (o que constituia o ponto sensivel das opiniões do diplomata seu interlocutor) — perigos que, affirma o ministro, se evitariam com o reconhecimento do novo imperio pelas grandes potencias européas.

E não satisfeito José Bonifacio com esse argumento, vemo-lo procurar remover qualquer dúvida do barão de Mareschal, demonstrando-lhe qual fôra e era o procedimento do principe d. Pedro a respeito de d. João VI. O assumpto da conversa era da mais subida valia, portanto, e importante seria o resultado da entrevista, pois que tractava-se de nada menos do que attrahir a benevolencia da Austria para com o Brasil, onde era imperatriz uma filha do chefe dos Habsburgos.

Conversa foi essa habilmente preparada, não ha dúvida, pelo que lemos na correspondencia de Mareschal, e de tão forte e convincente argumentação por parte do interlocutor deste, que o diplomata austriaco não lhe accrescenta commentario algum, sem dúvida julgando razoaveis as declarações de José Bonifacio, a ponto de não fazer nenhuma observação a respeito dellas.

E' interessante vêr como o ministro appella para a imaginação do diplomata, offerecendo-lhe a visão de uma America do Sul inteiramente monarchista, como inebri-

ando-lhe o espirito com as noticias que tinha das tendencias monarchistas, que lavraram em parte da America colonizada pela Hispanha.

Diz Mareschal:

« Je profite du départ de la *Venus* batiment de Guernesey pour rendre compte a Votre Altesse d'une conversation que j'ai eu le 17 avec Mr. d'Andrada où ce Ministre est entré dans quelques détails sur la situation du Brésil et sur celles des différents états de l'Amérique du Sud. J'ose vous prier, mon Prince, de me permettre de me référer à mon respecteux rapport du 16, n. 41, sur la situation de ce païs, je ne remarquerai que ce en quoi le Ministre diffère de l'opinion que j'y énonce:

« Il assure qu'il n'y a dans ce moment que Pernambouc qui n'ait encore nullement contribué aux besoins du Gouvernement, et il en rejette la faute sur l'extrême délapidation des différents Juntes; Minas doit avoir fourni, peu il est vrai, et pour les mêmes causes; quant aux autres provinces, elles n'ont jamais versé de fonds au trésor, qui est même quelquefois obligé de leur en envoyer pour subvenir aux frais de l'administration; la plupart d'entre elles se sont plaintes des juntes, plusieurs ont domandé des gouverneurs, toutes des commandants d'armes, et, si la réunion de l'assemblée n'etoit pas si prochaine, le Gouvernement auroit tranché de suite la question qu'il a cru plus prudent de lui remettre. Son intention est d'avoir des gouverneurs avec un conseil de trois ou quatre membres.

« Il assure que la question des deux chambres et du *veto* absolu doit être regardé comme décidé par le serment preté au couronnement, parce que sans cela la Constitution ne pouvoit être regardé comme bonne; que pour éviter de la part de l'assemblée toute prétention à la souveraineté, le Gouvernement était décidé à ce qu'elle discutat avec les Ministres et conseillers de la couronne, les bases du nouveau pacte, ou la Constitution, laquelle sera ensuite soumise à la ratification du Souverain et de la nation, par l'organe des Camaras (sur lesquelles le Gouvernement exerce une grande influence); que l'opposition du Portugal n'était rien; que probablement ses trouppes avoient dans le moment présent

déjà evacué Bahia; que ce n'était donc nullement pour elle que le Prince désiroit et sentiroit le besoin de se voir appuyer; mais bien contre la démocratie et le parti Républicain; que ce parti étoit nombreux et inquiétant dans tous les ports de mer, mais surtout au Pernambouc; que c'étoit sous ce rapport que le Prince regarderoit comme du plus grand interêt pour le succès de sa cause: l'assentiment des grandes Puissances, mais plus particulièrement celui de l' Autriche et de la Russie sur la marche qu' Il avoit tenu et une approbation de sa conduite qui laissat croire qu'elles étoient disposés à le soutenir, la démonstration seule étant regardée comme suffisante pour encourager les partisans de la monarchie et en imposer aux ennemis de l'ordre. Que si Il s'adressait et espéroit plus particulièrement de l'Autriche, c'est qu'outre les liens du sang qui l'unissent à S. M. l'Empereur, ils défendent la même cause, celle de la monarchie; que jamais il n'avoit eu l'idée de séparer la sienne de celle de son Père, qu'au contraire il s'en croyait le plus ferme appuy; que même le Roi n'étoit pas exclu, mais que la position où Il s'étoit mis avoit rendu tout autre mode impraticable.»

Custa a crer que Mareschal acceitasse sem a commentar esta ultima declaração, subtil pelo menos, e entretanto assim é pelo que vemos na sua correspondencia, onde a esse respeito não faz elle observação alguma, sem dúvida porque, de accordo com as opiniões que em seus officios várias vezes expendera sôbre o «estado de captiveiro» em que se encontrava d. João VI perante as Côrtes de Lisbôa, o que lhe expunha José Bonifacio quadrava completamente com as opiniões delle.

«Le Ministre, continúa o barão de Mareschal, m'assura que d'après des données certaines, Bolivar était prêt à se déclarer Empereur et à introduire le sistème monarchique, que le Chili avoit la même tendance et que Buenos Ayres pressé entre cet état qu'il craint et le Brésil, se verroit probablement obligé à se rattacher plus ou moins à ce dernier.»

OFFICIO DE 21 DE DEZEMBRO DE 1822 — CIFRADO — N. 42 — LETRA C

« Mon Prince,

« Monsieur d'Andrada m'a dit que l'on avoit l'intention d'envoyer deux Brésiliens, l'un à Vienne et l'autre à St. Pétersbourg, pour donner part de ce qui avoit eu lieu, et exposer les motifs de la conduite du Prince Royal, mais que l'on avoit voulu attendre que la chose prit un peu plus d'assiette et que l'on sût comment elle a été prise à Londres et à Paris. Le choix des individus n'est pas encore fait. Le Ministre m'a avoué qu'il comptait sur l'assentiment de l'Empereur de Russie et n'étoit en suspens que sur l'opinion du Cabinet français; cela tient peut-être à ce que pour l'interêt du Prince Royal même, je suis le seul qui ne flatte point son illusion et ne lui ai pas caché que quelque interêt qu'on lui portera, je craignais que le titre d'Empereur ne présentera du vivant de son pêre bien des difficultés. Si ma conduite m'a attiré quelques momens désagréables, elle a en revanche mis la Cour à même de faire valoir la moindre concession, et à la longue elle m'assurera ici l'estime et la confiance du Gouvernement; j'ai du déjà m'en apercevoir dans le cours de cette conversation.»

* * *

Aqui finalizamos a transcripção dos trechos mais interessantes, segundo o nosso mais do que modesto modo de pensar, da correspondencia do barão Philippe Leopoldo Wenzel de Mareschal, referente ao anno de 1822.

Esta humilde contribuição, que acabamos de procurar prestar e o trabalho que fizemos a respeito de 1821, no tomo LXXVII, Parte I, da *Revista do Instituto,* não constituem sinão pequena parte da valiosissima correspondencia do barão de Mareschal relativa ao Brasil, a qual, extendendo-se de 1821 a 1831, aguarda no Staatsarchiv de Vienna d'Austria as pesquisas dos estudiosos e competentes, que melhor e mais do que nós encontrarão nella, com certeza, pormenores curiosos e interessantes a respeito dos primeiros annos de nossa Independencia.

Roma, 29 de Julho de 1916.

CORRESPONDENCIA DO MARQUEZ DE RESENDE

Os papeis de Antonio Telles da Silva, depois marquez de Resende, existentes no archivo da Academia Real de Sciencias de Lisbôa, offereceram a nosso illustre collega o sr. Manuel E. Gomes de Carvalho um copioso manancial de informações para a nossa Historia. São as minutas da correspondencia do referido marquez, particularmente com o imperador Pedro I, sôbre as missões de que esteve elle encarregado na Europa.

São realmente curiosos os pormenores referentes ás tentativas feitas para o segundo consorcio do primeiro imperador. Nas numerosas e extensas cartas, em que o marquez, seu fiel amigo, tracta dos acontecimentos de Portugal posteriores á morte de d. João VI, da usurpação de d. Miguel e da campanha liberal que elevou ao throno a princeza d. Maria da Gloria (depois d. Maria II), ha particularidades de valor que interessam de perto á biographia de Pedro I.

A essa curiosa correspondencia, posta aqui em rigorosa ordem chronologica, estão annexas cartas de Caldeira Brant (depois visconde e marquez de Barbacena) e de Gameiro Pessôa (depois visconde de Itabaiana), os quaes ambos representaram, como se sabe, papel saliente no primeiro imperio.

A cópia de todos esses papeis, escrupulosamente feita pelo nosso digno consocio, e que ora damos a público, representa pois um excellente subsidio historico, que enriquece a *Revista* do Instituto.

(Nota da Direcção).

CORRESPONDENCIA DO MARQUEZ DE RESENDE

(1823-1854)

De F. Caldeira Brant (depois marquez de Barbacena) a Antonio Telles da Silva (depois marquez de Resende)

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Meu S^nr^.

Dois dias depois da saída de V. E., chegou o paquete do Brasil trazendo cartas do Rio de Janeiro de 14 de maio e da Bahia de 29, mas nenhuma para mim ou para V. E. A Gazeta de 12 ou 13 pede desculpa de não haver communicado os debates da Assembléa por varias difficuldades; mas que antes de três dias os daria regularmente. Ha quem diga que os ministros encontram a maior opposição da parte dos Deputados e que serão obrigados a pedir demissão; mas como isto vem de Samuel Felipe, dou o devido desconto. Na Bahia havia Madeira resolvido retirar-se por falta de mantimentos, acha-se pela rua e pelas casas grande numero de mortos a fome. As esquadras estavam á vista. Lord Amtherst chegou ao Rio em 12 de maio, e é por ora quanto sei. A 28 de junho, data das ultimas noticias de Lisboa, ainda não havia saído a Deputação para o Rio nem provavelmente sairá sem haver o Exmo. Conde de Palmella recebido resposta dos officios para a Santa Alliança. Dizem que estão nomeados o Exmo. C. de Rio Maior, Cypriano Ribeiro e Diogo Tovar. O paquete que daqui saíu a 8 de junho tocou na Madeira, aonde havia chegado com quatro dias de viagem um correio maritimo de Lisboa com Gazetas de 12 de junho, as quaes levou João Roiz de Almeida para o Rio. De Lisboa

foi mandado um Encarregado de Negocios para Cadix; e não se comprehende este procedimento, quando o ministro inglez e todos os outros, que estavam em Sevilha, recusaram ir para Cadix, considerando a pessoa do rei sem liberdade. Isto é o principal; que para communicar a V. E. as particularidades seria preciso escrever resmas, e isso custa muito dinheiro. Por effeito de economia não escrevo ao S^nr^. Verissimo de Almeida, mas rogo a V. E. que me faça lembrado. Da casa de pasto vieram trazer-me dous espadins, dizendo que pertenciam a V. E.: ficam entregues a Freitas e Costa para V. E. os receber na sua volta.

Antes de minha retirada tornarei á presença de V. E., e desejando a V. E. a melhor saude e a mais refinada paciencia diplomatica sou com o maior respeito de V. E. o menor e mais obrigado creado.

Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Londres, 16 de julho de 1823.

Do futuro visconde de Itabaiana ao futuro marquez de Resende. (Sem data, mas provavelmente de Junho de 1824)

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Na persuasão de que V. E. terá chegado já a essa Côrte, vou felicital-o por esse motivo, e noticiar-lhe que ainda não principiaram as minhas conferencias officiaes com o conde de Villa-Real. O retardo provém inteiramente delle, e quando menos prova que elle não tem aquella pressa, que lhe suppunhamos, em terminar, ou quando menos em encetar a negociação. Sabemos, e consta das gazetas de Lisboa, que mesmo depois das farças escandalosas que ali tiveram logar desde o dia 29 de abril até 14 de maio, trata o ministerio, portuguez de apromptar a expedição projectada contra o Brasil. E ainda que se possa presumir que isto é um méro estratagema politico, fundado na maxima mui conhecida — si vis pacem, para bellum —, comtudo não podemos deixar de reparar nesta circumstancia e de chamar a attenção do nosso governo sobre esta occorrencia. Nos continuamos a seguir uma marcha franca e generosa; e tal é a nossa fran-

queza que pedindo-nos Mr. Canning que lhe communicassemos, em forma de um projecto de tratado, todas as nossas pretenções relativas ao objecto da negociação, apresentamos-lhe immediatamente o dito projecto nos termos os mais comedidos e ao mesmo tempo tão amplos, que excedemos algum tanto os limites traçados pelas nossas instrucções: tamanho é o desejo que temos de facilitar a reconciliação entre os dous paizes. Segundo nos prescrevem as nossas instrucções, dividimos a negociação em duas partes, uma preliminar, que é que temos missão de ajustar, e a outra definitiva. Hoje é que devemos falar com Mr. Canning a este respeito, e como esta deve ser expedida antes da nossa conferencia, reservo-me para communicar a V. E., pela primeira occasião, o parecer do dito ministro d'Estado sobre o referido projecto. Com esta minha carta receberá V. E. os despachos e gazetas que lhe trouxe o paquete ultimamente chegado. As noticias do Rio e Bahia são mui agradaveis; porque todas as cartas recebidas são unisonas em dizer que a tranquillidade é progressiva assim como a consolidação do Imperio. Em Pernambuco continua ainda a insubordinação; porém isso não dá o menor cuidado ao governo, que muito folga de ter esta occasião para purgar aquella provincia dos seus facciosos. No Ceará houve uma desavença entre o governo provisorio e a Camara, porém a chegada no novo presidente Costa Barros parece haver posto termo á desavença. A charrua Luconia foi achada innavegavel, e mando um navio daqui a Vigo para ali receber a equipagem e aprestos, e transportal-os ao Rio. Os passageiros da Luconia partirão para França em 19 de maio.

O homem que dava séca a V. E. até as 5 horas da tarde, caustica-nos cruelmente, e faz-nos mais mal do que bem. Já partiram para o Rio as 300.000 Libras. Eis em resumo as noticias que cumpre transmitir a V. E. Meus cumprimentos ao estimavel Snr. Almeida. Tenho a honra de ser de V. E. colega, amigo e creado.

A. R. Gameiro Pessoa.

Illmo. e Exmo. Snr. Antonio Telles da Silva.

De Felisberto Caldeira Brant, (futuro marquez de Barbacena), ao futuro marquez de Resende. (Sem data, mas é de Agosto ou Septembro de 1824).

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Nem sempre ha de caber ao meu colega a lisongeira tarefa de escrever a V. E., quero ter o meu quinhão e de algum modo provar a V. E. minha constante lembrança e respeito. Principiarei, pois, annunciando a V. E. que estou resolvido a não voltar para o Brasil sem ver o Grande Homem, a quem tanto devemos. V. E. já m'o havia feito conhecer bastante, mas de certa época a esta parte tenho as mais decididas provas que a boa face dos nossos negocios é inteiramente devida a superior politica e poderosa intervenção do principe de Metternich. Quero fazer-lhe uma visita, e de modo tal que não possa entrar em duvida o motivo da minha viagem. Estou, porém, incerto da occasião, porque é preciso combinar o tempo com as minhas obrigações em Londres. Oiço que S. A. vai em outubro para a Italia, e seria então boa occasião, mas temo que cheguem as respostas de Portugal, e como não as espero francas e decisivas, haverá réplica e tréplica; entretanto chega o inverno e será impossivel viajar. Emfim a resolução de ir apresentar os votos do meu reconhecimento e respeito ao Principe de Metternich está tomada, mas a época depende das circumstancias. S. M. I., Nosso Augusto Amo, ficava de boa saude no 1º de julho, posto que no mez antecedente houvesse experimentado um ataque dos antigos acidentes. Um navio de Lisboa, chegado em principios de junho com as gazetas, nas quaes se achavam as ordens do dia para o embarque da expedição, dando a noticia de que vira sair a expedição a 22 de abril, causou mui grande alvoroço. Medidas da maior energia foram tomadas, mas entre ellas houve uma que produziu tristissimo effeito, e foi o levantamento do bloqueio de Pernambuco. Ignorando-se no Rio qual seria o ponto atacado, julgou-se que todas as forças se deveriam reunir no Rio de Janeiro para acudir á provincia que fosse invadida, mas o publico attribuiu esta medida a medo, e o rebelde Carvalho rompeu a máscara, pro-

clamando a republica e convidando as provincias do Norte. Em nenhum período da nossa revolução perdeu tanto o governo na opinião publica, principalmente em Londres, e por isso os fundos brasileiros desceram a 3 %. Comtudo o cáracter do Imperador vence todas as dificuldades. As cartas inglezas, que pintavam os conselheiros a fugir pela Serra, eram de 14 de junho, mas as de 1º de julho, e que tem sido publicadas no Times e no Courier, levam o Imperador ás nuvens. Umas dizem: Sobre o cáracter do Imperador não pode haver a menor duvida; ha de vencer ou morrer na defesa da causa brasileira. Outra: Sobre o Imperador ha uma só opinião, e é que chegando a ocasião sempre o encontram no ponto de honra; seu valor, actividade e intelligencia excedem a quanto posso dizer; nada escapa á sua attenção, ainda os mais pequenos objectos de cada repartição, etc.». Ora como no 1º de julho haviam chegado ao Rio as noticias da fugida de S. M. I. para bordo da náu ingleza, é de esperar que o bloqueio tenha voltado para Pernambuco, e se tal não acontecer, estoiro de raiva. Não é meu receio que o Carvalho triunfe, porque os brasileiros são todos imperialistas, e sem nenhum socorro do Rio hão de acabar e castigar a rebellião de Carvalho & Cia. As tropas do Morgado do Cabo haviam batido as de Carvalho, segundo hontem soubemos por um navio saído de Pernambuco a 25 de julho, e marchavam sobre Recife. O mesmo Carvalho carregava a toda a pressa tres navios de páu brasil para se retirar, e foi tão asno que aboliu o trafico da escravatura, medida impopular, mas como vive cercado de negros e mulatos julgou segurar assim melhor a sua retirada. Não é pois, o receio do resultado final que me atormenta, mas o enxovalho que experimenta a auctoridade Imperial. Que differença entre 1817 e 1824! Então a provincia toda desde a Parahyba até S. Francisco obedece a Martins; hoje só o Recife obedece a Carvalho; então o rei é medroso e tem os vasos de guerra desarmados; hoje o Imperador é bravo e tem uma marinha respeitavel; então durou a republica dous mezes, hoje excede a seis!!! O desprezo pelo governo é mais ou menos aggravante, mas geral nas provincias do Norte. Um sertanejo Filgueiras, que não sabe ler, mas que tem pacto com o Diabo, em consequencia

de que não lhe entra chumbo, uniu-se a Carvalho no Ceará e mandou o Presidente para o Rio. No Maranhão não querem republica, mas estão os differentes partidos em guerra civil para saber qual delles ha de governar. No Pará recebem o Presidente, mas despedem o governador das Armas, porque dizem que não convem dous galos em um poleiro. Mas para que andar por tão longe? No Rio um official de secretaria é aposentado, protesta contra o Ministerio, e com esse protesto publica conselhos e invectivas contra o Imperador. Não estamos no caso que o fraco rei faz fraca a forte gente; é justamente o contrario, e estou certissimo que este anno se não acaba sem notavel feito da parte do Imperador. V. E. sabe que em junho mandei 3.600.000 cruzados em prata, nestes oito dias vai outra egual quantia, tenho mandado munições de guerra e navaes quantas pediram; 1.600 allemães de 18 a 30 annos já velejaram, e no fim deste mez vai uma fragata de vapor com força de 140 cavallos, a maior que se conheça, e S. M. poderá visitar os portos do Norte com a maior celeridade e segurança possivel; mas esta idéa fique entre nós, porque os conselheiros se tal presumirem, capazes serão de queimar a fragata. Acabou-se o papel, mas não a vontade de conversar com V. E., e fica a continuação para outra occasião. Queira V. E. recommendar-me ao Snr. Almeida, e disponha da minha obediencia como de quem é de V. E. fiel e obrigado creado.

F. C. Brant.

De Felisberto Caldeira Brant (depois marquez de Barbacena) a Antonio Telles da Silva (depois marquez de Resende)

Illmo. e Exmo. Snr.

Estamos ha muitos dias sem noticias da nossa Patria e do Soberano, porque dous paquetes chegaram na mesma semana e nenhum se espera antes de 5 de janeiro. Posso porém, antecipar a V. E. que a auctoridade de S. M. I. cada vez mais se consolida, e se elle seguir a opinião de V. E. (com a qual estamos eu e o meu colega de perfeito acordo) será o Soberano mais amado do mundo. Tremo,

porém, de certos membros do Ministerio, que, á força de annos, habitos e molestias, só querem descanço. O Imperio já esteve ameaçado pela apathia de dezembro a agosto, e apenas a natural energia de S. M. se poz em exercicio, caíu a Confederação do Equador.

As gazetas de França tem publicado certo projecto de tratado, que Portugal offerecera a Santa Alliança para a reconciliação com o Brasil. Ignoro o que ha naquillo de verdade, ou mentira; mas quanto estimaria eu ler uma analyse feita por V. E. áquella ridicula peça. Ainda hoje rio, quando me lembro da missão diplomatica do Malaguêta, que, chegando á Costa d'Africa, foi absorvido, dizem uns que em môlho, outros que em ajuda. De certo Molière não teria uma mais feliz idéa para cobrir de ridiculo aquelle atrevido.

Quem poderá com o estimavel S^nr^. Verissimo passando de zero a 1:200$000?? Nem eu nem o meu colega meteremos a foice na seara alheia. V. E., que é o seu ministro decida como entender, e lá tem o dinheiro á sua ordem. O que eu não posso deixar de fazer é pedir a V. E. que me faça delle lembrado e com muitas e muitas recommendações. Não me falta vontade de conhecer ao Principe de Metternich; e não desejara voltar ao Brasil sem dar um testemunho de respeito ao Augusto Pai do Nosso Imperador; mas custa-me sobremaneira esta humilhação de não poder usar da minha farda de general brasileiro nem da Ordem com que o meu soberano me honrou. Em Londres, aonde tudo tem vezos de negociante, ainda vai a casaca preta e chapéu redondo, mas em Vienna como apparecer?

Tenho boas razões para crer que me retirarei mui brevemente, mas o não farei sem prevenir V. E. em tempo para mandar as suas ordens.

Acabarei esta agradecendo a V. E. o favor da sua carta de 17 de novembro e pedindo que não se esqueça de seu muito afeiçoado amigo e obrigado creado.

Felisberto Caldeira Brant Pontes.

41 Grosvenor Place, 17 de dezembro de 1824.

De F. Caldeira Brant a Antonio Telles da Silva

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Meu bom amigo e S^nr^.

Principiarei esta dando a V. E. a feliz noticia de que S. M. o Imperador, Nosso Augusto Amo, ficava de perfeita saude a 17 de novembro, data das ultimas cartas, e que a maior tranquillidade reinava na capital, aonde uma expedição se apromptava para castigar o horrivel assassinato do General das Armas da Bahia a 25 de outubro por uma companhia dos malvados Periquitos. Foi aquelle general victima da sua fidelidade ao Imperador e da sua bravura na defesa da provincia contra inimigos externos e internos, mas como Deus escreve direito em regras tortas, este funesto acontecimento dará cabo dos revolucionarios da Bahia, bem como a Confederação do Equador deu cabo dos outros de Pernambuco e Ceará. O Grande Pedro é superior a tudo. Ainda bem que o momento não parece distante em que Elle terá o apoio moral de alguns soberanos. A minha esperança é meramente fundada na justiça da nossa causa e na leitura das gazetas inglezas. Tanto as da opposição como as ministeriaes alguns dias depois de annunciarem o reconhecimento de alguns dos novos estados americanos por parte da Gran-Bretanha, fizeram menção da nomeação de Sir Charles Stuart para embaixador junto a S. M. I., passando na sua viagem primeiramente por Lisboa para dar as ultimas explicações a S. M. F. sobre esta indispensavel medida. Ninguem hoje duvida do reconhecimento da Columbia, Mexico e Buenos Ayres por parte dos Soberanos da Gran-Bretanha e Paizes Baixos, mas relativamente ao Imperio do Brasil, dizem os portuguezes que ha muita duvida, visto que S. M. B. pela insignificante vantagem de renovar um tratado que vai findar em junho proximo, não quererá expor-se a perder a amizade de Portugal, da qual depende inteiramente para o bom successo de quaesquer questões no continente européo; e quanto ao Rei dos Paizes Baixos ainda a difficuldade é maior, porque reconhecendo o Imperio do Brasil, ficará exposto a uma revolução nos estabelecimentos da India, promovida pelas

forças portuguezas estacionadas em Goa e Macáu. V. E. julgará destas differentes opiniões como entender, que eu mero soldado não ouso perscrutar os arcanos da Sublime Politica. Em logar, porém, de entreter duvidas sobre o futuro, antes quero esperar o bem do que o mal, e portanto declaro a V. E. que dou inteiro credito ás gazetas inglezas, e a despeito das asserções portuguezas, supponho que Sir Charles Stuart vai ao Rio de Janeiro cumprimentar o Imperador do Brasil da parte do seu irmão e primo Jorge IV.

Sobre politica poderei enganar-me. Mas quanto á finanças é tão certo ter vendido dous milhões esterlinos a Rotschild a preço de 85, como dous e dous são quatro. E não é menos certo que o credito de nossos fundos está agora ao par dos governos mais legitimos da Europa.

Cumprimentos muitos e muitos ao amavel secretario, que tambem é capaz de acreditar em gazetas inglezas. Aceite V. E. mil recommendações do meu colega, e disponha da minha vontade e obediencia como quizer, na certeza que muito do coração sou de V. E. amigo e obrigado creado.

Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Londres, 21 de janeiro de 1825.

Illmo. Exmo. S^nr^. Antonio Telles da Silva.

Do futuro marquez de Inhambupe a A. Telles da Silva (depois marquez de Resende)

RIO 27 DE ABRIL DE 1825

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Quem me dera estar com V. E. ainda que fossem dez minutos! Assim mesmo nada diria, porque o gosto de ver e abraçar V. E. absorveria toda a minha attenção. Tal é a saudade que V. E. me merece e quaes os sentimentos de quem o viu nascer e lhe professa desde esse momento amor e respeito. Chegou finalmente neste paquete o nosso Felisberto Caldeira, e 10 dias depois Sir Charles Stuart como plenipotenciario das Côrtes de Lisboa e Londres para terminar nossas

desavenças e ser por ambas reconhecida a nossa independencia. Têm havido avulsas proposições, sem se guardarem formalidades, porque o nosso Imperador as tem ouvido algumas vezes; e bem conheço não ser em regra, mas S. M. I. é tão interessado nesta materia e tem tanto juizo e talento para tratar dos negocios d'Estado, que alguns não podem ter melhor direcção que a sua. Hontem principiou a primeira conferencia em forma, para a qual nomeou S. M. I. tres plenipotenciarios para tratarem com Stuart, a saber, Luiz José de Carvalho, barão de Santo Amaro e Villela, homens abalisados pelo seu saber e pelo interesse que tomam na causa deste Imperio. Ainda não sei qual foi a primeira lição do protocolo, mas os agentes devem seguir as suas instrucções e discutir os objectos que fazem a base da missão, e se reduzem: 1º, ao reconhecimento da Independencia; 2º, ao titulo de Imperador, que el-rei pretende; 3º, á regular a successão de Portugal; e 4º, á indemnizações. Tudo o mais se deve entender debaixo destes quatro pontos de vista. Tocarei em cada uma das partes muito resumidamente. Quanto ao primeiro, quem duvidará que elle faz a base de toda a questão, mas tudo está no modo de ser enunciado, e por pecado (?) uma grande parte das difficuldades prende em palavras. S. M. F. quer que se dê a entender que S. M. I. entra no exercicio da soberania em consequencia de sua cessão ou abdicação desta parte da sua monarquia. E como consentiremos que se diga isso contra o que está declarado e jurado na Constituição do Imperio? Bem sabemos que este principio é antipatico com os da legitimidade e sistema dos soberanos, mas que havemos de fazer em uma crise tal como a do Brasil em que tomaram os malvados pretexto para excitar a desordem e iludir os povos incautos?

Quanto ao segundo, parece-me que S. M. I. não terá duvida de que seu Augusto Pai tome tambem o titulo de Imperador, mas de maneira que seja meramente titular, assim como os mais de que usa; e isto é mais um facto de S. M. F. do que nosso; pois, pode apelidar-se como quizer, comtanto que se não inculque que este titulo foi por elle transmittido a seu filho, por não parecer que antecedeu o effeito á causa. Quanto ao terceiro, todos sabem que S. M. I. é o legitimo successor da Corôa de Portugal, porque nem a Constituição nem o

titulo de Imperador o excluem dessa herança. Segundo o meu parecer não já se deve declarar que S. M. I. deve succeder no throno de Portugal a seu Augusto Pai; mas até eu queria que se chamasse Imperador do Brasil, Principe Real de Portugal e Duque de Bragança. Desta maneira se apelida o Imperador da Austria, o Rei da Prussia, de Inglaterra, etc. Mas que motivo não dará esta declaração aos demagogos para dizerem que se quer por esta maneira unir-se Portugal com o Brasil, sem fazerem a observação de que não é o mesmo rejerem-se duas nações debaixo de um mesmo sceptro que se confundirem em uma fé, que é todo o seu receio. Quem sabe a historia vê quantas vezes isto tem acontecido. A Rainha Margarida, que o era de Dinamarca, ajuntou sua Corôa á da Noruega e depois á da Suecia, ficando separadamente as ultimas duas, como hoje existem, e muitos outros exemplos que V. E. sabe. Muito se receia de fazer esta declaração, e S. M. I. é o primeiro que quer que se faça expressa menção de que elle cede de todo o direito que tem ao throno portuguez; mas eu constantemente me opponho a isso; e se for vencido, paciencia. S. M. I. como Senhor D. Pedro faça de si o que quizer, mas não pode fazer cessões do que pertence ao Imperador do Brasil, a nação brasileira e aos Seus Augustos Filhos.

E quando por fallecimento delrei, os portuguezes façam esforço para o terem, pode S. M. I. (visto não poder para lá ir por causa da Constituição) abdicar em um filho, e reservar para si as ilhas dos Açores, ou Madeira e seus dominios da Asia, Africa, etc.

Quanto ás indemnizações, tudo se fará. Aqui tem V. E. os objectos em que se trabalha, e peço ao Céo que tudo se componha, pois não sei quando teremos tão opportuna occasião para nossos arranjamentos; entretanto os anarquistas não perderão occasião de promover suas intrigas e de aproveitar de nossas desavenças para seus fins. Se todavia, apesar de nossos desejos, nada se ajustar em Portugal, terão de lá voltar dous poderes para serem mais extensos, e passaremos a tratar com Stuart do que for relativo ao gabinete de Saint James, e veremos que bixas d'ahi surdem; mas parece que essas difficuldades facilmente se aplanarão, se elle quizer negociar como inglez separado de portuguez, que hoje re-

presenta. Este paquete foi demorado, para levar algumas noticias; pelo seguinte, que deve estar a chegar, serei mais extenso e terei, talvez, mais que dizer. Dos meus dous filhos que foram para França, ainda não tive noticia, sendo passados mais de quatro mezes de sua saída. Antonio Maria, meu filho, já me escreveu de Montevidéu, para onde marchou com seu batalhão; esta parte do Sul está dando agora algum trabalho, e Deus queira que fiquemos bem. Muito folgarei de que V. E. fizesse felizmente sua digressão a Italia, e que ahi se fizessem muito boas coisas a prol do genero humano. Minha familia vai sem novidade e toda envia a V. E. mui respeitosos cumprimentos. Tenha-me V. E. em sua graça e amizade, como lhe merece quem tem a honra de ser de V. E. amigo fiél e creado obrigadissimo.

Antonio Luiz.

De F. Caldeira Brant a A. Telles da Silva

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Rogativas e promessas do Ministerio portuguez retardaram a minha partida até o mez seguinte, e por isso deram occasião a receber hontem a carta de V. E. de 4 do corrente com os mais papeis de que na mesma fazia menção. Aprovo completamente a resolução de se apoderar V. E. das cartas e de embaraçar qualquer procedimento em consequencia dellas, informando de tudo a quem as escreveu. Bem podia V. E. dar conta do que fizera sem dizer que me communicara cousa alguma, e accrescentar que muito estimava aquelle portador (Brant) porque certamente elle acharia meios seguros de realizar os fins, quando quem escreveu as ditas cartas quizesse confiar o segredo. Se a pessoa quizesse confiar o segredo, a minha primeira condição seria transmitil-o ao dono da casa e arranjar com elle. Se não quizesse, eu nada sabia, e de nada era responsavel. Em que differente situação me colocou V. E.! Se não communico agora ao marido, falto á fidelidade, que é o meu primeiro dever e timbre; se communico contra a vontade da mulher, incorro no seu desagrado; entretanto que V. E. pela communicação que me fez salvou a sua responsabilidade para com ambos.

Longe de mim suppor que tal foi a intenção de V. E.; eu faço completa justiça aos sentimentos de amizade com que V. E. me honra, mas crea que por *bem* ainda ninguem me fez *tanto mal*. Se eu tivera a quantia em questão, com muito gosto a sacrificaria em tal occasião, mas não ha real. A commissão do emprestimo não chegou completamente para pagamento das dividas contraídas, em consequencia da revolução e perseguição portuguezas; foi-me preciso um pequeno emprestimo do Gameiro para arranjar a minha casa.

Sobre politica refiro-me ao officio de hoje do nosso amigo, e tenha V. E. na Europa tantos prazeres quantos desgostos me esperam no Brasil.

Sou e serei sempre com a maior consideração, affecto e respeito e affecto de V. E. amigo obrigado e creado.

Felisberto Caldeira Brant.

Londres, 19 de abril de 1825.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Antonio Telles da Silva.

Do visconde de Resende (ao ministro de Extrangeiros?)
Fragmento de minuta

Tendo-me o conselheiro Gameiro apresentado ao barão de Neumann, encarregado dos negocios de S. M. I. e R. A. nesta Côrte fui mui bem recebido, e entrando em conversação apenas falei do agasalho com que tinha sido tratado em Vienna, e da esperança com que vinha de ver em pouco concluido o objecto dos nossos communs desejos, para o que tinha deixado o animo do Imperador e do Principe de Metternich mui dispostos, e respondendo-me elle tambem em termos geraes, depois de algumas reflexões vagas saímos. Dias depois recebi a visita do barão que vinha, ao que logo me pareceu, mais disposto a entrar na materia, e com effeito começando a conversação pelo objecto da negociação, dahi passou o barão, depois de ver que eu não avançava, aos meios possiveis de obter um arranjamento, o qual devendo ser, segundo elle dizia, em reciproca vantajem do Brasil e de Portugal, parecia justo que partisse de bases convinhaveis a ambos os Estados. Conveiu na neces-

sidade que havia de se não alterar por agora o que se achava estabelecido no Brasil, mas confessando que era forçoso ter em vista a sustentação do equilibrio politico na Europa e embaraçar que a Hespanha pudesse vir apossar-se um dia de Portugal, o que aconteceria se este Reino separado para sempre do Brasil, carecendo de força, não pudesse sustentar a sua independencia politica, o que tornava indispensavel uma futura união, e como para esta se conseguir fosse preciso que cada uma das partes fizesse sacrificios, para ambos recolherem vantajens, por isso parecia que o unico meio seria admittindo para o futuro, e depois da união (que deveria ter logar depois da vida del-rei Fidelissimo) uma independencia administrativa em cada um dos Estados, se estabelecesse uma alternativa de residencia, que começaria a favor do Brasil e duraria durante a vida do Imperador nosso Augusto Amo, passando o herdeiro presumptivo da Corôa para Portugal, onde, depois do falecimento do Augusto Antecessor, estabeleceria a residencia, que ficaria alternada pelos reinados. Quiz o barão que eu lhe dissesse o meu sentir, e como eu a isso parecesse recusar-me pelo plausivel fundamento de delicadeza para com os meus collegas, a quem S. M. I. ha cometido com acertada resolução tão delicada e importante negociação nesta Côrte, decidiu-se elle a perguntar-me se não eram estas as idéas que em Vienna tinha deixado. Não podendo decentemente negar-me a uma explicação, respondi francamente que não, antes mui pelo contrario o Principe de Metternich me havia falado sempre em sentido differente mostrando-se até receioso de que o meu Augusto Amo não quizesse subscrever ao unico meio que havia para facilitar o reconhecimento da Independencia do Brasil, que era o ceder os direitos eventuaes que tinha á Corôa de Portugal. O barão depois de considerar um pouco, disse-me: o arbitrio em que vos falei é muito agradavel ao gabinete inglez; — e acrescentou — elle satisfaz a ambas as partes, e começa por ser em vantajem do Brasil, não só porque é o que lá está já estabelecido, mas porque ainda depois da morte d'El-rei Fidelissimo e durante a vida de Seu Augusto Filho que pode ser longa, o Brasil goza do beneficio e vantajens da residencia Imperial. A isto respondi que fallando com a devida franqueza, eu nem achava que o arbitrio

era praticavel nem entendia, quando elle o fosse, que preenchesse os fins que tinham em vista os que o propunham. Não suppunha o arbitrio praticavel, porque não querendo, como era notorio, o Brasil entrar em arranjamento que não tivesse por base o reconhecimento da sua absoluta e perpetua independencia politica, era de crer que se não contentaria com o reconhecimento condicional de uma independencia politica, mas temporaria para já, e de outra puramente administrativa para o futuro, e tanto mais quanto o triste, o improvavel mas possivel evento de se verificar mais cedo, não digo só do que os nossos desejos, mas do que as nossas esperanças prometem, a morte do Imperador podia alterar num só momento e desfazer de um só golpe toda a perspectiva de vantajens que elle barão afiançava ao Brasil, para dellas gozar desde já e por muito tempo. Mostrei-lhes depois que, ainda quando o arbitrio fosse praticavel, não preenchia as vantajens que se propunham os que o indicavam de fortalecer Portugal e impedir que fosse empolgado pela Hespanha, porquanto a mesma experiencia mostrava que lonje de ser favoravel e efficaz esta união para impedir a de Portugal á Hespanha, a Historia mostrava que ella de nada valia, vendo muito pelo contrario que emquanto Portugal esteve só, resistiu sempre a Hespanha, e só foi subjugado quando esteve unido ao Brasil. Não fallando nos primeiros quatrocentos annos da monarquia, em que Portugal só debelava as forças castelhanas, mesmo depois da descuberta do Brasil teve duas épocas em que se achou separado delle, uma no reinado do Senhor D. Affonso VI, quando o Brasil estava occupado pelos Hespanhoes e Hollandezes, e outra no reinado de S. M. Fidelissima, felizmente reinante, em 1808 quando Portugal tambem só e occupado por forças hespanholas e francezas sacudiu o jugo de umas e outras; quando pelo contrario em outras duas anteriores épocas, a saber no reinado do Senhor Cardeal-Rei e no de S. M. Fidelissima, que Deus Guarde, estando unido ao Brasil foi atacado e submettido. Que a bem disso era preciso ter em vista a profecia não só do sonhador Duprat, mas de muitos homens de senso que estão no caso de julgar bem do negocio, pelos conhecimentos que têm do estado presente do Brasil, e pensam que se jamais a soberania estabelecida no Brasil sáe daquelle con-

tinente, ella deixará nas feitorias de seus grandes portos a independencia que se revestirá de formas republicanas, o que certamente não concorrerá nem para fortalecer Portugal nem para restabelecer o equilibrio da Europa, muito pelo contrario, as republicas estabelecendo-se em toda a America, fortes dos grandes recursos que ella offerece, hão de conservar-se e inquietar a Europa: quando pelo contrario conservando-se o Brasil debaixo das formas monarquicas que adoptou, na categoria politica em que se acha, não perdendo de vista as idéas de seu amor para com a sua illustre e antiga metropole, nem se lembrando de romper esta cadêa de amizade e de relações commerciaes que devem ligar os dous continentes atravéz da mesma extensão dos mares que o separam, a Europa verá com espanto que se o espaço de duas mil leguas foi julgado mui longo para conservar em vigor os laços do Reino-Unido sendo o fiador desta união um fragil lenho, batido pelas ondas e exposto aos perigos e ás consequencias da navegação, esse mesmo espaço nunca será capaz de afrouxar os vinculos da nossa alliança; nem impedirá que o Brasil vá ao lonje com mais confiança, com mais alegria e com a mão mais cheia de riquezas do que ia dantes engrossar a grande arteria da nação portugueza, fortalecendo-a e ajudando-a do unico modo que pode para que Portugal conserve o logar que lhe compete e convém que occupe para manter o equilibrio politico na Europa. O barão tornou-me a dizer: o arbitrio em que vos falei perece agradar ao gabinete inglez (o que explica já alguma cousa o motivo da discordancia em que falei) e pondo-se em pé, me observou que conviria talvez que eu me demorasse aqui até chegarem noticias de Lisboa. No dia seguinte recebi uma carta do barão, remetendo-me a autografa de S. M. I. e R. A. para o Imperador, agradecendo-lhe o convite que eu no Seu Augusto Nome fiz, e previniu-me o barão de que tinha recebido e remetteria por este paquete ao barão de Mareschal os plenos poderes para poder representar o Imperador no baptisado do seu futuro neto ou neta. E' quanto se me offerece de referir a V. E. acerca dos negocios de S. M. I. e do Imperio do Brasil; resta-me, porém, ainda antes de acabar este officio, ponderar a V. E. que havendo eu exposto aos meus dous collegas que não podia decentemente viver em Vienna com o

ordenado annual de seis mil cruzados que me foi estabelecido, e tomando elles sobre sua responsabilidade um augmento proporcionado ás despesas inevitaveis que devo fazer no posto para onde convém que eu volte, pedindo a V. E. a mercê de obter de S. M. a confirmação desta providencia bem como a satisfação da divida que contraí pelo emprestimo que generosamente me fizeram Freitas e Costa, alcançando juntamente de S. M. I. a declaração do ordenado que o secretário que me acompanhou nesta missão deve receber. Queira V. E. beijar em meu nome as Augustas Mãos de S. S. M. M. e A. A. I. I., cujas preciosas vidas o Céo queira estender e felicitar como todos os bons brasileiros desejamos e havemos mistér. Deus Guarde a V. E.

Londres, 6 de maio de 1825.

De F. Caldeira Brant a Telles da Silva

Illmo. Exmo. S^nr^. Telles da Silva.

Aproveito a primeira occasião que se offerece depois da minha chegada a 5 do corrente, para dar a V. E. mais um testemunho da minha constante lembrança, e principiarei por annunciar a V. E. a mui agradavel noticia de que SS. MM. II. e Altezas gozam da melhor saude, que a Imperatriz está com cinco mezes de gravidez e que o Imperador continua a honrar a V. E. com aquelle conceito que V. E. merece.

Fiz entregar, e entreguei algumas cartas particulares de V. E. para diversas pessoas; e de uma dellas resultou despender eu a quantia necessaria (e com que sacrificio!) para ficar em perfeito silencio a questão ou negocio que V. E. sabe. V. E. dentro da minha carta mandou uma cópia, e treme-se que apareça o original obtido com extraordinaria surpreza. Mande-me, pois, o original por via do nosso amigo de Londres, porque sem isso haverá sempre sustos e perigos. Stuart chegou onze dias depois de mim; e hontem teve a sua primeira conferencia como plenipotenciario de S. M. F. com os plenipotenciarios do Imperador, que são os Ex^mos^. S^nrs^. Ministro dos Estrangeiros, Ministro da Marinha e Conselheiro d'Estado barão de Santo Amaro. Nada tem ainda

transpirado, e como quod volumus facile credimus, estou na lisongeira esperança de que as ditas negociações serão coroadas de feliz successo. Poucos dias pode durar a incerteza. Recommende-me V. E. ao seu estimavel secretario e disponha da minha vontade e obediencia para quanto fôr do seu serviço. Sou com o maior respeito e affecto de V. E. amigo obrigado e obrigado.

Felisberto Caldeira Brant.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1825.

Do futuro marquez de Inhambupe ao visconde de Resende

RIO 20 DE AGOSTO DE 1825

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tinha respondido á carta de V. E. de 4 de abril pelo mesmo paquete de maio, que a conduziu, e agora por este de junho respondo á cartinha com que V. E. me honra, escripta de Hutzing em data de 31 de maio, pela qual me parece que V. E. tinha escripto cousa má, quando escreveu o seu officio e a minha carta. Anjo bento, parece cousa de tinhoso! Se V. E. tem a sua consciencia tranquilla; se sabe que o nosso amavel Imperador o tem na classe dos seus amigos; se o ministério respeita as suas qualidades e bom serviço; se a nação brasileira faz justiça ao seu merecimento; para que toma V. E. a peito o que podem dizer os antipaticos da boa ordem e os inimigos do Altar e do Throno? Meu S^nr^. e amigo, quem não deve, não teme, e dizia o abbade Paulino que satisfações não pedidas, são acusações manifestas. Seja V. E. corcunda muito embora, que tem muita gente boa que o imita, comtanto que na marcha da importante missão que está a seu cargo, empregue seus talentos com aquella boa fé, e lealdade que lhe é inseparavel para o nascimento, educação e pratica de virtudes moraes, christans e sociaes. Sendo assim, é inutil toda a sua alegação, porque V. E. está por si mesmo justificado. E que mal vinha ao mundo e ao Imperio do Brasil se V. E. assim disfarçadamente dissesse (que é como se devem entender suas palavras), para vencer obstaculos, que pareciam insuperaveis, que a nossa Constituição havia de ser corrijida pelo tempo,

depois de calmar o fogo do liberalismo, para separar della a zizania da democracia, que lhe foi ingerida, porque as circumstancias assim o exigiram. Quando se corta um braço contaminado de gangrena, é para salvar o resto do corpo, porque a sangue frio ninguem se expõe a essa operação, na tactica diplomatica é as vezes mais necessario empregar o artificio e estratagema do que na guerra. E que importa a V. E. que o Austriaco de Lisboa lhe faça imputações de anti-constitucional se o Imperador, seu Amo, e o seu ministério o têm em boa conta e o considera homem são e de bom recado? Esta mesma injustiça hão de fazer-lhe as Camaras, e como estou convencidissimo dessa verdade (independente de ser amigo de V. E. desde que nasceu), eu tomarei o empenho de sua defesa, ou seja como senador, que espero ser por escolha do nosso Imperador, ou como deputado, que sou por esta provincia, no caso que alguem pretenda manchar sua honrada e acrisolada conducta. Socegue seu espirito e vamos ao que mais importa. Seja-me muito parabem a feliz marcha em que se acham nossos negocios politicos. Sir Charles Stuart se tem havido como plenipotenciario portuguez com muita direitura e imparcialidade; e parece que tudo se fará com vantagem reciproca e com decoro da nação e do throno. O principal está feito em protocolo, que é a primeira e mais importante parte das negociações, o reconhecimento da nossa Independencia. Falta o outro grande ponto, que é a *numerata pecunia*; havemos de nos ajustar, e por dinheiro seria indiscreto que deixassemos de aproveitar esta boa occasião para terminar negocios de que tanto depende a nossa estabilidade e segurança. Muito embora fosse eu excluido de ser negociador, porque foi entregue a melhores mãos, especialmente aquellas que já tinham pratica do sublime tacto das Côrtes de Lisboa, basta para consolação minha, que entro como conselheiro d'Estado nas instrucções que lhes são dadas para extremar pretenções exageradas. Feito isto (que brevemente será, porque S. M. I. deseja publicar a 7 de setembro, dia memoravel por ser o do anniversario da Independencia do Brasil no Piranga (*sic*)) concluiremos o mais com a Gran-Bretanha, França e Allemanha, a quem por tantos titulos contemplamos; e depois seguirão embaixadas, festas, etc. Neste

Tratado não se fala na sucessão da Corôa de Portugal, pois pertencendo ella de direito ao Imperador, quando for tempo se tratará desse importante negocio.

Já tive cartas de meus filhos, que chegaram a Paris no dia 3 de junho, a tempo de assistirem a entrada del-rei Carlos X. O João deve passar para Londres, para ver se fica adido á legação, e estuda os necessarios principios que o habilitem á vida diplomatica; o Dudú vai entrar em um colegio de França para aprender as linguas e os preliminares precisos para seguir a carreira literaria. O Antonio Maria foi para Montevideu. para onde marchou o batalhão do Imperador, donde é capitão. Os negocios ali não vão como desejavamos; porque emfim estamos em guerra com os patriotas, que são os satelites de D. Fructo (*sic*) e Lavaleja: todavia como os governos de Buenos-Ayres e d'Entre-Rios não tomam parte nesta insurreição; espero que este novo Artigas brevemente desapareça, e que o mais se concerte com a visita que o Stuart deve fazer ao Rio da Prata, e creio que brevemente virá uma missão do governo de Buenos-Ayres, segundo elle prometteu ao nosso agente. Ainda não sabemos quando se instalará a Assembléa, porque faltam as eleições das provincias do Norte, que actualmente se estão fazendo. Lord Cochrane foi para Inglaterra, onde chegou no fim de Junho na fragata Piranga; não sabemos se fujido ou com que destino; o certo é que este malvado é um dos flajélos de que o Brasil tem soffrido a titulo de bom servidor. De Portugal nada sei, porque a nossa boa gente cortou toda a correspondencia; e á excepção de noticias publicas tudo o mais ignoro: se me não vira tão nullo, carregado de tanta familia e não receiasse tanto os frios ainda me abalançaria a lá ir, se me mandassem; mas estes obstaculos me desvanecem toda a idéa que a tal respeito pudesse ter. Dei o recado de V. E. ao nosso amigo Francisco Manuel de Paula, a quem se pode dar dinheiro não só para empregar a sua medicina, como para ouvil-o discorrer; é optimo contra os liberaes. Para quem tem tanto a fazer, tenho escripto muito, mas tal é o gosto que tenho de falar com V. E. Aceite os respeitos de toda esta familia e os cumprimentos de quem é seu amigo e fiél creado.

Antonio Luiz.

Do visconde de Barbacena ao visconde de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Já lá vão trez mezes e tantos dias do Brasil, e não tive ainda a honra de receber carta alguma de V. E. Consola-me, porém, saber que tem boa saude, e exultei de prazer com o titulo de visconde de Rezende, não porque o merecimento de V. E. não seja digno de maiores mercês, mas por ver sem effeito certas más impressões que alguem procurava fazer sobre V. E. aproveitando palavras confidenciaes em conversa amical no gabinete do principe de Metternich, e a que em Lisboa se procurou dar mui lata interpretação. Com noticias politicas não roubarei tempo a V. E., porque tudo saberá pelo nosso colega de Londres, a quem foi remetido pelo paquete do mez passado o tratado com Portugal, e no deste mez vai o de Inglaterra. Os mesmos negociadores vão agora fazer o de França, e portanto antes de findo o anno estará o Imperio reconhecido por Portugal, Inglaterra, França e Austria. Seja-nos muito parabem. Já saberá que fui nomeado embaixador junto a S. M. F., mas não estou ainda bem seguro do meu destino, por quanto depois daquella nomeação quiz S. M. I. dar-me a pasta dos Estrangeiros, em consequencia de haver enlouquecido pela terceira vez o S^nr^. Luiz José, hoje visconde da Cachoeira. Que eu fique no Brasil ou que vá para Portugal, hei de ter constante cuidado em procurar as ordens de V. E., porque desejo mostrar a consideração e respeito com que sou de V. E. amigo e obrigadissimo creado.

Visconde de Barbacena.

Rio, 19 de outubro de 1825.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Visconde de Rezende.

Do visconde de Inhambupe ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Acabo de receber a ultima carta de V. E. (e por signal sem data) pelo paquete de abril, que segue para Buenos-Ayres; e

como a materia sujeita são negocios de Portugal, pouco tenho de acrescentar ao que já disse a V. E. pela primeira occasião que se me offereceu, depois que S. M. I. como rei de Portugal resolveu definitivamente sobre todos os pontos que envolvia este grande assumpto. Ainda bem que tudo quanto a tal respeito se tem dito de toda a parte do mundo, estava judiciosamente deliberado pelo Nosso Bom Amo, cujo juizo e talento é superior a toda a explicação. Não enviei então (nem agora o faço) um exemplar da Carta Constitucional, porque elle foi por mão do barão de Mareschal, e V. E. terá occasião de vel-a; o caso está que isso agrade em uma monarquia pura e simples, onde pouco se gosta da moda de governos representativos.

Estamos á espera (que mui breve deve chegar) pelo duque de Lafões e sua comitiva, para vermos se suas proposições nacionaes, ou de governo e regencia, coincidem com o que já está feito, e então resolverá S. M. I. sobre o que mais convier. V. E. terá lá mais facilmente noticias de Portugal do que nós nesta distancia, e por isso já saberá quem vem e a que. Aqui se me apresentou o estimavel barão de Mareschal, annunciando-se com plenos poderes para negociar uma convenção de commercio e navegação com o Brasil, ao que S. M. I. se prestou com a maior benevolencia, mandando expedir immediatamente o competente diploma, para que eu com dous colegas, viscondes de Santo Amaro e de Paragua (1) effeituassemos esta importante negociação; mas qual foi a minha surpresa, vendo que aquelles poderes estão passados pela chancelaria do principe de Metternich, e se não podiam por consequencia trocar com os de S. M. I.; em tal caso tomamos o expediente de nomear eu, por ordem de S. M. I., um commissario que com o barão houvesse de tratar, e escolhi para esse fim o Cayrú; e concluiram, em minha presença, uma convenção que me parece boa a ambos os Estados. Mas que ha de ser em negocios que dependem de tanta gente? Os conselheiros d'Estado passam a vel-a por suas casas, e ainda não pude conseguir que me déssem conta della, para fazer a reunião do Conselho e deliberar-se definitivamente; e depois eu mesmo não sei que ratificação devo dar-lhe, porque, quanto a mim,

(1) Deve ser Paranaguá.

isto não é senão um ensaio particular para ver as bases em que se deve firmar um tratado, pois para obrigar as respectivas nações, era preciso que houvesse a ratificação feita pelos soberanos. Hontem chegou o paquete de maio com 32 dias, e por elle recebo o officio de V. E. n. 40 de 20 de abril, a que não posso officialmente responder, porque este paquete sáe amanhan, eu chego do Senado e não tenho cabeça. No officio faz V. E. menção da carta do Senhor Infante; eu vi uma para S. M. a Imperatriz e não achei mais nenhuma; só se vem debaixo desse sobrescripto. O capitão deste paquete diz que a náu D. João VI saíu de Lisboa nos primeiros dias de maio para aqui, como lhe certificou uma embarcação de guerra ingleza que encontrou na Madeira aos 12 de maio com despachos do governo de Portugal.

Tudo me assusta emquanto não vejo realizado o plano que ponha fim á desconfianças e discordias intestinas. Lord Poppemby (?) ainda aqui se acha, mas brevemente sairá para sua missão, logo que S. M. I. se recolher de Santa Cruz, aonde foi passar uns dias. A sua proposição, como mediador, foi que Buenos-Ayres exigia que o Brasil abrisse mão da provincia cisplatina com as indemnizações que parecessem justas, e eu, por ordem de Meu Amo, respondi-lhe mui polidamente que S. M. I. rejeitava tal base e que substituia pela seguinte: que Buenos-Ayres reconheça pura e illmitadamente a encorporação de Montevideu ao Brasil como uma provincia deste Imperio, e em compensação S. M. I. reconhecerá a independencia e o governo das Provincias Unidas do Rio da Prata e sua Federação, ficando Montevideu um porto franco para todas as nações, e para os navios de Buenos-Ayres sem pagarem algum direito; e que sobre esta base se fará um tratado de paz, commercio e navegação com as estipulações e ajustes que mais convierem aos seus Estados. Para lá seguiu Rodrigo Pinto para render o Rodrigo Bolo que tanto nos tem injuriado; esperamos anciosamente o resultado de suas operações; apenas sabemos que lá chegou. Agradeço a V. E. os offerecimentos feitos ao meu filho, como elle me participa; e que me não surprehende, porque sei quanto devo á amizade e favor que V. E. me presta desde que nasceu. As duas camaras trabalham efficazmente para fazer leis; mas a debaixo

pendendo sempre para o seu centro; são verdadeiros substitutos dos vinagristas do Porto. O tratado da França está ratificado, e foi quem encetou nos negocios desta natureza; já que a Senhora Inglaterra não quiz ratificar o que fez o seu plenipotenciario. Não posso mais; estou sem forças e quasi a seguir o exemplo do meu colega visconde da Cachoeira, que faleceu no dia 7 deste mez, e por isso seu filho não partiu para França, para onde está despachado como addido. Tenha-me V. E. em sua graça e amizade, como lhe merece quem é com o mais respeitoso affecto de V. E. amigo velho e fiél creado.

Visconde de Inhambupe.

Rio, 17 de junho de 1826.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Fragmento de minuta)

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Pouco depois de voltar de Petersburgo a esta Côrte tive a satisfação de receber da propria mão do Conselheiro Francisco Gomes da Silva a carta que V. M. me fez a honra de escrever-me em data de 22 de abril deste anno.

Depois de agradecer mais esta, sobre tantas, prova da Benevolencia de V. M. para comigo, faltam-me as expressões para explicar o meu reconhecimento pelo que V. M. nella me communica (e que não era preciso que V. M. me declarasse para eu o ter por certo) relativamente ao que a V. M. devo por me ter livrado de ir morrer na Russia, chegando até a Sua Bondade a dispensar-me de fazer uma tão longa viajem, que então me não custou, porque era em serviço de V. M. e em boa estação, e que agora estimo ter feito, porque, além de ser interessante, me deu occasião de fazer eu tambem uma fineza a Quem me tem feito e está continuamente fazendo tantas. E já que falo da Russia permitta V. M. que eu toque numa cousa em que V. M. me não fala e (como dizem os francezes) me inscreva em falso contra o que me consta que correu no Rio de Janeiro de ter eu tido recurso á bolsa do Imperador Nicoláu. Eu, Senhor, não tinha precisão disto, porque V. M.

deu-me muito mais do que o que eu gastei naquella commissão, em que nenhuma cousa pedi ao Autócrata senão a sua amizade para V. M. e para o Brasil, e que para ser tudo honroso e desinteressado de minha parte para com estranjeiros, até não recebi o presente de estilo. Tenho tido a honra e o prazer de visitar S. A. a Senhora Duqueza de Goyaz, que está em tudo, cada vez, mais perfeita.

Do marquez de Inhambupe ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

A mágua e a dor que neste momento opprimem o meu coração, apenas me permittem communicar a V. E. que foi Deus Servido chamar para a Sua Santa Gloria S. M. a Imperatriz hoje pelas 10 1|2 horas da manhan. Esta irreparavel perda, que acaba de soffrer S. M. o Imperador do Brasil, tem sido sentida nesta capital como uma verdadeira calamidade, poisque aquella Princeza pelas virtudes que adornavam a sua alma, tinha-se feito credora de toda a estima publica. Em demonstração de tão infausto acontecimento se encerra a Familia Imperial por 8 dias; suspenderam-se por egual tempo os despachos dos tribunaes e a Côrte toma luto por seis mezes, tres rigorosos e tres alliviados, o qual deverá tambem ser tomado pelos empregados nessa legação.

Emquanto não se fazem as competentes participações aos soberanos da Europa, visto achar-se ausente desta Côrte S. M. o Imperador, deverá V. E. fazer chegar esta infausta noticia ao conhecimento de S. M. I. R. e A.

Deus Guarde a V. E.

Palacio do Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1826.

Marquez de Inhambupe.

S^nr^. Marquez de Rezende.

Do marquez de Resende ao marquez de Queluz

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tendo voltado a esta Côrte da jornada que, como tive a honra de prevenir a V. E., fiz a Italia, fui entregue dos

despachos que V. E. me dirigiu sob ns. 2, 3, 4 e 5 com as datas de 17 e 29 de janeiro, de 15 e de 20 de fevereiro do corrente anno. Inteirado officialmente pelo primeiro da acertada escolha com que S. M. nomeou a V. E. ministro e secretario d'Estado da Repartição dos Negocios Estrangeiros, em consequencia da demissão que pediu e obteve o Exmo. S^nr^. Marquez de Inhambupe; e tendo Verissimo Maximo de Almeida (que deixei durante a minha curta ausencia Encarregado de Negocios nesta Côrte) feito entrega da autografa em que S. M. o Imperador, Nosso Augusto Amo, participou a S. M. I. e R. A. o fallecimento de S. M. a Senhora Imperatriz D. Maria Leopoldina, que Deus haja em gloria, fico intelligenciado do que S. M. ordenou a V. E. que me significasse, em resposta a uma carta que tive a honra de fazer subir á Soberana Presença do mesmo Augusto Senhor, relativamente aos negocios de Portugal, capacitando-me pelo contexto do ultimo despacho de V. E. da attenção que mereceram a S. M. as communicações que diriji a essa Secretaría d'Estado por differentes occasiões e da approvação que S. M. Houve por bem dar ás despezas que fiz por occasião dos esponsaes de S. M. a Senhora Rainha D. Maria 2ª com o Senhor Infante D. Miguel.

Passando a informar a V. E. do que tem acontecido depois que tive a honra de dirijir-lhe o meu ultimo officio sob n. e com data de abril do corrente anno, começarei por participar a V. E. que havendo tido em Liorne a intervista, que desejava, com o meu benemerito collega visconde de Itabayana, a quem communiquei tudo e as razões de tudo que obrei em relação aos negocios de Portugal e o ultimo estado dos mesmos negocios, segundo as noticias que pude colher ao momento da minha saída de Vienna, assentámos depois de mui maduras reflexões, partindo do principio que os ministros do Brasil podiam e deviam tomar parte nos negocios de Portugal, tanto quanto conviesse aos interesses de S. M. o Imperador e do Imperio do Brasil, assentámos, digo, que cumpria que separando nós as questões em que só as auctoridades portuguezas se devem envolver, das grandes questões politicas e diplomaticas relativas ás clausulas ou condições de que o nosso Augusto Amo fez depender a sua

abdicação e cessão da Corôa de Portugal, em que devemos entrar para sustentar o direito que S. M. tem de decidir quando as sobreditas condições e clausulas se acham verificadas, competindo-nos egualmente reconhecer e fazer reconhecer o direito não certo que S. M. tem de resolver, não só como Soberano Autor da Carta Constitucional que Se Dignou dar a Monarquía Portugueza, mas como Rei (que ainda é) de Portugal, todas as questões, que durante o seu reinado se suscitarem em respeito á pessoa ou pessoas a quem competir a Regencia do sobredito Reino. Applicando estes principios a todas as hypotheses que podemos imaginar, concordamos no plano, que julgamos dever seguir em taes occorrencias, e attenta a grande distancia em que nos achamos da nossa Côrte.

A gravidade de tão ponderosissimas questões, em tão criticas circumstancias, não fez, todavia, com que o meu respeitabilissimo collega, sempre zeloso do bem do Brasil, deixasse de reclamar a minha cooperação, para que eu obtivesse nesta Côrte a sua mediação, afim de entabolarmos com as potencias barbarescas da Costa d'Africa negociações tendentes a pôr o nosso pavilhão a coberto de injurias que outras bandeiras têm soffrido, sobretudo no Mediterraneo.

Chegando a esta Côrte e sendo entregue dos supracitados despachos de V. E., achei que o contexto do 3º, inhibindo-me expressamente de tomar parte nos negocios de Portugal, annulava inteiramente o plano que eu tinha traçado de perfeito accordo com o benemerito visconde de Itabayana na entrevista que tivemos em Liorne. Indo no dia seguinte ao da minha chegada á casa do principe de Metternich, e por falar-me na recente chegada de Mr. Neuman, assentei que me cumpria interrompel-o para lhe dizer que tendo-me significado V. E. da parte do Imperador, meu Amo, que me abstivesse de me envolver nos negocios de Portugal, eu declarava previamente a S. A. que era minha tenção formal não fazer a S. A. a menor observação acerca de semelhantes contextos. O principe disse-me que respeitaria a minha posição, e passou a falar-me acerca do tratado de commercio, que será objecto de um 2º officio, que nesta mesma data terei a honra de dirigir a V. E. Da casa do principe de Metternich fui á do

Senhor Infante D. Miguel, e devendo ao mesmo Senhor a fineza de me querer mostrar a autografa que o Nosso Augusto Amo lhe escrevera ultimamente e de que foi portador Mr. de Neuman, entendi dever repetir na presença de S. A. a mesma declaração que eu fizera ao principe chanceller da Côrte e d'Estado, e que voltando á minha casa e achando nella o barão de Villa-Secca repeti egualmente, bem como o fiz no dia seguinte procurando-me e procurando falar-me em negocios de Portugal o conde de Lebzeltern. Em ordem a poupar-me a fazer uma semelhante declaração a Mr. Neuman, mandei ao meu porteiro que vindo elle, como aconteceu, lhe dissesse que eu não estava em casa, tendo eu a cautela de retribuir a sua visita á hora em que estava certo de o não encontrar.

Recebendo o officio que tenho a honra de remeter á V. E. por copia inclusa sob n. 1, respondi nos termos em que vai concebido o documento marcado com o n. 2, passando, em conformidade com o que nelle declarei, a officiar ao Exmo. barão de Villa-Secca nos termos constantes da peça tambem annexa, e marcada com o n. 3. Finalmente devendo dar conhecimento de tudo o que fica referido ao meu estimavel collega o Exmo. visconde de Itabayana, lhe remeto em ordem a não augmentar mais o numero de officios o presente e as peças que acompanham o selo volante.

Seria omisso de fechar-se este officio sem declarar nelle a V. E. que assim como o contexto dos despachos que me dirijiu o antecessor de V. E. sob ns. 51, 52, 54, 61, 64, 65 e 68 que se hão de achar registados nessa Secretaria d'Estado me auctorizavam até hoje a tomar parte nos negocios de Portugal, em que d'ora em diante não conto envolver, assim tambem entendi até aqui que em tudo o que fiz e referi havia obrado congruentemente, mas como assim o não julgasse S. M., a cujo juizo mui devida e cordialmente me sujeito, peço a V. E. queira levar á Soberana Presença do Mesmo Augusto Senhor a mágua que me causou o não ter acertado com o seu pensar.

Deus guarde a V. E., etc., etc.

Vienna, 17 de junho de 1827.

Do marquez de Resende ao marquez de Queluz

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tenho a honra de remetter a V. E. a inclusa lista das despesas desta legação no 2º trimestre do corrente anno. Nella achará V. E., alem das parcellas que apresentam os meus vencimentos, e os de Verissimo Maximo de Almeida, na qualidade de secretario da mencionada legação, no sobredito trimestre, e, além da importancia das despesas meúdas da secretaria da mesma missão, o valor de 3.024 florins que fazem cruzados (2), a que montaram as despesas extraordinarias da minha jornada a Liorne e da missão a Pariz e Londres. Os motivos que exigiram estas duas jornadas vão clara e longamente desenvolvidos no officio secreto que dirijo a V. E. por occasião mais opportuna, e pareceram assaz justificados ao meu benemerito collega o Exmo. Visconde de Itabayana, pela exposição que lhe fiz na conferencia que com elle acabo de ter.

Desejo e espero que elles mereçam semelhantemente a Soberana Approvação de S. M. o Imperador, Nosso Augusto Amo, e a approvação de V. Ex.

De V. E., et.

Vienna, 6 de julho de 1827.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Marquez de Queluz.

Do marquez de Resende a Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

Depois de ter expedido por via de um correio do embaixador de Inglaterra a carta que tive a honra de escrever a V. M. em resposta as de (3) que foi entregue por C. M. Pereira e pelo Coronel dell-Hoste informando a V. M. do

(2) Em branco na minuta.

(3) Leia-se: as cartas de V. M. que foram entregues por, etc. No rascunho do marquez de Resende faltam as iniciaes V. M.

que havia occorrido até o dia 19 do corrente, offerecendo-se-me occasião do regresso de Monsieur Neumann a Londres, a favor de cuja opportunidade posso communicar a V. M. o que têm passado desde aquella data até o dia de hoje.

Tendo-me o Senhor Infante feito a honra de acceitar o convite que lhe fiz para vir celebrar na minha casa o Augusto Nome de V. M., foi elle quem, como de razão, propoz a saude de V. M. exprimindo alto e bom som as duas soberanias de V. M. como Imperador do Brasil e Rei de Portugal. Pedindo eu depois licença a S. A. R. para retribuir-lhe como devia este obsequio, e tendo o mesmo Senhor a delicada attenção de me dizer que eu devia propôr a saude de sua augusta e futura consorte primeiro que a sua, propuz a saude da Senhora Rainha D. Maria II e a de S. A. R. o Senhor Infante, expressando o seu titulo de Regente de Portugal. Depois de acabado o jantar a que concorreram, alem do principe de Metternich, todos os officiaes-móres de Palacio, os brasileiros e portugueses de distincção, que presentemente aqui se acham, varias pessoas conspicuas austriacas e todos os membros do Corpo Diplomatico, á excepção do embaixador da Russia e do ministro de Espanha, disse-me o principe de Metternich, sorrindo-se e alludindo ao titulo de Regente que eu tinha declarado ao Senhor Infante na minha saude a S. A. R.

Vous avez tranché la question. Ao que respondi: Mon prince, il m'appartenait en qualité de ministre chargé de notifier la nomination de Monseigneur l'Infant de trancher la question oiseuse et purement metaphysique, et que n'est pas même une question pour moi, de la difference que le Droit Public n'établit point entre le titre de Regent et celui de Lieutenant, qui signifient la même chose, qui rendent l'un comme l'autre dépendants de la volonté de mon Maître, qui helàs n'a point fait entre eux de distinction et dont l'antinomie ne servirait qu'à faire naître des doutes et à alimenter des désordres.

No dia 21 fui ao Paço entregar a S. M. I. e R. A. a autographa em que V. M. respondeu á participação do nascimento de um filho do Senhor Arquiduque Rainier e apresentar ao mesmo Augusto Soberano o Coronel Dell'Horse. Estando

primeiramente só e tendo feito entrega da autographa de V. M. agradeci ao Imperador tudo quanto elle tem feito com tanta sabedoria como interesse por V. M. e pelos seus subditos. O Imperador respondeu-me que se lisonjeava que em tudo o que tem feito, V. M. achasse mais uma exuberante prova da amizade que seu Augusto Sogro lhe consagra, e de que S. M. I. e R. A. não deu por acabada com o sempre lamentavel acontecimento da morte da Senhora Imperatriz, que Deus haja, a alliança intima com V. M., observando-me que os grandes serviços que a V. M., ao Senhor Infante e a Portugal tem prestado o barão de Villa Secca com tão aturado zelo e com que tem fortalecido os bons sentimentos do Senhor Infante se deve não menos do que aos conselhos de S. M. o bom andamento dos negocios em tão criticas circumstancias. Lamentou S. M. não poder resolver-se a Princeza de Baviera, que aqui esteve, a passar o oceano, contando-me que o tinha tocado a mágua com que ficou a mesma princeza de ter, talvez, desagradado a S. M., sentindo o Imperador que V. M. lhe não escrevesse mezes antes, pois era bem de crer que a outra Princeza de Baviera annuisse, não estando ligada como hoje está. Fallou-me S. M. nos passos que se haviam dado em ordem a saber ao certo as disposições da Princeza de Sardenha; repetiu-me finalmente o que havia escripto para Turim: « Mon gendre a toujours très bien traité ma fille dans tout ce qui était essentiel », tendo a delicadeza de não me falar na ligação que V. M. rompeu, e accrescentou: « Mon gendre a encore deux grandes qualités, celle de dire toujours la verité et de tenir la parole; aussi suis je sûr qu'en retour de l'épouse que je lui donnerai il m'enverra sa fille que j'eleverai chez moi avec le plus grand soin pour être placée en temps convenable sur le throne que son Père lui a destiné ». Manifestando S. M. mui positivamente o desejo, que me diz que faria elle mesmo conhecer a V. M., de que a Senhora Rainha venha apenas acompanhada da Condessa de Itapagipe, de creadas de ordem inferior e sem homem algum, o que me repetiu duas vezes. Eu disse ao Imperador que constando-me que S. M. tinha lido noticia de que o Marquez de Barbacena aqui viria, caso não pudesse conseguir as fragatas que se dizia que ia pedir a Portugal,

para obter de S. M. dous vagões para a conducção da futura esposa de V. M., visto embaraçar a continuação da guerra com Buenos Ayres que pudesse realizar-se a vinda de duas fragatas brasileiras, eu pedia a S. M. quizesse declarar-me a tal respeito o que declararia ao referido marquez, o Imperador de Londres pediria as indicações necessarias para o poder communicar ao meu genro. Depois falou-me nos officiaes e armas que nos tinha promettido, e eu agradecendo disse que rejeitava tão honroso offerecimento, e que do meu collega de Londres pediria as indicações necessarias para o poder aceitar. Então entrou o Coronel dell-Hoste a quem S. M. acolheu com summo agrado e tratou como a pessoa do seu conhecimento mostrando-se satisfeito do modo por que o servira aquelle official, a quem tambem os seus antigos camaradas têm tratado muito bem, convidando-o para o jantar do dia do anniversario da batalha de Leipzig. Correndo noticias de que emissarios de Espanha tornam a promover desordens em Portugal propoz o principe de Metternich, por ordem do Imperador, nas conferencias, o projecto, que foi unanimemente adoptado por todos, de uma carta do Senhor Infante a Elrei Catholico na qual dando S. A. R. parte do recebimento do decreto de nomeação que V. M. houve por bem enviar-lhe e que elle aceitou, e fazendo menção das noticias que lhe chegaram dos mencionados projectos desorganizadores, declarasse a S. M. Catholica a sua firme tenção não só de não favorecer taes projectos mas de os reprimir. O Senhor Infante approvou e subscreveu esta carta redigida pelo Barão de V. S. e C. de V. R. — S. A. R. escreve nesta occasião a V. M. fazendo remetter a sua carta por via deste governo.

Seria cobardia em mim ou pouco conhecimento das virtudes de V. M. se a recordação de um momento de vivacidade que não tolheu a V. M. de fazer uma das mais distinctas graças ao Conde de V. Real, me embaraçasse de lhe fazer a justiça de confessar, Senhor, que em tudo o que elle tem feito e dito aqui, se tem mostrado fiél subdito de V. M., e zeloso e intelligente defensor de seus inauferiveis direitos e legitimas instituições e finalmente de perfeito accordo com o honrado

barão de Villa Secca e com esta Côrte em fortalecer e animar os bons sentimentos do Senhor Infante.

Deus guarde.

23 de outubro de 1827.

Do marquez de Resende a Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

Cumprindo que eu continue a ir progressivamente dando miuda conta do que vae acontecendo com referencia ao importantissimo assumpto do casamento de V. M., informarei que, depois da ultima communicação que tive a honra de fazer a V. M., em data de outubro, quando já estavamos fartos de esperar a resposta á autografa que S. M. I. e A. R. escreveu a el-rei de Sardenha tendente a obter para V. M. a mão da princeza Mariana de Saboia, fui chamado á chancellaria da Côrte e Estado, onde o principe de Metternich, dando-me confidencial e mui francamente a ler a integra de um officio que acabava de receber de Londres, e no qual o principe d'Esterhazy o informava da chegada do marquez de Barbacena áquella Côrte e do que com elle havia passado, cujo relatorio S. A. me disse que tinha enchido de prazer a S. M. I. e R. A. e a elle principe, segurando-me e pedindo-me que segurasse ao marquez de Barbacena o prazer com que elle aqui seria recebido, passou S. A. a communicar-me semelhantemente em confidencia e com egual franqueza que, lisonjeando-se seu Augusto amo de poder receber de um instante para o outro uma resposta favoravel da Côrte de Turin e occupando-se já de antemão, para ganhar tempo, dos passos que, verificando-se aquella hypothese, seria conveniente dar em ordem a reclamar de V. M. a anhelada execução das promessas que V. M. lhe tenha feito, verificado que fosse o novo enlace que V. M. confiou com tão justa confiança dos bons officios do Seu Augusto Sogro, que tambem justamente confiado na Soberana Palavra de V. M. se lembrára de enviar, logo que chegasse o *sim* da princeza Mariana, o conde de Lebzeltern á Côrte do Rio de Janeiro, tanto para alcançar a definitiva abdicação da

Corôa de Portugal (que será o objecto ostensivel da sua commissão) como para, no caso da Senhora Rainha Dona Maria II vir a Vienna, ter a honra de a acompanhar. Eu exprimi tão somente ao principe a satisfação que me causava a leitura do officio do principe Esterhazy e a boa impressão que ella aqui fez como era bem de esperar, e finalmente quão acertada me parecia a escolha da pessoa destinada para ir ao Rio de Janeiro, por julgar eu que talvez não haja, como realmente não ha, outra que reuna tantos e tão bons predicados. Passando immediatamente á casa do conde de Lebzeltern a quem (como V. M. terá observado trato como compatriota e como amigo) e dando-lhe signaes de estar ao facto da sua nova designação, disse-me, esconjurando-se de eu dar a cousa por decidida, que o seu partido a tal respeito não estava ainda tomado nem o estaria emquanto elle mesmo não fallasse com S. M. I. e R. A. querendo saber até que ponto se empenhava a vontade deste monarca para que elle fizesse o maior sacrificio que um subdito pode fazer a um soberano: confessando-me depois a idéa que teve de que tivesse partido de mim a iniciativa da escolha, em que ingenuamente lhe confessei que não tinha tido a menor parte. E começou então a discorrer com a agudeza e imparcialidade que tanto o caracterizam nas inconveniencias que elle via em sair d'aqui ou chegar ao Brasil antes da Augusta e futura esposa de V. M. O discurso do conde foi por ideas associadas um raio de luz que, esclarecendo-me, me decidiu a consultar as respostas aos quesitos do barão de Marcchal que V. M. houve por bem fazer-me remetter, e nas quaes se acha bem claramente declarado que a vinda da Senhora Rainha de Portugal só terá effeito depois de chegar ao Rio de Janeiro a Futura Esposa de V. M. Voltando com esta declaração á casa do conde, ajustei com elle em ir eu, como fui, na mesma manhan apresentar ao principe de Metternich, como minhas, as reflexões do conde fundando-as nas mencionadas respostas que V. M. me mandou para meu governo. S. A. ouvindo-as com mais attenção do que prazer (ao que pude perceber), ainda depois de ouvir-me, pretendeu sustentar a sua primeira idéa, confessando-me, porem, que não era, como realmente não é, teimoso, me segurou que meditaria sobre o que eu lhe acabava de pon-

derar, e que me faria saber aquillo em que afinal se assentasse a semelhante respeito. Então communiquei ao principe as cartas que acabava de receber dos meus dous estimaveis amigos e benemeritos collegas marquez de Barbacena e visconde de Itabayana, entregando a S. A. para chegar quanto antes ás mãos de S. M. I. e R. A. a autografa de V. M. para aquelle Senhor, que o marquez, tambem para não demoral-a, me remetteu, e a carta que o mesmo marquez me remetteu a sello volante e que elle escrevera ao principe chanceller da Côrte e Estado. Passados dias, sem que chegasse resposta de Turim, e indo á chancelaria do Estado não me dissimulou o principe de Metternich quanto esta demora o affligia; constando-me nesta occasião que o principe de Castaro ministro de Napoles, havia recebido por um expresso um officio da sua Côrte, no qual mostrando-se pago do zelo com que elle lembrára uma princeza de Napoles, como já annunciei a V. M., se lhe ordenava juntamente que não désse passo ulterior áquelle respeito por se não achar a princeza que elle lembrara, disposta a passar o oceano. Chegando finalmente no dia 20 do corrente a esta Côrte um addido á legação austriaca em Turim, que negocios particulares somente determinaram a regressar a Vienna, foi elle no mesmo momento á casa do conde de Pralormo, ministro da Sardenha, que já havia recebido uma carta particular do secretario da sua legação, o qual foi, como participei a V. M., portador das supracitadas aberturas que daqui se fizeram á Côrte de Turim, e sendo que o contexto da sobredita carta não contivesse noticia que nos tirasse do estado de incerteza em que estavamos, resolveu-se o conde a ir a chancellaria do Estado ver se colhia alguns esclarecimentos e voltando de lá a minha casa, me communicou que um officio que acabava de receber do conde de La Tour, ministro dos Negocios Estrangeiros de Turim e transmittindo uma carta do gabinete do seu Soberano (que está em Genova e que l'ha remetteu fechada) dirigida a S. M. I. e R. A. informa apenas o conde de Pralormo de que o seu já mencionado addido não poderá, por causa da molestia, ser reespedido antes de 8 dias. Antes de acabar o dia veiu me dizer o conde Pralormo, e fez-me constar com egual delicadeza o principe de Metternich o conteudo da autografa del-rei de Sardenha que se refere a

uma carta (cujo original ajuntou) da rainha Maria Thereza em resposta á carta em que aquelle soberano lhe communicou as aberturas feitas por S. M. I. e R. A., deprehendendo-se do contexto da carta da rainha viuva, mãi da princeza Mariana de Saboia, que tendo já antecedentemente respondido a seu augusto cunhado que não podia dar resposta categorica a tal respeito sem primeiro conhecer os direitos e vantagens que a Constituição do Imperio do Brasil assegura ás esposas e aos filhos segundos dos soberanos do dito Imperio para os confrontar com o texto das convenções matrimoniaes feitas por occasião do primeiro casamento de V. M., as quaes eu subministrei, e S. M. declarou ter recebido e lido, tinha depois (e sem duvida, como eu e o conde de Pralormo pensamos, a poder de novas instancias del-rei de Sardenha) consultado a Sua Augusta Filha, a qual referindo-se inteiramente ao pensar de Sua Augusta Mãi, fazia com que ella instasse pelos documentos que a sua consciencia exigia prudentemente que tivesse presentes, antes de dar uma resposta categorica.

Tendo no seguinte dia uma segunda conferencia com o conde de Pralormo em casa e na presença do principe de Metternich, na qual depois de lida a supra-mencionada carta da rainha Maria Thereza, o conde reduzio os esclarecimentos que S. M. deseja ter a varios quesitos que me propoz, e a que eu na mesma conferencia respondi de modo tal que o conde declarou que Sua Dita Magestade não podia deixar de ficar plenamente satisfeita. Disse o principe, (não sem se mostrar admirado da importancia que a Senhora Rainha Maria Thereza dava ao ponto que menos importancia merecia nas allianças dos principes) primeiro, que no estado em que estava a negociação, se devia considerar o maior obstaculo como vencido; segundo, que se devia fornecer ao conde todos os documentos que eu possuia e comprovam as declarações que verbalmente acabava de fazer, e com que tinha exuberantemente satisfeito todas as indicações, autorizando o conde de Lebzeltern para comigo e com o conde de Pralormo arranjar tudo da melhor maneira possivel. Nas poucas horas que tive para pôr por escripto e em ordem as minhas ideas e procurar as peças justificativas, conclui todavia o meu trabalho que levei para a conferencia, que

teve logar em casa de Lebzeltern, o qual approvando a forma de carta confidencial ao principe de Metternich que dera ao meu trabalho, cuja leitura deu principio á conferencia, e mostrando-se egualmente satisfeito do resumo que eu fiz de tudo quanto na Constituição, leis regulamentares e civis do Brasil, que elle mesmo leu, e encontra de natureza a poder assegurar a Senhora Rainha Maria Thereza, accrescentou, o que verdadeiramente cortou o nó gordio, que foi que se devia entender que a dotação que a nossa assembléa estabeleceu para a Augusta Esposa de V. M. havia durar emquanto ella vivesse, e não terminar com a vida de V. M., no que eu concordei, ficando por conseguinte rejeitado o expediente que eu na véspera, tinha lembrado de se obrigar V. M., nas convenções matrimoniaes que hajamos de fazer, a propor a Assembléa o estabelecimento de apanagios para o caso de viuvez de sua Futura e Augusta Esposa. Approvando o conde de Pralormo de preferencia a emenda do conde de Lebzeltern, passou o c. de L. a fazer immediatamente a redacção, que eu não tardei em ligar ao verso da carta, concebida nos termos da copia junta sob n. 1, cujo original tambem não tardei em enviar ao principe de Metternich, que, devendo incluil-a na autografa que S. M. I. e R. A. escreve novamente a el-rei de Sardenha recommendando a vinda do consentimento categorico com a maior brevidade, teve ordem de dar parte de tudo a Senhora Arquiduquesa Beatriz, Duqueza de Massa e Carrara, (que aqui reside) e avó materna da Princeza Mariana, para que ella tambem escreva e inste na mesma conformidade com a Senhora Rainha Maria Thereza, sua Augusta Filha, devendo todas estas expedições partir hoje para Turim pelo conde de Saint Marsan, cunhado do conde de Pralormo e addido á sua legação. Cumpre-me, Senhor, dar a V. M. conta dos motivos por que me deliberei a declarar no ultimo paragrafo da mencionada carta que escrevi ao principe, a idéa de me passar a Turim, caso o consentimento categorico tivesse logar. Primeiramente eu devo crer, e todos cremos, que V. M. se quer casar para socego seu e bem do Brasil; em segundo logar tambem devemos crer que V. M. não falou nas princezas de Baviera, que não conhece, senão porque julgou que esta alliança seria mais facil de conseguir e mais agradavel á Côrte de Vienna; em

terceiro logar tambem se não deve crer que V. M. recuse casar-se com a princeza Mariana de Saboia, que tambem não conhece, que é a unica princeza catholica que está em edade de tomar estado, que não duvida passar o Oceano, e que é mais moça, mais bella e que passa por ter tido a melhor educação, emfim julga-se por todas estas circumstancias e pela circumstancia particular de alguma exquisitice que tem a Senhora Rainha, mãi daquella Augusta princeza, que é precioso prendel-a pela palavra. Como, todavia, se não trata de ligar V. M. á face dos altares, nem mesmo de fazer previamente á chegada das respostas de V. M. um pedido formal e publico, está V. M. inteiramente desembaraçado para approvar ou desapprovar, fazendo cair sobre mim todas as culpas, e até para me mandar cortar a cabeça, que os meus já por mais de uma vez se sacrificaram pelos interesses dos avós de V. M. desde o primeiro dia da gloriosa exaltação da Augusta casa de que V. M. é chefe, e em cujo faustissimo anniversario me coube tambem o expor-me, como me exponho, para assegurar à V. M. uma esposa virtuosa e bella, e a seus Augustos Filhos e aos brasileiros uma segunda mãi, condemnando-me eu mesmo depois de tudo isto a mim mesmo na presente, sincera e leal declaração que contra mim mesmo acabo de fazer. Outra culpa tenho eu, Senhor, tambem nascida do meu zelo, mal ou bem entendido, e que V. M. pode castigar usando igualmente do supremo e soberano poder que têm de confirmar ou negar o seu Imperial beneplacito ás bullas ou breves que em taes casos, e a tal distancia julga dever passar, e com muito mais liberdade do que o meu collega nuncio de Sua Santidade. O Principe de Metternich, a quem eu e V. M., até mesmo fazendo segredo de mim, empurra (*sic*), perdôe-me, Senhor, a expressão, os seus negocios mais intricados; o principe de Metternich, que é um dos mordomos da fabrica européa e o *totum continens* da Allemanha, donde havemos mistér tirar homens e mulheres para nos fazerem a gente, de que havemos mistér, casou-se, como V. M. conta fazer, e casou-se com a pessoa de quem mais gostou, que tendo apenas dez avós nobres deo logar a que o orgulho (e a inveja) dos que suppõem que os seus vão mais longe que Adão, começassem a fazer pirraças á familia da nova princeza, sabendo nas vésperas do seu casamento do

grande embaraço em que elle estava e das difficuldades que tinha de achar um arrimo decente e proximo da princeza, por quem elle morre e que morre por seus pais, e querendo jogar com tudo isto em ordem a ver se fazia algum lance pelo qual fosse digno de V. M. me mandar lavrar um tento fui, depois de consultar o caso com o barão de Villa Secca, que me disse que eu mettia uma lança em Africa, têr com o noivo, falei-lhe claramente e disse-lhe que tinha em V. M. um amigo que lhe poderia e quereria fazer o bem do casamento delle tanto quanto eu esperava que elle pudesse e quizesse fazer a bem do casamento de V. M. Eu mal posso exprimir a V. M. a impressão que fez e está fazendo no animo do principe o conselho que lhe dei, e de que elle se aproveitou pedindo-me que a tal respeito escrevesse a V. M. Fiz então em francez, para elle ler, a minuta, cujo original remetto incluso sob n. 2, a que o principe fez as notas marginaes que nella se vem de sua propria letra; como V. M. poderá julgar comparando-a com a da carta, cujo original tambem remetto, e que o principe me escreveu no dia do seu casamento, em que tambem me pediu que visto ter sido recusado Scheffer, e haver precisão de um agente nosso em Francfort, autorizasse seu sogro para interinamente e sem caracter publico ser uma especie de agente do Brasil em Francfort, e onde o principe verdadeiramente reina como soberano, no que a convir eu logo, ficava sendo *ipso facto* brasileira sua noiva. Eu disse á futura princeza que só para poder dizer que se tinha dado o caso maravilhoso della me dever pedir licença, como ministro de V. M., para casar com o primeiro ministro da Europa, carregaria com mais esta responsabilidade, com que effectivamente carrego, a não me mandarem dizer os meus dous collegas Barbacena e Itabayana a quem consultei, que largue a carga. Entretanto casou-se o principe, e como a princeza apesar das suas boas qualidades se não isenta do defeito commum a todas as pessoas do seu sexo em ponto de guardar segredos, ella deu parte do negocio á sua mãi, e ambas debaixo do maior segredo o contaram a outras senhoras de tão pouco segredo como ellas, que espalharam como cousa feita, o que ainda estava e está por fazer. Causou isto grandissimo desgosto ao principe, e muito mais quando leu nas folhas publicas o segredo

tão mal guardado. Chamou-me, deu-me as maiores satisfações, pediu-me que as desse a V. M., e numa palavra, que valesse outra vez a seu sogro; e tendo elle pedido uma lista de nomes de terras do Brasil para escolher algum para o titulo, que elle pede para o sogro, que não soasse mal na Allemanha, e não desse materia aos gazeteiros liberaes de França, escolheu o de Lumiar, Olimar, ou Erval ou Pradosa.

Com as mãos doridas de gôta, só posso, Senhor, escrever que se V. M. approvar o que fiz, dar-me-ei por feliz. Se V. M. me elogiar pela espertesa, como aqui os meus collegas têm feito; se me condemnar, valham-me as minhas boas intenções, e quer me elogie ou me condemne, sou, como fui e serei até morrer, senhor

De V. M.

O mais humilde subdito e mui fiel creado

Marquez de Resende.

P. S.— O cavalheiro Dell'Hoste ficou para levar a resposta categorica que vier de Turim. Elle é um verdadeiro homem de bem e digno da estimação de todos.

Vienna, 1º de dezembro de 1827.

Sire.

Après avoir presenté á V. M. le temoignage de ma plus vive reconnaissance de l'accroissement d'honneurs, dont Elle a daigné me combler, je n'ai rien de plus pressé que d'offrir à V. M. la plus heureuse occasion de pouvoir prouver à Mr le prince de Metternich dans toute son étendue, et de la manière qui sera plus agréable à cet homme d'Etat (qui s'est constitué le deffenseur officieux des droits et des interêts de V. M., comme souverain du Brésil et roi de Portugal) le sentiment d'affection, et, j'ose dire, de gratitude que V. M. a pour le prince. V. M. m'ayant ordonné de lui indiquer le moyen d'obliger Mr le prince de Metternich de la manière la plus satisfaisante pour lui, j'aurais à la fois trompé V. M. et offensé le prince, si j'avais envisagé l'execution de ses Au-

gustes intentions sous un point de vue qui ne fût pas celui qu'offre le coté moral. La difficulté qui existait réellement pour trouver les moyens de remplir convenablement les vues de V. M. a disparu (comme il arrive souvent) par l'effet de circonstances imprevues. Mr le prince de Metternich qui se trouvait depuis deux ans privé de la douce societé d'une compagne, a trouvé qu'autant pour le parfait bonheur de sa vie privée que pour avoir, comme ministre, une dame qui fasse les honneurs de sa maison, il lui convenait de passer à secondes noces. Dès que cette resolution du prince a eté connue toutes les plus grandes dames de Vienne, ou pour elles ou pour leurs filles, commencèrent à se disputer un sort que les qualités personnelles du prince, indépendament de ses attributions politiques rendaient très heureux pour la personne à laquelle il tomberait en partage. Quel que fût le choix du prince, il était sur qu'en réjouissant une famille il déplairait à toutes les autres. Le prince a choisi par inclination mademoiselle Antoinette, fille du baron Ambroise de Leykan, chambellan et chevalier des ordres de S. A. R. le Grand-Duc de Bade, issue d'une famille noble de l'ancien Empire Germanique « et fils d'un homme d'état qui fit la plus honorable carrière politique au service de S. M. I. e R. A., a occupé pendant longues anneés la place de ministre á l'ancienne diéte germanique, et dont le frére est mort » (4) envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiare de S. A. R. Archiduc Maximilien d'Autriche, dernier electeur de Cologne. S'il a suffit que la personne choisie par le prince fût par cette seule raison, l'objet d'articles les plus grossièrement ridicules des journalistes liberaux, d'un autre coté la qualité d'étrangère « á Vienne a dû exciter dans la société de la capitale des acrimonies contre la famille de la princesse. Si ce fait n'est certes point de nature à troubler la tranquillité et la haute position du prince, sa delicatesse bien connue a dû cependant l'empécher de faire donner, par des bienfaits souverains à la famille de son épouse, des preuves de la part que S. M. I. a bien voulu prendre au nouvel etablissement de son ancien et fidèle serviteur ».

(4) Tudo quanto está entre aspas reproduz as emendas marginaes do proprio punho do principe de Metternich.

C'est dans cette occurrence que penetré à la fois du plus vif désir de remplir entièrement les vues de V. M. non seulement sans oublier mais en servant les interêts du Brésil et en même temps d'être utile au prince, vu l'amitié personnelle que j'ai pour lui, je lui communiquai, Sire, nos dispositions bienveillantes en lui suggérant moi-même l'idée à V. M. de lui faire l'honneur de nommer Mr le baron de Leykan, père de sa jeune épouse, son envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire près la Diète de Francfort. Connaissant parfaitement les sentiments de V. M. pour le prince de Metternich, ainsi que son empressement de faire tourner chaque circonstance qui se présente au profit de l'elevation de l'Empire du Brésil, qui lui doit son existence politique, j'aurais desiré que V. M. eût eté présent à mon entretien avec le prince de Metternich, pour la voir jouir de la satisfaction que j'ai moi-même ressentie en faisant les premières ouvertures dont le parfait accomplissement est entièrement reservé au souverain dispensateur des grâces qu'à force de bienfaits dont il m'a rendu l'objet, me met dans l'honorable impossibilité de lui rien demander pour moi, circonstance qui doit donner á V. M. la parfaite conviction que dans chacune de mes démarches je suis uniquement interessé aux avantages de V. M., qui sont et seront toujours connexes avec ceux de ma patrie adoptive. V. M. eût encore eté plus satisfait d'entendre le prince de Metternich me témoigner qu'en donnant suite à mes idées, (qu'il a eu le bon esprit de rapporter à la delicate amitié que V. M. lui a vouée) il serait parfaitement compensé si V. M. considérant la famille de son èpouse comme tout à fait bresilienne daignait accorder à son beau-père le titre de vicomte d'une des villes de son empire. Le prince m'a aussi temoigné le désir entièrement d'accord avec nos interêts brésiliens et avec les pleins pouvoirs dont V. M. m'a extraordinairement muni, vu ce qui s'est opposé á la nouvelle nomination du Major Scheffer, et vu la necessité indispensable qu'il y a de le faire remplacer provisoirement (en quoi le prince m'a promis de concourir avec moi pour aplanir toutes les difficultés) que j'autorisasse monsieur le baron de Leykan à se rendre dès ce moment à Francfort pour y exercer confidentièllement les fonctions d'agent du Brésil, ses premières démarches devant avoir pour but de calmer les

esprits des gouvernements de l'Allemagne trop prévenus contre la colonisation et de faire envisager cette dernière pour le seul coté favorable, c'est à dire, sous le point de vue d'une transmigration graduelle, legale et bien reglée de la surabondance de la population de cette partie de l'Europe; idée que j'ai dû embrasser encore plus comme brésilien et ministre de V. M. que comme ami du prince de Metternich. Les qualités estimables de Mr le baron de Leykan, qui m'est personnellement connu, son caractère loyal, son tact et son usage du monde ne me laissent aucun doute qu'il remplira dignement les fonctions de répresentant de V. M., guidé surtout, comme il sera, dans les nouvelles fonctions par les conseils de Mr le prince de Metternich, qui m'a declaré vouloir diriger toutes les démarches. « Les relations si proches dans lesquelles se trouve le baron de Leykan avec le prince de Metternich devront le placer en Allemagne dans une position dont les avantages pour le service de V. M. ne pourraient être compensés par nul autre employé ». Je dois néanmoins prévenir V. M. que si l'influence politique ... au baron de Leykan, les nouveaux liens de famille rendront sa nomination extrêmement utile pour les avantages qu'elle peut nous procurer en Allemagne; il est d'autant plus indispensable, pour que puissions en retirer tous les interêts, qu'il y ait une autre personne revétue du caractère public de chargé d'affaires près les Cours du nord de l'Allemagne qui soit à même non seulement de partager mes travaux diplomatiques dans cette importante et vaste partie de l'Europe, mais qui puisse en même temps fournir des lumières à Mr le baron de Leykan et à moi-même, lors qu'il sera question d'affaires commerciales ou concernant la transmigration des colons allemands pour peupler le vaste Empire du Brésil et y porter avec l'activité et l'industrie européenne les fruits de l'experience du vieux monde.

O documento transcripto está cintado por uma tira de papel, onde se lê, feito com a letra do marquez: Minuta de uma carta minha ao Imperador com relação ao barão de Leykan annotada pelo principe de Metternich.

E' o documento n. 2, a que se refere a carta do marquez de 1° de Dezembro le 1827.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Li com muito prazer as noticias communicadas por V. E. ao Nosso Augusto Amo em data de 28 de novembro, e constando-me que, pela veridica e judiciosa informação de V. E., estejam dissipadas todas as apprehensões, pretendo pôr-me a caminho 48 horas depois que aqui chegar o Senhor Infante e encontrar em Vienna a resposta categorica. Consta-me que V. E. retivera o coronel Dell'Hoste, para o expedir, com a referida resposta, na mesma corveta em que viera do Rio, e é para mudar de plano que eu me apresso em escrever hoje a V. E. esperando que as reflexões que vou submetter á consideração de V. E. merecerão a sua aprovação. Tendo eu os plenos poderes que faltavam á V. E. para Sardenha, como em tempo communiquei a V. E., não é mistér respostas do Rio uma vez que haja o sim de Sardenha. E como já temos a promessa de duas fragatas sardas, excusado é que eu me occupe de arranjar outros navios. Poderei, portanto, dispor de tudo a fim de S. M. A Imperatriz largar de Genova a 15 de abril e faremos ao Nosso Augusto Amo o mais distincto serviço, porque em negocio de tal magnitude cada dia de adeantamento pode valer um seculo. Nesta hypothese precisarei da corveta Duqueza de Goiazes para acompanhar as fragatas até a Madeira, donde a expedirei como aviso adeantado, podendo antes disso vir receber em França e Lisboa os muitos objectos, que são necessarios para o commodo e decente tratamento de S. M., evitando-se assim tambem as despezas de fretes a navios mercantes, além da incerteza de chegarem a Genova no prazo desejado. E' evidente que esta disposição não retarda, antes acelera a communicação da noticia categorica, porque vindo o coronel Dell'Hoste a Londres, aonde temos quatro paquetes para o Rio em cada mez, chegará pelo menos um mez primeiro do que embarcando em Liorne. Resumindo, pois, o meu raciocinio digo que continuando (contra a minha expectação) a suscitarem-se duvidas e explicações, e querendo V. E. expedir o Coronel com essas participações, pode muito embora seguir viagem na corveta; mas havendo: sim, convém que a

corveta fique e o Coronel se retire no paquete inglez, como agora acontece com o correio austriaco.

Deus guarde a V. E.

Londres, 8 de dezembro de 1827.

Marquez de Barbacena.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Marquez de Rezende.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Senhor.

Meu querido amo e meu Senhor.

Os negocios de Portugal apuram a paciencia de V. M. e dão cabo de mim. Estamos entre a bigorna e o martelo, entre ultra-liberaes e realistas; entre França e Inglaterra, entre a Santa-Alliança e os impios demagogos (que a muitos respeitos não são peiores que ella) entre Metternich e Canning (que estão como cão com gato) e aqui digo eu que a mesma teima que tem o gato ao cão, tenho eu ao cão e mais ao gato: de uns e outros leve o diabo a escolha, e não se pode ser juiz com taes mordomos. Os ultra-liberaes finjem amor a V. M. e cobrem-se com a Constituição para restabelecerem as obras mortas de Fernandes Thomaz; os ultra-realistas de Portugal só têm de bom o não finjir, porque sem mais cerimonia e tratando a V. M. de usurpador aclamam ao Senhor Infante. França intriga, bem que polidamente e encobertamente, como Hespanha e como a Austria, para o fim de ver se nesta atrapalhação leva a bréca a Carta; Inglaterra, não por liberal mas por seus interesses (sempre oppostos aos de França) quer já se sabe o contrario do que a outra; a Santa-Alliança, bem que desconjunctada quer ver se sem bulir nem offender o principio da legitimidade, rasga a Carta e apréssa o complemento da cessão que V. M. fez da Corôa de Portugal (pelo medo que tem do liberalismo de V. M.) desejando sobretudo encarar já o Senhor Infante como um provado corcunda na Regencia daquelle Reino; os impios demagogos e mais alguem que o não é, querem tudo menos S. A. R.; Canning e Metternich, já desafiados pelas questões da Grecia,

aproveitam a occasião, que lhes offerecem os negocios de Portugal, para jogarem cabeçadas. Se se pudessem ver todos estes touros de palanque, não haveria melhor divertimento do que estar nas trincheiras, assistindo a bulha, mas como por nossos grandissimos pecados (sendo os de V. M. os que fazem mais vulto, porque eu já quasi que não posso pecar) estamos na praça e não ha remedio senão fazermo-nos fortes e livrarmo-nos de alguma marrada; que sendo difficultosissimo compôr ou contentar a ambas as partes, e indispensavel tirar o meio proporcional que eu julgo ser isto, salvo meliori judicio: annular a ida do Senhor Infante para o Brasil, para que elle de facto a não annule, até por conselho desta santa Côrte, que com isto fica satisfeita e o ficaria completamente se S. A. R. obtivesse a Regencia, a qual a dar-lhe V. M. deve ser compensado todo e qualquer risco pela execução das promessas que me foram feitas, e pela nomeação de um ministerio indicado pela opinião publica de Portugal, aceito e apoiado por Inglaterra, e talvez mesmo apontado por ella para, assistindo ao Senhor Infante, neutralizar os tramas do partido chamado de S. A. R.; pôr além disso Beresford em Portugal, onde não só Inglaterra, mas o partido dos liberaes sérios de Portugal o desejam, nomeando V. M. para residir em Portugal com o titulo de ministro do Brasil, mas para apresentar e defender o que lhe convenha outro brasileiro honrado, intelligente e seu amigo, que não seja eu, que já daqui declaro, que só irei a Portugal nesta qualidade no caso unico de partir daqui o Senhor Infante para o não perder de vista, mas tirado esse caso, por nenhum motivo lá ficarei, para não dar gosto a canalha da maior parte dos meus parentes de me fazerem desfeitas. Quanto á vinda da menina para Vienna, digo que agradando ella aqui e sobretudo não sahindo S. M. daqui, até se concluir aqui mesmo o seu casamento, poderia ser util e não tem inconveniente, preenchidas todas as promessas e dadas todas as seguranças, e sem isso, não. Passando a detalhes direi que dos homens que lá me parecem em circumstancias de virem como ministros de V. M. a Portugal os que me lembram são, o visconde de Inhambupe, ou de Barbacena ou de Santo Amaro ou de Paranaguá; se lhe não parecer nenhum desses no caso de ser mandado por fazer falta, mande V. M.

outro desta qualidade e não de outra. Se alguem lhe disser que sendo V. M. Rei de Portugal, não deve mandar ministro junto ao seu vigario, respondo, meu Senhor, que quando o Brabante pertencia a Austria, e tinha um vice-rei como foi o Duque Alberto e sua Esposa a Arquiduqueza Christina, residiu junto a esse vice-rei um ministro austriaco, como residiu o principe de Metternich, pai do actual, depois delle o principe de Trautmansdorff, que ainda vive; mas torno a dizer, não me nomeie V. M. para essa missão porque eu arrimo os pés a parede e não a aceito nem mesmo por mezes. Tire-me V. M. daqui e mande-me para onde bem lhe parecer, excepto para Portugal.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta de fragmento de carta)

Meu querido amo e meu Senhor.

Devendo accusar o recebimento das duas cartas que V. M. I. fez a honra de escrever-me em data de 20 de junho e de 3 de julho do corrente anno e dar conta do que aqui tem occorrido relativamente ao seu importante conteudo, só hoje, e aproveitando a prompta e segura occasião que me offerece a partida de um correio chegado de Constantinopla e expedido pelo embaixador inglez para Londres, me é possivel fazel-o, sem correr risco de dar occasião a conjecturas muito mais incongruentes que um estado de incerteza ás quaes dão logar communicações imperfeitas, sobretudo quando estas versam sobre circumstancias melindrosas e que occorrem a grandes distancias do logar onde está a pessoa a que são referidas. Tendo as Gazetas da Europa, que até o fim do mez de agosto não cessaram de prognosticar a proxima chegada de V. M. a Portugal, começado desde aquella data a annunciar o projecto do casamento de V. M. com uma Princeza bávara, que as mesmas folhas diziam que ia ser pedida por uma pessôa que se não nomeava, mas que pretendiam que tinha vindo do Rio de Janeiro no ultimo paquete chegado a Falmouth, pessoa que diziam ter logo partido em direitura para Munich, estava eu na manhan de 11 de setembro á sombra das arvores, cheirando as flores do jardim, em que passei o verão, quando vi entrar esbaforido o secre-

tario désta Legação, annunciando-me a chegada de Carlos Mathias Pereira e tendo na mão uma carta que elle lhe tinha entregue para mim. Abrindo-a eu vendo que era de V. M. (que eu suppunha que estava de candeias ás avessas comigo), vendo o importante conteudo da carta, dos quesitos do barão de Mareschal e das respostas que se lhe deram e finalmente o decreto relativo ao Senhor Infante D. Miguel, bem pode V. M. fazer idéa da qualidade da surpresa que a leitura de tudo me foi successivamente fazendo. Depois de ler e reler tudo peguei em mim, sem cabeleira, com habitos de campo e de casa, parti para a cidade a ver se via o recem-chegado portador de tantas e tamanhas novidades. Passando, primeiro, por casa do Senhor Infante, pareceu-me S. A. tão surprehendido como eu ficara, e muito mais contente do que eu ficaria, se me déssem a prebenda de governar hoje em dia tres milhões de homens divididos em vinte mil partidos, e visinhos de doze milhões de castelhanos. Da casa do Senhor Infante fui á estalagem em que me disseram que estava Carlos Mathias, como o não achasse fui á casa do barão de Villa-Secca, que tambem estava longe de esperar tão grande novidade. Cançado de me espantar e de ver tanta gente espantada, fui á chancelaria de Estado ver o barão de Stürmer, pai, que na ausencia do principe de Metternich tinha a pasta, e que depois que ha trinta annos viu as barbas do Grão Senhor, ficou de então para cá tão inexpantavel, que sabendo de tudo e muito mais do que eu então sabia, não me falou senão no bom tempo e no bem que provavam este anno as aguas de Baden. Ao saír da Chancellaria fui chamado pelo conselheiro Wakan, que me mostrou, por ordem do principe de Metternich bem como o tinha feito ao embaixador inglez e ao barão de Villa-Secca, um transumpto de um officio do barão de Mareschal contendo somente o que dizia a respeito da nomeação do Senhor Infante. Saíndo emfim da chancelaria, tornei a tentar ver Carlos Mathias, que finalmente vi com oculos e tudo, e depois de desenferrujar a lingua, deixei-o quasi com o pé no estribo para a fazenda de Königwartz (?), na Bohemia, donde o principe de Metternich voltou no dia 25 passando por Wingierla, possessão junto ao Danubio, onde o Imperador estava, e costuma passar uma parte do estio. Tendo-me convidado

o conde de Lebzeltern, já depois da partida de Carlos Mathias e poucas dias antes de aqui chegar o principe de Metternich, para com o barão de Villa Secca termos uma conferencia não formal, visto ter-me V. M. levantado (até certo ponto) por ordem especial consignada nos apontamentos que me mandou, e que o barão de Mareschal tambem remettera para aqui, o interdicto que V. M. mesmo me tinha posto relativamente aos negocios de Portugal, não duvidei aceitar o convite, que até me offerecia occasião de eu começar a tratar a negociação que mais particularmente interessava a V. M. O primeiro ponto que se discutiu foi quem havia de fazer a notificação diplomatica. Como o barão não a podia fazer sem ordem do governo de Portugal, que era bem de presumir que não apressasse, como se não tem apressado em a mandar; ordenando-me V. M. na sua carta de 3 de julho, que eu *devia declarar desde já que seu irmão ia já governar Portugal* e finalmente sendo indispensavel a notificação, não duvidei fazel-a minutando-a ali mesmo tal qual foi, e V. M. verá da copia junta sob n. 1, a cuja nota o principe de Metternich mais tarde me respondeu, pela que me passou e tambem envio a V. M. por copia sob n. 2. Voltando ao mais que se passou na mencionada conferencia, informarei a V. M. que, discutido o primeiro ponto, passou o conde de Lebzeltern a ler-nos o esboço que elle tinha feito de uma proclamação que elle entendia que o Senhor Infante devia desde já dirigir daqui aos portuguezes, annunciando a sua firme intenção de manter a Carta Constitucional e de não tomar vinganças. Eu disse que posto que me não parecesse mui regular que o Senhor Infante fizesse acto algum de Regente, antes de chegar a Portugal e de ahi prestar o juramento prescripto aos regentes e de tomar por assim dizer posse das redeas do governo, que até então se suppõem estarem nas mãos da Senhora Infanta D. Isabel Maria, todavia não me opporia, vista a necessidade de socegar os espiritos, a que o Senhor Infante fizesse uma proclamação, e aquella que acabava de ouvir lêr, pedindo somente que se me acceitassem algumas pequenas emendas, em que o conde conveiu bem como nas que tambem offereceu o barão de Villa-Secca. Passou-se depois ao terceiro ponto, que foi se conviria que o Senhor Infante annunciasse tambem já daqui, ou ao menos

levasse já daqui feita, para publicar em Portugal, uma amnistia geral e sem excepção. Eu disse que se fazer S. A. daqui uma proclamação que apenas continha uma protestação de bons sentimentos me parecia pouco regular, me parecia muito mais irregular e muito menos util, nulla de pleno direito, toda e qualquer resolução que S. A., mesmo depois de estar em Portugal, tomasse de conceder amnistias, sem ter previamente ouvido a esse respeito o Conselho d'Estado, o que provei á vista da Carta Constitucional Portugueza, ponderando, depois, os males gravissimos que poderia occasionar uma amnistia que mettesse já para dentro de Portugal e antes de se terem tomado certas medidas, milhares de homens, que ainda ha poucos meses invadiram o territorio portuguez para deitarem abaixo as instituições legitimamente dadas por V. M., atrevendo-se a contestar a soberana auctoridade de V. M. naquelle Reino e a que um dia deve ter a Senhora D. Maria II, e proclamando seu Rei ao Senhor Infante D. Miguel, a quem ainda hoje dão este titulo e a quem tem procurado desviar da unica linha de conducta correcta por que deve marchar, tudo em desempenho do sacrilego juramento prestado por aquelles facinorosos debaixo da protecção dos seus alliados hespanhoes, eternos inimigos da nação portugueza. Isto que ponderei, bastou para remover pelo menos naquella occasião a idéa de uma amnistia que o barão de Villa-Secca seria o primeiro a rejeitar, se eu não tivesse tomado a palavra e que o conde de Lebzeltern somente offereceu á discussão por um impulso do seu optimo coração, que o faria perdoar até aos seus mortaes inimigos. Passou elle depois a pedir-nos o nosso parecer relativamente ao caminho que o Senhor Infante devia seguir na sua volta a Portugal. Tanto o conde como o barão opinaram pela ida de S. A. por Inglaterra, tanto por lhes parecer esta via mais facil como para que S. M. Britannica e o seu ministerio tão conjunctos com Portugal pudessem ter occasião de conhecer e a gloria de conduzir por assim dizer o Senhor Infante a Portugal. Eu confesso que então fui de opinião contraria, porque receei não só insultos da grosseira população ingleza e a má impressão que isso podia fazer no animo de S. A., naturalmente apprehensivo e sobretudo de tempos a esta parte, mas até algum ataque mais ponderoso da parte dos inumeros jacobinos inglezes e estran-

jeiros de que está cheia a Inglaterra. Offerecendo-me gratuitamente a sustentar o meu parecer em presença do Embaixador de Inglaterra, e como oppondo-me á via indicada e apoiada, me cumpria apontar outra praticavel, propuz ir o Senhor Infante a Trieste ou a algum dos portos de Italia embarcar ou numa fragata austriaca ou em algum dos vasos de guerra inglezes estacionados em Corfú...

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor

A bem entendida regra de se não deverem fazer dous relatorios do progresso de uma negociação, faz que eu me abstenha de narrar detalhadamente nesta carta o que mui bem exposto se acha na que o Marquez de Barbacena dirige a V. M. pela mesma via nesta data, e que elle conta verbalmente confirmar e com a maior miudesa quando tiver a honra de comparecer na Augusta Presença de V. M., que sem duvida se dignará approvar a resolução que tomei de reexpedir o cavalheiro del'Hoste logo que nos foi communicado pelo conde de Zepelin ministro de Wurtemberg a resposta desfavoravel da sua Côrte. Tambem espero que V. M. I. haja de approvar a resolução que egualmente se tomou, e em que não duvidei tomar parte, de fazer com que esta Côrte sobrestivesse até nova resolução de V. M. I. as ulteriores tentativas que se lembrava de fazer. Encarando esta negociação, seja pelo que respeita á natureza dos impedimentos que a tem entortado ou ao modo de julgar o actual estado da questão, e as medidas que convem tomar debaixo do mesmo ponto de vista pelo qual o Marquez as considera, assim como me lisonjeio como elle de que a negociação se possa endireitar, e que V. M. não lançará sobre mim o máu exito que tem tido até aqui as diligencias que V. M. não confiou á nossa direcção, assim tambem desejo e ouso pensar que V. M. dissimulará por prudencia o desprazer que lhe hão de naturalmente causar a noticia de uma tão prolongada serie de difficuldades, convindo eu tambem com o meu collega no verdadeiro affecto e interesse que terá por V. M. o

barão de Marechal. No que é relativo aos negociaos de Portugal ainda bem que posso e devo continuar a não emittir opinião alguma, que, aliás, não illucidaria a mente de V. M. I. pelo que toca a resolução de taes e tão importantes contextos. Seria loucura de minha parte mencionar como cousa digna de reparo ou de louvor a boa intelligencia que tem reinado entre mim e o M. de Barbacena, quando outras pessoas com quem eu não tinha as antigas ligações que tenho com o Marquez e que V. M. I. mandou aqui em commissões particulares viveram comigo na boa harmonia que elles certamente terão confessado, serve portanto a menção da minha boa intelligencia com o Marquez unicamente de prova de que eu não tenho outra ambição senão a de me conservar nas boas graças de V. M. I. a quem ingenuamente e sem egoismo como sem affectação ingenuamente confesso que me não acho bom senão para não fazer nada ou para fazer pouco, e só quanto pode fazer um homem de mediano ou menos que mediano talento, mui superficialmente enfronhado nas sciencias e muito menos nas artes ou artificios deste mundo, e que é sobre toda esta capacidade moral, nervoso, não tendo de bom senão um amor puro, sincero e mui antigo a V. M. I., author e conservador da minha fortuna, e a quem posto que de longe, acompanho em todas as occasiões, e seguirei em todas e quaesquer circumstancias.

Abonando quanto posso, devo e valho ao excellente coronel del'Hoste e não podende senão dizer bem do commandante do brigue Duqueza de Goyaz.

Deus queira guardar por longos e mui felices annos a preciosa vida de V. M. I. como todos os seus fieis subditos tanto desejamos e havemos mistér, e mui particularmente o que tanto preza a honrosa fortuna de ser

Senhor.

De V. M. I.

o mais humilde subdito e o mui fiel creado

Marquez de Rezende.

P. S.—Acabo de saber do novo ministerio que V. M. I. compoz em dias do mez de novembro. Não omittirei que li

com muito interesse a fala de V. M. no encerramento das duas camaras e que espero a cada hora a ratificação do tratado, que concluo já ter chegado a Londres.

Vienna, 14 de fevereiro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Meu querido Amo e Senhor.

Chamando em meu soccorro todas as luzes celestiaes para ver se uma faisca de sciencia infusa esclarecia o meu entendimento, como o de Salomão quando decidiu qual das duas mulheres era a mãi de uma creança, a fim de eu poder resolver com a mesma felicidade e facilidade o problema não menos difficultoso de quem tem a culpa de não termos achado uma princeza catholica ou hereje que queira esposar-se com V. M. I., quiz ver se podia como o sabio deslindar esta questão por meio de uma artificiosa proposição tendente a descobrir a verdade, e uma verdade tão importante. Tendo regressado a esta Côrte o Principe Gustavo da Suecia, filho do Rei Gustavo IV, que tem como já informei a V. M., duas irmans formosas e bem educadas, aproveitei uma occasião (a da entrega de um presente pela troca da ratificação de um tratado) em que pude falar com mais vagar com o Principe de Metternich, levantando algumas das reflexões que elle deixou caír em seguimento da noticia que me deu da grave molestia da Senhora D. Maria Thereza, para dextramente fazer caír a conversação sobre a necessidade cada vez maior do casamento de V. M., que trouxe naturalmente a recordação das diligencias infructuosas que se haviam feito e a menção das princezas que ainda não têm sido consultadas. Reflectiu o principe de Metternich que se se não haviam feito novas tentativas, fôra porque o marquez de Barbacena e eu tinhamos sido de opinião de sobrestar até ulteriores ordens de V. M. Nisto repliquei que tanto eu como o meu collega tinhamos entendido não dever progredir por nossa parte até termos instrucções, por onde nos pudéssemos governar para continuar uma negociação de tal importancia e tanta delicadeza;

mas que S. A. obrando em nome do Imperador seu amo e sogro de V. M., a que V. M. inteiramente se confiou, não estando por isso adstricto ou cinjido como nos á lettra das ordens e instrucções de que fomos munidos, nenhum obstaculo o podia impedir de caminhar, segundo lhe parecesse mais acertado. O principe de Metternich disse que era sua intenção falar a S. M. I. e R. A. a este respeito; e passados dous dias chamou-me para me communicar que estava auctorizado a falar ao Principe Gustavo, em cujas irmans, que eu fiz sobresaír, me tinha antecedentemente falado com apparencias de opposição. Conversando eu no mesmo dia com Mr. de Ghentz, e vindo naturalmente a caír a conversação no assumpto que acabo de tratar, encareceu o sobredito conselheiro a facilidade com que se podia emprehender a nova tentativa, fez o elogio da Casa Real das Princezas de Suecia de que se trata; considerou o Principe seu irmão como uma creatura de S. M. I. e R. A. e summamente dependente do Principe de Metternich, e o general Tetenborn, ministro de Bade, e o barão de Porlier, camarista do Principe Gustavo como as duas pessoas mais influentes no animo de S. A. R., e que pelas connexões antigas e intimas que têm com elle Ghentz o punham no caso de se poder com elles abrir e sondar o animo do Principe Gustavo a semelhante respeito. No outro dia pela manhan recebi o bilhete, cujo original incluo sob n. 1, e quando eu me dispunha a passar, em consequencia do seu conteúdo, á casa do general Tetenborn, entrou este meu colega em minha casa, onde depois de discorrer sobre o assumpto de maneira a fazer-me crer que a negociação não apresentando obstaculos insuperaveis, não era, todavia, tão facil como Mr. de Ghentz julgava, me prometeu fazer da sua parte quanto pudesse em ordem a conseguir o fim desejado. Tendo-me já então feito saber o Principe de Metternich que havia falado com o Principe Gustavo, a quem havia achado bem disposto, insinuando-me que pedisse uma audiencia a S. A. R., que solicitei por intermedio do meu referido collega na conferencia de que dou parte, e que se.....observando eu ao general quanto conviria que eu fosse em pessoa o portador da carta que o Principe Gustavo houvesse de escrever a Suas Augustas Irmans, para ter a occasião de as conhecer e dar com perfeito conhecimento

de causa todos aquelles esclarecimentos que ellas pudessem exijir para poder dar uma prompta e favoravel resposta. Respondeu-me Tetenborn como quem abraça o mesmo meio, mencionando-me até o barão de Bestein, ministro do Interior de Bade, como o maior amigo do Principe Gustavo e o director de suas irmans: nada mais se passou. Indo depois á casa do Principe de Metternich ahi me confirmou S. A. as boas disposições do Principe Gustavo, que me disse que ia escrever para Carlsrhue, parecendo ao Principe de Metternich que eu não devia por agora ir áquella Côrte, por isso que a minha presença ali, sobretudo depois de se ter falado tanto no casamento de V. M. I. podia excitar a attenção da sobredita Côrte, dividida em sentimentos a respeito das pessoas da antiga familia Real de Suecia, circumstancia que deu motivo ao estabelecimento do Principe Gustavo nesta Côrte, para onde passou todos os bens que restam á sua familia. Isto não obstante, disse-me o Principe de Metternich que se acaso o Principe Gustavo conviesse na minha ida, elle de sua parte assentiria em que eu partisse. Pelas 10 horas da noute recebi o bilhete do general Tetenborn que tenho a honra egualmente de remetter a V. M. sob n. 2, e parti no outro dia á hora marcada para a casa do Principe Gustavo. Antes de falar com S. A. R. tive uma longa conversação com o seu camarista e intimo amigo M^r. Porlier, que Ghentz e Tetenborn me haviam inculcado, o qual depois de ouvir com attenção me disse que o Principe seu amo tinha por uma fortuna o partido brilhante que se offerecia a uma de suas Augustas Irmans, que ambas erão bellas, judiciosas e mui bem educadas por uma virtuosa mãi e na escola da desgraça, que o Principe estava a ponto de escrever-lhes para sondar as suas disposições, que não podia saber quaes serião; que era possivel que a grande distancia e a absoluta separação do Principe Gustavo as fizesse hesitar; que sendo tambem possivel que ellas houvessem de desejar ter uma idéa perfeita do caracter de V. M., seria conveniente que eu sobre tal ponto me estendesse na conversação que ia ter com o Principe, observando-me por esta occasião o barão que exercendo a calumnia a sua acção mui particularmente sobre a conducta dos principes, e achando-se quem está tão lonje da Europa, como V. M., na impossibilidade de desfazer

com a sua presença as névoas com que a malignidade tem procurado denigrir tudo até mesmo as mais gloriosas acções de V. M., elle barão entendia que a primeira obrigação de um ministro do Brasil era, sobretudo em tal circumstancia, de dissipar todas e quaesquer más impressões que houvesse a semelhante respeito; finalmente que sendo o Principe de Suecia representante do Principe que mais favoreceu o protestantismo na Allemanha e sendo esta religião a do Principe e suas irmans, bem como é a da nação sueca, onde S. A. R. deseja conservar a afeição de que precisa para recuperar ali um dia os seus direitos, não só eu devia desde já ficar na intelligencia de que nenhuma das duas irmans do Principe Gustavo se atreveria a mudar de religião para casar com V. M., mas que era indispensavel que eu pudesse, na Audiencia que ia ter com o Principe Gustavo, provar a S. A. que a circumstancia de serem as suas irmans protestantes e de se conservarem naquella religião, não encontrava obstaculo nas leis fundamentaes da monarquia brasileira, e concluindo-se a minha conversação com o barão Porlier por se mostrar elle, bem como se mostrou o Principe de Metternich, opposto a minha ida a Carlsrhue. Admittido á presença do Principe Gustavo juntamente com o barão Porlier (que assistiu por pedido meu a toda a conferencia) nella me expliquei nos termos em que devia, não me atrevendo a transcrevel-os todos para não alongar ainda mais esta carta. O Principe Gustavo disse-me que a proposição, que lhe fizera dous dias antes o Principe de Metternich, o tinha ao mesmo tempo lisongeado e admirado sobremaneira, visto que por um lado tendia a honrar a sua familia com uma alliança tão illustre e brilhante, e que por outro lado elle não esperava, pela circumstancia de ser V. M. catholico e as duas Princezas de Suecia protestantes; que estimava muito saber que as leis do Brasil se não oppunham, bem como se não oppõem as leis ecclesiasticas, a semelhante alliança; que entretanto era bem de crer que suas irmans se não resolvessem a responder categoricamente sem ter a certeza de que V. M. se não oppunha a ter por esposa uma pessoa de differente religião. Aqui interrompi eu o Principe para lhe observar que o Senhor D. João VI entabolara uma

negociação tendente ao casamento de V. M. com uma princeza russa, e debaixo da condição que ella poderia continuar a professar a sua religião, negociação que não teve effeito por outras circumstancias, observando mais que parecendo-me que as circumstancias decidirião provavelmente V. M. a tomar hoje uma egual resolução, via em todo o caso que seria util para não perder tempo que aquella das duas Princezas que houvesse de acceitar a mão de V. M., debaixo da precitada condição, se dignasse fazer-me assim constar confidencialmente para que eu da mesma maneira pudesse quanto antes participar a V. M. e pedir-lhe as suas ordens. S. A. R. conveiu nesta necessidade, e, seguindo o fio do discurso, disse-me que removido por meio indicado o obstaculo, que á primeira vista apresentava a questão da differença de religião, poderia qualquer das duas princezas considerar um invencivel na distancia que para sempre separaria delle a que houvesse de passar ao Brasil. Um signal de intelligencia que me fez o barão de Porlier resolveu-me interromper pela segunda vez o Principe Gustavo para dizer a S. A. R. com uma franqueza que elle não podia deixar de tomar em boa parte, que poderia apresentar-se outro obstaculo de que S. A. R. delicadamente não fazia menção, produzido pelos tramas com que a malevolencia tem procurado denigrir as acções de V. M. e que talvez tenha sido causa ou pretexto de recusas que temos experimentado, o que me impunha a rigorosa obrigação de tocar num ponto tão melindroso e tão delicado. Fazendo-me cargo da pouca impressão que fazem apologias que se não fundam em provas materiaes, lancei mão da obra intitulada — Correspondencia de D. Pedro I com o defunto Rei de Portugal D. João VI — seu Pai, para apoiar a pintura que fiz do caracter e mais qualidades de V. M. no melhor retrato seu, que é o que V. M. desenhou. O Principe Gustavo disse-me que, não suppondo que houvesse na sua familia idéas desfavoraveis á pessoa de V. M., estimou, todavia, ter o conhecimento exacto que eu lhe acabava de dar, para o communicar a Suas Augustas Irmans; e tocando eu a questão da minha ida a Carlsrhue e offerecendo o plano de a poder verificar disfarçadamente, o Principe depois de lançar os olhos sobre o barão de Porlier, persistiu em que era arriscada a minha

projectada empreza, e que era preciso esperar antes de dar outro algum passo pela resposta da primeira carta que elle escrevera para Carlsrhue: e com isto se concluiu aquella audiencia, desculpando-se na casa de fora o barão de não ter apoiado o meu plano, por lhe occorrer ao mesmo tempo o muito mais acertado de ser o Principe quem partisse para Carlsrhue, plano de que me pediu segredo por outros motivos particulares, e que, a julgal-o de boa fé, podia suppor que fossem relativos ás questões que S. A. R. tem tido com o embaixador de França que lhe negou o mencionado tratamento. Em tal caso resolvi-me a re-expedir J. J. F. de Araujo, até para ver se a noticia desta re-expedição tornaria o Principe de Metternich mais activo ou mais sincero. Elle, que, já na véspera, estava por mim prevenido de que talvez partisse no outro dia o mencionado official da secretaria d'Estado, mandou pedir-me que o demorasse mais algumas horas, no que convim. Passando na mesma tarde por casa de Mr. de Ghentz, disse-lhe o que havia passado, e que elle julgou ou finjiu julgar um grande avanço, persistindo como dantes na opinião de eu não dever por agora partir para Carlsrhue, e, comquanto a importancia de um papel, cuido que relativo ás questões da Grecia (que occupam hoje exclusivamente as attenções deste governo) que elle estava minutando, me impedisse tratar mais longamente a nossa mais importante questão, jurou-me elle que hoje de manhan falaria novamente com Tetemborn áquelle respeito, escrevendo-me hontem de manhan o bilhete que tenho a honra de remetter a V. M. com o n. 3. Respondendo-lhe eu que as minhas occupações me faziam preferir o vir elle á minha casa, veiu elle effectivamente dizer-me que tendo estado com aquelle general, ambos tinham convindo que era preciso que o barão Porlier partisse para Carlsrhue, e que para este effeito elle Tetemborn ia já dispor o Principe Gustavo, e que partindo o camarista primeiro, poderia eu depois seguir o mesmo caminho. Eu disse a Ghentz que francamente falando, eu não tinha até agora dado algum certo para julgar *secundum allegata et probata* que a Austria em vez de procurar favorecer, empecia o casamento de V. M. I., mas que como homem ou a julgar segundo indicios não podia deixar de desconfiar da sua boa-fé notando o muito que ha

a notar na sua conducta a tal respeito. A isto veiu Mr. de Ghentz com os mesmos protestos e asseverações, que, em consequencia de uma egual observação, fizera ao marquez de Barbacena, que elle agora, como já ha mais dias, me disse que considerava possuido de mesmas apprehensões que eu lhe manifestava, circumstancia, accrescentou Ghentz, que pode ter por effeito o perder o vosso amo a confiança que poz na Austria. Eu reflecti a Mr. de Ghentz que se elle receiava o effeito das apprehensões do marquez de Barbacena e das minhas, devia ter persuadido ao Principe de Metternich que as contrapuzesse, não digo já deparando uma noiva a V. M. I., mas fazendo as coisas mais dextramente e mais diplomaticamente do que fez. Pode ser, disse eu, que um homem que teve artes para dar a Bonaparte, quando todos o julgavam casado, uma arquiduqueza, não pode achar em toda a Allemanha e Italia uma princeza para o Imperador do Brasil; mas porque se limitou, sobretudo depois de ver malogrado o effeito das primeiras tentativas, a seguir o mesmo trilho de cartas desacompanhadas de outras medidas; mostrando-se sempre frio quando lhe falo em tal negocio; embaraçando que eu fosse a Turim por minha conta e risco e não consentindo agora que eu vá a Carlsrhue. Tudo se explica pela observação, que eu sei que elle fez ao Principe Gustavo, de que em breve esperava do Rio respostas relativas á questão de differença de religião, e pelo embaraço com que S. A. R. me falou. As respostas que o Principe de Metternich espera, são as que lhe trará o correio que mandou ao Rio de Janeiro. Não é crivel que S. A. quando contava achar princezas catholicas se lembrasse de mandar de proposito ao Brasil um correio para perguntar se meu Amo quereria casar com uma princeza protestante; eu sei o que elle recommendou, e de que me não deu conhecimento, e foi que se instasse para obter de meu Amo o complemento da abdicação e a vinda de Sua Filha para Vienna sem o onus de lhe haverem de mandar, antes disto se effeituar, (nem provavelmente depois) o *sim*, de que elle poz tudo dependente. Sei, mas não vol-o digo ainda, o motivo por que o Principe não quererá que o Imperador se case ou porque quererá guardar esta carta para a jogar mais tarde. O que vos digo é que ou o Principe de Metternich é velhaco,

e então Deus nos livre de o ter por procurador, ou o Principe de Metternich é insensivel, por não contrariar esta opinião que geralmente tem, e que, não só no negocio em questão, mas em outros que lhe dão mais que fazer, lhe pode ser funesta. Ghentz esteve pela segunda alternativa, e apoiou as suas razões em factos recentes com que quiz provar que o Principe não tomando a peito o nosso negocio e deixando-o cozinhar por Merey, que nunca amou a V. M., é S. A., na sua opinião, um homem aturdido por negocios, a quem, algum tanto por sua culpa, falta o tempo para os tratar bem e que só quando, como agora a respeito da Russia, se vê repentinamente encalacrado, conhece o seu defeito e os embaraços em que se metteu. Ghentz, levantando-se, disse-me que Tetemborn tratava de obter a immediata partida de Porlier para Carlsrhue.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Meu querido Amo e Senhor.

Pensando eu ha cousa de 6 para 7 mezes que, na qualidade de verdadeiro amigo de V. M., me cumpria representar-lhe quanto conviria que V. M. procurasse reparar, de modo possivel, a sempre lamentavel perda que V. M. e o Brasil experimentaram com a morte de S. M. a Imperatriz, que Deus haja, preparei uma carta, que eu cuidava que tinha tido a fraqueza de annular, quando por esse meio tempo, recebi uma reprehensão formal em resposta á primeira carta confidencial que tinha tido a honra de dirijir a V. M.; mas vejo agora com prazer, lendo a que V. M. me fez mercê de escrever-me em data de 20 de junho, que o meu amor foi mais forte e mais vivo do que então fôra o meu capricho e do que presentemente é a minha memoria, e que V. M. com uma longanimidade superior ás minhas enfadonhas e superfluas rabiscas, pagou as boas intenções com que as fiz, escrevendo-me, além da mencionada carta com que me favoreceu, a que primeiro recebi e de que foi portador o commendador Carlos Mathias Pereira. Ambas se referem ao importantissimo objecto do casamento de V. M., e a ultima com as illucidações

que a acompanham, comprehende tambem o que diz respeito á nomeação que V. M. Houve por bem fazer ao Serenissimo Senhor Infante D. Miguel de Regente e seu Lugar-Tenente em Portugal. Estas duas soberanas resoluções de V. M. fizeram no animo de S. M. o Imperador d'Austria, no do Principe de Metternich e de todas as pessoas que têm influencia nesta Côrte a melhor impressão. Tratava-se de dar paz interna e externa a Portugal; e que mais se podia desejar do que o que V. M. declarou a bem de Portugal e do Brasil? S. M. o Imperador d'Austria tomou, primeiro que tudo, em consideração o negocio, que interessava mais particularmente a V. M., e comettendo-o a Imperatriz, Sua Esposa, a separou pela primeira vez da sua companhia para que ella fosse a Salzburgo tratar o casamento de V. M. com a Rainha Viuva da Baviera. A entrevista das duas Augustas Princezas provou o ardente desejo que ambas tinham de renovar allianças de tão doce recordação; mas achando-se uma das Princezas de Baviera promettida ao duque de Nassáu; e tendo a outra uma repugnancia invencivel a passar o mar, voltou S. M. a Imperatriz d'Austria a esta Côrte no dia 3 de outubro, véspera do dia do nome de Seu Augusto Esposo, com o dissabor de não ter podido ajustar a união que se pretendia entre as duas Augustas Familias. Para logo cogitou S. M. o Imperador da Austria outra união dentro da Sua Mesma Familia, lembrando-se da Princeza Marianna de Saboia, filha do defuncto Rei da Sardenha e da Rainha Maria Thereza d'Este, sua esposa, Arquiduqueza d'Austria e cunhada de S. M. I. e R. A., por ser filha da Senhora Arquiduqueza Beatriz, hoje Duqueza de Massa e Carrara, viuva do ultimo duque de Modena e Mãi da Senhora Imperatriz.....(*) que Deus haja, terceira Esposa de S. M. o Imperador d'Austria. A Princeza que S. M. I. e R. A. suppõe que poderá fazer a consolação de V. M. e a educação de Seus Augustos Filhos tem.....(*) annos; é mais formosa e de uma raça mais fecunda que a Augusta Dinastia de Baviera; recebeu e aproveitou uma educação optima e austera, de que foi testemunha ocular o honrado barão de Villa-Secca em Sardenha, onde residiu como ministro de Portugal junto a Côrte de Saboia, proscripta por

(*) O pontilhado está na minuta.

Bonaparte, e é dotada de talentos e de uma piedade hereditaria e que neste e no seculo passado tem caracterisado as Senhoras de Sua Augusta Familia. Por todas estas razões e pela idéa que eu tinha de que V. M. se não poderia dispensar de passar a segundas nupcias, e de que se encontrarião difficuldades, que se não podem vencer, de esposar uma Princeza de Baviera, tinha eu de antemão procurado sondar pelo conde de Pralorme, ministro de Sardenha nesta Côrte, o animo da sua e da Princeza Marianna áquelle respeito. Uma viajem que o conde fez naquelle tempo a Turim offereceu-lhe occasião de sondar o terreno e de achar, e me dizer que a idéa, tal qual elle podia emitir naquelle momento, não tinha encontrado repugnancia, desejando-se somente saber as vantajens que V. M., segundo o costume da nossa Côrte, traria, pelo seu contracto matrimonial, á sobredita Princeza. Nestes termos, me disse o mencionado conde, que estava o negocio, quando, á volta da sua digressão á Turim, falou comigo nesta Côrte, horas depois de me constar a impossibilidade que se encontrou em se ajustar o casamento de V. M. na Casa Real de Baviera. Não passou um dia sem que o principe de Metternich, abrindo-se inteiramente com o sobredito ministro de Sardenha, lhe contasse o que havia e lhe falasse no que se projecta. Repetindo então o conde de Pralorme o que me havia dito, e que fica referido, assentou com elle o principe de Metternich em que seria mais agradavel a seu Augusto Amo que S. M. o Imperador d'Austria expuzesse a S. M. Sarda em carta confidencial o negocio em questão, e que dou e devo, sem a mais pequena duvida, dar por feito, mas de que por formalidade espero a cabal conclusão, que somente se saberá pela resposta del-rei de Sardenha para re-expedir o cavalheiro dell'Hoste prevenindo desde já a V. M. que a querer desposar a sobredita Princeza, convém que mande remetter á pessoa que Houver por bem nomear seu embaixador adhoc, além dos documentos semelhantes aos de que fui entregue, uma procuração especial para quem houver de representar a V. M. no acto do seu casamento, que deverá ser el-rei de Sardenha, dando ao sobredito monarca o poder de a substabelecer em quem quizer. A' pessoa que V. M. nomear seu embaixador passarei a baixela de prata, *plateau* e mais

serviços de mesa, que por uma casualidade, daquellas que poucas vezes se encontram, achei, e comprei já feita e por pouco preço, e a que mandei immediatamente por as armas de V. M., podendo o embaixador que V. M. Houver por bem nomeiar, servir-della durante a embaixada, e aproveital-a para o serviço da futura Imperatriz na sua viajem e para o de V. M., que não achará facilmente um soberbo plateau e um magnifico serviço de prata em fôsco para 40 pessoas, e um serviço de prata lisa, mas mui bem talhado para 12 pessoas pelo diminuto preço de 36.000 cruzados, dos quaes já paguei 12, gastando, o que preenche a somma de 4.000 libras esterlinas, que aqui faz, pelo cambio, 38.000 florins, moeda de convenção, ou 39.000 cruzados, pouco mais ou menos, credito que recebi de Londres, com o brigue Duqueza de Goyaz, e com o cavalheiro dell'Hoste, (que janta todos os dias em minha casa) e com o jantar diplomatico do dia dos annos de V. M., como provarei com as contas que hei de dar. Não devo occultar a V. M. que o Principe de Cassaro, ministro de Napoles me veiu, e até foi falar ao Principe de Metternich numa Princeza napolitana para V. M., referindo-se á excusa da Princeza bávara, que apesar de todas as cautelas, já sôa, como soôu no publico a idéa que V. M. teve de formar aquella união. Meternich, que não vai para aquella união, descartou-se do sobredito ministro, perguntando-lhe se tinha ordem expressa da sua Côrte para fazer a mencionada proposta, o que elle mui bem sabia que o Principe de Cassaro lhe não havia de confessar, como effectivamente não confessou, posto que tivesse, como eu creio que teve, a sobredita ordem: eu excusei-me de enunciar a minha opinião a respeito da offerta dizendo que eu não sabia nada das intenções de V. M. a semelhante respeito.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Londres, 13 de março de 1828.

Meu querido amigo.

Aqui cheguei a 3 do corrente e seguirei a 18 para o Rio de Janeiro, havendo recebido hontem do Nosso Augusto Amo cartas, officios, diplomas, etc, etc, que tudo chegará a mão

de V. E. pela 1ª e 2ª via; sendo aquella remetida pela fragata Isabel em direitura a Genova, e esta por um correio d'Esterhazy. Cada vez estou em maior cuidado sobre os effeitos que produzirão no Imperial animo as noticias de Vienna. O sentimento será tanto maior quanto o respeito e consideração verdadeiramente filial do Imperador para com o Seu Augusto Sogro é sem par. Nem as cartas de V. E. nem as minhas palavras poderão aquietar o amor proprio offendido; e convenhamos entre nos que causa necessariamente espanto o triste resultado das diligencias d'Austria; e só quem como nos conhece o caracter de S. M. I. e R. A. e presenciou toda a transacção pode convencer-se da sinceridade e boa-fé empregada em tão melindroso negocio. Antes mil vezes no exercito do Sul, sofrendo penas e privações de todo o genero do que empregado em taes commissões, quando são acompanhadas de tão infeliz resultado. O Senhor Infante chegou a Lisboa no dia 22 de fevereiro, e vai desempenhando a sua palavra com a maior firmeza e acerto para a confusão dos facciosos de todos os generos. O marquez e a marqueza de Loulé chegaram a esta capital, e supposto não fossem apresentados na Côrte receberam visitas do duque de Wellington, alguns ministros, etc. Hoje mesmo deu Beresford um jantar ao amavel par, e ha grande convite para a noute. O convite é para um *rout,* e eu tambem tive cartão. Nosso Amo não se esqueceu de mandar a Ordem de Santa Isabel á princeza de Metternich, e eu tomara já saber do restabelecimento de S. A. Espero que V. E. não perca a occasião de apresentar meus respeitosos cumprimeintos ao principe e á princeza. Tambem peço que me recommende ao barão de Villa-Seca, e saudades muitas a amavel familia, áonde V. E. bebe cerveja todas as noutes. Das pessoas me não esqueço, mas como achar agora as letras com que se escrevem nomes polacos? Adeus, meu caro Snr. Rezende; até outra occasião. Sou e serei sempre de V. E. amigo e obrigado creado. M. de Barbacena.

P. S.— Um abraço a cada um dos Snrs. Almeida, Santo Amaro e Belens.

P. S.— O nosso amigo Calmon está em vésperas de estoirar com o trabalho, labirinto em que o meteram; e assim

mesmo me escreveu duas linhas, pedindo que o recommendasse a V. E., a quem escreverá mui brevemente. Coitado! Se vence este anno, tem vida para um (5).

P. S. 14 — Agora acabo de receber carta do Conselheiro Gomes de 21 de janeiro; o Imperador bom; a Rainha muito melhor e com esperanças de breve restabelecimento; o resto da Familia Imperial de perfeita saude. Não me atrevo a falar no mais, e tenho a maior compaixão do desgosto que soffrerá Nosso Amo com as noticias de Vienna.

P. S. — Não esqueça, meu rico amigo, de seguir o expediente que adoptamos na occasião da perola (?) visto que o mal não é feito de proposito ou por desconfiança, mas por mera ignorancia das formulas.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

Depois de ter tratado na carta que tive a honra de escrever a V. M. com data de 6 do corrente do que era relativo ao importante negocio do seu casamento, darei nesta carta conta em separado do mais que tem occorrido e diz respeito aos negocios de Portugal.

Tendo, segundo informei a V. M. communicado o visconde de Itabayana e eu a Lord Dudley a intenção em que estavamos de escrever ao Senhor Infante, e approvando elle este passo, passámos para o mesmo fim á casa do principe Esterhazy, que semelhantemente approvou a sobredita resolução, mas indo depois ter com o duque de Wellington para o mesmo effeito, achamol-o discorde dos dous, fundando-se a sua divergencia na incompetencia em que elle nos considerava como brasileiros de intervirmos nos negocios de Portugal, e no receio que elle mostrou ter que o nosso projecto a ter effeito fosse servir de causa de maior exaltação do que a que presentemente ha já em Portugal. Não nos impedindo, todavia, a discordancia do duque de começar a execução da

(5) Falta uma palavra, que pode ser «seculo».

medida que haviamos projectado, tratamos de coordenar a minuta da carta para S. A. R. na forma que nos pareceu mais conveniente, e que V. M. poderá melhor julgar pelo conteudo do documento junto sob n. 1 cuja peça fomos apresentar a Lord Dudley e ao principe Esterhazy, que a approvaram, confessando o principe que a sua Côrte dissera mais do que nos diziamos. Não pensou assim o duque de Wellington quando della lhe demos conhecimento, persistindo tenazmente na sua primeira opinião, ainda antes de saber as forças do documento, e preferindo á ouvir ou a ler a traducção em francez, a leitura do texto original, que provavelmente não entendeu, por estas causas e talvez por estar prevenido contra a mencionada medida por alguem que delle se quiz servir para indirectamente a empecer. Voltando para casa incertos do que mais conviria fazer, mas firmes em não limitar a defesa dos direitos de V. M. a diligencias talvez estereis e certamente pouco airosas junto ao ministerio da Austria ou de Inglaterra, que eram as medidas que nos apontou o duque, occorreu-nos um estratagema usado e de que immediatamente lançámos mão e puz em pratica na conversação que tive com Esterhazy, cuja visita interrompeu o meu entretenimento com o meu collega, sendo o principe com bem pouco intervalo seguido pelo marquez de Palmella, com quem provavelmeinte já estava ajustado. Eu contei-lhes em tom de maior franqueza o que elles pretendiam saber (ou talvez já saberião) que era o que haviamos passado com o Duque de Wellington, e declarando-lhes que comquanto em tal caso, tinhamos o meu collega e eu por mais acertado não darmos o passo projectado, avisariamos conseguintemente o nosso agente em Lisboa para officialmente se dirigir ao Governo Portuguez a fim de lhe pedir peremptoria e mui categoricamente as devidas explicações sobre os diarios acontecimentos succedidos em Lisboa e a cabal satisfação dos insultos perpetrados contra a sagrada pessoa de V. M. na sobredita capital, declarando como fizeram os ministros d'Austria e de Inglaterra, que se despojaria do seu caracter publico e sairia de Portugal, logo que houvesse qualquer manifesta usurpação dos direitos de V. M. Os dous visitantes que estavam longe de esperar por um semelhante resultado da opposição que fizera o Duque ao nosso primeiro proposito, trataram de oppor á resolução muito

mais importante que eu acabava de lhes annunciar (e contra a qual se não podia oppor a pécha de incompetencia) a differença entre o caso dos ministros dos dous soberanos que bradaram contra aquillo de que seus amos tinham noticia, e as circumstancias em que nos achavamos por não ser V. M. sabedor ainda do que tem havido em Portugal. Eu respondi que por estas contas e não se admittindo para este caso a validade das instrucções preventivas, como se admittiram em Paris no anno de 1814 as de que se achava munido tambem por causa de egual distancia da sua Côrte o conde de Funchal, chegar-se-ia ao absurdo de que V. M., que é a parte principal, ficaria sendo neste como nos demais casos, espectador mudo, porque as suas ordens tomadas com conhecimento de causa, nunca poderião chegar em tempo util. Passando por falta de resposta a opporem-me como objecção que a medida era prematura; foi-me facil combater esta asserção pelas simples argumentação de que mal poderião Inglaterra e Austria chamar precipitada a uma medida em tudo conforme a que elles tomaram ha mais de um mez, como S. A. e S. L. mui bem sabiam, e por isto era inutil que eu lhes provasse á vista da copia das notas entregues (em conformidade das instrucções que eu tambem lera) pelo conde de Bombellas e por Mr Lamb ao visconde de Santarém. Querendo ainda o principe Esterhazy tentar um meio de me capear pediu-me (como já fizera o duque de Wellington ao meu collega e a mim), que lhe quizesse mostrar as minhas instrucções; a que respondi que o faria quando eu o julgasse conveniente, porque S. A. bem sabia que não ha obrigação de mostrar senão Plenos Poderes; assentaram portanto os dous visitantes mencionados (depois de eu ler a Palmella a minuta da carta para o Senhor Infante) em me pedirem que fizesse aquillo mesmo que elles tinham vindo com tenção de impedir, porque com razão que a resposta (?) á sobredita carta confidencial para o Senhor Infante era passo menos forte que a declaração que houvesse de fazer o nosso Consul ao Governo de Portugal.

Saindo elles sem ulterior explicação da minha parte e tendo eu informado de tudo ao meu estimavel collega, assentamos depois de maduras considerações que deveriamos agora persistir em não nos dirigirmos a S. A. R., pondo a effeito a idéa da declaração ao Governo Portuguez pelo nosso sobre-

dito consul. A communicação desta resolução que o meu collega confidencialmente dirigiu ao duque de Wellington na carta que para este effeito lhe dirigiu, foi seguida da medida, que egualmente tomamos de commum accordo, e que foi de dirigir ao conde de Beaurepaire o officio que ajunto por copia sob n. 2, e o officio que o meu collega dirigiu ao M. de Palmella para o prevenir de que não tendo chegado noticias satisfactorias do estado das cousas em Portugal, se via na necessidade de appellar para as que pelo proximo paquete houvesse de receber do nosso consul em Lisboa, antes de tomar qualquer decisão relativa ao pagamento do dividendo.

Estavam as cousas neste estado quando na manhan do dia 2 do corrente, recebemos convites de Lord Dudley para lhe irmos falar em sua casa. Vindo pouco depois á nossa o principe Esterhazy, percebemos pelo modo por que elle se explicou que o paquete que tambem hoje se nos annunciava ter chegado de Lisboa, donde partira no dia 27, trouxera noticias mais assustadoras, idéa em que nos confirmamos quando depois de sair S. A. recebeu o meu collega um officio do nosso sobredito consul remettendo um decreto do Senhor Infante com data de 25 de abril, é o primeiro em que se qualificou a rubrica de A com o titulo de « Real », notando além desta novidade a de outra não menos proeminente qual a de se não invocar a authoridade de V. M. no sobredito documento, o mais e mui essencial que V. M. verá do seu conteudo na copia que tenho a honra de ajuntar sob n.

O que foi e occorreu em consequencia deste tão perfido e insensato arrojo, será assumpto de outra carta, limitando-me nesta a remetter a V. M. a carta inclusa que me entregou o conde de Sampaio, e que elle me disse conter os sentimentos de sua fidelidade e adhesão a V. M., que elle veiu repetir ao V. de Itabayana e a mim.

Deus guarde por muitos e felizes annos a Sagrada Pessoa de V. M. como seus fieis subditos anciosamente desejamos e havemos mister.

Beija as Augustas Mãos de V. M., seu muito humilde subdito e mui fiel creado

Marqz. de Rezende.

7 de maio de 1828.

Do marquez de Resende a d. Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

A favor da proxima futura occasião que me offerece a partida do paquete, rectificarei algumas idéas que sobre o importante assumpto do casamento de V. M. communiquei ao conselheiro Francisco Gomes da Silva. Pelo que respeita aos documentos ou diplomas de que se precisa, fiquemos em que se reduzem:

1º, uma carta do Gabinete de V. M. para elrei Gustavo pedindo-lhe a mão de Sua Augusta Filha, a princeza Cecilia, e designando o plenipotenciario que V. M. houver por bem nomear para fazer o pedido formal e convencionar as escripturas matrimoniaes: digo escripturas, porque tendo el-rei Gustavo abdicado não pode fazer *tratados*: o sobrescripto desta carta deve vir assim, — A Sua Magestade el-rei Gustavo, Meu bom irmão e primo;

2º, uma carta identica para S. A. R. o principe Gustavo de Suecia (irmão da princeza Cecilia) contendo o pedido e a designação do plenipotenciario, como fica dito, para o caso em que o estado moral delrei Seu Augusto Pai não permitta que seja a elle como chefe de familia que V. V. (sic) (6) se dirija: esta carta deve trazer o seguinte sobrescripto: A S. A. R. o Principe Gustavo de Suecia, Meu Primo;

3º, uma carta egualmente do Gabinete, e tambem dirigida ao mesmo principe, na qual V. M. lhe peça o obsequio de o representar no acto do seu casamento;

4º, um alvará de procuração dirigida ao sobredito principe para o mencionado effeito;

5º, uma carta dirigida a S. A. R. a Margravina Christiania Luiza (avó da princeza Cecilia) annunciando-lhe o desejo que tem V. M. de contratar uma alliança na sua familia e pedindo-lhe a sua annuencia; o sobrescripto desta carta deve trazer: A S. A. R. A Margravina Christiania Luiza, Minha Prima;

(6) Deve ler-se: V. M.

6º, uma carta do Gabinete dirigida a S. A. R. o Grão Duque de Bade annunciando o desejo de contratar uma alliança na sua familia e dizendo que aproveita esta feliz opportunidade para manifestar a S. A. R. os seus sentimentos de amizade; o sobrescripto desta carta deve trazer: A S. A. R. o Grão-Duque de Bade, Meu bom Irmão e Primo;

7º, uma carta de V. M. a Sua Santidade annunciando-lhe o ajuste do seu casamento com a princeza Cecilia (filha del-rei Gustavo Adolpho) e pedindo-lhe a necessaria dispensa attenta a differença de religião;

8º, um Pleno Poder de V. M. para a pessoa que houver de contractar e assignar as escripturas com a pessoa que for nomeada por parte da princeza Cecilia;

9º, emfim, — outro Pleno Poder para a pessoa a quem V. M. nomear Commissario Imperial para o receber e a princeza Cecilia e assignar o termo do mencionado recebimento.

Pelo que toca ás grans-cruzes bastará que V. M. I. mande duas da Ordem de Pedro 1º, uma para el-rei Gustavo, e outra para o principe Gustavo seu filho; e uma distincção honorifica para o conde Polier de Vernand, camarista do mencionado principe, e que é quem ha de concorrer com o plenipotenciario de V. M. no ajuste e assignatura do contracto do seu casamento. Devo informar a V. M. que o conde Polier de Vernand já é gran-cruz da Ordem do merecimento civil de Baviera.

Pela carta cujo original tenho a honra de remetter incluso, verá V. M. o que, segundo a informação do seu author occorreu em Vienna relativamente ao seu casamento depois da minha partida daquella Côrte, devendo accrescentar que a minha partida desta para a de Carlsrhue não poderá ficar para além de cinco dias.

Senhor.

Beijo com o mais profundo respeito e com o maior amor as Augustas Mãos de V. M.

Seu mais humilde subdito e mui fiel creado

Marquez de Rezende.

Londres, 6 de maio de 1828.

Do marquez de Resende a d. Pedro I

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Nos primeiros momentos depois de recebermos de Lisboa as noticias com que dei fim á segunda das cartas que nesta occasião tenho a honra de dirigir a V. M., apenas podemos o meu collega e eu desenganar-nos que não era um sonho o que se passou em Lisboa até o dia 25 de abril. Passámos depois á casa de Esterhazy, que, enfurecendo-se noutro tempo á cada noticia de muito menos gravidade que recebia do Brasil, e isto a ponto de quasi morrer de raiva, quando ha dous annos aqui chegou a da Carta Portugueza, parece agora soffrer com mui notavel conformidade o que tem feito o Senhor Infante. Da casa deste embaixador passamos á de Lord Dudley, que nos havia avisado para nos dizer que, relativamente ao projecto de ser o nosso consul em Lisboa quem se dirigisse ao governo de Portugal para pedir explicações e satisfação relativamente aos acontecimentos, a que se referia a nossa projectada carta para o Senhor Infante, seria melhor que o consul o fizesse de palavra que por escripto. O meu collega interrompeu este singular conselho com o conhecimento e leitura que deu áquelle principal secretario d'Estado, do officio do nosso sobredito consul e do mencionado decreto do Senhor Infante (que elle continha), noticias que ignorava ou fingia ignorar Lord Dudley, a quem o visconde observou que este incremento de ultraje feito em Portugal á legitima auctoridade de V. M., era de natureza a exigir de nossa parte outras medidas; e com isto se coucluiu a nossa conferencia, voltando nós á casa para pensarmos maduramente na resolução que deviamos tomar, e que após de muitas e mui sérias meditações que fizemos por espaço de mais de um dia, se reduziu a assentar em que desde já cumpria que se dirigisse o meu collega a este Governo, e eu ao representante austriaco nesta Côrte, com notas em que fundassemos no facto das Representações do Senado da Camara de Lisboa e no decreto do Senhor Infante os motivos porque pedimos a prompta retirada dos ministros d'Austria e de Inglaterra que se acham acreditados junto ao Governo de Portugal. Pelo documento junto sob n. 1 verá V. M. os

termos por que me expliquei. Allegando dever limitar por agora as nossas medidas diplomaticas a que fica mencionado e executado, assentámos que no caso de completar-se inteiramente a usurpação, deveremos pedir aos dous sobreditos governos que declarem findas as funcções dos ministros portuguezes que juntos a elles residem, uma vez que estes ministros não declarem que se contemplam revestidos do carácter de representantes de V. M., dirijindo nós neste mesmo caso os nossos protestos em nome de V. M. contra a mencionada usurpação completa, se ella acontecer; dando desde já o meu zeloso collega ao nosso consul em Lisboa as instrucções precisas e claras para que este dirijindo em tal caso o seu protesto ao governo de Portugal e declarando-se despojado do seu carácter publico, faça egualmente as costumadas participações destes passos a todos os membros do Corpo Diplomatico em Lisboa, não se esquecendo o visconde de por ao facto das actuaes circumstancias não só as demais legações brasileiras para que marchem de perfeito accordo com as de Vienna e Londres, mas as auctoridades das nossas provincias, a quem o conhecimento deste facto possa ser de utilidade para o serviço de V. M. e do Brasil; emfim, e para não omitir circumstancia alguma, informarei a V. M. que o meu collega aponta ao mencionado consul que no protesto e mais declarações que fizer, mencione que *não é sua intenção prejulgar ulteriores medidas* (que reduzam a declaração ou não declaração de guerra) *que só a V. M. compete tomar*. Nós somos de opinião que V. M.:

1º, não declare tal guerra, não só por generosidade com a Nação Portugueza, mas para não envolver o Brasil numa querela em que V. M. é atacado como Rei de Portugal;

2º, parece-nos, todavia, que o Brasil não pode airosamente deixar de manifestar a mágua que naturalmente ha de sentir, sendo V. M. ultrajado, e a demonstração mais propria que pode dar, será a de suspender as suas relações commerciaes, e tão favoraveis a Portugal, com aquelle Reino; mas esta medida deve vir das Camaras, até para que se veja que vem do Brasil;

3º, parece-nos mais que para que a conducta de V. M. seja perfeitamente airosa e correcta, e bem succedida como

foi a de Luiz 18 em posição incomparavelmente menos vantajosa que a de V. M., convem que V. M. se proponha desde já, e caso assim o exijam as circumstancias, a conservar-se firme e inabalavel em não ceder nunca de seus direitos, senão na Senhora D. Maria da Gloria, e isto só quando lhe constar que a autoridade de V. M. está geralmente restabelecida em Portugal. Isto mesmo disse hontem a Esterhazy, que me confessou que era o que elle tambem julgava que V. M. deveria fazer, não me dissimulando, todavia, que seria preciso manobrar com geito para por de accordo o Governo Inglez.

Vindo hoje a avisar-me e espreitar-me o barão de Neuman (para que não haja dia em que não venha apalpar-nos alguem da Legação Austriaca), e falando-lhe eu no mesmo sentido em que falei a Esterhazy, oppoz-me Neumann, que tanto invocou contra o Brasil o principio da legitimidade, a consideração de que os governos de facto se convertem ordinariamente e pelo andar do tempo em governos de direito, a que respondi que ainda que se converta o do usurpador da Corôa de Portugal no que elle quizer, a maxima que seguiu Luiz 18 para com Bonaparte, nem é menos justa porque o facto não decide da justiça, segundo a Diplomacia da Austria, nem é menos prudente, como o confirma o exemplo recente daquelle rei, que, pelo seu direito e pelos desconcertos de Bonaparte, reivindicou a Corôa de França. Neumann teve a docilidade de convir que a justiça é, como diz seu Amo, regnorum fundamentum, e concordando que o Senhor Infante era muito mais desconcertado do que Napoleão. Conviemos em que, e com quanto haja, deve V. M. usar da maior dissimulação para com os ministros estrangeiros que ahi estão, principalmente com o Austriaco e com o Inglez, a quem agora de certo vão as ordens para sondarem o animo de V. M., e, talvez, para começarem desde já a induzil-o a fazer cessões ou pelo menos para mandar a Rainha para Vienna. Nós sabemos que ha idéa (e menos sincera) de tratar disto e de obter que V. M. nomeie dous tutores á Senhora Rainha, a saber, o Imperador, seu sogro, e elrei de Inglaterra. Dous tutores não podem haver, porque no caso possivel delles não estarem de perfeito accordo, não saberá a Augusta Filha de V. M. por qual dos dous deverá guiar-se. Palmella quer

chamar á tutoria el-rei de Inglaterra, para elle ser o verdadeiro tutor, vista a influencia que tem sobre o animo do velho Wellington, a quem no mesmo sentido dirije Beresford, porque a viscondessa de Juromenha, sua amante, e que elle deseja ir ver, segue o partido Rainhista ou Infantista, que differe do primeiro com ser mais precipitado. Os Austriacos anti-constitucionaes e jesuitas querem ver a Carta abaixo, ainda que com ella caia a auctoridade de V. M. é por isto que Esterhazy tambem neste sentido move a cabeça pouco politica e reje a politica pouco esclarecida do velho Wellington que repousa á sombra dos louros de Waterloo. E' nossa opinião que V. M. nem complete a sua abdicação da Corôa de Portugal nem trate de pacto de familia nem mande Sua Filha para a Europa. Isto é que V. M. deve deixar de fazer. Passando agora ás providencias instantaneas que se devem dar, dir-lhe-ei que logo que a usurpação esteja consumada, trataremos de fazer que se installe a Regencia provisoria estalecida no art. 94 da Carta Portugueza e de obtermos o reconhecimento della por parte das Côrtes de Vienna e de Londres, dizendo estarmos para isto especialmente autorizados por V. M. A circumstancia de se acharem fora de Portugal tres conselheiros d'Estado, a saber conde de Funchal, conde de Sampaio e marquez de Palmella e dous ministros d'Estado, ultimamente nomeados por V. M. que são o dito marquez e Saldanha, torna praticavel a execução desta medida, que sendo fundada na Constituição não deve encontrar opposição nem da parte da nação que se declara por V. M. nem da parte dos governos estrangeiros. Contando, pois, V. M. com a formação desta Regencia provisoria, expeça-nos quanto antes V. M. um decreto confirmando essa Regencia, com direcção a ella mesma, com declaração de que quaesquer formalidades que faltarem para a sua validade, se entenderão suppridas pelo poder discricionario que a V. M. assiste pelo § 34 do artigo 145 da Carta Portugueza. Este decreto deve vir acompanhado de uma Carta Régia em que lhe dê as instrucções convenientes para seu governo; decreto que deve ser por V. M. verbalmente communicado a todos os membros do Corpo Diplomatico ahi residentes, pedindo que as suas respectivas Côrtes hajam de reconhecer a sobredita Regencia. Convém

que V. M. recommende á dita Regencia que expeça novas credenciaes aos ministros portuguezes nas Cortes Estrangeiras, porque as expedidas pelo Senhor Infante ficam sendo nullas desde o momento da usurpação. Esta é a razão apparente, porém a real é a de obrigal-os a se declararem pró ou contra V. M. Bom será tambem que lhe recommende, em ordem a pouparem-se despesas, que ponha ella encarregados de negocios naquellas Côrtes onde vaguem os logares de ministros; que as embarcações de guerra portuguezas que estiverem no Brasil venham immediatamente a Europa para apoiarem a Regencia; que imponha V. M. á Regencia a obrigação de o informar dos seus actos, na certeza de que todas as providencias alem das que V. M. ora dá, e que devem ser havidas por definitivas, serão unicamente dadas pela Regencia, e independentes de consulta de V. M., vista a urgencia do caso e o inconveniente da distancia. Da adopção destas medidas esperamos o melhor resultado porque tudo faz crer que em Portugal ou nas ilhas ha de apparecer um partido por V. M., e segundo a opinião de Sampaio e Saldanha, que se mostram devotos á Pessoa de V. M., elle ha de ser numeroso. Em ordem a poder Saldanha suscitar e dirigir o movimento que esperamos, e nos convem que se manifeste nos corpos estacionados junto ao Douro e de cuja fidelidade a V. M. Saldanha tem recentes noticias, mandamos vir de Genova a Falmouth a fragata Isabel. Antes de tomarmos esta resolução, tinha-nos occorrido a idea de mandar a dita fragata á Madeira para induzir as auctoridades daquella ilha a conserval-a obediente a V. M.; sabendo depois que o governador Valdez sobre quem contavamos talvez tenha sido rendido pelo miguelista Affonso Furtado, adoptamos o projecto de munir Augusto de Paiva (que ora vai como expresso a esta Côrte, passando na Madeira) de um officio nosso que deverá ser entregue a Valdez, caso ainda esteja no governo. Eis quanto hei feito e pretendo fazer, e tomo a liberdade de propor a V. M., pedindo que sustente a pés juntos que eu e o meu collega nos achávamos munidos de instrucções para assim obrarmos, afim de não passarmos por mentirosos, quando temos somente em vista o bem do serviço de V. M. Pedir-lhe-ei tambem que com geito e lentamente se vá subtrahindo á tutéla

desta Côrte e da de Vienna, e que desde já se disponha a arranjar por si só o negocio de Portugal. V. M. tem agora um bom argumento para tapar a boca a Marechal e a Gordon, se o quizerem causticar com conselhos, e é perguntar-lhes se elles receberam ordens das suas Côrtes para lhe offerecerem alguns soccorros para o restabelecimento da sua auctoridade em Portugal ou para declararem a V. M. que as ditas Côrtes jamais reconhecerão o governo intruso daquelle Reino; e quando elles lhe disserem que não, pode V. M. dizer-lhes maciamente que tal offerta ou declaração era o que V. M. esperava da amizade dellas em tão desagradavel conjunctura, e assim fica V. M. fechado com o seu jogo para fazel-o como melhor entender, tratando somente com mui poucas pessoas este negocio, e tendo com o barão de Inhomerim prudente reserva, emquanto não estiver seguro que Villa Secca continua a ser-lhe fiél.

Devo finalmente observar a V. M. que entendendo o meu collega e eu que emquanto se não declara o complemento da usurpação, devemos, em vez de provocal-a, tratar de a afastar, lisonjeando-nos a esperança de que ou a noticia (que já deve ter chegado a Lisboa) de termos instrucções preventivas e da minha vinda e chegada a Londres, ou outro qualquer acontecimento possa suspender o Senhor Infante na sua marcha. Estamos firmemente determinados a não executar os projectos de que fiz menção senão no caso apertado de se completar a mencionada usurpação.

Com o maior respeito e amor, sou e serei como sempre fui Senhor.

De V. M.

o mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 11 de maio de 1828.

Do marquez de Resende a d. Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

Tendo já escripto nem menos de tres longas cartas a V. M. e sentindo não só o corpo cançado mas as forças moraes

abatidas, é bem de crer, que não tomei pela quarta vez a penna para enfastiar mais a V. M. com a esteril narração do quanto nestas 24 horas se tem passado nas conferencias, que successivamente temos tido com Palm, Wellington, Esterhazy, Rotschild, Stuart e Strangford, sendo o assumpto de todas a questão da suspensão provisoria do pagamento do dividendo do emprestimo portuguez, que os sobreditos estrangeiros, cada um pelo seu particular interesse e todos pela moda que se introduziu de perseguir a V. M. e ao Brasil, recriminam e condemnam altamente; moveu-me, sim, como devia moverme, a escrever novamente a V. M. a gravissima consideração de que devo ao meu respeitabilissimo e virtuoso collega visconde de Itabayana a justa e leal declaração que tenho a honra de dirigir a V. M. de uma maneira particular nesta carta e legitimamente no officio que envio nesta mesma data ao marquez de Aracaty na qualidade de ministro dos Negocios Estrangeiros, de que tendo eu constantemente sido (muito antes de chegar a esta Côrte) de opinião de que se não devia pagar o sobredito dividendo desde que o estado de cousas em Portugal fizesse recêar a usurpação, ora imminente e até já começada, sustentando hoje a minha mencionada opinião com muito mais força e declarando até que não respondo pelo resultado das outras medidas que concertámos, se ellas não forem acompanhadas da sobredita suspensão do mencionado dividendo, já daqui declaro que não só me considero quinhoeiro na responsabilidade do meu referido collega mas prompto a responder eu só perante V. M., e perante quem convier, por todo e qualquer resultado que se siga da mencionada suspensão, cuja justiça fundo no principio de direito commum que estabelece que os contractos bilateraes e synalagmaticos ficam rescendidos quando uma das partes contractantes viola um dos artigos, como Portugal está fazendo, visto que trata de alterar a forma da successão á Corôa, manifestamente mantida pelo teor do tratado de 29 de agosto de 1825; fundando-se egualmente o meu parecer na natureza do dito tratado, que pode e deve considerar-se uma convenção de familia, que regulando futuras relações entre membros da mesma dynastia faz depender as obrigações reciprocamente contraidas da existencia das bases sobre que

foram fundadas, militando alem disto o ponderoso e já indicado motivo de por todos os meios que estão á nossa disposição, para fazer retroceder o Governo Portuguez.

Estava a ponto de concluir esta carta quando o meu collega veiu mostrar-me um papel que acabava de receber do redactor do Courrier, gazeta ingleza, contendo em forma de decreto datado da Quinta da Boa Vista em 3 de março, uma formal desistencia da Corôa de Portugal feita por V. M. em favor da Senhora Rainha D. Maria da Gloria. A nenhuma authenticidade da noticia e a coincidencia da apparição do pretendido documento de formal abdicação completa na occasião em que se têm empregado infructiferamente tantos estratagemas para conseguir que se pague o mencionado dividendo, faz desconfiar da noticia, e por conseguinte não nos fez mudar do caminho que continuaremos a seguir, salvo se a noticia se verificar. Combinando a indifferença e frieza com que as Côrtes Estrangeiras vêm o quasi complemento da usurpação em Portugal com a partida dos dous Andradas e de vasos de guerra francezes para o Brasil, não hesito em aconselhar a V. M. que se applique mui seriamente a descobrir e empregar todos os meios para defender o Imperio contra qualquer, clara ou encoberta, aggressão que se pretenda fazer na America em ordem a distrahir a attenção de V. M. dos negocios de Portugal. Ainda no caso de ter V. M. abdicado completamente a Corôa portugueza em favor de S. A. Primogenita, conserva V. M. um direito supremo de inspecção nos grandes negocios daquelle Reino pela incontestavel qualidade de tutor da mesma Senhora contra cujos direitos não menos do que contra os de V. M., manifestamente attenta a facção que cresce a sua influencia sobre o S^nr^. Infante D. Miguel. Tem, portanto, V. M. ainda na mão uma carta (até pela circumstancia de ser a unica e forte) de que V. M. não deve descartar-se para que o seu irmão o não codilhe. Ora V. M. descarta-se e renuncia a ganhar a mão no momento em que mandar Sua Augusta Filha para a Europa, seja para que parte for, porque passa a tutela de si para outrem, que, seja quem for, lhe deve ser suspeito. Não venha, portanto, a Senhora Rainha, e feche-se V. M. com o seu jogo, conservando-se na maior dissimulação para com os

ministros estrangeiros junto de V. M. Neste mesmo instante somos chamados por Wellington; e como o meu collega está occupadissimo, vou só eu, que já não posso comigo, e informarei do que passar nesta conferencia. Volto, e digo que houve instancias da parte de Wellington para que se fizesse o pagamento: recusas constantes da minha parte. E creia-me, Senhor, mui respeitosamente e mui do coração

De V. M.

o mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 12 de maio de 1828.

De F. G. A. de Montezuma ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Por carta do Rio de Janeiro tenho a noticia que pelo paquete, que acaba de chegar, saído a 3 de março, viria solução á duvida, que, arbitraria e incompetentemente, poz o S^nr^. visconde da Pedra Branca a dar-me passaporte para viajar fora da França.

Desejoso de saber uma tal resolução, que me é tão interessante, rogo a V. E. queira communicar-m'a, caso tenha vindo, e, no caso contrario, se pretende adherir áquelle officio de sua natureza tão prepotente, particularmente em um paiz onde ha uma Constituição e lei da responsabilidade dos empregados publicos, desde o maior até o mais pequeno.

Deus guarde a V. E., que o deseja este que tem a honra de ser de V. E. attencioso venerador e creado.

Francisco Gê Acayaba de Montezuma.

Paris, 12 de maio de 1828.

Do marquez de Resende a d. Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

24 horas depois de se ter expedido o saco dos officios, soubemos que fora adiada a partida do paquete, e é a favor

desta demora que posso dar mais algumas informações a V. M. Constou-me que o ex-embaixador inglez em Lisboa annunciara ao seu governo que o de Portugal tencionava mandar aqui o visconde de Asseca, e desejava saber se elle seria recebido: comquanto Mr. Lamb se lembre de que talvez a partida do dito visconde se effeitue antes de se saber em Portugal a opinião de Inglaterra a semelhante respeito, é todavia o mesmo Lamb de parecer que devem daqui declarar que se não receberá o mensajeiro, porisso que uma recusa desta natureza poderá (se é que ainda ha meio de rebater o complemento da usurpação) suspender o progresso da rebeldia na sua carreira. A' vista deste novo incidente não tardou o meu zeloso collega em dirijir a Lord Dudley uma nota para o fim de reclamar uma declaração de não admissão do visconde de Asseca, como prova da fidelidade e boa alliança que existe entre V. M. e S. M. B., manifestando o desejo de que uma tão importante declaração lhe pudesse ser communicada a tempo de poder transmittir a V. M. por este paquete. Entretanto são já passadas quasi 24 horas, e ella ainda não chegou. nem provavelmente chegará, por isso que é tal a discordia que existe entre os differentes membros deste Gabinete, (onde se suppõe que vão haver varias mudanças) que mal pode tão grande divergencia de opiniões permittir que se assente numa cousa, e se tome uma resolução, que é o que naturalmente tambem provocou o adiamento da partida dos paquetes de Rio e de Lisboa.

Aqui chegou Candido José Xavier, com quem ja fallei, e que por merecer a confiança da Senhora Infanta D. Isabel Maria (a quem o Senhor Infante D. Miguel depois de renhido e escandaloso debate extorquiu a exquisita declaração que V. M. verá nas gazetas de Lisboa, que agora vão remettidas) foi mandado sair daquella capital no termo peremptorio de oito dias. Elle pinta o actual estado dos governantes em Portugal nestas poucas expressivas palavras: atrapalhações, destemperos, desorganizações e incoherencias; e o estado dos governados como um descontentamento precursor de uma crise breve. As noticias, porém, que elle dá do estado do Porto, que confirmam que os animos estão mais dispostos para a contra-revolução, desmentem comtudo, o que aqui correu, re-

lativamente a ter-se já ali operado um movimento decisivo e a ter-se erigido um governo em nome de V. M. Finalmente confirma elle as intelligencias do conde de Subserra com o de S. Miguel (?) e outros, e até annuncia a provavel reintegração de Subserra no ministerio da guerra, onde succederia ao seu amigo C. do Rio Pardo. O Candido chegou aqui ainda a tempo de assignar, como V. M. (7), a protestação que teve a honra de remetter-lhe Saldanha.

Cumprindo-me communicar a V. M. que passa por certo que o Marquez D. Jayme de Mello não assignára, como fizeram seus irmãos os duques de Cadaval e Lafões, as criminosas representações que o Senado da Camara de Lisboa dirigiu ao Senhor Infante D. Miguel, por se esperançar louca e temerariamente sua senhora mãi de que esta acção poderá grangear ao dito Marquez a sorte de esposo da Senhora Rainha D. Maria da Gloria. Remetterei a V. M., por copia inclusa, o officio que hoje dirigimos ao Marquez de Palmella no sentido mencionado da minha ultima carta para V. M. Rematando esta pela menção que faço da chegada do paquete do Brasil, que me traz dous officios, um de pouca importancia, e outro communicando-me o decreto da formal, mas bem que condicional e por isso hoje nulla, abdicação da Corôa de Portugal, e segurando a V. M. pelo que toca a minha ida a Carlsrhue, que eu vou partir incognitamente para aquella Côrte a fim de obter uma resposta decisiva, e poder mandal-a pelo paquete, que, até o meado de agosto que vem, deve partir para o Rio; devendo voltar aqui em 10 ou 12 dias, que finjo ter ido passar numa quinta junto a esta capital. Beija as Augustas Mãos de V. M., Senhor, seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Estando o maço a partir e indo no officio que dirigimos ao Marquez de Aracaty a copia do mencionado officio que escrevemos ao marquez de Palmella, deixa por isso de ir nesta a copia que disse ir inclusa.

Londres, 26 de maio de 1828.

(7) Deve entender-se: como V. M. verá. Na minuta, por lapso, não figura o verbo.

Do marquez de Resende a d. Pedro I

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

A favor de uma nova detença do paquete, vou cançar V. M. com mais umas poucas regrinhas. Dous são os objectos principaes deste codicilio:

1º, rogar a V. M. que haja de roborar o protesto que eu e o meu collega vinconde de Itabayana dirijimos á Nação Portugueza por meio de uma ratificação como a que authenticam os tratados e ordenar que o Marquez de Aracaty transmitta formalmente aos membros do Corpo Diplomatico acreditados junto a V. M. tanto o protesto como a ratificação, a que tambem será conveniente dar a maior publicidade, fazendo inserir as duas peças na parte official do Diario Fluminenese;

2º, communicar a V. M. que hoje foi o meu collega chamado á Secretaria d'Estado por Lord Dudley em cujo nome se levam instrucções que hoje se mandam a Lamb, e nas quaes approvando este governo o ter elle e seus collegas declarado que haviam cessado suas relações com o governo do Senhor Infante, lhe é ordenado que faça constar que aqui se não receberá o visconde de Asseca nem outro algum agente do Senhor Infante, não só no caso hypothetico de S. A .se ter declarado rei, mas visto o caso já dado delle se ter posto em opposição aos direitos de V. M. e de Sua Augusta Primogenita e á Carta Constitucional por V. M. outorgada á Nação Portugueza.

Deste segundo objecto me tinha já previnido hontem á tarde Mr. Neumann, a quem eu dei uma boa ensaboadela por não ter ainda recebido resposta á nota que passei a Esterhazy; e soube então do sobredito barão que pelo correio austriaco recem-chegado do Rio, haviam recebido o decreto original da Abdicação, e duas cartas mui cordeaes de V. M., uma para S. M. I. e R. A. e outra para o Senhor Infante; accrescentando que Esterhazy fôra mostrar tudo a Lord Wellington, para tratar do modo de se remetter para Lisboa, o que pertencia ao Senhor Infante, a fim de ver se o mesmo Senhor recua, o

que me parece que não fará. Não podendo, pela franqueza com que V. M. permitte que eu lhe fale, deixar de lhe dizer que me magoou o mandar V. M. o decreto a estrangeiros quando tem aqui ministros seus e tão fiéis. Concluirei provando a V. M. que é tão util e efficaz conservar-se a gente uma certa attitude para com elles, que ainda mal teria Neumann tempo necessario para repetir a Esterhazy as rudezas que lhe disse, quando recebo a resposta de Esterhazy, que remetto por copia inclusa.

Beija as Augustas Mãos de V. M.,

Senhor,

seu mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 27 de maio de 1828.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. Exmo. S^nr^.

Meu bom amigo e Senhor.

Logo que cheguei a esta capital, tive a honra de escrever a V. M. duas linhas muito á pressa, tanto por causa de occupações como de molestia. Desta vez tenho soffrido tanto, que desde então até hoje me conservo em casa em uso de remedios. Cheguei mesmo a perder a esperança de restabelecimento. Depois de quatro dias appareceu alguma melhora, e poderei portanto fazer a viagem de Vienna, para ter a honra de entregar a Rainha de Portugal a Seu Augusto Avô, e abraçar a V. E. Levarei em minha companhia unicamente a Rainha e tres creados; o veador visconde da Cachoeira, o porteiro da camara Paulo de Almeida, o medico Amaro, o secretario Brant e, pode ser, mais uma ou duas pessoas. Nosso Amo quer que larguemos deste porto para Genova a 2 do mez seguinte, e portanto conto chegar nos fins de agosto. Como V. E. tem muita facilidade em viajar, ouso pedir a V. E. que venha encontrar a Rainha naquelle porto, e será o meu Mentor. Convém ao serviço de S. M. I. que nos vejamos quanto antes. Se por qualquer motivo não puder fazer a

viagem, escreverei immediatamente a meu filho, que mando partir para Genova, avisando-o se pode contar com carruajens de Vienna para viagem. Esta medida é filha das asserções do barão de Marschal, que virão carruajens de Vienna, e por isso pediu a relação das pessoas.

Bem quizera eu desta vez ser hospede de V. E., porque ninguem faz taes obsequios de melhor vontade e com mais generosidade do que V. E.; mas terei filhos e mais pessoas em minha companhia, e portanto precisarei de uma casa. O preço pouco importa comtanto que tenha moveis. Alguma prata e loiça será facil comprar-se, bem como o arranjo do cozinheiro, cocheiro, carruajens, etc., na certeza de que a minha demora não excederá 8 dias. Na ausencia de V. E., espero que o S^nr^. Almeida quererá encarregar-se desta commissão. Cumprimentos a todos os S^nrs^. da Legação, e como não tenho cifra com V. E., e não sei quantas pessoas lerão esta, primeiro que chegue á sua mão, deixo o mais para a vista. Desejo a V. E. a melhor saude e sou com o maior respeito de V. E. amigo e colega do coração.

M. de Barbacena.

Rio, 2 de junho de 1828.

Illmo. Exmo. S^nr^. Marquez de Rezende.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

No dia 31 do mez de junho proximo passado (8) partì eu tão velozmente como havia annunciado a V. M., e acompanhado do secretario da minha missão, para Carlsrhue, onde chegamos de madurgada de 5 do corrente, tomando eu, tanto na ida como na estada e na volta da dita cidade, a conveniente cautela de não usar nem do titulo diplomatico nem do civil, porque aqui sou conhecido. Logo depois de chegar a Carlsrhue, soube que ali tinham chegado havia dous dias o principe Gustavo e o conde Polier; e dirijindo-me a este ultimo,

(8) Houve engano evidente; o marquez devia escrever 31 de maio.

por ele me foi insinuado que fosse á casa da Margravina, avó do dito principe. Não faltando no logar e á hora indicada, e sendo recebido pelo sobredito conde, elle em voz baixa e com uma apparente mágua me communicou que a princeza Cecilia tinha 24 horas antes dito a seu irmão que, a menos que as circumstancias delle não exigissem da parte della o sacrificio de deixar para sempre a Sua Familia e a Europa, e de atravessar o oceano, para ir viver debaixo de um clima differente daquelle em que tinha vivido, e se unir a um soberano que pessoalmente não conhecia, ella não se achava com forças para aceitar a proposição, aliás brilhante, que seu sobredito irmão lhe havia feito da parte de S. M. I. e R. A.; declaração a que o principe respondêra que por mais conveniente que lhe pudesse ser e a Sua Familia a aceitação de um tão abrilhantado partido, elle jamais exigiria da parte de alguma das pessoas della o mais leve sacrificio; e declarando eu tambem que V. M. não aceitaria uma mão constranjida, fui-me levantando, e o conde convidou-me a passar ao quarto do principe. Passei immediatamente com o conde ao quarto do principe Gustavo, com quem fiquei só, e que depois de repetir-me o que me acabava de dizer o seu camarista e deixando cair que recebera 48 horas antes um correio de Vienna, accrescentou que elle não havia feito a menor proposição á princeza Amalia, sua irman mais velha, pelo melindre de ter ella, por um accidente, tido um defeito, se bem que hoje imperceptivel, na figura. O ar de candura com que o principe, ao mesmo passo que mostrava ter uma verdadeira pena da recusa, que não quiz ser o primeiro a me annunciar, parecia indicar-me outro expediente, a que eu dei signaes de dar seguimento, caso parecesse que poderia agradar a V. M. a figura da princeza de que se tratava, contrastou com os visos de perfidia que divisei no rosto e no modo de falar do conde, quando ao seu quarto voltei em companhia do principe, que mostrou desejos de o consultar, cujo expediente elle difficultou, e que eu voltando para a estalagem, julguei eliminar pela carta que diriji ao mesmo conde e que remetto, por copia, inclusa sob n. 1, a que acompanha sob n. 2 a resposta original que elle me deu. E feito isto me puz nesta mesma tarde (do dia em que chegara) no caminho de Carlsrhue para Londres, mandando o

secretario da legação, que me acompanha para Vienna com uma carta ao principe de Metternich, em que seriamente, como V. M. verá da copia junta sob n. 3, dei parte a S. A. do meu regresso a Inglaterra e da recusa de que acabo de dar conta a V. M. Deprehendendo do que acabo de referir e particularmente do que vai notado, ainda mais claramente do que de anteriores factos, que é o gabinete de Vienna, de quem V. M. se confiou, quem impede o seu segundo casamento, e sabendo eu agora por via indirecta mas segura, que V. M. declara a Seu Augusto Sogro, em carta vinda pelo paquete recem-chegado, que consente em casar-se com princeza protestante, uma vez que ella consinta em que seus filhos e filhas sejam catholicos, cumpre-me tirar destes dous importantes conhecimentos o conveniente partido que é ver-se desligado é ás escondidas da Austria, e a favor da recente e supracitada declaração de V. M., obrando porém, com a prudencia, circumspecção e melindre que se tornam indispensaveis até para o decoro de V. M., posso utilmente servil-o e ter a dita de annunciar-lhe o importante e *effectivo* achado de uma princeza, digna de ser esposa de V. M. e disposta a vencer todas as difficuldades para ter tão grande ventura e tornar mais venturosa a sorte de V. M., a de Seus Augustos Filhos e a de todo o Brasil. Eu não prometto senão fazer-me em migalhas para ver se consigo tão grande fim, e esta promessa hei de cumpril-a. Possam a minha fidelidade e o meu zelo serem tão felizes d'ora em diante, como até aqui o tem sido a intriga da Santa Alliança.

Beijo, Senhor, com o mais respeitoso amor e gratidão as Augustas Mãos de V. M.

Seu mais humilde subdito e mui fiél creado,

Marquez de Rezende.

Londres, 18 de junho de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e meu Senhor.

Depois de ter escripto duas cartas a V. M. e de ter assignado com o meu honrado e zeloso collega tres officios,

além dos que elle nas duas qualidades de ministro do Brasil e de encarregado da embaixada portugueza nesta Côrte dirije pelo paquete de Buenos-Ayres, cuja mala vai ser expedida em poucas horas, contava eu não cançar mais por esta occasião a V. M. com mais rabiscas minhas, mas além de que me cumpre accusar e agradecer a carta com que V. M. me honrou em data de 6 de março e que tendo ido em direitura a Vienna só agora me chegou ás mãos, e devendo egualmente informar a V. M. que o principe de Metternich pretende, mas em vão, fazer-me sair daqui, com o mesmo empenho com que o conde de Lebzeltern pretendeu, tambem infructuosamente, obstar a minha partida de Vienna, tenho demais a referir a V. M. que havendo chegado antes de hontem a Falmouth dous paquetes de Lisboa, um dos quaes nos trouxe o embaixador infantista visconde de Asseca (que eu, o meu collega e o marquez de Palmella nem queremos ver e que esperamos que não porá a vista em cima deste Governo) vindo no segundo paquete como fugitivos os condes de Villa Real, Ficalho e da Cunha, os marquezes de Valença, o tenente general Corrêa de Mello, um neto do marquez de Jundiahy, um tenente coronel por apelido, o Raivoso, um rapaz a quem não agradou a protecção dos guiões e dous redactores de Gazetas constitucionaes, hoje proscriptos de Lisboa, constando, pelo que elles dizem, a proxima chegada dos condes d'Alva e de Linhares e de D. Thomaz Mascarenhas, a quem abrigaremos e daremos, como a todos os outros, os meios de se passarem ao Porto; chegou hontem a Falmouth um barco de vapor que partiu de Lisboa no dia 14 deste mez, e pelo qual o meu collega recebeu um officio do consul Duarte da Ponte Ribeiro, agora residente naquella capital, no qual officio, elle depois de lamentar que o exercito fiél não descesse immediatamente a Lisboa para cair sobre o governo ali existente, quando elle estava mais desprevenido, annuncia que ha de ter logar no dia 17, isto é, tres dias depois, a abertura dos chamados Tres Estados, onde depois de se romper em preparadas aclamações ao usurpador, e depois de lido pelo bispo de Vizeu um discurso minutado pelo façanhoso Prior-Mór de Christo, e de se ouvir e despregar uma affectada defesa dos direitos de V. M. pronunciada ceremoniaticamente pelo procurador da Corôa, se lavrará um acto desta

burlesca adjudicação da Corôa de Portugal ao Senhor Infante, o qual, segundo o parecer dos mais moderados, não deverá tomar o titulo de rei antes de saber o que as provincias dizem a respeito daquelle acto, e pelo parecer dos mais fogosos, que é o que certamente ha de prevalecer, se começará logo a chamar rei; passando depois os mesmos suppostos Estados a estabelecer que a Senhora D. Maria Thereza é fiadora á successão do Senhor D. Miguel, sendo como tal chamada a Lisboa. Se custa a crer que chegue a infamia até este ponto, pode V. M. estar certissimo de que esta tão sacrilega affronta ha de ser castigada, pois estando a maior e melhor parte da Nação Portugueza disposta a debellar a rebeldia, nós os ministros de V. M. faremos quanto em nossas forças couber para ajudar a fidelidade, que é quem emfim ha de triumphar. Bom foi que o Senhor Infante se desmascarasse tanto, porque sem isso não poderia ser deitado por terra, sem o que não pode haver segurança.

Beijo com o mais profundo respeito e amor as Augustas Mãos de V. M.

Seu mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 21 de junho de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Depois de maduras reflexões assentei que, no actual estado das cousas, convém que eu não dê um só passo relativamente á negociação do casamento de V. M. antes de saber o que V. M. resolveu em consequencia das communicações que verbalmente lhe havia de fazer o Marquez de Barbacena, de cuja chegada ao Rio devemos aqui ter, dentro em poucos dias, noticia pelo proximo futuro paquete, que é o mesmo que o levou. Pelo que ultimamente chegou de Lisboa, trazendo, como vai referido nos officios que hão de ser presentes a V. M., entre outros passageiros de distincção, meu tio, o honrado marquez de Lavrádio, soubemos que o desgraçado Portugal,

continuando a soffrer as inclemencias cada dia mais insupportaveis do Senhor Infante D. Miguel e dos facciosos que rodêam a S. A., estava no dia 22 do corrente nas vésperas de uma crise, que, na opinião dos que a tem mais bem fundada, deve operar uma mudança favoravel aos interesses de V. M., que são os da legitimidade, e connexos com os da briosa Nação Portugueza; e acabando egualmente de receber, por via de França, noticias 24 horas mais recentes de Lisboa, que confirmam que na tarde de 23, dia em que partira o correio que as trouxe, se havia finalmente, e a despeito dos conselhos das potencias, consumar a usurpação da Corôa em favor do Senhor Infante, divergindo unicamente o clero da nobreza em querer o primeiro chamar á successão a Senhora Princeza D. Maria Thereza, e o segundo quer que seja chamado o duque de Cadaval, havendo quem se lembre de conciliar esta discordancia por meio do casamento do Senhor Infante D. Sebastião (que tem uma belida num olho) com uma irman do dito duque (que é coxa de uma perna), o que fará um par de aleijões mais digno dos degraus de uma Egreja do que de um throno, concordando todos em que se peça ao Senhor Infante que case quanto antes (que é o que elle quer, para apertar quanto antes em seus braços a sua bella princeza Luiza de Baviéra, que já, talvez, por contar com essa fortuna, se não quiz casar com V. M). Segue-se, Senhor, de tudo isto e da indisposição em que contra o Senhor Infante D. Miguel está a Nação Portugueza que, no proximo fim do seu drama, será S. A. assobiado. E que se deve em consequencia fazer? Dar a S. A. como civil e eternamente morto para Portugal. Fazer com que elle e Sua Augusta Mãi deixem tambem para sempre um paiz, onde não podem residir sem serem causa de inquietações, e pôrem-se os meios convenientes para que a Junta, que provisoriamente se installou no Porto e que já se acha em Coimbra, de caminho para Lisboa, continuando a governar tão moderadamente como o tem feito, reconheça depois o governo creado por V. M. e cuja nomeação não pode tardar.

Continuando a pedir a V. M. que se não fie em estrangeiros e que se vá pondo fóra da tutela dos mesmos e me não mande por via delles papel algum de importancia, peço-lhe

tambem que se digne não mandar publicar em gazeta alguma nem por outro algum meio no Rio de Janeiro qualquer providencia que haja de mandar para Portugal para não chegar primeiramente ao conhecimento dos estrangeiros que ahi se acham (9), sendo não menos conveniente que V. M., visto confiar-se do meu collega e de mim nos mande tanto relativamente ao casamento como a negocios de Portugal assignados em branco, vista a grande distancia que pode fazer com que mesmo muitos dos diplomas que nomeadamente pedimos, venham, por mudança de *circumstancias* quando cheguem, a não ser convenientes.

O muito que tenho a fazer para tratar de remetter hoje mesmo para Vienna, os tres documentos que o meu collega acaba de transmittir ao governo Britanico e aos membros do Corpo Diplomatico em Inglaterra, devendo ainda minutar as correspondentes notas, me obrigam a concluir esta carta, protestando-me como sempre

De V. M.

o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 5 de julho de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

O paquete, que partiu desse porto depois da chegada do marquez de Barbacena, trouxe-nos duas noticias sobre as intenções de V. M. relativamente a Portugal, que me causaram grande sobresalto pelas más consequencias que V. M., na distancia em que se acha, não pode prever, e que eu aqui previ e devia prever. Neste estado estava eu, quando hontem e hoje recebi as infaustas noticias de ter sido o Senhor Infante solemnemente aclamado no dia 1º deste mez de julho, e de ter o exercito da usurpação entrado na cidade do Porto no

(9) A palavra «acham» não figura na minuta, já roida do tempo e do uso na parte onde aquelle verbo ou outro equivalente existia.

dia 4 do corrente. Estes dous desastres puzeram a mim e ao meu benemerito collega em tal consternação e embaraço que nos achamos na penosa alternativa ou de abandonar a defesa da causa de V. M. ou de sacrificarmos as nossas pessoas a bem desta causa. Decididos, pois, como estamos a nos sacrificar pelo serviço de V. M., vamos tomar as medidas que mencionamos nos dous officios que hoje dirijimos ao Marquez de Aracaty. Na minha opinião são as unicas medidas compativeis com a dignidade pessoal de V. M. e que poderão conservar illesos os seus direitos e os de Sua Augusta Filha. Queira, pois, V. M. tomar na mais séria consideração o conteudo dos ditos officios, porque a sua materia é da maior transcendencia, e faça-me a graça, Senhor, de tratar os negocios do Brasil e de Portugal no maior segredo e unicamente com os seus conselheiros e ministros de Estado. Muito me custa ter que repetir a V. M. que tem sido e está sendo atraiçoado por varias potencias estrangeiras.

Senhor.

Beija as Augustas Mãos de V. M.

o seu mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 14 de julho de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Antes de tudo tomo a liberdade de chamar a attenção de V. M. para o conteudo desta carta. Tendo-se completado a usurpação da Corôa Portugueza e tendo o Senhor Infante coroado, como é de crer, a sua perfidia, coroando-se no dia 7, que estava aprasado, emquanto as suas tropas entravam no Porto com uma facilidade que não sabemos ainda a que attribuir, poderia alguem suppor que a mesma torpe e errada politica, que moveu dous gabinetes a prevalecerem-se de uma presupposta opinião publica e de uma falsa idéa da felicidade de Portugal para obterem que V. M. entregasse ao seu fana-

tisado irmão as rédeas daquelle Reino, induzisse agora as mesmas potencias a exigirem de V. M. a prompta sancção do perjurio e rebeldia de seu irmão. A' vista, porém, da malevola e, infelizmente, bem succedida precaução, que ellas tomaram, de promover o complemento da abdicação de V. M. e a vinda da Senhora Rainha D. Maria da Gloria para Vienna, fica claro que augurando mal do exito que podiam ter diligencias posteriores á má conducta que ellas duvidavam que tinha o Senhor Infante, trataram dante-mão as sobreditas potencias de conseguir que V. M. se inhabilitasse de poder julgar e punir seu irmão, e de pôr, como se costuma dizer, a mão por cima da Senhora Rainha Dona Maria da Gloria, para conseguirem desde já que ella se ache collocada em posição que (10) possa ser nociva a seu tio, e para a irem dispondo logo que toque á sua maioridade, a renunciar seus direitos em S. A. a fim de que a favor de tal cessão o possam reconhecer e admittir no seio da legitimidade.

Na distancia em que V. M. se acha do campo em que se hão de fazer as competentes instrucções em ordem a desfazer as tramas das potencias que, depois de pôrem em jogo um irmão contra um irmão, tentarião ainda com mais escandalo oppor uma filha innocente a um pai amoroso e até a sua propria fortuna, abalançamo-nos eu e o meu benemerito collega a fazer uso dos dous topicos que podem frustrar tão perfidos designios; estes dous topicos, que vão mencionados nos officios que ora daqui dirigimos ao ministerio de V. M., hão de nos levar a forca ou cobrir-nos de gloria. De qualquer modo que corram os acontecimentos, passarão nossos nomes á posteridade, que os terá entre os dos felizes ou dos infelizes mas sempre com epitheto honroso. Eu já fui pobre e por isso não tenho medo da pobreza; sei que hei de morrer, e receio que isso em todo o caso me haja de acontecer em pouco tempo, não me assusta, portanto, a indigencia e só trato de morrer bem. Digo, porém, que V. M. deve em sua consciencia sustentar-nos e que o pode fazer sem comprometter a sua dignidade e os interesses de seus subditos. As duas sobreditas potencias nem podem declarar-lhe guerra nem ser mais adversas a V. M. do que presentemente são. O imperador Ni-

(10) Não faltará aqui a negativa «não»?

coláu tambem sahiu a campo contra a vontade dellas, e vai a despeito de suas intrigas domando os turcos. A quem disser a V. M. que ellas têm um milhão de homens, responda V. M. que tem um milhão de recursos para dar em terra com a ramificação apostolica em Portugal e que tem a Justiça pela sua parte.

Concluirei declarando a V. M. que eu e o meu collega achamos que convinha abrir e ler a carta que de Portugal recebemos para V. M. e que remettemos aberta.

Beijo, Senhor, as Augustas Mãos de V. M.
seu mais humilde creado e mui humilde subdito

Marquez de Rezende.

Londres, em 18 de julho de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Quando eu esperava saber que V. M. em consequencia das primeiras noticias que lhe chegassem das desordens de Portugal, tivesse revogado, como ainda hoje mesmo sou de opinião que não só devêra mas deverá fazer, o decreto de 3 de março, e que havia sobrestado na vinda da Senhora Rainha D. Maria da Gloria para Vienna, chega o paquete King's fisher ou pescador do Rei, que no dia 5 de junho tocou no Rio de Janeiro, trazendo-nos confirmações e sobre confirmações de que V. M. não tendo saido da rêde da abdicação, ia cair na malha de verificar a vinda de Sua Augusta Filha. Visto isto eu que estou com o visconde de Itabayana a borda do lago para ver se cortamos malhas e rêdes nesta anti-piscatoria labutação, e que me contemplo e a elle no penoso bem que honroso e honrado fadario daquelles dous desgraçados procuradores do commendador Vilhena, que tinham o duplicado trabalho de defenderem o seu constituinte não só contra o que os seus adversarios pretendiam, mas contra o que o mesmo commendador queria e fazia elle mesmo em opposição a seus interesses. Seja com fôr e succeda o que succeder, assentei eu e o meu collega em continuarmos, não obstante tudo, a defender a V. M. com a mesma força de obstinação,

ainda que com muito mais risco do que aquelles dous prototypos e protomartyres da teima e da fidelidade, mas como já se vão apertando os negalhos (que talvez nos hajam de afogar e é o que nos falta para acabar tudo, como nas tragedias inglezas, com a morte de todos), pensámos, ajustamo-nos e contamos proceder como segue.

Pelo que toca á revogação da abdicação, nada ha a fazer, mas pelo que respeita á vinda da Senhora Rainha, estabelecemos que, ou ella com effeito se verificou ou, felizmente, se annullou. No segundo caso está visto que tambem não ha nada a fazer; mas suppondo que aconteceria, como certamente aconteceu, o peior, que é ter-se verificado a sobredita viagem, mandemos, como tinhamos já assentado, por pessoa fiél e capaz a deprecação, que esperamos que poderá ser entregue a tempo em Gibraltar ao Marquez de Barbacena, para que haja de ir com S. M. para a Madeira, hoje formal e cordialmente declarada por V. M. e bem defendida, ou caso o não entenda o mesmo Marquez, haja ao menos de regressar com S. M. ao Brasil. Se elle puder receber a sobredita reclamação e se prestar a qualquer dos dous expedientes, bem estamos; mas podendo acontecer que elle não receba o nosso officio ou que se não atreva a partilhar a nossa responsabilidade, entendemos que seria conveniente que eu pondo-me quanto antes em caminho para Paris (onde tambem entendemos que seria util que eu fosse estimular algumas boas disposições do unico gabinete que agora, pelo menos apparentemente, se mostra razoavel nas questões portuguezas) passasse depois de curta demora a Genova, a fim de prevenir o desembarque da Senhora Rainha, e ajuntando-me com o Marquez de Barbacena impedir que elle se effeitue antes da Austria subscrever a um tratado que ponha a salvo os direitos que tão encarniçadamente temos defendido. Se os dados correrem de modo que esta ultima tentativa tambem falhe, deitaremos dados e copos na mesa, arrumaremos para a banda o taboleiro e irei pôr-me a jogar o tres sete na mesa com o principe de Metternich.

Entretanto que prepárámos, pômos o fogareiro e fazemos côzer esse guisado (que Deus sabe se queimará), que fará o Senhor Infante em Portugal e, sobretudo, que fará V. M. no Brasil?

O Senhor Infante que vai pondo tudo a ferro e a sangue, vai por este meio cavando na ruina de Portugal a sua propria ruina imminente e que até mathematicamente se pode calcular que não tardará, porque ha de infallivelmente acontecer desde que se esgotarem os poucos recursos que S. A. tem á sua disposição: mas vamos ao que mais que tudo importa, que é calcular o que V. M. fará. Eu ainda de todo não desespero de que as noticias de Portugal posteriores ao dia 25 de abril, e os nossos officios o movam a obrar em razão directa dos seus interesses e dos interesses de Sua Augusta Descendencia, que nunca podem ser contrarios aos do Brasil, conhecendo, porém, a demora do barão de Marechal e de Strangford, que vai ver se acha V. M., como seu Pai, disposto a recebel-o em mangas de camisa e vendo a loucura com que algumas cabecinhas esturradas ainda pensam sobre ter V. M., em vez de uma, duas corôas, e conhecendo que a generosidade de V. M. é nimiamente grande, não deixo de recêar que o resultado de tudo isso produza resoluções favoraveis ao Senhor Infante e á fação usurpadora; e é em ordem a neutralisar todos estes venenos que eu, que me não tenho em conta de piégas e que sou verdadeiro amigo de V. M. e que sei o que ha lhe peço em nome de tudo o que ha de mais sagrado e pela alma de todos os seus defuntos que não creia em Marechal, que mande á fava Strangford, que não faça caso das cabecinhas esturradas, mas que creia, e somente, no seu ministerio, no seu Conselho de Estado, na sua consciencia maduramente consultada e nos seus plenipotenciarios, que é só com o que deve importar-se um soberano, seja ou não constitucional. Se Seu Augusto Avô, o Senhor Rei D. Affonso V, se o Senhor Felipe V de Espanha tornaram, depois de abdicar, a reassumir sem excusa as suas Corôas, porque não o ha de V. M. fazer tendo justas causas?

Se o célebre Gustavo de Suecia pôz sua Filha e successora a Rainha Christina de edade de 5 annos á frente do seu exercito; se a immortal Maria Thereza não temeu confiar seu filho e successor o imperador José II da edade de um anno á fidelidade dos hungaros, que receio pode haver de collocar a Senhora Rainha D. Maria da Gloria num centro seguro da lealdade portugueza que é menos Santo Thomé do que a lealdade dos Hungaros, porque creu e protestou morrer por

V. M. e por Sua Augusta Filha sem os ver nem os apalpar. Emfim, Senhor, faça tudo o que quizer, mas não queira dar alma e vida ao esperante (?) carrasco (perdoe-me a alcunha) Sansão que quer matar-se e matar todos os que com elle estão: faça-nos tudo menos deixar que a Senhora D. Maria da Gloria corra parelhas com o filho de Buonaparte. Remetterei a V. M. uma carta da Senhora Infanta D. Anna, cuja anterior conducta me magôou tanto quanto me consola o seu actual proceder. Veiu ella agora aqui vender seus diamantes, porque lhe suspenderam as mezadas por ter ficado fiél a V. M.

Tenho a honra de recommendar a V. M. Luiz Mozinho que vai neste mesmo paquete com a importante missão de expor a V. M. a situação das cousas de Portugal e pedir remedios para o desgraçado paiz em que nascemos. O precitado agente tem qualidades mui boas, e entre ellas o pundonor. Não vai mendigar cousas para si, vai só levado, como se diz e creio, pelo amor da patria e para impedir que ella dê o ultimo suspiro.

O barão de Villa-Secca demittiu-se honradamente do serviço do Senhor Infante.

Concluo finalmente remettendo uma carta do conde de Paraty e outra do Saldanha; e beijo, Senhor, as Augustas Mãos

De V. M.
o mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 7 de agosto de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Estando com o pé no estribo para Paris, onde vou estimular as boas disposições do governo francez, que pelas noticias que tivemos hontem á noute, está favoravelmente inclinado a defender os direitos de V. M., recebi de Vienna o que refiro no meu officio desta mesma data ao Marquez de

Aracaty, e que comprova a patifaria não só do seu sogro, que é um santo velho, mas do principe de Metternich, que é um marôto de tercio pêllo. O grande pezar que S. A. diz que tem de eu não estar ao pé delle é o requinte da pouca vergonha. O que vale é dizer-me o Encarregado de Negocios, que faz as minhas vezes em Vienna, que lá está tudo contra o Senhor Infante D. Miguel e contra Metternich, assim como aqui contra Aberdeen, Wellington e Beresford, por se lhes attribuir parte da culpa do Senhor Infante. De Lisboa recebemos hoje mesmo dous paquetes. O Senhor Infante não tendo já fora do Paço a quem perseguir, prendeu Sua Tia a Senhora princeza D. Maria Francisca Benedita, de edade de 84 annos, porque ella diz que só reconhece a V. M. como seu rei, e porque queria ir passar o ultimo, talvez, de seus annos entre os militares invalidos a quem mantem no seu patriotico estabelecimento de Runa, junto a Torres Vedras!!!!! Este é o cumulo das barbaridades e aquelle carrasco (perdoe-me V. M. a expressão) que depois de trair o principio da legitimidade, depois de zombar das potencias, depois de pisar as leis, depois de rasgar o codigo das liberdades nacionaes, que nunca podia cair em prescripção, e que V. M. restaurou, e depois de aterrar a nação portugueza, vai, quasi no dia do anniversario daquelle em que encarcerou Seu Pai, converter em prisão aquelle mesmo gabinete em que S. A. e veneranda Tia, depois de ali ter ensinado infructuosamente a reinar o principe esperança dos portuguezes por ser o mais liberal que viu Lisboa (não falo em V. M. porque Lisboa só o conhece por fé), estava santamente preparando-se no remanso da paz, que dá uma virtuosa velhice, a ir juntar-se a um esposo, cuja lamentavel perda ella com a nação recorda e sente com a mais viva saudade em cada calamidade que opprime o desgraçado reino de Portugal. O Senhor Infante ou o seu governo que não perde occasião de fezer acintes, augmentou o porte das cartas do Brasil, baixissima vingança! e fez transcrever na gazeta que tenho a honra de remetter inclusa um sem sabor artigo relativo ao projecto de casamento de V. M. em Carlsrhue.

Basta, Senhor, e descancemos ambos por um pouco do desagradavel cansaço de ouvir ou tratar das indignidades de

um ente que tanto procura enxovalhar o illustre nome da Augusta Casa de Bragança de que V. M. (até na opinião de Lord Aberdeen) é o chefe e a quem a Providencia confiou o mando de póvos de ambos os hemispherios. Beija, Senhor, as Augustas Mãos de V. M. seu mais humilde e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 12 de agosto de 1828.

Do marquez de Resende ao Imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Tendo partido de Londres no dia 12 de agosto, cheguei a Paris tres dias depois; e comquanto não perdesse tempo em ler gazetas, receber e pagar visitas, ir a theatros, com outra qualquer distração, apenas pude aproveitar as poucas horas, que naquella cidade permittia o máu estado da minha saude que eu fizesse mais alguma cousa do que gemer e medicamentar-me, para colher das poucas mas assizadas pessoas com quem falei, os dados necessarios para conjecturar que não obstante a differença que real e presentemente distingue o governo inglez do francez na especie de protecção que ambos concedem ao Senhor Infante D. Miguel, tem talvez S. A. de portas a dentro do Paço de S. M. Christianissima muitas e muito mais subidas protecções do que no interior do palacio de S. M. B.

De Paris sai no dia 22 tomando tão lentamente, como o exigia o meu estado de saude, o caminho mais breve para ésta cidade, onde atormentado de dôres de gota, soffrendo, ainda que menos, alguma dor de peito, e fatigado da calma e do cansaço da jornada, cheguei no dia 2 do corrente, em que tambem falei com o nosso consul e o preveni da proxima futura chegada das Augustas Filhas de V. M.

Nestes tempos, em que mui grandes auctoridades portuguesas têm ousado e conseguido sustentar no territorio de potencias poderosas e intimamente ligadas com Portugal as partes do Usurpador da Corôa Portugueza, não deve admirar o passo que aqui acaba de dar o que até agora foi e ainda hoje

se intitula consul de Portugal neste porto, passo de que V. M. tomará conhecimento pela inclusa folha que tenho a honra de passar ás Augustas Mãos de V. M.

Devo informar a V. M. que não me julgando auctorisado para sobre este desagradavel incidente fazer junto a este governo o que o caso exigia, e limitando-me a não querer receber a visita que me veiu fazer o mencionado e denominado consul de Portugal, é da minha obrigação fazer constar a V. M. tanto o desprazer que isto causou ao Encarregado de Portugal nesta Côrte, como da serie de attenções com que S. M. I., Sua Augusta Familia, o seu Ministro dos Negocios Estrangeiros e geralmente todas as auctoridades deste paiz tem ido successivamente diminuindo a má impressão que me fez a leitura do supracitado annuncio publicado numa gazeta sujeita á censura prévia.

Tendo eu visitado o general Righini, que faz durante a ausencia do Marquez de Ianne as funcções de governador de Genova, e o almirante b. des Genneis, que são as duas principaes auctoridades, e tendo egualmente procurado a Marqueza de S. Jorge, camareira-mór e os cavalheiros Amati e Radicasi, aquelle mordomo-mór e este o segundo (?) cavalheiro de honra da Senhora Rainha Maria Thereza (a quem não fui logo apresentar as minhas reverentes homenagens por não ter uniforme), recebi de todas as mencionadas personagens as mais obsequiosas attenções, apreciando eu sobretudo a communicação que poucos dias depois da minha chegada me veiu fazer por ordem do conde de la Tour, ministro dos Negocios estrangeiros o sobredito general e que depois me repetiu o nosso consul e o duque de S. João, gentil-homem da Camara de S. M. I., de que aquelle soberano mandára fazer no seu Paço as disposições necessarias para dentro nelle no quarto de Sua Augusta Esposa ser recebida a Senhora Rainha Maria da Gloria e a Senhora Princeza D. Paula Marianna, devendo o duque exercer as funcções do seu cargo junto aquellas duas Senhoras, a quem Sua Dita Majestade Sarda mandou que fosse tão abreviada quanto ser pudesse a quarentena, lei sanitaria, e de que, por isso, se não pode inteiramente desquitar, tomando-se não obstante a prudente e delicada medida para que, caso assim seja necessario, S. M.

e S. A. hajam de desembarcar immediatamente que chegarem e irem passar o referido tempo da abreviada quarentena em uma conveniente habitação que o mesmo duque está preparando, e que cuido que é uma das suas bellas casas de habitação, visto não ter aqui uma propria S. M. I.

Estes obsequios julguei dever retribuir pela carta que escrevi ao conde de la Tour, a que elle respondeu como V. M. verá pelas copias inclusas sob ns. 2 e 3, egualmente informarei a V. M. que tendo chegado aqui o cavalheiro Rodrigues, e communicando-me pela carta tambem inclusa sob n. 4 o conde de Funchal a sua proxima futura chegada a esta cidade, onde tambem cuido que virão o Encarregado do Brasil em Roma e o Encarregado do Brasil e de Portugal em Napoles, da mesma forma que se praticou quando a S. M. a fallecida Senhora Imperatriz D. Leopoldina, que Deus haja, veiu embarcar em um dos portos de Italia; e tambem me cumpre annunciar a V. M. que hontem aqui chegou o conde de Lebzeltern acompanhado da condessa sua esposa e da sua filha com o fim de egualmente esperar, receber e acompanhar daqui até Vienna as duas Augustas Senhoras na qualidade de commissario imperial de S. M. I. e R. A., que lhe deu ordens para fazer relativamente á jornada das mesmas Senhoras todas as convenientes disposições, tendo o mesmo Augusto Soberano nomeado o principe Kynosty (?) para exercer junto a ellas as funcções de camarista e tendo mandado vir para a mencionada jornada as creadas de differentes jerarquias e as equipagens necessarias.

Por ultimo informarei a V. M. que recebi em carta do nosso consul em Paris, mas como um boato que corria, a noticia de que a saida de S. M. e S. A. se havia adiado para o dia 12 de julho, e que a esquadra tocaria na ilha da Madeira, o que tem todos os visos de improbabilidade: e sendo-me sempre agradavel poder com justiça elogiar na Augusta Presença de V. M. os seus fieis servidores tendo a satisfação de poder asseverar a V. M. que o nosso consul I. M. Nicolaes e seu irmão Luiz Nicolaes, os quaes, apesar de mortificados pelo penoso golpe da perda de uma irman, não têm cessado de dar nesta occasião, como deram quando aqui esteve a fragata Isabel, as mais exhuberantes provas de zelo e aptidão; dos

honrados sentimentos do Encarregado de Negocios de Portugal tem V. M. uma prova no passo que elle deu desligando-se do governo de facto de Portugal; informando por ultimo a V. M. que amanhan terá logar a audiencia que pedi, e me concedeu, S. M. a Senhora Rainha Viuva Maria Thereza, concluo pedindo a V. M. perdão de não escrever esta de proprio punho pela tremura de minhas mãos e protestando-me, Senhor,

De V. M.

13 de setembro de 1828.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. Exmo. S^nr^.

Em 11 do corrente recebi a noticia da partida da Rainha, da resolução em que está o Nosso Amo de sustentar a sua abdicação e do desagrado que causou ao mesmo Senhor ou ao seu ministerio o partido que tomamos de defender a causa da legitimidade.

Isto por si só bastava para consternar-me; porém chegando hoje a esta cidade, pela via de Lisboa, a nova de ter a Madeira caido em poder dos rebeldes no dia 24 do mez passado, é tamanha a minha afflição que não sei o que escrevo. Na copia inclusa verá V. E. o que me diz o S^nr^. Aracaty; e ainda que a frase seja obscura, a intenção é obvia e clara; nada se quer com Portugal, e quanto temos obrado será severamente desaprovado. Cuidei que nos despachos expedidos a V. E. do Gabinete Imperial acharia alguma cousa consoladora, e exigi do S^nr^. Oliveira que m'os entregasse, para que, em virtude da faculdade que V. E. me déra, eu pudesse abril-os e lel-os. Elle pareceu hesitar: mas alfim annuiu; e quando eu contava achar uma resposta ás muitas e importantes cartas escriptas por V. E. a S. M. I., porém achando unicamente tratado nelles o negocio do casamento, que pretende contrair o mesmo Senhor, adquiri a dolorosa certeza de que elle abandonou o malfadado Portugal á sua triste sorte e não se offendeu da usurpação atroz que se lhe fez. Quem podia esperar tal resolução!! Não me pesa ver malogrados os esforços que

ambos fizemos para defender os direitos de S. M. I.; pesa-me ver deslustrada a sua reputação e sacrificados aquelles que lhe permaneceram fieis. Eu sempre tive um presentimento de que haviamos tambem de ser sacrificados; porém como me preparei para este sacrificio, não me arrependo do que fiz; porque fizemos quanto exigia a nossa fidelidade e devoção para com a Pessoa do Imperador. Todavia estou tão offendido da conducta do Ministerio que vou immediatamente pedir a minha demissão. O rendimento da Madeira veiu transtornar os nossos planos.

Neste momento tratavamos aqui de mandar para aquella ilha e a Terceira a gente chegada de Hespanha. Sendo de esperar que a Terceira esteja tambem tomada a esta hora, não sabemos o que devemos fazer desta gente. Talvez aventuremos a expedição della para alguma ilha dos Açores; e quando ali não possa desembarcar, seguirá para o Brasil que talvez lhe negue tambem asilo. Emfim, meu bom amigo, triunfou a traição e a usurpação; está calcada aos pés a fidelidade e a legitimidade. Perder-se-á tudo; mas ninguem nos vedará o dizermos fors l'honneur. Falo da nossa. Muito tinha que dizer-lhe; porém a afflição não m'o permitte, nem o escrever ao nosso amigo o Exmo. Marquez de Barbacena, para quem envio um abraço. Na gazeta inclusa achará a analyse feita em Lisboa do nosso segundo protesto, e na brochura tambem inclusa a do Assento dos Tres Estados. Sou e serei sempre de V. E. colega afectuoso.

Itabayana.

Londres, em 13 de setembro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta de um final de carta)

Ha, comtudo, no ramo Real de Holestan-Beck, a que pertence de mais a mais a Rainha, duas princezas mui bonitas e mui bem educadas, e posso segurar a V. M. que este casamento com não ser tão brilhante como o que V. M. projectou fazer em Baviera ou em Turim, não é menos, é antes mais illustre que o casamento que o Senhor Rei D. Pedro II fez em segundas nupcias, desposando a Princeza Sophia, filha

do Eleitor Palatino. Nestes termos escrevi a Christovão Pedro de Moraes Sarmento, Encarregado dos Negocios de Portugal em Copenhague, e que foi quem ha tres mezes estando aqui nos deu as melhores informações a respeito das sobreditas Princezas, para que elle proseguisse nas diligencias que então o auctorizei a fazer pelo documento que remetto a V. M. por copia junta sob n. 2, diligencias que, pela precitada circumstancia da noticia que tive de Barbacena, eu mandara sustar. O negocio trata-se debaixo do maior segredo e não na Côrte, mas na residencia do duque de Holestan-Beck, que é em Gluckstadj. Logo que venha o sim, immediatamente o remetterei a V. M., e tambem immediatamente partirei daqui (visto o Barbacena não poder largar a Rainha) para assignar o contracto. A razão por que não communiquei até agora a V. M. isto que fiz, é porque o meu gosto era de lhe não dar parte de cousa alguma antes do negocio estar ultimado. Creia V. M. que se se não tivesse entregado a Austria, já ha muito tempo estava casado. A circumstancia da saída da marqueza de Santos ha de sem duvida facilitar muitissimo a negociação, em que trabalhamos com unhas e dentes, de casar a V. M. com uma Princeza que lhe agrade. Cabe mui bem neste logar o dizer que os maganões austriacos ainda me queriam iludir com a idéa fantastica de casamento em Turim, mas eu disse-lhes que V. M. já não tratava de casar, e quando fui apresentado a Rainha Maria Thereza e a suas duas filhas, nem sequer puz os olhos nellas. Falarei por ultimo a V. M. numa cousa, que ainda que me diz respeito, interessa algum tanto ao serviço de V. M. Bem pode V. M. pensar quanto o meu zelo terá desagradado á Austria, e é bem de suppôr quanto, particularmente o que em Genova passei com Lebzeltern, terá indisposto o principe de Metternich contra mim. Pode-se dizer que quebramos, e taes quebras jamais se soldam; parece-me portanto que em tal caso, e não só para que o meu amor proprio não soffra mortificações, mas para que os negocios de V. M. e do Brasil não padeçam desattenções, convém, Senhor, que V. M. me faça a graça de me transferir daquella para outra missão. Ha a de Roma, visto que V. M. quer que o meu colega Itabayana fique aqui, e se não quer que a Camara dos Deputados me mate com casamentos de clerigos, mande-

me para Paris, passando para Vienna o Taubaté, que me dizem que estimaria não ir para Paris, por lá estar residindo, como agente do Senhor Infante D. Miguel, o conde da Ponte, seu irmão. Si eu pudesse estar mal com V. M. ou tivesse dinheiro; se eu não tivesse gota e necessidade de ver, não digo já se a enxoto (porque isso é impossivel), mas se ao menos a amacio por meio de remedios, que só ha na Europa e na boa estação que vem; de boa mente me embarcaria para o Rio de Janeiro; mas Senhor, sou seu amigo, sou pobre e sou doente, e são estes os unicos titulos de que me prevaleço, e de que realmente só posso prevalecer-me, porque pouco valem os meus talentos e nada merecem os meus serviços, tão cambaios como as minhas pernas, que sobem menos que as minhas meias caídas, de que a Rainha se lembrava. Outra cousa peço, e com isto prometto de concluir esta carta, e vem a ser que me deixe levar como empregado na missão que me haja de dar, ao secretario ou pro-secretario Verissimo Maximo de Almeida, que me acompanhou, que me não largou, que me tem servido bem, e ha muito tempo, e que finalmente me governa a casa e faz com que me baste o dinheiro, que V. M. me dá. Eu mereço-lhe mais este favor, porque o sirvo com amor e com desinteresse, e porque ando a luctar com a gente apostolica e a quebrar as costelas pelas estradas por amor de V. M. e de Sua Augusta Filha. Faça-me isto, Senhor, e prometto não lhe pedir mais nada e dar-lhe dentro em poucos mezes uma bella esposa; e para lhe provar que não falto á minha palavra, acabo como prometti, protestando-me, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 12 de outubro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Depois de ter noticia do que os marquezes de Barbacena e de Palmella e o visconde de Itabayana escrevem nesta occasião a V. M. e do que lhe vão expor um par e dous depu-

tados do reino de Portugal, estava eu a fazer os meus entes de razão para me determinar a escrever ou a não escrever a V. M. acerca daquelle desgraçado reino, quando recebi do meu duende na Austria, em Italia e em Inglaterra o bilhete incluso sob n. 1, no qual o mencionado duende (que V. M. já vê que ha de ser o conde de Lebzeltern) me pedia amigavelmente uma audiencia. Não julgando que devia recusal-a, tambem assentei que não devia deixar ignorar a V. M. o que passei com aquelle demonio meridiano, que eu recebi na cama e de barrête de folhos, tendo de um lado a competente pia de agua benta e de outro uma refutação do assento dos chamados tres estados do reino de Portugal. Chegando o diabo, a quem como de razão não fiz cruz, disse-me elle, depois de abraçar-me e beijar-me, que o principe de Metternich, que era muito meu amigo e que fazia muito caso de mim, (aqui tirei o barrete) lhe recommendára muito que me consultasse (aqui tornei a tirar o barrete e com tanta ancia que foi parar ao meio do chão), e que ouvisse o meu voto sobre o objecto da sua presente missão. Eu comecei por agradecer tanta confiança, e observando ao demonio que o meu reconhecimento não podia ir mais longe visto que a visse cabeleira não podia ir mais abaixo, pedi-lhe que quizesse ter a bondade de expor-me o fim para que fôra mandado a esta terra. Disse-me sua Demonice que viera reclamar a Rainha de Portugal; que já havia feito esta reclamação na entrevista que tivera com o Marquez de Barbacena e que antes de obter a resposta categorica vinha repetir-me as ponderações que havia feito ao sobredito Marquêz, citando-me desde logo para eu decidir se eram ou não attendiveis. Eu respondi que tendo eu, como elle sabia, morrido diplomaticamente e não costumando os defuntos falar senão nas cousas passadas, somente observaria que um sujeito chamado Migel (que era como elle no meu tempo costumava assignar-se) fôra, depois de ter morto tres ou quatro pessoas e de ter prendido seu pai e meio mundo enxotado de Portugal, para França (onde esteve para dar cabo da pelle de um ministro portuguez) e dali partira, precedido de tão boa reputação, para Vienna, onde tudo tremeu a começar por S. M. o Imperador da Austria. Que não fazendo, todavia, lá o sujeito Migel outros disturbios senão o

de compor com um certo Ulcemans (seu mestre de allemão nomeado pelo principe de Metternich) memorias tendentes a fazer acreditar nos seus pretendidos direitos á Corôa de Portugal e de se communicar com os que haviam declarado rebeldes a seu soberano e irmão. A Austria que para maior gloria de Deus se havia santamente proposto a destruir a Carta Portugueza ainda que com ella caisse a legitima auctoridade, não só não tomára contas ao sujeito Migel daquelles disturbios, mas impedira que elle fosse para o Brasil e instára e fizera instar para que elle fosse feito Regente de Portugal, para onde foi levado em triumpho por todos os santos e santas alliadas que quizeram dourar a pirula desta devota conspiração com um ingrediente a que se chamou protocolo de conferencias do mez de outubro, em que, eu hoje finado mas então ainda vivo, não quiz entrar para levar de menos uma logração para o outro mundo.

Aqui me interrompeu o mesmo duende dizendo-me que me esquecia mencionar o que muita gente crê, e vem a ser que a Austria induziu o sujeito Migel a ir fazer a revolução em Portugal. Eu repliquei ao Diabo que devendo os mortos falar verdade, mal poderia faltar a ella e dizer que a Austria fez o que ella não fez, nem tinha necessidade de fazer, porque induzir D. Migel a revolucionar Portugal era o mesmo que ensinar o Padre-nosso ao Vigario. A Austria, disse eu, fez como a Providencia costuma fazer, que é prever e permittir que se façam certos actos; e continuei dizendo que começando effectivamente o sujeito Migel a dispor as cousas para a revolução desde o dia em que chegou a Portugal; e chegando a mim e ao meu collega visconde de Itabayana instrucções para a ella nos oppôrmos: participando eu isto e a minha vinda a Londres ao principe de Metternich e reclamando a cooperação austriaca, que S. A. me prometteu, chegára com esta promessa a Londres, onde depois de conferencias com um surdo, que responde, já se sabe, sem ouvir as perguntas que lhe fazem, com um distrahido, que aqui havia, que assobiava em vez de responder e com um outro sujeito que vive e de quem o demonio meridiano é camarada, razão por que não me atrevo a caracterizal-o, tudo que eu e o meu collega pudemos pescar neste

mar de duvidas foi que se fossemos tão bons que não fizessemos nada, como os outros tres mencionados barqueiros, elles se porião, como se puzeram logo, contra nós e, o que mais é, da parte do sujeito Migel. Que depois de tomarmos o partido de não ficar esgravatando os dentes depois de comermos o pão de V. M., passamos a fazer alguma cousa sozinhos e sozissimos, emquanto os tres barqueiros remavam como prometteram para um e outro bordo. Aqui me interrompeu tambem o duende para me observar que pedindo a justiça que elle analysasse as nossas proezas com o mesmo rigor com que eu tinha examinado o sujeito Migel e os da Austria, reflectia que eu e o meu collega tinhamos pelo nosso primeiro protesto ultrapassado os nossos deveres declarando o governo do sujeito Migel governo de facto, que pela nossa circular ás legações brasileiras tinhamos destronizado a Senhora Rainha de Portugal, que não pagando o dividendo do emprestimo de Portugal tinhamos violado um tratado e perdido o credito do Brasil, e que finalmente se tinhamos pelo nosso ultimo protesto respondido ao sujeito Migel, tinhamos, todavia, pelo modo por que nos explicamos faltado á civilidade e cortezia. Contra o Demonio repliquei que se tinhamos chamado governo de facto ao desgoverno do sujeito Migel, primeiramente não lhe fizemos calumnia, porque lhe demos o nome que tem, e em segundo logar pedi ao Demonio que notasse que ainda assim lhe não falamos por este modo senão depois de todos os santos e santas alliadas o chamarem assim: que quanto á circular que me espantava que um Demonio tão esperto na sua Demonice não fizesse differença entre sobrestar por motivo fundado uma notificação e destronizar uma Rainha; que pelo que toca á suspensão do pagamento do dividendo do emprestimo portuguez que é, digo eu, uma antifona que se levantou para neutralizar a opinião publica que em Inglaterra ha a favor dos direitos de V. M. e da Sua Augusta Filha á Corôa de Portugal e para nos tirar os meios de prover á subsistencia de leaes portuguezes, cousa que se não ha de conseguir; eu me lembrava muito bem do sermão que a tal respeito preguei deante do narigão do vencedor de Waterloo a que este ainda não respondera, e que se o Demonio presente quizesse que eu lh'o repetisse, que eu estava promptissimo. Dizendo-me

elle que o ouviria de boa vontade, tomamos duas pitadas de tabaco e entre reciprocos espirros repreguei o sermão, e disse-me o Demonio no fim, e antes de eu pedir as Ave-Marias de estilo, que não tinha resposta o que eu pregava. Passando ao ultimo protesto, disse-lhe que quando o compuzemos, tinhamos assentado que era mais essencial ou unicamente essencial pezar os argumentos em vez de gastar tempo com estendermos comprimentos e medir larguras de não merecidas cortezias, e continuei dizendo que, feitas estas proezas, fora para Genova a fim de receber a Rainha e que depois sabendo que S. M. vinha aqui voltara eu tambem aqui onde achára uma licença com que V. M. me aviventára como homem por isso que com ella me matou como diplomatico; e que era portanto aqui que devia parar a minha narração. Não convindo nisto o diabo de Lebzeltern estive quasi a lançar mão da pia d'agua benta, mas lembrando-me depois que elle talvez seja daquelle genero de Demonio de quem o Evangelho diz que só a gente se pode ver livre a poder de oração, recorri ao livrinho, que fazia pendant da bemdita pia, e com esta especie de issope o exorcismei da maneira seguinte a que darei a forma de dialogo como foi e para ser mais viva e exacta a narração.

Rezende — Quer Vª. Eª. que lhe leia a Analyse do Assento dos chamados Tres Estados do Reino de Portugal?

Lebzeltern — Não, senhor, porque nunca duvidei dos direitos do Senhor D. Pedro IV e da Senhora D. Maria II á Corôa Portugueza.

Rezende — Ora oiça somente estes paragraphos do assento em que a vossa como as outras côrtes são descompostas por D. Migel, e por elle citadas a dar conta de terem reconhecido o Senhor D. Pedro IV e a Senhora D. Maria II,sob pena de se entender que as ditas côrtes estão arrependidas caso não responderem ao reclamo.

Lebzeltern — Era o que faltava se ainda em cima tinhamos que responder a esses paragraphos.

Rezende — Pois, senhor conde, eu não esperei por esta não resposta para me convencer que a vossa côrte não quer nem contradizer nem contrariar o Senhor D. Miguel.

Lebzeltern — Parece incrivel que ouseis fazer do Imperador meu amo um semelhante conceito.

Rezende — Alto lá, senhor conde; eu tenho até mais devoção ao vosso Imperador do que o principe de Metternich; mas como S. M. I. e R. Apostolica não governa, resta a parte administrativa; que a Diplomatica está sem duvida alguma debaixo do poder de Poncio Pilatos, em quem não tenho fé, apesar delle estar no Crédo; repito que este vigario do Cesar de hoje está judiando com vosso Amo com a mesma tyrania com que o Pilatos do outro Cesar se houve em tempos mais antigos.

Lebzeltern — Vos sois um ingrato pelo modo com que correspondeis a amizade que ainda vos tem o principe de Metternich.

Rezende — Eu como homem morro-me por S. A., mas como ministro do Senhor D. Pedro, e só delle, detesto Metternich e jamais me fiarei nem consentirei que alguem se fie nelle em ponto de negocios politicos.

Lebzeltern — A quem assim fala e é ministro de um soberano e alliado da Austria ha direito de se perguntar porque fala deste modo.

Rezende — Eu já não sou de facto ministro na Austria, e em pouco não serei de facto nem de direito; como quer que seja ou que venha a ser, nenhuma duvida tenho de justificar até em publico o meu dito assim como tudo o que tenho feito; mas por agora o não quero fazer, prque não convem aos interesses de meu amo, e só vos digo que uma surpreza da natureza daquella que o General Swavary (?) fez a elrei de Espanha trazendo-o para França em 1808 não se renova dentro do mesmo seculo. Basta, senhor conde.

Lebzeltern — Então, e pelo que posso perceber, tambem eu não escapo e passo em vossa opinião por um traidor.

Rezende — Cada um de nós faz o que entende; e agora basta, e deixe-me Vª. Exª. levantar da cama.

Lebzeltern — Adeus e sem rancor.

Rezende — Sem rancor adeus.

E com isto não nos enfadamos mais e nos deixamos um ao outro.

Indo, passados dias, finalmente jantar á casa de Esterhazy reparei que toda a gente austriaca fugia de mim.

Paciencia; e faça V. M., como lhe pedi, que eu não importune mais tal gente com a minha presença.

Estava eu em Vienna optimamente até que me apercebi que em Vienna traia a V. M., e desde esse momento não só eu mas todos os empregados na minha legação gritamos: fóra, fora, fora daqui que ha pulgas, e que pulgas!

Acabo pedindo ou repedindo a V. M. que não fie nesse percebejo austriaco que lá tem e que se mete pela taboa da cabeceira, pelo colxão, pelo enxergão e por tudo quanto enxerga e pode caber; peço tambem a V. M. que ouça não só com os ouvidos mas com a mais séria attenção a leal deputação portugueza que vai á Sua Augusta Presença e que depois se ha de converter numa legação de sua linda e querida primogenita que V. M. mandou reinar no paiz que nos deu o berço e de que portanto não podemos deixar de lembrar-nos até o tumulo. Um conde de Sabugal que além da franca, fina e até doce probidade que caracteriza todas as pessoas da sua familia, tão conjuncta com a minha, reune muitos e mui uteis e agradaveis conhecimentos; o desembargador Magalhães que tem tantos e o desembargador Sarmento que o acompanha tanto em saber e em luzes como nos serviços prestados no Porto e que, quanto a mim, é o homem que hoje em dia conhece mais e melhor a historia e as cousas de Portugal e as communica com maior elegancia, são ostres legados daquella Patria hoje afflicta não tanto pela perda das instituições que V. M. liberalmente lhe doou e pelos trabalhos que soffre como pelas difficuldades que encontra e que V. M. somente pode cortar para que os portuguezes de hoje façamos o que fizeram os portuguezes de 1640.

Beija, Senhor, as Augustas Mãos de V. M.
o seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 23 de outubro de 1828.

P. S.— Incluo um bilhete de Lebzeltern que por esquecimento não foi n'outra carta.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Final de carta)

Emquanto seu marido luta com os homens, que por desgraça estão á testa dos governos, preenche a marqueza de Palmella junto á Senhora Rainha de Portugal todos os seus deveres com o respeitoso carinho de quem sente correr misturado em suas veias o sangue do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira e de João das Regras, immortaes defensores da Augusta Casa de Bragança, e com a ternura que só sabe ter uma mãi, que só se esqueceu de que o era, quando separou de si e armou, como haviam feito duas suas avós a um filho para ir defender, e tambem contra insidias de Espanha os direitos do legitimo soberano de Portugal. Todas estas considerações tornam a familia do marquez de Palmella mui particularmente digna da especial protecção de V. M., que está por honra sua e em consciencia obrigado a repartir, quando mais não fôr o seu proprio pão com quem tão heroica e desinteressadamente se expoz a perder por amor de V. M. e de Sua Augusta Filha não só os meios de uma lauta subsistencia mas até a propria vida.

Com melhores palavras, porque sabia melhor do que eu manejar a nossa lingua, disse o Padre Antonio Vieira: que dão ou podem dar os soberanos a quem deu por elles o sangue? Eu acrescentarei que seria sobre injusto indecoroso a V. M. que emquanto o visconde de Asseca, o conde da Ponte e outros traídores conservem tantos bens, que temos no Brasil, morresse de fome ou mendigasse o pão a familia proto-martir da legitimidade: e digo mais que V. M. está obrigado a segurar-lhe, para o caso em que triumfe a usurpação um bom sustento pela regra de que tudo o que é digno de fazer-se é digno de fazer-se bem. Além disto como o Marquez está de seis mezes a esta parte despendendo mais do que lhe permittem os seus vencimentos pelas despesas que exije a estada aqui de um sem numero de compatriotas fieis que á sua casa concorrem com a doce idéa de que ella é hoje quasi o unico territorio portuguez que pode habitar a fidelidade e accrescendo ser Londres ha perto de um mez a residencia da soberana de Portugal, mal pode o marquez que além de seu ordenado só tem hoje em dia uma pequena renda que cobra de

umas herdades que possue no Piemonte supprir a um accrescimo de despesas taes se V. M. não se dignar auctorisar a sua missão em Londres para pagar as sobreditas despesas. Eu e os meus dous zelosos colegas marquez de Barbacena e visconde de Itabayana assentamos, e sem que o lembrasse nem o soubesse a parte interessada, em pedirmos, como o fazemos, pelo intermedio de um de nos a V. M. se digne, annuindo ao que acabo de lhe expôr, fazer constar ao marquez de Palmella a disposição em que esperamos que V. M. estará de lhe dar as supra-citadas seguranças que ficam mencionadas. Queira o Céo accrescentar e prosperar os preciosos dias de V. M. como tanto desejam e hão mistér os seus fieis subditos brasileiros e portuguezes leaes. Beija, Senhor, as Augustas Mãos de V. M. com o mais respeitoso amor o seu mui fiél subdito e mais humilde creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 25 de outubro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Parecendo conveniente fazer sair a fragata Imperatriz para o fim que mais miudamente explicarão a V. M. os meus dous estimaveis collegas e parecendo tambem a elles que convinha que eu fôsse a Falmouth entender-me a tal respeito com o C. de Souzel a fim de evitar referencias aqui e demoras em objecto tão secreto e urgente, vou antes de partir escrever esta carta a V. M., cuja carta deixo aqui para dentro de poucos dias ir no saco dos officios. Contando, quando dentro de 8 dias regressar aqui, achar resposta terminante a respeito da importante negociação do casamento de V. M. de Dinamarca, deixando, todavia, recommendado a meus collegas que abram as cartas que durante a minha ausencia me vierem de Copenhague, e cumprindo-me prevenir que os maganões austriacos contam tanto com lhes sair bem o projecto de resuscitarem a idéa, que manhosamente empataram, do casamento em Genova, que o conde de Oriola teve o atrevimento de dizer

á pessoa fidedigna, que nol-o acaba de contar: « O rapaz ha de estar por tudo desde que se lhe der môça, que é o que elle quer ». Devo egualmente pôr outra vez a V. M. em guarda contra as intrigas que infallivelmente por via do barão de Marechal me hão de fazer em Sua Augusta Presença os austriacos, que segundo o que ainda hontem disse Lebzeltern ao M. de Barbacena me têm por uma das causas mais principaes do contratempo que acabam de topar as novas instrucções que V. M. acaba de mandar ao sobredito Marquez e que derrotaram a Santa-Alliança.

Além dos 30 (?) documentos que já tive a honra de remetter a V. M., vão mais os dous inclusos que se referem ao extravagante pedido, que me fez em Genova Lebzeltern, e a que não annui nem devia annuir, como V. M. verá, de receber a visita de um certo Pagarelli, consul de Portugal no dito porto, que havia ousado annunciar na gazzeta, poucos dias antes da minha chegada ali, o bloqueio da Madeira, que remetto só para que V. M. veja a serie de desafôros dos austriacos, a quem eu não podia agradar senão, ou continuando por mais tempo a ser illudido ou prestando-me depois de desenganos a enganar e trair V. M.

Está quasi a partir o mail-coach em que vou a Falmouth, e por isso só posso acrescentar que beija as Augustas Mãos de V. M. seu mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Londres, 4 de novembro de 1828.

P. S. — Agora sei que até portuguezes intrigam dirijindo daqui a V. M. uma papelada contra o conde de Sabugal: mande, Senhor, V. M. tambem á fava esses intrigantes.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta)

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Quando considero que no momento em que começo a escrever estas linhas, já V. M. tem decidido a sorte de Portugal, cae-me a penna das mãos até pelo receio que tenho, que não é um terror absolutamente pánico, de que V. M.

tambem cedesse ás instancias, que daqui foi mandado fazer Lord Strangford, e em que havia de ser apoiado pelo jesuita de quarto voto que ahi defende os interesses da Côrte de Vienna, ou para melhor dizer os caprichos do Principe de Metternich, com mais sangue-frio e com mais proveito, mas não com mais gana do que eu defendi os de V. M. e da Senhora Rainha de Portugal. Sua Augusta Filha naquella maldita Côrte, onde de certo não ponho mais os meus pés nem ás mãos de Deus-Padre. Como quer que seja, vou ainda pintar a V. M. uma verdade a respeito de Portugal, e eil-a aqui tão nua e crua como todas as que tenho tido e terei a honra de escrever a V. M. Se V. M. teve a gloria de não acceder ás proposições que lhe foi fazer Lord Strangford que val o mesmo que dizer, se V. M. não assignou o que elle daqui levou, e que lavraram Austria e Inglaterra, contra Sua Augusta Filha e tres milhões de subditos da Corôa de Portugal, deve V. M. sustentar a sua recusa com a declaração de guerra ao Usurpador, que de certo cede, e até morre de susto quando souber que V. M. lhe manda dez vasos de guerra trazendo a seu bordo os portuguezes que daqui estão a embarcar para o Brasil. Todas as despesas se tirarão dos 18 milhões que devemos pagar a Portugal pelo tratado de 1825. O Senhor Infante não tem forças nem sequer para nos apertar o dedo minimo, quanto mais para nos assustar, e a nossa marinha, que se perderá se for descançar para traz da ilha das Cobras, precisa trabalhar, até para vermos se vale a pena das despezas que fazemos para a sustentar. Oh! que o Senhor Infante só offendeu a Pessoa do Imperador! Esse burro (?)! Mas não é só essa bagatela (para quem a julgar assim) que S. A. fez contra o Brasil. Depois de insultar o Soberano do Brasil e de o queimar em estatua, mandou publicar o assento dos chamados Tres Estados, onde se lê na fala de José Acursio das Neves que a nossa independencia *foi mal ou bem reconhecida*, que é o mesmo que dizer que o foi mal; e consente que na Gazeta de Lisbôa, que é sujeita á censura prévia do governo intruso, se escarneçam as nossas instituições: emfim prendeu o nosso Consul no Porto e muitos outros brasileiros, e não consta que mandasse levantar o sequestro a que em Angola se procedeu de propriedades bra-

sileiras. Bastaria isto para abalar os animos dos mais inabalaveis antagonistas da guerra. Não sei, o que sei é disse a verdade que prometti, e para que não seja maior a ladainha acabo aqui, beijando mentalmente as Augustas Mãos de V. M. como seu mais humilde subdito e mui fiel creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 6 de dezembro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Em compensação da secante carta que nesta mesma occasião tenho a honra de escrever a V. M. sobre questões de Portugal, terei nesta a honrosa satisfação de lhe asseverar que sendo cada vez e em todo o sentido, melhores as noticias que nos chegam de Dinamarca, cedo terei o trabalhoso prazer de me pôr a caminho por estas neves e gelos para ir felizmente concluir uma negociação tão importante e que no principio me fez criar muitos cabellos brancos.

Eu levo em minha companhia Ildefonso Bayard, fiél subdito da Senhora D. Maria II, e que pela grande pratica, muitos conhecimentos e mui boas qualidades que tem, convem que me aconselhe. Tudo se ha de fazer o melhor possivel, o essencial é o sim, e a Senhora sei como é feita para moral e physicamente agradar a V. M. Eu é que tenho uma figura muito desastrada para figurante em casos de himenêo, mas por-me-ei á moda o mais que me for possivel. O caso tambem essencial é chegar eu com vida e saude até onde está a princeza Luiza, que é o nome da futura esposa de V. M.

Beija com o mais profundo respeito e com o maior amor as Augustas Mãos de V. M. seu mui fiél subdito e mais humilde creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 6 de dezembro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

A eminente dignidade de gran-cruz a que V. M. me elevou em dia tão solemne, numa tão notavel conjunctura, e em companhia de dous collegas meus tão zelosos e tão benemeritos servidores de V. M., tornam a benigna attenção com que me foi conferida aquella distincta mercê tão sobremaneira honroza que, a não ser, como é constante, a incomparavel generosidade de quem a liberalizou, supporia muita gente que eram grandes os pequenos serviços de quem a recebeu, e que reconhecido beija mentalmente, como só lhe é possivel fazer, as Augustas e Munificentes Mãos de V. M.; e pede ao Soberano e Supremo Auctor e Conservador da vida que prolongue a de V. M. e a delle agraciado, tanto quanto prolongou a de Mathusalém com as forças de Sansão, porque só assim poderei ir satisfazendo pouco a pouco o que devo a V. M. Eu logo que recebi a noticia do meu despacho encommendei a competente medalha e correspondente fita larga, que já a tenho e provei. Ainda que os circumstantes digam que ella me vai tão bem que posso tirar uma preta da casa do seu senhor, o espelho, que eu acredito mais, diz-me que o novo bem como os velhos enfeites requintam a minha pouca gentileza e o meu desastramento. Assim mesmo hei de ir depois d'amanhan ao Paço, onde a Senhora Rainha de Portugal ha de ser recebida por elrei de Inglaterra e por toda a sua real familia; e assim mesmo hei de, em mui poucos dias, ir á algures, e mais explicitamente me explicaria a respeito desta segunda digressão (que V. M. mui bem pode pensar qual seja), se esta carta fosse levada bem como as outras antecedentes, por algum portador seguro. Por esta mesma razão me não abalanço tambem a falar a V. M. em outros contextos; segurando-lhe, porém, que as noticias que trouxe o ultimo paquete que dahi saiu em 23 de outubro animaram muito a todos os bons servidores e amantes da causa de V. M. e de Sua Augusta Primogenita, assim como posso assegurar a V.

M. que as ultimas noticias que temos de Lisboa indicam que não durará muito o governo ou o desgoverno da usurpação.

Não acabarei esta carta sem informar a V. M. que S. M. F. está cada vez mais linda, crescida e mais esperta; penetrada da sua actual posição dá Ella as melhores respostas a quem lhe fala nos negocios de Portugal, e está firme e firmissima em não casar com o Tigre; dizendo ainda outro dia que o não havia de fazer, não só porque o seu tio é máu, mas porque as pessoas que o cercam são péssimas e a quererião matar.

E' de justiça, posto que seja desnecessario, continuar a informar a V. M. do carinho, zelo, decoro e juizo com que o Marquez de Barbacena, visconde de Itabayana e Marquez de Palmella, marido e mulher, se têm havido para com S. M. F., e para prova bastará citar a V. M. o testemunho do principe de Liévin, embaixador da Russia, do mesmo principe de Esterhazy, embaixador da Austria, de M^r. Falck, embaixador dos Paizes-Baixos, sem falar no de varios outros ministros e até dos mesmos ministros inglezes que abonam a nobre conducta daquelles fieis servidores de V. M. e da Sua Augusta Primogenita.

Possa V. M. e possam elles vencer tão grande e tão justa causa, o que eu desejo, e espero ver; mas quando não, nem por isso deveremos arrepender-nos dos nossos esforços, porque ainda perdendo muito, não perderemos o que se não pode recobrar, podendo então consolar-nos senão a orgulhosa sentença de Catão: Vitrix causa diis placuit, sed victa Catoni;» a judiciosa consolação de Francisco 1º: tout est perdu, fors l'honneur.

Acabo, até para não parecer que é sermão, e porque os soberanos nunca se offendem, antes gostam de que se lhes peça ainda na occasião em que elles tão liberalmente dão, pedindo a V. M. um signal d'amor, duas ou tres regrinhas de Sua Augusta Mão para o Marquez de Palmella, que se sacrificou inteiramente a si, a sua mulher e a todos os dez filhos que tem, por V. M. e pela Senhora Rainha de Portugal: e como já pedi a Deus que desse á V. M. os annos do homem mais forte que se conheceu, só me resta pedir a Divina Majestade que faça com que V. M. continue a fazer a gloria e

a ventura de seus fieis subditos brasileiros, e que a respeito de seus antigos subditos de Portugal se possa dizer de V. M. o que Voltaire disse de Henrique IV: Il fut de ses sujets le père et le vainqueur: invejando elles a fortuna que tenho de ser com o mais profundo respeito e com o maior amor, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado. Assignado.

Marquez de Rezende.

Londres, em 20 de dezembro de 1828.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Tres unicos serviços tem feito a V. M. Antonio Telles e vêm a ser: de ter escamotado, logo que a Vienna chegou a noticia da morte do Senhor D. João VI, a reclamação que decidiu da aclamação de V. M. como Rei de Portugal, e o que agora lhe acaba de prestar achando emfim uma illustre, bella, joven e mui prendada noiva para V. M. I., e projectando e tendo começado a pôr em pratica um atrevido estratagema, por meio do qual se poderão metter as costas dentro ao Senhor Infante D. Miguel, cujo partido ia jesuiticamente tratando de deitar a Carta para debaixo da mesa, a fim de fazer o seu jogo e alliviar V. M. e a Senhora Rainha D. Maria II do peso da corôa d'espinhos de Portugal. Exporei primeiramente o que diz respeito ao casamento. Escrevi eu ultimamente a V. M. o que havia passado acerca da ultima tentativa que se fez junto a antiga familia Real da Suecia, não dissimulando o receio de que ella tivesse o mesmo máu resultado que as antecedentes. Todavia não me desanimando inteiramente e em ordem a não poupar diligencias, tratei de interessar, como tambem já informei a V. M. o Principe Gustavo e o seu camarista e director o B, hoje Conde de Polier por meio do interesseirissimo Ghentz, e vai senão quando, ou por isto ou porque não havia opposição austriaca, que receiavamos, ou porque ella tinha cessado, parece o negocio concluido. A Princeza.....(11), segunda irman do dito Principe e

(11) O pontilhado figura na minuta.

futuro Rei de Suecia, prima da Imperatriz da Russia, bella e com olhos e côr de cabello que difficilmente se encontram neste norte da Europa, animosa, instruida, amavel, summamente bem educada e virtuosa acaba de fazer constar a seu irmão que está prompta a ir para o Brasil fazer a ventura de V. M. O Principe Gustavo contava, á minha partida de Vienna, demorar-se ali até o dia 21 do corrente para ver se no emtanto recebia uma outra carta mais extensa, que Sua Augusta Irman lhe prometia, para dali passar a avistar-se com Ella em Carlsrhue a fim de a dispor a ultimar definitivamente o negocio do consentimento quando eu chegar a sobredita Côrte de Baden, onde me convidou a seguil-o com pequeno intervalo, e conto achar-me em poucos dias. Sendo que a differença de religião, que é o unico desconto que esta união tem, não tem, todavia, contra si, nem as leis eclesiasticas (visto que dous arquiduquezes d'Austria casaram com duas princezas protestantes), nem as leis civis (por isso que as do Brasil a não impedem), nem a consciencia de V. M. (que já em vida de Seu Augusto Pai, esteve disposto a casar com uma princeza scismatica) e que V. M. me diz na sua ultima carta que o seu caso é casar, preferindo uma princeza parenta da Casa d'Austria e declarando que aprova os engajamentos que S. M. I. tiver feito com esta ou aquella, nenhuma duvida se me devia offerecer que pudesse inhibir-me de acceitar o convite do Principe a fim de fazer a respeito da differença de Religião uma declaração de tolerancia, que se torna indispensavel, e um pedido e ajuste semi-publico e não menos conveniente para fixar o consentimento. Todavia nada quiz fazer sem primeiro ouvir o meu estimavel e esclarecido colega visconde de Itabayana, com quem de mais a mais, pelo outro negocio, me pretendia avistar, o que já aconteceu, concordando elle perfeitamente comigo, em que devo acquiescer ao supracitado convite e preencher o fim que com elle se propoz o Principe Gustavo, e de Carlsrhue terei a honra de annunciar a V. M. o que ali passar com todas as mais informações necessarias. Finalmente dando conta a V. M. de que a Imperatriz d'Austria tambem acaba de receber a certeza de que a Sua Irman a Duqueza de Leuchtemberg não duvida de promover o consentimento de uma das

suas filhas, mas só depois dellas serem nubeis, o que não é conveniente, bem como o parentesco com a familia Bonaparte, que traria comsigo esta alliança, tenho dito tudo o que até aqui se offerece relativamente ao negocio do casamento. Passando ao que é relativo ás tristes e ponderosas circumstancias de Portugal, eis aqui o que fiz e o estado em que se acha esta segunda negociação. Recebendo eu em Vienna no dia 14 do corrente carta particular em cifra do visconde de Itabayana que me previnia da continuação das desordens em Portugal e de que a facção que ali domina, tratava de destruir a Carta, a fim de mais azadamente poder usurpar para o Senhor Infante o que é de V. M. e ha de ser de Sua Augusta Primogenita, convidando-me o visconde a saír á campo, na certeza de que elle manobraria no mesmo sentido, carta esta que me levou um correio portuguez que passára por Londres, onde deixou despachos do visconde de Santarém identicos aos que levou a Vienna, e cujo contexto longo e cançadissimo se reduz a justificar em vinte e tantas resmas de papel tudo o que o Senhor Infante tem feito em outros tantos e tão embrulhados dias, e a ralhar do conde de Bombelles e de Mr. Lamb, pedindo, comtudo, e sem reserva noticias do modo de pensar da Austria, peguei no meu juizo e depois de espremer os poucos miolos que a loucura do mundo ainda me não derreteu, obtive em resultado que me devia prevalecer das recommendações que V. M. mais antigamente me fizera em differentes cartas particulares, para, a favor da remessa de quatro duzias de botões que o ajudante d'ordens do marquez de Barbacena fizera ao secretario da minha legação e que tornavam mui volumoso o maço que me dirigiu o meu colega, fazer com isso o jogo que V. M. vai ver, e de que certamente ha de rir e gostar e talvez colher algum fructo. Fui as carreiras á casa de Metternich, onde encontrei Villa-Secca com o despacho Santareno de vinte resmas de papel conversando com o Lebzeltern e apparecendo pouco depois o principe, disse-lhe, em presença dos dous, que pelo correio portuguez, recebera tambem uma immensa papelada (o que o barão de Villa-Secca confirmou por ter tomado o peso ás quatro duzias de botões), na qual o visconde de Itabayana me communicava que tendo recebido de V. M. ins-

trucções preventivas e que me eram communs para o caso, como o actual, em que a chegada do Senhor Infante a Lisboa produzisse desordens de certa natureza, caso para que eu tinha pedido instrucções (o que tambem o barão de Villa-Secca, que, sem o saber, foi o meu páu de cabelleira, apoiou, confundindo as recentes instrucções que não tive nem pedi, com as mui diversas que no outro tempo lhe disse que pedira, e com effeito pedi para o caso da morte do Senhor D. João VI) e sendo o primeiro ponto das sobreditas a auctorisação que se

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Ter que dar bons annos quando apenas ha um ou outro dia que não seja máu é o que ao mesmo Padre Vieira pareceria arduo, quanto mais a um pobre homem como eu. Limitar-me-ei portanto a desejar que V. M. e toda a Sua Imperial Familia e todos os fieis subditos de V. M. gozem no anno em que entramos todas quantas venturas que se podem apetecer.

Pelo Marquez de Barbacena será V. M. cabalmente informado do que obstou a que déssemos seguimento ao projecto do casamento de V. M. em Dinamarca, visto ser, como foi e devia ser, condição essencial, que a noiva fosse bella, donde se segue que V. M. se mataria e nos mataria se o casassemos com quem lhe não pudesse agradar; e comquanto a delicadeza exija que eu deixe ao Marquez como pessoa competente tudo o mais que a respeito do casamento se offerece a dizer, não deixarei, comtudo de segurar a V. M.:

1º, que este negocio é o que mais occupa o dito Marquez;

2º, que o obstaculo que agora encontramos da não-formosura o affectou a ponto de o fazer adoecer;

3º, finalmente, que sendo o casamento de V. M. com uma princeza bella e bem educada, a idéa fixa do mesmo Marquez, uma dessas cousas ha de necessariamente acontecer e vem a ser: ou levar-lhe elle uma noiva ou arrebentar elle aqui de paixão.

Tambem V. M. saberá pelo M. de Barbacena tudo o que ha a respeito de Portugal. Partilhando eu a opinião que se pode chamar geral dos que pensam que nunca o estado das cousas daquelle reino apresentou uma face tão favoravel, como presentemente offerece, aos que se interessam pela Senhora Rainha D. Maria 2ª, tambem não duvido affirmar a V. M. que ou todos os dados que temos são falsos ou o Senhor Infante vai abaixo até por consentimento das provincias que mais o favoreceram, e que se isto não aconteceu já, e se elle não morreu, como muita gente ainda crê, em todo o caso a quéda terá logar antes da primavera. Tambem me parece que cabe, e devo, dentro dos limites da posição inofficial em que tambem a respeito d'este negocio presentemente me acho, dizer a V. M. que tanto os Marquezes de Barbacena e de Palmella como o visconde de Itabayana se têm conduzido com uma dexteridade e denodo superiores a toda a expressão e que sua conducta lhes tem grangeado os applausos de todos os politicos que são homens de bem. Cabe neste logar uma reflexão que por triste que é e por interessada que pode parecer me custa a trasladar do meu pensamento para este papel, e vem a ser, que quando toda a gente que é gente começando por V. M. honrou os seus plenipotenciarios na Europa, pouco faltou para que toda a gente boa e má de 2 e 4 pés que passeia pela cidade do Rio de Janeiro nos não enforcasse em estatuas: alguem que de lá acaba de chegar contou-nos que uma personagem do Paço lhe dissera que o Senhor Infante era o legitimo soberano de Portugal, e que outra personagem tambem do Paço e um deputado lhe disseram que a unica cousa que podia fazer o Brasil pelos subditos fieis da Senhora Rainha de Portugal seria obter para elles uma amnistia do Senhor Infante. Um outro alguem que tambem de lá chegou fez-nos esta declaração: « Todos no Rio de Janeiro têm de V. V. E. E. uma só opinião e é que V. V. E. E. endoudeceram ».

Emquanto a do troçado (?) mas ainda não amuado (?) Malagueta, pouco nos importa porque nem por cima nem por baixo tomamos tal pimenta. Quanto a Aurora pouco nos importa que se enfarrusque, porque a não vemos despontar; e da Astréa não se nos dá, porque não tem os pesos da Lei

de uma balança (?). Mas que toda a Côrte do Rio de Janeiro nos tenha em conta de lunaticos; que o Diario semi-official não quizesse mencionar o Protesto, que tanta honra recebeu de todos os gazeteiros ministeriaes e anti-ministeriaes da Europa, e que sobretudo o devéras honrado Marquez de Aracaty se ponha de mais a mais a ralhar comnosco, é cousa que me faz..... rir, e de certo não diz com as mercês que V. M. nos fez dia dos seus annos, quando já sabia estarmos carregados de todas estas culpas e loucuras. Eu já estive para dizer alguma cousa a este respeito pelo paquete passado, como elle teima direi agora. Todos quantos conhecem o Marquez de Aracaty reconhecem nelle as melhores qualidades e nenhum outro senão se não ver com microscopio a luz da responsabilidade ministerial e por isso mal sabe que o Senhor Infante deu um espirro e que lhe correspondemos com o mui competente: « passa fóra, pega no pulha »; e depois de confrontal-o com a mencionada lei que lê com vidro de augmentar, onde por isso cada « Não » lhe parece tão apropriado e tão negativo como o famoso Não lacedemoniano, e feito isto põe-se a espirrar para cá mais excommunhões que as da Bulla da Cêa. Eu depois de rir e de buscar com menos fortuna do que.... a concordancia de canones tão discordantes como são mercês e ralhos que do mesmo manancial e pelo mesmo motivo e ao mesmo tempo nos chegaram ás mãos e que não vejo a cara nem cartas particulares de V. M., só pergunto qual das repartições, dos negocios do Imperio ou dos negocios estrangeiros devo acreditar.

Quanto ao visconde de Itabayana que por honra não larga já os negocios, vista a crise que elles vão necessariamente fazer, ficou e se conserva tão profundamente maguado que está cada vez mais desejoso de sair da carreira diplomatica, onde ha tantos annos e durante tres reinados tem prestado tantos e tão relevantes serviços com grave detrimento da sua saude.

E para que não roube mais o tempo de V. M., concluo protestando-me, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 9 de janeiro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Pelo Marquez de Barbacena será V. M. mais miuda, exacta e competentemente informado do que se tem passado relativamente ao projecto do casamento em Dinamarca e em relação aos negocios de Portugal.

Devendo nos suppor que V. M. sentindo, como nós, o obstaculo da não-formosura da princeza de Holstein, approvará, mesmo que nós não quizessemos prescindir de uma condição tão essencial e tão expressamnte recommendada por V. M. nas instrucções particulares que deu ao sobredito Marquez; certamente não seria preciso, mas vou por effusão do coração segurar a V. M. que elle, que até adoeceu de raiva por se não poder dar seguimento áquelle plano, que por erradas informações haviamos gizado, ou ha de arrebentar de paixão ou ha de desencantar para V. M. uma noiva que tenha todos os predicados que convém. Se é, moralmente falando, impossivel que o Marquez não ache uma princeza esbelta e bem educada, tudo faz crer, e agora mais do que nunca, que elle terá alem da ventura de conduzir ao Brasil uma imperatriz, a felicidade de collocar a Senhora Rainha D. Maria 2ª no seu throno de Portugal.

Eu e o meu benemerito collega Itabayana nestes dous tão differentes e tão importantes negocios temos rivalizado em zelo com o honrado Marquez de Barbacena, e nos de Portugal tambem com o não menos zeloso Marquez de Palmella; assentámos que sonhavamos quando, pelo mesmo paquete, recebemos com as honrosissimas mercês,com que parece que V. M. quiz premiar o nosso zelo, amargas arguições do Marquez de Aracaty contra esse mesmo zelo nos negocios de Portugal que nos suppunhamos sanctificado, até pela virtual approvação de V. M. Maguado, e vendo o meu collega contristado, estive então disposto a desafogar immediatamente a minha pena com V. M.; conteve-me, porém, o conceito que ainda faço do caracter honrado do Marquez de Aracaty e a esperança, que perdi, de que elle, passado o primeiro momento de

illusão, nos fizesse justiça; e com essas idéas lhe escrevi uma carta particular que, se me não engano, ia nos termos em que um homem de bem devia escrever a outro homem do mesmo calibre e que demais a mais é superior. Tornando, porém, Aracaty a ralhar outra vez comnosco, e comigo mais expressa e nomeadamente do que a primeira vez, eu comquanto tenha bastante bojo para digerir semrazões e que ainda creia que elle não obrou com animo máu, não posso, todavia, deixar passar mais tempo sem ponderar a V. M. que estando eu e o meu collega promptos para, se assim convier ao serviço de V. M. e do Brasil, perdermos até as nossas proprias cabeças, que alguma cousa valem, pelo menos seus donos, a fim de se fazer crer que tudo o que fizemos foi contra ordem e vontade de V. M.; nenhum de nós tem a santa paciencia que baste para, sem urgente necessidade e só em guiza de cilicio, engulir o pão quotidiano de reprimendas do M. de Aracaty, mal merecidas por nós e que estão em opposição com as mercês que V. M. tão liberalmente nos liberalizou. O visconde que por honra sua e por amor de V. M. não largou immediatamente da mão o leme do nosso barco em tão apertada crise, ateima, comtudo, em querer a sua demissão, e só pudemos conseguir que elle a pedisse, como pede, directamente a V. M., que é o terceiro soberano do Brasil a quem serve esse meu prestante collega, que tem prestado tantos e tão relevantes serviços, e cuido que difficilmente possa ser substituido.

Beija, Senhor, com o mais profundo respeito e maior amor e gratidão as Augustas Mãos de V. M. seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 14 de janeiro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

E' tão pequeno e tão pouco interessante o intervalo que tem decorrido desde a data da ultima carta que tive a honra de dirijir a V. M., que estive quasi decidido a poupar-lhe o

trabalho de ler mais estas rabiscas; attentando, todavia, e tanto por amor como por capricho, em não deixar que saia paquete sine linea, ahi vão já oito, fora mais algumas que irão escorregando.

Não me escorregará uma só relativa a matrimonio por duas mui importantes razões: 1ª porque V. M. pode, num momento de máu humor, julgar que nós tomámos pelo quer que seja a astuciosa maxima metternichiana de o ter sempre suspenso a semelhante respeito; e em 2º logar porque o Marquez de Barbacena, que depois do resultado da negociação em Dinamarca ficou com uma cara de desmamar creanças, disse que me havia de abrir de meio a meio se escrevesse a V. M. sobre tal assumpto antes delle mesmo lhe escrever que está pedida e dada a V. M., e sem duvida que faça, tal princeza, de tal casa, de tal estado, e tal qual lh'a mandará retratada; e eu fiquei tão assustado com o ameaço do Marquez que, quando elle vier á cidade e eu lhe mostrar esta carta, hei de saltar por cima destas linhas que acabo de escrever.

Relativamente a Portugal, de cujos negocios o Marquez de Barbacena mais competentemente e com todo o conhecimento de causa mui miudamente informará a V. M. direi, comtudo, visto que elle a tal respeito não me tapa a boca, que se bem o projecto da contrarevolução se não verificasse até a data (que não é mui recente) das ultimas noticias que aqui ha, por via de França, daquelle desgraçado paiz, parece todavia que a crise ali está cada vez mais imminente e que não pode ser senão funesta ao Usurpador da Corôa da Senhora D. Maria 2ª, o qual depois que lhe constou a pouca disposição em que V. M. está de se acommodar com elle, diz como a raposa da fabula, que as uvas, que não pode pilhar, estão verdes; e escreve e faz escrever que não quer, elle raposa, casar com sua sobrinha, que não quer com elle casar e que V. M. não lhe quer dar em casamento. Eu teria querido que elle morresse, como esperei, da cambalhota que lhe fizeram dar as mulas malhadas; mas se escapou dellas, não escapará da cambalhota que V. M. lhe pode e, pelo que vejo, lhe quer fazer dar. Os embargos interlocutorios que V. M. mui sabiamente poz á officiosa allegação de Strangford, e o que V. M. com egual sabedoria fez constar relativamente ao logar da

temporaria e actual residencia da Rainha, metteu as costas dentro ao usurpador e aos gabinetes austriaco e inglez que queriam que S. M. F. fosse para Vienna, para lá ficar annulada como o filho de Bonaparte, e que querendo sacar, por surprêsa, de V. M. um arranjamento que lhes fizesse conta, arderam de ver malogrado o seu plano. Entretanto, e apesar de tudo, hão de continuar a secar a V. M., que os porá de participantes se continuar a responder que ahi nada trata com pessoa alguma relativamente aos negocios de Portugal e que Sua Augusta Primogenita não sairá daqui senão ou para os seus estados ou para o Brasil. Antes de concluir esta carta offerecerei a V. M., não na qualidade de ministro, mas sim e somente na de amigo estas seguintes reflexões, para, se lhe parecerem boas e uteis, as applicar, quando o caso o pedir:

Os negocios chamados portuguezes tambem interessam, e muito, ao Brasil: 1º porque se tratam de questões connexas com a vitalissima questão da ordem de successão á Corôa do Imperio; 2º porque se trata de defender nas trincheiras de uma nação que tem, e não pode deixar de conservar, mil intimas relações com as nossas instituições que fazem a nossa ventura e de cuja conservação depende o brilhante porvir do Imperio; 3º finalmente porque importa muito ao mesmo Imperio que legalmente se decida que o Usurpador da Corôa de Portugal não tem direito algum a receber o que o Brasil só se obrigou dar ao legitimo soberano dos Portuguezes.

Beija, Senhor, com o mais profundo respeito e maior amor as Augustas Mãos de V. M. seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 20 de janeiro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

No momento em que envio as contas de todas as despesas que fiz, nas commissões particulares de que V. M. houve por bem encarregar-me relativamente ao seu casamento, bem

como a jornada que fiz a Genova com o fim de ahi esperar a Senhora Rainha de Portugal, na missão a Vienna e em tudo o mais que por ordem ou em serviço de V. M. e do Brasil despendi em todo o decurso do anno proximo findo, pareceu-me acertado de dirijir á V. M. e em respeito ás supracitadas contas algumas observações, succintamente expostas para lhe não roubar muito tempo, por assim o pedir meu melindre e vista a inconveniencia que teria o fazel-as em documento official e que pudéra ser visto por muita gente.

Pondo de parte as despesas ordinarias da legação de Vienna bem como aquellas a que extraordinariamente deu logar a chegada e demora tanto do brigue Duqueza de Goyaz a Liorne, como da fragata Isabel a Genova, e bem assim a minha ida áquelle porto, demora ali e regresso a esta Côrte por occasião da vinda de S. M. F., assim como as despesas da minha anterior jornada de Vienna a Londres e da que fiz a Carlsrhue por não carecerem da menor observação, começarei, as que entendi dever por este modo fazer chegar ao particular conhecimento de V. M., pelas que recaém sobre os preparos e disposições que fiz, logo que me pareceu quasi certo e proximo o ajuste de casamento de V. M. com uma princeza de Sardenha, para não demorar por um só instante, e da minha parte a minha sciente partida para a Côrte de Turim, a quantia de 12.112 florins effectivos (que correspondem pouco mais ou menos a 12.200 cinzados da nossa moéda) que despendi com a carruagem de viajem, augmento de porcelana, christaes, roupa de mesa e fardamento de creados, não podendo sair de dinheiro meu, porque V. M. bem sabe que os meus vencimentos não alcançam tão lonje, e avultando muito menos do que o que em taes casos a Côrte sempre costuma fornecer as pessoas em identicas circumstancias, que era uma ajuda de custo de 30.000 cruzados; não pode esta de mais a mais ser considerada como uma despeza inteiramente perdida, por isso que conservando nós a bem fundada esperança de que mui brevemente se verificará o casamento de V. M. em outra qualquer parte, eu serei provavelmente, a continuar o Marquez de Barbacena, ainda alguns mezes ao serviço de S. M. F., quem o substitua na commissão para que em seu impedimento fui nomeado.

Uma egual observação farei pelo que respeita á despeza que fiz com a compra do plateau e peças annexas de bronze dourado, e da prata marcada com as Imperiaes Armas, objectos que passo a entregar ao Marquez de Barbacena, e que só por um caso mui singular que se me apresentou de comprar estes artigos pelo pezo e só metade do valor do feitio, sem terem sido usados, pude obter pelo modico preço de 12.859 florins effectivos (que corresponde a pouco mais de 13.000 cruzados da nossa moeda) em que todavia não vão comprehendidos nem o custo das mencionadas armas, que pelas peças mandei gravar, nem os competentes cofres que mandei fazer para o seu transporte, nem o que custaram as pequenas alterações que mandei fazer em 4 caçarolas e os seus respectivos rechaux (?) em ordem a se assemelharem nos ornatos as demais peças, nem finalmente o que forneci ao ourives a quem encarreguei de fazer mais algumas que tambem serão entregues ao Marquez de Barbacena, importando todas estas differentes addições em 8.371 florins effectivos (que correspondem a quasi nove mil cruzados da nossa moeda) sendo justo que parte das despezas que deixo mencionadas e que por ora estão ácargo da Imperial casa de V. M., devam ulteriormente entrar na lista que o Thesouro Publico ha de satisfazer logo que se verificar o casamento de V. M. Não tenho o menor receio de que á vista dos referidos artigos pareçam que exorbitamos quando as que pelo motivo de V. M. ser nomeado coronel proprietario de um regimento austriaco fiz com o presente que dei ao official maior da chancelaria de guerra que lavrou e entregou-me a patente de V. M., e bem assim o que despendemos nos uniformes, armas, livros e estampas militares austriacas e nos competentes cofres fazendo-se a tal respeito o que me constou que fizera em egual occasião o representante do Imperador Alexandre, e sendo tudo feito debaixo das vistas e direcção do honrado e intelligente coronel Luiz dell'Hoste. Hesitei se tambem deverião passar para a Casa Imperial estas despesas que importaram em 1.070 florins effectivos (quasi 506 cruzados da nossa moeda) ou se devem ser abonadas pela secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros; pertencendo sem questão á casa da Senhora Rainha de Portugal o que despendi com o

concerto, firma R com diamantes (por ser dada a uma princeza) e entrega da medalha da Ordem portugueza de Santa Isabel que na conformidade das ordens de V. M. entreguei a princeza de Metternich. Taes são as observações que tenho a honra de dirijir a V. M. acerca de todas as supracitadas e já pagas despesas: e concluo protestando-me, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 6 de fevereiro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

De Labham, onde o Barbacena me pediu que passasse alguns dias, dei hontem á noute um salto a Londres para vir ver D. Leonor da Camara, que com o maior denodo aceitou e veiu occupar o posto de Dama Camarista de S. M. F.; e como o paquete de Buenos Ayres se demorou mais estas 24 horas, aproveito muito á pressa esta demora para agradecer bem e muito do coração as boas disposições em que, segundo me avisa Francisco Wagner, V. M. estava de acceder ás minhas duas pretenções de me transferir da sua legação em Vienna e de eu levar comigo, para onde quer que eu for destinado, ao que até aqui tem preenchido as funcções de secretario da sobredita missão.

Tornando a falar em D. Leonor da Camara, repetirei o que já por diferentes vezes, no decurso destes doze mezes tenho dito desta Dama a V. M., e que se reduz a que ella é das senhoras solteiras e portuguezas da primeira ordem a unica que ajunta todas quantas qualidades se requerem para bem desempenhar o importante cargo que passa a occupar: e que a prova de que a propuz a V. M., por assim o entender em minha consciencia maduramente consultada é que tinha tres irmans solteiras pobres e honestas que podia ter apontado.

Acerca do miseravel estado do desgraçado paiz em que nascemos, cuido que devo deixar aos Marquezes de Barbacena

e de Palmella a duplicada tarefa de informar a V. M. do que ha occorrido e de lhe aconselharem o que em taes circumstancias parece mais conveniente fazer; tomando eu unicamente a liberdade de observar a V. M. que como, graças a Deus, a causa de V. M. e da Sua Augusta Primogenita são justissimas e que a opinião publica o reconhece, assim, cedo ou tarde, ha de V. M. e S. M. F. triumphar da tolice de uns e da perfidia de outros seus inimigos; comtanto, porém, que V. M. se conserve firme em seus juizos e judicioso em sua firmeza.

Nem agora, nem mesmo pelo paquete do Brasil que, dentro em poucos dias, partirá, poderei dizer a V. M. cousa alguma decisiva acerca do negocio que lhe é pessoal e que nem me atrevo agora a mencionar nesta carta, por isso que cuido que a mala em que ella ha de ir não será levada por expresso. Concluo pedindo a Deus queira prolongar e felicitar a preciosa vida de V. M. e de toda a Sua Augusta Familia, e a V. M. que se digne acreditar os sentimentos de respeitoso amor com que me protesto, Senhor, de V. M. seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 26 de fevereiro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Quando, depois de, ha dous dias, receber pelo paquete ultimamente chegado de Buenos-Ayres mais de uma nova prova da illimitada benevolencia de V. M. na, por mim tão anciosamente desejada, transferencia minha e de Verissimo Maximo de Almeida da legação de V. M. na maldita Vienna para a de Paris, dobrava eu o papel para, pelo paquete cuja mala vai em poucas horas partir, exprimir, como exprimo, do fundo do meu coração a V. M. o meu profundo reconhecimento por tão especiaes, honrosas e agradaveis mercês, desejando eu não meter nesta carta senão acções de graças, mas chegando, entretanto a mala do Rio, não de 30 de dezembro

passado, mas de 28 de janeiro, sei que o primeiro papel que della saiu foi a participação da, que não pode deixar de ser funesta, demissão do meu benemerito collega e respeitavel amigo o honrado visconde de Itabayana. Pondo de parte a amizade que lhe tenho, sinto pela que a V. M. consagro e pelo bem geral do Imperio e particular dos que nos achamos servindo na carreira em que elle nos ensinou a correr sem nos espojarmos, que aquelle prestante servidor de V. M. saia, e em tal occasião, da scena politica e se recolha aos bastidores. Senhor, eu sou franco, é só por isso que valho, se é que valho alguma cousa, e quanto mais obrigado a V. M. sou, mais obrigado sou a retribuir os beneficios que me concede com a unica moéda que tenho, que é a candura e a franqueza. Devendo, pois, continuar como até aqui a pol-a em pratica e hoje com maior razão, ouso, Senhor, dizer a V. M. que a demissão do visconde é, na minha humilde opinião, uma verdadeira calamidade, que só V. M. pode reparar fazendo-o outra vez entrar, por força ou por vontade, na carreira, em que elle por tantos annos, e tão utilmente para o Estado, serviu a V. M. e a Seus Augustos Pai e Avô.

Peço-lhe isto em nome do bem publico, por quem pouca gente pede, pelo bem de Sua Filha Primogenita e pelo bem de todas as legações brasileiras, a quem o visconde, como já disse, ensinava a fazer esse bem que teremos feito, e no momento em que V. M. se fizer e nos fizer a todos mais esse bem, considere-me por mais este mui especial, publico e privado beneficio, prostrado aos pés de V. M., como agora tambem tenha a honra de estar, sendo com o mais profundo respeito, Senhor, de V. M. o mais humilde, obrigado, reconhecido subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 22 de março de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

A demora que teve o paquete, cuja mala ha de hoje indefectivelmente partir, deu-me logar a pensar e chamar o

pensamento de V. M. sobre differentes pontos mui attendiveis e relativos a demissão que V. M. acaba de conceder ao meu benemerito collega e respeitavel amigo visconde de Itabayana. Não estando nem podendo estar elle arrependido de a ter solicitado, antes folgando hoje, mais que nunca, de sair decentemente de uma Côrte, cujo ministerio assáz orgulhoso e intratavel, se torna cada vez mais hostil a V. M. e a Sua Augusta Primogenita, a legitima Rainha de Portugal, todavia, assim como parece certo que V. M. concedendo agora aquella ha tanto tempo pedida, e muito tempo recusada, demissão, cedeu desta vez mais ainda do que ás supplicas do visconde á solicitações puramente strangfordianas ou tambem abeerdinas, o que está longe de mortificar ao meu collega, assim pode muita gente crer que saindo o visconde na presente occasião daqui para um retiro e não para outra missão, como eu da legação de Vienna, e de egual categoria, pela mesma razão que a minha inclue virtualmente um evidente signal de agrado de V. M., a demissão dada áquelle meu honrado collega e prestante servidor de V. M. pode parecer desagrado, idéa que comquanto só possa entrar em cabeças mal informadas, nem por isso deixaria de maguar um homem tão delicadamente brioso como o visconde, e affligir um soberano que como V. M. é tão justo apreciador dos serviços e decoro dos seus subditos servidores fieis e honrados. Acrescem outras circumstancias que são estar e ficar o visconde tratando do seu casamento e de que por isso mesmo que elle sempre se occupou exclusivamente dos interesses de V. M. e do Brasil, esqueceu-se conseguintemente dos seus proprios, e acham-se elles hoje tão pouco avantajados, que, segundo as idéas e mui certas que tenho, está mui longe de ser improvavel, que este homem, por cujas mãos tem passado tanto dinheiro por isso que a ellas não lhe ficou apegado nem um vintem, chegará, talvez mui breve e depois de tantos e tão relevantes serviços, a precisar pessoalmente de meios para sustentar o seu e (não me envergonho de dizer) o decoro de V. M. Lembro em tal caso a V. M. que, accrescendo aos motivos que facilmente se apresentam para que em Roma V. M. tenha ministro plenipotenciario, a circumstancia de V. M. dever mandar, a exemplo do que praticam todos os outros

soberanos catholicos, cumprimentar o Pontifice, cuja eleição dentro em breves dias vai ser conhecida, por um ministro seu, semelhantemente revestido do caracter de Seu Enviado e Plenipotenciario, que mais opportuna occasião se pode apresentar para que V. M. honre os serviços do visconde de Itabayana com a mesma Augusta mas mais merecida liberalidade com que acaba de honrar os meus.

E isto o que tomo a liberdade de lembrar a V. M. prostrado a seus Pés e com os sentimentos de profundo respeito e verdadeiro amor e gratidão com que tenho a honra e gloria de confessar-me, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Londres, 26 de março de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Além do que officialmente escrevo ao Marquez de Aracaty nesta occasião, seria ingrato se deixasse de escrever directamente á V. M. que aqui cheguei mais morto do que vivo, e que já entreguei a minha credencial a S. M. C., que me recebeu com o melhor modo e dizendo muitas finezas a V. M. e ao Brasil. O discurso que fiz foi o que saiu da minha atrapalhada cabeça, e por isso não o gavo. E' inutil segurar a V. M. que hei de procurar conduzir-me de maneira a justificar a confiança que V. M. em mim poz, e a merecer a benevolencia desta Côrte. O que temo, como já confessei a V. M., é que não poderei viver muito tempo. Como ainda não foi reclamada a encommenda que V. M. mandou que eu entregasse a *alguem,* ainda a tenho em meu poder. E' quanto agora, e muito á pressa, posso ter a honra de escrever a V. M. confessando-me, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Paris, 4 de maio de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Tenho a honra de levar a Soberana Presença de V. M. as duas inclusas memorias que Thomaz José Soares de Avellar compoz sobre os dous importantissimos assumptos do Banco e Caixa de Amortização da divida publica do Brasil. Não me atrevendo eu a julgar do merecimento destas duas composições, direi, comtudo, que tendo ambas ellas, como tem, um fim utilissimo, me parecem ter tambem o merecimento da clareza. Seu auctor, que é certamente um homem de muita probidade e bom senso e que possue muitos conhecimentos financiaes (como o bispo de Anemuria poderá informar a V. M.) tem muito direito á benevolencia de V. M., e é sem duvida um homem de quem se pode tirar grande partido. Concluo esta carta pedindo a V. M. queira conservar-me na Sua Graça, e a Deus que queira prolongar e felicitar por largos annos a preciosa vida de V. M. como os seus fieis subditos brasileiros tão anciosamente desejamos e tanto havemos mistér. Beija, Senhor, com o mais respeitoso amor as Augustas Mãos de V. M. seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Paris, 4 de maio de 1829.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Pelas gazetas já tivemos o gosto de saber da feliz chegada de V. E. a essa capital dos prazeres, e são meus desejos que V. E. os goze em perfeita saude sem, comtudo, se esquecer absolutamente de Lalihan. S. M. F. desde o dia 29 do passado até hoje soffreu mais ou menos de defluxo, o que tem retardado a visita del-rei; mas como pôde fazer o primeiro passeio de carruajem, pretendo amanhan avisar ao nosso amigo Frumantle (?) para dar parte a elrei. No sobredito

dia 29 tive audiencia particular de S. M. B., para entregar-lhe a carta de Nosso Amo; e parece que o interesse e affecto delrei cresce de dia em dia pela infeliz e innocente Rainha. Pediu-me para o seu famoso pintor Lawrence tirar-lhe o retrato, etc, etc. A 30 fui ao jantar que deu Aberdeen ao Corpo Diplomatico; e meus ouvidos gozam agora de uma linguagem a que não estavam acostumados. Eil-a em poucas palavras: S. M. B. fará tudo quanto V. E. quizer a favor da Rainha, á excepção de mandar tropas sobre Portugal. Tem V. E. carta branca e diga o que quer; não falemos em casamento, o Infante é indigno de tudo; a Rainha pertence a Europa, não deve voltar para o Brasil, e estando fora da companhia de seu pai, deve estar com o seu avô ».

Pobre de mim que não sei tirar partido de tão boas disposições! No dia 8 terei a ultima conferencia por ser véspera da saida do paquete, e communicarei a V. E. o que houver de notavel.

Entre os documentos justificativos da despeza do mez passado feita por minha ordem pela legação de Londres, veiu um recibo de V. E. de 344 libras e 11 shillings por uma porção de prata que me cedeu.

Nada tenho que dizer sobre o preço ou sobre a quantidade de prata; mas quanto ás palavras de que V. E. usa — « uma porção de prata » — sem nenhuma especificação, é evidente que deixa latitude para muitos abusos. Supponhamos que houve roubo em Genova ou á bordo, como reconhecerei eu este roubo, uma vez que me entreguem *alguma porção de prata*? Rogo, portanto, a V. E. o favor de mandar-me uma relação das differentes peças, a fim de conferir quando ellas chegarem. Aposto eu que V. E. mesmo não sabe disto? Saberá, porém, o S^nr^. Almeida, que podia dar não só a lista, mas o peso de cada uma das peças. Desejo a V. E. a melhor saude, e sou com a maior consideração de V. E. amigo e collega obrigado.

Marquez de Barbacena.

Lalihan, 5 de maio de 1829.

P. S. — E' provavel que o ourives désse a V. E. alguma conta, e della facilmente se pode tirar avaliação das peças, que é quanto me basta.

P. S. a 8 — Agradeço a carta de 4 do corrente, e farei o que nella me determina.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Aproveito a occasião de um seguro portador, que daqui parte amanhan para Londres; para falar a V. M. mais á minha vontade do que fiz na ultima carta que ha poucos dias tive a honra de lhe escrever. Não cançando a V. M. nem a mim com a repetição do que nesta occasião refiro em officio reservado ao Marquez de Aracaty, digo, Senhor, a V. M. que ainda que os francezes são leves, comtudo esta Côrte tem como algumas, e muito mais do que outras, o que lá chamamos *dente de coelho*. Com os liberaes de França estamos nós hoje bem, mas por isso mesmo temos contra nós todo o antiliberal Faubourg Saint Germain, que não é pouco. Todavia, si eu não estivesse ainda tão enfumaçado do fumo de carvão de pedra de Londres, levava tanto um como outro partido gallicano á força de graçolas, que é como se levam os francezes, mas estou ainda curtindo a melancolia que trouxe da maldita e tristonha Inglaterra. Entretanto parecia-me acertado que V. M., para se fazer e me fazer aqui agradavel, mandasse uma fita da Ordem de Pedro 1º ao Senhor Carlos X e outra ao Delfim, não esquecendo tambem mandar uma ao Imperador Nicoláu, com cujo ministro nomeado para o Brasil hoje estive, e que me falou tanto a respeito de V. M. e do Brasil como ácerca das questões portuguezas por um modo que me encantou.

Nem madame Saisset nem procurador seu aqui me tem apparecido.

Antes de acabar esta carta, tornarei a pedir a V. M. que se cerque de gente capaz de o ajudar, porque nem todos os que servem na bonança, prestam quando, como presentemente, reinam ventos fortes e contrarios. Acabo, porque me vai acabando o tempo (e agora mesmo me roubou alguns a visita, que não deu nada de si, do famoso embaixador russo Pozzo di

Borgo) e acabo protestando-me como sempre, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Barbacena.

Paris, em 6 de maio de 1829.

P. S.—Paris 9 de maio. Fui aos duques d'Orleans que me disseram as maiores finezas para V. M. e Sua Augusta Familia.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Assim como confessei a V .M. que o Marquez de Barbacena lhe fez importantissimo e immortalissimo serviço quando se deliberou a levar de Gibraltar para Londres a Senhora Rainha de Portugal, assim tambem confesso a V. M. que o dito Marquez coroou aquella grande decisão ameaçando aos gabinetes Inglez e Austriaco com a volta de S. M. F. para o Rio de Janeiro.

Sabia elle já ha dias quanto este ameaço agoou o governo inglez e o fez mais macio, e agora acabo de saber por Paulo Barbosa que ha poucas horas aqui chegou de Vienna, quanto o sobredito ameaço assustou ao principe de Metternich e o moveu, como me parece, a ouvir a voz da razão. Está elle, alem disso, bem como Wellington, extremamente desejoso de se ver livre de tudo quanto presentemente o embaraça para cair sobre a Russia. Cuido eu que em tal caso e pela regra — Quæ applicata juvant, continuata sanant — levaremos os negocios de Portugal á boa conclusão se continuarmos a pôr na testa dos inglezes e austriacos o mais poderoso dado de ameaço da saida e regresso da Senhora Rainha D. Maria II a fim de ver se por preço vantajoso para nós e para Portugal vendemos, não a vida, direitos e interesses da mesma Augusta Senhora, mas a sua ficada na Europa, sem que comtudo, condescendamos na sua ida a Vienna, que entendo que só poderá consentir-se que se verifique no caso de fazer-se previamente um tratado solemne, que torne

a mencionada ida e demora na capital da Austria não nociva. Estou certissimo que o zelo esclarecido e assás provado do Marquez de Barbacena tirará o melhor partido que todos quantos dados presentemente se offerecem; e praza a Deus que breve possamos ver coroados com feliz successo os esforços de Barbacena e de Itabayana até para ver de que côr ficarão as caras dos imbecis antagonistas daquelles dous mais benemeritos subditos e servidores de V. M. Antes de concluir esta carta, não posso deixar de fazer menção a V. M. da dexteridade e zelo com que, a meu ver, Paulo Barbosa desempenhou a sua commissão, e como V. M. conhece o meu genio, e sabe que eu até aqui não tive relações mais intimas, ou boas ou más, com o dito Barbosa, espero que me faça a justiça de crer que esta não pedida recommendação não é suggerida por paixão e menos por me querer meter em seara alheia. Beija as Augustas Mãos de V. M., Senhor, seu mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Paris, em 24 de maio de 1829.

Do marquez de Barbacena (ao marquez de Resende?)

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Aproveito o bom portador para dar noticias minhas, que não serão as ultimas, visto que as despedidas e preparativos de viagem me levam mais tempo do que desejava. Veiu S. M. F. domingo para Londres a fim de ser retratada por Sir Thomas Lawrence; satisfazendo assim a vontade de S. M. B., que deseja ter o seu retrato entre os outros soberanos da Europa. E esta noute irá ao baile que lhe dá o Rei, e amanhan voltará para Lalihan. Foi ao Covent-Garden e Italiano, mas os camarotes do Rei não são tão bons como entre nós. Hontem muito se divertiu no Astley (?), e melhor que tudo isto é poder annunciar a V. M. que ella goza de perfeita saude e que se faz de dia em dia mais bella de corpo e de espirito. Do Brasil ainda estamos sem paquete; e os contractadores do emprestimo antecedente fizeram hontem um pequeno de Libs — 400.000, que o ministro do Thesouro desejava para

se habilitar a retirar papel moeda da circulação. Eu não vejo tudo cor de rosa, antes temo como V. E. a aparição de algum jesuita a cada momento. Entretanto não creio que Metternich entrasse directa ou indirectamente na proposição que se me fez nesta occasião, e sobre a qual não se deu a V. E. completo conhecimento. Salvar a Rainha de Vienna e com ella a sorte dos portuguezes; dar-lhes todos os soccorros pecuniarios, que achei sobre minha responsabilidade, e pelo que posso ser mui justamente castigado; resistir a todas as proposições que podem prejudicar a sua futura existencia, são actos que me davam alguma esperança de estar nas boas graças daquelles senhores. Nada disso, meu caro amigo; não faço o que devo; os brasileiros são indignos; o Imperador é..... E tudo isto na minha cara. Hei de ver-me no porto e salvamento e não hei de crer. Fecharei esta amanhan para dizer alguma cousa do baile.

Amigo do coração,

M. de Barbacena.

28 de maio de 1829.

29 — Houve o baile, e a Rainha brilhou até meia noute; mas então, quasi ao momento da despedida, escorregou por causa de agua que haviam deitado na sala de dança, e caiu. Outras senhoras tambem cairam; mas ella como menina chorou. Não houve maior damno, mas alguma pequena contusão na face. Dormiu muito bem, e vai partir para o descanço de Lalihan, emquanto não embarca. Em outra occasião escreverei a V. E. em resposta a carta, de que foi portador P. Barbosa. Sinto diferir de opinião; mas V. E. viu grande serviço, no que eu considero senão um crime deliberado, ao menos uma indiscreção imperdoavel. Acabou-se o papel.

Do marquez de Barbacena (ao marquez de Resende?)

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Vai o portador, bem conhecido de V. E., para resgatar certa obrigação de 75.000 francos, que tem uma viajante recém-chegada do Brasil, e queira Deus que isto se acabe sem maior estribuxo.

Ouvi as proposições que motivaram a viajem de Pedra Branca, mas desconfiado de tudo e de todos neste negocio, não o dou por certo antes de concluido. Antes de 15 dias espero definitiva resposta, e se corresponder aos meus desejos, não tardarei em communicar a V. E. E' chegado o M. de Palmella, e tanto elle como V. E. parecem dispostos a convir na viagem de Vienna mediante certas promessas. Sinto diverjir de opinião, e tanto mais que convindo, tudo para mim serião aguas de rosas. No dia immediato, pedirei audiencia de despedida, e seguirá S. M. F. para Falmouth. Tenha V. E. boa saude e disponha da minha obediencia. Amigo e colega obrigadissimo.

Marquez de Barbacena.

Lalihan, 2 de junho de 1829.

S. M. F. fica de perfeita saude e manda a V. E. muitas lembranças. Todos os mais ficam bons, mas na profunda tristeza de quem tem a desgraça de ser degredado para o Rio de Janeiro.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Nas gazetas inglezas do dia de hontem, 20 do corrente, achará V. E. dous insolentes discursos de Lord Wellington e de Lord Aberdeen, em que eu sou, como era de esperar de taes senhores, fortemente atacado, ainda que o não seja pelo meu proprio nome. Não podendo aqui desforçar-me do insulto, peço-lhe que faça ahi aparecer artigos combatendo os taes discursos e elogiando os servidores da causa de D. Pedro e de D. Maria 2ª. Não é de estranhar que nos ataquem os estrajeiros, quando o ministro do Imperador o faz pela sua parte. Na sessão da Camara dos Deputados do dia 6 de abril afirmou José Clemente Pereira que não estavamos auctorizados para interferir nos negocios de Portugal. Eis o pago que tiramos do nosso zelo e fidelidade ao Imperador: eu já fui sacrificado e V. E. sel-o-á mais tarde se não se puzer na retranca e não se abstiver de falar e tratar de cousas relativas

a Portugal. Temos mais inimigos do que V. E. julga. Portanto use V. E. da maior reserva, prudencia e segurança e o menos que puder se utilize da benevolencia do Imperador; porque convém poupar os amigos. Eu largo esta missão no fim deste mez, e aqui ficarei até a partida da Rainha; devendo logo depois disto partir para Bruxellas.

Se V. E. tem copia do juramento de fidelidade que o Infante prestou ao S^nr^. D. Pedro 4° faça ahi aparecer nos jornaes, ou mande-me por via segura uma copia. Faça-me o favor de rasgar esta, depois de lida, e creia que sou de V. E. amigo fiel.

Londres, em 21 de junho de 1829.

Itabayana.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Hoje pelas seis horas da manhã tive a honra de receber a carta de V. E. de que fora portador o presadissimo Oliveira. Aceito e dou a V. E. os parabens pela conclusão de um negocio da maior importancia para nós, e segundo a pintura do Oliveira, em quem acredito absolutamente, nada pode exceder a belleza e amabilidade da Imperial Noiva do Nosso Augusto Amo. Elle será feliz, e como da felicidade delle depende a do Imperio, a chegada da Imperatriz marcará nova ordem de cousas. Nas poucas horas que pretendo demorar-me em Pariz, assentaremos na digressão que compete a V. E., porque, quanto a mim, não pode deixar de cumprimentar a Noiva. Quanto a Rainha estará á espera do paquete, e propendo a crer que ficará em Inglaterra. V. E. já terá recebido a Fala do Trono, e as noticias que dei a V. E., que, supposto não fossem em minucioso detalhe bastavam, para seu governo, sobre a falsidade da ida para Vienna, etc, etc. Não pude adiantar noticias, porque Strangford ou alguem por elle, retardou a mala tres dias em Portsmouth. Brevemente tornarei á presença de V. E., para quem S. M. F. manda muitas recommendações; e creia

V. E. que é lembrado de todos nesta casa com muita saudade. Sou com o maior respeito e consideração de V. E. amigo e obrigado.

Marquez de Barbacena.

Lalihan, 9 de julho de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

CARTA ESCRIPTA A S. M. O IMPERADOR DO BRASIL D. PEDRO 1º PELO MARQUEZ DE RESENDE, SEU ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO NAS CÔRTES DE VIENNA, DE PARIZ E DE S. PETERSBURGO, E NESTA, TAMBEM MINISTRO DE S. M. A RAINHA D. MARIA 2ª, ACOMPANHANDO A REMESSA QUE O MESMO MARQUEZ FEZ ÁQUELLE SOBERANO DA EXPOSIÇÃO DA CONDUCTA DOS PLENIPOTENCIARIOS BRASILEIROS QUE INTERVIERAM NOS NEGOCIOS DE PORTUGAL, DESDE 1826 ATÉ 1829.

Senhor.

Quando na guerra do sul, o marquez de Lavradio, meu avô, então vice-rei do Brasil, adiantou o progresso das armas portuguezas além dos limites convindos no tratado de paz celebrado em Pariz em 1762, aquelle leal servidor do Senhor Rei D. José 1º, Augusto Avô de V. M. I., receando que um excesso do seu zelo pudesse comprometer a dignidade da Pessôa do Seu Augusto Amo tomou a liberdade de remeter-lhe uma folha de papel em branco assignada por elle, para que, sendo necessario, nella escrevesse o que cumprisse, afim de lançar sobre o subdito o que não conviesse á consideração devida ao Soberano. Ainda quando uma familia, a quem me prézo de pertencer, não me tivesse deixado a herança de um tão nobre e tão desinteressado exemplo, o amor que eu consagro á Pessoa de V. M. I., amor sobejamente devido as suas virtudes e á particular amizade com que V. M. I. ha tantos annos me tem honrado teria, sem duvida, feito nascer em mim aquelle mesmo sentimento, nem as qualidades eminentes do Augusto Avô de V. M. I. mereciam mais tão devido sacrificio, nem os sentimentos que as de V. M. I.

me inspiram, cedem em cousa alguma aos que inspiraram aquelle meu ascendente tão nobre e tão generosa resolução. Mas, Senhor, vir depois delle não é culpa minha, o que seria mui grave era se eu deixasse de praticar o mesmo nesta occasião em que vejo a conducta dos plenipotenciarios de V. M. I. na Europa ácerca dos negocios de Portugal, *conducta em tudo conforme aos interesses e ás ordens de V. M. I.,* tão injustamente atacada pela intriga, e tão erradamente defendida pela má fé ou pela ignorancia. Dous modos se offerecem de considerar esta questão, dous de a defender. Se V. M. I. não duvida que appareçam a este respeito os factos e *sobre elles as Suas Imperiaes decisões,* cuja prudencia os resultados ainda hoje abonam, nesse caso tenho a honra de offerecer a V. M. I. a exposição inclusa, para ser presente ao Seu Conselho d'Estado, e para sobre ella se estabelecer *não tanto a justiça da conducta dos plenipotenciarios em Vienna e em Londres, como o thriumpho das saudaveis e previdentes disposições de V. M. I.* Se, porém, por qualquer motivo V. M. I. não julgar conveniente que se façam publicas *as ordens que particularmente me dirigiu, e que nos serviram de guia e de luz em tão espinhoso assumpto,* neste caso, segundo o leal exemplo do meu honrado avô, ponho nas Augustas Mãos de V. M. I. essa folha de papel em branco, assignado por mim, e supplico a V. M. I. que se sirva de mandar escrever nella quanto for necessario para fazer recair sobre mim a responsabilidade de tudo quanto áquelle respeito lealmente obramos. E' difficil, Senhor, senão impossivel, para subditos ha pouco portuguezes e que vieram ao mundo tão tarde, praticar uma acção de lealdade e de amor á Pessôa do Soberano, de que a historia do seu paiz, quando não a da sua familia, lhes não offereça exemplos: assim se esta minha cordeal deliberação tem o modelo, quanto ao modo, em um servidor fiél do Senhor Rei D. José 1º, tem, na substancia, outro, nem tão justamente merecido, nem mais voluntariamente feito, na generosa resolução com que o aio e o amigo do seu Rei e Augusto Predecessor de V. M. I. nos principios da monarchia portuguesa tomou sobre si o empenho de responder por elle. Qualquer que seja daquelles dous modos o que V. M. I. julgue mais conveniente adoptar, a aceitação delle

haverei por grande mercê: e supplico a V. M. I. que tenha igualmente um ou outro como devido ao desejo que me animará sempre, de que os subditos que foram e os que têm ainda a fortuna de o serem de V. M. I. não possam ter senão justificados motivos de admirar a Sua Sabedoria na suprema direcção dos negocios publicos e a Sua Imperial Solicitude do bem dos povos que a Providencia confiou ao Seu Soberano regimen.

Deus guarde a Pessoa de V. M. I. como tanto havemos mister.

Paris, em 26 de julho de 1829.

Beija com o mais profundo respeito As Augustas Mãos de V. M. I. este que tem a honra de ser e fiel creado.

Exposição justificativa do marquez de Resende

EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA DA CONDUCTA DOS PLENIPOTENCIARIOS DO BRASIL EM VIENNA E LONDRES, QUE, PELAS SUAS RESPECTIVAS FUNCÇÕES, E EM CONFORMIDADE DAS ORDENS QUE RECEBERAM DA SUA CÔRTE, TIVERAM INTERFERENCIA NOS NEGOCIOS POLITICOS DE PORTUGAL DESDE JULHO DE 1826 ATÉ AGOSTO DE 1829, EXPOSIÇÃO MOTIVADA PELA INCONGRUA E IMPERTINENTE RESPOSTA DO MINISTRO DOS NEGOCIOS DO IMPERIO A UMA INTERPELLAÇÃO QUE LHE FIZERAM NA CAMARA DOS DEPUTADOS E DIRIGIDA AO IMPERADOR EM CONSELHO D'ESTADO.

I — Na sessão da Camara dos Deputados em 6 de abril proximo findo o Ministro dos Negocios do Imperio respondendo a uma injusta, desconveniente e mal formulada arguição que, contra o benemerito visconde de Itabayana e contra mim, fez o deputado Bernardo de Vasconcellos, disse que aquelle meu antigo collega e eu não tinhamos recebido instrucções algumas que nos auctorizassem a intervir nos negocios politicos de Portugal. Não é estranho que aquelle ministro, uma vez que julgou que devia fazer-se cargo de responder em uma materia inteiramente alheia da sua repartição, désse uma resposta tão pouco conforme á todos os

precedentes; materia muito para estranhar que esses plenipotenciarios, autorizando com o seu silencio aquella asserção, consentissem que o seu credito fosse comprometido á face da nação e, por isso, á de toda a Europa, com menoscabo do desempenho de seus deveres, prejuizo dos interesses de V. M. I. e de Sua Augusta Familia e do decoro e interesse do Imperio do Brasil.

2 — Eu fui então, Senhor, daquelles plenipotenciarios o que, pela posição em que me achava, tive primeiro a honra de pugnar pelos inauferiveis direitos de V. M. I., e de receber posteriormente ordens Suas áquelle respeito: e eu sou hoje daquelles dous ministros o unico que me acho empregado, e por ambos estes motivos, a mim toca especialmente esclarecer este assumpto. Permitta-me, pois, V. M. I. que ponha em Sua Augusta Presença, em Conselho d'Estado, uma exposição clara e critica dos factos, e da origem e da dedução delles, a qual pode alumiar a consciencia dos membros do predito Conselho em materia tão grave, exposição que a delicada generosidade de V. M .I. lhe impediria emprehender, e que a multiplicidade dos negocios em que a Sua Attenção está sempre dividida não lhe permittiria concluir.

3 — Nesta fiél exposição não farei mais do que narrar, pela sua ordem, os factos que successivamente e em tempo competente, levei ao conhecimento de V. M. I. sobre este assumpto, e produzir documentos, cujos originaes respeitosamente conservo em meu poder, mas para que nada falte, afim de que as pessoas que têm a honra de aconselhar a V. M. I. nos negocios do Estado possam bem avaliar todas as circumstancias que precederam e acompanharem o complicado negocio de que se trata, seja-me permittido tomar o fio de mais alto, e lançar alguns traços geraes que dêm idéa da physionomia que apresentava então a Europa, e muito particularmente a Côrte de Vienna d'Austria á respeito dos interesses do Senhor Infante D. Miguel, quando em 30 de dezembro de 1825 eu ali despreguei o caracter de Enviado Extraordinario e Ministro plenipotenciario de V. M. I. junto a S. M. I. e R. A.

4 — O voto pronunciado de quasi todas as potencias era o de consolidar a total separação e independencia entre

Portugal e Brasil; umas destas eram chamadas a esse ponto commum pelos seus interesses commerciaes; outras, porém, adheriam a elle pelo temor que lhes inspiravam os liberaes sentimentos de V. M. I., recêando que, em tempo, quando viesse a succeder no throno portuguez, de que, por um incontestavel direito era o herdeiro presumptivo, creasse na Europa mais um governo constitucional.

5 — Havia-se recolhido a Austria o Senhor Infante D. Miguel, cujos procedimentos em Lisboa nos annos de 1823 a 1824, tinham sido interpretados por aquellas potencias, como resoluções francas e generosas, e haviam granjeado áquelle principe o conceito de um ousado defensor da legitimidade e do absolutismo. Estas qualidades tornaram desde logo S. A. o homem necessario aos differentes interesses de todas as potencias; e o principe de Metternich que á testa do Gabinete Austriaco obrava na persuasão de que as formas de um governo constitucional são uma revolução em estado cronico, tinha já concebido o projecto de assentar sobre o throno de Portugal, salvas todas as apparencias legaes, o unico principe que, em opposição ás leis fundamentaes do paiz, offerecia as maiores garantias para continuar a manter nelle o systhema absoluto, pelo qual naquelle tempo se governava.

6 — O gabinete de Berlin, conduzido pelo conde de Bernstorff, seu primeiro ministro, e pela influencia dos conselhos de Ancillon, que, havendo desertado das bandeiras do systhema liberal, tinha passado a ser mestre do principe real da Prussia, era fortemente impellido naquelle sentido pelo partido anti-constitucional, que dominava na dita Côrte, e pelo general Royer, ministro prussiano em Lisboa, onde era reconhecido como agente dos interesses de S. A. e dos de Sua Augusta Mãi; e por todos estes motivos não só prestava, sem difficuldade, ouvidos benevolos ás recommendações do conde d'Oriola, ministro portuguez, votado todo, desde certo tempo, aos interesses de S. A., mas entretinha suspensa a opinião da Russia sobre aquelles acontecimentos, apesar da verdadeira luz em que lh'os havia pintado o barão de Palença, seu ministro em Portugal.

7 — Na França um governo deploravel, que luctava, já então, contra as instituições regeneradoras, que o seu legitimo rei lhe tinha outorgado, não podia deixar de esposar aquella causa; tanto mais que o duque de Caraman, seu ministro em Vienna, abundando de coração no sentido daquelle governo, tinha, alem desta circumstancia, a de ser intimamente ligado com o principe de Metternich.

8 — A Espanha separada das outras potencias no ponto essencial da independencia do Brasil, mas interessada com ellas na conservação do absolutismo em Portugal, e impellida por não apagadas reminiscencias, professava uma adhesão ainda mais especial á Pessoa do Senhor Infante, como a um campeão decidido e provado a favor do governo absoluto e um mantenedor dos direitos de que ella não havia desertado nem perdia a esperança de recuperar.

9 — Na Gran-Bretanha um ministro esclarecido procurava aproveitar a primeira occasião que se lhe offerecesse, para fixar definitivamente a separação entre Portugal e Brasil; mas ligado, neste ponto, com os interesses geraes da Europa, Mr. Canning, mais bem informado, do que no principio, ácerca da verdadeira origem dos ultimos procedimentos do Senhor Infante, guardava sobre este assumpto uma reserva, que as luzes do seculo, as instituições do paiz, a opinião publica e, talvez, a sua propria consciencia lhe dictavam.

10 — Tal era, em geral, áquelle respeito, a situação politica das principaes potencias, quando chegou a Vienna a fatal noticia do fallecimento de S. M. F. o Senhor D. João VI, Augusto Pai de V. M., e com um expresso, expedido de Pariz por um certo Alpoim, addido á missão portugueza naquella Côrte, o qual insinuára a José Antunes de Mello, camarista do Senhor Infante, as razões, com que devia persuadir áquelle principe a que com o consentimento do governo austriaco, ou sem elle, se decidisse a ir tomar posse do throno, que de direito lhe tocava.

11 — Era chegada a épocha em que os planos anteriormente concebidos e longa e dextramente meditados, deviam principiar a desenvolver-se. No dia 24 de março de 1826, deu-me o principe de Metternich aquella fatal noticia, estando presente o principe de Hatzfeld, ministro da Prussia em

Vienna; accrescentando muitas reflexões, as quaes eu recolhi com o maior cuidado, e communiquei logo a V. M. em officio de 26 do dito mez, e que explicavam manifestamente o seu antigo projecto, e quanto este se achava adiantado. « Nous vivons de principes »; disse então Mr. de Metternich com bastante emoção. Accrescentando logo depois, apontando para mim: Aujourd'hui c'est lui, Mr. le Marquis, que nous reconnaissons comme le représentant du souverain légitime des deux états indépendants qui formèrent l'ancienne monarchie portugaise. Je crois qu'il est aussi impossible que votre Maître revienne en Portugal, qu'il est impraticable qu'il puisse exercer la souveraineté dans ce royaume. Si j'étais à sa place, je ne trouverais rien de mieux à faire que d'abdiquer ses droits sur le Portugal en faveur de la princesse Maria da Gloria, en la faisant épouser l'Infant D. Miguel. Il n'y a que cela à faire; en cela tout est dit, toutes les indications sont remplies, etc., etc.

12 — Voltando-se depois para o principe de Hatzfeld, disse: « Prince, écrivez pour Berlin que malgré tous ces evénements je suis calme. Mettez l'expression que nous vivons de principes, que je viens de donner. La Cour de France juge cette question tout à fait comme nous. L'Espagne, d'après la conversation que le duc de Villa hermosa a eue avec Mr. de Villèle et les déclarations qu'il fit, au nom du duc de l'Infantado, ne s'écarte pas de notre systhéme. Enfin je trouve que nous sommes placès ici dans une position centrale et que la position de l'Infant rend encore plus propice pour y traiter cette affaire et ses conséquences avec les ministres des quatre puissances.

13 — Neste meio tempo, Acosta, ministro de Espanha em Vienna, não cessava de trabalhar no seu sentido para o que houve logo como pretexto sufficiente a illegalidade, que elle pretendeu achar na Regencia, que por nomeação do defunto soberano, devia governar o Reino; a qual regencia, dizia elle, competia, pelas leis de Portugal, á S. M. a Rainha Mãi; assim veiu Acosta, pela primeira vez, á minha casa discutir este ponto e outros sobre a successão do throno; e assim foi insistir sobre este assumpto e sobre o da ida do Senhor Infante para

Portugal com o principe de Metternich; o qual achando por então este ultimo passo precipitado, não conveiu nelle.

14 — Neste estado de cousas e á vista das tramas que principiavam a desenvolver-se, e que não só tendiam manifestamente a minar os direitos inauferiveis de V. M. I., chamado, pelas leis do paiz e pelos votos do Seu Augusto Pai, á successão da Corôa de Portugal, mas que implicitamente envolvia questão sobre a independencia do Imperio do Brasil, nem era possivel separar estas duas causas, ambas para mim sagradas, nem deixar progredir taes pretenções, sem trair manifestamente os deveres do meu cargo, não digo já os da lealdade e os do amor á Pessoa de V. M.; e sem incorrer na justa censura de ignorar a situação e conveniencias politicas do momento.

15 — A distancia em que se acha da Europa o Imperio, que V. M. felizmente governa, exige que os seus ministros, em circumstancias difficeis e imprevistas, consultando a sua consciencia e a voz da Justiça e da razão, e interpretando por ellas a vontade de V. M., tenham a coragem de atalhar o mal, emquanto mais justas e expressas providencias lhes não baixam da elevada comprehensão e Poder de V. M. Dirigi-me, pois, ao Principe de Metternich e propuz-lhe o projecto de lhe enviar uma nota tendente a que o governo de S. M. I. e R. A., a quem por motivos tão sabidos tocava mostrar um particular interesse por V. M., tomasse as medidas necessarias, para firmar os direitos de V. M., como rei de Portugal, e a Regencia Provisoria, que Seu Augusto Pai havia decretado; trazendo eu em apoio della, e contra as pretenções do ministro Acosta, a lei do Senhor Rei D. Pedro 2º de 23 de maio de 1674, que declara a quem pertence a Regencia do Reino de Portugal em caso de morte ou impedimento legitimo do rei.

16 — Mr. de Metternich, como então participei a V. M., respondeu-me nessa occasião nos termos seguintes, que muito importa agora repetir, pelo contraste que offerece a franqueza da sua resposta com a duplicidade de expressões, que nestes ultimos dias, tem ousado apparecer em publico, áquelle respeito: « Une déclaration de la reconnaissance de la souverainété d'un successeur legitime, étant un acte tout à fait

nouveau dans la diplomatie, pourrait faire croire qu'il y avait quelque doute, qui n'existe pas, sur la succession de droit et de fait de vôtre Maître à la couronne de Portugal, vous n'avez qu'à vous intituler, et nous n'avons qu'à vous appeller dès ce moment Envoyé Extraordinaire et Ministre Plenipotentiaire de Sa Mageste Impériale et Royale Très Fidèle. Et voilá tout ».

Falou-me depois nas pretenções de S. M. a Rainha Mãi á Regencia; e quando nessa occasião deixei o principe, pareceu-me convencido das razões e argumentos que eu lhe havia apresentado; com effeito no dia seguinte disse-me que mandava, como effectivamente mandou, dirigir a todas as legações austriacas uma circular declarando os direitos de V. M. ao throno de Portugal e a legalidade da Regencia estabelecida ali nos ultimos dias de vida de Seu Augusto Pai.

17 — O resultado da expedição daquella ordem correspondeu aos desejos e santidade (?) dos motivos que me haviam suggerido tal inspiração: o Gabinete inglez teve aquelle resultado, como a primeira luz que esclareceu na Europa tão importante negocio; e a mim ainda hoje é permittido lisonjear-me de que, talvez, com elle se atalhou um movimento anarquico em Portugal.

18 — Não tardou muito que eu me confirmasse no acerto das medidas que tinha tomado; porquanto o ministro e secretario d'Estado dos Negocios estrangeiros do Imperio na data de 10 de junho de 1826, respondendo á communicação que daquella medida eu tinha levado á Augusta Presença de V. M., se explicou assim: Recebi e levei, como cumpria, á Presença de S. M. o Imperador o officio que em data de 27 de março do corrente anno, e debaixo do n. 44, V. E. dirigiu a esta Secretaria d'Estado, e de todo o seu importante conteúdo ficou o mesmo Augusto Senhor inteirado, vendo elle mais uma prova do interesse que V. E. toma pelo seu serviço e deste Imperio; e S. M. mandando louvar a V. E. por toda a sua conducta em negocio de tanta monta, Ha por bem approvar tudo quanto V. E. fez ácerca dos negocios relativos a seus inauferiveis direitos á successão da Corôa de Portugal ». E em 14 do referido mez me escrevia o mesmo ministro: « S. M. ficou sciente de todas as

interessantes noticias que V. E. lhe communica, approvando as observações que V. E. fez ao ministro hespanhol á respeito dos negocios relativos á successão á Corôa de Portugal ».

19 — Quando V. M. mandava escrever isto, já se achavam em caminho para a Europa as Suas Reaes Providencias, que deviam fixar definitivamente a Côrte de Portugal, e encher os anciosos votos de todas as potencias pela independencia entre aquelle Reino e o Imperio do Brasil. Fez-me V. M. a grande honra de me communicar aquellas providencias em carta de 4 de maio daquelle anno; e fez-me a honra, ainda maior, de encarregar-me de me entender com o barão de Villa-Seca para a execução das mesmas providencias, isto é, para que o Seu Augusto Irmão prestasse o devido juramento á Carta Constitucional Portugueza e promovesse depois disso a conclusão dos seus esponsaes.

20 — Achou-me este despacho em Londres, onde o digno ministro, que ali tinha a honra de representar a V. M., se achava perigosamente enfermo. Estas circumstancias fizeram com que eu fosse convidado então, por carta de Mr. Canning, em data de 9 de agosto, para ter com elle uma conferencia, em Brighton, na qual o ministro britannico, mostrando-se interessado pelo feliz exito daquellas providencias, se entreteve comigo sobre os meios de execução dellas; e entre outras cousas me pediu que por occasião de entregar ao principe de Metternich a parte dessas mesmas providencias que, para isso, me tinha sido commetida, lhe suscitasse a idea de que era muito melhor que fosse a Carta recebida, do que expor o reino de Portugal á fatal condição de uma anarquia.

21 — Parti immediatamente para Johannisberg, onde então se achava aquelle principe, e não só procurei offerecer, na conversação, a idéa do ministro inglez, como simples observação minha; mas em cumprimento das ordens que de V. M. tinha recebido, combati então, por palavra, e depois por escripto, a argumentação com que o ministro austriaco pretendia que não fosse recebida em Portugal, a nova instituição que V. M. tinha servido dar-lhe.

22 — A justiça de V. M. não podia deixar de assegurar-me a Sua Real Approvação no desempenho fiél deste meu dever; e com effeito em officio de 20 de outubro da-

quelle anno, me escrevia o ministro dos Negocios Estrangeiros do Imperio: Ficou S. M. I. certo dos bons officios de Inglaterra, para que tenham bom resultado as providencias dadas pelo mesmo Augusto Senhor como rei de Portugal; esperando portanto que o governo austriaco se convencerá das boas razões que decidiram a adoptarem-se as medidas, que se tomaram a favor do governo daquelle Reino, no que V. E. se esforçará, persuadindo a essa Côrte os principios que pessoalmente ouvira a Mr Canning». E depois em officio de 4 de dezembro seguinte repetia o mesmo ministro: «Ficou S. M. o Imperador certo do zelo e fidelidade com que V. E. se emprega no seu Imperial Serviço, tendo-se desvelado com a maior energia em obter dessa Côrte o bom resultado sobre os negocios de Portugal, pois que elles tambem interessam muito a este Imperio, pelas relações immediatas que ha entre os dous paizes». E ultimamente na mesma data me dizia: «Levei á Augusta Presença de S. M. o Imperador o officio que V. E. me dirigiu, com o n. 52, em data de 2 de setembro passado, e o mesmo Augusto Senhor fica sciente da conferencia que V. E. teve com o principe de Metternich em Johannisberg. E' para mim um dever bem grato o ter de annunciar a V. E. que S. M. I. folgou muito de ver as solidas razões com que V. E. combateu tanto de palavras como por escripto os argumentos, com que o mesmo ministro d'Estado se oppunha, contra o ter S. M. I. dado uma Carta Constitucional a Portugal; sendo de esperar que elle se tenha convencido da justiça com que o nosso Augusto Amo obrou, neste importante negocio, tendo só em vista beneficiar aquelle Reino... No emtanto S. M. confia na reconhecida dexteridade de V. E., que saberá defender e sustentar uma causa, que só tende a fazer feliz e respeitavel a nação portugueza.

23 — Deixando ainda em Johannisberg o principe de Metternich, recolhi-me a Vienna, onde entreguei ao barão de Villa-Seca, representante portuguez naquella Côrte, os despachos que para elle tinha recebido de V. M.; e neste estado de cousas achava-se, pelas ordens de V. M., e pelo facto das circumstancias, estabelecida a necessidade de se abrirem conferencias entre mim e aquelles dous ministros

sobre os meios mais convenientes para a execução das disposições ordenadas.

24 — Recolheu-se, com effeito, o principe de Metternich de Johannisberg, onde, segundo passava por certo em Vienna, e elle depois não duvidou confessar-me, como eu escrevi a V. M. em 9 de novembro daquelle anno, que tivera repetidas entrevistas com differentes diplomaticos estrangeiros, afim de serem apoiadas as representações que o gabinete austriaco se propunha fazer então em contraposição á Carta Constitucional Portugueza; ao que somente os embaixadores da Inglaterra e da Russia se haviam opposto. Principiam, portanto, as nossas conferencias, as quaes se prolongaram por espaço de dous mezes; e ouso lisonjear-me de que nellas a minha cooperação não foi inutil; porque não só consegui vencer a repugnancia, que a execução daquellas disposições encontrava em parte, no espirito do ministro austriaco; mas obstei a que o juramento fosse dado por S. A. como se pretendia, debaixo da condição de ficar elle por aquelle facto declarado Regente de Portugal, querendo-se assim fazer applicação de um artigo da Carta Constitucional Portugueza, o qual considéra a Regencia por menoridade no caso de ausencia voluntaria do soberano, que era o que então se offerecia: e bem assim consegui que, na escriptura dos esponsaes, houvessem de se empregar, onde cabia, os termos que indicassem que S. A. era subdito de V. M.; sendo certo que isso quadrava melhor com a sobredita pretenção de S. A. acerca do juramento e com a idéa que então vogava em Vienna de se dar, com aquella formalidade, por completa a abdicação.

25 — Achavam-se portanto convindas e pouco mais ou menos assentadas, naquellas conferencias, as bases sobre que se deveria proceder ao juramento e esponsaes de S. A.; a Carta já tinha sido jurada em Portugal, que era o termo que Mr. Canning, por prudencia, e para contemporizar com a Austria, tinha marcado, tanto a mim, na nossa conferencia em Brighton, onde serviu desta expressão, — il faut faire glisser la charte, com o barão de Villa-Seca, por via de Sir H. Wellesley em Vienna; comtudo o principe de Metternich meditando sempre a destruição daquelle codigo das liberdades portuguezas, procurava por todos os meios demorar

o juramento do Senhor Infante, tirando da mais pequena circumstancia motivo para suscitar um novo obstaculo; e pretendia conseguir o seu fim submettendo a questão ao arbitrio da junta de ministros das seis grandes potencias em Pariz. Previa eu os males que de tal demora necessariamente se haverião de seguir em Portugal, onde o partido de S. A. não deixaria de a fazer valer; comtudo apesar de ter esgotado todos os meios, que os meus desejos de bem servir a V. M. podiam inspirar-me, não me era possivel vencer a repugnancia de M^r^. de Metternich; e nesta difficil e embaraçosa posição, pedi ao meu honrado collega o visconde de Itabayana opinião sobre o que melhor deveria fazer. Seja-me permittido, em obsequio da verdade, produzir aqui por extenso a resposta que a este respeito recebi de Londres daquelle leal servidor de V. M. « Sobre os negocios de Portugal, me escrevia elle em 19 de outubro daquelle anno, direi a V. E. que na minha opinião, ha V. E. feito quanto lhe incumbia na qualidade de ministro do Brasil e que o proseguimento deste negocio compete ao benemerito ministro de S. M. F. o nosso amigo o S^nr^. Villa-Seca. Eu não presumo que essa Côrte (a de Vienna) aconselhe ao Senhor Infante que desobedeça ás ordens do seu rei e Augusto Irmão; porque o Senhor Infante é subdito e como tal sujeito ás leis. Pela mesma qualidade de subdito não pode elle protestar contra os actos do seu rei. No caso extremo em que S. A. S. (por conselho dessa Côrte ou por motu-proprio) não queira jurar a Constituição, dada por Seu Augusto Irmão, a Portugal, entendo que o ministro de S. M. F. deve sobrestar na negociação do casamento e dar parte a S. M. I. que resolverá sobre este desagradavel incidente. A negociação do casamento é condicional e dependente da prestação do juramento, assim como o é a abdicação feita por S. M. F.; recusando S. A. jurar, hade necessariamente recusar obedecer á ordem pela qual é chamado ao Rio de Janeiro, na hypothese de ter prestado juramento; esta segunda recusa é consequencia da outra, e neste segundo caso, não tem o ministro de S. M. I. que fazer. Parece-me, portanto, que V. E. recuando do ponto em que está, e pondo adeante de si o S^nr^. Navarro e Sir H. Wellesley deve limitar-se a promover a pretendida prestação do juramento do

Senhor Infante e a exigir que não se ajuste o casamento no caso de S. A. Serenissima recusar-se a jurar. Esta recusa ha de ter as mais graves consequencias, e por ella provará S. A. S. que não é sincero nem innocente nas maquinações de um partido que existe e invoca o seu nome em Portugal. Ha quem se persuada que se trata de empecer o casamento de S. A. S. por meio desta recusa; e já se diz que certa Côrte está tratando de obter para um sobrinho a mão da Senhora D. Maria da Gloria. Convém revelar este segredo ao Senhor Infante; e elle perde-se, de certo, de desobedecer ao Seu Augusto Irmão. Parece-me tambem que V. E. deve abster-se de mais deducções, notas e justificações por escripto com esse governo ácerca dos mencionados assumptos, que não são brasileiros. Fale V. E., e escreva o ministro portuguez. Eis a minha opinião pessoal, e não official, porque não estou autorizado a obrar em tal negocio ».

26 — Emquanto eu esperava ancioso o parecer do ministro de V. M. em Londres, appareceu em minha casa Sir H. Wellesley mostrando-me uma carta que de Londres lhe dirigira Sir William Acourth, na qual lhe dizia, como logo no dia 26 de setembro communiquei a V. M.: « L'état des choses ici peut se dire en deux mots: si l'Espagne veut cesser ses intrigues, et l'Infant D. Miguel veut rester tranquillement á Vienne, se soumettant aux ordres de son frère et sans prejudice des droits que la Constitution lui donne à la Regence, tout se passera tranquillement; mais si l'Espagne continue ses intrigues, le Portugal la payera dans la même monnaie. Si D. Miguel se montrait dans la frontière, les demagogues saisiraient les rênes du gouvernement. Dans un de ces cas la guerre deviendrait inevitable ».

Sobre o conteúdo desta carta insistia então comigo Sir H. Wellesley que eu instasse com o principe de Metternich para que tivesse effeito o tantas vezes requerido juramento do Senhor Infante, como garantia de grande peso para Portugal nas circumstancias então existentes, e como meio de repressão dos exaltados sentimentos, em que S. A. parecia persistir aquelle respeito aproveitando esta favoravel circumstancia; assim o pratiquei; e ou porque então o principe de Metternich já sabia que na junta de Pariz as opiniões da

Russia e da Inglaterra eram infestas ao seu projecto; ou porque não julgou conveniente carregar por mais tempo com a responsabilidade de tão larga demora, é certo que depois de algumas duvidas e respostas evasivas, determinou-se com effeito a convir no juramento, o qual teve logar no dia 12 de outubro, e não no dia 4, como depois conheci que fôra indicado.

27 — Todo o expendido tive eu a honra de por em tempo devido na presença de V. M. I., e sobre isso me escrevia em 30 de dezembro seguinte o ministro dos Negocios Estrangeiros do Imperio: « Não devo occultar a V. E. a satisfação que tenho tido em ver a dexteridade e o manejo que V. E. tem empregado com o ministro austriaco a respeito dos negocios de Portugal; estando eu persuadido que ás boas razões de V. E. se deve, em parte, o bom resultado desta questão, pois que com o maior prazer acaba o governo de S. M. o Imperador de saber que S. A. o Senhor Infante D. Miguel, fiél á Sua Real Palavra, cumpriu o que prometeu a Seu Augusto Irmão de executar as suas ordens e planos, para o que já havia jurado no dia 4 de outubro a Constituição da Monarquia Portugueza, e com este faustissimo acontecimento lançou por terra o partido que fazia tão decidida opposição á ordem politica novamente estabelecida.

28 — Emquanto isto se passavâ, o animo do Senhor Infante D. Miguel se tornava cada vez mais adverso ás prudentes disposições de V. M. Os principios de que tinham imbuido S. A. repugnavam ao juramento da Carta; a idéa que lhe tinham suscitado de que V. M. deveria ter abdicado nelle, fazia-lhe aborrecer a Regencia; e a condição do casamento era inadmissivel para S. A., que persistia em querer casar com a princeza Luiza da Baviera, alliança que já em vida de S. M. o Senhor D. João VI, até sem consentimento deste soberano tinha querido effeituar, e de que então o desviou o principe de Metternich, como este mesmo me asseverou, prevendo o caso de haver S. A. de casar-se com Sua Augusta Sobrinha, como depois veiu a ser determinado por V. M.

29 — Todas aquellas indisposições de S. A. eram ou creadas ou pelo menos desenvolvidas pela correspondencia re-

ciproca que por via de Acosta, este Principe entretinha com Suas Augustas Irmans as Senhoras Infantas de Hespanha e com os rebeldes portuguezes, que já então se achavam abrigados e favorecidos naquelle Reino; e pelas doutrinas do mesmo Acosta, com quem S. A. tinha repetidas conferencias nocturnas, e o qual fortificava e desenvolvia o espirito dos conselhos transmitidos naquella correspondencia, dizendo a S. A. que se acaso se conformasse com elles, teria o apoio da Hespanha; e que o ponto estava em ser declarado Regente do Reino, porque então aquella potencia não só o reconhecia Rei de Portugal, mas até do Brasil, em cuja separação a Hespanha nunca tinha convindo. Aqui pertence dizer que esta promessa do ministro Acosta era tão conforme com os interesses do seu governo, que hoje se acha já mandada consagrar parte no Almanack de Hespanha publicado no presente anno onde se lê: « D. Miguel Rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves pela abdicação de seu irmão D. Pedro ».

30 — A'quellas insinuações accresciam muitos outros meios, que por todos os modos se empregavam, para seduzir o animo de S. A. De Lisboa veiu um daquelles Ligurianos, que o mesmo Principe de Metternich tinha para lá mandado em vez de religiosos Carmelitas Descalços, que em conformidade das disposições de S. M. a Senhora D. Marianna d'Austria, já defunta, se haviam pedido daquelle reino. Aquelle membro de uma congregação, já conhecida na Europa como instrumento da politica anti-constitucional austriaca, era confrade do irmão do secretario do principe de Metternich, e vinha encarregado de trazer o famoso manifesto a favor dos direitos do Senhor Infante D. Miguel, que se dizia impresso em Lisboa em 11 de maio daquelle anno, e acompanhado de novas cartas originaes das Senhoras Infantas de Hespanha a seu irmão, aconselhando-o que não se deixasse seduzir contra os seus interesses e de outras ao barão de Villa Seca para que o não deixasse desviar-se delles; e até de uma carta aberta e anonyma, que eu, em tempo, tambem remetti a V. M., na qual se me assegurava que ao Senhor Infante somente pertencia o throno de Portugal, e se me requeria que procurasse eu, por todos os modos, que aquella pessoa, que ali tanto se desejava, chegasse quanto antes áquelle reino. Mr. Ulsemanns (?) que o principe

de Metternich tinha introduzido ao lado do Senhor Infante, como seu mestre, conforme S. A. mesmo o confessou, havia redigido um escripto sobre os mesmos fundamentos daquella memoria. Da bibliotheca Imperial eram pedidos, para o quarto do Senhor Infante, livros que tratavam expressamente da successão da Corôa de Portugal, e de cujo emprestimo me foi mostrado recibo assignado pelo camarista de S. A.; e finalmente o assumpto de tal modo se dava por certo na casa do Senhor Infante, que o cirurgião Pires ali afirmava publicamente que o throno de Portugal pertencia a S. A., como então veiu confidencialmente declarar-me pessoa fidedigna por lh'o ter ouvido.

31 — Todos estes meios de suggestão exaltaram de tal maneira o espirito do Senhor Infante D. Miguel, que este principe chegou a ir em pessoa á casa de campo de Sir H. Wellesley, depois Lord Cowley, significar-lhe, como ministro de Inglaterra, que elle estava resolvido a partir para Portugal, fosse como fosse; circumstancia que aquelle mesmo ministro então me veiu communicar.

32 — Emquanto aquella memoria e escritos, a que ella deu logar, produziam assim o seu effeito no animo do Senhor Infante, que havia ser o instrumento de semelhante cabala, julgou o principe de Metternich conveniente ao seu projecto, ouvir a opinião do barão de Villa-Seca e a minha sobre o contéudo em taes brochuras. Elevou-se o barão logo particularmente contra ellas; mas eu, mostrando desejo de as ponderar, com maior madureza, mereci que o principe m'as confiasse por 24 horas. Aproveitei este espaço, para fazer copiar todos aquelles papeis, e no dia seguinte, quando restitui os originaes, declarei ao dito principe, que se acaso S. A. o Senhor Infante D. Miguel não se propuzesse communicar, sem perda de tempo, a Seu Augusto Irmão aquella conspiração, que se tramava contra os seus direitos, eu expediria immediatamente um correio, que, para esse fim, levasse ás mãos de V. M. as copias, que de tudo tinha deixado em meu poder.

33 — Aquella minha decisão surprehendeu o ministro austriaco, que não podendo contrariar o meu dilema, se propoz de mandar redigir, na secretaria d'Estado, uma memoria na qual se achassem resumidos os principios espalhados naquellas

brochuras, para ser, em nome do Senhor Infante, remettidos a V. M.; mas que eu por cautela não consenti que fosse á Sua Augusta Presença, senão por um homem de grande confiança e depois de lida e examinada por mim, como com effeito o fez, mas desejando eu logo prevenir a V. M. daquella remessa, aproveitei uma occasião, pela qual, não a julgando segura, me explicava então assim áquelle respeito: « bem desejaria eu que V. M. pudesse achar nella (memoria) a confirmação da lealdade do Senhor Infante ».

34 — Ao mesmo tempo em que, por meio de escriptos, se procurava na Austria estabelecer os pretendidos direitos do Senhor Infante D. Miguel, um bando de rebeldes portuguezes, fieis somente aos interesses e ás suggestões daquella potencia, invadia, com mão armada, o territorio portuguez. Então, como nas antecedentes circumstancias, constante nos meus principios e no meu dever, não pude deixar de protestar junto ao gabinete de S .M. I. e R. A. pela conservação inteira dos direitos de V. M., já reconhecidos, á Corôa de Portugal, os quaes, aliás, eu não podia considerar comprometidos sem prejuizo manifesto dos interesses do Brasil; e pude nessa occasião conseguir que S. A. dirigisse a Sua Augusta Irman, então Regente naquele reino, uma declaração, a qual, inserida depois nos papeis publicos, não concorreu pouco para poupar maiores convulsões naquelle desgraçado paiz, quebrantando as esperanças, que a facção hespanhola punha na intentada e promovida usurpação dos direitos de V. M.

35 — No meio de tudo isto tinha o principe de Metternich amadurecido o seu antigo projecto e não podendo ter por mais tempo mão no freio (?) das cousas, deliberou-se a propor-me abertamente aquella negociação, a qual consistia em que V. M. completasse a abdicação da corôa de Portugal, declarando Seu Irmão regente daquelle reino e enviasse Sua Augusta Filha para Vienna.

36 — Excusado é recapitular aqui os motivos porque eu não podia convir naquellas duas primeiras condições, que desde o principio, por todos os modos, se tinha pretendido conseguir; e então expuz ao principe de Metternich que a prompta e completa abdicação de V. M. trazendo naturalmente comsigo o caso da menoridade, que é sempre fatal a um Estado, muito

peiores consequencias teria nas tristes circumstancias em que então se achava o de Portugal; e que este inconveniente, longe de se diminuir, com a proposta regencia do Senhor Infante, não podia deixar de se augmentar, vista a pouca aptidão que elle, por ora, mostrava para tão ponderoso empenho e, sobretudo, pelo descontentamento, que havia de causar naquelle Reino, onde era conhecido o caracter de S. A., e pela ainda mui viva impressão summamente desfavoravel, que a seu respeito, tinham deixado os factos recentemente ali praticados por aquelle principe. Parece-me, comtudo, que haveria menos inconveniente, quanto á terceira parte do projecto, na vinda da Augusta Filha de V. M. para Vienna, não só porque a presença desta Senhora na Europa, afiançaria mais um principio de estabilidade nas cousas politicas de Portugal, mas porque seria a maior prova de boa-fé com que V. M. I. começava a cumprir as suas promessas. Como, porém, o negocio, tomado no ponto de vista geral, estava intimamente connexo com os interesses do Brasil, propuz a necessidade de fazer, antes de tudo, com que a Hespanha fosse obrigada a reconhecer a independencia daquelle Imperio, para que depois pudesse ter mais seguro logar as concessões de V. M.

37 — Nem a minha razão nem a minha consciencia permittiam que eu respondesse de outro modo, nem esta minha resposta podia agradar ao principe de Metternich; assim fez elle partir immediatamente para a Côrte do Rio de Janeiro Mr. Neuman com aquella negociação, encarregando-o primeiro de prevenir a favor della os gabinetes de Pariz e Londres na sua passagem por aquellas capitaes, e dando como pretexto da sua viagem o levar á Augusta Presença de V. M. o juramento prestado por S. A. á Carta Constitucional da Monarquia portugueza e a escriptura dos seus esponsaes.

38 — Apressei-me eu logo a prevenir a V. M., em officio de 19 de novembro, da ida de Mr. Neuman á Côrte do Rio de Janeiro, e da negociação que lá o levava. Naquelle officio expunha a V. M. que Metternich e Canning, oppostos em principios, e desafiados pelas questões da Grecia, aproveitavam a occasião, que lhes davam as de Portugal para renhirem; que em tal caso, me parecia forçoso que V. M. formasse e executasse quanto antes um plano na sua qualidade de Rei de

Portugal, que satisfizesse as differentes indicações do momento; que este plano não poderia deixar de ter por base: 1°, sobrestar na ida para o Brasil do Senhor D. Miguel, ida que este não queria, e a que a Santa Alliança repugnava; 2°, mudar para Vienna Sua Augusta Filha; 3°, enviar para Portugal um diplomatico brasileiro intelligente, moderado e amigo de V. M. Quanto, porém, a completar a sua abdicação á Corôa daquelle Reino e a entregar a regencia delle ao Senhor Infante, permittia-me eu de propôr a V. M. que de nenhum modo deveria annuir a isso.

39 — Havia este meu despacho, e depois delle Mr. Neuman, partido de Vienna nos ultimos dias de novembro, quando em 8 de março de 1827 chegou áquella cidade, vindo do Rio de Janeiro, o veador José da Rocha Pinto, com o fim de propôr a S. A. o embarcar-se á bordo da náu D. João VI, que para ese fim se achava no porto de Brest, e ir esperar na Augusta Companhia de V. M. que chegasse o tempo de se completarem os seus altos destinos.

40 — Facil era de ver, e eu já por duas vezes o havia escripto a V. M., que semelhante proposição não podia ser admittida pelo Senhor Infante nem pelos seus conselheiros; porque ella repugnava a todas as propensões de S. A., naturaes ou inspiradas; era totalmente opposta aos designios de Hespanha, que o dominava; contrariava sobretudo a prompta separação do governo de Portugal, que toda a Europa requeria, e prolongava naquelle paiz a influencia das instituições liberaes, que mais tarde não seria tão facil destruir.

41 — Achegava-se a isto que a existencia da náu D. João 6° em Brest assombrava os gabinetes interessados pela conservação de S. A. na Europa; assustava mais particularmente a Hespanha; e tanto ali como em Portugal contrariava os desejos de um partido, por isso mesmo que ainda fazia crer á parte san da nação, que as providencias essencialmente convenientes, dadas por V. M., serião levadas a effeito. Era, portanto, evidente que a missão de Rocha Pinto havia de ser declarada completamente inutil, e que se havia procurar fazer desapparecer, quanto antes da Europa, este elemento de desconfiança do bom exito do projecto intentado. Bem convencido de tudo, logo que eu vi que era impossivel obstar a tal reso-

lução, tratei e consegui que, ao menos, ella fosse explicada de modo que nem offendesse a dignidade de V. M. nem a obediencia do Senhor Infante.

42 — Foi-me, portanto, expedida na data de 16 do mez de março, uma carta régia, em que S. A. me dizia: « Pareceu-me a proposito fazer constar ao sobredito veador (João da Rocha Pinto) por vossa intervenção, visto o cargo que exerceis na Côrte em que me acho, que assentei em taes circumstancias dever pedir conselho a S. M. o Imperador da Austria, a quem meu Augusto Pai, que Deus tenha em gloria, e meu Augusto Irmão me confiaram; sendo o conselho que S. M. I. e R. A. me deu (e com que eu, pelas razões que acabo de dar, não pude deixar de conformar-me) de sobrestar em qualquer ulterior resolução até que S. M. receba respostas ás communicações que fez o meu Augusto Irmão ». E mais tarde em data de 25 do mesmo mez continuava a escrever-me áquelle mesmo proposito e particularmente sobre a partida da náu para o Rio de Janeiro. « Obtive de S. M. I. e R. A. a promessa de que, dando-se o caso da minha partida, Sua dita Majestade, com a sua costumada benevolencia, me facilitaria os meios mais adequados para me transportar ao Brasil..... S. M. o Imperador da Austria agora mesmo acaba de instruir-me de algumas das principaes Côrtes alliadas, que estão de perfeito accordo com elle, e sobre a necessidade de esperar pelas resoluções do meu Augusto Irmão tomadas posteriormente ás communicações directamente feitas pelo dito monarca S. M. I. e R. A. »

43 — No mesmo tempo em que eu recebia estas communicações por parte de S. A., o Gabinete de Vienna não se esquecia de me fazer a confidencia de um relatorio da policia daquella capital a fim de que eu o remetesse a V. M., como fiz, em que se pretendia ter esta descoberto tramas, urdidas pelos demagogos, para attentarem contra a vida de S. A.; relatorio, que eu logo que tive occasião segura, dei por suspeito na Presença de V. M.; estando ainda hoje persuadido de que tal confidencia não era mais do que um miseravel artificio, já então infelizmente conhecido, de pretender por meio de conspirações inventadas, apoiar medidas, que se desejam conseguir. Não permitte, comtudo, a fidelidade com que, em todos os negocios, tenho sempre falado a V. M., e com que

escrevo a presente exposição, que eu deixe de confessar que a ida do Dr. Abrantes ao Rio de Janeiro, o bom acolhimento que de V. M. ahi recebera, os despachos de que viera encarregado e, sobretudo, a carta que elle sobre questões portuguezas escrevera de Londres á William Acourth, eram os presentados titulos de que o ministro austriaco se servia, para fazer crivel aquella pretendida conspiração, como, então mesmo, tive a honra de ponderar a V. M.

44 — Entretanto que isto se passava, voltava Mr. Neuman do Rio de Janeiro, sem ter concluido a negociação, que verdadeiramente ali o levara; e picado disto e prevalecendo-se das proximas relações que tinha com o principe de Metternich, ainda mais indispoz o animo deste, já assás mortificado por não haver conseguido o seu intento; e por toda a parte e por todos os modos procurou desacreditar o governo de V. M.; o negocio que de seu era já da maior importancia, tornou-se com isto, para o Gabinete de Vienna, do maior empenho; o que fez que este expedisse immediatamente o principe de Shwartzemberg (?) em correio ao barão de Mareschal, seu enviado junto a V. M., renovando as primeiras instancias; e fez isto com tal segredo, que não só, contra todo o estilo, eu não fui prevenido com assáz antecipação desta occasião, que não perderia, de escrever a V. M.; mas naquelle despacho, se indicava ao dito barão, como depois soube, que no caso de ser favoravel a decisão de V. M., o diploma, que a consagrasse, não viesse remettido a mim, mas fosse trazido para pessoa estranha e de confiança. Tal era a prevenção que a fidelidade do meu serviço e a franqueza dos meus sentimentos haviam, com grande honra minha, inspirado áquelle gabinete!

45 — Em presença destas circumstancias, tornando-se cada vez mais complicados os negocios, e mais positiva a interferencia do gabinete austriaco para os conduzir aos fins que desejava, deliberei-me a aproveitar o momento em que se achava a banhos em Liorne o honrado visconde de Itabayanna, ministro de V. M. em Londres, para ir ali combinar com elle o que melhor conviria fazer em tão critica circumstancia; e em 17 de junho daquelle anno informei a V. M. de que naquella conferencia, á vista dos acontecimentos, e da approvação que a minha conducta, a respeito delles, tinha repetidas

vezes até então, merecido a V. M., e sobretudo á vista das suas Imperiaes Ordens, tinhamos assentado: que na qualidade de ministro de V. M., como Imperador do Brasil, cumprindo-nos separar as questões que só ás auctoridades portuguezas pertencesse especialmente tratar, era do nosso dever tomar parte nos negocios de Portugal, em tudo quanto respeitasse ás grandes questões politicas e diplomaticas a que se achavam ligadas as clausulas e condições de que V. M. fizera depender a sua abdicação á Corôa daquelle Reino, intentando por todos os modos, que á respeito dellas, só V. M. tinha o direito de decidir; assim como o de declarar a quem tocaria a regencia emquanto as mesmas clausulas não se houvessem verificado.

46 — Voltava eu de Liorne a Vienna com este firme proposito, quando então recebi um officio do ministro dos Negocios estrangeiros do Imperio, na data de 15 de fevereiro daquelle anno, que dizia assim: S. M. I. me ordena que, em resposta á carta que V. E. lhe dirigiu, significasse a V. E. que não obrou bem em o ter envolvido nos negocios de Portugal; convindo que V. E. evite isto quanto puder, limitando-se na qualidade de ministro brasileiro a zelar os interesses deste Imperio.

47 — Foi esta primeira e, o que é mais, até hoje a ultima ordem que neste sentido tive a honra de receber de V. M. Não devo occultar a V. M. a surpreza que me fez o vago daquella disposição, o silencio que ella guardava á respeito da data da carta a que servia de resposta e que não me permittia saber ao certo qual era o ponto em que especialmente havia, naquelle assumpto, desagradado a V. M.; e finalmente o nenhum cargo que se fazia aquella ordem de todas as que lhe haviam precedido e da intima ligação que as questões de Portugal tinham com os interesses e dignidade de V. M. e do Imperio do Brasil. Bem via eu quam tarde era para recuar numa carreira em que a convicção do meu dever me havia lançado, e em que as ordens de V. M. me tinham feito adiantar; mas emfim, forçoso era respeitar e cumprir esta ultima disposição; e em consequencia della, excusei-me dahi em diante de tratar semelhante negocio com S. A. Senhor Infante, com o principe de Metternich, com o conde de Lebzeltern, com o barão de Villa Seca e, até, com o cavalheiro Neuman: assim

informei eu logo a V. M. em officio de 17 de junho no qual expuz o resultado da minha conferencia em Liorne com o meu collega Itabayanna, limitando-me quanto ao mais a citar com o maior respeito a V. M. os despachos ns. 51, 52, 54, 61, 64, 65, 68 em que V. M. pela secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros do Imperio tinha, até aquelle tempo, auctorizado e louvado a minha conducta.

48 — Contraí-me, portanto, dahi em diante somente a communicar a V. M. o que se passava sem interferencia minha; e assim o fiz logo em 31 de julho seguinte, informando a V. M. de que a Côrte de Vienna havia feito proposta a Mr. Canning de entregar a S. A. a Regencia, desde o dia 26 de outubro, em que elle havia de completar os 25 annos; da qual proposta esperava com impaciencia, o resultado; sendo aquelle o desejo das principaes potencias, com as quaes, comtudo, não queria convir a Inglaterra, não só no interesse da conservação da Carta, mas por entender que o Senhor Infante seria opposto aos interesses daquelle paiz. Assim m'o havia revelado Mr. de Ghentz (?) mui conhecido redactor do Observador Austriaco, cabido por consequencia com o principe de Metternich e de cujos segredos fazia misterio, mas através do qual véu eu por vezes descortinei as intrigas diplomaticas da Côrte de Vienna.

49 — Neste meio tempo chegou a Vienna a resposta de V. M. aos officios de que havia sido portador o principe de Schwartzemberg. Sobre este assumpto só me toca respeitar os poderosos motivos, quaesquer que elles foram, que então persuadiram a V. M. a convir, nesta segunda vez, com as proposições de S. M. I. e R. A.; mas é certo que o barão de Marschal, mais feliz que Mr. Neuman, não só conseguiu então a negociação proposta, mas até obteve que o diploma, que a decretava, fosse assignado no mesmo dia em que da Europa chegou aquelle correio ao Rio de Janeiro.

50 — Ou individuo estranho ou que devia ser portador daquelle decreto fosse já nomeado da Europa ou não, o barão de Marschal conseguiu que a escolha recaisse em Carlos Mathias Pereira, que, tendo sempre desapprovado os procedimentos do Senhor Infante D. Miguel, se achava ultima-

mente dobrado ao seu partido, pelos meios de seducção que para isso se haviam empregado.

51 — Chegou com effeito Carlos Mathias a Vienna nos fins do mez de agosto com o resultado daquella negociação, e não me esquecerá dizer de passagem, que, segundo S. A. me contou, teve então a ousadia de dizer áquelle principe que fôra á instancias suas que elle obtivera de V. M. a assignatura daquelle diploma. Entretanto o certo é que S. A. houve-o sempre como um espia, posto ao pé delle por ordem de V. M., e que o barão de Marschal, sabendo o que valia o seu convertido, escrevia, por essa occasião ao principe de Metternich em carta confidencial: « Ahi vae esse homem, tratem-no bem, mas não se fiem delle.»

52 — Emquanto Carlos Mathias era portador de tão importante negocio, tinha eu a grande honra de receber de V. M. I., assim por elle, como pelo cavalheiro De L'Hoste cartas, em uma das quaes datada de 3 de julho daquelle anno, V. M. me dizia: « Nesta occasião parte daqui Carlos Mathias Pereira, a quem nomeei Enviado Extraordinario da Côrte do Brasil com a commissão de entregar a meu mano Miguel um meu decreto em que o declaro Regente do Reino, para governar em meu nome, conforme a Constituição portugueza; se elle ainda ahi estiver (tal era a impressão que em V. M. tinham feito as minhas communicações anteriores sobre as suggestões que a S. A. se faziam para que de qualquer modo saisse para Portugal) faça com que elle vá, e quanto antes, entendendo-se com o principe de Metternich, a fim de que este o faça persuadir que deve obedecer ás minhas ordens, e deve governar em conformidade á Carta Constitucional sem a minima alteração, e sem attender ou mover-se por este ou aquelle partido, mas sim pela lei fundamental do Reino. Agora escrevo a el-rei de Inglaterra participando-lhe isto mesmo, e pedindo-lhe a sua coadjuvação para florescer em Portugal o sisthema jurado, assim como escrevo no mesmo sentido a meu sogro a inclusa carta que lhe entregará.

53 — Em outra carta, e na data de 22 de junho antecedente, me annunciava V. M. a honrosa commissão de pedir em casamento para V. M. uma das duas princezas de Baviera, para o que vinham as credenciaes e instrucções remetidas ao

principe de Metternich, a cujas ordens me ordenaram que ficasse, áquelle negocio. Além disto enviava-me V. M., directamente e na data de 29 do mesmo mez de junho copia de uns quesitos propostos ahi pelo barão de Marschal com a das respostas a elles dadas por V. M., para que eu por ellas me regulasse naquellas duas negociações. Por aquellas respostas ficava de tal modo connexo o negocio do casamento com o outro que corria acerca de Portugal, que este assumpto a que até então sobejamente (?) me tinham ligado os interesses do Brasil e as recommendações de V. M., dahi em diante dobrou para mim o dever de levar a effeito esta segunda negociação.

54 — Assim o entendi eu, Senhor, nos interesses de V. M.; mas o peor foi que assim o entendeu tambem, para os seus interesses, o principe de Metternich; o qual reconhecendo, pelas expressões de V. M. a Seu Augusto Sogro, o grande desejo que tinha de ver concluido este negocio, cujo bom exito inteiramente confiava ás disposições de S. M. I. e R. A., determinou usar delle como do mais poderoso meio para obter de V. M. todas as concessões necessarias á respeito dos negocios de Portugal.

55 — Tinha, pois, chegado Carlos Mathias, e achava-se naquelle tempo o principe de Metternich em Konigswarthe (?), aonde o mandou logo chamar; e é para notar que no mesmo dia em que a este se deu aquella ordem, a mim, que pretendia ir ter com o mesmo principe, para executar as ordens de V. M., procuraram, na Chancellaria Imperial, desviar-me daquelle intento, sob pretexto de que o ministro viria immediatamente para Vienna. Alguns dias tardou ainda; mas como precursor da sua chegada, veiu o conde de Lebzeltern encarregado de conferir comigo e com o barão de Villa Seca, por parte do principe de Metternich, o que parecia conveniente que o Senhor Infante fizesse logo, em consequencia da nomeação de Regente que acabava de receber; e outrosim de me propor que fosse eu quem fizesse á Côrte de Vienna a communicação offical daquella nomeação.

56 — Forçoso foi então prestar-me a assistir áquellas conferencias, as quaes tinham precisamente por assumpto o objecto das instrucções e ordens, que eu ultimamente havia recebido de V. M., como dito é; e nellas pareceu-me necessario

convir com aquella segunda parte, não só porque não se oppunha ás instrucções referidas, antes era a ellas conforme; mas porque esta circumstancia me ajudava a ganhar, nesta parte, a benevolencia de um governo cujos projectos, muitas vezes, me via obrigado a contrariar, e com o qual era forçoso, até certo ponto, contemporizar. Quanto, porém, ao que convinha que S. A. logo fizesse, insinuar Mr. de Lebzeltern: 1°, que o Senhor Infante assignasse, e remettesse para Portugal, uma proclamação, cuja minuta o mesmo conde apresentava, e cujo objecto era conceder S. A. perdão e indulgencia aos seus inimigos; 2°, que de Vienna désse, ou pelo menos, promovesse uma amnistia geral e indefinida; e em ultimo logar lembrava, como conveniente, que S. A. recolhendo-se a Portugal, se dirigisse para Paris e para Londres.

57 — Oppuz-me então a tudo isto; como logo depois referia a V. M.; porque nem me parecia que S. A. devesse praticar acto algum de governante, antes de se achar de posse do governo, nem dar azo a crer que S. A. recorrendo a este arbitrio de proclamação, confirmasse o ter assignado outras, que em seu nome se haviam espalhado; além disso parecia-me que haveria de produzir muito máu effeito fazer-se S. A. preceder daquellas palavras de *perdão* e de *indulgencia* para os outros, em um paiz onde a gente sizuda estava altamente persuadida de que S. A. é quem mais necessitava disso, e sobretudo que seria muito arriscada a respectiva entrada de cinco mil rebeldes no territorio portuguez, que, poucos mezes antes, tinham assolado com mão armada. Finalmente oppuz-me á passagem de S. A. por Pariz e por Londres, por me haver prevenido o visconde de Pedra Branca, ministro de V. M. naquella primeira capital, de que muitos partidistas do Senhor Infante o esperavam ali; e em Londres recêava eu, e até S. A., que o povo desacatasse-o; sendo eu de opinião a este respeito que o Senhor Infante se recolhesse a Lisboa em direitura por Trieste.

58 — Não agradou, como era de esperar, esta minha opposição ao conde de Lebzeltern, o qual achando a proposito annunciar-me, por essa occasião, algumas promessas satisfactorias sobre o projecto de casamento, suspendeu as conferencias, com o motivo ou pretexto de esperar pelo conde de

Villa Real, que não tardaria em chegar a Vienna, o que assim aconteceu no mez de outubro daquelle anno.

59 — A designação, que em Londres se havia feito do conde de Villa Real, para levar a Vienna as informações convenientes do que se havia passado em Portugal e em Inglaterra, era a mais acertada; porque tendo elle visto, e sabendo ver, os acontecimentos em ambos os paizes, ninguem melhor do que elle, os poderia expor; e a escolha daquelle illustre portuguez para acompanhar a S. A. no seu regresso, era ditada pela mais escrupulosa prudencia; porque ninguem melhor estava no caso de dar, ao mesmo tempo, garantias a todas as opiniões moderadas; ou fosse como havendo-se opposto corajosamente, em Portugal, á Constituição de 1820, ou como tendo constantemente sustentado em Hespanha os direitos e a Carta outorgada por V. M.

60 — Seguiram-se á chegada do conde de Villa Real as conferencias em que se redigiu o Protocolo, que se dizia dever servir de base á futura conducta de S. A. R., para as quaes o barão de Villa Seca e o mesmo conde de Villa Real, em nome do Senhor Infante, me convidaram; mas reputando eu que este negocio não tinha uma ligação immediata com os interesses verdadeiros de V. M., os quaes somente eu estava auctorizado para defender, excusei-me de assistr a estas conferencias, e assim se declarou no principio daquelle protocolo.

61 — Entretanto estava chegada a época em que deviam completar-se os destinos de Portugal: achavam-se realizados os projectos do gabinete de Vienna, nenhuma força era já capaz de os contrariar. O campeão das liberdades portuguezas na Europa tinha deixado de existir, mui cedo para ellas e para a honra e a dignidade de Inglaterra; a opinião do resto dos collegas do ministro Canning, que ainda por algum tempo se conservaram no gabinete, era ali, já então, annulada pela influencia do partido de um general, cuja fortuna tendo-o ajudado a triumfar na Europa do despotismo militar, tinha determinado, para humilhar a sua presumpção, forçal-o a ver murchar esses louros e a envergonhar as instituições do seu paiz, cedendo cega e teimozamente aos intentos de applaudir e promover o triumfo de um novo despotismo sobre o mesmo campo da sua gloria. Em Portugal a Augusta Irman de V. M.,

que, apesar de ser havida, pelo principe de Metternich, como representante dos revoluconarios, foi sempre fiél executora das Imperiaes ordens de V. M., não pensava, já então, como ella mesma disse, por occasião do solemne juramento do Senhor Infante, em presença das Camaras, senão em ver-se alliviada de um pezo superior ás suas forças, que resignada tinha aceitado por obediencia, e que por obediencia gostosamente restituia; e o seu governo, possuido dos mesmos sentimentos, punha, já então, todo o seu desvelo somente em conter em tranquilidade todos os partidos, que as promessas do Senhor Infante e o prestigio que o acompanhava, prometiam fazer em breve desaparecer.

62 — Excusado era, pois, pretender obstar ao peso irresistivel das cousas: o triumfo politico de M^r^. de Metternich era completo: S. A. nas mãos deste diplomatico tão dextro como sagaz impunha-se a todas as opiniões na Europa: aos anti-constitucionaes de todos os paizes, mostrava-o aquelle ministro como o Principe que, em 1823, ousara debelar e vencer a Demagogia; aos realistas como o Princpe que, para salvar a vida de Seu Augusto Pai e seu Rei, tinha em 1824, exposto a sua; aos liberaes como o Principe que, em 1827, tinha jurado a Carta Constitucional, dada por Seu Augusto Irmão, pela qual se havia obrigado a ir reger, em nome delle, os Estados portuguezes, finalmente aos antigos possuidores do Perú e do México como o Principe, a quem não faleceria atrevimento para se intitular ainda um dia Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. S. A. saiu de Vienna em 6 de setembro de 1827; a sua marcha triumfal para Pariz e para Londres, foi o fructo da solicitude, com que M^r^. de Metternich tinha preparado, no interesse do partido anti-constitucional, aquella solemnidade; e as particulares demonstrações de cordealidade e de afeição que o illustre viajante recebeu de Lord Wellington em Inglaterra, foram precursoras da submissão e interesse, com que este, em outro tempo commandante das forças austriacas, e agora recruta do primeiro ministro daquella potencia, havia, um dia, acintemente proteger a usurpação e os desvarios daquelle Principe.

63 — Em vão eu tinha promovido, entretanto, uma resposta acerca do pretendido casamento de V. M. O principe de

Metternich, como eu desde logo tinha previsto, havia imaginado que V. M. desejando anciosamente passar a segundas nupcias, não duvidaria trocar, pelo complemento desse desejo, o sacrificio do Seu Imperial decoro, dos interesses do Brasil, dos direitos de Sua Augusta Filha e da sorte de Portugal; e firme neste sentimento fazia monopolio daquella generosa confiança de V. M., havendo esta negociação do casamento, como um ponto seguro, em que pudesse apoiar-se para mover a dos arranjos de Portugal no sentido da sua politica. Assim achou elle, desde logo, obstaculos, com que inutilizou aquelle primeiro projecto de alliança na casa de Baviera; assim intrigou depois conhecidamente, para que se não concluisse o segundo na casa de Sardenha, e assim desmanchou mais tarde o terceiro, que elle mesmo tinha inventado na antiga casa da Suecia; havendo, por este modo, contrariado sempre e frustrado as mais efficazes diligencias, com que o Marquez de Barbacena, então sem qualidade diplomatica, e eu, como ministro plenipotenciario de V. M., tinhamos procurado nesta parte satisfazer aos seus desejos e ás suas ordens.

64 — Não era em Vienna, Senhor, mas em Portugal que o primeiro ministro austriaco havia decretado que esta negociação do casamento de V. M. fosse concluida; era preciso que o Senhor Infante conseguisse sentar-se no trono daquelle Reino, sem reconhecer obedienca a V. M.; como já nas conferencias de Vienna se havia pretendido; era preciso que elle tivesse destruido o imperio da Constituição, como á maior parte dos governos convinha, e para firmeza desta circumstancia, a qual era, pode se dizer, o serviço a que todas as outras se ligavam, era precso que o casamento de S. A. com a Augusta Filha de V. M. apresentasse em Portugal, um governo debaixo da forma do de Fernando e Isabel na Hespanha; emquanto V. M. não houvesse annuido e sancionado tudo isto, excusado era pretender que o principe de Metternich largasse da mão o unico talisman com que elle julgava fascinar o espirito de V. M. e trazel-o á conclusão deste negocio. Esta doutrina era tão corrente entre todos os iniciados no misterio daquelle ministro, que o conde de Oriola dizia, neste tempo, em Berlin, como em officio de 4 de novembro daquelle anno, referi a V. M.: « O rapaz ha de estar por tudo,

desde que se lhe dê moça, que é o que elle quer». Mas emquanto o ministro austriaco esperava confiadamente em Vienna que as coisas em Portugal se fossem dirijindo mansa e cavilosamente ao seu fim, o Senhor Infante, esquecido das lições que tinham pretendido dar-lhe, começava a desenvolver naquelle desgraçado paiz todos os prejuizos do seu entendimento e toda a perversidade do seu coração.

65 — Já em 20 de março o Marquez de Barbacena, voltando ao Rio de Janeiro, com o desgosto de ver frustradas as diligencias do casamento na Augusta Casa de Sardenha, para o que tinha vindo auctorizado por V. M., me escrevia de Londres: «Amanhan deixo esta capital, levando a triste noticia dos desvarios do Senhor Infante, que parece dominado pelos facciosos de abril de 1824. Ahi tem V. E..... o resultado desgraçado, ou antes horroroso que vai seguir-se da Regencia daquelle principe..... que fazer agora? Esperava eu voltar ao Brasil com lisonjeiras noticias ao Nosso Augusto Amo, e é justamente o contrario que vai acontecendo..... em consequencia das loucuras ou crimes do Senhor Infante». Começaram então a chegar a Vienna as tristes noticias dos acontecimentos de Portugal, e não me parece fora de proposito transcrever aqui um paragrapho de uma carta autographa que em 1º de abril daquelle anno me escreveu sobre isso Mr. de Ghentz, a qual ao mesmo tempo prova a impressão que taes novas faziam na Côrte de Vienna e dá testemunho da franqueza e limpa consciencia com que eu sempre tinha tratado aquelles negocios nos interesses de V. M. «Vous êtes le seul.... qui ait jugé en vrai homme d'état l'aimable nourrisson que nous elévions pour le bonheur du Portugal; le seul qui ait exactément prévu les évenements qui éclateraient dès l'arrivée de ce bijou à Lisbonne. Je n'ai d'autre mérite, moi, que celui d'avoir de tout temps rendu justice à votre sagacité et d'avoir bien souvent averti mon illustre chef et le cher Lebzeltern (qui peut l'attester) d'attacher un peu plus de valeur à vos sages et utiles observations. Avec l'affection que je dois toujours vous imposer pour votre ancienne patrie, je conçois que vous ne puissiez vous réjouir des nouvelles convulsions qui la menacent; mais vous avez la grande satisfa-

ction d'avoir tout fait pour les empécher. Je vous en félicite donc. etc, etc ».

66 — Poucos dias depois fui eu avisado por carta do ministro plenipotencaro de V. M., em Londres, de que a usurpação da Corôa portugueza pelo Senhor Infante estava iminente. Desde aquelle momento renovava-se a mesma questão em que o serviço e as ordens de V. M. me haviam empenhado: nada tinha mudado a face daquella questão; as instrucções de 29 de junho e 3 de julho antecedentes estavam em seu inteiro vigor; e se até ali, eu tinha feito serviços, que mereceram a approvação de V. M., contrariando o plano do ataque, a iminenca do perigo, pelo desenvolvimento deste, era, então, mais um titulo para sair, sem perda de tempo, em campo, a fim de o repelir.

67 — Não hesitei um momento em tomar esta deliberação; e vendo quanto importava não tardar em um negocio que se avançava com passos tão rapidos, no mesmo dia em que recebi a noticia, fazendo valer aquellas instrucções de V. M., as quaes, na grande distancia em que V. M. se achava do theatro dos acontecimentos, se tornavam então preventivas, diriji-me ao principe de Metternich, para o prevenir da intenção em que estava de lhe passar uma nota, na qual lhe communicasse que, á vista dos factos occorridos, e na conformidade das instrucções que havia recebido de V. M., me era forçoso passar a Londres, para ahi receber successivamente noticias mais promptas, e mais facilmente combinar, com o meu collega daquella Côrte, o que melhor cumprisse ao serviço de V. M.; que, em consequencia disso era mui conveniente que eu fosse munido de uma declaração daquelle gabinete que pudesse, naquella parte, servir de base ás futuras negociações. Assim o fiz, e esta nota surprehendeu o principe, a quem o pezo da razão e, talvez, um resto de consciencia arrancou, naquelle mesmo dia, uma resposta, na qual se me certificava o sentimento que S. M. I. e R. A. tinha por occasião de taes acontecimentos; a esperança que conservava de que estes não continuassem; e o muito que, para isso se conseguir, estava disposto a concorrer, e dizia mais que, visto passar-me eu a Inglaterra, onde devia ser o theatro daquellas negociações,

poderia ali fazer constar aquellas sinceras disposições de S. M. I. e R. A. a tal respeito.

68 — Apenas esta resposta tinha escapado da mão de Mr. de Metternich, o conde de Lebzeltern, segundo logo me preveniu um amigo meu, ponderou áquelle principe as consequencias damnosas, que deviam resultar, aos projectos da Austria, da opposição com que eu, junto com o ministro de V. M. em Inglaterra, necessariamente haviamos de contrarial-os. O feito não tinha remedio; a nota estava já na minha mão; restavam as persuasões para que eu não partisse, e destas encarregou o principe ao mesmo conde de Lebzeltern e ao barão de Villa Seca, e servindo-se, como meio efficaz, para desviar o meu proposito, do negocio do casamento de V. M., fez-me constar que a minha presença em Vienna conviria muito para acelerar a conclusão da alliança, que se projectava, na antiga Casa da Suecia. Bem conhecia eu o homem e as cousas. O meu dever tornou-me surdo a todos os pretextos ardilosos, que se empregavam: sai de Vienna, e chegando em seis dias a Londres communiquei ao meu collega as sobreditas ordens e instrucções de V. M. de 29 de junho e de 3 de julho, e convidei-os officialmente para que me prestasse a sua cooperação no desempenho daquellas disposições; convite a que elle honrada e corajosamente me respondeu de officio: que nesta como em todas as occasiões o considerasse disposto a defender os direitos e os interesses de V. M. intimamente connexos com os do Brasil.

69 — Disse que as citadas ordens e instrucções na grande distancia em que V. M. se achava do theatro dos acontecimentos, se tornavam então preventivas: e na verdade, Senhor, a vontade de V. M. explicita naquellas ordens e instrucções era de que S. A. se convencesse de que devia obedecer ás ordens, e governar em nome de V. M. e em conformidade com a Carta Constitucional sem a minima alteração; e sem attender ou mover-se por este ou aquelle partido, mas sim pela lei fundamental do Reino; e a Sua Imperial deliberação egualmente explicita era de reassumir todos os direitos á Corôa de Portugal se seu irmão alterasse a forma do Governo. S. A. desde o primeiro dia em que chegou a Portugal, poz-se á testa de um partido; e ainda não eram passados dous mezes, atacou a lei

fundamental e alterou a forma do governo; portanto as acções de S. A. estavam manifestamente em opposição com os seus deveres, e com a vontade explicita de V. M., que eu por aquellas minhas instrucções era auctorizado a sustentar; e em tão urgentes circumstancias, como poderiamos nós, plenipotenciarios de V. M. na Europa, deixar de considerar preventivas aquellas instrucções? Sem mendigar mais antigos precedentes, não tinhamos nos um mui recente e muito terminante, quando o conde de Funchal advogou em Paris no congresso dos ministros das principaes potencias da Europa os direitos do Augusto Pae de V. M., então residente no Brasil, em virtude de instrucções preventivas que ahi se julgaram valiosas, nas quaes comtudo a vontade do Senhor D. João VI não podia achar-se tão explicitamente pronunciada? Como, pois, em presença das que tinhamos, poderiamos nos,plenipotenciarios de V. M. na Europa, ficar passivas testemunhas de factos, que lhes eram tão diametralmente oppostos, e sob o frivolo pretexto de esperarmos novas ordens de V. M., deixar correr á revelia uma causa, em que os direitos de V. M. e os interesses do seu Imperio se achavam essencialmente comprometidos?!

Como se uma não prevista usurpação e uma serie de factos tão immoraes e tão offensivos á V. M. fossem razões conducentes e justas para fazer mudar sobre o assumpto a Sua Imperial opinião! Naquellas circumstancias o nosso dever era tão claro como o era a vontade de V. M.

70 — Unido, pois, assim, como acima disse, com o meu honrado collega o visconde de Itabayana para melhor serviço de V. M. na execução das Suas Imperiaes disposições, julgámos conveniente que elle désse, junto ao governo de S. M. B., o mesmo passo que eu havia dado junto ao de S. M. I. e R. A., e solicitássemos de ambos aquelles governos que apoiassem as energicas reclamações que então pareceu indispensavel devermos dirijir, em nome de V. M., ao Senhor Infante, pelo nosso consul geral em Lisboa, unco agente de V. M. naquella Côrte, sobre os insultos ahi commetidos contra V. M. e contra a nação brasileira. Da minha saida de Vienna, bem como de todas as circumstancias acima referidas, tive eu

a honra de informar a V. M. em officios de 29 de abril e de 7 de maio daquelle anno.

71 — Entretanto apparecia o famoso decreto de 25 de abril e os extraordinarios movimentos daquelle dia; desde então não podia haver duvida de que o partido desorganizador começava em nome de S. A. a pôr em movimento a populaça, e o seu intento era recorrer em breve á Soberania do povo, para estabelecer a desejada usurpação. A tranquilidade de espirito e o rosto sereno e alegre, com que o principe d'Esterhazy recebia estas novas, annunciavam a satisfação de um homem que via marchar os acontecimentos pela linha do seu desejo; Lord Dudley (?) era apenas um voto honrado mas impotente da administração do illustre Canning; bem vimos nos portanto, eu o meu collega, que nos achavamos sós em campo; mas tal era o nosso dever, e não hesitamos em o cumprir.

72 — Para dar uma idéa resumida dos expedientes de que desde logo julgamos indispensavel lançar mão, ajuntarei aqui um extracto da carta, que em data de 11 do referido mez de maio eu tive a honra de escrever sobre tudo a V. M. I. Nella dizia eu a V. M. que apenas tinhamos aquelle decreto e as extraordinarias noticias que o haviam acompanhado, procuramos o ministro da Austria e o dos Negocios Estranjeiros de Inglaterra, e lhes declarámos que os ultrajes feitos em Portugal a legitima auctoridade e aos direitos de V. M. exigiam da nossa parte medidas rigorosas, que em caso tão inaudito e vista a tendencia tão pronunciada, que os acontecimentos tomavam, para produzir uma usurpação, nos estavamos decididos, em execução das nossas instrucções e fundados no sobredito decreto de 25 de abril a dirijir-nos de uma maneira official aos dous governos, com quem estavamos acreditados, para lhes requererermos: 1°, a prompta retirada dos seus representantes em Lisboa; 2°, logo que a usurpação viesse a realizar-se, que os mesmos governos declarassem findas as funcções dos ministros portuguezes naquellas Côrtes, se por ventura elles não se houvessem desde logo como representantes de V. M. na sua qualidade de rei de Portugal; ajuntámos que pela nossa parte permaneciamos firme na deliberação de protestar publica e solemnemente contra aquella

usurpação, uma vez que ella se completasse. Dizia eu mais naquella carta que tinhamos convindo em que o meu collega o visconde de Itabayana désse instrucções ao nosso consul em Lisboa, a quem, segundo a ordem de V. M. elle as podia e devia dar nos casos occorrentes, a fim de que aquelle agente do Brasil, verificada a hypothese da usurpação, pudesse egualmente protestar e annunciar a todo o Corpo Diplomatico em Lisboa o seu protesto, e até renunciar o seu caracter público, se as circumstancias a isso o obrigassem; havendo o meu collega prudentemente insinuado ao sobredito consul que fizesse saber nas sobreditas declarações, caso ellas houvessem ter logar, que não era intenção sua prejulgar ulteriores medidas que V. M. I. pudesse entender conveniente tomar. Assentámos outrosim em prevenir, como era indispensavel, as mais legações brasileiras na Europa, a fim de caminharem de accordo com as de Vienna e Londres, dando de tudo isso conhecimento as auctoridades das nossas provincias, a quem elle pudesse ser util para o serviço imperial e nacional.

73 — Taes foram as medidas que eu participei naquella minha carta, e que foram assentadas por nós, sem hesitação nem demora, como as mais rigorosas de que podiamos lançar mão, para cumprirmos com a Imperial Vontade de V. M.; mas nem com isso julgámos cabalmente satisfeito o nosso dever e aproveitando a confiança com que V. M. tem em todos os tempos honrado a fidelidade do meu serviço e prevalecendo-nos da vantagem que nos dava o acharmo-nos perto dos acontecimentos, na mesma carta me permitti de dizer franca e lealmente a V. M. o que sobre isso ambos entendiamos. Era então nossa opinião:

1º, que V. M. I. não declarasse guerra a Portugal; não só por uma bem entendida generosidade com a nação portugueza, mas para não envolver o Brasil em uma querela, na qual a maior parte, não instruida das particularidades do negocio, consideraria aquelle ataque somente como feito a V. M. na qualidade de Rei de Portugal.

2º, que entendendo nós que o Brasil, ainda naquella hypothese não podia decorosamente deixar de mostrar o seu resentimento contra os ultrajes feitos a V. M. I., e nos parecia que a demonstração mais propria neste caso, seria a de sus-

pender certas relações commerciaes muito vantajosas para aquelle Reino; porém ao mesmo tempo observavamos a V. M. I. que esta medida deveria vir das Camaras, até para que se visse que vinha immediatamente do Brasil.

3°, que importava que V. M. I. se conservasse firme e inabalavel em não ceder dos seus direitos á Corôa de Portugal, senão em Sua Augusta Primogenita; e isto só quando lhe constasse que a legitima auctoridade de V. M. se achava completamente restabelecida naquelle paiz. Que assim tinha conseguido S. M. Luiz 18 verificar os seus direitos, apesar de se ter visto collocado em uma posição infinitamente menos vantajosa que a de V. M. I.

4°, que V. M. deveria usar da maior dissimulação com os minstros estranjeiros residentes na Sua Côrte, mórmente com os de Inglaterra e Austria, os quaes não deixarião de receber ordens, para sondarem o animo de V. M. I. e, talvez, para o induzirem a fazer concessões ao Senhor Infante e a mandar S. M. a Senhora D. Maria 2ª para Vienna.

5°, que V. M. devia rejeitar a idéa, que provavelmente se lhe proporia, de subrogar a Sua qualidade de tutor daquella Augusta Senhora em S. M. o Imperador da Austria ou em S. M. el-rei de Gran-Bretanha.

74 — A esta nossa opinião accrescentára eu que V. M. I. tinha em Lord Beresford um dos mais violentos inimigos: que as ligações deste antigo chefe do exercito portuguez com pessoas influentes em Portugal e com o duque de Wellington tornavam muito mais temivel o resultado da sua maligna influencia; que o mesmo Beresford se achava muito ligado intimamente com o principe de Esterhazy, o qual, pelos seus principios e pelos do seu governo, nada pouparia para ver cair a Carta, que V. M. I. havia outorgado á nação portugueza; que o partido que elles ambos pretendiam ajudar em Portugal se achava dividido em duas fracções ambas perigosas: uma de S. M. a Rainha pela violencia da sua immoderação, a outra do Senhor Infante, na qual havia menos exaltação, e eu suppunha haver mais gente de juizo. Por aquella occasião supplicava eu egualmente a V. M. I. em meu nome e no do meu collega, que, emquanto assim durassem as circumstancias, V. M. I. não désse por completa a abdicação da Corôa de Por-

tugal, nem mandasse Sua Augusta Filha para a Europa. Lembravamos-lhe ao mesmo tempo a creação de uma regencia fundada no art. 94 da Constituição Portugueza, a qual servindo de centro á fidelidade e tirando aos estranjeiros o pretexto de impedir a anarquia, que elles invocavam para desculpar a sua condescendencia com os desvarios do Senhor Infante, exercesse o poder real debaixo das instrucções de V. M. I., mas sem dependencia, nos casos urgentes, da Sua posterior Imperial Approvação; diziamos que esta regencia, dando-se o caso de que por occasião de alguma feliz tentativa da parte dos defensores dos direitos de V. M. em Portugal, pudesse entrar no Reino, conviria que V. M. I. como Rei declarasse que dava por supridas quaesquer formalidades, visto o poder discrecionario que lhe competia pelo § 34, do artigo 145 da referida Carta. Finalmente observavamos a V. M. que comquanto naquelle tempo se officiava ao Governo da Madeira para que conservasse aquella ilha na obediencia devida a V. M. I., nem por isso nos deliberavamos a mandar para aquellas aguas a fragata Isabel a fim de apoiar tão importante recommendação como naturalmente lembrava; porque a extrema prudencia com que desejavamos proceder e a firme intenção em que estavamos de não provocar, antes impedir, quanto em nos estivesse, o progresso da usurpação, não permittiam semelhante expediente. E observarei neste logar, que se aquella mesma fragata foi, mandada por nós mais tarde, estacionar temporariamente nas aguas da Terceira, não foi de modo algum com animo hostil: o que não só antes provaram as instrucções que se deram ao commandante, o que communicámos a V. M. I.; mas depois o verificaram os factos, sendo certo que se aquella fragata se tivesse, ainda levemente, mostrado disposta a proteger qualquer movimento, todas aquellas ilhas se haverião então pronunciado pela Augusta Filha de V. M. I. Mas a fragata Isabel não foi mandada para aquella estação da ilha Terceira senão no intuito de salvar a seu bordo, o que felizmente não foi necessario, os principaes compromettidos em caso de revez; do mesmo modo que na estação do Tejo ainda então faziam os inglezes, e até hoje o têm feito constantemente os francezes, sem que de semelhante acto de humanidade tenha resultado a menor desintelligencia.

75 — Aqui deve ter logar, Senhor, uma questão incidente, porém de tal modo importante e ligada com o assumpto de que trato, que peço licença para desviar delle, por tal motivo e por breves instantes, a attenção de V. M. I. Era de notoriedade publica que o governo existente em Portugal pretendia alterar contra os direitos de V. M. I., a ordem da successão á Corôa daquelle Reino, fundada nos titulos mais sagrados, que em tal materia se podiam invocar. As leis primordiaes da Monarquia, o juramento prestado em 1822 a V. M. como herdeiro presumptivo; o tratado de 29 de agosto de 1825; a carta de lei, e o édito perpetuo do Senhor D. João VI, Augusto Pai de V. M. I. posterior áquelle tratado, tudo chamava evidentemente a V. M. aquella successão; e sobre tantos e tão irrecusaveis titulos tinha assentado o reconhecimento dos seus direitos a ella por todas as potencias da Europa. Como era possivel, pois, que desde aquelle momento se entregassem aos agentes do Senhor Infante as sommas necessarias para o pagamento do dividendo e a amortização do emprestimo de Portugal? Aquelle pagamento, com o qual V. M. I. forneceria a quem invadia o seu poder, os meios necessarios para o ajudar, não seria um reconhecimento de facto desse mesmo governo invasor, em manifesta opposição com as intenções, com as ordens, com os direitos e com os interesses de V. M.? E poderiamos nós, plenipotenciarios de V. M. na Europa, que nada poupavamos, como era do nosso dever, para cumprir com umas e sustentar as outras, continuar, contra o sagrado principio de Direito Natural, a permittir que se mettessem, em seu nome, as armas na mão do seu inimigo, e contra os principios geralmente recebidos em direito commum, continuar a cumprir com esses inimigos escrupulosamente um tratado que elle mesmo com a maior perfidia havia violado?!

76 — Que fizemos nós, pois? O que ainda hoje entendemos que era então do nosso dever. Suspendemos os pagamentos em favor do usurpador, e transferimol-os a beneficio do legitimo governo. Fœdus cum rege initum extenditur ad regem regno pulsum, non ad regni invasorem. Jus enim regni pæne ipsum (regem) manet utcumque possessionem amiserit. Nestas palavras de Grocio estão contidos todos os principios recebidos nesta materia: conformando-nos com elles cum-

primos o tratado do Brasil com Portugal, continuando a pagar a divida, mas continuamos a pagal-a a quem tinha direito de receber. Quanto, porém, aos interesses dos mutuantes do emprestimo de Portugal, com quem o Brasil não havia contractado, lá estavam em poder do usurpador as hypothecas, e no poder delles estava, sem replica, o direito de se fazerem pagar sobre ellas do valor assim do capital como dos interesses, conforme o tratado particular daquelle emprestimo. O mesmo zelo que até então nos tinha conduzido, nos animou egualmente naquella nova circumstancia, e levado por elle, aconselhei e obtive do meu honrado collega o visconde de Itabayana, que se conformasse com a minha opinião; e em uma carta que tive a honra de dirijir a V. M. em data de 12 de maio daquelle anno, noticiando-lhe aquella deliberação e os motivos em que era fundada, me constitui em tudo e por tudo responsavel daquella medida, que eu havia aconselhado, e assim o fiz tambem officialmente na mesma data ao ministro dos Negocios Estranjeiros do Imperio. Naquella carta relatava eu a V. M. I. as conferencias que sobre tal assumpto tinhamos tido com o duque de Wellington, principe de Esterhazy e Lords Stuart e Strangford, nas quaes tinhamos apoiado em firmes principios aquelle procedimento.

77 — Voltando, porém, ao meu proposito concluia eu aquella carta, communicando a V. M. I. que, já então alguns dos nossos contrarios, para nos amedrontarem, começavam a fazer-nos a confidencia de que outros entendiam que os direitos de V. M. I. á Corôa Portugueza não eram certos. Ao que respondemos confiadamente com a segurança que nos dava o reconhecimento de todas as potencias; mas por não parecer que fugiamos inteiramente da questão de Direito, não deixamos de apontar ao Duque de Wellington e ao principe de Esterhazy, em conversação particular, as razões em que se fundava tal direito, apoiando-as não só com o exemplo do Senhor Affonso 3°, mas com o de Henrique IV, rei independente de Navarra, ao qual para succeder no throno de França, não obstou esta circumstancia; porquanto como refere Mr. de Real: « La Ligue ne lui opposa d'autres obstacles que sa religion, et jamais le vice de perégrinité; et l'objection, ajunta aquelle publicista, aurait d'ailleurs eté mal fondée. Le Béarn,

qui était la seule province souveraine que eût Henri IV, avait eté une portion du royaume de France. Il est vrai que nos Rois donnèrent ce pays aux princes de la Maison d'Albret, mais Henri IV avait été elevé en France: et garda toujours à la Cour de France le rang attaché a sa naissance ».

78 — Emquanto isto se passava já o Senhor Infante D. Miguel tinha posto o selo á sua usurpação, convocando pelo seu decreto de 3 de maio, assignado com a rubrica « Real », e contra a disposição da Carta, uma reunião que a mesma Carta tornava revolucionaria, e nesse mesmo tempo apparecia inopinadamente na Europa o decreto pelo qual V. M. I. dava por completa a sua abdicação da Corôa portugueza em favor da Sua Augusta Filha, e confirmava a regencia do Senhor Infante em nome daquella Senhora. Este decreto era mais uma prova da má fé e da efficacia com que os ministros das duas Côrtes protectoras do Senhor Infante, abusando da distancia em que V. M. I. se achava dos acontecimentos, persistiam, e continuavam a obter da generosidade e natural franqueza de V. M. I. successivas concesssões, tendentes a conseguirem o seu fim. Mas era evidente que não podia ser das Imperiaes intenções de V. M. I. que as disposições daquelle generoso diploma, dirijidas ao Senhor Infante como lugartenente que governava Portugal em nome de V. M. I., e pelas suas superiores ordens, se verificassem a favor do Senhor Infante usurpador, perjuro ás suas solemnes promessas e rebelde aos expressos e imperiaes decretos de V. M. Além de que aquelle diploma ratificando as antigas bases da abdicação, tinha ligado com isso mais estreitamente a acção do governo de S. A., e confirmava a indignidade da marcha que elle tinha seguido e o estado de rebeldia em que se havia collocado. Accresce a isto que aquelle ultimo decreto do Senhor Infante tinha provocado, nem podia deixar de provocar, a declaração immediata dos ministros de todas as potencias, residentes em Lisboa, de haverem cessado as suas relações officiaes; resultando de tudo isto que o governo de Portugal, quando o decreto de V. M. I. appareceu em maio na Europa, já não era o governo para quem V. M. I. havia decretado as suas paternaes providencias em março antecedente; o Regente de direito se tinha tornado Rei de facto, era portanto evidente que

aquella abdicação de V. M. I. se tornava nulla, e de nenhum effeito todas as premissas em que ella se fundava. Entendemos, pois, á vista de tudo que deviamos sobrestar na communicação daquelle diploma ás Côrtes, perante as quaes estavamos acreditados, até que V. M. informado das novas circumstancias que tinham intervindo, resolvesse com inteiro conhecimento de causa o que deveriamos fazer; prevenindo entretanto as legações brasileiras para se conformarem com esta medida provisoria nas suas ulteriores relações. Esta importante resolução que tomamos, tive eu a honra de a submetter ao conhecimento de V. M. I. em carta de 23 do referido mez de maio.

79 — No meio, porém, de tão grandes e tão precipitados acontecimentos e á vista da attitude que todos os governos da Europa haviam tomado, não era possivel que nós deixassemos de dirijir á nação portugueza, como com effeito dirijimos em 24 daquelle mez de maio, um protesto contra a violação dos seus inauferiveis direitos, contra a temeraria e evidente abolição das instituições juradas e estabelecidas naquelle reino, e contra a convocação illegal e insidiosa dos antigos e já abolidos tres estados da monarchia. Deste novo e indispensavel passo havia eu tambem já prevenido a V. M. I. na sobredita carta de 23.

80 — Tinha-nos entretanto constado que Sir F. Lamb, ex-embaixador de Inglaterra em Lisboa communicando ao seu governo a proxima vinda do visconde de Asseca para Londres, como representante do governo de facto estabelecido em Portugal, fôra de parecer que o gabinete britannico declarasse que o não receberia, a fim de suspender por este meio o progresso da rebellião; nesta circumstancia e com o intento de fortificar a honrada opinião daquelle diplomatico, dirijiu o meu collega uma nota a Lord Dudley, ainda então secrétario d'Estado dos Negocios Estrangeiros em Inglaterra, a fim de obter aquella importante declaração; e com effeito conseguimos que no dia 27 do mesmo mez de maio se expedissem a Sir F. Lamb instrucções pelas quaes se lhe approvava a declaração, que elle, em commum com todos os seus collegas, tinha feito, de haverem cessado as suas relações com o governo de facto do Senhor Infante, e se lhe ordenava que

fizesse constar, que ainda quando S. A. não se tivesse até então declarado rei, bastaria o que tinha acontecido ultimamente em Portugal, para fazer com que nem o visconde de Asseca nem qualquer outro agente de S. A. fosse recebido pelo governo inglez. Esta official declaração que da parte de Lord Dudley nos communicou Mr. Bac (?), então subsecretario d'Estado naquella repartição, não foi obtida sem grande difficuldade, pela discordia que então reinava no gabinete britannico; e foi se não a ultima, pelo menos uma das ultimas decisões do gabinete, que promoveu e assignou aquelle ministerio. No mesmo dia 27 tive eu a honra de communicar a V. M. I. esta importante occurrencia.

81 — Era forçoso então que eu saisse de Londres e fosse a Karlsrhue, aonde me convidava o principe Gustavo da Suecia, para me dar uma resposta sobre a malfadada negociação do casamento de V. M. I. Bem sabia eu de antemão a inutilidade desta viagem; mas era forçoso esgotar este calix diplomatico; o serviço de V. M. I. assim o ordenava: parti e pouco tempo foi necessario para confirmar a minha suspeita; no dia 18 de junho escrevi a V. M. I. a desagradavel noticia de se achar outra vez frustrada tal negociação; ficando eu mais uma vez convencido de que isso era devido ás intrigas da Austria, que ainda não tinha conseguido de V. M. tudo quanto lhe convinha. Regressei portanto a Londres, quando já ahi constavam os movimentos que, em favor dos direitos de V. M., tinham logar na cidade do Porto.

82 — Os chefes daquella guarnição haviam inspirado aos seus corpos o nobre espirito de sustentarem as instituições e os direitos de V. M. I., e fiéis ao seu juramento, por um impulso natural em animos briosos, tinham saido em campo no dia 17 de maio a pugnar por elles. O seu generoso movimento, que foi seguido e apoiado pelos leaes portuenses, não era, comtudo, um plano combinado; o ouro apostolico, a intriga das auctoridades hespanholas e o egoismo ecclesiastico tinham, de longa data, fanatizado o povo, e não havia ainda decorrido tempo bastante, nem se tinham applicado os meios sufficientes para conseguir que a pratica ou a força da opinião o desenganasse do seu dever. Além disso o exemplo de 1820 que talvez contribuia para confirmar, nesta circumstancia,

uma muito mais nobre resolução, fundada toda no dogma politico da Europa e ligada com elle pelos vinculos sagrados da religião e do interesse da patria, o exemplo de 1820 não podia ter applicação neste caso: mais de 12 annos de soffrimentos de todos os generos não eram comparaveis com menos de tres mezes de uma administração, em favor da qual ou a ambição ou a ignorancia tinham prevenido uma grande parte da nação portugueza; e sobretudo uma regencia collectiva e acéfala não podia nem oppor a mesma resistencia nem inspirar o mesmo respeito como um regente unico e, posto que usurpador, principe descendente da Augusta Casa de Bragança e irmão de V. M. I. Muitos outros corpos do exercito acudiram ao chamamento dos seus bravos companheiros d'armas, mas a distancia e as medidas promptamente tomadas pelo governo de facto não permittiram que outros muitos fizessem o mesmo: além disso um bloqueio, aconselhado e promptamente reconhecido pela Inglaterra, assustou os espiritos fieis, que esperavam o momento de se mostrarem: deste modo um impulso de fidelidade nem assáz amadurecido pelo tempo nem fundado em combinações precedentes, bem depressa encontrou obstaculos com que não contava. Aquelles bravos campeões da legitimidade, senhores apenas do terreno em que pisavam, julgaram necessario fazer alto, no meio da sua marcha sobre a capital, afim de se reforçarem com os corpos que se achavam em movimento: mais quatro marchas terião apoiado uma sublevação infallivel em Lisboa, e a auctoridade e os direitos de V. M. terião sido mantidos e a tranquillidade de Portugal assegurada; aquelle alto, porém, em tal qualidade de emprêza, devia equivaler só por si a uma derrota; e ainda que assim não o houvessem predito a razão e os exemplos, assim o provaram os acontecimentos; o resultado foi uma retirada, por meio da qual aquelles bravos, batendo sempre e nunca sendo batidos, foram comtudo forçados pelo peso das circumstancias, a sairem do territorio portuguez, acompanhados por unica consolação, no seu desterro, de um valor não vencido e de uma fidelidade não manchada.

83 — Emquanto taes acontecimentos se desenvolviam em Portugal, achava-se o meu collega visconde de Itabayana en-

carregado dos negocios de Portugal na ausencia temporaria do Marquez de Palmella, por ser o Mº de Familia a quem tocava na forma do estilo: este encargo augmentava o seu dever, bem que nada pudesse accrescentar ao seu zelo pelo serviço de V. M. I., e por dobrado motivo nesta circumstancia, forçoso foi que elle tomasse as medidas necessarias, para animar os leaes esforços da junta, que em nome de V. M. I. se instalara no Porto, e os dos bravos, que, nas margens do Douro e nas do Mondego, expunham as suas vidas para sustentarem os direitos e as instituições de V. M. Em carta de 21 de junho, de 5, de 14 e 18 de julho dei eu successivamente communicação de tudo isto a V. M. I.

84 — Os acontecimentos encaminhavam conforme os desejos dos gabinetes da Austria e de Inglaterra. O decreto da completa abdicação de V. M. I. á Corôa portugueza tinha sido, como eu depois soube, remetido directamente por V. M. I. a S. M. I. e R. A.; V. M. I. tinha confirmado, por aquelle diploma, a regencia do Senhor Infante; a usurpação deste estava consumada; e os primeiros esforços contra ella acabavam de inutilizar-se. Esta série não interrompida de acontecimentos favoraveis devia animar aquelles dous gabinetes a pretenderem obter de V. M. I. a sancção de tudo quanto S. A. tinha feito, o que, para complemento dos seus intentos, era precisamente o ultimo passo que elles desejavam e necessitavam dar; e a circumstancia, que elles egualmente haviam conseguido, da vinda da Senhora D. Maria 2ª para Vienna, acabava de completar o seu plano, porque V. M. I. e a Sua Augusta Filha ficavam, com isto, inhabilitados de fazerem a menor opposição ao Senhor Infante. Em tão apertada crise, felizmente, o nosso dever não era equivoco; em outras circumstancias difficeis, a nossa razão e a nossa consciencia nos tinham sempre aconselhado na interpretação das ordens de V. M. I.; naquelle caso que devia decidir em ultimo recurso da sorte dos direitos de V. M. I. á Corôa portugueza, tinhamos nos já conhecido quaes haviam sido as suas justas pretenções. V. M. I. prudentemente duvidoso do modo por que o Senhor Infante se haveria no leal desempenho da alta missão que a rogo dos gabinetes de Inglaterra e Austria lhe havia confiado, já tinha mandado nos fins de 1827 o Marquez de Barbacena

a Europa, encarregado de requerer expressamente daquellas potencias as necessarias garantias que sobre isso a razão e a boa-fé lhe davam direito de exigir: aquellas duas potencias tinham acolhido neste tempo, como deviam, uma tão justa reclamação e, até, haviam aconselhado, como base das pedidas garantias, a celebração de um pacto de familia, em cujos principios ambas convieram: o Marquez de Barbacena voltando a essa Côrte tinha sido portador daquelle projecto, acompanhado das mais positivas seguranças dadas por ambos os sobreditos gabinetes, de que o Senhor Infante D. Miguel não excederia, no exercicio da sua nova auctoridade, os limites do poder que V. M. I. lhe havia generosamente confiado; e a promessa destas garantias é quem tinha decidido V. M. I. a mandar a Sua Augusta Filha para Vienna. Os plenipotenciarios de V. M. I. na Europa sabiamos, por um lado, tudo isto, e viamos, pelo outro, que o estado das cousas em Portugal ia cada vez a peior; que S. A. tinha usurpado o Reino, e que as garantias promettidas contra aquella usurpação eram por nos inutilmente reclamadas; em taes circumstancias, quaesquer que tivessem sido as razões capciosas, com que os plenipotenciarios estrangeiros no Brasil pudessem ter surprehendido, mais uma vez, o generoso coração de V. M. I., nos não podiamos deixar de reconhecer, pelos factos, o resultado daquella surpresa, nem deviamos deixar de pretender atalhar os seus funestos effeitos, emquanto isso não encontrasse os fundamentos solidos dessa ultima disposição de V. M. I., se algum houvesse, que nos ignorassemos.

85 — Deliberamos então prevenir o marquez de Barbacena em Gibraltar, aonde sabiamos que a Augusta Filha de V. M. I. devia aportar na sua viagem á Genova, para deste ultimo porto se dirijir a Vienna, a fim de que aquelle leal servidor, em quem V. M. I. tinha tão justamente depositado a sua inteira confiança, fosse informado dos motivos, pelos quaes não convinha que a Senhora D. Maria 2ª passasse a Austria; e por aquella occasião lhe lembravamos que poderia voltar ao Brasil ou a Madeira, que ainda então se conservava por V. M. I. Tudo isto fiz eu saber directamente a V. M. I. na sobredita carta de 18 de julho, e nesta mesma data o fiz tambem constar em officio dirijido ao ministro dos negocios

estranjeiros do Imperio. Entretanto, porém, não deixavamos nós de conhecer que era provavel que o Marquez de Barbacena, por alguma circumstancia imprevista, não recebesse aquelle officio ou que ainda o recebendo, as suas instrucções particulares não lhe permittissem annuir a uma medida, que todas considerações pareciam reclamar; e no desejo de prever tudo, entendemos que seria conveniente que, passando eu a Pariz, para ali promover algumas disposições favoraveis no ministerio francez me dirijisse depois a Genova, ou fosse para cumprir a medida que acabavamos de tomar, o que na verdade conseguimos, ou no caso de que, apesar de tudo, a Augusta Filha de V. M. I. aportasse áquella cidade, para obtermos que não desembarcasse, sem que primeiro se houvessem estipulado por um tratado as garantias que as circumstancias presentes tornavam de absoluta necessidade, e de que eu levava o memorandum concertado por mim e pelo meu collega.

Antes de eu partir, porém, julgamos indispensavel publicar um protesto, que ambos assignámos, no dia 8 de agosto, contra a usurpação da Corôa de Portugal feita a V. M. I. e a Sua Augusta Filha, a Senhora D. Maria da Gloria; no qual fizemos evidente a illegalidade da decisão, em que a dita usurpação pretendia fundar-se, e appellamos de tão criminoso acto para a omnipotencia do Arbitro Supremo dos Imperios e para a justiça de todos os soberanos da Europa. Em carta de 7 de agosto tive eu a honra de participar a V. M. I. todas estas occorrencias; e por essa occasião repetia as mesmas instancias que já na antecedente carta de 14 de julho, me tinha permittido de lhe dirijir, sobre a necessdade que entendiamos haver de que V. M. I. ouvisse em todos aquelles negocios o seu ministerio e o seu Conselho d'Estado; não só porque elles interessavam os direitos de V. M. I. e os da Sua Augusta Filha e bem assim o socego e a felicidade de todo um reino, que era seu e que tinha sido o berço de V. M. I., mas porque respeitavam muito de perto o decoro e os interesses do Imperio do Brasil.

86 — Neste meio tempo os gabinetes d'Austria e de Inglaterra, anciosos de concluirem os seus projectos, tinham determinado enviar a V. M. I. Lord Strangford a fim de conseguir de V. M. I., segundo desde logo se espalhou, o

reconhecimento dos direitos do Senhor Infante ao throno de Portugal, acabando assim a questão de legitimidade do poder que elle exercitava. O assumpto era injusto, e facil era de ver que falsas deverião ser as bases, e capciosos os argumentos para apresentar a V. M. I. semelhante negociação; mas aquella era a pedra fundamental, destruida a qual cairião por terra todos os direitos de V. M. I. e de Sua Augusta Filha; e segundo desde o principio desta exposição tenho tido a honra de ponderar ficaria minada e abalada a independencia e a tranquillidade do Brasil. Julgamos, portanto, do nosso dever prevenir a V. M. I. daquella missão de Lord Strangford, não só por cartas mas enviando com ellas pessoa, que por estar bem informada e por ter aptidão para bem informar a V. M. I., pudesse contrariar a missão de Lord Strangford, expondo a V. M. I. com clareza e verdade todas as circumstancias e respondendo a V. M. I. as objecções que lhe propuzesse, a fim de nellas se esclarecer. Foi então escolhido para aquelle fim Luiz da Silva Mozinho, o qual além do reconhecido talento, sãos principios e conhecimentos dos factos e facilidade de os expor, tendo por ventura sido até então estranho a todos os acontecimentos, se achava, por isso, muito superior a todas as imputações.

87 — Tal era o estado das cousas, quando eu parti para Genova, e emquanto ali esperava o exito das medidas, que haviamos tomado, tive occasião de ser testemunha das disposições em que as Côrtes da Austria e de Sardenha se achavam para receber a Augusta Filha de V. M. I.; as quaes mais tarde e com maior vagar e mais sangue frio levei ao conhecimento de V. M. I. em carta de 12 de outubro; e eram principalmente as seguintes:

1ª, que S. M. chegando a Genova, convinha que não tomasse o titulo de « Rainha de Portugal », mas o de Princeza do Grão Pará; então tive a honra de enviar a V. M. I. a carta original em que o conde de Lebzeltern me fazia tal proposição, cujo resultado seria convir V. M. não só em prescindir do titulo de Rainha, mas até da qualidade de portugueza;

2ª, que por motivo da peste que então devia existir em Gibraltar, donde S. M. vinha, não desembarcaria immedia-

tamente; mas iria para o Lazareto de Spezia (?), sitio ermo e mal são, onde deveria ficar 35 dias;

3ª, que a mesma Augusta Senhora depois do seu desembarque, seria demorada por convites estudados, em differentes côrtes da Italia, até que sobrevindo o tempo que difficultava a passagem dos Alpes, fosse obrigada a ficar em Milão, o que daria de si provavelmente o tempo necessario para chegarem as respostas ás instancias que os gabinetes de Inglaterra e da Austria tinham reiterado, na Presença de V. M. I., por via de Lord Strangford, como dito é.

88 — Assim via eu, com grande mágua, dispor-se inevitavelmente a conclusão dos negocios de Portugal em prejuizo de V. M. I. e a despeito do mais leal e nunca interrompido cumprimento dos nossos deveres, quando uma carta do meu collega, escripta em Londres aos 16 de setembro, me annunciava que a Augusta Filha de V. M. I. devia chegar incessantemente a Falmouth, e me rogava que, em consequencia de tão feliz acontecimento, voltasse eu immediatamente a Londres. Assim o pratiquei; e quando cheguei áquella capital, tive o gosto, que nunca poderei explicar, de encontrar já ali S. M. F. A deliberação tomada conforme as ordens de V. M. I., pelo marquez de Barbacena, de conduzir aquella Augusta Senhora á Inglaterra, foi do maior interesse, porque isso trouxe comsigo um reconhecimento explicito da parte daquella potencia; porque a Augusta Presença da Joven Rainha nos dominios do seu mais antigo alliado, não podia deixar de reforçar as negociações a favor dos seus direitos: e porque uma semelhante posição interessou em seu favor o coração de S. M. B., e desafiou a mais pronunciada sympathia no generoso povo inglez. Desde aquelle momento a direcção das negociações relativas aos direitos de V. M. I., representados na pessoa da Sua Augusta Filha, tinha de correr por conta do honrado marquez de Barbacena, que para isso havia recebido instrucções de V. M. I., mas por um lado entendeu o marquez que a experiencia que tinhamos daquella negociação, não lhe seria inutil para seguil-a com proveito, e, pelo outro, nós convidados por elle a concorrer nas deliberações com a nossa opinião, não recêamos a continuar a tomar sobre nós a responsabilidade, que havia tanto tempo, tinhamos tomado por

inteiro, e com a qual estavamos persuadidos de haver bem merecido de V. M. I. e do Imperio que V. M. I. felizmente governa. De accordo, pois, entre todos se traçou e seguiu desde então o plano que deveria servir de base á posteriores negociações.

89 — A rapidez com que os acontecimentos se precipitaram, mormente depois da chegada de S. A. a Lisboa, não tinha dado tempo para recebermos de V. M. I. instrucções ulteriores; mas nos tinhamos obrado sempre segundo o espirito das que tinhamos, applicando-o zelosamente á complicada variedade de acontecimentos, que todos os dias se offereciam; e tinhamos sempre conservado a V. M. I., quanto as circumstancias o permittiam, ao corrente de todos os passos que davamos, não o deixando ignorar as mais pequenas circumstancias que os haviam produzido; assim nem a nossa consciencia nos atormentava, nem a nossa lealdade esmorecia. E' verdade que pouco antes da chegada de S. M. F. a Inglaterra, havia o meu collega o visconde de Itabayana recebido um officio do ministro dos negocios estranjeiros do Imperio, no qual em data de 12 de julho lhe declarava que, á vista do decreto pelo qual V. M. I. tinha completado a sua abdicação á Corôa Portugueza, V. M. I. sentiria muito que, por esse motivo, puzessem em contingencia o socego dos seus subditos, a boa harmonia e intelligencia com os seus alliados e a boa-fé com que V. M. I. havia constantemente manter as obrigações com elles contraidas; no que seria compromettido o Brasil por causas estranhas aos seus proprios e genuinos interesses. Ainda que eu não tinha recebido uma egual communicação, comtudo como tinha assignado sempre com aquelle meu collega todos os actos que podiam envolver responsabilidades, forçoso era haver-me por contemplado nas disposições daquelle despacho ministerial. Deu-me, pois, communicação delle o meu collega; e sobre o seu conteúdo meditamos ambos com a profunda consideração e respeito que a importancia da materia e a da recommendação inspiravam. Mas em tudo quanto até então haviamos praticado por mais que o ponderassemos, nada viamos que pudesse comprometter a tranquillidade dos subditos brasileiros; nada que pudesse perturbar a harmonia com os alliados de V. M. I.; nada que pu-

desse desmentir a boa-fé do que V. M. I. lhes havia promettido; e sobretudo estavamos convencidos, nem podiamos deixar de o estar, visto que V. M. I. já assim nol-o tinha confirmado, de que os motivos que nos haviam determinado em tudo quanto tinhamos feito, não eram estranhos aos proprios e genuinos interesses do Brasil. De todas estas considerações tiramos, pois, como resultado que deveriamos redobrar os nossos cuidados sobre todos aquelles pontos, a fim de nunca perdermos de vista as mesmas considerações, que até então tinham presidido sempre a tudo quanto lealmente haviamos praticado.

90 — Comtudo comquanto a nossa convicção nos assegurasse do nosso asserto, aquella recommendação não deixava de nos inquietar, sobre o modo por que V. M. I. teria avaliado a nossa conducta posterior ás suas ultimas approvações. Felizmente não durou muito tempo este receio; porquanto pouco depois da chegada de S. M. F. a Londres tive eu a honra de receber uma carta de V. M. I. em data de 16 de agosto, e por isso posterior áquella communicação ministerial, na qual V. M. I. me dizia o seguinte: Recebi a sua carta pelo paquete « Norton » (?). Sobre o casamento nada lhe digo, pois nada tenho a acrescentar ao que determinei ao Barbacena; sobre os negocios de Portugal basta que o Itabayana trate delles em Londres, devendo V. por conseguinte retirar-se immediatamente para Vienna. Agradeço-lhe o zelo que tem mostrado pelos meus interesses tanto politicos como particulares ». Esta honrosa carta acabou de nos tranquillizar sobre tudo quanto tinhamos obrado e sommou (?) as mais importantes circumstancias daquelle negocio. Por ella se via que V. M. I. estava informado de que o visconde de Itabayana e eu continuavamos a tratar ambos em Londres os negocios de Portugal; que não era da Sua Imperial intenção abrir mão delles, porquanto incumbia disso para o futuro aquelle meu collega; e que o zelo que haviamos mostrado, merecia a honra inapreciavel de agradecimento de V. M. I., do qual ao mesmo meu collega não podia deixar de caber metade. Quanto, porém, ao meu regresso a Vienna, não me pareceu conveniente ao serviço de V. M. I. pol-o em pratica sem nova ordem sua, visto ter eu já então supplicado a V. M. I. que me dispensasse daquelle

emprego; porquanto a lucta que eu ali havia constantemente sustentado com o principe de Metternich, e o modo por que tinha contrariado, no interesse de V. M. I., as opiniões e os intentos daquelle ministro, não podiam deixar de o ter indisposto a meu respeito, nem permitião que eu pudesse proveitosamente continuar naquella legação; sendo certo que a nova contrariedade que elle havia de ter experimentado por occasião da vinda de S. M. F. para Inglaterra, não podia deixar de ter amplamente acabado de encher a medida daquella sua indisposição. Sobre tudo isso tive eu a honra de escrever a V. M. I. em 4 de novembro seguinte.

91 — Demorei-me portanto em Londres por aquelle motivo, esperando a decisão de V. M. I. áquella minha supplica; e entretanto continuei a tomar parte nas deliberações relativas aos negocios de Portugal. Desde então não tive mais occasião de duvidar do acerto dellas. Os honrosos despachos generosamente conferidos por V. M. I. ao marquez de Barbacena, ao visconde de Itabayana e a mim, no dia immediato áquelle em que V. M. I. recebeu a noticia das medidas tomadas por nós, para que S. M. F. não passasse a Austria sem nova decisão de V. M. I., e da resolução assentada sobre ellas de conduzir a mesma Augusta Senhora a Inglaterra, e o inteiro assentimento que V. M. I. deu a todas as medidas que tivemos a honra de propor-lhe por meio da deputação presidida pelo conde de Sabugal, que em nome de S. M. F. enviamos á Augusta Presença; e sobre tudo a solemne declaração feita áquella deputação de que V. M. I. nunca havia de transijir com o Senhor Infante, declaração que V. M. I. ainda mais solemnemente consagrou de novo na abertura da sessão ordinaria da assembléa do presente anno; tudo acabou de pôr na ultima evidencia para nos, para a nação brasileira e para a Europa que todos os nossos passos ainda aquelles que com maior coragem haviamos arriscado, tinham a Imperial approvação de V. M.

92 — Neste meio tempo occorreram factos de que em vão se pretenderia imputar responsabilidade aos plenipotenciarios de V. M. I. na Europa.

Foram engajados allemães em Hamburgo; mas esse engajamento nem foi feito por conta do Imperio do Brasil nem

por ministros brasileiros; os quaes somente prometeram áquelles homens um asylo no Brasil, se assim lhes conviesse, não como milicia mas como colono; para o que os mesmos ministros se achavam e se acham ainda auctorizados. Os emigrados portuguezes renunciando uma esteril hospitalidade, que sem lhes dar o sustento, lhes queria impor uma lei, dura prova aos seus generosos sentimentos, tomaram a deliberação de sair de Inglaterra e de ir lançar-se nos braços de V. M. I. por quem, salvo a honra, tudo o mais haviam sacrificado: o pensamento era nobre; entre aquelles emigrados muitos eram paisanos, muitos eclesiasticos; os militares ião desarmados; nesta qualidade nada impedia que V. M. I. recebesse todos nos seus estados, ou como briosos desvalidos ou como colonos uteis; mas ainda que as circumstancias não fossem tão singulares, e ainda suppondo que seja do espirito da Constituição do Imperio estender a prohibição do desembarque de tropas a uma porção de militares que se apresentam desarmados, em que podiam, sobretudo, em caso tão novo e tão imprevisto, incorrer responsabilidade os plenipotenciarios de V. M. I., permittindo que abordasse ás praias dos seus dominios essa tropa inerme e leal? Elles sabiam que a lei fundamental do Imperio não prohibe que nelle entrem tropas estrangeiras, mas só requer, para isso, o consentimento das Camaras; e havendo elles prevenido a V. M. I. de que aquella illustre porção de subditos fiéis de Sua Augusta Filha se dirijia ao Brasil, tinham com isto habilitado a V. M. I., para submeter o negocio as Camaras, se, apesar de tudo, assim o julgasse conveniente; como, com effeito, V. M. I. na sua alta sabedoria se dispoz a fazel-o. Esta medida, por circumstancias, não foi necessaria; mas lisonjeamo-nos de que se tivesse sido, não havia o Brasil, nem os seus deputados recusar hospitalidade áquelles mesmos portuguezes a quem a França depois abriu os braços, e os deputados desta nação recommendaram á benevolencia do governo.

Mandaram-se petrechos e munições para a ilha Terceira; esta remessa foi especulação de negociantes; mas ainda que se possa presumir que os plenipotenciarios de V. M. I. tiveram conhecimento della, que mais terião elles feito, do que estão fazendo actualmente a Austria, que permitte o deposito de

munições e petrechos para a Grecia e os faz desembarcar nos portos da Turquia? que mais do que acaba de fazer a Inglaterra, permittindo que saiam pela foz do Tamisa munições e artificios para atacar as possessões da Augusta Filha de V. M. I. na Europa? Sem que nem a primeira entenda offender, com isso, a sua neutralidade nem a segunda o seu tão inculcado principio de não-interferencia.

93 — Entretanto, Senhor, recebi eu a decisão da minha supplica; e em consequencia da qual V. M. I. me chamava da legação de Vienna; mas soube egualmente que V. M. I. por effeito da sua generosa munificencia me havia nomeado seu representante em França. Esta segunda mercê muito superior ás minhas forças, e nascida toda da espontanea benevolencia de V. M. I., ao mesmo tempo que penhorava por extremo o meu reconhecimento confirmava-me mais uma vez que haviam sido agradaveis a V. M. I. os meus serviços. Não contente V. M. I. com tamanha graça, por esta occasião e em data de 22 de dezembro, participando a S. M. I. e R. A. o meu novo destino, dignava explicar-se assim: « que estava bem certo de que durante a minha residencia junto a S. M. I. e R. A. com o caracter de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario teria sabido conciliar a benevolencia e bom acolhimento de S. M. *como era de esperar das minhas distinctas qualidades* ».

Os diplomas depois de uma viagem mais demorada, não me chegaram á mão, em Londres, senão em dias de abril, e logo que os recebi, cessando qualquer ingerencia naquella Côrte a respeito das negociações relativas a Portugal, parti immediatamente para Paris, onde nada mais tenho tratado sobre semelhante assumpto.

94 — Aqui tinha eu chegado, escrevendo esta exposição, quando me veiu á mão um exemplar dos papeis apresentados por ordem de S. M. B. ao Parlamento em uma das ultimas sessões daquelle anno. Muitas reflexões me occorrem sobre o complexo dos ditos papeis, os quaes nem os limites desta memoria, já assáz longa, nem o ponto em que ella se acha, permittirião logar; não posso, comtudo, recusar-me a offerecer, sobre isso, á consideração de V. M. I. um facto que deve confirmar a duplicidade com que em todo este negocio se têm conduzido os gabinetes da Austria e de Inglaterra. Tinha-

me eu recusado a assistir ás conferencias em que se devia exarar o protocolo, no qual se consignasse a linha de conducta que o Senhor Infante deveria seguir na qualidade de regente de Portugal, como em seu devido logar fica escripto; na quarta conferencia, porém, entendeu o principe de Metternich que era forçoso que eu interviesse para interpôr a minha opinião sobre o misterio que S. A. fazia em se recolher a Portugal por Hespanha. Intervim, pois, na quinta conferencia, na qual sustentei a necessidade que havia de arredar S. A. de tão funesto intento, como já em outra occasião havia sustentado; e então declarei, em nome de V. M. I., que se o Senhor Infante persistisse em não se conformar com o espirito dos seus juramentos e com o das Imperiaes Determinações de V. M. eu tinha ordem expressa de V. M. I. para declarar nulla a nomeação de S. A. como regente, e que V. M. I. reassumiria, nesse caso, todos os seus direitos á Corôa de Portugal. Lavrou-se então aquelle meu protesto no protocolo daquella conferencia, como era forçoso; os ministros britannicos, porém, não apresentam agora senão os protocolos da 2ª e 3ª conferencia, e supprimiram o da 4ª, que exigia a minha assistencia, e o da 5ª que fazia publico o resultado della; pretendendo, com isto esconder ao conhecimento do parlamento, ao da nação e ao do mundo aquella declaração solemne e fazer depender a resignação de S. A. da dexteridade do principe de Metternich e do respeito de S. M. I. e R. A., quando ella não foi devida senão ao medo que S. A. concebeu de tão categorica e tão expressa manifestação da vontade de V. M. I.

95 — Tal tem sido, Senhor, a conducta dos plenipotenciarios de V. M. I. na Europa, relativamente aos negocios de Portugal; taes foram os motivos que os guiaram; tal o modo por que o cumpriram; e tal a approvação que de V. M. I. sobre isso receberam.

A exposição ingenua que acabo de fazer, offerecendo pela primeira vez, em um mesmo quadro, os factos, as circumstancias que os produziram e o resultado que tiveram, fixará sobre tudo, não digo eu a opinião de V. M. I. que tenho por mui certa, mas o juizo do seu conselho d'Estado, em cujos membros o conhecimento dos negocios, a madureza das opiniões e a prudencia dos conselhos só podem ser excedidos pela

lealdade e amor a Sagrada Pessoa de V. M. I. e aos interesses e dignidade do Imperio do Brasil. Quanto a nós, Senhor, estamos convencidos, e neste sentimento persistiremos emquanto V. M. I. não declarar o contrario, que na qualidade de plenipotenciarios de V. M. I. na Europa, no momento em que V. M. I. reuniu sobre a sua cabeça ao mesmo tempo duas corôas, não podiamos, não deviamos deixar de zelar os seus direitos á Corôa de Portugal; e emquanto esses direitos não fossem reconhecidos e assentados não podiamos, nem deviamos distinguir obrigações que a natureza não sabia distinguir. Os direitos de V. M. I. tinham-no chamado á successão de outra corôa na Europa, V. M. I. separado desta herança por uma distancia tão consideravel, devia declarar sobre o modo de successão a ella a Sua Augusta Vontade, os procuradores de V. M. I. na Europa eram os seus plenipotenciarios, e como poderiamos nós separar naquelle momento tão naturaes e tão communs interesses? Dado este primeiro passo que a razão, que a justiça, que o amor, que a nova posição exigia, que mais fizemos senão seguir as ordens e as instrucções de V. M. I.? E na immensa distancia que de V. M. I. nos separava, interpretar o espirito dellas, com a prudencia que á delicadeza do negocio competia, com o empenho que tão grandes interesses reclamavam e com a firmeza que a dignidade de V. M. I. nos impunha e que a justiça da causa solemnemente apoiava.

96 — Mas ainda quando a natureza das cousas não nos houvesse ella mesma traçado a linha necessaria da nossa conducta, impondo-nos o dever de sustentar os interesses de V. M. I. naquellas circumstancias como rei de Portugal, como poderiamos nos deixar de o ter feito na qualidade de ministros de V. M. I. como imperador do Brasil? Já no principio desta exposição, Senhor, fiz ver a V. M. I. com que intentos o gabinete de Madrid tinha tomado o partido do Senhor Infante contra os direitos de V. M. I., aquelles intentos que eu já então tinha manifestado a V. M. I. pelo desenvolvimento da intriga, acabava aquelle gabinete de os manifestar publicamente neste anno, consagrando a summa delles no seu almanack. Ora a Hespanha que ainda não reconheceu a independencia das suas colonias, que ainda não deu o seu assentimento á separação e á independencia entre o Reino de Por-

tugal e o do Brasil, disputou desde o principio a legalidade da regencia provisoria decretada pelo Augusto Pai de V. M. I.; pretendeu, desde logo, meter aquella regencia nas mãos da Augusta Mãi de V. M. I., cujas tendencias para as cousas de Hespanha é, infelizmente, reconhecida, e desenganada destas pretenções voltou-se para o Senhor Infante, prometendo-lhe que, logo que se declarasse rei de Portugal, seria reconhecido por ella como rei do Reino unido de Portugal, Brasil e Algarves; os plenipotenciarios de V. M. I. seguindo o fio desta trama, successivamente o haviam declarado a V. M. I. Os factos confirmaram quanto o seu zelo tinha previsto; o Senhor Infante chegando a Portugal, pela mais abominavel usurpação, aclamou-se rei; a Hespanha, por um lado, prevenindo um acontecimento, de que ella mesma era a principal motora, e, pelo outro, não se atrevendo a deixar em Lisboa o seu ministro no momento em que todas as outras potencias deverião retirar os seus, tinha já mandado poucos dias antes da chegada de S. A. a Portugal, a titulo de cumprimentar aquelle principe o negociador Campuzano, que depois, da saida ostensiva do joven Bermudes, ficou sendo conselheiro intimo de S. M. a Augusta Mãi de V. M. I., promovendo as pretenções daquella potencia. Este negociador não conseguindo determinar aos negocios a direcção que a Hespanha desejava, foi supprido pelo intrigante Acosta, que tão utilmente havia conduzido aquella intriga desde o seu principio em Vienna, e que ainda hoje tão efficazmente trata de a conduzir ao seu fim em Portugal; no meio de tudo isto, aquella potencia julgando-se na véspera de reconhecer o Senhor Infante como rei do Reino unido de Portugal, Brasil e Algarves teve a ousadia de o fazer publicar assim no Almanack Real; e os plenipotenciarios de V. M. I. serião, não digo eu ministros de V. M. I. como Imperador do Brasil, mas serião brasileiros se deixassem friamente caminhar uma tal pretenção, sem lhe opporem todas as suas forças? Como teria julgado V. M. I. a nossa indifferença nesta parte? Como a teria reputado a nação? Como a terião avaliado os deputados della?"

97 — Alem de que as instituições outorgadas por V. M., no Brasil, ao Seu Imperio e que devem fazer a sua futura prosperidade, não ficarião abaladas se caissem por terra as

que V. M. I. acabava de outorgar na Europa a um reino que lhe pertencia? A indifferença com que os plenipotenciarios de V. M. I. vissem uma semelhante quéda em Portugal, não poderia, ainda que injustamente, ser interpretada como um presagio de pouco interesse com que V. M. I. se proporia a defender semelhantes instituições no Brasil? E no mesmo augusto recinto, onde, na primeira sessão legislativa, vogou a opinião de que a destruição das liberdades portuguezas em 1823 era capaz de abalar o edificio constitucional brasileiro, poderia, no meio de tudo isto, presumir-se que, nesse mesmo augusto recinto, se pretendesse tornar hoje criminoso o empenho com que os plenipotenciarios do Brasil defenderam, tres annos depois, nas trincheiras de um paiz estranho, a conservação desse mesmo edificio? Nunca o poderiamos acreditar: e permitta-nos V. M. I. a honra de lhe dizermos que, apesar de tudo, em tão graves assumptos e em tão extraordinarias circumstancias, antes quizeramos incorrer nobremente no duvidoso defeito de excessivos do que no certo e... crime de ineptos e desleixados.

98 — Defendendo, pois, os direitos de V. M. I. como Rei de Portugal, estavamos convencidos de que defendiamos os interesses do Imperio do Brasil; mas ainda quando esses interesses nos não chamassem áquella defesa, como poderiamos nós ser indifferentes á dignidade de uma nação irman e ao decoro e aos direitos de V. M. I., direitos e decôro tanto mais sagrados para o Brasil e quanto mais lhe cumpre zelar, quanto esse Imperio a V. M. I. deve a sua independencia e a sua liberdade? E por ultimo que prejuizos se seguiram ao Brasil de terem os ministros brasileiros na Europa defendido os interesses do novo reino de V. M.? Não está elle por ventura ainda hoje senhor de tomar sobre este negocio, com dignidade, que lhe compete, a tittude que convier á sua politica? E que vantagens lhe terião resultado se tivesse seguido uma marcha interamente opposta? Os homens desapaixonados e profundamente amigos do seu paiz resolverão estas questões.

99 — Pretendemos, portanto, defender a dignidade e os direitos de V. M. I.; pretendemos pugnar pelos interesses e decoro do Imperio do Brasil; se nisto fizemos algum serviço, se nisto incorremos alguma responsabilidade, pronunciará V.

M. I. á vista de tudo com o parecer do seu Conselho d'Estado; se no que fizemos, merecemos a approvação de V. M. I., nunca aspiramos a outro premio; se tivemos a desgraça de não ter acertado, teremos por nossa consolação unica o dictame da nossa consciencia; será nisto cumplice o nosso entendimento, mas será cumplice com elle a nossa lealdade e o nobre sentimento do amor á patria e a Augusta Pessoa de V. M. I.

Pariz, 25 de julho de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Tendo partido de Paris as 10 horas da noute de 27 de julho proximo passado cheguei aqui depois de ter visto a morte deante dos olhos por causa da bebedeira de um postilhão, que ia atirando comigo para um valado no dia 1º deste mez pelas 8 horas da noute; e muito bem fiz de fazer a barba e pentear a cabelleira antes de entrar nesta cidade, visto que o infatigavel Barbacena, a cujo hotel fui apear-me, apenas me viu e me deu as boas vindas, enganchou-me o braço e pregou comigo na casa da noiva de V. M.

Numa carta feita á pressa, como esta é, não cabe a descripção detalhada da casa e das pessoas que nella vi e da conversação que ali tivemos até a meia noute, que foi quando nos recolhemos, direi apenas que a Senhora Duqueza de Leuchtemberg, sogra de V. M. não só desbanca Sua Augusta Irman a Imperatriz da Austria, o que é muito dizer, mas, até a ser homem e particular, corria risco de que eu pegasse nella e a levasse ao Brasil para ali ser secretario d'Estado de V. M.; e passando a falar de Sua Augusta Filha, já hoje esposa de V. M., direi que esta interessante formosura ajuntando, como Sua Mãi, ás qualidades que devem ornar uma princeza os dotes que ennobrecem uma pessoa particular, chamando sobretudo minha attenção por tres requisitos, a saber: um ar de corpo como o que o pintor Corregio deu nos seus quadros á Rainha de Sabá, e uma afabilidade que ahi ha de fazer derreter a todos, fez com que eu exclamasse na volta para a casa: valham-me as cinco chagas de N. S. Jesus

Christo, já que pelos meus enormes peccados não sou Imperador do Brasil. Que fará o nosso Amo, na primeira, na segunda e em mil e uma noutes? Que soffreguidão! Os dedos hão de parecer-lhe hospedes... Basta, quando não onde me levará a minha descripção? Do mesmo modo fiquei elevado (sic) com a princeza mais moça, com o principe cunhado de V. M., com as damas e com os camaristas, e com o modo porque naquelle palacio, como em todos os dos principes da Allemanha e de França e de Inglaterra, se vive nos seus quartos de recreio, donde a etiqueta é banida, como deve ser, e não é nem em Espanha, nem em Portugal, nem no Brasil. Aqui cabe pedir a V. M., por tudo quanto neste e no outro mundo ha de mais sagrado que desterre tambem de tudo quanto não casa do despacho, casa do docel, gabinete e coches, a algumas vezes necessaria mas tristissima etiqueta, que se pode e se deve supportar por algumas horas mas que sendo continuada é, na minha opinião, o purgatorio que Deus dá neste mundo aos principes e aos que tem a honra de servil-os; substituindo-a V. M. fora dos ditos logares por uma cousa que tem o meio termo entre a ceremonia e a chanfarra e que é a civilidade e a cortezania. Faça isto, Senhor, e não só acabará com idéas republicanas, mas terá, como deve ter toda a America Meridional ás plantas de V. M. e da Divindade que lhe vai fazer companhia.

O casamento de V. M. teve logar hontem pela 1 hora da tarde. Uma rainha, seis princezas e outros tantos principes de sangue Real seguiam processionalmente a já hoje Imperatriz a quem dava o braço o principe Carlos, seu tio, seguindo-se todas as damas do Paço e da casa de Leuchtemberg, o marquez de Barbacena, o ministro dos negocios estrangeiros, o mordomo-mór del-rei, eu e todos os brasileiros que aqui se acham e os creados da casa da Augusta Noiva de V. M., e esta procissão se dirigiu ao oratorio, onde o nuncio revestido de habitos pontificaes, procedeu á cerimonia; finda a qual voltamos ao salão de respeito, onde a Imperatriz recebeu o cortejo de todas as principaes pessoas da Côrte de Baviera, que lhe beijavam em soluços suas lindas mãos, correndo dos olhos de S. M. I. lagrimas com que pagando o que deve ao seu paiz natal nos afiançava do interesse

que lhe merecerá V. M. e a sua patria adoptiva. Concluido esse penoso preliminar de um apartamento proximo, passou o marquez de Barbacena com o conde Tascher de la Pagerie a fazer a formalidade da entrega de S. M. I., que depois disto foi só por nós brasileiros conduzida aos quartos onde tivemos a honra de beijar Suas Augustas Mãos. As 5 horas voltamos para o jantar sumptuoso para o que a Senhora Duqueza Mãe de S. M. I. convidou a todas as pessoas que haviam assistido á celebração do casamento e que passavam de 50. Fizeram-se as saudes aos Augustos Noivos pelo principe Carlos, e a el-rei e a toda Real Familia de Baviera pelo marquez de Barbacena; e acabado isto voltamos para casa para deixar o serão e o dia de hoje ás despedidas da Imperatriz, que amanhan de madrugada se põe a caminho. O marquez de Barbacena, que por seu gosto transportaria a nossa Ama num balão, logo depois de findo o casamento assentou, com razão, de apressar a saida de S. M.; e como esta bem entendida pressa não dava logar a que elle pudesse dar uma funcção, calculou o que poderiam custar seis, e applicou essa importancia á fundação de dous dotes annuaes que estabeleceu para perpetuamente serem dados pelo chefe da Augusta Familia de Leuchtemberg a duas donzellas pobres e bem educadas em cada anniversario do dia de hontem. O marquez, que acompanha S. M. I. até Stutgard devendo depois tomar a dianteira em ordem a poder ir a Londres prover ao que requerem os direitos e interesses da Senhora D. Maria II e voltar depois a Gand (?), transferiu-me desde a mencionada Côrte de Wurtemberg até aquella cidade dos Paizes Baixos a honrosa commissão de acompanhar a Augusta Esposa de V. M.

Quasi se vai acabando o papel e faltando tempo, e por isso já posso accrescentar a costumada e tão sincera quão devida protestação de que beijo as Augustas Mãos de V. M. com o respeitoso amor de quem preza a honra que tem de ser, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiel creado.

Marquez de Rezende.

Munich, 3 de agosto de 1829.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Começarei esta pedindo a V. E. o favor de beijar a Augusta Mão de S. M. I. em meu nome e de significar a S. M. o pezar que me acompanha por não poder estar, como desejava, no dia 17 em Ostende. O serviço do Imperador e a despedida da Rainha a tanto me obrigam. Eu vou dar conta da minha vida e espero que S. M. me fará justiça; mas rogo a V. E. que me não retarde um só momento noticias da viagem, e que faça a possivel diligencia para que S. M. I. se divirta durante a estada em Bruges. Aqui cheguei a 10 do corrente á meia noute, e pouco mais poderia adeantar qualquer homem robusto; para um velho e doente não é pouco. Procurei Aberdeen a 11, mas estava fóra de Londres. Estes ministros inglezes passam a vida bem regaladamente. Hontem falei áquelle ministro, e prometeu acelerar, quanto fosse possivel, a visita do Rei. O que houve de conversação politica fica para a vista, que será no dia immediato a visita do Rei. Terei cuidado de antecipar aviso a V. E. para que o encontro seja em Ostende. Hoje vou a Portsmouth cuidar de arranjos, e suposto já fretasse um navio da India, para a immensa bagagem que se reuniu, nem assim conseguirei o que desejo. A Imperatriz em uma fragata, a Rainha noutra, e parte *de la suite* no navio, ficarão todos bem acomodados; mas como separar pessoas que se amam e ás quaes ambas eu devo servir? Como separar o Principe depois de nos fazer tamanha fineza para acompanhar a Imperatriz? E' pois minha intenção que as duas soberanas e o Principe vão na fragata *Imperatriz*, e que as pessoas que acompanham a cada uma das tres personagens e não tiverem comodo vão na *Isabel*. Nesta separação ninguem sofre mais do que eu, mas não lhe sinto remedio, e tal é a prática em transportes tão numerosos. A Rainha está no maior contentamento, mas a Dama em profunda melancolia. Valha-me Deus com tanta contrariedade. Rogo a V. E. que me recommende a cada uma das pessoas

de quem me separei em Ausburgo, assim como aos que foram de Londres. Eu sou e serei sempre de V. Ex. colega e amigo obrigadissimo.

Lalihan, 13 de agosto de 1829.

M. de Barbacena.

Do marquez de Resende ao imperador

Senho

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Chegando o dia da partida da Imperatriz deste porto até onde a acompanhei, senti um ataque de nervos tão forte, que, custando-me muito assistir ao almoço, em que ella me poz a seu lado, não pude assistir ao jantar, e voltando depois delle ao salão, para ver se a podia acompanhar até o embarque, faltou-me o animo, e fui para uma estalagem, donde amanhan partirei para Paris, e donde agora escrevo a V. M. estas poucas linhas regadas com as lagrimas que me cáem dos ólhos e que attestam a sinceridade com que as escrevo. Senhor, eu não fui quem escolheu esta princeza, e por isso posso e devo ser (12) por V. M. Ella é bella e é este o seu menor predicado. E' a unica de tantas princezas pedidas que teve animo para desprezar intrigas, para passar o oceano e para ir unir a sua sorte á de V. M. Mas tudo isto é menos do que o fundo de virtude, de bondade, doçura, de dignidade e de juizo e instrucção que a adornam. Entre fila de povos por que transitamos a opinião a favor (12) foi uma só; e tenha V. M. como homem e como soberano o orgulho de (12) aquella que tão diversos póvos e tão imparc (12) proclamam. O amigo da infancia, da puberdade e da virilidade de V. M. assim lh'o diz. Faça feliz a unica princeza que o quiz e a que pelo que vejo e sinto e creio, pode e ha de encher as medidas do seu coração. Metta dentro delle o Principe seu irmão em tudo, que acompanha,

(12) A palavra falta na minuta por estar o papel já roido em muitas partes das suas extremidades.

e que, pelo que é e pelo pai que teve, eu amo, e tenho e terei no fundo do meu coração. Honre, oiça e siga os dictames do respeitavel conde de Méjean que (12) com o conselho e com a penna fez tanto bem á Italia como o Principe Eugenio com a espada, o principe cujas cinzas elle ainda hoje adora, sendo ellas quem o levam ao Brasil. Finalmente, Senhor, mostre-se bem tal qual é, e estou certo que elles o amarão como eu, e lhe inspirarão o que eu cheio de amor lhe sei desejar, mas desprovido de outros dotes lhe não *sei* (?) (13) aconselhar. Desapprovo com quantas forças tenho o regresso da Senhora Rainha de Portugal; espero que *V. M.* (?) (13) não abandonará os portuguezes e sou do coração de V. M. o mais humilde subdito e mui fiel creado.

Marquez de Rezende.

De 25 de Agosto de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Começo por dar a V. M., se o marquêz de Aracaty m'o permittir, muitos e mui sinceros parabens pelo bom successo das armas da Senhora Rainha de Portugal na ilha Terceira, estimando, se o mesmo marquez não achar que isto offende a lei, com que dorme, da responsabilidade dos ministros, que a este glorioso acontecimento se sigam todos quantos forem necessarios para, com perdão de Lord Wellington, e do principe de Meternich e do Reverendo Geral dos jesuitas, ir a terra e a cem braças por ella a dentro o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel.

Informarei depois a V. M. que o mesmo marquez de Aracaty, cheio de lagrimas e com o coração feito em boca-

(13) A palavra falta na minuta por estar o papel já roido em muitas partes das suas extremidades. O traço que sublinha a palavra seguida do ponto de interrogação significa que é esta a palavra que julgo devia estar na minuta.

dinhos, me annuncia que será bom que eu reponha cousa de quinze mil cruzados de despesas que fiz levando quédas e quebrando os ossos por essas estradas: e como eu não terei outra cousa que vender senão os livros e manuscriptos que prometi deixar a V. M., já daqui o previno que, provavelmente, ficará nullo esse unico legado do meu testamento. Pobre ou rico, fico, Senhor, ao menos de boa saude, e sempre aos pés de V. M. como quem tem a honra de ser, Senhor, etc.

6 de setembro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Não sei se o alegrão, com que V. M. ao receber esta, estará gosando do grande prazer de ter já de portas a dentro sua linda e em tudo excellente esposa, lhe dará tempo para ler estas rabiscas; nem sei, tão pouco, até que ponto o Aracaty, só por medo da lei da responsabilidade ministerial, e bem assim outras pessoas d'aquem e d'alem-mar, ou por ambição ou por espirito de intriga, achaque de quasi todos os brasileiros e portuguezes, ou por ambas as cousas juntas, terão conseguido malquistar-me com V. M., assim como o pretenderam fazer a respeito do Barbacena e do Itabayana; o que sei, e tenho por certissimo, é que nem o novo contentamento de V. M., nem o velho medo do Aracaty, nem as nojentas têas que certas aranhas estendem para pilhar, não moscas, mas o proprio dono da casa, como diz o padre Vieira, me impedirão de ir meu caminho e de escrever o que devo a V. M., embora fiquem sem resposta as minhas cartas.

Está, pois, V. M. finalmente casado, e cuido que muito bem; ultimou-se, portanto, um dos grandes negocios que de tão longo tempo nos occupava. Regressou a Senhora Rainha de Portugal ao Brasil, e desfez-se com isso a especie de camarilha formada por mim, Barbacena, Palmella e Itabayana, successivamente accusados por homens de tão differentes partidos, opiniões e importancia, como são Metternich, Wellington,

Ledo, Vasconcellos e outros que nem valem a pena de serem nomeados, os quaes todos nos tem denunciado de querermos arruinar inteiramente o Brasil. Restam, comtudo, ainda dous negocios de summa importancia a tratar, conseguidos os quaes ficará para sempre honrado o caracter, firmada a gloria e assegurada a tranquillidade de V. M., bem assim consolidada a fortuna e a prosperidade do Imperio, que é tudo quanto um subdito, um creado e um amigo de V. M. pode e deve desejar. Um destes negocios consiste no modo porque V. M. se ha de haver acerca da Sua Augusta Primogenita e dos fieis subditos da Corôa Portugueza; o outro importantissimo e urgentissimo é o de prover aos meios de continuar pelo menos até a cimalha e sobre os fundamentos, que já se acham lançados, o edificio monarchico constitucional que V. M. emprehendeu gloriosamente erguer em um paiz nascente, sem que estorvem, nem entortem esse edificio os despropositos que por lá fazem esses governos, e melhor direi, desgovernos da America, os quaes, nem por isso, levam a mão aos que hoje se estão fazendo e quiçá não tardaremos em ver fazer ainda maiores na Europa.

Tal é o meu amor por V. M. e tão bem me tem ido em falar-lhe sempre a verdade que, a despeito de todas as mais considerações tomando só esta pelo meu dever, direi sobre aquelles dois assumptos o que entendo, presumido com as declarações e com as honras que só de V. M. tenho recebido; e se desta vez o serviço de V. M. não me permitte que no meio de sua Côrte justamente alvoroçada, participe do publico acontecimento, que entendo por mui importante para V. M. como homem e como soberano, ao menos quando V. M. cançado de tantas e tão merecidas felicitações (porque tudo continuado cança), se recolher ao seu gabinete, apparecer-lhe-ei eu por este modo, enfeitado só com as galas d'amizade e do amor e deixando aos cortezãos, sobre o presente successo, estudados cumprimentos em que nem sempre tem grande parte o coração, arriscarei as minhas lembranças sobre successos futuros, havendo eu por maior serviço a V. M. considerar cuidadosamente nos meios de preparar o bom exito dos acontecimentos duvidosos do que desfructar, sem custo, os prosperos, tendo só em vista o saudavel fim que o fecundo e

elevado engenho de Ferreira indicou na sua carta ao secretario d'Estado Pero d'Alcoçova Carneiro

...desviar o damno
Que mal nos ameaça destruindo
Máu zelo, máu desejo, máu engano.

Sobre o primeiro negocio, isto é, no que toca aos direitos da Primogenita de V. M. e dos subditos leaes que por elles e por V. M. se têm sacrificado, deu V. M. já o passo mais acertado e mui util, declarando e verificando solemnemente que nunca hade transigir com seu irmão; que nunca hade abandonar a causa de Sua Augusta Filha; nestas palavras, Senhor, tudo está dito: foi justiça proferil-as, é um dever e uma honra sustental-as; e espera a V. M. grande nome que viverá para sempre na historia, se por uma judiciosa applicação de meios conseguir delles o resultado que necessariamente hade alcançar-se e para o qual não fallece a V. M. nem poder nem firmeza de caracter. E quanto á primeira parte da sua Real promessa, cuja execução simplesmente consiste em rejeitar qualquer partido que tenha por base a conservação do Senhor Infante no throno de Portugal nem no reino de Portugal e seus dominios; já V. M. chamando Sua Augusta Filha para o Brasil deu uma prova mui franca da firmeza de suas intenções a este respeito; mas esta prova pode ainda parecer equivoca emquanto, apesar de tudo, subsistir a possibilidade do casamento daquella Senhora com o usurpador do seu throno. E' portanto indispensavel que V. M. annule solemnemente os esponsaes contraidos. Só assim despindo V. M. aquelle projectado casamento das formulas legaes que ainda hoje o defendem, dará a mais incontestavel, e melhor direi, a unica prova de sua resolução definitiva e impressiva e a sancção mais solemne á sua irrevogavel promessa. Quanto, porém, á segunda parte falarei somente que V. M. prometteu não abandonar a causa da Sua Augusta Filha, e apontarei os meios que me parecem opportunos para assim o conseguir. Entendo, pois, sobre isto:

1.° Que a Senhora D. Maria 2ª chamada para a companhia de V. M. emquanto o seu throno se acha usurpado não deve ter na America menos consideração na Côrte de

Augusto Pai do que o que foi até agora na Europa, na Côrte de um principe alliado mas estranho. Daqui vem que S. M. F. deve ser, em tudo e por tudo, tratada como Rainha de Portugal e servida por subditos portuguezes. O contrario seria tido como uma confirmação de haver S. M. F. renunciado os seus direitos, opinião que infelizmente tem querido prevalecer só pelo facto de S. M. ter nas actuaes circumstancias desamparado a Europa. Muito convem que V. M. receba e reconheça como ministro plenipotenciario de S. M. F. a Senhora D. Maria 2ª junto a V. M. I. o conde de Sabugal, que foi nomeado; de outro modo como poderá V. M. conseguir que os soberanos da Europa recebam plenipotenciarios da Augusta Filha de V. M. se V. M. for o primeiro que lhes der o exemplo do contrario;

2.º Que não podendo subsistir as convenientes relações entre as Ilhas, que provavelmente depois da briosa defesa da Terceira, pronunciaram o desejo que já mais ou menos têm manifestado; nem tão pouco provêrem-se do necessario e protegerem a independencia dos seus mares sem uma força maritima, é essencial que V. M. mande para a ilha Terceira, hoje honrado baluarte da fidelidade e do brio portuguez as embarcações que, se diz, mandara offerecer D. Manoel de Portugal; offerecimento que, a ser a noticia verdadeira, deve ser tido pela mais nobre e mais leal homenagem dos velhos estados da Asia a nova Diu pertugueza;

3.º Que se aquella noticia não for verdadeira, ou o numero das embarcações offerecidas não for, como não será, sufficiente, é forçoso comprar e equipar algumas para tão importante fim;

4.º Que para o conseguir e para manter os subditos e defensores dos direitos de S. M. F. é indispensavel que V. M. confirme o emprestimo assignado, segundo ouvi, *sub sperat*, pelo marquez de Barbacena;

5.º Que, alem disso, cumpre que o generoso coração de V. M. se disponha a gastar, se for necessario, com Portugal fiél e martyrisado por causa de V. M. ao menos tudo quanto V. M. tem como particular e como co-herdeiro da herança de Seu Augusto Pai e da Serenissima Senhora princeza D. Maria Francisca Benedicta, cujo fallecimento é mais um

golpe doloroso que os portuguezes verdadeiros acabam de experimentar;

6.º Para segurança de tudo convem que V. M. prôva desde logo ao futuro governo do Reino de Portugal, com o que ficará tambem providenciada a administração temporaria dos negocios emquanto durar a usurpação; e sobre este ultimo ponto farei a V. M. uma observação importante. V. M. já entendeu neste assumpto, mas julgou conveniente e persistiu em nomear aquella regencia na qualidade de Pai e tutor da Sua Augusta Filha. V. M., Senhor, tem tanta pratica de negocios e vê nelles tão claro que a sua insistencia a este respeito mais me parece effeito de informações inexactas do que o resultado de maduras considerações e da prudencia de V. M. Tendo-se Inglaterra subtrahido a reconhecer o Marquez de Palmella com o caracter de embaixador de S. M. F. que V. M. lhe conferiu na sua qualidade de Pai e Tutor d'Aquella Augusta Senhora, como se poderá esperar que o Governo Britannico haja de reconhecer uma Rainha Portugueza creada por V. M. na sua supracitada qualidade de Pai e Tutor da Senhora D. Maria 2ª? Bastaria esta consideração e os exemplos do Senhor Rei D. Sebastião e de Luiz 14 de França, que antes em sua menoridade nomearam regencias, para em tudo isto fundar o voto que dei numa conferencia a que fui convidado pelo Marquez de Barbacena, de ser S. M. F. quem de conselho e consenso de V. M. e em conselho portuguez nomeasse a Regencia de que se trata.

Passarei agora a discorrer sobre o que me parece que convem para a consolidação do Imperio do Brasil que é o segundo negocio que prometti tratar.

Em um estado nascente, onde as Letras, as Sciencias, as Artes e a Industria principiam, como ellas tudo falta menos a ambição que cedo vinga e medra á ôlho á sombra da preguiça e da ignorancia; ainda o germe de todos os elementos de civilização apenas principia a desenvolver-se, e já aquelle bicho roedor o ataca, e se não consegue destruil-o de todo, pelo menos atrasa e amesquinha a sua vegetação. Este, Senhor, é o grande mal do Brasil, excusado é apontar á penetração de V. M. as muitas cousas que para elle ahi tem concorrido. Basta dizer que o Brasil principiou a ser um

grande Imperio por onde os Estados mais felices do mundo conhecido acabaram de o conseguir; porquanto destes á custa de muitos seculos de guerra, raros chegaram por fim a conquistar inteiramente sua independencia e sua liberdade, o Brasil, com um rasgo de penna, com estas duas palavras « Eu fico », alcançou tudo isto; quando ainda nem as armas, nem as lettras, nem as artes, nem a industria tinham sufficientemente habilitado, não digo os brasileiros (entre os quaes já havia muitos homens esclarecidos) mas a nova, posto que vasta e rica terra de Santa Cruz; o peso das cousas, a necessidade de nomear uma côrte, de organizar um exercito, de manter uma administração, em summa de crear um Imperio fez chover sobre muita gente, ainda attonita da subita mudança, os empregos, os cargos, as honras e as dignidades; e a facilidade com que essa gente se viu perseguida de tanta fortuna, acabou por a persuadir de que era digna de muito mais. Esta é, pois, Senhor, a grande enfermidade do Brasil, e não o imaginario republicanismo que não existe nem pode existir num paiz onde tudo quer ser Padre Eterno e nem se quer contentar com ser segunda e muito menos terceira pessoa da Santissima Trindade; daqui vem os ciumes que têm uns dos outros, porque cada um acha que merece tudo: o ciume que ahi ha dos estrangeiros, porque V. M. lhes poderá ganhar afeição e repartir, talvez, com o prestimo ou com o talento de alguns delles as graças que, como disse, as ambições reputam todas suas e em que não querem dar quinhão; daqui vem o espirito exaltado do liberalismo com que uns possuidos de zelo pharisaico se erijem nas Camaras fiscaes severos da administração publica; outros em defensores exagerados dos principios constitucionaes, porque desejam derribar os homens e tomar posse das cousas; e V. M. mais de uma vez tem visto que esses mesmos se por desgraça conseguem os seus fins, são depois os mais desleixados administradores e os mais despoticos ministros. Dahi vem que os mesmos que um dia fanaticos de liberalismo recêam de que o ataque feito aos principios constitucionaes em Portugal arrastasse comsigo a perda da liberdade brasileira, hoje achacados de servilismo ou de não sei que enfermidade que lhes pegou o barão de Mareschal e o governo britannico gritam sem tom nem tino contra quaes-

quer tentativas para sustentar com dignidade e com interesse aquelles mesmos principios. Não se engane, pois, V. M. com taes apparencias; não é patriotismo não é zelo do bem, não é virtude civica nem moral que põem em armas semelhantes campeões. A molestia, Senhor, é a ambição, e tudo quanto V. M. vê são symptomas: aquella molestia V. M. nol-a deu por necessidade; V. M. por justiça nol-a deve curar. Qual será, pois, o remedio? O que o padre Vieira aconselhou ao Senhor D. Pedro II, avô de V. M.: «Premiar a todos; não dar nada a ninguem». Esse acontecimento feliz do casamento de V. M., em bom tempo em que a sua Côrte está creada e o seu Imperio constituido pode, deve ficar a época da futura prosperidade do Brasil, della deveremos poder dizer o que de outra já se disse debaixo do governo de um grande principe: desta epocha nasce por inteiro uma nova ordem de seculos (?). Até agora por força das circumstancias deu V. M. tudo a todos, daqui em diante seja tão economico administrador do thesouro das suas honras, como tão louvavelmente o é das riquezas do Estado. Grande pessoa era o duque de Lafões D. João de Bragança e recebido naquelle tempo em Austria com o titulo de alteza. Gozava de toda a consideração devida a um parente tão proximo de V. M.; contudo o bisavó de V. M. (e cito o grande parentesco para provar a proximidade dos tempos) respondeu ao ministro que solicitava de S. M. em nome do duque o habito de Christo: que serviços me tem elle feito?; assim, Senhor, quando o merecimento se apresentar a V. M., acuda-lhe promptamente com o premio; mas quando a ambição, ou altiva ou de rojo, pretender honras, pergunte-lhe V. M. como o Senhor D. José 1º: que serviços lhe tem feito? deste modo verão uns com desvanecimento que, debaixo do governo de V. M. é util ter merecimento e prestimo e convencer-ce-ão outros com vergonha de que é necessario tel-o, porque V. M. premeia mas não dá. Quando os subditos de V. M. pudermos com razão ter por letreiros nas nossas armas, como os condes de Adhemar em França — Plus d'honneur que d'honneurs, — então verá V. M. emmudecer o liberalismo exaltado e fanatico, confundirem-se as intrigas e os ciumes baixos e pequenos, em uma palavra acabar-se a ambição sordida e nascer o verdadeiro patriotismo. Este

milagre só V. M. o pode obrar. Outra cautela que tambem apontarei por me parecer muito essencial e vem a ser que V. M. separe inteiramente o seu conselho do seu serviço; quero dizer que não confunda os homens de Côrte e os homens de Estado. Vai grande mal aos principes de escutarem sobre os negocios publicos os homens que todos os dias os cercam, que facilmente se insinuam no seu espirito, que espreitam o momento que lhes convem para fazerem valer a sua opinião, sua ou emprestada, que se prevalecem da sua privança para arredar tudo quanto pode oppor-se aos fins do seu conselho e que ou por lisonja ou por dever não tem bastante força para agitar as questões com a independencia que cumpre ao bem do soberano e ao serviço do Estado. Nesta parte, Senhor, serei sempre partidista do systema austriaco e trarei em abono da minha opinião o que um dia a esse respeito ouvi a S. M. I. e R. A.: « Si j'écoutais mes courtisans sur les affaires de l'Etat, je ferais comme le roi d'Espagne, qui change de ministre comme il change de chemise ».

Concluirei supplicando a V. M. que não deixe desempregados os homens de prestimo que servem e não podem e que não procuram recommendar-se senão pelo bom serviço que fazem. Desta mesma Côrte donde eu agora escrevo estas linhas, escrevia D. Luiz da Cunha para ser presente ao Senhor D. João V: Quem vir os nossos descartes cuidará que temos boa figa ». Temos pouca gente capaz, V. M. bem o sabe, e é um pecado politico desaproveitar desses poucos, alguem.

Quando ia escrever a antifirma occorreram duas circumstancias que fazem alongar esta já extensa carta e que procedem de duas visitas que me vieram interromper. Mr. de Saisset trazendo-me duas inclusas certidões de nascimento de um menino a quem V. M. deu por seu, Augusto, perguntou-me com que pompa entendia eu que devia ser feito o baptisado, e um velho amigo que aqui vim encontrar e que deseja mais do que a minha estadia aqui, chocalhou-me que um alguem tratava de obter o meu logar e mais outro alguem o de secretario desta legação. A Mr. Saisset respondi que eu assentava que tudo devia ser feito muito em particular, e que até eu como particular lhe promettia que emquanto tivesse um pão e uma casa não faltaria nem comer nem abrigo áquelle

menino. Ao meu bom amigo disse que se V. M. daqui me tirasse, far-me-ia V. M. um bem, porque me livraria para sempre de intrigas, mas, que ficar eu aqui e ver aqui, em vez do homem de confiança, a quem ensinei e que pedi, com quem trabalho, um que não podia ficar á minha vontade, era cousa que eu não podia nem devia esperar de V. M., nem como seu ministro nem como seu amigo nem, finalmente, como o servidor fiél que ha poucos dias lhe enviou um assignado em branco.

Paris, 14 de setembro de 1829.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Cumprindo-me encaminhar á Augusta Presença de V. M. I. a carta e o requerimento inclusos, não obstante achar que a pretenção de que tratam aquellas peças não tem cabimento, aproveitarei esta occasião para franca e respeitosamente ter com V. M., como meu Soberano, Amo e Amigo, uma abertura, a que todas estes titulos, a razão e até a minha queixa de nervos me impelle. Disse-se-me, como já contei a V. M., que havia alguem que pretendia este logar em que estou; e consta-me que outra pessoa que quer, além de uma, eu suppunha, o logar de secretario desta missão, conta denigrir ahi o que actualmente occupa este ultimo posto, representando-o como pouco assiduo ao trabalho, e até como ignorante da lingua do paiz onde reside. Pelo que toca ao meu emprego, repetirei a V. M. que não somente me não julgarei nem levemente offendido se V. M. me der successor, mas que nenhum apêgo tenho a esta legação. Quanto, porém, ao que diz respeito ao secretario, devo primeiramente declarar que é sobre suspeita, falsa a sobredita recriminação ou outra qualquer que contra elle se pretenda fazer; e falando particularmente do que fica mencionado, V. M. mesmo poderá facilmente reconhecer a sua falsidade, recordando-se não somente do immenso trabalho que elle, debaixo das minhas vistas, tem feito ha seis annos a esta parte, como pelo que elle tem feito durante as minhas ausencias de Vienna e de Pariz, em que

ficou servindo de encarregado de negocios, e sempre com a melhor conducta em todo o sentido; e falando e escrevendo francez antes de sair do Brasil, onde occupava um lugar que perdeu por este que occupa; ponderando em segundo logar a V. M., que não os meus serviços (porque esses dou-os e não os vendo a V. M.) mas tudo quanto vou (15), e que vale alguma cousa, visto que tudo é obra de V. M., me constitue na situação de não poder servir neste posto, se a ambição e a intriga conseguissem a saida do logar que exerce o homem que pedi e obtive que comigo servisse e que não tenho deixado de abonar, como devo, na Soberana e Augusta Presença de V. M., cujas mãos respeitosamente tenho a honra de beijar. Seu humilde e mui fiél creado.

Pariz, 25 de setembro (16).

Marquez de Rezende.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

O dia anniversario daquelle em que tive a honrosa fortuna de ver nascer a V. M., não pôde neste primeiro anno da minha existencia nesta Côrte ser celebrado por mim com aquella pompa com que o festejei durante a minha estada em Vienna. Vieram, porém, á minha casa cumprimentar-me por tão fausta commemoração não somente todos os subditos brasileiros que aqui se acham, mas muitas pessoas portuguezas á testa das quaes a Serenissima Senhora Infanta D. Anna, como officialmente e com maior miudeza o refiro na minha correspondencia com o marquez de Aracaty; e pouco antes das horas de jantar si com o maior prazer entrar por minha casa o estimavel visconde de Itabayana, que muito de proposito quiz vir celebrar comigo uma festa tão agradavel para todos os fieis subditos de V. M. Queiram os Céos ouvir os votos que todos lhes dirijimos pela longa continuação da preciosa vida de V. M. e por todas as suas prosperidades e

(15) Falta uma palavra, que talvez seja «fazendo».

(16) Não dá o anno, mas deve ser 1829.

augmentos de gloria, que não podem nunca deixar de redundar em bem do Imperio do Brasil.

Nos Officios ou Despachos Ministeriaes que hoje recebi e foram trazidos pelos paquetes do Brasil e de Buenos-Ayres, que sairam do Rio de Janeiro em fins de agosto, nada achei, graças a Deus Nosso Senhor, que me fizesse rogar pragas ao marquez de Aracaty, antes algum elogio veio e por que lhe fico muito obrigado.

As Auroras, as Astréas e os dous sóes de justiça Vasconcellos e Lino continuam ainda a descompor-me e aos meus collegas com o mesmo empenho. Até aqui ralhavam pelo muito que haviamos feito a favor da causa da legitimidade e das liberdades publicas de Portugal, agora viraram de bordo e gritam contra nós por não termos defendido assás a sobredita causa. Não sei o que diz o Malagueta. O que digo de uns e de outros é que se aquelles grandes politicos estivessem no nosso caso, terião feito mais asneiras do que as que dizem. Eu bem sei que V. M. não pode obstar a que se digam e imprimam nessa Côrte tantos e tão grandes disparates, mas não posso deixar de lamentar que a tribuna parlamentar e a prensa do Imperio do Brasil seja emporcalhada com desvarios que causam riso na Europa, até nos mais exaltados partidistas das liberdades publicas, como eu mesmo com mágua vejo que acontece. Cá na Europa são os apostolicos os mais exagerados.

Deus nos dê paciencia e faça com que V. M. gose por muitos e felizes annos da companhia da Sua Augusta Consorte; e é tudo quanto cordialmente lhes deseja, Senhor, seu muito fiél subdito e mais humilde e antigo creado.

Marquez de Rezende.

Paris, 12 de outubro de 1829.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Meu prezadissimo coll^a^. e am^o^.

Aqui cheguei a 16 do corrente, e Nosso Augusto Amo veiu encontrar as fragatas fora da barra, sendo tamanho o

seu prazer, quando viu a noiva e abraçou a filha, que quasi perdeu os sentidos. S. S. M. M. gozaram em toda a viagem da melhor saude; e os noivos estão tão enamorados um do outro, que me parece não haver no mundo duas pessoas tão felizes. S. M. pediu aos ministros e a mim que lhe não falassemos em negocios nestes oito dias, e como não pude tambem falar com Francisco Gomes, para saber do que se fez nestes ultimos quatro mezes, estou em perfeita ignorancia. Fujo dos ministros, e elles de mim. Todos conspiraram contra Barbacena, Itabayana, Rezende e Palmella. As calumnias contra o primeiro caíram completamente, ao que parece, pelos obsequios do Soberano; mas não me julgarei livre de perigo emquanto não ajustar contas. Contra o segundo ha uma acusação em forma, e exige-se que compareça para responder. Contra o terceiro lembrou-se o expediente de chamar o secretario, na firme esperança de que o ministro tomará algum fugado e quererá acompanhar o secretario, desamparando o seu posto sem ordem; mas eu espero o contrario, e muito rogo a V. E. que sustente o seu posto e me dê tempo para defender a mim e aos amigos ausentes. Não tenho a menor duvida sobre o triunfo dos tres primeiros, mas temo succumbir quanto ao quarto, maxime se não for para a Terceira. A perseguição que elle soffre da parte dos portuguezes é além de toda a expressão, e aqui, á excepção de S. M. e de seu secrétario, não ha um só *brasileiro nascido em Portugal* que não seja miguelista. Pereat Roma tota, antes do que ver uma princeza brasileira no throno portuguez, ou receber algum soccorro de taes macacos, mulatos e caboclos do Brasil.

Falleceu meu irmão, como V. E. sabe; e o testamenteiro tem estado á morte, em consequencia do que achei-me como espargo no monte, sofrendo todos os incommodos, inclusive fome. O tempo é perdido todo em festas e visitas, e não sei como faço estas linhas de madrugada. Entretanto saiba V. E. que tanto melhorei com os remedios de Mr. Dr. Alibert que concebo esperanças de breve restabelecimento; que S. M. me honra com expressões da mais decidida benevolencia, o que tambem me dá esperanças de obter o suspirado otium cum dignitate para o resto da vida; e pela corveta *Maria Isabel*, escreverei com mais vagar, e será portador o estimavel Oli-

veira. A corveta levará a duqueza de Goiazes para se educar nalgum dos bons colegios de França. Disponha V. E. da vontade e obediencia do seu amigo e colega.

Marquez de Barbacena.

Rio, 21 de outubro 1829.

Estamos a 26. Amanhan será o primeiro dia para tratar de negocios com S. M. e seus ministros. Espero no bom juizo de S. M. e na veracidade dos factos, que todas as calumnias contra os tres diplomaticos (Rezende, Itabayana e Barbacena) cairão por terra. Entretanto temo os acessos de cólera de V. E. e que o estratagema de retirarem o secrétario produza o desejado effeito. Renovo as minhas recommendações de prudencia, tanto mais que não é justa a pretenção de ter um determinado secrétario.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Lisonjeando-me que V. M. terá já a esta hora em sua companhia a sua bella e em tudo interessante e Augusta Esposa, e dando-lhe eu por isso os meus mui sinceros parabens, passarei depois a pedir anciosamente a V. M. queira ler com attenção os differentes officios secretos que nesta occasião dirijo ao marquez de Aracaty, versando uma grande parte delles em materia somente relativa a America em geral e ao Brasil em particular. O projecto de Bolivar vantajoso como é a V. M. na sùa qualidade de unico soberano americano, não o é menos na sua qualidade de chefe de uma dinastia e de pai de differentes princezas, uma das quaes poderia, verificando-se o mencionado projecto, subir ao throno de Columbia desposando um principe em circumstancias de ser seu marido e tal como o galante e interessante principe Augusto de Leuchtemberg, cunhado de V. M., que tambem sobre este objecto pode consultar o bem entendido conde de Meijan (?), que tambem pode sem perigo e com proveito ser ouvido em muita outra cousa.

Achará egualmente V. M. em um dos meus precitados officios o que o marquez de Maceyó acaba de officiar e eu de responder-lhe relativamente a arguição que me fez o principe de Metternich de eu ser o auctor de differentes artigos publicados nas gazetas liberaes de Paris contra a Austria; a verdade é que eu nenhum artigo fiz nem farei por muitas razões, e entre outras porque me falta o tempo para preencher as minhas obrigações, não obstante pediu ou quasi que mandou o meu amor e gratidão e posição para com V. M. que eu respondesse e fortemente ás injurias que La Gazette de France, La Quotidienne e Le Drapeau Blanc, jornaes pagos e influidos pela Santa Alliança e sobretudo pela Austria, têm dito contra V. M. e contra o Brasil. Atrevendo-se o ultimo daquelles jornaes a dizer que V. M. ia desposar não a princeza Amelia de Leuchtemberg mas uma princeza filha do negro Christovão (?) do Haiti para não desdizer, accrescentava o dito jornal, das damas da Côrte de V. M.; é alem disso notorio que além da antiga e constante indisposição desta Côrte contra V. M., e que sempre foi tal, que nunca a Senhora duqueza de Angoulême falou nem a Pedra Branca, nem a Cunha, nem a mim, têm os embaixadores inglez (que é o Stuart, tão obrigado a V. M.), hespanhol e austriaco feito ultimamente taes intrigas, que só a minha estudada ponderação e calculada prudencia me têm valido para conservar aquelle sangue frio que deve ter um diplomatico; e como já me estalou (se me é licito servir-me de tal chula expressão) o castanho na boca, pode V. M. estar certo e seguro de que assim continuarei; assim mesmo não cessam e me perseguem ainda aqui as vinganças de Metternich attribuindo-me artigos que elle mui (17) calculará que serão redigidos pelos milhares de Portuguezes que aqui se acham atormentados pelo Senhor Infante D. Miguel. O mais não é ainda isto mas a malignidade com que a dita Santa Alliança se lembrou de me metter á cara por interposta pessoa, um homem que veiu offerecer-se-me para publicar artigos contra ella, a ver se poderiam comprometter-me, mas resistindo eu naturalmente, soube depois do que escapara; o caso está que querem ver se me põem

(17) Falta uma palavra.

não fora daqui, mas fora da graça e amizade de V. M. Deus sabe até (18) elles levarão as suas astuciosas manobras. Entretanto obtive a promessa de se reparar de alguma forma o insulto feito a V. M., ainda antes de eu aqui chegar, pela passagem do discurso de S. M. Christianissima na abertura da antecedente sessão legislativa de França, e tambem obtive a promessa de deferir a justa pretenção do Moitinho além de algumas equidades feitas aos estudantes brasileiros que aqui residem.

Honra muito a V. M. a saida da marqueza de Santos, não menos o modo porque V. M. recebeu José Bonifacio.

Falta papel e por isso só apenas cabe assignar-me, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e creado.

Marquez de Rezende.

Paris, em 2 de novembro de 1829.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tive a honra de escrever a V. E. poucos dias depois da minha chegada, e suppunha então que as intrigas e calumnias contra mim haviam caído, cabendo-me por consequencia a honrosa tarefa de defender os amigos ausentes. Pouco tempo durou aquelle doce engano, porque algumas horas depois de sair o paquete, soube das maquinações pendentes sobre a minha cabeça. Devo responder a um conselho de guerra pelo meu comportamento no Sul, comportamento que foi approvado e elogiado por um decreto, quando S. M. quiz dar-me outro destino. Devo satisfazer as duvidas da commissão encarregada de examinar as minhas contas, isto é, apresentar as ordens em consequencia das quaes forneci dinheiro ao marquez de Palmella. V. E. perceberá facilmente que por meio do Conselho pretendeu-se tirar-me a honra, e por meio do exame das ordens tirar-me a fazenda, visto que nem houve nem podia haver ordem para sustentar os emigrados portuguezes. A tudo poderei satisfazer, excepto a connivencia

(18) Falta uma palavra, que pode ser — onde —.

com o marquez de Palmella. Coitado! Pobre como Job, e os portuguezes o calumniam de peculato. Vou remeter a Itabayana os artigos de accusação contra elle, e espero que serão repelidos victoriosamente. Contra V. E. ha um, que não sei como repelir, scilicet, a sua distração, que ás vezes o leva a um ponto que ninguem pode acreditar sem ver. Nesta occasião assignou-se marquez de Aracaty em alguns officios, e alterou ou confundiu a numeração e data de todos. Eu mesmo tenho uma carta de V. E. escripta de Manhein a 15 de julho, quando nos separamos a 4 de agosto em Ausburgo, V. E. seguindo para Manhein e eu para Londres. Se eu não encontrara Mons. Vidigal de partida para Roma, lembraria a S. M. aquella missão, aonde as distrações não seriam consequentes e porque V. E. a deseja, mas agora não sei qual outra convenha a V. E. S. S. M. M. forão para Santa Cruz a 18, voltarão a 27. Passam muito bem, e estão encantados um do outro. A Rainha e as Suas Irmans ficaram para não perder as suas lições. A duqueza de Goiazes vai para França educar-se, e oiço que se escreve officialmente a este respeito a V. E. Eu melhorei muito na viagem, porque tive algum descanço e nenhuma inquietação de espirito; mas depois de oito dias tenho peiorado muito, porque S. M. parece decidido a querer mandar-me para os Anjinhos, atormentado de trabalhos e desgostos. Os portuguezes não serão abandonados; eis o meu grande triumfo, e comtudo são os portuguezes que aqui me dilaceram. Os que estão na Europa persegueem a Palmella e a todos os fidalgos sem excepção. Cuidei que o Saldanha escapava, mas nada disso: victima como os outros que estão no Rio... Basta, basta. Tenha V. Ex. quanto é bom e lhe deseja o seu obrigado amigo e colega.

Marquez de Barbacena.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Tremendo de frio, incommodado de gota e secado pela sequencia do diluvio, não do Santo Evangelho, mas de im-

portunações, quasi que me é preciso trancar a porta, para escrever quatro regrinhas a V. M., que ainda por cima talvez me rogue pragas.

Afim de o não importunar muito, peço a V. M. me permitta de referir-me, quanto a noticias e negocios de expediente, ao que escrevo ao Aracaty, e, quanto a noticias e reflexões extra-officiaes, ao que escrevo ao Barbacena e Méjan. Accrescentarei que quasi todo o mundo hoje é ou ultra liberal ou ultra realista, e que a raiva que os primeiros têm aos segundos e estes áquelles, tenho eu tanto a uns como a outros; e direi depois que sendo provavel que os dous partidos venham brevemente ás mãos, é preciso que não percamos tempo em collocarmo-nos em posição onde não possamos levar pizadellas nos calos. Dirá a isso alguem que V. M. está mui longe, mas é ditado antigo que dos longes se fazem os pertos. Quanto a mim pessoalmente já assentei em me meter na cama, confessar-me, sacramentar-me e unjir-me, e até fazer testamento *se o ordenado o permitisse*, (não sei se V. M. entenderá o remoque) desde que me constar que se abriram os dous parlamentos de Inglaterra e França. Era e é preciso oppor uma barreira á torrente revolucionaria que ainda existe, mas além de que nem tudo o que os apostolicos atacam é revolucionario, sigo eu, como meu pai, a maxima de que comquanto convenha extirpar ás heresias, nem convem nem é possivel extirpar alto e mal os herejes.

Antes que V. M. me tenha em conta pelo menos de sismatico, concluo a carta com a renovação dos sentimentos de respeito e amor com que tenho a honra de ser, Senhor, de V. M. I. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Paris, em 25 de novembro de 1829.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

SEM DATA (LONDRES, 1829?)

Podia dispensar-me de escrever cousa alguma, referindo-me ao portador, e a elle me refiro para os detalhes, mas em grosso direi que sendo urgentissima a necessidade de casar

com mulher bonita e apresentando Pedra Branca uma que não teme a passagem dos mares nem as noticias aterradoras do homem, convim em ouvir as proposições do negociador e tomei as medidas necessarias para ter garantia segura sobre a formosura. Fez-se o contracto que mandei para o Rio para ser ratificado, e hoje recebi a ratificação de Munich. Antes de receber a ratificação não quiz dizer cousa alguma a V. E., tanto mais que V. E. nada ignorava. E' possivel que Metternich ainda desmanche este, mas ou havemos de abandonar a idéa de casar o Imperador durante a vida de Metternich ou correr algum risco. Em negocios desta natureza pode haver segredo até certo ponto, mas delle em diante é impossivel e, até, indecoroso. Está prompta a casar no mez de agosto, mas não a embarcar immediatamente, para haver tempo de acabar o enxoval, etc., etc.; mas eu insisto no embarque, e eis o objecto da viagem do portador. Estou disposto para tudo, e tudo me serve menos continuar em Londres debaixo do martirio em que vivo. Não me parece razoavel a solidão a que V. E. se condemnou, se ella tem por motivo, como entendo das expressões de V. E., as perguntas sobre o casamento do Imperador; porque em primeiro logar só indiscretos ousarão perguntar por isso a V. E., e para esses não faltam respostas; além de dizer — não tenho a menor noticia, são tantos os casamentos annunciados pelas gazetas — encaixar para qualquer assumpto, emquanto se faz a transição para outro.

Tenho escripto demasiado e não posso mais. Amigo e colega.

Marquez de Barbacena.

De Miguel Calmon Du Pin e Almeida ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Accuso a recepção de dous officios reservados que V. E. dirijiu com os ns. 7 e 8 em datas de 12 e 16 de outubro passado; e ficando inteirado de todas as communicações que V. E. fez no primeiro, passo a responder sobre o objecto do segundo. Neste officio representa V. E. o quanto convém que o Governo Imperial tome medidas relativamente a saída de moços brasileiros que seus pais mandam estudar á França, afim de se

evitar que alguns delles entregando-se ás dissipações, fiquem reduzidos á miseria e obriguem a essa legação a prestar-lhes soccorros. A este respeito cumpre-me dizer a V. E. que por falta de regulamentos policiaes, que a Constituição presuppõe, e que devem ser guardados na occasião da saída de qualquer individuo deste Imperio, saída que aliás é livremente permittida e litteralmente garantida pela mesma Constituição, não pode por isso adoptar o Governo Imperial neste momento as providencias que V. E. indica. Relativamente aos soccorros, que, na opinião de V. E., podem ser prestados aos ditos estudantes, S. M. o Imperador ordena que não applique somma alguma dos dinheiros publicos para este fim, quer aquelles estudantes se achem destituidos de meios pecuniarios por causa do seu máu comportamento, quer por motivos de accidentes imprevistos; pois que, no primeiro caso, o Estado não deve alimentar viciosos, nem pode no segundo sustentar a tantos moços ou satisfazer a vaidade de pais imprevidentes, cujo numero se multiplicaria a medida que o Thesouro Nacional se fosse encarregando da educação de quem a quizesse procurar na Europa. Para tirar a V. E. toda a duvida em que possa estar em semelhante materia participo a V. E. para sua intelligencia e execução, que os brasileiros necessitados, a quem as legações deste Imperio devem auxiliar são unicamente aquelles que soffreram naufragios, tenham sido prisioneiros ou experimentaram outra qualquer calamidade. Deus guarde a V. E. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de dezembro de 1829.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Senhor Marquez de Rezende.

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Aproveito a boa occasião que me offerece o regresso ao Brasil do S^nr^. Joaquim Vicente Torres-Homem, que acaba de concluir os seus estudos com o maior aproveitamento, para escrever a V. M. com mais franqueza do que permitte a via

do correio ordinario. De tudo quanto por differentes partes hei podido coligir, pode deprehender-se que as grandes potencias se occupam neste momento do modo de terminarem as questões de Portugal, e que descuberto que seja esse meio, farão, pelos seus ministros no Brasil, todas as diligencias imaginaveis para que V. M. transija com o Senhor Infante D. Miguel. Falando-me ainda hontem á noute nisto o Nuncio aqui, explicando-se em termos a fazer-me entender que o papa podia não reconhecer como soberano a pretendida soberania do Senhor Infante, conservando, todavia, como papa relações espirituaes com Sua Alteza e com Portugal; respondi ao dito prelado que nada era mais justo, por isso que se um soberano pode, e muitas vezes deve estar em opposição com um governo de direito ou de facto, o pai commum dos fieis não pode nem deve estar mal com alguem; mas que não podia deixar de observar a Sua Eminencia que quando nós brasileiros pedimos antes do reconhecimento de nossa Independencia e da soberania de V. M. que não estivesse mal comnosco, Sua Santidade esteve tão longe de condescender com os votos da communhão catholica brasileira, que até mesmo depois de feito o reconhecimento por Portugal, Inglaterra, Austria e França, teve Sua Santidade escrupulo de receber Monsenhor Vidigal na sua qualidade diplomatica, só porque a carta de crença daquelle prelado brasileiro era de uma data anterior ao precitado reconhecimento. Posso e devo todavia communicar a V. M. que recebi de Monsenhor Austine, nuncio nomeado para o Brasil, a participação official de que o cardeal secretario d'Estado lhe escrevêra que o papa apesar das instancias do Senhor Infante o não havia reconhecido na qualidade de Rei de Portugal. Passarei agora a narrar a V. M. uma outra occurrencia. Tendo eu quando aqui cheguei sabido que a Delphine jamais havia no Circulo Diplomatico dito aos meus dous antecessores outras palavras mais do que estas — Monsieur du Brèsil — pela especie de raiva que tem a todos os soberanos que deram constituições e pela idéa que tem de que V. M. é um constitucional exaltado, preparei-me eu, como então disse a V. M., com um discurso de apresentação capaz de mover os affectos nas pessoas mais duras, e pude conseguir que aquella Princeza depois de

ouvil-o, com uma cara de desmamar creança, me fizesse a honra de perguntar-me com um ar, um tom de voz de quem ralhava — Monsieur depuis quand êtes-vous ici? — Ao que respondi com voz maviosa: Madame, depuis avant hier au soir. E feito isto, fez-me uma mesura tão desengoçada como ella, e foi-se. Apesar de tudo pensei eu que poderia ainda a vir domar a féra, por isso que não só alguns dos ministros d'Estado que então havia, mas o embaixador de Napoles, que noutro tempo estivera em Portugal, o nuncio e o cardeal-Principe de Croy, que são mui bem vistos daquella Princeza, diziam geralmente mui bem de mim; enganei-me, porém, porque além da tenacidade, que caracteriza S. A. Real, veiu a circumstancia do casamento de V. M. com uma Princeza neta da viuva de Napoleão irritar ainda mais a Delphine, que depois de dizer a muitas pessoas mil injuriosas invectivas contra V. M., assentou dever passar-me em claro em todos os circulos diplomaticos que desde aquella circumstancia houveram. Soffri eu com uma exemplar paciencia este injurioso tratamento, que eu não devia supportar, porque não era só eu quem soffria, mas V. M. e o Imperio do Brasil, de cuja dignidade eu sou zelador; chegando, porém, a occasião em que eu devia apresentar as pessoas desta legação, assentei pedir um conselho de varias pessoas esclarecidas e entre outras do ministro da Suecia, que além da circumstancia de ser hoje para nós um ministro de familia, passa com toda a razão por ser um dos mais atilados diplomaticos. Foi elle e foram todos quantos consultei unanimemente de opinião que eu deveria prevenir o ministro dos Negocios Estrangeiros do desejo, que tinha, de apresentar a S. M. e S.S. A.A. Reaes as mencionadas pessoas, que, obtido o beneplacito de S. M., deveria logo depois da apresentação a Elrei e ao Delfim passar com ellas ao quarto da Delphine e que sendo costume que a apresentação se faria depois da Pessoa Real se dirigir ao ministro que hade fazer, esperasse eu que a Delphine me dirigisse a palavra, que fazendo ella isto, passasse eu a effeituar a precitada apresentação; mas que no caso contrario me limitasse a fazer uma profunda cortezia a S. A. R.. Procedendo eu em tudo e por tudo segundo a opinião que fica indicada e continuando a Delphine a passar-me em claro, veiu, quando eu estava a

metter-me na carruajem, dizer-me o barão de Lalive, introductor dos embaixadores, que — Madame la Dauphine l'avait chargé de me dire qu'elle était très fachée que je ne lui eusse presenté les messieurs de la légation du Brèsil. Ao que respondi — Madame la Dauphine n'ayant pas daigné m'adresser la parole, je n'avais pas eu le courage de lui présenter les messieurs de la légation du Brèsil. A que elle nada retorquiu: passando-se ao mesmo tempo esta outra scena de vir á condessa de Ville-Franche dizer ao addido Manuel de Sirqueira Lima, de quem era conhecida, que « Madame la Dauphine était très desolée de ce que ces messieurs de la légation du Brèsil ne lui avaient pas été presentés ». Lembrei-me eu de ir, como fiz logo depois do Circulo, contar o caso ao nuncio, que além da circumstancia de ser o chefe do Corpo Diplomatico, é de mais a mais um dos grandes luminares da congregação apostolico-jesuitica, que ora infelizmente reje este paiz. O nuncio ouviu-me e falou-me com a manha que era de esperar da sua nação e do seu officio; dizendo que eu tinha razão de me resentir se acaso o constante silencio da Delphine fosse cousa premeditada, mas que elle podia assegurar-me que tal premeditação não havia, que se uma semelhante cousa proviesse de um Principe, deveria eu então picar-me, mas que com uma Princeza era preciso não ser tão rigoroso, aconselhando-me afinal que tornasse eu com as precitadas pessoas desta legação ao Circulo que daqui a 15 dias deve ter logar no quarto da Delphine. Eu respondi que as levaria se acaso S. A. R. me fizesse constar que ella nunca tivera a intenção de menoscabar a V. M. e ao Brasil na minha pessoa; mas que sem isso não só não levaria ao quarto da Delphine as mencionadas pessoas, mas que até eu mesmo não voltaria mais lá, porque se a Delphine é senhora, V. M. é um soberano e tão soberano como os outros. Como apenas se têm passado 24 horas depois deste caso, que não deixa de ser desagradavel para mim, posto que todo o mundo me fazia a honra e a justiça de approvar a minha conducta, mal posso ainda tomar e annunciar a V. M. uma deliberação definitiva a semelhante respeito, e que menos pela cousa em si do que pela circumstancia das pessoas deve ser tomada com a maior madureza. O que posso e devo por agora dizer a V. M. é

que fazendo-me tanta honra as bulhas que tive com Metternich em Vienna, como o que acabo de praticar com a Delphine, fará, porém, tudo isto que se tenha de mim uma idéa de homem bulhento, que é incompativel com o que exije o officio de conciliador e de ministro da paz; e que em tal caso como nem no Crédo, nem nos mandamentos das leis de Deus, nem nas virtudes theologaes nem na nossa Constituição está que seja absolutamente necessaria a minha conservação na carreira diplomatica, não fora talvez desacertado que V. M. me désse um successor, não se cançando muito na escolha de um nicho para mim. Sabe V. M. que eu nunca quiz aceitar as muitas cousas que em differentes tempos me foram offerecidas. Sabe V. M. que só á força de instancias de V. M. e de José Bonifacio é que vim para Vienna; não ignora V. M. que eu sou constantemente doente e que de tempos a esta parte estou triste e melancolico. Se o estado da minha saude me permittisse o regressar ao Brasil, e se as intrigas dessa Côrte fossem menos do que as que presentemente ha, voltaria eu de boa mente, não para o quarto de S. Christovão para dar que fazer ao Malagueta, mas para o quartinho da Gloria, a fim de não dar que fazer a ninguem, mas como eu sou realmente uma casa velha, que cáe em se mexendo com ella, e como isso por lá está ainda uma casa muito nova, não poderei deixar de ficar por cá ainda algum tempo. Se alguem disser, como já disse a V. M., que eu sou necessario aqui, diga V. M. a essas pessoas que não é assim, e que o que é necessario, e até mesmo indispensavel é que as cousas por lá vão indo bem e que vamos crescendo, e que aproveitemos todas as circumstancias, que não percamos tempo em vans theorias, que se faça uma fusão de todas as opiniões em uma só monarquia constitucional e que finalmente cheguemos, como já chegaram os nossos conterraneos dos Estados Unidos, a um ponto

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tive o prazer de receber as duas prezadas cartas de V. E. nas datas de 8 e 28 do passado; e reservando-me a responder a ellas com o preciso vagar e via mais segura, limitar-me-ei

a dizer que emfim recebi as esperadas noticias da feliz chegada dos Augustos viajantes no dia 16 de outubro. O contentamento foi grande, e grande a simpathía entre os Augustos consortes. Continuavam as festas, e a enxurrada das mercês foi tão grande como era de esperar. Maior, porém, do que tudo isto é a intriga que ali reina, contra os amos do Pricot (?), Matteo, o Senhor de Sanfré e o irmão do Quixeramobim. O ministerio insiste em por em acusação o amigo do abade Forlanius (?), e o libello já está preparado. As sanguesugas mandadas de Pariz tinham pegado. Creio V. E. terá recebido estas mesmas noticias; e como naquelle horisonte ha signaes de grande borrasca, faço estas poucas linhas para dizer-lhe que sou de opinião que o companheiro de viagem de Kleni (?) Nisteud (?) deve usar neste momento de grandissima prudencia e dissimulação e abster-se de fogachos. Os ralhos não arranjam os negocios, e com gente furiosa não se deve lutar. E' mistér esperar o momento em que a febre faça crise. Passando a tratar de outro assumpto, pedirei a V. E. que me communique o que de mais a mais souber, e que nada escreva ao Rio de Janeiro *sem fazer-me o favor de ouvir-me*. O nosso Barbacena escreveu-me com muita pressa; e parece esperançado de desempenhar a encommenda que levou. O pobre estava mettido em um turbilhão. Muito feliz me julgo por estar nesta soledade e longe do vortice das intrigas. Recommende-me V. E. aos Ill^mos^. Almeida, Pinheiro, Avellar e Reis. Por ora não me atrevo a deixar este retiro, onde somente me occupo da minha deteriorada saude. Que lição! Malheur à celui qui n'en saura tirer parti.

Sou e serei sempre de V. E. amigo fiél e constante

Visconde de Itabayana.

Bruxellas, em 8 de janeiro de 1830.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Acabando de receber a noticia da feliz chegada de S. S. M. M. a Imperatriz e a Senhora Rainha de Portugal

e de S. Alteza o Principe Augusto de Leuchtemberg, vou por este motivo dirigir a V. M. as minhas felicitações.

Deus guarde a V. M. como todos os seus fieis subditos desejamos e havemos mister.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito, Senhor, de V. M. I. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Paris, em 16 de janeiro de 1830.

Minuta de carta do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Estou tão trémulo das mãos que não tenho outro remedio senão servir-me do favor alheio, para não demorar por mais tempo a minha resposta ás duas ultimas e mui obrigantes cartas de V. E. Começarei por confessar-lhe, que, assim como pensei bastante, e ainda depois rasguei muito papel escripto antes de expedir o que enviei para o Rio de Janeiro; assim tambem rasguei muitas cartas começadas para V. E. Sendo excusado dar conta do que não foi, limitar-me-ei a communicar a V. E. o que effectivamente mandei. Escrevi a S. S. M. M. I. I. duas cartas de quatro linhas cada uma, e que só continham felicitações e protestos do mais profundo reconhecimento. Limitei-me a accusar ao ministro dos Negocios Estranjeiros a recepção dos despachos ultimamente recebidos, não fazendo o menor comentario, nem a um em que sou severamente reprehendido por ter um dos meus officios levado o numero 20 em vez do numero 19, e por ter sido o secretario, que então era desta legação, quem, como encarregado de negocios durante a minha ausencia, participou a minha ida a Munich; nem a outro que mui seccamente continha a demissão do dito secretário (sem se lhe dar destino e mandado recolher a Côrte) e a nomeação do visconde de Santo Amaro para substituil-o. Escrevi finalmente ao marquez de Barbacena uma carta mui polida, mas bastantemente sêcca, para lhe fazer sentir que me lembrava desta

expressão, que elle, sem vir a proposito do que estavamos falando, me disse um dia em Munich: « Ora, Senhor marquez de Rezende, não me dirá que teima é a sua de não largar o secretario da sua legação? » Expressão que, combinando perfeitamente com est'outra: « Acho injusta a pretenção de querer ter um determinado secretario », que leio na carta que o dito marquez me escreveu em data de 21 e 26 de outubro, me não deixam a menor duvida de que a demissão do Almeida não foi, como V. E. me quer inculcar, um estratagema dos meus inimigos, mas sim obra delle marquez e já premeditada ha seis mezes. O Almeida achava-se o mais antigo secretário das legações brasileiras, foi duas vezes encarregado interinamente de negocios em duas das primeiras Côrtes, perdeu, quando foi mandado para Europa a propriedade de um officio de Fazenda, que tinha no Rio de Janeiro; a não ser na legação em Londres, não vi em nenhuma outra quem trabalhasse mais e melhor do que elle; e finalmente tinha-se de tempo a esta parte dado aos estudos, cousa a que, fora da legação que V. E. dirijiu, não vi que nenhum dos nossos aprendizes de diplomacia se désse. Está na ordem ou desordem das cousas que valham, como tambem valeram ao Almeida, as relações e os patronos, mas o que elle acaba de soffrer passa as metas das injustiças que o mundo desculpa. Passando do que fiz, a dar conta do que hei de infallivelmente fazer, communicarei a V. E. que, assim como achei que não devia pedir immediatamente a minha demissão, para não fazer recaír semelhante pedido sobre causas que, podendo não parecer assás justificadas aos meus amigos, pudessem dar armas contra mim aos meus adversarios, assim tambem, não cedendo do projecto, que concebi desde o momento em que recebi os ultimos despachos, de não servir mais a quem nos tem pagado tão mal, fico á espera do que trouxer a fragata Maria Isabel, não para mudar de projecto ou demoral-o por mais tempo, mas para motivar a minha demissão, ou em alguma mais categorica afronta ou si ella não vier, no máu estado de minha saude, fundando tambem nelle o partido que tomei, e que tambem então porei em execução de partir para Bordeaux, onde um antigo amigo, que já em outro tempo me soccorreu e a meu pai, me offerece os mesmos soccorros.

Este amigo chama-se Mr. Berger, e é conhecido de Dom Francisco de Almeida, que poderá dizer a V. E. a cordealidade com que o tratou só por ser sobrinho de meu pai. Consta agora aqui que houve mudança no ministério do Brasil, e fala-se em ter entrado no novo ministerio José Bonifacio. E' tão forte e tão firme a tenção em que estou de não servir mais, que, sendo José Bonifacio muito meu amigo, inimigo dos meus inimigos, nem por isso cedo do expediente de pedir a minha demissão. Queira V. E. não me fazer a menor reflexão em sentido contrario, porque é inutil, visto que tanto tenho tomado já o meu partido, que está não só assentado (?), mas posto em limpo e assignado por mim tudo quanto cumpre enviar para o Rio em qualquer das duas precitadas hypotheses.

Queira tambem V. E. aceitar os protestos da estima com que sinceramente me assigno e sou de V. E., etc, etc.

Pariz, 20 de janeiro de 1830.

Illmo. e Exmo. Snr. Visconde de Itabayana.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. Snr.

Mui dignos são de compaixão os homens que soffrem dos nervos como nós; e pela carta que V. E. me dirijiu ultimamente, e que apenas pôde assignar, fiz uma justa idéa da desordem em que estava o seu systema nervoso; porém como a minha alma não está perturbada, posso ver e pesar de sangue frio as cousas que motivaram a decisão que V. E. me diz ter tomado de pedir a sua demissão. Quanto ao tom azedo dos despachos de Aracaty, direi que com a annunciada mudança do ministerio, cessará esse justo motivo de desgosto. Quanto ao chamamento do Snr. Almeida para a Côrte, dir-lhe-ei que, reconhecendo que nisso soffre V. E. algum detrimento na economia da sua casa, não julgo isso motivo bastante para pedir a sua demissão. O governo tem o direito de dar o destino que tem por melhor, aos seus empregados; e não posso presumir que o Snr. Almeida seja chamado para ficar desempregado. Tambem não creio que o marquez de Barbacena contribuisse para esse chamamento; e quando o tenha feito,

deve-se entender que o fez por ser mais afecto ao S^nr^. José Carlos do que ao S^nr^. Almeida; e esta predileção não deve ser estranhada. Tudo bem considerado sou de opinião que V. E. faltaria aos deveres d'amizade e gratidão para com o Imperador se se demitisse do seu serviço por motivos tão insignificantes. Enxovalhado foi o marquez de Barbacena pelo facto da missão do marquez de Palma; enxovalhado tenho eu sido pelo ministério Aracaty, e ambos nos não nos estomagamos. Forçoso é sofrer e dissimular algumas vezes; e esta maxima é especialmente applicavel aos homens que occupam os empregos publicos. Peço-lhe portanto em nome da amizade que nos une, que não dê ouvidos aos ociosos de Pariz, e que não peça a pretendida demissão. Esta mesma supplica lhe faz o veneravel S^nr^. Marquez de Lavradio na carta inclusa; e o conselho o de um ancião não deve ser desattendido. Quando V. E. tiver motivo real e sufficiente para demittir-se do serviço, eu serei o primeiro dos seus amigos a propor-lhe esse arbitrio, assim como desaprovo o que me diz haver tomado. Rasgue, pois, quanto tem escripto para a Côrte acerca de tal demissão; e faça ver ao Imperador que tamanha é a adhesão de V. E. a Sua Pessoa, que, apesar dos dissabores que ora tem tragado, a tudo se resigna para melhor testemunhar-lhe a sua gratidão. A inquietação em que me poz a carta de V. E. cessará somente quando eu tiver a certeza de haver V. E. annuido ás suplicas do seu respeitavel tio e ás minhas. O Imperador precisa dos serviços de V. E., e de que entre nos, e Barbacena e alguns poucos mais continue haver amparo. Recommendo-me a todos os seus commensaes; e creia-me de V. E. amigo franco, leal e constante

Visconde de Itabayana.

Bruxellas, 25 de janeiro de 1830.

Do marquez de Barbacena ao marquez de Resende

RIO, 7 DE FEVEREIRO DE 1830

Exmo. colega, am^o^. e S^nr^.

Tive o prazer e honra de receber hontem a carta de V. E. de 25 de novembro, e apresso-me em dar os meus agradeci-

mentos antes que V. E. se retire para o pólo do Norte. Creio que nesta occasião receberá communicações officiaes de bastante interesse, e para desempenho das quaes ninguem está tão habilitado como V. E. Pelos papeis publicos desta Capital e das provincias verá V. E. que o ministerio conserva até hoje a maior e mais geral confiança da nação, mas emquanto não passar maio e junho estarei sobre espinhos, porque em fim de que servem meus trabalhos, algum talento e muito zelo se os males que me perseguem e nos ameaçam de uma bancarrota não desapparecerão para sempre? E como fazer desapparecer moeda papel e moeda falsa sem cordial cooperação da Camara dos Deputados? Cada dia me parece um anno. S. S. M. M. I. I. foram no 1º do corrente para a Serra, aonde já estavam o Principe Imperial e a Princeza D. Paula. Que differença de temperatura em 12 leguas de distancia! No dia 4 estava lá o thermometro a 74 e aqui a 92!

Estamos a 17.

Estou engraxando as botas para subir a Serra, de onde, creio, voltará Nosso Amo no fim do mez. Então poderei communicar a V. E. alguma cousa sobre a intimação que as tres potencias (Inglaterra, França e Austria), sobre a decisão da questão portugueza, acabam de fazer pelos seus ministros aqui residentes. Não supponho ainda a causa perdida nem Déus põe tempo em mudar tempo. A mudança que por ora mais se deseja e promove, é a do Ministerio, mas a despeito das grandes causas que tendem a repelir do Ministerio todo o homem de bem, estamos resignados a tudo sofrer, uma vez que se consiga livrar o Imperador e a Patria do perigo em que se acham pelo máo estado das finanças, e da surda intriga portugueza, que mina toda a confiança entre governantes e governados. V. E. tenha boa saude e dê-me de quando em quando noticias suas.

Colega e creado do coração

Marquez de Barbacena.

Do marquez de Resende ao marquez de Barbacena

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Já em tempo competente respondi mui curtamente a carta de V. E. de 21 e 26 de outubro, e assim o fiz, porque o estado de minha saude, e muito particularmente o da minha cabeça, não me permittiam fazel-o de outro modo. A saude alguma melhora tem experimentado e o sangue tendo esfriado (?), neste intervalo, mais facilmente me permitte agora responder com pausa e desassombro as cartas de 21 de novembro, de 15 e 18 de dezembro, que recebo, quasi ao mesmo tempo, com aquelle gosto proprio d'amizade e com aquelle reconhecimento que inspira a confiança da que em V. E. reconheço por mim. Principiarei por agradecer a V. E. as novas da melhora do Nosso Amo, com as quaes V. E. soube adoçar a amargura daquelle triste acontecimento. Para todos os brasileiros, mas bem particularmente para nos ambos, o susto e a alegria devem ser consideraveis: queira a Providencia que a lição aproveite; e assim confio, e todos nos assim o necessitamos. Depois de uma nova tão agradavel para mim e tão feliz para todos, nenhuma poderia V. E. accrescentar, que mais satisfizesse os amigos do bem publico, do que a nomeação de V. E. e, pela sua escolha, a dos seus colegas; nomeação que agoira futuro mais feliz ao Imperio, e que se é causa de pena para os seus amigos o trabalho a que se expoz, é motivo de parabens aos povos do Brasil dos fructos que delle deve tirar. Assim o dizia eu, pela convicção que tal escolha apresentava, sem receio de enganar-me, mas assim o dirão agora os outros, quando apenas nomeado esse Ministério, vêm desaparecer, pelas medidas que elle tomou, a guerra civil, facto que faz por certo o maior elogio ainda de uma longa administração. Todos os mais melhoramentos que V. E. com tanta razão deseja, e que já tardam á costumada actividade do seu caracter, confio em Deus que virão com o tempo, e que o mez de maio não conseguirá senão fortificar os bons desejos, e os fructos já sem duvida começados a colher nesse tempo pela assiduidade e bons desejos de V. E.

Muito folgo do que V. E. diz a respeito do que já se tem passado acerca da Memoria que remeti; porém muito

mais folgaria, se, em vez destes elogios, que V. E. diz que ella tem merecido, eu soubesse que tinha conseguido o seu fim. O procedimento militar e politico de V. E. sujeito a exames legaes, e a acusação do nosso amigo visconde de Itabayana, seguidos seus termos, não só não se acordam em cousa alguma com o alto emprego a que V. E. foi chamado nem com a honrosa commissão que ao visconde foi cometida; mas são bem fracos testemunhos do effeito dessa Memoria, em que não busquei elogios, mas em que só pretendi alcançar a justiça que se deve á razão e á probidade. Mas nos eramos tres, e muito me pasmou que aquella sua carta não falasse senão em duas acusações; identidade de crime requer identidade de processo, e eu não podia entender em que consistia o meu direito de excepção: estas suas ultimas cartas m'o revelam. Fui posto ao abrigo do capitulo: de stolidis et mentecaptis. Não sei o que seja mais desagradavel, escapar ao rigor de uma sentença proferida por homens de juizo, ou ficar sujeito a uma nota posta por quem tão pouco tinha. Seja como for, trataram-me de rapaz distraido e para me chamarem á attenção, aplicaram-me uma palmatoada, tirando o secretário desta legação; assim pagou a mão innocente o crime da cabeça distraida. E por que falo em secretário, e que V. E. tambem nelle fala, direi que as suas circumstancias de ser o mais antigo da sua classe na Europa, onde já duas vezes em duas primeiras côrtes serviu de Encarregado de Negocios, de ter perdido um officio de Fazenda por occasião da sua nomeação e de ter servido sempre com zelo, merecem que se repare a injustiça que se lhe fez, reintegrando-o no logar que indevidamente se lhe tirou. Ao Calmon escrevo por esta ocasião, dizendo-lhe isto mesmo e, communicando-lhe que tomei sobre mim o continuar o ex-secretário a frequentar os estudos a que se deu desde novembro passado, suscito a idéa de que o visconde de Santo Amaro costumado á lingua e aos usos allemães, merece, até pelo modo porque nesta circumstancia se tem conduzido, ir substituir em Berlin, que de mais é de pouca importancia para nos, ao Cunha, que, segundo ouvi, deseja ir para Bruxellas. Nisto dou a minha opinião, porque V. E. me pede, e deixo a V. E. e á sua amizade combinar este negocio de administração publica com a administração particular do que é meu, para a qual V. E. conhece o pouco geito que tenho. A nomeação do barão de

Mareuil para ministro nessa Côrte (para onde me disse que partiria passado o mez d'abril) solta nesta parte a duvida em que V. E. estava a meu respeito; quanto, porém, á minha vontade não é esta difficil de contentar. Nunca pedi nada: se S. M. entender que eu posso servil-o aqui, continuarei a fazer esse sacrificio; se em outra parte da Europa (não comprehendendo a Russia) eu for mais util aos seus serviços, para ahi que V. E. estava a meu respeito; quanto, porém, á minha vontade, esta seria descançar, renunciando a qualquer emprego, contando por certo que S. M., nesse descanço, me mandaria continuar a pensão que me concedeu Seu Augusto Pai, e que eu cessei de receber por effeito da minha nomeação. Dizendo a V. E. que a minha vontade seria descançar, digo quanto basta para lhe fazer entender que *de modo nenhum* desejo ir para o Brasil, não obstante o muito que o amo, aonde as intrigas e tantas outras razões, que V. E. conhece, serião inimigos irreconciliaveis do meu descanço. Pela carta de V. E. soube que voltava D. F. Mascarenhas encarregado de pagamentos. Ignoro até agora inteiramente o teor da sua missão; oiço, porém, que Mello e Mattos tem posto, como é costume, toda a má-vontade que elle tem podido na combinação dessas disposições, e fico maravilhado de que depois da chegada de D. Thomaz se protestassem pela primeira vez letras do conde de Villa-Flor. V. E. entenderá o que isto quer dizer, e tanto basta para que eu tenha confiança no negocio bem que as aparencias, em outras mãos, m'o tornarião equivoco.

Concluo pedindo a V. E. queira fazer-me lembrado a toda a sua familia, e protestando-me de V. E. colega e amigo muito obrigado

Marquez de Rezende.

Paris, 27 de fevereiro de 1830.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Marquez de Barbacena.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Perto de uma hora da noute e pouco antes de partir o correio que vou expedir para Londres, depois de um trabalho

de dous dias de escriptorio e pouco antes de uma jornada e viagem para a Russia, escrevo estas linhas para dizer que beijo as Augustas Mãos de V. M. I., das quaes não tenho recebido senão beneficios; o desta nomeação, com que V. M. I. acaba de honrar-me, é-me mui agradavel por mais de um titulo. Veiu-me das Imperiaes mãos de V. M. I.; procura-me mais uma occasião de mostrar a minha leal vontade pelo serviço de V. M. I. e pelo bem do paiz que V. M. I. governa, e tenho-o como o juizo expresso de V. M. I. na causa que ha pouco advoguei: o que peço a V. M. I. é que me dê successor antes que eu morra de frio na Russia, porque ainda que o gêlo é bom algumas vezes nas iguarias, um homem gelado não serve para nada.

O marquez de Taubaté aqui chegou; e se tivesse o meu fernezim, morreria de desgosto achando a sua demissão. Eu disse-lhe que se fôra elle, matava-me a mim, a quem V. M. não sei porque fatalidade tem feito o arruinador do marquez de Taubaté, de quem V. M. era tão amigo, que eu até quasi que tinha, se acaso pudesse ter, ciumes delle.

Ora, Senhor, dê um pão a este meu supposto rival e aos meus dous recommendados, Avellar e Almeida; e adeus, Meu Senhor, que vou para a cama e pouco depois para a estrada. Veja lá, não me mande no anno que vem para a China, porque não aceito tal embaixada. Beijo reverente e amorosamente as Augustas e Beneficas Mãos de V. M. como quem tem a honra de ser, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Paris, 3 de abril de 1830.

Do marquez de Resende ao marquez de Barbacena

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Não quero partir desta Côrte sem dar a V. E. as minhas despedidas, desejando que V. E. receba esta cartinha, posto que em tempo de Camaras, comtudo de saude e desafogado. Não levantarei mão deste posto sem ponderar a V. E. no muito que vai em que este Ministerio se conserve, não só

porque nesta materia a instabilidade é só por si um mal, mas porque isso traria comsigo necessariameste um triunfo ridiculo para os gritadores, e aqui um alegrão para as pessoas que lhe são pouco afeiçoadas e que já fazem apostas que V. E. ha de recuar. Confio, porém, que um homem que sabe o que são opposições nos parlamentos da Europa e os modos porque os governos zombam dellas, não deixasse aos exaltados o campo que tão preciso é guardar tenazmente nas circumstancias do Brasil e nas da Europa.

Lá vou, pois, para a Russia; ali farei quanto devo pelo serviço do Nosso Amo e do Imperio; e V. E. sabe como tratarei a causa da S^nr^. D. Maria II a favor da qual trabalhei no passado e muito me favorece o presente; e sobre isso fique V. E. certo de que será sempre por mim informado regularmente, ou V. E. continue no ministerio como firmemente creio ou tenha o Brasil e a causa da Rainha mais a desgraça de o ver sair delle. Resolvo-me a levar comigo F.; no estado delicado da minha saude, não posso dispensar a companhia de um amigo costumado a tomar por mim um verdadeiro interesse; muito estimarei eu que elle seja restituido ao serviço e de modo que possa conserval-o junto a mim.

Não quero tomar tempo a V. E. em momentos tão importantes, e acabarei dizendo que chegou já aqui o secretario da minha nova missão, nomeação que muito estimo pelo caracter honrado, sisudo e trabalhador da pessoa em quem recaiu, que tem muito merecimento proprio, além da circumstancia de ser parente do nosso honrado amigo Itabayana.

Aceite V. E., etc., etc.

Paris, 11 de abril de 1830.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Acabando de receber a carta com que V. M. I. se dignou honrar-me em data de 8 de junho deste anno e agradecendo-lhe infinitamente esta tão grande honra, que eu presumo poder apreciar, e a minha remoção deste polo do Norte,

annunciarei de caminho a V. M. a minha proxima partida desta capital, donde estou apenas á cem leguas de distancia de uma especie de peste, que a Persia introduziu na Russia e a que os médicos chamam cholera morbus; e quasi ás portas do terrivel inverno boreal. Por outro lado tenho que fazer uma longa viagem que me assusta, ainda mais que pela estação, pelo forte ataque de nervos porque estou passando e pelas muitas revoluções que toparei pelo caminho. Chegando a Paris vou dar com as oscillações que ainda ali se sentem e sentirão do famoso terremoto politico dos ultimos dias de julho, cuja concussão tremo que chegasse ao Brasil, e com o ruido não menos desagradavel que em França fazem certos tolos portugueses não só contra elles mas contra V. M. Vejo-me, portanto, no caso do outro que querendo evitar os rochedos de Scylla corria risco de cair nos de Caribydes. Assim foi, e será neste valle de lagrimas em que passamos e vivemos chorando, do qual todavia, nos custa sair. Em um destes dias irei entregar a minha credencial ao Imperador Nicoláu, que conhece a sua força tão bem como quer que seja em seu seculo, e de quem realmente me despidirei com saudades, fazendo pausadamente a minha viagem: demorar-me alguns dias em Berlin, ir talvez depois a Munich, se o caso pede ir a Londres para me entender com o Santo Amaro ou em direitura a Paris, onde o Duque de Orléans está já reconhecido pelas principaes potencias européas, e cedo o será por V. M., de quem é preciso que elle seja um bom alliado, o que deve.

Nada de *coups d'Etat* no Brasil. Lei, juizo e firmeza dentro da lei.

Acabarei lembrando a V. M. a graça do habito de Christo que no meu officio peço para Gaspar José Lisboa, secretario e primeiro encarregado desta legação na Russia, onde muito bem tem servido. Beijo mensalmente as augustas mãos de V. M. como quem tem a honra de ser.

De V. M.

S. Petersburgo, 3 de setembro de 1830.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Está este paiz em tanta perturbação, que se torna incommodo para quem é, como eu, amigo da paz e da tranquillidade. Estou, portanto, resolvido a retirar-me para essa capital, tão depressa tenha conseguido pôr em bom recato a minha numerosa bagagem e tomado um sufficiente numero de banhos salgados; e como deva transmittir para ahi uma parte da mesma bagagem, que não posso dispensar e separar de mim, antecipo-me a rogar a V. E. o favor de solicitar do Director Geral das Alfandegas desse reino a expedição das ordens precisas para que a alfandega da fronteira entre Gand e Lille deixe passar livremente a dita parte da minha bagagem. Creio que V. E. poderia obter isto, não obstante estarem *por emquanto* interrompidas as suas relações com esse governo; e é por isso que lhe peço o mencionado favor. Além deste, faça-me o de recommendar-me aos S^nrs^. Pinheiro, Avellar e Kichkoefer (?) e de crer-me de V. E. amigo mui cordial.

Itabayana.

P. S. Bruges e Ostende acabam de adherir á causa Belgica; e a tropa hollandeza hoje mesmo abandonou esta villa aos seus habitantes.

Ostende, 29 de setembro de 1830.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Faz hoje 32 annos que V. M. entrou no mundo e eu no serviço de V. M. Ninguem o serve ha tanto tempo como eu, nem com mais amor do que eu. Seja-me licito dizer isto, porque é assim, porque é privilegio deste dia e de minha velhice, e finalmente porque não se segue daqui ser eu ou crer ser eu o melhor servidor de V. M. Como quer que seja, digne-se V. M. receber além dos meus parabens como ministro,

os que nesta carta particular tenho a honra de dirigir-lhe como amigo e antigo creado; e faça o Céo, sempre benigno á nosso favor, que os 32 annos que V. M. hoje completa, sejam seguidos de muitos outros e ainda mais felizes que os passados.

Eu devia ter já partido, mas a maldita molestia que se manifestou neste Imperio decidiu o Imperador a ir a Moscou no mesmo dia em que eu devia entregar a minha credencial e ter a honra de jantar com S. M. I. Paciencia; porque além de não haver outro remedio, a acção do Imperador ir consolar os seus subditos, afflictos por causa daquelle contagio, é uma heroicidade digna do maior elogio, e, finalmente, dá-me tempo para restabelecer do rheumatismo que me tomou o braço direito. Assim Deus queira que o inverno me não pilhe em caminho, já bem pouco seguro por causa de tantas revoluções. Provavelmente não chegarei em Paris senão em fins de novembro, e que acharei ali? Não sei; o que sei somente é que ali, como em toda a parte, farei quanto deve quem tem a honra de ser, Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

S. Petersburgo, 12 de outubro de 1830.

Do marquez de Resende ao imperador

(SEM DATA, MAS SEGURAMENTE DE 1830)

Senhor.

Não enfadarei a V. M. com assumptos, que já tratei, nesta data, em despachos, que terão a honra de subir a Presença de V. M. I.; o meu intento nesta carta é protestar novamente a V. M. a minha dedicação e o interesse que tomo, e que tomarei sempre, pela pessoal felicidade de V. M. I. e pelo bom exito dos negocios do Imperio. Como sempre tenho dito a V. M. o que entendo, e que a isso me tem animado o bem que V. M. tem sempre recebido a singeleza e lealdade das minhas recommendações, atrever-me-ei a lembrar a V. M. I. que, nas circumstancias actuaes do Imperio e da Europa, o

serviço mais importante que V. M. I. pode fazer aos interesses do Brasil é conservar o seu ministerio. Se os ministros, importunados pela opposição nas Camaras, quizerem, por um mal entendido espirito de generosidade, demitir-se, não o consinta V. M.; e se os emissarios dos gabinetes estranjeiros procurarem mover a vontade de V. M. I. a dar-lhes a demissão, esteja V. M. prevenido contra semelhantes intrigas, e haja por certo que um tal passo acarretaria sobre o Brasil uma calamidade infallivel.

Com esta minha franqueza tenho desafogado o meu coração, e qualquer que seja a decisão de V. M. I. a este respeito, ficar-me-á sempre a consolação de lhe ter dito o que entendo, e ter cumprido nisto mais uma vez o dever de subdito leal, de creado antigo e de amigo o mais obrigado de V. M. I.

De V. M. I. etc., etc.

(Não traz data e está feita no verso do rascunho da carta ao marquez de Barbacena de 11 de abril de 1830.)

Do marquez de Resende a José Bonifacio de Andrada e Silva

Illmo. e Exmo. S^nr^.

A recordação do que ambos nos conjunctamente fizemos para a independencia do Brasil, não podendo jámais apagar-se no meu pensamento, até porque foi então que eu vali (se é que vali alguma cousa), desperta-se hoje ainda com mais viveza do que no dia 7 de setembro de cada anno, por isso que a memoria de um homem tão distraido como eu acode mais do que nos anniversarios nos dias de perigo, nos quaes conto achar a V. E. tão homem, tão moço e (deixe-me assim dizer) tão intrometido, como o vi nos primeiros dias da gloria do Imperador e da creação do Brasil.

Pondo de parte tudo o que desde então, ou para melhor dizer, depois de V. E. sair dos negocios, se passou naquelle Imperio; por isso que como vulgarmente se diz, aguas passadas não móem moinhos, passarei de salto todo esse intervallo que decorreu até o presente dia, para com V. E. desafogar sobre os importantissimos negocios do momento.

Lembrado estará V. E. de um partido, a que nos ambos

sempre fizemos attenção e que a opinião publica do Brasil stigmatizou pondo-lhe o nome ou a alcunha de — Pés de Chumbo —; esse partido ou essa facção, composta de portuguezes que no Brasil contra elle se declararam desde os primeiros dias da sua emancipação, acommodando-se depois ou parecendo conformar-se com ella, persistirem realmente nas suas primeiras ideas, e nem ainda depois de verem frustradas as muitas diligencias que fizeram, logo que ali chegou a noticia do falecimento del-rei D. João VI, e um anno depois, para arrancarem dentre nós o homem indispensavel, apesar de todas quantas imperfeições lhe possam notar os seus adversarios e, até, mesmo os seus amigos, ousam, e o que mais é, de acordo com o nescio partido republicano, que entre nos fizeram nascer os nossos insensatos visinhos, pescar nas aguas turvas que presentemente correm na nossa terra, para conseguirem que della saia esse homem indispensavel, na esperança de que elle será recebido em Portugal, paiz natal desses mesmos individuos, e onde conseguintemente elles esperam fazer maior alarde dessas honras que lá não obterião, e que conseguiram entre aquelles de quem hoje se desprezam de ser eguaes em categoria ou entre quem não esperam tornar a viver com a mesma fortuna. Ainda quando o caso estivesse tão provado perante os juizes, como o está deante de mim como homem, seria inutil tentar judicial e até politicamente o castigo de uma intriga, a que se pode representar quando muito como um desejo innocente e até talvez mesmo como um serviço feito ao Imperador, e com menoscabo da honra e consciencia do Brasil, se por desgraça as cousas se dispuzessem de maneira a S. M. ser obrigado a sair do Imperio. Vamos, pois, e com toda a força que temos e com todo o sangue que corre em nossas veias valer outra vez ao Principe e ao paiz por quem ha oito annos tudo expuzemos. Tome V. E. como então o pendão, e toque, como tambem então tocou, a rebate para a salvação de um e de outro. Anime os timidos, assuste os imprudentes, reuna os inimigos, adore os descontentes, incite os agradecidos e pregue a todos com a palavra e com o exemplo, afim de que o partido republicano e os pés de chumbo, ambos os quaes querem cousas que nos não convém, sejam esmagados pela grande maioria dos brasileiros, para

quem tanto trabalhamos já e que hoje têm o mesmo direito que então tinham aos grandes serviços que fizemos em seu favor. Esta abertura de bom compatriota faz naturalmente reabrir-se uma correspondencia seguida entre nos, e não é mais extensa esta primeira parte porque só me resta tempo para confessar-me, etc., etc. (19).

Do marquez de Resende ao imperador Pedro I (Minuta de um final de carta)

Confesso ingenuamente que não se achando por V. M. reconhecido, nem o podendo ser pelas leis francezas, por seu o filho que V. M. Houve de Mme. Saisset e temendo a má impressão, que poderia produzir, attenta a minha posição, uma ida minha á casa daquella senhora, é por isso que ainda não visitei o outro filho que V. M. aqui tem, e de que faz menção na sua precitada carta. Não duvido nem posso duvidar de que quem teve estes e tantos outros filhos, terá mais algum da Augusta e Bella Esposa que o Céo lhe concedeu, e portanto, peço licença para duvidar das poucas forças que me diz que tem. O resto, além do que vai no officio para o Carneiro, dirá o conselheiro Francisco Gomes da Silva, e eu concluo porque já não ha nem papel nem tempo, beijando as Augustas Mãos de V. M. como seu mais humilde subdito, etc.

31 de dezembro de 1830.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Os tumultos de Pariz e ainda mais do que isso as agitações que as cartas vindas pelo ultimo paquete annunciavam que havia e estavam para haver no Brasil, puzeram os meus nervos em tal desordem, que não me foi possivel atinar nem com tinta, nem com penna, nem com papel e muito menos com idéas para agradecer a carta com que V. M. se dignou

(19) A carta não traz data, mas pode ser de 1830.

honrar-me em 9 de novembro do anno passado e a conservação no emprego, como agora faço, aproveitando um intervallo em que não tinha bulha na rua. E me acabam de segurar que havia boas novas dessa Côrte até a data de 27 de dezembro, quer dizer dez dias mais modernas do que as que me trouxe o ultimo paquete.

Aqui as cousas vão mal. Ha muitos e muito máos partidos, e estão no caso de que o que faz bem ao figado faz mal ao baço; se el-rei se põe á testa dos do motu continuo, declaram-lhe ipso facto guerra todas as potencias, e Deus sabe o resultado que será; se pelo contrario S. M. se acorda com os do motu-proprio para manter a paz anterior, começam, ou recomeçam as bulhas em França, e que bulhas!!!! Que partido tomará elle? Positivamente não se pode saber, e até cuido que nem elle mesmo ainda o sabe. O que somente creio é que não tardaremos em o saber. O protocolo numero 19 da conferencia dá de mão ao novo principio da não intervenção, que eu nunca esperei que morresse de velho.

Pelo que officialmente escrevo nesta occasião ao competente ministro, verá V. M. o mais que ha e a maneira obsequiosa por que o conde Sebastiani me acaba de communicar a resolução que pedi e obtive acerca do caso da Praia Grande. Este governo já começava a estar desconfiado de não receber a resposta de V. M. á notificação: vindo ella e tão guapa como veiu, puzeram-se em maré de rosas.

A causa da Senhora Rainha de Portugal esteve para ir vento em pôpa, mas a chocalhice propria da gente da terra onde nascemos, fez abortar o centesimo projecto de contra-revolução a favor de V. M. em Portugal, e agora lá está o Senhor Infante mandando enforcar gente em 24 horas, e o peior é que elle vai impunemente fazendo o que quer sem que alguem lhe peça conta.

Agradeço infinitamente a V. M., além da conservação do emprego e do serviço, a da renda. O secretario, que ficou com menos quatrocentos mil réis, tem, a dizer a verdade, todo o direito á pretenção da ajuda de custo e a contar-se-lhe o vencimento desde a sua partida de Petersburgo; é o seu direito fundado assim nas Imperiaes decisões de V. M. como na pratica constantemente observada. Permitta-me V. M. que

eu o recommende não só á justiça mas á bondade de V. M. Concluo pedindo a V. M. não me rogue pragas, protestando-me sempre com novas obrigações a V. M..

Paris, 28 de fevereiro de 1831.

Do marquez de Resende ao imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Havendo de expedir hoje para Londres os maços afim de poderem ir pelo paquete que deve partir quinta-feira que vem; e completando na segunda-feira proxima S. M. a Rainha de Portugal o duodecimo anno de sua edade, apresso-me em dar e pedir a V. M. os mais sinceros parabens por tão fausta occasião, evitando tambem que V. M. repita neste anno os ralhos que me escreveu no anno passado. Quantos acontecimentos me recordam este anniversario e a quantos pensamentos dão elles logar! Em 4 de abril de 1819 fez-me V. M. a honra de annunciar o nascimento da Senhora D. Maria da Gloria, herdeira, após V. M., da corôa da antiga monarquia portugueza; em 4 de abril de 1820 recebeu-se no Rio de Janeiro a estrondosa noticia da primeira revolução na peninsula luso-hespanhola; em 4 de abril de 1821 foi o ultimo beija-mão que deu o Senhor D. João VI no Rio de Janeiro; em 4 de abril de 1822 servi eu pela ultima vez o Senhor Infante D. Miguel e em que pedi licença a seu Augusto Pai para ir ter, como fiz, com V. M.; em 4 de abril de 1823 ordenou-me V. M. que viesse a Vienna tratar do reconhecimento de nossa independencia; em 4 de abril de 1824 profetizei eu em Londres ao principe Esterhazi a revolução que o Senhor D. Miguel fez em Lisboa no dia 30 do dito mês; em 4 de abril de 1825 encontrei-me pela primeira vez em Vienna com aquelle Senhor que então mostrou desejar a protecção de V. M. contra os que elle chamava seus inimigos; a 4 de abril de 1826 deu-me o principe de Metternich a fatal noticia do fallecimento do Senhor D. João VI declarando ao mesmo tempo que V. M. era o soberano de Portugal, que a Côrte de Vienna reconhecia, como por uma circular da mesma data o escrevia a todas

as legações austriacas; nesse mesmo dia recebi por occasião dos pezames que fui dar ao Senhor Infante, eguaes declarações de S. A. R.; em 4 de abril de 1827 achava-me eu em correspondencias verbaes e por escripto relativamente ao não verificado projecto da sua ida ao Brasil; tinha a data de 4 de abril de 1828 a carta em que o visconde de Itabayana me avisou de Londres de estar a verificar-se o complemento da usurpação em Portugal, em consequencia do que parti immediatamente para Inglaterra; em 4 de abril de 1829 assisti na capella da embaixada portugueza naquelle Reino ao Te-Deum que em presença da Senhora D. Maria II fizeram cantar os portugueses e a renovação que fizeram de seus leaes juramentos a S. M. F.; é de notar que dous dias depois deste estavamos eu e o visconde de Itabayana sendo accusados por um ministro de V. M., na Camara dos Deputados, pelos esforços que fizemos para conservar Aquella Senhora a seus subditos e estes á Rainha. Em 4 de abril de 1830 agradeci eu a V. M. a minha nomeação temporaria para a Russia, aonde me levava além do serviço de V. M. o desejo de prestar algum serviço á causa de Sua Augusta primogenita, o que uma phrase do Senhor D..... (20) do Ministerio dos Negocios Estrangeiros parecia indicar; finalmente nas vesperas de 4 de abril de 1831 estou escrevendo a V. M. estas annotações depois de ler os capitulos da accusação outróra intentada, e que vai ser repetida contra o visconde de Itabayana, e na qual eu ainda não sei como nem porque os accusadores me não comprehenderam, visto ter eu sido em tudo e por tudo companheiro daquelle tão leal e maltratado servidor de V. M., e como se não bastára esse tão mal merecido tratamento para me magoar, accresce a isso a sensação que não pode deixar de fazer o doloroso espectaculo que tenho á vista ou no pensamento de tantos portuguêses espalhados por tão differentes partes, todos desamparados, e somente consolados com a sua consciencia e com a idéa de que não podem aguardar um futuro mais triste que o presente estado. A alguns tive eu a fortuna de poder matar-lhes a fome no anno passado, mas neste vejo-me na impossibilidade de o

(20) Indecifravel.

fazer, por isso que sendo hoje o 1º do segundo trimestre ainda não achei quem me quizesse dar algum dinheiro pela lettra, que segundo as ultimas e inexplicaveis ordens que vieram da nossa Côrte e me participou a Legação em Londres, estou autorizado a sacar sobre o Thesouro Publico em tempos tão criticos como este em que os negociantes nem mesmo creem em seus proprios thesouros.

A' vista de tudo isto engrossa-se o coração, e não sabendo como atinei com o que fica escripto, concluo, até porque está quasi acabado o papel, pedindo a Deus queira guardar a V. M., e a V. M. que se apegue a Elle, e faça o que lhe queira inspirar — Este que foi sempre o melhor e é hoje quasi o unico conselheiro sabio e seguro a que podem entregar-se afoutamente os reis. Consola-me entre muitas tristezas a doce esperança de que tanto Aquelle Senhor como V. M. farão o que lhe pedi. Alenta-me entre tantos desenganos a consolação de poder assegurar ser Senhor, de V. M. o mais humilde subdito e o mais fiel creado.

Marquez de Rezende.

Paris, 1 de abril de 1831.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

28 DE ABRIL DE 1831

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Ainda que não tive a honra de receber carta de V. M. I. por nenhum dos dous brigues que a França chegaram da ilha Terceira, e comquanto me pareça, mórmente depois da alegre noticia que hoje recebemos da tomada de Porto Santo, que esta carta já, provavel, não achará a V. M. I. no logar para onde é dirijida, não deixarei, todavia, de aproveitar mais uma occasião de fazer subir a Presença de V. M. I. as sinceras expressões do meu respeitoso carinho.

Sendo certo que, pela Imperatriz e pelo conde de Funchal, será V. M. I. largamente informado, nesta mesma data, de tudo quanto possa interessal-o, a começar pelas boas noticias

da Sua Augusta Familia daqui e do Rio de Janeiro, donde acabamos de ter novas mui faustas (?) de todas as pessoas desta casa e geralmente de todas as pessoas desta Côrte que eram da amizade ou do conhecimento de V. M. I., á excepção de Mr. Périer e do C. d'Agoult, que, posto que livres de perigo, ainda se não acham inteiramente restabelecidos da doença que aqui reinou, e hoje se acha consideravelmente diminuida, pouco me cabe ajuntar ás poucas linhas que já se acham escriptas, até para não cançar mais a attenção de V. M. I., já certamente fatigada com o que imperiosamente exigem as obrigações de sua actual posição.

Ajude Deus, abençoando os esforços de V. M. I., as suas boas intenções, e mui particularmente a de não dar ouvidos a intrigas e de não querer esmerilhar, collocando-se sempre numa região superior a das estalas e não descendo nunca da sua esfera essencialmente imparcial ao circulo em que se debatem os golosos, que só se interessam na gloria dos principes, tanto quanto lhes convém para pilhar alguma golozina. Aquella a que aspiro e sobre a qual felizmente não tenho com quem disputar, reduz-se unicamente a conseguir que V. M. me deixe ficar cá por fora (e já se vê attenta a minha qualidade de estranjeiro a respeito de Portugal) não num posto commodo e brilhante como o que occupei perto de 10 annos no serviço de V. M. I. como soberano do Brasil, mas como simples particular e vivendo parca e modestamente do producto de uma propriedade que meu pai me deixou, caso o meu sobrinho m'a restitua, e na outra hypothese, de uma esmola que já humildemente pedi a V. M. I. Lembrado do pouco que tinha quando, ainda não ha onze annos, V. M. I. em outras circumstancias me fez repentinamente tão feliz, e testemunha das vicissitudes do seculo em que vivemos, pouco partido teria eu tirado destes conhecimentos e dos que aprendi nos livros, que ha pouco fui obrigado a vender, se não sentisse em mim o animo necessario para supportar hoje uma mudança de fortuna (21), mas Paço de soberano ou regente com

(21) Dahi até o fim do periodo falta mais de uma palavra na minuta. Comprehende-se, porém, o pensamento de Resende.

intrigas de tantas côres quantas são as castas de pessoas que nelle servem, e Portugal tal qual o acharia depois de tantas e tão grandes mutações, e já se sabe sem emprego de *qualidade nenhuma* (o que não poderia ter logar, visto ser eu estranjeiro) e sem eu *ter que ir a Portugal*.

O meu officio de camarista de V. M. como o Senhor D. Pedro e não como regente de Portugal (unico logar que não abdiquei) ficará por emquanto honorario até que torne a ser effectivo, quando V. M. I. aqui regressar.

Quanto a patria, por ora sou brasileiro, e continual-o-ei a ser, como V. M. I. até que no Brasil se abrogue o pacto, e se proscreva a dynastia de V. M. I. que jurei; quando isto se fizer deixarei de ser brasileiro, para ser da nação a que V. M. I. pertencer. Aqui está a minha profissão de fé politica presente e futura. Queira V. M. I. aceitar com ella e com as respeitosas homenagens de Almeida os protestos egualmente respeitosos com que tenho a honra de confessar-me, Senhor, de V. M. I., etc., etc.

Do visconde de Itabaina ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Deus não nos deu o poder de *conjurer les orages,* porém deu-nos o poder, e direi mesmo a obrigação de sermos prudentes e leaes; e como a amizade me dá o direito de *porter plainte* queixar-me-ei de V. E. a V. E. mesmo dos factos seguintes: 1°, por me não ter escripto de Cherbourg; 2°, por me não fazer saber a demissão que tomou do cargo de ministro do Brasil em França, e que privando-se do vencimento do quartel, já recebido de julho a setembro, constitue a V. E. na obrigação de repor esse quartel, e a mim, na falta de V. E., na necessidade de pagar a Rothschild a importancia da segunda letra por V. E. sacada sobre o Thesouro do Brasil e por mim garantida ao dito Rothschild, no caso mui provavel de não ter sido ella aceita e paga pelo dito Thesouro; 3°, por me não prevenir da passagem de S. M. por esta cidade, onde eu podia ter tido a honra de fazer-lhe os meus devidos cumprimentos, assim como os mais senhores que aqui se acham.

E esta terceira omissão de V. E. fez nascer em nos a suspeita que mui de proposito se quiz evitar os nossos cumprimentos.

Esta minha franquesa exige reciprocidade da parte de V. E. e quero persuadir-me de que V. E. reparará as faltas que cometteu contra as leis d'amizade, e dir-me-á como pretende arranjar o negocio da segunda letra, no caso em que venha recambiada.

Desejaria tambem saber se S. M. regressa por esta cidade e quando; porque o estado da minha bolsa não me permitte na quadra actual fazer despesas com viagens, e por este motivo estou resolvido a fixar aqui a minha residencia, como sempre desejei, pela vantagem de conciliar a barateza com a tranquillidade. Retirado, pois, do mundo e livre das suas quimeras, tratarei de viver honestamente, se não se exhaurirem de todo esses poucos meios que me restam.

Queira V. E. fazer chegar a seu alto Destino a inclusa carta, que veiu aqui ter para esse fim, e maior será o favor de V. E. apresentar a S. M. os protestos do meu acatamento e gratidão, no caso de persuadir-se de que Elle se dignará de benignamente aceital-os. Aqui fico ás suas ordens. De V. E. amigo e fiél creado.

Visconde de Itabayana.

Boulogne, 30 de junho de 1831.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Começando, como de razão, por agradecer a carta tão amigavel com que V. M. se dignou honrar-me de Nantes em 30 do mez proximo passado, pede tambem a razão que eu me desculpe de não ter sido o primeiro em abrir esta nossa nova correspondencia, pelo motivo, ainda mal assaz justificado de ter continuado a padecer de rheumatismo, que agora me tem atacado o braço e uma parte da mão direita, fazendo em tal caso o que só podia fazer, que era pedir a Saudosissima Imperatriz que me fizesse a honra de em todas as suas amiudadas cartas, me pôr aos pés de V. M. I. Muita e muita

satisfação me tem dado, logo após as noticias da boa saude de V. M. I., as novas, que aqui, não só particular, mas geralmente têm corrido, da estupenda recepção que todos e em todas as partes têm (se bem que justamente) feito a V. M.; tanto é bom para a alma e para o corpo o guardar cada um a *sua posição,* que é como V. M. I. sabe o meu estribilho, e a proposito deste, lembra-me logo o outro da vantagem de marchar sempre debaixo de um systhema.

Tambem me causou muito prazer o saber que V. M. I. se ha dignado approvar a idéa (que, aliás, não ouviu de primeira mão de mim) de se supprimir no manifesto a menção, que ali fazia-se, entre outras cousas que eu lembrei, do protesto feito em Londres, pouco depois do dos ministros de V. M. I., por alguns portuguezes, visto que quasi todos os que assignavam este ultimo são, como já eram, os mais refinados Saldanhistas: não se podendo applicar em tal caso a regra do «quod abundat non nocet».

Tambem estimei muito que V. M. I. resolvesse, como tão acertadamente fez, que seja o auctorizado, experimentado e prudente conselheiro portuguez o conde de Funchal, quem faça entrega das cartas de V. M. I. aos competentes embaixadores; achando eu até que deve ser elle quem entregue a carta que V. M. I. me mandou remetter.

Aqui vão continuando a dizer despropositos os membros da opposição, e até governo, e os da opposição ao governo de V. M., que são, já se sabe, meia duzia de Miguelistas e meia duzia de Saldanhistas, que fazem doze tolos.

Eu e a boa baroneza de Stuvendder (?) beijamos mentalmente as Augustas Mãos de V. M. I., tendo eu a honra de assignar-me, Senhor, de V. M. I. o mais humilde subdito e mui fiel creado.

Rezende.

2 de fevereiro de 1832.

Do visconde de Itabaina ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Bem que a carta de V. E. em data de 6 do corrente contenha uma resposta negativa ás que tive ultimamente a honra

de escrever-lhe, causou-me todavia prazer; porque a par da grata noticia das suas melhoras, trouxe-me tantas asseverações sobre as disposições beneficas de S. M. e dos membros do seu conselho para comigo, que não posso deixar de ficar agradecido para com os mesmos que não annuiram ao meu pedido, que não era, como elles entenderam, de que S. M. approvasse as minhas contas (pois que eu nenhumas sommas despendi por conta da Rainha), e sim de que ratificasse como tutor de S. M. F. o recibo passado pelo Exmo. marquêz de Palmella. E como V. E. me convida a propor um outro arbitrio de mais facil execução, proporei o de mandar á Regencia da Terceira declarar a Regencia do Brasil que ella reconhece como um pagamento real tanto a somma de £ 103.769-16-9, paga por mim ao dito marquez no anno de 1828, com dedução da quantia em Piastas, (?) pertencente a embaixada da Rainha, que o governo do Brasil recebeu do commandante da fragata brasileira *Isabel,* como a entrega das apolices portuguezas no valor nominal de £ 25.000 que o dito marquez recebeu do mesmo visconde para haverem de ser amortizadas. Uma tal declaração não implica coisa alguma, e poderá ser feita pelo agente da Regencia residente no Rio. Se nisto concordar V. E., sirva-se de transmittir quanto antes esta idéa, para a Terceira. Acabo de ler o manifesto publicado por S. M. que me agradou sobremaneira, tanto por estar mui bem redijido como por ver que nelle se allegaram os nossos dous protestos, isto é, aquellas mesmas peças, pelas quaes nos ambos fomos desapprovados por José Clemente ante a Camara dos Deputados, eu ameaçado de uma acusação pelo marquez de Aracaty e com o consentimento de S. M. Mui burlesco é o papel que representamos neste mundo: e muito desejo que não seja tal o que agora se vai representar na Terceira e em Portugal. Aqui tem a Rainha muitos partidistas entre naturaes e estranjeiros desta cidade; todos têm os olhos fitos sobre a esteira que vão abrindo no oceano os baixeis partidos de Belle-isle.

Pela primeira vez depois dos desastres do mez de abril de 1831, falarei a V. E. dos negocios do Brasil, e dir-lhe-ei que pois a Camara ha proclamado já o fatal *projecto da federação*; e esta idéa é em grande parte orijinada do que es-

creveu o Exmo Silvestre Pinheiro, mui bom seria que elle em um escripto seu a combatesse agora, *que a crê contraria aos interesses daquella monarquia*; e o sei com certeza. Veja V. E. se pode sugerir esta idéa, na persuasão de que mui bom effeito faria no Brasil a aparição de um tal escripto, em que elle aclarasse o que disse a tal respeito no seu curso de Direito Constitucional. Faça-me o favor de restituir-me a copia do recibo passado por S^nr. Palmella. Muito desejo avistar-me com V. Ex., e emquanto não posso ter este prazer, continue a ter as melhoras que lhe apetece o de V. E. amigo firme e mui fiel.

Itabayana.

P. S.—Aceite V. E. cumprimentos do Pedra Branca e Mlle.

Boulogne, em 11 de fevereiro de 1832.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Teria vergonha de responder tão tarde á segunda carta com que V. M. I. se dignou honrar-me, depois da sua partida de Paris e antes de sair de Belisle, se não achasse uma (ainda mal) mui bem fundada desculpa na prolongação do rheumatismo que comecei a soffrer nos primeiros dias de dezembro do anno passado.

Dou e peço a V. M. I. os parabens da sua prospera viagem e chegada á Terceira, desejando e esperando que a Fortuna se continue a mostrar tão boa, ou ainda melhor, em tudo o mais que se seguir depois deste primeiro e importante passo.

De casa não dou mais detalhadamente as boas noticias que se offerecem, porque a Imperatriz o faz com a sua costumada e carinhosa miudeza; abstendo-me tambem de dar noticias politicas, porque as verdadeiras vão, como devem ir, pelo conde de Funchal, e nas gazetas ha muito mais e muito melhores pêtas do que as que eu poderia inventar para divertir a imaginação de V. M. I. Passarei, portanto, a offerecer mui humildemente a V. M. I. umas rabiscas que compuz e acabo

de publicar com o titulo «Esclarecimentos historicos sobre as minhas negociações relativas aos negocios de Portugal desde o fallecimento do Senhor Rei D. João 6º, Augusto Pai de V. M. I., até a minha chegada em França em 1829». Contém elles a verdade, mas não toda a verdade, pela razão de que só se deve dizer o que serve, e porque, segundo o que diz o padre Braz — nem tudo a todos se diz.

Esta obrinha, que primeiro me foi pedida por Mendizabal, sendo-me depois representado pelo conde de Funchal como uma cousa util nas actuaes circumstancias, devia primeiro ser baptisada com o nome de carta dirijida a Lord Holland, mas em ordem a se evitarem certos inconvenientes, saiu com o nome que leva. Por agora não sei, porque não ha tempo de saber, senão a boa impressão que este papel fez no animo da Imperatriz, do marquez de Beauharnais, do conde de Funchal, de messieurs Dupin e Bignon que tiveram o trabalho de me ajudar neste trabalho, que estimarei ao menos não desagrade a V. M. I. A cousa, porém, sempre me ha de custar alguma carta anonyma, algum artigosinho de gazeta, talvez alguma memoria e, até, pode ser alguma intrigasinha, porque emfim agora está-se aqui sem fazer nada á espera da primavera e da entrada de V. M. I. em Portugal, e quem é activo não pode estar com uma mão em cima da outra; a nada responderei, e até lerei, se me fôr possivel, porque me parece ter conseguido o fim a que me propuz, que foi mostrar que V. M. I. não é revolucionario, nem usurpador, nem outra cousa senão o que é e convém que todos o saibam, isto é, um liberal moderado e o homem desgraçadamente mais franco e mais desinteressado que talvez hoje exista neste mundo. Tambem quiz provar, entre mil barretadas, que a Austria e, sem cortezia, que Lord Wellington e Lord Aberdeen abusavam da boa fé de V. M. I., e que a maldita Hespanha foi, como sempre, uma grandississima velhaca e o Senhor Infante D. Miguel o grosseirissimo instrumento de que ella se serviu.

Só me resta campo para dizer que sou o reverentemente de V. M. I. o mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Paris, em 3 de março de 1832.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Pelo navio «Maria», que partiu de S. Miguel pouco depois de ter V. M. I. desembarcado naquella ilha, recebeu a Imperatriz aquella tão feliz noticia que desassombrando-nos do cuidado que já começava a dar-nos a tardança de noticias directas de V. M. I., duplicou o nosso jubilo pela narração que a carta de V. M. I. contém da maneira por que ali foi recebido; e ainda bem não tinhamos tomado todo o gosto a tão excellentes noticias, quando recebemos a da chegada a Inglaterra do navio «Athalante», que comquanto não trouxesse carta de V. M. I. foi, todavia portador da grata certeza de haver V. M. I. chegado no dia 3 do corrente á Terceira entre aclamações que rivalizavam com as da ilha de S. Miguel.

Os vivas a Rainha que V. M. I. deu em resposta aos vivas a el-rei, sendo mais uma prova do seu desinteresse, provaram-me tambem quanto V. M. está bem assente na sua posição. Bem creio eu que V. M. I. não estará menos firme na execução da outra condição do bom successo da sua empreza, que é a persistencia em um systhema de operações tanto politicas como militares, systhema que desde já (salvas certas combinações dependentes de futuras circumstancias) não deve ter por méta o seu desembarque em Portugal. Para tentar, e cuido para poder effeituar, esta primeira parte da sua empreza tem V. M. I. no que de presente está á sua disposição quanto basta, e certamente quanto pode obter para realizal-a. Inglaterra já mandou os seus vazos para o Tejo, sem duvida com boas instrucções aos commandantes e ao seu consulado em Lisboa, que era o que tinha ainda a fazer, sem claramente violar o principio da não interferencia, em que está firme o seu primeiro ministro e consequentemente todos os outros. França cada vez mais atrapalhada em negocios internos e externos não nos pode, além de algumas ameaças a Hespanha, fazer de presente mais do que já fez. Da Russia alcançámos o mais que se podia esperar na certeza, que agora recebemos, de se conservar nos mesmos

principios em que eu deixei o Imperador Nicoláu, e com a declaração que além disso acaba de fazer; nem a Austria nem a Prussia se hão de certamente querer explicar o mais levemente a favor de V. M. I. antes de terem toda a certeza que humanamente pode haver de ter caido por terra o Senhor Infante: o Santo Padre no seu commercio de breves de marca guia-se absolutamente pelos mesmos principios de respeito ao facto, que regem a politica mercantil dos Estados Unidos; finalmente a Hespanha, quasi tão doente como o Senhor Infante, não arreda pé de S. A. antes de o levar comsigo á sepultura.

Não tem, portanto, V. M. a esperar senão pela reunião de todo o intellectual e material da expedição e pela chegada do vento de servir para pôr a prôa da sua fragata e as dos outros vasos para a ilha da Madeira (se acaso se julgar que convem levar esses paus (?) de caminho ou não deixar esse ponto miguelista no oceano) ou para Portugal, onde os animos parecem estar na melhor disposição, sobretudo a serem certas as noticias, que hoje correm, de terem declarado os chefes miguelistas que não respondiam pela conducta dos corpos do seu commando tão depressa chegasse a expedição: alem de que o Senhor Infante vive em Çamora e mandou marcar toda a prata com as armas do Infantado, o que quer dizer que se prepara para fugir com os roubos que pode levar comsigo.

Apenas me resta tempo para pôr aos pés de V. M. I. as homenagens da baroneza de Sturmepeder (?) e do Almeida, bem como as deste que tem a honra de ser de V. M., etc, etc.

MR.

P.S.—Fechada que seja esta carta e entregue que seja á Imperatriz vou, como faço todos os dias, beijar as mãos e regalar-me de ver a Senhora Princeza D. Maria Amelia, que está lindissima e já mais forte do que eu.

Paris, em 23 de março de 1832.

Do marquez de Resende ao ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Ainda que eu de mim para mim estou intimamente convencido que esta carta já não achará a V. M. I. na ilha Terceira, cedo, todavia ao convite que a Imperatriz teve a bondade de fazer-me de escrever eu esta carta que vae dentro da de S. M. I.

Começarei por dizer que aqui nesta casa felizmente só se sabe da cholera-morbus de Pariz pelas gazetas, e que todos continuamos a passar, graças a Deus, com a melhor saude. Direi depois que o mesmo succede, graças ao mesmo Senhor, a todas quantas pessoas que V. M. I. aqui conheceu, exceptuando monsieur Périer, que tendo sido atacado de molestia, que ainda se não sabe qual é, está já livre de todo o cuidado e brevemente tornará a pegar na pasta. Continuando a referir-me, pelo que toca a noticias, ao que a tal respeito escreve o conde de Funchal, somente observarei que a serem certas, como tudo faz crer que o são as noticias, que aqui se acabam de receber de Lisboa, de se conservarem firmes os principaes negociantes daquella praça em não contribuir para o emprestimo forçado (a ponto de ter o barão de Quintela sido exautorado de todas as suas honras por ser um dos teimosos) e de terem o visconde de Barbacena e os seus irmãos Affonso Furtado, e Luiz de Paula, ministro da Justiça, pedido e obtido a sua demissão, em consequencia de estar o filho de Genoveva Luiz da Rocha dando planos de campanha e passando ordens aos regimentos, deve desde já dar-se o Senhor Infante infallivel, irremessivel e irremediavelmente por terra. Falta, portanto, somente para gloria de V. M. I. e fortuna de tanta gente, que V. M. I. appareça em Portugal do mesmo modo que o seu Avô Paterno o Senhor Rei D. João IV e seu Avô Materno o Senhor Rei Henri IV de França appareceram um em Lisboa e outro nesta cidade de Pariz, isto é, como um verdadeiro e completo restaurador e anjo da paz. « Que bello papel pode fazer o vosso Amo », disse-me pela segunda vez M^r^. de Chateaubriand, quando outro dia lhe fui levar um exemplar da minha Memoria, e eu repliquei: « Que bello papel *ha de* certa-

mente fazer meu Amo!». E em verdade cuido bem que V. M. I. por conveniencia, por honra, por capricho e até para nobremente se vingar dos seus inimigos ha de pôr todo o escrupulo e todo o esmero em tudo o que fizer, afim de alcançar o logar de heroe, que está actualmente vago, e perdida esta occasião V. M. I. nunca mais o poderá pilhar.

Eu aqui vou contando os dias e as horas que se pode suppôr que faltam para recebermos a noticia, que não sei se me matará de gosto, da entrada triumphal de V. M. em Portugal.

Entretanto dou os parabens a V. M. I. dos annos da Sua Augusta Primogenita e da Senhora Princeza D. Januaria, dos quaes não tinha ainda feito communicação, e ponho-me e ponho aos pés de V. M. I. a baroneza Sturmpeder e Almeida Verissimo, tendo a honra de confessar-me, Senhor, etc, etc.

9 de abril de 1832.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Recebi com o costumado prazer as linhas com que V. M. I. se dignou honrar-me na carta que o Candido me escreveu em 8 de março, causando-me, como tambem era natural, muita satisfação a boa recepção que a V. M. I. se fez, como era tambem de suppor, nas ilhas S. Miguel e Terceira. Tão bom começo e as outras não menos favoraveis circumstancias occorrentes de que V. M. I. já tem noticia e das que novamente será exacta e miudamente informado pela Imperatriz e pelos seus ministros na Europa, dão a mais bem fundada e doce esperança de que V. M. I. terá brevemente a satisfação de ver coroado com o mais prospero successo os heroicos e generosos esforços que tem feito e está fazendo a bem da justa causa em que se acha empenhado.

Sendo summamente grande o prazer que tive em saber que a saude de V. M. I. não tem soffrido a menor alteração, não tenho menos gosto em annunciar a V. M. I. que a Imperatriz, a Rainha e a Senhora princeza D. Amelia que vai linda e victoriosamente desenvolvendo-se, passam optima-

mente, o que tambeem succede a todas as pessoas desta casa e as que nesta terra tem a honra de serem conhecidas de V. M. I., salvo o conde de Funchal, cuja molestia dava hoje menos cuidado do que deu, e não tem a menor correlação com a cholera-morbus, que vai successivamente diminuindo, como V. M. I. verá dos boletins transcriptos nas gazetas. Tambem me devo contemplar na excepção, que foi do conde de Funchal, porque se bem que tenha escapado como os outros á cholera-morbus, tenho como elle soffrido, e não pouco, da minha molestia habitual de rheumatismo, que um inverno humido e aturado augmentou, e de que só posso esperar curar-me no proximo futuro verão, fazendo (como desgraçadamente não pude fazer nos seis verões passados) o uso que os doutores Malpati em Vienna, Pallota em Liorne, Gomes e Babington em Londres, Tavares, Orfila e Koreff em Paris me aconselharam, em diversos tempos, que fizesse de aguas thermaes menos fortes que as das Caldas da Rainha e as de S. Pedro do Sul em Portugal, e as de Carlsbad na Bohemia, parecendo as de Wiesbaden ou de Ems junto ao Rheno as mais bem indicadas para a minha molestia e temperamento. Não podendo sem grave e talvez total prejuizo da minha saude deixar de emprehender neste anno um tal curativo e prevalecendo-me da licença que V. M. I. tão benignamente me deu, conto pôr-me na estrada de Ems logo que a Imperatriz e a Rainha se ponham em caminho para Portugal.

Beijo entretanto as Augustas Mãos de V. M. I. com o respeitoso amor de quem tem a honra de ser, Senhor, de V. M. I. o mais humilde e mui fiél creado

M. de Rezende.

Paris, em 15 de abril de 1832.

Do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana (Minuta incompleta)

Pariz em 4 de maio de 1832.

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Aproveito a boa occasião que me offerece a partida de um portador seguro para escrever a V. E. com a maior franqueza sobre assumpto assás importante, e em que V. E. me

tocou na ultima carta que me fez a honra de escrever-me. Pediu-me V. E. que tratasse de obter de Silvestre Pinheiro, que por escripto desfizesse a má impressão que no Brasil havia feito certa passagem de uma das suas obras, que parecia favoravel aos insensatos e fataes projectos de federalismo, que, por desgraça, hão seduzido muitos dos nossos compatriotas, e que, a realizarem-se, acabarão por uma vez com esse Imperio do Brasil, a quem fizemos tantos serviços, e que considero na borda do maior precipicio e a ponto de correr parelhas com as antigas colonias hespanholas em sua velocidade para o abismo. Ora independentemente de que Silvestre Pinheiro, com quem tenho pouquissimas relações, é, na minha opinião, um homem mimiamente sisthematico, doutrinario, e assás provido de amor proprio para se poder esperar que voltará atraz ou dará uma melhor explicação do seu dito, acha-se elle agora de mais a mais doente de um achaque que o tomou ha mais de um mez, e que, segundo ouvi, lhe não tem permittido retocar uma obra de circumstancia, que já ha muito tempo se espera; devendo eu acrescentar sobre todas estas explicações, que, ainda quando a anterior produção daquelle metaphisico politico fosse o thema dos pregadores do federalismo, nenhum comentario ou explicação que seu mesmo auctor agora fizesse áquella gloza, poderia dissuadir aquelles homens dos seus malvados intentos. Falemos claro: eu não sei, se, no ponto a que as cousas desgraçadamente chegarm no Brasil se pode razoavelmente esperar que haja um remedio que possa curar tão grave enfermidade, mas o que me atrevo a assegurar é que se o ha, não pode, cá de telhas abaixo, ser outro senão o regresso do *Defensor Perpetuo do Brasil áquelle Imperio*. Para isto acontecer são precisas duas premissas, a saber: 1ª que Elle Defensor tenha uma tão grande dose de paixão pelo Brasil, que apesar de tudo o que tem havido, se anime a ali voltar; 2ª que o Brasil tenha uma tão grande dose de bom senso e de amor da sua conservação, que, antes de ir ao fundo, lance mão daquella unica taboa de salvação. De que poderia ainda dar-se a primeira daquellas duas premissas, não me é licito a mim duvidar um só instante; assim como não menos ingenuamente confesso, que duvido muito que pudesse dar-se

a segunda. É na verdade que muito que o Senhor D. Pedro 1º, que ainda hoje se considera brasileiro, e que está determinado a não deixar de o ser, salvo unicamente o caso de se destruir a forma de governo ou a dinastia que estabeleceu no Brasil, se decidisse a regressar áquelle Imperio na sua precitada qualidade de seu Defensor Perpetuo, e para, pela segunda vez, o livrar dos horrores da anarquia, quando o Mesmo Senhor D. Pedro não duvidou ir com o titulo do seu morgado da Casa de Bragança em soccorro dos portuguezes opprimidos? Que muito que quem está, talvez á hora em que isto escrevo, afrontando os maiores perigos par valer aos subditos de uma filha, fosse não menos generosamente e muito mais competentemente valer aos subditos de um filho, com quem tambem está ligado pelos laços que resultam da sua imprescriptivel qualidade de tutor natural e, além disso, pelos vinculos da nacionalidade? Que muito, emfim, que o Senhor D. Pedro 1º que da ilha Terceira, a 25 do mez passado, que, não se passa...

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

As apparições do veneravel conde do Funchal e do estimavel cavalheiro da Cunha neste nosso retiro causaram-me grande prazer, tanto pela satisfação que tive de ver duas pessoas que muito prézo, como pelo que ambos me disseram sobre o estado de saude de V. E., cujo nome é muitas vezes declinado neste cenobio. Senti ver que o S^nr^. Funchal se tem resentido dos desgostos que ha soffrido nestes ultimos tempos; mas a sua mente, resistindo á influencia do seu physico, conserva o seu natural vigor e o torna mui proprio para as funcções que vai exercer em Londres. Foi tão curto o tempo que elle se demorou neste porto, que pouco pude conversar com elle sobre o importante objecto da sua missão; bastou, porém, vel-o em viajem para Londres para bem augurar do exito della. Infelizmente a noticia que hontem se espalhou aqui de uma total mudança no ministerio britannico começa a inquietar-me, pelos prejuizos que essa mudança poderá causar aos interesses da Rainha no momento actual. Este desagradavel incidente faz-me desejar a maior celeridade na partida da expedição; e queira Deus que ella se verifique entre

os dias 10 e 20 deste mez, como dizem os jornaes. A Rainha tem muitos partidistas entre os habitantes desta cidade e os estranjeiros nella residentes; e uma senhora ingleza, Lady Pechel, que esteve em Portugal, deseja tanto haver para o seu album as assignaturas da Rainha e do Imperador, que não posso deixar de rogar a V. E. o favor de me enviar algum papel em que haja letras da Mesma Senhora e de Seu Augusto Pai. Li com muito prazer a brochura que V. E. publicou sobre a chamada questão portugueza, e achei-a escripta com muita decencia e fidelidade. Em particular, hei tambem escripto alguma cousa que tem connexão com o mesmo objecto: tracei um plano para o fim de effeituar-se, de uma maneira commoda para as partes interessadas, Portugal, Brasil e o publico inglez, o pagamento dos dividendos suspendidos do emprestimo portuguez; e esse plano enviei por via de Londres ao Exmo. marquez de Palmella. Esse pagamento não será feito em totalidade, mas gradualmente, por meio de uma de £ 2-0-1, que cada uma das apolices circulantes vencerá sobre cada £ 100 do 1° de dezembro deste anno e durante os 20 annos restantes para a cabal amortização do emprestimo. A dita quantia de £ 2-0-1 representa o juro de 5 % sobre o montante dos dividendos devidos e $3\frac{2}{100}$ %, que é o fundo annual preciso para a sua amortização ao par no prazo de 20 annos. Adoptado este plano, terá o Brasil que desembolsar annualmente £ 20-0-60, e Portugal £ 6-0-18. O total destas sommas £ 26-0-78 divididos por 13,000 apolices de £ 100, dá no quociente a dita annuidade de £ 2-0-1; e pelo facto desta annuidade annexa ou, para melhor dizer, imposta nas apolices, deverão ellas soffrer uma grande alta no seu preço. Basta sobre este assumpto.

O Cunha disse-me que V. E. estava para expedir-me uma longa carta: estou soffrego pelo recebimento della, assim como pela restauração da auctoridade da Rainha em Portugal, para que possámos de cá por escóras ao trono do Senhor D. Pedro 2° A apathia dos proprietarios brasileiros começa a diminuir, e é mister tirar-se partido desta circumstancia. Mui desvanecido fiquei com a certeza que me deu o Cunha de que os senhores que formam a Côrte de S. M. a Rainha

Fidelissima me fazem o favor de lembrar-se ainda de mim: queira V. E. gratificar-lhes de minha parte este favor.

Creia V. E. firmemente nos sentimentos do de V. E. amigo certo e fiel

Itabayana.

P. S.—O cholera ainda aqui dura.

Boulogne, em 11 de maio de 1832.

Minuta (incompleta) de carta do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana

Pariz, 14 de maio de 1832.

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Recebi hontem com o maior prazer a carta que V. E. me fez a honra de escrever-me em 11 do corrente, que confirma o que o D^r^. Montalegre me havia dito da satisfação que a V. E. causou a apparição do veneravel conde de Funchal nesse retiro, e o favor que nelle se me faz de se lembrarem de mim os seus amaveis habitadores, cujo numero se acha augmentado com a chegada do cavalheiro da Cunha. Sendo bem de esperar que V. E. achasse grande differença no phisico e nenhuma no intellectual daquelle decáno da diplomacia portugueza; tambem me não admira que V. E. se intimidasse com o boato da noticia, que hoje se acha confirmada, da demissão do ministerio Grey, bem que eu me persuada que qualquer que seja o resultado desse grande incidente politico, elle não poderá, todavia, impedir que tenha effeito a expedição (que a esta hora deve ter saído da Terceira), ainda quando esse resultado for de natureza a influir mais tarde desfavoravelmente nos negocios de Portugal. Não me descuidarei em solicitar, e, deferida que seja a pretenção, em remetter a V. E. as assignaturas em que me fala para adornarem o album de Lady Tuhocl (?).

Lisonjeando-me sobremaneira a honrosa menção que V. E. teve a bondade de fazer da minha brochura, nem por isso deixo de recêar a justa censura, que ainda mesmo um leitor tão benevolo como V. E. havia e devia fazer dos muitos e graves defeitos que nella a cada passo se encontram, não

sendo um dos menos perceptiveis a falta de cumprimento, que no fim della se dá, ao que se prometeu no principio, sendo conseguintemente mui visivel o corte que lhe dei, por um excesso de melindre, apesar de Mr. Bignon a isso se oppor, dizendo-me que a parte que cortei era a que lhe parecia mais interessante e mais bem trabalhada. Maior e melhor trabalho é sem duvida o que V. E. emprehendeu esboçando o seu plano de pagamento dos dividendos suspendidos do emprestimo portuguez, de maneira a poder effeituar-se com vantagem de todas as partes interessadas. Saíndo deste interessante assumpto diz-me V. E. que está sofrego pelo recebimento de uma longa carta que o Cunha lhe revelou que eu contava escrever a V. E.; e as suas duas seguintes phrases — assim como pela restauração da auctoridade da Rainha em Portugal, para que possamos de cá por escóras ao throno do Senhor D. Pedro 2º.... A apathia dos proprietarios brasileiros começa a diminuir e é mistér tirar partido desta circumstancia..., ao mesmo passo que me revela que V. E. atinou com o objecto daquella longa carta, explicando-me tambem e conjunctamente o motivo da sua *soffreguidão* em a receber, recorda-me a carta que V. E. em 4 de abril de 1828 me escreveu a Vienna, desafiando-me a sair com V. E. á campo para defendermos uma tambem sagrada e periclitante causa. E' certo que, de telhas abaixo, é áquella nossa cavalheiresca empreza que a legitima soberana de Portugal e seus subditos fiéis devem o venturoso porvir que gozarão, mas questão a parte da ingratidão com que se nos pagou e dos males, que, sem o querermos, por essa causa acarretamos, talvez, á nossa patria, pergunto eu, e tornarei mais uma vez a perguntar a mim mesmo, poderemos nós contar no que a bem daquela patria fizermos com uma tal qual sincera cooperação não digo de todos os nossos patricios (grande parte dos quaes não sabem, nem talvez hajam nunca de saber o que mais lhes convem) mas ao menos de todos os nossos compatriotas que estão na primeira linha da civilização? Não espero pela resposta, que ainda me não sei dar a uma tão importante pergunta, para desde já segurar a V. E. debaixo de juramento em presença da divindade e sobre a minha palavra de honra, que tanto o Imperador D. Pedro 1º e a Imperatriz, Sua Augusta

Esposa, como eu, não temos jamais cessado de ser bem cordealmente brasileiros; e que estamos todos com a mesma prompta vontade dispostos a fazer todos quantos sacrificios, razoavelmente falando, pudermos fazer para evitar e, se for preciso, combater, com os mais efficazes e poderosos remedios, o mal que ameaça de assolar o Brasil. Passo depois a offerecer a V. E. as garantias que a tal respeito fornece a conducta de cada uma destas tres pessoas. O Imperador Senhor D. Pedro 1º que com a abdicação que fez da Corôa do Brasil não largou nem perdeu o titulo de Defensor Perpetuo do Brasil, que conservou como diviza no seu escudo d'armas como duque de Bragança, titulo este que hoje é, como V. E. muitas vezes me observou, mais brasileiro do que portuguez; é tambem como Pai do Imperador o Senhor D. Pedro 2º e de Suas Augustas Irmans, residentes no Brasil, o seu tutor e curador natural, não sendo nem podendo considerar-se em Direito José Bonifacio de Andrada senão como pro-tutor delegado d'Aquelle a quem a Natureza e a Lei sabiamente confiaram tão importantes funcções.

Taes são os predicados do Meu Augusto Amo em presença dos grandes acontecimentos que já começam a observarse em algumas partes do Brasil e que dentro em poucos mezes provavelmente se estenderão a todas as suas provincias. Vamos agora, e depois de estabelecermos os seus predicados, examinar de um golpe de vista a conducta d'Aquelle que delles se acha incontestavelmente revestido. Deixando aquella parte que todos sabem e que com honra sua e do Brasil se acha intimamente ligada com a fundação e primeira edade da nossa independencia politica e das liberdades legaes do nosso paiz, fazendo abstração das melancolicas considerações a que dá logar o paralelo das duas épocas mais notaveis da nossa ainda pouco volumosa historia: a saber, da de 9 de janeiro em que o Senhor D. Pedro 1º disse — Eu fico — e da de 7 de abril em que disse — Eu parto — dos sacrificios que pessoalmente fez assim para ficar, como para partir, sem futuro risonho, de um paiz, onde 23 annos antes tinha entrado, posto que tambem de tristes auspicios, cheio de tantas e tão majestosas esperanças; a sua conducta depois do seu desembarque em Cherbourg apresenta o seguinte resultado: 1º que se o

seu vulto e a sua conversação familiar têm patenteado a tristeza do seu coração, sempre puro e ingenuo, as suas expressões para com os estranjeiros acerca dos successos do Brasil faziam o mais perfeito contraste com as invectivas

Do marquez de Resende a José Bonifacio de Andrada e Silva

Pariz, 16 de maio de 1832.

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Depois da carta que em 1830 tive a honra de escrever a V. E. (e de que não tive a fortuna de ter resposta) chamando toda a sua séria attenção sobre acontecimentos então occorrentes, que me pareciam de natureza a acarretar, como infelizmente aconteceu, para a nossa desgraçada patria uma somma de males gravissimos e incalculaveis, que, nem a minha previdencia nem a de outros compatriotas não menos zelosos da honra e fortuna do Senhor D. Pedro 1º e do Imperio do Brasil, soubemos ou podemos utilmente prevenir, não é de admirar que, os dissabores e tudo o mais que necessariamente resultou da nossa posição particular, pondo-me, sem comtudo cessar um instante de ser brasileiro, fora da esfera de actividade dos negocios, e limitando-me a observar attentamente a marcha dos successos, suspendesse prudentemente, não digo os meus desejos de fazer o bem que pudesse ao nosso paiz, mas todas e quaesquer diligencias tendentes a esse fim; para mais opportunamente as tentar, quando o peso natural das cousas fazendo nas cabeças dos homens a impressão que era facil prever, trouxesse o momento em que a acção dos verdadeiros amigos da patria pode dar um salutar e benefico impulso aos seus concidadãos. Parecendo-me agora (a conterem verdade e se bem sei ler as diversas folhas e as cartas que em minhas mãos tem caído, vindas dessa Côrte) que havendo já passado o primeiro tempo de delirio da revolução que ahi *infelizmente* teve logar, como *officialmente* o escrevi a Francisco Carneiro de Campos, *unicamente* por incuria daquelle ex-ministro, que pago para antever e evitar males *inteiramente* forjados por *causas e pessoas estrangeiras,* algumas das quaes *lá mesmo,* como aqui se estão gabando, tramaram, para a utilidade sua e damno nosso (ainda sem contar com a completa verificação

de todos os seus nefandos projectos) uma revolução, que elle, Carneiro, nem previu nem preveniu, de cujos fins o Senhor D. Pedro 1º somente aqui soube com espanto e com horror, e que quando o Brasil os vier, como ha de vir a saber um dia, se encherá da maior indignação; é hoje licito, senão ainda confiadamente esperar que o Brasil se cure de tão venenosas feridas, pelo menos administrar-lhes os antidotos, que em tal caso podem ser applicaveis, penso eu, pelo conhecimento que tenho do zelo de V. E., e que V. E. tem do meu, conhecimento reciproca e sobejamente provado numa crise não menos transcendente para o Brasil, não somente me põe no caso, mas pela nossa nacionalidade e posição respectiva me impõe o rigoroso dever de declarar a V. E., como começo desta correspondencia, que estou determinado a abrir com V. E. pelo intermedio de um mui verdadeiro, honrado, benemerito e intelligente brasileiro, a declaração de que o Senhor D. Pedro 1º, Sua Augusta Consorte, Meus Augustos Amos, e eu, seu fiél creado e amigo, não tendo jamais cessado de ser bons brasileiros, estamos todos dispostos a fazer todos e quantos serviços e, até, sacrificios, se exigirem razoavelmente falando e em termos habeis se exigirem daquellas sobreditas duas augustas personagens e de mim, pelo maior bem da maior parte dos nossos concidadãos brasileiros: o que a V. E. assim faço constar, não só para que o saiba, e disto faça o uso que prudente e convenientemente julgar, mas, e mui especialmente, com o fim de desmentir cartas que em sentido contrario agora daqui possam ter sido escriptas para essa Côrte, em sentido contrario ao desta minha carta.

Concluo pedindo a V. E. o favor de recommendar-me aos seus dous irmãos, rogando-lhes queiram haver esta carta como escripta a cada um delles em particular, e protestando-me de V. E.

Fiél e antigo amigo respeitador e obrigado

Marquez de Rezende.

Illmo. e Exmo. S^nr^. José Bonifacio de Andrada e Silva.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Ainda que todos os calculos dêm a V. M. I. já muito aquem de S. Miguel, não deixo de aventurar esta cartinha ao barco de vapor, que para aquella ilha vai partir de um dos portos de Inglaterra, carregado somente de grandes e terminantissimas insistencias sobre a promptissima saida da expedição para a costa de Portugal. A' vista de tantas e tão grandes auctoridades, como as que neste momento e para tal fim se dirijem a V. M. I. por tantos e tão justificados motivos, como os que elles allegam, eu que, por uma parte, já não sou nem um átomo em diplomacia, e que por outro lado não tenho de longo tempo cessado de fazer o mesmo requerimento, mal posso accrescentar hoje ao que já disse, outra cousa que não seja que se V. M. I. não passa já para Portugal, eu parto sem demora para o outro a queixar-me de V. M. I. ao Padre Eterno. Sabendo que houve quem, já ha mais tempo, escrevesse de Lisboa para Londres e para aqui, que o Senhor Infante D. Miguel, já tão sobrecarregado de crimes, perpetrára o de aliciar pessoa ou pessoas para attentarem contra a vida de V. M. I., constando-me juntamente que de Londres e daqui se tinha feito esta participação a V. M. I., ouvindo agora que tornaria a ser questão em Portugal do mesmo gravissimo attentado, eu comquanto egualmente saiba que a dita nova tentativa (a que, segundo se diz, parece que não quiz acquiescer a pessoa que para ella foi convidada), se faz agora menção para a ilha de S. Miguel, julgo do meu rigoroso dever de creado e amigo de V. M. I. repetir-lhe os conselhos que já aqui lhe dei; de não se intimidar e muito menos fazer o papel de medrozo, mas de prudentemente evitar toda e qualquer occasião de se pôr no caso de ser victima de um assassino, por isso que do contrario só poderia seguir bem aos malvados e mal aos bons, não podendo a memoria de V. M. I. em tão nefando caso esperar dos meus co-sacrificados bons senão lagrimas e pragas (umas e outras justissimas) visto que é tão natural chorar o amigo e protector perdido, como perder a paciencia á vista de uma

calamidade geral que se podia e devia prever e prevenir. Emfim, Senhor, e ou V. M. I. esteja para ir ou esteja indo, ou esteja já em Portugal, ouça-me mais estas poucas palavrinhas: V. M. I. é médico e Portugal é uma doente velha que está encarregado de curar; se V. M. I. emprehende pôr a velha repentinamente san e escorreita, adeus velha; se, porém, se limita por agora a pol-a fora de perigo e da cama, sem comtudo, se propôr a concertar-lhe ao mesmo tempo as arcas, as cadeiras e todos os moveis de casa, temos velha. Beija reverentemente as Augustas Mãos de V. M. I. seu mais humilde subdito e mui fiél creado

Marquez de Rezende.

Paris, 1 de junho de 1832.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Rezende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Li com muito prazer a grave e mui bem redijida carta que V. E. me dirijiu em 14 do mez passado; e tanto pela gravidade do seu assumpto como pelo muito que tive de escrever para o Rio e Bahia acerca dos meus negocios particulares, hei tardado em responder a V. E.; o que posso, felizmente, fazer hoje, dizendo-lhe que muito folguei saber que V. E. deseja prestar ao Brasil os possiveis bons officios para o fim de obviar os males de que está ameaçado. Estamos conseguintemente animados de eguaes desejos: porém faltam-nos os meios para realizal-os; e somente a esperada restauração da legitima auctoridade da Rainha em Portugal poderá ministra-los. Conseguida esta e abertas as relações politicas entre Portugal e Brasil muito poderá fazer o Augusto Regente a bem do Brasil por meio de um habil ministro que mande para o Rio; e se não me engano, bom fôra que a escolha caísse sobre uma pessoa dextra e conciliante. Pela sua parte deverá o Brasil enviar para Portugal uma pessoa que seja agradavel ao Augusto Regente, e a melhor escolha que podia o governo actual fazer, seria a da pessoa de V. E. para esta missão. Parece-me estar ouvindo a V. E. dizer

que tal não quer; e desde já lhe peço que reflicta antes de decidir, porque então achará razão nesta minha asserção. Dou tambem grande importancia á escolha do ministro que a França mandar para o Brasil; e ainda insisto na minha antiga idéa de dever ser um general, se isso se pudesse conseguir de S. M. o Rei dos francezes. Quanto ao Brasil, ou as cousas lá melhoram ou peioram; no primeiro caso menos necessaria tornar-se-á a nossa coadjuvação de cá; no segundo caso, maior necessidade ter-se-á lá della, e então as rivalidades se arrefecerão, e muito se estimará que de cá se prestem os possiveis soccorros. Ora, bem que esteja pouco bem informado do que por lá vai, creio, comtudo, que as cousas irão de mal a peior: e neste caso haverá a supposta necessidade dos bons officios de Portugal, não obstante não poder o Brasil reclamal-os invocando o principio da reciprocidade. Nesta eventualidade muito mais do que eu poderá V. E. prestar, estando junto do Augusto Regente; porque não pretendendo eu jamais saír da grata nullidade em que me acho, não posso ter senão uma parte mui secundaria no que se fizer a bem da conservação do Imperio. Eis o que resumidamente posso responder a V. E. por este meio, pelo qual continuará d'ora em diante a nossa correspondencia pelos judiciosos motivos que me ha allegado.

Ultimamente fui aqui citado, em virtude de uma carta rogatoria, expedida ás justiças daqui, deste reino, pelo juizo de paz da freguezia do Sacramento do Rio de Janeiro, para comparecer no processo civil que o governo mandou intentar contra mim pelo pagamento que fiz em 1828 á embaixada da Rainha. Por via de Londres escrevi ao Exmo. Marquez de Palmella pedindo-lhe que me obtivesse um diploma, pelo qual S. M. I. ratificasse e roborasse na qualidade de tutor de Sua Augusta Filha e *na data de agora* o recibo geral que elle, marquez, me passou em 4 de janeiro de 1829; e tendo-lhe escripto em 11 de março não hei até hoje recebido resposta. A citação foi mandada fazer por este governo a pedido do S^nr^. Rocha, que nenhum conhecimento confidencial me deu deste negocio. Continua, portanto, a perseguição contra mim; e da parte das auctoridades da Rainha não encontro aquella coadjuvação que tinha direito de esperar. Que tremenda lição!

Tenha V. E. saude, que é o melhor bem que lhe pode apetecer o de V. E. amigo constante

Itabayana.

Boulogne, 5 de junho de 1832.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Ponho tanta confiança na Providencia e, abaixo della nos generosos esforços de V. M. I. e das tropas que se acham debaixo do Seu Augusto Commando, que, ainda antes de receber a noticia da Sua entrada triumphal em Lisboa, vou com alegre presentimento dar e pedir a V. M. I. os parabens, que V. M. I. já a esta hora recebeu da sua consciencia e pundonor assim como de muitos milhares de victimas por V. M. I. sacrificadas e resgatadas, com quem bem depressa farão côro todos quantos nas cinco partes do mundo se interessam pelo triumpho da justiça e pelo restabelecimento de uma bem entendida liberdade. Feito isto, passarei a informar a V. M. I. que o indispensavel retardo da conclusão das negociações de Portugal, que já me não pode permittir usar da approvação, que V. M. I. foi servido dar ao meu projecto de ir neste anno aos banhos junto ao Rheno, a consideração de que não tendo meios pessoaes para me manter, nem sequer um dia, fora da companhia de V. M. I., faria sobremaneira pezada á sua generosidade a minha residencia em todo e qualquer outro logar, e, finalmente, as circumstancias, que os vinculos de sangue e um sentimento christão me fazem lamentar do falecimento simultaneo de dous parentes, tão proximos segundo a carne como separados em opiniões politicas, e com quem por este motivo eu desejava prudentemente não encontrar-me, o que até aqui seria impraticavel indo eu residir na mesma capital em que elles habitavam, são francamente os fundamentos em que apoiei na Augusta Presença da Imperatriz, assim como ora tenho tambem a honra de fazer na de V. M. I. a mudança da minha primeira e já mencionada deliberação: tomando agora, e vista a bondade de V. M. I. e

a da Mesma Senhora, a resolução (mais conforme ao meu fôro de creado) de acompanhal-a e a S. M. F. na sua futura viagem a Portugal, caso eu ainda mereça a V. M. I. e seja possivel realizar V. M. I. a promessa, que tão misericordiosamente se dignou fazer-me pouco antes de partir de Pariz, de abonar o pagamento das minhas dividas, dando-se o caso venturoso por que vão os meus parabens e de que tem estado pendente a sorte de tantos milhões de pessoas. Ainda antes de alcançar este novo beneficio, pede um sentimento (que V. M. I. que lê no meu coração, não pode julgar offensivo) que eu renovando, o que já tomei a liberdade de segurar verbalmente a V. M. I., lhe declare agora por escripto, que, tendo sempre sido tenção minha usar, mas não abusar da generosa beneficencia de V. M. I., e advertindo que a actual posição de V. M. I. não é (desgraçadamente) tal qual foi em tempos mais venturosos ainda para os seus subditos do que para V. M. I., eu punha, como ponho, por hypotheca á disposição e aos pés de V. M. I. o unico valor que possuo e meu pai me deixou, que é o direito que me dá a nomeação que elle me fez de um prazo, que José Antonio Xavier Mozinho, entre outros jurisconsultos portuguezes a quem consultei, me segurou pertencer-me, e de cujo usofructo somente pretendo gozar em ordem a satisfazer a V. M. I. o pagamento que se dignar mandar fazer das minhas dividas. Permitta, finalmente, V. M. I. que eu, ainda antes de acabar esta carta (em que bem a meu pesar tenho cançado a attenção de V. M. I. com negocios meus pessoaes) manifeste a V. M. I. o vehemente desejo que eu teria de ir, chegando a Lisboa, morar para a casa onde nasci, donde ha 12 annos estou ausente, e onde entre lembranças de parentes a quem tanto devi, e esquecendo-me de outros, a quem Deus já tambem julgou e eu perdoei o que me deviam, me poderei, não longe da morada de V. M. I., consolar com esses poucos e bons parentes de quem sou o decano de edade, e por isso espero não ter o desgosto de ver morrer.

Guarde Deus por muitos e mais felizes annos a preciosa vida de V. M. I. como por obrigação, e amor e até por conveniencia lhe pede quem tem a honra e gloria de ser, Senhor,

de V. M. I. o mais humilde subdito e mui fiél e reconhecido amigo e creado

Marquez de Rezende.

Paris, 7 de julho de 1832.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Ponho tanta confiança na Providencia, e abaixo della nos esforços de V. M. I. e das tropas que se acham debaixo do Seu Augusto Commando que, ainda antes de receber a noticia da sua entrada triumphal em Lisboa, vou com alegre presentimento dar e pedir a V. M. I. os parabens, que já a esta hora terá recebido da sua consciencia e pundonor, assim como de muitos milhares de victimas por V. M. I. sacrificadas e resgatadas, com quem bem depressa farão côro todos quantos nas cinco partes do mundo se interessam pelo triumpho da justiça e pelo restabelecimento das liberdades legaes e bem entendidas de Portugal (22). Passarei depois a pedir, ou para melhor dizer, a esperar que V. M. I. se não soçobre com o diluvio de sem-razões e com a orquestra de palavras desafinadas dos diversos partidos em que se acha dividido o orbe portuguez. Miguelistas, absolutistas sem miguelismo e liberaes mais ou menos desencadernados gritam todos pelo mesmo principio por que a mãi do poeta Nicoláu Tolentino bulhava com o marido, isto é, *por quererem todos a mesma cousa,* que vem a ser, por quererem golosina. Como trovejou e veiu a chuva, está tudo de braços arregaçados, por entre os canos, á gandaia de tudo quanto trouxe ou podia trazer a enxurrada. Quanto aos bulhentos que daqui hão de ir e que forçosamente hão de chegar mais desesperados, por chegarem depois de feita a ceifa da despacharia pelos outros golosos, deixe-os V. M. I. chegar e ladrar lá o seu bocadinho á lua. Nem ella, nem ente algum sublunar lhes responde, e os ho-

(22) Todo este longo periodo abre tambem a carta precedente, da véspera: pergunta-se, por isso, se a missiva de 7 de Julho foi expedida.

mens engasgados (?), não respondidos nem correspondidos e finalmente, roucos em vão e em pura perda, botam-se ou a pedir perdão a V. M. I. ou a ir pregar as tardes e os seus soalheiros, onde em cada vizinho acham ou um absolutista, que os manda á fava, ou um cura, que os excommunga, ou um indifferentista, que, se ri, ou finalmente um camponio, que os não entende. Em conclusão, a massa da nação quer o que querem hoje (e quizeram sempre por estas ou aquellas palavras) as massas de todas as nações, e vem a ser, que a governem bem; e chamam bom governo a todo aquelle em cujo regime se ganha mais e se paga menos. E' esta a razão de decidir dos povos de vulto. Os de mais alto coturno querem sobre o muito ganho e a pouca paga, um ingrediente a que se chama não deixar resmungar os machuchos sem arreganhar os dentes. Ainda bem que isso, que, tem mais que dizer, não é, por fortuna, o nosso caso. Pelo que fica dito e pela experiencia de 700 annos, que tanto tem de edade a monarquia portugueza, durante os quaes morreu rei tudo quanto reinou, inclusivamente um cardeal de 80 annos com tres apoplexias e não sei quantas duzias de pretendentes á Corôa, fica entendido que só sae de throno em que se fale a nossa lingua quem, como V. M. I. por fina força delle quer sair; e nem assim mesmo basta, porque os taes homens que falam a tal lingua, são bastante amorudos dos homens de cinco gran-cruzes, que sempre viram muito acima delles dando-lhes a competente mão a beijar; que ainda quando um desses reis que governam nos dous hemispherios se lembrou sair do throno, eil-os já agarrados a elle, e qual de baixo, qual de cima, a fazerem quanto coitadinhos podem, para que elles os torne a governar. Afóra os taes faladores do soalheiro, não é isto o que V. M. I. viu na Terceira, no Fayal, em S. Miguel, em S. Jorge, e o que, se V. M. I. já entrou em Lisboa, lá terá achado, e verá em todas as cidades, villas e logares de todas as provincias? Não é isto o que V. M. I. (á excepção de um só dia e, talvez, de uma só praça) achou no Rio de Janeiro, na Bahia, em S. Paulo, em Minas, e que hoje e a dous annos de differença e a duas mil leguas de distancia, sabe já que já vai pelo Brasil? Ah, Senhor, maldita seja para sempre a fatal desconfiança, herdada de Seu Augusto Pai, que V. M. I. teve

sempre, não dos outros, mas de si proprio? E' ella, e só ella, que o faz peregrinar com tanto animo da sua parte, como desalento dos seus subditos e dôr dos seus verdadeiros amigos!!! Eia, pois, e visto que tudo ainda está em pé, e V. M. I. não tem senão 33 annos, ainda é tempo de remediar o passado e tornar a entrar com honra e gloria e até por consciencia na carreira em que o Céo o metteu, e de que as suas tão boas qualidades, assaz conhecidas, o tornam digno. Quem lhe diz isto não é um lisonjeiro, cubiçoso, mas um amigo fiél, constante na boa como na fortuna adversa, despido de ambição por genio e pelo muito que V. M. I. tão liberalmente me deu, e, emfim, velho e doente, e que, portanto, não tenho a menor chança de ver o muito que V. M. I. ainda pode ser, se como deve, o quizer ser. Olhe, por quem é, agora por Portugal, por amor desse reino e pelo que d'ahi lhe pode resultar; e olhe depois, ou, para melhor dizer, não perca de vista o Brasil, onde ainda pode ser tão grande e tão generoso. Lembre-se, Senhor, que Seu Filho não pode ainda lhe fazer o que o Pai de V. M. I. tambem desde certo tempo ahi não pôde obrar. Este tempo do Brasil é, pois, deV. M. I.; se o aproveitar, será illustre; se o perder, será pelo contrario desillustrado na historia contemporanea como na da posteridade.

Beija, Senhor, as Augustas Mãos, etc, etc.

Paris, em 8 de julho de 1832.

Do marquez de Resende ao ex-imperador em 4 de agosto de 1832

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Aproveitando a azada occasião de um portador seguro, começo por agradecer a carta com que V. M. I. me honrou em 17 do mez passado, e passo depois, com perdão de V. M. I., a replicar a alguns *itens* da dita carta relativos ao curativo da velha enferma de que V. M. I. se dignou encarregar. Não me fazendo a menor admiração nem o valor physico e moral nem a actividade de V. M. I. na presente occasião, visto que já em muitas outras tenho conhecido aquellas tão boas qualidades que hoje geralmente reconhecem em V. M. I. os que

até aqui o não conheciam, somente recairão os meus nunca lisonjeiros nem exajerados elogios sobre a confiança certa que V. M. I. põe nas pessoas do seu ministerio e conselho, assim politico como militar, donde naturalmente procede a boa harmonia, que até aqui tem reinado entre todas aquellas pessoas, coisa absolutissimamente necessaria; elogiando eu mais a V. M. I. pela egualdade com que trata a todos, pelo segredo que tem guardado e feito guardar das coisas que devem ser reservadas e, finalmente, pela seriedade e circumspecção com que V. M. I. Vê, Pondera e Resolve os negocios, predicados que altamente confessão que V. M. I. tem desenvolvido as pessoas menos suspeitas a favor de V. M. I. Não podendo encarecer o grande prazer e esperança que isto me dá, e faz nascer em todos quantos homens ha que têm boas entranhas, devo ingenuamente confessar a V. M. I. pela muita mercê que V. M. I. me faz, que se eu antes de receber a ultima e precitada carta de V. M. I. tinha razão como cem para lhe pedir que não applicasse já de repente remedios heroicos á velha, tenho hoje e pela sobredita carta de V. M. I. razão como mil para insistir sobre o mesmo ponto. Confessa V. M. I. que os *padres e frades têm feito coisas inauditas*. Diz mais que, posto que *felizmente os povos não estão já tanto pelo que elles lhes pregam*, todavia achará V. M. I. *todo o mundo apático: que não achou patriotismo nem amor pela liberdade:que a nação á força de barbaridades está aterrada e aviltada: que a criação portugueza é e tem sido para constituir a nação servil;que por ora esse povo não entende outra cousa que não seja beijar as mãos quatro e oito vezes por dia*,etc, etc. Vê, portanto, V. M. com os seus proprios olhos a verdade de tudo quanto ha tanto tempo e tantas vezes lhe disse que viram os meus: estamos conseguintemente de perfeitissimo accordo quanto á existencia destes tão importantes quão evidentes factos. Separamo-nos, porém, absolutamente quanto ás consequencias a tirar de semelhantes principios, pois que V. M. I. entende, como me diz, que *espera que a velha se cure pela fortaleza dos remedios;que pretende decidir por sua pessoa e pelos seus soldados somente da sorte de Portugal;e confessando que a empreza é ardua*,diz que *pretende adquirir para si a gloria de ter livrado esse paiz da*

tirania e de ter constitucionalisado esse povo. Eu, Senhor, tiro outra mui differente conclusão, e vem a ser: que em um reino no estado em que está, e V. M. vê, Portugal nem vinte mil nem cem mil soldados podem nem converter nem conter milhões de homens para se introduzirem principios nimiamente liberaes, que lhes são repugnantes: sem contestar ás baionetas e ás peças de artilharia a sua vantajem mesmo no caso de que se trata, e em que é claro que sem ellas nada se poderia utilmente fazer, digo que effeituado, como se acha, o desembarque em um ponto de Portugal, occupada como já tambem se acha não só a segunda cidade do Reino mas a provincia, a força militar deve somente limitar-se (e não faz com isso pequeno serviço) a auxiliar a força moral, a força da razão, de que V. M. I. tambem é, e deve ser, commandante, e que é a que deve tomar a iniciativa nas futuras operações. Ora esta força da razão quer e deve querer falar ao entendimento, e não contrastar com a vontade baseada, como está, sobre antigos habitos e prejuizos que a experiencia de todos os tempos mostra que se não levam e muito menos se deixam levar por ameaças. Não demos, Senhor, depois de tantos sacrificios o gosto a Santa Alliança de crearmos, por nossa livre vontade, em Portugal martires de santo alliancismo, de absolutismo e finalmente de Miguelismo, o que seria uma verdadeira calamidade para nós. Haja Carta, mas para que ella passe do papel para os corações não vamos entupir os canaes por onde a elles se chega com uma de nimios liberalismos de que se não gosta, e assustando a gente com o perdimento repentino do que ella venera e do que ella possue. Nada de tomar a expedição visos de hostilidade ás massas, para que em Portugal nos não façam o que fizeram aos romanos e aos francezes. Os privilegios são péssimos mas os privilegiados são immensos e os não privilegiados são pela maior parte brutos; não digo isto para que se conservem aquellas feridas á Lei mas para que se curem de vagar e sem fazer sangue.

Do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana

Illmo. e Exmo. S^nr^.

O máu estado de minha saúde impediu-me até agora agradecer de mão propria as felicitações que continha a carta que V. E. me fez a honra de escrever-me em 18 do mez proximo passado, por cujo motivo pedi a Dom Francisco de Almeida que mencionasse as minhas legitimas desculpas na carta que elle me disse que tencionava escrever a V. E. na sua resposta a uma carta que V. E. tambem lhe dirijiu, de que vejo que elle s'esqueceu, como mostram as primeiras linhas da carta com que V. E. mais recentemente me acaba de honrar em 11 do corrente e a cujo ulterior e importante conteúdo passo immediatamente a responder com a seriedade que reclama a gravidade do assumpto e com a franqueza, com que um negocio desta natureza deve ser tratado e que me prézo de ter constantemente gozado em todas as nossas relações. Se bem que eu pudesse, sem o minimo escrupulo, responder affirmativamente ao grave quesito, que, precedido de algumas observações attendiveis, ha sido transmittido a V. E. por *pessoas sérias* sobre o actual estado do Brasil e que V. E. me exprimiu pelos seguintes termos:

Se o Senhor D. Pedro 1º, depois de ultimados os negocios de Sua Augusta Filha em Portugal, quereria regressar ao Brasil, no caso de ser para isso formalmente convidado, bem folgaria eu de poder fazer annunciar (?) a resposta que se deseja da Mesma Augusta Personagem, cuja vontade e intenção se trata de conhecer ao natural, para, segundo ellas, se prover de remedios promptos, e não palliativos ou chimericos, ao que imperiosamente exije o bem da nossa patria nas criticas circumstancias em que ella se acha: não permittindo, porém, a presteza com que V. E. me pede a resposta que eu recorra áquelle Senhor, attenta a grande distancia em que elle se acha de Pariz, tratei de consultar a pessoa que melhor conhece os sentimentos pessoaes de S. M. I., que é a Imperatriz, a quem apresentei a carta de V. E. Serviu-me a Mesma Augusta Senhora responder-me por estas formaes palavras: Que não hesitava um só momento em crer que Seu

Augusto Esposo constante no seu amor ao Brasil, pelo qual está sempre disposto a fazer os maiores sacrificios, ainda que não tivesse como tem, ali muitos dos seus queridos filhos, bem certamente se não recusará a regressar áquelle Imperio, logo que tenha obtido o triumpho, que brevemente alcançará com o restabelecimento da legitima auctoridade da Senhora D. Maria 2ª e das liberdades portuguezas, por que ora está combatendo de accordo com os dous principaes governos da Europa, e uma vez que tenha a certeza de que o seu regresso ao Brasil é da vontade da Nação brasileira e que elle convém á salvação publica do Imperio. Permittindo egualmente a Mesma Senhora que eu communique esta sua declaração e que V. E. possa fazer deste documento o uso que prudentemente lhe parecer mais conveniente. Concluo remettendo a carta em questão para V. E. mesmo annular, e pedindo-lhe que se tranquillize a respeito da vinda do marquez de Palmella e das disposições em apparencia equivocas dos habitantes das provincias do norte de Portugal. As cousas, que, mesmo quando o marquez saíu do Porto, ali estavam mui lonje de ser tão feias, como a muita gente fez parecer a saída deste ministro, continuaram a ir a melhor; e hoje ainda melhor estão, apezar de um incidente que a malignidade hespanhola loucamente preparou nas aguas do Tejo, que vai produzir um effeito absolutamente contrario ao que ella desejava e com que erradamente contava. Continue V. E. a dispor da prompta vontade que tem de o obsequiar e servir seu fiél e verdadeiro amigo e compatriota,

Rezende.

Pariz em 17 de agosto de 1832.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Não posso pintar ao natural nem a mágua e o sobresalto que nos causaram as ultimas noticias do Porto de 15 do corrente, nem o enthusiasmo com que todos, nacionaes e estrangeiros, geralmente admiram o valor constante e a presença

d'espirito de V. M. I., e nos de casa até o dom que V. M. I. *agora possue verdadeiramente* de escrever excellentemente assim em portuguez como em francez, cousa de que até agora o não tinha elogiado, nem, finalmente, a azafama e o ardor com que a Imperatriz mais que todos nos juntos, e, depois della todos, estamos occupados a trabalhar, convertendo-se hoje esta casa numa verdadeira secretaria, duma parte a baroneza, para outra, o Almeida, que beijam as Augustas Mãos de V. M. I., e eu no meio a dictar, afora o que vai em casa de D. Francisco. Espero em Deus que péguem todas estas bixas, e que ainda vejamos a cura algum tanto milagrosa da pobre velha, para a qual torno a dizer que são precisos remedios, além de polvora e balas, mais faceis de achar no coração brando ainda que grande de V. M. I., do que na inexhaurivel botica legislativa algum tanto áspera do Mouzinho Pae. Por falta de tempo, e de medo de cair numa mais longa declamação contra o que hoje todos chamam o furor legislativo daquelle honrado mas teimosissimo alentejão, vou já beijando as mãos de V. M. com a respeitosa amizade de quem tem a honra e gloria, hoje mais nunca, de ser, Senhor, de V. M. I. o mais humilde creado.

Paris, em 27 de agosto de 1832.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Com o recebimento da mui prezada carta de V. E. em data de 22 do corrente cessou a estranheza que me causava a falta de letras, mais por não haver chegado ás minhas mãos a carta que V. E. me expediu pelo expresso que dahi partiu para o Porto. Em consequencia do que me escreveu o Cunha, reconheci a impossibilidade em que V. E. estava de annuir ao meu pedido quanto ás cartas de recommendação; e tendo eu tomado o arbitrio de dirijir os meus recommendados ao barão de Shröder, ministro da Russia em Dresde, e aos professores que conheci durante a minha estada em Freyberg (arbitrio que produziu um effeito além da minha expectação) parece-me superflua a ulterior recommendação: mas nem por isso deixarei de agradecer o obsequioso offerecimento de V.

E. O que sei do Brasil se reduz a pouco, e é que a Regencia daquele paiz não tardou em reconhecer a da Rainha, Senhora D. Maria 2ª, respondendo em termos respeitosos á notificação que lhe fez o Augusto Regente; que se malograra a intriga que se previa para esbulhar José Bonifacio da tutela do joven Imperador; que em consequencia deste resultado deu todo o Ministerio e a Mesma Regencia a sua demissão, que não foi aceita pela Camara; que esta intriga e a assuada que della resultou, indispoz a população do Rio de Janeiro que, temendo os males das *bernardas* (?), se mostra disposta a reprimir as sedições e a sustentar monarquia; que em virtude disto está quasi extincta a proterva idéa da federação; que se tratava de uma nova lei eleitoral, de outra melhorando a dos guardas nacionaes e de uma de naturalização em termos mui generosos. O que por cá se sabe do Porto é que o exercito miguelista deixou de atacar depois do dia 29 de setembro, e passou a occupar as duas posições de Amarante e de Azeineis; o que na opinião de alguns officiaes inglezes partidistas da Rainha manifesta a adopção de um plano novo de campanha, que é o de evitar perda de gente em combates e de impedir o exercito da Rainha de avançar sobre Lisboa: porque neste caso os corpos postados nas ditas posições que ao mesmo tempo cobrem as provincias de Tras-os-Montes e Beira Alta avançarião sobre o Porto. Esta tactica do inimigo parece-me clara; e na opinião de um dos ditos officiaes que é muito entendido, deve o Augusto Regente não atacar os dous corpos miguelistas, e sim conservar as posições do Porto, manobrando com dous corpos moveis, que, desembarcando em Caminha e na Figueira e engrossando com gente que puderem recrutar, tratarião de incommodar os miguelistas pelos flancos e retaguarda. Diz o tal official que, mediante esta manobra, que pouco risco terá, uma vez que estes corpos tenham seguro o reembarque em caso de grande aperto, serião os corpos miguelistas obrigados a deixarem as posições que occupam e, mesmo a se retirarem para a Beira ou Extremadura. Esta previsão me quadra; e parece que a vantagem de occupar Figueira, Coimbra e Aveiro é de primeira intuição. Em uma palavra quer o meu informante que o regente manobre por meio de corpos moveis, que desembarquem nos pontos de

Caminha e Figueira e tratem de penetrar nas provincias de Tras-os-Montes e Beira, até que o exercito miguelista deixe as posições que occupa. Não despreze V. E. este plano e não deixe de insinual-o a quem convier. Por fim recebi uma carta do Exmo. Marquez de Palmella e nella me diz *em amizade* que o Augusto Regente não quer annuir ao meu pedido de ratificar por um alvará seu e na qualidade de Tutor da Rainha o recibo que me passasse o dito marquez de £..... 103-769-16-9. Esta recusa é um acto de crueldade. Os meus bens estão já sequestrados na Bahia: e estando o Augusto Regente reconhecido pela Regencia do Brasil não arriscava nada em fazer expedir o pedido alvará, ou em fazer a pretendida ratificação pelo seu agente no Rio de Janeiro, Baptista Moreira, e em nota por elle apresentada ao ministério brasileiro. Veja V. E. se pode resolver a duvida, ou antes a recusa, indicando o segundo meio acima indicado do reconhecimento por via diplomatica. Aqui chegou o Coronel Freire e está tratando do objecto da sua viajem.

Aceite os cumprimentos do collegial e sua filha e creia firmemente nos sentimentos do de V. E. amigo constante.

Itabayana.

Boulogne, em 24 de outubro de 1832.

Do marquez de Resende ao ex-imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Pelas poucas e resumidas cartas que tenho tido a honra de escrever a V. M. depois da sua partida desta capital, terá V. M. I. visto que eu fiz, e levo avante, o systhema bem entendido de o não incommodar com as minhas mal alinhavadas rabiscas, excepto quando me parece que absolutamente convém que o mudo fale. Já na minha ultima carta datada de 4 do corrente (e que por signal é a mais extensa de quantas tenho escripto) tomei a liberdade de observar a V. M. I. (Deus com que frase e com que letra) quanto á pressa e com um abraço dorido de rheumatismo, julguei que devia, como amigo e fiel servidor, ponderar a V. M. I. em ordem a malograr os

planos, alta e sagazmente meditados pelos astutos chefes miguelistas e dos gabinetes da Santa Alliança, de darem a guerra entre V. M. I. e Seu Irmão uma côr de guerra de religião, tornal-a senão absolutamente funesta á gloria de V. M. I., á causa que está defendendo e ao bem estar de Portugal, pelo menos summamente duradoura e egualmente detrimentosa para todas as partes. Obtendo eu, nestes poucos dias decorridos depois da expedição daquella minha ultima carta para V. M. I., noticia de algumas circumstancias attendiveis e de natureza a fixarem mais e melhor as idéas que já então me vieram á cabeça e trasladei para o papel, tornarei a incommodar a V. M. I. com as minhas garatujas, que se quando escriptas fazem algum incommodo, muito maior damno me farião se guardando-as ficasse embuchado com ellas; são as receitas caseiras que em uma grande molestia, um amigo dá a outro amigo e que nada têm de máu, quando se não complicam com o receituario dos médicos. Tão depressa aqui se recebeu a primeira noticia da victoria alcançada pelos exercitos commandados por V. M. I. sobre os Miguelistas, entre Valongo e Ponte do Ferreira, noticia que, nos seguintes dias, passou a ser commentada no sentido dos diversos partidos que dividem a Europa, as duas principaes Côrtes, para logo se poz em movimento o partido dissidente ultra-liberal portuguez, conhecido pelo nome de Saldanhista e o partido Carlo-Miguelista, Santo Alliancista e numa palavra, absolutista, a fim de saltarem ambos sobre o que elles chamam seu inimigo commum, que vem a ser V. M. I. e os seus soldados. Os Saldanhistas daqui, onde está o homem que lhes deu o nome, e os de Londres, onde, de tempos a esta parte, se acha o seu *factotum* Rodrigo Pinto Pizarro, trataram de começar a pôr-se em caminho para o Porto levando comsigo esses restos dos depositos de Rennes, Laval e Foujéres, onde, como V. M. I. sabe, só se reconhece como Poder Executivo legal a voz de João Carlos de Saldanha, que para este effeito, mas sem effeito, deprecou a Mr. de Rigny, que teve a pachorra, ou para melhor dizer, lijeireza de se por em correspondencia com aquelles sujeitos. Como quer que fosse, saíram já daqui para o Havre, e cuido que hoje dali partirião para o Porto uns poucos de Saldanhistas commandados pelos irmãos Passos; e

se o *meeting de sympatia*, para me servir da frase de Ferreira Borges, que se está tratando de fazer em Londres para obter uma subscrição em favor da causa de Portugal, não é um *élan* dos inglezes que simpatizam com aquella causa, ou um meio *adroit* de que os mutuantes do emprestimo queiram lançar mão para fazer face ás despesas necessarias a que são obrigados a fazer face, então digo eu, que é muito de recêar que o *meeting* seja mina *exploitée* pelos Saldanhistas para occorrerem não ás nossas, mas ás despesas da sua cruzada contra V. M. I. Os movimentos dos Miguelistas e consocios são todos dirijidos a promover em Portugal a guerra civil, politica e religiosa, e a fazer já acreditar nos paizes estranjeiros que as cousas em Portugal já se acham muito adiantadas nesse diabolico caminho. Taes são os inimigos e taes os planos, (cujas mutuas relações saltam a todos os olhos) e que nos cumpre rebater quanto antes e com todas quantas forças temos. O melhor e mais promptamente efficaz de todos os meios seria sem duvida o do reconhecimento, que é um dos objectos, que o marquez de Palmella vem encarregado de tratar, pela força moral com que na balança politica faria pender o nosso prato: mas eu, Senhor, confesso que não creio, que, por ora nem França, (que só prometteu seguir Inglaterra) nem a Gran-Bretanha (que todos os dias está declarando a sua mais triste neutralidade no combate entre os dous Irmãos, excepto o caso de nelle entrar um terceiro), se decidam a reconhecer agora a soberania da Rainha e a Regencia de V. M. I., mormente não tendo a sua victoria sido seguida do menor bom effeito moral, não se tendo ao menos verificado a deserção, que se annunciara, de corpos Miguelistas, para as fileiras da tropa commandada por V. M. I. Bom será que o marquez de Palmella possa ser, e mui brevemente, mais feliz nos outros objectos da sua negociação, que, segundo me consta, são obter dinheiro e cavallaria, mas ainda quando isto venha a acontecer, nunca será certamente dentro de tão pouco tempo como elle se lisonjêa, e entretanto força é que V. M. I. (que é de quem eu sempre esperei, e confio, que nos venha o remedio) continue a tratar ahi de fazer o que pode, pela sua parte, attentas todas as circumstancias do momento. E' neste sentido que eu vou abrir inteiramente o meu coração ao de V. M., por este unico

meio que me é possivel, e visto não o ter acompanhado (de que muito e muito me arrependo) e não me atrever a por-me em caminho para o Porto, pela *unica* razão de não saber se V. M. I. me aprovaria este passo. Trata-se de nada menos do que annular as forças dos absolutistas de dentro e de fora de Portugal, e dos Saldanhistas que estão em caminho para aquelle Reino. Não só parece, mas realmente é isto uma bem grande empreza, mas tenho para mim, que não é impossivel de conseguir-se, fazendo, por ajuda das tres potencias d'alma, memoria, entendimento e vontade, as cousas de forma a tornar um daquelles venenos contra o outro, para que, em vez de nos matarem, se matem. V. M., já ha mais tempo, declarou por um decreto conducentemente referendado por todos os seus ministros e invocando o ultimo paragrafo do ultimo artigo da Carta, que suspendia, durante as operações militares em Portugal, *algumas* das formalidades que garantem a liberdade individual. Quizera eu, porque é mais claro e, até mesmo, mais legal, que V. M. I. aclarasse aquella sua precitada declaração por outro decreto explicatorio das formalidades que V. M. I.e o seu Ministerio entendem que se devem dar por suspensas, que são e devem ser só aquellas que se julgarem necessarias para o bom resultado da sua nobre empreza. Feito isto, assento que se deve esperar esses primeiros Saldanhistas, que já a esta hora estão em caminho para essa cidade, e que nella não tardarão a mostrar-se como são; ahi ostentem os sentimentos arqui-liberaes, ou para melhor dizer, o furor demagojico, de que vão animados aquelles furiosissimos exaltados, e tão depressa elles os manifestem, faça V. M. clara e legalmente caír a ira da Lei sobre taes malvados, o que está seguro de poder fazer, graças aos bons sentimentos e disciplina da tropa e attento o pouco ou nenhum calor que ahi ha, como V. M. Mesmo diz.

Do marquez de Resende ao ex-imperador Pedro I (Minuta incompleta)

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Bem que me seja impossivel calcular exactamente o tempo e o logar em que estas desalinhavadas linhas chegarão

as Augustas Mãos deV. M. I. juntamente com a autografa, que inclusa tenho a honra de remetter-lhe, de S. M. a Imperatriz, nada se perde em aventural-as ao acaso, ou, para melhor dizer, em entregal-as á Providencia, que tantas vezes me tem sido propicia. Assim como os navegantes, á medida que se aproximam á terra, vêm multiplicarem-se e engrandecerem-se os objectos, que nella se lhes apresentam, da mesma sorte e á proporção que a nossa imaginação nos faz entrever o termo da expedição sob o commando de V. M. I., observamos com a maior attenção o vulto que ante nos ia progressivamente apresentando a politica europeia, sem, comtudo, perdermos de vista os graves acontecimentos que, de certo tempo a esta parte, têm occorrido no Brasil. A guerra que V. M. I. antes da sua partida de França viu mais do que atiçada entre os dous exageradissimos partidos, que hoje infelizmente dividem o globo, tendo seguido o seu curso ordinario (que em termos de fanatismo é sempre extraordinariamente veloz) rompeu com maior impeto por parte dos anti-liberaes a favor da circumstancia com que estes dantemão, e sem calcularem bem, haviam contado da ultima discussão do famoso bill da Reforma. Hollanda, a Grecia Russa, o Papa e o Senhor Infante D. Miguel, que são os afilhados das Côrtes eminentemente absolutistas, tendo, já se sabe, cada um atraz das costas as suas respectivas e santas alliadas madrinhas (que neste cso não obravam somente em razão deste parentesco espiritual, mas pelos interesses materiaes de suas proprias cousas) puzeram-se todos, e quaes antigos candidatos no *Forum Romanum*, debaixo do patrocinio de Lord Wellington e de outros tão mal amanhados e *zelanti* oradores da Camara Alta do Parlamento Britannico. Tendo estes apostolos (sobre quem não desceu o Espirito Santo) desfiado com toda a possivel desestradez os argumentos d'estopa, a que John Bull immediatamente deitou fogo, correram os Padres (não conscriptos mas em juizo bem circumscriptos) levando após si as comadres e os afilhados e dando um pulo das cadeiras curues de Westminster para as antecamaras, salões, camaras e corredores do palacio de Saint James, de accordo com a esposa, que Deus deu, e com os filhos, que o Demo deparou a el-rei Guilherme IV, de tal

modo lhe taparam os olhos e lhe estrujiram os ouvidos, que emfim conseguiram fazer com que a questão, que até ali tinha sido de mais ou menos deputados, e quando muito tambem de mais ou menos Padres, passa-se a ser nada menos por espaço de alguns dias de mais ou menos Rei. Mas quanto aos doudos de mais juizo entre os absolutistas estranjeiros, aguardavam ainda com algum vislumbre de prudencia o completo resultado da imprevidentissima tentativa, para que todos haviam mais ou menos insensatamente cooperado, a fim de segura e descobertamente se declararem, os leigos e donatos daquelle partido (e que em todos são sempre os mais atrevidamente inconsiderados) dando *Deo Gratias* apenas ouviram o *verbum caro factum est*, sairam sem deixar acabar o Evangelho, e pegando num barco de vapor genovez e na Senhora Duqueza de Berry, que, como V. M. I. saberia, se achava em Italia, atiraram com a malafadada Princeza acompanhada de dez ou doze pessoas para as costas da Provença, onde em vez de *bernarda*,somente houve uma *bernardice* tão fóra de todo o escólio, que, por não poder acredital-a, crê ainda obstinadamente o povo francez, com individa honra aos durissimos cascos e em menoscabo da boa-fé deste governo, que no caso não se passou tal como elle o pinta, que é como verdadeiramente occorreu. Não é, porém, menos certo que, emquanto o mesmo governo tambem agora acaba de experimentar uma grande perda (quanto a mim irreparavel) tanto para os negocios internos deste paiz, como para as suas relações exteriores, com a morte de M^r^. Casimir Périer, que ainda que não possuia todas as qualidades de um perfeito homem d'Estado, tinha grande talento, muita firmeza de cáracter e decisão, que juntas ás suas boas intenções ainda lhe granjeavam muita e mui boa opinião no publico, assim nacional como estranjeiro, a coincidencia da viajem da Senhora Duqueza de Berry com os movimentos, que, posto que em diversos sentidos, se tem observado em varias cidades do meio-dia da França, acontecimentos que têm dado sempre de si rixas entre o povo de linha e o povo, ou a guarda nacional, que vale o mesmo, são outras tantas occorrencias que pôem, para assim dizer *en echec* o já de sua natureza amedrontado *juste milieu*, que se vê, ou pudera julgar inhibido por tudo

isto de poder fazer tudo quanto quereria e lhe conviria fazer a favor da hoje mais que nunca indivisa, causa da Belgica, assim o governo inglez, comquanto se ache em muito melhores circumstancias, e tenha realmente feito por nos ainda mais do que eu esperava, talvez, comtudo, por effeito de reflexões nimiamente escrupulosas e fundadas na sua posição, que ainda hoje é bastantemente.....

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Agradeço infinitamente a carta com que V. M. I. se dignou honrar-me de Angra em 11 de abril, e como V. M. I. me fez a justiça de confessar naquella carta que acredita o que eu lhe escrevo, continuarei affoitamente a minha correspondencia de novidades, annunciando agora a V. M. I. que a Santa Alliança depois de ver que o não pôde lograr nem em França nem em Inglaterra, nem impedir a conclusão de um emprestimo nem estorvar a promptificação da expedição e a partida de V. M. I. para a Terceira, nem finalmente meter-lhe ahi medo com os leões de Castella, tratou de demorar a chegada da mesma expedição a Portugal em ordem a ganhar tempo e ver se no entanto se resolve a questão do bill da Reforma, de maneira a provocar a saída do actual ministerio whig e a entrada de uma administração tory, que dando ao trémulo *juste milieu* a direcção que Metternich deseja, se decidam tambem a favor dos desejos daquelle Patriarca dos anti-liberaes todas quantas questões politicas actualmente estão pendentes, e mui particularmente a de Portugal, pelas suas afinidades com a Hespanha, dispondo a mesma Santa Alliança, á testa da qual se acha aquelle bemaventurado corcunda, as cousas desde já, de maneira a conseguir ao menos, caso falhe a quéda do actual ministerio inglez, que V. M. seja por qualquer forma inhibido de governar em Portugal, quando lhe não seja possiveêl evitar que V. M. I. appareça naquelle reino, para cujo empenho tem a mesma Santa Madre habilmente jogado, e está de presente fazendo jogo com as muitas e mui ridiculas cartas, que a

emigração lhe está mentalmente dando tanto com as diatribes, quotidianamente lançadas pelo grotesco partido Saldanhista em diversos pamfletos contra V. M. I. e contra todos os que o amam, como com os projectos contados mas egualmente certos de outra casta de opposição mais grave e, por isso mesmo mais attendivel, composta de outro genero de descontentes da mesma emigração, que consideram a V. M. I. o.... Diabo do Clero e da Nobreza, em ambas as quaes a opposição funda as ultimas esperanças, assim e da mesma maneira que não podendo de evitar, pelo que toca á França, a revolução de julho, as poz e tem nos partidos cartista e republicano! A' vista disto mal posso, sob pena de lesa-majestade, deixar de continuar a insistir, com quantas forças tenho, junto a V. M. I. para que se acaso está, como creio, positivamente determinado, não digo já só a salvar Portugal e a cobrir-se de gloria, mas a não ser enganado e sacrificado pela Santa Alliança, inimiga directa de V. M. I. e indirecta do genero humano, convém, não disse o termo proprio, é absolutamente indispensavel que V. M. I. não tarde um só momento em vir d'ahi em direitura, e com todas as velas soltas para Portugal, não dando a ninguem nem tomando para si a menor noticia nem de protocolo nem de declaração nem de outra alguma exhibição diplomatica, não fazendo nem admittindo numa palavra a menor proposição, venha ella donde vier, até entrar em Lisboa, e ver ali reunida por convocação de V. M. I. a representação nacional portugueza, e já daqui me comprometo a sujeitar a todo e qualquer castigo se V. M. I. as não achar mais que sufficientes.

Beija, Senhor, as Augustas máos de etc. (*).

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

O esperado e doloroso acontecimento da morte da minha prezada mãi é a causa do meu luto: e ainda que o meu espirito não esteja de todo tranquillo, e por isso esteja pouco apto para graves meditações, comtudo sabendo eu por pessoa

(*) Devia ser datada de 1832.

segura que V. E. estimaria conhecer a minha opinião sobre os direitos que tem S. M. I. a Serenissima Duqueza de Bragança a haver a dotação mencionada no artigo 108 da Constituição, dir-lhe-ei que se commetteu um grande erro, deixando-se de communicar á Assembléa Legislativa o tratado matrimonial da mesma Senhora, que devia servir de base ao projecto de lei sobre a referida dotação. Esta indesculpavel ommissão é uma das causas pelas quaes se pretende desonerar o Thesouro da obrigação de pagar as despesas de casamento e pol-as á cargo do Seu Augusto Esposo. Este parecer está annunciado num relatorio da commissão de Fazenda, que hontem recebi, e eis o que ella diz: « A commissão desde já se pronuncia pela negativa em uma e outra proposição; e seu voto julga fundado na Constituição do Imperio. Diz ella no Titulo 5° capitulo 3° que se dê uma dotação ao Imperador e a Imperatriz; que o ensino dos principes seja por conta da fazenda publica; que se dêm alimentos aos mesmos; e quando estes e as princezas casarem se lhes dê um dote; e nada dizendo a respeito do casamento do Imperador é evidente que ella presuppoz despesa particular do Imperador, aliás a teria mencionado com as outras ». Não ha presupposição, ha caso não previsto; e neste caso prevalece a pratica e o uso geral das monarquias. Acho urgente a reclamação dos direitos da Serenissima Duqueza na sessão deste anno, para que a Camara não decida no sentido da Commissão; e esta reclamação deve ser baseada sobre uma proposta feita a tres jurisconsultos francezes de maior notabilidade, por exemplo, Mr. Dupin, etc. Esta proposta deve constar de um curto *exposé* ou *historique* acompanhado do tratado matrimonial e dos artigos da Constituição que lhe forem relativos, assim como da lei que fixou a dotação da primeira Imperatriz. As questões que se devem fazer, creio eu, salvo *meliori judicio*, são 1°, Quaes são os direitos que a Constituição do Imperio e o tratado matrimonial conferem á mesma Senhora na qualidade de Imperatriz do Brasil; 2°, quaes são os direitos que os mesmos actos lhe conferem depois e em virtude da abdicação feita por Seu Augusto Esposo; 3°, quaes são os direitos que os artigos 117, 118, 109, 110 e 112 da Constituição conferem á princeza recem-nascida; 4°, se as despesas feitas com o

casamento, não obstante o silencio da Constituição, são ou não uma despesa publica em todas as monarquias (se deve ou não ser uma despesa publica).

Esta proposta munida dos respectivos pareceres servirá de base a um requerimento decoroso e conciso, em que se dirá que S. M. não se decidiu a recorrer á Assembléa, senão depois de se ter assegurado dos seus direitos pela opinião de jurisconsultos de reconhecido saber; e que estando consignada na peça Inclusa a opinião delles, Ella espera que a Assembléa reconhecerá e fará effectivos os direitos que a Constituição e o tratado matrimonial asseguram a Ella e a Sua Filha. Esta petição poderá ser apresentada á Camara pelo Encarregado de Negocios da Suecia e apoiada pelo de França, quando este não possa por si mesmo apresental-a. Quanto á nacionalidade da princeza, direi que os artigos 117 e 118 fazem uma excepção ao § 2º do artigo 6º; e que nenhuma duvida pode haver sobre o domicilio no futuro da princeza recem-nascida no Imperio. Na proposta não se deve pôr em questão esta nacionalidade.

A perseguição contra mim continúa, graças ao auctor della. Faça-me o favor de por-me aos pés de S. S. M. M., e o de confiar nos sentimentos com que prezo-me de ser de V. E. amigo constante e fiél.

Visconde de Itabayana.

Boulogne, em 10 de março de 1833.

P. S.— Segundo as contas da Commissão deve S. M. o Senhor D. Pedro de sua conta particular Rs. 76:849$018, as despesas de casamento Rs. 781:790$328.

Não perca tempo: e metta mãos a obra de concerto com Felippe Pereira.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Em resposta á obsequiosa carta de V. E. de 30 do passado que acompanhou a minuta da memoria que S.S. M.M. II. o Duque e a Duqueza de Bragança vão dirigir á Assembléa Legislativa do Brasil, direi a V. E. que me pareceu mui clara

e precisa a sua redacção, e que somente a pag. 4, no logar onde se trata do curso do cambio achei uma correcção, que cumpre fazer, e vai mencionada á marjem. Eu leria com a maior attenção, pela segunda vez, a dita memoria; porém como no seu todo achei-a mui boa e como não deve haver mora na remessa della para o Rio de Janeiro, apresso-me em restituil-a a V. E., agradecendo-lhe mui cordialmente o favor e prazer que me fez dando-me conhecimento della. O relatorio da commissão, que é um tecido de absurdos, prova bem o desejo que tem certo partido de hostilizar a S. S. M. M. e as pessoas que figuraram na precedente administração; mas não creio que esse partido consiga realizar suas maleficas intenções, mormente se de cá se retorquir, como espero, com a devida energia; e tanto se deve esperar dos publicistas e jurisconsultos por V. E. escolhidos. Pretendo avistar-me com V. E. no decurso deste mez; deixarei para então o muito que teria que dizer-lhe sobre outros objectos; e termino esta pedindo-lhe que me ponha aos pés de S. M. a Rainha no dia do seu natalicio, e por este novo favor aceite os agradecimentos do de V. E. amigo firme e respeitoso

Itabayana.

Boulogne, em 2 de abril de 1833.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Uma grande vertigem acompanhada de um copioso derramamento de sangue pelo nariz, que tive no dia 28 do corrente em casa do embaixador de Inglaterra, onde, na forma do costume, ia ler as gazetas de Londres, tendo-me deixado por espaço de alguns dias na maior prostração e cheio de um bem fundado susto, é somente hoje que me sinto com forças de escrever a V. M. I. por occasião dos memoraveis acontecimentos, que decidiram inteiramente a questão em que V. M. I. se acha tão nobremente empenhado, e o conduziram victoriosamente a Lisboa, vainqueur et Père, como outr'ora aconteceu a Seu Augusto Avô o Senhor Henrique IV em Pariz. Seja a

Providencia bemdita, porque é della que vem o descanço dos soberanos. Providentia Deorum quies Augustorum. Quanto a V. M. I. que foi o instrumento de que a Providencia se serviu para uma grande proeza, digo, Senhor, a V. M. I. o mesmo que um honrado amigo e antigo servidor do Delfim, a quem a França justamente deu o nome de — grande —, disse a Seu Augusto Amo, isto é: Não louvo a V. M. I. pelo seu valor, nem pela sua clemencia para com os vencidos, porque estes predicados são como que hereditarios na Sua Augusta Familia, e particularmente reconhecidos na pessoa de V. M. I.; louvo, sim, a sua perseverança, o seu desprezo das injurias, e o espirito de conciliação que tem presidido a todas as suas resoluções, e que Portugal e Europa inteira, e até os mesmos inimigos de V. M. I. têm sido obrigados a admirar. A mesma Providencia que vigia, e, ou castiga ou premeia, e que, segundo o interpretam, não põe tempo em mudar tempo, tem já a esta hora apresentado a V. M. I. uma condigna, bem que mui natural e esperada recompensa aos seus inclytos trabalhos, não somente nos suffragios da opinião publica de Portugal e da Europa, mas na attitude em que o Brasil arrependido se acha para com V. M. I. Emquanto no Téjo, que nos viu nascer, retumbam vivas ao Magnanimo Legislador e Libertador de Portugal, o éco de vozes não menos fortes, pronuciadas junto ás praias do Rio de Janeiro, que adoptamos como patria, e dirigidas não menos por necessidade do que por amor ao Augusto Fundador e Perpetuo Defensor do Imperio do Brasil, para vir servir de esteio ao throno de Seu Augusto Primogenito e á Patria, que lhe deve a sua existencia politica, com a mesma eficacia com que acaba de restaurar o solio de Sua Augusta Filha a Senhora D. Maria 2ª e a nação portugueza.

Pedindo a V. M. I. que se digne contemplar-me, a favor da incorrupta fé e do grande amor com que o tenho servido desde o berço e mormente como brasileiro, no numero das fiéis e judiciosas assignaturas, que lhe vão ser apresentadas, para alcançar o seu regresso ao Brasil, peço tambem a V. M. I. com a confiança de um creado velho e com a franqueza propria de um verdadeiro amigo, que haja V. M. I. em tal caso de maneira a que, nem de presente nem para o futuro,

deixe o mundo inteiro de reconhecer, como a luz do meio dia, que não foi a ambição, mas um sentimento do mais nobre interesse que decidio o Fundador do Majestoso Imperio que a Natureza fez apparecer entre os tropicos, ao regresso ao Brasil.

Cada vez mais contente da fortuna, que me coube em sorte, de amar e servir a V. M. I., e cada vez mais reconhecido aos altos favores que a V. M. I. devo e a Imperatriz, que, nesta hora está com mão larga e generosa, resgatando-me dos meus credores e fazendo conseguintemente que possa, tendo a honra de acompanhal-a, ir quanto antes prostrar-me aos pés de V. M. I., continuo a fazer os mais ardentes votos pela preciosa e indispensavel vida de V. M. I. para ambos os hemisferios, confessando-me tal qual sou e tenho a honra e gloria de ser, Senhor, de V. M. I. o mais humilde subdito e mui fiél creado.

Marquez de Rezende.

Paris em 18 de agosto de 1833.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Conservo mui vivas saudades de V. E. e mui desejoso estou de receber carta sua. Tendo agora mui seguro portador, que é a Exma. S^nra^. Duqueza de Palmella, dirijo na carta junta, que V. E. me fará o favor de fazer chegar ao seu destino, as mui reverentes felicitações a S. M. I. pela feliz chegada da Rainha a essa capital. Nesta carta submetto eu ao Mesmo Senhor algumas medidas que me parecem de incontestavel utilidade, e bem assim algumas reclamações de manifesto direito: e provavelmente S. M. I. lhe mostrará a minha carta e o papel que nella incluo sobre taes objectos. Tratarei por tanto aqui do que ali não podia caber, e é o dizer-lhe que está sendo por cá mui censurada a marcha do governo da Rainha: quasi todos os seus actos são havidos por impoliticos, intempestivos e imprudentes; e de certo em vez de demolir as cousas velhas que ahi existem, antes de ter as novas que as devem substituir, aconselhava a prudencia que ahi se introduzissem as cousas uteis e faceis que ahi não ha, havendo-as

nos paizes estranjeiros. V. E. sabe quanta antipathia tinha Mr. Canning para as pessoas que figuravam em 1820 a 1822; sabe tambem que ainda maior antipathia tem por taes pessoas a Santa Alliança; portanto o que talvez não saiba é que Lord Palmerston está desgostosissimo da marcha dos negocios nesse reino. Na verdade imprudencia é assanhar contra o novo governo os cleros regular e secular e as classes privilegiadas. O papa acaba de protestar contra *des atteintes portées à la Religion dans ce royaume par l'Auguste Régent*. E notificou este protesto ao Corpo Diplomatico. Muita gente ahi rirá de tal protesto; e eu em logar de rir dou-lhe toda a importancia, pela impressão que deve fazer no animo do povo. E' mistér dissipar este nevoeiro, e bom fôra mandar já um ministro para Roma, no caso em que o veneravel Funchal não possa voltar. A extincção dos frades deve operar-se lentamente, e de accordo com o disposto no Concilio de Trento e com certas bullas, que já existem nesse reino. Por ora bastaria declarar os bens dos frades como hypotheca addicional á divida publica. Com geito tudo se obterá da Côrte de Roma. Nada mais de malhões (?); e bom fôra mudar de ministerio nomeando gente moderada e bem conceituada. Porto Santo, Trigoso, Guerreiro, Abreu Lima podem bem servir. Como não desejo senão o bem desse Reino e do Augusto Regente não duvido em dizer *toute ma pensée*. Consta-me que no Rio se está disposto a dar arrhas a S. M. I. a duqueza de Bragança. Havia comtudo na Camara dos Deputados um protervo projecto de lei de *banniment* contra o Augusto Regente; espero que não passe no Senado; e se passar, convem fazel-o cassar, por intervenção da França e Inglaterra, na sessão de 1834; porque se não pode banir o principe que abdicou espontaneamente e que ficou sendo o chefe da dinastia reinante.

Trtando agora do que me respeita, faça-me o favor de promover a expedição de uma notiftcação que S. M. I. prometteu-me mandar fazer ao governo brasileiro declarando que reconhecia como um pagamento legal feito pelo Brasil a Portugal, em execução da convenção de 29 de agosto de 1825, a quantia que entreguei em 1828 ao embaixador da Rainha em Londres; e bom será, além disto, notificar o pagamento que acaba a Regencia de fazer de uma parte dos juros atra-

sados; porque com a notificação deste pagamento cessou o motivo pelo qual estou sendo demandado no Rio de Janeiro. Peço-lhe que rasgue esta, depois de lida, e que confie na constancia do de V. E. amigo mui cordeal.

Itabayana.

Boulogne, em 21 de outubro de 1833.

P. S.—Recommendo-me aos S^nrs^. Almeidas. Envio tambem a S. M. I. notas sobre as emendas que exije a Constituição portugueza. Não se esqueça do bom e honrado Bayard.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Bem que a falta de cartas de V. E. me faça crer que V. E. ahi está envolvido em grandes que fazeres, e conseguintemente pouco disposto para prestar attenção ás minhas cartas, cujo conteúdo não concordará provavelmente com o que ahi se passa ou se projecta, comtudo não posso remeter-me ao silencio; permittir-me-á communicar-lhe o que occorre, bem certo de que fará disso o melhor uso que as circumstancias permittirem.

Em primeiro logar direi que a offerta de mediação feita pela Hespanha, bem que não seja desinteressada, é facto de grande monta e abre a porta a muitas combinações politicas. O querer mediar entre dous irmãos é o mesmo que dizer que quer decidir a questão a favor da Rainha; e quer-se isto, por desejar-se decidir a outra questão identica em favor da rainha D. Isabel. Ora sendo assim loucura fôra rejeitar tal offerta, ainda quando venha acompanhada de condições rançosas, porque facil será o obter-se a desistencia de taes condições e dar ao negocio uma tendencia para o fim de assegurar as corôas de Portugal e de Hespanha sobre as cabeças das duas jovens rainhas; este é o interesse real das duas Regencias, e facil será leval-as a esse concerto e á conclusão de um tratado de alliança para tal seguro. Com um pouco de geito e de insistencia da parte da Corôa portugueza poder-se-ia mesmo estipular que essa alliança com-

prehenderia a Corôa do Brasil, no caso de querer a Regencia daquelle Imperio acceder a ella, estipulando um proporcional contingente. Uma tal clausula faria muita honra ao Augusto Regente; e uma tal alliança consolidaria muito a monarquia brasileira. Ninguem dirá o contrario; e ninguem melhor do que V. E. para assoprar esta idéa. Uma tal alliança teria o ar de um pacto de familia e um precedente; e não creio que Inglaterra e França se opponham a isso.

A molestia do joven Imperador que grande sobresalto causou no Rio, fez ali reconhecer a necessidade de casar-se quanto antes a Senhora D. Januaria; e creio que ella mereceria a approvação do Augusto Pai da princeza; e bom fôra que fosse elle quem fizesse a escolha do noivo. No Wurtemberg ha principes maiores de 25 annos, a quem tal alliança póde convir. Consta-me outrosim que o Senado votou cem contos de réis annuaes a titulo de arrhas á S. M. a Imperatriz: mas dizem-me isto de maneira tal que se me dá a entender que esse voto devia ser ainda discutido na outra Camara, onde predomina o partido demagojico. Em todo o caso é de grande importancia este voto do Senado, onde brilharam Cayrú, Alcantara, Pedra Branca e Saturnino, quando se discutiu a materia.

O nosso Bayard preparava-se a partir, e talvez já se ache em Lisboa, quando esta chegar ás mãos de V. E.; e muito me peza ver o pouco apreço que ahi se faz de tão importante servidor e do nosso cooperador encoberto. Fale V. E. ao Augusto Regente, e diga-lhe que o Bayard é um homem de maduro conselho e illibada probidade, e que poucos homens dessa laia conta Portugal. Diga-me em resposta, se posso, sem risco de tornar-me fastidioso, continuar a communicar as idéas desinteressadas que me occorrerem a bem dos dous paizes e das duas Corôas. Além disto, faça-me o favor de apresentar as minhas homenajens a S. S. M. M. e de crer de V. E. amigo constante e leal.

Itabayana.

Boulogne, em 20 de dezembro de 1833.

Do marquez de Resende a d. Pedro, ex-imperador

Senhor.

Meu querido Amo e Meu Senhor.

Começo por pedir a V. M. I. perdão do máu papel em que escrevo por ser o unico que aqui ha: passarei depois a agradecer infinitamente a carta que V. M. I. me fez a honra de escrever-me em 7 do corrente, e de reenviar-me pelo mesmo correio, que primeiramente me tinha encontrado, que me socegou segurando-me ter deixado a V. M. I. e a Sua I. e R. Familia no melhor estado de saude. Bem desejaria eu poder responder a V. M. I. da maneira indicada na Sua sobredita carta; mas tendo chegado a esta quinta na noute de 8, por causa do alongamento da jornada, que me foi preciso fazer, para ir a Cintra tomar noticias do casal do Rebolo, pertencente ao marquez de Penalva, e podendo hontem conseguir em Torres Vedras apenas alguns poucos e pequenos esclarecimentos para o trabalho que aqui me trouxe; tendo de mais a mais que visitar as duas outras quintas pertencentes a minha familia na Serra e Bogalheiros, que distam desta algumas leguas, muito farei se puder ir beijar as Mãos de V. M. I. e da Sua Augusta Familia no dia dos annos de S. M. a Senhora Rainha Fidelissima.

Queira V. M. I. aceitar com estas justas excusas a protestação dos puros votos que faço aos Céos pela conservação da sua importante vida e saude, em que tão interessado é quem tem a honra de ser, Senhor, de V. M. I., etc, etc.

(N.—Deve ser de março de 1834.)

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Sabendo que V. E. se queixa ahi da falta de cartas minhas, como eu aqui me lamento da falta de letras suas, desde a sua chegada a essa capital, tenho a satisfação de dirijir-lhe a presente, para dizer-lhe que o meu silencio tem tido por causa o receio de importunal-o, quando a sua attenção devia estar absorvida com os grandes acontecimentos occorridos nesse

Reino. Emfim acha-se consumada a empresa que começamos em 1828, e que tantos dissabores nos ha causado desde então até a época do seu faustissimo remate. Para bem seja o restabelecimento da Rainha a Senhora D. Maria 2ª sobre o throno portuguez, e seja o seu reinado d'ora em diante uma edade de ouro para o exsangue Portugal! Já tive a honra de dirijir por escripto as minhas acatadas e cordeaes felicitações ao Magnanimo Regente; e com grande pesar soube pelos jornaes que a sua saude se acha mui alterada em consequencia dos transes por que tem passado. Queira o Céo por termo ás suas attribulações e conceder-lhe dias mais serenos. Nestes votos é V. E. quinhoeiro: porque estando os seus destinos unidos ao do Augusto Regente, deve V. E. egualmente partilhar a ventura que o Céo lhe dispensar. Agora falarei de mim: e como V. E. acho-me privado do fôro de cidadão brasileiro por um illegal decreto da Regencia do Imperio, e sob o pretexto de haver eu aceitado condecorações e empregos do governo portuguez; é falsissimo o tal pretexto. Recebi o diploma de um grão-cruz portuguez, e não emprego: muito prezei a mercê desse grão-cruz; mas não usei delle por ser mistér licença da tal Regencia para tal uso; e essa licença pedi eu em 24 de maio de 1833 em officio que existe na secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros do Rio de Janeiro. Acho-me, pois, forçado a procurar uma nova patria; e para mais dobradas máguas acho-me, em consequencia dos baldões que tem soffrido o Brasil nestes ultimos annos, com um desfalque de treze mil francos na modica renda annual que tinha na época em que tive a fortuna de saír da carreira publica e de vir para este retiro: e todos estes contratempos são detrimentosos quando se está no ultimo quartel da vida. Tendo-lhe dito francamente quanto me respeita, creio ter direito a reciprocidade da parte de V. E.: queira, pois, dizer-me se a sua situação se tem melhorado ou se espera melhoral-a; e muito me inquieta a incerteza em que estou a este respeito. O facto da minha desnaturalização azedou tanto ao nosso Avellar, que está decidido a regressar ao seio da sua patria adoptiva: eu apoio tão louvavel resolução; e muito folgaria se visse aproveitado o prestimo e honradez do nosso amigo pelo Augusto Regente; elle se daria por feliz sendo nomeado

adido á legação da Rainha em Pariz; e o serviço da Mesma Senhora ganharia em tal nomeação. Resta a saber se isto é possivel; e somente V. E. poderá sabel-o e fazer-me o favor de dizel-o. Esta ser-lhe-á entregue pelo nosso amigo Bayard, que é do mesmo quilate do Avellar, e que, com grande admiração dos que conhecem seu merecimento e diuturnos serviços, se acha ainda desempregado. Eu não acho justo que se tire logar a quem bem o occupa; mas tambem acho máu que se deixe de aproveitar, quando convém e é possivel, o prestimo de certos homens: tal é o caso quanto ao Bayard. Terminarei esta protestando ser mui cordialmente de V. E. amigo affectuoso e constante, visconde de Itabayana.

P. S.— Ninguem é mais proprio do que o Bayard, que fala e escreve varias linguas, para o logar de Offcial Maior da Secretaria de Estado dos Negocios Estranjeiros, visto estar cançado o S^nr^. Thedoro José Pinheiro.

Boulogne, em 19 de julho de 1834.

O que se segue acha-se numa tira de papel incluida na mesma carta, e é do punho de Itabaiana.

O estado do Brasil peiora de dia em dia; a realeza está em grande risco; de novo se propoz na Camara dos Deputados o banimento do Fundador do Imperio e chefe da dinastia brasileira; é grande attentado; e a proposição teve a favor 60 e tantos votos e somente 17 contra, sendo dos deputados bahianos e pernambucanos na maior parte. Um unico esteio se pode por ao throno do Brasil; é o immediato casamento da princeza a Senhora D. Januaria com um principe maior de 25 annos, para que possa assumir a Regencia. Ninguem ousa propor isto no Brasil; e não convindo que o Augusto Pai da Princeza se exponha a algum desacato por parte dos demagogos, deve tal casamento ser proposto pelo Augusto Avô, S. M. o Imperador da Austria e apoiado pelas Côrtes de Londres e Pariz, que ao mesmo tempo exijirião a revogação da lei do banimento, se ella tiver passado. Nisto toda a demora é prejudicial; a demagogia está arrogante por contar com a tolerancia dos governos inglez e francez; e estes sairão da sua indifferença, logo que se lhes disser uma

verdade que elles ignoram, e é que a perturbação do Brasil é em grande parte obra do governo dos Estados Unidos.

Dê peso a esta tira de papel; o seu conteúdo é grave.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

O silencio de V. E. desde que chegou a essa capital motivou o meu, que romperei hoje por effeito da dor acerba que me ha causado a infausta e prematura morte do Principe Magnanimo que nos liberalizou tantos testemunhos de confiança e benevolencia. Esta morte é no momento actual dupla calamidade por privar esse Reino e o Brasil do seu mais robusto sustentaculo. Ella está sendo deplorada por todos os corações generosos neste reino e no visinho; e esta circumstancia mitiga algum tanto a minha dor. Estou, porém, assustadissimo quanto ás consequencias que ella possa ter em Portugal e no Brasil; vendo, porém, á frente do ministério o varão que teve a gloria de arvorar a bandeira da Legitimidade, quero esperançar-me de que elle poderá sustentar o throno da Senhora D. Maria 2ª contra quaesquer assaltos dos seus adversarios; mas vendo na mais completa orfandade o throno brasileiro e a parte da Familia Imperial que lá ficou, grão medo tenho de que não possa conservar-se, se não se tomarem cá algumas medidas adequadas para a sua conservação; e duas são as medidas que me occorrem: a primeira fôra a de fazer-se nomear Regente do Brasil e tutora do Imperador menor e de Suas Augustas Irmans S. M. I. a Duqueza de Bragança, no caso de querer ella dar ao mundo um grande exemplo do seu amor conjugal; a segunda a de fazer esposar a Princeza a Senhora D. Januaria, e de investir da Regencia o principe que ella tiver esposado. Os artigos 122, 124 e 130, convenientemente interpretados, auctorizam ambas estas medidas, que deverão ser concertadas entre Portugal, Austria, Inglaterra e França, tomando Portugal a iniciativa e devendo o que for concertado ser intimado categoricamente pelas mesmas potencias ao governo do Brasil. Demais disto o concurso da Côrte de Vienna neste negocio do Brasil facilitaria o reconhecimento da Senhora D. Maria 2ª por parte

daquella Côrte. Lembra-me que Canning serviu-se habilmente da questão entre Portugal e Brasil no anno 1824 para congraçar-se com a Côrte de Vienna e fazel-a destacar-se algum tanto da Santa Alliança, e outro tanto podem fazer agora de commum accordo o duque de Palmella e Lord Palmerston. O momento é opportuno: o concerto das medidas combina com os interesses actuaes dos gabinetes de Londres e Pariz, que são de enfraquecer a Santa Alliança; e no Brasil ha um numeroso partido que, em segredo, deseja ver a Regencia conferida a uma pessôa real. Em Wurtemburg principes ha maiores de 25 annos. O que falta é quem proponha e promova a adopção de uma ou outra destas medidas; tomemos nos ambos esta missão; porque o melhor modo de testemunharmos a nossa gratidão ás cinzas do Principe, que é hoje o lutuoso objecto das nossas lagrimas, será trabalhando, quanto couber em nossos debeis meios, para a sustentação dos dous thronos, sobre que impéra a Sua Augusta Descendencia. Em 1828 lhe fiz eu uma proposição identica, que V. E. aceitou: e nossos esforços forão coroados do mais completo successo. Tentemos hoje uma nova empreza; e de certo o duque de Palmella nos ajudaria. Tão magoado está o meu coração, que não posso deixar de ser conciso; e forçoso é pedir a V. E. o favor de depor aos pés de S. S. M. M. Fidelissima e Imperial o devido tributo dos meus mais sentidos pezames e da minha constante devoção por toda a Familia Imperial. Obedeçamos aos decretos do Céo, e queira elle protejer os dous thronos irmãos, como fervorosamente lhe supplica o que é bem cordialmente de V. E. amigo constante, visconde de Itabayana.

Boulogne, 10 de outubro de 1834.

P. S.— Os artigos que hei citado são da Constituição do Brasil. Já saberá que a bancarota Hespanhola veiu consumar a ruina da minha modica fortuna.

Illmo. e Ex^m^. S^nr^. Marquez de Rezende.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Muito me inquieta o silencio de V. E. em tão dolorosa circumstancia, qual é a do lutuoso e prematuro fallecimento do Nosso Augusto Amo; e não bastante haver escripto a V. E. logo que se confirmou esta infausta noticia, de novo o farei hoje, para pedir-lhe pela segunda vez o favor de depor aos pés de S. M. I. a Senhora Duqueza de Bragança os meus mui acatados e sentidos pezames; visto que para esse effeito me hei dirijido á baroneza de Sturmefeder (?), que ora sei achar-se em Munich, e não em Lisboa, como eu o suppunha. Como já disse a V. E. são para mim sagradas as cinzas do Principe Magnanimo que nos honoru com a sua confiança, Sua Augusta Consorte e Descendencia: e o melhor modo porque poderemos provar ao mundo a nossa gratidão seria cooperando, quanto couber em nossos meios, para a duração e prosperidade dos dous thronos de Portugal e Brasil. O primeiro grande arrimo tem na pessoa do prestantissimo duque de Palmella, cujo nobre caracter inspira a maior confiança a todos os governos da Europa. O segundo nenhum arrimo tem, e acha-se na mais assustadora orfandade: urgente é por-lhe as possiveis escoras, e as que me parecem mais fortes são as que indiquei na minha precedente carta, e são:

1°, fazer nomear Regente do Brasil S. M. I. a Duqueza de Bragança no caso de querer ella dar ao mundo esse solemne testemunho do seu amor conjugal;

2°, o se fazer nomear Regente o principe que esposar a Princeza a Senhora D. Januaria: devendo este arranjo ser objecto de uma negociação secreta entre Portugal, Inglaterra, Austria e França; digo negociação secreta prevenindo o caso em que o governo da Rainha tenha por mais prudente o não tomar parte ostensiva neste negocio para com o Brasil. Não vejo, porém, o menor inconveniente em fazer o duque de Palmella sair a Côrte de Vienna da posição ambigua ou menos amigavel em que ella ora se acha para com a de Lisboa. Aberturas officiosas já estão feitas a Lord Palmerston, e a M^r^. d'Appouy, que logo as transmittiu para Vienna e se

mostra assustadissimo com os riscos da orfandade. Convém que de Lisboa venham aberturas com cáracter official. Lembra-me tambem (e offereço a sua meditação) que em ordem a mitigar os arrufos actuaes da Côrte de França, talvez conviesse insinuar-lhe *com o devido melindre* a idéa do casamento da Princeza a Senhora D. Francisca com um dos principes da casa d'Orléans. Queira por quem é elaborar todas estas idéas e promover a adopção dellas ou de outras que pareçam melhores, e queira responder-me para tirar-me do estado de anciedade em que estou pelo que toca á orfandade do Brasil. Em uma palavra, promova o governo da Rainha o concerto entre as referidas Côrtes; fique, se lhe convier, detraz da cortina, e deixe que a Inglaterra, Austria e França façam em commum a intimação prévia ao Brasil. Creio ter dito assás para incitar o zelo de V. E.; e nesta persuasão remato esta protestando ser de V. E. amigo affectuoso, constante e fiél, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 26 de outubro de 1834.

Do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana

Exmo. Amigo e S^nr^.

Respondendo as duas cartas de V. E. de 10 e 25 do mez proximo passado, começarei por lhe declarar que não aceito mas desculpo a arguição que V. E. injustamente me fez no principio de ambas aquellas cartas acerca do meu silencio depois de chegar a esta Côrte, sem duvida por V. E. ignorar que nos primeiros nove mezes andei em continuas digressões pelas differentes provincias até o dia 20 de agosto, em que regressei a Lisboa para me por ao pé da cabeceira do leito do Imperador, depois de cuja morte só ainda me não achei com a cabeça de escrever uma só linha a pessoa alguma. Passarei a agradecer da parte de S. S. M. M. o tributo de dôr na Presença d'Aquellas Augustas Senhoras, por occasião da funesta perda que Ellas, como nos, acabam de experimentar. Entrarei finalmente depois na materia politica que contêm as duas mencionadas cartas, declarando-lhe d'antemão que o que a tal respeito discorrer é pura e unicamente discurso meu,

sendo não menos certo que não li nem referi a Imperatriz, além dos já referidos cumprimentos de pezames, outro algum topico daquellas cartas, visto que nem V. E. m'o pediu nem eu entendi que devia desnecessariamente cançar com contextos politicos o animo já por muitos casos e por tantas cogitações sobremaneira opprimido daquella excellente e tão desgraçada princeza, ainda hoje profundamente mergulhada num mar de amarguras. Concordando eu perfeitamente com V. E. nas consequencias funestas que a morte do Imperador deve necessariamente acarretar tanto ao Brasil como a Portugal, não partilhando eu, porém, relativamente ao estado das cousas deste Reino as esperanças que V. E. ainda nutre e põe no homem certamente brilhante em um salão diplomatico, mas sempre desventurado num gabinete, e que sugerido á Rainha por quem quer que fosse, que seguramente não foi Seu Augusto Pai nem Sua Augusta Mãi, como eu muito pertinentemente o posso atestar, se acha hoje em tão grande phase á testa de um ministerio informe e por isso mesmo inconsistente; e subscrevendo eu de todo o coração ao dictame que a minha consciencia tinha inspirado antes de o ler na carta de V. E., que o melhor modo de testemunhar a nossa gratidão ás cinzas do Principe, que é hoje o luctuoso objecto das nossas lagrimas, será trabalhando, quanto couber em nossos debeis meios para a sustentação dos dous thronos sobre que impera a Sua Descendencia; e tendo finalmente ha muito para mim, que Portugal apenas recebeu de nos, o que então somente dous honrados loucos como nós (perdôe-me V. E. a parte que lhe destino neste epitheto, visto que tambem nelle tomo o meu quinhão) poderiamos dar, nada mais quiz nem quer saber de brasileiros, ainda mesmo desnaturalizados do melhor agrado, e com muito mais razão (visto não considerar eu nem fundada nem legal aquella nossa desnaturalização, e me ter constantemente determinado, bem como o Imperador, a não tomar outra, a menos que o Brasil claramente postergue a Constituição Politica que haviamos jurado) aceitaria eu agora o convite que V. E. em 1834 me fez a honra de dirijir-me, não já, como fizera em 1828, para eu com V. E. cooperar a bem de uma causa justa e conjuncta, porém estranjeira, mas em defesa do throno e da unidade

nacional, a que ainda hoje e por bom Direito julgamos pertencer, não duvidando eu sacrificar todos e quaesquer resentimentos pessoaes ao cumprimento do sagrado dever que me impõe aquella presuposta e mencionada qualidade de cidadão brasileiro. Duas unicas cousas embargam hoje a minha prompta aceitação do convite que V. E. me acaba de fazer e são: 1º, o cheiro que me veiu de que neste caso anda (sem certamente V. E. o saber) intriga Palmellista; 2º, haver de recorrer-se, como V. E. me diz, á protecção ou interferencia, que eu sempre em todos os casos declinarei, do duque de Palmella. Isto posto, tão depressa V. E. me jurar debaixo de sua palavra de honra que a importante questão, em que me convidou a entrar, está collocada fora da esphera da actividade da intriga e da influencia do actual presidente do Conselho de ministros de Portugal, e que em caso algum se ha de recorrer, por maneira alguma nem a algum dos seus collegas nem á auctoridade alguma, que delles dependa, nem a elle, já daqui declaro que então aceitarei com a mais prompta vontade o convite, que para o proposto fim, V. E. se servir de enviar ao fiél e constante amigo, Marquez de Rezende.

Lisboa, 7 de novembro de 1834.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tão importante e urgente é o assumpto que tenho tratado nas minhas duas precedentes cartas, que julgo dever repisal-o nesta, não tanto para estimular o zelo de V. E., mas sim para aclarar o que já disse. A lutuosa morte do Nosso Augusto Amo constituiu na mais completa orfandade e desamparo o throno do Brasil; e coincidindo este infausto acontecimento com os actos revolucionarios praticados pela Camara dos deputados brasileiros na sessão deste anno, que recapitularei aqui:

1º, a desaforada proposição para ser banido o Fundador do Imperio e Augusto Pai do Senhor D. Pedro 2º (proposição que felizmente não passou);

2º, o esbulho do tutor que o Senhor D. Pedro 1º déra a Seus Augustos Filhos;

3º, a exclusão do Senado em tudo quanto foi relativo á reforma da Constituição;

4º, a reforma da Constituição feita no sentido mais democratico, adoptando-se o systhema federal e formas republicanas de que a deputação da referida Camara faz alarde no discurso que dirijiu á Regencia em 7 de agosto proximo passado e que V. E. verá nas Gazetas;

5º, a futura nomeação de um unico Regente, com manifesta violação dos artigos 123 e 124, que exigem regencias multiplas todas as vezes que entre os membros da familia imperial não houver um principe maior de 25 annos; nomeação, que tem por objecto o inaugurar o chefe da facção dominante, e põe o throno do Brasil no estado o mais precario; e de certo elle baquerá se as duas Côrtes parentes (de Lisboa e Vienna) não tomarem promptas medidas para o fim de escoral-o ao menos durante a menoridade do Imperador. Taes medidas são opportunas e faceis; opportunas por duas razões: 1º, porque os factos relatados da Camara dos Deputados e a morte do Senhor D. Pedro 1º offerecem occasião e pretexto plausivel para a adopção dellas; 2º, porque a Inglaterra reconhecendo quanto lhe convém neste momento obsequiar e amparar a Côrte de Vienna se mostra disposta a coadjuvar efficazmente quanto as Côrtes de Vienna e Lisboa quizerem fazer a bem do throno brasileiro. Faceis por que ha ainda no Brasil um numeroso partido realista, que deseja cordealmente a conservação da realeza; e porque para refrear e mesmo esmagar a facção dominante, bastaria fazer conferir a Regencia do Imperio, nos termos do artigo 122 á Senhora Duqueza de Bragança ou ao principe maior de 25 annos que esposar a herdeira presumptiva da Corôa, a Senhora D. Januaria, que já deve ser nubil. Limitam-se, pois, as medidas a um concerto entre as Côrtes de Lisboa, Vienna e Londres (e bom será tambem de Pariz) para o fim de conseguirem a investidura da Regencia em uma das duas mencionadas pessoas reaes; e allegando-se tanto a nullidade do decreto, pelo qual se vai elejer um Regente (decreto que é nullo por ser feito sem participação do Senado e com flagrante violação dos artigos 13, 14, 52 e 57), como a intenção em que diziam as potencias estarem de não reconhecer o tal

Regente, nullamente eleito, logar tem a proposição da referida investidura, que não deixaria de ser attendida, sendo feita collectivamente pela Austria, Inglaterra e França (quando a Côrte de Lisboa tenha por mais politico o ficar atrás da cortina). A eleição do Regente deve ter logar em maio de 1835, e muito convém que a proposição das ditas Côrtes seja feita antes e á Regencia actual: a qual devendo passar o poder para as mãos do Regente que se pretende eleger e sendo *angariada como convém pelas potencias* se bandeará com ellas e facilitaria a obtenção do fim a que se propoem as potencias. Este golpe não falhará uma vez que as potencias falem em tom de voz alto e forte, e que os navios de guerra inglezes e francezes se ponham em attitude correspondente á das tres potencias officiosas. Eu vou ainda mais longe: poder-se-á mesmo conseguir a annulação dos actos legislativos decretados pela Camara dos Deputados com exclusão do Senado e a reintegração do tutor instituido pelo Senhor D. Pedro 1º. Nessa mesma attitude se conservarão as tres potencias até a chegada da pessoa real que deveria assumir a Regencia; e então farão ellas, ou uma declaração collectiva dizendo que durante a menoridade do Imperador ellas *apoiarão efficazmente e segundo as circumstancias* o Regente no exercicio do seu cargo; ou fazendo com elle um tratado analogo ao que ora se chama de quadrupla alliança mutatis mutandis. Eis bosquejado o plano: elle não falhará se não se perder tempo em adoptal-o; e pelas sagradas cinzas do Fundador do Imperio lhe peço que impilla o Exmo. duque de Palmella a fazer á Inglaterra e Austria as precisas aberturas: convidando esta a auctorizar pessoa que possa tomar parte na conferencia de Londres e passar depois ao Rio de Janeiro; e pedindo áquella que solicite e obtenha a accessão da Côrte de França ao concerto projectado; e que auctorize Sarmento para intervir nesse concerto, entendendo-se antes confidencialmente comigo. O tempo urge: e é de absoluta necessidade que a intimação das potencias parta da Europa até o fim de fevereiro ao mais tardar, porque o Regente deve ser eleito em maio. E antes da intimação deve partir a insinuação aos ministros e consules inglezes e francezes para que assoalhem

que as suas Côrtes tem por nulla a eleição do pretendido Regente e estão decididos a não reconhecel-o.

Creio ter dito assás a quem tão atilado é; e com a maior anciedade espero respostas de V. E. sobre este assumpto. Prezo-me de ser e serei sempre de V. E. amigo cordeal e constante, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 7 de novembro de 1834.

P. S.—Faça-me o favor de queimar todas estas cartas depois de lidas e meditadas.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

A carta que acabo de receber de V. E. veiu desvanecer a penosa suspeita que me causara o longo silencio de V. E., e com isto muito folga a minha constante amizade: porque não me permittindo a minha edade contraír novas amizades, desejo mui cordalmente conservar os amigos que tenho.

Na mesma carta diz V. E. o que eu crera, quando não m'o dissesse, e é que a prematura morte do Nosso Augusto Amo lhe havia causado mui vehemente dor, e que concorda comigo quanto a testemunharmos a nossa gratidão ás suas cinzas, cooperando o mais que pudermos para a firmeza dos dous thronos sobre que impera a Sua Augusta Descendencia. Impõe V. E. comtudo uma condição a essa cooperação, que fortemente me embaraça, porque não tendo nos hoje, como em 1828, cáracter official e necessitando para isso que os nossos esforços sejam apoiados por uma das Côrtes, pelo menos, que mais se devem interessar pela conservação do throno brasileiro hei já reclamado esse apoio por parte da pessoa que V. E. deseja eliminar de toda a intervenção neste negocio. Certo de que á união que reinou entre as pessoas que em 1828 tomarm a si a honrosa missão de defender a causa da Senhora D. Maria 2ª se deveu o esperançoso andamento dessa defesa, muito sentirei que a falta desta união no momento actual exponha o throno do Brasil ao risco de baquear por falta de promptas e adequadas medidas tomadas a seu favor; e falando-lhe com a devida franqueza dir-lhe-ei

que não hesitarei em sacrificar todos os meus resentimentos e todas as minhas prevenções sobre o altar da realeza para o fim de salval-a na Augusta Pessoa do Senhor D. Pedro 2º; e em abono da pessoa de quem V. E. está resentido, citarei a sentença seguinte: Les fautes qu'on fait dans les grandes places ne sont pas toujours libres: ce sont souvent des suites malheureuses et necessaires de fâcheuses situations où l'on se trouve.» E em vez desse resentimento privar a V. E. da honra de esposar a defesa do Senhor D. Pedro 2º, parece-me que este objecto offerece a occasião de uma generosa reconciliação: e então unidos em idéas e no mesmo intento poderiamos marchar com esperança de bom resultado, comtanto que Portugal ou Austria tome a iniciativa neste negocio: podendo Portugal, attentas as suas actuaes circumstancias, tomal-a clandestinamente e devendo a Austria tomal-a de uma maneira ostensiva e solemne. Durante o ministerio de Lord Palmerston, que reconheceu convir-lhe obsequiar a Austria, coadjuvando-a nesse negocio, no caso de querer ella protejer o throno brasileiro havia eu concebido as melhores esperanças sobre a adopção de promptas medidas a bem do dito throno; mas achando-se Lord Wellington á frente do gabinete inglez, fechada está a porta delle tanto ao ministerio da Rainha como a nos ambos; e forçoso é solicitar por todos os modos a intervenção da Côrte de Vienna, que, pelo facto de ter que tratar com o referido Lord, e não com Lord Palmerston, terá menos difficuldade em emprehender a defesa da realeza no Brasil. Como, porém, instigar a Côrte de Vienna? Eis a questão; e dous são os meios que me occorrem: ou dirijindo-se o ministerio da Rainha (ou Ella Mesma ao Seu Augusto Avô) expondo-lhe o imminente perigo e completo abandono do throno do Brasil e apontando-lhe o unico remedio que ha, e é de fazer passar a Regencia para as mãos, ou de S. M. I. a Duqueza de Bragança, ou de um principe maior de 25 annos que espoze a princeza a Senhora D. Januaria; ou dirijindo-se S. M. I. a Duqueza de Bragança a Sua Augusta Tia a Imperatriz da Austria fazendo-lhe a mesma exposição e apontando o mencionado recurso da mudança da Regencia. Para taes aberturas em méras cartas de familia ou não officiosas não se faz necessario o preliminar do reco-

nhecimento do governo da Rainha por parte da Côrte de Vienna, e para fazer ver claramente a esta Côrte o estado precario do throno do Brasil, bastaria allegar-se:

1º, a adopção do systhema federal mediante a creação de assembléas legislativas nas provincias nos termos da lei de 12 de agosto deste anno;

2º, a futura eleição de um unico regente por quatro annos;

3º, o discurso que a deputação da Camara dos Deputados dirijiu á Regencia em 9 de agosto alardeando ter estabelecido o systhema federal e revestido a monarquia de instituições republicanas;

4º, e finalmente, um monstruoso projecto de lei que o Dr. França e seus dous filhos apresentaram á Camara referida para dever de ser o Brasil federado (ou, para melhor direi, encorporado) aos Estados Unidos.

Taes peças poderá V. E. achar nessa capital: e á vista dellas forçoso e doloroso é reconhecer que o titulo de Imperio é uma zombaria. O perigo do throno brasileiro não pode ser maior: a infausta morte do Senhor D. Pedro 1º devolve á Austria o direito de tutela sobre o joven e orfão Imperador, e os actos ultimamente praticados pela Camara dos Deputados com exclusão do Senado e manifesta violação da Constituição offerecem a mais opportuna occasião para o exercicio desse direito, convindo que a Austria seja assistida da Inglaterra e mesmo da França no passo que der perante a Regencia do Brasil; e dado assim esse passo, e de uma maneira grave, formal e categorica não será dado debalde. A facção que reina no Brasil é gárrula; mas não é forte, e curvará a cerviz á attitude severa das mencionadas potencias. Eis quanto penso e creio conveniente fazer-se sem perda de tempo: queira o Céo que V. E. pense e creia o mesmo que eu, e se decida a sacrifcar os seus resentimentos ao bem da Realeza. Em todo o caso faça-me o favor de beijar por mim as Mãos de S. S. M. M. e de honrar-me com uma prompta resposta. Creia ao mesmo tempo que me prézo de ser de V. E. amigo constante e respeitoso, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 4 de dezembro de 1834.

P. S.—Este negocio exige o maior segredo e a maior circumspecção, e acompanhado de linguajem orthodoxa, que a unica que entende a Côrte de Vienna, como V. E. bem sabe.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Na primeira destas cartas hei tratado do que respeita ao Brasil, e nesta tratarei do que toca a Portugal e aos nossos negocios pessoaes. Principiarei, pois, por dizer-lhe que me informe do estado do espirito publico nesse Reino e, nomeadamente, nas provincias que V. E. discorreu; dizendo-me se a maioria dos habitantes é ou não favoravel á causa da Rainha e ao seu governo. Observei daqui que nenhum enthusiasmo houve no momento em que ella assumiu as rédeas do governo; e entendo que essa falta de enthusiasmo foi effeito do miserando acontecimento que occasionou a emancipação de S. M. Nessa mesma occasião esperava eu que a Rainha dirijisse uma proclamação em linguajem sentimental á Nação (á exemplo de Sua Avó Maria Thereza), chamando os partidos á concordia e dizendo que confiava no amor dos póvos, cujo bem-ser seria o constante objecto da sua solicitude. A linguajem de uma joven rainha seria escutada com ternura. Entendo tambem que, á exemplo do que fez Carlos 2º de Inglaterra no seu manifesto feito em Breda em 4 de abril de 1660, se devia por lei prohibir o emprego de invectivas ou quaesquer termos tendentes ou a offender o partido vencido ou a estabelecer uma differença odiosa entre vencidos e vencedores. Entendo, finalmente, que no caso de ser difficil reconciliar os partidos, se deve curar de dividir o partido vencido, segundo a maxima de Machiavel; e um dos meios de dividil-o, sondal-o, comprometel-o é empregando os miguelistas em logares de pouca importancia; permittindo aos fidalgos a entrada no Paço e cousas semelhantes. Ora esse partido vendo Wellington á frente dos negocios ha de visar a uma restauração; e urgente é convertel-o, ou dividil-o e comprometel-o quanto antes.

Direi mais que a lei sobre o exterminio do Infante tem parecido a todos aqui uma lei atroz; e quero crer que a Rainha

não a sanccionará, e fará propor uma outra conciliavel com os principios de justiça: declare-se como crime de lesa-majestade a entrada delle no territorio portuguez, e creio que isto bastará.

Tratemos de nós. Diz-me V. E. que ahi nada se quer de brasileiros nem mesmo de naturalizados; e isto vem transtornar os meus projectos; porque não somente pretendia ir domiciliar nesse Reino, como simples particular, mas tambem pretendia ahi naturalizar-me no caso de obstinar-se a demagojica Regencia do Brasil em a minha desaforada desnaturalização; digo desaforada por ser fundada em uma falsa allegação. Querendo, porém, usar de moderação, hei reclamado contra essa injustiça; e se for cassado o decreto da minha desnaturalização, aberta está a V. E. a porta para fazer cassar o seu, mediante uma justificação feita no Consulado do Brasil de não ter usado do grão-cruz de que teve mercê e de não ter aceitado emprego ou pensão do governo de S. M. F. Por não querer-se ahi nada de brasileiros, não se segue que o governo da Rainha deva não querer occupar-se de por esteios ao throno vacilante de Seu Irmão; e estas animosidades são ridiculas e deshonrosas. Nada sei de positivo ácerca do casamento de S. M. F., porém se como leio nas gazetas, ella vai esposar S. A. o Principe Augusto de Leuchtemberg, boa occasião terá V. E. de inculcar o nosso honrado amigo Avellar para secretário ou thesoureiro de S. A.S.; para ambos estes empregos não achará S. A. S. pessoa mais digna. Por cá se diz que V. E. está a ponto de casar-se com uma rica herdeira: e como sempre entendi que V. E. devia dar este passo, desejo que V. E. me diga o que ha de verdadeiro neste boato. Falarei ainda do Brasil, porque me sobeja papel. Bom fôra que o passo que houvessem de dar as Côrtes de Vienna, Londres e Pariz precedesse á instalação do futuro Regente; porque a Regencia actual devendo antes querer entregar o poder a uma pessoa real do que a um compatriota, se prestaria ao casamento da Senhora D. Januaria ou á eleição de S. M. I. a Duqueza de Bragança: se, porém, o tal passo tiver logar depois de instalado o futuro Regente, convém que as potencias lhe neguem o seu reconhecimento, allegando a nulli-

dade da lei em virtude da qual foi eleito; e esta recusa de reconhecimento é o unico meio de forçal-o a tratar com as potencias e a annuir aos seus dictames. Rumine, e desenvolva V. E. com quem convier estas idéas que enuncio concisamente. E' mistér adoçar o resentimento ou o enfado actual desta Côrte; e lembra-me que isso poderá fazer-se *insinuando com o devido melindre* o casamento da princeza a Senhora D. Francisca com um destes principes. Creio ter dito quanto tinha em mente, e acabo pedindo-lhe que me recommende a ambos os Ill^mos^. S^nrs^. Almeidas e que me creia firmemente de V. E. amigo mui affectuoso e leal, Itabayana.

Boulogne, em 5 de dezembro de 1834.

P. S.—Peço mil cumprimentos aos Ex^mos^. S^nrs^. Dom Francisco de Almeida, Dom Luiz da Camara e Thomaz de Mello Breyner.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Hontem annunciaram as gazetas inglezas a faustosa noticia da celebração do casamento de S. M. a Rainha de Portugal com o Serenissimo Principe de Leuchtemberg: e como me cumpre, tomo hoje a penna para rogar a V. E. o favor de apresentar a S. S. M. M. F. e I. o devido tributo das minhas acatadas felicitações por um consorcio que o Céo abençoará sem duvida. A poitica exijia a aceleração delle, e aceleração houve: resta que ella saiba tirar todo o possivel partido deste auspicioso evento, fazendo-o servir utilmente para o fim saudavel de reconciliar os partidos occasionados pela usurpação; e se me fosse licito insinuar uma idéa para tão benefico effeito, lembraria que o Augusto Consorcio fosse anunciado á nação em uma proclamação de S. M. a Rainha em estilo nobre e sentimental, chamando todos os subditos á concordia. A voz de uma joven Rainha não pode deixar de ser ouvida com ternura; e eu quizera que ella na mesma proclamação se dirijisse especialmente ás mãis, consortes, irmans e filhas, requerendo o seu concurso para o restabelecimento dessa concordia. Dissera tambem que fossem

chamados á Côrte os fidalgos dissidentes; e este chamamento quadra bem com o promettido esquecimento do passado. Pregue-se concordia por este ou outro qualquer meio; porque no momento em que Lord Wellington vai assumir o poder na Inglaterra, e em que a França e Hespanha se mostram arrufadas pelo consorcio que se acaba de celebrar, mais necessaria se torna essa concordia. Muitas outras cousas ha que converia fazer-se nesta festiva conjunctura, mas não cançarei a V. E. indicando-as, porque tenho que fatigar a sua attenção enumerando as tristes novas que acabam de chegar do Rio de Janeiro e são as seguintes:

1°, que a Commissão da Camara dos Deputados, encarregada do exame dos abusos introduzidos no precedente reinado, propôz a annulação da eleição do Gordilho para Senador e a abolição de todos os titulos, ordens e condecorações dados e creados pelo Senhor D. Pedro 1°;

2°, a annulação de todos os tratados celebrados com as potencias estranjeiras;

3°, o privar-se a Rainha a Senhora D. Maria 2ª de todas as honras e foros de princeza brasileira;

4°, fazer-se uma alliança defensiva com os Estados Unidos contra as potencias que atacarem um dos dois estados.

E ainda que somente as duas primeiras proposições foram tomadas em consideração, não se pode, comtudo, deixar de conhecer que o que se pretende é destruir a monarquia á força de mutilações; e se tudo isto se tem proposto em vida do Senhor D. Pedro, que intimidava os demagogos, o que não farão elles depois da sua morte? Estremeço, imaginando-o: e desmaiara de todo se não me persuadisse de que nos resta ainda uma táboa de salvação, que é o investir da Regencia a S. M. I. a Duqueza de Bragança ou o Principe maior de 25 annos que esposar a Senhora D. Januaria, tomando a Austria, Inglaterra e França a iniciativa no negocio de tal investidura; e como estas tres potencias o não farião a pedido de V. E. e meu, forçoso é que tal pedido faça ou o ministerio de S. M. F. ou S. M. I. a Duqueza de Bragança, dirijindo-se ou um ou outra á Côrte de Vienna; pois que a resurreição de Lord Wellington fecha para esse effeito a porta ao ministerio da Rainha. Consta-me que elles tomaram

em consideração a abertura que lhes fiz: mas ignoro o sentido em que tomaram o seu accordo. V. E. provavelmente o saberá; e se o não sabe, busque saber, e reparar o acordado no caso de ser contrario aos nossos desejos.

Má politica será de parte desse gabinete de recusar-se á gloria de por escóras ao throno do Brasil: pelo contrario convém-lhe encetar com a Austria esse negocio em ordem a por-se em contacto com a Côrte de Vienna, que tão arredia está; e o mesmo pode fazer para angariar a França, insinuando com o devido melindre o casamento da princeza a Senhora D. Francisca com um dos principes da Casa d'Orléans. Repito estas idéas pelo receio em que estou de que ahi se tenha encarado diversamente este negocio: e de novo peço a V. E. que sacrifique os seus resentimentos ás cinzas do Nosso Amo. Discuta, facilite e acelere este negocio, que é urgentissimo: e faça-me o favor de informar-me regularmente da marcha delle sob o sobrescripto do bom Abreu e Lima.

Tambem reitero o pedido de um emprego decente para o nosso bom amigo Avellar na casa do Augusto Consorte da Rainha: lembro, como já fiz, o de secretario ou thesoureiro. Creio ter dito assás a quem tão atilado é; e termino protestando ser de V. E. amigo mui affectuoso e leal, Itabayana.

Boulogne, em 12 de dezembro de 1834.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Como me cumpria, fui a Ostende fazer os meus rendimentos a S. A. R. o Principe de Leuchtemberg; e por Elle como por todos os senhores que o acompanharam, fui recebido da maneira mais graciosa. Bem que o objecto da minha viajem fosse o apresentar felicitações, não pude comtudo deixar de acompanhal-as de uma jeremiada sobre o miserando estado da realeza no Brasil e sobre o de completa orfandade e cabal abandono em que se acha o joven Imperador e as Princezas Suas Irmans. O Principe escutou-me com a maior attenção e estremeceu quando lhe revelei uma mui dolorosa verdade, qual é a de se acharem as tres referidas pessoas Imperiaes entre dous escolhos, — le poison et la séduction.

Desgraçadamente assim é; o novo tutor converteu o paço em serralho tendo por vizir o Paulo Barbosa, que lá mora com a sua maîtresse. A consternação é geral entre a gente amiga da realeza: e todas as suas esperanças se fundam sobre o interesse que os Augustos Orfãos devem inspirar as Côrtes parentes na Europa. Tanto o Principe como o conde de Méjean estão inteirados do manejo que convém fazer-se para impedir a quéda imminente do throno brasileiro, começando já e já pelo casamento da Princeza a Senhora D. Januaria. Queira, pois, V. E. falar-lhes ahi no mesmo sentido, reforçar esta nossa alliança com a acessão de S. M. a Imperatriz; e acelerar os passos que julgarem dever dar de commum accordo, evitando offender os Ex^mos^. Palmella e Villa-Real, que se mostram mui dispostos a coadjuvar-nos. Por quem é, sacrifique o seu resentimento (se resentido está) á gratidão que deve ás cinzas de Nosso Amo, e trate este negocio da maneira mais secreta e reflectida. O Principe é de opinião que elle deve ser tratado entre Portugal e Austria como negocio de familia, e que á Austria somente competirá o tratar diplomaticamente da execução pratica do que fôr concertado entre as duas Côrtes parentes. Convenho nesta marcha, que se conforma plenamente com o que já indiquei a V. E.; mas insisto e supplico que não se tarde em dar os passos precisos junto da Côrte de Vienna indicando-se logo a idéa do casamento da Senhora D. Januaria.

No impresso incluso achará V. E. um artigo intitulado « Biographia parlamentar », que merece ser lido por V. E. Não deixe de escrever-me e informar-me do que ahi se concertar e envie-me as suas cartas por via da legação de Portugal em Londres. Resta-me pedir-lhe que apresente ás S. S. M. M. I. e F. as minhas acatadas felicitações pelo fausto consorcio que se acaba de realizar; e continue V. E. a crer-me de V. E. amigo constante e mui affectuoso, Itabayana.

Boulogne, em 14 de janeiro de 1835.

P. S.—Mil cumprimentos aos Ill^mos^. S^nrs^. Almeidas.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Não me é possivel receber resposta alguma dos meus amigos de Lisboa ás numerosas cartas que lhes tenho escripto sobre um negocio de urgentissima importancia, qual é o da salvação da realeza no Brasil, onde ella se acha no mais imminente perigo. Este silencio devia fazer-me esmorecer no meu empenho: mas ao meu justo resentimento anteporei sempre o meu amor pela realeza e a minha devoção pelos Augustos Orfãos do Magnanimo D. Pedro 1º. Continuarei, pois, a escrever, e com especialidade a V. E., que obrigação tem de coadjuvar-me. Quanto tenho escripto se reduz a tratar-se, por meio das Côrtes de Vienna, Londres e Pariz, de obter que a Regencia do Brasil seja confiada, nos termos do artigo 122 da Constituição, ao Principe que esposar a Princeza a Senhora D. Januaria; e a empecer o reconhecimento, por parte das potencias da Europa, do Regente que se trata de eleger; fundando-se a recusa deste reconhecimento na nullidade da lei para tal eleição, por haver sido feita com exclusão do Senado e manifesta violação de todos os principios do Direito Constitucional. Tal foi o plano que lá occorreu, antes de saber-se da prematura morte do Fundador do Imperio: hoje, porém, que me consta que S. M. I. a Duqueza de Bragança não duvida fazer um novo sacrificio ás cinzas do seu fallecido Consorte, aceitando a tutéla dos Augustos Menores e a Regencia do Imperio se lhe forem offerecidas, occorre-me uma idéa que me apresso em communicar a V. E., principiando por uma curta dissertação. Nos termos do artigo 13 da Constituição compete a tutela dos Orfãos Menores á S. M. I., porque madrasta mãi é, e este direito é indispensavel. Tão claro, porém, não me parece o direito da Mesma Senhora á Regencia, porque o sartigos 124 e 125 designam a Imperatriz viuva ou o Imperador viuvo unicamente para Presidentes da Regencia Provisional e não para unicos Regentes, segundo o artigo 122, ou para Presidentes da Regencia Permanente. Todavia como o que a lei não veda, a lei consente, possivel será, dando-se lata interpretação ao artigo 123, sustentar-se o direito de S. M. I. tambem á Regencia, que

ella pode reunir á tutela, por não lhe tocar a successão da Corôa. Isto admittido, passo a dizer-lhe que na minha opinião muito convém que S. M. I. reclame, sem perda de tempo, a tutela dos Menores e a Regencia do Imperio em uma representação juridica dirijida a Regencia actual.

Nenhum inconveniente vejo em tratar-se ahi mesmo este negocio com o ministro do Brasil, que ora ahi se acha: mas o que de certo é melhor é recorrer-se ao governo inglez para que apoie efficazmente a reclamação de S. M. I. perante a Regencia do Brasil; e se o governo da Rainha recêar pedir ao dito governo esse favor, queiram S. M. I. e Seu Augusto Irmão escrever directamente ao duque de Wellington, que provavelmente abraçará com alacridade esta occasião para provar a sinceridade dos obsequios ultimamente feitos a S. A. R. o Principe Augusto de Portugal. Em todo o caso convém escrever a Londres, a Lord Wellington; porque muito se ganha em conhecer se elle é ou não sincero para com Portugal; e se elle se presta a isso, deve-se proseguir fortemente, pedindo-se o não reconhecimento do futuro Regente em ordem a facilitar-se, seja a nomeação de S. M. I. para a Regencia, seja o casamento da Senhora D. Januaria. E' minha opinião que se deve separar os dous pedidos; e que pois o mez de maio está proximo, não se deve perder um momento, nem em fazer-se a representação que se deve enviar a Regencia, nem em reclamar-se de Lord Wellington o favor indicado; mandando-se-lhe uma via da reclamação para que seja o ministro inglez no Rio quem a apresente. Com a apparição da representação de S. M. I. estremecerá a facção democratica, e saírão a campo o Senado e o partido realista.

Creio ter-me claramente explicado; o mais toca a V. E. que muito pode fazer neste negocio, conferindo antes com o Exmo. conde de Méjean, em cujas luzes e cooperação tenho a mais illimitada confiança. Logo que lhe falei em Ostende neste negocio, teve elle a idéa de encetal-o em Londres: e eu fui que lhe pedi que não o fizesse. Talvez chegue ás mãos de S. M. I. uma exposição juridica que encommendei para Pariz. Espero que V. E. me fará o favor de responder a esta carta; e muito obrigará ao de V. E. amigo constante e leal, visconde de Itabayana.

P. S.—Faça-me o favor de dizer de minha parte a S. A. R. que muito convém marcar a época de sua chegada em Portugal: e que o melhor monumento della será o estabelecimento de Caisses d'E'pargnes e Monts de Pietè sob o patronato de S. A. R. Sic itur ad astra. A mais filantropica descoberta, depois da vacina, foi a das Caisses d'épargnes. Haja uma em cada capital das provincias com commissarios nas villas e aldeias sob a fiscalização das Camaras Territoriaes. De novo lhe peço que trate de empregar o nosso Avellar, na casa de S. A. R.

Boulogne, em 13 de fevereiro de 1835.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Só se aprecia o bem depois de perdido; e agora que desgraçadamente é fallecido o Magnanimo Fundador do Imperio, o Libertador de Portugal tudo são lamentos e saudades no Brasil. Um artigo do Correio Mercantil da Bahia de 21 de novembro acaba assim. «Eis o que o fará grande aos olhos dos vindoiros e ornará o seu nome de uma gloria, que a ingratidão das facções nunca poderá obscurecer». E um amigo nosso em carta que me escreve, se exprime nestes termos. «A quadra politica e as grandes circumstancias que occasionaram a sua prematura morte, além de seus brilhantes feitos, rodêam o seu sepulcro das sympathias dos dois mundos; e creio que nenhum monarca receberá sobre o seu tumulo nem mais verdadeiras lagrimas nem mais sentidos aís do que Elle, em um e outro hemisfério. Honrarei sempre a sua memoria; pois o haver sido Elle injusto uma vez para comigo, nunca isso foi ou seria motivo para deslembrar-me de que fôra seu ministro, depositario da sua confiança, e direi até da sua amizade: e eu tambem o amei. A imprensa da Bahia em alguns bons artigos vai semeando flores sobre a sua lousa; e estou que nem a facção canibal do Rio ousará insultar agora ao Fundador do nosso Imperio».

Eis uma prova de que no Brasil ha corações generosos e agradecidos; e ha mais do que isso, que é um numeroso partido na Bahia que quer que a Regencia do Imperio seja confiada a S. M. I. a Duqueza de Bragança: a dor despertou

o realismo da gente grada; e a fermentação ia grande na data em que se me escreveu. Nestas circumstancias nada é mais urgente do que dissipar a incerteza em que muitos estão sobre o aceitar a Augusta Viuva a Regencia: e o meio mais solemne de dissipal-a é o da reclamação que sem perda de tempo deveria fazer a Mesma Senhora da Regencia e tutela, dirijindo-a á Regencia actual pelo intermediario do Encarregado de Negocios da Suecia, que deverá ser auctorizado a dizer, não a Regencia, e sim a cada um dos seus membros em particular que elles podem contar e confiar na benevolencia de S. M. I. quando Regente: este prévio seguro faz muito ao caso. Lembro este intermedio pela necessidade que ha de fazer chegar a reclamação ao Rio antes da eleição do futuro Regente: o que é possivel, se de Lisboa partir em março algum navio para o Rio; mas isto não impede o pedir-se a Inglaterra que mande apoiar a reclamação de S. M. I. pelo seu ministro naquella Côrte. Ainda mais: convém que se faça saber nas provincias do Pará, Maranhão e Pernambuco que S. M. I. se ha dirijido á Regencia actual reclamando a tutela e a Regencia; e se a disposição dos espiritos for a mesma que na Bahia, que se insinue dextramente a idéa de fazer-se proclamar Regente a Mesma Senhora, seja pela assembléa provincial, seja pela camara municipal, recommendando-se que os nativos de Portugal não se mostrem no acto de tal aclamação. Deste manejo resultará o mais auspicioso effeito: e achando-se V. E. em posição de poder salvar a realeza no Brasil e de dar o mais conspicuo testemunho de gratidão ás cinzas do Nosso Amo, eu o conjuro de combinar sem perda de tempo esta marcha com o veterano estadista o Exmo. Conde de Méjean, e de metterem ambos os hombros a tão honrosa e benefica empreza; podendo V. E. assegurar a S. M. I. que instalada Ella na Regencia, achar-se-á rodeada de todas as notabilidades brasileiras, que apoiarão o seu governo com o mais extremoso zelo. Não direi mais: eis cumprido o meu dever, e cumpra V. E. o seu; e tanto espera o de V. E. amigo firme e leal, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 15 de fevereiro de 1835.

P. S.— Com esta carta receberá V. E. outra, que, creio, leva a data de 13.

Do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana

Exmo. Amigo e S^nr^.

Posto que ha já alguns dias que eu recebesse em Lisboa as duas cartas de 13 e 16 do mez proximo findo que V. E. me fez a honra de escrever-me, e de que com instancia me pediu resposta, é somente hoje que com a conveniente tranquillidade de espirito a posso dar neste retiro, que tem sido a minha residencia quasi constante depois do tremendo golpe, que experimentei no nefasto dia 24 de setembro do anno passado. Deu-me V. E. nas suas supracitadas cartas novas e mais punjentes informações do estado das cousas do Brasil, e insiste novamente em que eu o coadjuve nas diligencias que faz para impedir qualquer attentado que se premedite em geral contra a causa da Monarquia Constitucional e mui particularmente contra os Augustos Membros da Imperial Dinastia daquelle Imperio. Eu, que, por tantos e tão sagrados titulos, tomo o maior interesse, assim por aquellas Augustas Personajens, como pela nação brasileira, não menos periclitante do que ellas, tendo já tido a franqueza de expor fielmente a V. E. a impossibilidade em que me achava e que continúa a inhibir-me, não por alguma especie de resentimento mas uma conscienciosa e profunda convicção de tratar negocio algum com os ministros ou outros quaesquer conselheiros da Corôa de Portugal, tenho agora a ingenuidade de confessar a V. E. que estou tão longe de ter a menor influencia no animo de S. A. R. o Principe D. Augusto de Portugal nem no do conde de Méjean, que a ambos somente duas vezes falei, e por mui curtos instantes, para cumprimental-os 15 dias depois da sua chegada á Lisboa, e quando pouco depois tratei de regressar daquella Côrte. Finalmente não dissimulando a honra e favor com que S. M. I. a Senhora Duqueza de Bragança se digna acolher-me, por effeito da sua natural benevolencia e bondade e em attenção á amizade com que Seu Augusto Esposo me honrou, que tambem se engana grandemente quem julgar que eu exerço alguma influencia sobre o seu espirito. De todas estas verdades concluo eu (e pode V. E. acreditar) que estou sendo hoje em dia neste paiz o homem, politicamente falando, mais nullo que se pode ser. Nestes

termos (que são certamente, em artigo de posição, bem differentes daquelles em que me achava, quando ha seis para sete annos, aceitei o convite que V. E. me fez para cooperar com V. E. a prol da causa da Senhora Rainha de Portugal) só posso, e, por isto, devo somente offerecer a V. E. o que me é unicamente pessoal, que é bem pouco. Se comtudo disto mesmo V. E. se quizer aproveitar, conte desde já com a prompta vontade do seu verdadeiro e constante amigo, Rezende.

Quinta das Lapas junto a Villa de Torres-Vedras, em 20 de março de 1835.

P. S.—O Snr. Almeida (Verissimo) agradece infinitamente a memoria que V. E. delle conserva. Ao Snr. Almeida Paulo não pude dar o recado de V. E. por o não ter encontrado nos poucos dias que passei ultimamente em Lisboa.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. Snr.

Não perdôo a V. E. o mal que me causou o seu silencio: porque obrigou-me a fazer juizos temerarios sobre a causa delle, como o fosse ser elle effeito da quebra da nossa amizade. Veiu, pois, tirar-me desta penosa suspeita a sua mui prezada carta de 14 de novembro proximo passado que li com anciedade assim como o impresso que nella veiu incluso. De novo fiquei maravilhado com o serviço que lhe presta a sua memoria: porque muitas das cousas que V. E. memora nesse interessante escripto já me haviam esquecido. Em um unico ponto enganou-se V. E. e foi no nome do expresso que mandamos ao Rio; não foi Mr. Vrieckoeffer, e sim Mr. Augusto de Paiva. Grande impressão devêra ahi fazer esse escripto, se não predominasse ahi o sentimento de entregar ao olvido o que se fez em Londres em 1828 e 1829 á favor da causa da Rainha: ha serviços e obsequios recebidos que incommodam os que os recebem, e dessa natureza são os nossos: tratemos, pois, de esquecel-os e não de fazel-os lembrados. A unica reflexão que elles me têm sugerido, é que, em casos identicos, nenhum portuguez ousaria fazer pelo joven Imperador do

Brasil o que nos ousamos fazer por Porutgal e a sua joven Rainha; esta falta de ousadia é prudencia: a nossa ousadia foi temeridade proveniente do nosso fervoroso zelo pelo Principe, que nos honrava da sua confiança. Bem precisão tem de apoio europeu o joven Imperador: mas ninguem delle se condoe, e lá está exposto aos baldões da anarquia: e a prova disto é o que acaba de passar-se no Pará. Mui envergonhado estou das esperanças que concebi acerca da duração e prosperidade do Imperio no momento do seu reconhecimento pelas potencias da Europa: hoje reconheço quanto me enganei, e mui doloroso me é este engano. Tambem me dóe o menoscabo com que me trata o governo da Rainha, pois que até hoje não se dignou de annunciar-me a concessão que ahi me fizeram as Côrtes de uma pensão: e sem a bancarrota hespanhola eu não soffrêra o desaire de aceital-a, quando para isto tiver a precisa licença. Ainda me acho desnaturalizado: e muito desejo saber que partido ha V. E. tomado acerca da sua desnaturalização. Mui estranhado está sendo aqui o escandalo que cometeram os officiaes da guarnição dessa capital, violentando os eleitores a elegerem pessoas da escolha delles officiaes. E' caso tão novo quanto odioso; e não posso crer que fique impunido: pelo menos será mistér propor lei para qualificar de crime tão monstruosa tentativa. Tudo irá ao Diabo nesse Reino, se o exercito degenéra em guardas pretorianas ou corpo de janizaros. Por quem é apresente minhas homenagens a S. M. I., que mui feliz seria se os Céos escutassem os meus votos. Além deste favor, faça-me o de escrever-me, dando-me novas suas; pois desejo saber se vive grata e commodamente; e para aqui me expeça ordens, porque nenhúma idéa tenho de saír deste meu retiro. De V. E. amigo firme e leal, Itabayana.

P. S.—A cada momento deve chegar a Europa o Exmo. Barbacena, que vem curar-se neste Reino.

Boulogne, em 7 de dezembro de 1835.

Pedra Branca reside em Pariz: a elle e ao bom Avellar transmitti os dous impressos, com que V. E. os brindou.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Chegou o marquez de Barbacena, encarregado de varias missões, uma das quaes interessa directamente os nossos Augustos Orfãos; e trouxe-me um decreto de 4 de setembro revogando aquelle por que fui atrozmente desnaciolizado, e uma portaria de 17 do mesmo mez concedendo-se-me a precisa licença para a aceitação da gran-cruz e pensão portuguezas. Se com isto findar a perseguição que hei soffrido por espaço de 7 annos, parabens darei á minha boa fortuna, e maior será a minha satisfação se vir V. E. restituido ao gremio da grey brasileira: o que agora não será nem difficil nem desaiorso, porque parece-me que ha vontade de porem-se esteios ao throno do Senhor D. Pedro 2º. Fui a Londres por 4 dias visitar o marquez, seu genro e filha: assás conversamos; e do que ouvi infiro que nenhuma duvida terá a assembléa em fixar agora as arrhas estipuladas no artigo 8 do seu tratado matrimonial, uma vez que appareça nas Camaras uma reclamação formal de S. M. I.; e tão grata me é esta persuasão, que me apresso a dar conhecimento della a V. E. para que possa fazer della o uso conveniente. Tambem estou persuadido de que o morgado da Casa de Bragança passou pela morte prematura do Seu Augusto Pai ao Senhor D. Pedro 2º; e tal é a crença no Brasil; e peço a V. E. o favor de dizer-me qual é ahi a opinião a tal respeito. Creio chegado o momento de effeituar-se o pacto de familia redijido em 1827 em Londres com assistencia dos plenipotenciarios inglez e austriaco: e se lhe não for penoso chame a attenção desse ministerio sobre esse protesto e o impila a dar-lhe seguimento, de accordo com o gabinete inglez, que de certo se prestará a isto de muito bom grado. Em todo o caso faça-me o obsequio de responder com franqueza a esta carta, que é daquelle que mui de véras é de V. E. amigo constante e mui leal, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 11 de janeiro de 1836.

Do visconde de Pedra Branca ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

São pêrras em mim as molas que levam a devoção á sua séde; porém uma vez *casée* torna-se ferrenha e inalteravel: assim o tenho mostrado na que consagro a S. M. a Imperatriz, e por abonadores dou Ostende neste mundo, e no outro uma assembléa de velhos, e, o que mais foi, em momento de accesso de cholera morbus e tiphus demagojico.

De volta do Brasil pedi a V. E. que beijasse por mim a mão a S. M. I.; e apesar de o não saber por escripto, sei por convicção que V. E. não perde o habito de obsequiar-me: minhas convicções são tambem ferrenhas e inalteraveis; pedimos ora o mesmo. Aos nossos negocios particulares damos valor que escapa á estimação dos outros; querer que os mais em tanto os avaliem, é falta de tacto; querer que lhes não dêm consideração alguma, é fazer-lhes injustiça. No meu caso quando outros motivos falhassem, bastaria para resolver-me o seguinte: nos não damos attenção aos que vem a nós, disse um principe arcebispo de Braga ao padre Manuel, que faltara a um beija-mão, porém notamos aquelles que não vêm. O marido escolhido para minha filha foi o nosso amigo Calmon (Miguel) e para terminar essa alliança de meu gosto, vim buscar a filha; porém o homem propõe e Deus dispõe. Minha filha me declarou que desde a meninice criada em França, seus habitos, suas relações e afeições são da patria de educação, e que do Brasil mui fracas são as memorias; que ligando sua sorte a de um homem que por sua posição deve seguir a do Brasil, perderia a esperança de tornar a ver os sitios e amigos da infancia, idéa como a da morte. Soffri muito e soffro ainda; mas o pai é guarda e conselheiro da filha, deve arredar-lhe os tropeços e não a constranjer para o acto de que vai despender todo o porvir della. Diversos pretendentes se apresentaram para noivo, e dentre elles o preferido foi o visconde Eugenio de Barral, nome que lhe foi dado por seu padrinho o Principe Eugenio e a Imperatriz Josefina; elle é sobrinho do marquez de Beauharnais; lá o vi em intimidade, ultimamente, activa com sua familia reunida em seu *chateau* de Noiron, no Dau-

phiné: tudo fala a favor, mas o S^nr^. Barral não é brasileiro. Feito o casamento, devem partir comigo para o Brasil; e é com esse engodo que engano meu patriotismo, pretendendo illudil-o sobre a nação quando lá os vir. Se V. E. tiver filha, não a eduque fora da patria. S. M. I. tratou minha filha com extrema brandura; ella traz, como seu mais precioso adereço, a cadeia de oiro que S. M. trazia quando solteira. Não desejamos que o casamento se faça sem a approvação de S. M. I., e venho rogar a V. E. que assim o leve ao conhecimento de S. M.; é o objecto desta petição. Uma adição leva, que nos é muito cara, e é pedir tambem a approvação de V. E. Deu-me a ler o nosso amigo Itabayana o elogio historico de S. M. I. o Senhor D. Pedro 1º pronunciado na Academia Real de Sciencias de Lisboa. Não me surprehendeu nem a vasta erudição, nem a pureza do estilo, a vida das imagens, o sentimento da expressão: foi a mão de V. E. que escreveu o que o coração lhe dictou. Receba V. E. affectuosas lembranças de minha filha e a repetição dos protestos dos sentimentos constantes com que sou de V. E. amigo muito venerador e obrigado creado, visconde de Pedra Branca.

Boulogne, 10 de março de 1837.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Exmo. Amigo e S^nr^.

Pouco ha que tive a honra de escrever a V. E. agradecendo-lhe o precioso brinde de um exemplar do magnifico panegirico do Senhor D. Pedro 1º por V. E. feito; e dando-lhe a certeza de haver expedido ao barão de Alcochete a declaração relativa ás joias da Senhora Duqueza de Goyaz que havia depositado no banco de França, no momento de sua entrada no pensionato do Sacré-Cœur. E hoje dirijir-me-ei a V. E. para o fim de communicar-lhe uma idéa que me ha occorrido por occasião da participação confidencial que V. E. ha feito ao visconde da Pedra Branca sobre a resolução que ha tomado S. M. I. a Duqueza de Bragança de mandar novamente reclamar a execução do artigo do seu tratado matrimonial relativo ás suas arrhas. A razão para esta nova reclamação me parece opportuna, visto haver-se algum tanto

acalmado a furia demagojica e haver conseguintemente reassumido alguma força o numeroso partido votado á realeza. Todavia o negocio é sério e não deve ser exposto de novo aos caprichos de uma Camara vertijinosa: e como tenho muito a peito o ver praticado o acto de justiça que S. M. I. reclama, ousarei dizer a V. E. que mui prudente será o fazer preceder a apresentação da nova representação á Assembléa das instancias officiaes e simultaneas das Côrtes de Londres e de Vienna,recommendando energicamente o bom resultado da representação. Não vejo nenhuma difficuldade em obter-se das duas Côrtes este innocente bom officio: pelo contrario, presumo que o Principe de Metternich de muito grado expedirá as ordens precisas ao encarregado dos negocios da Austria no Rio, uma vez que nisso lhe falem S. S. A. A.R. R. a Duqueza de Leuchtemberg e a Gran-duqueza de Bade, que ora se acha em Vienna. E quanto a Inglaterra, creio que levando Lord Howard de Walden ao conhecimento de Lord Palmerston o desejo que tem S. M. I. de que o ministro inglez no Rio apoie a mencionada reclamação, não se recusará Lord Palmerston a dar as ordens precisas para este pretendido effeito. E eis o que me occorre e que offereço á sisuda consideração de V. E. Passarei a outro assumpto tambem grave. De todas as artes a mais difficil é a de governar, e é a que menos se aprende: e por não tel-a aprendido, muitos principes têm sido victimas da sua inexperiencia. O nosso joven Imperador tem mediocres mestres de linguas estranjeiras, de desenho, de dança, e muito precisa de ter um aio (um Aleixo de Menezes) que o instrua nos principios dos direitos das gentes e maritimo, de Economia Politica, da historia politica e estatistica da Europa e nas maximas precisas para bem governar: e como ninguem ousa no Rio dar-lhe tal aio (e isto por muitas razões) necessario será que a idéa de se lhe dar um tal mentor venha da Côrte da Austria; e tambem nenhuma difficuldade antevejo em se fazer uma intimação a tal respeito, uma vez que S. M. I. faça chegar esta idéa ao gabinete de Vienna por intermedio de Sua Augusta Mãi ou Tia. E para facilitar este grande passo, antecipo-me a dizer a V. E. que no Rio ha pessoa idonea para o cargo de Mentor e é o Senador Francisco Carneiro de Campos ou monsenhor

Vidigal. Resta-me ainda a dizer a V. E. a proposito de Mentores que o dignissimo Frei Antonio da Arrabida vive, ha já alguns annos, no mais completo estado de pobreza e fora do convento; e mui bem recaíria sobre elle qualquer acto da munificencia de S. M. I. e de gratidão de S. M. a Rainha a Senhora D. Maria 2ª. Uma pensão annual de 800$000 salvaria aquelle veneravel varão das garras da indigencia, e nisto reconheceria elle a viuva e a filha daquelle Magnanimo Principe, de quem elle foi o Mentor.

A tão bom entendedor al não direi, senão que me faça a honra de beijar por mim as Mãos de S. S. M. M., e a justiça de me crer seu amigo cordeal e constante, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 2 de junho de 1837.

Minuta (incompleta) de carta do marquez de Resende ao visconde de Itabaiana

Exmo. Amigo e Sur.

Tendo por expressa ordem da Imperatriz, Minha Augusta Ama, vindo da Quinta da Lapa, minha residencia ordinaria depois da morte do Imperador Nosso Augusto Amo (que Deus haja em gloria) passar alguns dias nesta capital afim de assistir a um conselho de familia, recebi aqui duas cartas de V. E. datadas de 13 e 15 do mez proximo passado, ás quaes vou responder poucos momentos antes de regressar á precitada quinta. Como me não julgo na necessidade de convencer a V. E. da minha gratidão ás Cinzas d'Aquelle meu incomparavel bemfeitor e do vivo interesse que tomo por tudo quanto diz respeito á Sua Augusta Familia, limitar-me-ei a ponderar a V. E. os motivos por que persisto em não dar seguimento ás diversas indicações que V. E. (e sem duvida com as mais rectas intenções e com o mais sincero zelo) me tem successivamente enviado em referencia ás graves occorrencias do Brasil. E' ou continúa a ser a 1ª, a minha constante posição para com os ministros da Senhora Rainha de Portugal, posição que V. E. sem duvida desconhece, quando me pede que sacrifique resentimentos numa questão que é essencialmente de principios, que se não podem nem

devem sacrificar. Direi em segundo logar, que tambem me não conformo com V. E. acerca das outras medidas que indica. Eu não estou persuadido que a Imperatriz tenha direito algum á tutela do Imperador D. Pedro 2º, e das Suas Augustas Irmans que estão no Brasil, ou á Regencia d'Aquelle Imperio, porque nem as leis vigentes no Brasil julgam como sinonimos os parentescos de mãi e madrasta, nem a Constituição brasileira confere a Regencia Permanente a outrem que não seja a entidade nomeada pela eleição da assembléa. Isto supposto fica claro que tambem me não conformo com a medida, que V. E. indica de protestar a Imperatriz contra o não ser reconhecida como tutora e Regente. Um semelhante protesto, não somente infundado mas contra expresso Direito, nem seria digno da Imperatriz, nem havia de ser acolhido por alguma das grandes potencias estranjeiras, nem poderia produzir no Brasil o effeito por V. E. calculado. E que direi eu d'est'outra medida que V. E. aponta de se provocarem sublevações e aclamações a favor da Imperatriz nas diversas provincias do Brasil? Direi que semelhante medida nem jamais será abraçada pela Imperatriz, nem teria outro effeito senão apressar a terrivel catastrofe, que V. E. e eu desejamos afastar. Outro seria o caso se a Assembléa investisse a Imperatriz da Regencia durante toda a longa menoridade do Imperador e se a Mesma Senhora quizesse aceitar, o que eu ainda não sei se ella aceitaria, estando todavia certissimo de que ella o não faria sem pedir e receber todas as convenientes garantias, visto que ninguem e muito menos uma pessoa tal caíria em ir pela segunda vez fazer uma viajem de mais de 2.000 leguas sem a certeza de que não soffreria insultos e não seria obrigada a uma segunda e desairosissima retirada.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Tive a fortuna de receber duas cartas de V. E. datadas de 3 de novembro e 6 de fevereiro: das quaes a primeira chegou-me com grandissimo retardo, e segunda com a maior celeridade. Ambas estão recheiadas de mui graves e judi-

ciosas reflexões sobre as occorrencias desse Reino e do Imperio irmão: e a ellas hei dado a devida importancia; porque ha entre as nossas idéas uma certa affinidade, que sempre influiu sobre os nossos actos e os nossos sentimentos. Não mereceu menos á minha attenção, quanto V. E. me diz sobre os seus interesses pessoaes; e muito folguei de saber que V. E. acompanhará a S. M. I. na sua viajem a Munich; porque esta circumstancia fará com que nos avistemos, tendo eu a intenção de ir cumprimentar a S. M. I. no logar do seu desembarque no continente. Tambem folguei de saber que V. E. continúa a ser considerado como camarista do Imperador; e basta esta circumstancia para auctorizar V. E. a usar do laço brasileiro; mas eu desejo que V. E. reclame, como eu fiz, a sua reintegração no foro brasileiro; e para isso necessario será uma petição a Regencia, em que mostre a falsidade dos motivos por que o privaram desse fôro; eu assim o fiz; e estando no ministerio pessoas nossas amigas, não deixará de ser bem acolhida a sua reclamação. Agora passarei a falar de mim. Não deixei de communicar aos amigos do Rio a idéa, em que entendi que S. M. I. podia tomar a iniciativa: elles a abraçaram com alacridade e me convidam a ir em pessoa fazer ali o mesmo papel de Mentor que propuz: e não podendo recusar um convite feito de tão bom grado, e para um fim que tanto interessa ao Imperio, resolvido estou a partir no mez de maio ou junho, ao mais tardar. Eis-me, pois, chamado a representar o papel de Aleixo de Menezes, na falta de actor mais idoneo; e coadjuvado de alguns amigos, como V. E., tratarei de desempenhar o melhor que puder tão honroso papel. Este projecto está ainda *in petto*: mas não creio que encontre estorvo na sua execução; e nesta persuasão não haveria indiscreção em fazel-o chegar *confidencialmente* ao conhecimento de S. S. M. M. A boa vontade do actual ministerio abranje todos os membros da Imperial Familia: e disso é prova a nomeação da Exma. Marqueza de Aguiar para o logar de camareira-mor. Não desesperemos inteiramente do futuro, Exmo. Marquez; e confiando-me a missão de reclamar a sua rehabilitação, tempo virá em que o Filho utilise os serviços do extremoso amigo de Seu Augusto Pai. Muito desejo ver anniquiladas as revoltas na cidade da

Bahia e campanha do Rio Grande: e com isso ganhará muito mais força o partido realista naquelle Imperio, e muito credito adquirirá o actual ministerio. Mui trajico foi o fim do commendador Rocha Pinto: e bem que não houvesse entre nos relações de amizade, muito me compujio tal acto de desesperação. Queira V. E. fazer-me a mercê de apresentar ás S. S. M. M. os meus acatados rendimentos; e queira outrosim confiar na constancia dos sentimentos com que me prezo de ser de V. E. amigo cordeal, fiél e grato, Itabayana.

Boulogne, em 17 de fevereiro de 1838.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Muito folguei com a amigavel carta que V. E. me dirijiu com data de 26 de março previnindo-me do itinerario que pretende seguir S. M. I. a Duqueza de Bragança na sua viajem a Munich; manifestando-me a sua opinião sobre a eleição que continúa a estar in-petto e que tanto tem de honrosa que de espinhosa; e declarando-me que não cura de ser restabelecido no seu fôro de cidadão brasileiro, por haver dito, quando se demitiu do logar de ministro em Pariz, que nada pediria ao governo que então existia no Rio de Janeiro, nem a outro que lhe succedesse. E tendo o prazer de responder hoje a essa carta de V. E. começarei por dizer-lhe que em taes embaraços me ha posto a vergonhosa revolta da capital da minha provincia, que forçoso me é renunciar neste momento a honra de ir cumprimentar a S. M. I. no porto do seu desembarque, como muito desejava: e muito me obrigará V. E. fazendo-me o favor de excusar á Mesma Augusta Senhora esta falta toda involuntaria. Quanto á eleição in-petto, tambem um embaraço se apresenta; e é o de ser necessario que antes finde um malfadado pleito, que contra mim intentou o Thesouro do Brasil em 1831, reclamando de mim a reposição da somma que paguei á Embaixada da Rainha a Senhora D. Maria 2ª em 1828. Sabendo que esta quantia foi comprehendida na liquidação que em 1837 teve logar em Londres entre Brasil e Portugal, entendia eu que o Thesouro desistiria de tal pleito; porque a sua reclamação não pode

ter logar, quando elle mesmo ha dado a quantia reclamada como um pagamento real e legal feito a Portugal; mas em vez de fazer essa desistencia, pretende-se que eu vá comparecer em pessoa ante a barra do Supremo Tribunal de Justiça para que possa findar o dito pleito, dizendo-se que este comparecimento é méra formalidade, porque a sentença final não pode deixar de ser a meu favor. Eu entendo o contrario: e por grande sacrificio terei esse comparecimento se, como pretendo, não conseguir eximir-me delle; e emquanto não conhecer o resultado desta minha pretenção, não deixarei a Europa, nem me decidirei definitivamente sobre a eleição in-petto. Estremeço com a idéa de apparecer no Rio de Janeiro, como homem querelado por erro de officio, quando erro não houve; e o successo o prova. Quanto a querer V. E. sustentar o que disse na occasião em que se demitiu do logar de ministro, dir-lhe-ei que por — pedir — entendo eu pedir graças ou favor; e quanto a questão do fôro brasileiro, não ha pedido, e sim reclamação; não ha favor, e sim uma reparação de uma escandalosa injustiça. Assim entendido o que V. E. então disse, nenhuma duvida deve ter V. E. em pugnar pelos seus direitos e reclamar o fôro de que violentamente o privaram, como a mim; e instantemente lhe peço que faça essa reclamação logo que voltar a Portugal. Peço-lhe mais que me recommende affectuosamente ao Illmo. S^nr^. Paulo Martins d'Almeida, e bem assim ao Illmo. S^nr^. Verissimo Maximo quando lhe escrever. Sou e serei constantemente de V .E. amigo firme, leal e mui reconhecido, Itabayana.

Boulogne, em 26 de abril de 1838.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Repetidas vezes tenho lido a carta que V. E. me escreveu de Hectwingen (?), em estylo ameno, que me fez ver que o espirito de V. E. estava imbuido da serenidade do logar onde fora escripta, e que contrasta com a celeuma das marjens do Tejo. Bem acertada foi a resolução que tomou S. M. I. de vir buscar refrigerio na bonançosa Allemanha: e ouso esperar que no entretanto irá calmando a borrasca politica

que desfechou sobre o miserando Portugal. Tal é a lei da natureza: e a observancia, ou para melhor direi, o effeito desta lei se manifesta no Brasil, onde a razão publica tem ganho tanta força, que a Assembléa e o governo daquelle paiz já puderam praticar um acto que reclamava a justiça nacional. Este acto é a concessão de uma pensão vitalicia de 50 contos de réis annuaes a S. M. a Imperatriz; e nelle tomo eu uma parte mui cordeal.

Consta-me outrosim que intenção ha de erijir-se uma estatua ao Magnanimo Fundador do Imperio; e que o joven Imperador faz os mais esperançosos progressos no desenvolvimento da sua intelligencia, e nos estudos que está fazendo. Quanto ao que me respeita, dir-lhe-ei que em consequencia de não haver entre os dous estados irmãos, e isto pelo motivo de pretender o mais moço obter mais largo prazo para o pagamento do soldo que deve ao mais velho (arranjo que provavelmente se ultimará da maneira a mais amigavel), pende ainda o pleito que contra mim intentou o Thesouro pelo pagamento que fiz em 1828 á Embaixada da Rainha e de que reclamo a desistencia, por achar-se esse pagamento comprehendido no ajuste de contas terminado pela precitada convenção. E emquanto não findar esse pleito, não permitte o meu decoro nem regressar ao Brasil nem aceitar emprego algum. Tal é a minha resolução não obstante o detrimento que me está causando a privação dos juros dos fundos hespanhoes que possúo e que constituem a mor parte da modica renda que tenho na Europa. Quanto á V. E. dir-lhe-ei que tão judiciosas e cojentes (?) são as reflexões de V. E. sobre o assumpto que offereci á sua consideração, a reivindicação do seu fôro de cidadão brasileiro, que não insistirei mais sobre este ponto; respeitando o seu melindre, esperarei que chegue a época em que se pratique, como cumpre, esse acto de justiça. E acabarei esta rogando a V. E. o favor de apresentar os meus rendimentos a S. M. I. e a S. S. A. A. R. R. a Senhora Duqueza de Leuchtemberg e a Princeza Sua Filha; e tambem de fazer os meus devidos cumprimentos a Exma. S^{nra}. Marqueza de Maceió. ao Exmo. conde de Méjean e a Mme. Henin, que por carta do bom cavalheiro da Cunha, sei que faz mercê de lembrar-se de mim. Tenha V. E. a

melhor saúde, que é o melhor bem que pode apetecer-lhe o de V. E. amigo mui cordial e reconhecido visconde de Itabayana.

Boulogne, 15 de setembro de 1838.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Recebi em devido tempo a mui espirituosa carta de V. E. dirijida de Imaunowig (?); e estando chegando a época em que se presta culto a amizade, cumprirei hoje o duplo e grato dever de accusar a recepção da referida carta e de offerecer-lhe as mais cordeaes felicitações por occasião do anno que hemos entrado, e que desejo que seja para o Imperio, para toda a Imperial Familia e para V. E. dos mais venturosos.

Na generalidade da expressão — Imperial Familia — comprehendida se acha S. M. a Imperatriz e a Sua Augusta Filha; e grande mercê me fará V. E. apresentando a S. M. I. este tributo annual do mais constante acatamento. E em resposta á sua precitada carta, dir-lhe-ei que não pode ir avante a idéa da substituição do tutor: porque elle por sua parte tratou de conservar-se no honroso cargo, captando a benevolencia de um grande numero de deputados. Não creio que o governo pretendesse propor para esse cargo pessoa alguma que não fosse da Imperial Familia: e o que me consta é que tem elle o mais vivo desejo de que S. M. I. (a Imperatriz) quizesse assumir a tutela dos Augustos Orfãos. Este desejo é louvavel; mas não sei se S. M. I. assentiria nisso. Em taes desejos vejo eu uma prova evidente da prepoderancia que têm ganho os amigos do Imperio: e mui bem auguro desta circumstancia.

Acha-se em Pariz o nosso visconde de Santo Amaro e sua senhora: com elles estive em novembro, e delle soube muitas particularidades a respeito do nosso Joven Imperador: é talentosissimo, ama apaixonadamente o estudo e tem uma decidida predilecção pelos homens de merito e saber; ajuntando a isso um caracter grave, reflectido e ameno, e uma instrucção muito além da que se tem ordinariamente na sua edade. In petto ficou a idéa de que dei confidencial conhe-

cimento a V. E.: e como bem notou V. E. cousa facil não era o fazer harmonizar os dous empregos no recinto de um paço, onde ainda ha resquicios de cortezania. Acabo de receber uma mui interessante carta do cavalheiro Drummond, hoje ministro do Brasil em Lisboa; e me diz ella que começa ali a haver uma mais apparente tendencia para a boa ordem, e que mesmo o commercio começa a recobrar alguma vitalidade. Estas noticias são consoladoras; e como milhares de exemplos ha de haver a boa ordem brotado do cháos da desordem, credito dou ao que me annuncia o meu estimavel compatriota; e queira o Céo que esses bons sintomas se realizem. Não acabarei sem pedir a V. E. o favor de apresentar os meus mais respeitosos cumprimentos a Exma. S^nra^. Marqueza de Maceió. Tudo deve respirar alegria no palacio de Leuchtemberg, e todo o mundo applaudirá o motivo della. Espero que nos avistaremos se S. M. I. não alterar o itinerario que ha traçado, e que terminará pelo seu embarque em um porto de Inglaterra; e grande será então o jubilo do de V. E. amigo leal e mui affectuoso, Itabayana.

Boulogne, em 4 de janeiro de 1839.

Do marquez de Paranaguá ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Recebi a carta com que V. E. me honrou em data de 18 de outubro deste anno, e com ella mais duas, uma para o ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e a outra para o Marquez mordomo-mór. Logo no dia seguinte (5 do corrente mez de dezembro) áquelle em que me vieram do correio, as fui pessoalmente entregar em mão propria; e nesse mesmo dia por occasião de ter a honra de beijar a mão a S. M. o Imperador, tive egualmente a de lhe falar sobre o assumpto e o objecto dellas; e posso asseverar a V. E. que este Augusto Senhor se dignou mostrar-se favoravelmente disposto a attender a reclamação de V. E. Tambem encontrei toda a vontade de cooperar para o bom exito della assim naquelle ministro, como no mordomo-mór na parte que lhe respeita; e por conseguinte ouso esperar que seja satisfactorio o resultado deste negocio, no qual

tenho não pequena parte, pois que pequena não é a honra que me caberá, como aos mais cidadãos deste paiz, de contarmos entre os membros da familia brasileira uma pessoa a tantos respeitos tão qualificada como V. E. Queira V. E. fazer-me a mercê de beijar por mim a augusta mão de S. M. a Imperatriz e da Senhora Princeza D. Maria Amelia, e outrosim de aceitar os protestos, que renovo, do mais subido apreço, distincta consideração e especialissimo affecto com que me prezo de ser de V. E. muito attento venerador e obediente servo, Marquez de Paranaguá.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1840.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Marquez de Rezende.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

No primeiro dia deste anno não deixei de dirijir aos Céos os mais fervorosos rogos para que o novo anno seja para esse Reino, para toda a Real Familia, assim como para a S. M. I. a Senhora Duqueza de Bragança e a Princeza Sua Filha dos mais venturosos: e hoje vou rogar a V. E. o favor de apresentar a S. M. I. este annual tributo da minha devoção por Sua Augusta Pessoa. Ao mesmo tempo cumprimentarei V. E. pela entrada do novo anno, que desejo seja para V. E. tão favoravel quanto a minha amizade lh'o deseja. Boa usança é a de consagrar o primeiro dia do anno ao culto d'amizade: e nada ha de mais grato para os verdadeiros amigos do que a continuação desta usança, que suppõe a prolongação dos seus dias. Verdade é que attribulados tem sido os nossos nestes ultimos dez annos; mas como a esperança não nos abandona jamais, coisa natural é o esperar que a nossa sorte melhore. No passado anno decidiu-se a repartição do Thesouro a desistir do pleito que contra mim intentára para o fim de obrigar-me a repor-lhe a quantia que paguei ao Embaixador do Senhor D. Pedro 4° em 1828; e tendo em consequencia cessado o principal motivo da minha estada na Europa, insistem fortemente os parentes e amigos em que eu regresse ao Brasil, onde julgam que eu poderei ainda prestar algum serviço ao nosso esperançoso Imperador.

Creio que elles se enganam a este respeito: mas não podendo suportar por mais tempo nem o rigor dos invernos da Europa nem as privações, que me impoz a bancarrota da Hespanha, decidido estou a regressar ao Brasil para o meiado deste anno: e em abril partirei daqui para Pariz, onde devo completar os meus preparativos de minha viajem. Grande é o meu desejo de beijar pela ultima vez as Mãos de S. S. M. M. F. e I.: mas tão escassos são os meus meios pecuniarios (entre nous soit dit) que não sei se poderei satisfazer este meu desejo. Pelo barão de Alcochete, que ultimamente por aqui passou, tive boas noticias acerca da saúde de V. E., e com ellas muito folguei. Em carta datada do Rio em 17 de setembro me diz o visconde da Pedra Branca, que muito sentiu que na sessão finda naquelle mez, não se pudesse concluir o negocio da Princeza a Senhora D. Amelia; e persuadido está elle que na sessão deste anno será o dito negocio terminado, como deve ser. E para nada occultar a V. E., dir-lhe-ei que elle se doeu de que S. M. I. a Senhora Duqueza de Bragança não o incluisse no numero daquelles a quem ella fez honra de brindar com as estampas do seu retrato e do de Sua Augusta Filha: e creio que todos os honrados brasileiros ambicionam a mesma honra. Chamo honrados aos que são votados á dinastia do Senhor D. Pedro 1º, de saudosa memoria; e talvez conviesse melhor chamar-lhes sensatos. E acabarei esta protestando ser mui sinceramente de V. E. amigo constante, fiél e grato, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 11 de janeiro de 1841.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Marquez de Rezende.

Do visconde de Itabaiana ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

A mui obsequiosa carta de V. E. em data de 7 de março merecia uma prompta resposta; e desculpa lhe peço por haver tardado tanto em cumprir um tão grato dever, e em noticiar-lhe que tão amedrontado fiquei com os sinistros prognosticos que os medicos que consultei, nomeadamente o meu antigo amigo o barão de Inhomerim, fizeram sobre a má influencia que teria o clima ardente da Bahia e do Rio sobre a minha

saúde, que resolvi-me a sobrestar na execução do meu projecto de regresso ao Brasil e a conservar-me aqui até que o tempo me aconselhe o que devo fazer de mais acertado. Tantos erros tenho cometido (com a maior boa fé) no decurso da minha vida, que grão medo tenho de errar em uma edade em que não pode servir-me de excusa o verdor dos annos e em que não devo viver de illusões e menos de esperanças — la fortune ne sourit pas aux vieillards. Em homem desenganado, não me admiro do mal que vejo, nem sonho bens futuros; e limito-me a viver neste meu retiro da maneira a mais simples, que é a que convém a um homem escarmentado; porém como a solidão não me ha endurecido o coração, não deixo de meditar sobre o presente desse Reino e do Brasil; e com pesar vejo que elle não é satisfactorio nos dous paizes. Todavia tenho por auspicioso o reconhecimento do governo da Rainha por parte da Santa Sé e da Santa Alliança; e talvez não lhe seja infesto o ministerio que acaba de resuscitar na Inglaterra, e que para V. E. e para mim é um objecto de mui penosa recordação. Em todo o caso elle não fará ao governo da Rainha mais sevicias do que lhe fez nestes ultimos tempos o ministerio Palmerston. Se não me engano foi por odio ao governo de Espartero que a Santa Alliança se decidiu a reconhecer o governo da Rainha: se assim é, opportuno é o momento actual para exigir Portugal a cooperação das demais potencias signatarias do Acto Final do Congresso de Vienna a fim de haver a restituição de Olivença decretada naquelle Congresso: e se V. E. partilha esta minha persuasão queira insinuar a idéa de solicitar-se essa cooperação. Neste momento está sendo objecto de enthusiasmo o nosso Joven Imperador: porque todo o mundo espera obter delle graças; mas esse enthusiasmo é méro jogo de palha e será seguido de um grande descontentamento por parte dos que deixaram de ser quinhoeiros nas graças: e com pesar vejo que o nosso Joven Imperador não tem Mentor, nem Cireneu que o ajude a levar a cruz pesada que tem sobre os hombros. A arte de governar exige grande experiencia; e experiencia não ha quando ha pouca edade; aqui bate o erro; e esta bella expressão copiei eu do eloquente panegirico do Senhor D. Pedro I., de saudosa memoria. Queira V. E.

beijar por mim a mão de S. M. I. e confiar na constancia dos sentimentos com que me prézo de ser de V. E. amigo affectuoso, leal e grato, visconde de Itabayana.

Boulogne, em 15 de setembro de 1841.

De Montezuma (futuro visconde de Jequitinhonha) ao marquez de Resende

Illmo. e Exmo. S^nr^.

Será maravilha para V. E. a recepção desta minha carta depois de tantos annos de profundo silencio de minha parte. Os velhos, porém, devem ser ciosos dos actos que praticaram no vigor da existencia, e que constituem ou podem constituir uma pagina, bem pequena que seja, da sua vida publica. Membro do governo provisorio da provincia da Bahia, fui mandado em 1822 cumprimentar ao Principe Regente, e dar-lhe parte da proclamação da independencia naquella provincia. Chegando ao Rio de Janeiro em 14 de novembro, achei já proclamado Imperador o Senhor D. Pedro 1°, de gloriosa e saudosissima memoria. Tres dias antes da coroação de S. M. I., no 1° de dezembro do mesmo anno, fez-me V. E. a honra de ir em pessoa dar-me os parabens do titulo de barão da Cachoeira, com que S. M. I. me havia agraciado, e cujo despacho seria publicado no dia da corôação. Morava eu então na rua d'Ajuda, quasi defronte do nosso amigo commum o advogado José Joaquim da Rocha. E recordo-me que V. E. me disséra que os parabens, que me dava, eram da parte de S. M. I. Logo que V. E. saíu, diriji-me ao S^nr^. José Bonifacio de Andrada, então ministro do Imperio, e expuz-lhe que um tal despacho me poria em difficuldades na provincia da Bahia, fazendo-me perder as affeições do partido liberal exaltado; ao mesmo tempo que criaría ciume na classe rica e poderosa da provincia, ciume que poderia entorpecer o enthusiasmo patriotico tão necessario na crise em que estavamos. O ministro, não aceitando estas razões, prometeu-me falar ao Imperador. Voltando eu no dia seguinte, disse-me que S. M. I. aceitou graciosamente as razões que expuz, louvando muito o meu patriotico desinteresse, e que em consideração desse interesse que eu tomava pela causa

publica, tendo tenção de me nomear barão, como fica dito, e official do Cruzeiro, não podia deixar de me nomear dignitario, visto que me não nomeava barão. Ainda me oppuz a esta graça, expondo que qualquer remuneração publica só devêra ter logar depois de finda a lucta gloriosa em que estavamos. S. E., porém, disse-me que nada mais oppuzesse porque daria logar a crer-se-me republicano. Todas estas circumstancias não foram presenciadas por V. E. Lembro-as unicamente para com ellas despertar a memoria de V. E. e pedir-lhe que tenha a bondade de dizer-me, se se recorda daquelles parabens, que me fez a honra de dar. Desejaria tambem que V. E. me fizesse a honra de dizer tudo quanto ouviu a S. M. I. relativamente ao meu procedimento na Camara dos Deputados, depois que vim do meu degredo em maio de 1831, defendendo vigorosamente as instituições monarchico-representativas, a ordem publica e os portuguezes aqui residentes, ameaçados de uma perseguição iniqua e impolitica. Desculpe V. E. a liberdade que com estas linhas tomo, e aceite V. E. os votos que faço pela sua preciosa saude, tendo a honra de ser de V. E. mui attencioso respeitador e amigo obrigado, Montezuma.

Rio, 3 de outubro de 1854.

Illmo. e Exmo. S^nr^. Marquez de Rezende.

De Pedro I ao marquez de Resende

Meu Antonio Telles da Silva.

Querendo eu em tudo (como devo) distinguir-me dos mais homens, busquei alcançar o que em quasi todos falta, que é a verdadeira amizade. Portanto pondo-a em pratica lhe offereço, ou para melhor dizer, dou, fiado na sua correspondencia, parte da minha caçada de hoje, e aproveito desta maneira a occasião de lhe certificar in verbo sacerdotis que eu não tive o mais leve encommodo.

Deste seu amo e amigo, Pedro.

Meu amigo Marquez de Rezende.

Esta responde a todas as suas cartas enfadonhas e superfluas, e ao mesmo tempo serve para lhe participar que vai ter uma commissão toda de honra e gloria e nenhuma responsabilidade, qual a de tratar do meu casamento, conforme lhe ordenam as instrucções que remeto pelo canal competente. Faça tudo que o Imperador meu sogro e futuro cunhado lhe ordenar, bem como o Principe de Metternich, a quem escrevo.

Remeto o meu retrato, para que a noiva se não espante quando vir esta cara tosca mas honrada a primeira vez: elle vai com sobrescripto ao dito Principe. Aceite os protestos da mais pura amizade deste seu amo, o Imperador.

Meu Antonio Telles.

Depois da partida do brigue Duqueza de Goyaz, que saiu no dia 24 do corrente, tendo feito tudo de accordo com o barão de Mareschal, como lhe mandei dizer, appareceu-me o dito barão com uns quesitos, os quaes e respostas que lhes dei, vão inclusos sob n. 1. Relativo a Duqueza e a Marqueza de Santos não fale sem lhe falarem, e neste caso faça primeiramente persuadir e prove, que eu tenho palavra e que a ella não falto, e em ultimo caso sirva-se destas minhas respostas, ou ampliando-as ou restrinjindo-as, como julgar conveniente, na intelligencia que sempre deverá ser neste sentido, e que para fazer jogo com a vinda da minha noiva, deve declarar desde já que meu irmão vai governar Portugal em meu nome, e que logo que eu tenha certeza de se verificar o meu casamento, mando minha filha para Vienna e ordem ao meu irmão para governar em nome della. Nesta occasião parte daqui Carlos Mathias Pereira, a quem nomeei enviado extraordinario junto a Côrte do Brasil (23), com a commissão de entregar a meu mano Miguel um meu decreto em que o declaro Regente do Reino para governar em meu nome conforme a Constituição Portugueza; se elle ainda ahi estiver faça com que elle vá, e quanto antes, entendendo-se com o Principe de Metternich, a fim de que este o faça persuadir que deve obedecer ás minhas ordens e deve governar em

(23) D. Pedro enganou-se: quiz escrever Austria.

conformidade á Carta Constitucional sem a minima alteração e sem attender ou mover-se por este ou aquelle partido, mas sim pela Lei Fundamental do Reino; sob n. 2 vai a copia do decreto. Agora escrevo a El-rei de Inglaterra participando-lhe isto mesmo, e pedindo-lhe sua coadjuvação para florescer em Portugal o sisthema jurado, assim como escrevo, no mesmo sentido, a meu sogro a inclusa carta, que lhe entregará. Desejo-lhe saude, pois sou seu Amo, que muito o estima, o Imperador.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1827.

Meu caro Antonio Telles.

Pelas suas cartas de 19 e 23 de outubro proximo passado recebidas a primeira em 27 e a segunda em 30 do mez passado, tive o pesar de ver não se poderem realizar meus projectos, estreitando-se mais os laços de parentesco com meu sogro, visto que das Princezas por mim pedidas, uma está justa a casar, e a outra recusa. Mitigou-se, comtudo, em mim o pesar, vendo o interesse com que meu prezado sogro, tendo em vista satisfazer os meus desejos, se deliberou a escrever a El-rei de Sardenha, pedindo-lhe sua sobrinha: não era necessario mais este signal, para eu conhecer e confessar quanto lhe sou obrigado, e apesar de eu lhe escrever agora isto mesmo, lhe agradecerá de minha parte os bons officios que me tem prestado, com os quaes sempre contei: e assegure-lhe que estou firme em tudo que lhe mandei dizer e nas respostas que dei ao barão de Mareschal sobre negocios tanto de Portugal como do Brasil, e que eu me lanço nos seus braços e deixo á sua vontade o meu casamento com esta ou aquella Princeza, na certeza que o meu desejo é casar preferindo sempre alguma parenta delle. Igualmente da minha parte agradecerá ao Principe de Metternich o interesse que por mim tem tomado, o que não faço agora por ainda não ter resposta certa. Aqui para nós, se as princezas, ou de Sardenha, (primo) ou de Napoles, me falharem, fico quasi acreditando em agoiros, e parece-me que não devo casar mais, pois de quatro, nenhuma querer, parece milagre. Ahi vai a fragata Isabel para conduzir qualquer das duas princezas que me queira: de Portugal irão duas embarcações;

conte mais com as que meu sogro ha de dar, e com alguma que venha de Sardenha ou Napoles. Logo que tenha certeza deste negocio, por via de Inglaterra mandarei o almirante conde de Souzel para vir commandando a esquadra combinada. Emquanto ao barão de Villa-Secca estou bem certo nos seus bons e uteis serviços, e já lh'o dei a conhecer pelo aviso que mandei expedir-lhe em 16 de maio do anno proximo passado: ficam em minha lembrança, e em tempo opportuno serão remunerados. Minha filha Rainha tem estado doente de um rheumatismo agudo e inflamatorio nos joelhos; deu cuidado por ter tido alguns dias 120 pulsações por minuto constantemente; applicaram-lhe sangria larga no pé esquerdo a tirar-lhe onze onças de sangue 20 sanguesugas nas pernas, dous causticos na perna direita e alguns laxativos; a febre tem diminuido gradualmente. Dizem os doutores que apesar de ir devagar, vai muito bem.

Eu estou de saude, bem como meu filho e filhas. Nada mais tenho a dizer-lhe, senão que depois do sim seguro, deve seguir-se uma préssa extraordinaria na vinda, e se entre o sim e a partida mediarem 15 dias, eu acho tempo perdido. Se lhe caír a talho de foice, diga a meu sogro que moro num paiz quente, que tenho 29 annos, e que se lembre dos seus tempos, para calcular a necessidade em que estarei. Ainda que nas instrucções que lhe vão agora dirijidas, se diga que as cartas e mais diplomas vão entregar a V., devem, comtudo, ir direitamente á meu sogro, e V. logo que as receba, lh'os apresentará todos, para elle rasgar os que não servirem, e isto mesmo lhe mando dizer na carta que agora lhe escrevo.

Os bons officios que a V. cumpriam fazer neste negocio (de que nada entende), eu os dou por bem feitos, e é nesta occasião que V. deve ser intromettido, abelhudo e..... Avivente o negocio quanto for possivel. Nada mais tem agora a ordenar-lhe seu Amo, que muito o estima, Imperador.

Rio deJaneiro, 4 de janeiro de 1828.

Meu Rezende.

Com esta lhe é remettida uma carta com sobescripto:

A Madame — Madame Clemence de Saisset: guarde-a, e logo que madame de Saisset lhe escrever a pedir a dita carta,

V. lh'a mandará entregar ao seu procurador, que é o que a ha de ir buscar, mas para que não haja algum engano, eu lhe remetto inclusa nesta a assignatura della, para que V. conferindo com a carta que ella lhe escreverá, poder entregar sem risco as cartas a quem (com carta della) as pedir.

Seu amo e amigo, Pedro.

18 $\frac{28}{12}$ 28.

Fragata Rainha de Portugal, Belle-Isle 5 de fevereiro de 1832.

Meu Rezende e amigo.

Saúde e muita saúde eu lhe desejo.

Eu estou bom e ancioso de partir, pois o manifesto, que está optimo, já cá chegou. Como conviemos com
de lhe remetter o que se passar, ahi vai o incluso papel, que conveniente será que appareça no seu jornal.

Adeus, não tenho tempo para mais.

Seu amo e amigo, D. Pedro.

P. S.— Recados a todos e todas, menos a D. Leonor.

Angra, 11 de abril de 1832.

Meu Rezende e amigo.

Muito estimarei ter duas cartas suas, e tão cheias de novidades, as quaes eu acredito, porque sei que nunca escreve cousa alguma que não seja verdadeira. Eu estou bem, e muito na minha posição, gozo de opinião com popularidade, sem que tão pouco seja populaça. Em dez dias saírei para S. Miguel com toda a tropa, que aqui resta, para de lá saír com a expedição. Se quer saber mais alguma cousa, a Duqueza minha esposa que lh'a diga. Não lhe peço que reze por mim. porque o não tenho em conta de santo.

Seu amigo pour la vie, D. Pedro.

S. Miguel 8 de junho de 1832.

Meu Rezende e amigo.

Recebi com muito prazer a sua carta de 11 do mez proximo passado: agradeço os conselhos que me dá tirados da

sua bem arranjada caximonia e da longa experiencia que tem de lidar com os velhacos diplomaticos de todas as communhões; por certo que esses *messieurs* muito desejam estorvar a minha partida, e a expedição principalmente; mas ha de estalar-lhes a castanha na boca, porque em seis dias o mais tardar eu parto, o que não tenho feito já, primo, por causa do tempo; segundo, porque tem sido necessario concertar os navios, as fragatas que soffreram com o tempo e arranjar tarimbas naquelles com carpinteiros que logo que metem pé em barco, já estão vomitando, etc, etc. A tropa ficou hontem completamente prompta, e não tem custado pouco, porque tudo faltava, e a minha infatigavel pessoa com toda a sua actividade não podia dar remedio prompto, o que fez mediante todo o tempo que decorreu desde que chegou a Terceira até hontem; a principal falta sendo de dinheiro, porque os senhores do emprestimo faltaram á convenção addicional, e até hoje não mandaram nem uma libra, devendo-se-nos por conseguinte 20.000 libras, quatro mezes a £ 5.000 por mez; apezar disto, tudo está em dia e pago, sem que para isso se tenham feito violencias; no mez passado despenderam-se 120 contos, apesar de grande economia. Não temos dormido, mas ninguem pode fazer milagres. Ninguem tem mais interesse em partir por todos os motivos do que eu, mas não tem sido possivel até agora pelas razões acima ditas. Os senhores emprestadores mandaram agora licença para sacarmos pelas £ 20.000 libras, 8.000 a 90 dias de vista e 12.000 a 6 mezes, creio que pensando que a carta já não chegaria a tempo, ou não achariamos quem fizesse face á despesa, mesmo das £ 8.000; mas felizmente temos quem aprompte £ 8.000, e pode ser que mais; e com £ 5.500, que ainda nos restam do primeiro saque de £ 10.000, levaremos em cofre £ 13.000, o que já pode servir para a occasião do desembarque e gratificar os marinheiros inglezes que devem remar, os soldados que se nos vierem unir, etc, etc. Parece-me que tenho tido com o meu amigo toda a franqueza, como devia; agora resta-me a dizer-lhe que quanto antes e *sem torcer nem abaichar* (?), vou para onde me diz e que sou seu amigo e amo, D. Pedro, Duque de Bragança.

P. S.—Perdoarei a e a nota.

Porto, 17 de julho de 1832.

Meu Rezende e amigo.

Recebi a sua *chalaceada* carta de 2 de junho, que me deu immenso prazer por ver que estava no seu genio: prova infallivel de boa saude. Eu passo bem, posto que estafado de trabalhos de espirito e de corpo, que não são pequenos. Espero que a velha se cure, ou que morra, sem que tome sacramentos, pela fortaleza dos remedios. Os senhores padres e frades têm feito coisas inauditas; é uma canalha como se não faz uma idéa; felizmente os póvos não estão já tanto pelo que elles lhes prégam, porque elles, querendo exagerar as coisas, têm-lhes dito tantas mentiras como elles, começam a conhecer que não acreditam tanto nos seus ditos. Todo o mundo está apathico; somente eu e os meus soldados é que decidiremos da sorte de Portugal; não ha patriotismo, não ha amor pela liberdade; a nação á força de barbaridades está aterrada e aviltada; a creação portugueza é e tem sido para constituir a nação servil; veremos o que posso fazer, mas a empreza é grande, e eu pretendo adquirir, por mim, a gloria de ter livrado este paiz da tirania e de ter constitucionalizado este povo, que por bom não entende outra cousa que não seja beijar as mãos 4, 8 vezes por dia, prosternar-se, etc, etc, e outras destas acções baixas que dão a conhecer que o caracter independente e livre que tinha a nação portugueza outr'ora desappareceu no seculo em que todas as nações forcejam por se libertar. Assim o querem, assim o tenham. Seu amigo, D. Pedro.

Porto, 4 de novembro de 1832.

Meu Rezende e amigo.

Muito lhe agradeço os parabens do dia dos meus annos que em carta de 12 de outubro me enviou; elles são nascidos daquelle mesmo coração que sempre me foi fiél e que não cessa de dar-me constantes provas de amor. Muito estimarei que esta o ache de perfeita saude assim como eu estou; mas não lhe desejo que tenha de soffrer tantos incommodos como eu estou continuamente soffrendo; e fique certo de que eu, por bem da nobre causa que defendo, estou disposto a soffrer

tudo o que não me avilte ou seja contra a minha honra, unico patrimonio que tenho, e que a todo o custo conservará illeso o seu amo e amigo, D. Pedro.

P. S.— Recados aos amigos. (*)

Porto, 18 de junho de 1833.

Meu Rezende e amigo.

Tenho recebido tres cartas suas, uma de 30 de março e duas de 19 e 26 de abril. Muito lhe agradeço o trabalho que teve em fazer o *exposé*, que acho bom menos o dizer que eu recebi 200 contos, e depois 400, quando primeiramente recebi 120, depois 200, e depois 240, e jamais 400 contos. Não me metto a contar-lhe o que vai por cá, porque a Imperatriz lhe terá dito, e limitar-me-ei ao latinorio seguinte: Estimabo quid dominatio tua conteneat prœtergreditus liber molestia quod est major estimo. Sou e serei seu amigo e amo D. Pedro.

Porto, 3 de julho de 1833.

Meu Rezende.

Eu desejava poder escrever como escrevia o grande Padre Antonio Vieira para poder traçar-lhe nesta o elogio que me merece pelas picantes, salgadas, apimentadas e bem ajustadas respostas que deu ao Rei dos francos: convenhamos entre nós, o que muita gente tem convindo entre si, que este *grande* e *gordo* Rei, julgando todos por si, parecia-lhe que a maior parte da gente ama mais o dinheiro do que a honra. Infeliz França!!!!. Eu lhe agradeço infinitamente o modo digno com que se portou na conferencia, a que não estava preparado; nenhuma outra coisa eu esperava daquelle de quem me prézo de ser amigo e amo, D. Pedro.

Lisboa, 26 de agosto de 1833.

Meu Rezende e amigo.

Recebi a sua carta de 2 do corrente, que muito lhe agradeço. Para que se cançar em prégar a um convertido. Carta

(*) A assignatura e o texto da carta não são da mão de d. Pedro. Muito provavelmente Resende guardou o original e só deixou no seu archivo, destinado á Academia das Sciencias, a cópia.

e eu defensor da lucta *envers tous et contre tous:* quando o meu amigo temia a lucta e os liberaes, eu sempre amei a Carta e a quiz, e sempre os liberaes foram a minha gente; e sempre fui firme em uns principios; tenho sustentado o que disse em Paris e em Londres que — vinha pôr-me á testa desta causa, porque era uma causa liberal; que se a causa da minha filha não fosse liberal, não teria vindo —. Então estas expressões chocaram puritanas orelhas; hoje já agradam *idem*. Muito estimo que o meu amigo venha agora no bordo liberal, e que depois de entrar no porto, dê fundo a dous ferros, para que não possa mais bordejar em bordos tão oppostos. Muito sentirei que esta carta possa chocal-o alguma cousa, mas a verdade *avant tout*. Seu amigo e amo D. Pedro.

Lisboa, 7 de março de 1834.

Meu marquez e amigo.

Ainda não está pago e repago com tantos dias de separação? Tirano! Até quando continuará a estar por essas Lapas feito páca, sem que disso tire nenhuma utilidade nem para a alma nem para o corpo nem tão pouco para a bolsa? Ainda quer atormentar-me mais com a sua ausencia, depois de uma despedida mais que brusca, mascarada com a licença que outro dia me pediu? Commetteria eu um crime mostrando-me sentido, porque seu sobrinho até agòra não viesse, como lhe cumpria, presentar seus respeitos á Rainha sua Soberana? Se o modo por que lh'o disse, foi algum tanto grosseiro, no seu modo de ver, creio que está sufficientemente relevada a minha falta á vista da sua despedida; emfim, — para que mais argumentar? — vamos á razão pela qual eu o desejo ao pé de mim, e o não teria desejado ver saír: é ella que eu sou seu amigo e a sua companhia me é mui grata. Estimarei infinito que esta (creio que forte) razão que lhe dou, penetrando atravéz de todas as Lapas lhe vá tocar esse seu coração de modo que a resposta seja — Senhor, eu volto quanto antes —; e que esse *quanto antes* seja mais um dia o mais. Até á vista, seu amigo, D. Pedro.

Entre os papeis do marquez de Resende figura esta nota (comêço de testamento)

Este é o meu testamento.

Sou casado com mademoiselle Fanny Helène Le Roi, de cujo consorcio não houve filhos. Casamo-nos com escriptura de separação absoluta de bens.

O RIO DE JANEIRO EM 1823,

CONFORME A DESCRIPÇÃO DE OTTO VON KOTZEBUE, OFFICIAL DA MARINHA RUSSA

MEMORIA

DE

RODOLFO GARCIA

As velhas narrativas de viajantes, como informações apreciaveis para a fixação dos characteristicos de determinadas epochas da Historia dos povos e paizes a que se reportam, apresentam quasi sempre um interesse, que o estudioso das cousas do passado não deve legitimamente desdenhar. De referencia ao nosso paiz, considerada a inópia da litteratura alienigena em depoimentos dessa natureza, não é razoavel que se desprezem ainda os de menor importancia. As impressões de um extrangeiro arguto, com a valia de um testimunho pessoal, podem muitas vezes encerrar factos ou aspectos que ao observador patricio tenham passado despercebidos. Rebusca-las, onde quer que se encontrem, é serviço não desprovido de meritos.

A essa classe de documentos pertence a descripção da cidade do Rio de Janeiro em 1823, devida ao official da Marinha russa Otto von Kotzebue, em uma de suas relações de viagem.

Otto von Kotzebue era filho do célebre dramaturgo e romancista allemão Kotzebue (Augusto Frederico Fernando von), que esteve ao serviço da Russia e foi tragicamente assassinado em Mannheim, por um estudante da Universidade de Iena, em 1819. Nasceu em Level (Russia) em 1817 e morreu em 1846, segundo um dos seus biographos, ou em 1848, conforme outro.

Como official de marinha, ao tempo em que o imperador Alexandre I resolveu fazer explorar os vastos territorios desconhecidos dos seus dominios na costa Noroéste da America Septentrional, emprehendeu tres viagens ao redor do Globo: a primeira sob a direcção do barão de Krusenstern, de 1803 a 1806, na expedição da *Neva* e da *Nadiejéda*, tendo por companheiro o naturalista Langsdorff, que depois foi consul geral da Russia no Brasil e explorador dos nossos sertões, no primeiro quartel do seculo passado; a segunda na *Rurik*, em reconhecimento do Oceano Glacial e das partes menos frequentadas da Oceania, de 1815 a 1818; a última,

de 1823 a 1826, na *Entreprise*, em que explorou o Kamkchatka, recolhendo documentos preciosos sôbre a ethnographia e as sciencias naturaes.

Na viagem da *Rurik*, Kotzebue descobriu, ao Norte do territorio de Alaska, o golfo que perpetúa seu nome na toponymia geographica americana.

De suas duas últimas viagens, as que foram por elle dirigidas, deixou relações escriptas:

Entdeckung-Reise in der Südsee und nach der Behringsstrasse, zur Esforschung einer nördliche Durchfahrt — Weimar, 1821 (3 vols. gr. in-4°).

Essa relação foi traduzida em inglez, sob o titulo — *Voyage of discovery into the south sea and Beering's straits for purpose of exploring a north east passage, in 1815-1818.* — London, 1821. (3 vols. gr. in-8°).

A outra, escripta em allemão e francez, tem por titulo: *Neue Reise um die Welt, in den Iahren 1823-1826* —, c'est-à-dire *Nouveau voyage autour du monde, fait par... dans les années 1823 à 1826.* — Saint-Pétersbourg, 1830 (2 vols. in-8°).

Essa relação foi reimpressa em Weimar no mesmo anno.

A' segunda viagem de Kotzebue pertence a descripção do Rio de Janeiro, a que nos referimos.

O RIO DE JANEIRO EM 1823

Na manhã de 13 de Novembro de 1823 a *Entreprise* estava á vista de Cabo Frio e logo á tarde sua tripolação percebia distinctamente o morro do Pão de Assucar, pelo qual se reconhece a entrada da bahia do Rio de Janeiro. Uma calmaria privou o commandante russo do prazer de entrar no porto, obrigando-o a lançar a ancora; entretanto, a perspectiva dos arredores lhe offereceu uma ampla compensação.

« Muitos viajantes, diz elle, descreveram as maravilhas que a natureza apresenta no Brasil; mas suas descripções estão longe de traduzir a magia, a belleza, a magnificencia destas graciosas paizagens, desta vegetação gigantesca que, sob as mais variadas fórmas, sob os matizes mais brilhantes, cobre os valles e as montanhas, desde o littoral oceanico até aos mais elevados picos. Um brando vento de terra trazia ao navio ancorado fóra da barra perfumes deliciosos, de envolta com chusmas de borbolêtas e insectos brilhantes; em tôrno voavam bandos de gaivótas...» E o viajante escreve, animado por um enthusiasmo sincero: « Tudo parece annunciar que a natureza se compraz em destinar os mais doces gosos da vida aos habitantes deste paiz! ».

Mas logo, o aspecto de dous navios negreiros chegados no mesmo dia da Africa, como o seu ancorado fóra da barra, lhe offerece um doloroso contraste, interrompendo o hymno que vinha entoando á nossa natureza.

« Só o escravo negro, esmagado pelo trabalho, curvado sob o vergalho de seus tyrannos, encontra aqui, em vez de um paraiso, um inferno ». E continúa: « O trafico, essa mácula dos Estados civilizados, cujo opprobrio alguns começam a sentir, está na plenitude de sua fôrça no Brasil, exercendo-se com toda a crueldade da avidez e sob a protecção das leis. Sabe-se que os navios empregados nesse

vergonhoso commercio vêm sempre de tal modo entulhados, que os infelizes escravos apenas se podem mover, não lhes sendo facultado sinão raramente respirar o ar fresco sôbre o convéz, onde são admittidos poucas vezes e por escasso tempo durante o dia. A maior parte do dia e pela noite toda, são constrangidos a ficar immoveis no ambito infecto do porão. Sobrevêm doenças, que de ordinario roubam um terço do carregamento humano, enquanto o resto chega no mais triste estado ao logar do destino. As cobertas dos dous negreiros, neste momento, estão cheias de homens e mulheres, de aspecto lastimavel, todos nús e acorrentados; nesse número ha mães que amammentam os filhos, nascidos talvez durante a lugubre viagem, ganho inesperado dos barbaros especuladores.»

As sombras da noite vieram occultar ao viajante tudo o que o tinha encantado e revoltado. De bordo ouviam-se descargas de canhões e de mosquetes e viam-se foguetes em grande número fender os ares, o que devia annunciar alguma festa, ou algum grande acontecimento.

« Com effeito, diz Kotzebue, soubemos no outro dia que era a expressão da alegria do povo pela noticia da prisão de tres ministros accusados de uma conspiração contra o imperador.»

O auctor quiz referir-se, sem dúvida, ao golpe de estado da vespera (12 de Novembro), que importou na dissolução da nossa primeira Assembléa Constituinte, e que não teve por fundamento nenhuma conspiração contra o imperador; sua informação pecca ainda na referencia á prisão de tres ministros, porquanto dos deputados presos nessa occasião sómente dous, José Bonifacio e Martim Francisco, tinham antes exercido aquelles cargos.

Ao amanhecer do dia 14 chegou a bordo o piloto, que devia guiar o navio de Kotzebue na entrada do porto.

« Era um homem edoso, pequeno, repleto e, como a maior parte de seus compatriotas, ignorantissimo. Vangloriava-se de trazer o nome de Vasco da Gama e pretendia descender em linha directa do navegante célebre, que foi o primeiro a dobrar o cabo da Bôa Esperança. Ao orgulho de seu nascimento junctava o desejo da independencia do Brasil e considerava-se um dos seus mais firmes esteios, disposição

que partilhava com seus concidadãos de todas as classes, e que é talvez a melhor garantia dessa mesma independencia. Suspendemos a ancora e aproveitámos a maré para entrar na bahia do Rio de Janeiro. Sem ter a celebridade de seu avô, nosso piloto, devo convir, dirigiu habilmente o navio pela estreita passagem que conduz á bahia. Essa entrada é dominada por um forte situado sôbre uma altura, que defende o accesso a qualquer navio inimigo. Construindo-se ahi algumas baterias fortes, tornar-se-ia completamente impossivel a entrada do porto, porque a passagem fica a meio alcance de canhão. Lançámos a ancora a pouca distancia da cidade, no meio de um grande número de navios de differentes nações.»

A vista da cidade, as bellezas da bahia, arrancam ainda ao viajante phrases de pura exaltação:

« Por mais agradavel impressão que produza sôbre um Europeu o aspecto do Brasil, não é comparavel á que experimenta nesta bahia: é uma magnificencia que está acima de toda descripção. No meio das mais encantadoras paizagens tão differentes daquellas que estamos habituados a ver, eleva-se em amphitheatro a cidade do Rio de Janeiro, que dahi parece bellissima; suas habitações são cercadas de alterosas palmeiras, cuja sombra produz um effeito magico sôbre as paredes brancas. Acima da cidade, vêem-se ao longe, sôbre a encosta escarpada dos montes, que ornam o fundo do quadro, diversos mosteiros e conventos, como os ninhos que as andorinhas fixam nos muros.»

Mal o navio tinha colhido as velas, apresentaram-se a bordo o vice-consul da Russia, o sr. de Vrielchen, e um official do govêrno brasileiro, que levavam ao commandante seus cumprimentos de bôas-vindas. O official brasileiro tinha, porêm, outra missão de seu govêrno: fazer conhecer a obrigação que assistia a todo navio de guerra extrangeiro de salvar com vinte e um tiros de canhão o pavilhão nacional; para isso, na supposição de que a bordo não existisse tal pavilhão, levava um, que foi arvorado no mastro proprio. Por extranha que lhe parecesse similhante pretenção da parte de um Estado que ainda não fôra reconhecido pelo imperador da Russia, o commandante, para evitar dissabores, ordenou a salva, que foi correspondida pelo forte. . . .

Como lhe importasse não perder a estação favoravel para dobrar o cabo de Horn, o commandante pediu ao vice-consul que lhe agenciasse no mais breve espaço de tempo os viveres e outros objectos necessarios; mas para isso eram precisas pelo menos quatro semanas, que foram empregadas em observações meteorologicas e astronomicas. O sr. Vrielchen proporcionou-lhe uma casa de campo muito commoda, « situada na pequena bahia romantica de Botafogo », onde no dia seguinte foi installar-se, em companhia do astronomo, sr. Preios, deixando aos officiaes o cuidado que reclamava o serviço de bordo.

Na persuasão de que os seus leitores, mórmente as damas, que, esperava, lhe fizessem a honra de ler seu livro, não estivessem muito a par da Historia do Brasil, antes de passar á narração de sua estadia no Rio de Janeiro, o auctor tractou de contar summariamente os principaes dos nossos acontecimentos historicos. Nesse esbôço, aliás eivado de solecismos mais ou menos graves, refere-se á situação, ao descobrimento, á origem do nome e á colonização.

« No principio, diz, era desconhecida a riqueza deste paiz, que servia apenas de logar de degredo para os criminosos; foram estes que começaram a cultivar a canna de assucar e descobriram as minas de ouro e de diamantes. Sentindo a importancia desta possessão, o govêrno portuguez para cá enviou um vice-rei, que administrou o paiz, e que teve ordem de fechar seus portos ás potencias extrangeiras, afim de que não pudessem tirar diamantes e outras pedras preciosas aqui abundantes, das quaes Portugal se reservava exclusivamente o commercio. Foi assim que esta bella terra se tornou para Portugal uma fonte de riqueza, ao passo que empobrecia, opprimida, pouco povoada, inaccessivel a toda cultura moral. O anno de 1807 veio mudar a situação do Brasil.

« As vistas ambiciosas de Napoleão, extendendo-se sôbre Portugal, constrangeram a Côrte a refugiar-se em sua colonia. Cêrca de 12.000 habitantes da metropole e 14.000 homens de tropas accompanharam a familia real ao Brasil. A residencia da côrte no Rio de Janeiro, transformada em capital, exerceu sôbre o paiz uma feliz influencia; todos os portos foram abertos ás potencias européas, o commercio, a

industria, as artes fizeram progresso. Com a quéda de Napoleão e, consequentemente, o termo de suas victorias, o rei de Portugal recobrou seu reino em 1821, e deixou ao principe d. Pedro, que tinha desposado uma princeza d'Austria, o cuidado de governar o Brasil.

« O exemplo das novas republicas, que se acabavam de constituir, tinha seduzido alguns espiritos, e a partida do rei foi o signal de perturbações que o principe soube apaziguar, formando um partido, declarando o Brasil independente da metrople em 1822 e promettendo uma constituição, em virtude da qual se fez imperador sob o nome de Pedro I. Desde essa epocha, o imperador, bem como qualquer cidadão, traz no braço esquerdo um laço verde com estas palavras: « Inde-de um Estado que ainda não fôra reconhecido pelo imperador creou a ordem do Cruzeiro e fez hastear na fortaleza o pavilhão nacional, que é verde e traz no centro um quadrado amarello, sôbre o qual se vê o globo cercado de treze estrellas, symbolo das provincias, e de folhas de café e fumo, producções do paiz.»

Não é preciso salientar as erronias flagrantes de que se resentem as informações historicas do auctor, desde o descobrimento das minas pelos degredados portuguezes até á descripção do pavilhão nacional. O nosso pavilhão foi creado pelo decreto de 18 de Septembro de 1822, modificado posteriormente pelo decreto de 1 de Dezembro do mesmo anno para substituir a corôa real pela corôa imperial, que lhe competia; em número de dezenove, e não de treze, eram as estrellas que, fixadas em uma orla azul, circulavam a esphera armilar de ouro atravessada por uma cruz de Christo. Symbolizavam as estrellas as provincias brasileiras, dezenove então, incluindo-se a provincia Cisplatina. Em 1827 perdemos essa provincia, mas o mesmo número de estrellas continuou a figurar no pavilhão nacional, até que em 1852 e 1853, quando se crearam as provincias do Amazonas e do Paraná, passou a ser de vinte, que se conservou até á quéda da monarchia.

Por occasião da estadia de Kotzebue no Rio de Janeiro, o govêrno do Brasil não era absolutamente constitucional, diz elle; como prova, — accrescenta — a prisão tumultuosa dos tres ministros a que já se referiu, a expulsão arbitraria dos deputados chamados de todas as provincias, formando

uma assembléa constituinte e, sobretudo, a obediencia cega que o imperador exigia, á maneira de Carlos XII, pretendendo que as suas ordens fossem executadas sem discrepancia, sob pena de tocar os deputados a ponta-pés; é possivel que o imperante tenha sido involuntariamente arrastado a essas violencias pelo conflicto dos diversos partidos que vizavam o proprio interesse e não o bem publico, insinúa Kotzebue.

A proposito refere uma anecdota que lhe foi contada por um capitão de navio da Companhia da America, para salientar a bondade do coração imperial. Dous marinheiros bebedos estavam caïdos sôbre o caminho do Corcovado (*Caravado*, no original); o imperador e a imperatriz passavam na occasião, accompanhados de alguns creados, deante dos dous homens: julgando-os doentes, o imperador desceu do cavallo, esfregou-lhes as frontes e não podendo faze-los recuperar os sentidos, mandou chamar seu medico e conduzi-los ao hospital, de onde saïram no dia seguinte com perfeita saúde...

Ainda sôbre Pedro I o viajante narra outra anecdota de genero diverso, que lhe foi referida, esta, por um pintor de Vienna, residente no Rio de Janeiro. O imperador queria fazer-se retratar de pé e em tamanho natural. O pintor tinha tudo em ordem quando elle chegou. Apenas o artista havia traçado alguns contornos, quando appareceu o official encarregado de fazer o relatorio e annunciar os navios chegados; como tivesse grande difficuldade em ler e pronunciar os nomes dos diversos navios e dos capitães extrangeiros, o imperador irritou-se ao ponto de pegar de um bastão para administrar uma dessas correcções que os soberanos do seculo XVIII outorgavam ás vezes aos seus servidores; o official esquivou o corpo, o principe furioso perseguiu-o em tôrno do cavallete... « Ficar-se-á, conclúe o viajante, menos sorpreso ante taes violencias, reflectindo-se sôbre o estado em que o imperador encontrou os Brasileiros. Possa elle conseguir civiliza-los! Porque lhe pertence fazer a prosperidade e a felicidade do mais fertil e do mais bello paiz do mundo.»

O commentario á anecdota, cuja veracidade, sem embargo do temperamento impulsivo de Pedro I, é duvidosa, afigura-se summamente injusto para os Brasileiros do co-

mêço do seculo passado no voto expresso pela sua civilização. D. Pedro chegou ao Brasil aos noves annos de edade; pode-se dizer que se creou em nosso meio, e sua cultura intellectual não era superior á cultura commum dos seus subditos, que muitos delles possuiam mais aprimorada.

Em referencia a lord Cochrane são interessantes os depoimentos de Kotzebue. Vale a pena traduzi-los integralmente.

« A frota brasileira, que estava então sob o commando de lord Cochrane, compunha-se de um navio de linha, duas fragatas, tres bergantins e alguns pequenos barcos. Posto que pouco consideravel, como era, essa frota obrou prodigios sob as ordens de seu chefe, que já se havia distinguido na Inglaterra por sua bravura e por sua habilidade. Lord Cochrane atacara recentemente, com um navio de linha e uma fragata, uma esquadra portugueza de dous navios de linha e duas fragatas, forçando-a a fugir e a abandonar-lhe quarenta navios mercantes, que comboiava. Por essa occasião, o imperador nomeou Cochrane grande almirante e marquez do Maranhão.

« O almirante havia servido antes a Republica do Chile, e dizem que, no meio de suas proezas, não se descuidara das proprias finanças. Ha um anno passou para o serviço do Brasil. Tendo curiosidade de conhecer esse homem célebre, aproveitei o ensejo para lhe ser apresentado e continuei a frequenta-lo.

« Seu exterior e todas as suas maneiras têm algo de repugnante; na conversação ordinaria, não se exprime sinão por monosyllabos, e é difficil descobrir nelle o homem instruido e intelligente. Tinha então mais de 50 annos; alto e magro, sua physionomia é severa e seus traços fortemente desenhados; seus cabellos são ruivos, suas costas um pouco curvadas; os olhos vivos, encimados por espessas sobrancelhas, estão sempre baixos: não olha de frente, mesmo ás pessôas com quem está falando. Sua mulher, cuja belleza, mocidade, graça e espirito offerecem um contraste golpeante, ama-o com ternura e não o deixa ainda no meio dos perigos. A todos os combates que seu marido sustentou no serviço da America Meridional, esteve ella presente, não temendo expôr a vida, somente para estar juncto delle.

« Cochrane testimunhou-me algumas vezes o desejo de entrar para o serviço da Russia, afim de poder defender os Gregos e bater os Turcos. Attingiu a seu fim, mas de maneira differente. Parece que a guerra é uma verdadeira necessidade para elle e os combates verdadeiros gosos, contanto que a causa que defende lhe pareça justa: é um pouco difficil conciliar essa disposição com a sêde de ouro que censuram nelle...»

Kotzebue escreveu sua relação de viagem em 1827; a esse tempo, effectivamente, já o grande almirante estava ao serviço da Grecia.

Os dias que Kotzebue passou no Rio de Janeiro escoaram-se no meio dos prazeres que lhe offereciam os bellos arredores de sua habitação e das occupações reclamadas pela expedição, de que estava encarregado.

« O Europeu, embora já tivesse vindo ao Brasil, não pode forrar-se de um sentimento de admiração, achando-se neste paiz tão differente de todos os outros. Tudo o que fere seus olhares: arvores, flôres, passaros, insectos, a propria relva, nada se parece com o que elle vê na Europa. Todos os objectos chamam sua attenção por suas fórmas, seu colorido; assombra a prodigalidade com que á natureza approuve derramar seus dons sôbre este clima delicioso. Durante o dia vêem-se esvoaçar enxames de escaravelhos, de borbôletas, e de colibrís brilhantes de ouro, azul e purpura. Apenas o sol baixa no horizonte, innumeraveis vagalumes, muito maiores do que os nossos, cruzam os ares em todos os sentidos, ou se fixam sôbre as plantas, formando assim uma exquisita illuminação.»

Como acontece á maioria dos navegantes, Kotzebue não fez sinão raros passeios pelo interior. A mór parte do tempo deixou-se ficar em Botafogo.

« As pessôas ricas do Rio de Janeiro, informa elle, têm suas casas de campo em Botafogo, cujos ares, pretendem, são mui saudaveis. E' sem duvida o logar mais aprazivel e mais notavel dos arredores da capital. No fundo de sua pequena bahia elevam-se montanhas, uma das quaes apresenta o aspecto de uma enorme torre de egreja. O sr. Lenz, o nosso médico, que a mediu com o barometro, achou que sua altura é de 1.580 pés acima do nivel do mar. Toda a

montanha é um immenso bloco de granito. Foi com os maiores trabalhos que se chegou a construir um caminho até ao seu cume, que fórma uma pequena planura, onde apenas algumas pessôas podem encontrar logar, mas de onde se gosa de uma vista magnifica. O imperador gosta desse local, que se chama Corcovado (*Caravado*, no original) e ahi vai muitas vezes a cavallo com a imperatriz. Foi nesse caminho que elle encontrou os marinheiros embriagados, de quem já falei.

« Um lindo caminho, serpeando em tôrno das fidalgas casas de campo, conduz de Botafogo ao Rio de Janeiro, que deve seu nome ao êrro daquelle que descobriu esta bahia, tomando-a pela emboccadura de um rio, ao qual denominou de — Janeiro —, porque se estava então nesse mez do anno. Já disse que, avistada, da bahia, a cidade do Rio de Janeiro se apresenta vantajosamente; mas, penetrando nella, ficamos desagradavelmente sorprehendidos de achar suas ruas estreitas, mal calçadas, casas edificadas sem o menor gôsto e, do mesmo modo, muitas egrejas e conventos. A extensão da cidade é consideravel, contando cêrca de 250.000 habitantes, dos quaes dous terços constam de negros, mulatos e mixtiços. E' raro encontrar um branco na rua; somos tentados a crêr que estamos na Africa, vendo-se por toda parte rostos negros. O Museu de Historia Natural é o que ha de mais notavel; encerra alguns objectos raros e sobretudo uma grande quantidade de pedras preciosas.»

O viajante russo volta em seguida e longamente a tractar da escravidão e do modo de vida, que os negros levavam no Rio de Janeiro. Nesse passo, seus depoimentos differem em absoluto das informações de outros viajantes, que mais diuturnamente perlustraram o Brasil. O inglez Alexander Caldcleugh, que de 1819 a 1821 se demorou no Brasil, condemnando o trafico, que arrebatava á Africa annualmente mais de 30.000 de seus miseros filhos só para o Brasil, reconhece que os escravos não eram duramente tractados pelos senhores.

« Eu não pretendo affirmar, diz Caldcleugh, que elles levem uma vida muito agradavel; mas ninguem sustentará, vendo-os cantar e dançar pelas ruas, que são miseraveis e deploram sua sorte.»

Spix e Martius têm a mesma linguagem, e citam um

exemplo notavel da benevolencia dos senhores para com os seus escravos. Um negro de Minas Geraes, que haviam alugado para conductor de suas bestas de carga, fugiu; tendo sido preso e apresentado aos seus alugadores, foram estes pelo proprietario aconselhados que, em vez de castigo, lhe déssem um grande cópo de aguardente...

Deve, portanto, haver algum exaggêro nas palavras candentes, com que Kotzebue descreve o supplicio dos escravos no Rio de Janeiro, condemnados a trabalhos sobrehumanos.

« Mal se podem figurar os fardos enormes que os infelizes são obrigados a carregar, sendo-lhes necessario para isso um longo habito. Os fardos são suspensos a uma barra de madeira, cujas extremidades pousam sôbre seus hombros. Marcham cantando uma de suas arias nacionaes, monotona e triste, servindo a cadencia para regular o passo. Percebe-se muitas vezes por seu accento que estão prestes a succumbir sob a carga; mas então o chicote arranca-lhes novos esforços...»

A' alimentação dos negros, que consistia quasi exclusivamente em farinha de mandióca, attribue o viajante russo a doença que os flagellava horrivelmente — uma especie de lobinhos, localizados sobretudo nos rostos e nas pernas, que não suppuravam nem abriam feridas, mas augmentavam tanto de volume que desfiguravam o doente a ponto de faze-lo quasi perder a fórma humana. « Ha na bahia do Rio de Janeiro, a pouca distancia da cidade, uma ilhota chamada dos *Frades,* onde está situado um convento com um hospital, que o Govêrno destina ao tractamento dos negros affectados daquelle mal. Não pude saber de modo positivo si os doentes se restabelecem completamente. Quando o pae do imperador residia no Rio de Janeiro, ia frequentemente visitar esse convento; mostra-se ainda aos extrangeiros, ahi, a cella em que elle se refugiava, quando acontecia desencandear-se algum temporal, porque tinha terrôr ao trovão; ignora-se, porém, o motivo pelo qual elle acreditava estar nessa cella mais ao abrigo dos effeitos do raio...»

A seguir, conta Kotzebue a festa que se celebrou em 1 de Dezembro de 1823, em regosijo do primeiro anniversario da coroação de d. Pedro I e da fundação da Ordem do Cruzeiro.

O artigo XIV do decreto de 1 de Dezembro de 1822, que creou aquella ordem, « para assignalar por um modo solenne e memoravel » a coroação do primeiro imperador, determinava que se realizasse nos anniversarios a festa da ordem na Imperial Capella da Côrte.

« A celebração do primeiro anniversario da coroação e da fundação da ordem do Cruzeiro attrahiu-me á cidade no dia 1 de Dezembro. Despertei cêdo, com as salvas de artilharia da fortaleza e dos navios que estavam no porto. Tudo estava em movimento. O povo circulava em todas as ruas; os soldados em grande uniforme iam reunir-se em seus quarteis para tomar parte na parada. Os negros, descançando de seus trabalhos, olhavam curiosamente os preparativos da festa. A's 11 horas, o imperador e a imperatriz, em uma magnifica carruagem puxada por oito cavallos, chegaram á egreja escoltados por uma companhia de guardas a cavallo, em elegantissimos uniformes; um grande número de carruagens seguia o cortejo, que avançava a passo lento para dar ao povo o tempo de admirar esse espectaculo, que elle saudava com acclamações. A alguma distancia da egreja o cortejo parou; o imperador e sua esposa desceram da carruagem e fizeram, em ceremonia e cercados de todos os cavalleiros da ordem do Cruzeiro, o resto do trajecto a pé. O bispo e todos os membros do clero iam na frente dos imperantes, conduzindo-os em pompa á egreja, onde havia sido elevado, á direita do altar-mór, um throno, sôbre o qual o imperador foi sentar-se. A imperatriz tomou logar em uma tribuna á esquerda do throno. O serviço divino começou, accompanhado por uma excellente musica e por um chôro de bons cantores. O bispo pronunciou em seguida um discurso, no qual se exforçou para pintar as brilhantes virtudes do monarcha, que comparou a Pedro o Grande, da Russia; dictou numerosos preceitos que elle devia seguir para fazer a felicidade de seus subditos. O tempo fará ver si o imperador do Brasil, com muito mais meios e recursos do que dispunha Pedro o Grande, conseguirá, como elle, organizar e civilizar sua nação. O Brasil teve já a desgraça de perder a imperatriz, que muito fez para encorajar o progresso das sciencias e artes. Quando o bispo terminou seu discurso, o imperador e a imperatriz se retiraram na mesma ordem, ao som das salvas de artilharia.

Chegando ao palacio, receberam as felicitações de toda a côrte. A's 4 horas, houve na grande praça do Mercado, onde haviam construido uma especie de pavilhão para a familia imperial, uma grande revista. As tropas, cêrca de 4.500 homens, formavam um semicirculo ao redor do pavilhão; commandava-as o feld-marechal dom José de Currado (alias Joaquim Xavier Curado, tenente-general, depois conde de S. João das Duas-Barras) velho octogenario. Tive grande satisfacção de rever nelle o governador de Sancta Catharina, que me recebera com tanta hospitalidade por occasião de minha primeira viagem ao redor do mundo em 1803, sob as ordens do sr. de Krusenstern, hoje almirante.»

Joaquim Xavier Curado governou, effectivamente, a capitania de Sancta Catharina, de 8 de Dezembro de 1800 a 5 de Junho de 1805. Era então coronel. Nasceu na villa de Meia Ponte, da capitania de Goiaz, em 1 de Março de 1743. Contava, pois, mais de oitenta annos, quando commandou a parada, que Kotzebue descreve. Governando Sancta Catharina, recebeu hospitaleiramente a expedição commandada pelo capitão-tenente Adão João de Krusenstern, composta da *Neva* e da *Nadiejéda*, que alli se demorou de 21 de Dezembro de 1803 a 2 de Fevereiro de 1804. Krusenstern e Langsdorff, que como naturalista accompanhava a expedição, em suas relações de viagens referem-se ao governador em termos amplamente elogiosos.

« Antes da chegada do imperador — continúa Kotzebue, estive vendo as tropas, que ostentavam um bello garbo, mas que me pareceram não ter noções bem claras sôbre a disciplina, porque vi soldados a fumar e fazer outras cousas inconvenientes. A musica attrahiu, sobretudo, a minha attenção. Cada coronel tem o direito de dar aos musicos de seu regimento o uniforme que lhe apraz; e por um effeito da diversidade dos gostos, esses uniformes são muito differentes, posto que geralmente no genero asiatico. Algumas bandas de musica têm costumes turcos, outras costumes indianos. Vi um regimento, cujos musicos não tinham uniformes, mas uma porção de pennas de variegadas côres sôbre a cabeça e em volta do corpo; achei sua musica menos agradavel do que a dos outros. O canhão se fez ouvir; o imperador e a imperatriz appareceram ao longe, ambos a

cavallo e seguidos de uma brilhante comitiva. Então os soldados lançam fóra seus cigarros, o povo agita os chapéos, as damas seus lenços brancos; todos gritam — *Viva o imperador!*

« Viu-se avançar magestosamente o soberbo cortejo, no meio do qual o imperador, coberto de diamantes, appareceu brilhante como Syrius cercado de estrellas; seu grande chapéo agaloado e ornado de plumas sombreava os traços fortemente pronunciados de sua physionomia. A imperatriz trazia um habito de amazona negro, bordado a ouro, elegantissimo; quando ella tomou logar no pavilhão, o imperador se poz á frente das tropas e fê-las desfilar deante de sua esposa. Apenas sua voz sonora se fez ouvir, retumbaram salvas de artilharia, o som das musicas dos diversos corpos e as acclamações do povo, que gritava — *Viva o imperador!* Depois da parada, a familia imperial e a côrte foram ao espectaculo.

« Eu as havia precedido e tive tempo de examinar o theatro antes de sua chegada. A sala estava cheia como um ovo; os camarotes eram occupados pelos grandes personagens; não se viam sinão rostos brancos, entre os quaes se distinguiam os de muitas damas, cuja tez se poderia comparar á das nossas Européas. A maioria das damas se veste á moda de Paris e muito elegantemente; a arte da *toilette* é talvez a unica que conhecem, e encontram-se entre ellas algumas que não sabem ler nem escrever. Entretanto, não lhes faltam attractivos nem graça, e suas disposições naturaes supprem a falta de instrucção. Ellas sabem, tão bem como as Européas, conversar agradavelmente e entremear sua conversação com finas phrases de malicia. E' o que se pode notar no espectaculo, porque é de uso visitar as damas, que recebem com muita affabilidade as pessôas que vão aos seus camarotes; ellas ligam mesmo demasiada importancia a essa attenção, porque todo o publico é testimunha dos cuidados que lhes prestam.

« As conversações das jovens senhoras são algumas vezes muito animadas, e seus olhares expressivos permittem adivinhar qual seja o assumpto da conversa. Mas, muito se enganaria quem julgasse que essa apparente urbanidade é o fructo da civilização, como na Europa.

« A anecdota seguinte demonstra o gráo de instrucção

em que se acham os Brasileiros. A fragata russa *Kamtschatka* estava, em 1817, na bahia do Rio de Janeiro; recebeu, entre outras visitas, a de um official superior, que ficou muito sorpreso ao ver um crucifixo na camara do capitão. Sabia que os Russos professavam a religião grega; mas ignorava absolutamente que fossem *christãos*...

« A platéa offerecia todas as nuanças de côres entre o negro e o branco, dominando, entretanto, a primeira. Ahi havia um borborinho desagradavel, ao passo que nos camarotes se guardava a maior compostura. O camarote imperial estava fechado com cortinas, onde se fixavam todos os olhares. Aberto, enfim, appareceram o imperador e sua esposa, acompanhados de um sequito composto principalmente de cavalleiros da ordem do Cruzeiro. Nova agitação de chapéos e de lenços, ás acclamações de — *Viva o imperador! viva a imperatriz! viva a monarchia!* — ás quaes o imperador respondeu com uma saudação graciosa. Ao levantar o panno, appareceu uma actriz, que declamou um prologo em honra ao soberano. Representou-se em seguida uma peça, da qual não comprehendi grande cousa; e o espectaculo terminou por um baile, cuja execução excedeu á minha expectativa. Durante o espectaculo o imperador deu audiencia a muitas pessôas, que começavam sempre por se ajoelhar deante delle e beijar-lhe a mão. No correr da representação, a platéa mostrou-se mais calma e mais attenta do que os espectadores dos camarotes, que pareciam prestar mais attenção ás visitas do que á peça. Fui visitar lord Cochrane e sua esposa, e fiquei em seu camarote durante toda a representação. Elle me falou muito do Chile; trazia mesmo nesse dia de solennidade o uniforme da Republica e a condecoração chilena, que consiste em uma banda azul a tiracollo; o que me sorprehendeu tanto mais, quanto eu não ignorava seu descontentamento contra o govêrno chileno. Percebeu minha sorpresa e disse-me que o imperador ainda não havia escolhido o uniforme que elle devia usar. Lady Cochrane não gostava tanto do Brasil como do Chile, cujo clima acreditava lhe conviesse mais.

« Passei ainda oito dias na linda casa de campo de Botafogo, e a 9 de Dezembro voltei para bordo de minha fragata, que encontrei provida de todas as cousas necessarias. No

dia seguinte, ás 5 horas da manhã, largámos com o auxilio do refluxo e de um ligeiro vento do Norte, e nos afastámos lentamente deste bello paiz. Entretanto, o vento era tão fraco que não podiamos governar, o que era forte embaraço em uma passagem tão estreita: felizmente a esquadra ingleza que estava no porto prestou-nos reboque, e á noite estavamos em pleno mar.

« O extremo calôr que reina no Brasil não alterou absolutamente a saúde dos homens da minha equipagem. Os preservativos que empreguei foram carne fresca, legumes, fructas, uma bôa limonada em vez de sua bebida habitual, e pela manhã e á noite um banho d'agua do mar. Toda a tripolação estava fresca e disposta a affrontar as tempestades e as fadigas, que nos esperavam no cabo Horn. Resolvi que depois de termos dobrado esse cabo, iriamos descançar no porto da Conceição, nas costas do Chile ».

* * *

Finalizando sua descripção, Kotzebue consigna o resultado das observações astronomicas que fez em terra:

« Latitude de Botafogo — 22° 56' 5'' austr.;

Longitude, termo médio, tomado de differentes observações — 53° 7' 32'' occid.

Todas as longitudes designadas nesta viagem são calculadas pelo meridiano de Greenwich, e sempre de Oéste para Léste.

A variação da agulha imantada era de 3° Léste, e sua declinação era de 9° 22'.

A longitude de Cabo Frio, tendo sido indicada mui diversamente, exforcei-me em determina-la do modo mais exacto que me foi possivel. Com o auxilio do meu excellente chronometro, achei que a differença de longitude entre Cabo Frio e Botafogo é de 1° 6' 20''; por conseguinte a verdadeira longitude do Cabo Frio é de 42° 1' 12'' Oéste de Greenwich ».

FUNDAMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CONFERENCIA REALIZADA
NO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO
A 12 DE FEVEREIRO DE 1915

PELO

DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA
(Bibliothecario do mesmo Instituto)

A erudita e substanciosa *Conferencia* que se segue é mais um documento da rara competencia com que o dr. Vieira Fazenda, digno bibliothecario do Instituto, tractava todos os assumptos relativos á historia desta cidade do Rio de Janeiro, — especialidade a que se devotára desde verdes annos e em que foi auctoridade incontestavel e geralmente reconhecida.

Tractou nella Vieira Fazenda de demonstrar o acêrto, com que a Commissão do Instituto fez escolha do local, em que foi assentado o padrão commemorativo da fundação da cidade. Os argumentos por elle adduzidos são convincentes e não deixam dúvida sôbre o poncto historico: o sitio em que se iniciou a fundação do Rio de Janeiro foi o isthmo da peninsula de S. João, a varzea que demora entre o morro «Cara de Cão» e os penedos do Pão de Assucar e Urca.

Aqui nos é licito render mais esta homenagem ao illustre Brasileiro, auctor da *Conferencia* e saudosissimo companheiro de trabalho.

(Da Direcção).

FUNDAMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As despretenciosas palavras que ides ouvir constituem singela e modesta rememoração de factos, que se prendem ao povoamento regular desta nossa incomparavel Guanabara pelos filhos da metropole iberica e visam tambem a dissipar dúvidas, que sem razão ainda pairam em algum raro espirito de estudiosos destes assumptos, quanto ao local em que se assentaram os primeiros alicerces deste meu querido e formosissimo berço natal.

Seja-me licito, antes de abordar a materia especial desta palestra, render o sincero preito de algumas descoloridas phrases ao inclito heróe, a quem se devem os fundamentos iniciaes da hoje Capital do Brasil e a sua integração definitiva em nossa Patria, pelo exfôrço das armas lusitanas.

Mal havia acabado de alvorecer o anno de 1567.

Em humilde tejupar e em tosco leito, ia a pouco e pouco perdendo o alento o bravo Estacio de Sá, fundador e primeiro capitão-mór da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Ferido por certeira flecha no ataque, que a 20 de Janeiro moveram as tropas portuguezas á posição fortificada dos Francezes em Uruçu-mirim, veio elle a fallecer de gangrena na face, menos de um mez após a refrega, isto é, em meados de Fevereiro.

Partiu-se da vida levando a consciencia de ter sempre prestado culto ao dever e á bandeira das Quinas, cujas dobras esvoaçantes lhe reflectiam fulgurações no rosto masculo; parecia, desfraldada lá do alto, apontar-lhe o céo da immortalidade e aquella outra immortalidade a que elle fizera legitimo direito, — a immortalidade da Historia.

A sua ardua e alta missão fôra plenamente cumprida: — antes de apagar-se-lhe a luz dos olhos, via decisivamente expulsos os pervicazes inimigos, que tantos sobresaltos e canseiras lhe haviam causado por cêrca de dous annos; e,

como a fórmula portugueza, enunciada pelo grandiloquente cantor dos *Lusiadas*, não era só a dilatação do *imperio*, mas tambem a da fé, não menor, por certo, devêra ter sido o regosijo de Estacio, ao ver trimphante a causa da religião, pois que os intrusos de Villegaignon eram hereges, e estes, desfeito aqui, ao Sul do Brasil, o seu audacioso sonho de uma « França Antarctica », não mais poriam pé, sinão em rapidas arrancadas de corso, no seio magestoso da encantadora Guanabara.

Não lhe faltaram, no derradeiro instante, suaves palavras de confôrto, emanadas dos labios sanctos de Nobrega e de Anchieta.

Este inolvidavel apostolo do Evangelho nas selvas brasilicas meridionaes traçou, em poucos termos, a psychologia do fundador do Rio de Janeiro, quando disse que era — « o capitão-mór tão amigo de Deus, tão manso e affavel, que nunca descansa de dia ou de noite, acudindo a uns e a outros, sendo o primeiro nos trabalhos ».

Da excellencia do seu character, em que a inteireza moral era servida pelos mais nobres sentimentos affectivos, dá-nos prova inconcussa o seguinte curioso episodio: — A' gente do seu commando prohibira Estacio de Sá os jogos de cartas, dados e bolas, comminando grandes penas aos transgressores; houve, contudo, alguns recalcitrantes, e elle, afim de não os perseguir, isentou-os do castigo, mas com a condição de que, —dahi em deante, — fossem punidos com cem réis de multa para a confraria de S. Sebastião os apanhados em acto de desobediencia áquellas regras de moralidade e disciplina.

Do primeiro local em que foram depositados os restos mortaes do fundador desta cidade, transferiu-os seu primo Salvador Correia de Sá, em 1583, para a segunda capella de S. Sebastião, erguida no morro que antes daquella data se chamava « Morro do Descanso » (consoante com a denominação que se me deparou na carta de sesmaria concedida por Christovam de Barros, em 1573, a um certo Nuno Tavares), e que mais tarde foi conhecido pelos nomes de « Morro de S. Sebastião » e « Alto da Sé ».

Injusto e pesado olvido envolveu por muito tempo o sarcaphago de Estacio de Sá; sôbre a pedra tosca, que o cobria, foram passando os annos, e tantos foram elles e tanto

a gastaram, que já ninguem mais podia decifrar a inscripção nella gravada.

Mas, um dia, em nossa Patria, quando de ha muito entrara ella no convivio das nações soberanas, a um principe illustre cingiu a frente a corôa de imperador.

Moço e conhecedor enthusiasta dos fastos da nossa Historia, resolveu visitar a campa do primeiro capitão-mór desta cidade.

Subiu a ladeira da Misericordia, mandada construir, em substituição da antiga, pelo conde da Cunha. Bateu á porta do cenobio dos Capuchinhos italianos, e, tendo por guia um estudante de medicina, José Ribeiro de Sousa Fontes, logrou d. Pedro II a satisfacção dos seus ardentes desejos. E conta-se que, ante o tumulo do fundador do Rio de Janeiro, o jovem imperador curvou os joelhos e pronunciou rapida oração.

Annos depois a velha egreja ameaçava ruir, demandando custosos e urgentes reparos.

Então o monarcha, de accordo com o Instituto Historico, — ao qual, por todo o resto do seu longo reinado, dispensou a mais valiosa protecção, — deliberou exhumar os ossos de Estacio de Sá e dar-lhes condigna sepultura. Realizaram-se essas memoraveis ceremonias a 16 de Novembro de 1862 e 20 de Janeiro de 1863, nada adeantando ao meu intuito o revocar-lhes os pormenores, não ignorados, sem dúvida, por muitos dos que me dão a honra de ouvir.

Merece, todavia, registo uma coincidencia interessante: — o mesmo Sousa Fontes, a que ha pouco me referi, já então médico e mais tarde visconde daquelle appellido, foi quem procedeu, em companhia do dr. Ferreira de Abreu, ao exame osteologico dos despojos do primeiro capitão-mór desta cidade.

Após o advento do novo regime politico, os representantes do poder público de quando em quando se lembram de render homenagem á mais vetusta e mais veneranda das tradições do nosso berço.

O dr. Serzedello Corrêa, em 1910, quando prefeito do Districto Federal, promoveu pomposa romaria civica á antiga egreja de S. Sebastião; e, não ha muitos dias, a 20 do mez findo, quando inauguravamos na encosta do morro « Cara de Cão » o monumento commemorativo dos primeiros fundamentos da cidade, mandava o actual prefeito uma commissão

depositar sôbre o tumulo de Estacio de Sá uma suggestiva corôa de flores naturaes.

Bello gesto, indubitavelmente, esse do sr. dr. Rivadavia Corrêa, pois indica não se haverem riscado da mente dos homens de agora, em geral tão indifferentes ás licções luminosas do passado, os reaes e inestimaveis serviços que á nossa civilização prestou o sobrinho de Mem de Sá.

Não menores louvores merecem os religiosos, que com tanto carinho zelam a sepultura de Estacio e guardiães tão amoraveis se mostram do marco da cidade, collocado perto do cunhal do segundo templo levantado alli ao orago do Rio de Janeiro, — o martyr de Narbona, — que elles sempre festejam com faustosa e commovente solennidade.

Removido o assento da cidade para o morro do Castello, não tardaram a erguer-se ahi, — graças ao trabalho dos soldados portuguezes, assim como daquelles indios frecheiros que os Jesuitas haviam arrebanhado em S. Vicente e no Espirito Sancto para a expulsão dos calvinistas francezes, — edificações mais seguras e vultuosas. Derribaram-se ou ruiram por si mesmos os tejupares e palhoças, que testimunham o nascimento da pristina povoação lusitana, e subverteu-se na voragem do tempo a capella, a que tanto se dedicara Francisco Velho.

Provavelmente os feitos heroicos de 1567 andariam quasi exquecidos dos nossos contemporaneos e viriam a apagar-se de todo da memoria dos nossos posteres, — si ao Primeiro Congresso de Historia Nacional não tivesse occorrido a altanada idéa de fincar na paragem, onde Estacio de Sá fundou seu arraial, um pequeno, mas significativo padrão, não somente para glorificar tanta bravura, tanta fé e tanto patriotismo, postos de manifesto alli pelos nossos maiores, como tambem para attestar perpetuamente ás gerações coetaneas e ás porvindouras o facto, comprovado pela tradição e pelos mais legitimos documentos historicos, de que alli repontou a hoje capital do Brasil, esta cidade de que tanto devemos orgulhar-nos, por ser de quantas ha no mundo aquella a que a natureza mais prodigalizou maravilhas, e por ser uma das maiores metropoles da raça latina da America e do orbe das terras!

As deliberações com aquelle fim tomadas pela douta

assembléa constam das actas de suas sessões preparatorias realizadas a 5 de Junho, 11 de Julho e 14 de Agosto de 1913, 7 de Maio e 3 de Septembro de 1914, e serão dentro em breve estampadas nos volumes em que se vão reunir os valiosos trabalhos do utilissimo Congresso.

Sôbre o sitio em que lançou Estacio de Sá os primeiros fundamentos da cidade vigorou por muito tempo a opinião do egregio Varnhagen, depois visconde de Porto Seguro.

Baseado na interpretação, que deu a um texto de Simão de Vasconcellos e a um trecho da carta de Anchieta, sustentou aquelle magno historiographo ter sido a Praia Vermelha o scenario da primeira occupação regular do Rio de Janeiro pelos Portuguezes.

Tal opinião, firmada por nome de tanto pêso, foi naturalmente adoptada por varios compatricios nossos, votados ao estudo das tradições brasileiras, uns já fallecidos e outros ainda felizmente vivos.

Seja dicto, de passagem, que um dos argumentos mais ponderosos dos proselytos daquelle parecer era o descortinar-se dalli o vasto seio da Guanabara, — como si do ponto em que está a fortaleza de S. João não se avistasse tambem perfeitamente o longinquo fundo da bahia, nem alcançassem os olhos as ilhas do Governador e de Paquetá, assim como as que ficam situadas antes desta.

Mas, provas robustas, de irrevogavel authenticidade e valia, — como as duas medições de sesmarias do Senado da Camara, de 1667 e 1753, dadas a lume por Haddock Lobo no « Tombamento das terras municipaes », o substancioso trabalho de Jaime Reis, o « Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá », inserto nos « Annaes da Bibliotheca Nacional », e os eruditos commentarios com que ha pouco appareceu enriquecida a terceira edição do 1º volume da « Historia Geral do Brasil » do visconde de Porto Seguro, — compelliram a commissão do Primeiro Congresso de Historia Nacional, escolhida pelo dr. Ramiz Galvão, a decidir-se, após detidas e pacientes investigações, pelo isthmo que liga o morro « Cara de Cão » á Urca e ao Pão de Assucar.

Convém consignar-se que, ha um quarto de seculo atraz, fôra debatida esta importante questão no Instituto Historico,

por parte de alguns conceituados sabedores das cousas do nosso mais remoto passado.

Por isso, um dos membros da commissão acima referida, antes que ella se desempenhasse da honrosa incumbencia que assumira, julgou de bom alvitre dar aos seus companheiros conta daquella controversia, tão intimamente vinculada á missão, de que haviam sido encarregados.

Acha-se no tomo LII da « Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro » o que se passou na sessão deste benemerito gremio, realizada a 11 de Outubro de 1889, e que foi o seguinte:

O então presidente desta associação, o erudito Joaquim Norberto de Sòusa Silva, depois de accentuar a carencia total de estudos no tocante ao local em que se estabelecêra a primeira povoação do Rio de Janeiro, mas inclinado a crer que a origem da cidade fôra na Praia Vermelha (sem dúvida pelo influxo que exercera em nossos letrados o parecer de Varnhagen), apresentou uma proposta para que se levassem a effeito varios exames e levantamentos de plantas, relativos aos primordios da nossa capital, e para que, obtida a necessaria permissão do Governo Imperial, procurasse o Instituto « elevar em frente do edificio da Eschola militar um monumento á fundação da cidade do Rio de Janeiro, symbolizada na estatua de Estacio de Sá, com altos relevos em seu pedestal, que se refiram aos seus trabalhos e aos seus denodados companheiros, como Ararigboia, Anchieta, Nobrega e outros ».

Aberto o debate sôbre esta proposta, informou o seu preclaro auctor que fôra levado a apresenta-la, não só pelas informações, que lhe tinham chegado ao conhecimento, de se haverem descoberto varios esqueletos ou ossos humanos nas immediações da fortaleza da Praia Vermelha, ao se fazerem alli excavações para obras, como tambem pela noticia, vinda á luz na gazetilha do *Jornal do Commercio* de 18 de Maio daquelle anno, e na qual o velho orgam da impresa carioca, ao relatar a visita que na vespera fizera á Eschola militar o ministro da Guerra, dizia que a cocheira daquelle estabelecimento tinha sido « construida ha tempos no logar em que existiu a primeira capella edificada nesta cidade ».

A oppugnação ao primeiro fundamento, aliás tão precario, rompeu immediatamente, e de modo irretorquivel, por parte

do dr. João Severiano da Fonseca. Eis as suas palavras textuaes: — « Sem que ponha em dúvida si a primeira capella edificada nesta cidade foi no logar onde é hoje a Eschola militar (sic), sustenta que a primeira povoação, a chamada Aldeia-Velha (sic), origem primeira da cidade, foi situada no isthmo que liga a pequena peninsula de S. João, antigamente Cara de Cão, ao Pão de Assucar. Sabe que varios ossos têm sido achados em excavações para obras daquella Eschola, principalmente juncto ao baluarte, encostado á montanha da Babylonia, e elle mesmo viu alguns, encontrados em excavações feitas em 1863, quando servia como medico na Eschola; mas que, sem naquelle tempo ter ligado especial attenção a esse facto, lembra-se, todavia, de que, pelo estado em que se apresentavam, não mostravam indicios de uma vetustez de tres seculos ».

O visconde de Taunay confirmou essas asserções, que foram tambem corroboradas pela exclarecida opinião de sua magestade o imperador, que honrou com a sua augusta presença a mencionada sessão do Instituto.

Juizos de tão eminentes auctoridades não podiam ser desprezados pela commissão do Primeiro Congresso de Historia Nacional; — era mais um argumento, a prol da affirmação de Varnhagen, que se derruia por completo, e, de envolta com elle, não podia manter-se de pé a proposição de que fôra erigida na Praia Vermelha a primeira capella, que existiu no Rio de Janeiro...

Como é, Srs., que haviam de hesitar entre a Praia Vermelha e o isthmo da peninsula de S. João aquelles a quem fôra commettido o encargo de fixar o sitio da primeira fundação da cidade, — si todos os elementos de prova concorriam a favor do segundo dos citados pontos?

Liquidada, porêm, essa face da questão, outra, não menos importante e grave, tomou logo vulto, — qual a da determinação, tão precisa quanto possivel, do logar em que, na mencionada peninsula, foi levantado o arraial das tropas expedicionarias de Estacio de Sá.

A commissão, na ante-vespera de 20 do mez passado,

A commissão, na ante-vespera de 20 do mz passado,

dirigiu-se áquella paragem, e alli, contra o voto apenas de um dos seus membras, demarcou o local onde naquelle dia

se inaugurou solennemente o padrão commemorativo do grande feito historico.

E' imprescendivel notar-se, desde já, que os encarregados de tal escolha nada mais fizeram do que adstringir-se, em tudo e por tudo, ao pensamento e ao voto do Primeiro Congresso de Historia Nacional, que, desde que cogitou daquella patriotica idéa até deliberar traduzi-la em realidade, sempre e sempre accentuou que o monumento seria erguido « na encosta do morro Cara de Cão ».

Não é difficil demonstrar o acêrto, com que ella procedeu.

Conforme declarei, houve apenas, no seio da commissão, um voto divergente, — o do professor Adolfo Morales de los Rios.

Inteiramente a sós, quando os delegados do Primeiro Congresso de Historia Nacional tomaram a solução, — mais accorde com o insosphimavel dispositivo do seu mandato e com os elementos historicos e logicos do problema, — de fazer erigir o padrão no ponto em que a varzea começa a altear-se, — entendeu, contudo, aquelle nosso companheiro (com grande pesar nosso, insurgido contra a decisão collectiva do cenaculo scientifico brasileiro reunido aqui no anno passado e contra os seus representantes naquella missão) que devia expender pela imprensa as razões da sua discordancia singular.

Fê-lo realmente pelo brilhante vespertino *A Noite*, em cujas columnas estampou seis artigos.

Bem comprehendeis, Srs., que a commissão, tendo-se desempenhado de um encargo, cuja fórmula lhe fôra previamente traçada e havendo posto na realização da sua honrosa incumbencia todo o cuidado que era mistér, — certa, como está, de ter cumprido o seu nobre dever, em plena conformidade com as melhores provas existentes sôbre o assumpto, — apenas se acha em face de um collega, um só, um e unico vencido, mas não convencido, e, em hypotheses que taes, não é de praxe revidar a contradicta.

Tracta-se, porém, de um caso de alta relevancia, — qual o da determinação do berço em que vagiu para a civilização esta nossa urbs paradisiaca, — e é natural que os nossos conterraneos, como todos os cultores das tradições patrias, desejem ver desvanecidas as dúvidas agora levantadas.

Orgam do Primeiro Congresso Nacional, a commissão,

de que tive a honra de fazer parte, tomou o generoso alvitre, não somente para satisfazer á justa aspiração do público, mas tambem pelo acatamento que lhe merece o companheiro discrepante, de escolher-me, para numa ligeira palestra, realizada no benemerito gremio, em que se reuniu aquella douta assembléa, evidenciar a sem-razão em que labora o signatario dos artigos d'*A Noite*.

Não podia eu recusar-me a essa tarefa, a tal aspecto sobremaneira facil, tão frageis são os raciocinios e tão falhos os documentos, em que se escuda o dr. Morales de los Rios.

Sustenta elle duas theses, em tôrno das quaes gyram todas as suas considerações, assim como a sua inferencia de que a cidade de Estacio foi plantada no alto da collina de S. João e não no isthmo: — *a*) o morro « Cara de Cão », em 1565, era uma ilha; *b*) a varzea entre esta elevação e os penedos do Pão de Assucar e Urca era então coberta pelo mar, constituindo, por isso, vasta superficie lodosa, impropria para ser o local em que desembarcou Estacio de Sá com a gente do seu commando.

Ora, nem os mappas nem os textos, citados pelo nosso antagonista, permittem aquellas illações, de mais a mais inconciliaveis com outros mappas, com outros textos, enfim com outros documentos, a que elle não se reportou, certo por lhe contrariarem o intento.

Comecemos a analyse pelas provas chartographicas, de que se serviu o articulista d'*A Noite*.

I. O pequeno mappa de André Thevet, traçado em 1557 e que foi reproduzido, em 1871, por Mello Moraes (pai), na « Chronica geral e minuciosa do Imperio do Brasil », assim como, em 1878, por Gaffarel, no seu « Brésil Français. — Si os erros e falsidades, de que foi fecundo o cérebro imaginoso de Thevet, não tivessem sido opportunamente denunciados pelo seu compatricio João de Lery, bastava o imperfeito e inveridico desenho que elle fez da bahia de Guanabara para tornar patente o excesso de arrôjo de sua phantasia. Aqui exhibo aos meus bondosos ouvintes a reedição fiel da mencionada chartographia, desentranhada da obra de Mello Moraes. Eu quizera que me descobrissem neste papel, onde é que estão figuradas as duas barretas que ahi conseguiu lobrigar o dr. Morales de los Rios. E' certo que a velhice tambem me

achacou a vista, mas, mercê de Deus, ainda posso enxergar um traço preto assignalando o isthmo do mal alinhavado «Cara de Cão» entre o Pão de Assucar e uma Urca em demasia rebaixada. Vejo mais, á bocca da barra, tres grandes ilhas, duas das quaes provavelmente algum cataclysmo, occorrido em 1557 para cá e ignorado dos chronistas, submergiu nos barathros do Atlantico. Vejo ainda uma Lage fôra do logar, uma Villegaignon gigantesca, uma Ilha das Cobras monstruosa, e a falta, no fundo da bahia, das ilhas que ahi deveram existir e que foram, sem duvida, removidas por Thevet para a entrada da barra... Do mais, que em tal documento consta retorcido, nem é bom fallar. E eis a que se reduz a primeira escora, em que o nosso oppositor colheu adminiculo para architectar a sua abalizada opinião. Não direi como o poeta mantuano: — *Ab uno disce omnes...* Mas posso asseverar, sem receio de contestação, que o grosseiro mappinha de Thevet, não indicando barreta alguma entre o «Cara de Cão» e o continente, e, sim, demarcando a existencia de um isthmo nesse ponto, deixa de favorecer as theses do dr. Morales de los Rios.

II. Planta, em grande escala, da topographia e regime das aguas de sesmarias do Rio de Janeiro, entre os annos de 1585 a 1600.

Seja dicto, antes do mais, que este documento carece totalmente de authenticidade. Não pertenceu ao archivo particular do finado dr. Pires de Almeida, como pretende o articulista d'*A Noite,* mas ao Archivo Municipal, onde, por muito tempo esteve guardado numa caixa de madeira. Desappareceu dalli, pouco depois de ter estado exposta uma sua cópia em escala menor (1892-93), numa casa da rua do Ouvidor. Reduzida em tamanho, reproduziram-n'a em o *Jornal do Commercio* de 2 de Julho de 1891, os drs. Hilario de Gouvêa e Lima Castro, para servir de base ao projecto de auctoria dos citados facultativos, sôbre o saneamento desta capital. Da referida planta tirou tambem o dr. Pires de Almeida uma cópia, que inseriu em trabalho de sua lavra, publicado em 1891, com o titulo de «Constituição medica do Rio de Janeiro e subsidios para o seu saneamento» e offerecido a alta personagem da politica do novo regime. Outra reproducção della, egualmente em menor tamanho, acha-se

no *Kosmos* de Abril de 1906. Faltando-nos hoje o original da planta que levou sumiço, não resta outro remedio sinão utilizar-nos das cópias existentes. Ora, nestas ninguem nunca logrou ver barreta entre o « Cara de Cão » e o continente. O criterioso e profundo Jaime Reis, por exemplo, alli apenas constatou a existencia de barreta na Praia Vermelha. E, como tenho aqui á mão o exemplar da revista *Kosmos*, pertencente á bibliotheca do Instituto Historico, tomo a liberdade de apresenta-lo aos meus illustres ouvintes, para que se dignem de examinar os traços ahi figurados, pelas linhas dos quaes me parece que não se pode deixar de inferir que o desconhecido auctor da planta, em vez de mar, poz uma lingueta de terra entre o morro « Cara de Cão », de um lado, e o Pão de Assucar e Urca, do outro lado. Nada direi quanto á imperfeição de tal documento, abandonando tal mistér aos especialistas em Hydrographia. Notarei apenas que o dr. Pires de Almeida, quando se serviu do traçado original para a locubração da sua monographia acima citada, commetteu mais de uma inverdade historica, das quaes me limito a apontar somente as seguintes:

Alli afirmou elle que o exodo da população do morro do Castello para a planicie só se effectuou em 1610, quando está exuberantemente provado que este facto se déra muito antes de tal data; e, mais, assegurou que foi o conde de Bobadella quem mandou aterrar a lagôa do Boqueirão, quando o certo é que aquelle prestante governador só ordenou o entulhamento dos restos da lagôa de Sancto Antonio, no local em que se acha a antiga rua da Guarda-Velha. E' muito para extranhar que o dr. Pires de Almeida, sendo então archivista municipal, não só desconhecesse os trabalhos de Haddock Lobo, como tambem seguisse ainda a opinião de Varnhagen, quanto ao ponto inicial da cidade. Não menos precaria que a anterior é, pois, a segunda escora, a que se apegou o unico membro divergente da commissão incumbida de fazer erigir o marco commemorativo da fundação deste meu berço natal.

III. Em seu sexto e ultimo artigo, escuda-se o parecer do dr. Morales de los Rios com o mappa de Vauix de Claye, reproduzido por Heulherd, no seu trabalho « Le Roi d'Amérique ». Os meus bondosos ouvintes vão ter uma grande surpresa, uma surpresa não menor do que a que tive eu,

quando verifiquei que tal elemento probatorio, arrolado a seu pról pelo articulista d'*A Noite*, lhe era de todo em todo contrario. Ei-lo aqui, Srs., e ponde nelle os vossos olhos argutos, afim de observardes como neste grosseiro desenho o morro « Cara de Cão », mal delineado e com altura dupla, pelo menos, da que realmente mede, parece encostado ao Pão de Assucar e á Urca, sem solução de continuidade. Onde é que se lobriga ahi qualquer barreta entre aquella e estas elevações? Rogo-vos, portanto, sejaes testimunhas, mais uma vez, de que este derradeiro documento, invocado pelo dr. Morales de los Rios, é, como os outros que já analysei, inteiramente falho de solidez para arrimar as suas allegações adversas á deliberação do Primeiro Congresso de Historia Nacional e da commissão desta douta assembléa.

Mas além das tres peças historicas, que acabo de criticar, ha muitas outras de que se não soccorreu o nosso antagonista, por não lhe convirem ao escopo.

São nada menos de septe mappas ou cartas, que passo a enumerar:

1) O que vem na « Razão do Estado », obra attribuida a comêço do seculo XVII.

2) O que foi encontrado em Portugal pelo dr. Norival Soares de Freitas, e que se acha reproduzido no tomo 70 da « Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro ». — Faz parte de um manuscripto antigo e inédito, existente da Torre do Tombo. Occupa-se da costa do Brasil desde o cabo de Sancto Agostinho até ao extremo Sul. Deste roteiro extrahiu o dr. Norival de Freitas cópias de tres pequenas cartas, uma das quaes relativa á bahia do Rio de Janeiro. Pois bem: — ahi se encontra a cidade velha no isthmo ou varzea entre o morro « Cara de Cão » e os penedos do Pão de Assucar e Urca. O referido roteiro havia escapado á classificação chartographica da grande exposição realizada, ha annos, pela Sociedade de Geographia de Lisbôa. E' fama, porêm, que o precitado manuscripto fazia parte da bibliotheca de d. João VI, e, por isso, já estivera nesta cidade, quando aqui se refugiou a côrte portugueza. E' o que se deprehende de um velho catalogo existente na Bibliotheca Nacional de Lisbôa e aqui organizado por Santos Marrocos, quando este,

em épocha anterior a 1821, exerceu o cargo de bibliothecario do rei.

3) O do cosmographo João Teixeira, da éra de 1641, e que foi reproduzido na recente obra de Alberto Lamego, denominada « Terra Goytacá ».

4) O que se acha no escripto de Froger, « Relation d'un Voyage fait en 1695, 1696, 1697, aux côtes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brésil, Cayenne, Isles, Antilles, par une Escadre des Vaisseaux du Roy, commandée par Monsieur de Gennes », publicado em Pariz em 1669. — Dos trabalhos chartographicos insertos nesta obra, occupei-me em artigo saïdo a lume na revista « Seculo XX », onde reproduzi tambem a planta da bahia de Guanabara e a vista panoramica da cidade do Rio de Janeiro, devidas a Froger.

5) O que traz o livro de frei Giuseppe di Santa-Teresa, « Istoria delle guerre del regno del Brasile » (1698).

6) O do jesuita Domingos Capassi, feito em 1730, e do qual existe neste Instituto uma cópia, tirada em 1776 por Joaquim dos Santos Araujo.

7) O do capitão Manuel Vieira de Leão, traçado em 1767 por ordem do conde da Cunha.

Para que julgueis *de visu*, Srs., de que lado está a razão nesta controversia, suscitada pelo dr. Morales de los Rios, tenho o prazer de exhibir-vos os septe documentos, a que acabo de referir-me.

Como vedes, claramente visto por vossos proprios olhos, todos esses mappas ou cartas, mais ou menos antigos, nos quaes se figura a bahia de Guanabara, longe de representarem qualquer barreta, ou vestigios de barreta, entre o morro « Cara de Cão » e o continente, deixam inilludivelmente evidenciada ahi a existencia do isthmo, ou « varzea », consoante com a expressão dos chronistas.

E, por fallar em chronistas, é já tempo de passar eu a estes, pois nada mais me resta no concernente ás provas chartographicas.

Estriba-se o dr. Morales de los Rios num texto, que saïu no *Diario da navegação*, de Pedro Lopes de Souza.

Como é sabido, o ermão de Martim Affonso fundeou perto da ilha « Cotunduba » a 30 de Abril de 1531. Admitta-se, tão somente para argumentar, que as duas ilhas a que elle se

reporta como sitas ao Sul, depois da entrada da barra, sejam, como pretende o nosso oppositor de agora, a hoje peninsula de S. João e a superficie xerographica occupada pela Urca e Pão de Assucar. Havia barreta, em 1531, entre o morro « Cara de Cão » e os dous altos penhascos proximos? 34 annos depois, isto é, em 1565, tal barreta não mais existia, si não mentem os mais fidedignos elementos historicos que possuimos. Aquelle periodo de tempo, cêrca de seis lustros, seria mais que sufficiente para a formação da varzea ou isthmo naquelle ponto. Algo, a esse proposito, talvez occorra nos escriptos de Agassiz, Derby, Hartt, Capanema, Rebouças, Paula Freitas, Candido Baptista de Oliveira, Branner, Borja Castro, Cesar de Campos, Saturnino Cardoso e outros, que estudaram, proxima ou remotamente, as modificações geologicas soffridas pela bahia de Guanabara e suas redondezas.

Dando-se de barato que o mar insulasse, em 1531, o morro « Cara de Cão » assim não era mais em 1565, quando alli poz pé a expedição de Estacio de Sá.

E tanto isto é verdade, que, logo depois, eram alli doadas sesmarias, que corroboram, de modo irrefragavel, não só a existencia da varzea, como tambem que se firmaram naquelle sitio os primeiros alicerces do povoamento regular do Rio de Janeiro pelos Portuguezes.

Eis as mencionadas concessões, de que colhemos documentação authentica.

a) Em 18 de Fevereiro de 1568, a Gaspar de Figueiredo, de dous pedaços de terra da banda de além da Cidade Velha;

b) Em 12 de Julho de 1568, a mestre Vasco, porteiro do Conselho, de terras da banda de além da Cidade Velha;

c) Em 15 de Outubro de 1568, a Gaspar Figueiredo, bombardeiro, de um pedaço de terra na Cidade Velha, tendo 20 braças de largo e 35 de comprido;

d) Em 8 de Janeiro de 1574, a Chrispim da Cunha Tenreiro, genro de Antonio de Mariz, de um pedaço de terra da banda de além da Cidade Velha;

e) Em 29 de Julho de 1602, a Manuel Salinas, de sobejos da banda de além;

f) Em 15 de Agosto de 1609, a Diogo Rodrigues Ferreira, de uma ilha a que chamam « Joby » e a terra *que se achar* entre a Cidade Velha e o forte de S. João;

g) Em 30 de Julho de 1609, a Domingos Lourenço, de 800 (sic) braças por largura, na Cidade Velha, entre o forte de S. João.

Não teriam sido estas derradeiras concessões as que vieram, com o correr do tempo, a pertencer a Joaquim da Silva Nazareth, e que foram adquiridas pelo ministro da Guerra, Pedro Bellegarde, a 1º de Maio de 1855, pela quantia, talvez modica, de 25:000$000?

Note-se que as duas últimas das sesmarias acima citadas não podiam ter sido doadas no alto do morro de S. João, onde, como adeante se verá, levantou Estacio o baluarte, origem da antiga praça de guerra de que foi um dos primeiros commandantes Duarte Corrêa Vasqueannes, tio de Martim de Sá, e tio-avô de Salvador Benevides.

Mem de Sá e os primeiros governadores do Rio de Janeiro aproveitaram-se das obras militares montadas por Estacio no morro «Cara de Cão». Sabe-se quanto os Portuguezes eram, e com razão, ciosos de esconder das vistas de extranhos e curiosos as suas fortalezas e baluartes. Esta materia foi, afinal, regulada pela ordenação de 20 de Fevereiro de 1708, concedendo terreno privativo das fortalezas além dos fossos e contra-escarpa: — era uma zona de 15 braças, formando caminho aberto em tôrno dellas, e mais 600 braças em tôrno da primeira zona, chamada «zona de defesa».

Fallei acima em Martim de Sá. Este, antes de 1609, já possuia terras perto do Pão de Assucar, e, como o Conselho, naquelle anno, lhe outorgasse licença para o preciso traspasse de fôro, obteve alli mais 300 braças, em direcção á enseada de Botafogo, que lhe foram cedidas por Domingas Mendes, dona viuva de Affonso Fernandes.

De tudo o que hei relatado não é licito tirar outra inferencia sinão a de que existia uma varzea ou isthmo entre o morro de S. João e o continente, e de que alli, de facto, tiveram assento as primeiras edificações do Rio de Janeiro, levantada por filhos da nossa metropole.

Bem razão assistia, pois, a Gabriel Soares, quando escreveu, referindo-se á ponta então chamada «morro Cara de Cão»:... «e a terra que fica entre esta ponta e o Pão de Assucar é baixa e chã, e virando-se desta ponta para dentro

da bahia se chama Cidade Velha onde ella se fundou primeiro ».

Não se pode duvidar de que o auctor do « Tratado descriptivo do Brasil em 1587 » (dado á estampa por Varnhagen) possuisse indicações seguras sôbre os assumptos que relatou, tanto mais quanto residiu cêrca de dezoito annos em nossa terra, antes de ir entregar aquella sua obra a Christovam de Moura e de volver á Bahia, para dirigir-se á aventura das minas do sertão, onde falleceu.

O dr. Morales de los Rios ajeita a citação acima, tendo em mira as suas opiniões. Assim, para elle, a expressão « terra baixa e chã » equivale a um lamaçal inoccupavel por edificações. Entretanto, nenhum dos mais conceituados lexicos da nossa lingua, quaes são, entre outros, os de Bluteau, Moraes e Silva, Aulete e Candido de Figueiredo, auctoriza a interpretação que o nosso antagonista deu aos qualificativos « baixa e chã », propostos ao substantivo « terra ».

« Chã » procede do étymo latino « plana », o que lhe evidencia a precisa significação. Demais, si Gabriel Soares quizesse exprimir que alli havia um « lodaçal », teria empregado este vocabulo, comezinho no vernaculo e que occorre em varios passos do seu importante trabalho acima citado.

Mas ha ainda nos escriptores coetaneos outros indicios incontrastaveis, dos quaes se deduz que, longe de existir barreta alguma entre o « Cara de Cão » e o continente, alli o que se extendia era, de facto, uma « terra baixa e chã », isto é, uma varzea.

Frei Vicente do Salvador, que esteve no Rio de Janeiro por duas vezes, em 1607 e 1608 (epocha em que fundou o convento de Sancto Antonio), tendo ainda regressado aqui em 1624, e que, portanto, o conhecia *visum et repertum*, tractando da chegada de Estacio de Sá, assim disse em sua « Historia do Brasil » acabada em 1627:... « entrou pelo Rio em primeiro de Março e anchorando na enseada saltaram em terra e feitos tejupares que são humas tendas ou choupanas de palha para morarem, onde agora chamão a Cidade Velha ao pé de hum penedo que vae as nuvens chamado o Pão de Assucar, se fortificaram com baluarte e trincheiras de madeira e terra o melhor que poderão ».

O jesuita Quiricio Caixa, na sua carta ao dr. Diogo Mirão, allude ao « porto da cidade ».

Ora, coteje-se esta expressão do Ignaciano com a « enseada », a que acima se refere o Franciscano, e veja-se si havia ou não varzea, ou « terra baixa e chã », onde o dr. Morales de los Rios teima em admittir a existencia de barreta ou enxerga apenas « lodaçal ».

Tendo-se em linha de conta a conformação geologica do morro « Cara de Cão », como é que, supprimindo-se-lhe o isthmo raso e plano, poderia haver alli « enseada »?

Na praia desta, que se constituia o « porto da cidade », é que eram arrastadas para a terra firme as canôas dos expedicionarios lusitanos, ou trazidas ao mar, quando isso se fazia mistér.

Com este processo natural e verosimil, consentaneo com a lei do menor exfôrço, — não está, entretanto, de accordo o dr. Morales de los Rios, cuja fertil imaginação se aprouve em crear a complicada necessidade de « turcos » para suspender as canôas ao morro ou descel-as de lá!

Que espectaculo interessante não seria, por occasião de ciladas, a faina dos soldados de Estacio a baixar das eminencias do « Cara de Cão », de alguns bons metros de altura, as canôas suspensas em varios « turcos », que deviam ter exigido especiaes e solidos sustentaculos!

Não menos interessante, pelo phantasioso e pinturesco que a alardeia, é a descripção que o dr. Morales de los Rios faz do desembarque da expedição de 1565. Calcule-se quão difficil não teria sido á pobre gente lusa o galgar sem mais tardança o morro, subindo-lhe quasi de gatinhas, e debaixo de chuva torrencial, as ladeiras ingremes e escabrosas!

Mas não devo fatigar a benevola attenção do meu illustre e selecto ouditorio com a refutagão fastidiosa dos varios lapsos historicos, das anomalias, dos « entes de razão », em summa, que pejam os seis artigos do operoso e unico *ex-adverso* com relação ao sitio, em que se fincou o marco commemorativo.

Salvo melhor juizo, creio ter deixado fartamente provado que Estacio de Sá se fixou primeiro na varzea constitutiva do isthmo, que liga o morro « Cara de Cão » ao con-

tinente, e ahi assentou os fundamentos iniciaes da cidade do Rio de Janeiro.

Depois, sim, descansadas as tropas expedicionarias, quer da longa e penosa viagem, quer dos rudes trabalhos de desembarcar a artilharia e os mais objectos trazidos para o novo *habitat*, foi que o bravo capitão mandou desbastar a floresta do morro, abrir picadas, franquear caminhos, dispôr guaritas e construir baluartes, fortificando-se no alto da collina.

E' por isso que, a 6 de Abril, já podia elle, do ponto elevado que assim guarnecera, alvejar com uma « espera » (peça de pequeno calibre), uma das naus francezas que ia garrando sôbre a Lage, conforme relata em sua carta o precitado padre Quiricio.

Tambem dessas fortificações assim falla Anchieta, em sua carta de 9 de Julho de 1565:... « tinha já feito hum baluarte mui posto de taipa de pilão com muita artilharia dentro com quatro ou cinco guaritas de madeira de taipa de mão... feitas e cobertas de telhas que se trouxe de S. Vicente e fazião outros e outros baluartes e os indios Mamalucos fazião já suas casas de madeira de barro e cobertas com huas palmas...»

Que no alto do morro existiu o baluarte grande, — infere-se de um documento publicado em 1897 no « Archivo Municipal ». Intitula-se « Treslado de fiança que deu Gaspar Rodrigues de Moura ». E' de 30 de Outubro de 1566, e, pois firmado por Estacio de Sá.

Eil-o:

«...Faço saber a todos os ouvidores Juises e Justiças e official e pessoas desta cidade de S. Sebastião e bem assim a quem o conhecimento de tal caso com direito pertencer que a mim me enviou dizer por sua petição Gaspar Rodrigues de Moura estando nesta cidade em como a sua noticia era vindo que Francisco Fernandes, que ora serve de Alcaide nesta cidade, denunciou elle supplicante ás justiças, dizendo em seus autos e denunciaçõens, que sendo como he alcaide, os dias passados tomara e cortara a elle supplicante um bordão que trazia na mão por ser de mais marca e mayor do que eu mandara que se trouxesse e elle levara de pena dois tostões pelo que elle supplicante ficara mais agravado e ameaçava ao dito

alcaide dizendo a muitas pessoas que o havia de espancar e injuriar e olhando-o em parte escura para isso, que era esta segunda-feira passada a noite que forão vinte e hum dias do mez de Outubro, indo elle dito alcaide ver os que vigiavão, por meu mandado com a vara de alcaide na mão, chegando ao baluarte grande dissera duas ou tres vezes oh da vigia quam vigiou aqui e que não lhe respondera ninguem elle subira pela escada acima e que no meio da escada sahiu á porta o supplicante e lhe dera com hum pau muitas pancadas e elle dito alcaide a voz de El-Rey acodindo algumas pessoas e o dito alcaide o quizera prender e o supplicante se defendera dizendo que o mataria se *assima* sobisse.»

Por este documento explica-se perfeitamente a ceremonia da posse que, a 13 de Septembro de 1566, Estacio de Sá dera a Francisco Dias Pinto da alcaidaria-mór da cidade. Deteve-se o capitão á porta principal da cidadella e fortaleza e ordenou ao alcaide-mór que cerrasse as portas.

Cumpre, todavia, não confundir aquellas obras de defesa, de tal ou qual solidez, com a cêrca ligeiramente construida, conforme as urgencias da occasião, ou com as trincheiras que foram dispostas logo após o desembarque, afim de evitar surpresas e emboscadas á gente da expedição portugueza de 1565.

Antes de terminar, impõe-se-me reproduzir observações já feitas na imprensa por mim sôbre o erro geographico do bispo d. Pedro Leitão. Foi, com effeito, este prelado quem primeiro empregou a expressão «ilha da Carioca». Fez bem o dr. Morales de los Rios em não se aproveitar do inexacto depoimento do segundo diocesano do Brasil; si este asseverou, apenas, que Estacio fundara a cidade na ilha da Carioca, não alludiu, — como pretende o nosso antagonista, — á occupação, por João de Prosse, de terras no hoje Flamengo, facto este occorrido em 1565 e do qual não podia ter sido testimunha o bispo d. Pedro Leitão, que só chegou á bahia de Guanabara em 18 de Janeiro de 1567.

De tudo quanto acabo de expor, — torna-se facil aos meus bondosos e exclarecidos ouvintes qualificar o procedimento da maioria da commissão encarregada de determinar o local, em que se devia erguer o marco commemorativo da primitiva fundação portugueza desta cidade.

Conscia do alto e honroso encargo que lhe fôra confiado, ella não somente se guiou pelos mais irrefragaveis elementos scientificos de convicção, como tambem ponderou a grande responsabilidade e o elevado alcance daquella obra de patriotismo.

Cumpriu religiosamente o seu dever e obedeceu ao acertado pensamento, á justa deliberação do Primeiro Congresso de Historia Nacional.

Si ella houvesse attendido á opinião singular do seu exforçado membro, o snr. dr. Morales de los Rios, trahiria á sua consciencia collectiva e ao mandato imperativo que recebera daquella douta e concorridissima assembléa, cuja auctoridade e cujo civismo não devem siquer ser suspeitados.

Portanto, Srs., o monumento inaugurado a 20 de Janeiro do corrente anno, em virtude do voto unanime do Primeiro Congresso de Historia Nacional, — está bem posto no sitio em que foi chantado e onde ha de relembrar, pelos seculos em fóra, uma das nossas mais gloriosas e venerandas tradições!»

A MULHER E A GUERRA

PELO

DR. ERICO COELHO
(Socio effectivo do Instituto)

A MULHER E A GUERRA

Memoria dedicada ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro por Erico Marinho da Gama Coelho, Senador dos Estados Unidos do Brasil — 7 de Septembro de 1915 — Rio de Janeiro.

A lenda das amazonas, supposta proveniente da Asia-Menor, mulheres acaso prolificas conquanto infensas ao convivio dos homens, mães desnaturadas ao ponto de matarem os filhos masculinos sinão faziam delles aleijados incapazes de pelejar, e prezando exclusivamente as filhas adextradas afim de perpetuarem a horda das mata-homens, claro é typo sobrehumano da Mythologia.

De outro modo a tradição de mulheres pugnazes, não de per si, mas no conjuncto de homens pujantes seus conterraneos, tem fundamento na experiencia universal.

O sabio Westemarch, professor de Sociologia na universidade de Helsingfors, tendo analysado usos e costumes do gentio encontrado no correr dos seculos em identico estagio da evolução, pondera que se achando na tribu o número dos homens egual ao das mulheres, o facto é explicavel pela razão de serem o feminino com o masculino ambos guerrilheiros, e assim, victoriosos ou vencidos em combates, a proporcionalidade de um ao outro sexo não se altera.

Commentou-se por inverosimil a narrativa de Orellana, seculo XVI em comêço, no affirmar que os homens de sua comitiva foram destroçados pelas mulheres indigenas com os selvaticos indomitos nas paragens do Maranhão, cognominado o *rio das amazonas*, á vista da façanha. Mas é dos ultimos annos do seculo XIX a conquista militar do Dahomey, e fidedigna a descripção de que as tropas francezas deram

batalhas ás mulheres, aguerridas tanto quanto os homens africanos.

Factos dessa natureza na America, seculo XVI, quadra do descobrimento hispanhol, occorreram no archipelago das Antilhas e nas alturas do Perú, e mais ao findar do seculo XIX na Terra do Fogo, provas todas inilludiveis da existencia de mulheres combatentes.

Nosso compatriota Gonçalves Dias fez crítica erudita á lenda das amazonas mythologicas, porém, conformando-se ao parecer do omnisciente Humboldt, considerou a referencia tradicional plausivel na America, porquanto mulheres e homens da gentilidade pugnaram conjunctamente na defensiva de seu habitato.

Regra geral, as tribus de raça aborigene, guerrilheiras entre si, prescindiam do concurso feminino nas pelejas tão sómente do masculino.

Contudo os testimunhos, presenciaes ou de ouvir dizer, deixados em escriptos dos descobridores de varios logares do mundo, no desembarque de frotas e durante as incursões por ilhas e continentes, são relativos aos casos excepcionaes, sempre que mulheres e homens da mesma tribu selvagem combateram os extranhos á raça aborigene, aventureiros no paiz.

Segundo a terminologia do genial scientista Heckel, entendemos que a *memoria organica* da mulher tenha estratificado, atravez de vicissitudes multiseculares, a valentia do atavismo ao lado do homem, em repulsa cruenta ao extrangeiro ameaçador.

A psychologia do feminino, na pluraridade das combatentes e no singular do denodo, resalta dos acontecimentos.

Dir-se-á que o incentivo da mulher na guerra defensiva, é ora o amor aos filhos e a affeição á terra natalicia, ora sua fé ou crença supersticiosa da collectividade; mas em innumeraveis casos, tão só por benquerer ao homem individualmente a esposa, acaso a concubina, partilha com elle as agruras das campanhas militares e os perigos das batalhas.

Pesquizemos a origem das reclamações civicas do feminino, remontando á Athenas da primitiva demagogia.

Da comedia de Aristophanes o humorismo trahe a arrogancia do masculino, no poder decidir ou a paz ou a guerra.

> « Pois entreguemos a ellas o poder, conjecturando que as mães pouparão o sangue de nossos soldados. »

Imagine-se que a assembléa popular não era exclusiva dos homens livres, mas incluisse tambem as mães de familia athenienses, seria de prever opinassem ellas contra a guerra de conquista; porém, na imminencia de aggressão extrangeira, certamente sem hesitarem, todas ellas concitariam á guerra em defesa da republica.

Foi da vetusta Grecia o exemplo das mulheres entregarem, de motu-proprio, suas joias preciosas aos gastos nas guerras defensivas de cidades.

Por suffragios do feminino prolifico, a cobiça não moveria o masculino ás provocações guerreiras; ao inverso, as mães de familia, por indole conservadoras dos lares, não mediriam sacrificios suffragando a resistencia ao inimigo audacioso.

E' irrecusavel o elogio de Plutarcho ás virtudes civicas das athenienses, spartanas, chiotas, marselhezas *et coetera*, mulheres exemplares de heroismo e de abnegação.

O abalisado historiador, no seculo I, descreveu o assedio de Chio, sem rebuscados mythologicos:

> « Foi uma proclamação barbara e infame, a de Philippe, filho de Demetrius, assediando a cidade. Propunha aos escravos lhes restituir a liberdade em se bandeando para os sitiantes, e promettia dar a cada um, de amasia, a esposa do respectivo senhor. As damas chiotas accompanhadas dos proprios escravos, indignados tanto quanto ellas, abalançaram-se a defender as fortificações, levando pedras e dardos aos combatentes, e suas instigações corajosas. Afinal ellas tambem luctaram, no arremessar projectis sôbre o inimigo, e Philippe e suas cohortes foram repellidos. »

Antes da era christã nota-se, anno 514, a defesa de Argos, capital da pequena republica, onde Telesilla e outras mulheres combatentes repelliram Cleómenes com os guerreiros spartanos. E' do anno 480 a batalha de Salamina, a respeito da qual o famoso Xerxes louvou as mulheres sob o commando de Artemisia, rainha da Caria, por terem pugnado similhan-

temente a homens fortes, ao passo que os Persas mal resistiram como si fossem mulheres fracas.

Do seculo VIII é a occurrencia, frisante a reivindicação politica, de mulheres arregimentadas ás ordens da audaciosa Valasta; visto que aterrorizavam os homens d'armas da Bohemia, governando ellas septe annos o ducado.

Quanto ao cêrco de Beauvais, seculo XV, as mulheres capitaneadas por Jeanne Hachette, do alto da muralha rechassaram Carlos Temerario e suas tropas marciaes.

Celebra-se o assedio de Pavia, seculo XVI, defendida por Hippolyta Malespina com mulheres valorosas, sendo desbaratadas as hostes francezas, e o rei Francisco I aprisionado.

Ao tempo em que Solimão II á frente de guerreiros turcomanos, seculo XVI, sitiou Rhodes, as mulheres christãs se acharam defendendo as fortificações.

Memoraveis, do seculo XVI e XVII, na Europa Central, retalhada por ambições dynasticas e seitas religiosas, são os fastos de mulheres combatentes; antes da revogação do Edito de Nantes e ainda depois de promulgada a Paz de Westphalia; luctas civis eivadas de fanatismo. Assim verificou-se em Perone, Sancerre, Montelimar, Rochelle, Poitiers, Cahors, Montpellier e mais localidades, nas quaes mulheres fidalgas e plebéas, ricas e pobres, emulando com os homens seus concidadãos e ermanadas na crença, fizeram prodigios de bravura.

Do seculo XVIII, notaveis vêm a ser os feitos de mulheres albanezas, em Parga, em Souly, combatendo successivamente o Pachá de Janina e seu exercito.

Enquanto duraram as guerras napoleonicas, seculo XIX, mulheres de differentes nacionalidades se incorporaram aos homens, em defesa dos respectivos paizes ameaçados. Muitas filhas-familia da Allemanha se alistaram voluntarias nos batalhões de seus compatriotas, aprestados á resistencia. Mulheres hispanholas luctaram com valentia em Saragoça assediada. Na Noruega, na Belgica e na Italia, algumas mulheres se distinguiram pelo denodo militar.

Merece destaque, do seculo XIX, a heroicidade de mulheres gregas na defensiva das cidades: sua conducta em Missolonghi foi até fazerem explodir o paiol das munições,

preferindo a morte com os heroes na cidadella ao envez de se retirarem a salvamento.

A chronologia da Europa commemora esses feitos valorosos do feminino, no plural de combatentes, e renomes de mulheres heroicas na singularidade. De Tellesila em Argos. De Artemisia em Salamina. De Malespina em Paiva. Das duquezas Branca Visconti e Catharina Sforza, defendendo, aquella Cremona e esta Forli. Da aldeã Jeanne d'Arc, a épica libertadora de Orléans, o reino. Da burgueza Jeanne Hachette, em Beauvais, a praça forte. E' da donzella Pihl, capitaneando os voluntarios norueguenses no enfrentarem as tropas de Bernadote, arvorado em rei da Suecia. E' da princeza Lespignoi de Lalain, a salvadora de Tournay, a cidade flamenga. São das italianas Giuseppina Bolognano e Luiza Baptistotti, pelejando pela independencia da patria; sem exquecer a brasileira Annita Garibaldi, esposa do campeão da Italia combalida.

Os registos militares dos povos europeus inscrevem porventura outros nomes femininos: assim vivandeiras condecoradas por actos de bravura, como a viuva Brulon, sargento-mór no exercito da França, e nas guerras da Inglaterra o dragão que era Christiana Davis, a virago.

Nota-se á parte o heroismo anonymo de mulheres dos *franc-tireurs*, anno de 1870, valentes ao tiro da carabina, fusiladas quando prisioneiras.

* * *

Esta memoria dedicada ao Instituto Historico e Geographico do Brasil não desconhece os fastos de mulheres combatentes, tanto no periodo colonial, em defesa de nosso paiz, quanto nas pugnas civis da nacionalidade.

O almirante Lichtart e seus homens de guerra desembarcaram em Tijucopapo, e o valente capitão Agostinho Nunes com os paisanos se entrincheiraram, abrigando esse reducto mães e filhas-familia pernambucanas. A principio pareceu triumpharem as tropas hollandezas; em seguida as mulheres brasilienses, ao lado dos homens, tomaram parte na lucta, repellindo victoriosamente os extrangeiros.

Dessa vez, a narrativa não reza os nomes do feminino intrepido, mas por occsião da resistencia ás hostes bátavas

do principe Mauricio de Naussau, menciona a heroina Clara Camarão, cabocla á frente de muitas outras *potiguaras*, valorosas no combate do Porto Calvo; as quaes, não conseguindo a victoria, escoltaram os imbelles habitantes d'ahi á Bahia, enfim salvos.

Rapida foi a guerra pela independencia do Brasil, e acirrada a reacção do general Madeira com as tropas portuguezas, após os dias crueis de seu desembarque na Bahia, cidade em que a população fôra trucidada, as egrejas saqueadas, o mosteiro das freiras violado.

As damas e senhorinhas bahianas imitaram o exemplo das mulheres da Grecia; pois offertaram suas joias preciosas á princeza Leopoldina, esposa de d. Pedro, o regente, para os gastos na guerra da emancipação nacional, e buscaram no Reconcavo o refúgio temporario.

Ouvindo referir esses horrores, Maria de Medeiros, descendente de colono portuguez, saïu de sua moradia ás occultas; obteve da ermã casada um traje do marido, e sob o disfarce assentou praça, na villa da Cachoeira, a intemerata donzella.

Consta que Maria de Medeiros com muitas outras bahianas pelejaram na defeza efficaz de Itaparica, e proseguindo, á foz do Paraguassú, afoitas n'agua a meio corpo, repelliram no tiroteio os soldados e marinheiros portuguezes, cuja frota velejou em fuga.

O poema Paraguassú resume esse combate e allude á heroina, mal comparada ao mytho da Pentisiléa rainha das Amazonas; mas felizmente o retrato da Brasileira se vê estampado no livro da viajante ingleza Mary Graham, que a conheceu pessoalmente, e nos deixou esta descripção:

> «Bem pouco tem de varonil na apparencia. Suas maneiras são bellas e agradaveis, e embora vivesse entre soldados, não contrahiu habitos rudes, bruscos, vulgares; assim tambem nada se póde dizer contra sua honestidade. Vestia o uniforme de um dos batalhões imperiaes, accrescido do saiote, que imitára do figurino de *highlander*, disse-me ella, por conveniente ao decoro do sexo».

Resta accentuar que o imperador Pedro Primeiro agraciou, pela valentia militar, Maria de Medeiros com a insignia da ordem do Cruzeiro.

Os Brasileiros, assim que Pedro Primeiro abdicou, scindiram-se em dous partidos, um a favor da monarchia, outro contrario á permanencia do throno. Os levantes populares, em algumas provincias mallograram; tal foi a Republica Catharinense, cujo epilogo, a *guerra dos farrapos*, teve Annita Garibaldi por sua heroina.

Viram a Brasileira, em Ibituba, pugnando no tombadilho do *Rio Pardo*, entre mortos e feridos, ao lado de José Garigaldi; victoriosos nessa jornada. Viram Annita iniciar o combate de Laguna, no atear fogo aos canhões do navio capitanea; em seguimento, prevendo Garibaldi que triumpharia a esquadra imperial, viram a Catharinense de pé, no batel com dous remadores, conduzir reiteradamente para terra as munições de bordo, impavida sob os disparos inimigos.

Viram Annita brandindo a espada, á testa de um grupo de cavalleiros valorosos, não se renderem ás hostes imperialistas, no *Campo das Forquilhas*; logar em que os batalhões republicanos foram destroçados de surpresa. Ahi uma bala esflorou a cabeça da amazona e outro tiro matou-lhe a montaria. Então prisioneira, Annita illudiu a vigilancia nocturna das sentinellas, evadindo-se sozinha pelas veredas da floresta tenebrosa; e dias após viram-n'a galhardamente transpôr, a nado do cavallo, o rio *Canôas*, em procura de Garibaldi, que escapara da cilada.

Insiramos mais outros dados biographicos da formosa Catharinense, por escripto de seu conterraneo Henrique Boiteux, distincto official de nossa marinha de guerra.

Partindo de Montevidéo foi recebida com festas populares em Genova; e logo escreveu Annita chamando Garibaldi por instancias de seus compatriotas.

Entregou Annita os filhos aos carinhos dos avós, e seguiu Garibaldi em combate ás forças austriacas e francezas, as oppressoras da Italia enfraquecida por dissensões civis.

Por occasião da batalha de Luino, « que era corpo a corpo », Annita lá estava. Sua montaria cae morta por uma bala; mas a intrepida amazona galga, « de um salto » o cavallo de Garibaldi, salvando-se junctos de galopada.

Na noite em que Garibaldi atacou a porta romana de São Pancracio, recebera da esposa, inferma de cama, este bilhete:

« A' hora da peleja não penses em mim, nem nos nossos filhos; não cuides sinão da Italia ».

« Era impossivel (diz o biographo) a lucta em Roma, e a 2 de Julho de 1849, saïu Garibaldi da cidade. Em trajes masculinos e apezar da adeantada gravidez, Annita está juncto delle. Não houve rogos que a dissuadissem. Seu marido offerecera a quantos o accompanhassem: fome, sêde e lucta sem descanso ».

Morreu Annita de fadiga, perseguida com Garibaldi por monte e valles.

Eis ahi a legendaria Catharinense, esposa do heróe, mãe e avó de heróes italianos, a heroïna brasileira.

Sustentámos a guerra contra o Paraguai, dispondo o Brasil de poucos batalhões de exercito e muitos da guarda nacional, assim como *de voluntarios da patria*, entre os quaes foram alistadas Jovita Feitosa e Maria Barreto, jovens corajosas; mas houve por bem Sua Magestade prohibir que ellas pelejassem, e cavalheiroso recusou permissão de se incorporarem outras mulheres, como queriam espontaneamente assentar praça.

Relativo á valentia de Brasileiras sertanejas, basta transladar o trecho do inolvidavel Euclydes da Cunha, vigoroso escriptor da *Guerra de Canudos*, página vergonhosa da nossa chronica militar.

> « Soldados possantes, que vinham resfolegando de uma lucta de quatro horas, caïam mortos por mulheres frageis. Algumas valiam homens.
>
> Velhas megeras de tez acobreada, faces murchas, olhares desvairados e afuzilando faúlhas, cabellos corredios e soltos, arremettiam com os invasores num delirio de furias. E quando dobradas como vimes, sob o pulso d'aquelles, juguladas e quasi estranguladas pelas mãos possantes, arrastadas pelos cabellos, atiradas ao chão e calcadas pelos tacões dos cothurnos, não fraqueavam, morriam num estertor de feras, cuspindo-lhes em cima um esconjuro doloroso e tragico ».

Recapitulando digamos que, longe de ser traço do feminino combatente, apenas da selvageria, pela *memoria orga-*

nica, ou caso raro na vida da mulher em povo menos culto; seguramente a equanimidade da companheira do homem, na defesa sanguinolenta da terra nativa ou nas luctas de formação nacional, é o attestado da Historia, desde os tempos mais remotos por obscuros até o presente translucido de nossos dias.

* * *

A heroicidade da mulher na guerra defensiva está no parallelo de sua abnegação natural, arriscando a vida nos campos de batalha, afim de acudir aos feridos.

E' das narrações bellicas, por todas as phases da Historia e condizentes a todas as raças, o espectaculo de mulheres numerosas como se fazem servas dos corpos do exercito, e correm a soccorrer os soldados caïdos na linha de fogo.

Naturalissimo é que mães e esposas e filhas e ermãs se exponham casualmente aos perigos da guerra, movendo-se a prestar cuidados aos combatentes, de seu desvelo familiar.

Mas o devotamento aos homens victimados pelas armas, sem discriminar compatriotas e extrangeiros, é characteristico das mulheres em plena civilização.

A iniciativa foi da Inglaterra, na occasião em que a aristocratica Florence Nectingale com muitas outras damas, d'ahi levaram soccorros aos feridos e pestiferados em Scutari, servindo de infermeiras gratuitas a vencidos e vencedores.

Em verdade, a Convenção de Genebra inspirou-se no exemplo edificante dessa encantadora *miss*, de quem o poeta Longfelow exalçou a benemerencia.

O conceito civilizador da neutralidade indefectivel dos corpos militares de saude, sob o labaro da *Cruz Vermelha*, seduziu as mulheres do povo e imperatrizes e rainhas e granduquezas, a se associarem no proposito dessa campanha puramente humanitaria.

A cruzada do feminino caridoso seria sedativo á embriaguez do masculino contumaz na guerra.

No sentido da Convenção de Genebra formaram-se entidades collectivas de mulheres, em varios paizes; todas as aggremiações moraes prepostas ao soccorro de feridos do internacionalismo.

Aconteceu, porém, que os gremios do feminino, devotados á obra simplesmente humana da *Cruz Vermelha*, se desvirtuaram assumindo visos militares pelas diversas nacionalidades, á maneira de pelotões em tempo de paz, na espectativa da guerra.

Mais curioso é que esses circulos nacionaes de mulheres, as sub-ministras da Convenção de Genebra, degeneraram em companhias de *sport* elegante e *kermesse* da galanteria, e peior, em cooperativas de consumo, ou caixas de auxilios mutuos; transfigurações todas por effeito do mysticismo patriotico no *revival* de crenças religiosas.

A propaganda militarista na Europa, arengas e monographias, desvairou mães e filhas-familia.

Prega-se que o encargo natural da mulher é de crear a prole no conchego da familia, mas sua funcção social virá ser, na opportunidade, desertar o domestico, relegando os filhos á assistencia pública; contanto que caminhe na retaguarda do exercito patriotico, seja a mulher infermeira de guerra, seja serviçal no abastecimento de munições e viveres.

Chegada a hora do conflicto entre as nações, a capricho de qualquer monarcha, todos os cidadãos validos são obrigados a pegar das armas, e marcham compellidos por guerreiros dos quaes as casernas da Europa regorgitam. Vão outrosim os camponios, arrebanhados á linha de frente, muito uteis na levada dos feridos, á similhança dos cães utilissimos na achada de moribundos após os combates. Entrementes, o escól do feminino, na sociedade, correrá ás aldeias, auxiliando as mulheres camponezas e aos homens valetudinarios no labutar as plantações, colher o trigo e mugir as vaccas.

Ficam homens fortes apenas nas hulheiras do combustivel, nas minas dos metaes, nas forjas e estaleiros; os operarios da guerra, urgindo o aguilhão do salario e o latego da policia. E na interinidade, pelas fabricas de armas e projectis, admira-se a azafama voluntaria de mulheres.

Surprehendente a touca feminina do patriotismo militante, trazendo assignalada a *cruz vermelha* da neutralidade dos feridos...

Não perseveraram as solicitas *cantinières* da Convenção de Genebra, no seu precipuo character de philanthropia inter-

nacional, e perdida a naturalidade arremedam as vehementes *walkirias* da phantasia.

Realizada essa metamorphose, os carroções automoveis e os comboios ferro-viarios dissimulam sob a bandeira da *Cruz Vermelha*, com a carga de pessoas inermes e cousas do mister sanitario, o transporte de regimentos municiados e canhões de guerra.

A consequencia do estratagema é lamentavel, visto que o canhoneio e a fuzilaria alvejam os asylos de feridos, as ambulancias de soccorro, os postos militares de saude; ceifando os sãos com os agonizantes.

Sem vislumbre imaginario de poesia, diga-se belligerante a mulher infermeira em hospital barraca; tão certo quanto ahi ella se expõe, agora mais que outr'ora, aos mesmos perigos do combate.

* * *

O pacifismo no absoluto bem se podera traduzir no relativo, por simples antinomia do proloquio latino.

Si quizerdes a paz, não te prepares á guerra.

A democracia victoriosa, na França, incontinente desmentiu a esperança da confraternidade dos povos.

Impopularizou-se o Directorio, final do seculo XVIII, decretando a conscripção militar rigorosa:

« Todo cidadão é devido á defesa da patria.»

No comêço do seculo XIX, o insigne Napoleão já não fazia a defesa nacional, porém a guerra do predominio europeu. Do tyranno provém a phrase deshumana:

« *O soldado é carne para bocas de fogo.*»

Mas o clamor das mães desvalidas, na ausencia dos filhos apanhados na rêde militarista, conseguiu que se exceptuasse na lei o filho unico da viuva septuagenaria, exempto do serviço obrigatorio das armas, e por equidade foi tolerada a exclusão do filho unico de casal.

Nessa quadra o povo meudo da França acabou sacrificado na carnificina, por campos de batalhas, e a mulher prolifica, escutando a phrase napoleonica, cogitou extinguir a fecundidade após o nascimento de um filho, o unico que talvez escapasse ás garras de conquista sob pretexto de defesa da patria.

Data desse momento historico a escassez da natalidade na França, ao passo que em paizes convizinhos as populações tresdobraram no rodar dos annos, com particularidade na Inglaterra; não obstante o economista Maltus ter formulado a doutrina apocalyptica, de que a terra e o mar são pequenos á nutrição de todos os renovos do homem com a mulher.

O phenomeno desnatural, na França, abrange todas as camadas populares. Operarios em cidades, receiosos dizem pela progenitura aggravante da pobreza; sem embargo, nos districtos agrarios, onde sobram recursos de subsistencia, ainda assim os trabalhadores restringem sua natalidade. Burguezes, cujo veso parece ser de transmittirem a raros descendentes os peculios da avareza. Todavia esse motivo, da prolificidade diminuta dos casaes, é incongruente com relação aos fidalgos, na posse de riquezas hereditarias ou accumuladas por enlaces conjugaes; pois cercêam, os prodigos de dinheiro, sua arvore genealogica.

Por conseguinte, a escassa natalidade na França, paiz de insignificante emigração, incomprehensivel á vista da variedade de condições economicas por diversas classes sociaes, não tem fundamento, como o pamphletario Prudhomme verberou, na sua *pornocracia maltusiana*; entretanto, o resultado na sua uniformidade redunda proposital do refractario ao militarismo.

Neste ponto releva notar que, em meiado do seculo XIX, uma mulher da Inglaterra realizou a maravilha de multiplicação dos casaes fecundos na Australia, o degredo de inglezes malfeitores. Chamava-se Carolina Jones a corajosa, que mil vezes arriscou a vida ameaçada pela turba de facinoras, defendendo a sós muitas centenas de raparigas inglezas, deportadas por simples contravenções policiaes, á medida que as maritava com os colonos morigerados.

O historiador Michelet deu realce á abnegação da *mistress* adoravel, que saneara moralmente a Australia e de proposito, no ensaio educador intitulado *La Femme*, gravou o eminente cathedratico do Collegio de França este epitaphio do povo atheniense:

> «Ah! si nós pudessemos, sem as mulheres, ter filhos!».

Antes de terminar esse seculo, o romanceiro francez exprimia a depravação de costumes, sob os qualificativos de *demi-vièrges, demi-mères, demi-mariées*, e o integerrimo Émile Zola publicava seu estudo, do tomo *Fecondité*, formidavel libello, accusando o homem com a mulher e o medico de cumplicidade, na França, pela despopulação do paiz.

> « De cima a baixo, do grande ao pequeno, bate moeda a hedionda industria que faz infecundas as mulheres. Eis uma esposa a quem abrem o ventre, de onde arrancam o cacho da vida repleto de ovulos. Eis uma virgem mutilada, da qual supprimem a maternidade em botão antes que o mesmo floresça. Corta-se, corta-se sempre e em todos os logares sociaes. Vós sabeis a que extremos chegamos. Nos hospitaes são castradas duas a tres mil mulheres por anno. Esse número é o dôbro, pelo menos, nas clientellas particulares; pois ahi não ha testimunhas indiscretas nem registo de algum alcance. Somente em Paris, no espaço de quinze annos, a quantidade dessas operações deve ter sido de trinta a quarenta mil. Emfim, calcula-se em quinhentas mil, por outra, em meio milhão, as mulheres na França, das quaes amputaram ou arrancaram a flôr da maternidade, como si fosse herva damninha. Em dez annos, a faca dos castradores de mulheres nos fez mal maior que as balas dos Prussianos, durante o anno terrivel ».

Um dia os anthropologistas, comparando os esqueletos dos Parisienses, verificaram que o cranio do feminino adquiriu a capacidade quasi do cranio masculino, riqueza da cultura intellectual; porém, miseria da degeneração physica, a bacia ossea da mulher adulta perdeu a forma e amplitude peculiares do sexo, de sorte a se confundir com a ossatura pelviana do homem adolescente.

Dahi os patriotas da Obstetricia, alarmados, dependuram a sineta da defesa nacional ás portas dos hospicios de maternidade, accesos os apparelhos de incubação artificiosa, e concitam o feminino proletario ao milagroso tresdobro do masculino guerreiro.

Assim queira a parturiente se prestar á desarticulação dos quadris ou á serragem dos ossos, e acto consecutivo á castração total, utero com os ovarios; expedientes sem riscos de morte, graças aos processos da asepsia cirurgica.

Esse recurso economico do homem collectivo faz lembrar a anedoctica gallinha dos ovos de ouro.

Deante da columna Vendôme, o povo francez ha de recordar do poeta Verdier a reflexão amarissima:

« Ce bronze que jamais ne regardent les mères ».

Datada de 1904, é a carta de uma mulher russa, mãe de familia, dirigida ao philosopho Tolstoi, que a publicou com seus escriptos pacifistas:

> « Li que a vantagem da Russia consiste em ter material humano inexgottavel... Para a mãe, de quem matam os filhos, esse material se extingue ».

A advertencia temerosa da mulher slava resente-se do travo maternal da mulher gauleza.

* * *

Mas vejamos, no Brasil, onde a fecundidade dos casaes é grande e maior o apêgo cordial das mães pela filharada, a reluctancia da mulher ao militarismo por aquartelamentos.

Lastimaram os cidadãos brasileiros, no comêço da guerra com o Paraguai, 1865, o preenchimento de alguns batalhões por innumeraveis escravos, libertos ainda coagidos das senzalas ás fileiras dos *voluntarios da patria*; circunstancia pela qual as hostes do dictador Solano Lopez injuriavam indistinctamente as nossas fôrças de terra e mar, bradando — *Escravos de Pedro Segundo...*, remoque nada cabivel ao imperador magnanimo, que dictara, em 1864, a alforria dos escravos attribuidos á corôa.

Terminada a guerra, o govêrno do Imperio decretou a conscripção militar, imitando algumas nações européas, no designio de ser todo brasileiro apanhado nas malhas do exercito permanente.

O antagonismo das mulheres brasileiras á sequestração de homens pelas casernas, provaram mães e filhas-familia de Minas Geraes, a mais populosa de nossas provincias, dispersando as commissões de alistamento militar, com des-

truirem os livros respectivos. E o decreto nunca jámais teve execução, pois a tentativa se frustrara de uma vez no paiz inteiro.

Do facto geral não se infira faltasse ao feminino brasileiro entendimento, de que o masculino deve defender a patria; nem se conclua preferissem as mulheres do Brasil as antigas tropas de extrangeiros mercenarios, em vez da moderna guarda patriotica por cidadãos miliciados.

Espirito civico e destemor da guerra revelaram as Mineiras em 1842, como testimunhou o historiographo conego Marinho, um dos personagens politicos na *revolução da maioridade*; pois não só animaram os insurrectos como tambem iam ás trincheiras levar munições de fogo.

Prova assim de civismo fôra e tem sido a estima das mulheres brasileiras pela efficiencia da guarda nacional, instituida em 1831 por Diogo Feijó, nosso incomparavel estadista. Certo que, ás mães e esposas e filhas agradou a instituição da milicia popular, confinada pelas parochias dos Municipios, durante a paz, nos termos da lei de 1834; ainda porque o alistamento militar decretado em 1874 perecia talqualmente o pega-pega de recrutas, modo de captiveiro dos filhos orphãos de paes, sujeitos á chibata, isto é, o nervo da disciplina imperial.

Nesta ordem de apreciações tem logar a apologia das mulheres norte-americanas, antagonicas tambem á conscripção militar. Sim, foi dellas a inventiva, no seculo XVIII, da *boycottage* e *sabottage* de mercadorias importadas da metropole, na epocha dos Estados Unidos declararem sua independencia. Contudo, baldadas taes represalias economicas do feminino, na intenção de deter a aggressiva da Gran-Bretanha em pé de guerra, innumeras donzellas se incorporaram aos milicianos do glorioso Washington, e voluntarias combateram na defesa do territorio nacional. Demais, enquanto durou a estupenda guerra civil dos Estados Unidos, que extinguiu a escravatura, as mulheres americanas deram cópia do desassombro e abnegação spartanos.

Este quadro é das mulheres, na generalidade natural, animadversas ao sequestro de homens por quarteis militares; tanto se afigura, a todas ellas, o exercito permanente excitamento incoercivel ás aggressões bellicas.

* * *

O armamento estupendo das nações, queria dizer, a suprema garantia da paz era na Europa o pesadello da mulher.

No descortino da ameaça, a mulher européa faz diligencia humildemente de evitar a guerra; mas reconhece que a loucura bellicosa do homem prepotente vem a ser incuravel.

A alma franco-allemã inspirou a *demoiselle* Henriette Mayer, á vista do conflicto balkanico, fundar no dia 26 de Junho de 1913 o Instituto de Reconciliação, com uma folha de publicidade, da qual o numero primeiro inseriu, sob a epigraphe — *o pacifismo é um dever de humanidade*, o escripto de Heckel na sua culminancia.

No segundo número da folha, a fundadora do Instituto escreveu:

> « Sonhar com uma Alsacia-Lorena pacificada, á maneira do Ducado de Luxemburgo, ou similhante ao Principado de Monaco; sem exercito, sem fortalezas, protegida por boa fé reciproca das nações vizinhas, enfim reconciliadas em virtude do desarmamento simultaneo ».

Em Julho de 1914, na imminencia da guerra actual, Henriette Mayer, a jornalista da França, dirigiu uma carta supplicando ao professor da Allemanha, que intercedesse a favor da paz.

A resposta foi evasiva:

> « Estou convencido de que a grande maioria da nação, na França e na Inglaterra, é tão pacifista quanto na Allemanha e na Italia; porém as maleficas folhas nacionalistas, mentirosas e intrigantes, encorajam a Russia, nossa commum inimiga ».

A accusação de Heckel calhava pelas folhas de publicidade alugadas aos syndicatos capitalistas, estabelecidos com estaleiros de guerra e fabricas de armas e munições de fogo, todos interessados em vender esses petrechos de morte.

A réplica da jovem talentosa ao ancião genial assignala o despertar do sonho:

> « Senhor. Quando em meio de Outubro, os jornaes deram echo ao famoso *manifesto das nações*

civilizadas, vosso nome illustre ahi reluzia como vedeta characteristica, e minha consciencia revoltou-se contra essa imprensa mal intencionada, blasphematoria de vosso nome... e não dei credito. Mas vós, Senhor, vós quereis vencer para dominar o mundo e reduzir a escravas todas as nações libertadoras do pensamento e da consciencia, de sorte que o imrialismo prussiano consiga suffocar com o seu peso brutal a humanidade supplantada.»

Começou na Europa a hecatombe.

E' a renascença da barbaria na esphera greco-romana.

Incendeiam bibliothecas seculares, e destroem os museus scientificos. Arrazam as universidades brilhantes e demolem as cathedraes rendilhadas.

— *Vae victis!*

Os guerreiros comprazem-se, de proposito, em aleijar as creanças do povo inimigo; por acinte, estupram filhas e esposas e viuvas dos vencidos nos campos de batalha.

O orgão parisiense *La Revue* dignou-se abrir um questionario de moralidade.

> «As mulheres engravidadas por effeito da violencia carnal querem abortar.»

Dos pareceres pela negativa, reproduzimos estes:

A duqueza de Rohan (donataria viuva) opina que, para a virgem votada á castidade religiosa, a gravidez é uma expiação.

O pastor (cathedratico de Theologia) Wilfred Monod avalia em 500 por dia os abortamentos provocados na França, sommando 183.500 cada anno, cêrca de dous milhões em dez annos. E pensa o douto sacerdote, que nesta hora da resurreição de sua raça, delle gaulez, o momento não seria azado de incutir, na mentalidade franceza, a misera noção do Baixo-Imperio em decadencia, o direito de abortar.

Obtempera Augusta Moll-Weiss (directora da *École des Mères*) que a prenhez, consequente ao estrupo, será um consôlo para a solteira mais que madura na edade.

Mas do periodico *Nuevo-Mundo*, de 22 de Maio de 1915, trasladamos, tocante ás *madres de la guerra*, o artigo de Luiz Araquistan, muito eloquente:

> « Estes filhos não procedem de actos da liberdade. Symbolizam a fórma mais barbara da violencia humana. Os modos mais brutaes, para arrancar ao homem sua consciencia ou sua energia physica, por exemplo, a inquisição e a escravaria, com serem execraveis, parecem menos ferozes que os practicados na intenção de fazer mãe pela fôrça a uma mulher. Os primeiros se espedaçam como de encontro a uma muralha, que convertesse a personalidade de homem em alguma cousa irreductivel, cousa sua, sua tanto quanto não se póde despojar della, inda querendo. No segundo caso, rouba-se a uma mulher, a um ser physicamente mais debil, tudo que nella ha de mais intimo, e mais sagrado e mysterioso da natureza humana.»

Conflagradas as nações européas, *miss* Christabel Pankhurst, que fôra aos Estados Unidos pleitear as sympathias dos Norte-americanos a bem dos povos alliados, dahi escrevia em honra das mulheres inglezas este topico:

> « Nós somos simplesmente um povo que se defende, resistindo ao espirito de conquista e despotismo militar do rival; nós combatemos pela liberdade e independencia. Quando nosso paiz não estiver em perigo, nós as suffragistas, si ainda fôr preciso, estaremos prestes ao combate, continuando nossa guerra civil para adquirir a liberdade e independencia da mulher.»

Fosse vivo Stuart Mill, o genio da educação britannica, tornaria a argumentar em pról do suffragio politico das mulheres, tributadas nos seus bens de fortuna, e contribuintes da tal carne que as boccas de fogo costumam devorar.

Essa aspiração realizaram as mulheres scandinavas, e por influencia dellas os povos são pacifistas.

O ministro Lloyd George aplacou a gréve dos trabalhadores, nas officinas de Manchester, evocando o sentimento do patriotismo.

> « Cada vez que enviardes ao nosso exercito as munições na proporção necessaria, ficae certos que salvareis tantas vidas de nossos bravos soldados.»

Mas, antes dos operarios inglezes se renderem á allocução do ministro, as suffragistas de Londres, suppostas demoniacas, umas se offereceram gratuitas a trabalhar no fabrico de armas e projectis, outras começaram a se exercitar ao tiro da carabina, voluntarias no uniforme marcial.

Uma multidão do feminino inglez desfilou em face do Ministerio das Munições, alçando o estandarte com esta inscripção:

> « As granadas fabricadas pelas esposas salvarão os maridos.»

Assim as mulheres do povo, a exemplo de *mistress* Pankhurst, com as damas da aristocracia, nominalmente *ladies* Gratace e Crawford, pressurosas acodem aos males da Gran-Bretanha na guerra.

Sabe-se que no presente scenario bellico da Europa tem havido occurrencias dramaticas e urdiduras tragicas, comprobantes de que a mulher soffre da mesma paixão patriotica do homem, até incidir no crime.

Mulheres fazem-se ladras de segredos militares, na mente de que serão quiçá fuziladas no flagrante.

Esposas denunciam os maridos por espiões de guerra, e presenciam o fuzilamento.

> « A alma humana resulta dos proprios sonhos. »
>
> (*Shakespeare*).

E' cedo para enumerar as mulheres russas e servias e polacas, combatentes na actualidade da Europa assolada pelas armas, pois se denunciam sómente quando, malferidas, despem o travestido soldadesco nos hospitaes de sangue. Accrescem noticias dos jornaes europeus, vagamente, de que nos paizes belligerantes mulheres estão formando alas de voluntarias reservistas, ardorosas de concorrerem ás linhas de fogo.

Por ultimo convoca-se um Congresso Internacional de Mulheres, na intenção de promover a paz européa, nesta hora de calamidades.

Ao convite responde o *Comité National de Femmes Françaises,* assim como, a *Union Française pour le Suffrage des Femmes*, ambos recusando-se a comparecer.

> «Vós todas conheceis a França e sabeis quaes os fructos colhidos no nosso paiz pela acção pacifista, de modo que sómente uma guerra defensiva podia ser acceita. No nosso sonho de paz e bom accôrdo, sinão universal ao menos europeu, não queriamos acreditar naquelles que do outro lado da fronteira nos faziam ameaças, cada vez maiores. Mas será agora o ensejo de fallar dessa paz futura? Nenhuma de nós pensa assim, e é pois com espanto doloroso que encontramos no vosso programma a conclusão de um armisticio. Como podeis pensar em tal, quando nossas provincias soffrem o jugo do inimigo, enquanto deante de nós se ergue a Belgica martyrizada? Hoje vestimos o luto, com a mais nobre altivez. E' com enternecido reconhecimento que perpetuamos nossa saudade. Seria uma traição pensar na paz antes que seja consagrada nos preceitos do direito. Para que as gerações futuras consigam colher os fructos deste lance magnifico de abnegação e de morte, as mulheres francezas hão de sustentar o combate por tempo que fôr necessario. Neste momento, unidas a quantos luctam e morrem, nunca se poderiam associar a um gesto de paz.»

O protesto significa que a psychologia da mulher, contraposta á guerra de aggressão, se transmuda naturalmente em animo abnegador e valentia do heroismo, na opportunidade da guerra defensiva.

Lembra a tragedia de Euripides e o lamento de Hecuba:

> «Oh! terra sagrada mãe dos sonhos de azas negras.»

MULHERES VIOLENTADAS NA GUERRA

Prelecção do cathedratico de Obstetricia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Erico Marinho da Gama Coelho, em 3 de Maio de 1915.

Senhoras e senhores. Em Janeiro do corrente anno, a *Presse Médicale* inseriu um appello com vista ao senso moral dos gynecologistas. Queixam-se mulheres imbelles, de terem sido estupradas por soldados extrangeiros no momento de invadirem o paiz, e logo, engravidando após a violencia sexual, rogam aos profissionaes da medicina que lhes façam abortar.

Um padre instiga, da tribuna sagrada, a provocarem a interrupção da gravidez, sem demora. Um medico, na serenidade do consultorio, indica a roda dos engeitados por unico recurso.

Não ha perversidades novas na actual guerra européa; mesmo o estupramento collectivo provém da antiga barbaria; nem é a primeira vez que, em doutrina ecclesiastica, se considera licito o aborto provocado no caso de estupro. Dizem que as violencias sexuaes occorridas se explicam, não tanto pela concupiscencia da soldadesca desabusada, quanto transparece, na linguagem do extrangeiro victorioso, o proposito de vilipendiar filhas, esposas e viuvas dos vencidos.

Mas, abstrahindo do apregoado direito das gentes, pois a guerra com os seus episodios indecorosos vem a ser o escarneo de tamanha chimera, estudemos a questão vertente do fôro intimo da mulher victimada.

O postulado deste discurso resume-se em que a natureza tem sua moral exigindo, a respeito da reproducção dos seres, a clausula da liberdade.

Em especies irracionaes, a femea dá-se ao macho de seu agrado; na especie humana a mulher dá-se ao varão de sua escolha. No entendimento genial de Darwin, a selecção de especie qualquer é do instincto da femea. No conceito do sabio Quatrefages, é da mulher, por indole, a selecção da especie.

Várias são as especies da domesticação, em que o macho se presta a cruzar com a raça peior; enquanto o homem, a especie do livre arbitrio, se une a mulher de qualquer raça. Quanto á mulher, em liberdade ou na escravidão, só cruza de bom grado com a raça que se lhe afigura melhor.

Entre alguns brutos de mestiçagem domestica, as femeas se entregam por constrangimento; mas acontece que a natureza se vinga, tanto não se reproduzem os productos hybridos. Assim, a egua cede ao jumento á fôrça de máos tratos, e em seguida á violencia sexual corre a se offerecer ao cavallo. Talvez a querença da egua ao cavallo determine o phenomeno da pseudocyése, comparavel á falsa gravidez autosuggestiva da mulher só por simples desejo.

E' commum a experiencia de que as féras nas jaulas, e os passaros grades a dentro dos viveiros, accommodam-se macho e femea da mesma raça sem se reproduzirem, e rarissimos manifestam desejo sexual, parecendo amortecido por falta de liberdade ao ajuste dos casaes.

Ha especies domesticas, caninos, suinos e felinos, das quaes surprehende a observação de que a femea ás vezes devora os proprios recemnascidos, outras vezes amamenta com apêgo, defendendo-os a unhas e dentes. A conjectura unica, pelo contraste de taes factos, é que a femea, violentada acaso pelo bruto, se rebella destruindo as crias detestaveis. Muitas aves da domesticidade reproduzem-se e as mais doceis cruzam de raças; porém, algumas femeas negam-se obstinadamente a incubar ovos extranhos. O exemplo dos passaros é frisante, aos pares reproductivos nas frondes do arvoredo; pois si alguem por ardil lhes intrometter na ninhada um ovo differente, verá que desertam o ninho violado.

A historia natural da especie humana, por costumes primitivos, recompõe-se de narrativas dos navegantes, como têm achado as collectividades insuladas na solidão dos oceanos;

assim tambem as tribus aborigenes dos continentes isoladas na vastidão das selvas, segundo as descripções dos incursionistas.

Regra geral, era da mulher virgem a livre escolha do homem attrahente. Na excepção da usança, era a donzella objecto de compra e venda, propriedade do pae transferida ao marido. Mas prova de quanto a liberdade da mulher nubil triumphava da opposição paterna, é que se deixava raptar pelo homem preferido. O constrangimento do feminino, no esposar o masculino de seu desamor, reapparece por quadras da evolução sociologica, mórmente na familia patriarchal; contudo, o rapto voluntario continuou a ser o recurso extremo da donzella contrariada no seu affecto, até que, em virtude do transformismo de costumes, se instituiu o rapto simulado em simples ceremonia da vespera nupcial.

Enfim, no lento rodar dos seculos, a civilização occidental relegou aos povos orientaes o captiveiro feminino, a ponto que á filha familia, no mundo civilizado, se assegurou, a despeito do patrio-poder, liberdade de contrahir a união prolifica.

O direito civil exige a vontade consciente da mulher no acto do casamento, e o direito canonico não illude a liberdade da mulher no acto do matrimonio; motivo porque, não se consummando a união dos sexos, nullo é o sacramento religioso, nulla é a formalidade juridica.

A legislação criminal, nos paizes civilizados, pune o auctor do estupro; porém, deixa de considerar a victima da brutalidade, livre de se prestar ou não á gravidez proveniente do crime. Os codigos diminuem tão sómente a pena da mulher bem afamada, que se faz abortar allegando a intenção de esconder desse modo a deshonra.

Para o masculino, a violencia será gôso seu corporeo sem consequencia. Para o feminino, a gravidez e o parto são provações dolorosas do organismo, aggravadas pela impressão psychica do estupro aviltante.

E' do preclaro Garofalo a advertencia de que ha obrigações oriundas de contracto, e ha obrigações decorrentes de delicto: *obligatio ex contractu*, e *obligatio ex delicto*, obrigações legaes. Nessa ordem juridica o desvirginamento da mulher, menor de edade, capitula-se estupro porventura reparavel, querendo a victima esposar o auctor do crime. Mas no caso

de estupro irreparavel por consorcio subsequente, a gravidez da queixosa é o ludibrio da lei, ao passo que o réo ás vezes, ao saïr da prisão, incide em novos delictos.

O estuprador é typo de homem delinquente, como o erudito Lombroso assignala os traços da degeneração. Ahi temos a victima do estupro, na sociedade contemporanea, coagida a incubar em germe o homem degenerado, e na hypothese de provocar o abortamento é punida, por não se ter prestado á reproducção do typo criminal.

Compassiva é a doutrina do celebre Sanchez, jesuita com cheiro de sanctidade, permittindo á mulher estuprada recorrer incontinente ao abôrto, antes que o embryão adquira fórma humana. Todavia, a negação da moral evolucionista se acha na lei desnaturada, que obriga a victima da violencia sexual a ser barregã de criminoso.

Quando perante o Congresso Medico-Latino Americano alludi ironicamente á puericultura intra-uterina, o empenho da Obstetricia franceza por coefficiente de defesa nacional, estava eu longe de suppôr, em 1909, que esse ridiculo de economia do homem collectivo seria a insensatez de 1915, anno dos episodios indecorosos da guerra européa. Já não é o menosprezo pela gallinha dos ovos de ouro. Já não é concitar aos fetos, em via de madureza, a virem em salvamento da mãe-patria. Já não é a incubadora de seres apenas viaveis, a reconvenção suprema de povoamento do paiz. Agora campeia a hypocrisia de profissionaes da Medicina, negando-se por espirito de humanidade a provocar o abortamento de mulheres inermes, estupradas acintosamente por soldados extrangeiros na ebriedade da victoria.

Eis ahi a famosa Gallia, condemnada a chocar ovos extranhos, em contraste com o exemplo da gallinha que não se presta á incubação de ninhadas da promiscuidade.

Não, nos orphanatos da Belgica heroica, nem nos hospicios de engeitados na França valorosa, não teriam cabimento os recemnascidos da gravidez execrada. Seria azado recambiar taes productos de avicultura ao vencedor generoso, em nome da natureza com a sua moral.

Medico christão, eu não hesito em soccorrer a victima do estupro irreparavel, anciosa de abortar.

ASSISTENCIA E PROTECÇÃO Á MULHER GRAVIDA

Quarto Congresso Medico Latino Americano

Relatorio do dr. Erico Marinho da Gama Coelho, lente cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Deputado á Assembléa Constituinte da Republica, ex-Senador e actual Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro.

Illustres Srs. Congressistas:

A instituição civil, denominada assistencia pública, comprehende o systema de precauções e diligencias, cuidados e soccorros, conforme as medidas legislativas de protecção aos individuos infortunados da mesma collectividade social e politica, naturaes do paiz ou extrangeiros que ahi permanecem. Por outras palavras, assistencia pública é a policia do infortunio. Aqui temos exemplos comezinhos do feminino: policia da ordem moral, no reprimir o meretricio, a peior feição da mendicidade malsã, e nesse interim, tractar compassivamente as cumplices do costume masculino depravado; policia da ordem judiciaria, chamada de segurança, a respeito de direitos e garantias individuaes, mas sem a assistencia da qual a proletaria brutalizada, não raro pelo pae de familia, padeceria fome e sêde de justiça; policia da ordem economica, a menina dos olhos da auctoridade, de vigilancia aos mercados do trabalho e tutela das assalariadas no captiveiro, mulheres pejadas, cada dia tangidas pela miseria domestica.

Nos tempos remotos do predominio social e politico da Egreja no mundo latino, o clero fazia a ronda do povo meudo, como quer que fosse a situação precaria. Era do regime

tributario em nome da caridade, e administração ecclesiastica dos legados e doações em obras pias.

O bispo presidia á mesa ideal da pobreza arrolada na freguezia, e o parocho andava a repartir as moedas do gazophylaceo, curando as mazelas do rebanho humano. Melhor, porém, que essa azafama de clericos e diaconisas, em virtude da derrama de impostos cujas contravenções se traduziam por indulgencias, foram os ensaios, no genero beneficencia, das corporações monasticas que subministravam o culto romano. Primou o mosteiro, abrindo os flancos successivamente em albergues de mendigos e viajantes; asylo ás victimas de juizes deshumanos; hospicio de infermos, valetudinarios e doentes; por fim a eschola de ensino e educação, que vertia para o campo onde se cultivava a vinha ou a oliveira. Assim, no rodar dos annos o campanario, que era a voz da misericordia, foi o nucleo da communa aldeã.

Nessa quadra da evolução social, o Estado começava a comprimir com sua manopla de ferro as cidades livres, e á medida que as jurandas de artes e de officios, pobres mysterios de associações fraternaes, eram perseguidas, á mão armada, por instigações da Egreja, a exemplo da franco-maçonaria do typo sobrevivente, eis que surgiam as ordens terceiras e mais irmandades de character civil, á sombra dos altares e bastidores ecclesiasticos, mas entidades, umas mutuarias de soccorros, e outras votadas á práctica da philanthropia christã.

A assistencia pública é circulo administrativo que o poder civil traçou por ultimo, depois que o Estado ficou constituido como apparelho militar e organismo burocratico, por transação com a sociedade capitalista; visto que no geral as entidades collectivas de espirito caridoso degeneraram em associações de previdencia e auxilio mutuo, e nesse passo a mesma Egreja se despreoccupou de acudir á miseria de suas ovelhas estramalhadas.

Vêde onde param os opulentos patrimonios de mão-morta, lançados á voragem da revolução industrial que captivou varias gentes ao salario. E dizei si os conventos de agora, transformados em grandes fabricas de licores capitosos e conservas indigestas, têm acaso alguma analogia com os mosteiros de outrora, a tentativa de socialismo evangelico.

Neste ponto cabe a reflexão, que, si não fôra o despreso

da Egreja pela união fecunda, a repugnancia instinctiva dos sanctos padres e doutores do Catholicismo, a mulher prolifica não seria o derradeiro objectivo da assistencia pública, talvez a primeira coordenação do Estado, a bem da sua esthetica social e economia do homem collectivo, a riqueza por excellencia das nações.

Modos de proteger a Egreja á mulher pejada estão na chronica dos tribunaes do Sancto Officio; pois de ordinario ameaçavam-na sómente com os instrumentos da tortura, e si os applicavam, em segredo de justiça, era com geito e parcimonia. Demais, si acontecia a mulher gravida ser condemnada á morte, adiava-se a execução da pena até que o infante viesse á luz, no intuito de salvar-lhe a alma pelo baptismo. Verdade é, que um jesuita celebre variou da doutrina juridica, prégando a conveniencia de antecipar ao parto o supplicio, pela razão de que a parturiente arriscava succumbir, sendo preferivel a práctica de abrir-lhe o ventre e baptisar o féto surprehendido com vida. Quanto ás maneiras de tractar a mulher em vesperas de ser mãe, embora isenta de culpa e pena, a Egreja negava-lhe abrigo nas suas casas de caridade, epocha em que nos templos se homisiavam criminosos evadidos das prisões. Contudo, as mesmas congregações religiosas, do genero das diaconisas, intituladas hospitaleiras, recebiam de máo grado a misera nas vascas da parturição, como si a maternidade fosse contagiosa, e davam-lhe por infermaria o desvão do hospicio, em promiscuidade com os loucos e os leprosos.

Foi dessa abjecção que o genio da Medicina, de par com o poder civil, levantaram a mulher prolifica, facultando-lhe no seio da sociedade o abrigo maternal.

Proletaria é o vocabulo que vem da Suburra, a calhar neste improviso de relatorio. Era a alcunha de *faz-filhos*, unicos bens de fortuna que o censo attribuia a essa camada vil da população, por tal motivo isenta de contribuições na paz, assim como inhibida de manejar as armas em defesa da republica.

Um dia, as aguias imperiaes, no seu gyro triumphal pela esphera romana, deram a comer ás boccas de fogo, não só as creanças que a Loba amamentára, mas tambem a prole da indigencia, inclusive a da Serva que encarnava o verbo do Senhor; e tamanha foi a desolação da mulher fecunda que,

de commovida no intimo das entranhas, se lhe seccaram os germes da maternidade.

Cumpria-se a prophecia do Nazareno, segundo a memoria apostolica:

ABENÇOADOS SERÃO OS VENTRES QUE FOREM ESTEREIS E DITOSOS OS PEITOS QUE NÃO DEREM DE MAMAR.

. . . . . .

Alli está a França, das ousadias heroicas, alongando o olhar pelas margens do Rheno allemão, onde formigam septenta milhões contra os quaes as proprias aguias, da raça latina, já não se animam a combater, na certeza de que serão vencidas pelas outras em numero assombroso.

Eis ahi, as paragens do amor fecundo, nas suas reconvenções, a puericultura intra-uterina (deixem passar a phrase rebarbativa) que seria sublime precaução do patriotismo, si não fôra o ridiculo da Economia politica.

Sim, o melhor por inoffensivo é concitar os fétos, que venham quasi maduros salvar a patria; o peior é o menospreso da Cirurgia pela gallinha dos ovos de ouro. Toca ao extremo de temeridade, a despeito das maravilhas asepticas da Medicina operatoria actual, o proposito de desarticular o canal osseo do parto, e de precaução amputar o utero com os annexos, para colher um ser apenas viavel, periclitante, carecendo ser incubado na estufa do laboratorio, até que amadureça e, com o tempo, se faça homem para a defesa nacional.

Mas o facto é que a embryotomia, da alternativa premente tal seja o caso de intervenção, é hoje em dia sem criterio relegada como procedimento desnaturado do medico impatriota.

Ah! se as leôas fossem parteiras!

E' o momento de resumir em que consistem os estatutos de protecção e o serviço de assistencia á mulher gravida, nos paizes civilizados.

Por mais que a collectividade social e politica se desvele em favores aos entes miseraveis, o individuo de alma bem formada não se considera desobrigado, em boa moral, de acudir pessoalmente ao infortunio do proximo, por altruismo

talvez ou egoismo porventura; pois é um gôso da alma fazer o beneficio, tão certo é que entre os homens a gratidão não existe.

A titulo de protecção, ha leis sociaes que regulam o trabalho em commum; enumeração das especies que são licitas, á parte das nocivas á saude; medidas das horas do lidar quotidiano, e os intervallos de descanço; obrigações de seguro da subsistencia, enquanto esperam na inactividade o termo doloroso da gestação e durante o puerperio da convalescença.

Sob a rubrica de assistencia, são multiplos os processos e innumeraveis os accordos entre o poder civil e as associações, umas mutuarias de soccorros e outras de beneficencia extreme; aqui a assistencia hospitalar, alli a domiciliaria, acolá a ambulatoria.

Todos os methodos são expressões de solidariedade, por outra, da responsabilidade moral do organismo politico com a sociedade cosmopolita, pelo mal-estar das creaturas desvalidas.

A maior das miserias é da proletaria, devorada pela viscera affectiva, presa de amor materno, da fecundidade implacavel.

Salve!

CONCLUSÃO

Num paiz, como o Brasil, de organização politica complexa, aos Estados incumbe legislar a respeito da protecção aos indigentes, a mulher prolifica comprehendida, e aos Municipios liberalizar os soccorros, antes, durante e depois do parto, seja a proletaria natural do paiz ou extrangeira que ahi permaneça.

A CARICATURA NO BRASIL

CONFERENCIA REALIZADA EM 23 DE SEPTEMBRO DE 1916, NO SALÃO DE HONRA DA ESCHOLA NACIONAL DE BELLAS-ARTES

POR

MAX FLEIUSS

A *Conferencia*, que realizou em 1916 na Eschola Nacional de Bellas-Artes o secretario do Instituto, constitue um excellente resumo da Historia da Caricatura no mundo e particularmente no Brasil. O auctor, filho do habilissimo Henrique Fleiuss, que deleitou por muitos annos a sociedade brasileira com os desenhos da sua preciosa « Semana Illustrada » e que Brasileiro de coração ligou seu nome á historia da Arte nacional, estava naturalmente indicado para desenvolver este assumpto. Fê-lo a traços largos, mas com rigorosa exacção e tão completamente quanto o permittiam os limites de uma simples conferencia. E' talvez este o nucleo de um trabalho de maior folego, digno da real competencia e do provado patriotismo do nosso collega.

(Da Direcção).

A CARICATURA NO BRASIL

Não podia o centenario da Missão Artistica deixar de referir-se, embora ligeiramente, á Caricatura no Brasil.

A esta Eschola cumpria tractar dessa arte, que é a mais popular, a que faz vibrar todas as classes sociaes, provocando o riso e o despeito, — a arte das multidões.

Pena é que tal assumpto tenha sido confiado a mãos inhabeis, quando devêra recaïr em quem á competencia e applausos na especie reune a graça de um espirito formosissimo, qual innegavelmente é Raul Pederneiras.

Oxalá a boa vontade, que tenho, de cumprir as ordens de dous illustres amigos, — Baptista da Costa e Araujo Viana, — pudesse faciiltar-me o desempenho desta honrosa incumbencia e possibilitar-me supprir as imperfeições e lacunas de um assumpto tão grato ao meu coração, pois, em se tractando da Caricatura no Brasil, não é licito deixar em olvido a figura de meu pae, — Henrique Fleiuss, — proprietario, director e desenhista da « Semana Illustrada », de quem o erudito frei Pedro Sinzig, em sua excellente monographia « A Caricatura na imprensa brasileira », disse « ter sido um dos nossos maiores caricaturistas, artista de pulso, superior, imaginação riquissima e lapis seguro, a quem cabe logar de honra na arte, como tal ».

A Baptista da Costa, a quem me prende uma admiração affectuosa que data de mais de duas decades, e a Araujo Viana, o competente e dedicadissimo historiador da Arte em nossa Patria, é que cabem as responsabilidades desta hora. Obedeceram aos impulsos da generosidade, suppondo-me capaz da tarefa, que me impuzeram ha dous dias apenas. Por meu turno, obedecerei, não movido pela vaidade, que não tenho, mas compellido pelo espirito de disciplina e para dar-lhes uma prova de reconhecimento á confiança, com que me distinguiram.

* * *

Que admiravel conhecimento da alma humana não possuia o immortal cura de Meudon, quando escreveu estes versos:

> « Mieulx est de ris que de larmes escrire,
> Pour ce que rire est le propre de l'homme ».

Sim, o riso é a expressão mais commum dos homens e mais encantadora das mulheres.

O homem que ri, — e o thema já serviu ao grande genio de Hugo, — póde ser, ás vezes, um boçal; a mulher que ri é sempre graciosa... e temivel.

Já o philosopho-missionario das nossas selvas exclamava:

— « Desconfiae do homem que vive a rir, mas fugi da mulher em taes condições! »

Rir, portanto, é a manifestação mais temivel e por isso mesmo mais sincera de nossa alma.

Assim, a Caricatura, — que é o proprio riso, — constitue a fórma artistica mais espontanea, mais vulgar e, por isso mesmo, mais apreciavel.

« A narração de Philetas », obra-prima do nosso grande Amoedo, enleva a quantos disponham de cultura e de senso artistico para aprecia-la. Collocae, porém, a bellissima téla numa exposição pública, ao lado de uma das páginas exuberantes de graça de J. Carlos, de Julião Machado, de Calixto, de Raul, — e vereis que a sensação, quasi pungitiva, de reverencia cede immediatamente o passo á gargalhada, symbolo da satisfacção intima, da comprehensão subitanea, da esthesia da alma, mais natural e espontanea que a esthesia da cultura.

E tanto é isso verdade, que a Caricatura já existia entre os antigos, desde os tempos da Mythologia classica.

E quantos aspectos, — quantos! — ella não apresenta! Poderá, porventura, haver melhores caricaturas do que *Les guêpes,* de Alphonse Karr, que logo em comêço diz: — « Ce petit livre est le premier de douze volumes semblables, qui paraîtront successivement et chaque mois, d'ici à un an. Ils contiendront l'expression franche et inexorable de ma pensée sur les hommes et sur les choses, en dehors de toute idée d'ambition, de toute influence de parti. Je parlerai sans colère, parce qu'à mes yeux les hommes les plus méchants sont encore plus ridicules que méchants ». E, dedicando *Les guêpes* ás pessoas de boa fé e de espirito, concluia: — « Nous

rirons bien ensemble de bien de gens qui voudraient passer pour sérieux, et nous nous amuserons à mésurer la petitesse des *grands* hommes et des *grandes* choses ».

Les Chansons de Béranger não equivalem egualmente a caricaturas finissimas, e não tiveram, graças a esse character, enorme influencia?

Na Allemanha, Heine e Böerne, que fizeram sacudir o diaphragma á juventude tudesca, não foram principalmente insignes caricaturistas da palavra?

Eça de Queiroz, nos *Maias,* na *Correspondencia de Fradique Mendes,* nas *Farpas,* não creou typos immortaes de ironias?

Em nossa Patria, quantos escriptores não se têm distinguido pela dicacidade, expondo a ridiculo, em duas phrases, homens e cousas que se julgavam inattingiveis por similhante arma?

A esse proposito, — e para só falar nos menos modernos, — cumpre-nos recordar que Martins Penna, Macedo, José de Alencar e França Junior, tanto em suas comedias hilariantes, como em seus deliciosos folhetins, manejaram scintillantemente o florete da *verve*, conquistando as mais merecidas palmas e sem jamais resvalarem na inconveniencia, nem mesmo nas mais claras allusões pessoaes.

Mas voltemos á Caricatura propriamente dicta.

Deformação do real, visando a provocar o riso, a Caricatura é tão velha quanto o mundo.

Orientalistas, assyriologos e egyptologos, têm acreditado have-la descoberto em ladrilhos e papyros encontrados nas ruinas das margens do Euphrates e do valle do Nilo. Até hoje, porém, não foi possivel fixar bem o character de taes producções, porquanto nem tudo que é grutesco é necessariamente caricatural.

Como eu já disse, é indiscutivel a existencia da Caricatura na prodigiosa floração artistica da Mythologia classica.

Pelas referencias de Aristoteles, é licito suppor que o pintor Pauson a tenha cultivado, si é que não foi antes um realista. Plinio fala de um certo Ctesilocho, discipulo de Apelles, que foi sem dúvida um caricaturista irreverente, pois representou o nascimento de Baccho, fazendo Jupiter, de mitra á cabeça, gritar como uma primipara nervosa, entre

as deusas que o partejavam... Uma das mais notaveis caricaturas hellenicas, na qual já se inicia a applicação da arte aos costumes sociaes, é a da entrada de Apollo em Delphos, traçada num vaso.

Na Roma dos Cesares, em que floresceram as satiras, os epigrammas, e nasceram os pasquins, — era natural que tambem se cultivasse a verberação do ridiculo por meio do desenho e da pintura.

Além do quadro, existente no Museu Gregoriano, em que se figura um philosopho anão, de barba de bóde, sermoneando a uma raposa; além dos retratos-*charges* de Caracalla, ainda resta, daquella epocha remota, o *a fresco* descoberto em Gragnano, no qual se vê Enéas carregando Anchises aos hombros e arrastando com uma das mãos a Ascanio, todos tres com cara de cão...

Os *graffiti* de Herculanum e Pompéia, embora arguindo artistas inexperientes, exhibem verdadeiras caricaturas, entre as quaes a mais celebre é a que ostenta o Deus dos christãos com cabeça de asno, prégado á cruz e tendo aos pés um dos seus adoradores. Taes representações, conforme relatam alguns doutores da Egreja coetaneos, eram zombarias habituaes e frequentes dos pagãos contra o novo crédo, já muito propagado em Roma.

A edade-média, em virtude do pleno apogeu do regime catholico-feudal, não favoneou o desenvolvimento da Caricatura, sem dúvida incompativel com a austeridade da religião dominante. Não havia liberdade, e só nos seculos XV e XVI é que iam apparecer finalmente a gravura e a imprensa, os thronos da caricatura.

Entretanto, a arte do riso não ficou de todo suffocada sob as comminações medievaes da fogueira e do emparedamento, nem sob as grossas muralhas das sacristias e conventos, que tantos ensejos offereceram aos pincéis motejadores. O assumpto predilecto dos raros caricaturistas de tal periodo é o frade, cuja licenciosidade e intemperança bem mereceram as estigmatizações soffridas. Na cathedral de Magdeburgo, por exemplo, existe a caricatura de um monge libertino, que conduz aos hombros linda freira em direcção á cella, cujas portas lhe são abertas por um satiro. Ha outros desenhos desse jaez, não faltando os que exploram a famosa

glutoneria fradesca, como o que representa um monge com cara de burro, levando ás costas, suspenso do bordão, um coelho morto, e empalmando um ganso...

O seculo da Reforma e do poderoso invento de Guttemberg, si não facilitou desde logo uma vigorosa eclosão da arte do riso, — pois naquelles duros tempos ninguem podia rir, sem que primeiro obtivesse licença do rei e dos padres, — deu aso, todavia, a que apparecesse o mais interessante conjuncto de caricaturas verbaes do passado, *Gargantua* e *Pantagruel*, de Rabelais, producções que ficaram singulares no seu genero, porquanto não attingiram á perfeição do grande mestre os seus imitadores Theophilo Folengo, auctor do *Merlino Coccaio*, e Francesco Andreini, escriptor das *Bravatas do capitão Espavento*...

Ao encerrar-se o seculo XVI, contudo, já havia elle visto surgir uma consideravel quantidade de sarcasmos picturaes, quasi todos originados das luctas religiosas. Parece que só então gosaram os artistas de maior liberdade. Uma das mais célebres caricaturas de tal quadra é a do papa separando a briga entre Calvino e Luthéro, este figurado a tentar bater com uma Biblia nas faces do picardo, e Calvino a puxar as barbas ao fundador do Protestantismo. O proprio rei não escapou á critica: Henrique III é retratado em habitos de penitente, rosario á mão, orelhas de porco e chifres de bóde. Esses curiosos desenhos foram, em sua maior parte, colligidos por Pierre de l'Estoile, sob os titulos de « Les belles figures » e « Drôleries de la Ligue ».

O seculo XVII characteriza-se, na França, pela applicação da arte do riso contra os extrangeiros, quer inimigos, como os Hispanhóes, Inglezes e Hollandezes, quer os que tiveram interferencia na politica interna, como Concini e Mazarino.

Na centuria seguinte, esboça-se a caricatura de costumes. Saint-Aubin e Cochin atacam os penteados excentricos, o descobrimento do balão, o furor do rococó, a mania da antiguidade. Mas, só após a quéda da Bastilha é que surge em todo o esplendor a caricatura politica. Padres e frades, monjas, o proprio papa, os episodios da Revolução, — tudo é reduzido a satiras, em desenhos de inexcedivel crueza. A' arte popular depara-se vasto pabulo nos exaggeros das « Merveilleuses » e

« Incroyables.». Do mesmo modo que já fizera Molière no theatro, La-Fontaine e Florian nas fabulas, — a caricatura, de então em deante, com Vernet, Debucourt e Duplessis-Bertaux, começa a zurzir todos os ridiculos do tempo, as invenções então recentes, quaes a vaccina e o telegrapho, e mais particularmente os caprichos da moda.

Os artistas da galhofa, que não temeram Napoleão Bonaparte caïram á vontade sôbre Luiz XVIII, sôbre Carlos X, de quem é o famoso « Pieu monarque » de Decamps, e sôbre Luiz-Philippe, cuja cabeça em fórma de pêra abriu opportunidade ás mais variadas e chistosas troças.

O *Charivari*, fundado em 1832, é o primaz da Caricatura periodistica da França. A arte attinge ao auge com o immortal Daumier, o creador dos typos de Ratapoil e de Robert Macaire. Surge logo depois o *Journal pour rire*, de Bertall e Vernier.

Um dos caricaturistas mais notaveis dessa quadra é Cham. Mas o maior progresso do jornalismo gaiato opera-se a partir da guerra franco-prussiana e da republica actual. Prolifera a Caricatura politica: — Gilbert Martin, no *Don Quichotte*, na *Charge* e no *Triboulet*, immortaliza o olho de vidro e a pansa de Gambetta, as bochechas de Grévy, o nariz de Jules Ferry, aguardando as botas e a barba loura do general Boulanger...

A caricatura de costumes apresenta egualmente grande desenvolvimento, tendo os seus orgams de imprensa e os seus cultores especiaes. Boilly creou um verdadeiro genero de careteiros. Henry Monnier dedicou-se ás actrizes e *grisettes*, assim como Marcelin, Robida, Mars, Grévin, este ultimo o incomparavel caricaturista do « Almanach des Parisiennes » e das « Fantaisies parisiennes ». Charlet, Gavarni e Grandville já haviam começado a pôr em primeiro plano, na arte do riso, com toda a razão, as mulheres galantes, até que despontasse a pleiade brilhante dos Leonnec, dos Willette e principalmente dos Caran d'Ache e dos Forain, os verdadeiros creadores da Caricatura contemporanea, que da França passou para o nosso paiz. Ninguem, contudo, compendiou melhor a extensão e a valia da caricatura do mundo culto, especialmente no que respeita aos costumes e á politica, do que John Grand-Carteret, auctor de obras famosas como « Les Moeurs et la Carica-

ture en France », « Bismarck en caricature » e « Crispi, Bismarck et la triplice alliance en caricatures ».

Mas não podemos deixar de dizer tambem algumas palavras sôbre o progresso da Caricatura nos mais importantes povos germanicos.

Essa arte, tão leve e tão alada na França, nasce na Allemanha por occasião das grandes luctas religiosas e politicas, e com um aspecto sombrio, — não, como observa um escriptor, para fazer cocegas, á similhança do espirito gaulez, mas para ferir, como « la massue qui écrase ».

Accomette os Judeus, que pinta nas cathedraes mamando em porcas, e prepara a Reforma, representando os monges pansudos, o papa com orelhas de asno, os cardeaes aos peitos de megéras, e as folhas volantes com esses desenhos são espalhadas a granel pelos campos.

Depois, como que se eclipsa alli a arte do riso, que só reapparece no seculo XVIII, com Chodowiecki, discipulo de Hogarth.

No alvorecer do seculo XIX, Schadow, Geiseler e Voltz têm um filão inexgottavel em Bonaparte, na familia e nos generaes do celebre Corso, que tambem não escapou ao lapis de Hoffman, nos « Contos phantasticos ».

Ramberg illustrou as lendas comicas da edade-média e Hasenclever, na « Jobsiada », as pandegas dos estudantes. Mas, só em seguida á revolução de 1848, é que reapparece a caricatura, desse momento em deante explorada em jornaes e revistas que alcançaram notoriedade universal, como as « Fliegende Blätter » e o « Kladderadatsch ».

A Paulo Kenewka é que se deve um genero essencialmente germanico, — a silhueta.

Meggendorfer, Reinicke e Oberländer ridiculizam a antiguidade, o renascimento e o romantismo, e Bernstein arremette especialmente contra as extravagancias das modas.

Busch divertiu toda a Allemanha durante mais de um quarto de seculo e formou uma numerosa eschola, que ainda presentemente domina na Caricatura tedesca, cujo fóco genuino sempre foi Munich, ao mesmo tempo a terra da boa cerveja e da alegria.

Embora surgisse na Inglaterra só em fins do seculo XVIII, a Caricatura desde logo se revelou alli de uma agudeza e

causticidade admiraveis. O berço da arte foi a Hollanda, e o grande mestre inglez foi inquestionavelmente Hogarth. Desenhistas notaveis encarniçaram-se contra Napoleão Bonaparte e a revolução franceza, como Gillray.

Só em 1840 é que foi fundado na Inglaterra o orgam que alli desempenhou o mesmo papel que o « Charivari » da França: — foi o « Punch », palavra que é uma contracção de *Polichinelo*. A partir daquella epocha, expande-se na imprensa britannica a Caricatura politica, que teve em Disraeli e Gladstone os melhores alvos.

Leech tornou-se muito popular na Inglaterra, graças ao dom da belleza com que envolveu todos os seus trabalhos e deixou por successor a Du Maurier, de origem franceza, como o nome revela. Mas o mais profundo humorista bretão e o que teve existencia mais longa e mais operosa, tendo tractado de todos os assumptos com inexgottavel *verve*, foi Cruikshenk.

Só depois que a Caricatura triumphara na França, na Allemanha e na Inglaterra, foi que penetrou nos demais paizes, sendo notaveis os progressos que ella tem tido na Italia, cuja imprensa humoristica tem adquirido renome universsal. Basta citar o « Papagallo », « L'Asino », o « Paschino » de Teja, o « Fischietto » de Marietti, o « Spirito Foletto », o « Don Chisciotte » « L'Epoca », todos explorando o vasto filão da politica, mais particularmente do socialismo e do clericalismo.

Em Portugal, vem de longa data a existencia de revistas e periodicos humoristicos. Para não mencionar os mais antigos, como o « Pimpão », basta-nos relembrar os mais recentes, como o « Antonio Maria » e os «,Pontos nos ii », ambos de Bordallo.

Nos Estados Unidos da America, para só falar no momento presente, brilha com immenso fulgor, entre o de muitos outros, o lapis de R. M. Brinkenhoff, o caricaturista diario do EVENING MAIL, de New York.

Na America do Sul, cumpre-nos recordar que, ao tempo da guerra do Paraguai, já se publicava em Assumpção, um hebdomadario humoristico, « El Cacique Lambaré », unicamente consagrado a ridiculizar os paizes da triplice alliança contra Solano Lopes. A revista illustrada, onde esplende o genero caricatural e que adquiriu justa fama nos paizes his-

pano-americanos, é a intitulada «Caras y caretas», da Argentina.

* * *

Em nossa Patria, si a arte dos calungas não nos fosse trazida pelos Europeus, ella provavelmente irromperia da manifesta tendencia, que os nossos indios revelavam pela caricatura. Com effeito, o dr. Theodor Koch-Grünberg, meritorio ethnologo allemão, nos dous annos em que residiu entre as tribus do alto rio Negro, procurou estudar as manifestações artisticas dos filhos da floresta virgem, estudo que um dos proceres das sciencias anthropologicas, Richard Andree, muito recommendava aos exploradores e a que dedicaram alguma attenção Karl von den Steinen e Max Schmidt, em relação ás aldeias do Xingú. Koch-Grünberg publicou, em 1906, um interessante album, intitulado *Anffänge der Kunst im Urwald*, contendo 63 estampas de desenhos de selvagens. Em alguns desses desenhos, sobretudo nos de homens e animaes, é flagrante a intenção humoristica posta de manifesto pelos artistas das selvas.

Mas a arte, com todos os seus characteristicos de civilização moderna, só apparece no Brasil, depois da transmigração da familia real portugueza para o Rio de Janeiro.

Fundada a imprensa a 13 de Maio de 1808, graças ao principe regente d. João e a d. Rodrigo de Sousa Coutinho, só em 1827 surge nesta capital o primeiro estabelecimento lithographico, installado no becco Manuel de Carvalho: era dirigido por Steimann.

Em Agosto de 1829 chegou ao Rio Luís Boulanger, que em 1831 foi nomeado professor de s. m. o imperador d. Pedro II.

Da officina de Steimann saïram diversos quadros historicos de guerras, retratos etc.

Em 1830 montou o governo a lithographia do Archivo Militar, no Campo de Sant'Anna, e nesse estabelecimento muito se distinguiu o artista brasileiro Alvaro Moreira da Silva Rodrigues.

Outra officina surgiu em 1832, á rua Direita n. 20, a de Pedro Victor Larré, e mais tarde foram apparecendo

outras, como as de Haeton e Rensburg, Briggs, Simon, Martinet, Pinho, Brito e Braga, Fleiuss, Irmão e Linde.

Na officina de Briggs foram impressas algumas estampas caricatas, lithographadas por Lopes, representando typos populares, como o Cara-linda, segundo affirma o dr. Mello Moraes.

Quanto aos periodicos de caricaturas, grande foi e tem sido a sua acceitação em nossa Patria.

Delles tractou, mostrando-lhes a pujança, o illustrado frei Pedro Sinzig, em sua interessante monographia « A Caricatura na imprensa brasileira », publicada em 1911.

Creio eu poder apresentar uma lista, tão completa quanto me foi possivel, de todos os orgams da imprensa nacional, em que de qualquer fórma se explorou a arte do riso, a *vis comica*.

Presumo ser o mais antigo de todos o *Corcundão*, que appareceu no Recife em 1831 e foi a primeira tentativa de jornal illustrado em Pernambuco. Era escripto com extrema mordacidade e trazia vinhetas caricatas, gravadas a canivete em entrecasca de cajazeiro.

São ainda de Pernambuco:

— *O João Pobre*, que durou de 1844 a 1845. Era um jornaleco satirico, principalmente dirigido contra José Thomás Nabuco de Araujo, a quem seus adversarios politicos davam a alcunha de « João Pobre ». Uma vinheta, representando o passaro desse nome (*Serpophaga nigricans*, de Vieillot), trazia, no n. 3, a seguinte legenda:

« Quem não conhece
Mestre Nabuco,
Veja o retrato
Desse maluco ».

— *A Marmota* surgiu no Recife, em 1844. Era um jornal *praieiro*, que inseria sob o titulo os seguintes versos:

« Nesta marmota perfeita
Verão todos os leitores
Quaes são os aduladores
Do Barão ».

Imprimia vinhetas caricatas, allusivas a amigos do barão, depois conde da Boa-Vista. A sua auctoria foi geralmente attribuida ao padre João Capistrano de Mendonça.

— *A Palmatoria* appareceu em 1865. Era um jornal caricato, illustrado com desenhos de L. Schlappriz.

— *O Sacatrapo* surgiu tambem no mesmo anno que o anterior, e era semanario illustrado.

— *A Revista Illustrada* data de 1866.

— *O Recife Illustrado* começou a saïr a lume tambem no anno de 1866.

— *A Careta* iniciou a sua publicação no Recife em 1869. Era um jornal caricato, sendo de C. Wiegandt os desenhos que estampava.

— *O Estabanado* é de 1875.

— *A America Illustrada* durou de 1871 a 1886. Foi um semanario humoristico, que primou pelo chiste das suas gravuras. Os desenhos eram de Carneiro Villela, Vera-Cruz e Crispim do Amaral. Nella collaboraram, além do primeiro daquelles caricaturistas, Francisco Cismontano, Affonso Olindense, João Pinto Bandeira e Martins Junior.

— *A Cigarra* appareceu em 1872. Era semanario humoristico, com gravuras.

— *A Illustração Pernambucana* surgiu em 1872 e durou até 1873.

— *O Scorpião* veio a lume em 1872. Trazia illustrações e era redigido por Adolfo Generino dos Santos.

— *O Brasil Illustrado* surgiu em 1874. Os desenhos eram de José Novaes.

— *O Diabo a quatro*, cuja existencia se prolongou de 1875 a 1879, era um interessante hebdomadario, redigido por Annibal Falcão, A. de Sousa Pinto, Inglez de Sousa e Generino dos Santos. As illustrações foram de differentes artistas pernambucanos, entre os quaes J. Neves e Vera-Cruz, sendo as deste modelares, pela factura e pela graça.

— *A Lanterna Magica*, que durou de 1882 a 1908, era um semanario satirico, desenhado e redigido por Luíz Antonio da Silveira Tavora.

Todos os orgams de imprensa caricata, em Pernambuco, foram editados na capital.

No Pará, segundo o magistral catalogo dos jornaes daquella circunscripção politica, devido á competencia do dr. Manuel Barata e publicado na « Revista do Instituto Historico », por occasião da Exposição do Centenario da Imprensa no Brasil, promovida pelo nosso Instituto, houve, entre os mais importantes, editados em Belém:

— *A Provincia Illustrada*. Começou a ser publicada em 1895. Era uma edição hebdomadaria da « Provincia do Pará ». Desenhos de Widhopft.

— *O Zig-Zag*, semanario caricato que durou de 1895 a 1896.

— *A Risota*, hebdomadario caricato, de ephemera duração, apparecido em 1896.

— *O Figarino*, revista humoristica e illustrada, que começou a publicar-se em 1901.

— *O Morcego*, de 1902, semanario caricato e humoristico.

No Maranhão, segundo o erudito catalogo de Viveiros de Castro, no tomo da Revista do Instituto, relativo ao Centenario da Imprensa:

— *O Picapau*, que appareceu em S. Luíz, no anno de 1842. Era semanario humoristico, trazendo ás vezes estampas caricatas, abertas em madeira.

No Ceará, conforme o catalogo do erudito sr. barão de Studart:

— *O Periquito*. Appareceu em Fortaleza no anno de 1846. Era jornal caricato e satirico. Foi redigido pelo dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, o primeiro deputado geral que apresentou na Camara um projecto de lei, abolindo a escravidão no Brasil. Era impresso em papel verde.

— *O Tagarella*. Surgiu em 1865, tambem na capital. Era critico e caricato.

— *O Ceará-Moleque*, revista caricata de Fortaleza, datada de 1897.

Na Bahia, entre muitos outros, todos da capital:

— *Bahia Illustrada*. Durou de 1867 a 1870. Era um jornal chistoso e de caricaturas, do formato da *Semana Illustrada* do Rio de Janeiro, com o seguinte lemma: *Ridentem dicere verum, quid vetat?*

— *Phenix*. Appareceu em 1870, substituindo a *Bahia Illustrada*, cuja publicação cessara nesse anno.

— *Ferrabraz*. E' de 1871. Periodico satirico, chistoso e illustrado.

— *Illustração Bahiana*. Começou a publicar-se em 1872.

— *Revista Illustrada*. E' do mesmo anno que a anterior.

— *O Museu Bahiano*. Surgiu em 1874. Periodico illustrado, satirico e chistoso.

— *O Patusco*. Durou de 1878 até 1879. Periodico illustrado e critico.

— *O Balão*, periodico illustrado e critico, durou em sua primeira phase, de 1879 a 1888; a sua segunda phase extendeu-se de 1890 a 1896.

— *Illustração Bahiana*, segunda desse nome, appareceu em 1881.

— *O Espelho Magico*. E' de 1882.

— *Gazeta Illustrada*. Começou a publicar-se no mesmo anno que a antecedente.

— *A Palmatoria*, periodico illustrado e satirico, veio a lume em 1886.

— *O Lapis*. E' de 1888.

— *O Cartaz*, periodico illustrado e satirico, destinado á « exposição de typos e costumes », existiu de 1889 a 1890.

— *Revista do Brasil*. Iniciou a sua publicação em 1905.

Na então provincia do Rio de Janeiro:

— A *Revista Fluminense* appareceu em Niterói, no anno de 1870.

— *A Rabeca,* revista caricata, tambem apparecida naquella capital em 1870.

— *O Garatuja*, periodico humoristico, que começou a publicar-se em 1887 na cidade de Rezende.

Em S. Paulo:

— *Diabo-Coxo*. Appareceu em 1864 e durou até ao anno seguinte. Foi o primeiro jornal caricato de S. Paulo. Era redigido por Luís Gama e illustrado por Angelo Agostini. Publicava-se aos domingos. Em seu primeiro número inseriu, como apresentação, os seguintes versos, « mais ou menos coxos », diz o sr. Affonso A. de Freitas:

« Sou o *Diabo-coxo*: quem ha que desconheça
Na vida social meu alto poderio?
Percorro o mundo inteiro, ora pedestre humilde,
Ora atirado aos lombos de um palafrem sombrio.

Não ha palacio altivo, nem misera choupana,
Cujos *mysterios* fundos não possa penetrar.
Cheguei hoje a S. Paulo.— Sentido, meu povinho!
A musica está prompta, nós vamos começar....»

— *Diario de S. Paulo*, jornal livre e independente, que surgiu em 1865. Foi redigido por Delfino Cintra Junior e Pedro Taques de Almeida Alvim e illustrado por Henrique Schroeder, que produziu espirituosas caricaturas. Foi o primeiro quotidiano paulista, que estampou illustrações em suas columnas.

— *O Cabrião*. E' de 1866. Este semanario critico e humoristico foi tambem illustrado por Angelo Agostini, que em S. Paulo fez o seu tirocinio de caricaturista, ao tempo em que exercia as profissões de photographo e retratista a oleo. A informação é do sr. Affonso A. de Freitas, em sua monographia « A imprensa periodica em S. Paulo ».

— *O Polichinelo*, semanario illustrado e humoristico, appareceu em 1876. Era seu desenhador Huascar de Vergara, que iniciara a carreira de caricaturista no *Cabrião*, sob os auspicios de Angelo Agostini.

— *O Bohemio,* hebdomadario humoristico e illustrado, surgiu em 1881. Era redigido por Valentim Magalhães e Ezequiel Freire, sendo as caricaturas devidas ao lapis de Narciso Filgueiras. Publicou retratos, acompanhados de biographias humoristicas, de Affonso Celso Junior, Americo de Campos, Cerqueira Mendes, Martinho Prado Junior, Arthur e Aluizio Azevedo.

— *A Vida Semanaria*, de 1886, era desenhada por Bento Barbosa e redigida por Olavo Bilac.

— *A Platéa*, que começou como orgam hebdomadario, desenhado por Araujo Guerra e redigido por Horacio de Carvalho, passou depois a quotidiano e ainda se publica como vespertino.

— *A Vida Moderna* data de 1905 e presentemente está sob a direcção do poeta Simões Pinto.

— *A Cigarra*, bem feita revista, tem por director o sr. Gelasio Pimenta.

— *O Pirralho* data de 1911.

No Paraná:

— *O Olho da Rua*, periodico humoristico e illustrado, appareceu em Curitiba, no anno de 1907.

— *O Velho não quer*, nas mesmas condições que o anterior.

No Rio Grande do Sul:

— *O Aristarcho*, de Jaguarão.

— *O Bisturí*, da cidade do Rio Grande, com illustrações devidas a Thadeu de Amorim.

— *O Amolador,* da mesma cidade, com desenhos humoristicos firmados por Meira.

— *Pontos nos ii*, de Porto Alegre, trazendo caricaturas assignadas por Orsolino.

— *A Sentinella do Sul*, tambem da mesma capital, com desenhos humoristicos.

— *O Pau bate*, da referida cidade, encerrando egualmente caricaturas.

Em Minas, além de varios outros:

— *A Vida de Minas*, de Bello-Horizonte, com illustrações devidas a Genesco Murta.

— *A Comedia*, de Juiz de Fóra.

— *O Seculo XX*, tambem de Juiz de Fóra.

— *O Diabo*, de Barbacena.

— *A Evolução*, de Ponte-Nova.

Tractemos agora da nossa capital.

Em nenhuma outra parte do Brasil attingiu a arte do riso á maiores proporções do que na séde do govêrno do paiz, notabilizando-se as caricaturas principalmente por versarem assumptos politicos.

Creio que o primeiro periodico desse genero, surto nesta cidade, foi *O Martello*, em 1832, seguido logo da *Cegarega*, do mesmo anno.

No periodo que se extende dahi até 1860, foi uma verdadeira proliferação de folhas volantes humoristicas, quasi todas porém de duração muito curta.

Ei-las, quanto possivel em ordem chronologica:

— *O Cabrito, O Burro Magro, O Esbarra* e *A Marmota*, todos de 1833, sendo que o último, tendo logo cessado a publicação, reappareceu em 1849.

— *A Mutuca Picante*, em 1834.

— *O Capadocio*,em 1835.

— *O Carapuceiro na Côrte* e *O Aristarcho*, ambos de 1840.

— *O Belcior Politico* e *A Lanterna Magica*, apparecidos ambos em 1844.

— *O Charivari*, de 1845.

— *O Diabo no mundo*, de 1847.

— *O Sino da Lampadosa, A Sineta da Misericordia, O Sino dos Barbadinhos, O Carranca e O Cascalho*, todos em 1849.

— *O Phantasma*,de 1850.

— *A Caricatura, O Bodoque Magico* e *O Martinho,* todos em 1851.

— *O Boticario,*de 1852.

— *O Azorrague*, de 1855.

— *O Charivari Nacional*, de 1857, que na opinião do barão do Rio Branco foi verdadeiramente o primeiro jornal de caricaturas do Rio de Janeiro.

— *A Carapuça*, de 1857.

— *O Entre-acto* e *A Semana Illustrada,* apparecidos ambos em 1860.

— *O Barco dos traficantes* e *O Ramalhete*, de 1861.

— *O Bazar Volante*, de 1863-66.

— *A Pacotilha*, de 1866.

— *O Heraclito* e *A Gaveta do Diabo*, de 1867.

— *O Mosquito*, de 1868-77, que teve larga repercussão no paiz, e *A Vida Fluminense*, de 1869-75, de Angelo Agostini e Borgomaniero e Bordallo Pinheiro.

— *O Espelho*, de 1870.

— *O Mundo da Lua,*de 1871.

— *O Mequetrefe*, de 1875.

— *O Pimpão* e o *Almanach Humoristico Illustrado*, de 1877.

— *O Torniquete*, *O Zig-Zag* e *O Besouro* (este ultimo de Rafael Bordallo Pinheiro, grande mestre da Caricatura moderna), todos de 1878.

— *A Abelha, O Diabo da Meia-noite* e *A Republica das Moças*, todos tres de 1879.

— *O Binoculo, O Diabo a quatro* (com caricaturas devidas a Belmiro) e *O Pescador* (com desenhos firmados por Hilarião), todos tres de 1881.

— *O Diabo da meia-noite*, orgam da Sociedade Euterpe Commercial Tenentes do Diabo, com esplendidas caricaturas feitas por Belmiro, de 1882.

— *A Vespa,* com chistosos desenhos do lapis de Pereira Netto, de 1885.

— *O Jornal do Brasil*, o quotidiano que maior incremento deu á caricatura, traçada alli por varios artistas, principalmente Julião Machado, Raul Pederneiras, Arthur Lucas e outros, de 1894.

— *A Noticia Illustrada* e *A Cigarra*, de Julião Machado, e o *D. Quixote*, de Angelo Agostini, todos tres apparecidos em 1895.

— *A Bruxa*, de Julião Machado, de 1896.

— *A Mascara*, de 1899.

— *O Tagarella*, de 1902.

— *A União Caixeiral*, de 1903.

— *Fon-Fon*, revista illustrada, fundada em 1906 por J. Schmidt e hoje pertencente aos srs. Gasparoni e Fogliani, a qual tambem insere caricaturas, saïdas principalmente do lapis privilegiado de Calixto Cordeiro.

— *O Careta*, de 1907, de Jorge Schmidt, com esplendidos desenhos de J. Carlos, artista a quem Henrique Bernardelli, quando commigo dirigia *A Renascença*, prognosticára o mais brilhante futuro, reputando-o um artista de merito excepcional.

— *O Mundo*, *O Album de Caricaturas, O Punch Illustrado* e *O Albor* (este com illustrações devidas a Raul Pederneiras), todos de 1911.

Entre publicações antigas e modernas, que merecem tambem destaque especial, por haverem explorado a arte da caricatura, mencionaremos ainda as seguintes, todas desta capital:

— *O Album do Pinta-monos,* serie de estampas aggressivas a Manuel de Araujo Porto Alegre, com 14 desenhos lithographicos e não trazendo na capa nem data nem nome do auctor.

— *A Folhinha Laemmert*, com as chistosas *charges* do «*Dr. Pafuncio Simicupio Pechincha*».

— *A Revista da Semana*, fundada, em 1899, por Alvaro Teffé e desenhada por varios caricaturistas, especialmente Calixto, Raul Pederneiras e Julião Machado.

— *O Tico-Tico*, interessante semanario tão querido das creanças.

— *O Paiz*, com illustrações de Julião Machado, o admiravel artista do lapis e da penna.

— *O Malho*, cujas caricaturas são devidas ao lapis sempre chistoso de A. Storni, Loureiro, Aryosto e Yantock.

— *A Revista Illustrada*, com admiraveis desenhos de Angelo Agostini e que tão longa duração teve, começada em 1876.

De todos esses jornaes, os que maior importancia tiveram foram, entre os extinctos, *A Marmota, O Basar Volante, A Vida Fluminense, A Semana Illustrada, O Mosquito, O Mequetrefe, O Besouro, A Revista Illustrada* e o *D. Quixote*.

Com inteira razão diz Raul Pederneiras que — « entre nós houve um periodo de combate, em que tivemos verdadeiros prodigios do lapis: Henrique Fleiuss, Pinheiro Guimarães, Flumen Junius, Faria, Duque Estrada Teixeira, Belmiro, Pereira Netto e Angelo Agostini ».

A Semana Illustrada appareceu em Dezembro de 1860 e durou até fins de 1876. Foi no seu tempo o periodico mais popular do Brasil. As figuras do *Dr. Semana* e do *Moleque*, creações de Henrique Fleiuss, tornaram-se o regalo de todo o publico ledor e ainda hoje ha muita gente que se recorda dos successos alcançados pela *verve* do habil artista.

Mais tarde, o insigne Angelo Agostini creou tambem o chistoso typo de *Zé Caipora*, na « Revista Illustrada », outro periodico indeslembravel, que durou tres lustros, approximadamente, e honra os fastos da nossa imprensa.

Ouça-se, a proposito da « Semana Illustrada », o juizo de um contemporaneo competente e insuspeito, qual o dr. Mello Moraes (pae):

— « Fleiuss, Irmão & Linde estabeleceram-se, a 11 de Janeiro de 1860, na rua Direita n. 49, e, no mesmo anno, a 13 de Dezembro, principiaram a publicar a *Semana Illustrada*, e, depois, as *Recordações da Exposição Nacional*.

« Tambem os srs. Fleiuss, Irmão & Linde foram encarregados das *Illustrações da viagem scientifica*. Por suas paizagens, recebeu o sr. Linde a medalha de ouro.

« Mudaram-se para o Largo de S. Francisco de Paula n. 16, em 1º de Maio de 1861, onde estabeleceram o seu Instituto Artistico. Além deste estabelecimento lithographico, occuparam-se da pintura a oleo, de aquarella, de photographia e da xylographia, ainda não cultivada no Brasil.

« *A Semana Illustrada* já ha feito algum serviço importante no paiz...»

Devo accrescentar que a eschola de xylographia, fundada por Henrique Fleiuss, teve numerosos discipulos. Destes, um dos sobreviventes é o sr. José Xavier Pires, actual e competente inspector technico da « Imprensa Nacional ».

« A Semana Illustrada » era quasi toda desenhada por Henrique Fleiuss, que teve, entretanto, a collaboração valiosa de Flumen Junius, Pinheiro Guimarães, Aurelio de Figueiredo e, por algum tempo, tambem a de Angelo Agostini.

Quem percorrer as suas collecções, admirará por certo, além da graça das caricaturas, a perfeição dos desenhos, mormente os retratos.

Tinha aquella revista um character accentuadamente patriotico. Redigiam-n-a, entre outros, Machado de Assis, Victorino de Barros, Flavio Farneze, Quintino Bocaiuva, Achilles Varejão, Pedro Luíz Pereira de Sousa, Antonio de Castro Lopes, Ernesto Cibrão (este, mercê de Deus, ainda vivo e sempre dotado do mesmo espirito que inspirava o *Boileau-mirim*), Henrique Cesar Muzzio, Saldanha Marinho, Felix Martins e Bruno Seabra.

No periodo da guerra do Paraguai, inseriu copiosas proezas das nossas tropas (mediante *croquis* remettidos do campo de acção por Joaquim José Ignacio, Secundino de Gomensoro e Hoonholtz) e muitos retratos dos nossos heróes.

Foi tambem ardoroso propagandista da lei de 28 de Septembro, cuja sancção exaltou em bellissima estampa, devida a Henrique Fleiuss e com a seguinte legenda: — *Vincula servitii tandem sunt saeva remissa*.

A nova phase da Caricatura tem tido no Brasil emeritos cultores, que se chamam Arthur Lucas, Hilarião Teixeira, Crispim do Amaral, Teixeira da Rocha, Isaltino Barbosa, Celso Herminio, Bento Barbosa, Julião Machado, Ayres e Belmiro de Almeida, este ultimo o grande artista dos DESCOBRIDORES.

Hoje está ella preponderantemente representada, além de Lucas, Julião e Belmiro, por J. Carlos, Calixto Cordeiro, Luís Peixoto, Yantock, Storni, Leonidas, Rocha, Lobão, B. Vianna Junior, Marcio Nery, J. Gallo, Fritz, Nemesio Dutra, Ariosto e Raul Pederneiras, cujos primeiros desenhos, já primorosos, tive a ventura de apreciar em 1893, quando redigi com Valentim Magalhães «A Semana», mostrando-m'os o illustre cunhado do genial artista, meu dilecto amigo dr. Rodrigo Octavio.

Cumpre relembrar tambem os nomes queridos de Raul Pompeia, Aluizio Azevedo e Carlos Lenoir, e, entre os extrangeiros, merecem o preito da nossa recordação tanto Borgomaniero, como Augusto Off, que foi um artista extraordinario.

E' hoje definitiva no Brasil a victoria da Caricatura.

Nem mesmo os jornaes matutinos dispensam esse genero artistico, e manda a justiça que citemos o *Jornal do Brasil, A Gazeta de Noticias, O Paiz* e ultimamente *A Noite*. Ao *Jornal do Brasil*, em sua phase de direcção do estimado sr. dr. Fernando Mendes, é que se deve o maior impulso da caricatura diaria em nossa imprensa.

* * *

Da ligeira exposição, mais historica do que propriamente critica, a que acabo de incolormente proceder, póde-se, contudo, ajuizar da importancia da caricatura em nosso meio artistico e literario, importancia decisiva e incontrastavel.

Em nosso paiz, um dos maiores apreciadores do genero foi o imperador d. Pedro II, embora não raro injustamente alvejado pelo ousado e desrespeitoso lapis dos caricaturistas mais notaveis, que trabalharam na imprensa indigena até 1889.

Note-se que os motejos por meio do desenho e da pintura tambem se faziam á sombra de Momo, e que ainda ahi não era poupada a personalidade do monarcha.

Contou-me o conselheiro Lafayette que, certa vez, um Chefe de Policia da Côrte mandou apprehender alguns carros carnavalescos, que traziam caricaturas mais aggressivas ao soberano.

Sabedor do facto, d. Pedro II apressou-se a desapprovar o *trop de zèle* da auctoridade, dizendo que, si havia excessos, os que os practicavam caïriam mais tarde em si e ficariam envergonhados e arrependidos.

De outra feita (e o facto occorreu com quem neste momento abusa da vossa attenção), um grupo de collegiaes, tendo constituido uma ephemera sociedade carnavalesca, denominada « Grupo dos Martinhos », pretendeu saïr á rua, nos tres dias consagrados á loucura, exhibindo o estandarte da associação, no qual devia figurar o retrato do presidente do Conselho, então o conselheiro Martinho Campos. Solicitada a licença do chefe de Policia, dr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, este, ao ver o desenho, negou-a peremptoriamente. Dirigiram-se os rapazes ao proprio presidente do Conselho, e este não hesitou em conceder-lhes a permissão impetrada, dizendo-lhes apenas: — « Contanto que não me façam mais feio do que eu sou... »

A indole do Brasileiro é, aliás, muito propensa á Caricatura.

Creio que é uma questão de origem, pois a mim me parece que Pero Vaz Caminha, ao escrever a d. Manuel a célebre carta, datada de Porto-Seguro, da Ilha de Vera-Cruz, a 1º de Maio de 1500, deixou ahi o virus da caricatura, ao enaltecer as fórmas plasticas dos selvicolas, « que de as nós muito bem olharmos não tinhamos nenhuma vergonha... »

Mas é tempo de terminar.

Relevae-me, si vos fatiguei com esta palestra, só aligeirada e abrilhantada pelo amavel concurso de Raul Pederneiras e Calixto Cordeiro.

Ao acceitar a gratissima tarefa, a que não podia eu forrar-me, pois que as ordens emanavam de dous amigos dilectos, como Araujo Viana e Baptista da Costa, — bem sabia eu que ella havia de resentir-se fatalmente de lacunas, inevitaveis e impreenchiveis dentro do curto espaço de dous dias que tive para este trabalho.

Permitti, porém, que daqui leve eu commigo a presumpção de vos haver demonstrado, pela documentação copiosa e fidedigna de que me servi, não só a influencia da caricatura em nosso meio social, como tambem quanto já é ella sincera-

mente estimada não só pelo escol da nossa intellectualidade mas por toda a alma patricia.

Honra, portanto, aos que a cultivam, pois são os verdadeiros esculcas da civilização, aquelles que, na phrase expressiva de um dos mais famosos escriptores da antiguidade classica, — *castigam os costumes por meio do riso*.

Um feliz traço de lapis vale, muitas vezes, mais que um estirado artigo de fundo.

Honra principalmente aos caricaturistas brasileiros, synthetizados em Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro e J. Carlos, que não precisam de pedir licções aos melhores do extrangeiro, provando que, ainda nesse ponto de vista, muito nos devemos orgulhar do nosso paiz!

ACTAS DAS SESSÕES DE 1916

SESSÃO SOLENNE ESPECIAL, EM 17 DE FEVEREIRO DE 1916, COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DO NASCIMENTO DO VISCONDE DE PORTO SEGURO.

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, presentes os srs. conde de Affonso Celso, barão Homem de Mello, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, coronel Jesuino da Silva Mello, drs. Pedro Augusto Tavares de Lyra, Homero Baptista, Aurelino Leal, Helio Lobo, Alfredo Valladão, Pedro Souto Maior, José Americo dos Santos, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo e dr. Nelson de Senna, abre-se a sessão.

O Sr. Fleiuss (*1° secretario perpetuo*) declara haver recebido neste momento os seguintes telegrammas:

De Bahia — Em 17 de Fevereiro de 1916. — O Instituto Geographico e Historico da Bahia, em sessão de hoje, commemorou o centenario do visconde de Porto Seguro, falando o orador dr. Theodoro Sampaio, que fez o elogio biographico do eminente historiador. A assembléa resolveu que a Mesa enviasse um telegramma ao secretario perpetuo para communicar que o nosso Instituto se une ao Brasileiro nessa justa homenagem, congratulando-se pela commemoração egual desse Instituto. — Dr. *Braz do Amaral*, presidente; Dr. *Bernardino de Sousa*, 1° secretario; Dr. *Reis Magalhães*, 2° secretario ».

De Recife — Em 17 de Fevereiro de 1916. — O Instituto Archeologico Pernambucano associa-se ás homenagens a Varnhagen. — Desembargador *Francisco Luiz*, presidente; *Mario Silva*, secretario ».

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que, antes de dar a palavra ao illustre consocio sr. dr. Pedro Lessa, deve communicar a morte do socio sr. José Verissimo.

Em seguida refere-se em termos de alto louvor ao consocio dr. Pedro Lessa, figura culminante de nossa patria, e que, attendendo ao convite do Instituto, devido á proposta dos seus secretarios, vai occupar-se da gloriosa individualidade de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro.

O Sr. Dr. Pedro Lessa, assumindo a tribuna, profere o seguinte discurso:

«*No Principe,* de Machiavel, em meio de um especioso amalgama de erros, preconceitos, conselhos de uma revoltante immoralidade, verdades muito uteis e agudas observações, admiraveis, de extraordinaria penetração, depara-se-nos este conceito, que, não obstante a impropriedade da fórma que reveste, contém na essencia uma verdade incontestavel: «a fortuna dispõe da metade de nossas acções, e confia a outra metade ao nosso livre arbitrio». Si á fortuna substituirmos, modestamente e de harmonia com a verdade, as condições e circunstancias da vida, e em logar do livre arbitrio puzermos a vontade, tal como funcciona realmente, teremos na sentença do famoso secretario florentino a chave que nos ha de explicar o successo da obra de historiador de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Nascido a 17 de Fevereiro de 1812, em S. João do Ipanema, na capitania que hoje é o Estado de S. Paulo, quando seu pae, o tenente-coronel Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, alli reformava e administrava a fábrica de ferro nacional, estudou Varnhagen mathematicas no *Real Collegio Militar*, em Portugal, não concluindo logo o curso por se ter incorporado ás hostes de d. Pedro I, quando o imperador abdicatario do Brasil se batia no velho reino pela restauração constitucional.

Regressando á patria e já terminados os estudos, foi official do Imperial Corpo de Engenheiros, e logo depois, e ainda joven, entrou para a carreira diplomatica, em que serviu — começando pelos postos inferiores e subindo até aos mais elevados. Graças aos ensejos e facilidades que lhe proporcionava essa profissão, nas côrtes em que a exerceu, e em

várias outras cidades da Europa e da America, que visitou demoradamente, pôde consagrar-se desde moço aos estudos necessarios á realização da sua tarefa de historiador. Especialmente em Lisbôa, Madrid, Haya, Amsterdam, Vienna e Londres, dispôz de lazeres para frequentar bibliothecas, archivos e museus, consultando livros, mappas, autographos, inscripções, medalhas, moedas, gravuras, pinturas e toda especie de documentos.

Do seu longo e trabalhoso preparo para a grande missão, que se impôz, não nos dão noticia unicamente os muito raros escriptores, que a seu respeito traçaram ligeiras notas biographicas. Conhecemo-lo pelos numerosissimos estudos impressos, que nos legou o operoso iniciador da Historiographia brasileira. Esses livros e folhetos não são, nem podiam ser, trabalhos de grande tomo. Imperdoavel contrasenso fôra exigi-lo de quem tomou sôbre os hombros o arduo emprehendimento de ser o primeiro a escrever a historia do seu paiz, mais de tres seculos depois de haver começado o tecido dos factos, que ella devia reflectir.

Tão vasta é a relação desses escriptos, que só com grande espaço tomado a esta alinhavada conferencia poderia eu aqui reproduzi-la. Mas não me é facil evadir o desejo, ou, melhor, a necessidade de recordar ao menos alguns dos muitos opusculos e artigos de revistas, em que o nosso historiador publicou os resultados das suas incessantes pesquisas acêrca das viagens de Americo Vespuccio, do character e dos escriptos (« mesmo os menos authenticos ») do navegador florentino, e de tudo o que podia contribuir para lhe descortinar a figura e os feitos; as investigações e reflexões que desde muito joven, e ainda estudante, começou a publicar sôbre a pessoa e a obra de Gabriel Soares de Sousa; as notas ao « Diario da navegação », de Pero Lopes de Sousa; a « Origem turaniana dos Americanos tupis-caribes e dos antigos Egypcios »; a edição da « Arte da lingua guarani, ou, antes, tupi », por Antonio Ruiz de Montoya; a do « Vocabulario da lingua guarani, ou, antes, tupi », do mesmo auctor; a Ethnographia indigena; e os escriptos acêrca de Colombo, da « verdadeira Guanahani », dos Indios do Brasil, da « questão da capital », do commercio do café, da cultura do tabaco e do trigo, e grande cópia de biographias de Brasileiros notaveis.

Nem se descuidou Varnhagen de estudar a nossa Litteratura. Publicou o *Florilegio da Poesia brasileira,* a que reuniu sob a fórma de introducção o « *Ensaio historico sôbre as lettras no Brasil* », primordio da historia da nossa Litteratura, que ainda hoje provoca enthusiasticos encomios de homens como o nosso grande poeta Alberto de Oliveira. Antes havia dado á estampa os « *Epicos Brasileiros* », edição dos poemas de Sancta Rita Durão e de José Basilio da Gama, com traços biographicos e annotações, e depois editou o *Cancioneiro de trovas antigas*.

Em Varnhagen não tivemos sómente um historiador e um vulgarizador da nossa litteratura e da de outras nações. De sua propria lavra nos deixou um drama e um pequeno poema. O drama intitula-se *Amador Bueno*, e o poemeto *Caramurú*. Um e outro servem unicamente para attestar que ao seu grande amor ás lettras não se casava a menor aptidão litteraria ou artistica. Inutil fôra dizer-vos que o entrecho do drama foi suggerido por um conhecido episodio da Historia patria, narrado por frei Gaspar da Madre de Deus nas *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*. Para vos dar, em um só traço, rapido, instantaneo, uma idéa do drama, bastar-me-ha reproduzir-vos um trecho do discurso, que na sexta scena do acto final faz Amador Bueno da Ribeira, recusando a corôa que, bem percebeu com o seu grosso bom senso, só podia envolvê-lo no mais estrepitoso ridiculo e ameaça-lo dos mais graves perigos: « Não é Amador Bueno quem vos poderia servir de rei, que elle não nasceu para passar de uma honrada mediania; os mesmos que hoje o exaltam, amanhã o derrubariam; e teriamos apenas com isso ganho a nossa desunião em vida e a mofa dos outros, e até o escarneo da posteridade sôbre nós ». Não é uma obra de arte; é uma obra de bom senso. Quanto ao *Caramurú*, em versos, não é, possivel siquer attenuar a imperdoavel falta, dizendo que foi um peccadilho da mocidade. Não; tracta-se de um crime horrendo, perpetrado aos quarenta e tres annos de edade, e para o qual todas as penas divinas e humanas seriam levissimas.

Bem evidente e certo é que o preparo do nosso historiador, na epocha e no ambiente que o cercaram, não se podia fazer com uma regular observancia dos preceitos da Historio-

graphia. Não lhe era possivel adoptar os rigorosos processos e seguir os fecundos preceitos de Methodologia, que só mais tarde os historiadores e professores da Allemanha e da França divulgaram. Mas, quando se percorre a obra de Varnhagen, tendo deante dos olhos o que ensina e aconselha um mestre da Historiographia contemporanea, como, por exemplo, Bernheim, somos necessariamente forçados a reconhecer que o historiador patrio, por uma necessidade logica do seu espirito, feito de exactidão e de severidade, de amor á verdade e á justiça, se exforçou, nos limites do possivel, de accôrdo com os meios que se lhe facultavam, por observar os canones da Heuristica, procurando penetrar o sentido dos livros e de todos os documentos relativos ao nosso passado, conhecer os idiomas sem os quaes não podia estudar as fontes da nossa Historia, adquirir idéas exactas a respeito da nossa arte rudimentar e de todas as nossas antiguidades. Da segurança da sua critica veremos depois a melhor das provas, uma prova pela qual muito poucos historiadores terão passado. No interpretar as fontes e no pesquisar as condições physicas e moraes da nação, não descurou o indispensavel estudo prévio da nossa Geographia e da nossa Ethnographia.

No que respeita á exposição, á arte de escrever, bem sei que muito sérias são as increpações que se lhe têm feito. Responda-lhes, entretanto, um escriptor brasileiro, que é um classico da nossa lingua e ao mesmo tempo um juiz insuspeito (pois não era um amigo), João Francisco Lisboa, a quem Varnhagen, num momento de máo humor, accusou de plagiario por ter usado do pseudonymo de *Timon*, já antes « usado, illustrado e e recommendado por Cormenin ». Na seguinte passagem, ao mesmo tempo que louva o modo como Varnhagen se apparelhou para levar ao cabo a sua empresa, faz Lisboa uma critica lisonjeira á obra do historiador, nenhuma severidade mostrando em relação á fórma, ou á exposição: « Na *Historia Geral do Brasil* renovaram-se e purificaram-se as fontes e dilataram-se os horizontes. Plano vasto e bem disposto; feliz distribuição das materias; investigação immensa, laboriosa e conscienciosa, tudo isto está muito acima da simples resenha e indicação. Poder-se-hia criticar este trabalho, discrepar aqui e acolá dos juizos e apreciações que elle contém, deseja-lo retocado e ampliado num ou outro ponto, expurgado

finalmente de umas tantas imperfeições ou incorrecções de fórma, porventura impossiveis de evitar neste primeiro molde e no meio da tarefa afanosa e insana da collecção e escolha dos materiaes. Mas, emprehender outro egual, completamente renovado, e sobretudo leva-lo ao cabo, é o que provavelmente se não ha de vêr outra vez em nossos dias; porquanto, além de talento, consciencia, paciencia, dedicação e saber vasto e variado, para consegui-lo seria tambem necessario haver madrugado no intento e alcançar uma posição independente e azada para o pôr por obra durante a melhor e mais vigorosa quadra de uma existencia egual e tranquilla. Ora, nem a todos os mortaes se apraz o destino a sortear com esse raro conjuncto de felizes circunstancias».

Recordei-vos, ha pouco, a injustificavel accusação de plagio, feita por Varnhagen a João Francisco Lisboa. Para que, antes de julgardes a obra do historiador, bem lhe conheçais a personalidade, e para tambem vos prevenir acêrca de alguns conceitos injustos dos seus contemporaneos, provocados pelo character extremamente rude de Varnhagen, lembrarei mais uma de suas arguições desse genero, que desta vez lhe custou a mais violenta e destabocada verrina.

Na *Revista Trimensal* do Instituto, publicada em Janeiro de 1845, appareceu o «primeiro juizo de Varnhagen acêrca do *Compendio de Historia do Brasil* do general José Ignacio de Abreu e Lima, nome que pronuncio com sympathia e respeito, pois não ignoro a coragem de que deu provas, e os soffrimentos e amarguras que curtiu, dentro e fóra do paiz, especialmente o seu bravo e nobre concurso em favor da independencia de duas nações amigas, desta parte do continente americano. Foi demasiadamente severo o nosso historiador. No prologo do seu compendio Abreu e Lima havia escripto: «A variedade, pois, do estylo, que se encontra no meu compendio, não é um defeito, como se poderia suppôr, mas tão pouco é filha da arte; pois que, como já disse, muito pouco ha da propria redacção; extractando, ou copiando, conservei muito de proposito o estylo dos auctores, de que me servi, alterando poucas vezes uma ou outra palavra, uma ou outra phrase.» Particularmente a *Historia do Brasil* de Affonso Beauchamp, declarou Abreu e Lima, foi o texto a que mais se adstringiu. Sem embargo de todas essas adver-

tencias do auctor do *Compendio de Historia do Brasil,* eis aqui uma passagem do « primeiro juizo »: « Magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser communicados aos nossos jovens por uma pessoa de bôa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar, mas tambem ver a importancia que essa mesma pessoa, tambem sem o querer, acabava de reivindicar para Beauchamp, que, como escriptor público, não inspirava outro sentimento sinão o do desprezo, a quem louva a virtude e respeita a propriedae mais sagrada que existe sôbre a terra — a do entendimento. Diremos quem é este Beauchamp, e depois o público que avalie si o pungente da expressão — *desprezo,* com que o tractamos, lhe cabe ou não com justiça ». Como se vê, de uma só cajadada mata o nosso historiador dous coelhos, Beauchamp e Abreu e Lima. A esses rigorosos conceitos acêrca dos dous auctores malsinados, entremeia-se uma benevola apreciação da obra de Southey: « Roberto Southey, litterato e poeta inglez, que não ha muito falleceu, deixando em Inglaterra uma reputação talvez logo immediata neste seculo a Byron e W. Scott, teve a boa inspiração de se lembrar de escrever uma Historia do Brasil, não só quando elle não era ainda independente, mas até antes da epocha em que na Europa se olhou mais á sua importancia pela transferencia da casa de Bragança. Auxiliou-o a isso uma famosa collecção de manuscriptos, feita durante a residencia de mais de 30 annos em Portugal por seu tio, o reverendo Herbert Hill, a quem elle, Southey, por gratidão, offertou depois o seu trabalho. Em 1810 saïu a lume o primeiro volume da *Historia do Brasil*, em inglez, constando de mais de 700 paginas em formato de quarto grande, abrangendo o que havia de mais essencial a organizar, principalmente por um extrangeiro, pela indispensavel leitura e confrontação necessaria de muitos documentos, ás vezes mal escriptos. Não diremos que fez uma obra completa: elle mesmo reconheceu que não, quando em Dezembro de 1821 dizia avaliar quanto a mesma *Historia do Brasil* podia ser accrescentada por alguem, que viesse a compulsar os archivos em Lisboa: mas fez quanto poude, e ninguem naquella epocha faria melhor ». Volve em seguida Varnhagen á accusação de plagio contra os dous auctores de compendios da nossa Historia, e é nesta linguagem que formula

o seu libello: « Um dos exemplares da sua primeira publicação de 1810 (a Historia de Southey) foi parar em França ás mãos de um homem já com antiga praça assente no regimento dos plagiarios. Julga boa a especulação de uma Historia do Brasil em francez, quando nelle estava um throno europeu, no qual se fitavam os olhos e curiosidade dos povos, aproveita-se do trabalho alheio, procura disfarçar o plagio, dá a algumas idéas novas fórmas, supprime outras, sacrifica muitas vezes a verdade historica ao estylo fascinador, e portanto mais perigoso: e desconfiado de não lucar tanto, tendo que esperar pela continuação do trabalho de Southey, arranja o trabalho como póde, e publica em 1815 uma obra com o titulo de *Historia do Brasil,* no prefacio da qual não só cai na censura severa da fabula de Iriarte aos ingratos escreventes que se exquecem de citar os auctores, de cujas idéas se utilizam, mas dá até passos para a ignominia, adeantando-se a seduzir o leitor, para com elle conciliar pouca importancia ao respeitavel escriptor que velara por lhe arranjar subsistencia de idéas, produzindo entre outras razões a de ter o mesmo Southey publicado o primeiro volume de sua obra, só seguindo o uso dos livreiros, e sem o segundo, ao passo que elle, Beauchamp, que estivera septe annos a *dispor os materiaes para a sua Historia,* se resignava a não apparecer com os primeiros volumes que já estavam promptos, sinão depois de ter acabado o último; e ainda em cima atreveu-se a exprobrar com um ponto de admiração o auctor inglez, pela demora em não ter ao menos publicado logo o segundo volume, como emphaticamente assim o promettera! E por Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos de bom criterio, de citarem á margem, e em notas, os fundamentos do seu juizo e discurso, procura metter a ridiculo o ser erudito.»

Desculpae-me, senhores, de haver reproduzido um tão longo excerpto do escripto de Varnhagen. Fi-lo propositadamente: porque o meu capital intuito neste momento é dar-vos uma idéa nitida e precisa do nosso eminente historiador, e nesse extracto bem se espelha o conjuncto de qualidades boas e más do seu espirito: o constante amor á verdade e á justiça, a aspera franqueza, uma evidente ingenuidade e um temperamento violento, de envolta com um escrupuloso cuidado, e não raro meticulosa minuciosidade, no expor os factos e

no manifestar os seus juizos. Os proprios descuidos de fórma, que algumas vezes o tornam monotono e pezado, ahi bem se reflectem e patenteiam.

Depois dessa especie de exordio de que vos li um tão extenso fragmento, passa Varnhagen a provar o plagio de Abreu e Lima, transcrevendo numa columna trechos de Beauchamp, e noutra, ao lado, trechos de Abreu e Lima.

Remettido o primeiro juizo á Commissão de redacção da *Revista Trimensal* do Instituto, deu esta o seu parecer sôbre esse escripto, parecer que foi approvado e no qual a commissão declara que, tendo examinado o trabalho, e « achando cordatas as considerações feitas pelo nosso socio, o sr. Francisco Adolfo de Varnhagen, especialmente contra o plagio tomado do insignificante escriptor francez Beauchamp: é de parecer que o Instituto deve adoptar e publica-lo na Revista, para que possa chegar ao conhecimento dos possuidores do dicto compendio, visto que para a instrucção elementar é menos recommendavel que o do sr. Bellegarde ».

E' o primeiro signatario do parecer o secretario perpetuo do Instituto, conego Januario da Cunha Barbosa, que parece ter feito essa travessura muito maliciosa e perversamente.

Nem Varnhagen, nem elle tiveram que esperar pela resposta. Naquella epocha ainda não se havia publicado, para consôlo dos plagiarios, o livro em que Domenico Giuriati, tão indulgentemente, escreve: « *Non si sa che i migliori scrittori plagiarono i piu oscuri, i piu ignoranti, i peggiori? E, plagiandoli, li abbellirono, li onorarono, anzi talvolta li fecero conoscere?* »

Nem provavelmente o poeta hispanhol, Zorrilla, já havia escripto estes versos, que os plagiarios bem podem recitar para justificar o seu negro delicto, ou para lhe alcançar o indulto:

> « *No hay aqui nada nuevo: nada he dicho*
> *Que otros antes que yo no hayan próbado,*
> *Y por sabido ya no esté olvidado.* »

Aqui está como, depois de reproduzir o parecer da commissão do Instituto, Abreu e Lima responde a Varnhagen e á Commissão:

« Esta sentença iniqua e infame contra a minha reputação

e contra a minha honra, como escriptor público, foi proferida e appareceu sanccionada pelo Instituto, sem o menor conhecimento da minha parte... E' verdade que eu esperava coice, porque conheço a besta de quem partiu, mas nunca tão grosseira e brutalmente como foi dado.». Segue-se uma tremenda descompostura contra Varnhagen e contra o Instituto, que é a « reunião de meia duzia de parasitas, insignificantes, commandados, disciplinados e inspirados pelo intitulado secretario perpetuo, ou, por outra, é a taverna onde bebe e folga o padre Januario . De Varnhagen o menos que diz, é que « não houve insolencia, sandice, calumnia e disparate, que não assoalhasse em um monturo de papel sujo » tal é o qualificativo dado ao « primeiro juizo ». Varnhagen é « um ignorante da nossa Historia », « um aventureiro », « um pedante imbecil », « um estupido calumniador », « um gatuno miseravel », e — peior do que tudo isso — « filho de Allemão », e de uma senhora « que não era brasileira », e — extrema, anniquiladora degradação — um homem « que passou a mocidade, quando addido á legação em Portugal, fazendo pesquisas historicas na Torre do Tombo »!...

Que furor impotente e grotesco! Hoje, e quando, ha tantos annos, Varnhagen repousa serenamente na sua pura gloria immarcessivel de primeiro historiador da nação brasileira (primeiro na ordem chronologica e no merecimento), o que resta de toda a selvageria desse incidente, é a certeza de que Abreu e Lima escreveu o seu Compendio de Historia do Brasil, copiando um francez, que era um vil plagiario, e Varnhagen consumiu a mocidade nos archivos e bibliothecas, preparando-se conscienciosa e ininterruptamente, como um benedictino, para a sua nobre e fecunda missão patriotica de creador da Historiographia brasileira.

E' facil imaginar, senhores, as desaffeições que devia provocar com a sua aspera combatividade, com as suas incoerciveis tendencias aggressivas, com o seu espirito feito unicamente para a rude lucta da vida, este descendente de Saxão, orgulhoso, hirto, duro, irritante. Numa carta dirigida ao nosso erudito consocio, sr. Capistrano de Abreu, e que se guarda no archivo de manuscriptos da nossa riquissima *Bibliotheca Nacional*, um contemporaneo de Varnhagen, que não esconde

a sua grande antipathia ao historiador e ao homem, escreveu: « era bonito, forte, activo e muito orgulhoso ».

Como não se manifestariam prazenteiros e sorridentes todos esses desaffeiçoados, quando souberam que Varnhagen havia requerido ao imperador uma commenda, da Rosa ou do Cruzeiro, pouco importava! O original da petição está no archivo da mencionada Bibliotheca, e é assignado pelo procurador, para esse fim constituido, José Domingues de Attaide Moncorvo. A petição é fundamentada, allegando Varnhagen que « desde seus tenros annos se applicou sempre aos estudos literarios e scientificos que melhor o habilitassem a servir a sua Patria, no ramo que mais lhe conviesse depois ». Pedia a commenda como recompensa dos seus trabalhos. O pedido foi satisfeito, e, pagos os direitos, recebeu o procurador a cubiçada venera.

Nem merece o facto a extranheza que causou; pois, bem sabido é que as sciencias e as lettras nunca foram meios efficazes de preservar desses pruridos de vaidade, que se acalmam com titulos honorificos, condecorações e insignias. Quando, depois do seu esmagamento militar e politico pelos Francezes na memoravel batalha de Iena, a Prussia e toda a Allemanha tractaram de se reerguer, de accordo com o fecundo e maravilhoso programma de Frederico Guilherme, que dizia: « E' preciso que o Estado suppra por meio de fôrças intellectuaes as fôrças physicas que perdeu », e Guilherme de Humboldt foi encarregado de organizar a Universidade de Berlim, fundada em 1810, foram quasi insuperaveis as difficuldades com que luctou o notabilissimo sabio, para conseguir um corpo de professores que representasse o escol da sciencia e do magisterio de toda a Allemanha. Tão impertinentemente exigia o titulo de conselheiro de Estado, como condição sem a qual não professaria na projectada Universidade, o maior dos philologos classicos daquella epocha, Wolf, a quem as retribuições pecuniarias e as graças geralmente concedidas aos professores pareciam tão insufficientes, que Guilherme de Humboldt, já impacientado, lhe escreveu a célebre carta, em que lhe disse: « Um sabio da vossa estatura não deve ser conselheiro de Estado; precisa saber prezar-se mais, desprezar os titulos e não acceitar encargos que lhe roubem o tempo ».

Mais tarde, tão ampla foi a messe de commendas e grancruzes, feita pelo nosso historiador, que, além de commendador da ordem da Rosa e cavalleiro da de Christo, brasileiras, teve a grancruz da ordem russa de Sancto Estanislau, a austriaca da Corôa de Ferro, as hispanholas de Isabel a Catholica, e de Carlos 3º, e não sei quantas mais, que bem podemos conceber o contentamento e mundanoso orgulho com que devia apresentar-se nas assembléas e solennidades diplomaticas, constellado o peito de todas essas insignias, o então visconde de Porto Seguro.

Ao metter hombros á sua empresa, não tinha Varnhagen no Brasil nenhum modelo, nenhum antecessor, nenhum guia. Nenhum Brasileiro ou Portuguez escrevera antes um só livro, a que quadrasse o titulo de Historia do Brasil. Perfeitamente ocioso fôra demonstra-lo, recordando neste momento a natureza dos escriptos dos nossos primeiros chronistas como Gandavo, Anchieta, Nóbrega, Gabriel Soares, que nunca poderiam pretender o titulo de historiador. Os que vieram depois, ou escrevessem sôbre assumptos especiaes e muito restrictos, como Jaboatão na *Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil,* inçada, como era natural, de superstições e graves erros, ou se occupassem de nobiliarchias, como Pedro Taques na *Genealogia das principaes familias de S. Paulo,* titulo que por si só, quaesquer que fossem os desvelos do auctor no consultar e interpretar os archivos e documentos, exclue a idéa de Historia; ou preparassem as *Memorias para a Historia de uma capitania,* como fez para a de S. Paulo frei Gaspar da Madre de Deus, que Capistrano de Abreu recommenda que sempre se leia com cautela; ou accumulassem desordenadamente materiaes para a Historia, como Pizarro nas *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas á jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil;* ou Luiz Gonçalves dos Santos nas *Memorias para servir á Historia do reino do Brasil;* todos esses que vieram depois dos Gandavos, dos Nobregas, dos Gabrieis Soares, apenas proporcionaram ao historiador alguns subsidios, que só podiam ser aproveitados depois de uma rigorosa selecção. Tal foi tambem o concurso de Ayres do Casal, de Fernandes Pinheiro, de Ignacio Accioli e de alguns outros.

Quanto a Rocha Pitta, o auctor da *Historia da America*

Portugueza, em quem já o proprio frei Gaspar da Madre de Deus aconselhava que não nos fiassemos, não poderia offerecer-vos uma apreciação mais exacta do que esta de Varnhagen: « *A Historia* de Pitta, que ainda hoje se aprecia pelo seu colorido poetico, bem que omissa em factos essenciaes, destituida de crítica e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espirito nacional, fazendo avultar, sem faltar á verdade, os nobres exemplos dos antepassados, serviu de muito, por algumas de suas proprias exaggerações, para recommendar á metropole o Brasil. O auctor não recorreu sempre, é verdade, ás mais puras fontes da Historia; era mais imaginativo que pensador; mais poeta e admirador do bello do que crítico, vassallo da razão e escravo das provas authenticas; e querendo ser o Tito Livio da patria, narrando os factos do Brasil, tinha menos presente o seu passado que tudo quanto succedera em Roma e Carthago. Outras vezes como que pensava ennobrecer e sublimar a historia da colonia luso-americana, intercalando episodios largos acêrca de factos passados na metropole, « verbi-gratia » da doença ou morte deste ou daquelle infante, que jámais pensara no Brasil, ou da genealogia de algum analphabeto fidalgo, com a sua linhagem fabulosa entroncada por bastardia na dos reis de Leão.

Dous dos defeitos, aliás entre si contrapostos, desta obra, foram desde logo allegados, quando ella se publicava. « Parece mais elogio, ou panegyrico, que historia », dizia o censor Antonio Rodrigues Costa, conselheiro ultramarino. « Algum reparo se poderá fazer na miudeza com que, em historia tão succincta, relata alguns successos mais dignos de horror e silencio que de memoria », accrescentava o célebre Martinho de Mendonça, que veio depois a governar Minas.

Como Historia, esta obra apenas póde ser consultada com vantagens acêrca de alguns factos occorridos em vida do auctor, que lhe foram referidos por testimunhas que elle para esse fim inquirira, segundo sua propria declaração. Dos importantes governos de Diogo Botelho e d. Diogo de Menezes, não nos transmittiu o historiador a menor noticia, que declara « não haver achado ». Egualmente omissa se mostra acêrca dos successos do Maranhão, mas esta omissão veio em breve a ser supprida pela obra de Berredo, que pelo mesmo tempo

se escrevia, bem que só viesse a ser publicada posthuma, um quarto de seculo depois (1749).»

Historia do Brasil... já havia uma antes de Varnhagen escrever a sua; mas, essa fôra composta por um extrangeiro. E' seu auctor Robert Southey, o poeta lakista inglez, tão diversamente julgado pela crítica; pois, si para alguns «em seus volumosos e vigorosos escriptos, em que debalde se tentará descobrir qualquer vestigio de imaginação, abundavam a eloquencia, a vehemencia, a facilidade e mesmo a phantasia», para Taine na *Historia da Litteratura Ingleza* é «um escriptor inexgottavel, cheio de erudição, dotado de imaginação, célebre como Victor Hugo pela novidade de suas innovações, pelo tom guerreiro de seus prefacios, pelas magnificencias de sua curiosidade pittoresca, tendo passeado pelo universo a historia de de suas cavalgadas poeticas, e envolvido na rêde infinita de seus versos Joanna d'Arc, Wat Tylor, Roderich o Godo, Madoc, Thalaba, Kehama, as tradições celticas e mexicanas, as lendas dos Arabes e dos Indianos».

Lembrar-vos assim quem foi Southey equivale a convencer-vos de que não poderia escrever com exactidão e segurança a Historia geral do Brasil. Na verdade, si exceptuarmos a fórma, a arte da exposição de Southey, que a excellente traducção em portuguez do dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro não occulta nem deslustra, não conheço mais clamorosa offensa á verdade e á justiça do que a practicada por aquelles que querem roubar a Varnhagen, para o conferir ao poeta romantico inglez, aquillo que, no elogio do nosso historiador, neste mesmo recincto, Joaquim Manuel de Macedo, na linguagem ingenua da epocha, denominou — «o elevado gráo de primeiro historiador do Brasil». Primeiro historiador do Brasil não póde ser quem, ao compôr a Historia do Brasil, num capitulo descreve a fundação de Buenos Aires por d. Pedro de Mendoza e a tomada de Assumpção por Ayolas; noutro narra como ao adeantado d. Pedro de Mendoza succedeu no Prata Cabeza de Vaca; num terceiro conta-nos que um outro Hispanhol fundou a leste de Chuquisaca, na Bolivia, Santa Cruz de la Sierra; mais adeante refere longamente as luctas do bispo do Paraguai, d. Bernardino de Cardenas, com o governador Hinostrósa e com os Jesuitas, para depois ainda mais extensamente relatar certos tumultos no Paraguai, a

usurpação daquella parte do dominio hispanhol por Antequera, o supplicio deste, a expulsão dos Jesuitas de Assumpção, e outros factos *da Historia do Brasil*...

A quem lê certos capitulos da Historia de Southey, as noções que ficam da Geographia do Brasil são tão exactas como as adquiridas por quem converse com um Francez contemporaneo acêrca do mesmo assumpto. Si em factos de tanta monta tão grande é a distancia entre a verdade e a Historia, nos de menor tomo, nas particularidades, nas minucias, não são menos graves os deslizes. De Villa do Principe, cabeça da comarca de Serro Frio, inculca-nos Southey que grande parte dos seus cinco mil habitantes eram legistas. Na capitania de Minas Geraes eram « *quasi desconhecidos os livros, e considerava-se degradante toda especie de industria* ». Dos empregados publicos e dos commerciantes, « *chamados os nobres de Minas* », dizia-se, attesta Southey, que « tinham em horror toda especie de estudo, passando horas e horas á janella, embrulhados em seus roupões de manhã, e dedicando aos negocios o menor tempo possivel, de modo que o trabalho de um anno equivalia ao de trinta dias, de seis horas cada um ». Entretanto, sem embargo de taes costumes, « produziu este paiz, proporcionalmente á sua população, mais homens de lettras do que a Grã-Bretanha. Mui poucos eram os que se nomeavam para os cargos civis e judiciarios mais elevados, que não tivessem recebido a mais esmerada educação que a mãe patria podia dar, sendo para admirar quantos dentre estes homens conservavam no meio da vida pública o seu amor ao estudo » !...

De Southey nenhum juizo mais favoravel póde externar-se do que este de Varnhagen, já transcripto, e que repetimos: « fez quanto pôde e ninguem naquella epocha faria melhor ». Na sua qualidade de extrangeiro temos uma attenuante para os seus erros e equivocos, e uma razoavel explicação da inferioridade da sua Historia em relação á de Varnhagen.

Muito cabedal se tem feito da dissertação publicada em nossa revista e que fôra escripta em Munich, em 1843, pelo sabio naturalista von Martius, antes nosso hospede por muito tempo, acêrca do modo « *como se deve escrever a Historia do Brasil* ». Não tem faltado quem nesse ligeiro trabalho veja

um excellente itinerario, que Varnhagen devia ter seguido, e não seguiu, como convinha.

Aqui está em resumo o que aconselhou von Martius: quem escrever a Historia do Brasil, não deve jámais perder de vista « *os elementos que ahi concorreram para o desenvolvimento do homem* », a raça branca, a americana e a negra, « *cada uma com o seu movimento historico, characteristico e particular* ». Formado o Brasil da reunião e contacto de tão differentes raças humanas, « *podemos avançar que a sua Historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonaes.* » O Portuguez, como descobridor, conquistador e senhor, influiu poderosamente no desenvolvimento do Brasil, foi « *o mais poderoso, o essencial motor* ». O sangue portuguez « *como um caudaloso rio devia absorver os pequenos confluentes da raça indigena e da ethiopica* », o que não quer dizer que os autochthones e os pretos não tenham reagido e exercido alguma influencia sôbre a raça predominante. Começa o cruzamento pelas classes inferiores; mas, ao cabo de algum tempo, formando-se as classes superiores de elementos das inferiores, a mescla de raça vem a influir em toda a nação. A influencia do negro no desenvolvimento do Brasil é maior do que a exercida por essa raça em qualquer dos outros paizes do Novo Mundo, onde essa raça inferior foi excluida do movimento nacional, ou como indigna por causa do nascimento, ou porque o seu número, em comparação com o dos brancos, é pouco consideravel e sem importancia. Ao historiador cumpre defender os interesses das raças inferiores no Brasil. A influencia dos aborigenes foi sómente negativa, pois consistiu em forçarem a crear o *systema das malicias*. E' preciso não exquecer como se deram as primeiras emigrações de Portugal para o Brasil. Não foram determinadas por crises religiosas, como as da Inglaterra para a America do Norte. Outro facto que deve prender a attenção do historiador é o desenvolvimento das ordens religiosas, e a protecção que dispensaram aos Indios. Importa omittir os factos sem alcance, sem repercussão no paiz. Ao narrador dos factos historicos incumbe descrever as particularidades locaes da natureza. No Brasil ha muitas pessoas dominadas por idéas immaturas, republicanos de todos os matizes, ideologos de todas as especies. E' necessario combater taes opiniões.

A missão do historiador brasileiro é despertar o amor da patria, a coragem, a constancia, a industria, a fidelidade, a prudencia, em synthese — todas as virtudes civicas. Para isso, é preciso que o estylo seja popular, posto que nobre; o auctor deve reunir o fogo poetico da juventude á applicação e profundeza de juizo e firmeza de character da edade madura. A Historia « deve parecer-se com um *epos* ».

Desses conselhos alguns são de tal modo sensatos, tão obvios, tão necessarios, que impossivel fôra a qualquer espirito medianamente lucido e instruido compôr uma Historia do Brasil sem os observar. A mescla das tres raças, o seu concurso para a formação da sociedade brasileira, as luctas do Portuguez com o aborigene, a escravização do indigena e do africano, a fusão desses dous elementos com o europeu por meio de um cruzamento favorecido e espontanea e perseverantemente desenvolvido pelo conquistador, pelo dominador, são factos que não podiam ser, e não foram, despercebidos a Varnhagen, que tem sido até censurado acremente pelo modo como se occupou do assumpto, o que depois veremos detidamente.

Para concordarmos com os que pretendem que Varnhagen devia em tudo seguir os canones de von Martius, fôra necessario que primeiro nos convencessem da exactidão, da incontestavel verdade de todas as asserções e advertencias do naturalista bavaro.

Ora, são os mais severos censores de Varnhagen, como, por exemplo, Eduardo Prado em uma das *Conferencias anchietinas,* os que mais se afastam, e com indiscutiveis razões, do roteiro de von Martius. Para este, como attesta o seu célebre discurso sôbre o « *passado e o futuro da raça americana* », pronunciado na sessão pública dos naturalistas e medicos allemães em Friburgo, não ha raça mais fraca, e condemnada a um proximo desapparecimento, do que a indigena da America: o homem « é um selvagem visionario, preguiçoso e cabeçudo: a mulher — uma namoradeira leviana e frivola! Que funesta união, si prevalecer tal typo na população de um hemispherio! » Eduardo Prado, depois de affirmar que « Varnhagen era partidario da exterminação do Indio, e no seu singular patriotismo odiava o caboclo brasileiro », escreve estas enthusiasticas palavras: » E o caboclo é, no entanto,

um homem que todos devemos admirar, *pela sua fôrça,* e porque, afinal de contas, elle é que é o Brasil, o Brasil real, bem differente do cosmopolitismo artificial em que vivemos nós, os habitantes desta grande cidade. Foi elle quem fez Brasil ».

Si injusto e despropositado é condemnar um escriptor, porque, em meio de tão profundas divergencias, segue uma das correntes de opinião em contrario, que devemos dizer da evidente iniquidade dos que não poupam malevolas e vehementes críticas ao nosso historiador, por não ter obedecido a suggestões e dictames absolutamente injustificaveis, e que repousam nos mais falsos conceitos e nos erros mais indefensaveis? Quero alludir, senhores, áquelles implacaveis criticos de Varnhagen, que reconhecem e confessam redondamente a exactidão das descripções, a authenticidade dos documentos e a segurança da critíca, que são os predicados essenciaes da *Historia Geral do Brasil,* mas accusam com vivacidade o nosso historiador do grave delicto de haver desprezado o conselho de von Martius, e de não ter feito da nossa Historia *um epos « composto com todo o amor e todo o zêlo patriotico, com aquelle fogo poetico proprio da juventude, o que não exclue a applicação e profundeza de juizo e firmeza de character, peculiares á edade madura e varonil* ».

Vêde bem, senhores, de quanta injustiça tem sido victima o creador da Historiographia no Brasil! Porque a um naturalista de Munich, que estudara carinhosamente a sua especialidade, as suas Orchideas, as suas Scitamineas, as suas Passifloreas, que tanto o encantaram no Brasil, occorreu um dia a idéa de, fóra do dominio dos seus estudos predilectos, e recordando talvez vagamente as leituras classicas da sua adolescencia, o seu Herodoto, o seu Xenophonte, o seu Tito Livio, o seu Sallustio, aconselhar extravagantemente aos escriptores de uma joven nação americana que fizessem da Historia do seu paiz um poema heroico, e porque houve um historiador bastante culto, bastante consciencioso, bastante amigo da verdade, para repellir o incomparavel despauterio; havemos de concluir que esse historiador faltou á sua missão, nos legou « uma obra pallida e sem vida, mutilou a Historia » !...

Varnhagen publicou a sua obra no meado do seculo XIX.

Não lhe podiam servir de modêlo os nove capitulos, dedicados ás nove Musas, e recheados de lendas e fabulas, da *Historia* de Herodoto, nem aquellas descripções de scenas da mais enaltecida moral, phantasiadas por Xenophonte na *Historia de Cyro*, nem aquelles equivocos, erros e falsidades, nem aquellas brilhantes e eloquentissimas arengas, que abundam nas *Decades* de Tito Livio, nem aquellas páginas admiraveis que Sallustio escreveu só para exhibir o seu estylo magnifico.

Em 1854, não era possivel a um espirito sério e instruido conceber a Historia desse modo. A primeira qualidade do historiador (será preciso repeti-lo?) é a fidelidade nas descripções, a verdade, a exactidão. Quando querem apresentar um modêlo de historiador, o que os Francezes escolhem na sua vasta litteratura é este escriptor bem conhecido, que no preparar e no compôr a Historia já foi comparado a um geometra, tal era o seu extremo desvelo em se rodear das mais seguras informações, em eliminar todo elemento subjectivo, em abstrahir de todas as minudencias dispensaveis, em excluir todas as anecdotas, em fazer a mais firme e concisa exposição, pelo estylo mais sobrio e mais robusto, Fustel de Coulanges. Ao começar a sua « Historia da Inglaterra desde o advento de Jacques II », Macaulay tem o cuidado de advertir que a sua principal preoccupação é a verdade, é ser exacto e preciso, e assim conclue a sua profissão de fé: « Receberei contente a censura de ter feito descer a Historia abaixo de sua dignidade, si conseguir apresentar aos olhos dos Inglezes do seculo XIX *uma imagem exacta da vida de seus antepassados*.» Na Allemanha, e basta-me agora fazer um rapido escôrço da magistral licção de Andler, quer seja um mero descriptor, a retratar exactamente os actos individuaes dos homens e os factos politicos, como Ranke; quer se consagre a desenhar os lineamentos geraes que characterizam uma civilização, como Burckhardt; quer se exforce por penetrar os moveis sociaes dos actos collectivos e as causas que engendram os varios typos de homens, com suas idéas diversas, como Karl Marx; quer tente dar-nos a conhecer num só quadro, vastissimo, complexo e organico, toda a antiguidade, como Eduardo Meyer; quer confunda a Historia com a Sociologia, como Lamprecht; a verdade, e só a verdade, no facto ou na lei, particular ou geral, transitoria ou permanente, é sempre o escôpo capital do historiador,

O *epos*, que recommenda von Martius, só se comprehende em livros destinados á instrucção da infancia e da juventude, e em que unicamente se exhibem aquelles quadros e factos historicos, aptos e proprios para gerar o amor da patria, e suggerir a aspiração de a bem servir, e concorrer para a sua felicidade e engrandecimento.

Nem supponhamos que tenha sido Varnhagen completamente refractario aos ultimos conselhos de von Martius. Depois de accentuar bem a sua ininterrupta preoccupação dominante, o amor á verdade e á justiça, dizendo no *Prologo* da segunda edição da « Historia Geral »: « Convencido egualmente de que a verdade é a alma da Historia, que só ella póde offerecer harmonia eterna entre os factos narrados, que a verdadeira crítica da verdade historica não se póde aquilatar sinão pela concordancia nos incidentes, não nos poupámos a nenhuns exforços, afim de remontar ás fontes mais puras. Não julgando sufficiente o que rezam as velhas chronicas, rebuscámos antigos documentos nos archivos, não só do Brasil, como de Portugal, da Hispanha, da Hollanda e da Italia; percorremos pessoalmente todo o nosso littoral; visitámos os Estados Unidos, varias Antilhas e todas as republicas limitrophes;; tudo, ha mais de trinta annos, graças especialmente ás facilidades que nos foram proporcionadas pelo proprio Governo imperial em serviço do Estado; e antes, por accidentes, nem que providenciaes, da nossa vida, que nos haviam conduzido a cursar os estudos em Portugal, e a nos familiarizarmos ahi com a sua Paleographia e os seus archivos e depositos de documentos manuscriptos, que continham a maior parte dos elementos que deviam vir a servir para reconstruir a Historia patria »; depois de assim, e mais uma vez, pôr em relêvo o seu capital escôpo como historiador, escreveu Varnhagen: « Longe de nos limitarmos á narração dos successos politicos, ou a estereis biographias dos mandões, cujas listas ordenadas, aliás, julgamos da maior importancia para a Chronologia, procurámos occupar-nos principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilização do paiz; comprazendo-nos até de não deixar em exquecimento os modestos obreiros que prestaram algum serviço nas lettras ou na industria, procurando sempre escrever antes *um livro util e proprio a estimular o trabalho e a práctica das boas*

acções, do que puramente ameno e destinado á simples distracção.»

No *Prefacio* da « Historia das Luctas com os Hollandezes no Brasil », nova edição, de 1874, ainda mais perceptivelmente se mostra sectario intelligente dos conselhos de von Martius: « Achavamo-nos, por motivo de serviço público, no Rio de Janeiro, e accidentalmente em Petropolis, e ainda estava por decidir a titanica lucta que o Brasil sustentou no Paraguai, e nem siquer as armas alliadas haviam vencido no Humaitá, e eramos testimunhas dos desfallecimentos de alguns, quando, com o assentimento de varios amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoroçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dous annos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma fórma convincente, o exemplo de outra mais antiga, em que o proprio Brasil, ainda então insignificante colonia, havia luctado, durante vinte e quatro annos, sem descanço, e por fim tinha vencido, contra uma das nações naquelle tempo mais guerreiras da Europa.

Ahi tendes Varnhagen, discipulo de von Martius. E, si na « Historia Geral do Brasil », na das « Luctas com os Hollandezes » e nos seus demais trabalhos historicos, não se nos depara « o fogo poetico da juventude », mas unicamente « a applicação e profundeza de juizo e firmeza de character, peculiares á edade madura e varonil », não é só porque a Varnhagen faltaram a esthese e alguns outros predicados do artista, mas tambem porque, conforme expressamente confessa, « á mais solicita investigação da verdade e ao mais acurado criterio na apreciação dos factos buscou associar a maior simplicidade na exposição, preferindo ás galas do estylo a sua maior clareza e sobriedade », e sobretudo porque, embora fosse um adepto convicto da velha eschola de Polybio e de Plutarcho, que pretenderam fazer da Historia um vasto repositorio de licções moraes e politicas, a « *mestra da vida* », sempre lhe pareceu que as narrações historicas deviam concorrer para a formação das virtudes civicas e para a elevação do character nacional, não pelos primores litterarios do estylo descriptivo, nem pela amplificação oratoria, ou pela movimentação dramatica, ou pelo maravilhoso épico, como fizeram tantos historiadores da Grecia e de Roma, mas pelo nú ensi-

namento do facto, pela pura eloquencia irresistivel da verdade».

Em traços muito rapidos e deficientes já temos visto, senhores, o que foi o homem, o individuo, a personalidade do historiador, e o modo como se preparou para escrever a Historia geral do Brasil, os subsidios de que dispoz, e as difficuldades com que luctou.

Consideremos agora a obra em seus lineamentos principaes. O que acima de tudo nos impressiona, quando lêmos a «Historia Geral do Brasil», lembrando o que até então nos offerecia a litteratura patria nesse genero de estudos, e os grandes, longos e penosos exforços, que precisava fazer quem se propuzesse á tarefa de fundar a Historiographia brasileira, é a verdade, a exactidão, a fidelidade na descripção dos factos. Um Brasileiro, nosso contemporaneo, que tem passado a sua vida a frequentar bibliothecas e archivos, a ler chronicas, memorias e documentos historicos de toda a especie, o auctor dos «Capitulos de Historia Colonial», que nunca peccou pela benevolencia na crítica, nem pelo desamor ás particularidades e ás minucias, editou vinte e tres capitulos, ou *secções* (como as denominava Varnhagen), dos cincoenta e quatro em que se divide a obra, para o fim de corrigir e explicar o texto da «Historia Geral do Brasil». Importa muito notar que foi sôbre a parte mais difficil e mais sujeita a erros, enganos e falsas interpretações, que se exerceu a rigorosa crítica de Capistrano de Abreu. Pois bem: si exceptuarmos as explicações e desenvolvimentos, que não escasseiam na referida edição, raros escôlhos se hão de deparar-nos, em que se emende um êrro, ou um equívoco, ou uma apreciação inacceitavel. Não podia anhelar mais recommendatorio beneplacito, nem mais valiosa recompensa, quem, no conceito deste outro erudito e preclaro mestre da Historia brasileira e indefesso pesquizador do nosso passado, sr. Oliveira Lima, «foi por certo o mais notorio e o mais merecedor dos estudiosos do passado brasileiro; foi um ardente investigador, um infatigavel resuscitador de chronicas exquecidas nos archivos, um valioso corrector de falsidades e illustrado colleccionador de factos»; quem ainda suscitou á penna do illustre escriptor estas expressões de incontestavel verdade: «A sua probidade profissional levava-o, não só a informar-se de quanto existia publi-

cado e inedito sôbre um determinado assumpto, como a indagações locaes, topographicas, para mais apurada percepção e explanação de factos. Foi assim que visitou os montes Guararapes e percorreu os pontos mais notaveis da prolongada lucta com os Hollandezes, que seguiu no encalço dos bandeirantes até os frescos planaltos de Goiaz e os abafados pantanos de Matto Grosso; não ia como Chateaubriand á Palestina e a Granada em busca da sensação aguda do extincto, nem como Flaubert ao Egypto, em soffrega busca da côr local, mas como um sizudo chronista militar e politico em procura da comprehensão completa do terreno, para mais exacta reconstituição das scenas da guerra e das aventuras colonizadoras.»

Os extrangeiros mais auctorizados em assumptos do Brasil, e contemporaneos de Varnhagen, como Ferdinand Denis, admiravam o saber do nosso historiador; e quando o criticam, ou lhe notam alguns descuidos, não deixam de lhe exalçar com enthusiasmo o grande merito de investigador do nosso passado e dos dados da nossa Geographia, como fez o célebre geographo D'Avezac.

O segundo notavel predicado da obra de Varnhagen é o desenvolvimento por elle dado á reconstrucção historica dos seculos 16º e 18º. E' preciso confrontar a «Historia Geral do Brasil» com a obra de Southey, tendo em attenção os factos passados nesses dous seculos, para bem se ver a deficiencia do trabalho do eminente litterato, poeta e historiador inglez, e o precioso, o grande concurso que devemos ao nosso compatriota na reconstituição do nosso passado. E, si recordarmos que o principal episodio da nossa Historia no seculo 17º foi a lucta com os Hollandezes, e que esta constitue objecto de um estudo especial, sendo exposta em volume separado — «Historia das Luctas com os Hollandezes no Brasil», que bem podemos considerar parte integrante da «Historia Geral do Brasil», teremos uma idéa exacta do valor e da superioridade da obra, em que consumiu a sua existencia o visconde de Porto Seguro.

Nem essas grandes qualidades foram jamais contestadas á producção do iniciador da Historiographia brasileira. Bem diversas são as censuras da crítica indigena, a qual bem reco-

nhece que no estudo das fontes e na fidelidade das descripções a todos leva incontestada vantagem o nosso historiador.

Para vos recordar syntheticamente essas bem conhecidas increpações, começarei pelas relativas a certas particularidades da obra de Varnhagen para concluir pela mais geral e mais commummente reiterada, pela que se tornou um verdadeiro estribilho nos escriptos de todos os que se occupam deste assumpto.

Eduardo Prado... A ninguem mais do que a mim este nome, que pronuncio pela segunda vez, evoca sinceros e vivos sentimentos de estima, de admiração e de saudade. Eduardo Prado, na sua bella e eloquentissima conferencia sôbre « O Catholicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil », formulou assim uma das censuras feitas a Varnhagen: « O nosso historiador, o eminente e excentrico Varnhagen, que tem toda a dureza de um Saxão que era, e uma inexplicavel indole deprimidora de toda grandeza e de toda belleza, que é enfim o homem que em nossa Historia menoscaba de todas as heroicidades, da de Anchieta e da de Tiradentes, diz que os Jesuitas foram outros Orpheus, que souberam humanizar as novas feras humanas.»

Que escreveu Varnhagen acêrca de Anchieta, que merecesse tão severo, tão injusto conceito? Estas phrases, em que dá noticia da vinda do fundador de São Paulo, e da construcção da casa, ou collegio dos Jesuitas, em Piratininga, nome primitivo daquella cidade: « Antes de continuarmos a tractar do novo governador, convém dizer que com elle viera para a Companhia de Jesus um poderoso refôrço, não só pelo que respeitava ao pessoal (em que se comprehendia o ex-reitor do collegio de Coimbra, Luiz da Grã, o ermão José de Anchieta, ao depois tão célebre, que passou a ser tido por thaumaturgo) como pela resolução que chegara da instituição, no Brasil, de uma provincia á parte, para fundar a qual vinham poderes ao padre Nobrega. Este zeloso Jesuita, que até então não se havia descuidado de cumprir seus deveres, pareceu cobrar novo ardor ao ver-se provincial. Do collegio de S. Vicente, onde se achava, passou com alguns dos novos socios a Piratininga, com projecto de fundar ahi para a Companhia uma casa, ou principio de um novo collegio, no meio desses campos tão amenos, e de clima que, mais que ao da Europa, é compa-

ravel ao da pittoresca ilha do Atlantico que alguem poeticamente chamou «Flor Oceana». Um pouco adeante, descrevendo a chegada de Estacio de Sá ao Rio de Janeiro, accrescenta: «Porém, vendo que os gentios disparavam flechas contra os bateis, quando se approximavam das praias, e que devia preparar-se para grandes hostilidades, resolveu ir primeiro a São Vicente, buscar maior número de combatentes, incluindo já algumas cabildas de gentios das bandas de Ubatuba, novamente attrahidas por Anchieta. Foi por occasião de ficar Anchieta só e desarmado, como refem, entre estes Indios, que, segundo elle diz, compoz um poema em latim á vida da Virgem, constante de perto de seis mil versos, onde terminava com a seguinte dedicatoria: «Eis, mãe sanctissima, o Carme que offereci em vosso louvor, vendo-me cercado de inimigos, quando com a minha presença tranquillizava os Tamoios irritados, e desarmado ajustava pazes com armados barbaros. Então vossa bondade teve, com amor materno, cuidado em mim, e, á sombra de vosso amparo, vivi seguro em corpo e alma.» Sem dúvida a similhantes desterros e á necessidade, em que muitas vezes se viu, de entender os selvagens e ser delles entendido, deveu o conhecimento que adquiriu da lingua tupica, chegando a compôr acêrca della a primeira grammatica, que depois, em 1595, foi dada á luz em Coimbra, e que, si bem que laconica, modelada mais sôbre o latim que sôbre a indole da propria lingua tupica, e até um tanto obscura, foi a base sôbre que depois trabalharam outros.» Em capitulo posterior ainda noticia rapidamente: «Sabemos quanto o padre José d'Anchieta concorreu para a fundação das primeiras missões jesuiticas no mesmo Paraguai, enviando ahi, em 1581, a pedido do bispo de Tucuman, dom Francisco Victoria, entre outros, os padres Estevão da Grã e Manuel Ortega.»

Ahi está o que escreveu Varnhagen acêrca de Anchieta. Ha alguma palavra que exprima o desejo de menoscabar a heroicidade de Anchieta? Varnhagen foi demasiadamente laconico, ninguem o contestará. O fundador da cidade de São Paulo e apostolo, tão abnegado e tão carinhoso dos nossos gentios, bem merecia de um historiador paulista mais algumas linhas. Mas, provavelmente, o que o catholicismo do iniciador das conferencias anchietanas de 1896 e de 1897 exigia de

Varnhagen, não era sómente mais longa ou mais minuciosa noticia dos serviços que prestou Anchieta, fundando a villa de Piratininga, ou convertendo os nossos Indios. Ao celebrar o terceiro centenario da morte de Anchieta, Eduardo Prado tambem não perdoava o tom de secura depreciativa, com que o historiador alludiu ao thaumaturgo.

Mas, senhores, um espirito de tão solida cultura, e tão fundamentalmente severo e grave, como Varnhagen, nunca poderia reproduzir, sem de qualquer modo as refutar, as infantis abusões celebradas pelo padre Simão de Vasconcellos na « Chronica da Companhia de Jesus » e especialmente na « Vida do Veneravel Joseph de Anchieta, da Companhia de Jesus, Thaumaturgo do Novo Mundo na Provincia do Brasil », e por outros membros da mesma Companhia.

Extrangeiro e protestante, não se julgando obrigado ao resguardo, á prudencia, á discreção e á delicadeza de um historiador brasileiro e pertencente a um paiz catholico, Southey consagrou a Anchieta um espaço muito maior em sua obra. Até lhe resumiu toda a thaumaturgia nestas phrases: « Na ultima metade do seculo seguinte apresentaram elles Anchieta como candidato á sanctidade, e Simão de Vasconcellos, provincial do Brasil e historiador da provincia, escreveu uma historia, ou antes romance da vida deste homem, em que a sabedoria do missionario, os talentos e serviços do estadista, os trabalhos insanos do methodizador duma lingua barbara formam a parte mais secundaria da narrativa, olhados pelo biographo como cousas de menor momento: o grosso do livro enchem-n-o milagres... Todos os poderes e graças, de que fôra dotado o primeiro Adão, concorriam, pois, em Anchieta, que os gozou, não temporariamente, mas toda a vida, pelo que nasceu, como nosso pae commum com innocencia, impassibilidade, espirito exclarecido e vontade recta. Foi-lhe dado dominio sôbre os elementos, e sôbre tudo o que nelles vive. A seu mando produzia fructos a terra, restituindo até os mortos, para que, recobrada a vida, das mãos delle recebessem o baptismo. Para resguarda-lo do sol lhe formavam docel sôbre a cabeça as aves voadoras. Nas rêdes se lhe vinham metter os peixes, quando delles carecia. As feras da floresta o acompanhavam nas jornadas servindo-lhe de escolta. Obedeciam á sua voz os ventos e as ondas. A' vontade delle

desfazia o fogo o mal que fizera, e branco e tenro se tirava do forno o pão, que a carvão se vira reduzido. Tinha elle poder sôbre os homens em todas as suas partes, na cabeça, nos olhos, na bocca, nos dentes, na garganta, no peito, nos lados, nas entranhas, nas mãos e nos pés, nos bens mundanos, na vida e na alma. Os segredos do coração lhe eram patentes. Fôra-lhe dado o conhecimento das cousas occultas e das sciencias, e todos os dias, a todas as horas, gozava de visões, revelações e extases... O seu solidéo curava todas as molestias da cabeça, e qualquer dos seus cilicios, qualquer peça da sua vestidura era remedio efficaz contra pensamentos impuros. Agua derramada sôbre um dos seus ossos obrou mais de duzentos milagres em Pernambuco, mais de mil no Sul do Brasil, e poucas gottas della tornavam agua em vinho, como nas bodas da Galiléa.» Mas, depois de assim compendiar os milagres de Anchieta, observa Southey: «O mesmo auctor, que colligiu e attestou quantas fabulas a credulidade e a ignorancia haviam propagado a respeito de Anchieta, produziu uma muito mais extraordinaria historia de frei João de Almeida, seu successor na sanctidade.»

Mais discreto, e talvez mais attento aos sentimentos religiosos da grande maioria dos seus compatriotas, absteve-se Varnhagen de historiar aquelles episodios, que mais parecem pertencer ao dominio da lenda e da poesia. Nem á austeridade do seu espirito, atreito unicamente ás arduas excavações do passado, cabia narrar-nos aquellas scenas emocionantes, que a suave poesia de Fagundes Varella só logrou descrever-nos depois de deferida a invocação:

«Alma inspirada de Anchieta illustre,
Espirito do apostolo das selvas!

. . . . . .

Ensina á minha musa timorata
A linguagem celeste que fallavas!
Dá-lhe a doce expressão, a graça infinda,
A força, a eloquencia e a verdade
Dessas singelas narrações, que á noite
Fazias nos outeiros, nas florestas,
A's multidões que, ouvindo-te, choravam,
E pediam as aguas do baptismo.»

Mesmo para nos contar aquella parte da alta missão de Anchieta, que na linguagem de Southey se revelou pelos «*talentos e serviços do estadista*», o verso era mais proprio do que a prosa. Foi, servindo-se delle que Magalhães nos traçou este episodio decisivo da *Confederação dos Tamoyos*:

«Nessa hora Anchieta, que ante o altar prostrado,
Co'as mãos e os olhos para o céo erguidos,
Ao côro gemebundo a litania
Fervoroso apontava, de repente
Pasma, estremece, estatico alli fica,
Voltado o rosto para o céo, e os braços
Como uma cruz abertos e estendidos
Attento olhando; como si visivel
A seus olhos celeste mensageiro
Ordem suprema lhe estivesse dando!
Cala-se o côro, e Nobrega não ousa
As preces proseguir, nem desperta-lo,
Sacro terror, silencio pavoroso
A todos num momento petrifica.
Após breves instantes, como alçado
Por uma força occulta, se levanta
O ministro de Deus. Célica flamma
Parece coroa-lo, derramando
Flavo fulgor em torno. Olha, e direito
Vai a Iguassú co'a mão no hombro lhe toca:
«Ergue-te, oh! filha; diz-lhe, vem commigo.»
Ella estremece, e obediente se alça;
Ambos da egreja sahem. Todos absortos
Para os deixar passar abrem caminho.
Onde irão? — uns aos outros se perguntam,
Mas extranho prodigio esperam todos.»

Quanto ás paginas acêrca de Tiradentes, ainda mais duro, para não dizer injusto, é o conceito de Eduardo Prado sôbre Varnhagen. Ao referir os primordios da conjuração, escreveu o nosso historiador: «... apparecendo em scena como principal vulto, pelo seu grande enthusiasmo, pela sua muita expansão e indiscreção, e afinal até pelo seu martyrio, o alferes de cavallaria, Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado Tiradentes... Da acareação, por nós pausada e reflectidamente feita de todos os depoimentos, resulta que, verdadeiramente, entre os varios que se combinaram, só um chegou a enthusiasmar-se pela idéa da revolução: foi o mencionado

alferes Silva Xavier, nascido em Pombal, perto de S. João d'El-Rei. Desde que na alma lhe caïu a primeira scentelha a favor da idéa de independencia, lavrou o incendio por tal fórma, que não se pôde mais apagar. A esse unico pensamento, que o abrazava, subordinava tudo quanto via e ouvia; e com uma leviandade e audacia inauditas para aquelle tempo, a todos se propunha converter e angariar, inclusivamente inventando para isso, como ainda hoje vemos nos partidos politicos, que havia esperanças de soccorros extrangeiros, e partidarios e conjurados decididos em outras paragens. Assim foi elle que atrevidamente começou por *abordar* o seu proprio commandante, joven de 32 annos o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, dizendo-lhe que no Rio de Janeiro, d'onde regressava, se ia fazer a revolução. Foi elle que tentou inutilmente alliciar a Claudio; chegando, porém, a converter o poeta Alvarenga, dizendo-lhe que era pena que uns paizes tão ricos... se achassem reduzidos á maior miseria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a subsistencia; e os excellentissimos generaes de tres em tres annos traziam uma quadrilha, a que chamavam criados, os quaes, depois de comerem a honra, a fazenda e os officios, que deviam ser dos habitantes, saïam rindo-se delles. Foi ainda elle quem contribuiu a angariar o padre Carlos Corrêa de Toledo e Mello, Paulista, filho de Taubaté; o vigario de S. José do Rio das Mortes, e o ermão do distincto prégador Rodovalho, o opulento padre José da Silva de Oliveira Rolim; e ao depois, atacando cada qual pelo respectivo lado fraco, não só Brasileiros natos, então alcunhados pelos filhos de Portugal de *mazombos,* mas até Portuguezes natos, começando pelo seu compadre, o venerando Domingos de Abreu Vieira.

No auge do enthusiasmo, obedecia o mesmo alferes, não só aos impulsos do patriotismo, como tambem aos da ambição. Havendo começado por applicar-se á profissão de dentista, em que chegou a ser habil, do que lhe proveiu o ser denominado Tiradentes, lançou-se tambem a mascatear em Minas Novas; mas saïu-se mal, e resolveu-se a sentar praça na cavallaria. Mui pontual nos seus deveres, foi seguindo os postos inferiores, e, como rebentassem guerras no Sul, e o seu corpo chegou a marchar para o Rio de Janeiro, conseguiu ser promovido a alferes; mas, de alferes não passou. Vendo-se por

vezes preterido, o que elle candidamente acreditava provir da falta de protecção, e devemos hoje attribuir á *desrecommendação*, que seria para elle o geral conceito de ser um *habil tiradentes*, pretendeu votar-se á mineração; mas saïu-se, de novo, mal, e tornou ao serviço; e contava já de edade mais de 40 annos, quando, achando-se no Rio de Janeiro, com esperança de melhorar de fortuna, em umas emprezas de estabelecimento de trapiches e encanamentos, para supprir de mais aguas á Capital, emprezas para que não conseguiu encontrar socios, nem fundos, ahi travou conhecimento do dicto dr. Maciel, quando regressava da Europa, e delle recebeu as primeiras inspirações para se lançar com afinco, na nova empreza, de que viria a ser a victima principal.

« Cumpre accrescentar que, para alguns dos mallogros do mesmo alferes em suas pretenções, além da circunstancia de ser tiradentes, devia tambem contribuir o seu physico. Era bastante alto e muito espadaúdo, de figura antipathica, e feio e espantado... O alferes Silva Xavier, porém, á custa de algum sacrificio, pedindo até dinheiro emprestado, resolveu seguir para o Rio de Janeiro. As recommendações que solicitou para militares dessa praça, as exclamações que desde logo começou a proferir, deante dos da tropa, depois de chegar a esta vice-côrte, nos auctorizam a crer que não voltára só com intenções de saïr ao encontro do seu requerimento acêrca das empresas dos trapiches e das aguas, mas sim de aqui adquirir, tão indiscretamente, como em Minas, e com a mesma perseverança, partido em favor da independencia da patria. Infeliz! Não tinha obtido mais do que conseguir fazer, livre de algemas, até o sitio do seu martyrio, a jornada que os demais companheiros, menos culpados e até innocentes, haviam de fazer, pouco depois, acorrentados ».

Algumas páginas adeante, relata Varnhagen: « Alvarenga, Maciel e Vidal Barbosa revelaram quanto sabiam, e o mesmo fez religiosamente o Tiradentes, (depois de haver tudo negado a principio), quando se persuadiu, devoto como era, que estava de Deus que tudo ficasse sabido. Os seus depoimentos ultimos merecem, pois, o conceito de um relato, muito verdadeiro, de quanto se passou ». Depois, ha este trecho, que é uma glorificação do Tiradentes: « Do alferes Silva Xavier sabemos que ouvira a sentença com toda a sere-

nidade e que, com a maior abnegação de si, chegou a dizer quanto estimava vir a pagar as culpas daquelles que elle havia compromettido. Por esta fórma elle se adeantou a acceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e as glorias do martyrio, que hoje lhe confere a posteridade. O dia 21 de Abril veio a ser designado para o do seu supplicio no Rio de Janeiro. Teve elle logar depois das 11 da manhã, na praça então denominada da Lampadosa, junto á actual da Constituição. Toda a tropa estava em armas, e postada pelas ruas com cartucheiras providas. O acompanhamento foi apparatoso, e a população curiosa se apinhava pelas ruas e praças. Ao pedir o carrasco perdão ao réo, quando lhe vestia a alva, exclamou elle: « Oh! meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés; tambem o nosso Redemptor morreu por nós ». Marchou depois sereno ao supplicio, pediu por tres vezes ao carrasco que abreviasse a execução, e, com os olhos pregados no Crucifixo, subiu ao patibulo...» Terminando o capitulo, lamenta Varnhagen as victimas da conspiração, « *que tantas sympathias inspira a todas as almas generosas* »; faz as mais judiciosas observações acêrca das difficuldades com que deviam luctar os conjurados, ou da impossibilidade do triumpho, por dispôr o govêrno da metropole de fôrças disciplinadas e leaes, em outras capitanias, que facilmente poderiam auxiliar a auctoridade em Minas; e, finalmente, manifesta de modo irretorquivel os perigos, a que ficaria exposta *a Republica de Minas,* caso vingasse a conspiração: « Essa pequena republica, encravada no meio do majestoso Imperio de Sancta Cruz, não teria sido um mal? Não teria alguma nação poderosa procurado pretexto de guerra para buscar ter nesse territorio uma Guiana? Não teria ainda nelle tambem outra Guiana o proprio Portugal? Curvemos a cabeça ao decreto da Providencia, que, á custa do proprio sangue dos martyres do patriotismo, veio a conduzir-nos á unica situação, em que podemos, sem novos ensaios, procurar ser felizes, e fazer-nos respeitar como nação.»

Não sei si foi nas páginas meramente descriptivas, ou nas justas e irrefutaveis considerações que o bom senso de Varnhagen fez sôbre os factos narrados, que a perspicacia de Eduardo Prado descobriu qualquer menoscabo da heroicidade

de Tiradentes, ou a intenção de deprimir a grandeza e a belleza dos feitos da nossa Historia.

Um extrangeiro, completamente alheio aos interesses da metropole, bem como aos da colonia, um historiador que á sua intelligencia fulgurante alliava incontestavelmente um animo justo e recto, Southey, que tantas vezes tenho sido obrigado a nomear, conta-nos como se deu a conjuração, em phrases muito menos deferentes que as de Varnhagen: « Em Minas Geraes se passou isto. Enthusiasmado com o exemplo dos Estados Unidos, julgou um official de cavallaria daquella capitania egualmente facil para os seus conterraneos sacudir a auctoridade da mãe-patria, fundando uma Republica independente. Sem ver a differença entre Americanos e Brasileiros, em todas as suas circunstancias, habitos, instituições e sentimentos hereditarios, costumava elle dizer que a paciencia do Brasil, não fazendo o que fizera a America ingleza, passava as nações extrangeiras. Era o seu nome Joaquim José da Silva Xavier; mas, chamavam-no geralmente o *Tiradentes*, tão vulgares as alcunhas em Portugal e no Brasil, que nos documentos officiaes e escriptos historicos se encontram. Além da capitania de Minas Geraes se não alargavam os seus planos, ou porque lhe pareceu assás vasto este territorio para constituir uma poderosa Republica, ou porque teria sido demasiadamente perigoso formar conspiração mais extensa, sôbre esperar elle que o triumpho alli induziria outras provincias a arvorar o estandarte da revolta, podendo depois formar-se uma união federativa. Até dentro do seu proprio paiz não punha elle, porém, a confiança na opinião pública, nunca até então perturbada, mas num peculiar estado de cousas, não menos perigoso á estabilidade do govêrno do que desacreditador da sua prudencia... Como doudos procediam os conspiradores: faziam discursos sediciosos, onde quer que se achavam, e perante toda casta de gente, exquecidos de que, embora estivesse descontente o povo, era vigilante e forte o govêrno, e de que, por mais que se anhelasse uma diminuição dos impostos, não se desejava outra mudança.» E sôbre a execução de Tiradentes, e o seu anterior procedimento durante o processo, nem uma palavra que lembrasse a coragem, a serenidade e a grande e incontestada nobreza de animo, que, embora concisamente, Varnhagen bem evidenciou. Apenas

isto: « Mitigadas em Lisboa estas sentenças, foi *Tiradentes* o unico suppliciado. Os outros condemnados á morte foram degredados, uns por toda a vida, outros por dez annos, prazos que depois ainda foram encurtados, como se practicou a respeito de todos os outros. Assim, embora fossem barbaras as leis, mereceu o govêrno portuguez o louvor de clemente; porquanto, por mais imperfeitas que nos pareçam as fórmulas de justiça observadas no processo, nenhuma dúvida póde haver quanto á natureza e alcance do intento.»

Este, sim, é que bem podia ser increpado de menoscabar a heroicidade de Tiradentes.

Um outro crítico de Varnhagen, cuja excessiva severidade tambem orça pela injustiça, é o nosso illustre consocio e provecto mestre de Historia patria, o sr. barão Homem de Mello, cujos sentimentos acêrca do nosso historiador têm sido reproduzidos e perfilhados por outros distinctos estudiosos e investigadores do nosso passado. Não hesitou o nosso illustre consocio em affirmar que Varnhagen *amesquinhou Colombo, e lhe arrancou da fronte os louros immarcesciveis*.

Tão grave é, como vêdes, a accusação, que bem merece um meticuloso exame. Difficilmente poderia um historiador commetter um delicto mais hediondo do que o de assim tractar o descobridor da America. Primeiro que tudo, cumpre investigar e precisar bem os processos de amesquinhamento applicados pelo nosso glorioso compatriota. Esses processos consistiram em descrever o convite, que a Colombo dirigiu d. João II, em Março de 1488, para ouvir o navegador genovez acêrca dos seus audaciosos projectos; em referir que na *Bibliotheca Colombina* da cathedral de Sevilha se guarda um exemplar da *Imago Mundi*, do cardeal Pierre d'Ailly (*Petrus Alliacus*), bispo de Cambray, « codice veneravel », que foi o « catechismo onde o nauta ousado adquiriu talvez a maior parte dos seus conhecimentos cosmologicos »; em repetir a asseveração incontestavel de que « na errada persuasão de haver abicado ás costas da Asia, havendo chegado a ellas desde a Hispanha sempre por mar, pelo rumo do Occidente, morreu o grande homem, que verdadeiramente se póde dizer que consummou a obra começada por Alexandre, de pôr em communicação reciproca o genero humano ». Consistiram

mais em lembrar a licção de A. de Humboldt, de que o continente americano fôra antes pelo lado septentrional visitado por naturaes da Irlanda e da Islandia; e que foi preciso que os Portuguezes chegassem por mar á *verdadeira India,* para se ficar sabendo que era esta a mesma India, a que antes alguns viajantes tinham chegado por terra, e que a região descoberta por Colombo formava um continente diverso, separado do antigo por um vasto mar. Consistiram finalmente em dizer que se devia admirar o saber de Strabão, quando escreveu que no meio do Atlantico, distante do Mediterraneo, bem se poderia descobrir um, ou mais continentes, povoados de raças diversas; e que devemos admirar a fé e a perseverança de Colombo, mas sem condemnar os cosmographos que repelliam as idéas do Genovez, « as quaes, segundo hoje sabemos, não eram de bastante peso », e reconhecer a fragilidade humana, que chama « sciencia o que não passou de um êrro feliz ».

Mas, senhores, isso é um resumo do que está nos historiadores que se occupam dos descobrimentos de Colombo. Em um livro consagrado aos estudos de *Os Descobrimentos Portuguezes e os de Colombo*, um laureado litterato de Portugal, que foi simultaneamente um eloquente orador politico e um dos homens mais queridos e populares do seu paiz, Pinheiro Chagas, condensa em algumas páginas, notaveis pela erudição, pela segurança e pela concisa brevidade com que accumula uma grande mole de factos e de idéas, o que antes se havia escripto acêrca de Colombo, dos seus conhecimentos geographicos, dos seus projectos e das suas viagens. A leitura dos geographos antigos e especialmente a da *Imago Mundi*, de Pierre d'Ailly, gravou no espirito de Colombo, como uma idéa fixa, a convicção de que era perfeitamente possivel chegar á Asia, partindo dos Açores, convicção que communicou ao rei de Portugal. O sonho de Colombo, o que delle fez « um allucinado de genio, um visionario de visões lucidas », era ir á Asia pelo occidente da Europa. Nunca se aninhou em sua mente a idéa de que no vasto oceano tenebroso tambem se lhe poderia deparar um novo continente ignorado.

Pois dizer isso, isto é, reproduzir uma das verdades mais estafadas, é negar, ou diminuir, o feito de Colombo? O que no navegador genovez se admira não é a sciencia; é o enthusiasmo, a fé e a perseverança. Foram esses predicados que

arrastaram a alma, « vibratil a todos os enthusiasmos e apaixonada pelas visões mysticas » dessa extraordinaria mulher que foi Isabel a Catholica, « a mais radiosa encarnação da alma heroica da Hispanha, aquella que nos apparece nos longes da Historia como a estatua da Poesia do Romancero ». Foram esses predicados que cada vez tornaram mais hesitante, mais frio e prevenido o espirito lucido, calmo e equilibrado de d. João II, de Portugal, « deante daquelles projectos meio mysticos, meio scientificos; deante daquella exuberancia de palavras e de pensamentos, que não quadra ao seu espirito nitido e conciso », deante « daquelle Italiano, com aquella prodigalidade de palavras e de fórmulas obsequiosas, characteristicas da raça ».

A Varnhagen, historiador severo e conscio da natureza e gravidade da sua missão, nunca poderia ser tolerada a liberdade que, como poeta, para si tomou o nosso Porto Alegre, que, em um dos primeiros cantos do *Colombo*, nos apresenta o navegante genovez a acalmar a maruja sublevada com a promessa do regresso a Palos depois da maravilhosa façanha do descobrimento de um novo mundo.

« Vereis nas ledas faces das matronas
Espirar a saudade, quando a amarra,
Rangendo no escovem, soltar o ferro,
E na patria entranhar-se ao som dos vivas,
Parar o leme, portuchar-se as velas,
E á voz do bronze o pavilhão iberio
Victoria a proclamar, mostrando á Hispanha,
A' Europa, ao mundo absorto, um novo mundo! »

Não é essa a unica censura que faz vehementemente a Varnhagen o nosso venerando consocio. Longo e complexo é o libello, que conclue negando ao historiador brasileiro o titulo de historiador, e rebaixando-o á categoria de « um mediocre chronista ».

Chronica de mais de tres seculos da vida de uma nação, feita methodicamente, com a reconstrucção meticulosa, e tão documentada quanto possivel, de todos os factos de ordem historica; chronica escripta depois de muitos annos de ininterruptas pesquisas e da acquisição de abundantes conhecimentos das sciencias — auxiliares da Historia, e com o intento, confessado, de prestar subsidios « ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao diplomata, ao estrategico, ao naturalista, ao

financeiro e aos varios artistas », e « tambem para fortificar os vinculos da unidade nacional, e orientar e exaltar o patriotismo, e ennobrecer o espirito publico, augmentando a fé no futuro e na gloria das lettras », não é Chronica; é Historia.

Notareis provavelmente que pelas páginas dessa Historia nunca perpassou um grande sôpro philosophico, e que nellas não predomina uma elevada tonalidade litteraria. Bem facil me fôra redarguir que não são historiadores unicamente os Buckles, os Mommsen, os Taine; o primeiro inspirado no conceito fundamental da historia de Kant, e os outros dous creadores de uma doutrina filiada á idéa primordial da concepção historica de Hegel. Na galeria dos historiadores não ha logar sómente para espiritos de egual envergadura, nem estes se engendraram jámais em paizes de cultura incipiente, e sem os muitos seculos de evolução que têm atraz de si a França, a Allemanha e a Inglaterra.

Senhores, não finalizarei esta parte do meu estudo sem mais uma vez me queixar de uma injustiça do nosso venerando consocio para com o eminente historiador. Outras e não poucas, ainda poderia recordar. Mas, esta me basta para demonstrar quanto podem nas intelligencias mais rectas e illustradas a preoccupação e a prevenção. Tremenda carga faz o nosso venerando consocio contra Varnhagen, porque este escreveu acêrca da navegação aerea, e a proposito do invento do padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, esta página acoimada de impropria, destoante, indigna de um livro de Historia: « O problema da navegação aerea é tão antigo como a humanidade, e, si a raça humana não acabar, elle tem de se resolver favoravelmente; e então sim, que as nações experimentarão uma verdadeira revolução, e ai daquellas que, tendo julgado a resolução do problema impossivel, não se hajam preparado para aguentar os abalos e choques dessa revolução! Quando vemos que os passaros voam, que voam os morcegos, que não são mais que pequenos quadrupedes alados, quando observamos que tanto estes como aquelles caem apenas pela ruptura de uma das azas, lhes falta o equilibrio com que, á custa da resistencia do ar, se mantinham suspensos,somos levados a crêr que á mente se nos apresenta como mais facil o problema da navegação aerea (executado não pela escassa força muscular do homem para tal, mas

pela fôrça das machinas, que se póde elevar ao gráo que se deseje), que esse outro, que (apezar de muito mais complicado) ella já resolveu, da navegação maritima. Para servir-se das velas, com ventos largos e á bolina, para navegar com barcos de vapor, o homem poz de sua parte exforços extraordinarios de invenção e de intelligencia, ao passo que do problema da navegação aerea a mesma natureza apresenta modelos para o adejo ou remigio, e só nos cabe estudar-lhes suas leis dynamicas e imita-las e applica-las em ponto grande, em uma machina. A esta imitação e applicação se póde, pois, reduzir a arte de resolver o problema da navegação aerea com a unica particularidade de que a melhor fórma do solido voador deverá ser achatada e horizontal, afim de poder seguir todas as direcções, soffrendo o seu bojo a menor resistencia do ar, e a menor impressão possivel dos ventos contrarios. Tambem se póde prever, que, quanto maiores forem taes vehiculos aereos, tanto mais vantajosos hão de ser. Seus ancoradouros serão no espaço atmospherico, que por toda parte terá a profundidade que se requeira. Bartholomeu Lourenço entendeu o problema pelo lado mais natural, estudando-o no vôo dos passaros, e deduzindo deste a sua theoria; de onde veio a chamar o publico ao seu balão — « Passarola »: e bem que elle lhe chamasse continuamente barqueta ou naveta, algo havia, entretanto, nestas barcas com a fórma de passaro ».

Ahi temos, senhores, uma página verdadeiramente prophetica, em que a Varnhagen nem escapou o papel, ainda hoje para nós estupendo, que devia ter na guerra, como verificamos actualmente, o invento que realizou a navegação aerea, de accôrdo com a concepção geral que della formava o nosso historiador.

Passemos agora ao delicto maximo de Varnhagen, ao que todos os seus criticos lhe imputam e nenhum lhe perdôa. Será a falsa narração de algum dos factos da Historia brasileira? Ou a indesculpavel omissão de um acontecimento capital, ou decisivo? Ou a erronea interpretação de qualquer documento, ou de qualquer fonte essencial da nossa Historia? Não é nenhuma dessas graves faltas, que póde perpetrar um historiographo. Tracta-se apenas de mais uma apreciação, de mais um conceito, de mais um commentario, de mais uma opinião de Varnhagen acêrca dos factos que descreve: do

juizo de Varnhagen sôbre a escravização dos indios e o tractamento a estes ministrado.

E, como o que primeiro e mais desenvolvidamente expoz esta censura á obra do nosso eminente historiador, foi João Francisco Lisbôa, peçamos emprestado a este o resumo que fez das asserções heterodoxas e condemnadas de Varnhagen: « O auctor sustenta:

Que os colonizadores, nas suas primitivas relações com os indigenas, foram constantemente justiceiros, benevolos e até caritativos.

Que os indigenas, selvagens, aleivosos e brutaes, foram sempre os aggressores e primeiros motores das guerras.

Que só depois de amestrados pela experiencia é que os Europeus recorreram á força, cujos abusos de resto têm sido exagerados, e foram em grande parte devidos ás contradicções das leis da metropole, das quaes resultava a anarchia.

Que a fôrça, a guerra, a coacção, o medo, o terror, a escravidão, em uma palavra, são admiraveis instrumentos de conversão e civilização, entretanto que os meios lentos e efficazes da catechese, ou eram traças e alvitres interesseiros ou meros abortos de monomanos pseudo-philanthropos.

Que os meios fortes e violentos sempre foram os mais bem acceitos da sabedoria antiga e moderna.

Que só por essa preferencia se explica razoavelmente a admissão da escravidão na Grecia e em Roma, a humilhação dos parias na Asia, e o feudalismo na edade média.

Que nem de outra fórma se podem explicar as penas de galés e prisão, admittidas no nosso codigo criminal, e a escravidão africana que ainda conservamos.

Que a escravidão africana, como foi entre nós organizada, é impia, cruel, atroz em si mesma, e immoral, corruptora, embrutecedora, anti-civilizadora em summa nos seus resultados.

Que a mesma humanidade para com os indios, nossos ermãos, nos está aconselhando que recorramos de novo aos meios fortes, franca e nobremente, sem tergiversações, para acudir-lhes e salva-los, emquanto elles de todo se não destroem uns aos outros.

Que finalmente os seus quilombos devem ser assaltados e rendidos, e elles arrancados do centro dos bosques para as

nossas cidades, distribuidos no serviço domestico, postos a bordo dos navios, ou aldeados, quando menos juncto ás grandes povoações.

Eis ahi tudo, e não é pouco. Quantas contradicções, quantos erros, que iniquidades consagradas, justificadas e aconselhadas nestas poucas páginas! »

Remontemos por alguns momentos, senhores, á epocha em que Varnhagen estudou e escreveu a sua Historia, e reproduzamos depois as proprias phrases malsinadas de Varnhagen. Tal é a melhor resposta que se póde dar aos apaixonados e implacaveis accusadores do historiador brasileiro.

A respeito dos nossos indigenas duas correntes de idéas, profundamente oppostas, se espalharam entre nós. De um lado, Gonçalves Dias, « confundindo a Historia com a Poesia (para me servir das proprias palavras de Lisboa), e a sciencia dos factos e dos juizos severos da razão com os devaneios da imaginação, quiz identificar a actual nação brasileira com essas tribus ferozes, e poz a nossa prosperidade dependente da sua completa rehabilitação,porquanto dos indios tudo se devia esperar; pois que elles haviam sido o instrumento de quanto no Brasil se practicara de util e grandioso, tinham dado a base para o nosso character nacional, e eram o principio de todas as nossas cousas ». Não supponhaes que exaggero, e que Gonçalves Dias não tenha feito adeptos. Formou-se, conforme a expressão de Varnhagen no folheto — *Os Indios bravos e o Sr. Lisbôa*, « um patriotismo caboclo, de que pareciam fazer gala e ostentação os nossos poetas Gonçalves Dias e Magalhães ». Muitos annos depois, Eduardo Prado, como já vistes, ainda era seu corypheu, com esta variante, imposta pelas novas circunstancias do tempo: não é mais o Indio, é « o caboclo o Brasil real: foi elle quem fez o Brasil, é o homem « que todos devemos admirar pela sua fôrça ».

Do outro lado, havia em muito maior numero os que pensavam como von Martius, o qual, muito embora tivesse aconselhado que se tractassem bem os nossos aborigenes, lhes deferira a já conhecida sentença condemnatoria, declarando-os uma raça infima, destinada a muito proximo desapparecimento.

Contra os nossos autochthones ainda não se haviam enfileirado os argumentos que mais tarde forneceu a Anthro-

pologia, e a Ethnologia, e a Anthroposociologia. Ainda não tinham os Gobineau e os de Lapouge composto, com uma precipitada e extranha mescla de phantasia e de maravilhas e retalhos scientificos, essa theoria da desegualdade das raças, com a supremacia incontestavel da que revela certos characteres, e a irremediavel inferioridade de todas as outras, tão saboreada e aproveitada pelos Allemães, e tão repellida pela Historia e pela Mesologia. Mas, predominava então na grande maioria dos Brasileiros a convicção meramente empirica e grosseira da irremissivel inferioridade dos Indios e dos Africanos, natural revivescencia de idéas ancestraes desse periodo a que allude Lisboa, e no qual « os selvagens eram havidos em conta de brutos, extranhos ao gremio da humanidade e effectivamente tractados como taes, sendo mister para rebater estas odiosas pretenções que por bulla do papa fossem elles declarados verdadeiramente descendentes de Adão e Eva, e com egual direito aos fóros dos mais homens ».

Consolemo-nos com o que se passou, por essa mesma epocha e ainda depois, na America do Norte, onde sabem todos como tem sido tractado o negro, e os conceitos que sôbre elle tem espalhado uma Theologia estupida e cruel, e os mais crassos erros que fôra possivel perpetrar no dominio da Anthropologia e da Ethnologia, e onde peior foi a sorte do indigena do que no Brasil; porque lá se uniu a hypocrisia a eguaes, ou talvez maiores atrocidades do que as practicadas no Brasil. Vêde o que a respeito escreveu um extrangeiro insuspeito, que teve o tempo necessario para, durante uma demorada permanencia naquelle paiz, bem e imparcialmente estudar o tractamento proporcionado aos aborigenes. Uma phrase de Carlier synthetiza tudo o que poderia recordar-vos: « difficilmente os Norte-americanos reputavam os indigenas homens, cuja vida merecesse respeito ».

Eis o ambiente em que se deram os factos narrados por Varnhagen, e que ainda influiu no espirito deste ao escrever a primeira edição da *Historia Geral do Brasil*. Advirto sôbre esta ultima circunstancia; porque, na segunda edição Varnhagen modificou um pouco os seus conceitos, *o que, aliás, se dera tambem com Lisboa*, tão severo para com o nosso historiador neste assumpto.

Vejamos as idéas definitivas de Varnhagen a respeito dos

indigenas, na *ultima edição da Historia Geral,* e no folheto — *Os Indios bravos e o Sr. Lisboa.* Em primeiro logar, nota-se que não era extranho á preoccupação da vida, da saude e do proprio bem estar dos Indios. Lêde esta observação, em que desce a minudencias acêrca das horas de trabalho, que revelam o respeito do auctor á personalidade do aborigene: « Parece que logo a principio, no Brasil, onde a natureza é tão fecunda, que permitte conseguir talvez resultados eguaes aos de outros paizes com metade de trabalho, ninguem se lembrou de que bastava que os colonos ou os indios, trabalhassem nas lavouras desde as cinco até ás oito ou nove da manhã, e desde as quatro ou cinco até ás seis e meia da tarde, descançando assim, ou empregando-se em casa, durante as sete horas mais calmosas do dia. E isto, apezar de que, segundo bem sabemos, era esta entre os proprios indios a práctica geral, antes da chegada dos Europeus ».

Insurgia-se Varnhagen contra o procedimento dos Jesuitas, que accusava de incoherentes na práctica com os seus conselhos: « A principio os donatarios haviam admittido o systema de distribuir os (indios) que se aprisionavam em guerra (si os não tomavam para si), pelos colonos principaes, ou que mais serviços haviam prestado nas mesmas guerras. Commetteram-se, porém, com o tempo, abusos, e se intentou tractar de algum outro meio de resolver o problema, o qual se complicava com as idéas de philanthropia e de liberdade delles, que os Jesuitas prégavam mais com a palavra do que com o exemplo; pois não começaram por libertar os que lhes davam obediencia.

« Não temos nenhuma sorte de prevenção contra os illustrados filhos de Sancto Ignacio, que tão assignalados serviços prestaram á instrucção pública e ao Christianismo; mas, quando os documentos accusam delles algumas irregularidades, não tractaremos de as contar com artificiosos disfarces, que antes pareceriam adulação injusta. Os povos viram na pretendida philanthropia e protecção dos Indios uma verdadeira decepção contra elles, quando os braços começaram a escassear para as primeiras necessidades da industria. A Côrte sem conhecimento do character dos indios, e influida pelos mesmos Jesuitas, julgou a principio dever libertar aquelles completamente. Representou o povo contra, provando que os que

pertenciam ás aldeias ou missões da Companhia eram, sim, absolutamente immunes, e protegidos contra toda classe de tropel extranho, mas que, bem considerado o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como taes não só nos collegios, como nas terras chamadas dos *Indios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres Jesuitas. Si das roças se sustentavam os trabalhadores, outro tanto se passava com os demais habitantes; e, si o trabalho era suave, é porque os operarios eram em grande numero.»

Não se revoltava o nosso historiador sómente com a desegualdade de tractamento, que para si pretenderam os Jesuitas. Tambem o seu espirito justo não podia soffrer esta outra desegualdade consistente em condemnar a escravização dos Indios, e justificar ou attenuar a dos Africanos. «A questão mais espinhosa em S. Paulo, como em todo o Brasil, não era a das minas, que seguiam lavrando-se pacificamente, como ainda pouco rendosas; era a dos Indios, aos quaes os religiosos da Companhia tanto queriam amparar, que chegava a ser impossivel a nenhum morador, excepto aos mesmos religiosos, o valer-se do serviço delles, ainda mediante contractos de paga de aluguel ou soldada. E o peior era que os padres tinham tambem fazendas e engenhos, e os seus generos competiam no mercado com os do povo, que pagava mais caro os braços que necessitava para a sua industria. Os moradores de S. Paulo, julgando-se opprimidos por arbitrios que classificavam de hypocritas e até de interesseiros, e necessitados de braços para a agricultura e a lavra das minas, em vez de fazer contractos com os que estavam sujeitos aos Jesuitas, *ou de irem buscar negros além dos mares com barbara crueldade nos porões dos navios,* assentaram de valer-se de outro meio, *aliás menos vil do que este ultimo*, por isso que mediava uma lucta, na qual expunham suas vidas. Organizaram-se em bandeiras e começaram a ir prender Indios bravos mui longe e fóra da jurisdicção dos padres. Fizeram bem? *Affirma-lo fôra tão pouco humano, como defender menos nobremente qualquer outra escravidão*. O certo é, porém, que os interesses do Estado não estão em alguns casos temporariamente de accôrdo com os sentimentos da mais generosa philanthropia, que aliás desde seculos préga e proclama louvavelmente a Egreja.»

Neste ponto, notoria e incontestavel é a superioridade de Varnhagen relativamente a todos os seus criticos; porquanto estes só viram a injustiça menor, a menos grave crueldade, e não tiveram intelligencia para vêr, ou sensibilidade para condemnar com a mesma indignação o crime mais hediondo, que foi a escravização dos Africanos. A verdade sôbre este assumpto está nestes conceitos do nosso operoso e illustrado patricio sr. Rocha Pombo, na *Historia do Brasil*: « a sorte do negro é incomparavelmente mais penosa e horrivel que a a do indio. O nosso selvagem estava na sua terra, e tinha por si não só a soberania do sertão, como o patrocinio do missionario, a voz da humanidade, e até a palavra de ordem dos governos. O negro não teve por si a misericordia de nenhum coração.»

Varnhagen insiste muito na incoherencia dos Jesuitas, no que respeita á escravização dos Indios: « Na conversão dos Indios, prestaram um grande serviço na infancia da colonização, animando os governadores a proseguir sem escrupulos o systema de os obrigar á fôrça, em toda a parte reconhecido como o mais proficuo para sujeitar o homem que desconhece o temor de Deus, e a sujeição de si mesmo pela lei. Entretanto, é lamentavel que justamente se apresentassem a sustentar o systema contrario, quando tiveram fazendas que grangear com o suor dos Indios, ao passo que os moradores da terra, comprando os escravos d'Africa, e arruinando-se com isso, não pederiam competir com elles na cultura do assucar ».

As idéas de Varnhagen acêrca dos nossos autochthones não eram de... Varnhagen. Faziam parte integrante do ambiente da epocha. A necessidade do recurso á fôrça e a inutilidade em muitos casos da catechese e dos meios suasorios eram affirmadas em documentos officiaes, em que Varnhagen se apoia para justificar as suas asserções. Além de muitos relatorios de presidentes de provincia, lembra o nosso historiador muito notadamente o do ministro do Imperio de 1852, em que se lê este trecho, relativo aos indigenas: « sem o emprego da fôrça... não é possivel repellir a aggressão dos mais ferozes, reprimir suas correrias, e mesmo evitar as represalias a que ellas dão logar », ao que accrescenta Varnhagen, reproduzindo a observação de um missionario: « Entre os Indios

era tal a idéa dos beneficios da ameaça e do terror, que elles proprios pretendiam intimidar os céos, disparando-lhes frechas com o intento de applaca-lo ».

Varnhagen era um homem profundamente convencido das idéas que expendia a respeito dos Indios, e sobretudo perfeitamente persuadido de que a applicação de seu plano redundava em beneficio incontestavel para os indigenas, por ser o unico processo efficaz de civilização para os selvagens. Vêde mais este trecho do folheto já mais de uma vez citado: « Em vista de todos esses factos, o espirito chega a convencer-se de que não ha meio de civilizar os selvagens nomades sem primeiro fixa-los e obriga-los ao trabalho, como tão lucidamente no-lo disse Tocqueville, condições estas a que não se sujeitam sinão pela fôrça, quando elles consideram o trabalho, não só como um incommodo, sinão tambem como um opprobrio.» E ainda esta passagem do mesmo folheto: « O que ha de minha parte, é um fervoroso, excessivo (si quizerem) desejo e ardor de ver fóra do captiveiro da selvageria tantos de nossos ermãos. E quem sabe quantos se estarão perdendo, que poderiam, como vimos com o illustre commendador d. Antonio Philippe Camarão, vir a ser uteis a si e dar glorias á patria? » Para justificar o seu methodo de civilizar os selvagens, comparava a vida nomade do Indio com a que teria este — sujeito ao trabalho á fórça entre os civilizados, invocando em auxilio dos seus argumentos estes versos de Basilio da Gama no *Uruguay*:

« Fez-nos livres o Céo; mas, si o ser livres
Era viver errantes e dispersos,
Sem companheiros, sem amigos, sempre
Com as armas na mão em dura guerra,
Ter por justiça a fôrça, e pelos bosques
Viver do acaso, eu julgo que inda fôra
Melhor a escravidão que a liberdade.»

A sinceridade de Varnhagen é inquestionavel. Respondendo a João Francisco Lisboa, escreveu ainda estas palavras: « Reconhece o meu accusador a verdade, quando diz que não tenho « *interesse algum pessoal* », proximo ou remoto, em quaesquer resoluções que se possam dar á controversia que agitamos. Então, si não tenho reconhecidamente nenhuns

interesses nas idéas que professo, si essas idéas são hoje anti-populares no paiz (onde por certo seriam por si sós sufficientes para perder qualquer eleição para deputado), porque me não concedeis que tenho convicções fortes, que a ellas me impulsam? »

Como, senhores, haveis de condemnar a Varnhagen pelos seus conceitos sôbre a escravização dos Indios e a applicação da fôrça material para os chamar á civilização quando a cada instante temos deante de nós, entre os nossos espiritos mais cultos e mais aprimorados no estudo do Direito, enthusiasticos sectarios da doutrina de um eminente jurista philosopho, que com a mais ardente eloquencia fez a apologia da fôrça do esmagamento da vontade humana pela coacção material, como indispensavel preparo para a instituição do Direito? Bem sabeis que me refiro a Ihering, que, em meio de um immenso cortejo de discipulos convencidos, prégou uma concepção philosophica do Direito, em que ha logar para estas asserções: « o dominio primitivo da fôrça era necessario. Si a fôrça não tivesse esmagado as resistencias da vontade individual, si não tivesse habituado o homem á disciplina e á obediencia, como se teria podido fundar o imperio do Direito? Os tyrannos, os despotas mais perversos, têm feito tanto em favor do Direito, como os mais sabios e brandos legisladores. Era indispensavel o concurso de uns e de outros, para se formar o Direito de que hoje gozamos. Si não tivessem sido precedidos dos dominadores voluntarios, os organizadores da norma juridica nada teriam conseguido. Os povos antigos tiveram uma intuição dessa verdade: para elles a fôrça não tinha o character monstruoso que tem para nós. Sujeitavam-se ás violencias dos seus chefes, ás maiores atrocidades dos governantes, sem que manifestassem a mais ligeira revolta do sentimento do direito e da fraternidade humana. E' que nas crueldades mais hediondas viam apenas a acção das fôrças naturaes. Não têm razão os que censuram á Providencia o ter abandonado o homem nos primeiros passos da vida: o que então se deu, era necessario; sem esse dominio da fôrça bruta, sem a escravidão, teria sido impossivel a formação do Direito. »

Tanto se affirmou entre nós, a proposito das apreciações de Varnhagen acêrca da escravização dos Indios e de outros

factos da nossa Historia, que, si Varnhagen foi um incançavel investigador do nosso passado historico, e por suas incessantes pesquizas, feitas em varios paizes, prestou os mais relevantes serviços á formação da historia do Brasil, a sua critica nem sempre era segura, e não raras vezes lhe faltaram a serenidade e o alto criterio de historiador, que no extrangeiro já se começou a reproduzir, exaggerando esses malevolos e infundados conceitos. No *Museu Mitre, Catalogo Rasonado de la sección — Lenguas Americanas,* lê-se uma rapida critica sôbre o historiador brasileiro, que termina por estas phrases: « *El autor de este libro fué un infatigable investigador de domentos originales sobre la historia del descubrimiento de America que algo nuevo ha aportado á su historia y á su geografia, un historiador, concienzudo en cuanto á los hechos en si, pero difuso y falso en sus apreciaciones: era hasta cierto punto un enciclopedista historico — geografico — etnologico, con bastante preparación, pero ha mostrado en todas sus obras poco criterio y un espiritu sistematico sin equilibrio* ». Sabeis qual foi o escripto de Varnhagen que provocou tão injustas censuras, nem provadas, nem demonstradas? Foi o opusculo — *L'Origine Touranienne des Américains Tupis Caribes et des Egyptiens, montrée principalement par la Philologie comparée,* em que Varnhagen accumula alguns argumentos em favor da hypothese, da mera hypothese da origem commum dos Tupis Caribes e dos Egypcios. De todos os trabalhos do historiador brasileiro é o menos interessante, pela propria natureza do assumpto, muito similhante a uma dessas hypotheses formuladas pelos paleontologistas, e que nunca se chegam a verificar, ou a uma dessas especulações da Metaphysica, em que se póde sustentar o pró e o contra com a mesma falta de base, com a mesma impossibilidade de provas e de demonstrações, com a mesma perfeita inutilidade para os espiritos sérios e despidos de preconceitos. Neste caso tanto valor tem a supposição philologica, o devaneio historico-litterario de Varnhagen, como a terminante e formal contradicta do critico argentino. Póde ser que os Tupis Caribes da America e os Egypcios tenham a mesma origem turaniana e póde ser que não. Ninguem até hoje penetrou esse mysterio.

Senhores, a critica feita entre nós á *Historia das Lutas com os Hollandezes no Brasil,* que reputo uma parte inte-

grante, ou um complemento da *Historia Geral do Brasil,* é uma perfeita miniatura da critica desta ultima obra. Ninguem contesta a exactidão das descripções, decalcadas com o maximo cuidado sôbre os documentos, e sôbre o estudo pessoal de logares que foram alguns dos theatros principaes da guerra. Mas, aqui se nos deparam egualmente annotações de ordem secundaria, concernentes a certos juizos ou commentarios, em que Varnhagen revela exaggerada predilecção ou injustificada antipathia por certas personagens desse periodo historico. Uma das victimas, geralmente apontadas, da injustiça do historiador brasileiro é João Fernandes Vieira, cujo amor ás riquezas e excessiva ambição são censuradas acrimoniosamente.

E' possivel que nos conceitos acêrca de Fernandes Vieira haja um pouco de excesso. O certo, porém, é que os reiterados pedidos de grandes concessões de terras, feitos, depois de terminada a longa e porfiada lucta, por Vieira e sua mulher provam que no animo do famoso guerreiro o amor ás terras era pelo menos tão intenso como o amor á gloria.

Varnhagen podia ser algumas vezes arrastado por suas convicções profundas e sinceras a alguma exaggeração nos juizos criticos. Mas, nos seus conceitos havia sempre um fundo de verdade e de justiça, e era justamente a sua constante preoccupação com a verdade e a justiça que o fazia exaltar-se em certas apreciações. Ouvistes, ha pouco, as palavras extremamente asperas, com que Varnhagen estigmatizou os plagios de Beauchamp. Pois bem: muitas dezenas de annos depois, em 1914, um notavel professor da *Faculdade de Lettras de Bordeaux*, L. Halphen, num excellente estudo sôbre *A Historia em França nos ultimos cem annos,* apresenta-nos o plagiador de Southey como um dos mais despreziveis typos do plagiario, e capaz de formar com algumas recordações de homens célebres falsas *memorias*, como fez com Fouché.

Decorridos quasi 38 annos depois da morte de Varnhagen, quando se lhe examina attenta e serenamente a obra de historiador, confrontando-a com uma critica, em que a nota characteristica não é a benevolencia, mas talvez o sentimento contrario, a *Historia Geral do Brasil* avulta num crescente relêvo, ao mesmo tempo que se esbatem, se adelgaçam, se apoucam as observações e os commentarios, com que alguns estudiosos do

nosso passado lhe têm a espaços tentado pôr em destaque as falhas e as incorrecções. Algumas dessas annotações criticas chegam a ser mesquinhas e grotescas, tal a ausencia de fundamento que as alicercem.

Tenho para mim que dous sinões se nos deparam na obra do historiador brasileiro, um de pensamento e outro de expressão.

O primeiro era quasi inevitavel, e consiste num peccado venial, tão commum entre os historiadores, que descabida é a severidade com que alguns o julgam e condemnam. Quando Varnhagen começou a preparar-se exforçadamente para compôr a Historia do Brasil, sem um só modêlo, sem um só guia dentro no paiz, que apenas podia offerecer-lhe algumas memorias, chronicas parciaes, notas genealogicas, materiaes para a Historia, muito deficiente e desordenadamente accumulados, fóra do Brasil, e em meio da nação que em assumptos scientificos e litterarios, como em tudo o mais, dictava despoticamente aos povos latinos as leis da moda, na França, a maxima e quasi exclusiva preoccupação dos historiadores era a « caçada aos documentos ». De tal arte se absorviam os espiritos na investigação da verdade historica pela pesquisa e estudo meticuloso das fontes, que Victor Hugo, como membro da *Commissão de Litteratura,* uma das incumbidas de preparar os elementos de uma completa Historia da França, propunha insistentemente, e com uma exaggeração só desculpavel num poeta, que se consultassem « todos os livros de contas e tods os registos de despesas ». Em meio dessa absorvente preoccupação, a que um ministro de Estado, que era tambem um historiador, Guizot, imprimiu o cunho official, não havia logar para as cogitações philosophicas, para a formação das generalizações assentadas nos factos historicos, para as concepções superiores da Historia, que appareceram mais tarde com Renan, com Taine, com Fustel de Coulanges; pois, as bellas syntheses de Michelet foram antes productos de uma fulgurante imaginação do que de uma intelligencia servida por methodos severos e proveitosos no dominio da sciencia.

Proferi o nome de Fustel de Coulanges entre os que acêrca da Historia formaram uma doutrina philosophica; mas, já quasi me arrependo e me desdigo. Não deve ser incluido

nessa classe de historiadores quem escreveu estas palavras: « O melhor historiador é o que mais se adstringe aos textos, que os interpreta com mais justeza, que só pensa e escreve de accôrdo com elles », e quem da cadeira da Sorbonna disse um dia aos alumnos: « Não vindes aqui procurar uma distracção, mas o ensino. Serão laboriosas as nossas reuniões. O que deveis esperar de mim é que vos traga cada semana o resultado de longas pesquisas... Offerecer-vos-ei factos, textos, sem nenhum apparato, sem nenhuma preoccupação além da de descobrir a verdade ». Eis a preoccupação dominante de quem tão profundo e tão elevado conceito tinha da sua especialidade e da sciencia em geral, que não hesitava em affirmar que a applicação de um bom methodo logico interessa tanto á moral como á sciencia, e que para attingir conclusões verdadeiras e uteis não basta uma grande erudição, é tambem necessario um character muito nobre.

Diversas não eram as idéas de Alexandre Herculano, quando escreveu a « Historia de Portugal »; pois, do que carecia essa Historia, era « de indagações profundas e de apreciações sinceras e desinteressadas. Será trabalho mais util, embora mais difficil, do que certas generalizações e philosophias da Historia, hoje de moda, em que se generaliza o erroneo, ou o incerto, e se tiram conclusões absolutas de factos que se reputam conformes entre si, e que provavelmente mais de uma vez os estudos sérios virão mostrar serem diversos, quando não contrarios.

Mais tarde, o auctor de uma outra « Historia de Portugal », Oliveira Martins, que do historiador exigia « sobretudo a observação directa das fontes primordiaes » e a descripção fiel dos acontecimentos », não levava a sua concepção philosophica da Historia além da vaga e rudimentar de Polybio e Plutarcho: « a Historia é sobretudo uma licção moral: eis a conclusão que, a nosso ver, sai de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no fôro das sciencias sociaes ».

Não imagineis, senhores, como alguem já imaginou, que tivemos um historiador de maior envergadura, e que superior teria sido a Historia do Brasil, si, em vez de Varnhagen, a tivesse escripto João Francisco Lisboa.

Varios capitulos esparsos da nossa Historia nos legou Lisboa. Em qual delles se revelou jámais um conceito mais

profundo da Historia, um criterio philosophico superior ao de Varnhagen?

No que Varnhagen era inferior a Lisboa, e aqui está o defeito capital do nosso historiador, era na fórma, na arte da composição, na exposição, para me utilizar do termo de que se serve o grande mestre de Historiographia, Ernesto Bernheim. Repetirei que não pretendo de modo algum que ao estylo do historiador se imprima aquillo que a singular concepção da Historia de Martius denominou, como já vistes, « o fogo poetico proprio da juventude ». Parece que muita razão tinha o auctor da « Cité Antique », quando prevenia o seu auditorio: « não se cuida nesta casa de licções attrahentes, nem de fallar com um bello estylo. Qualquer successo de linguagem seria para nós um verdadeiro desastre ». Mas, excluidos inuteis atavios, não é permittido — tambem eliminar a precisão, a simplicidade, a nitidez, a transparencia e a firmeza da phrase, os grandes predicados do mestre incomparavel, cujo nome acabo de proferir, e que mereceu de Albert Sorel o conciso e lapidar elogio de que « na descripção historica ninguem o excedeu ».

Neste ponto, senhores, me haveis de perdoar a audacia de ser para com o nosso historiador menos indulgente do que foi João Francisco Lisboa, e de não esconder o desgosto que causa a leitura de tantos periodos descurados, frouxos, pesados e monotonos, sem nervos e sem lustre. A « Historia Geral do Brasil » bem merecia um pouco mais de cuidado na exposição.

O que attenua as faltas de Varnhagen é a lembrança do peso immenso da tarefa de creador da nossa Historia, tarefa que nem siquer podia cifrar-se no trabalho continuo e tranquillo num só logar, mas que teve de ser desempenhada do modo mais penoso em epochas diversas e em muitos logares differentes, da America e da Europa.

Assim, quando estudamos no conjuncto essa obra difficil e fecunda, sobretudo — quando syntheticamente reflectimos nos resultados de tão longo e ingente exfôrço, não podemos reprimir um justo impulso de patriotismo, que nos leva ao sentimento da mais pura gratidão deante da construcção monumental, que, examinada sob faces diversas, é um indestructivel monolitho, que constituirá para sempre o suppedaneo,

sôbre o qual ha de repousar toda a Historia do Brasil, e um grande fóco de luz a illuminar simultaneamente o nosso passado e o nosso futuro, vinculados com fuzis indissoluveis: o passado, porquanto mostra com segurança e exactidão a longa esteira de progresso lento e firme, desde a mais humilde origem da colonia, iniciada com graves erros, máculas e estigmas, através de todos os obstaculos creados pelo meio physico, e pela insufficiencia de uma direcção politica que só a espaços tem estado na altura dos seus deveres, para culminar em admiraveis periodos de bem-estar, de progresso, de liberdade politica e de moralidade administrativa; o futuro, porquanto o conhecimento verdadeiro do passado e a consequente convicção de que os factos sociaes se reproduzem com uma evidente constancia e uniformidade, ou estão sujeitos a leis, nos infundem confiança e coragem, para atravessarmos os momentos anormaes de perturbações, de depressões e de recuos passageiros, e moderação e prudencia, para nos refrearmos e contermos nos instantes de extraordinaria prosperidade, que tambem sabemos serem transitorios.

Por vezes, chega a parecer-me que, para melhor fixar a nossa attenção nos factos e no succo ideal que delles reçuma, o que mais quadra ao nosso espirito, tão facilmente desviavel — pelas diversões estheticas — dos exforços de uma detida observação, ou de um prolongado raciocinio, é exactamente essa historia arida e sêcca, com os seus já conhecidos defeitos de exposição. Sim; talvez por abstrahir um pouco de taes imperfeições, vou até me convencer de que essa Historia, verdadeira e severa, despida dos ornatos mais singelos, que sómente dos factos expostos em toda a sua nudez faz uma eloquente e fecunda licção moral, social ou politica, é a Historia que nos convém, a que nos ministra os mais uteis ensinamentos. Cumpre lê-la e medita-la. Por ella ficamos sabendo que a nossa raça e o nosso meio physico não são obstaculos ás acções de maior valor, e aos feitos que demandam longa perseverança, espirito de sequencia, de demorada submissão a provações. A guerra hollandeza, em que durante trinta annos combatemos um inimigo valoroso e pervicaz, vencendo-o afinal e expulsando-o definitivamente do paiz, pôz em evidencia o valor das raças que concorreram para a formação da sociedade brasileira, e patenteou que o nosso meio cosmico e o cruza-

mento desses varios factores ethnicos não produziram uma nacionalidade de somenos energia.

Voltado o espirito para essa ordem de pensamentos, iniciada essa série de inducções, quantas verdades consoladoras se nos descortinam! Quantas licções proveitosas! Quantos ensinamentos decisivos!

Dous seculos mais tarde, a longa e penosa campanha, que pelejámos com o Paraguai (e que aos successores de Varnhagen coube descrever), serviu para revelar que o decurso do tempo e a continuação da obra de caldeamento das raças não nos haviam enfraquecido.

Outra bella experiencia, e esta sob uma paz duradoura e por uma boa parte do reinado de Pedro II, tornou bem manifesta, e acima de qualquer dúvida, a nossa capacidade para organizar e manter um governo que á maior liberdade politica reuna uma exemplar moralidade administrativa. Por muitos annos não tivemos que invejar a politica e administração das mais cultas nações do globo.

Ahi estão provas da nossa potencialidade ethnica, que aniquilam todas as objecções do pessimismo, assentadas nos argumentos anthropologicos e na influencia do ambiente material.

Que é que nos falta neste momento de prementes difficuldades, em que o desanimo e a consequente inercia avassallam tantos espiritos? Não temos que luctar com uma só das tremendas calamidades, que a guerra assoprou entre as nações da Europa. Não nos affligem factos superiores á vontade de homens regularmente educados e medianamente energicos.

Do que precisamos para vencer a presente crise (e ainda é o conhecimento da Historia, a comparação do presente com o passado, que no-lo revela), é de predicados que já tivemos, e facilmente podemos readquirir, de qualidades que se formam com algum exfôrço de comprehensão e um pouco de bôa vontade: de trabalhar com tenacidade, de economizar intelligentemente, de viver com a coragem de todo homem digno, de respeitar as leis e as auctoridades, de eleger auctoridades e representantes que se imponham ao respeito do povo por seu procedimento escorreito e exemplar, de disciplina e cohesão, de libertar-nos das ambições criminosas, illegitimas ou ex-

cessivas, de um pouco de patriotismo e de alguns pequenos sacrificios.

Reflectindo-se, vê-se bem claramente que o remedio para os nossos males está na observancia dos preceitos rudimentares da Moral, que, desde os tempos mais remotos até hoje, têm sido aconselhados pelos sacerdotes, pelos apostolos, pelos educadores, pelos philosophos e pelos estadistas. Não é necessario fazer nenhum milagre, nem revelar nenhum heroismo raro, nem descobrir nenhuma original solução, nem emprehender nenhuma acção extraordinaria. Basta practicar aquellas virtudes triviaes e cumprir aquelles deveres corriqueiros, que nos velhos paizes, de velhas tradições, foram sempre ensinados á infancia e á adolescencia pelos espiritos affectuosos e amaveis de um Epicteto, de um Seneca, de uma Sevigné, de uma Maintenon, de um Fénelon, de um Silvio Pellico, de um Julio Simon, de um Legouvé, de um Samuel Smiles.

Muito facil nos é o remedio. Nada justificaria o nosso perecimento, que fôra o mais vil de todos os crimes que póde commetter uma nação.

Em periodos como este, que ora atravessamos, mais claramente se patenteia a incontestavel utilidade do conhecimento exacto do passado. A medicação para as nossas enfermidades sociaes ha de vir forçosamente das indicações engendradas no estudo da sciencia social fundamental e das sciencias especiaes, a Economia politica, a Moral social, o Direito e a Politica, e todas essas sciencias só nos podem administrar verdades que sirvam de base a preceitos uteis e efficazes, que se tornem idéas — fôrças capazes de impulsionar proveitosamente o mechanismo da nossa vontade, quando fundadas na observação e na comparação meticulosa dos factos narrados com exactidão e segurança pelo historiador. Hoje só ha nações prósperas e fortes com o amparo da sciencia.

Varnhagen, mais de uma vez, e especialmente no prefacio da primeira edição da *Historia Geral do Brasil*, revelou uma intuição dessa verdade, e, portanto, do bem que nos legou com seu exemplo memoravel e com sua obra imperecivel, o que não nos deve maravilhar; pois, já muitos annos antes, o genio religioso e melancholico de Vico tinha lançado na *Scienza Nuova*, em meio dos preconceitos e dos erros do seu tempo, de que os mais altos espiritos nem sempre se libertam,

o grande aphorismo, que está no fundo de todas as concepções sérias e elevadas da Historia, e que sobretudo hoje deve ser adoptado como nosso lemma cardeal: em grande parte o homem se faz a si proprio, e as nações são obras de si mesmas. (*Calorosos applausos. O auditorio cumprimenta o dr. Pedro Lessa.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (presidente) agradece o comparecimento do sr. presidente da Republica, representado pelo illustre consocio sr. dr. Helio Lobo, secretario de S. Ex., e o dos srs. drs. Lauro Severiano Müller e Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, dd. ministros das Relações Exteriores e da Justiça, bem como o dos demais representantes das diversas auctoridades e selecto auditorio, e levanta a sessão, testimunhando ao eminente consocio sr. dr. Pedro Lessa o reconhecimento do Instituto pelo brilhantissimo desempenho que deu á incumbencia da mesma associação, proferindo sôbre o visconde de Porto Seguro o discurso que todos acabam de ouvir e que foi tão merecida e calorosamente applaudido.

Levanta-se a sessão ás 22 e meia horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA, EM 20 DE ABRIL DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso
(*presidente perpetuo*)

A's 20 horas, presentes os socios, srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, Max Fleiuss, drs. Edgard Roquette Pinto, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Pedro Souto Maior, almirante Arthur Indio do Brasil, Basilio de Magalhães drs. Homero Baptista, Gastão Ruch Sturzenecker, Sebastião de Vasconcellos Galvão, Alfredo Valladão, Augusto Tavares de Lyra, Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna e Alfredo Rocha, abre-se a sessão.

O sr. conde de Affonso Celso (*presidente*), ao abrir a sessão, diz que, antes de tudo, cumpre ao Instituto recordar a data de 20 de Abril, anniversaria do inclyto Brasileiro que foi o barão do Rio Branco, a quem a Patria e o Instituto tanto devem.

Cumpre tambem lembrar os nomes dos socios que falleceram no intervallo das sessões e que foram: os drs. Orville Derby, Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, José Verissimo Dias de Mattos, Affonso Arinos de Mello Franco, padre dr. Julio Maria e dr. Arthur Orlando da Silva.

De conformidade com a disposição estatutaria, será lançado na acta um voto de profundo pezar.

O sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê a acta da sessão especial, realizada em 17 de Fevereiro, centenario do natalicio do grande historiador Francisco Adolfo Varnhagen, visconde de Porto Seguro, sendo a mesma unanimememente approvada.

O sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte parecer da *Commissão de Fundos e Orçamento:*

— « *A Commissão de Fundos e Orçamento* examinou o balanço e as contas apresentadas pelo honrado sr. thesoureiro, commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, relativamente ao anno de 1915, e em tudo verificou a maior exactidão.

Já o sr. ministro da Justiça, em aviso n. 183, de 13 de Janeiro ultimo, approvou a perfeita applicação da applicação da subvenção concedida pela União ao Instituto.

A Commissão de Fundos e Orçamento, opinando pela approvação das contas e do balanço, que lhe foram apresentados, propõe um voto de louvor ao digno thesoureiro, guarda escrupuloso dos valores do Instituto, e ao preclaro presidente, sr. conde de Affonso Celso, que, com devotado amor, sempre se exforça pela boa gestão financeira da associação, que tão dignamente dirige. — Rio de Janeiro, 9 de Abril de 1916. — *Clovis Bevilaqua*, relator. — *Rodrigo Octavio.* — *Alfredo Rocha.* »

« Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria de Contabilidade — N. 183 — 2ª secção — Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 1916 — Declaro-vos approvadas as contas que acompanharam o vosso officio de 3 de Janeiro

corrente, justificativas do emprêgo da subvenção de 25:000$, concedida a esse Instituto, em virtude do aviso n. 1.615, de 26 de Abril do anno findo. Saude e Fraternidade. — *Carlos Maximiliano.* — Sr. Presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. »

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) diz que nos termos do art. 59 dos Estatutos este parecer deve ser immediatamente discutido e votado. Submette-o, pois, á discussão. Ninguem pedindo a palavra, declara que se vai proceder a votação.

O parecer é approvado por unanimidade.

O SR. FLEIUSS (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte parecer da *Commissão de Admissão de Socios:*

« A Commissão de Admissão de Socios nada tem a oppôr á proposta que apresenta para socio effectivo deste Instituto o nome sobejamente conhecido do illustre professor sr. dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana; antes, julgando da competencia e das nobres qualidades do novo proposto, congratula-se com o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, que só terá a lucrar com a cooperação de mais um exforçado cultor da nossa Historia.

Sala das Commissões, 19 de Abril de 1916. — *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho,* relator. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* — *Manuel Cicero.*

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) põe em discussão o parecer. Ninguem pede a palavra. Submette-o á votação.

O parecer é approvado por unanimidade e o SR. PRESIDENTE proclama socio effectivo do Instituto o sr. dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana.

O SR. FLEIUSS (*1º secretario perpetuo*) procede, depois, á leitura do seguinte parecer da *Commissão de Historia:*

— « *A Mulher e a guerra*, memoria offerecida ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo sr. dr. Erico Marinho da Gama Coelho, é uma exposição do modo pelo qual tem a mulher contribuido para a guerra. Acompanhando a evolução historica, desde a lenda das Amazonas; apreciando, com erudição, as figuras historicas das mulheres guerreiras ou abnegadas deante das pugnas mais cruentas, extrahe dos

depoimentos da Historia uma observação psychologica: a mulher desadora a guerra aggressiva; mas é de um valor heroico, de uma abnegação incomparavel na guerra defensiva. Não conhece o cansaço nem o temor, quando se tracta de defender o seu ninho e a sua gente, a terra onde vive, o homem que ama, e os filhos que amamentou.

Julgamos verdadeira a observação e pensamos que na cultura dessa modalidade emotiva da alma feminina está um dos elementos mais poderosos para a construcção da paz futura. A politica internacional encontrará nella um valioso estimulo e uma preciosa fonte de inspiração.

No curso da sua exposição, celebra o dr. Erico Coelho feitos memoraveis de mulheres brasileiras: as heroïnas de Tejucopapo, das quaes diz frei Rafael de Jesus que «não sabia o Flamengo determinar si o traje desmentia o sexo ou si a natureza errara a forma»; a india Clara Camarão e as suas valorosas companheiras da jornada de Porto Calvo; as Bahianas, que, ao lado de Maria de Medeiros, pelejaram em Itaparica, pela independencia da patria; a denodada Annita Garibaldi, mulher e progenitora de heróes, e a quem o Brasil e a Italia por egual veneram; e, ainda outras de animo forte em physico delicado. Todos esses casos brasileiros são de molde a confirmar a these de psychologia social feminina acima indicada.

Como annexos á referida memoria, apresenta o dr. Erico Coelho o seu relatorio sôbre *Assistencia e protecção á mulher gravida*, organizado por occasião do Quarto Congresso Medico Latino Americano, em 1909, e a Prelecção dada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que tem por objecto *As mulheres violentadas na guerra*. A primeira, é um excellente capitulo de Medicina pública; a segunda é uma interessante dissertação da Deontologia médica. Os conselhos do profissional competente merecem todo o acatamento, e o Relatorio , que tivemos o prazer de examinar, deveria ser meditado pelos nossos dirigentes. Não sabemos, porém, si a Ethica dará pleno apoio á these sustentada na Prelecção.

Dispensamo-nos, porém, de discutir o assumpto para sómente affirmar que estes dous escriptos confirmam o juizo que a memoria nos levara a fazer do pendor mental do

dr. Erico Coelho para os estudos historicos e sociaes: é uma aptidão preciosa, que a cultura desenvolveu e que ha de ser de grande valor para o Instituto, que deve abrir as suas portas, prazenteiro, ao medico illustre e ao politico operoso, que nos revela uma outra face do seu festejado talento.

O dr. Erico Coelho é uma intelligencia superior, que tem actuado efficazmente na evolução moral do paiz, e que, no Instituto Historico, será um collaborador precioso na tarefa complexa e vasta, que tomamos sôbre os nossos hombros.

Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1915. — *Clovis Bevilaqua,* relator. — *Pedro Lessa.* — *Basilio de Magalhães.*

O Sr. Presidente põe em discussão o parecer, sendo o mesmo approvado unanimemente, sem discussão. Remette o processo á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Ramiz Galvão.

Nada mais havendo a tractar o Sr. Presidente declara que vai levantar a sessão, convidando os socios para a sessão inaugural da Academia de Altos Estados, que se realizará dentro de poucos momentos.

Levanta-se a sessão ás 20 e meia horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA, EM 13 DE MAIO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso
(presidente perpetuo)

A's 21 horas, na séde social, presentes os socios srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, dr. Helio Lobo, dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, dr. Alfredo Valladão, dr. D. Lucas Ayarragaray, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, marechal José Bernardino Bormann, general

dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, dr. Pedro Souto Maior, dr. José Americo dos Santos, conde de Leopoldina e dr. João Coelho Gomes Ribeiro, abre-se a sessão.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem discussão.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) communica achar-se na casa o socio effectivo, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, que tendo cumprido as exigencias dos Estatutos, vem tomar posse.

(Dá entrada no recincto, presta o compromisso dos Estatutos e toma posse o sr. dr. Araujo Viana.)

O Sr. Dr. Araujo Viana, pedindo a palavra, profere o seguinte discurso:

« Sr. Presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro — Illustres Consocios. — Na primeira licção do curso que professei, a convite de v. ex., sr. presidente, disse sentir-me, naquella occasião, commovido, por motivo de ordem tão intima, que só por violencia ao meu temperamento, impedia correr o pranto de uma saudade, a qual, quanto mais os annos passam, mais profunda se torna em meu coração reconhecido. Sóbe de ponto a commoção no momento de tomar posse da cadeira de socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, que teve por presidente, dulongos annos, Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, meu avô paterno, meu segundo pae, porque do primeiro (o doutor em medicina Ernesto Augusto de Araujo Viana) fiquei orphão ao nove annos incompletos. Avaliarão, portanto, senhores, a maxima sinceridade desta expansão de minha alma....

Augmenta a emoção do instante o grato sentimento em receber o galardão de socio effectivo do Instituto Historico. Desvanecido estou por merecer tanta generosidade: « não tenho expressão adequada ao que sente o animo agradecido ».

Revelei na primeira licção do curso professado nesta casa, e me agrada repetir: foi no lar tranquillo de meus avós paternos, os marquezes de Sapucahi, onde nasci e me eduquei, juncto dos desvelos da minha extremosa mãe, foi nesse ambiente de sabedoria e modestia que me acostumei a venerar

o Instituto, cujo nome ouvia sempre pronunciado com excepcional carinho.

Desculparão, egregios consocios, ponha em relêvo esta nota tradicional da minha vida. No decurso do tempo a imagem desse benemerito Brasileiro me apparece cada vez mais nitida: e os ensinamentos delle recebidos teem sido sempre o meu amparo nesta peregrinação terrena, até hoje que, aos 63 annos de edade, me coucedeu Deus a deliciosa ventura de poder contemplar representante da minha terceira descendencia...

Enche-me de orgulho desculpavel a preciosa coincidencia de que dous nomes, caros para mim, pertencem á historia do Instituto Historico e Geographico Brasileiro: directamente o de Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, e indirectamente o de João Ignacio da Cunha, visconde de Alcantara, pelo facto de ter sido o fundador, o primeiro presidente e depois presidente honorario da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, da qual se derivou o Instituto Historico.

Permittam que me apresente apadrinhado, subjectivamente, por esses dous varões illustres, dos quaes me honro de descender.

Não se enxergue outro intuito que o ensejo e grato dever de preito opportuno á memoria de antepassados...

A individualidade de João Ignacio da Cunha, visconde de Alcantara, estadista no reinado de d. Pedro I, e fallecido a 14 de Fevereiro de 1834, conheço pela legislação, pelos annaes do primitivo Senado do Imperio, por documentação legada á familia e pela tradição oral transmittida por seus filhos. A vida de Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, conheço, porém, não só por elementos historicos, eguaes ou similhantes, e ainda mais por me ter sido narrada por elle proprio, de quem, desde os meus mais verdes annos, recebi a illuminação de seu espirito, e da sua sabedoria. Accompanhei a última phase da sua vida de estadista. Vasta e profunda era a cultura litteraria do marquez de Sapucahi. Elle, aos 81 annos de edade, agradava-lhe tendo deante de si obras classicas, provocar impressões de seu neto; dava-me, meus senhores, licções admiraveis da vernaculidade portu-

gueza, e, vindo a proposito, era tambem sorprehendente o discorrer do saber humano em outros departamentos.

A vida politica e activa do visconde de Alcantara, meu avô materno, se acha comprehendida, quasi que inteiramente, no reinado do primeiro Imperador, seu amigo antes e depois do celebre ministerio de 5 de Abril de 1831. Supportou o visconde com resignação e serenidade os revezes que acarretou seu leal procedimento, assim prisou o biographo dr. Antonio Henriques Leal, accrescentando o que eu poderia confirmar com documentação inedita: «grato o duque de Bragança a tamanha dedicação, nunca deixou de corresponder-se com elle, quer no exilio, quer durante a guerra civil de 1833, em Portugal, ainda nas peripecias mais assombrosas desse drama, ou na enfermidade de que veio a succumbir, communicando-lhe suas esperanças ,seus planos, seus triumphos e os desgostos que com elle se travavam.»

Nasceu em Alcantara, Estado, então Provincia do Maranhão, a 23 de Junho de 1781; era filho do cirurgião hispanhol Bento de la Cuña, natural de Sevilha, que com sua esposa e ermãos emigrou para o Brasil, no seculo XVIII, e se estabeleceu nessa provincia, muito procurada por pessoas distinctas daquella procedencia européa.

Concluidos os estudos de Humanidades, seguiu para Coimbra, e em Portugal encontrou, para recebe-lo, uma ermã de seu pae casada com o capitão Philippe Nery de Barros e Vasconcellos, os paes da viscondessa de Alcantara d. Violante Luiza da Cunha Vasconcellos).

O nome academico deixado em Coimbra e as relações adquiridas contribuiram para que, apezar de Brasileiro, merecesse logo a nomeação de juiz de orphãos de Lisboa, de onde regressou para o Brasil em 1807, no numeroso sequito da Familia Real Portugueza.

No tempo do Brasil reino e no Imperio, sabem os meus illustres consocios, exerceu elle cargos na alta magistratura: e no reinado do primeiro imperador o de ministro de Estado por mais de uma vez, senador pelo Maranhão e conselheiro de Estado. Discutidor no antigo Senado, muito sobresaïu nas questões relativas á nossa primeira organização judiciaria. De 7 de Abril de 1831 em deante, amigo, desde os bancos da

Universidade, de José Bonifacio de Andrada e Silva, a elle se ligou até morrer, sobrevivendo apenas tres annos depois do grande acontecimento.

O seu prestigio politico influiu para que fosse eleito, em 17 de Junho de 1831, membro da Regencia Permanente o seu sobrinho João Braulio Moniz, Maranhense e deputado pelo Maranhão. Militou na politica tambem outro sobrinho do visconde, o grande Manuel Odorico Mendes, eximio cultor das lettras; no jornalismo maranhense se distinguiram outros parentes, quaes João Francisco Lisboa (o *Timon*), José Candido de Moraes e Silva (o *Pharol*), e nas lettras portuguezas fulgura o notavel poeta contemporaneo Eugenio de Castro.

Os seus actos como administrador constam da Legislação: é conhecida dos doutos a acção fecunda do ministro do Imperio e da Justiça de 1830. Coube-lhe referendar a lei de 16 de Dezembro desse anno, mandando executar o Codigo Criminal.

O dr. Henriques Leal disse na biographia do visconde publicada no *Pantheon Maranhense* « dever-lhe sua provincia natal um bom serviço, qual o da nomeação do desembargador Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, para seu presidente. »

Decorridos 22 annos, já não existia o visconde de Alcantara, entrelaçaram-se as duas familias com o casamento de uma filha com um dos filhos do marquez...

Recordar-me de Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, o pranteado presidente deste Instituto, é tributo imposto constantemente á minha consciencia e conforta-me o coração.

Poderia resumir o valor e a vida do marquez nas expressões syntheticas com que, na edição de 24 de Janeiro de 1875, dia seguinte ao da morte desse estadista, se manifestou *A Reforma*, orgão do partido liberal adeantado:

« Adversarios politicos do illustre finado, escreveu a folha liberal, apressamo-nos em tributar-lhe as homenagens devidas ao seu character benevolo e á sua grande illustração. Servidor do Estado, desde os tempos da Independencia até os de hoje, havendo occupado os mais importantes cargos politicos, desde o de deputado até o de senador, ministro em crise de

effervescencia partidaria, o marquez de Sapucahi baixa ao tumulo sem deixar um só desaffecto. »

Quando saïu o volume de 1875, da publicação parisiense *Année Scientifique*, de L. Figuier, foram reproduzidas, em francez, nesse annuario, as commovedoras expressões finaes da noticia d'*A Reforma*.

Candido José de Araujo Viana nasceu em Congonhas do Sabará, Estado de Minas Geraes, a 15 de Septembro de 1793, tendo sido seus paes o capitão-mór Manuel de Araujo da Cunha e d. Mariana Clara Viana, tambem naturaes de Minas, e descendentes de muito illustre familia portugueza.

Feitos os primeiros estudos preparatorios, partiu para Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, bacharelando-se em Direito a 9 de Junho de 1821. Desde a sua juventude até aos derradeiros dias de sua vida, conservou inalteravel o dominante traço de tolerancia e excessiva modestia, que distinguia a benevolencia extrema de seu character.

Percorreu todos os graus da Magistratura, aposentando-se ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

De seu espirito conciliador e de fecunda prudencia, sem a minima infracção de energia como administrador, deu provas, hoje do dominio da Historia do Brasil, na presidencia de Alagôas, em 1826, e depois na do Maranhão, de 1829 a 1831, em epocha politica excepcionalmente convulsiva.

São historicas as palavras de d. Pedro I a Araujo Viana, quando este, tendo deixado a presidencia de Alagôas, foi se despedir do imperador, para assumir o govêrno do Maranhão. O monarcha accentuou concisamente: « Ora bem, socegou uma provincia, irá socegar outra. »

Da famosa presidencia do Maranhão, em tempos anormaes, fallam os annaes do Estado, dizem bem todos os Maranhenses conhecedores da historia da sua terra e os proprios escriptores adversarios politicos do presidente de então; João Francisco Lisboa (o *Timon*), publicista emerito, que pertencia ao partido exaltado, escreveu pela imprensa, « que havia sido inimigo de Araujo Viana, que nenhum outro o combateu como elle, mas confessou que nunca procurou escurecer as bôas qualidades, elogiando o desinteresse e a actividade com que sempre se houve nos negocios publicos, não cessando de

mostrar ao povo a sua bondade relativa e o nenhum interesse que tinha em derriba-lo. »

Em discurso da sessão anniversaria de 1875, o orador deste Instituto, dr. Joaquim Manuel de Macedo, se exprimiu eloquentemente dizendo que « na vida de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, a presidencia do Maranhão, de 1829 a 1831, é um canto de epopéa que bastaria para a glorificação de sua memoria ».

Aspecto notavel é o da vida do marquez, quando se revela financista na pasta da Fazenda, de 1832 a 1834. Passados tantos annos após silencio doloroso e injusto para a sua memoria, seu nome apparece citado, em destaque, nos escriptos sôbre finanças, firmados por competencias do actual regime politico do paiz.

Quando pareciam exquecidos os serviços de alto valor economico, prestados por Araujo Viana, ministro da Fazenda no periodo regencial, me congratulo, meus senhores, vendo-os reconhecidos, e lendo o que escrevera a tal respeito um estadista contemporaneo, financista consagrado, ex-ministro, e actualmente senador da Republica.

O sr. dr. Leopoldo de Bulhões, que em seus estudos sôbre finanças brasileiras confirma sempre elevado criterio de concentração e de synthese, na conferencia realizada, em 1913, na Bibliotheca Nacional, proclamou: « Os resultados das reformas realizadas e das medidas tomadas pela administração Vasconcellos, se fizeram sentir desde logo, e Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, que occupou a pasta da Fazenda de Dezembro de 1832 a Junho de 1834, os consigna e applaude. Resolvido o problema fiscal, outro, de ha muito adiado, se impunha aos poderes publicos — o do saneamento da circulação. E' Araujo Viana quem promove o seu estudo e dá-lhe solução, de accôrdo com as leis de 1, 3 e 8 de Outubro de 1833, mandando resgatar o cobre por meio de vales e cautelas, substituir as notas bancarias por notas do Thesouro e fixando em 2.500 o valor da oitava de ouro. »

Nas conclusões syntheticas da conferencia resumiu o dr. Leopoldo de Bulhões: « a Regencia organizou com Bernardo de Vasconcellos os apparelhos de arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização das rendas; com Araujo

Viana e Castro e Silva melhorou a circulação monetaria, eliminando o cobre».

Em seguida á maioridade do sr. d. Pedro II, o marquez de Sapucahi occupou a pasta de ministro do Imperio, de 1841 a 1843, em tempo de revoluções provinciaes, aliás, vencidas pela legalidade.

Desde que houve Poder Legislativo no Brasil, Candido José de Araujo Viana, marquez de Sapucahi, a elle pertenceu, representando Minas Geraes, como deputado á Constituinte do Imperio, deputado á Assembléa Geral e senador.

Depois daquelle ministerio, póde-se affirmar que os seus actos publicos de estadista constam sómente dos pareceres em importantes commissões parlamentares, das consultas das secções e das actas do Conselho de Estado, do qual fez parte na qualidade de membro ordinario e secretario.

Retirado da actividade partidaria dedicou-se á pessoa do imperador, seu grande amigo, e de quem fôra professor de Litteratura e Sciencias Positivas, assim como o havia sido de suas ermãs, as princezas d. Francisca e d. Januaria, e de suas filhas, as princezas d. Isabel e d. Leopoldina.

Alguns estudos da última phase de estadista, constituidos por pareceres, dados no Senado e no Conselho de Estado, e concisos discursos, pronunciados no Instituto, passam por peças valiosas de vernaculidade portugueza, no que o marquez se consagrou profundo conhecedor, e egualmente o fôra latinista e muito versado no Grego. Por excesso de modestia talvez, ou por qualquer motivo, certamente justificavel, de sua auctoria não existe nenhum livro: attribuem-lhe, entretanto, artigos que elucidam pontos da nossa historia politica, publicados quando ministro de Estado.

Sabia eu que, de longa data, o marquez escrevia a *Biographia do imperador ou Estudo Politico do Segundo Reinado.* Mostrou-me alguns trechos de historia e de estylo; leu-me, para eu ouvir, páginas relativas aos periodos que precederam e succederam á Maioridade de d. Pedro II. Mas infelizmente ignoro onde param esses originaes...

Na vespera da morte, o marquez, sentindo-se mal, chamou para juncto de si um dos seus filhos, o finado desembargador Manuel de Araujo Cunha, e em absoluta reserva dictou-lhe

uma carta dirigida ao imperador, a qual conseguiu assignar. Acompanhariam a carta os preciosos manuscriptos, nunca mais encontrados?... Suspeitas, e nada mais...

Nos ultimos annos de sua vida, as preoccupações de Sapucahi, além das inherentes aos cargos officiaes e deveres do lar, e á pessoa do imperador, deleitava-se o velho Brasileiro com a latinidade, com a lingua portugueza, em ler os livros dos principiantes para os quaes só tinha palavras de animação, em acompanhar o nosso movimento litterario e em olhar paternalmente para o Instituto, sociedade por elle muito prezada e pelo seu imperial discipulo amado.

Vieira Fazenda, o operoso e erudito bibliothecario desta casa, em seus *Subsidios para a Historia do Instituto*, insertos na « Revista Trimensal », registou que « ao marquez de Sapucahi deve o Instituto além de outros serviços, a poderosa coadjuvação do imperador.

« Foi, é hoje bem sabido, affirma Vieira Fazenda, ás suggestões de seu sabio professor, a quem o monarcha votava respeito e amizade filiaes, que d. Pedro II, desde 15 de Dezembro de 1849, começou a frequentar as reuniões do Instituto com assiduidade, só interrompida quando se ausentou do paiz.

Isto bastaria, conclue o incançavel chronista, para tornar querido o nome desse homem de Estado. »

A vocação litteraria do marquez já vinha do tempo em que estudava latinidade em Sabará: seu soneto camoneano, de despedida á patria, quando seguiu rumo de Coimbra, foi uma das suas primeiras producções de valor.

Durante os estudos academicos essa vocação desabrochou brilhantemente. O visconde de Almeida Garrett guardava muitas recordações do condiscipulo, e por mais de uma vez não occultou a admiração tributada ao seu talento.

Os seus versos se tornaram numerosos, variados, e intensa a inspiração, quando de regresso da Universidade, aqui no Rio de Janeiro, se apaixonou pela bella e virtuosa dama portuense com quem casou.

Alguns versos do marquez de Sapucahi saïram em varios numeros do *Jornal do Commercio* de 1875. Mas as trovas que o immortalizaram no lyrismo brasileiro, que perpetuaram

o seu nome como o poeta das Violetas, foram as que dedicou em 1862 á sua filha Januaria Leopoldina de Araujo Viana, fallecida a 1 de Maio de 1861; trovas aquellas por v. ex., sr. presidente, relembradas, tão carinhosamente, na sessão de 30 de Janeiro de 1908. Pois bem, o poeta, a quem v. ex. chamou de «um sabio, um probo, um chão», um dos antecessores de v. ex. nesta cadeira presidencial; elle e v. ex., ambos se afinam no mesmo sentimento affectivo de pae. Si de Sapucahi encantam as trovas ás *violetas* que eram da filha os seus amores, não menos encantam, em ternura, os bellissimos versos de Affonso Celso á *sua filha pequenina*.

Aos artistas, aos poetas e á Poesia o imperador dispensava especial attenção. Não ouvia a seu mestre unicamente em questões de Estado. Nas numerosas cartas que a este eecrevera, o sr. d. Pedro II tractou em muitas dellas de assumptos puramente litterarios. O digno 1º secretario perpetuo já tractou pela imprensa. de uma carta interessantissima do monarcha ao marquez.

Na abundante correspondencia a Sapucahi encontrei varias cartas, nas quaes o Instituto fôra o principal assumpto, distinguindo-o o imperador com a referencia elogiosa a nomes de alguns socios. Na que elle, por exemplo, accusou o recebimento do poema *Colombo*, de Manuel de Araujo Porto-Alegre, se exprimiu enthusiasticamente: «quero que o Porto-Alegre saiba, que o som de sua lyra muito me consolou no meio do estrondo da guerra e das desafinações politicas».

Meus senhores, nos escriptos de Porto-Alegre, o architecto, pintor, crítico, poeta e historiador, fiz os meus estudos iniciaes da especialidade a que, ha quarenta annos, sinceramente me entrego.

Para os meus ensaios de Historia das Artes Plasticas no Brasil e de Archeologia artistica do Rio de Janeiro, construi muitos alicerces com materiaes fornecidos pelas paginas da opulenta collecção da Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; imaginarão, portanto, o meu jubilo ao tomar posse de socio effectivo de uma associação, que foi tambem a minha mestra, através das suas luminosas investigações.» (*Palmas.*)

Ao sr. dr. Araujo Viana respondeu o Sr. Dr. Ramiz Galvão, nos seguintes termos:

Exm. sr. presidente e prezados consocios. Illustre collega sr. dr. Araujo Viana. — Com requintada modestia, e para sensibilizar-nos mais intensamente, preferistes tomar por assumpto de vossa oração inaugural recordações carissimas a esta Companhia, presidida por largos annos pelo venerando e saudoso marquez de Sapucahi vosso avô paterno.

E' a segunda vez que me cabe a fortuna de receber nesta estudiosa corporação o descendente de um grande vulto e portador de um grande nome inscripto com lettras de ouro nos annaes do Instituto Historico. Saudei, ha alguns annos, o illustre filho do visconde de Taunay, que vai nas lettras e no alto magisterio continuando as glorias paternas á fôrça de talento e de trabalho perseverante. Cabe-me neste momento a honra de receber com júbilo egual o neto de Sapucahi — d'aquelle Brasileiro insigne e venerando, que, rico de illustração e de virtudes civicas e particulares, foi honrado em toda a sua longa vida pela grande amizade do imperador Pedro II, pelo respeito de todos os seus concidadãos, amigos e adversarios politicos, pela estima e alta consideração de seus companheiros nesta casa de estudo e de patriotismo.

Permitti que eu addicione ás vossas homenagens justissimas e commoventes uma recordação pessoal, que perdura indelevel.

A 30 de Agosto de 1872, ha cêrca de 44 annos, quando pela primeira vez tive a honra de me sentar em uma destas cadeiras, ao estreitar a mão e ao receber o abraço daquelle velho augusto, que sabia unir a maior gentileza no tracto á mais respeitavel sisudez, tive em minha alma de moço uma das mais fortes impressões da vida. Guardo no coração as suas palavras animadoras e bondosas ao mancebo de 26 annos como um estimulo caloroso ao trabalho, ao devotamento á causa pública, ao sancto amor da Patria, sentimentos que mercê de Deus ainda não arrefeceram nos gelos da velhice.

A tradição luminosa do marquez de Sapucahi, illustre collega, mantem-se impolluta e vivida neste cenaculo, e vós, seu neto muito digno, que com applauso nosso vindes hoje

abrilhantar as fileiras do Instituto, haveis certamente de honrar o nome de Araujo Viana.

Cultor enthusiasta e esclarecido da Arte, tivestes já occasião de aqui revelar em brilhantes conferencias o amor com que estudais as cousas da Patria. Neste particular continuareis certamente a obra do insigne Porto-Alegre, vosso mestre e um dos luminares desta casa.

A Arte é um dos poderosos factores da civilização. Os povos que se prezam e disputam logar de honra na Historia da Humanidade não podem sinão estima-la e protege-la. Seus historiadores prestam serviço egual ao dos Thucydides, Tacitos, Guizots e Mommsens; ao lado destes brilham com fulgor Winckelmann, Séroux d'Agincourt, de Sommerard, Rio e Theophilo Gautier.

Abre-se, portanto, sr. dr. Araujo Viana, deante de vossa competencia e de vosso patriotismo, um campo vasto de trabalho, em que seguramente vos havemos de applaudir.

Não tem o nosso amado Brasil um passado longo; mas no curto periodo de quatro seculos de existencia, e não obstante as circunstancias apagadas de colonia, em cujo regime vivemos por pouco mais de trezentos annos, — nesse curto periodo a Arte ensaiou os primeiros passos, a pouco e pouco se foi libertando da sombra e da escravidão, teve levitas de provado valor e já logrou traduzir em producções estimaveis na tela, no bronze, no marmore e no granito, a pujança do talento de muitos patricios nossos illustres.

Esquadrinhar esse passado, fazer justiça aos benemeritos que dignificaram o nome brasileiro, analysar e criticar a obra feita para licção do presente e do futuro, — eis uma bella contribuição historica, que o Instituto confiadamente espera do exforçado ermão de armas aqui recebido com palmas e saudações.

Neto do venerando Sapucahi, neto do cantor das « Violetas », trazei-nos as esplendidas rosas do vosso gosto artistico e os fructos sazonados do vosso saber. » (*Palmas.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*), communica depois a offerta feita pelo illustre socio honorario o sr. dr. Lauro Müller, distinctissimo ministro das Relações Exteriores, dos originaes da Historia da Independencia,

escripta pelo visconde de Porto Seguro, e agradece em nome do Instituto essa valiosissima contribuição para o conhecimento da nossa Historia. Diz que para coordenar os originaes nomeou a seguinte commissão, composta dos distinctos consocios, srs. Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Max Fleiuss, Basilio de Magalhães e do provecto bibliothecario do Instituto, o sr. dr. José Vieira Fazenda, servindo de secretario dessa commissão o sr. dr. Rodolfo Garcia, que pertence ao quadro dos funccionarios do Instituto. Designou para relator o sr. Basilio de Magalhães.

Diz mais que os originaes vieram: — uns com a lettra do visconde de Porto Seguro, outros em cópias feitas pelos saudosos barão do Rio Branco e Eduardo Prado, além das cópias dactylographicas feitas sob a direcção do sr. dr. Arthur Guimarães de Araujo Jorge, illustrado serventuario do Ministerio das Relações Exteriores.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*), justifica a ausencia dos consocios, drs. José Carlos Rodrigues, barão Homem de Mello e conselheiro Salvador Pires de Carvalho Albuquerque.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê o seguinte parecer da Commissão de Historia:

— « O sr. senador João de Lyra Tavares é uma figura de destaque entre os nossos financistas, que, aliás, constituem uma legião tão numerosa que fazem lembrar os exercitos do rei da Persia — incontaveis como as areias do mar.

Não se perde, porém, em divagações, nem architecta planos salvadores; aborda o assumpto pelo seu lado práctico, sabendo servir-se muito criteriosamente dos dados estatisticos, e amparando em documentos seguros a sua argumentação.

Deputado á Assembléa Legislativa do Estado da Parahiba do Norte, se distinguiu sempre pela elevação com que discutia a materia em debate, e principalmente pelos seus discursos sôbre o orçamento.

Actualmente senador federal pelo Estado do Rio Grande do Norte, já occupa posição saliente entre os seus pares, demonstrando de fórma incontestavel ter obtido a sua cadeira *par droit de conquête* e não *par droit de naissance*.

A memoria que apresentou ao « Primeiro Congresso de

Historia Nacional », ao qual prestou concurso muito efficiente, é justamente apreciada pelos competentes, porquanto não existe outro trabalho que se lhe compare sôbre a economia e as finanças dos Estados, nenhum outro que seja tão rico em dados estatisticos e em preciosos diagrammas.

Bastaria essa substanciosa monographia para abrir-lhe as portas do nosso Instituto; são, porém, ainda mais valiosas as suas credenciaes.

Além dos muito apreciados Almanaques do Estado da Parahiba, contendo copiosas informações sôbre a Geographia e sôbre a vida administrativa, economica e financeira do mesmo Estado, publicou duas obras de largo folego sôbre a Parahiba, e um estudo bem documentado sôbre a revolução praieira, periodo interessantissimo da Historia patria, ultimas convulsões do character nacional, antes de mergulhar no pantanal do servilismo.

São tambem dignas de especial menção as suas notas historicas sôbre Portugal, e a conferencia que realizou na « Eschola Normal », sôbre o dia 24 de Maio na historia da Parahiba ».

A Commissão de Historia é, portanto, de parecer que, admittindo o senador João de Lyra Tavares nas suas fileiras, o nosso Instituto conquistará um exforçado collaborador, que saberá honrar as gloriosas tradições desta Casa.

Sala das Commissões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 1 de Abril de 1916. — *Augusto Olympio Viveiros de Castro*, relator. — *Basilio de Magalhães.* — *Alfredo Valladão.*

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) põe esse parecer em discussão. Ninguem pedindo a palavra, submette á votação, e sendo o mesmo approvado unanimemente, remette o processo á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) lê o parecer da Commissão de Admissão de Socios:

— « A Commissão de Admissão de Socios, tendo de desempenhar-se do dever que lhe prescrevem os Estatutos desta benemerita agremiação, reconhece e proclama a idoneidade do sr. dr. Erico Marinho da Gama Coelho, cujos meritos já

foram affirmados no parecer da Commissão de Historia, e declara ser de conveniencia a entrada do illustre compatriota no quadro dos socios effectivos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, ao qual tem prestado e ha de seguramente continuar a prestar os mais assignalados serviços.

Sala das Commissões do Instituto Hostorico e Geographico Brasileiro, 12 de Maio de 1916. — Dr. *B. F. Ramiz Galvão*, relator. — *Manuel Cicero.* — *A. C. Gomes Pereira.*»

O Sr. Presidente declara que nos termos dos Estatutos este parecer deve entrar immediatamente em discussão.

Ninguem pedindo a palavra, o Sr. Presidente manda submetter á votação.

Corrido o escrutinio, verifica o Sr. Presidente ter sido o parecer approvado por unanimidade de suffragios e acto continuo proclama socio effectivo do Instituto o sr. dr. Erico Marinho da Gama Coelho.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) diz que sempre fiel e escrupuloso cumpridor de seus deveres civicos, como de quaesquer outros, já rendeu o *Instituto*, ha annos, no seu antigo edificio, delicada e bella homenagem a Isabel, a Redemptora, installando num 13 de Maio o retrato da excelsa princeza ladeado dos de dous de seus mais eminentes collaboradores, o conselheiro João Alfredo e Joaquim Nabuco, numa das salas principaes da séde social.

Outras effigies de sua alteza imperial exornam e ennobrecem as paredes do *Instituto*, de par com as de vultos benemeritos da nossa evolução.

O conselheiro dr. José Carlos Rodrigues, socio honorario, e cuja vida é um modêlo de nobres acções em prol da Caridade, da Philantropia e do Cavalheirismo, obsequiou o Instituto com uma nova representação artistica da digna filha de d. Pedro II, o magnanimo.

E' o quadro agora exposto á veneração dos socios e assistentes, mas que aqui não póde permanecer, em virtude de disposição peremptoria de Assembléa Geral, que determina sómente se conserve neste salão o retrato do imperador.

A proposito da preciosa offerta do dr. José Carlos Rodrigues, e, relembrando os acontecimentos motivadores da chamada lei aurea, vai o illustrado consocio, sr. dr. Alfredo Valladão, a pedido de quem neste momento fala, proferir

um discurso, que por certo unanimes applausos merecerá da assembléa.

Na verdade, a lei que declarou extincta a escravidão no Brasil deve encher-nos de legitimo orgulho, pois mostrou quanto a nossa gente é capaz de conseguir, pelos melhores processos, as mais radicaes reformas, e realizar as beneficas revoluções economicas e sociaes.

Revogar pacifica, festiva e legalmente, em poucos dias, uma instituição trisecular, á qual se ligavam avultadissimos interesses materiaes, incorporar a seu seio, sem resentimentos nem prevenções, os milhares de descendentes redimidos de uma raça até então opprimida, é um facto raro nos annaes do mundo e revelador de que o Brasil possue superiores aptidões para os maiores progressos, ou aperfeiçoamentos.

Pede depois a palavra o Sr. Dr. Alfredo Valladão, que profere o seguinte discurso:

« Meus senhores. Approuve ao inclyto presidente do Instituto convidar-me para dizer sôbre a data de hoje, que aqui se commemora com a inauguração do retrato da excelsa princeza Isabel.

Honroso convite, a que accedi desvanecido, por poder, mais uma vez, servir á causa da Justiça, que é a causa da Historia.

Dez seculos de historia ficaram soterrados nas ruinas de Ninive e Babylonia.

Vinte e quatro seculos tiveram de decorrer para que resurgissem ..

E, emergindo da tréva, fulgurou para a Humanidade uma grande licção.

« Para fundar civilização duradoura e perfectivel » — é Henri Joly que observa — « não basta ter coragem, nem possuir uma organização sábia, nem cultivar as artes e saber adornar a propria habitação, nem saber fixar no interior do paiz regras de Direito, quer domestico, quer social, repassadas de firmeza, vigilancia e de estricta justiça; nem, siquer, é bastante collocar suas instituições sob a égide do respeito de um pensamento religioso. Em escalas diversas, Ninive e Babylonia houveram tudo isto; tudo isto foi perdido e olvidado por uma longa série de seculos. E' que não tiveram ellas

nem moralidade sufficientemente apurada, nem o que é mistér de «humanidade», isto é, do sentimento de fraternidade humana, nem, sobretudo, conhecimento do verdadeiro Deus, paternal e misericordioso. Estas tres virtudes, houvessem tido ellas não mais que o desejo de as adquirir, assegurar-lhes-hiam quanto lhes faltou — moderação, amor da paz, culto da vida do espirito, empenho de accrescer os recursos nacionaes pelo trabalho da propria nação, e não pela exploração e a plhagem».

Recordemo-la, senhores, essa profunda licção, recordemo-la na hora presente; quando, por haverem-n-a exquecido, civilizações que pareciam no seu auge se encontram na imminencia de perderem, por seculos, a sua propria historia, sepultada nos escombros que vai produzindo o incendio da Europa!

Recordemo-la, e nos voltaremos, em transportes de reconhecida admiração, para esta cara Patria que jámais a perdeu de vista. No dia de hoje, mais do que nunca!

No dia de hoje, em que teve fôrças para firmar, com o evento que commemoramos, uma civilização duradoura e perfectivel.

Esta foi a maior data dos annaes de nossa terra.

Realmente.

Não faltavam em nossa Historia paginas de coragem, paginas de heroismo.

Ao Sul, destemidas *bandeiras*, que varam os sertões, dilatando o territorio nacional.

Ao Norte, a Illiade, que é a expulsão dos Hollandezes!

Sábia, e altamente moral, em todas as suas espheras, a organização que vigorava em nosso paiz.

Viviamos em um Imperio liberal, e tão liberal, no reinado de Pedro II, que era Republica de facto.

Codigo politico que fazia honra á nossa cultura, a Constituição, com as reformas de 1834 e 1840.

Leis verdadeiramente sábias: o Codigo Penal, em que se exprimiu o genio de Bernardo de Vasconcellos; o Codigo Commercial, o Regulamento 737, e tantos outros monumentos.

Um Conselho de Estado, composto em regra de legitimas notabilidades, se achava na cupola da Administração.

A representação nacional era, quanto possivel, verdadeira; ministros soffriam derrota nas urnas, e republicanos tinham entrada no Parlamento.

Estadistas consummados se apontavam, e de que se podia orgulhar qualquer nação. Entre outros, para só de mortos fallar: José Bonifacio, o patriarcha; Feijó, que com o seu pulso de ferro salvou o Brasil da dissolução e da anarchia, na Regencia; Evaristo da Veiga, o mentor da Regencia; Bernardo de Vasconcellos, o creador do Parlamentarismo; Eusebio de Queiroz, que extinguiu o trafico; Rio Branco, que evoluiu até o 28 de Septembro; Cotegipe, o vidente; e Ouro Preto, o joven e grande ministro da Marinha, nos dias prementes de 1868, e a mais altiva figura do 15 de Novembro!

Nas armas!

Em terra: a valentia e a humanidade de Caxias, que viera da Regencia e chegara ao Paraguai, pacificando a Nação e defendendo a Nação, como um dos seus maiores servidores: o denodo e a bizarria de Osorio, destemido — como a alma do gaúcho, que se acha de atalaia em nossas fronteiras — enchendo-nos de orgulho com a jornada de Tuiuti!

No mar: Barroso, e temos dicto! Era o proprio Brasil que se achava no passadiço da *Amazonas*, na memoravel data de 11 de Junho, *esperando que cada um cumprisse o seu dever*, e que saïu victorioso, porque, como sempre, o soubemos cumprir.

Barbacena, entre os diplomatas, o embaixador da Fundação do Imperio; Uruguai, que lançou as bases da nossa politica internacional na America do Sul, no sentido do respeito á integridade das nações constituidas; S. Vicente, o diplomata-jurisconsulto, e tantos outros que daqui partiram mensageiros da paz, e sómente da lucta, quando era pelo Direito!

A magistratura, sob a especial vigilancia do imperador, tinha o seu quadro tão limpo, que a Justiça era uma realidade.

Os cargos publicos, accessiveis a todos os Brasileiros, sem distincção de crenças politicas ou religiosas.

Proverbial a honestidade nos servidores da Nação, desde

o imperador até o mais simples funccionario, aos quaes a pobreza não vexava, nem a riqueza seduzia!

A lista civil do imperador escoava-se-lhe das mãos benfazejas.

E não foram poucos os estadistas que sacrificaram a sua propria fortuna no serviço da causa pública.

Si era esta, que illustramos, a organização politica do paiz, que dizer do florescimento das lettras e das artes, sinão que na culminancia do poder estava sentado « o melhor amigo dos livros, das academias, da sciencia e da arte », como synthetizando-lhe as altas aspirações se exprimiu o nosso egregio presidente!

Do nosso adeantamento intellectual era altissimo expoente a grandeza da cultura juridica, encarnada na obra estupenda de Teixeira de Freitas.

Tão grande, que se diffundiu por outras nações da America do Sul, onde dictou Codigos.

E, o que mais é, antecedeu a todas as nações do mundo, no genial conceito da Unificação do Direito Privado.

Tradicional o sentimento religioso da nação, que foi sempre a terra de Sancta Cruz!

Unida vivia a Egreja ao Estado.

De um profundo sentimento christão era a moral domestica e social.

E, para que a nação, de tal arte organizada, attingisse á maior prosperidade, não faltava a riqueza immensa com que a Providencia galardoou uma terra « *em tal maneira fertil e graciosa que... querendo-a aproveitar, dar-se-ha nella tudo* », como desde logo aos olhos de seus primeiros argonautas se afigurou.

Senhores!

Assim era o Brasil: esta a sua grandeza.

Mas, sôbre este bello, magestoso painel, que de máculas, que de sombras, não projectava o estado servil por si mesmo, ou pelos abusos que delle dimanavam!

Que é que impellia os bandeirantes?

A caça aos Indios, a principio.

Só mais tarde, a descoberta das minas.

Coragem, indomita coragem, a desses patriotas que nas

guerras flamengas se levantam contra invasor poderosissimo, desamparado o Brasil pela propria metropole!

Em tão importante jornada affirma-se, como observou Oliveira Martins, a autonomia de nosso paiz, embora ella não se manifeste ainda por idéas de separação da metropole.

Mas, lá estava, entre os heróes da jornada, o negro Henrique Dias, e com elle as suas hostes negras.

E triste contradicção!

Esta mesma raça, que dava o seu sangue pela autonomia do Brasil, mister fôra se acastellar em Palmares, para defender a sua propria liberdade!

Caïu a Troya dos negros; mas caïu epicamente.

« Foi arrazada », diz Oliveira Martins, « mas a memoria dos seus heroes ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contra a dura fatalidade da natureza, cujas ordens impuzeram á exploração da America a condição do trabalho escravo. »

Certo, era limpo o nosso portico: a Constituição vexou-se de fallar em escravos.

Mas, nem por isto, apezar dos sentimentos liberaes que ostentava o imperador, deixavam elles de existir na fórma da lei, si é que lei póde haver contra a Moral, contra a Humanidade e contra o Direito.

Era um monumento de sabedoria o nosso Codigo Criminal.

Maculado, porém, se apresentava, por ter de abrigar disposições especiaes, aberrantes de seus principios, relativos a escravos: estabelecia para elles a pena desmoralizante e deshumana de açoites.

Eram integros, eram justos os magistrados!

Mas a lei, que deixava ao arbitrio dos juizes fixar o numero de açoites, fez com que mais de um misero escravo succumbisse, victima, no castigo...

A nossa cultura juridica irradiava para convizinhas nações.

Quando porém, entre nós, o seu mais genial obreiro teve de metter hombros ao ingente labor da Consolidação das Leis Civis, teve tambem de soffrer a repugnancia, que soube não

vencer, de se occupar nella de tudo quanto devia pertencer ao *Codigo Negro*.

« Não maculemos », dizia elle com indignação, « as nossas Leis Civis com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade. »

Acatavam-se as leis!

Mas uma dellas havia, a de 7 de Novembro de 1831, que dispunha expressamente em seu art. 1°:

« Todos os escravos que entrarem no territorio ou nos portos do Brasil, vindos de fóra, ficam livres. »

Entretanto, annos e annos amargos para o sentimento do Direito, para a dignidade da nação, e até para os proprios illudidos interesses da lavoura, se passaram; e havia no Brasil uma lei que era lettra morta...

A pirataria do tráfico zombava da lei, profanava o pendão auri-verde!

A *carga* humana se amontoava nas praias do littoral, em tal quantidade, que Joaquim Nabuco poude calcular em um milhão o numero de Africanos importados de 1831 a 1850.

Aspirava o Brasil a hegemonia no continente sul-americano: e cruzeiros inglezes fiscalizavam as nossas costas, como si tivessem jurisdicção.

E notas as mais desagradaveis chegavam de Londres á nossa Chancellaria!

Só em 1850 respira enfim a nação, quando Eusebio de Queiroz dá cumprimento á lei, correndo os traficantes.

No Paraguai, as armas brasileiras se cobrem de louros. Louros immarcesciveis, porque, como salienta Joaquim Nabuco, ellas estavam ao serviço da causa da justiça, da liberdade, da civilização.

E, ao demais, não era o Brasil o aggressor: defendia-se.

Não queria opprimir, não queria conquistar. Vencedor, não exigiu do Paraguai um palmo de territorio.

Do quartel-general o que o conde d'Eu, commandante daquellas armas, exige e obtem do Governo Provisorio de Assumpção, é a liberdade dos escravos que restavam no Paraguai.

Bello remate para a corôa daquelles louros... muito

bello, si o Brasil fallasse com auctoridade, si não tivesse escravos.

Oh! maldicta instituição que offuscava a nossa gloria!

« Uma das principaes causas, dizia na Camara dos Deputados, em 1871, o visconde do Rio Branco, « sinão a mais influente, das antipathias, das prevenções, e algumas vezes *até do desdem*, com que somos vistos nos Estados Sul-Americanos, nasce de uma falsa apreciação sôbre o Brasil, em consequencia do estado servil »...

Era o que testimunhavam dolorosamente as nossas tropas em operações no Paraguai.

Já por isso, em 1867, no Conselho de Estado, o imperador « tomava a peito », na phrase de Joaquim Nabuco, a reforma servil, e, afinal, em 1871, se votava a lei de 28 de Septembro.

Senhores!

Sustentada pela Moral christã era a familia brasileira, modêlo de virtudes patriarchaes, desde a familia imperial, até a de mais simples condição.

Entretanto, que era a familia escrava?

Era isto, de que fallava Joaquim Nabuco: « o cruzamento pelo concubinato, pela promiscuidade das senzalas, pelo abuso de fôrça do senhor; o filho nascido debaixo do açoite, levado para a roça ligado ás costas da mãe obrigada á tarefa da enxada, o leite utilizado, como o da cabra, para amamentar outras crianças, ficando para o proprio filho as ultimas gotas que ella pudesse forçar do seio cançado e sêcco »!!!

O ideal da misera escrava consistia em que o filho não vingasse; o ideal do senhor, a reproducção immoralissima e multiplicada — a alguns até pouco importando que por ella lhes viesse escravo o proprio filho — porque conceito era referido por Joaquim Nabuco: — *a parte mais productiva da propriedade escrava é o ventre gerador!*

Tal era a familia escrava, para permanente e doloroso vexame, da sanctidade da familia brasileira!

E, agora, numa esphera mais vasta, que pernicioso exemplo deixava a escravidão, para a formação do character nacional!!

Na escravidão, a ordem de commando era o latego.

E contra elle, a subserviencia, a loucura, ou a morte, como havia sido a dos infelizes heroes dos Palmares.

Não havia meio termo.

Até na Casa de Deus entrava a sombra da escravidão!

Já dizia o padre Antonio Vieira, prégando na festa da irmandade dos negros do Rosario:

« O domingo passado, fallando na linguagem da terra, celebraram os brancos a sua festa do Rosario, e hoje, em dia e acto apartado festejam a sua os pretos e só os pretos. Até nas cousas sagradas e que pertencem ao culto do mesmo Deus, que faz a todos eguaes, primeiro buscam os homens a distincção que á piedade. »

Finalmente, senhores, do uberrimo solo brasileiro, deste solo que não esperava do trabalho humano sinão um minimum de exforços, para jorrar com profusão a sua riqueza, que é que fez a escravidão?

Devastava, quando parecia enriquecer!

« Onde ella chegou, dizia Joaquim Nabuco, queima as florestas, minera e exgotta o solo, e quando levanta suas tendas, deixa após si um paiz devastado, em que consegue medrar uma população miseravel de proletarios nomades. »

Era a licção de sempre: a licção do *ouro*, em Minas Geraes; do *assucar*, no Norte; do *café*, no Estado do Rio de Janeiro.

Aqui bem perto, a recorda-lo, o expoente da escravidão, o valle do Parahiba, exhausto, silencioso, deserto, com os seus solares em ruinas, « como si sôbre elle houvesse pesado a maldicção de Deus! »

Senhores!

Paremos neste ponto.

Não trepidei em revolver agora estas páginas tristes, sinão para ainda mais avivar, em nossas almas, toda a immensa grandeza do acto, que hoje commemoramos.

Certo, o mais glorioso de nossa Historia, e que a todos sobreleva, porque nelle o Brasil affirmou, por completo, os seus sentimentos de humanidade, de moralidade, de verdadeiro espirito christão.

Consentiu a Providencia que, entre palmas e hosannas

fosse elle realizado, quando á America do Norte havia custado um sem numero de victimas!

Victima do 13 de Maio, senhores, victima unica, foi a sua propria heroina.

Não lhe faltou a prophecia de um vidente, o barão de Cotegipe.

Impavida, resoluta, offereceu, porém, o seu throno em holocausto á liberdade.

Ella, a excelsa princeza, a quem, só em effigie, nos é dado tributar hoje o preito das nossas homenagens.

Talvez, para que uma vez ainda se confirme que « não é de ordinario a gloria, sinão o esplendor que irradia de uma cruz »!... (*Applausos calorosos.*)

Nada mais havendo a tractar, o Sr. Presidente levanta a sessão, ás 22 e meia horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

TERCEIRA SESSÃO ORDINARIA, EM 28 DE JUNHO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso
(*presidente perpetuo*)

A's 21 horas, na séde social, presentes os socios srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, barão Homem de Mello, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. José Americo dos Santos, dr. Pedro Souto Maior, professor Basilio de Magalhães, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, Eduardo Marques Peixoto, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, general Emygdio Dantas Barreto, almirante Arthur Indio do Brasil, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, abre-se a sessão.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*segundo secretario*) lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem discussão.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) communica ao Instituto o fallecimento do socio honorario conselheiro José Francisco Diana e o do socio correspondente dr. Alfredo Ferreira de Carvalho. Diz que nos termos dos Estatutos será lançado na acta um voto de profundo pezar por essas perdas, e que na sessão magna o insigne orador do Instituto tractará da individuaildade dos saudosos consocios.

O Sr. Fleiuss (*primeiro secretario perpetuo*) participa achar-se na casa o socio effectivo recem-eleito sr. dr. Erico Marinho da Gama Coelho, que, tendo cumprido as exigencias dos Estatutos, vem tomar posse.

O Sr. Presidente nomêa a seguinte commissão para introduzir no recincto o novo socio: srs. Fleiuss, Roquette Pinto, Souto Maior, Basiilo de Magalhães e Gomes Ribeiro.

(Dá entrada no recincto, presta o compromisso dos Estatutos e toma posse o sr. dr. Erico Coelho.)

Pedindo a palavra, o sr. dr. Erico Coelho pronuncia o seguinte discurso:

« Excellentissimo senhor presidente e senhores consocios.

Venho agradecer-vos a immerecida distincção do ingresso no Instituto Historico, — guarda de preciosas tradições brasileiras.

Lembro-me do occorrido na Faculdade de Medicina, a 22 de Novembro de 1889, quando por iniciativa do meu voto os professores unanimes inscreveram, na acta da Congregação, a derradeira homenagem ao imperador Pedro Segundo, nada exquecidos de quem fôra o nume liberal do ensino público.

Alludindo á circunstancia da puridade, penso significar quando o devido agradecimento ao Instituto Historico reflecte minha estima pela memoria veneranda do sabio, que presidiu longos annos a esta douta corporação.

Conheço a norma da cortezia, em virtude da qual os academicos abalisados tractam com palavras benevolas ao recipiendario; mas, ainda assim, acho captivante o acolhimento que me fizeram os srs. Clovis Bevilaqua, Pedro Lessa e Basilio de Magalhães, tão eruditos relator e signatarios do parecer sôbre meus estudos.

Transcrevo do escripto de ss. eex. o topico principal:

« Na cultura emotiva da alma feminina está um dos elementos mais poderosos para a construcção da paz futura.»

Varios são os pontos de vista, nos quaes se tem afigurado a eminentes pensadores o conjurar definitivamente as guerras.

Doutrinava Luthero que só era licita a guerra na extrema necessidade de defender a mulher, a prole, o lar e os bens de fortuna. Travaram-se na Europa luctas entre catholicos e protestantes. Dahi as mesmas perseguições e morticinios, por motivo religioso, transbordaram pela Africa, America e Asia, o mundo inteiro. No consenso dos povos occidentaes, cessaram as guerras religiosas; entretanto, a pretextos differentes, ora catholicos ora protestantes movem aggressões bellicas.

Entendia Kant a democracia bastante para assegurar absolutamente a paz entre os povos. Nesse tempo, Condorcet reclamava os direitos politicos da mulher no parallelo com o homem, em complemento do regime democratico na França; a guilhotina, porém, exigiu a cabeça do feminista revolucionario, e o suicidio interrompeu a reivindicação. De facto, a democracia desmentiu a esperança da paz internacional.

Conjecturou Buckle que a diffusão das lettras, artes e sciencias pelas camadas populares, evitaria efficazmente a guerra; tanto as classes pacifistas do labor, cada vez mais aperfeiçoado, sobrepujariam a casta ociosa dos militares, por fim desprestigiados.

Vemos que a Allemanha attingiu o auge da cultura intellectual, diffundida pela população; contudo, os progressos das artes mechanicas e maravilhosas descobertas scientificas redundam na industria formidavel da guerra; e encontra-se a oligarchia militar despotica tangendo milhões de um povo laborioso até ás linhas de fogo.

Demais, releva notar que os professores das universidades germanicas, inoffensivos pedantes, na expressão desdenhosa de Bismark, se transfiguram em enthusiastas instigadores da barbaria.

Datam de tres seculos os ensaios da civilização na Inglaterra, onde a mulher se vê extrangeira, paiz no qual o homem lhe recusa o papel de eleitor e a qualidade de elegivel.

Exemplos da democracia integral são oriundos da America, meiado do seculo XIX, em alguns Estados, raros como os da Europa, seculo XX, concordes no sentido de attribuir ao feminino os direitos politicos, por egual do masculino.

Imaginou Kropotkine que a guerra, outr'ora recurso de expansão economica entre os povos occidentaes, agora não se repetiria, graças á refractariedade dos proletarios de todos os paizes, e seu auxilio reciproco a bem da paz omnimoda e duradoura.

Excusado é dizer que a previsão genial ainda está longe da realidade.

Supponho haver demonstrado a these, de que a mulher, contrária a provocações guerreiras, secunda heroica e abnegadamente o homem nas guerras defensivas.

Na actualidade, entre as nações do Occidente, nenhuma confessa o proposito de aggressão bellica; todas declaram-se aprestadas apenas para a legitima guerra de defesa.

Dir-se-ha que essa linguagem é hypocrita do masculino, propenso á guerra; mas similhante insinceridade parece reverencia ao senso moral do feminino, inclinado á paz.

O assumpto complexo está na altura da bella intelligencia e saber encyclopedico do Instituto Historico, que se dignará esclarecê-lo.

Excellentissimos senhor presidente e senhores consocios.

Não tarda, segundo a ceremonia academica, o eloquente orador do Instituto Historico a responder ao meu singelo discurso, no tom de esmerado cavalheirismo, seu habitual.

Por antecipação, recordo que um dia, na presença do joven, aliás consagrado professor da Faculdade de Medicina, alguem me disse:

« Eis aqui Ramiz Galvão: segue-lhe o exemplo de amor ao estudo.»

Saiba s. ex, que amizade velha é immarcessivel.» (*Palmas.*)

Ao sr. dr. Erico Coelho respondeu o Sr. Dr. Ramiz Galvão nos seguintes termos:

« Exmo. sr. presidente e illustres consocios. Dignissimo collega sr. dr. Erico Coelho — E' de facto immarcessivel a amizade velha, prezado confrade; mas não tomeis como simples fructo de condescendencia amistosa o parabem que hoje dou ao Instituto Historico, ao receber-vos com jubilo na sua laboriosa cohorte.

Permitti que eu recorde um episodio da vossa carreira do magisterio público, onde conquistastes uma cadeira, a golpes

de talento, num concurso disputadissimo, que echoou nos annaes da sciencia médica pelo imprevisto da victoria e pela integridade dos juizes que vos deram a palma.

Com estas palavras não pretendo cortejar o velho amigo, tão galhardo e bondoso em sua allusão ao orador do Instituto; escrevo historia com a serenidade e com o desprendimento que esta casa augusta nos impõe.

Ereis um joven médico, apartado das lides scientificas da Capital, talvez até exquecido e quasi ignorado dos próceres da sciencia, que não podiam acompanhar os vossos trabalhos profissionaes, em paragem remota do Estado do Rio de Janeiro.

Dalli surgistes um dia, inopinadamente, para disputar a cadeira de Clinica obstetrica, na nossa Faculdade de Medicina, a um collega distincto, que todos com fundamento reputavam merecedor das laureas e do renome adquirido. Era uma temedade, pensariam muitos, quiçá; mas, como Achilles, envergando a armadura invulneravel encommendada por Thetis, sua divina mãe, ao industrioso Ephesto, e assim maravilhosamente apparelhado não duvidára enfrentar Heitor, — o temeroso e rijo baluarte dos Troianos, — assim, conscio do proprio talento e preparado pelo cultivo da sciencia, jogastes a luva ao eximio adversario, e em leal combate colhestes um triumpho, que os nossos mestres applaudiram e que o Governo do imperador Pedro II sanccionou com a vossa nomeação para o alto magisterio público.

Em vosso breve, mas incisivo discurso inaugural, alludis, preclaro collega, a um facto que de certo vos honra: ao preito de justa homenagem, que, na sessão de 22 de Novembro de 1889, prestastes a esse benemerito e jámais exquecido soberano, por vós qualificado com muita razão: o *nume liberal do ensino público*.

Facil é comprehender quanto este rasgo de civismo augmenta a sympathia com que sois recebido neste sanctuario da Historia Brasileira, que foi obra, podemos dizê-lo sem rebuço, da protecção e do carinho a elle dispensados por Pedro II, por espaço de quasi meio seculo. Aquella homenagem promovida pelo republicano convicto e militante foi, portanto, uma demonstração da nobreza de vosso character,

e consequentemente mais um titulo á nossa estima e ao apreço de quantos amam a Justiça e a Verdade.

Ah! Verdade e Justiça! Nunca ellas foram mais preciosas do que nestes duros tempos que correm, sombreados por uma nuvem negra de ultrajes á civilização, — tempos lugubres e afflictivos em que os tractados internacionaes são qualificados de papeis sem valia, em que a vida e a propriedade dos neutros se sacrificam friamente ao capricho da fôrça, — tristissimos tempos em que um povo illustre e forte, grande na industria e notavel no saber, desvairado pelo delirio de grandezas, se precepita sob o influxo de um homem na mais iniqua, estupenda e crua guerra, de que ha noticia nos annaes da Historia.

A misera contingencia humana está infelizmente bem longe, penso eu, de acabar de vez com este flagello, que perturba fatalmente o progresso e annulla as mais bellas conquistas do espirito humano. Ha quasi 2.000 annos, Jesus Christo, o filho de Deus, prégando a paz, a virtude e o amor, operando maravilhas, sacrificando-se elle proprio para redimir o delicto do homem, fundou a sancta religião, que devera transformar o mundo. Pois bem: a creatura rebelde, orgulhosa e insensata ahi está a surgir de seculo em seculo, aprimorando os instrumentos de exterminio, mutilando innocentes e mulheres fracas, arrasando templos, museus e universidades, com a mesma fereza com que os fanaticos do Islam incendiaram a bibliotheca de Alexandria, com a mesma furia, que presidiu mil annos depois ao bombardeamento da sumptuosa Acropole de Athenas pelas tropas venezianas.

Um dos nossos mais distinctos companheiros, espirito e coração de escól, escreveu esta bella phrase, que vos approuve repetir com applauso: « Na cultura emotiva da alma feminina está um dos elementos mais poderosos para a construcção da paz futura ».

Ninguem, prezado collega, ninguem rende culto mais fervoroso á mulher do que o humilde orador, que vos saúda.

Nella, a obra-prima da creação, nella eu admiro o anjo bendicto do lar, a meiga socia das nossas alegrias e tristezas, a doce ermã que suaviza a negra sorte dos enfermos, a mestra carinhosa e adoravel que norteia a educação da criança, illuminando-lhe o cerebro e a um tempo affeiçoando-lhe o coração.

Sim, esta homenagem é legitima. Mas a innegavel influencia salutar da mulher christã chegará a constituir-se « poderoso elemento para a construcção da paz futura »?

Permitti a minha hesitação em acceita-lo, como não creio tambem na absoluta perfectibilidade humana, nem na paz definitiva da Humanidade. A educação, o sentimento religioso, a Moral temperam sem dúvida a rudeza dos nossos instinctos: mas, ai de nós!, permanece tantas vezes no fundo das almas a fraqueza innata, o impulso malefico do interesse, a seducção da vaidade, sentimentos apenas adormentados, e capazes de renascer com todas as violencias da tempestade!

Perdoae-me, Senhores, si ouso discordar de um espirito tão elevado e culto, assim como de convicções que talvez a muitos de vós seduzam. Mas o meu intuito não vai além de prestar a devida homenagem ao batalhador, que aqui se alista hoje com as mais honrosas credenciaes, e cujo talento nos ha de prestar valiosissimo concurso.

Sêde benvindo a este cenaculo de estudiosos das cousas da Patria, sr. dr. Erico Coelho. Si os magnos problemas da Politica vos preoccupam agora, como sempre, na distincta posição de senador da Republica, a que vos elevou com justiça o voto dos cidadãos fluminenses, não deixeis por isso o campo da Historia, que lavramos com assiduidade e amor, e trazei-nos os fructos sazonados do vosso espirito investigador e arguto.

Nada nos cabe mais á justa do que aquella apostrophe eloquente de Montalembert aos jovens e velhos de seu tempo:

« Não deixemos que em nós se extinga o fogo interior, a luz e o calor, a vontade e a vida.

Projectemos para além do horizonte dos interesses grosseiros e frivolos um olhar intrepido, e, rendendo justiça e homenagem a todas as glorias do passado, procuremos respirar o sôpro de um futuro melhor ».

Tendes, nesta hora solenne, illustre senador, como todos os vossos collegas do Congresso Nacional, uma melindrosa tarefa: conjurar com civismo as gravissimas difficuldades do presente, honrando sempre o nome brasileiro, que tão luzido nos deixaram os nossos antepassados e que urge, a todo transe, manter illeso perante o mundo.

Si nessa ingente missão vos assaltarem, porventura, motivos de desanimo ou fugaz desfallecimento, vinde ao seio da

Historia Patria e ahi, de certo, encontrareis exemplos de masculo desinteresse, modelos raros de virtude civica, licções proficuas de abnegação e coragem. E o vosso espirito robusto cooperará, certamente, com o de outros bons filhos da terra do Cruzeiro, para a victoria que todos almejamos, cheios de fé no patriotismo dos Brasileiros e na grandeza futura do Brasil.

Este é o grande sonho dos moços que entram agora nas luctas da vida; esta é a grande confiança dos honrados varões que batalham em todas as espheras sociaes pelo progresso e pela salvação da Patria; esta é tambem a suprema consolação dos velhos, como eu, que descambam para as sombras do occaso.

Confortados com tão doce pensamento, desappareceram do theatro da vida os gloriosos Andradas, que aureolaram o berço do Imperio; com elle supportou as agruras do exilio o coração magnanimo de Pedro II; com elle passaram á luz da eternidade os illustres Prudente de Moraes, Benjamin Constant e Campos Salles, sonhando a prosperidade da Republica, — sua estremecida filha; — o immortal Rio Branco, — estrenuo paladino da paz e da fixação das fronteiras; — o imperterrito e nobre Ouro Preto, que não descreu jámais do futuro do seu amado Brasil.

Tenhamos todos a esperança virente dos moços, a tenacidade heroica dos varões honrados, a fé dos velhos que encaneceram neste culto sagrado, e a Patria certamente resurgirá do desalento para proseguir impavida na rota, que a Providencia lhe traçou.

Tendes tambem a alma talhada e preparada para estes combates, sr. dr. Erico Coelho. Sêde, pois, aqui accolhido com as palmas que o vosso merito reclama, e com o affecto a que tendes indiscutivel direito.» (*Palmas.*)

O Sr. 1º Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

— « Temos a honra de propôr para socio correspondente do Instituto monsenhor Silverio Gomes Pimenta, arcebispo de Marianna, figura primacial do episcopado brasileiro, que tem sabido honrar atravéz de uma já bem longa existencia.

Seus numerosos trabalhos escriptos revelam o prosador castiço, que aos primores da fórma allia a elevação de idéas e

extensão de conhecimentos. Desses trabalhos enviados pelo auctor ao Instituto Historico, merece especial destaque a *Vida de D. Antonio Ferreira Viçoso, Bispo de Marianna, Conde da Conceição,* opulenta e documentada biographia, que não é apenas o estudo da vida daquelle eminente e piedoso prelado, mas ainda, como irradiação necessaria, do periodo historico em que floresceu, agitado por dissenções e luctas entre o poder civl e a Egreja, como a intitulada « Questão religiosa », a questão do padre Roussim e outras de menor importancia.

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1916.—*A. B. Ramalho Ortigão.—Fleiuss.—Aurelino Leal.—Araujo Viana.*»

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. professor Basilio de Magalhães.

— « Temos a honra de propôr para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. Antonio Carlos Moreira Telles, natural da cidade de Campos (Rio de Janeiro), nascido em 13 de Maio de 1882, jornalista residente em Lisboa, auctor dos seguintes trabalhos: « Emigração portugueza para o Brasil », « O Brasil e a Emigração », o « Brasil e Portugal », e « Notas de Estudo », offerecidos ha tempo pelo auctor ao Instituto.

Lisboa, 8 de Maio de 1916.—*Manuel Emilio Gomes de Carvalho.—Annibal Velloso Rebello.*

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1916.—Dr. *Pedro Souto Maior.—Fleiuss.—A. B. Ramalho Ortigão.*»

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

O Sr. Fleiuss diz que o Instituto já recebeu os originaes das « Ephemerides », escriptas pelo grande Brasileiro que foi o sr. barão do Rio-Branco. Acompanhando os originaes, o sr. dr. Lauro Müller, digno Ministro das Relações Exteriores, dirigiu ao sr. presidente do Instituto o seguinte officio:

« Ministerio das Relações Exteriores — Secção do Protocollo — N. 48 — Rio de Janeiro, 14 de Junho de 1916 — Senhor Presidente — Incluso tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. os originaes manuscriptos, acompanhados das respectivas cópias das *Ephemerides Brasileiras,* trabalho organizado

pelo barão do Rio-Branco e encontrado entre os papeis que formavam o seu archivo adquirido pelo Governo do Brasil.

Uma pequena parte deste trabalho foi publicada no anno de 1892 pelo *Jornal do Brasil,* em um volume distribuido como brinde aos seus assignantes: comprehendia os mezes de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e Septembro. Mas depois dessa época o barão do Rio Branco não sómente melhorou consideravelmente o seu trabalho, enriquecendo o primitivo volume com grande quantidade de factos novos relativos á nossa Historia militar, como tambem o completou com os mezes de Janeiro, Fevereiro, Outubro, Novembro e Dezembro, até hoje ineditos.

Representa, pois, uma valiosa contribuição ao estudo da nossa Historia a publicação coordenada e melhorada das *Ephemerides Brasileiras* feita pela primeira vez, sôbre cópias authenticas, de accôrdo com os manuscriptos do auctor e com as innumeras annotações feitas no referido volume, editado pelo *Jornal do Brasil*.

Com o presente officio remetto a V. Ex. os manuscriptos e cópias relativas aos mezes de Janeiro a Junho, para que V. Ex. se digne providenciar no sentido de serem publicados na *Revista* do Instituto.

Aproveito a opportunidade para renovar a V. Ex. os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Conde de Affonso Celso, Presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.—*Lauro Müller*.»

O sr. presidente do Instituto respondeu da seguinte fórma ao illustre sr. dr. Lauro Müller:

—« Rio, 19 de Junho de 1916.

Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Lauro Müller, M. D. Ministro das Relações Exteriores:

Em nome do Instituto Historico e no meu proprio, summamente agradeço a V. Ex. o novo e valiosissimo obsequio com que acaba de distinguir aquella veneranda corporação, de que é egregio consocio, enviando-lhe os originaes manuscriptos, acompanhados das respectivas cópias, das « Ephemerides Brasileiras », trabalho organizado pelo barão do Rio

Branco e encontrado entre os papeis que formavam seu archivo adquirido pelo Governo do Brasil.

As explicações constantes do officio com que foi realizada a remessa são preciosos subsidios historicos, que opportunamente serão aproveitados, e constituem mais uma gentileza de V. Ex.

Os manuscriptos e cópias, mandados por V. Ex. e relativos aos mezes de Janeiro a Junho das « Ephemerides », serão publicadas na *Revista do Instituto* e sem dúvida despertarão o mais vivo interesse em quantos se occupam da Historia Patria.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais elevada consideração.— *Conde de Affonso Celso*, Presidente do Instituto ».

Como se vê, faltam nos originaes do sr. barão do Rio-Branco os relativos ao mez de Março. Devendo a *Revista do Instituto* publicar a obra integralmente, propõe o orador que o Instituto incumba o sr. dr. José Vieira Fazenda de preparar as ephemerides do mez de Março, obedecendo á orientação do trabalho feito. O provecto bibliothecario do Instituto está, todos o reconhecem, nas condições de levar brilhantemente a cabo essa tarefa, tão de accôrdo com as suas notorias aptidões.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) diz que esta proposta é de tal ordem, que se dispensa de submettê-la á discussão e, pondo-a em votação, é a mesma approvada por unanimidade.

Em seguida tem a palavra o Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) para fazer uma communicação sôbre a correspondencia de João Diogo Sturz, encontrada ha algum tempo entre maços de papeis antigos, existentes na Quinta da Bôa Vista e por elle incorporados, desde 1912, á collecção Pedro II, fundada nessa data. São documentos do mais alto interesse para o conhecimento de muitos detalhes, referentes ao progresso do Brasil.

João Diogo Sturz nasceu na Prussia em 1800. Em 1839 foi eleito membro correspondente do Instituto, por proposta do conego Januario, proposta cujo original lhe foi mostrado, a seu pedido, pelo dedicado secretario perpetuo, sr. Fleiuss. Em 1842, Sturz foi nomeado consul geral do Brasil na Prussia;

removido em Maio de 1854 para Sardenha, Toscana e Parma, não se ausentou da Prussia, para onde foi de novo removido em 57, sendo exonerado e posto em disponibilidade, em 1858.

O Instituto conta em seu archivo diversas cartas de Sturz, que muitas vezes lhe remetteu livros e publicações. Seu nome figura na Bibligraphia de Sacramento Blacke como auctor de algumas monographias publicadas no Rio de Janeiro, sôbre machinas agricolas e sôbre immigração; não se acha, porém, na lista de extrangeiros illustres que foram socios do Instituto, organizada por Taunay; a data de seu fallecimento passou despercebida a esta instituição.

A correspondencia de Sturz consta de muitos milheiros de paginas manuscriptas. Só em 1852 a 54 enviou elle, segundo uma relação que fez imprimir, 25.800 folhas. De 1840 a 1855, á sua custa, esse homem notavel manteve a intellectualidade brasileira ao corrente de todas as conquistas da sciencia, da industria e da arte, que a Europa ia conhecendo. Mal saïa uma obra, mal se descobria um novo processo industrial, logo Sturz resumia de modo admiravel aquella novidade e espalhava a noticia pelo Brasil.

Cada uma das suas communicações era tirada em lithographias, ás vezes com desenhos, em numero de 200, 300 e mais exemplares, que se remettiam para toda parte. Nessa correspondencia ha de tudo, embora escripta em linguagem pouco escorreita.

O orador não deseja abusar da attenção do Instituto, e por isso lerá apenas alguns documentos que hoje pertencem ao Museu Nacional, de onde saïram para ser examinados pelos seus dignos mestres e collegas, com permissão do director, professor Bruno Lobo. Si não fosse mesmo o convite instante do seu digno amigo sr. Fleiuss deixaria para mais tarde essa communicação, quando terminasse o trabalho que sôbre tal correspondencia tem em mãos.

Um dos mais interessantes documentos é a seguinte carta de von Martius, escripta em 1845, por onde se vê o ardoroso interesse, que o sabio naturalista nutria por nossa terra:

Carta do cav. dr. von Martius, de Munich, 11 de Outubro de 1845, a J. D. Sturz.

— « Illmo. Sr. e amigo.

Ha muitos annos que eu estou em correspondencia com o sr. Ramon de la Sagra, sôbre cuja obra v. s. chama minha attenção. Considero este auctor como um dos melhores conhecedores da agricultura e da industria nos paizes tropicos, o que elle tem provado pela edição do seu periodico sôbre a ilha de Cuba, pelo Itinerario na America do Norte e pela sua grande obra, da qual fazem parte os dous volumes « L'Histoire physique et politique de l'ile de Cuba », Paris, 1844, in 8° — e que são declarados pelos editores mesmo como um *abrégé* da parte historica da grande obra do nosso auctor. Muito me admiraria si esta obra, escripta tanto em hispanhol como em francez, não se achasse nas mãos de muitos Brasileiros intelligentes, pois não ha outro livro que possa melhor servir de espelho aos Brasileiros, para que elles conhecessem o que devem fazer. Como Portugal sente qualquer movimento politico e industrial da Hispanha, assim egualmente o Brasil deve sentir tudo quanto acontece á grande ilha de Cuba, que pela intensidade da sua riqueza, pela sua população mixta de brancos e de negros, pelo systema industrial, como por sua posição physica tem grande similhança com o Brasil. Os legisladores podem aprender alli muito e por isso penso que o livro do sr. Ramon de la Sagra será já um *Vade-mecum*, principalmente dos homens intelligentes que governam no Brasil e que regem os seus destinos.

E como será este tempo futuro?

As evoluções dos povos estão na mão da Divina Providencia; porém os calculos dos homens, por analogia, sempre teem certa verdade, e por isso ha já uns e outros cujas vistas penetram no véo que nos fecha o destino do Brasil. O que elles lá enxergam não preciso pintar a v. s. Nós ambos, Allemães de nascimento, quasi Brasileiros por predilecção e marcha de nossa vida, fazemos votos ardentes para a felicidade daquelle bello Imperio e repetimos sempre « *Knowledge is power* »; o Brasil será forte e feliz enquanto sabe aprender e desenvolver os espiritos de seus cidadãos, que a natureza tem dotado com raras qualidades. Acho na obra citada sobretudo bem traçadas as causas do systema da industria estacionaria ou para melhor dizer: da estagnação da industria por falta de

um systema são e verdadeiro. O que Ramon diz sôbre a necessidade de abrir novos ramos de cultura vantajosa nos paizes tropicos, mesmo onde existe escravatura, merece toda a attenção dos politicos do Brasil. Ella mostra como se deve evitar a prepoderancia de producções, que até agora se tem considerado como as unicas possiveis em um paiz quente; e como, do outro lado, a Europa faz mais e mais exforços para apropriar-se de ramos, que antes se julgavam exclusivamente tropicaes. Nada póde dar melhores licções aos Brasileiros que estas considerações propostas por um escriptor que conhece tão bem a natureza, e que sabe o que qualquer paiz póde produzir segundo as suas proporções naturaes. Participo, portanto, principalmente das idéas de v. s., que concorda com Ramon, respeito á cultura do tabaco.

Nós ambos temos visto como este genero prospera mesmo no seio da Allemanha e quantos são os progressos delle na Hungria; porém no Brasil esta cultura está estacionaria e com a decrescencia do tráfico dos negros os preciosos tabacaes da Bahia e das provincias do Norte parecem diminuir como si o Brasileiro quizesse produzir sómente o fumo para apanhar carne humana! Eu tenho visto innumeras paragens, tanto cultas como ainda incultas, que promettem uma recolta riquissima, mas como os negociantes para a Costa da Africa não precisam tanto fumo como no tempo de Dona Maria, não se olha sôbre a fecundidade dos terrenos.

Mas é verdade, que o trabalho do fumo tanto nos Estados Unidos como na Venezuela e na Cuba já se faz mais facilmente com mãos livres; eis aqui a grande calamidade do nosso bello Brasil! O auctor puxa muito de mais seus louvores da preferencia dos terrenos cubanos; eu estou certissimo de que o Brasil póde produzir o fumo em qualidade e quantidade egual; mas o que por lá falta só é a industria livre.

Ramon mesmo explica-se da mesma maneira, pois elle declara que na Ilha de Cuba este ramo de industria é quasi exclusivamente nos braços de homens livres e até daquelles que não são fazendeiros ricos.

O que o nosso auctor diz sôbre a fabricação de assucar merece a maior attenção do governo e dos fazendeiros do Brasil. Eis aqui um verdadeiro espelho do que se deve fazer e evitar! Enquanto aos vicios dos engenhos de assucar no

Brasil, fique certo de que estes não se evitarão por meras communicações litterarias do que se passa em outros paizes para aperfeiçoar a fabricação. Nem o estabelecimento de algumas fabricas modelo poderá remediar. Por esta via talvez o bom exemplo ganhará alguns vizinhos. Manda-se vir da Inglaterra ou França alguns dos novos apparelhos da melhor construcção e estes trabalham com grande ganho dos fazendeiros; porém com tudo isso o systema da fabricação grande fica imperfeito e desegual, para vencer naquella grande guerra industrial, que se aprompta, e cujos primeiros apparelhos já enxergamos postos em jogo.

Não, meu senhor, alli não tem sinão um só grande meio; este é: avançar a instrucção, doutrinar todo o povo, enriquecer todos os espiritos, pelo cabedal das sciencias adquiridas novamente.

E como se póde chegar a este fim saudavel?

Repito o que já disse a v. s. numa carta anterior: estabelecer boas escolas, despertar os espiritos inertes, localizar os conhecimentos: e só isso é o unico caminho no qual se póde lograr o fim desejado.

A experiencia tem mostrado que o proveito que o Brasil tem tirado da missão da sua mocidade estudante para a Europa era menor do que se cuidava. Portanto devia chamar-se a industria e a sciencia européa para estabelecer-se por lá. Na Italia, na França, na Allemanha podia-se facilmente achar alguns 30 ou 40 professores de Chimica, Physica, dos varios ramos technicos, homens jovens, alertes, que ainda querem fazer a sua carreira. Supponhamos que cada um delles recebesse por anno um salario de 1.500 florins. Por 40 professores se pagariam annualmente 60.000 florins. Mettendo-se estes homens em 12 cidades do Interior para formar escholas industriaes e polytechnicas, armando as escholas dos necessarios para laboratorios, bibliothecas, etc., se podia fazer gozar o Brasil em breve dos fructos das sciencias modernas, e marchar tanto no adiantamento da industria, que não devia receiar a emulação de Cuba, de Mauritius ou da India Ingleza.

Não preciso observar a v. s. que eu reconheço e aprecio muito bem os talentos dos Brasileiros. Estes são na verdade espantosos e não cedem a qualquer outro, de qualquer paiz que seja. Mas deve se considerar que os Brasileiros adean-

tados nas sciencias muitas vezes já gozam de riquezas ou vivem numa certa mediocridade que os faz indolentes; outros quererão aproveitar de suas luzes para si mesmo; outros são dirigidos na carreira politica ou legislativa; outros ha que nunca saïram do Brasil e que gozam das sciencias que adquiriram, até sem conhecer os grandes perigos de sua patria.

Oh! si esses enxergassem de perto a nossa vida européa, e este tremendo *bellum omnium contra omnes*, elles haviam de reconhecer, como sancto dever seu, soccorrer a propria patria, em dando a seus espiritos, a seus conhecimentos e industria toda a elasticidade e extensão, de que são susceptiveis, para enriquecer dos mesmos dotes espirituaes a sua bellissima patria.

Bem sei que fallo em proposições difficeis, e muitos homens hão de rir sôbre os meus sonhos; entretanto já tenho mais do que um exemplo na historia para provar a v. s. que a vontade dos governos póde provocar a industria, e até um systema nacional inteiro de industria.

A Inglaterra, os Paizes Baixos, a Russia nos demonstram o que estabelecimentos públicos bem calculados teem valido.

V. S. póde tomar esta expectoração minha como quizer; por sonho ou por bem fundada, eu não me cansarei em protestar meu interesse para com o Brasil, como egualmente em reiterar-lhe que fico para sempre de v. s. humilde criado e affectuoso amigo.—*Martius*.

Schlekdoff, perto de München, em 11 de Outubro de 1845.

Ao Illmo. Sr. J. D. Sturz, Consul Geral do Imperio do Brasil em Berlim.»

Não é, como se vê, uma carta anonyma, sem significação. Palpita nella um enthusiasmo confortador pelo futuro do Brasil. Si já venerava o grande Martius de um modo particular, agora, diz o orador, o estimo ainda mais.

Lê em seguida o titulo de muitos documentos da correspondencia de Sturz, dando as respectivas datas; trechos de certos papeis mais importantes sôbre o testamento scientifico do naturalista Frederico Sellow, morto em 1831 no Rio Doce; sôbre um processo de conservação da carne pelo vacuo; sôbre a arvore da gutta-percha; sôbre permuta de material de His-

toria natural entre o Brasil e o professor Rosenhauer, de Erlangen; sôbre a colonia allemã de Petropolis, fundada em 1845; sôbre o emprêgo do acido phosphorico na purificação do assucar; sôbre foguetes de guerra encommendados pelo Govêrno imperial em 1851, e embargados em Munich por artes de emissarios de Buenos Ayres, então em guerra contra o Brasil, etc.

Demora-se particularmente sôbre um plano completo de estabelecimento de telegrapho electrico no Brasil, organizado em 1851 pelo proprio Sturz, de accôrdo com o professor Steinheil. Nesse plano tudo foi admiravelmente previsto, cabendo a Sturz, até certo ponto, o merito de haver proposto esse melhoramento dez annos antes que elle fosse realizado aqui (1861).

Numa correspondencia de 1852 Sturz prégava abertamente a libertação dos escravos como uma necessidade para o paiz, fazendo ver ao ministro do Imperio como seria facil educar os negros, mostrando-lhes que o trabalho dos campos não é aviltante, fazendo-o realizar por immigrantes brancos, á sua vista. A immigração livre, ao lado da libertação dos escravos, a guerra aos latifundios, pela repartição das terras, caminhos de ferro, telegraphos, resolveriam segundo esse grande amigo nosso, Brasileiro adoptivo e sincero, o nosso problema social e economico. Sturz porém era *un ami grincheux*.

Dizia as verdades com dureza e pontilhava suas cartas com annotações impertinentes. Foi por isso, talvez, considerado um importuno, conforme elle mesmo o escreveu, queixando-se de que só 3 ou 4 pessoas accusavam o recebimento de suas cartas. Viveu despresado e morreu exquecido... Não lhe recordaram o fallecimento no Instituto. A sua communicação servirá, ao menos para isso.» (*Palmas.*)

Essa communicação é recebida com grandes applausos.

Nada mais havendo a tractar, levanta-se a sessão ás 22 e meia horas.

ROQUETTE PINTO,
2º secretario.

QUARTA SESSÃO ORDINARIA, EM 29 DE JULHO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguntes socios srs. conde de Affonso Celso, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Homero Baptista, dr. Pedro Souto Maior, Felix Pacheco, Basilio de Magalhães, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Seastião de Vasconcellos Galvão, marechal José Bernardino Bormann e dr. Alfredo Rocha.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*segundo secretario*) lê a acta da sessão antecedente, a qual, submettida á votação, é approvada unanimemente.

O Sr. Fleiuss (*primeiro secretario perpetuo*) antes da leitura do expediente, propõe que seja inserto na acta da sessão um voto de sinceras congratulações pelo 70º anniversario da excelsa Brasileira princeza d. Isabel, condessa d'Eu, filha de d. Pedro II, inolvidavel presidente e protector perpetuo do Instituto, cujo nome é sempre repetido nesta casa com a maior veneração e respeito.

O Sr. Basilio de Magalhães, em additamento a esta proposta, — diz que tambem apresenta a de, como annexo á presente sessão, ser transcripto na acta o artigo que, sob a epigraphe — *Vinte e nove de Julho* — publicou o *Jornal do Commercio,* ha precisamente um anno, e devido á penna do sr. M. Fleiuss, secretario perpetuo do Instituto.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) submette a votos essas propostas, que são approvadas unanimemente.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) diz que, não podendo o Instituto mostrar-se indifferente aos factos notaveis da vida nacional, deve consignar na acta da sessão de hoje a sua satisfacção pela maneira realmente brilhante como o illustrado consocio dr. Ruy Barbasa representou o Brasil no extrangeiro.

O Instituto unanimemente annue a esta proposta.

O Sr. Felix Pacheco diz que a Commissão nomeada

para representar o Instituto na recepção ao dr. Ruy Barbosa, cumpriu o seu dever.

O Sr. 1º Secretario perpetuo lê o seguinte expediente:

— Parecer da Commissão de Admissão de Socios:

« A Commissão de Admissão de Socios reconhece, com intenso prazer, a completa idoneidade do sr. senador João de Lyra Tavares, e acha de toda a conveniencia a sua admissão como socio correspondente do Instituto que, certamente, no illustre proposto encontrará mais um dedicadissimo sustentaculo.

Instituto Historico, 25 de Julho de 1916. — *Manuel Cicero*, relator. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires*. — *Ramiz Galvão*. »

E' apoiado e fica sôbre a mesa para ser votado na sessão seguinte.

Proposta: « Temos a honra de propôr para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. Roberto Lehmann-Nitsche, doutor em Sciencias Naturaes e doutor em Medicina pela Universidade de Munich, cathedratico titular de Anthropologia na Faculdade de Sciencias Naturaes da Universidade de La Plata e na Faculdade de Philosophia e Lettras da Universidade de Buenos Aires, chefe da secção anthropologica do Museu de La Plata, etc.

O dr. Lehmann-Nitsche, que ha longos annos se dedica especialmente, com reconhecida competencia, ás questões de Anthropologia e Ethnographia americanas, é auctor de numerosas obras referentes a taes assumptos, que offereceu ao Instituto, entre as quaes tem logar de destaque seu trabalho de *folk-lore* « Advinanzas Rioplatenses ».

Chamando-o ao seu gremio, o Instituto Historico, obediente ás suas tradições, cumpre um grato dever.

Sala das Sessões, em 29 de Julho de 1916. — *Fleiuss, Roquette Pinto, Felix Pacheco* ».

Vai á Commissão de Ethnographia, sendo relator o sr. desembargador Sousa Pitanga.

— Officio do Ministerio das Relações Exteriores — « Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1916 — Secção do Protocollo — N. 51 — Sr. Presidente — Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a segunda e ultima série dos originaes manuscriptos, acompanhados das respectivas cópias, das « Ephemerides Bra-

sileiras », trabalho organizado pelo barão do Rio Branco e encontrado entre os papeis que formavam o seu archivo adquirido pelo Governo do Brasil.

A presente série completa a que acompanhou o officio n. 48, de 14 de Junho ultimo, deste Ministerio, e corresponde aos mezes de Julho, Agosto, Septembro, Outubro, Novembro e Dezembro.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.— *L. M. de Souza Dantas.*

A S. Ex. o Sr. Conde de Affonso Celso, Presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.»

A esse officio o sr. presidente respondeu nos seguintes termos:

— « Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 25 de Julho de 1916.

Exm. sr. dr. Luiz Martins de Sousa Dantas, m. d. ministro das Relações Exteriores.

Em nome do Instituto Historico e no meu proprio, agradeço penhoradamente a v. ex. o valioso favor que acaba de prestar á mesma Associação, remettendo a segunda e ultima serie dos originaes manuscriptos, acompanhados das respectivas cópias, das « Ephemerides Brasileiras », trabalho organizado pelo saudosissimo barão do Rio Branco e encontrado entre os papeis que formavam o seu archivo, adquirido pelo Governo do Brasil.

A nova série, bem como a que acompanhou o officio n. 48, de 14 de Junho ultimo, desse Ministerio, vai ser entregue ao cuidadoso exame de uma commissão de socios do Instituto para ulterior publicação na Revista, inserindo assim integralmente as « Ephemerides », que, sem contestação, constituem uma das mais interessantes achêgas para o estudo da historia da nossa Patria.

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a v. ex. os mais elevados protestos da minha consideração e respeito.— O Presidente perpetuo, *Conde de Affonso Celso.*»

Informa o Sr. 1º Secrtario perpetuo que todos os originaes já se acham coordenados, faltando, como anteriormente teve ensejo de annunciar, os relativos ao mez de Março que, segundo deliberação do Instituto, estão sendo preparados pelo

venerando bibliothecario, sr. dr. José Vieira Fazenda, que com o zêlo habitual a esse trabalho se tem dedicado.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) justifica a ausencia dos consocios drs. Miguel de Carvalho e Araujo Viana.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*), diz que, havendo o *Diario Official* publicado, em sua edição de 27 do corrente, um projecto apresentado na Camara dos Deputados, auctorizando o Govêrno a realizar o levantamento rapido da Carta Geral da Republica, acha que o Instituto não se deve desinteressar dessa idéa, que julga um dos mais serios problemas nacionaes.

Conhecer o Brasil e nacionaliza-lo são as nossas duas questões fundamentaes; e, por isso, propõe que o Instituto leve aos signatarios do referido projecto a expressão do seu apoio.

Posta a votos, é approvada unanimemente essa proposta.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) dá em seguida a palavra ao sr. dr. Homero Baptista, que lê um trabalho seu sôbre a «Evolução da tarifa aduaneira após a Independencia até 1844 — «Tarifa Alves Branco» — Concluida a leitura, que mereceu unanimes applausos, o sr. presidente agradece e felicita o sr. dr. Homero Baptista pelo seu substancioso trabalho, que é um brilhante capitulo da nossa *Historia Economica*.

Nada mais havendo a tractar, levanta-se a sessão, ás 22 1|2 horas.

ANNEXO

ARTIGO PUBLICADO NO «JORNAL DO COMMERCIO» DE 29 DE JULHO DE 1915 E MANDADO TRANSCREVER NA PRESENTE ACTA, SOB PROPOSTA DO SR. BASILIO DE MAGALHÃES:

«29 DE JULHO — Si a data de 29 de Julho não pertence hoje á série das que usualmente se commemoram, é porque a nossa educação civica ainda não se acha inteiramente libertada de certos prejuizos e restricções lamentaveis.

Quando desapparecerem de todo os preconceitos injustificaveis do partidarismo, com a victoria definitiva da justiça

historica, o 29 de Julho, como o 2 de Dezembro, terá a sua consagração, pois que assignalam ambos o nascimento de duas grandes figuras de nossa patria, das que maiores beneficios souberam proporcionar em sua suprema direcção. Extinctas as paixões, naturaes com o advento do novo regime, a figura de d. Pedro II, sem par em nossos fastos de grandeza moral, mereceu desde logo as melhores provas de acatamento.

Si os seus restos mortaes ainda não repousam na terra em que viu a luz e a que como nenhum outro soube amar, já algumas cidades se orgulham de o possuir em estatuas, que servirão de ensinamento ao culto popular, e o seu nome volveu ao estabelecimento de instrucção que tanto lhe merecera.

O mesmo succederá, sem dúvida, á insigne patricia, cujo anniversario hoje occorre.

Nada ha, com effeito, que impeça taes homenagens a uma senhora, que por tres vezes teve em suas mãos a chefia do govêrno e a exerceu com dignidade absoluta e absoluto acêrto, tornando-se auctora de medidas benemeritas, de inapagavel brilho em nossa historia.

Lancemos, porém, ligeira vista sôbre o passado.

Em grande alvorôto correu o dia 29 de Julho de 1846.

Quem lê os jornaes de 30 tem a impressão do aspecto festivo da cidade. Aguardava-se com anciedade um acontecimento.

Na propria Camara dos Deputados, presidida nesse dia 29, pelo vice-presidente Theophilo Benedicto Ottoni, ao finalizar a sessão disse o célebre politico e revolucionario de 42: — « No caso de ter logar hoje o bom successo de Sua Majestade a Imperatriz, fica esta ordem do dia para sexta-feira, porque o Sr. Primeiro Secretario me informa que então não é possivel haver casa. »

Esperava-se a cada instante o nascimento de mais um principe. Seria o segundo, pois que o primogenito de d. Pedro II e de d. Tereza Christina, d. Affonso, nascera a 23 de Fevereiro de 1845, vindo a fallecer em 11 de Junho de 1847.

— « Não era possivel então haver casa », informara ao presidente da Camara o 1º secretario — José Pedro Dias Vieira, representante de Minas e depois, por mais de uma vez, ministro de Estado.

E nessa Camara que se deixara tão intensamente influir por um facto dessa natureza, tinham assento homens do valor politico de Bernardo de Sousa Franco, Moura Magalhães, Sousa Ramos, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Thomaz Pompeu, França Leite, Nunes Machado, Muniz Tavares, Cavalcanti de Albuquerque, Lopes Neto, José Tavares Bastos, Antonio Rebouças, Gonçalves Martins, Angelo Muniz da Silva Ferraz, João Mauricio Wanderley, Ferreira França, João Paulo dos Santos Barreto, Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, Dias de Carvalho, Limpo de Abreu, José Antonio Marinho, Ferreira Penna, Paulo Barbosa, Salles Torres Homem, Manuel Odorico Mendes, Antonio Carlos, José Joaquim Machado de Oliveira, Pimenta Bueno, Jeronymo Francisco Coelho, Domingos José Gonçalves de Magalhães, além de outros tambem notaveis.

Não se póde dizer que era uma Camara de nullos ou de servis, cujo aulicismo os subalternizasse. Longe disso, o que vibrava naquella verdadeiramente augusta assembléa era o civismo. Corria nas veias daquelles homens o sangue revolucionario de 17 a 42, das crises regenciaes, dos levantes, da insubmissão a tudo que não fosse inspirado pelo bem da patria.

E uma corporação possuidora de characteres desse jaez patenteava sem rebuços o interesse que lhe despertava a familia imperial.

E' que o soberano, embora joven de vinte annos, pelos seus exemplos dignificadores, se tornara alvo de unanime acatamento, conseguindo congraçar os diversos matizes politicos, a tal ponto, que todos viam na dynastia a segurança da ordem, do respeito, o elemento mais efficaz do engrandecimento nacional.

No dia 30 de Julho o *Jornal do Commercio* inseria duas noticias; uma sob a epigraphe — *Parte official* —, outra sob a de *Jornal do Commercio*.

Dizia a primeira: « Havendo a Divina Providencia felicitado a este Imperio com o nascimento, que hontem teve logar, de uma princeza: por ordem de Sua Magestade o Imperador se faz publico que o mesmo Augusto Senhor se digna receber hoje, pela uma hora da tarde, em grande gala, no Paço de São Christovão, por tão faustoso motivo, o cortejo

das pessoas que a este acto costumam ser admittidas na conformidade dos avisos sobre este objecto já expedidos em 6 do corrente. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1846.—*Antonio José de Paiva Guedes de Andrade.*»

A parte editorial, interessantissima, assim rezava:

— « Com indizivel prazer annunciamos aos nossos leitores que Sua Magestade a Imperatriz deu hontem á luz uma princeza.

Pelas 7 horas da manhã, fazendo signal o Castello de que Sua Magestade sentia os primeiros incommodos, concorreram ao Paço da Boa Vista os ministros da Corôa, os conselheiros de Estado, os grandes e mais pessoas da Côrte, os presidentes das Camaras Legislativas, etc,. etc.. Os habitantes desta populosa Capital esperavam com anciedade a noticia de que Sua Magestade se achava livre de cuidado, e á maneira que decorriam as horas, redobravam os votos que faziam ao Altissimo pelo feliz successo de sua virtuosa e adorada Imperatriz. Finalmente ás 7 horas menos 13 minutos da tarde, annunciou o Castello que a Divina Providencia tinha felicitado o Brasil com o nascimento de uma princeza, e concedido a Sua Magestade o Imperador um novo penhor da sua felicidade dynastica.

Bandas de musica percorreram as ruas da cidade, acompanhadas por muito povo, e em todos os semblantes se divisava o júbilo de que se achavam possuidos os Fluminenses pelo feliz successo de Sua Magestade a Imperatriz. »

Essa noticia exprimia o sentimento geral. A felicidade dos imperantes reflectia-se em todas as camadas sociaes; isso se infere da linguagem despreoccupadamente sincera das noticias publicadas.

O auto do nascimento da princeza foi assim redigido: — « Aos vinte e nove dias do mez de Julho do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e seis, nesta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, achando-se reunidos no Paço Imperial, Quinta da Boa Vista, por ordem de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, os ministros e secretarios de Estado, os conselheiros de Estado, os grandes do Imperio e os presidentes das duas Camaras da Assembléa Geral Legislativa, commigo abaixo assignados,

para servirem de testemunhas do nascimento do Serenissimo principe ou princeza que Sua Magestade a Imperatriz e Senhora D. Thereza Christina Maria, Augusta Esposa da dita Sua Magestade I. o Senhor D. Pedro II, se achava proxima a dar á luz, fomos conduzidos pelo Exmo. Marquez de Itanhahem, fazendo as vezes de mordomo-mór da casa imperial, ao interior do referido Paço, e ahi, pelas seis horas e vinte e cinco minutos da tarde do mencionado dia, fomos introduzidos pelo mesmo mordomo-mór na proxima camara em que Sua Magestade a Imperatriz estava, e onde nos foi apresentada por Sua Magestade o Imperador a Augusta pessoa recemnascida, a qual vimos, ouvimos e reconhecemos ser do sexo feminino, e achar-se sã e perfeita. E para que o referido conste a todo tempo, eu, Joaquim Marcellino de Brito, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, lavrei tres autos, todos do mesmo theor, por mim assignados, pelas testemunhas acima declaradas, e pelo medico da Imperial Camara o Doutor Candido Borges Monteiro, um dos quaes ficará depositado nas Augustas mãos de Sua Magestade o Imperador, outro será remettido para o Reino das Duas Sicilias, e o terceiro ficará archivado no Archivo Publico do Imperio. — Joaquim Marcellino de Brito, José Joaquim Fernandes Torres, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Barão de Cayrú, João Paulo dos Santos Barreto, Visconde de Monte Alegre, Visconde de Olinda, Conde de Valença, Manoel Alves Branco, José Antonio da Silva Maia, José Joaquim de Lima e Silva, José Carlos Pereira de Almeida Torres, Honorio Hermeto Carneiro Leão, Francisco de Paulo Souza e Mello, Bispo de Amemuria, Caetano Maria Lopes Gama, José Cesario de Miranda Ribeiro, Francisco Cordeiro da Silva Torres, Marquez de Baependy, Luiz José de Oliveira, Francisco Muniz Tavares, Marquez de Itanhahem, Marquez de Cantagallo, Conde do Rio Pardo, Conde de Caxias, Visconde de Villa Real da Praia Grande, o Bispo de Chrisopolis, esmoler-mór, Barão de Villa Bella, Visconde de Goiana, Manoel Bispo capellão-mór, Gregorio de Castro Moraes e Souza, veador de semana; Visconde de Congonha do Campo, Barão de Lages, o Doutor Candido Borges Monteiro, José Moreira Lirio, guarda-roupa de semana; o Doutor Luiz Carlos da Fonseca, medico de semana.

Está conforme.—Antonio José de Paiva Guedes de Andrade.»

Numerosas foram as felicitações por esse facto apresentadas ao imperador. Cumpre transcrever algumas.

Pelo Conselho de Estado fallou o então visconde de Olinda, que se exprimiu nestes termos: « Senhor! Esta é a segunda vez que o Conselho de Estado tem a honra de apresentar-se ante o throno excelso de v. m. i., para dar parabens a v. m. i.

O fausto motivo que hoje traz o Conselho de Estado á presença augusta de v. m. i. é o feliz nascimento de mais uma princeza brasileira. Mais uma princeza, é dizer que se acha augmentada a imperial familia de v. m., que se vai extendendo a inclyta dynastia do immortal fundador do Imperio.

Mais uma princeza brasileira, é dizer que o povo brasileiro tem mais um penhor de sua futura grandeza e prosperidade. Movido por estas razões e profundamente reconhecido ao muito assignalado testimunho de benevolencia com que v. m. i. se dignou honrar o seu Conselho de Estado, em outra similhante occasião, vem o mesmo Conselho de Estado depositar aos pés do throno imperial suas sinceras e respeitosas congratulações pelo feliz acontecimento que enche de prazer a todos os Brasileiros, rogando ao Todo Poderoso continue a derramar torrentes de bençãos sôbre a imperial familia de v. m. i.»

O imperador respondeu: « Muito agradaveis me são as expressões do Conselho de Estado e nem outra cousa podia esperar de sua constante lealdade.»

O Senado, pelo orgão de Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, assim se manifestou: « Senhor! Que doce emoção não repercute em nossos peitos ao apresentar-nos ante a augusta presença de v. m. i. para o fim de felicitar a v. m. i. pelo feliz successo da excelsa imperatriz e esposa idolatrada de v. m. i. e bendicta de todos os seus subditos! Não é sómente o interesse publico que recresce agora com essa nova vergontea da dynastia illustre que se arraiga no Imperio de Sancta Cruz; são tambem os sentimentos generosos do Brasil inteiro que se reanimam de alegria no puro amor que elles tributam á sagrada pessoa de v. m. i. e á inclyta e virtuosa mãe do mimoso fructo que acaba de nascer incolume.

Qual nova estrella que tem de abrilhantar a familia de

v. m. i., luzente como seus progenitores, vem esse recem-nascido pimpolho da mais antiga estirpe dourar a aurora do reinado de v. m. i., e espargir um dia os effluvios da doçura e gentilezas maternas, para exemplo de seu sexo e idolo das virgens brasileiras; fazendo no entanto as delicias do paço imperial e o ornamento de amizade paternal.

Queira o Supremo Arbitro do Universo fortalecer seus dias e não contrariar os cuidados paternaes!

Assim vem, Senhor, a Providencia dilatando o tronco de magestade (implantado ha pouco pelo famoso fundador da monarchia constitucional nesta abençoada plaga), como querendo attrahir toda a attenção e o gosto dos povos conterraneos para o mais bello prototypo da ordem social, e aperfeiçoar aqui a civilização transatlantica como o filho sóe muitas vezes avantajar-se ao pai.

O Senado, Senhor, sente toda a effusão de prazer que lhe inspira qualquer successo glorioso ou grato a v. m. i. Possa elle, toda vez que tiver de dirigir-se ao throno, abranger no seu jubilo immediato tão caros e sublimes objectos. Taes são, Senhor, os desejos mais ardentes que nós mal podemos exprimir em seu nome, e que, compenetrados do mesmo jubilo, respeitosamente depositamos sob a solio imperial.»

A Camara dos Deputados teve como seu interprete o deputado maranhense Moura Magalhães, que proferiu a seguinte allocução:

« Senhor — Orgãos fieis da Camara dos Deputados, temos a inapreciavel honra de saudar respeitosamente a vossa magestade imperial, pelo prospero nascimento da princeza que a Providencia se dignou conceder-nos como mais um symbolo de ordem, elemento de paz e penhor de segurança dos principios monarchicos.

O nascimento dos principes foi sempre considerado como um successo de alta importancia politica. Sendo a herança dos thronos estabelecida por interesse dos povos, é na ordem regular de successão dos legitimos descendentes das dynastias reinantes que se firma a estabilidade das monarchias e se manteem inalteraveis as instituições nacionaes.

A Camara dos Deputados, na effusão do mais puro prazer, no meio do público regozijo, dirige a vossa magestade imperial suas respeitosas homenagens e felicitações pela ineffavel

dita de ser vossa magestade imperial segunda vez pai, nesta solenne occasião em que o coração de vossa magestade imperial se acha penetrado das profundas e doces emoções de ternura e amor paternal. Apreciando devidamente a Camara dos Deputados tão fausto successo, orgão do pensamento nacional, nutre lisonjeiras e bem fundadas esperanças de que a nova vergontea, crescendo por entre os perfumes da mais pura Moral, á sombra das magnanimas virtudes de seus augustos progenitores, como hoje fórma as delicias da patria que a viu nascer, um dia contribuirá para sua prosperidade; — sim, que o amor do povo, o bem publico, o interesse geral da sociedade, é a lei immutavel e universal dos soberanos, é a sagrada e gloriosa missão dos principes sôbre a terra.

Digne-se, pois, vossa magestade de acolher benevolo a sincera expressão dos sentimentos da Camara dos Deputados, que, mais uma vez, com todo o acatamento, vem depositar perante o excelso throno de vossa magestade imperial, a par dos supplices votos que dirige aos céos pela felicidade de vossa magestade imperial e da augusta dynastia, para que no reinado de vossa magestade imperial se realizem os decretos da Divina Providencia, que destina o Brasil a figurar como um dos primeiros imperios do mundo.»

Agora a manifestação do Corpo Diplomatico. Compareceu solennemente ao paço de S. Christovão, no dia 30 de Julho, á 1 hora da tarde, o internuncio apostolico, monsenhor Bodini, que disse as seguintes palavras:

« Senhor! A augusta filha que a Providencia acaba de conceder a v. m. i., para augmentar as consolações do seu coração paternal e firmar a felicidade do seu povo, offereceu occasião propicia ao Corpo Diplomatico para dirigir a v. m. i. a homenagem de suas congratulações e de seus votos. Elle faz pressurosamente, impellido pelo mais sincero e vivo desejo de que a familia imperial, modelo de virtude, continue a ser tambem objecto de benção do Omnipotente. Nós lamentamos, Senhor, que não possa a augusta mãe com a sua presença, sempre apetecida, completar o regozijo deste venturoso dia, e receber a homenagem das respeitosas sympathias que o seu jubilo maternal produz em nossos corações: expressando-as, porém, a v. m. i., pretendemos felicita-lo pela dupla ventura de ser pae e esposo muito caro e idolatrado.

Dignai-vos, Senhor, receber esta expressão de nossos sentimentos como testimunho do profundo respeito que tributamos a v. m. i. e á sua imperial familia.»

Não podiam ser mais expressivas as manifestações de júbilo pelo nascimento da Brasileira, que o futuro sagraria com o cognome de Redemptora.

Não se veja nesses cumprimentos do Conselho de Estado, do Senado, da Camara, do Corpo Diplomatico, unicamente um fructo menos apreciavel da formalistica.

Si ás altas corporações cabia prestar homenagens ao chefe de Estado, não teriam ellas tido a excepcional relevancia das allocuções proferidas. Repare-se ainda no valor dos oradores e da apreciação em conjuncto chegar-se-ha á conclusão de que o nascimento da sra. d. Isabel impressionou fundamente a alma nacional, tocada de amor pelo monarcha e, talvez, da presciencia dos dotes que se reuniriam na recemnata.

Diariamente os jornaes davam noticia do que, neste particular, occorria na familia imperial até ser annunciado o baptizado, que se devia realizar a 15 de Novembro, na Capella Imperial. Ceremonia imponentissima, o *Jornal do Commercio* a descreveu em seu número de 16 de Novembro de 1846.

Dahi a quarenta e tres annos, dia por dia, um movimento militar, sem base no animo nacional, tomando de surpresa o povo habituado á tranquillidade, derrubaria o regime...

Mas, leia-se a descripção do baptizado feita pelo *Jornal*: — « Hontem teve logar o baptizado de S. A. a princeza recemnascida, que recebeu os nomes de D. Izabel Christina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga. Foi madrinha S. M. a Rainha viuva de Napoles e padrinho S. M. o Rei de Portugal.

Pelas 5 horas da tarde, o mordomo-mór de S. M. a Imperatriz, o Sr. Ernesto Frederico de Werna Magalhães, vestido de rica opa de velludo carmezim e sendal, dirigiu-se, por ordem de S. M., á respectiva camara e recebendo ahi das mãos da aia a augusta princeza, a conduziu em seus braços, e entre os padrinhos, para a sala do docel, sendo, seguida pela camareira-mór, a Exma. Condessa de Belmonte e pela aia, a Dama D. Rita Rosa. S. M. a Rainha viuva de Napoles era representada como madrinha, pela Sra. Marqueza de

Maceió e S. M. o Rei de Portugal, como padrinho, pelo Sr. Marquez de Itahanhen, estribeiro-mór. Pouco depois de chegar S. A. á sala do docel começou a desfilar o prestito pela têa que se construiu no largo do Paço, em tudo igual á que serviu para o Baptizado de S. A. I., o Principe D. Affonso

O prestito desfilou na ordem seguinte: Dous archeiros; A musica dos charamelleiros; Seis porteiros da maça, armados; Os da canna; O Rei d'armas; Arauto e Passavante; Os Juizes territoriaes da Côrte e da capital e da provincia do Rio de Janeiro; Os directores dos estabelecimentos publicos litterarios da côrte e muitas outras pessoas de graduação; Os membros da Illma. Camara Municipal; Os membros dos Tribunaes da Junta do Commercio, da Relação do Thesouro, do Conselho Supremo Militar, do Supremo Tribunal de Justiça; Os Mestres da Imperial Familia; Os moços da Camara, e entre elles o Sr. Antonio Henrique de Miranda Rego, conduzindo o sal, e o Sr. João José de Almeida Mascarenhas Ramos a concha aurea; O auto de baptismo era levado por um moço fidalgo e a toalha rica para enxugar a cabeça de S. A. pelo guarda-roupa João Carlos Cunha Gusmão e Vasconcellos; os officiaes e officiaes- maiores das secretarias de Estado e das secretarias das Camaras Legislativas, e os officiaes da Casa Imperial; Os medicos da Imperial Camara, guarda-roupas e titulares sem grandeza, comprehendidos os do Conselho; O moço da toalha, os moços fidalgos e os fidalgos cavalleiros; O Sr. Jéronymo Martins de Almeida, servindo de porteiro da Imperial Camara, e o Tenente da Guarda Imperial dos Archeiros; Os officiaes-móres da Casa Imperial; Os veadores e gentis-homens; Os bispos, os grandes, e os officiaes-móres da Côrte; o Sr. Joaquim José de Siqueira, o Sr. José Maria Corrêa de Sá e o Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, conduzindo em salvas de ouro, o primeiro, a corôa de massapão; o segundo, a veste candida; e o terceiro, o cirio lavrado e ornado de ouro com quatro peças de 10$ cravadas em fórma de cruz.

Estes tres gentis-homens traziam mais uma rica toalha ao hombro e vinham acompanhados por dous moços fidalgos; Os conselheiros de Estado e os ministros de Estado; O mordomo-mór de S. M. a Imperatriz, trazendo nos braços S. A., e acompanhado por dous moços fidalgos, pela camareira-mór e pela aia.

O Sr. José Maria Velho da Silva, servindo de mestre-sala, dous passos adiante de S. M. o Imperador, á direita SS. MM. II. seguidas do gentil-homem D. José de Assis Mascarenhas, servindo de mordomo-mór, do gentil-homem Conde do Rio Pardo, do veador Joaquim José de Siqueira filho, do reposteiro-mór Visconde de S. Salvador de Campos, do Capitão da Guarda Imperial dos Archeiros Marquez de Cantagallo, do ajudante de Campo Conde de Caxias, das damas e mais pessoas de serviço. Na porta da têa S. M. a Imperatriz seguiu por dentro do paço com o veador e as damas para a tribuna imperial na capella-mór da igreja, e o prestito continuou sua marcha pela têa.

Ao chegar S. A. á porta da têa, os moços da Camara entregaram as varas do pallio, que para alli fôra levado por oito reposteiros, ás pessoas nomeadas para conduzil-o, a saber: os Srs. vice-presidente do Senado Luiz José de Oliveira, vice-presidente da Camara dos Srs. Deputados Theophilo Benedicto Ottoni, presidente do Tribunal Supremo de Justiça José Bernardo de Figueiredo e conselheiros de Estado Francisco Cordeiro da Silva Torres, Viscondes de Monte Alegre e de Olinda, Honorio Hermeto Carneiro Leão e Caetano Maria Lopes Gama. Estes recebêrão, debaixo do pallio o mordomo-mór de S. M. a Imperatriz com S. A. nos braços e os dous moços fidalgos; Atrás ião a camareira-mór e a aia. Ao chegar ao primeiro degráo da escadaria, approximou-se S. M. o Imperador de sua Augusta filha, e levantando-a nos braços deu um passo para a frente, e apresentou S. A. ao povo.

Continuou o prestito na ordem que acabamos de indicar, ao som do hymno nacional, tocado pelas bandas de musica que se achavam no passadiço e no coreto junto ao alpendre da torre da capella imperial, e chegou á capella.

Dentro da igreja, no vão destinado para o baptisterio, ao lado direito da entrada, estava preparado o primeiro leito para S. A., e junto a esse leito duas almofadas de velludo, sem guarnição de ouro, para a ama.

Ao lado direito estava uma mesa, e, sobre ella, um sacco de velludo para recolher a pensadura de S. A. A' entrada do baptisterio novo, junto á parede fronteira ao corpo da igreja, achava-se uma mesa convenientemente ornada, para se depositarem as insignias. No logar do costume estava outro leito

com os objectos necessarios. Na casa anterior da tribuna havia um terceiro leito, sendo a serventia por detrás da capella-mór. Ao lado direito dos dous thronos do Rev. Bispo, no corpo da igreja e na capella-mór, se havião preparado no mesmo pavimento os de S. M. I., tendo cada um delles docel e espaldar. Na capella do Santissimo Sacramento estavão duas almofadas de velludo com guarnição de ouro. As esposas dos ministros de Estado, dos conselheiros de Estado, dos grandes, dos camaristas, dos veadores, dos officiaes-mores, dos senadores, dos deputados, etc., assim como as titulares viuvas e o corpo diplomatico, occupavão as tribunas.

As pessoas que no prestito precedião ao porteiro da imperial camara, quando chegarão á porta da igreja pararão no atrio até que tivessem entrado os que se lhes seguião; os moços da camara, porém, que levavão o sal, a concha e a toalha rica, entrarão logo, e forão depositar estes objectos na credencia competente. Os grandes que conduzião as insignias as depositarão na credencia preparada ao lado direito, junto ao primeiro leito, e tomarão logar ao pé della.

Chegando os grandes que conduzião o pallio, junto ao primeiro leito, pararão e os moços da camara retirarão o pallio para junto da pia baptismal.

O mordomo-mór de S. M. a Imperatriz depositou a S. A. no leito, ficando alli com a camareira-mór e a aia. A este tempo havia o Rev. Bispo-Conde de Irajá feito a aspersão a S. M. o Imperador. S. Ex. Rvma. fez depois oração ao Santissimo Sacramento, e S. M. o Imperador o seguiu, acompanhado das pessoas do seu serviço. Dahi dirigiu-se S. M. o Imperador para o throno, e o Rev. Bispo para o solio do corpo da igreja. Depois que o Rev. Bispo purificou as mãos, o mordomo-mór de S. M. a Imperatriz foi buscar no primeiro leito a S. A., que foi conduzida, debaixo de pallio, sustentado pelos grandes, para o segundo leito, indo adiante o rei d'armas, arauto e passavante; os grandes com as insignias por sua ordem, e atrás de S. A. a camareira-mór e a aia.

O rei d'armas, arauto e passavante pararão na quadratura.

Os grandes, com as insignias, entrarão, fazendo as devidas reverencias ao Santissimo Sacramento, a S. M. o Imperador, que estava na capella-mór, e a S. M. a Imperatriz. Depositarão as insignias na credencia principal, o cirio no

meio, a veste candida á direita e o massapão á esquerda, e depondo as toalhas forão incorporar-se á Côrte. S. A. foi então levada ao solio do Rev. Bispo, estando a curia paramentada de violeta, e unindo-se-lhe os padrinhos, subirão ao presbyterio.

Permanecendo todos em pé, á excepção do Rev. Bispo, este fez as interrogações, expressando todos os nomes de S. A., que são D. Isabel-Christina-Leopoldina-Augusta-Michaela-Gabriela-Raphaela-Gonzaga.

Os padrinhos responderão ás perguntas e descobrirão o peito de S. A. quando se fizerão as cruzes. Acabadas as cerimonias, S. A. foi conduzida ao segundo leito; os padrinhos ficarão dentro da capella-mór, assentarão-se ao pé da credencia, emquanto os conegos se forão paramentar de branco. Desceu então o Rev. Bispo do solio; e, indo encontrar-se ao meio da igreja com S. A., foi acompanhado dos padrinhos, pronunciou as palavras: *Ingredere in templum* e então entrarão todos até dentro dos cancellos da capella-mór, para terem logar as ceremonias do estylo.

Concluidas estas, S. A. foi levada ao terceiro leito, emquanto se procedeu á lavanda.

Logo que o Rev. Bispo se paramentou de branco e mitra, passou ao altar e, chegando a S. A., subirão os padrinhos ao presbyterio. A este tempo o physico-mór, o Sr. Dr. Candido Borges Monteiro, acompanhado de um reposteiro, foi com agua quente para a credencia, e temperou a agua benta. Seguiu-se o exame da fé, a que responderão os padrinhos, e logo depois do baptismo a uncção e mais cerimonias, findas as quaes S. A. foi para o segundo leito, onde ficou até o fim da funcção. Leu-se, então, o auto do baptismo, feito pelo Exmo. Ministro do Imperio; e acabada a leitura principiou o « Te-Deum », que foi annunciado por girandolas de foguetes, repiques de sinos e salvas das fortalezas, embarcações de guerra e tropa em parada. Findo o « Te-Deum », voltou S. M. o Imperador a fazer oração ao Santissimo Sacramento, e o mordomo-mór de S. A. a Imperatriz ajoelhou com S. A. nos braços, ao lado esquerdo de S. M. o Imperador, durante o tempo da oração. Acabada esta, sahiu S. M. o Imperador da capella do Sacramento, e os grandes do Imperio o receberão debaixo do pallio, bem como ao mordomo-mór de S. M. a Imperatriz

com S. A. nos braços; e seguiu o prestito na mesma ordem em que fôra para a igreja, ao som das musicas e repiques de sinos; chegando ao paço, dignou-se S. M. o Imperador receber as felicitações do corpo diplomatico e as deputações da parte de presidentes de provincias e camaras municipaes, e grande numero de cidadãos de todas as classes que ahi se achava reunido. A guarda nacional e uma brigada composta do 1º corpo de cavallaria e do 1º batalhão de fusileiros, formarão em linha desde a rua Direita até o largo do Moura. O largo do Paço estava apinhado de gente, e as janellas de todas as casas e do palacio cheias de senhoras elegantemente vestidas.

A' noite illuminou-se a cidade.»

Desse modo deu o *Jornal do Commercio,* de 16 de Novembro de 1846, a noticia completa da solennidade, permittindo o exame retrospectivo de factos tão curiosos das primeiras decades da nossa autonomia.

Dias depois, a 19, inseria na parte official o auto de baptismo, assignado pelo ministro do Imperio, pelos representantes dos padrinhos e pelo bispo conde de Irajá, que foi o celebrante.

Documento de valia para futuros estudos dessa epocha, não deve deixar de ser transcripto nestas ligeiras notas:

Parte official. Auto de baptismo de S. A. a Princeza D. Izabel.

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de mil oitocentos quarenta e seis, aos quinze dias do mez de novembro, nesta cathedral e imperial capella da muito leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, occupando o throno o muito alto e muito poderoso Senhor D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, e o solio o Exmo. e Revdmo. Bispo-capellão-mór e diocesano, D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, Conde de Irajá; e achando-se na mesma cathedral e imperial capella reunidos os ministros e secretarios de Estado, conselheiros de Estado, grandes do Imperio, officiaes-móres, officiaes e mais pessoas da Côrte e Casa Imperial, muitos senadores e deputados, corpo diplomatico extrangeiro, membros dos tribunaes da Côrte, e muitas outras pessoas de distincção expressamente convidadas, o dito Exmo. e Rev. Bispo-capellão-mór baptisou

e pôz os santos oleos á Serenissima Princeza, a Senhora D. Izabel-Christina-Leopoldina-Augusta-Michaela-Gabriela-Gonzaga, nascida no dia 29 do mez de julho do corrente anno, pelas seis horas e vinte e cinco minutos da tarde, filha legitima do dito muito alto e muito poderoso Senhor D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, e da muito alta e muito poderosa Senhora D. Thereza-Christina-Maria, Imperatriz do Brasil, neta pela parte paterna do fallecido Senhor D. Pedro de Alcantara de Bragança de Bourbon, primeiro Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, e de sua augusta esposa, tambem fallecida, a Sra. D. Maria-Leopoldina-Josepha-Carolina, e neta pela parte materna do fallecido Sr. D. Francisco primeiro, Rei do Reino das Duas Sicilias, e de S. M. a Rainha, sua augusta esposa, a Sra. D. Maria Izabel. Foi padrinho S. M. o Sr. D. Fernando, Rei de Portugal, representado pelo Illmo. e Exmo. Sr. Marquez de Itanhaem, estribeiro-mór de S. M. o Imperador, e madrinha S. M. a Sra. D. Maria Izabel, Rainha viuva das Duas Sicilias, representada pela Illma. e Exma. Marqueza de Maceió. E para a todo o tempo constar, se lavrárão dous autos, em tudo identicos, subscriptos pelo Illmo. e Exmo. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, e assignados tanto por elle como pelo Exmo. e Revdmo. Bispo-capellão-mór, Conde de Irajá, e pelos representantes dos augustos padrinho e madrinha, devendo um dos ditos autos ficar no Archivo da Imperial Capella, e outro ser recolhido ao Archivo Publico do Imperio. E eu, Joaquim Marcellino de Brito, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o subscrevi e assignei.—*Joaquim Marcellino de Brito*.—Como representante do augusto padrinho, *Marquez de Itanhaem*.—Como representante da augusta madrinha, *Marqueza de Maceió*.—† *Manoel*, Bispo-Conde capellão-mór.»

Passou-se a infancia da Princeza sob os desvellos paternos. Sabe-se quanto era austero o character do imperador e avalia-se, por isso, do cuidado que teria dispensado á filha destinada a succede-lo na suprema chefia do paiz.

Aos dez annos fazia a princeza os seus estudos sob a direcção do dr. Francisco Crispiniano Valdetaro e mais tarde teve outros professores. Assim, a Musica foi-lhe ensinada por

Isidoro Bevilacqua e depois por Pinzarrone, o inglez pelo Padre Marcos Neville, o allemão pelo dr. Guilherme Schulze, a Philosophia por frei José de Sancta Maria Amaral, a Calligraphia por Boulanger, o Desenho por Marciano José de Almeida, a Dansa por Julio Toussaint.

A educação moral era exercida pela nobre senhora d. Luiza Margarida Borges de Barros, depois condessa de Barral, a quem a princeza em extremo queria. Duas amigas intimas a acompanhavam de perto, auxiliando a condessa, mlle. Templier e d. Rosa de Sant'Anna Lopes, depois baroneza de Sanct'Anna.

Pouco se sabe da vida intima da familia imperial, mas ainda assim é facto conhecido que no paço de S. Christovão havia um pequeno theatro, em que se representavam peças de Racine e outros auctores, interpretadas pela princeza, por sua ermã a princeza d. Leopoldina e por mais algumas pessoas, que tinham a honra de privar no paço.

Notadamente a comedia em tres actos *Les Plaideurs*, de Racine, imitada de Aristophanes, teve magistral desempenho, e respeitavel testimunha presencial refere-se ainda hoje á maneira correctissima por que a princeza dizia os versos do auctor de *Athalia* e de *Phedra*.

Um dos divertimentos que mais encantavam a joven princeza eram os jogos floraes, o Carnaval e as festas de S. João e S. Pedro. Dizem que por essa occasião o imperador tomava parte nos folguedos animando as filhas e permittindo que a criançada do bairro aproveitasse dos fogos e saltasse as fogueiras preparadas nos terrenos internos do paço.

Desenvolveu-se, pois, a princeza sob principios da maior austeridade, numa preparação esmeradissima para os fins, a que a chamariam os deveres dynasticos.

Em 15 de Outubro de 1864 casou-se com o principe Luiz Philippe Maria Fernando Gastão de Orléans, conde d'Eu, nascido em Neuilly, França, a 28 de Abril de 1842, filho do duque de Nemours, neto do rei Luiz Philippe.

No dia do casamento o *Jornal do Commercio* inseriu o seguinte bellissimo editorial, em logar de honra:

« A benção de Deus vai hoje sanctificar brilhantes e solennes laços nupciaes, que são applaudidos pela nação, pelos

augustos pais dos conjuges, e pelos nobres corações que hão de amorosamente prender-se.

Todos os grandes interesses do Estado, todas as considerações politicas de futuro, todas as idéas, todas as esperanças dos Brasileiros, se ajuntam hoje ao justissimo júbilo da augusta familia imperial para saudar o bello dia 15 de Outubro de 1864, em que se celebrará o ditoso casamento de s. a. a senhora princeza imperial d. Isabel, com o sr. principe conde d'Eu.

Antes de haver chegado ás placidas terras do Rio de Janeiro, s. a. o sr. conde d'Eu já tinha no mundo um nome illustre e recommendado pela gloria do passado de seus nobilissimos avós, pelas licções de sabedoria de um grande rei, seu avô paterno, pela eschola de uma honrosa adversidade de seu pae, e pela fama da sua educação esmerada, de suas virtudes, e de sua bravura provada no campo de batalha. Liberal por herança de idéas, liberal por suas luzes, liberal pelo proprio coração e pelo seculo, liberal pelo passado e pelo presente, nenhum outro principe fôra mais digno do que elle, de ser o esposo da inclita herdeira presumptiva do throno de uma nação, que ama egualmente o seu monarcha e as suas liberdades.

E da nossa muito querida princeza imperial não podemos, quasi que não devemos, escrever a mais simples, a mais breve consideração. Suspeitos somos, como todos os Brasileiros, pelo amor que tributamos ás duas mimosas filhas de ss. mm. imperiaes: mas não nos céga esse amor, e fundamento temos para ostentar com orgulho aos olhos do mundo civilizado essas augustas princezas, que brilham tanto pela educação, pela instrucção, pelas virtudes, que breve conquistarião a dedicação de todo e qualquer povo que pudesse como o nosso aprecia-las. São herdeiras das virtudes tradicionaes de todas as imperatrizes e de todas as princezas brasileiras, e, ainda mais do que isso, são as filhas do sr. d. Pedro II, que tem sabido ser pae como nunca o houve melhor.

O casamento da princeza ou de um principe que presumptivamente deve herdar um throno é mais do que um acto passado em familia, é um grande acontecimento nacional; e motivo se torna de alegria e enthusiasmo geral quando a escolha dos noivos sae da consciencia e do coração do im-

perador, e é recebida com applausos e com bençãos da nação inteira.

Podemos dizer sem receio de contrariar uma só e apenas indecisa opinião: todos os Brasileiros saúdam com amor, com suavissimas esperanças e com jubiloso ardor os laços sagrados que vão unir a muito amada princeza imperal a sra. d. Isabel, com o illustre principe o sr. conde d'Eu.

A pyra deste hymeneu não está só no templo de Deus, está tambem no coração do povo.

A nação inteira, transportada de alegria, exquece por dias seus ultimos soffrimentos, e, toda em festa de amor, de dedicação, de esperança, saúda ss. aa. imperiaes.»

Relatando a ceremonia do casamento, publicou o *Jornal do Commecio*, de 16 de Outubro de 1864, extensa noticia de que destacaremos os seguintes trechos:

« Entre o júbilo de um povo inteiro que adora a augusta familia imperante, celebrou-se hontem o auspicioso e faustissimo consorcio de S. A. Imperial a Sra. Princeza D. Isabel com S. A. o Sr. Principe Conde d'Eu.

O prestito sahio em ricos coches da imperial Quinta da Boa Vista, pouco depois das 9 horas da manhã. Na sua passagem subião ao ar numerosas girandolas de foguetes e as bandas de musica postadas nos diversos coretos entoavão o Hymno Nacional. Do campo da Acclamação elevou-se galhardamente aos ares o Sr. Wells no seu monstruoso e vistoso balão, e impellido pela brisa de terra foi cahir são e salvo no morro da Viuva, tendo-se elevado a consideravel altura e gasto cerca de meia hora na sua arrojada viagem aerea.

No largo do Paço a Guarda Nacional, o 1º batalhão de fuzileiros e o Corpo Policial formavão em parada, trajando este ultimo o seu novo uniforme, com que se tornava mui luzido e garboso. As descargas forão dadas com muita precisão, sendo correspondidas pelos vasos de guerra nacionaes e extrangeiros e pelas fortalezas do porto, que tambem salvarão ao nascer e pôr do sol, estando as embarcações embandeiradas em arco.

Sobre o coreto da cavallaria da Guarda Nacional, no mesmo largo, fluctuava o estandarte da antiga guarda de honra do Sr. D. Pedro I.

As salas do Paço estavão litteralmente cheias de um brilhante concurso de damas e cavalheiros.»

« S. A. I. a Princeza D. Isabel trajava um vestido de filó branco com dous folhos de rendas de Bruxellas, véo da mesma renda, grinalda de flores de laranja, fita de pennas e ramo das mesmas flores, apanhando o vestido do lado esquerdo.

Sua Alteza trazia apenas a pulseira de perolas e brilhantes que lhe foi offerecida pelas senhoras sergipenses.

S. A. R. o Sr. Conde d'Eu vestia a farda de marechal do Exercito. Trazia a grã cruz do Cruzeiro, a commenda e o habito da ordem da Casa de Saxe e a medalha da campanha de Marrocos.

Na capella imperial seguio-se rigorosamente o ceremonial annunciado.

Foram padrinhos:

Por parte de S. A. Imperial os Srs. Senador Francisco José Furtado, Presidente do Conselho de Ministros, e o Marquez de Itanhaem.

Por parte de S. A. Real o Sr. Duque de Saxe e o Sr. Marquez de Olinda.

Na occasião opportuna o Sr. Arcebispo da Bahia que officiava fez as perguntas do estylo aos augustos noivos.

S. A. Imperial disse:

« *Eu, Izabel Christina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga, Princeza Imperial do Brazil:*

Recebo a vós Luiz Felippe Maria Fernando Gastão d'Orleans, Conde d'Eu, por meu legitimo esposo, assim como manda a Santa Madre Igreja Romana ».

Sua Alteza Real disse:

« *Eu, Luiz Felippe Maria Fernando Gastão d'Orléans, Conde d'Eu, recebo a vós D. Izabel Christina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga, Princeza do Brasil, por minha legitima esposa, assim como manda a Santa Madre Igreja Romana.* »

Terminada a ceremonia, e antes do Sr. Arcebispo entoar o *Te-Deum*, lançou S. M. o Imperador o collar da Ordem da Rosa ao pescoço de S. A. Real, e declarou-o condecorado com a Grã-Cruz de todas as ordens brasileiras.

Finda a acção de graças, voltarão os augustos noivos e o prestito para os salões do Paço.

Das janellas da sala do throno assistirão Suas Magestades e Altezas Imperiaes e Reaes ás continencias das tropas.»

« A's 2 horas recolheu-se a familia imperial para jantar.

Tiverão a honra de jantar á mesa de Estado, além dos Srs. Visconde de Suassuna, Barão de Piratinim, José Carlos Mayrink, e Dr. Meirelles, que estavam de semana, as Sras. Condessa de Barral, Baroneza de Lages, D. Rosa Lopes, D. Josephina da Fonseca Costa, D. Maria Amelia de Azambuja Carvalho de Moraes, e D. Domitilia de Abreu Brandão, e os Srs. General Conde Dumas, Conselheiro De Lamare, guarda-roupa ao serviço de S. A. Real o Sr. Duque de Saxe, Barão de Lages, guarda-roupa ao serviço de S. A. o Sr. Conde d'Eu, o Secretario de S. A. o Duque de Saxe, e os officiaes da casa Pinto de Mello, Pamplona e Cunha.

SS. AA. RR. jantaram com SS. MM. e AA. II.

S. A. R. o Sr. Conde d' Eu, antes de seu casamento, dirigio uma carta ao Sr. Mordomo, agradecendo-lhe a hospedagem que recebera e attenções com que se houvéra com elle o Sr. Conselheiro Paulo Barbosa da Silva.

Fez tambem varios brindes ao mesmo Sr. Mordomo e aos Srs. Pinto de Mello e Cunha.

S. M. o Imperador brindou ao Sr. Arcebispo da Bahia com uma rica boceta de ouro para rapé, cravejada de brilhantes, tendo em pedras menores a firma e a Corôa Imperial.

Para commemorar mais completamente o dia de hontem na sua casa, Sua Magestade libertou os escravos que estavam ao serviço de Sua Alteza Imperial, e alguns outros que, por seu comportamento, se tornarão dignos desta graça.

A's 3 horas da tarde partirão os augustos noivos do paço da cidade e foram embarcar no Arsenal de Marinha, na galeota imperial, a bordo da qual seguirão para Petropolis, onde fixarão a sua residencia. Por despacho telegraphico sabemos que os augustos noivos chegarão sem novidade a Petropolis ás 6 ½ horas da tarde. Dalli regressarão no dia 24 do corrente, afim de assistir aos outros festejos que devem effectuar-se nesse dia e no seguinte».

O conde d'Eu, que abraçou a nossa nacionalidade, foi nomeado marechal do nosso Exercito e conselheiro de Estado.

Espirito dotado de aprimorada cultura, prestou o conde ao nosso Exercito relevantissimos serviços captando a estima de homens como Caxias, Ozorio, Pelotas, Polydoro, Taunay, patenteando verdadeiro interesse pelos assumptos da patria de sua esposa. Alvo de injustas apreciações, a sua conducta, julgada á luz de irrefragaveis documentos, só provoca unanimes applausos. Jámais exqueceu o nosso paiz, cujo idioma estudou e cultiva perfeitamente. De seu valor como soldado basta, para aquilata-lo, a ultima phase da guerra do Paraguai e o seu commando na arma de artilharia. Do seu espirito sobejam as provas: entre ellas o interessantissimo livro — *Journal d'une promenade autour du Monde en 118 jours*, de que teve a bondade de nos offerecer um exemplar, no qual descreve as suas impressões dos Estados Unidos, Japão, China, Ceylão, India, Egypto e Terra Sancta, com uma justeza de critica francamente admiravel e não raro se referindo em termos encomiasticos a nossa terra, toda vez que as comparações a isso o levavam.

A justiça a seu respeito tem tido, todavia, varias demonstrações. O general J. S. Torres Homem, nos seus — « Annaes da Guerra do Brasil com os Estados do Prata e Paraguay » — (Rio de Janeiro, 1911) diz, tractando da campanha das Cordilheiras, pag. 302:

« Essa campanha, é justo dizer, constituiu o melhor titulo da nobreza do principe Gastão d'Orléans, que revelou por sua intelligencia, energia e actividade, possuir as verdadeiras qualidades de um chefe de exercito. »

Surge, enfim, a necessidade da viagem do imperador a Europa. Tinha então a princeza 25 annos.

Diz Joaquim Nabuco: — « Em Abril (1871) tracta-se no Conselho de Estado da viagem do imperador á Europa. Era a primeira vez que d. Pedro II saïa do Imperio, a primeira em que condescendia em satisfazer a curiosidade, que devia ser grande em um espirito como o seu, de visitar a Europa, que tão perfeitamente conhecia, que tanto fallava á sua imaginação. A partida do imperador era uma prova de confiança dada a Rio Branco, mais ainda, porém, da confiança na estabilidade, no fuccionamento sem attritos, do nosso systema politico, sobretudo devendo discutir-se durante a sua ausencia a lei da emancipação.

Para o imperador ausentar-se do Imperio era preciso a licença das Camaras. Tambem ainda não se tinha dado caso de regencia hereditaria. Como regula-la? Competia á Assembléa Geral marcar os limites da auctoridade de Regencia, que não fosse electiva? Nabuco, ouvido pelo visconde do Rio Branco, responde que não. Esse parecer em que se revelam as qualidades habituaes de Nabuco, não satisfez ao imperador, nem a Rio Branco; receiavam que se pudesse arguir de illegitima a auctoridade da princeza, si não fosse definida pela Assembléa Geral; desde que se não podiam ampliar os poderes da Constituição, mas só restringi-los, era principio mais liberal fazer dessa auctoridade uma especie de delegação do Parlamento ».

Afinal por lei de 17 de Maio de 1871, n. 1.913, referendada pelo ministro do Imperio, conselheiro João Alfredo, foi outorgado o consentimento do que tractava o art. 104 da Constituição Imperial, para que s. m. o imperador pudesse saïr do Imperio, declarando que, durante a sua ausencia, governaria como regente a princeza imperial sra. d. Isabel.

O imperador partiu para a Europa pelo paquete « Douro » a 25 de Maio de 1871, regressando a 31 de Março de 1872, pelo paquete « Boyne ».

Nesse periodo de dez mezes governou a princeza com o Ministerio presidido pelo visconde do Rio Branco, Ministerio que, constituido a 7 de Março de 1871, permaneceu no poder até 24 de Junho de 1875.

Do que foi essa regencia fallam a benemerencia dos actos e o testimunho dos eminentes estadistas que serviram com a princeza, unanimes em proclamar-lhe o elevado criterio, o fino tacto, a circunspecção. Entre os actos brilhará sempre a lei n. 2.040, de 28 de Septembro, declarando de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem desde a data dessa lei.

Desde então estava fadada á princeza a gloriosa tarefa de extinguir a escravidão em nossa patria.

A segunda regencia, quando o imperador foi aos Estados Unidos, durou de 26 de Março de 1876 a 25 de Septembro de 1877. Tambem dessa vez a princeza manteve o Ministerio deixado por seu pae e presidido pelo duque de Caxias, o derradeiro Ministerio da penultima situação conservadora.

Medidas de grande utilidade para a diffusão da instrucção pública e para os serviços sanitarios, além de outras de character diplomatico, assignalaram a proficua interinidade.

A terceira e ultima regencia foi de 30 de Junho de 1887 a 22 de Agosto de 1888.

Seguindo para a Europa por motivo de grave enfermidade, o imperador deixou no poder o Ministerio Cotegipe, organizado a 20 de Agosto de 1885, que a princeza manteve. A questão da abolição, porém, dominava decisivamente, e o Ministerio procurava oppor certos embaraços aos desejos da nação, que queria a resolução immediata e integral do caso.

A 28 de Fevereiro de 1888 começaram os disturbios nesta Capital, servindo de pretexto a prisão do capitão-tenente reformado José Leite Lobo.

A demissão do chefe de Policia Coelho Bastos arrastou a do Governo. Cotegipe pediu exoneração, a princeza condeu-lh'a e incumbiu ao conselheiro João Alfredo organizar o novo Gabinete, isto a 7 de Março de 1888.

A 10 publicaram os jornaes os nomes dos ministros.

A feição do Govêrno era characteristicamente abolicionista. O chefe do Ministerio comprehendera nitidamente o momento social e politico, collocando-se ao lado da regente.

Na sessão de 7 de Maio, o presidente do Conselho, explicando á Camara o que determinára a sua ascensão, concluiu da seguinte fórma:

« Julgo-me dispensado de expôr o nosso programma, porque se acha expresso na Falla do Throno. Direi sómente que o Ministerio, si tiver o apoio do Parlamento, ha de exforçar-se quanto fôr possivel para que esse programma se converta em realidade, e sobretudo para que se effectue quanto antes a reforma do elemento servil, que é a aspiração nacional, e que o gabinete tem empenho em fazer tão perfeita quanto a opinião pública a indica e quer. Amanhã será apresentada a proposta do Poder Executivo para que se converta em lei a extincção immediata e incondicional da escravidão no Brasil.»

Estava definida a situação. Vencêra a opinião nacional, vencêra tambem o intimo desejo da princeza como regente. O gabinete João Alfredo ha de passar á historia como o ministerio da Princeza. Fôra talvez preferivel que, decretada

a lei de 13 de Maio, se retirasse. Ficaria em nossa Historia sob esse aspecto singular, alvo de todos os applausos.

Regressando o imperador a 22 de Agosto de 1888, a princeza só nos transes amarissimos de 15 de Novembro de 89 se manifestou, e ainda assim incidentemente, em seu character de herdeira presumptiva da Corôa. Suas palavras, nesse momento, tiveram, porém, o cunho da mais serena altivez.

Fóra do Govêrno, o seu papel foi o de filha amantissima, mãe extremosa, esposa modelar. Além das preoccupações de familia só tinha então as da caridade.

Exilada, a sua attitude jámais se afastou dessa nobreza de resignação, que lhe outorga verdadeira magestade.

O Brasil está sempre em seu coração, e em seu espirito. Jámais o exquecerá, como jámais o exqueceu o seu excelso progenitor.

O martyrio do banimento não lhe diminuiu o animo, nem lhe suffocou o coração: radicou-lhe, sim, ainda mais, o amor patrio.

Salve!

Rio, 29 de Julho de 1915.—*M. Fleiuss.*»

ROQUETTE PINTO.
2º secretario.

QUINTA SESSÃO ORDINARIA, EM 26 DE AGOSTO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a ssesão, com a presença dos seguintes socios srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga, M. Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Homero Baptista, dr. José Americo dos Santos, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Pedro Souto Maior, Basilio de Magalhães, dr. Alfredo Rocha, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, dr. Eurico de Góes, commandante Francisco Radler de Aquino, Eduardo Marques Pei-

xoto, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana e dr. Erico Marinho da Gama Coelho.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, a qual, submettida á votação, é approvada sem discussão.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) diz que na acta da sessão passada houve uma omissão, que agora fica reparada, quanto ao papel que com tanto brilhantismo representou na embaixada á Republica Argentina o illustre consocio sr. almirante Gomes Pereira.

O Sr. Almirante Gomes Pereira agradece as palavras do egregio sr. presidente do Instituto e diz que o brilho da embaixada foi todo do seu illustre chefe.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) informa ao Instituto sôbre a publicação da « Revista » no corrente anno, da qual têm apparecido até o presente, os seguintes volumes: Tomo II (reimpressão), relativo ao anno de 1840, que estava completamente exgottado, com 647 paginas; Parte II do tomo 77º, relativo ao anno de 1914, com 682 paginas; Parte III do tomo especial consagrado ao Congresso de Historia Nacional, com 953 paginas; Parte II do tomo 78º, relativo ao anno de 1915, com 877 paginas.

Communica mais o mesmo Sr. Secretario Perpetuo que deve apparecer muito proximamente a Parte I do tomo 78º. de 1915, com 576 paginas, e que em Outubro apparecerá a parte IV do tomo especial do Congresso de Historia Nacional, com cêrca de 900 paginas.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) congratula-se com o Instituto por esse trabalho constante e efficiente, que a simples communicação do sr. secretario perpetuo tão bem evidencia, demonstrando a vitalidade e utilidade da nossa instituição e ao mesmo tempo felicita ao sr. secretario M. Fleiuss e agradece o zêlo e boa vontade que para aquelle effeito empenham o digno director geral da Imprensa Nacional e seus dedicados auxiliares.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) justifica a ausencia do venerando consocio e 2º vice-presidente sr. barão Homem de Mello, que hontem esteve na séde do Instituto,

afim de se despedir por ter de partir para a capital da Bahia, onde vai tomar parte no Congresso de Geographia.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê a seguinte proposta:

« Temos a honra de propôr, de conformidade com a letra *b*, do art. 10 dos Estatutos, seja elevado a socio honorario o correspondente dr. Theodoro Sampaio, eleito em 24 de Outubro de 1902, auctor de importantissimas monographias sôbre assumptos geographicos, ethnographicos e linguisticos, o que se verifica de prompto na nossa Revista.

Sala das sessões, 26 de Agosto de 1916. — *Fleiuss.* — *A. C. Gomes Pereira.* — *Araujo Viana.* — *Sebastião de Vasconcellos Galvão.* — *Eduardo M. Peixoto.* — *Pinto da Rocha.* Dr. *Souto Maior.* — *Eurico de Góes.* — *A. F. de Souza Pitanga.* — *Basilio de Magalhães.* — *Homero Baptista.* — *Roquette Pinto.* »

Esta proposta vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Manuel Cicero.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a seguinte proposta:

« Temos a honra de propôr ao Instituto como socio correspondente da nossa agremiação o sr. dr. Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, actual secretario de Legação do Brasil juncto á Sancta Sé. Nascido no Rio de Janeiro em 1878, bacharel em lettras e bacharel em sciencias juridicas e sociaes, entrou o dr. Figueira de Mello para a carreira diplomatica em 1905, sob os auspicios do barão do Rio Branco, tendo até hoje servido nas legações de La Paz, Lima, Vienna e Vaticano. Falando correntemente varias linguas, dotado de grande cultura, é o dr. Figueira de Mello um dos diplomatas que mais honram o nosso corpo representativo no exterior. Patriota ardoroso, emprega todo o tempo de que dispõe em estudar as cousas nacionaes e assim dispõe hoje de grande erudição da nossa Historia e das questões que dizem respeito á nossa vida politica e social. Desde varios annos comprovam o seu amor á historia do Brasil os estudos que com afinco realizou nos archivos austriacos e de que procederam suas excellentes memorias:

« Documentos sobre a Independencia » e « Um de-

poimento sobre o Sete de Abril», insertas na *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo* e sobretudo a extensa «Correspondencia do Barão Wenzel de Marschall», da mais alta importancia documentaria, que acaba de vir á luz na parte I do tomo LXXVII da nossa *Revista*.

Esta memoria, que foi acolhida por quantos estudam a nossa Historia com verdadeiro júbilo e o maior applauso, não é sinão uma pequena parte do trabalho já realizado pelo dr. Figueira de Mello sôbre a tão importante correspondencia do ministro austriaco.

Actualmente representante do Brasil em Roma, está o dr. Figueira de Mello a fazer acuradas pesquisas nos immensos archivos vaticanos.

Cremos, pois, que já bastante tem feito o illustre diplomata em pról do avançamento dos estudos historicos da nossa patria, para que o Instituto venha a honrar-se com a sua presença em seu gremio. 24 de Abril de 1916. — *Affonso d'Escragnolle Taunay. — Fleiuss. — A. C. Gomes Pereira.*»

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. professor Basilio de Magalhães.

Corrido o escrutinio para a votação do parecer da commissão de admissão de socios, lido na ultima sessão e relativo ao sr. senador João de Lyra Tavares, é o mesmo parecer approvado unanimemente e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socio correspondente do Instituto o Sr. João de Lyra Tavares.

O Sr. Professor Basilio de Magalhães, obtendo a palavra para fundamentar uma proposta, diz que, tendo sido apresentado á Camara Alta da Republica, em 7 de Julho de 1906, um projecto firmado por 15 senadores, entre os quaes varios propagandistas do novo regime, para que fossem trasladados ao sólo patrio, afim de serem aqui inhumados, os restos mortaes de d. Pedro II e d. Tereza Christina, projecto sôbre o qual se manifestara a Commissão de Legislação do Senado — vinha o orador, uma vez que eram já passados dez annos, apresentar uma indicação com o intuito de dirigir-se o Instituto Historico ao sr. presidente da Republica, que é tambem presidente honorario da associação, solicitando do mesmo promovesse os meios conducentes áquelle alto fim.

A indicação é aseguinte:

« O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, que, na sua divisa e nos arts. 67 e 68 de seus Estatutos, consigna imperecivel gratidão e reconhecimento á memoria de seu grande protector o sr. d. Pedro II, tem a honra de pedir ao seu presidente honorario, exmo. sr. dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes, muito digno chefe da Nação, que, reproduzindo o nobre exemplo dado pelo Governo da Republica, quanto aos ossos de Saldanha da Gama, faça vir para terra patria os restos mortaes do finado imperador e sua virtuosa consorte, como tanto desejava o honesto e patriotico servidor do Brasil.

Sala das sessões do Instituto, em 26 de Agosto de 1916. — *Basilio de Magalhães.* »

Posta em discussão a indicação, pede a palavra o Sr. Senador Dr. Erico Coelho, que diz o seguinte:

« Enquanto o illustre consocio, sr. Basilio de Magalhães, enunciava sua indicação, pensei em explicar meu voto discordante. O projecto de lei, sôbre o qual s. ex. fez reflexões, foi presente ao Senado da Republica no dia 7 de Julho de 1906. Estava em primeira discussão, dia 12, quando opinei da tribuna no sentido opposto. Após o debate, a Commissão de Justiça emittiu, na data de 28, seu parecer contrario. De facto o projecto, que não chegou a ser dado em ordem de votação, cogitava ordenar trasladasse o Poder Executivo os restos mortaes do imperador e da imperatriz, para a nossa terra muito amada.

Argumentei, ponderando que uma resolução do Poder Legislativo, representante da soberania nacional, independe do consentimento de individuo algum, por mais conspicuo no paiz ou no extrangeiro, excepto com investidura soberana nas questões internacionaes. No caso do projecto originario do Senado, o acto legislativo seria inexequivel sem a sancção da princeza no seu benquerer. Agora a indicação do illustre consocio é que o presidente da Republica, outro representante da soberania nacional, entenda ordenar sejam removidos os mesmos despojos de d. Pedro II e de d. Tereza Christina; e por conseguinte a resolução do Governo dependerá da acquiescencia particular da senhora condessa d'Eu, a filha zelosa

desses restos sacrosanctos. Terminando, declaro que daria meu humilde voto afim do Instituto Historico, entidade social do maior acatamento, promover de accôrdo com a princeza o transporte funerario, tão expressivo do affecto brasileiro.»

O Sr. Almirante Antonio Gomes Pereira, pedindo logo depois a palavra, diz o seguinte:

« A indicação apresentada pelo illustre consocio o sr. professor Basilio de Magalhães, a meu ver, traduz o desejo de todos os Brasileiros. Eu, certamente, não lhe negaria o meu voto e até mesmo os meus applausos, si não julgasse que o Instituto Historico, antes de pedir ao exmo. sr. presidente da Republica a trasladação dos restos mortaes de d. Pedro II e de d. Tereza Christina, deveria solicitar da veneranda senhora condessa d'Eu, representante da Familia, a precisa auctorização. Só assim, penso, ficaria elle habilitado a promover essa trasladação, solicitando dos Poderes Publicos as providencias necessarias.

Sem o consentimento, dado previamente, esses poderes, creio, nada farão, por não lhes ser licito subordinar os seus actos á vontade de uma pessoa, por mais elevada que seja.

São estas as razões do meu voto, que desejo sejam consignadas na acta da sessão.»

O Sr. Commandante Radler de Aquino declara que acompanha inteiramente as observações do sr. almirante Gomes Pereira.

Posta em votação a indicação, é approvada, contra os votos dos srs, Erico Coelho, Gomes Pereira e Radler de Aquino.

Em seguida o Sr. Professor Basilio de Magalhães lê um trabalho seu sôbre a administração de Arthur de Sá e Menezes e d. Alvaro da Silveira e Albuquerque, sendo ao terminar muito applaudido.

Levanta-se a sessão ás 22 ½ horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

SEXTA SESSÃO ORDINARIA, EM 7 DE SEPTEMBRO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão, com a presença dos seguintes socios srs. conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, drs. Homero Baptista, Manuel de Oliveira Lima, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Amaro Cavalcanti, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuqeurque, dr. Pedro Souto Maior, professor Basilio de Magalhães, dr. Eurico de Góes, dr. José Americo dos Santos, dr. Arthur Pinto da Rocha, marechal José Bernardino Bormann, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, coroneis Honorio Lima, Jesuino da Silva Mello e dr. Alfredo Valladão.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada sem discussão.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) diz que, ao reunir-se hoje, na magna data dos fastos nacionaes, o Instituto Historico associa-se a todas as demonstrações da gala publica e repete os protestos constantes e comprovados de seu reconhecido amor á Patria. (*Applausos.*)

Relembra que ha quarenta e quatro annos, por iniciativa do Instituto, foi inaugurada nesta Capital a estatua de José Bonifacio, o patriarcha da Independencia.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte parecer da Commissão de Historia:

— « A proposta do nome do dr. João Martins de Carvalho Mourão á eleição do Instituto é acompanhada do estudo acêrca d'*Os Municipios, sua importancia politica no Brasil colonial e no Brasil reino, situação em que ficaram no Brasil Imperio pela Constituição de 1824 e pelo Acto Addicional.*

Começa o estudo por uma synthese, rapida e brilhante, dos antecedentes historicos da organização municipal por-

tugueza. Traça-nos depois a passagem da participação directa do povo nos negocios municipaes para o systema representativo, ou participação indirecta por meio de delegados. Mostra-nos a organização das camaras nesse periodo, compostas de juizes ordinarios e de vereadores; o regime municipal sob as Ordenações Affonsinas e mais tarde sob as Ordenações Philippinas, a cuja influencia se deve a formação do character puramente administrativo das municipalidades, e que tanto dilataram as funcções communaes, que o municipio chegou a exercer maior somma de attribuições do que exerce modernamente.

Refere-se ás creações de municipios por iniciativa dos moradores, como o municipio de Campos, na capitania que hoje é o Estado do Rio de Janeiro.

Com a mesma brevidade e a mesma selecção dos factos principaes, resume a modificação na vida do municipio, feita pela Constituição do Imperio e pela lei de 1º de Outubro de 1828. Assignala o retrocesso do regime municipal, produzido pelo Acto Addicional, que sómente approveitou ao ideal da descentralização e do augmento das attribuições dos poderes provinciaes. E indica-nos as tendencias da Nação, no que concerne ao assumpto, concretizadas num dos mais notaveis projectos de lei sôbre municipalidades, que critica, revelando-lhe os principaes defeitos.

O trabalho, repetimos, é uma apertada synthese, que tem a utilidade de nos exhibir, como num quadro bem nitido, toda a historia das nossas instituições municipaes.

Prova do brilhante talento do auctor já aliás muito conhecido e estimado pelas suas producções no fôro desta cidade, onde tem uma reputação invejavel, e da sua capacidade de trabalho e amôr aos assumptos da Historia patria, o conciso ensaio do dr. Carvalho Mourão demonstra eloquentemente o merecimento do candidato proposto, e justifica plenamente a sua eleição pelo Instituto.

Rio, 4 de Septembro de 1916. — *Pedro Lessa*, relator. — *Basilio de Magalhães.* — *Clovis Bevilaqua.* »

E' apoiado e vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. dr. Antonio Olyntho.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

« Exmo. sr. conde de Affonso Celso, m. d. presidente perpetuo do Instituto. Cumprindo o que determina o § 2º do art. 43 dos Estatutos, tenho a honra de propôr a v. ex. a prorogação, para 1917, do Orçamento relativo ao corrente anno, publicado ás pags. 748 e 749 da parte II do tomo LXXVIII da « Revista ».

Prevaleço-me do ensejo para apresentar a v. ex. meus protestos de elevada estima e profundo respeito.

O 1º secretario perpetuo. — *Fleiuss.* »

Vai á Commissão de Fundos e Orçamento, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

« Temos a honra de propôr para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. capitão de mar e guerra do Corpo da Armada, Tancredo Burlamaqui de Moura, illustre auctor de diversos trabalhos publicados, que offereceu á nossa bibliotheca e cuja relação accompanha esta proposta, sôbre a Geographia, a Historia e a Marinha de nosso paiz, destacando-se entre elles a monographia — *Synthese historica das campanhas navaes nacionaes*, recentemente dada á publicidade.

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 7 de Septembro de 1916. — *Fleiuss.* — *Pedro Souto Maior.* — *Arthur Pinto da Rocha.* »

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

« Propomos para socio deste Instituto o dr. Honorio de Sousa Silvestre, residente nesta Capital, á rua Vinte e Quatro de Maio n. 551, servindo-lhe de titulo de admissão a obra — *Contribuições á Potamographia do Brasil.*

Sala das sessões, 29 de Agosto de 1916. — *José Francisco da Rocha Pombo.* — *Fleiuss.* — *Pedro Souto Maior.* »

Vai á Commissão de Geographia, sendo relator o sr. Gastão Ruch.

« Propomos para socio deste Instituto o sr. Eloy Pontes, residente nesta Capital, servindo-lhe de titulo de admissão a conferencia que realizou ha mezes no salão do *Jornal do Commercio* sôbre a *Côrte de D. João VI no Rio de Janeiro.*

Sala das sessões, 29 de Agosto de 1916. — *José Francisco da Rocha Pombo. — Fleiuss. — Pedro Souto Maior.* »

Vai á Commissão de Historia, sendo relator o sr. Alfredo Valladão.

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo justifica a ausencia dos socios srs. drs. Aurelino Leal, Helio Lobo e Gomes Ribeiro.

O Sr. Fleiuss (*secretario perpetuo*) diz que ao Instituto não póde deixar de ser immensamente grato o movimento que se está operando, aqui e em S. Paulo, em favor da commemoração do centenario da Independencia do Brasil em 1822. Tendo tido a prioridade na idéa dessa consagração, o Instituto sem duvida applaude a organização da commissão que hontem se reuniu pela primeira vez no edificio do *Jornal do Commercio*, sob a presidencia illustre do sr. dr. Aureliano Portugal, e de que fazem parte homens da maior responsabilidade, alguns socios do Instituto, e especialmente o seu provecto e querido bibliothecario, sr. dr. José Vieira Fazenda.

Sôbre a commemoração do centenario da nossa Independencia, por parte do Instituto, deve salientar, o que faz com desvanecimento, que em sessão de 14 de Outubro de 1898 o saudoso sr. conselheiro Manuel Francisco Corrêa entregou ao sr. thesoureiro cinco apolices municipaes — « para serem os juros annualmente convertidos em outras apolices, de que o Instituto Historico disporá em 1922, para applicar o producto á sessão solenne que celebrará em 7 de Septembro desse anno, primeiro centenario da Independencia do Brasil. São seus votos mais ardentes que esse dia corra festivamente no meio da paz, da prosperidade e da união, sôbre a base fecunda da liberdade de todos os Brasileiros na vasta extensão do territorio que elles actualmente dominam — penhor seguro para a realização da proprecia de Humbold: — *é aqui que a civilização do globo ha de concentrar-se um dia* ».

Ha, pois, dezoito annos que a nossa associação cogita do magno assumpto.

Em 1914, por occasião do Primeiro Congresso de Historia Nacional, promovido pelo Instituto, na segunda sessão plena realizada a 15 de Septembro, foi unanimemente approvada a seguinte proposta: — « Temos a honra de propôr

que, de harmonia com o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, se convoque um Congresso de Historia Continental Americana para o dia 7 de Septembro de 1922, no Rio de Janeiro. O Instituto Historico, si acquiescer, entrará immediatamente em relações com todos os paizes da America, para que em cada um delles se estabeleça uma commissão executiva, todas dependentes da Commissão Central, que será nomeada pelo egregio presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, 11 de Septembro de 1914. — *Fleiuss.* — *Affonso Arinos.* »

Em sessão ordinaria do Instituto, effectuada a 28 de Septembro de 1914 (e em que tomou posse de sua cadeira, que tanto tem nobilitado, o illustre sr. Basilio de Magalhães), o orador pediu ao Instituto que conhecesse da proposta acima, que leu na integra. O insigne sr. presidente do Instituto poz em discussão tal proposta, que foi approvada por unanimidade e, em seguida, declarou que opportunamente nomearia a commissão executiva.

Effectivamente, em 15 de Janeiro de 1915, s. ex. fez lavrar uma portaria justificando brilhantemente a nomeação da commissão, que ficou constituida dos senhores:

Benjamin Franklin Ramiz Galvão.
Arthur Indio do Brasil.
Barão de Studart.
Manuel de Oliveira Lima.
Antonio Ferreira de Sousa Pitanga.
Max Fleiuss.
Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.
Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.
Sebastião de Vasconcellos Galvão.
Epitacio da Silva Pessoa.
Pedro Augusto Carneiro Lessa.
Affonso Arinos de Mello Franco.
Martim Francisco Ribeiro de Andrada.
Theodoro Sampaio.
Manuel de Mello Cardoso Barata.
José Leopoldo de Bulhões Jardim.
Manuel Cicero Peregrino da Silva.
João Pandiá Calogeras.

Clovis Bevilaqua.
Augusto Olympio Viveiros de Castro.
José Carlos Rodrigues.
Gastão Ruch Sturzenecker.
Augusto Tavares de Lyra.
Norival Soares de Freitas.
D. Ramón J. Cárcano.
José Felix Alves Pacheco.
Eurico de Góes.
Antonio Coutinho Gomes Pereira.
Pedro Souto Maior.
Francisco Radler de Aquino.
Homero Baptista.
Affonso d'Escragnolle Taunay.
D. Julio Fernandez.
Luiz Gastão d'Escragnolle Doria.
Liberato Bittencourt.
Alberto Rangel.
Alfredo Valladão.
Raul Tavares.
John Casper Branner.
Edgard Roquette Pinto.
Enéas Galvão.
D. Lucas Ayarragaray.
Basilio de Magalhães.
José Vieira Fazenda (bibliothecario do Instituto).

A commissão executiva reuniu-se pela primeira vez em 23 de Fevereiro de 1915, sendo pelo sr. conde de Affonso Celso, que na qualidade de presidente do Instituto abriu a sessão, proposta a seguinte Mesa: Ramiz Galvão, presidente; Manuel Cicero, Tavares de Lyra, Viveiros de Castro, Homero Baptista e D. Lucas Ayarragaray, vice-presidentes; Fleiuss, secretario geral; Gastão Ruch, Eurico de Góes, Escragnolle Doria e Basilio de Magalhães, secretarios, o que immediatamente foi approvado.

Indicou mais o sr. conde de Affonso Celso os srs. Viveiros de Castro, Epitacio Pessoa, Manuel Cicero, Thaumaturgo, Gomes Pereira, Rodrigo Octavio, Roquette Pinto, Ba-

silio de Magalhães e Fleiuss para, sob a presidencia do primeiro, organizarem o regulamento geral.

Nesta mesma reunião, o orador propôz, e foi approvado, fossem tambem considerados membros da Commissão Executiva os relatores primitivamente eleitos pelo recente Congresso de Historia Nacional e que apresentaram as respectivas monographias. Assim, ficaram fazendo parte da Commissão mais os senhores:

Conde de Affonso Celso.
Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.
Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna.
Gentil de Assis Moura.
Affonso A. de Freitas.
Henrique Americo de Santa Rosa.
Nelson Coelho de Senna.
Diogo de Vasconcellos.
Alfredo Rocha.
João Luiz Alves.
José Bonifacio de Andrada e Silva.
Jonathas Serrano.
José Eduardo Freire de Carvalho Filho.
Lucio José dos Santos.
Antonio Fernandes Figueira.
Annibal Velloso Rebello.
José Luiz Baptista.
Alfredo Russell.
Affonso Claudio de Freitas Rosa.
Aurelino de Araujo Leal.
Levi Carneiro.
João Martins de Carvalho Mourão.
Esmeraldino Olympio Torres Bandeira.
Astolfo Rezende.
José Maria Moreira Guimarães.
Fernando de Magalhães.
Luciano Pereira da Silva.
Alfredo Pinto Vieira de Mello.
Virgilio de Sá Pereira.
Antonio de Barros Ramalho Ortigão.
Agenor de Roure.

Francisco Tito de Sousa Reis.
Sylvio Ferreira Rangel.
Joaquim de Salles Torres Homem.
Lucas Boiteux.
Carlos Augusto de Campos.
José Bernardino Bormann.
Antonio José Dias de Oliveira.
Arthur Pinto da Rocha.
Eugenio Vilhena de Moraes.
Mucio da Paixão.
Mauricio de Medeiros.
Antonio Gonçalves Pereira da Silva.
Gama Rosa.
Silvio de Almeida.
Miguel Arrojado Lisbôa.
Bertino Miranda.

Destes falleceram os srs. Affonso Arinos e Antonio Gonçalves Pereira da Silva.

A Commissão do Regulamento celebrou a sua primeira sessão em 6 de Março de 1915 e o seu presidente nomeou relator do regulamento o sr. Rodrigo Octavio, que acceitou a incumbencia, apresentando logo o trabalho a 7 de Março, trabalho que foi discutido no seio da commissão especial e depois em sessão plena da commissão geral, que o approvou em sessão de 4 de Maio ainda de 1915.

Uma vez resolvido esse ponto, que era o essencial para que a Mesa pudesse iniciar os trabalhos, não teve até hoje a mesma o menor desfallecimento na desobriga de suas tarefas, conseguindo o apoio geral da imprensa, das diversas auctoridades extrangeiras e do nosso Governo.

Com effeito o honrado sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores, dr. Carlos Maximiliano, attendendo ao pedido do sr. presidente do Instituto, expediu em 18 de Março de 1915 a seguinte circular aos srs. governadores e presidentes dos Estados: — « E' intuito do Governo Federal auxiliar a iniciativa e os exforços do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para que, por occasião do centenario de nossa Independencia, se realize o Congresso de Historia Continental Americana. Remettendo-vos o incluso exemplar do *Diario*

Official, em que está publicada a portaria do presidente do Instituto, referente ao mesmo Congresso, solicito providencieis, para que a alludida portaria tenha toda a publicidade possivel, esperando o Governo Federal o apoio desse Estado, para que o patriotico certame alcance o maior exito. »

O illustre sr. dr. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, tambem dedicou á idéa a maior attenção e, recentemente, o digno sr. dr. Sousa Dantas, ministro interino da mesma pasta, dirigiu, a 4 de Agosto ultimo, uma circular ás nossas legações nas Republicas sul-americanas, — enviando-lhes o regulamento do Congresso Internacional de Historia da America, que se deve reunir nesta Capital em 7 de Septembro de 1922, em commemoração ao centenario da Independencia do Brasil. Nessa circular o sr. ministro recommenda ás nossas legações que procurem interessar as referidas republicas nesta reunião, promovendo a organização de commissões regionaes para elaboração das theses sôbre a historia de cada paiz, que deverão ser apresentadas áquelle Congresso.

O eminente sr. Edwin Morgan, embaixador dos Estados Unidos, já anteriormente, em 8 de Julho de 1915, dirigira ao orador amabilissima carta, dizendo que — « a attenção dos estudiosos da Historia e das sciencias politicas nos Estados Unidos da America já havia sido attrahida pelos planos do douto Instituto sôbre o Congresso Internacional de Historia Americana, que se reunirá no Rio de Janeiro a 7 de Septembro de 1922 ».

E assegurou nessa carta o apoio dos professores Alberto B. Hart, de Cambridge; Hiram Bingham, da Universidade de Yale; W. S. Shepherd, da Universidade de Colombia; Leo S. Rowe, da Pensylvania; George H. Blakeslee, da Universidade de Clark; Worcester; Justin H. Smith, de Boston; Roger B. Merriman, de Harward; Adams H. Woods, de Brooklin e Hubert Howe Bancroft, de S. Francisco.

Tambem o sr. John Barrett, director geral da « Union Pan-Americana », affirmou, em 5 de Maio de 1915, que a « Union » divulgaria a noticia do Congresso, publicando-a em seu Boletim e fazendo quanto estivesse a seu alcance.

Por sua vez, o orador, na qualidade de secretario geral

da Commissão Central Executiva, expediu uma circular a todos os governos das nações americanas, fornecendo minuciosas informações sôbre o futuro Congresso e enviando, ao mesmo tempo, exemplares do Regulamento e das theses já approvadas para a decima quinta secção — *Historia do Brasil.* — Esta secção, como se sabe, está dividida em nove subsecções. A primeira: *Historia Geral*, de que é presidente o dr. José Vieira Fazenda, sendo relator o dr. Jonathas Serrano; a segunda — *Historia das explorações geographicas*, de que é presidente o general Thaumaturgo, sendo relator o dr. Gastão Ruch; a terceira — *Historia das explorações archeologicas e ethnographicas*, de que é presidente o desembargador Sousa Pitanga e relator o dr. Roquette Pinto; a quarta — *Historia constitucional e administrativa*, de que é presidente o dr. Epitacio Pessoa e relator o dr. Alfredo Valladão; a quinta — *Historia parlamentar*, de que é presidente o dr. Augusto Tavares de Lyra e relator o dr. João Luiz Alves; a sexta — *Historia economica*, de que é presidente e relator o dr. Homero Baptista; a septima — *Historia militar*, de que é presidente o marechal Bernardino Bormann e relator o commandante Raul Tavares; a oitava — *Historia diplomatica*, de que é presidente o dr. Pedro Lessa e relator o dr. Pinto da Rocha; e a nona — *Historia literaria e das artes*, de que é presidente o dr. João Ribeiro e relator o dr. Eugenio Vilhena de Moraes.

A Commissão Central Executiva tem celebrado as necessarias sessões, patenteando sempre o maior interesse pelo emprehendimento.

Ha, portanto, um longo trabalho feito para que a commemoração do centenario da nossa Independencia pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro tenha verdadeiro brilhantismo.

Os triumphos resultantes do Primeiro Congresso de Historia Nacional, de que já appareceram tres volumes, não demorando os dous que faltam, auctorizam a certeza de que o Congresso Internacional de Historia da America será um acontecimento não só continental, porém mundial, trazendo para o Brasil todos os beneficios da concordia e do reciproco estudo da Historia Americana.

E' mais uma vez o Instituto Historico e Geographico

Brasileiro se poderá justamente orgulhar de ter sido não só o primeiro a cuidar da solennização do centenario da nossa autonomia politica, como o de lhe haver dado a fórma efficiente de trabalho intellectual.

E' o que sôbre o assumpto tinha a dizer, no dia de hoje, em que se completa o nonagesimo quarto anniversario da nossa maior data nacional. »

(*Muito bem, muito bem.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que da brilhante exposição feita pelo dedicado Sr. Secretario Perpetuo se torna patente a prioridade do Instituto Historico e Geographico Brasileiro na idéa da commemoração do centenario da Independencia. Ficam tambem patentes os nobres exforços da distincta commissão, o que traz ao Instituto a segurança do exito do patriotico emprehendimento.

O Sr. Dr. Alfredo Valladão, pedindo a palavra, lê a seguinte proposta:

« Considerando que ao Instituto Historico se deve a iniciativa da commemoração da Independencia, como o affirma a convocação do Congresso Internacional de Historia da America;

Considerando, mais, que tal iniciativa lhe devia pertencer, guarda vigilante que elle é, e sempre o foi, de nossa Historia;

Considerando que, pelo seu character nacional, a commemoração do grande evento não póde ficar circunscripta, nem á do glorioso Estado de S. Paulo, pelo accidente do Ipiranga, nem á do Districto Federal, relembrando a acção de sua antiga e illustre Camara — unicas que, até agora, e depois da iniciativa do Instituto se annunciam;

Considerando, ainda, que, por um titulo especial, o Instituto se acha obrigado a esta commemoração, qual o de viver sob os auspicios de d. Pedro II, o Magnanimo, que a Nação recolheu nesse berço, na jornada de 7 de Abril, complemento da Independencia;

Proponho que o Instituto Historico, ampliando a sua nobre iniciativa, e para melhor servir á causa nacional, delegue poderes a uma Commissão que se incumba de provi-

denciar sôbre aquella commemoração, entendendo-se com os governos da União, dos Estados e dos Municipios.

E, com isto, terá elle prestado o maior serviço á causa de nossa Patria, concorrendo para que se estreitem os vinculos de sua unidade, precioso legado de nossos gloriosos antepassados, e que, Deus ha de permittir nunca desbaratemos!

Proponho ainda que, confirmando o voto do Instituto em sua ultima sessão, se entenda a referida Commissão com o Govêrno Federal, para que a 7 de Septembro de 1922 já estejam agasalhados no Brasil os restos preciosos de d. Pedro de Alcantara e de d. Tereza Christina. Sala das sessões, aos septe dias do mez de Septembro de 1916. — *Alfredo Valladão.* »

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) diz que o Instituto acaba de ouvir, dando provas de assentimento, a proposta do illustre consocio, a qual será tomada opportunamente na devida consideração.

O Sr. Fleiuss propõe, e é acceito, que em annexo á acta da sessão sejam publicadas as excellentes monographias que serviram para a admissão no Instituto do sr. dr. Erico Coelho.

O Sr. Presidente diz que teve o immenso prazer de receber o officio que lê:

« Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1916. Exm. sr. conde de Affonso Celso, m. d. presidente perpetuo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. A Commissão abaixo assignada, que teve a honra de ser por v. ex., a 13 de Maio do corrente anno, investida do encargo de examinar e pôr de accôrdo com o respectivo autographo a HISTORIA DA INDEPENDENCIA, elaborada pelo visconde de Porto Seguro e annotada pelo barão do Rio Branco, dous nomes para todo o sempre venerados em nossa Patria e em nosso Instituto, — vem participar a v. ex. a conclusão da referida tarefa e fazer entrega do seu relatorio, assim como dos originaes e cópias que lhe foram naquella data confiados.

O relator, tambem por v. ex. designado, teve, durante o ininterrupto trabalho, tanto o auxilio do prestimoso dr. Rodolfo Garcia, que, contudo, foi logo chamado a outras appli-

cações da sua actividade nesta associação, como a do dr. Pedro Souto Maior, nosso devotado e competente companheiro, que mais uma vez revelou a sua assiduidade e dedicação.

A Commissão agradece a v. ex. e ao Instituto a prova de confiança com que foi distinguida e aproveita mais este ensejo para apresentar a v. ex. as seguranças de sua alta estima e perfeita consideração. — Dr. *B. F. Ramiz Galvão.* — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Pedro Lessa.* — *Fleiuss.* — Dr. *José Vieira Fazenda.* »

Para complemento do que tracta o mesmo officio, vai dar a palavra ao sr. Basilio de Magalhães, que lerá ao Instituto o relatorio da commissão, da qual foi relator.

O Sr. Basilio de Magalhães lê o seguinte:

« *Relatorio da Commissão nomeada pelo presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro para examinar e coordenar a obra manuscripta e inédita do visconde de Porto-Seguro, intitulada « Historia da Independencia »*.

Na 1ª edição da « Historia Geral do Brasil », apparecida em 1854-1857, além da secção LIII, epigraphada « Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projectos d'El-Rei », havia ainda as seguintes: LIV, « Revolução pernambucana em 1817. Rodeador »; LV, « Revolução constitucional. Vai-se El-Rei para Portugal »; LVI, « Regencia de D. Pedro em harmonia com as côrtes »; e LVII, « D. Pedro contra as côrtes. E' proclamado Imperador ».

Na 2ª edição da mesma obra, sem data, mas sabidamente de 1876, depois da secção L, intitulada « Chegada do Principe ao Brasil. Sua administração », e da LI, « Politica exterior. Negociações, tratados, conquistas, etc. », vinha, com o numero LII, a que era LIV da edição anterior, « Revolução pernambucana em 1817. Rodeador, etc. » (e ahi, a pags. 1.152, já o visconde de Porto-Seguro fallava em sua *Historia da Independencia*); a secção LIII, « Minas de ferro. Primeiras fundições em ponto grande », correspondia á de eguaes algarismos da *editio princeps*, e a LIV, que era a última, inteiramente nova, assim se denominava: « Escriptores, viajantes e imprensa periodica do reinado ».

Deixara, portanto, o auctor de aproveitar os tres derradeiros capitulos da edição de 1854-1857; mas, no fim da

secção LIV da edição de 1876, ao reportar-se, em traços muito largos, á nossa separação politica de 1822, assim se exprimia:

— « A Historia deste grande acontecimento começando de 1820, fará objecto de uma obra especial.

« Essa nossa *Historia da Independencia* já se acha escripta e será publicada, apenas consigamos elucidar algumas poucas dúvidas que ainda temos. A mesma Historia unicamente se recommendará pela pureza das fontes e abundancia de documentos que se tiveram presentes, além dos publicados por Cayrú, e aproveitados por Pereira da Silva, a saber:

« 1º — As collecções, mais ou menos completas, dos periodicos do tempo, e com especialidade o *Reverbero*, a *Malagueta*, o *Espelho* e o *Regenerador*.

2º — Todas as publicações avulsas, não periodicas, do mesmo tempo, que são muitissimas, e hoje raras de encontrar.

3º — Varias informações verbaes, recolhidas desde 1840 pelo auctor (e desde logo por elle protocolizadas), em conversações com varios corypheus da Independencia, que conheceu e tractou, incluindo os marquezes de Paranaguá, Valença, Rezende, Monte Alegre e Sapucahi, e tambem Januario, Ledo, Vergueiro, Raphael Tobias e outros.

4º — Finalmente, as importantissimas *correspondencias officiaes* dos agentes diplomaticos e consulares hispanhol, francez, inglez e austriaco desde 1821 a 1825, consultadas pelo auctor, sendo que especialmente nas do último agente, isto é, nas cartas a Metternich do barão de Marschall, com a entrada facil na côrte do Rio de Janeiro (pela facilidade que lhe proporcionava o ser archiduqueza da Austria a 1ª imperatriz), se contêm verdadeiras *revelações*, quando dá conta de conferencias particulares, tidas com o imperador Pedro I, suas tendencias, segundo elle nimiamente constitucionaes, juizo que fazia acêrca dos seus proprios ministros, começando por José Bonifacio, etc., etc.

« Bem longe estamos de acreditar que a verdade historica se aquilate pelo *numero* das auctoridades, não sendo estas, aliás, ás vezes, mais que reproducções ou plagio umas das outras; e, antes, pelo contrario, todos sabem que, con-

forme o mais judicioso criterio historico, casos há em que o depoimento de uma só testimunha presencial, conscienciosa, póde completamente destruir invenções e calumnias, que se tiverem ido repetindo por um chorrilho de escriptores de pouca auctoridade, chorrilho com razão comparavel ás armadilhas das cartas de jogar dobradas ao meio, que servem de divertir as crianças, quando a primeira, que cai, arrasta consigo a queda de todas as demais. Mas é tambem sem duvida que o que sobra não prejudica, e que é sómente reunindo todas as testimunhas e acareando-as entre si, e com certos factos conhecidos, que se atina com a verdade historica. »

Dos elementos acima expostos, é licito concluir que só em 1876 ficára de vez assentado o plano do novo trabalho, já todo escripto, como o proprio auctor o declara, mas para o qual, entretanto, ainda em 1875 pedia informações a amigos, como se vê das respostas do dr. B. F. Ramiz Galvão (a esse tempo director da Bibliotheca Nacional) e do conde de Baependi, que vão appensas ao prefacio.

Motivos, que ignoramos, impediram o eminente Brasileiro de dar á estampa a annunciada producção, que tanto interessava á nossa Patria.

Tendo elle fallecido a 29 de Junho de 1878, no posto de nosso enviado extraordinario e ministro plenipotenciario perante o govêrno da monarchia austro-hungara, é de crer que todos os seus importantes papeis ficassem em poder de sua digna viuva.

Conforme a narração verbal, recentemente chegada ao nosso conhecimento, de um dos nossos mais graduados ex-diplomatas, o conspicuo escriptor do « D. João VI no Brasil », parece que o precioso autographo, — cuja completa elaboração estava declarada na edição de 1876 da « Historia Geral »; — foi pedido á viscondessa de Porto Seguro, então no Chile, pelo nosso illustre delegado financeiro em Londres, J. A. de Azevedo Castro, a quem se participara alli a existencia, não constante do inventario, de um depósito de mil libras esterlinas, pertencentes a Francisco Adolfo de Varnhagen, e que, por isso, intermediou solicitamente para que tal quantia chegasse logo ás mãos da herdeira legitima.

Mas consta-nos tambem haver uma carta de Silva Pa-

ranhos, dirigida a um dos mais profundos mestres da Historia Patria, asseverando que o valioso manuscripto lhe fôra entregue pelo barão de Nioac.

Talvez possam conciliar-se as duas versões, pois não ha a menor incongruencia em que o citado titular, já então membro do corpo diplomatico, tenha levado ao futuro barão do Rio Branco os inestimaveis originaes, graças á lembrança feliz, attribuida ao nosso representante commercial na Inglaterra, de obte-los da viscondessa de Porto Seguro. Si foi como presumimos, deve isto ter-se passado cêrca de um decennio após o trespasse de Varnhagen. O erudito Azevedo Castro, amante das bôas lettras e preoccupado, por esse tempo, com o preparo da magnifica edição das « Obras Poeticas e Oratorias de P. A. Corrêa Garção » (Roma, 1888), não viu ninguem em melhores condições do que o nosso consul em Liverpool, versadissimo na Geographia e na Historia do Brasil, para o decisivo aproveitamento do trabalho deixado inedito pelo visconde de Porto Seguro.

Silva Paranhos e Eduardo Prado, espiritos congeniaes pela brilhante cultura e ligados pela mais intima e duradoura amizade, associaram-se para a meritoria empresa. E' da lavra do segundo a cópia do prefacio e de quasi todo o capitulo II, não se lhe devendo, contudo, nota alguma, nem qualquer aproveitavel alteração do texto.

O resto da tarefa, sem duvida bastante ardua e melindrosa, coube a Silva Paranhos, que, revelando já ahi invejavel capacidade de trabalho e não pequena somma de paciencia, a levou até ao fim, lardeando de substanciosas e interessantissimas observações, assim como de abundantes retoques estylisticos e historicos, todo o extenso escripto de Varnhagen.

Referindo-se a esta « Historia da Independencia », — que até agora se suppunha inteiramente inedita, — já Sacramento Blake, no seu « Diccionario bibliographico brasileiro » (vol. II, pags. 383), dizia em 1899: — alguns trechos deste livro foram publicados em Pariz pelo barão do Rio Branco ».

Não nos foi possivel averiguar o que diz respeito a similhante asserção. E' provavel que Rio Branco se haja utilizado de um ou outro retalho do autographo em seu poder, quer

para artigos de jornaes, quer mesmo para a sua admiravel synthese de nossa evolução historica, feita em 1889 para « Le Brésil », de Lavasseur.

O certo, entretanto, é que o integrador das nossas fronteiras, chamado a missões que lhe absorveram toda a prodigiosa actividade e, immediatamente após as refulgidas victorias de 5 de Fevereiro de 1895 e 4 de Dezembro de 1900 convidado para a suprema gestão da nossa politica exterior — não teve mais lazeres a consagrar á mencionada obra, a qual não quiz tambem dar á publicidade, sem que primeiro corrigisse as notas que a ella appensára e em muitas das quaes exarou a declaração de que dependiam de novas verificações.

Ao nosso secretario perpetuo sr. Max Fleiuss promettera por mais de uma vez o barão do Rio Branco, — quando presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, — que a este sodalicio, tão querido delle, havia de doar o manuscripto da « Historia da Independencia », o qual, dizia, ficára em um dos muitos caixões, onde guardara o seu archivo na Europa. Aos reiterados rogos daquelle nosso companheiro, para que o mandasse vir quanto antes, afim de ser promptamente divulgado nas páginas da nossa « Revista, não pôde, infelizmente, satisfazer o immortal chanceller, preoccupado como andava com a definitiva delineação dos nossos lindes e com a digna representação do Brasil na Conferencia de Haya.

A offerta, recentemente feita pelo actual titular da pasta das Relações Exteriores, sr. dr. Lauro Severiano Müller, illustre socio honorario deste Instituto, representa, portanto, o cumprimento de um desejo expresso em vida pelo seu preclaro antecessor, cuja memoria será sempre uma das tradições mais veneradas da Patria e deste benemerito gremio.

Os documentos entregues, em 13 de Maio do corrente anno, á commissão na mesma data nomeada pelo sr. conde de Affonso Celso, constam de tres partes: — *a*) o autographo; *b*) a cópia, com muitas e sensiveis modificações do original, feita em pequena parte por letra de Eduardo Prado e quasi

toda por mãos de Rio Branco; *c*) essa mesma cópia dactylographada.

Releva ponderar, desde já, que nem todo o manuscripto do visconde de Porto Seguro fôra passado a limpo pelos seus dous illustres compatriotas citados, ou, si o fôra, não chegou assim até nós.

Com effeito, eis o inventario do que recebemos em paginas dactylographicas, as quaes, como já ficou dicto, correspondiam, não ao autographo, mas á cópia Prado-Paranhos:

Prefacio, acompanhado de cartas do conde de Baependi e do dr. B. F. Ramiz Galvão (esta com annexos), não dactylographadas.

Capitulo I. — « Desde a revolução constitucional até a partida de El-Rei d. João VI para Lisbôa ».

Capitulo II. — « Reunião das Côrtes em Lisbôa, suas primeiras resoluções até fins de 1821, e nomes dos deputados do Brasil ».

Capitulo III. — As Côrtes de Lisbôa depois da chegada dos principaes deputados do Brasil, e impressão nellas produzida pelos acontecimentos que se associaram ao « Fico ». (Este capitulo trouxe a declaração de *incompleto.*)

Capitulo IV. — (Não veio.)

Capitulo V. — « Desde a partida de Avilez até á profissão maçonica do Principe, depois dos seus dous manifestos ».

Capitulo VI. — « Jornada a S. Paulo e proclamação da independencia ».

Capitulo VII. — « Planos forjados para fazer cair o ministerio e reintegração deste. Successos até á acclamação no 1º de Dezembro ».

Capitulo VIII. — « Desde a acclamação no 1 º de Dezembro até á reunião da Constituinte ».

Capitulo IX. — « A Constituinte e sua dissolução ».

Capitulo X. — « Tratado de reconhecimento da independencia, de 29 de Agosto de 1825. »

Quanto ás provincias, sómente nos foram entregues, na data mencionada, a cópia e notas de Rio Branco, quer pelo proprio punho deste, quer dactylographadas, relativas ao *Pará*,

Maranhão, *Ceará*, *Rio Grande do Norte*, *Parahiba*, *Pernambuco*, *Alagôas*, *Sergipe* e *Bahia*.

A pedido da commissão, foi dada nova busca no archivo do eminente Brasileiro, pertencente hoje ao Ministerio das Relações Exteriores, achando-se apenas os originaes de Porto Seguro concernentes ás provincias acima citadas, bem como algumas folhas avulsas do capitulo, que não fôra dactylographado. A respeito das demais circunscripções politicas do Brasil-Reino e dos começos do imperio, nada foi encontrado.

O trabalho da commissão consistiu, pois, em restaurar primeiramente o texto de Varnhagen, pondo á margem as modificações devidas a Eduardo Prado e Rio Branco, mas aproveitando todas as amplas e magistraes annotações, traçadas pelo último dos referidos patricios.

Não foi pequeno o exfôrço empregado por nós nesse mistér, porquanto o autographo é quasi todo um borrão, que custa muitas vezes a deletrear, accrescendo a circunstancia de sôbre elle ter feito Silva Paranhos, em muitos pontos, as correcções que julgou necessarias. Palavras que este não conseguiu entender — ao que se deduz de sua cópia — foram, afortunadamente, decifradas por nós, de sorte que a restautação ora realizada é tão fiel quanto cabe em fôrças humanas.

Maior afan foi o com que porfiamos por completar o capitulo III e coordenar o seguinte. Graças a algumas páginas, passadas a limpo por letra que não é de Prado nem de Rio Branco e que suppriam lacuna da parte correspondente do autographo, á paciente cata de folhas avulsas do original e ás ultimas achadas na rebusca a que fizemos allusão — conseguimos não só integrar o capitulo III, como tambem restaurar o IV, inquestionavelmente um dos mais importantes da obra de Varnhagen. Só em um passo, onde a perda do texto primitivo não pôde de outro modo ser reparada, tivemos que recorrer ao lance correspondente da 1ª edição da « Historia Geral do Brasil », preenchendo assim a falta com as proprias palavras de Porto Seguro, pois nos parecera verdadeiro sacrilegio alli intromettermos remendo extranho. O trecho respigado por essa fórma terá o conveniente signal, que o distinga dos demais.

De uma observação lançada no rosto de um dos cadernos pelo barão do Rio Branco, infere-se que a numeração dos capitulos não foi expressamente feita por Varnhagen. Mas a divisão que se nos deparou e a que concorremos com o complemento do capitudo IV, obedece, pela sua insubstituivel disposição logica e chronologica, ao pensamento do egregio auctor da « Historia da Independencia ».

De facto (e aqui se vê a importancia do que em comêço dissemos das edições da « Historia Geral do Brasil »), o capitulo I equivale á secção LV da 1ª edição da « Historia Geral do Brasil »; o II traz a indicação original: « Secção LVI »; o III traz tambem a seguinte « Secção LVII »; o IV não póde racionalmente occupar outro logar; o V, o VI e o VII correspondem aos maços separados do autographo, cujas folhas se numeram seguidamente de 1 a 153, notando-se apenas a transposição das folhas 1-20, que nos parece ter sido feita pelo proprio auctor; o VIII e o IX, a seu turno, são exactamente os dos pacotes, cujas capas trazem os titulos manuscriptos por Varnhagen e cujas folhas vão, respectivamente, de 1 a 35, e de 36 a 196; e o X, finalmente, é sem duvida o coronal do vultuoso trabalho de Porto Seguro.

Não havendo nenhuma indicação do auctor, nem do barão do Rio Branco, quanto á ordem que deviam guardar os capitulos referentes ás provincias, — resolveu a commissão ficassem dispostos do modo seguinte: *Bahia*, *Sergipe*, *Alagôas*, *Pernambuco*, *Parahiba*, *Rio Grande do Norte*, *Ceará*, *Maranhão*, *Pará*.

As notas de Porto Seguro e Rio Branco figuram junctas, discriminadas tão sómente pelas respectivas iniciaes.

Havendo, porém, necessidade imperiosa de sub-notas, elaboradas pela commissão, serão ellas indigitadas no texto por algarismos romanos e enquadradas *in globo* no fim do trabalho.

Tomou a commissão a liberdade de reduzir a notas algumas alterações do original, feitas pelo barão do Rio Branco, as quaes vão como as demais notas deste.

E toda vez que se tornou rigorosamente imprescindivel evitar no texto alguma obscuridade grave ou alguma deplo-

ravel amphibologia — o vocabulo ou phrase accrescidos serão postos em italico e interparentheticamente.

* * *

Digamos agora, bem que succintamente, do valor da obra, dentro em breve posthumo florão da diviciosa bagagem litteraria do visconde de Porto Seguro.

Basta que tenha saído da penna deste, para que não haja ninguem que se atreva a negar-lhe merito, e é deveras para ser lida com attenção e proveito.

O eruditissimo escriptor, conforme já havia declarado na sua « Historia Geral do Brasil », utilizou-se, para a « Historia da Independencia », dos periodicos e folhetos coetaneos, todos rarissimos hoje, das correspondencias officiaes dos agentes diplomaticos e consulares extrangeiros, acreditados aqui no periodo comprehendido entre 1821 e 1825, especialmente da correspondencia do barão de Marschall com o principe de Metternich (da qual já foi dada á estampa, no tomo LXXVII da nossa « Revista », a parte relativa ao anno de 1821, graças á gentileza e exfôrço do nosso prestimoso compatriota, sr. dr. Jeronymo de A. Figueira de Mello), e ainda de informações oraes, que pessoalmente colheu de varios epigonos da nossa desaggregação politica de 1822.

Só isto daria ao trabalho de Varnhagen o direito de saïr do jazigo de um archivo particular para a grande luz da publicidade, afim de figurar na estante de todos quantos estudam e veneram o glorioso passado da Patria.

Demais, não contente com a narração fiel e fartamente documentada dos factos capitaes do grande movimento de que resultou a soberania nacional, — não quiz o visconde de Porto-Seguro adstringir-se ao duello titanico entre o partido dos independentistas brasileiros e as Côrtes portuguezas, nem se circunscreveu exclusivamente aos episodios occorridos na séde administrativa do principe lusitano, que José Bonifacio, o patriarcha, logrou fazer adherir á causa maxima da nossa terra. Mas, convencido da incontestavel magnitude dos acontecimentos que se desenrolaram, por occasião do surto da nossa definitiva autonomia, nas provincias do reino luso-americano, deliberou em bôa hora consagrar a cada qual

dellas um capitulo particular. Foi pena que o não fizesse para algumas de assignalado relêvo nos successos da nossa maioridade politica, ou que, tendo-o feito, se hajam extraviado os respectivos originaes. Assim, é que, das provincias de Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo, Sancta Catharina, Rio Grande do Sul e Cisplatina, nada consta, quanto a textos especiaes, sinão uma nota a lapis, muito vaga, com lettra de Porto-Seguro, de haver tractado ou então de ter propositado tractar da contribuição de taes regiões do Brasil para a conquista ou consolidação da independencia.

Investigador consciencioso, dotado de alta competencia, de solida erudição e sobretudo de uma paciencia benedictina ou, melhor, de pertinacia germanica, para as pesquisas historicas, — não possuia Varnhagen, entretanto, primores de estylo que o recommendassem como excellente modêlo de linguagem.

No vol. XIII da « Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo », logo após uma criteriosa apreciação da vida e obras de Porto-Seguro pelo dr. Oliveira Lima, veio a lume uma antiga e interessante biographia de Francisco Adolfo de Varnhagen, lavra do dr. José Carlos Rodrigues. Ahi insere este uma carta, que de Vienna lhe dirigira aquelle a 9 de Abril de 1874, e na qual o historiographo apontava no jornalista amigo defeitos phraseologicos.

Eis o curioso trecho epistolar: — « Tenho continuado a lêr com interesse o *Novo Mundo*, e, em prova de interesse, vou expôr-me ao desagrado, dando-lhe um conselho amigavel: evite v. s., no seu, aliás, claro e bello estylo, tanto quanto puder, o demasiado emprêgo dos pronomes pessoaes e possessivos, riscando na minuta todos os que se puderem dispensar, e, ainda mais, a repetição frequentissima (á franceza) do pronome (*sic*) um, p. ex.: Fulano de tal, *um* homem de raro talento, etc. Porque não simplesmente — homem de raro, etc.? »

A cita acima feita induz-nos a crer tenha sido anterior a 1874 a elaboração da « Historia da Independencia », porque nesta pullulam a granel os vicios que Porto-Seguro visava a elidir da amestrada penna, que veio depois dar tanto lustre ao *Jornal do Commercio*.

A esse proposito, notaremos ainda que no manuscripto ora offerecido ao nosso Instituto existem vocabulos não correntes no uso vernaculo, como *tildar*, que é puro castelhanismo, e *aguantar*, este sem duvida mais proximo do seu etymo *guante* do que o moderno e commum *aguentar*.

Mas, pondo á banda essas questões philologicas, cabe-nos dizer que a inestimavel valia historica do trabalho de Varnhagen não deixa de ser o seu tanto aguarentada por uma ou outra lacuna e por um ou outro vezo inconveniente.

Como exemplo do primeiro caso, seja-nos licito consignar que, em toda a minuciosa narração dos acontecimentos decorridos entre 1820 e 1825, não achou o emerito historiographo o menor aso de referir-se, nem mesmo velando diplomaticamente ao escabrosidades dos factos, ao papel de innegavel culminancia que desempenhou então d. Domitilla de Castro Canto e Mello, depois marqueza de Santos.

Como exemplo do segundo caso, corre-nos o dever de assignalar que, em toda a obra, é patente a antiga ogerisa que tinha Varnhagen pelos Andradas, principalmente por José Bonifacio, o patriarcha. Desde o modo por que relata como foi que se lhe deu ensejo de conhecer o « glorioso fundador da nacionalidade brasileira », na phrase de Latino Coelho, até ás arremettidas que não poupa a Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, o inquebrantavel amigo e cooperador dos excelsos filhos de Santos na interpreza de 7 de Septembro de 1822, — torna-se inoccultavel a constante má vontade do insigne Sorocabano para com aquelles seus inclitos comprovincianos.

Entretanto, tracta Varnhagen, com superior criterio e palpavel carinho, da pensonalidade de Francisco Villela Barbosa, tão incriminada de anti-brasileirismo, e intenta rehabilitar das coimas de arbitrio e despotismo sanguinario a figura de Luiz do Rego Barreto, tão malsinada pelos chronistas patrios.

De Manuel de Carvalho Paes de Andrade, no tocante á Confederação do Equador, fórma elle juizo severo, mas justo, que subscrevemos sem hesitação.

O proceder politico e a probidade pessoal de Felisberto Caldeira Brant, marquez de Barbacena, não escapam á mais

ferina critica e a accusações graves, desescudadas de provas, porém que sabemos verdadeiras, por existir em mãos particulares documento, ainda inedito, que as corrobora.

E' tambem muito de se adoptar a opinião ponderada que a penna de Porto-Seguro deixou caïr sôbre o proceder de lord Cochrane e de John Pascoe Grenfell, estigmatizando com sobranceria a incorrecção do conde de Dundonald em contraste com as honrarias e lucros que obteve do nascente Imperio. A este aspecto, ainda merece registada a illação de que mais aos exfôrços dos Brasileiros natos do que aos do almirante inglez se deveu a adhesão da provincia maranhense ao resto do Brasil independente.

Haverá forçosamente, no longo escripto de Varnhagen, um ou outro equivoco de nomes, um ou outro descuido de datas, escapados a quem evidentemente traçou *currente calamo* uma estirada exposição de acontecimentos complexos, extendidos por todo um quinquenio.

Taes insignificantes sinões, além de convenientemente annullados pelas notas de Rio Branco e sub-notas da commissão, em nada desvaliam a « Historia da Independencia » de Varnhagen, acatadissima auctoridade, cujo prestigio, longe de ficar diminuido, vai ser antes augmentado com a publicação de sua nova obra, até agora desconhecida dos doutos.

Temo-nos referido, mais de uma vez, ás notas do barão do Rio Branco, sem, comtudo, externarmos sôbre ellas parecer mais detido. A nosso ver, correspondem a uma preciosa collaboração, que será sobremodo grata á memoria do visconde de Porto-Seguro. Si este, em vida, pudesse prever que um destino bom lhe proporcionaria tão idoneo e devotado auxiliar, — por certo que esse motivo bastara a determina-lo á conjunctura, toda fortuita sem dúvida, de legar aos posteros, inteiramente inedito, o optimo producto de sua exclarecida mentalidade e notoria affeição pelo Brasil.

A comparticipação de Silva Paranhos na « Historia da Independencia » trahe uma laboriosidade pouco vulgar, põe de manifesto multiplas rebuscas e offerece as mais curiosas revelações. Além de varios retoques ou corrigendas a claudicações de Porto-Seguro, as observações de Rio Branco exclarecem mais de um episodio, que aquelle deixara ainda

involto em escurezas e amplificam vultos importantes, que estavam apenas esboçados no original.

Ha capitulos em que os commentarios do immortal chanceller brasileiro são mais copiosos que o proprio texto. E, sem mirarmos á especificação de factos, diremos, todavia, que completam e exorbitam em muito a grande estimativa do autographo as annotações de Silva Paranhos, relativas ao papel dos deputados brasileiros nas côrtes portuguezas, ao Apostolado, á guerra da independencia na Bahia, aos acontecimentos coetaneamente desenrolados nas outras provincias septentrionaes, e, mais particularmente ainda, a certas personagens proeminentes em taes successos, como, por exemplo, Labatut e Ratcliffe.

Em summa, ha muito e muito que aprender, mesmo por parte dos que já sabem ou suppõem saber bastante, na obra que óra vai apparecer em lettra de fôrma na « Revista » do nosso Instituto.

Não póde ser mais apropositada a occasião, pois que dentro em breve vai ser condignamente commemorado o primeiro centenario da conquista da nossa soberania, e a « Historia da Independencia », do visconde de Porto Seguro, com os inestimaveis adminiculos do barão do Rio Branco, concorrerá grandemente para o brilho de tal festividade, quer por si mesmo, quer fornecendo licção proveitosa e indispensavel a quem se abalance a novo trabalho sôbre os alicerces sagrados da construcção definitiva de nossa amada Patria.

A commissão ,reiterando os agradecimentos pela honrosa confiança de que foi alvo por parte do sr. conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, a s. ex. e ao venerando gremio felicita pela acquisição valiosissima que vai enriquecer as páginas da « Revista », onde outr'ora refulgiu, com tanto talento e tanta assiduidade, a penna laboriosa e fecunda de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto-Seguro. — Sala das Sessões do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 7 de Septembro de 1916. — Dr. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão*. — *Basilio de Magalhães*, relator. — *Pedro Lessa*. — *Fleiuss*. — Dr. *José Vieira Fazenda* ».

(*Ao terminar a leitura, é o sr. Basilio de Magalhães alvo dos maiores applausos.*)

O Sr. Dr. Ramiz Galvão, logo depois, lê e justifica a seguinte proposta, em nome da Commissão que foi incumbida desse trabalho.

« Propomos que na acta da sessão de hoje se consigne um voto de louvor e de agradecimento ao illustrado consocio sr. Basilio de Magalhães pelo grande zêlo e distincta competencia com que se desempenhou da patriotica tarefa, que lhe foi commettida, de coordenar e rever o precioso manuscripto do emerito visconde de Porto-Seguro, « Historia da Independencia » — que vai ser publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, com as annotações do saudoso e insigne barão do Rio Branco. — Sala das Sessões do Instituto, 7 de Septembro de 1916. (*Palmas.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*), acha que esta proposta está implicitamente approvada, mas propõe se torne extensivo o louvor a toda a commissão, que se compoz tambem dos srs. Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Max Fleiuss, Vieira Fazenda, não exquecendo egualmente os serviços que á mesma prestaram os srs. Pedro Souto Maior e Rodolfo Garcia.

O Instituto applaude ambas as propostas.

Tem em seguida, a palavra o Sr. Dr. Manuel de Oliveira Lima, que lê a seguinte conferencia sobre a creação da Academia de Altos Estudos, por parte e sob os auspicios do Instituto:

Senhores:

Entre as surpresas agradaveis que desta vez me esperavam na patria, á qual volvo após mais de dous annos de ausencia, destaca-se a creação, no seio do Instituto Historico, da Academia de Altos Estudos, ou antes a transformação da douta corporação que vai caminhando para o seu centenario, ninho de erudição historica, como a planearam seus fundadores, num organismo mais complexo, mais vivaz e mais expansivo, consentaneo á cultura moderna no duplo character scientifico e litterario, que deliberadamente assumiu na ampliação da sua missão educadora.

Antes de tudo permitti que eu dê o seu a seu dono, ou

melhor a seus donos. O distincto pedagogo portuguez, sr. José Julio Rodrigues, que aqui se acha á testa de um florescente instituto de ensino secundario, foi quem alimentou o projecto de aggregar ao externato, que pretendia estabelecer, uma Eschola de Altos Estudos constituida por meio de cursos livres ou antes por series de conferencias e prelecções, a exemplo da Universidade socialista de Bruxellas.

Nas universidades americanas o estudante tem a faculdade de escolher dentro de certos limites as cadeiras que deseja cursar, isto é, tem a liberdade de, no departamento de Historia por exemplo, preferir a Historia da America do Sul á Historia das instituições medievaes, ou no departamento de linguas e literaturas preferir o allemão ao francez, ou o russo ao allemão. Cada estudante organiza o seu « curriculum ». Parte-se do principio de que o trabalho voluntariamente escolhido é sempre melhor executado do que o trabalho imposto, e tambem do facto de ser a especialização dentro de uma cultura geral a regra basica da sciencia contemporanea. Não são outros os fundamentos, sôbre que descansa a nosso actual Academia e que garantirão de certo a sua prosperidade.

Por amor da exactidão historica, quando não fosse por dever de consciencia, convém ficar registado que antes da tentativa do sr. José Julio Rodrigues, a quem pertence a prioridade da idéa já crystallizada, tinha o nosso eminente consocio sr. dr. Manuel Cicero pensado em transformar a instituição, que dirige para felicidade dos estudiosos desta terra, numa instituição analoga á Eschola de Altos Estudos, melhor dicto, dotar com tal character activo o grande repositorio de saber passivo a seu cargo. Elle não declarára porventura expressamente o seu intento, mas fizera melhor do que isso, pois que o realizára, levando a effeito na Bibliotheca Nacional as notaveis series de conferencias que estão na memoria de todos nós.

Quando o sr. José Julio Rodrigues reclamou meu concurso para levar por deante seu projecto, prestei-lh'o da melhor vontade, e abri a série de conferencias da rua Carvalho de Sá repetindo em portuguez as que fizera em inglez nas Universidades americanas por occasião da minha anterior

visita aos Estados Unidos, em 1912, sôbre evolução comparada da America Saxonica e da America Latina. O fallecido e saudoso José Verissimo fez um curso excellente de Historia da literatura brasileira, resumo da sua obra inedita sôbre a materia; o illustre sr. dr. Oscar de Sousa fez um curso interessantissimo de Psycho-physiologia; o sr. dr. Rodrigo Octavio tractou com toda sua proficiencia juridica da situação legal dos extrangeiros no Brasil; o sr. dr. Clovis Bevilacqua expoz com sua habitual mestria a interpretação philosophica da Historia do Direito; por fim o sr. dr. Pontes de Miranda discorreu brilhantemente sôbre Sociologia e Moral. Cessou ahi o que podemos chamar a segunda phase desta nossa ahi o que podemos chamar a segunda phase desta nossa Eschola destinada a aprofundar e ao mesmo tempo a vulgarizar conhecimentos, estimulando as vocações estudiosas e offerecendo pasto ás suas reflexões. Houve que suspender o exfôrço por circunstancias alheias á vontade dos que nutriam pela tentativa um desvelado interesse.

O incomparavel primeiro secretario perpetuo desta casa entendeu, e muito bem, que a idéa não devia ficar perdida, e que o Instituto Historico lhe offerecia, além de uma moldura adequada, uma moldura mesmo de primorosa talha florentina, que é a casa em que nos achamos, as melhores condições moraes para o seu desenvolvimento, a saber, tradições que recommendavam qualquer ensaio novo de propaganda intellectual e um admiravel quadro de professores recrutados entre os membros da Companhia.

Os cursos realizados ainda sem programma de conjuncto pelos nossos consocios Alberto Rangel, Basilio de Magalhães, Aurelino Leal, Viveiros de Castro, Pinto da Rocha, Ramalho Ortigão e Araujo Viana — não sei si exqueço algum — attestaram que o exito correspondia plenamente á iniciativa, e indicaram que valia a pena experimentar chegar a alguma cousa definitiva. Dahi a fundação actual, em que o senso práctico dos seus organizadores se revelou no nucleo permanente que deram á Academia sob a fórma de uma Eschola livre de sciencias politicas e administrativas, com a qual sonhava brindar nosso meio pedagogico o nosso intelligentissimo compatriota sr. Carlos Delgado de Carvalho, discipulo de estabelecimento analogo de Pariz e espirito apai-

xonado pelo que os Americanos denominam e tanto tractam de cultivar em suas Universidades — « the original research », a pesquisa original e individual. Eu não fiz mais do que transmittir ao sr. Max Fleiuss o esbôço, que o sr. Delgado de Carvalho já tinha elaborado.

A Academia de Altos Estudos é presentemente e essensialmente um curso de especialização, mas pode até vir a ser um nucleo universitario, si a ella se junctarem Faculdades hoje esparsas e Faculdades projectadas, como essa de Letras e de Philosophia, cuja iniciativa cabe ao sr. Araujo Viana e que é realmente uma instituição que nos falta, que falta á nossa formação espiritual. As Humanidades vão-se eclipsando numa terra, onde ellas já receberam o mais honroso cultivo. Contam-se hoje os latinistas; hellenista não sei que haja outro além do nosso orador perpetuo, e os puristas do vernaculo parece que se debandaram espavoridos deante dos repetidos e crueis attentados contra a Grammatica.

O programma ideado para a referida Faculdade e que se acha publicado, é excellente, é o melhor possivel para restituir ao estudo da lingua, das letras e da Philosophia, isto é, do modo peculiar da expressão, desta expressão intellectual em si e nas suas relações com a expressão universal, a sua anterior dignidade. Na Universidade de Harvard, onde acabo de leccionar durante um semestre academico, fundou-se recentemente e opéra um « comité » só para fiscalizar o uso da lingua ingleza entre os estudantes, quero dizer para corrigir e aperfeiçoar entre elles a expressão literaria, considerando a imperfeição neste particular um motivo de séria desvantagem.

Um *comité* deste genero, que se criasse entre nós, teria infelizmente as mãos cheias: não as teve aliás vazias o *comité* de Harvard, pois que examinou o caso de cada estudante, cuja redacção foi apontada como menos satisfactoria, tractando de descobrir a causa dos seus erros ou difficuldades. Poude assim verificar que a razão se achava por vezes na precipitação do trabalho, outras vezes em negligencia, outras ainda em atrapalhação determinada pela variedade dos assumptos sôbre que dissertar com insufficiente preparo, outras, finalmente, em pura ignorancia reveladora de deficiente edu-

cação secundaria. Convém notar que o inglez, que em Harvard se reputa desejavel practicar, é o inglez castiço, o inglez de Oxford. O Americano é o « slang » que ainda não possue fóros universitarios, como os que está em risco de ter o nosso « brasileiro ».

A natureza da Academia de Altos Estudos é tão flexivel que facilmente se adapta ao citado como a outros fins de ensino. Nada ha de rigido no seu arcabouço, nem de emperrado nas suas molas. Seu fito capital, seu lemma exclusivo, é preparar, mas preparar devéras, o que quer dizer que é uma eschola que não poderia ter vingado no ultimo quatriennio. Na sua modalidade actual ella é uma eschola technica para diplomatas e funccionarios administrativos: ambas as classes bem carecem no Brasil de uma educação mais regular e mais completa do que aquella de que presentemente dispõem para sua competencia.

Conheceis minha opinião sôbre a Diplomacia, melhor dicto, sôbre nossa organização diplomatica, e talvez esse fosse o motivo pelo qual, na distribuição das cadeiras, me attribuistes a que a tem por objectivo. Haveria quiçá de vossa parte uma intenção ironica no quererdes pôr á prova a minha sinceridade, pois que nunca me arreceei de criticar aquella organização quando mesmo fazia parte do quadro diplomatico, num afan tão problematico que a minha inactividade me parece hoje mais operosa do que a minha actividade de então, a qual entretanto costumava ser apontada como extraordinaria.

Precisamos de poucos diplomatas, mas que estes poucos sejam bons, que conheçam os precedentes da nossa vida internacional, a qual, segundo apregoavam em contrario os louvaminheiros de hontem, não data do barão do Rio Branco, por mais reelvantes e fecundos que tenham sido seus serviços á nação, contando-se antes delle outros muitos, como Alexandre de Gusmão, Palmella, Brito, Araujo Ribeiro, Uruguai, Joaquim Caetano da Silva, Cotegipe, Ponte Ribeiro, que tornaram possiveis seus successos. Graças a quatro seculos de penetração quasi contínua e de outros tantos seculos de negociações occasionaes, o successor do barão do Rio Branco, seu successor no Itamarati e na Academia de Letras sinão no

realce historico, o estadista que introduziu no Brasil a politica de engenharia, já achou feita a diplomacia de engenharia, cuja obra ingente consistiu na fixação dos dilatados e complicados limites do paiz.

Curso complementar ou curso unico, a Academia de Altos Estudos offerece sobretudo aos que a frequentam um terreno de acção util. A particularização é realmente uma necessidade da intelligencia contemporanea, que a philosophia do seculo XVIII habituára ás generalizações, e o fito do instituto em boa hora montado pela destemida capacidade constructora do sr. Max Fleiuss, patrocinada pela mentalidade comprehensiva do nosso dignissimo presidente, foi definida com justeza pelo nosso provecto collega sr. dr. Amaro Cavalcanti no seu discurso inaugural, como — « alargar, aperfeiçoar ou ainda melhor adaptar a instrucção recebida nas Faculdades e escholas existentes aos fins diversos da vida commum ou social ».

Não concebo instituição pedagogicamente mais generosa do que a que visa similhante proposito. Dentro della cabem todas as iniciativas, tanto assim que approvastes logo a do nosso consocio sr. Debbané para inclusão de uma cadeira de Commercio exterior e Politica commercial, base dos estudos das relações commerciaes, tão descurados num paiz que vive do trafico mercantil, numa epocha em que se está despovoando o mundo, em que milhões de entes humanos estão sendo sacrificados pelo primado do trafico mercantil. Não direi que nossa literatura economica assim vai receber seu inicio, porque contamos no nosso passado economistas como o bispo Azevedo Coutinho, José da Silva Lisboa e Candido Baptista de Oliveira, mas proseguiremos mediante tal consagração pedagogica numa tradição perfeitamente de accôrdo com a orientação sociologica de momento.

Na minha aula de Harvard, entre os meus 56 alumnos, eu tive estudantes de todos os annos acima do primeiro, mesmo « graduates », e, si quasi todas deram tão boa cópia de si que chegaram a surprehender-me não poucos dos seus exames e sobretudo muitas das suas theses, é porque os attrahia alli um poderoso interesse pessoal. Nestas condições aprende-se forçosamente. Destinavam-se alguns daquelles

moços á Diplomacia e pretendem exerce-la na America Latina, sôbre o qual o orgulho americano folga de sonhar com o pavilhão estrellado desfraldado, segura a haste pelas garras aduncas da aguia possante e não menos cobiçosa de presas que a aguia germanica, a aguia moscovita, a aguia austriaca ou a aguia napoleonica: especializando-se no conhecimento dos paizes de actual ou futuro protectorado, — o professor Hart, um dos mais conceituados de Harvard, já marcou o prazo de cinco annos para o estabelecimento do protectorado sôbre o Mexico — elles intentam facilitar sua tarefa patriotica, porque em cada imperialismo floresce um patriotismo.

Outros dos meus estudantes queriam simplesmente aproveitar-se da opportunidade offerecida pela guerra a uma maior expansão economica dos Estados Unidos no continente ermão, para entrarem em negocios — não fazem mal os dollares aos doutores —, e entendiam ser-lhes util familiarizarem-se com a historia politica e economica destas republicas turbulentas e lucrativas. Alguns ainda pensavam vir exercer o magisterio entre as sociedades latino-americanas, ensina-las a terem senso practico e civismo, que são as falhas que lhes acham, no que lhes assistirá razão porquanto, com excepção do Chile, não se têm nossas nacionalidades engrandecido pela conquista, e o seu nacionalismo tende mesmo fortemente a diluir-se num cosmopolitismo ou pelo menos, num extrangeirismo sentimental, de que os especuladores se servem com habilidade para darem vasão á sua mercadoria de rótulo idealista, embora de natureza commercial.

Os que procuram a Academia de Altos Estudos não a procuram por desfastio ou pela simples ambição de um diploma, que os ha mais á mão. Esta será a superioridade della. Procuram-na porque querem aprender o mais possivel de uma determinada materia, porque querem realmente saber. Isto sôa quasi como uma novidade, onde floresciam os diplomas universitarios a 60$, com dispensa de exames. Entretanto, si alguma cousa somos, si de alguma cousa valemos no conceito alheio, é porque nos dedicamos pelo menos ao ramo do Direito. Já no começo do seculo XVII nos taxavam de chicanistas os « Dialogos das Grandezas »: da chicana proveio a Jurisprudencia, como do empirismo se desenvolve a sciencia.

Pelo Direito pudemos firmar nossa Independencia e por elle temos podido affirmar nossa valia internacional. Pelo Direito repellimos humilhações extrangeiras como as que nos acarretou o trafico negreiro; pelo Direito reivindicámos territorios nossos, recusando altivamente a arbitragem como no caso da Trindade, habilmente a acceitando como nos casos das Missões e do Amapá; pelo Direito finalmente Ruy Barbosa fez sentir na Haya que as nações são verdadeiramente eguaes em soberania, quando esta soberania repousa sôbre a sua consciencia juridica.

Agora mesmo, nesta confusão moral, neste delirio de illegalidade em que anda o mundo por excellencia civilizado, o Direito salvou-nos de commettermos um attentado dos mais graves. Quizeram agitadores destemperados forçar-nos a practicar uma expoliação, apoderando-nos, em estado de paz, de navios de commercio refugiados nos nossos portos, assim trahindo as proprias leis da hospitalidade, como os piratas que saqueavam as náus arribadas ás suas costas...

Foi um espectaculo consolador o que nos deram dezenas de juristas protestando sem paixão, apenas á luz do Direito das gentes, contra esse crime. Si os governos mais cultos estão diariamente immolando o codigo, que era a suprema aspiração humana vêr triumphar nas relações entre os povos, não é razão para que nós façamos outro tanto, sem o pretexto siquer da lucta desapiedada. A honra da America, sobretudo da America Latina, será nesta emergencia o ter evitado a guerra, practicando a neutralidade e respeitado o Direito. (*Palmas.*)

Ao encerrar a sessão, o Sr. Presidente agradece a presença do selecto auditorio, salientando o comparecimento do sr. professor Lepradelle.

Levanta-se a sessão ás 22 ½ horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 28 DE SEPTEMBRO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios: conde de Affonso Celso, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, drs. Edgard Roquette Pinto, Homero Baptista, Clovis Bevilaqua, Manuel de Oliveira Lima, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, almirante Arthur Indio do Brasil, conselheiro Salvador Pires de Carvalho Albuquerque, drs. José Americo dos Santos, João Coelho Gomes Ribeiro, Pedro Souto Maior, Alfredo Valladão, Afranio de Mello Franco, Sebastião de Vasconcellos Galvão, major dr. Liberato Bittencourt, dr. Eurico de Góes, professor Basilio de Magalhães, marechal José Bernardino Bormann, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida e dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*2º secretario*) lê a acta da sessão antecedente, a qual é approvada sem debate.

O Sr. Fleiuss (*1º secretario perpetuo*) lê o seguinte telegramma:

« Secretario Perpetuo — Max Fleiuss — Instituto Historico e Geographico Brasileiro — Telegramma de Petropolis n. 1.322 — Data 28 — Hora 15,35 — Não me permittindo estado saude saïr noite, peço justifique meu não comparecimento sessão. Abraçando muito affectuosamente novo consocio, cujas relações amizade cultivo carinhosamente. Cordiaes saudações. — Ministro *Viveiros de Castro*.»

O mesmo Sr. Secretario Perpetuo lê depois os seguintes pareceres, que são apoiados e ficam para ser votados na proxima sessão.

— « A Commissão de Admissão de Socios, no desempenho do que lhe impõe o § 2º do art. 46 dos Estatutos — acha que a proposta que apresentou o socio correspondente sr. dr. Theodoro Sampaio para a elevação a socio honorario, consulta de perto as exigencias dos mesmos Estatutos, porquanto o illustre proposto, de conformidade com a letra *B* do art. 10, pertence ha quartoze annos a esta associação, tendo á mesma prestado

serviços relevantes, como é entre outros a sua assidua e importantissima collaboração na *Revista do Instituto*.

Rio, 20 de Septembro de 1916.— *Manuel Cicero*, relator. — *Miguel J. R. de Carvalho*.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires*.— *B. F. Ramiz Galvão*.»

— « A Commissão de Admissão de Socios, cumprindo o que determina o § 1º do art. 46 dos Estatutos, reconhece, com sincero prazer e perfeita justiça, as condições de idoneidade e a conveniencia da admissão do provecto sr. dr. João Martins de Carvalho Mourão como socio effectivo do Instituto.

Rio, 20 de Septembro de 1916.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires*, relator.— *Manuel Cicero*.— *Miguel J. R. de Carvalho*.— *B. F. Ramiz Galvão*.»

Lê depois a seguinte proposta:

« Propomos para socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. Agenor de Roure, que, além do trabalho offerecido ao Congresso de Historia Nacional e publicado na parte III do tomo especial da *Revista do Instituto*, consagrado áquelle Congresso, pags. 781 e seguintes, sôbre a « Formação constitucional do Brasil », relatou a these official « Formação do Direito orçamentario brasileiro », a publicar-se na 4ª parte do mesmo tomo.

A sua inclusão, pois, em nosso cadastro social, além de obedecer ao disposto na resolução tomada pelo Instituto em sessão de 28 de Septembro de 1914, a respeito dos relatores officiaes do alludido Congresso de Historia, é ainda um acto de justiça ao operoso escriptor, que tanto se ha distinguido por seus trabalhos sôbre Historia economica do Brasil.

Sala das Sessões, 28 de Septembro de 1916.— *Fleiuss*. — *Pedro Souto Maior*.— *Norival Soares de Freitas*.— *Sebastião de Vasconcellos Galvão*.»

Vai á Commissão de Historia, relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

O Sr. 1º Secretario Perpetuo communica, em seguida, achar-se presente o socio correspondente eleito, o sr. dr. Annibal Velloso Rebello, que vem tomar posse de sua cadeira.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) nomêa a seguinte commissão para introduzi-lo no recincto: srs. Fleiuss,

dr. Roquette Pinto, marechal Bormann, drs. Souto Maior, Miguel de Carvalho, Gomes Ribeiro e Basilio de Magalhães.

(*Dá entrada no recincto, presta o compromisso regimental e toma posse o sr. dr. Annibal Velloso Rebello.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) dá a palavra ao Sr. Dr. Annibal Velloso Rebello, que pronuncia o seguinte discurso:

— « Sr. Presidente.

Meus senhores.

Não é sem muito constrangimento, justificado pela fraqueza dos meus meritos para tão elevada honra como é a de ser ouvido neste recincto, que aqui me acho para cumprir a obrigação em que perante os nossos Estatutos me collocastes com a minha eleição.

Só na vossa bondade encontro a explicação de similhante acolhimento e só no vosso profundo saber encontro a razão da vossa bondade, porque — disse Victor Hugo — quanto mais o homem se entrega ao culto da Historia, melhor se torna, egualando o coração e o espirito nos pratos de uma balança, da qual este, pendendo pelo estudo, faz elevar aquelle na direcção do céo.

Minha convivencia foi sempre com fieis e constantes amigos da Historia, que é especialidade cultivada por eruditos, e sempre lhes notei essa mesma bondade, que irresistivelmente me attrahiu para juncto delles — Joaquim Nabuco ou Oliveira Lima, Emile Stocquart ou Brito Aranha — em qualquer terra que nos tivessemos encontrado ou a qualquer nacionalidade que pertencessem.

Desses homens tão illustres, tres dormem o somno da morte, ermanados na mesma gloria, diplomatas, philosophos, oradores, jurisconsultos, publicistas, que foram, mas todos elles grandes historiadores.

Não vos fallo de Oliveira Lima, um dos maiores possuidores do nosso credito externo no mundo das lettras e das sciencias, porque seria falar-vos de uma das melhores manifestações da alma desta instituição.

E si vos fallo de Stocquart, cujo nome não figura no vosso Livro de Ouro, é porque elle bem teria merecido essa honra como um dos mais respeitados historiadores de instituições juridicas.

No frontespicio de um dos seus memoraveis trabalhos lê-se esta inscripção — que á Historia se deve a formação do Direito — pois que com a experiencia do passado nos garante as licções legislativas para o futuro.

E' que o Direito, no seu valor cosmico, como as sociedades que o geram e onde elle se desenvolve e modifica, está sujeito, através do tempo e do espaço, á doutrina da evolução.

Esta, na theoria de Ihering, nasce de uma lucta constante, utilitaria e violenta.

As escholas historica e evolucionista, baseadas no methodo objectivo, nos ensinam que o Direito, sendo um phenomeno social e um producto da evolução, reflecte as condições da civilização e o desenvolvimento dos povos, attendendo-lhes ás necessidades correlativas.

Savigny e Spencer completam-se, symbolizando o renascimento da sciencia juridica; destroe-se a concepção idealista, que desta anteriormente se fazia.

O sabio professor da Universidade de Bruxellas, Edmond Picard, ao mesmo tempo que affirma a existencia de um Direito Puro, constata esta verdade bem conhecida de todos vós — que a Historia está cheia de apparições successivas do Direito, podendo ser dividida em periodos juridicos, que correspondam ás grandes transformações da civilização.

E' assim que, invadido pelos Barbaros, no seculo V, o Imperio do Occidente succumbe para que o Direito Germano, nas Gallias, tome o logar do Direito Romano, como este já o fizera, apoiado na conquista de Julio Cesar, com relação ao Direito Celtico.

Mas, através dessa « ressurreição integral da vida passada », como na definição que Michelet deu á Historia, não são só as cousas materiaes que ficam e que nos apparecem dignas da veneração de todas as epochas, é o proprio Corpo do Direito de Justiniano, é o Direito Romano — essa maravilha, na phase de Rénan — que revive, e que no decorrer dos seculos vem illuminar as nações civilizadas na construcção dos seus codigos, para depois, na immobilidade da sua linguagem augusta, erigir-se em monumento commemorativo da immortalidade do grande imperador e dos jurisconsultos do III seculo.

Não que as imperfeições não sejam a condição do trabalho humano, mais inevitavel ainda quando representativo

de escholas diversas professadas em epochas afastadas umas das outras.

Mas, que tentativa de systematização foi maior do que essa, que sobrepujou todas as tentativas anteriores, fazendo desapparecer os codigos até então existentes?

Na vida historica do Direito é ella a sua mais brilhante tradição.

Herculano nos pinta, entretanto, as tradições da Jurisprudencia romana triumphantes nas instituições poilticas e civis das nações modernas, mas renascendo para uma vida em parte real e, na verdade, em parte ficticia.

Não poderia ser tambem por outra fórma, desde que são as necessidades economicas os mais decisivos factores das mudanças juridicas e, em ultima analyse, da estabilidade das instituições sociaes.

No fundo, menos absoluta, porém, é a theoria de De Greef, e antes delle a de Comte e a de Stuart Mill.

Si precisarmos demonstrar a perfeita analogia ou a dissimilhança entre o primitivo Direito e o Direito dos povos nas differentes epochas da sua existencia, si affirmarmos que tal direito se baseava na propriedade individual e tal outro na propriedade familiar ou, como resume o saudoso Martins Junior, o Direito Romano na congregação da fôrça e do poder do Estado e o Direito Germano no simples reconhecimento das faculdades e prerogativas do individuo, é ao methodo historico que teremos de recorrer.

A Historia do Direito nos diz que este é um reflexo da vida politica dos povos.

E' tal a connexão entre o Direito e a Historia, que foi esse um dos pontos importantes sôbre que versou o inquerito feito em 1900 pela « Société d'Histoire Moderne », de Pariz, quando se apurou a urgencia do estabelecimento de uma approximação intima entre as Faculdades de Direito e as de Lettras, nas quaes são professadas as disciplinas historicas, não podendo a genese do Direito e as suas transformações deixar de ser interpretadas sinão dentro do conjuncto social, que só a Historia é capaz de dar.

A Historia Economica, por seu lado, nos diz que são os phenomenos sujeitos ao seu estudo que nos indicam a razão das transformações juridicas.

O historiador irá então investigar as mudanças que na vida dos povos se produzem, á luz dos problemas relacionados com o estado economico de uma sociedade, resolvidos pelos seus estadistas ou arrastados pela corrente revolucionaria, dominados pelas fôrças que constituem a complexidade da civilização no interesse da cohesão social.

Depurados os factos, tem-se a documentação material indispensavel para a construcção historica.

Mediante a crítica chega-se ás conclusões.

Formulam-se depois as leis, que os adversarios do methodo naturalista contestam.

Para além da Historia abre os seus dominios a Philosophia, sendo que aquella na sua phase primitiva não passou de simples narrativa.

Imaginou-se assim, pelo conjuncto synthetico de todos os elementos da civilização, que não era bastante relatar factos sem estudar as idéas que elles encerram.

A Philosophia da Historia, repousando na analyse completada pela synthese, levou Fustel de Coulanges a affirmar que « a uma vida inteira de analyse corresponde apenas uma hora de synthese ».

Si foi o determinismo que, applicado á Historia desde o seculo XVIII, gerou a Philosophia da Historia, o espirito positivo, que characterizou o seculo passado, muito concorreu para lhe dar solidez.

Foi com as sciencias biologicas que o interesse philosophico veio dominar a investigação no estudo do exemplar humano em apoio de uma sciencia mais alta, que se chamaria a Sociologia.

Ao apresentar-se na Academia Franceza, fazendo o elogio de Chermuliez, Émile Faguet affirmou que a Philosophia da Historia é « uma consolação philosophica que dá um character scientifico ao phanatismo da esperança », definição que abala o scepticismo dos que negam a generalização, objecto de profundos estudos não só do seculo XVIII como da primeira metade do seculo passado.

Veio depois a analyse, horror de todos os romanticos.

Pinheiro Chagas, que em Portugal foi o maior delles, insurgindo-se contra a fatalidade dos meios, pinta o Taine a dissecar impassivel na mesa anatomica das suas « Origens da

França Contemporanea » os cadaveres da velha Monarchia, da Republica e do Imperio, pensamento inspirado na declaração do mestre da Philosophia experimental de que « se collocára perante a Revolução Franceza como um naturalista em frente da metamorphose de um insecto ».

Pelo interesse philosophico transpõem-se todas as barreiras para que a analyse da collectividade volte a ser a analyse do individuo.

E' elle que justifica o character scientifico dado á Historia e ao qual não se oppuzeram muitos dos seus classificadores desde Bacon e Ampère, até Wundt, dissentindo apenas quanto ao grupo a que deva pertencer.

A classificação spencereana, sem confundir a Historia com a Sociologia, dá-lhe logar de maior destaque entre os ramos componentes desta sciencia.

Tem-se discutido a approximação das sciencias historicas e naturaes, pretendendo-se applicar áquellas o methodo adoptado para estas.

Si nesse sentido nos entregarmos a um estudo systematico ou antes positivo, encontraremos dados de ordem physica, biologica e sociologica em apoio da valorização scientifica da Historia, concepção que não escapa aos ataques dos que lhe negam os fóros de sciencia, questão de metaphysica ou de materialismo, que ainda não poude ser completamente resolvida.

Muitos têm mesmo, por desanimo, recuado dessa direcção que procuraram seguir com enthusiasmo.

Oliveira Martins, depois de ter affirmado no « O Hellenismo e a Civilização Christã » que, « havendo leis historicas, a Historia era por isso mesmo uma sciencia tão verdadeira quanto qualquer outra », chegou á seguinte conclusão na sua « Theoria da Historia Universal », que precede as « Tabuas de Chronologia e Geographia Historica » que se achando a Historia reduzida a um canto do mundo num periodo restricto da sua existencia », não póde ser considerada como sciencia.

Refere-se o auctor, não só ao facto de não ter a sociedade historia nos periodos mais longos da sua existencia, como á nossa ignorancia da historia de um sem número de sociedades humanas.

Enquanto espiritos ávidos da verdade se debatem assim

á mercê das correntes tradicionalista e progressista, as epochas vão marcando intermittentemente na vida dos povos periodos de preoccupação anti-historica, originados do sectarismo e arrastando para a fogueira das paixões jacobinas a grande massa dos ignorantes.

Almas ambiciosas são, então, symbolicamente elevadas a verdadeiros apostolos do Liberalismo. Crimes e actos heroicos, confundidos na mesma classificação, são inscriptos em arcos triumphaes para exemplo e como medidas de salvação pública; mas, porque os sectarios odeiam a tradição, são levados sem rumo na corrente das aguas irresistiveis...

Si ha naufragio, a Historia recolhe silenciosamente os cadaveres; as suas almas, porém, que condensam muitas vezes as almas dos povos, ou mesmo as almas dos seculos, continuam fluctuando sôbre outras epochas, não raro illuminando as nações na conquista da sua liberdade e independencia.

E' o caso da influencia da Revolução Franceza na emancipação da consciencia universal.

Os sectarios não podem destruir a Historia. Esta assenta exactamente, como já muito bem o disse o distincto escriptor portuguez Alberto Pimentel, sôbre as ruinas da Humanidade, que são os cadaveres que ficam nos campos das batalhas.

Desse predominio do passado sôbre o presente fica o que deve ficar, e a Historia nacional regista então, ao lado de uma vasta litteratura de impressões erroneas, os dados, em que a Politica virá basear-se para imprimir a uma nacionalidade a sua feição propria.

Joaquim Nabuco, a cuja convivencia de cinco annos alludiria aqui, si não fosse um arrôjo, denominando a « influencia de Nabuco », como disse aquelle grande espirito « a influencia de Rénan », para characterizar um dado momento da sua vida litteraria, entrou nesta casa com a preoccupação de que um trecho de mais de meio seculo da nossa Historia pudesse vir a cair no exquecimento temporario, resolvendo-se pela sua mutilação definitiva.

E desse scepticismo, que era muito delle, como já foi dicto numa consagração mundial do seu nome, nasceu o maior trabalho que possuimos sôbre um dos mais bellos trechos da nossa Historia politica, qual o segundo reinado.

Si as lettras ganharam com elle um thesouro, que só por

si bastaria para dar celeridade ao seu auctor, páginas inspiradas em verdadeiro patriotismo registam ensinamentos de politica interna, onde os incidentes da vida parlamentar, conjugados com a iniciativa energica dos estadistas, nos deram leis e reformas exprimindo um grau elevado de civilização não desmentido nas nossas relações externas. Estas poderão mesmo fornecer o melhor material para a construcção historica desses tempos.

Todo o nosso trabalho diplomatico, de bases seculares, aproveitado e mesmo aperfeiçoado, reflectiu-se na nossa vida republicana, valendo-nos triumphos ainda maiores.

Tem assim a Historia diplomatica concorrido grandemente para a nossa formação nacional.

E' preciso não exquecer que o Direito internacional é o que mais vultuoso papel desempenha nos acontecimentos historicos.

O nome de Rio Branco estará sempre ligado á nossa formação nacional.

Athleta da intelligencia, a elle applica-se com justeza a regra aconselhada por Figanière, mestre de Diplomacia que prefiro a Machiavel, que os genios deveriam merecer sempre a estima dos seus conterraneos ao ponto de acharem franco accesso aos cargos, cujo desempenho, pela sua capacidade excepcional, fizessem redundar em proveito e gloria da Patria.

Rio Branco foi um diplomata de grande eschola e um defensor da Moral do Estado, sabendo tirar todo o partido das nossas tradições, e por isso na sua vida diplomatica os successos contam-se por todas as luctas em que se empenhou para firmar a nossa hegemonia.

Foi um estadista, de quem se póde com firmeza reproduzir este traço de um dos seus biographos: «tinha a previsão dos acontecimentos, media o alcance das consequencias e decidia sempre em beneficio da Patria».

Estou certo de que foi o seu entranhado amor aos estudos historicos que lhe serviu para aperfeiçoar a educação patriotica.

Foi um diplomata que teve o culto da Diplomatica.

A sciencia que o benedictino Mabillon fundou no seculo XVII devia-lhe ter sido das mais familiares.

A' Historia presta a Diplomatica relevantes serviços, só

comparaveis aos que a esta prestam outras sciencias, como a Chronologia, a Geographia, a Archeologia e a Paleographia.

O conhecimento exacto da Diplomatica, affirmou o marquez de Sousa--Holstein, marcouvictorias remotas já ao tempo de d. Diniz e de Sancho I.

Nas questões em que Rio Branco foi advogado, a solidez da sua argumentação repousa na maior authenticidade dos documentos de que se serviu.

Os archivos e os depositos das riquezas nelles deixadas pelos nossos antepassados occuparam a maior attenção da sua vida estudiosa.

Saber ler lettras antigas e distinguir codices, dispôr da complexidade de conhecimentos para poder adivinhar o que deveria ter existido em determinadas epochas, por mais apagados que fossem os vestigios, é, em casos taes, preparo indispensavel para vencer.

« Morto, parece maior do que vivo! » dizia Henrique III, compassando com os olhos o corpo do duque de Guise.

Foi com este pensamento que se mediu a sombra deixada no nosso mundo politico pela figura do mais opulento dos nossos oradores parlamentares de então, o 2º José Bonifacio, e foi ainda com este mesmo pensamento, de vasta e profunda eloquencia, que se gravou na memoria nacional o nome de Rio Branco.

A data que hoje se commemora e que marca na Historia patria uma página de reacção do espirito de humanidade contra o egoïsmo, sendo obra de seu glorioso pae, pertence-lhe tambem, por ter sido elle um dos melhores advogados dessa affirmação do Direito contra o arbitrio e de respeito pela personalidade, inspirado na civilização christã.

Deve-se avaliar o que temos de grande no presente pelo que herdamos historicamente, dos tempos coloniaes, á independencia, sem exquecer a preeminencia que nos deu a lei de 16 de Dezembro de 1815, passando por essa phase dos dous reinados, os quaes foram a expressão genuina das qualidades moraes da nossa raça.

Toda a nossa Ethica nacional poderá ser encerrada neste quadro.

O grau de aperfeiçoamento que attingimos resume o exfôrço de muitas epochas, com resultantes uniformes.

Não se encontra marca de periodo algum de obscurantismo.

As tentativas que precederam a nossa independencia justificam similhante affirmação.

Com as circunstancias que prevaleceram em 1822 tivemos o Imperio, que era a tradição, e, com a propaganda permanente das instituições populares, tivemos a Republica, que já havia tomado o govêrno de grande parte do mundo.

Mas tivemos, acima das fórmas de govêrno, o amor pela liberdade e o direito que conquistámos para exercel-a.

Dahi nos vem a certeza de uma « alma nacional » que, como muito bem observa Gustave Le Bon, não se crêa em um só dia.

Somos um povo livre, porque soubemos comprehender a liberdade humana.

Si esta não foi entendida da mesma fórma por todos os povos e si não tomou conta de toda a superficie da terra, é porque pensar, como dizia certo phiolsopho, equivale muitas vezes a provocar odios e tempestades de todo o genero.

E' ao influxo da idéa de liberdade que o genero humano vai adquirindo a consciencia dos seus direitos, muito embora, primitivamente, na lucta entre o direito individual e a sociedade, vencesse apenas esta.

Fomos sempre, e felizmente, uma nação vivendo do pensamento e sabendo exprimi-lo com calma, o que é um signal positivo de fôrça.

Ainda não está muito afastada a data de 13 de Maio de 1908, em que, por iniciativa vossa, foi solennizado o primeiro centenario do estabelecimento definitivo da nossa imprensa, que é a manifestação mais práctica da liberdade de pensamento.

Temos hoje a riqueza material das nossas cidades, porque tivemos a cultura indispensavel para comprehende-la.

E para essa cultura, para todo esse progresso moral e material, muito concorreram os 58 annos de reinado do primeiro presidente de honra desta Casa, que já tem fóros ancestraes, porque nasceu quasi com a nossa independencia, o sr. d. Pedro II, um amigo sincero das lettras classicas e das sciencias.

Atrevo-me a fallar assim de tão majestosa figura, que foi

tambem um dos grandes vultos liberaes do Brasil, porque a Historia não deve ser falseada e a documentação do que affirmo encontra-se tanto nos archivos desta Casa quanto nas vossas consciencias.

O grande Herculano, que foi um dos primeiros extrangeiros illustres inscriptos no vosso cadastro social, não se enganou quando escreveu que este chefe de Estado dedicava ao culto das lettras todo o tempo que podia salvar das occupações materiaes do seu alto cargo.

Estou certo de que, quando a mudança do scenario constitucional o afastou daqui, nellas encontrou elle o seu melhor consôlo.

Conservou as suas crenças, sem mudar os seus habitos, porque a vida do pensamento e do estudo tem esse lado reparador — torna o homem forte para os embates da vida.

Partiu para o exilio como um victorioso, porque grande parte da sua vida foi consagrada á instrucção pública, luctando assim contra a ignorancia e vencendo-a, o que, no dizer de Napoleão I, é a unica victoria que não deixa remorsos.

Só assim se explica que, no inicio da nossa éra republicana, o seu cadaver tivesse atravessado terras monarchicas amigas por entre a curiosidade respeitosa das multidões e a saudade dos sabios e lettrados, que o conheceram de perto.

Entre elles estaria, por certo, Herculano, si vivo fosse.

A amizade que o monarcha lhe dedicou foi tão forte que chegou a intervir na sua vida particular para arranca-lo á terra, onde, refugiado das leis historicas, parecia presentir aquella sentença terrivel que mais tarde Latino Coelho viria applicar ao exilio glorioso de José Bonifacio, « que a popularidade, sendo o dourado sonho dos republicanos, é tambem o triste desengano dos philosophos ».

E' tempo de dizer-vos que não me déstes a incumbencia de vir aqui para revolver as cinzas de tantos mortos illustres, mas, passando pelas regiões da nossa Historia politica, mesmo rapidamente, não poderia calar os nomes que citei.

Perdoae-me o ter citado outros no comêço deste discurso.

Olhando para este recincto onde por excepção me concedestes um logar, pensando nas palavras eloquentes que nelle foram pronunciadas por todos vós e pelas mais nobres figuras do passado e lembrando-me do espirito que animou

os fundadores deste Instituto, de cujos alicerces foi dos maiores obreiros o conego Januario, orgulho das nossas lettras e da minha familia, só ás minhas amizades litterarias posso attribuir a minha entrada no vosso gremio.

Brito Aranha foi o último desses amigos com quem convivi quando o acaso, na phrase de Voltaire « senhor do mundo », me levou para Lisboa, afim de cumprir deveres profissionaes.

Fallo do acaso, porque não solicitei da nossa chancellaria esse posto diplomatico, de onde trago saudosas recordações, avultando entre ellas todas a mais grata, que foi a amizade com que o continuador da immortal obra de Innocencio me honrou durante os tres ultimos annos da sua existencia, já octogenaria, mas sempre estudiosa.

Espirito fecundo e simples, não cessava de recordar a amizade que lhe dedicaram dous grandes homens do seculo passado — d. Pedro II e Victor Hugo —, e talvez por isso mesmo, o pensamento de ambos acompanhou-me nestas palavras, que deveriam ter sido só de agradecimento.

Foi tambem por esse tempo que Brito Aranha escreveu sôbre este Instituto para o Boletim da 2ª classe da Academia das Sciencias de Lisboa.

Aqui — affirmou elle — exige-se que ás prendas intellectuaes dos candidatos se alliem as qualidades moraes.

Procurarei supprir a minha insufficiencia em relação ás primeiras destas prendas que exigis, com o aperfeiçoamento constante das segundas.

E' que a vossa missão é duplamente respeitavel.

Na vossa vida tão rica de triumphos e sempre registadora da individualidade da nossa raça, aquelles contam-se já pelo que progredimos em educação civica.

Coroastes os vossos exforços, ainda ha pouco, com a realização do Primeiro Congresso de Historia Nacional e com a creação da Eschola de Altos Estudos.

Senhores.

Conhecendo a vida de instituições, como esta, em que o lado decorativo é a excepção e o trabalho a regra, sinto que não me assiste o direito de por mais tempo fatigar a vossa attenção, reclamada por assumptos historicos, que são a mais alta expressão do respeito que todos, por dever patriotico, tributamos ao nosso passado.

Si as minhas palavras foram breves, é porque confio na vossa generosidade para completa-las, afim de que se salvem as idéas e sentimentos que procurei exprimir, dos quaes o maior é o da minha mais profunda gratidão para convosco ». (*Palmas.*)

Logo depois o Sr. Presidente dá a palavra ao orador do Instituto, Sr. Dr. Ramiz Galvão, que profere o seguinte discurso:

— « Exmo. Sr. Presidente e illustrados consocios.

Sr. dr. Annibal Velloso Rebello.

Quando em dias de minha infancia, que já vão muito longe, passados na gloriosa e extremecida terra gaúcha, convivi com parentes vossos, a quem me prende indelevel gratidão, mal podia pensar que mais tarde teria o feliz ensejo de vos saudar neste recincto, operoso e distincto diplomata patricio.

Já destas poucas palavras podeis concluir, prezado collega, quão duplamente agradavel é a missão, de que neste momento me desempenho: rendo um tributo de estima pessoal ao descendente de velhos, de grandes amigos, e no exercicio da minha honrosa funcção tenho a fortuna de receber em nome do Instituto Historico o digno Brasileiro, que se revela cultor das boas lettras e apaixonado levita deste culto, que é a nossa preoccupação indefessa e patriotica, — deste culto em que nos congregamos cordialmente, sob uma mesma bandeira, filhos de todos os Estados brasileiros, soldados de todas as crenças politicas, representantes de todas as classes sociaes, porque ha um laço indissoluvel, soberano e maravilhoso que nos liga: o intenso amor ao carissimo Brasil.

Cultivando a sua Historia com solicitude e carinho, temos a justa pretenção de servi-lo, e penso não errar assegurando que o servimos tão efficazmente como quaesquer outros devotados patriotas, que trabalham pelo engrandecimento e gloria da formosa terra de Sancta Cruz.

Dispenso-me, illustre collega, de acompanhar-vos na demonstração que lucidamente esboçastes da connexão entre o Direito e a Historia. Aquelle, bem o dissestes, « é um reflexo da vida politica dos povos ».

Desde o apparecimento da famosa *Scienza nuova* de Vico, o illustre Napolitano, cuja mão de mestre abriu as portas adamantinas da Philosophia da Historia nos primeiros annos

do seculo XVIII, — desde esse livro notavel, a que só a Posteridade deu justo valor, ficou bem demonstrada a influencia que sôbre a vida dos povos exercem as leis, as instituições politicas, o govêrno, o Direito em uma palavra.

Este é o legitimo constructor das sociedades humanas, e a Historia, que define, analysa e commenta as origens, a evolução, os accidentes primordiaes da vida das nações, sem falhar á sua alta e excelsa missão, não deve e não póde prescindir do seu valioso concurso. A' sombra do Direito se illustram os povos. A' luz do Direito a Historia se escreve.

Em um dos bellos periodos de vossa conceituosa oração inaugural acabais de pedir perdão por haverdes como que revolvido as cinzas sagradas de varios mortos illustres, alludindo a d. Pedro II, a Joaquim Nabuco, ao barão do Rio Branco, a Januario da Cunha Barbosa e outros, que vos mereceram palavras de admiração e de respeito.

Permitti que vos diga: não ha perdão a conceder, ha palmas a distribuir-vos com verdadeira effusão d'alma, porque não fizestes sinão justiça a nomes queridos da Patria e das Lettras, nomes gloriosos que pertencem ao patrimonio do Instituto, e que vivem indelevelmente gravados nos nossos corações como na Historia da nossa amada terra.

Pedro II, além de haver sido o primeiro patriota brasileiro, a quem a posteridade vai fazendo felizmente a merecida justiça, presidiu por espaço de meio seculo com exemplarissimo devotamento ás lucubrações desta casa sagrada de estudo. Joaquim Nabuco, o eximio parlamentar e exclarecido historiador, foi um pregoeiro da Liberdade e um defensor illustre do Direito; Rio Branco, nosso preclaro presidente — esse escreveu com lettras d'ouro as mais bellas páginas da nossa Historia diplomatica e tem o seu nome aureolado por toda a America, sinão, por todo o mundo; Januario, orgulho da vossa familia, com acêrto o qualificastes tambem de gloria das lettras brasileiras, porque deputado, jornalista, prégador e poeta dos mais estimados, patriota ardente, foi um dos emeritos e infatigaveis constructores deste Pantheão, em que ha 78 annos se apuram as glorias da patria.

A recordação desses nomes illustres só nos póde portanto encher de desvanecimento, e, o que é mais, de salutar incentivo para que, como elles, inflammados de sancto ardor, ante-

ponhamos todos, e sempre, ás seducções do interesse o dever supremo de cooperar na medida de nossas fôrças para a grandeza e maior lustre do nome brasileiro.

Nesta cohorte vos alistaes hoje, prezado consocio, e aqui todos vos recebemos com a sympathia propria de velhos ermãos de armas.

E' licito esperar de vosso patriotismo que, onde quer que vos levem as contingencias da carreira e do serviço público, nunca vos exqueçais de enriquecer a nossa Historia com subsidios valiosos. Haverá sempre que respigar em archivos extrangeiros notas ou documentos, que possam aproveitar á nossa missão e aos nossos estudos. Temos por certo que o fareis; garante-nos isso o vosso passado laborioso, o vosso amor ao berço natal.

Tendes um grande modêlo no vulto venerando de Varnhagen, o nosso benemerito Varnhagen, ante cujos olhos não se apagou jámais a imagem do Brasil e em cujo peito palpitou sempre, até o derradeiro instante, um coração apaixonado pelas cousas da Patria.

Tendes outro modêlo no immortal Rio Branco, que passou largos annos fóra da terra brasileira no desempenho de commissões várias e que não deixou um só momento de pensar e cuidar, do modo mais proficuo, na construcção deste monumento, que é a nossa faina de todos os dias.

Conheceis a sua grande obra. Ella foi preparada por um trabalho perseverante, longe destes céos de saphira, que protegem a mais sumptuosa terra do mundo, longe destes bosques esmeraldinos, ricos de essencias e de perfumes, longe deste sólo bendicto em que o ouro se cruza com o ferro e a turmalina com o topazio, longe destes ribeiros magicos em que dorme o diamante engastado na ganga preciosa. Mas todos esses thesouros, toda essa grandeza natural da terra amada, toda essa maravilha, a que o homem precisa e deve corresponder com devotamento e com sacrificio, — tudo isso, vivo na sua memoria, era para elle o estímulo poderoso do genio, era a fonte sagrada da inspiração, era a razão de ser de um trabalho benedictino, heroico e inegualavel, que se traduzia depois em obras de supremo valor para o brilho e engrandecimento da Patria.

Assim fazia esse Brasileiro, dos maiores que os nossos

annaes registam. Venerando, como venerais o seu nome, segui-lhe o exemplo luminoso, e sereis tambem abençoado por vossos patricios, pelos vossos ermãos do Instituto.» (*Grandes applausos.*)

Em seguida o sr. presidente dá a palavra ao sr. dr. Clovis Bevilaqua, que pronuncia o seguinte discurso:

A LEI DE 28 DE SEPTEMBRO DE 1871 E O VISCONDE DO RIO BRANCO

I

Ao assumir a direcção de si mesmo, encontrara o Brasil implantada, no seu organismo social, a escravidão da raça negra, que viera ajudar os europeus e os seus descendentes a desbravar a terra, transformando a energia muscular em productos da lavoura, em riqueza agricola.

A esse tempo, as consciencias superiores já se revoltavam contra a injustiça, com que eram tractados os trabalhadores negros. José Bonifacio, que teve a excelsa fortuna de synthetizar, num momento historico decisivo, as melhores aspirações do paiz, em cuja alma de peregrina formosura moral se reflectiram os impulsos do povo brasileiro, para a liberdade e para o engrandecimento, tanto os que abrolhavam á superficie da vida, em fortes agitações populares, como os que ainda se mantinham indecisos, nas camadas mais profundas da consciencia nacional, percebêra que a obra da independencia não estaria completa, nem a organização politica do Brasil poderia desenvolver-se, desempeçadamente, sem a fusão definitiva dos elementos ethnicos componentes da nação, que elle ajudara a constituir-se, sem a emancipação dos negros, que no gyneceu, na intimidade familiar, ou no eito das fazendas, formavam uma casta inferior, explorada pelos brancos e pelos que se equiparavam aos brancos, e sem a incorporação social dos indios, que o egoismo e a perversidade expulsaram para as florestas do interior.

A idéa, porêm, que primeiro se fixou na mente dos politicos, foi a da abolição do trafico dos Africanos, que o

tractado de 23 de Novembro de 1826, entre o Brasil e a Grã-Bretanha, consagrou em termos precisos.

« Acabados tres annos, depois da troca das ratificações do presente tractado, não será licito, aos subditos do Imperio do Brasil, fazer o commercio de escravos, na Costa d'Africa, debaixo de qualquer pretexto ou maneira qualquer que seja. E a continuação desse commercio, feito depois da dita epocha, por qualquer pessôa subdita de S. M. Imperial, será considerada e tractada de *pirataria.* »

A redacção não prima pela elegancia, mas a declaração é solenne.

Não obstante, o commercio nefando continuou. Nem lhe serviu de estôrvo a lei de 7 de Novembro de 1831, proclamando livres todos os Africanos, que fossem introduzidos nos portos do Brasil. Assumiu, então, o Govêrno britannico uma attitude irritante, usando de medidas, que exorbitavam do seu poder, offensivas da soberania brasileira, humilhantes para nós, pelo pensamento que as dictava, tanto quanto pelo modo de as executar.

E' um episodio triste da nossa historia de povo livre. Não o recordemos.

Mas a lei de 4 de Septembro de 1850, afinal, extinguiu a importação de Africanos, e o paiz, desafogado da incómmoda pressão extrangeira, poude tomar consciencia de si, obedecer aos movimentos espontaneos da natural bondade da gente brasileira, e proceder segundo a equidade lhe aconselhava.

Antes ainda de ser votada a lei, que representa o pensamento de Eusebio de Queiroz, ergueu-sse no parlamento nacional a voz de um modesto mas intelligente deputado cearense, Pedro Pereira da Silva Guimarães, com um projecto simples, em tres artigos, prescrevendo a liberdade dos nascituros, limitando o arbitrio dos senhores no apreçar a liberdade dos captivos, e não permittindo que a venda ou a libertação do escravo rompesse, de facto, o vinculo do casamento. Não foi julgado objecto de deliberação esse generoso projecto, que tem a data de 22 de Março de 1850. Em Agosto do mesmo anno, o representante do Ceará modifica o seu projecto, justifica-o, e de novo o apresenta á

Camara, que o não quer ouvir, e lhe repelle a pretenção *in limine*. Na sessão de 4 de Junho de 1852, PEDRO PEREIRA insiste, e provoca uma tempestade na Camara. MACIEL MONTEIRO, o presidente, retira-lhe violentamente a palavra, e, pela terceira vez, a idéa de libertar os filhos de escravas é julgada indigna das deliberações do corpo legislativo brasileiro!

Era cedo, ainda, para vibrar-se o golpe na hydra do escravismo. Mas o historiador do movimento social do Brasil tem o dever de recordar essa magnanima tentativa, que aos deputados contemporaneos pareceu tão desarrazoada, mas onde se encontram as idéas, que haviam de tomar corpo e vigor em 1871. Esse e outros projectos, que depois foram apparecendo, denunciam uma elaboração, que se ia executando no sentido da redempção dos escravos, pois a todos os homens de coração devia doer que fossemos tão retardatarios no cumprimento dessa obrigação moral de reconhecer a condição livre de todos os Brasileiros.

Effectivamente, em todos os campos da actividade mental, surgem manifestações emancipacionistas.

TEIXEIRA DE FREITAS, ao consolidar em 1858 as nossas leis civis, expurgou a sua compilação de quaesquer referencias á instituição, que lhe parecia repugnante ao Direito. « Não ha um só logar no nosso texto, onde se tracte de escravos, diz elle. Temos, é verdade, a escravidão entre nós; mas si esse mal é uma excepção, que lamentamos, façamos tambem uma excepção, um capitulo avulso, na reforma das nossas leis civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade. »

PERDIGÃO MALHEIROS agita a questão, no Instituto dos Advogados, e, depois, num livro de grande saber, a *Escravidão no Brasil*, apparecido em 1866, faz a historia e a crítica da escravidão dos Africanos, terminando por aventar os meios de extingui-la No anno anterior, BRANDÃO JUNIOR escrevêra *A Escravidão no Brasil*, que não teve repercussão alguma no paiz, porem mostra a idéa em marcha. TAVARES BASTOS despertou a opinião, discutindo o problema por varios de seus aspectos. E, assim, muitos outros accumularam elementos, que, penetrando na alma popular, se transformaram

em anceio pela reforma do direito servil, que os abolicionistas extrangeiros concorriam para mostrar indispensavel e inadiavel.

II

Era esse o estado geral das consciencias nas camadas superiores da sociedade. Mas interveio a guerra do Paraguai, que nos desviou a attenção desse problema social, e nos absorveu as fôrças, na defesa da patria, em lucta com um Estado, que ajudaramos a constituir-se e fortificar-se.

Concluida a guerra, que contribuira para tornar mais visivel a mancha que, em nossa organização social, punha a escravidão, não podiam mais os directores da politica cerrar ouvidos á questão negra. S. VICENTE, que ensaiara um projecto em 1866, nada poude conseguir, quando chefe de govêrno em 1870. Não é que ao eminente jurisconsulto e homem de Estado faltasse a melhor vontade. Faltou-lhe, porêm, a confiança politica de seu partido, e os adversarios não lhe deram o apoio, que, em seguida, não recusaram a RIO BRANCO. E apezar do amparo decidido do imperador, que ardentemente desejava a reforma, viu-se na contingencia de retirar-se do poder, sem dar o menor impulso á questão servil, que se impunha premente. Teve, porêm, a feliz inspiração de indicar um successor, que havia de encontrar a solução adequada.

Sem desconhecermos o valor de auxiliares prestimosos, como JOÃO ALFREDO, que se revelou um politico activo, sagaz e organizador, JAGUARIBE, DUARTE DE AZEVEDO, CORREIA, CARAVELLAS, THEODORO MACHADO, BARROS BARRETO, COSTA PEREIRA, e todos os que entraram na composição do ministerio de 7 de Março de 1871, é incontestavel que a figura maxima do Govêrno foi o seu denodado chefe.

JOAQUIM NABUCO traçou delle um retrato admiravel. «Ao contrario de todos os outros presidentes de Conselho, escreve o egregio historiador politico, RIO BRANCO possuia o espirito do cargo, a affinidade natural, a especialidade daquella funcção em nosso systema politico. Todos os outros foram dilettantes; só elle foi profissional». «Era, em tudo, o *juste milieu*: tinha seriedade, criterio, infatigabilidade, co-

ragem, vigor physico, ponctualidade, correcção, figura, maneiras; mathematico, tinha no espirito alguma cousa de frio, de exacto, de positivo, de regular, de methodico; o seu talento era lucido, analytico, perspicaz; a imaginação o não arrastava, as suas qualidades não eram de innovação proprianiente dicta, mas, em grau eminente, de imitação e aproveitamento; era amavel, cortez, insinuante, captivante em grau de chamar a si quem queria; reservado e prudente, porêm, não creava intimidades, não punha todos ao seu nivel; a qualidade superior nelle era a sua diplomacia nas relações com a corôa e com a opinião, o seu modo de comprehender e de zelar, por egual, sem queixa de nenhuma, as duas investiduras », a do monarcha e a do partido.

Este perfil é um primor de argucia, de penetração, de desenho e de expressão.

Nada ha que lhe accrescentar, salvo para repetir, com Pinto da Rocha, que o Visconde do Rio Branco foi « a figura mais completa, talvez a mais brilhante, de certo a mais notavel do parlamento do imperio, em cujo seio fulgiram talentos de primeira grandeza ».

O Visconde do Rio Branco, além da politica interna, teve por esphera de acção a politica internacional, onde assumiu posição eminente e dominou situações gravissimas. A minha impressão é que nenhum diplomata, na monarchia, o excedeu em habilidade, em finura, em descortino, em firmeza, que não exclue a brandura dos meios nem o espirito de conciliação. E não exqueço que, na diplomacia do imperio, brilham nomes como os de Uruguai, Abrantes, Paraná, S. Vicente, Cotegipe, Saraiva, Penedo, que, no pensar de Oliveira Lima, « ha de permanecer como o typo da nossa diplomacia vigilante e cautelosa. »

Estreiteza de vistas ou ciumes partidarios, houve quem lhe censurasse a convenção de 20 de Fevereiro de 1865, que coroou a sua acção perante a agitação do Uruguai. E o Govêrno, sob a influencia dessa grosseira visão dos factos, não trepidou em desconsiderar, por uma demissão subita e brutal, o negociador, que, num gesto nobre, soubera ser humano, poupando milhares de vidas, respeitando a capital de um povo amigo, e attrahira as sympathias geraes de quantos

conheciam os acontecimentos. Mas a defesa desse acto e da missão especial juncto ás republicas do Prata desdobrou-se cabal e digna em tres orações memoraveis, no Senado do Imperio, a 5, 26 e 28 de Junho de 1865. Lida hoje, a uma distancia de mais de meio seculo, ainda commove pelo tom de verdade e altivez, que a characteriza. Della resalta a incontestavel superioridade de quem a proferiu.

E, com effeito, naquella perigosa emergencia, ainda obscuros os horizontes no Prata, e já desencadeiada a tempestade, com que nos ameaçara SOLANO LOPEZ, o grande Brasileiro soube acautelar os interesses e a honra da patria, sem inuteis fanfarronadas, porêm assentando as bases da politica internacional, que teriamos de adoptar. Os outros ouviram, apenas, os gritos descompassados da populaça de Montevidéo, e não souberam comprehender a longanimidade do estadista, que desprezava o vozear dos impulsivos, para fixar a vista na approximação dos interesses do Uruguai e do Brasil; para sentir, como depois lhe dizia ANDRÈS LAMAS, que a politica do Brasil, no Rio da Prata, não podia ser a preponderancia militar; para dar testimunho de que a alma brasileira se não comprazia em quixotesca ostentação de fôrça; para prever o congraçamento dos povos sul-americanos, servindo de fundamento á sua expansão moral e economica.

E a prova de que a monarchia reconheceu o êrro do seu juizo, a respeito da competencia diplomatica do conselheiro Paranhos, é que, poucos annos depois, lhe confia a pasta dos negocios extrangeiros, e a missão melindrosa, de, ao mesmo tempo, ajustar os preliminares da paz com o Paraguai, e preparar a reorganização politica da republica vencida, que exigia de nós benevolencia fraterna e previdencia amiga, para reerguer-se da dolorosa exhaustão, em que se achava.

III

A discussão do projecto, que se converteu na lei de 28 de Septembro de 1871, foi das mais ardorosas e pertinazes que se travaram no parlamento da monarchia. Desfraldando a bandeira da emancipação gradual dos descendentes de Africanos, pela liberdade do nascituro e por outras medidas com-

plementares, despertou animadversão violenta e conquistou dedicações enthusiasticas.

Na opposição, entre os dissidentes conservadores, estavam parlamentares eminentes, como PAULINO DE SOUSA e ANDRADE FIGUEIRA; alguns dos mais bellos espiritos, que têm illuminado as nossas lides intellectuaes, como JOSÉ DE ALENCAR e FERREIRA VIANNA; além de um jurisconsulto da estatura moral de PERDIGÃO MALHEIROS, devotado partidario da emancipação, que a injustiça politica atirara, no momento, para o arraial opposto. Para enfrentar campeões de tão grande vigor e dextreza, e aparar-lhes os golpes formidaveis, era preciso ser, verdadeiramente, um forte, e ter a consciencia de estar dirigindo a politica, segundo a vontade nacional e os interesses da civilização.

Realmente, o vulto do VISCONDE DO RIO BRANCO assume, nessa lucta, accento excepcional de relêvo e luz. A sua eloquencia severa e elegante, movimentada e intrepida, a todos deu combate, e, em certas occasiões, alcançou vibrações impressionantes, não á custa de artificios rhetoricos, e, sim, pela argumentação irrespondivel e pela abundancia d'alma, com que exprimia o sentir dos homens bons.

E' certo que, ao seu lado, vieram collocar-se os principaes chefes liberaes, tendo á frente NABUCO *de* ARAUJO, cuja attitude impavida decide a sorte do gabinete. PARANAGUÁ, SOUSA FRANCO, OCTAVIANO secundam-lhe a acção, que ZACHARIAS, entretanto, procura entravar. S. VICENTE dá-lhe apoio entre os conservadores; TORRES HOMEM traz-lhe a seducção da sua palavra burilada e fogosa; e PARANHOS, o filho, que ha de elevar mais alto ainda o nome do pae, porque irá trabalhar num theatro mais vasto, desenvolve, na imprensa, uma combatividade incançavel.

Mas o centro da batalha é representado pelo visconde. E' elle o lidador por excellencia! Em cinco mezes de sessão, profere vinte e um discursos a respeito do elemento servil, e ainda lhe sóbra energia para pronunciar mais vinte sôbre assumptos diversos, e attender ás exigencias do cargo.

A propria monarchia não foi poupada nessa rude peleja. No entanto, o projecto do Govêrno era timido, para não

irritar demasiado os poderosos proprietarios ruraes, que se julgavam protegidos pelo direito escripto.

Foi a prodigioza riqueza moral e affectiva da alma brasielira, que, superior ás combinações, medrosas ou mesquinhas, dos estadistas, poude transformar a meia liberdade concedida ao filho da escrava, na sua emancipação completa, sem se reclamarem indemnizações por ingenuos, que deixassem de prestar serviços depois dos oito annos.

A lei de 28 de Septembro de 1871 não tem a simplicidade luminosa que convem ás grandes idéas e ás reformas radicaes, como terá, em 1888, a lei que aboliu, definitivamente, a escravidão no Brasil. E' complexa e sinuosa, como que apalpando os interesses, que vai ferir, para, na medida do possivel, lhes poupar as contrariedades. Mas, na execução, ella perde esses entraves e excrescencias, reduzindo-se ás idéas capitaes: a liberdade do nascituro (art. 1°); o fundo de emancipação (art. 3°); e o reconhecimento da personalidade juridica do escravo, para o fim de possuir bens e transmitti-los, por morte, ao conjuge sobrevivo e aos herdeiros, assim como para contractar, em favor da sua liberdade, prestação de serviços futuros, por tempo não excedente a septe annos (art. 4°.

Suppondo conhecer a psychologia humana, os estadistas foram precavidos, esmerando-se na previsão de hypotheses, que se não realizaram. Porêm apenas contribuiram para demonstrar, mais uma vez, que o direito, nem sempre, se exprime na phrase incolor e fria da lei. Realidade psycho-social, tem a vida e a forma, que lhe dão as condições economicas, moraes e politicas da sociedade, a indole do povo, e, em nosso tempo, a pressão, mais ou menos imperiosa, do meio humano, dentro do qual vivem as nações cultas.

IV

Estavam estancadas as duas fontes da escravatura no Brasil: a do exterior, pela extincção do tráfico; e a do interior, porque não mais nasceriam servos em nossos lares. Restava, porêm, a grande massa de escravizados, cuja existencia poderia prolongar-se por muitos annos, apesar das durezas e rigores proprios do captiveiro. E, passados os primeiros mo-

mentos de satisfacção, pareceu que se tinha conseguido muito pouco.

Mas a acção da lei de 28 de Septembro de 1871 não se limitou a extender, sôbre os berços innocentes, o manto da liberdade. Ella modificou a atmosphera moral do paiz; abriu, nas trevas das infectas senzalas, um foco de luz pura; accordou na alma embrutecida do captivo um raio de esperança, que foi o estímulo de vida e despertar de consciencia. Essa acção benefica, extranha á letra da lei, porêm, que irradiava do seu espirito, accelerou muito mais o movimento emancipacionista do que se havia previsto.

Não só no meio escravo se fez sentir essa influencia. Reagindo sôbre o ambiente, a lei foi suscitando um estado geral de espirito, imcompativel com a permanencia do captiveiro.

Na familia escrava, o contraste entre o filho ingenuo e a mãe captiva accentuou, do modo mais frisante, o odioso da instituição, que encandeava os corpos e supprimia as almas. Não raro, provocando a commiseração dos proprios senhores, esse espectaculo determinou abrandamentos na condição infeliz dos pretos, quando não lhes abriu a porta para a liberdade.

A Magistratura, orgão vivo da lei, soube tambem ser orgão legitimo da consciencia nacional, que sentia ser o escravismo a persistencia molesta de um passado, que teimava em obstruir o caminho para o futuro. E seja-me permittido recordar um facto, que me toca muito de perto ao coração, porque traduz o estado dos espiritos no momento, e influiu, de modo consideravel, na marcha dos acontecimentos.

Inspirado nos intuitos liberaes da lei Rio Branco e fundando-se nas suas proprias disposições expressas, que crearam a personalidade do escravo, lhe reconheceram a legitimidade da familia, com as consequencias do direito matrimonial, lhe asseguraram a capacidade acquisitiva, contractual e hereditaria, o Dr. José Manoel de Freitas, juiz de direito na capital de Pernambuco, nobremente, corajosamente, com a serenidade augusta de quem cumpre um alto dever, recusou-se em 1885 a applicar o art. 60 do Codigo Criminal então em vigor, que mandava converter em açoites a pena,

em que tivesse incorrido o pária negro da nossa organização social.

A decisão irritou alguns escravocratas, e o Govêrno pretendeu castigar o juiz, desterrando-o para a Relação de Goiaz; porêm as almas generosas applaudiram-na calorosamente, e os juizes, depois de algumas vacillações, adoptaram-na, firmando jurisprudencia. Sentiram que era indigno de suas funcções passar, com as formalidades de uma lei anomala, o azorrague ás mãos do carrasco, para que, deante do povo revoltado e compungido, retalhasse as costas do escravo delinquente, salpicando de sangue o arminho da toga do executor da cruel sentença.

Antonio Pitanga, juiz integro e alma generosa, espirito culto e patriota dedicado, foi o intrepido paladino desse movimento de sua classe, escrevendo um brilhante manifesto, e rebatendo vantajosamente as increpações atiradas, no parlamento, á Magistratura emancipacionista, que era uma fôrça consideravel, pelo prestigio, que lhe davam uma austeridade cheia de cordura e uma indefectivel compenetração do dever! Mas, no proprio seio do parlamento, os magistrados, que entraram na corrente libertadora, porque era o desdobrar natural dos acontecimentos, tiveram a sympathia captivante e valiosissima de um espirito recto, intelligencia larga e fecunda, que então ascendia, galhardamente, no horizonte politico, Affonso Celso Junior, o egregio presidente actual do Instituto. Não ficara incomprehendida a bella attitude dos magistrados brasileiros.

O inicio do movimento, a decisão do Dr. Freitas, é de 1885. No anno seguinte, era publicada a lei de 15 de Outubro, revogando o barbaro dispositivo do art. 60 do Codigo Criminal, e a lei de 10 de Junho de 1835 na parte em que impunha a pena de açoites. Era o effeito da reacção da Magistratura, secundada pela bondade natural do brasileiro.

Virtualmente, estava feita a abolição. Ainda houve algumas batalhas a ferir, algumas resistencias a vencer, algumas páginas rutilantes a traçar na imprensa; ainda, no parlamento e na tribuna popular, se haviam de ouvir bellas phrases e nobres pensamentos, porêm o instituto da escravidão estava ferido de morte. A lei de 13 de Maio de 1888

foi apenas uma consagração do que os factos estavam realizando, espontaneamente, em virtude da acção saneadora e reconstituinte da lei de 1871.

Não é somente no dominio economico que se observa o phenomeno da repercussão. Em todo o mundo social, e em particular no juridico, elle é uma realidade. A lei de 28 de Septembro repercutiu em toda a ordem juridica, no direito civil, no commercial e no penal, operando modificações que, no fim de algum tempo, haviam mudado, para melhor, para mais conforme á civilização, o aspecto da legislação patria.

E não somente actuou sôbre a ordem juridica. Penetrou na organização psychica e moral do individuo, suscitando sentimentos benevolos e illuminando as consciencias. Numa palavra, todo o conjuncto dos conceitos, que formam o tecido da vida social, se alterou, porque se haviam retirado, a esse nefando direito de propriedade, duas de suas consequencias necessarias: a faculdade de perceber os fructos da cousa possuida e a de marcar-lhe o valor venal. Arrancadas essas molas do mechanismo logico, elle se desmantelou, desfeito pela inconsequencia; e, por essa brecha entrou, ruidosamente, um jôrro de idéas novas.

Tambem no mundo social é uma lei a transformação das energias. O impulso dado pelo Visconde do Rio Branco, e pelos que nobremente o auxiliaram no generoso exfôrço, dilatou-se, despertou fôrças latentes, que, reagindo sôbre elle, vieram intensifica-lo, transforma-lo, e produzir effeitos imprevistos. Mas, nesses novos effeitos, é de justiça reconhecer uma fagulha do pensamento do egregio estadista, trabalhada pela machina social, movida pela fôrça incommensuravel da massa anonyma, cuja espuma irizada são os grandes nomes, que ella arrasta, depois de ter sido por elles estimulada.»

As ultimas palavras do sr. dr. Clovis Bevilacqua são recebidas com uma longa salva de palmas.

O Sr. Presidente agradece o brilhante concurso que trouxe á assembléa o sr. dr. Clovis Bevilacqua e levanta em seguida a sessão, ás 22 e ½ horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

SEPTIMA SESSÃO ORDINARIA, EM 12 DE OUTUBRO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas abre-se a sessão, com a presença dos seguintes socios:

Srs. conde de Affonso Celso, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, barão Homem de Mello, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Manuel de Oliveira Lima, dr. Homero Baptista, dr. João Luiz Alves, dr. Afranio de Mello Franco, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, dr. José Americo dos Santos, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira. marechal José Bernardino Bormann, dr. Erico Marinho da Gama Coelho, dr. Helio Lobo, major dr. Liberato Bittencourt dr. Pedro Souto Maior, dr. Eurico de Góes, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, dr. João Coelho Gomes Ribeiro, capitão de corveta Raul Tavares, dr. Alfredo Valladão, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, Eduardo Marques Peixoto e dr. Annibal Velloso Rebello.

O Sr. Dr. Roquette Pinto (*segundo secretario*) lê a acta da sessão anterior, a qual é approvada unanimemente.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) lê a seguinte proposta:

«O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, incessante e devotado paladino dos direitos e interesses nacionaes, comparte o regosijo, a confiança, o desvanecimento, suscitados no paiz, pela feliz solução do litigio territorial entre Sancta Catharina e Paraná; congratula-se com os presidentes e com a população dos dous Estados; congratula-se, sobretudo, com o seu presidente honorario, dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes, pela interferencia do digno chefe da Nação no triumpho alcançado pelo bom senso e pelo patriotismo; e faz calorosos votos para que, á imitação de tão nobre exemplo, deparem sempre os poderes publicos satisfactorio remate a quaesquer questões susceptiveis de dividir a familia brasileira, de modo a ter ella perennemente, com a grandeza e integridade materfiaes e moraes, a intima união indispensavel á efficacia de

suas altas possibilidades, assim na America como em todo o mundo.»

Posta em discussão esta proposta, pede a palavra o Sr. Fleiuss, que propõe seja a mesma approvada por acclamação, todos de pé.

O Sr. Secretario Perpetuo lê as seguintes propostas:

« Temos a honra de propôr para socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o dr. Luiz Martins de Sousa Dantas, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, actual ministro d'Estado interino das Relações Exteriores.

Digno dessa homenagem por sua elevada cultura, o dr. Sousa Dantas, que é portador de um nome tantas vezes illustre na Politica e nas Lettras, reune as condições da alinea *C* do art. 10 dos nossos Estatutos.

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1916.—*Conde de Affonso Celso.—A. Velloso Rebello.—Fleiuss.—Araujo Viana.—M. de Oliveira Lima.—Homero Baptista.—José Americo dos Santos.*»

—« Propomos seja admittido na qualidade de socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro o sr. dr. Laudelino de Oliveira Freire, cujas obras, constantes da relação inclusa, serão opportunamente apresentadas.

Applica-se ao proposto a deliberação tomada pelo Instituto, em sessão de 28 de Septembro de 1914.

Sala das sessões, 12 de Outubro de 1916.—*Homero Baptista.—Conde de Affonso Celso.—Fleiuss.—Araujo Viana.—A. C. Gomes Pereira.—Roquette Pinto.—Erico Coelho.—José Americo dos Santos.—M. de Oliveira Lima.—A. Velloso Rebello.—Helio Lobo.—S. de Vasconcellos Galvão.—Eurico de Góes.*»

Obras do Dr. Laudelino Freire.

Escriptos diversos, 1895; *Chorographia de Sergipe*, 2ª edição, com prefacio do barão do Rio Branco, 1900; *Historia de Sergipe*, 2ª edição, 1900; *Historia de Sergipe*, 2ª edição, 1900; *Sylvio Romero*, estudo critico, 1900; *Linhas de Polemica*, 1901: *Um critico e um poeta*, estudo critico, 1903; *Historia do Brasil*, licções, 1903; *Discurso Official*, na solennidade da inauguração do busto do conselheiro Thomaz Coelho e distribuição de premios aos alumnos do Collegio Militar do

Rio de Janeiro, 1904; *Ensaios de Moral*, 1908; *Os Proceres da Critica*, contendo os estudos criticos sôbre Sylvio Romero e José Verissimo, 1911; *Estudos de Philosophia e Moral*, edição refundida dos *Ensaios de Moral*, 1912; *As suas contradicções*, resposta ao Sr. Sylvio Romero, 1914; *Galeria Historica dos Pintores no Brasil*, publicação em fasciculos. Publicado até o n. 15, 1914; *Pequena Edição dos Sonetos Brasileiros*, 2ª edição, com 500 sonetos e 482 retratos, 1916; *Um Seculo de Pintura*, 1816 — 1916, 1916.»

A primeira proposta é, pelo Sr. Presidente, enviada á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. dr. Ramiz Galvão, a segunda á Commissão de Historia, relator o sr. dr. Clovis Bevilaqua.

O Sr. Presidente submette em seguida á discussão o seguinte parecer:

«A Commissão de Fundos e Orçamento nada tem a oppôr á proposta do sr. primeiro secretario perpetuo, prorogando para o anno de 1917 o Orçamento approvado para o corrente anno de 1916.

Rio de Janeiro, 6 de Outubro de 1916.— *Clovis Bevilaqua*, relator.— *Rodrigo Octavio*.— *Alfredo Rocha*.»

Ninguem pedindo a palavra, o Sr. Presidente põe em votação. E' approvado por unanimidade.

O Sr. Fleiuss (1º *secretario perpetuo*) communica achar-se na Casa o socio correspondente eleito sr. senador João de Lyra Tavares, que vem tomar posse de sua cadeira.

O Sr. Presidente nomêa a seguinte commissão para introduzi-lo no recincto: Srs. Fleiuss, Roquette Pinto, almirante Gomes Pereira, marechal Bormann e dr. Gomes Coelho.

Dá entrada no recincto, presta o compromisso dos Estatutos e toma posse o sr. senador João de Lyra Tavares, que pronuncia o seguinte discurso:

— «Excellentissimo sr. presidente e illustres srs. confrades:

A originalidade é tão propria do artista e do poeta quanto impropria do historiador e do politico, disse Castellar, creio que na sua eloquentissima Historia do descobrimento da America.

Homem politico e vindo tomar posse da cadeira, que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro teve a bene-

volencia de destinar-me, não olvidarei a justa observação daquelle extraordinario espirito e, portanto, procurarei fazer o que é commum fazer-se nesses instantes de intenso jubilo, pelo accesso a uma distincção realmente desvanecedora; — affirmarei imperecivel reconhecimento aos que me prodigalizaram similhante ventura, promettendo-lhes procurar ser util a esta benemerita instituição, reservada especialmente a uma natureza de estudos que sempre me fascinaram pelo deleite intellectual que produzem e pelos beneficios de ordem moral que originam.

O estudo da Historia, que permitte a serena contemplação do heroismo, da generosidade, dos merecimentos e da acção social dos que se extinguiram; que faculta o gôso intraduzivel de apreciar-se tranquillamente, na solidão retemperante e consoladora do mundo das idéas, « a sublime harmonia do Universo, a evolução gradual e incessante da Humanidade, pelos arrojos da imaginação, pela fôrça da vontade, pela efficacia do trabalho »; que ensina a bendizer com desinteresse os feitos dignos e habitua a sentir as vibrações das grandes virtudes; que inspira elevados commettimentos, gera ambições nobilitantes, desperta, estimula e avigora os mais formosos movimentos altruisticos; o estudo da Historia, dizia, offerece licções maravilhosas e propende naturalmente o espirito á práctica do bem, indicando-lhe a verdadeira conquista social, as bençãos inextinguiveis da posteridade.

Nenhuma associação mais proveitosa ao engrandecimento civico de um povo, nenhuma fonte mais poderosa e fecunda de constantes incentivos ás aspirações dignificadoras do homem, que estes institutos applicados em colher pacientemente e perpetuar com carinho, examinando, exclarecendo e corrigindo as minimas informações interessantes á elucidação dos factos sociaes, sem cujo perfeito conhecimento nunca poderão ser bem aquilatados o valor dos serviços e a elevação do alvo que norteou a acção dos que nelles figuram, porquanto justamente « os espiritos mais completos são os mais difficeis de serem comprehendidos ».

Extender indefinidamente a imaginação sôbre a immensidade do espaço para descortinar o mundo do futuro, não é missão mais exhaustiva que discernir fielmente o mundo do

passado. E essas preoccupações attrahem egualmente a curiosidade humana.

« Poderão os animaes viver no presente, attendo-se ao util, restringindo-se ao exercicio dos seus instinctos nos misteres de alimentar-se e reproduzir-se; porém não os homens, que mostram sua eternidade quasi divina, dilatando-se com o pensamento no passado e no porvir, com o presentimento e a esperança.»

Meus Senhores: este Instituto representa uma das mais imponentes demonstrações da operosidade, do desprendimento e da cultura dos Brasileiros.

Vencidos os tropeços que sempre contrariam os primeiros passos destinados á práctica dos projectos uteis, embaraços esses que surgem para pôr á prova a resistencia e a capacidade dos que pretendem a effectividade dos grandiosos emprehendimentos, esta associação progrediu e engrandeceu-se pelo concurso dos mais eminentes vultos da Historia nacional e reune hoje, numa admiravel cohesão de exforços pertinazes, alvejando os ideaes supremos das sociedades cultas, muitas das summidades intellectuaes do paiz.

Tão solida é a convicção dos que a ella pertencem, sôbre a sua indestructivel respeitabilidade já firmada, que não vacillaram em conceder ingresso em seu seio, com evidente magnanimidade, a um candidato sem meritos, que lhe batêra á porta impetrando a grande honra de poder escutar de perto os ensinamentos dos maiores mestres da Historia patria, os quaes illuminam, quasi todos, esta douta corporação, sem perquirir sôbre a possibilidade, ou sem nenhuma esperança mesmo, de colherem a collaboração de um companheiro possuidor de conhecimentos consideraveis ou recommendado, ao menos, pela sua influencia social.

Senhores, simples notas sôbre a vida economica e financeira dos Estados, apresentadas ao memoravel Congresso de Historia Nacional, que aqui se reuniu em 7 de Septembro de 1914, eis onde a complacencia dessa alta assembléa foi deparar pretexto para consentir na minha admissão neste recincto, cujo aspecto, solennissimo pela auctoridade dos sue o enaltecem com o seu famoso saber, o reveste da sobria e veneravel majestade de um soberano e rectissimo tribunal, consagrado ao

estudo do Brasil e ao julgamento dos feitos dos seus filhos mais illustres.

Estavam já sobejamente compensados os exforços realmente ingentes, que careci despender para organizar aquelle modesto trabalho, cujo merito consiste em significar a transposição de difficuldades que se affiguravam a muitos indebellaveis, e que effectivamente sobrevieram esmorecedoras, para a acquisição das exactas informações que elle encerra.

O exito sorprehendente do inexquecivel certame de 1914, que bem perceberam os que nelle collaboraram e vai-se tornando agora conhecido de todos pela divulgação do avultado número de importantes memorias submettidas ao exame das diversas commissões, proporcionou satisfacção bastante aos que contribuiram com mais ou menos efficiencia para o successo da feliz iniciativa deste Instituto.

Quizeram, porém, ir mais longe, em sua captivante bondade, os illustres membros desta Casa, e deliberaram attribuir-me a immensa fortuna de ser homenageado com a desvanecedora convivencia dos nossos mais insignes historiographos.

Sou profundamente agradecido por essa inestimavel distincção, até o presente a que mais me sensibilizou entre todas quantas me têm sido dado alcançar, numa vida de continuas e violentas alternativas, qual a de quem emergiu da posição obscura de modesto auxiliar do commercio, e, resistindo a inevitaveis e severos embates, a inexprimiveis desalentos e desnorteantes adversidades, logrou subir gradualmente a postos de responsabilidade social.

Senhores, está comprido, embora succintamente, o dever de dirigir-vos algumas palavras nesta primeira opportunidade que se me offerece de tomar parte nos trabalhos deste Instituto.

Transcorrendo hoje a data anniversaria de um acontecimento historico de importancia sem egual para os Americanos, seja-me permittido dizer, parodiando a affirmativa de notavel escriptor, quando alludia ás solennidades que eram promovidas em commemoração do centenario da independencia dos Estados Unidos, que a America necessitaria perder a memoria para não recordar neste dia o nome de Christovão Colombo.

Rematando o meu singelo discurso, relembrarei, portanto, a audacia heroica do destemido navegador, cuja crença prodigiosa no Omnipotente e na propria coragem o fez partir da Hispanha, « em um bello dia em que os sinos amanheceram vibrando sonoramente, como se desferissem um cantico matinal, depois de haver ido procurar na egreja o auxilio celeste e o confôrto religioso para a terrivel separação e para a mysteriosa viagem; num bello dia em que na immensidade luziam as estrellas que lhe exclareciam a rota no oceano, e no limitado templo luziam as lampadas que lhe exclareciam a rota no espirito, para atirar-se, intrepido e varonil, no mar tenebroso, em busca do Novo Mundo, que, si não existia, Deus o creou na solidão do Atlantico para premiar a fé inquebrantavel e purissima do immortal Genovez.

Tenho dicto.» (*Palmas.*)

Ao Sr. João de Lyra Tavares responde o Sr. Dr. Ramiz Galvão, orador do Instituto, nestes termos:

« Sr. senador Lyra Tavares:

A vossa singular modestia imagina que o Instituto Historico, por ter « firmada a sua indestructivel respeitabilidade », não duvidou ser magnanimo chamando para seu seio « um candidato sem meritos que lhe batera á porta impetrando a grande honra de poder escutar de perto os ensinamentos dos maiores mestres da Historia patria ».

Devo dizer-vos com toda a sinceridade que similhante modestia vos illudiu. A memoria com que abrilhantastes o nosso Congresso de Historia Nacional foi prova sobeja de vossa competencia, e de uma competencia tanto mais digna de applausos quanto é certo que ella se formou por ingente exfôrço proprio, « resistindo a severos embates, a inexprimiveis desalentos e desnorteantes adversidades ». Tem mais valor o nauta corajoso e tenaz, que affronta rijos pampeiros para chegar ao almejado porto, do que o navegador feliz conduzido por galernos propicios ao termo da derrota, balouçado suavemente em um mar de rosas.

A lucta a que alludistes ha pouco para chegar a postos de responsabilidade social — essa lucta significa exfôrço, trabalho, patriotismo e fé. Pois bem. Exfôrço, trabalho, patriotismo e fé não são predicados vulgares que o Instituto despreze;

é com elles que se nobilitam as almas e se ganham victorias; é de athletas dotados de taes virtudes que a Patria carece em todos os tempos, e talvez mais hoje do que nunca; é de companheiros assim apparelhados que a nossa Companhia mais precisa para a realização do seu escopo nobilissimo.

Luctastes para vencer. Pois tambem aqui se lucta por um ideal, e é de justiça que venhais robustecer a fileira dos combatentes.

Nunca elles serão de mais para a magnitude do nosso programma, que se vai dilatando com o tempo e graças ao contingente precioso dos novos talentos e das novas aptidões que surgem.

Os vossos estudos especiaes de natureza economica e financeira podem ser-nos da maior valia.

O vasto, o amplo quadro da Historia, como hoje a entendem os mestres, não se compõe de narrativas de expedições exploradoras e de batalhas. A vida de um povo, o desenvolvimento de uma nacionalidade, as circunstancias do seu progresso e do seu papel no mundo, devem ser vistos e analysados sob multiplos aspectos, e entre elles não é mais licito deixar na penumbra ou no exquecimento tudo quanto se refere ás fontes de sua riqueza e á gestão da fortuna pública.

Benvindo, pois, o economista, benvindo o financeiro avisado e intelligente, como são benvindos todos os que amam a Patria e se desvelam em servi-la com honradez e talento.

O Instituto acolhe-vos com ufania e grandes esperanças no dia, em que um grande batalhador se coroou de gloria, abrindo á contemplação e á iniciativa do homem civilizado um grande theatro, um scenario de grandes maravilhas — a America, da qual somos todos cidadãos, todos filhos enthusiastas e amorosos — a joven America, para quem a Providencia destina um futuro de paz, de ordem, de justiça e de prosperidade.

Sêde benvindo, repito.» (*Muitos applausos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*Presidente Perpetuo*) dá, em seguida, a palavra ao Sr. Max Fleiuss, que pronuncia este discurso:

« Sr. Presidente. — Minhas Senhoras. — Meus Senhores. — Illustres Collegas.

Não é esta a primeira vez em que, neste recincto, se fala

em Francisco Manuel da Silva — o modesto, mas inolvidavel auctor do nosso HYMNO NACIONAL. Dessa figura patricia tractaram aqui, com perto de 40 annos de distancia, um do outro, dous illustres trabalhadores deste venerando gremio, Moreira de Azevedo e Sousa Pitanga. O primeiro, ao fazer, em 1868, succinta, porém cuidada biographia do compositor brasileiro, proclamou-o, com justiça « homem puro, simples, affavel e lhano, ao qual nunca o menor fingimento mascarou o semblante ». O segundo, o nosso respeitavel e respeitado 3° vice-presidente, sr. desembargador Sousa Pitanga, ao offerecer ao archivo do INSTITUTO, em 1907, uma carta de Saverio Mercadante dirigida a Francisco Manuel da Silva, teceu a este merecidos encomios, dando-lhes a fórma eloquente que a admiração e o talento sabem inspirar.

Hoje ides ouvir apenas uma condensação do que nos foi licito aprender com os que nos precederam nesta tribuna e de quanto foi permittido colher sôbre a personalidade do musico insigne, que escreveu a epopéa nacional, pois nenhuma outra denominação cabe melhor ao nosso HYMNO, — cujos accórdes lembram o 7 de Abril, a Regencia e a Maioridade, as grandes victorias do Imperio nas guerras externas e os notaveis triumphos liberaes do glorioso reinado de d. Pedro II, na phase accentuadamente progressista de 1870 a 1889, e, finalmente, a Abolição e a Republica.

Muito intencionalmente fizemos esta enumeração, para deixar bem visivel o character de conjuncto do HYMNO, cuja musica se deve a Francisco Manuel.

O hymno, como nos ensinam os mestres, é de origem oriental; teve o seu berço ás margens do Ganges, entre os Aryas descidos do Pamir, e foi a primeira expressão da Poesia elegiaca, quando, deante da natureza, o homem primitivo, num duplo sentimento de terror e de exaltação, dirigiu invocações á aurora, á agua e mais particularmente ao fogo — Agni. Não tardou essa feição admirativa e de respeito a extender-se tambem á celebração dos reis generosos, dos principes bravos, dos sanctos, qual se verifica dos hymnarios mais remotos da Humanidade — os Védas. Esboçado na antiga civilização brahmanica, o hymno religioso aperfeiçoa-se entre os Hebreus e aformosea as páginas da Biblia, pois outra cousa não são os commoventes psalmos de David. E' ainda esse o

aspecto que nos apresentam os hymnos apparecidos na portentosa elaboração intellectual greco-romana, tendo chegado até aos nossos dias a fama dos consagrados a Apollo, a Mercurio, a Venus, a Ceres, a Baccho, a Jupiter, assim como os hymnos orphicos; e na Hellade surgiu o canto patriotico em honra de Armodio e Aristogiton, que a libertaram da insupportavel tyrannia dos Pisistratidas. Era natural que durante a edade média, assignalada pelo pleno triumpho catholico, surgissem os mais bellos hymnos da Egreja, de character puramente religioso. Vieram depois os hymnos revolucionarios, dos quaes o mais célebre, o hymno politico por excellencia, é a Marselheza, que marca a nova éra da evolução humana.

O nosso Hymno, lembrando uma série successiva de factos sociaes, possue, portanto, feição essencial ao genero, imprimindo em nosso espirito uma sensação de collectividade historica. Não ha ninguem que o desconheça por toda a vastidão do territorio brasileiro: — é, pois, a expressão musical da Patria.

Merece, conseguintemente, o seu auctor a glorificação suggerida por um dos nossos orgams de imprensa.

Francisco Manuel da Silva deve, no bronze de uma estatua que lhe recorde o valor e a inspiração, ser perpetuamente exposto á admiração cultual do povo, cuja alma soube elle tão fielmente interpretar no Hymno Nacional.

Sua vida, já o disseram os biographos, — foi um longo exemplo de trabalho fecundo, de tenacidade e de honradez.

Seu éstro, si não teve a intensidade do de Carlos Gomes e mesmo do de José Mauricio (este ultimo tão bem estudado pelo saber magistral do visconde de Taunay), permittiu-lhe, entanto, compôr as viris harmonias desse Hymno que, na phrase suggestiva de Raul Pompéia, — reflecte a grandiosidade da alma nacional.

Bem razão teve Sousa Pitanga, quando affirmou que — José Mauricio, Francisco Manuel e Carlos Gomes formam a triade mais brilhante dos nossos grandes compositores.

Discipulo de José Mauricio e, por algum tempo, tambem de Sigismundo Neukomm, Francisco Manuel, fazendo parte da orchestra da Real Camara, da qual era mestre o grande musico portuguez Marcos Portugal, soffreu o primeiro revés, pois, consoante com o que assevera Moreira de Azevedo, o

director, « para roubar ao joven artista o tempo de compôr, passou-o do violoncello para o estudo do violino, ameaçando despedi-lo, si não mostrasse muita applicação ».

Esse acto de mesquinha perseguição, — aliás natural naquella epocha, em que os reinóes bem percebiam que com a nossa Independencia iam perder a preponderancia, — serviu de incentivo a Francisco Manuel para mais lhe achrysolar o patriotismo.

As contrariedades, as injustiças dão enfibratura mais energica aos espiritos fortes, que, quando lhes assiste a razão, acabam sempre vencendo.

Nas almas bem formadas é o revés o meio mais efficaz para pôr em prova o character e para fazer triumphar.

Já um dos nossos mais inspirados poetas, que foi tambem uma das glorias das nossas lettras juridicas, do Jornalismo, da Diplomacia e da Politica, assim cantava:

« Quem passou pela vida em branca nuvem
E em placido repouso adormeceu;
Quem não sentiu o frio da desgraça,
Quem passou pela vida e não soffreu;
Foi espectro de homem, — não foi homem,
Só passou pela vida, — não viveu. »

Perseguido, ferido no seu amor proprio, sentindo por momentos que se lhe annuviava o futuro, Francisco Manuel teve, de certo, assomos de íntima revolta, que, todavia, soube sopitar e que o impelliram, numa decisão inabalavel, a apurar-se no estudo e a collocar-se superior á injustiça.

E assim foi que, em 16 de Dezembro de 1833, fundou a Sociedade Beneficencia Musical, a primeira expressão do nosso actual Instituto de Musica, hoje sob a direcção do proficientissimo Alberto Nepomuceno, que, em 25 de Agosto de 1907, nesse character, prestou a Francisco Manuel significativa homenagem, mandando collocar no edificio em que primitivamente esteve o Conservatorio e depois o Instituto de Musica, á rua da Lampadosa, agora occupado pela Côrte de Appellação, a seguinte lapide commemorativa:

A
FRANCISCO MANVEL DA SILVA
MESTRE EM SVA ARTE
AVTOR DO HYMNO DE SVA PATRIA
FVNDADOR DO CONSERVATORIO DE MVSICA DO RIO DE JANEIRO
OS
PROFESSORES DO INSTITVTO NACIONAL DE MVSICA
XXV DE AGOSTO DE MCMVII.

O govêrno de d. Pedro II — diz o illustrado sr. Rodrigues Barbosa, no capitulo que escreveu para a NOTICIA HISTORICA DOS ESTABELECIMENTOS DO MINISTERIO DO INTERIOR, trabalho organizado graças ao descortino intellectual de Amaro Cavalcanti, — « apreciando o seu patriotismo e a sua dedicação, não tardou em secundar seus exforços. Foi assim que o decreto legislativo n. 238, de 27 de Novembro de 1841, concedeu á Sociedade de Beneficencia Musical, por espaço de oito annos, duas loterias annuaes, cujo producto deveria ser empregado em apolices da divida pública, para fundo e manutenção do Conservatorio, e auctorizou o Govêrno a formar, devido á mesma sociedade, as bases dessa instituição. Effectivamente, essas bases foram estabelecidas no decreto n. 496, de 21 de Janeiro de 1847, que approvou o plano do Conservatorio de Musica, propondo-se a instruir na arte da Musica pessoas de ambos os sexos, que a ella se quizessem dedicar, e a formar artistas que quizessem satisfazer as exigencias do culto e do theatro ».

O decreto de 27 de Novembro de 1841 foi referendado pelo ministro Candido José de Araujo Viana, nosso inexquecivel presidente perpetuo no periodo de 1848 a 1875, hoje representado, neste venerando gremio, por um seu digno neto, o nosso prezado e illustre collega dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, e o decreto de 21 de Janeiro de 1847 foi referendado por Marcellino de Brito.

A creação do CONSERVATORIO DE MUSICA, que depois tanto relêvo alcançou (tendo merecido de José de Alencar, em 1854, as mais animadoras palavras, de envolta com os mais justos elogios a Francisco Manuel), é sem dúvida o maior padrão de gloria do modesto compositor, a quem o Govêrno imperial começou desde logo a premiar os exforços, dis-

tinguindo-o em 1846 com o habito da ordem da Rosa e elevando-o em 1857 a official da mesma ordem.

Quando, a 18 de Dezembro de 1865, Francisco Manuel fechou para sempre os olhos, já havia sido assentada a pedra fundamental do edificio do CONSERVATORIO, o que se realizara a 15 de Março de 1863, tendo assistido á solennidade, além de muitas pessoas gradas, os soberanos e as princezas.

Ao partir para a eterna viagem, podia o musico patricio estar convencido de que a sua obra vingaria. Muitas de suas composições, algumas de rara belleza, haviam talvez de sumir-se com o tempo, que tudo consome. O HYMNO NACIONAL e o CONSERVATORIO, porém, de pé, a desafiar os évos, ficariam a perpetuar-lhe o nome.

Talvez elle mesmo sentisse essa impressão, quando compoz o admiravel HYMNO ÁS ARTES, outra prova magnifica do seu estro, que vamos ouvir pela excellente banda do Corpo de Bombeiros, regida pelo competente mestre Albertino Pimentel, que ha poucos dias o instrumentou, o que tambem fez ao HYMNO DE D. PEDRO I. (*A banda de musica executa o* HYMNO ÁS ARTES *de Francisco Manuel.*)

* * *

Tractemos agora do HYMNO NACIONAL, não sem algumas palavras prévias e indispensaveis sôbre os hymnos mais conhecidos de nossa terra.

Acreditou-se, a principio, que o Hymno chamado da INDEPENDENCIA tivesse sido da lavra de d. Pedro I, tanto a letra como a musica.

Assegurou-o, pelo *Diario do Rio de Janeiro*, em 1833, o proprio visconde de Cairú.

Mas o sr. Luiz Francisco da Veiga, em sua interessante memoria inserta no tomo XL de nossa REVISTA, deixou completamente elucidado esse assumpto.

Eis as palavras com que elle derime a questão:

— « Tendo Evaristo composto um hymno patriotico á Independencia do Brasil, isso em data de 16 de Agosto de 1822, portanto 21 dias antes do grito do Ipiranga, mandou elle imprimir esse hymno, que tem o estribilho — *Brava gente*

brasileira, — e levou doze exemplares delle ao paço imperial. Offertando ao primeiro imperador seis exemplares e retirando-se com os outros seis, afim de offerta-los á imperatriz, disse-lhe d. Pedro: — *Para quem leva isso*? Respondeu-lhe o offertante: — *Para s. m. a imperatriz*. O imperador, porém, retorquiu: — *Para que quer ella isto? Dê-me mais quatro*. No que foi obedecido».

Os versos de Evaristo revelam grande ardor patriotico e definem nitidamente o momento em que foram escriptos. No volume XXXIII dos ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO acham-se taes versos, subordinados á epigraphe — «HYMNO CONSTITUCIONAL BRASILIENSE»:

«Já podeis, filhos da Patria,
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Brava Gente Brasileira!
Longe vá temor servil;
Ou ficar a Patria livre,
Ou morrer pelo Brasil!

Os grilhões que nos forjava
De perfidia astuto ardil,
Houve Mão mais poderosa —,
Zombou delles o Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

O Real Herdeiro Augusto,
Conhecendo o engano vil,
Em despeito dos tyranos,
Quiz ficar no seu Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Revoavam sombras tristes
Da cruel guerra civil,
Mas fugiram apressadas,
Vendo o Anjo no Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Mal soou, na serra, ao longe,
Nosso grito varonil;
Nos immensos hombros, logo,
A cabeça ergue o Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

—Filhos, clama, caros filhos,
He depois de affrontas mil
Que a vingar a negra injuria
Vem chamar-vos o Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Não temais impias phalanges,
Que apresentam face hostil:
Vossos peitos, vossos braços
São muralhas do Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Mostra Pedro, á vossa fronte,
Alma intrepida e viril:
Tendes nelle o Digno Chefe
Deste Imperio do Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Parabens, ó Brasileiros,
Já com garbo juvenil.
Do Universo entre as Nações
Resplandece a do Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Parabens; já somos livres;
Já brilhante, e senhoril
Vai juntar-se em nossos lares
A Assembléa do Brasil.

Brava Gente Brasileira! etc.

Quanto á letra, pois, não ha a menor dúvida ter sido de Evaristo.

A musica (hoje tambem constitue facto incontestavel) que interpretou tal letra, — a mais conhecida — é da lavra de Marcos Portugal, o grande maestro lusitano, emulo do nosso José Mauricio.

D. Pedro I, porém, escreveu, a seu turno, aproveitando os versos de Evaristo, outra musica, cujo original, todo de seu proprio punho, foi offerecido ao Instituto Historico por Francisco Manuel, a 22 de Novembro de 1861.

Com effeito, no archivo da nossa secretaria encontrâmos

o manuscripto da acta da 13ª sessão deste benemerito gremio, realizada naquelle dia, com a presença do imperador e presidida pelo visconde de Sapucahi, e na qual se lê o seguinte registo, feito pelo 2º secretario, dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras:

— « Um officio do sr. Francisco Manuel, director do Conservatorio de Musica, accompanhando e offerecendo o autographo do Hymno da Independencia Nacional, todo escripto do proprio punho do sr. d. Pedro I, e um exemplar dessa composição accommodada para piano pelo offertante ».

Ao que nos informou o illustre sr. dr. Vieira Fazenda, esse hymno devido a d. Pedro I, bem como o de Marcos Portugal, foram executados nesta Capital, em 1862, a 30 de Março, por occasião de ser inaugurada a estatua de d. Pedro I. As massas choraes dessa solennidade eram formadas pelos alumnos de varios collegios, inclusive os do INTERNATO e do EXTERNATO DO COLLEGIO D. PEDRO II. Dentre os jovens que tomaram parte nesse chôro, que foi regido por Francisco Manuel, sobrevivem, entre outros, os srs. dr. Vieira Fazenda, conselheiro Rodrigues Alves, dr. José Americo dos Santos e dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana.

A nosso pedido, e graças á boa vontade do sr. coronel Americo Almada, digno commandante do CORPO DE BOMBEIROS, bem como á competencia do mestre da banda, sr. Albertino Pimentel, acaba de ser por este instrumentada a referida producção imperial.

Ouçamos, portanto, os dous hymnos, — o do compositor portuguez e o do monarcha que a 7 de Septembro de 1822 proclamou a nossa emancipação politica.

(*A banda executa o* HYMNO DA INDEPENDENCIA, de *Marcos Portugal, e o* HYMNO DA INDEPENDENCIA, *de D. Pedro I.*)

* * *

Chegamos, agora, ao HYMNO NACIONAL — a obra que immortalizou o nome de Francisco Manuel.

O sr. Guilherme Theodoro Pereira de Mello, auctor do substancioso livro A MUSICA NO BRASIL DESDE OS TEMPOS

COLONIAES ATÉ AO PRIMEIRO DECENNIO DA REPUBLICA, faz curioso estudo sôbre a arte dos sons em nossa Patria, mostrando-se profundo conhecedor do assumpto e tratando-o documentadamente. Divide o seu trabalho em cinco capitulos: influencia indigena; influencia portugueza, africana e hispanhola; influencia bragantina; periodo de degradação (esta parte quasi toda relativa á Musica na Bahia); e influencia republicana.

São particularmnete apreciaveis as páginas em que se occupa da influencia de d. João VI e de d. Pedro I. Seja-nos apenas permittido notar que o escriptor bahiano reservou para fecho do seu opusculo a personalidade de Carlos Gomes, a qual, entretanto, melhor ficará enquadrada sob a epigraphe INFLUENCIA DE D. PEDRO II, o magnanimo soberano que tanto amava e protegia as Artes.

Referindo-se aos HYMNOS, dá-nos o sr. Guilherme de Mello noticia de muitos, que já vão caïndo no mais completo olvido ou que só de raro em raro são lembrados, como o HYMNO ACADEMICO, devido ao compositor do GUARANI, a maior figura musical do Brasil.

E' justa, nesta hora, uma nova homenagem a Carlos Gomes, e nenhuma póde ser mais apropositada do que o ouvirmos o seu HYMNO ACADEMICO, hoje que se procura levantar o nivel patriotico da juventude brasileira, congregando-a e preparando-a para garantia da patria.

Aos accórdes desse hymno e do que Francisco Braga compoz á BANDEIRA, é que os moços devem marchar, com o pensamento no Brasil.

O HYMNO ACADEMICO ha de despertar-lhes na alma o mais fervoroso enthusiasmo, e o HYMNO Á BANDEIRA trará á idéa o culto desse symbolo da Patria, auriverde pendão, cujo desenrolar, como exclamou certa vez Joaquim Nabuco, traz uma suggestão de patriotismo que cala na alma até ao fundo.

(*A banda executa o* HYMNO ACADEMICO, *de Carlos Gomes, e o* HYMNO Á BANDEIRA, *de Francisco Barga.*)

* * *

A primeira notavel composição de Francisco Manuel foi um *Te-Deum*, por elle offerecido a d. Pedro I, o qual, cedendo ao seu genio impulsivo que tantos dissabores lhe trouxe, fez logo mil promessas de tomar a si o aperfeiçoamento dos estudos do joven Musico. E' de presumir que o principe cumpriria a sua palavra, si os successos politicos não se houvessem immediatamente precipitado até á explosão de 7 de Abril. Mas o facto é que Francisco Manuel, do mesmo modo que José Mauricio, nunca saïu do Brasil, o que indubitavelmente mais lhe augmenta o valor das producções.

Entretanto, como muito bem observa o sr. Guilherme de Mello na obra já citada, o trabalho que aureolou de perenne gloria o nome de Francisco Manuel foi o hymno, que este escreveu para solennizar o episodio da Abdicação, mais tarde tornado HYMNO NACIONAL.

O que está indiscutivelmente provado pelos documentos que compulsámos, depoimento dos historiographos e chronicas mais acceitaveis, é que esse HYMNO foi cantado pela primeira vez no dia 13 de Abril, quando d. Pedro seguiu para a Europa a bordo da fragata ingleza *Volage*. Um dos mais robustos documentos para se chegar a tal certeza é a primeira letra que se adaptou á musica.

Devido á gentileza do sr. dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, provecto Director Geral da BIBLIOTHECA NACIONAL, damos aqui, na integra, a letra primitiva do HYMNO, copiada fielmente do impresso avulso n. 7.473, (Catalogo da Exposição da Historia do Brasil), pertencente á mesma Bibliotheca, e que a pags. 216 da obra que já citamos, A MUSICA NO BRASIL, sr. Guilherme de Mello diz, por mal informado, haver desapparecido. Este impresso acha-se naquella importantissima repartição. Tivemos ensejo de examina-lo. Os seguintes versos, de que o mesmo se compõe, são attribuidos a Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva, illustre poeta e advogado que se celebrizou na defesa de Ratcliff. (Nasceu Saraiva de Carvalho na villa da Parnahiba, Piauhi, no ultimo quartel do seculo XVIII e falleceu no Rio de Janeiro em 1852, como desembargador aposentado.)

AO
GRANDE E HEROICO
DIA SETE DE ABRIL DE
1831
HYMNO
OFFERECIDO AOS BRASILEIROS
POR HUM SEU PATRICIO NATO

Os bronzes da tirannia
Já no Brasil não rouquejão:
Os monstros, que o escravisavão,
Já entre nós não vicejão.

Da Patria o grito
Eis se desata;
Desde o Amasonas,
Athé ao Prata.

Ferros, e grilhões, e forcas
D'antemão se preparavão:
Mil planos de proscripção
As mãos dos monstros gisavão.

Da Patria o grito &c.

Amanheceo finalmente
A liberdade ao Brasil...
Ah! não desça á sepultura
O dia Sete de Abril.

Da Patria o grito &c.

Este dia protentoso,
Dos dias seja o primeiro:
Chamemos — Rio d'Abril —
O que he Rio de Janeiro.

Da Patria o grito &c.

Arranquem-se aos nossos Filhos
Nomes, e idéas dos Lusos...
Monstros que sempre em traições
Nos envolverão, confusos.

Da Patria o grito &c.

Ingratos á bisarria;
Inveijosos do talento,
Nossas virtudes, nosso ouro
Foi seu diario alimento.

Da Patria o grito &c.

Homens barbaros, gerados
De sangue Judaico, e Mouro,
Desenganai-vos: a Patria
Já não he vosso thesouro.

Da Patria o grito &c.

Neste sollo não viceja
O tronco da escravidão.
A quarta parte do mundo
A's tres dá melhor lição.

Da Patria o grito &c.

A'vante, honrados Patricios,
Não ha momento a perder:
Se já tendes muito feito,
Inda mais resta a fazer.

Da Patria o grito &c.

Huma Prudente Regencia,
Hum Monarcha Brasileiro
Nos promettem venturoso
O Porvir mais lisongeiro.

Da Patria o grito &c.

E vós, Donzellas Brasilias,
Chegando de mãys ao estado;
Dai ao Brasil tão bons filhos,
Como vossas mãys tem dado.

Da Patria o grito &c.

Novas Gerações sustentem
No Povo a Soberania;
Seja isto a divisa dellas.
Como o foi d'Abril o Dia.

Da Patria o grito &c.

Com inteiro criterio, opina o auctor da MUSICA NO BRASIL:

— «... seria possivel que este Hymno fosse composto para a Coroação, quando a terceira estrophe diz:

Uma *regencia prudente,*
Um *monarcha brasileiro*;
Nos promettem venturoso
O porvir mais lisonjeiro?

« Não, mil vezes não. Além disto, a Historia tambem conta que, em principio de Abril de 1833, quando se promoviam festas para commemorar o anniversario da Abdicação, os partidarios da volta de Pedro I ao govêrno do Imperio propalaram em todo o Rio de Janeiro que o 7 de Abril havia de raiar ou sob o govêrno de Pedro I, ou sob um govêrno republicano. Realmente, a 3 de Abril rompe a revolução, e o capitão Luiz Alves de Lima, depois duque de Caxias, com uma tactica admiravel, consegue em poucas horas assaltar o reducto dos revolucionarios, tomar as peças que já estavam assentadas e prender alguns dos revoltosos. Assim foi abafada a revolução e perdidas as esperanças de nunca mais voltar ao govêrno Pedro I.

« A 7 de Abril foi então entoado por Domingos Alves Pinto, que se encarregara de cantar o *solo*, e por um grande número de senhoras, que se incumbiram do *estribilho*, no espectaculo de gala que se realizou para commemorar este feliz acontecimento, debaixo de muitas palmas e acclamações, o HYMNO NACIONAL, que tambem se chamou HYMNO 7 DE ABRIL. »

Parece irrespondivel esta argumentação, que se basêa na verdade historica, resaltando, além disso, a circunstancia de corresponder a letra inteiramente á cadencia musical.

Ha ainda o que diz o consciencioso e erudito historiographo portuguez Alberto Pimentel, auctor de excellentes trabalhos, como a CÔRTE DE D. PEDRO IV e A ULTIMA CÔRTE DE ABSOLUTISMO EM PORTUGAL. No primeiro destes livros, á pag. 53, da 2ª edição, descrevendo a partida de d. Pedro para a Europa, a 13 de Abril de 1831, affirma: — « A essa hora, nas ruas do Rio de Janeiro, cantava o povo venceder um

hymno de triumpho, que logo foi denominado de *nacional brasileiro* ». E cita as estrophes que acabamos de ler, numa das quaes as expressões « prudente regencia » e « monarcha brasileiro » excluem qualquer dúvida sôbre o momento historico em que appareceu o sagrado cantico da Patria.

Além disso, na BIBLIOTHECA NACIONAL, ha um manuscripto original denominado — HYMNO PARA O DIA 6 DE ABRIL DE 1834, arranjado para orchestra pelo dr. Francisco Antonio de Araujo, da Bahia, manuscripto esse que é o HYMNO NACIONAL BRASILEIRO, escripto na clave de sol, para flauta (1ª e 2ª), violino (1º e 2º), clarineta e viola. Naturalmente foi assim preparado para alguma festividade, que solennizasse os acontecimentos de 6 e 7 de Abril de 1831.

Mais tarde, entretanto, a letra do HYMNO foi substituida por esta outra, allusiva á coroação de d. Pedro II:

« Quando vens, faustoso dia.
Entre nós raiar feliz,
Vemos só na liberdade
A figura do Brasil.

Da Patria o grito
Eis se desata
Do Amazonas
Até ao Prata.

Negar de Pedro as virtudes,
Seu talento escurecer,
E' negar como é sublime
Da bella aurora o romper.

Da Patria o grito, etc.

Exultae, brasilio povo,
Cheio de santa alegria.
Vêde de Pedro o exemplo
Festejado neste dia.

Da Patria o grito, etc. »

Em dias mais proximos de nós, ainda lhe foi dada outra letra, mas a belleza da musica ultrapassou sempre a dos versos.

O certo é que o HYMNO NACIONAL, além de coroar todos

os grandes acontecimentos civicos, teve depois a sagração das batalhas.

Desde que saïu da alma inspirada de Francisco Manuel para a alma das multidões, nunca mais foi exquecido, e jamais o será, porque nenhum outro mais intensamente traduz o sentimento nacional. E não só define musicalmente o character do nosso povo, como tambem — na phrase lapidar de Affonso Celso — « é um dos mais bellos e suggestivos do mundo ».

Logo depois de proclamada a Republica e ainda durante a phase do Govêrno Provisorio, abriu-se concurso para a feitura de um novo hymno patrio, consoante com a transfiguração politica de 15 de Novembro de 1889. Acudiram ao certame os melhores musicos brasileiros. Solennissima a audição realizada a 20 de Janeiro de 1890, na qual coube a palma ao trabalho de Leopoldo Miguez. Após o hymno deste, porém, foi executado o hymno de Francisco Manuel, e o proprio marechal Deodoro da Fonseca applaudiu-o e exclamou: — « *Prefiro o velho.* »

Foi assim que, não obstante haver sido adoptada a composição de Leopoldo de Miguez para HYMNO DA REPUBLICA, continuou a producção de Francisco Manuel a ser o HYMNO NACIONAL. Obedecendo por esse modo ao concurso unanime do povo brasileiro, nisso andaram como plausibilissimo acêrto os supremos dirigentes da nova ordem de cousas, guiados pelo bravo soldado alagoano, que naquelle momento synthetizou o pensar da collectividade.

E assim devia ser. Os HYMNOS DA INDEPENDENCIA, bem como o da REPUBLICA, exprimem um successo e um estado politico. O de Francisco Manuel sobreleva-os a todos, pois exprime o Brasil.

Seria, contudo, impossivel, além de sobremaneira injusto, negar as bellezas da pagina musical de Miguez, e devemos ouvi-la com o duplo respeito que merece uma obra de arte e que merece o regime governamental adoptado pela nossa Patria (*A Banda executa o* HYMNO DA REPUBLICA, *de Leopoldo Miguez*).

(*Neste momento, o* SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente*) *diz que sabendo acharem-se presentes dous netos e*

um bisneto de Francisco Manuel os convida a occupar o logar ao lado do sr. Ministro interino das Relações Exteriores, o que se realiza debaixo de grandes applausos.)

* * *

Falleceu Francisco Manuel da Silva a 18 de Dezembro de 1865, aos septenta annos de edade.

Eis como, dous dias depois, noticiava o *Correio Mercantil* o triste evento:

— « Falleceu ante-hontem á tarde e sepultou-se hontem no cemeterio de S. Francisco de Paula o sr. Francisco Manuel da Silva.

« Geralmente estimado como homem, por seu tracto delicado e por sua honradez, era altamente respeitado como artista.

« Varias composições e de vulto contam a sua historia como professor de Musica: o HYMNO NACIONAL, diversas missas e *Te-Deum*, o hymno de guerra ultimamente executado na Eschola Central, cantatas e muitas outras composições, revelam o seu profundo talento e os grandes conhecimentos que possuia da arte, a que se dedicara durante toda a vida.

« O Methodo de Musica, por elle escripto para o ensino de seus discipulos, e adoptado por grande número de professores extrangeiros, é de incontestavel excellencia.

« Francisco Manuel deixa numerosos discipulos, que attestam sua proficiencia.

« Até poucas horas antes de morrer, o illustre professor trabalhou, com a pertinacia, com a dedicação, com o desinteresse, proprios do artista que o é sómente pela arte.

« A sua morte foi placida e serena, que outra não pudera ser a do homem justo, a do pae de familia honrado, a do cidadão prestante, a do artista nobre e modesto que elle foi.

« Francisco Manuel morreu aos 70 annos de edade e era natural do Rio de Janeiro. Exercia os cargos de mestre da Capella Imperial, director do CONSERVATORIO DE MUSICA e musico da imperial camara. Era condecorado com o officialato da Ordem da Rosa.

« O seu cadaver, que foi levado á mão, da casa da sua residencia até á igreja matriz de SANTO ANTONIO DOS POBRES, ahi recebeu a encommendação, executando a parte musical a SOCIEDADE DE MUSICA, da qual foi elle um dos fundadores ha 34 annos. Algumas alumnas do CONSERVATORIO, que do fallecido mestre haviam recebido licções, acompanharam tambem o saimento do cadaver.

« No cemeterio, antes de ser dado o corpo á sepultura, o sr. Mafra, secretario da ACADEMIA DAS BELLAS-ARTES e relator da commissão que em nome do corpo academico assistiu ao enterramento, proferiu um bello discurso, mostrando a perda que soffriam a Arte e o paiz, com a morte do distincto mestre.

« A SOCIEDADE DE MUSICA entoou, em seguida, a simples vozes, um sentido e plangente psalmo de David, intitulado *O ultimo adeus*.

« Grande número de pessoas, em que eram representadas todas as classes da sociedade, acompanharam os restos do illustre morto ao seu jazigo.

« Os alumnos do CONSERVATORIO, bem como a corporação musical, deliberaram tomar luto por oito dias, em demonstração de pesar.

« O edificio do CONSERVATORIO, cuja terminação parecia alimentar a vida do seu director, ahi fica para testimunhar o zêlo e interesse com que velava pelo progresso da bella arte de Haydn, Donizetti e Verdi ».

Moreira de Azevedo, fazendo-lhe a mais absoluta justiça, assim se exprimiu:

« Esculpturando o vulto deste artista, não devemos occultar por entre louvores e gabos seus defeitos: não tinha Francisco Manuel a inspiração, o genio fecundo de José Mauricio; penoso estudo e aturado trabalho entreteceram-lhe a corôa que lhe cingia a fronte; mas ha uma composição sua de verdadeira inspiração artistica, — é o HYMNO NACIONAL. Ainda bem. Os raios de intelligencia divina illuminaram a fronte do artista, quando cantou o Hymno da Patria ».

Francisco Manuel merece a consagração que ora se lhe projecta, de erigir-se uma herma na terra do berço. E' um acto da mais pura gratidão.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro traz seus applausos á benemerita idéa e presta-lhe inteiro apoio. E, para torna-lo mais efficaz, lembrámo-nos de dirigir ao glorioso artista brasileiro Rodolfo Bernardelli a seguinte carta:

« Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1916. — Meu caro Rodolfo Bernardelli. — Cordiaes saudações. Venho, confiando absolutamente no teu cavalheirismo e na estima patriotica de que tens dado sobejas provas, pedir o teu inestimavel concurso para uma obra de benemerencia e de gratidão nacional. Tenciono realizar, no dia 12 deste, no Instituto Historico, uma conferencia sôbre Francisco Manuel da Silva, o auctor do Hymno Nacional. Peço os teus bons officios, como competentissimo profissional, para a feitura do busto do insigne musico. Possue o Instituto Historico a mascara em gesso de Francisco Manuel, trabalho de Chaves Pinheiro. Servindo-te de tal modêlo, poderás, com outros subsidios, fazer o busto daquelle artista tão distincto quando modesto. Estou certo de que, si annuires a este pedido, facil será conseguir a fundição e assim, dentro em breve, ha de erguer-se a herma, que commemore uma das nossas mais legitimas glorias. Aguardando a tua benevola resposta, com urgencia, subscrevo-me, com apreço e estima. — *Fleiuss* ».

A estas linhas respondeu promptamente o grande mestre, auctor de tantos trabalhos notaveis, da seguinte fórma, que o honra sobremaneira.

Antes, porém, de ler a carta de Bernardelli, devemos informar que o illustre 2º secretario do Instituto, sr. dr. Roquette Pinto, de todos nós prezadissimo, acaba de offerecer-nos uma cópia de uma velha photographia de Francisco Manuel, pertencente ao sr. Pedro Cunha, tendo sido a ampliação executada pelo sr. Santos Lahera y Castillo.

Agora a carta de Bernardelli:

« Copacabana, 7 de Outubro de 1916 — Meu caro Fleiuss — Cumprimentando-o, venho agradecer-lhe a honra que me fez, lembrando-se de mim para cooperar desinteressadamente na tão louvavel e justa manifestação ao bom e adoravel artista brasileiro, mestre Francisco Manuel. Mande-me a mascara, mande-me o que tiver para me ajudar, venha me expôr o

que se pensa em fazer, pois o trabalho é de responsabilidade, e o INSTITUTO deve se impôr. Farei tudo, para secundar o seu exfôrço. *For ever! — Rodolpho Bernardelli*».

Com essa cooperação valiosissima, que terá por certo imitadores, é licito esperar que se alteie dentro em pouco, em uma das nossa praças públicas, a herma que perpetuará no bronze o auctor do HYMNO NACIONAL.

Na base desse monumento, além do nome do inolvidavel patricio, com as datas de seu nascimento e de sua morte, deverão ser gravados os seguintes versos de José Bonifacio, o Moço, os quaes resumem admiravelmente a existencia do inspirado musico brasileiro, para sempre vinculada ao mais nacional dos symbolos da Patria:

«Hoje podem os homens justiceiros
Pesar-te a vida, que a virtude peja;
Laurear-te o busto;
E a saudade sem fim gravar teu nome
Integro e puro.»

Agora, meus senhores, acclamemos o HYMNO NACIONAL, o hymno que nasceu de uma revolução nacionalista, que celebrou a ascenção do monarcha brasileiro, que durante meio seculo acompanhou a patriotica actividade desse soberano, a quem os mais integros republicanos, como o sr. Laudelino Freire, em recente e brilhante conferencia na ESCHOLA DE BELLAS-ARTES, e, em nosso INSTITUTO, os srs. Basilio de Magalhães, Erico Coelho e Alfredo Valladão, não cessam de prestar as mais justas homenagens de respeito e de veneração, o hymno consagrado pelo novo regime e que para o povo corresponde ao estribilho da sua letra:

Da Patria o grito
Eis se desata
Desde o Amasonas
Athé ao Prata.

Com a mesma uncção ha de ser executado e ouvido esse hymno incomparavel, no dia em que o Govêrno da Republica mandar vir da terra extranha para a terra da Patria os restos sacrosanctos de d. Pedro, o *Magnanimo*, e de d. Teresa-Chris-

tina, a *Mãe dos Brasileiros* — satisfazendo assim, não a uma idéa partidaria, mas á unanime aspiração nacional.

Meus senhores, acclamemos o HYMNO NACIONAL! »

(*A banda executa o* HYMNO NACIONAL, *de Francisco Manuel, ouvido de pé por toda a assistencia e calorosamente applaudido, applausos tambem dirigidos ao conferencista, que por todos e felicitado*).

O SR. DESEMBARGADOR SOUSA PITANGA, pedindo a palavra, diz que entre as vibrações harmoniosas da eloquencia e da musica dos hymnos, seria uma desoladora inopportunidade trazer para este recincto palavras sôbre assumptos archaicos, si ellas não viessem completar a brilhante conferencia. O orador vai ver suas asserções confirmadas por documentos authenticos.

São decorridos alguns annos da sessão do Instituto, em que tive o prazer de offerecer ao seu archivo um importante documento da vida artistica de Francisco Manuel; foi uma carta escripta da Italia ao nosso glorioso maestro por Mercadante, na qual se contém essa phrase enaltecedôra: os artistas do vosso valor são conhecidos de todos. Como subsidio á consagração, que do inspirado compositor patricio fazia o notavel maestro italiano, occorreu-me então, traçar um rapido esboço sôbre o Hymno Nacional, symbolo acustico de nossa Patria, como a nossa bandeira é o seu symbolo optico. Nessa ligeira monographia historica declarei que a genial composição fôra pela primeira vez executada em 1841, por occasião da maioridade do imperador d. Pedro II, á cuja personalidade fôra dedicado. Havia préviamente consultado as auctoridades mais idoneas em fastos musicaes e particularmente no historico do proprio hymno.

Ouvi os illustrados maestros Alberto Nepomuceno e Amaro Barreto, confabulei largamente sôbre o assumpto com a ultima filha sobrevivente de Francisco Manuel, a saudosissima senhora d. Maria Amalia Muniz Freire, viuva de Balduino Muniz Freire, á qual me ligavam, além de remota affinidade, laços de intima e tradicional amizade de familia. Aquelles não encontraram base para uma informação segura; esta se recordava de conhecer o hymno desde sua infancia; mas não podia affirmar si elle fôra composto por occasião

da Maioridade ou si em 1831 quando, pela abdicação paterna, foi transferida ao principe infante a corôa imperial.

O unico documento que pude compulsar foi um exemplar do *Jornal do Commercio*, que me foi ministrado pelo nosso benemerito companheiro dr. Vieira Fazenda, auctoridade incomparavel em taes assumptos, annunciando em 1841 a venda de exemplares do hymno.

Pareceu-nos, a este, ao nosso saudoso confrade Ernesto Senna e a mim, que uma composição já com dez annos de publicação não seria mais objecto para annuncio de venda.

O acaso, factor providencial de muitas grandes descobertas, encarregou-se de precisar a data da publicação do hymno. Um professor de Musica da Bahia encontrou no archivo do notavel advogado bahiano dr. Araujo, que era tambem um grande amador de Musica, uma cópia authentica do hymno com a data de 1831. Por menos importante que pareça essa circunstancia, ella serve de base ao historiador escrupuloso para conhecer o momento historico, que o inspirou ao seu auctor.

Feita essa rectificação, que não é uma *amende honorable*, mas um preito á estricta verdade historica, venho offerecer ao Instituto novos documentos do maior valor sôbre actos da vida do grande maestro, cujo nome acaba de ser tão eloquentemente relembrado neste recincto.

O primeiro é o Acto imperial nomeando Francisco Manuel da Silva mestre compositor da Imperial Camara, assignado pelo ministro Candido José de Araujo Viana; o segundo, decreto pelo qual foi nomeado cavalleiro da Ordem da Rosa; e o terceiro, elevando o mesmo, já no character de director do Conservatorio de Musica por elle fundado, a official da mesma Ordem. Esses decretos foram referendados pelos ministros Manuel Alves Branco e Luiz Pedreira do Couto Ferraz.

Os outros documentos constituem a correspondencia trocada entre Francisco Manuel e o que tinha de ser o seu continuador na arte musical brasileira, o inspirado maestro Antonio Carlos Gomes. Consistem elles em seis cartas por este escriptas a seu mestre e director de Abril de 1864 a Septembro de 1865, e dous attestados de frequencia do pen-

sionista Carlos Gomes, passados pelo director do Conservatorio de Milão, maestro Lauro Rossi; uma carta sôbre o mesmo pelo vice-consul nessa cidade Carlo Mazzoni, e finalmente o rascunho de uma carta a Carlos Gomes, do proprio punho de Francisco Manuel.

Esses documentos têm o merito de assignalar um periodo da evolução artistica que se operara de Francisco Manuel para Carlos Gomes, como anteriormente se operara de Marcos Portugal e do padre José Mauricio Nunes Garcia para Francisco Manuel.

Offerecendo-os ao Instituto, repositorio natural dos elementos de edificação aos futuros operarios da Historia Patria, peço que se registe em acta que elles me foram offerecidos pela distinctissima filha de Francisco Manuel, d. Maria Amalia Muniz Freire, cuja memoria é hoje honrada por uma prole digna das glorias avoengas. Essa circunstancia é um penhor de authenticidade.

Pelo prazer de enriquecer o archivo desta casa, onde ha longos annos cultivo e practico a confraternidade no culto da Historia, deliberei fazer hoje esta offerta e não por competencia em assumptos de Musica, da qual me contento em ser um modesto dilettanti » (*Palmas.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) agradece a offerta dos documentos, tão eloquentemente feita pelo illustrado sr. desembargador Sousa Pitanga, agradece egualmente ao professor Rodolfo Bernardelli o modo cavalheiroso por que attendeu ao pedido do digno secretario perpetuo, bem como o comparecimento de tão numerosa e distincta assistencia e felicita, em nome do Instituto, ao conferencista que tão brilhantemente acaba de discorrer sôbre a individualidade do auctor do nosso Hymno, merecendo os calorosos applausos que lhe foram deferidos pela douta assembléa, não exquecendo entre os agradecimentos os que são devidos ao zeloso commandante do Corpo de Bombeiros, que gentilmente poz á disposição do Instituto a excellente banda de musica.

Levanta-se em seguida a sessão, ás 22 ½ horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

SESSÃO EXTRAORDINARIA EM 19 DE OUTUBRO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 17 horas, na séde social, abre-se a sessão com a presença dos seguintes socios: conde de Affonso Celso, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, M. Fleiuss, Basilio de Magalhães, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, dr. José Americo dos Santos, marechal José Bernardino Bormann, dr. Pedro Soutó Maior, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, dr. Eurico de Góes, dr. Arthur Pinto da Rocha, dr. Annibal Velloso Rebello e dr. Alfredo Rocha.

Faltam com causa justificada, os srs. barão Homem de Mello, drs. Aurelino de Araujo Leal e Edgard Roquette Pinto.

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) convida o sr. Basilio de Magalhães para servir de 2º secretario.

O Sr. Basilio de Magalhães (*servindo de 2º secretario*) lê a acta da 7ª sessão ordinaria, realizada a 12 do corrente, a qual é approvada unanimemente e sem discussão.

O Sr. Dr. José Americo dos Santos participa que a commissão nomeada pelo Sr. Presidente para apresentar os cumprimentos de bôas vindas ao socio honorario, sr. dr. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, cumpriu o seu dever.

O Sr. Presidente communica ao Instituto o fallecimento do consocio honorario, sr. dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, lançando-se, nos termos dos Estatutos, na acta da sessão, um voto de profundo pezar por esse acontecimento.

Diz que a presente sessão extraordinaria foi convocada para se proceder á votação de dous pareceres da Commissão de Admissão de Socios, votação que não convém adiar para o anno proximo, visto como a 21 deste, com a sessão magna, ficarão encerradas as sessões.

O Sr. 2º Secretario lê o seguinte parecer da Commissão de Archeologia e Ethnographia:

— « A' Commissão de Archeologia e Ethnographia foi presente a proposta do nome do sr. dr. Roberto Lehmann-

Nitsche para socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, proposta que subscreve com plena satisfacção.

O dr. Lehmann-Nitsche faz parte dessa benemerita pleiade de sabios, em que se contam os nomes de Guido Boggiani, Florentino Ameghino, Juan Ambrozetti, Lafone Quevedo, Felix Outes, Luiz Maria Torres e outros que, tomando para campo de suas investigações a America Austral, desvendaram á sciencia horizontes novos no que concerne á interpretação dos phenomenos anthropologicos.

As suas descobertas archeologicas, de collaboração com Ameghino, no pampeano inferior do Moro, embora não tivessem sido acceitas nos centros scientificos com a attenção que mereciam, são de ordem a marcar-lhe logar distincto nos fastos da sciencia moderna.

Tão vasta quanto proveitosa é a sua producção scientifica. Della basta-nos destacar seu trabalho sôbre o folklore argentino, dos quaes estão publicados quatro volumes: I, *Adivinanzas Rioplatenses*; II, *El Retajo*; III, *El Chambergo*; IV, *La bota de potro*, e o V em via de publicação.

Do primeiro delles já disse uma auctoridade competente, o dr. Rodolfo Lenz, da Universidade do Chile, — que é um modêlo de trabalho scientifico e significa um notavel progresso na Enigmatologia popular, pela engenhosa classificação do material folk-lorico, segundo os elementos constitutivos. As adivinhações pacientemente recolhidas ascendem ao número de 1.030, além de 909 variantes e 166 duplicatas de procedencia distincta ou sejam, ao todo, 2.105 peças.

El Retajo estuda um interessante caso de cirurgia veterinaria popular, costume em voga entre os gaúchos argentinos, e que se encontra tambem em outras regiões, notadamente na ilha de S. Domingos. *El Chambergo*, palavra que se deriva do nome do marechal Schomberg, é o chapéo de uso commum entre os gaúchos do Prata e uma das peças mais characteristicas do seu vestuario. Nessa monographia, como tambem na *Bota de potro*, faz o auctor um curioso estudo sôbre a indumentaria gaúcha, servindo-se de importantes elementos historicos e ethnographicos, que são magistralmente manejados.

A contribuição folk-lorica do sr. dr. Lehmann-Nitsche, nas monographias que ligeiramente indicamos, é, sem duvida, a mais opulenta que ha saído a lume na America do Sul.

Chefe da secção anthropologica do Museu de La Plata, cathedratico titular de Anthropologia nas Universidades de La Plata e Buenos Aires, o proposto, que ha longos annos reside na Argentina e cujos affectos por esse paiz o têm incorporado á sua população intellectual, mereceu a distincção de ser designado para secretario geral do XVII Congresso Internacional de Americanistas, reunido em Buenos Aires, em Maio de 1910.

Muitas são as corporações sábias da Europa e da America que o têm como seu associado, entre ellas o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pois, chamando a seu gremio esse illustre scientista, não faz mais do que homologar um acto de incontestavel justiça.

E' este o parecer da Commissão.

Rio, 19 de Outubro de 1916. — *A. F. de Sousa Pitanga*, relator. — *Basilio de Magalhães.* — *Eurico de Góes.* »

O parecer é approvado e a proposta enviada á Commissão de Admissão de Socios, sendo designado relator o sr. dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho.

O Sr. Presidente diz que o Instituto fôra convidado pelo sr. presidente da Republica para assistir no dia 20, ás 17 horas, no Palacio do Cattete, á assignatura do laudo que contém o accôrdo da questão de limites entre os Estados do Paraná e Sancta Catharina, facto que deve merecer o applauso de todos os Brasileiros. Para representar o Instituto nomeia a seguinte commissão: drs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, M. Fleiuss, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana e marechal Bernardino Bormann.

O Sr. Presidente declara depois que se vai proceder á votação dos pareceres da Commissão de Admissão de Socios, lidos na sessão de 28 de Septembro ultimo, relativos á elevação, a socio honorario do socio correspondente, sr. dr. Theodoro Sampaio, e á admissão, como socio effectivo, do sr. dr. João Martins de Carvalho Mourão.

Corridos os escrutinios, os pareceres são approvados por unanimidade de suffragios, e, acto continuo, o Sr. Presidente proclama socio honorario do Instituto o sr. dr. Theodoro Sampaio e socio effectivo o sr. dr. João Martins de Carvalho Mourão.

Nada mais havendo a tractar, o sr. presidente convida os socios para a sessão magna commemorativa do septuagesimo oitavo anniversario da fundação do Instituto, que se realizará no dia 21, ás 21 horas. Levanta-se depois a sessão ás 17 ½ horas.

Basilio de Magalhães.
Servindo de 2º secretario.

SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO SEPTUAGESIMO OITAVO ANNIVERSARIO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1916

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

A's 21 horas, na séde social, abre-se a sessão magna commemorativa do septuagesimo oitavo anniversario da fundação do Instituto, com a presença dos seguintes socios: srs. drs. Wenceslau Braz Pereira Gomes, presidente da Republica e presidente honorario do Instituto, conde de Affonso Celso, presidente perpetuo do Instituto, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, dr. Edgard Roquette Pinto, dr. Augusto Tavares de Lyra, dr. Manuel de Oliveira Lima, dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, dr. Homero Baptista, dr. José Carlos Rodrigues, dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, almirante Arthur Indio do Brasil, dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, dr. João Luiz Alves, almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, dr. Aurelino Leal, dr. Afranio de Mello Franco, major dr. Liberato Bittencourt, dr. Eurico de Góes, dr. Pedro Souto Maior, dr. Alberto de Carvalho, dr. Alfredo Valladão, dr. José Americo dos Santos, dr. Helio Lobo, dr. Alfredo Rocha, general dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, general

Emygdio Dantas Barreto, marechal José Bernardino Bormann, dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, dr. Annibal Velloso Rebello, João de Lyra Tavares, conde de Leopoldina e dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Aberta a sessão, o Sr. Conde Affonso Celso lê a seguinte allocução, como presidente do Instituto:

« Exmo. sr. presidente da Republica e presidente honorario do Instituto. Minhas senhoras, meus senhores, illustres consocios — Precisasse ainda, porventura, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro de titulos para abonar o seu procedimento ou justificar a sua missão, e bastariam a satisfazer ás maiores exigencias os trabalhos executados no anno social hoje findo.

Em verdade, nesse periodo, á imitação, aliás, dos septenta e septe anteriores, desempenhou de exemplar maneira o nosso gremio os seus numerosos deveres, fazendo funccionar sem excepção, com regularidade, exacção, diligencia insuperaveis, multiplos e relevantes serviços.

As sessões prescriptas pelos estatutos realizaram-se, indiscrepantemente, nas datas proprias.

Nellas, assim como em mais de uma supranumeraria, além do costumado labor, proferiram-se elevados discursos, por motivo da posse de novos socios e fizeram-se conferencias, sempre eruditas, interessantes, educadoras.

O nome dos oradores e os themas tractados demonstram este asserto.

Conferencistas: Pedro Lessa, Alfredo Valladão, Roquette Pinto, Homero Baptista, Basilio de Magalhães, Oliveira Lima, Clovis Bevilaqua e Max Fleiuss.

Assumptos: Centenario de Varnhagen; Abolição do captiveiro; João Diogo Sturtz; Evolução das tarifas aduaneiras; Administração de Arthur de Sá Menezes e Dom Alvaro da Silveira e Albuquerque; Academia de Altos Estudos; Lei de 28 de Septembro; Francisco Manuel e o Hymno Nacional.

Como vêdes, nada melhor.

Acha-se em dia a *Revista*, com septenta e oito volumes, no geral de dous tomos cada um, opulentos de informações e conceitos inestimaveis.

A bibliotheca, a mappotheca, o archivo, a secretaria, con-

tinuaram a ministrar proficuos ensinamentos, em crescente escala de assiduas consultas.

Do Congresso de Historia Nacional, reunido por iniciativa do Instituto, a 7 de Septembro de 1914, já se editou a quasi totalidade das monographias, mais de noventa, que, até ó fim do anno, formarão cinco grossos volumes.

Outra iniciativa do Instituto, a condigna commemoração de 1922, vai recebendo activo e fecundo impulso, prenunciador de satisfactorio resultado.

Inaugurou-se, e, com selectissimo corpo docente e já avultada turma de alumnos, correspondeu ás bellas esperanças nella postas, a Academia de Altos Estudos, tambem fundação do Instituto.

Locupletou-se o nosso deposito de documentos preciosos com os originaes de duas obras ineditas valiosissimas: « Historia da Independencia », por Varnhagen, e as « Ephemerides » de Rio Branco, ambas as quaes, revistas e commentadas, serão por nós opportunamente dadas a lume.

Do mais, e dos pormenores do ligeiramente recordado, prestar-vos-á escrupulosa conta o relatorio do nosso operosissimo secretario perpetuo.

Dentro de um anno incompleto, nada menos de seis grossos volumes, de grande formato e apertado typo, compoz, imprimiu e divulgou o Instituto.

A somma das respectivas páginas — cêrca de 5.000 — algumas com gravuras, mappas, musicas — facultaria materia a uns quinze volumes usuaes, em que a excellencia do texto sobrelevasse a quantidade.

Constituem esses livros magnifica e ampla collectanea scientifica e litteraria, engendrada e offerecida ao público, em prazo curtissimo, através notorias ingentes difficuldades, pela velha corporação.

Só isto lhe evidencia a vitalidade, vantagem, inteireza, comprovada por muitas outras irrecusaveis razões.

Qual a associação, nacional ou extrangeira, que apresente superiores testimunhos de exfôrço, boa vontade, perseverança, extremado zêlo?

Empenhando-se para que repousem em territorio patrio os despojos humanos de s. m. o sr. d. Pedro II, o Magnanimo, e sua sancta consorte, bem como para o levantamento de uma

herma ao auctor do Hymno Nacional, corrobora o Instituto a convicção de que o balanço moral do anno transcorrido deve regosijar-nos e incutir-nos desvanecida animação.

A unica, mas essa pungente, nota melancholica proveio da perda de varios confrades eminentes, á memoria dos quaes renderá os justos preitos a magistral eloquencia do nosso orador.

Agita-se no paiz benemerita campanha destinada a promover o avigoramento do civismo.

Significativos e auspiciosos indicios mostram que o sentimento patriotico, cuja apathia causava tamanha tristeza e graves apprehensões aos sinceros amigos do Brasil, recebe, no actual momento, instigação tendente a rejuvenesce-lo, adapta-lo ás circunstancias, torna-lo o que deve ser — vibrante, energico, impavido, disposto e prompto á lucta, ao desinteresse, á abnegação, ao sacrificio.

Ainda bem!

A catastrophe européa, si algo suscitou de bom, foi despertar incentivos sopitados, patentear a necessidade de nações varonis, compenetradas de suas prerogativas e obrigações, preparadas em qualquer instante para defender as primeiras e cumprir as segundas: foi additar ao ideal da Patria, com todos os austeros encargos delle decorrentes um refôrço, um alento, um ardor, que lhe tonificaram, electrizaram, magnificaram as fibras essenciaes.

Mercê de Deus, no Brasil, jámais, em sendo reclamado, falhou o patriotismo.

Por occasião da investida paraguaia, (já o assignalei na imprensa) quando se improvizaram batalhões de voluntarios, que heroicamente se bateram, no penoso curso de cinco annos, rivalizando em denodo, ardimento, dedicação á bandeira, com os melhores soldados; por occasião do incidente Christie, quando briosos e altivos repulsamos a insolencia de um diplomata britannico, rompendo, em emergencia de serios embaraços, as relações com a Inglaterra, que, afinal, reconheceu a nossa lisura e galhardia; por occasião da abolição do captiveiro, quando, sem ponderar que irreparaveis prejuizos se imporiam talvez á classe mais productiva e poderosa do Estado, emancipámos de chofre milhares e milhares de escravizados, destruimos o regime secular, amparado pela lei e pelos cos-

tumes, e, de braços abertos, incorporámos á massa social os descendentes das victimas, perseguidos em mais adeantadas regiões; em todas essas conjuncturas, tragicas ou epicas, o Instituto Historico, sem um deslize ou interrupção siquer, estimulou por todos os meios legitimos a seu alcance, taes movimentos salutares, buscando insufflar e embeber no povo, com o culto da tradição, o conhecimento e o amor da sua terra, a consciencia da sua responsabilidade, o dever da coragem e da perseverança, afim de torna-lo capaz de intrepida e rectamente seguir a direcção gloriosa que lhe parece traçada pelo destino.

Mesmo, e sobretudo, em horas angustiosas, quando o patriotismo, retrahido, molesto, desorientado, se exhalava em queixas, protestos, recriminações, aqui se ouviam vozes de confôrto, hymnos de inabalavel confiança.

Um dia passado sem servir á patria é um dia cortado de minha vida, disse um guerreiro famoso.

O Instituto, pelo allegado motivo, nenhum momento aproveitavel eliminará de seu percurso, excedente de tres quartos de seculo.

Cabia ás antigas sacerdotizas de Roma a honra augusta de conservarem perennemente accesa, ante o altar de Minerva, a chamma sagrada que, si, por desgraça, extincta, só se reaccendia aos raios do sol.

Além disso, guardavam ellas o *palladium*, exerciam funcções de conselheiras públicas, dirigiam aos céos preces constantes, consideradas efficacissimas, para a salvação commum, e interpellavam não raro os dirigentes, concitando-os a permanecer vigilantes.

« *Vigilasme, rex? Vigila...* »

Programma analogo tem sido o nosso e se-lo-á pelo porvir adeante, pois ao Instituto sobejam designios e elementos para arrostar os tempos, cheio de serena, inabalavel, invencivel fé na Patria, com a qual se acha identificado. » (*Palmas.*)

O Sr. Max Fleiuss, 1º *secretario perpetuo*, obtendo venia do sr. presidente da Republica, lê o seguinte relatorio:

« Illustres consocios: — Serenamente, patenteando a cada passo quanto preza as suas altas responsabilidades e o valor do seu patrimonio, cumpriu o Instituto, com a maior nobreza

e exactidão, como sempre tem feito, todos os deveres que lhe estão incumbidos, e sente-se orgulhoso de confessa-lo neste dia do seu septuagesimo oitavo anniversario.

Mais um anno transcorrido em beneficio das lettras historicas, e — por que não dize-lo desde logo? — da solidariedade nacional, porque nesta casa, onde se venera a tradição, onde se perscruta e respeita o passado, ha um culto superior a todos os outros: — é o culto do civismo, do engrandecimento do Brasil, de cuja resplendente historia jámais se apagarão os factos que inspiram as grandes acções conjuradoras dos perigos em que possamos incorrer.

E o sentimento de nacionalidade, que cultivamos aqui, merece cada vez maior incremento, impõe-se ao desvelo de todos os Brasileiros, para que permaneça intacta a hegemonia da Patria e respeitada a sua soberania e tambem para que, com altivez e desassombro, hombreemos com os povos fortes e viris, destinados a viver longa e prosperamente no porvir.

A historia do heroïsmo brasileiro aprende-se sob este tecto, mais do que sob qualquer outro. E não se aprende unicamente pelo documento litterario, mas egualmente pelo facto material.

Nos seus septenta e oito annos bem vividos, é licito que o Instituto se orgulhe de haver contribuido não pouco para esse apanagio moral — constituindo a arca-sancta das tradições patrias e ao mesmo tempo uma eschola de trabalho perseverante e fecundo, vizando sempre o ridentissimo futuro que aguarda esta terra bendicta, illuminada pelas scintillações do Cruzeiro.

Para, em rapida synthese, resaltar a verdade de tal affirmação, basta o exame summario da actividade desta casa em 1916.

Realizaram-se este anno septe sessões ordinarias, duas extraordinarias, uma solenne especial, além da assembléa geral que se effectou a 15 de Dezembro de 1915, na qual foi reeleita toda a Directoria e outorgada a perpetuidade nos cargos ao presidente e ao orador do Instituto, premio muito acertado e muito justo aos relevantes serviços prestados a esta aggremiação pelos dous insignes Brasileiros, cujos nomes os nossos fastos insculpem entre os dos mais benemeritos: — Affonso Celso e Ramiz Galvão.

Na mesma assembléa geral foi eleito presidente honorario do Instituto o honrado sr. dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, digno chefe do Estado.

A sessão solenne especial realizou-se a 17 de Fevereiro para commemorar o centenario do nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, cumprindo-se assim a deliberação do Instituto, tomada em 20 de Abril de 1915, por proposta minha e do meu illustre amigo e collega sr. Roquette Pinto, afim de que fosse tributada esta homenagem a um dos maiores cultores da nossa Historia, tendo sido convidado o nosso eminente consocio sr. Pedro Lessa para escrever sôbre a individualidade do egregio Brasileiro.

Está ainda bem viva na memoria de todos a magnifica impressão causada pelo trabalho do douto jurisconsulto e publicista sôbre o emerito auctor da « Historia Geral do Brasil ».

As sessões ordinarias realizaram-se a 20 de Abril, 13 de Maio, 28 de Junho, 29 de Julho, 26 de Agosto, 7 de Septembro e 12 de Outubro; as extraordinarias em 28 de Septembro e 19 de Outubro.

Nessas sessões tomaram posse os socios effectivos srs. Ernesto da Cunha de Araujo Viana e Erico Marinho da Gama Coelho, bem como os socios correspondentes srs. Annibal Velloso Rebello e senador João de Lyra Tavares, todos os quaes foram recebidos pelo insigne orador do Instituto, sr. dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.

Tambem em todas as sessões — exceptuada apenas a primeira ordinaria, que foi muito rapida, porque nesse dia se inaugurava a Academia de Altos Estudos — houve leitura de trabalhos ineditos dos socios, cujos nomes dão logo idéa do quilate de taes producções. Assim, a 13 de Maio, fallou Alfredo Valladão, fazendo uma apreciação historico-social da grande data: a 28 de Junho, Roquette Pinto occupou a attenção do Instituto, dando minuciosa noticia sôbre a interessante personalidade de João Diogo Sturtz, que foi consul brasileiro no reino da Prussia; a 29 de Julho lia Homero Baptista um capitulo de obra sua, ainda não dada a prélo, e no qual tractou da « Evolução da tarifa aduaneira após a Independencia até 1844, tarifa Alves Branco »; a 26 de Agosto, expoz Basilio de Magalhães investigações documentaes suas sôbre a admi-

nistração de Arthur de Sá e Menezes e d. Alvaro da Silveira de Albuquerque, que governaram esta região meridional do Brasil em fins do seculo XVII e começos do XVIII; a 7 de Septembro discorreu Oliveira Lima sôbre a fundação da Academia de Altos Estudos; a 28 do mesmo mez dissertou Clovis Bevilaqua sôbre «28 de Septembro e o visconde do Rio Branco»; e a 12 de Outubro finalmente, para, como contraste, mais realçar o merito de taes leituras, coube-me a vez, tractando do Hymno Nacional e de Francisco Manuel.

Entre as idéas aventadas nas sessões merece especial registo a do sr. Basilio de Magalhães quanto á trasladação, para o Brasil, dos restos mortaes de d. Pedro II e d. Teresa Christina, idéa depois apoiada em proposta do sr. Alfredo Valladão e que traduz hoje uma unanime aspiração do sentimento nacional.

Das moções apresentadas não podem ficar em olvido as do sr. presidente com relação ao papel brilhante que representaram na Embaixada á Republica Argentina os nossos prezados consocios srs. conselheiro Ruy Barbosa e almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, e á solução do litigio territorial entre os Estados de Sancta Catharina e Paraná, levada a effeito pela patriotica intervenção do sr. dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, presidente da Republica, e tambem a indicação feita pelo sr. Roquette Pinto, afim de que o Instituto apoiasse o levantamento da Carta Geral do Brasil.

Dentre as offertas, que, no anno transcorrido, vieram enriquecer o acervo do nosso gremio, as mais importantes foram, por parte do illustre socio honorario sr. dr. Lauro Müller, digno ministro das Relações Exteriores, dos originaes da «Historia da Independencia», de Francisco Adolfo de Varnhagen, bem como das «Ephemerides» do barão do Rio Branco, tendo sido a remessa deste ultimo autographo completada gentilmente pelo distincto substituto interino do sr. dr. Lauro Müller, o sr. ministro dr. Sousa Dantas.

Para examinar e coordenar os referidos originaes, o benemerito presidente do Instituto nomeou uma commissão, composta dos srs. Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Basilio de Magalhães, como relator, Vieira Fazenda e do secretario perpetuo do Instituto, servindo de secretario da commissão o sr. Rodolfo Garcia.

Apresentou ella o seu trabalho a 7 de Septembro, merecendo o relatorio, todo elaborado por Basilio de Magalhães, os applausos que lhe deferiu o Instituto, accentuados no voto de louvor proposto pelo sr. dr. Ramiz Galvão e que o egregio sr. presidente indicou se tornasse extensivo a toda a commissão, incluindo o consocio sr. Pedro Souto Maior, que tambem muito auxiliou a mesma commissão.

Quanto ás « Ephemerides » do barão do Rio Branco, a commissão as está estudando, sendo que, por deliberação do Instituto, foi o provecto dr. Vieira Fazenda incumbido de escrever as do mez de Março, não existentes nos originaes offerecidos ao Instituto.

Cumpre egualmente ser consignada nestas linhas a offerta, feita pelo eminente consocio honorario sr. dr. José Carlos Rodrigues, do retrato a oleo da princeza Isabel, a Redemptora, e que foi tambem recebida com especial agrado.

No que diz respeito á nossa « Revista », cabe-me, com grande ufania, informar ao Instituto que, até a presente data, foram publicados no corrente anno seis volumes, a saber: — a reimpressão do tomo II, relativo a 1840, com 647 paginas; a parte 2ª do tomo LXXVII, de 1914, com 682 paginas; a parte 3ª do tomo especial do 1º Congresso de Historia Nacional, com 953 paginas; a parte 1ª do tomo LXXVIII, de 1915, com 529 paginas; a parte 2ª do tomo LXXVIII, tambem de 1915, com 877 paginas; e a parte 4ª do tomo especial do 1º Congresso de Historia Nacional, hoje distribuida, com 900 paginas. Até o fim deste anno apparecerá, talvez, a 5ª e ultima parte do tomo especial consagrado ao brilhante Congresso, que tão larga cópia de materiaes reuniu para o estudo da evolução social de nossa Patria.

No que acabo de expôr, creio que fica patenteada a toda a luz a grande somma de trabalhos do Instituto nestes ultimos mezes.

Não devo encerrar esta ligeira referencia á nossa « Revista », sem que consigne aqui a minha gratidão para com a boa vontade, que sempre encontrei da parte de todos os funccionarios da Imprensa Nacional e muito particularmente do seu digno director, sr. dr. Castello Branco.

A nossa sala de leitura publica funccionou com a maior regularidade, tendo sempre os estudiosos achado no dr. Vieira

Fazenda, nosso venerando e prestantissimo bibliothecario, o timoneiro seguro de todas as pesquisas.

Desenvolveram-se egualmente com a mesma regularidade os serviços da Mappotheca, Bibliotheca, Archivo e Secretaria. E tractando desses departamentos cumpre-me citar, principalmente, entre louvores, os nomes de Roquette Pinto, Basilio de Magalhães, Rodolfo Garcia, Alexandre Camisão e Juvenal Martins.

O enorme progresso das relações do Instituto, que actualmente se corresponde com quasi todas as bibliothecas americanas e européas, assim tambem com as mais importantes sociedades historicas e geographicas do mundo culto, impõe, logo que seja possivel, a remodelação da secretaria, dotando-a de maior efficiencia para o cumprimento de suas funcções.

Si é certo que os limitados recursos de que dispõe o nosso benemerito gremio não nos permittem cogitar desse ponto presentemente, todavia já temos feito muito no sentido de manter a boa estimação, de que gosa esta casa nos centros intellectuaes do extrangeiro — graças principalmente aos auxilios do Govêrno da Republica, sem os quaes ficaria de todo annullada a nossa acção, graças á administração do illustre sr. presidente, graças, enfim, á dedicação, neste particular, do honrado sr. thesoureiro, commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, que, ha mais de 11 annos, vem exercendo, com a maior rectidão e desinteresse, o penoso cargo de que o investiu o Instituto, a cujo reconhecimento dia a dia augmenta o seu direito.

De facto, o departamento economico da nossa associação tem sido gerido de modo exemplar, pois todas as despesas passam pelo meticuloso exame da Commissão de Fundos e Orçamento, de que é relator o sr. Clovis Bevilaqua, assim como pela rigorosa fiscalização das commissões do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, a cujas frequentes inspecções é sempre franqueada a nossa escripturação.

Não é justo exquecer o nome do auxiliar do nosso Thesoureiro, o official da secretaria do Instituto, sr. Juvenal Martins.

Dentro do anno ora findo perdeu o Instituto os seguintes socios, arrebatados pela morte: Orville Adalbert Derby, Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, José Verissimo Dias

de Mattos, Affonso Arinos de Mello Franco, Artur Orlando da Silva, padre Julio Maria, José Francisco Diana, Alfredo Ferreira de Carvalho e Manuel de Mello Cardoso Barata. A estes companheiros illustres, cuja ausencia irrevogavel tanto nos punge, renderá dentro em pouco a devida homenagem o nosso preclaro orador.

Foram eleitos, no mesmo periodo, socios effectivos os srs. drs. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, Erico Marinho da Gama Coelho e João Martins de Carvalho Mourão; correspondente, o senador João de Lyra Tavares e elevado a honorario, o antigo correspondente, sr. dr. Theodoro Sampaio.

Resta-me ainda dizer da Academia de Altos Estudos e do Congresso Internacional de Historia Americana, ambos devidos ao Instituto.

Antes, porém, de tractar desses relevantes assumptos, quero referir-me a uma proposta apresentada principalmente pelo meu prezado companheiro sr. Roquette Pinto, para que o Instituto tome a iniciativa de organizar um Diccionario geographico e ethnographico do Brasil. Essa indicação, que viza a preencher uma deploravel lacuna, mereceu o assentimento unanime do Instituto e precisa de produzir os seus salutares effeitos. Será, portanto, uma das mais sérias cogitações do Instituto no entrante anno social.

Com relação á Academia de Altos Estudos, fundada pelo Instituto por proposta minha e de accôrdo com a orientação recebida do nosso eminente consocio sr. Oliveira Lima, bastará dizer que foi inaugurada no dia 20 de Abril, sendo dignas de registo e de applauso a regularidade e disciplina dos seus trabalhos. Das quatro cadeiras do primeiro anno, unico installado, e respectivamente a cargo dos srs. drs. Aurelino de Araujo Leal, João Martins de Carvalho Mourão, commendador Antonio de Barros Ramalho Ortigão (em substituição ao sr. dr. Amaro Cavalcanti, que enfermou dos olhos) e Alfredo Bernardes da Silva (nestes ultimos tempos substituido, em razão de molestia, pelo sr. dr. Arthur Pinto da Rocha), foram dadas até agora as seguintes aulas: 50 de Direito Constitucional e Historia Constitucional do Brasil, 44 de Economia Politica, 41 de Direito Commercial e 37 de Direito Civil.

Si os poderes publicos ampararem, como é licito esperar,

a patriotica iniciativa do Instituto Historico, a Academia de Altos Estudos vingará definitivamente e poderá fornecer ao paiz um nucleo de intellectuaes convenientemente apparelhados ao desempenho das responsabilidades cada vez maiores dos destinos do Brasil, pois a nossa Eschola felizmente reune para isso todas as condições de irrecusavel idoneidade.

Quanto ao Congresso Internacional de Historia da America, limitar-me-ei a relembrar o que disse a esse proposito em sessão de Septe de Septembro: — o Congresso, convocado pelo Instituto para commemorar-se o centenario da nossa emancipação politica, vai ser uma realidade tão brilhante quanto foi o 1º Congresso de Historia Nacional. Já estão feitos todos os trabalhos preliminares, que obedeceram á mais criteriosa e efficaz orientação.

Senhores! Cerrae um pouco as palpebras, como si intentasseis determinar os diversos planos de um quadro e pensae por alguns momentos no Instituto.

Revêde-lhe a fundação, na fecunda e inolvidavel phase regencial, quando era chefe do Estado Pedro de Araujo Lima e ministros Bernardo de Vasconcellos — o primeiro a conceder subvenção a este gremio scientifico —, Miguel Calmon, Maciel Monteiro, Rodrigues Torres e Rego Barros, tendo sido membros da Constituinte de 1823 os dous primeiros presidentes do Instituto, Fernandes Pinheiro e Araujo Viana. Comparte ainda em gabinetes formados por d. Pedro I o depois visconde de S. Leopoldo.

Após a maioridade, evocae as figuras de Aureliano Coutinho, o prestantissimo vice-presidente, de Araujo Viana, de Couto Ferraz, de Joaquim Norberto, e, pairando sôbre todas ellas, como o Anjo Tutelar, o protector magno desta casa, a colenda personalidade de d. Pedro II.

Com o advento da Republica, contemplae as individualidades venerandas dos supremos administradores do Instituto: o integerrimo chefe da Justiça Federal, Aquino e Castro, o ancião queridissimo de todos, que foi Paranaguá, e, finalmente, o Homem-Nação, que se chamou barão do Rio Branco.

Nos dias que correm — passando da recordação dos mortos para o preito inequivoco rendido a um vivo illustre — honra-se o Instituto do seu actual chefe, digno portador de um nome que exprime duas feições de maior relêvo nos

fastos da Patria: a do administrador intemerato e estadista convencional da célebre sessão de 11 de Junho de 1889 e o deputado ardoroso e pugnaz, que, na Camara temporaria do Imperio, teve a perfeita visão dos successos que iam dentro em breve desenrolar-se e não hesitou em os enunciar do alto da tribuna.

Assim, senhores, o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, na sua proveitosa existencia de mais de tres quartos de seculo, como que lembra e personifica todo o Brasil autonomo: a Constituinte, o 1º Imperio, a Regencia, o 2º Imperio e a Republica.

Póde e deve ser considerado como um dos symbolos augustos da Patria.

Cerquemo-lo, portanto, de todos os nossos carinhos, prestigiemo-lo cada vez mais, e reclamemos sempre para elle o amparo dos exclarecidos dirigentes da nossa terra, pois, si os Govêrnos republicanos não nos negarem o seu auxilio efficaz, hão de com isso tambem honrar-se e enaltecer-se, que a tanto monta respeitar e amar uma instituição, onde não só se guardam religiosamente e se aproveitam como licções proficuas os documentos do passado nacional, como ainda ella propria se erige em um desses documentos, synthetiza imperecivelmente as tradições, proporciona ensinamento á geração do presente e, por seu estudo perseverante e acendrado civismo, prepara os nobres espiritos, que hão de reger os nossos ridentissimos destinos em não remoto porvir! (*Palmas*).

Em seguida o Sr. Dr. Ramiz Galvão, orador do Instituto, pronuncia o seguinte discurso:

« Sr. presidente da Republica, sr. presidente e dignos collegas do Instituto, minhas senhoras e senhores.—Não venho carpir tristezas da morte; pretendo fallar-vos da Gloria, que a supplanta e sobrevive.

Só se anniquillam os que passaram pelo mundo sem a cultura de um ideal, sem serviços á Patria, sem as virtudes civicas que recommendam o homem á estima, ao respeito dos seus contemporaneos e da posteridade. Para esses o tumulo é effectivamente o fecho de apagada vida: diz o sacerdote christão a ultima palavra sôbre uns restos frios e inanimados, e o silencio da Historia impera para todo e sempre.

Não assim os que fizeram da vida terrena um exercicio constante de faculdades superiores a bem de uma idéa generosa, em prol da Patria ou da Hnmanidade, — mais ou menos benemeritos conforme o poder do talento ou as energias do character, conforme as circunstancias do meio e as contingencias da posição social.

Estes não morrem, eternizam-se em suas obras; para estes o tumulo é antes a porta ampla e gloriosa da Historia. O lucido escriptor revive nos seus livros, o mestre abalisado nos seus discipulos, o militar patriota nos exemplos fecundos do seu devotamento, o levita do Senhor na obra sancta do seu apostolado, o scientista nos grandes luzeiros que accende para guia e salvaguarda da sociedade, o legislador, o diplomata e o estadista na dignificação do paiz que conduzem á conquista da prosperidade, do bem estar e de um nome respeitado no tribunal das nações.

Pertenceram a esta cohorte illustre, senhores, nove saudosos companheiros de jornada, que hoje não mais aqui apparecem, porque á Providencia Divina aprouve transferi-los para mundo melhor. Uns tiveram na Terra largo ensejo para cultivar o seu ideal; outros, menos felizes, viram interrompida em meio a sua brilhante e auspiciosa carreira, — todos fizeram jus, porém, ao reconhecimento ou á admiração não só do Instituto Historico, que tanto honraram, como de todo o Brasil a que tanto serviram com dedicação e amor.

Paguemos a todos elles a nossa divida, lastimando apenas que outra voz mais eloquente e vigorosa não corresponda á grandeza desta missão, que reputo patriotica e sagrada. Si entretanto no cumprimento della faltarem irradiações de luz, posso assegurar-vos que sobrarão sinceridade e enthusiasmo: sinceridade de quem jámais mentiu á sua consciencia, — enthusiasmo que o gelo fatal dos annos não conseguiu, mercê de Deus, abafar em um coração cheio de amor por tudo quanto é bello, sancto e nobre.

— Seja primeiro na lista dos gloriosos ermãos, que perdemos no decurso deste anno social, seja primeiro o distincto americano que se chamou Orville Adalbert Derby, nosso collega desde 26 de Outubro de 1900.

Filho da cirade de Kelloggville, do Estado de Nova York, onde nasceu a 28 de Julho de 1851, estudante da Eschola

Normal de Albany e graduado pela Universidade de Cornell desde 1873, isto é, na edade apenas de 22 annos, teve a dita e a honra de fazer parte da importantissima Commissão Geologica, dirigida pelo professor Carlos Frederico Hartt, que tão notaveis serviços prestou á exploração e ao conhecimento das nossas riquezas naturaes.

Aproveitada depois com summo criterio a sua excepcional competencia como geologo, foi nomeado em Junho de 1879 director da Secção de Geologia do nosso Museu Nacional, onde trabalhou com lustre ao lado de Ladisláo Netto e J. Baptista de Lacerda, notaveis Brasileiros que tambem a morte já colheu, e em 1886 passou a dirigir a Commissão Geologica de S. Paulo, a cujos labores se dedicou com immenso proveito e exemplar devotamento.

Mais tarde, deixando aquella funcção, foi chamado pelo Govêrno da Republica para chefe do Serviço Geologico do Brasil, instituido pelo illustrado e operoso dr. Miguel Calmon, quando o nosso paiz teve a fortuna de o contar na posição de ministro, como *right man in the right place*.

As notas e publicações de Orville Derby sôbre a Geologia e Petrographia brasileira foram innumeras e valiosissimas. Desde a sua estréa em 1873 na « Cornell Review », até a nota sôbre o « Tietea singularis » publicada em Julho de 1914 no « American Journal of Science », muitos e variados foram os assumptos de que se occupou, mas todos, todos, relativos ao paiz que elle considerava segunda patria. Em 41 annos de estudo serio, pertinaz e fructifero contribuiu para desvendar mysterios da nossa Geologia, enriquecendo revistas scientificas dos Estados Unidos, da Allemanha e do Brasil com valiosos dados, com informações seguras e originaes.

Nem foi só o estudo dos nossos terrenos, dos nossos fosseis e das nossas riquezas mineraes que o preoccupou. Espirito culto e enthusiasta do trabalho, dedicou esmerada attenção a asumptos geographicos e historicos, assim como á Chartographia brasileira, segundo o demonstram á farta várias memorias inseridas nas revistas do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo e do Instituto Historico e Geographico Pernambucano, na « Revista Brasileira » e em folhas diarias do paiz.

Quando em 1890 tive de traduzir a excellente obra dida-

ctica de Lapparent — « Resumo da Geologia » — nada se me offereceu de mais valioso para dar idéa geral da constituição geologica do sólo brasileiro do que uma memoria de Derby publicada na obra de Wapœus; e fi-la inserir no livro, como estimavel appendice.

Nos assumptos de sua especialidade Derby era profundo. Modestissimo, retrahido até, nunca fez praça de tamanho saber, mas essa competencia era solida e real.

Muitos sabios extrangeiros de grande fama passaram pelo Brasil e estudaram sua riquissima natureza. Jamais serão aqui exquecidos os nomes de Augusto Saint-Hilaire e Carlos Frederico Philippe von Martius — os grandes cultores da Botanica brasileira. Ao lado, e depois desses dous luminares, fulguram os nomes de Spix, Burmeister, Descourtilz, Riedel, Pohl, Eschwegue, Miers, Walter Bates, Agassis, Norton, Hartt, Gorceix, Schwach, von den Steinen, Branner e ainda outros que me excuso de citar. A nossa esplendida natureza e os problemas ethnologicos do Brasil, foram sempre e continuam a ser o Eldorado dos naturalistas. Mas nenhum daquelles habeis cultores da Sciencia teve a permanencia de Derby em nosso meio, nenhum se apaixonou tanto nem se identificou com o Brasil como o saudoso consocio, cujos trabalhos rememoro. Pois bem. Esse homem notavel pelo saber, pelo amor ao trabalho, pela honestidade, pela dedicação á sua Patria adoptiva, — esse homem singular, modesto, operoso e sabio, que devera ser honrado com as maiores provas de confiança, com o carinho animador e solicito da administração pública, não foi sempre apreciado na altura de seus meritos e succumbiu, presa do desgosto e da allucinação. Faltou-lhe a força moral para resistir á onda do despeito pelas injustiças soffridas; elle, que dispuzera de tantas energias para realizar uma obra scientifica vasta e notabilissima, não as teve para resistir á burocracia incompetente e ousada, e num eclipse fatal da razão procurou na morte o allivio e o descanso a 27 de Novembro do anno passado.

Corramos um véo sôbre este lamentavel desenlace, senhores, e só glorifiquemos o trabalhador emerito que encheu de luz os annaes da sciencia. O Brasil não exquecerá o nome de Derby.

— Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, Portuguez

de nascimento, viu a luz em Mogadouro, termo de Bragança, aos 20 de Julho de 1823, e formou-se em Coimbra em 1847, após um excellente curso juridico.

Leite Velho, conterraneo do illustre Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, ou fosse por querer fugir ás grandes agitações da politica portugueza desse tempo, ou seduzido pelas noticias da nossa terra levadas por Brasileiros, condiscipulos seus na Universidade, deliberou deixar os lares da patria em 1854 e veio para esta capital, onde entregue a trabalhos forenses foi respeitado sempre pela inteireza de character e pela lucidez de espirito.

Aqui viveu por mais de meio seculo, modesto, trabalhador e estudioso. Nas sessões do Retiro Litterario Portuguez, que assiduo frequentava, ao lado de jovens enthusiastas, ardorosos e quiçá alguma vez apaixonados, a sua palavra ponderada e austera era ouvida com alto apreço.

Para o nosso Instituto, escreveu como titulo de admissão, a curiosa memoria — « *Estudo historico das relações diplomaticas e politicas entre a França e Portugal, desde a constituição da Monarchia portugueza até á quéda de Napoleão Bonaparte* ». Esse trabalho, « repleto de informações interessantes assim para Portugal como para o Brasil », na phrase de uma auctoridade conspicua da ordem de Affonso Celso, esse trabalho po-lo ao nosso lado desde 1903.

Entrava encanecido para estas fileiras; mas, como elle proprio o disse, seguia o lemma de Juliano: « ainda com os pés na sepultura aprender queria » — *etsi alterum pedem in sepulcro haberem, adhuc tamen addiscere velim*.

Em sua grande modestia dizia-se discipulo, mas era de facto um espirito amadurecido pelo estudo e pela experiencia, investigador sincero e perspicaz, apto para separar o trigo do joio, preparado para a perscrutação da verdade historica ás vezes tão dififcil de apurar no meio de « suspeições e preconceitos », no meio de « lendas provectas, que durante seculos campearam no throno sustentado pela credulidade ».

Não posso esquivar-me de lembrar o sentido trecho de uma carta ou memorial, que a 20 de Julho de 1915 endereçou elle ao nosso preclaro presidente. Escreveu então Leite Velho:

« Como o Instituto Historico e Geographico Brasileiro

conta entre seus socios — juizes, membros da alta magistratura, militares, ministros extrangeiros, etc., está claro que, não obstante as crenças politicas que nos possam separar, a todos comprehendo no doloroso amplexo de saudade, apertando-os mentalmente ao meu coração gratissimo, e jurando a todos com a fôrça que me dão as crenças no Redemptor, que, ao traçar estas linhas, hei mister de muita força de vontade para escrever sem a mão tremula e para conter as lagrimas com resignação afim de que não manchem esta ultima pagina, que é naturalissimo, será a do meu ultimo anniversario. »

Ahi tendes a commovente despedida do venerando ancião, que já sentia os prenuncios da morte. Mas em um ponto se enganava o Nestor da nossa Companhia. Essas lagrimas do velho amigo do Instituto, longe de mancharem a página da saudade, seriam como gottas de orvalho celeste sôbre planta amada, orvalho abençoado, orvalho caído de um firmamento de honradez, de sinceridade e de amor.

Perdemo-lo a 14 de Dezembro de 1915.

— Nasceu no Recife, a 22 de Julho de 1858, Arthur Orlando da Silva, filho de José Caetano da Silva. Matriculando-se muito moço na Faculdade Juridica daquella cidade, revelou desde logo amplos dotes de espirito, aviventados por uma sêde insaciavel de saber, e com galhardia chegou ao termo do curso academico.

Era a epocha assignalada pelo despontar de idéas novas naquelle meio scientifico, em que já fulgurava o talento de Tobias Barreto, e onde ao lado de Arthur Orlando appareciam com brilho Silvio Romero, Martins Junior, Phaelante da Camara e outros jovens Brasileiros promettedores de justa nomeada. A Philosophia evolucionista embriagava então o cerebro dos moços, e elles, convictos, saturados de leitura, não recuavam deante da auctoridade dos velhos mestres, faziam praça de doutrinas quasi revolucionarias, discutiam nas aulas, nos exames, nos gremios litterarios e na imprensa.

Os primeiros livros de Arthur Orlando foram: « Meu Album » e « Philocritica », ambos denunciadores do seu temperamento philosophico e prenuncios do erudito sociologo. Já com character mais grave e revelando estudos superiores appareceram depois o bello escripto intitulado « Pan-ameri-

canismo », os « Ensaios de Direito » e a « Propedeutica Juridica ». Pertencem á derradeira phase de sua estimada producção: um excellente livro intitulado « O Porto e a Cidade do Recife », em que se ostentou o seu grande amor á terra natal, o « Clima brasileiro », trabalho apresentado em 1911 ao Terceiro Congresso de Geographia, e sôbre todos notavel « O Brasil, a Terra e o Homem », obra de mestre, fructo de um espirito sazonado, e que infelizmente o auctor não chegou a concluir.

O vasto e lucido programma, que intentava desenvolver, ficou limitado ao 1° volume da grande obra fundamental; o athleta parou no inicio da carreira, quando no termo do estadio já se lhe preparava a corôa da victoria.

Como se está vendo, Arthur Orlando progredia na vida, abandonando as cogitações meramente phiolosophicas e abstractas para entregar-se com amor a grandes trabalhos de Sociologia brasileira. Neste particular, si a morte o não houvera colhido tão cedo, a 28 de Março deste anno, nosso distinctissimo companheiro teria realizado uma das mais bellas obras da moderna geração.

Jurista, philosopho e polygrapho eminente, Arthur Orlando militou por algum tempo na Politica, representando o seu Estado do Congresso Federal. Pertenceu á Academia de Lettras, onde succedeu ao saudoso barão de Loreto na cadeira de Junqueira Freire, proferindo a proposito de ambos um primoroso discurso de recepção, que póde ser contado entre as joias daquelle instituto; e desde 1906 fazia parte da nossa Companhia na qualidade de socio correspondente. Esta folga hoje em render-lhe uma justa homenagem. Quem escreveu « O Brasil, a Terra e o Homem » tem direito a ser contado no Areopago da Historia Patria como uma de suas glorias mais legitimas.

— Outro distinctissimo Brasileiro, roubado prematuramente á Patria e ás lettras, chamou-se Affonso Arinos de Mello Franco, nascido em Paracatú a 1 de Maio de 1868, filho do dr. Virgilio Martins de Mello Franco e de d. Anna Leopoldina de Mello Franco.

Tinha nove annos de edade, quando, nomeado seu digno pae juiz de direito em uma comarca de Goiaz, houve de

acompanha-lo áquella provincia distante, como antes succedera ao eximio Fagundes Varella, que em verdes annos, seguindo seu progenitor até Catalão, tivera opportunidade de conhecer *de visu* as scenas do interior sertanejo, que tão vivamente o impressionaram.

Pequenas circunstancias da vida, apparentemente sem valor, decidem ás vezes da directriz de uma existencia ou pelo menos do pendor de um espirito impressionavel. Como o primoroso poeta do « Evangelho nas Selvas » e de « Mimosa » guardou na retina e no coração os encantos daquella natureza e os quadros da vida campestre, que tão bellamente eternizou no verso, — assim talvez Affonso Arinos guardasse daquella viagem alguma cousa das scenas, que magistralmente desenhou depois nas páginas do precioso livro intitulado — *Pelo sertão*.

Após estudos preparatorios iniciados em S. João d'El-rei sob a direcção do conego Antonio José da Costa Machado, e concluidos no Atheneu Fluminense desta Capital, matriculou-se o joven e talentoso Mineiro na Faculdade de Direito de S. Paulo em 1885. Em 1889 era bacharel em sciencias juridicas e sociaes e iniciára já a série de publicações, em que se revelou o seu formoso talento. Datam do tempo da Academia *A Esteireira*, bello conto estampado e premiado na *Gazeta de Noticias* sob o pseudonymo de Gil Cassio, e bem lançados artigos de natureza politica publicados no *Liberal Academico* ».

Formado em Direito no anno da proclamação da Republica, teve logo opportunidade de entrar na vida práctica ao serviço do novo regime; mas, por melindres de ordem politica, não quiz acceitar a funcção, que lhe foi offerecida, preferiu o magisterio do Lyceu Mineiro de Ouro Preto, onde regeu a cadeira de Historia Geral e do Brasil, conquistada em brilhante concurso, e as horas que lhe restavam dedicou-as ao exercicio de advocacia.

Era o tempo da infeliz e tragica « Revolta da Armada »; eram os dias angustiosos do longo e doloroso estado de sitio nesta Capital. Com os sobresaltos, que naquelle periodo agitavam as almas do Rio de Janeiro, contrastava a relativa serenidade do generoso Estado de Minas, que offerecia seguro abrigo a dezenas de Brasileiros ameaçados de constrangi-

mentos, denuncias e prisões. Jornalistas, poetas e politicos illustres procuraram então a velha, benemerita e lendaria Villa Rica — e alli a habitação encantadora de Affonso Arinos era o obrigado encontradouro dos exilados homens de lettras.

Ao meu longinquo destêrro no Palacio Episcopal de Marianna chegava então a espaços o echo daquellas palestras adoraveis, e Affonso era o nume supremo dessas conferencias, que eu poderia chamar « dos divinos », si um grande espirito satyrico não houvesse ligado a este titulo uma accepção caustica e realmente injusta.

Nessa mesma habitação se discutiu e esboçou a creação da Faculdade de Direito de Ouro Preto, que levada a effeito contou Arinos no número de seus lentes cathedraticos; alli tambem se projectou a fundação do importante Archivo Publico Mineiro, do qual elle não quiz ser director, mas a cuja existencia ligava summo valor por saber que é em estabelecimentos desse genero que se preservam os fecundos mananciaes da Historia.

Dahi a vida de Affonso Arinos toma novo rumo. A convite de Eduardo Prado, deixa seu Estado natal e vai redigir o *Commercio de S. Paulo*, onde, mantendo sem quebra o seu ideal monarchico, se faz notavel pelo vigor da argumentação, pelo ardor patriotico e pelo interesse que revela por todas as idéas de progresso. As agitações politicas não o conturbam nem o fazem esmorecer. Elle tem alma de luctador, e lucta porque está convencido de que serve assim melhor á Patria.

Tendo desposado, em 1898, d. Antonietta Prado, filha do honrado e benemerito conselheiro Antonio da Silva Prado, seguiu, annos depois, para Europa, onde quasi passou a residir, sem que a alma nobre de Brasileiro deixasse um só dia de se preoccupar com a prosperidade e com o bom conceito da terra amada. Fundou alli um escriptorio de informações sôbre o Brasil, escreveu para gazetas, fez conferencias, pugnou pela verdade, refutando e confundindo viajantes embusteiros da ordem de Savage Landor; a pedido de seu amigo Rio Branco, representou com brilho o nosso Instituto no Congresso de Americanistas, reunido em Berlim; em uma palavra, foi sempre e em toda a parte genuino filho, e filho enthusiasta,

desta nossa grande terra, que elle idolatrava e da qual se constituira bellissimo ornamento.

De passagem pelo Rio de Janeiro, em 1911, Affonso Arinos realizou a sua promessa, lendo-nos aqui uma conferencia sobre Pedro I. Estaes lembrado, certamente, daquella figura sympathica e varonil do orador, e não exquecestes a elevação dos conceitos desse curioso perfil do primeiro imperador, traçado por mão habil e experimentada. Foi aquella, infelizmente, a ultima vez que o ouvimos. De volta á Europa, continuou elle a viajar, a escrever, a servir o Brasil, e passava por Barcelona, quando a 19 de Fevereiro deste anno o colheu inesperadamente a morte.

Deixa, a par de um nome respeitavel e querido, uma copiosa bagagem litteraria, que, aliás, em boa parte corre dispersa na página ephemera dos jornaes. *Pelo sertão, Notas do dia*, *Jagunços*, foram os unicos livros que legou: consta haver deixado ineditos os dous romances historicos *Ouro! Ouro!* e *O Mestre de campo*, o bello drama *O Contractador de diamantes*, e talvez um segundo livro de *Contos*. Oxalá se não percam essas gemmas litterarias filhas do acendrado patriotismo e da penna original, que tanto hourou a sua geração.

Affonso Arinos, nosso illustre companheiro desde 6 de dezembro de 1901, e membro da Academia de Lettras desde 1903, fazendo uma brilhante série de conferencias a convite da Sociedade de Cultura Artistica em S. Paulo, disse uma vez que o seu papel era o de « sineiro que sóbe a torre para chamar os fieis aos actos do culto ». Puro engano, senhores, dictado por singular modestia. Elle era, de facto, um levita sagrado do templo, um orador estimado nas ceremonias deste culto, em cujos annaes seu nome será sempre lembrado com a mais viva saudade.

— O conselheiro João Francisco Diana, fallecido a 16 de Junho deste anno em Montevidéo, pertenceu desde 1889 ao grupo de socios honorarios do Instituto, cujo merito reside mais em serviços publicos relevantes, prestados ao paiz, do que em trabalhos de natureza historica propriamente dicta.

Filho dilecto do Rio Grande do Sul e diplomado em Direito, cedo enveredou pela carreira politica, figurando com

brilho no valoroso partido liberal da provincia. Este deu-lhe uma cadeira na Camara dos Deputados desde 1878; si alli o dr. Diana não ostentou grandes predicados tribunicios, fez-se todavia respeitado pela circunspecção, pelo amor ao trabalho, pelo estudo sério das questões economicas, juridicas e internacionaes levadas ao seio do Parlamento.

Entre illustres e denodados companheiros da ordem de Silveira Martins, Florencio de Abreu, Camargo, Flores e Antunes Maciel, tinha Diana merito proprio para distinguir-se, e mereceu por isso constante apreço de seus pares e patricios.

Quando em Junho de 1889 o saudoso e nobilissimo visconde de Ouro Preto organizou o ministerio, que teve por sorte presidir aos destinos da nação na derradeira phase do regime monarchico, ao conselheiro Diana confiou a pasta dos Negocios Extrangeiros. Nesse breve periodo o digno Riograndense achou ainda occasião de revelar quanto valia. Entre seus actos de govêrno mais importantes baste-me citar a convenção litteraria com Portugal e a que assignámos com a Argentina para se resolver pelo arbitramento o famoso litigio das Missões.

Para gravar seu nome de modo honrosissimo nos annaes da Historia brasileira, não precisava mais do que esses dous convenios. Um protegeu a propriedade litteraria, tão sagrada, como qualquer outra propriedade, si é que ás mais não sobrepuja pela nobreza de sua origem. Como bem disse por aquella occasião o illustre ministro portuguez conselheiro Nogueira Soares, «desde que o auctor materializa ou encarna a sua concepção em uma fórma determinada, livro, partitura, estatua ou quadro, a justiça universal reclama que a legislação de cada paiz lhe garanta o fructo de seu trabalho, o seu direito sacratissimo de propriedade, embora prescreva a este direito os limites que, no interesse geral da sociedade e da civilização, o legislador póde e deve prescrever ao exercicio de todos os direitos». O convenio de 9 de Septembro de 1889 foi innegavelmente um grande serviço prestado ás lettras, ás artes e ás sciencias.

O outro, nem careço recordar-vos, illustre collegas, o outro convenio foi o primeiro passo dado para a famosa sen-

tença arbitral de Cleveland, que encheu de gloria o nosso caro Rio Branco, dirimindo de vez a secular questão de limites com a Argentina, nossa nobilissima ermã, e abrindo as portas adamantinas desta confraternização sincera, que hoje nos liga ao exforçado povo que demora além do Prata, brilhante vergontea do tronco latino, laborioso e intelligente cooperador das glorias americanas.

Pois bem. O conselheiro Diana, nosso exclarecido consocio, teve a fortuna e o merito de preparar esta grande obra. Si não escreveu Historia, fel-a do modo mais brilhante.

Arbitramento, filho da civilização, instrumento preciosissimo da Concordia e do Progresso, titulo honroso do nosso Codigo fundamental, concepção abençoada do amor á Humanidade, deixa que eu aproveite este ensejo para celebrar tua grandeza. Arbitramento honroso e feliz, o conselheiro Diana, que a ti ligou seu nome illibado, merece que o repitamos e louvemos com ufania juncto aos altares venerandos da Historia!

— Na tristissima madrugada de 23 de Junho deste anno finou-se, no Recife, um distinctissimo Brasileiro, um dos mais exforçados trabalhadores da moderna geração. Chamava-se Alfredo Ferreira de Carvalho o notavel homem de lettras, cuja perda os annaes da Historia brasileira justamente deploram. Jornalista, critico litterario e de arte, historiographo, bibliophilo apaixonado, o nosso illustre consocio sabia alliar tudo isso aos arduos labores do seu cargo de engenheiro.

Nascido no Recife a 27 de Junho de 1870, filho do coronel Thomaz Ferreira de Carvalho e de d. Julieta Christiazen de Carvalho, fez na cidade natal os primeiros estudos, mas na Allemanha e nos Estados Unidos os de engenheiro civil.

De regresso á Patria foi auxiliar technico da Estrada de Ferro de Caruarú, engenheiro-ajudante na Central do Brasil, engenheiro de primeira calsse na Central de Pernambuco, e por fim engenheiro fiscal das usinas e engenheiro das obras do porto do mesmo Estado.

Fóra dos seus deveres profissionaes um só estudo o preoccupava, porém, altamente, — o da nossa Historia e, em

particular, o da Historia do seu heroico e bello torrão natal. Conhecedor do hollandez, como de outras linguas vivas que habilmente manejava, continuou a obra do benemerito dr. José Hygino, passando para o vernaculo e enriquecendo de notas varios opusculos raros daquella grande série de publicações relativas ao dominio dos Hollandezes no Brasil, que se estamparam no seculo XVII.

A obra litteraria de Alfredo de Carvalho foi abundante e preciosa; anda, todavia, dispersa por gazetas e revistas, sendo para desejar que um dia appareçam reunidos, em volume, todos os artigos criticos e historicos, em que o distincto Pernambucano deu provas cabaes de seu talento e de sua erudição.

Dous trabalhos de alto valor occupavam-lhe ultimamente a prodigiosa actividade: annotações á Historia da Revolução de 1817, e a composição da « Bibliotheca pernambucana alienigena », isto é, um como diccionario biobibliographico de todos os auctores extrangeiros que escreveram sôbre Pernambuco. Aquellas annotações destinavam-se á proxima commemoração da revolução de 1817; a morte interrompeu este importante trabalho,, que está confiado actualmente á penna experimentada e ao grande saber de outro membro, e dos mais conspicuos do nosso Instituto, o illustrado sr. dr. Oliveira Lima.

Alfredo de Carvalho era uma bellissima mentalidade; admiravel exemplar de trabalhador, ardente patriota, presidente da Academia Pernambucana de Lettras, vice-presidente do Instituto Archeologico de Pernambuco, honrou a nossa Companhia desde 7 de Julho de 1905.

Tinha ainda ante si um largo futuro, e os muitos louros já colhidos faziam presagiar novos e relevantes serviços á Patria, que tanto amava; mas a Providencia em seus altos decretos não permittiu que o lidador proseguisse a sua batalha victoriosa. « Pára, disse-lhe, e o destino se cumpriu, cobrindo de crépe uma desolada familia. Lá estão seus restos no lugubre repouso do cemeterio de Sancto Amaro, mas o seu nome vive fulgurante no livro sagrado dos preclaros servidores do Brasil.

— Julio Cesar de Moraes Carneiro, natural de Angra dos Reis, onde nasceu a 20 de Agosto de 1850, foi mais tarde

aquelle venerando sacerdote, que todos respeitavamos sob o simples nome de padre Julio Maria.

Formado em Direito pela Faculdade de S. Paulo, onde recebeu o grau de doutor em 1874, seguiu primeiro a carreira da Magistratura, e, desposando uma respeitavel senhora, constituiu familia.

A Providencia divina, entretanto, reservara-lhe outra missão. Tendo enviuvado, o dr. Moraes Carneiro resolveu abraçar o estado religioso; aprimorou estudos thoelogicos e em Marianna veio a receber em 1891 as ordens sacras, que lhe foram conferidas pelo eminente bispo d. Silverio Gomes Pimenta, — esse sabio Mineiro formado nas mãos piedosas, para não dizer sanctas, de d. Antonio Viçoso, — esse prestimoso auxiliar, amigo e hoje successor de outro anjo da Egreja mariannense, que se chamou d. Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides.

Como este ultimo, que, já bacharel em lettras e em Mathematicas, e depois de professor laureado, abraçára o presbyterio, obedecendo ao chamado de Jesus Christo, assim o dr. Moraes Carneiro, depois de advogado e juiz, entendeu cumprir a vontade do Senhor deixando o mundo profano, abrigando-se á sombra sanctificadora da Cruz.

Primeiro durante algum tempo missionario apostolico, recolheu-se em 1905 ao claustro dos Redemptoristas. Ei-lo soldado da milicia de Sancto Affonso de Ligorio. Ei-lo em toda a pujança de seu talento prégando a doutrina catholica em sábias e instructivas conferencias, ás quaes acudia sempre um auditorio numeroso e selecto.

Seguindo a esteira luminosa dos padres Ventura, Ravignan, Felix e Monsabré, o padre Julio Maria era na tribuna sagrada um luctador e um vigoroso polemista. Intitulam-se: « Apostrophes », « Pensamentos e Reflexões », « A Graça », « A Paixão », « O Deus desprezado », « A Igreja e o povo », algumas das suas obras que viram a luz da publicidade. Por occasião das festas do IV Centenario do Descobrimento do Brasil em 1900 proferiu no « Te Deum » realizado a 6 de Maio, no sumptuoso templo da Candelaria, uma bella e eloquente oração. Para o « Livro do Centenario » escreveu a memoria intitulada — « A Religião, Ordens reli-

giosas, Instituições pias e beneficentes no Brasil». Ahi, fiel á verdade historica, manifestou com alta exempção de espirito o seu modo de sentir. São páginas dignas de grande levita do Senhor, que não se arreceava de magoar susceptibilidades e interesses, porque sendo sincero só queria e pretendia honrar a Patria. Ouvi as phrases lapidares, com que elle fechou o prefacio de sua Memoria:

«Os homens morrem; os apodos desfazem-se; os interesses, as paixões, as injustiças — tudo isso passa qual um turbilhão. Como a corrente de um rio prosegue, não obstante as gottas d'agua que saltam fóra e ficam á margem, a torrente da Historia, isto é, a Verdade, deslisa e segue triumphante, máo grado as vozerias que tentam deter-lhe a marcha. Como o rio chega ao oceano, a Verdade chega á Posteridade.»

Tal foi o illustre companheiro que tivemos a fortuna de contar no nosso gremio desde 15 de Septembro de 1899, e que a 2 de Abril deste anno se partiu desta vida. Morreu como um justo, e de certo a Sanctissima Virgem, da qual era fervoroso devoto, te-lo-á recebido na mansão da Gloria com aquelle doce sorriso, que é premio dos bons e dos eleitos. Nos templos catholicos, nos annaes da Egreja Brasileira seu nome perdurará.

— Ha oito dias apenas falleceu, em Belém, no Estado do Pará, o dr. Manuel de Mello Cardoso Barata, nobre patricio, cuja existencia deixou traços inolvidaveis na Politica e nas lettras.

Nascido naquella capital a 4 de Agosto de 1841, era filho de Manuel José de Mello Freire Barata e de d. Jacintha Maria de Araujo Cardoso. Formado em Direito pela Faculdade do Recife em 1872, foi vereador da Camara Municipal de Belém, membro da Liga Redemptora que collaborou activamente na nobre causa da abolição do captiveiro, mais tarde propagandista do novo regime politico, vice-governador do Estado do Pará e seu representante no Senado Federal por espaço de 15 annos. A Constituição Republicana de 24 de Fevereiro teve-o por um dos seus signatarios.

Parece, entretanto, senhores, que aquelle espirito culto de bom patriota se não acommodava facilmente ás contin-

gencias do meio politico. Por ultimo, apartado desse ambiente, nelle predominou a paixão da Historia, que fôra sempre um dos seus encantos e que o levara já a revolver e esquadrinhar archivos e bibliothecas de Europa, por occasião da viagem feita ao Velho Mundo depois de 1882.

Essa mesma paixão fe-lo colleccionador e bibliophilo; sua bibliotheca particular era das mais ricas do Brasil. Nella encontrava a luz, o balsamo, o confôrto, realizando aquella singular e expressiva inscripção, que o grande Ramses mandara gravar no frontão da bibliotheca de Memphis: « Remedios da alma » — *Psyches iatreion*.

E' alli, entre os livros e documentos, « mestres que nos instruem sem castigo, anciãos que nos abrem a cada hora o thesouro da sua experiencia, amigos de todos dias, que, si os chamamos, acódem, si os interrogamos não se calam, si uaïmos em erro ajudam-nos, si os importunamos não murmuram nem se negam »; é alli, — fonte de consolação ou de alegria, que a nossa alma se avigora para as luctas, que o nosso coração se refaz de grandes magoas.

E o distincto dr. Manuel Barata não era só o colleccionador intelligente e apaixanado: era um bandeirante patriota que sabia extrahir o metal precioso do rico minereo.

Por occasião do centenario da Imprensa do Brasil deu-nos um valioso catalogo dos jornaes paraenses: ainda ha pouco brindou-nos com o importante estudo historico-economico — *A antiga producção e exportação do Pará*, em que o illustre Brasileiro, lamentando a decadencia da lavoura e da industria pecuaria no seu Estado, aliás opulento de recursos naturaes, ao concluir profere aquella bella pharse, que vale por um esplendido programma: « Libertemo-nos do feitichismo da borracha: trabalhemos ». Ainda este anno, de sua penna laboriosa saïu mais outra memoria de fino lavor: a segunda edição d'*A Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco*, que é a ultima palavra sôbre a fundação da cidade de Belém, fixada por elle, á luz das provas mais convincentes, nos ultimos dias de Janeiro de 1616.

Era socio honorario do nosso Instituto desde 20 de Maio de 1904, e seu nome illustrava o quadro social de muitas outras corporações historicas do paiz.

O Pará, Srs., pôde contar em Manuel Barata um dos seus filhos mais prestantes; e elle entra gloriosamente para a galeria em que fulguram os nomes aureolados de d. Romualdo — o grande arcebispo; de Sousa Franco — o notavel estadista; de Bruno Seabra — o mimoso poeta; de Hilario Gurjão — o valoroso general.

— Pouco depois de se inaugurar o regime republicano, chegou a esta cidade, vindo desse mesmo Estado do Pará, tambem seu berço natal, um homem de lettras, joven, mas já cercado de nomeada, já auctor de excellentes livros e recommendado por serviços de valia como professor e director de instrucção publica. Chamava-se José Verissimo de Mattos. Nascido a 8 de Abril de 1857, iniciara estudos secundarios no Rio de Janeiro, mas por motivos de saude fôra obrigado a interrompe-los, tornando a Belém; alli completou sua educação, graças ao notavel talento e á sêde insaciavel de saber que o distinguiam.

Chegado á nossa capital mais tarde, com a reputação que grangeara, aproveitaram-n'o sem demora em posições de responsabilidade e na altura de seus meritos.

Foi director do Externato do Collegio Pedro II, então Gymnasio Nacional, e pouco depois lente de Historia da nossa Eschola Normal, importante instituto de ensino, que teve occasião de tambem dirigir por espaço de annos, sem abandonar a sua cadeira, regida sempre com zêlo e criterio. Desta alta missão de mestre da mocidade desempenhou-se com ardor de apostolo até 2 de Fevereiro proximo passado, data em que subitamente foi roubado á Patria e aos carinhos da familia. O Instituto Historico tivera a fortuna de o receber em seu gremio a 16 de Novembro de 1887, ha quasi 30 annos.

Aquelle espirito privilegiado, porém, não se limitava ao estricto cumprimento do dever. Jornalista e escriptor desde a juventude, tinha a paixão do livro e da imprensa. O redactor da *Gazeta do Norte*, o auctor das « Senas da vida amazonica », da « Pesca no Amazonas », da « Educação Nacional », continuou aqui a sua faina, devotando-se com especialidade á critica litteraria; escreveu para folhas diarias, onde mantinha secções especiaes, que foram sempre lidas com summo

interesse; trabalhou na composição de uma obra didactica, « Historia geral da Civilização », e na « Historia da Litteratura Brasileira », que veio como aquella á luz da publicidade quando já não tinhamos a fortuna de o ter ao nosso lado; preoccupou-se, enfim, com questões sociaes, as quaes por ultimo apaixonavam o seu bello coração movido por grandes sentimentos de justiça e de patriotismo.

A grande actividade espiritual de José Verissimo, servida por uma capacidade de trabalho pouco vulgar, não se circunscreveu todavia nestes limites. O eximio Paraense fundou aqui a *Revista Brasileira*, aggremiando neste empenho notaveis escriptores nossos e collaborou com enthusiasmo na creação da Academia Brasileira de Lettras, da qual por muitos annos foi membro laborioso e preclaro.

Como critico deixou á posteridade uma obra vasta e realmente merecedora de grandes encomios; em seus « Estudos », que occupam muitos volumes, enfeixou analyses subtis e dignas por vezes de um Brunetière ou de um Lemaitre. A sua obra posthuma neste genero é precioso legado que viverá, não obstante as objecções que se possam oppor com fundamento a alguns dos seus juizos sôbre prosadores e poetas.

Para o « Livro do Centenario », escreveu em 1900 uma excellente memoria — « A Instrucção e a Imprensa ».

Um exclarecido biographo resumiu cabalmente nas seguintes palavras cheias de verdade os characteristicos da individualidade do nosso illustre companheiro:

« Fino lettrado, professor assiduo, escriptor rebuscado mas agradavel, convincente e incisivo, critico dos que mais contribuiram para o exclarecimento e a comprehensão sympathica do nosso passado litterario, propagandista de cultura, do ensino moderno e da diffusão do ensino elementar, vulgarizador de idéas, patriota interessado cada vez mais pelos problemas politicos e sociaes que nos rodeiam, o sr. José Verissimo era das figuras primordiaes da intellectualidade brasileira, e á proporção que estudava a Historia, accentuava-se o seu nacionalismo. »

A ultima phase da vida do saudosissimo José Verissimo foi, porém, torturada por um grande desgosto, que lhe

apressou talvez o inesperado desfecho, e abalada por uma paixão nobilissima que lhe faz a maior honra.

A magoa do illustre Brasileiro originou-se de uma preterição iniqua. E por que pretenderam apouca-lo? Porque elle tivera o desassombro de externar o seu pensamento com altivez sôbre magnatas e poderosos senhores da situação politica. Preferiram, talvez, um escriptor servil, incapaz de ter opinião propria, cêra maleavel á feição dos moldes. Mas o professor José Verissimo, sem que o parecesse, era exactamente o inverso dessas figuras incolores e desfibradas. Animando aquelle corpo fragil, quasi enfermo, que todos conhecemos, havia uma alma de témpera antiga, um rijo character que se não dobrava a imposições nem a ameaças. Com os olhos fitos no dever civico e obedecendo á consciencia recta de cidadão modelar, afrontava o perigo, erguia a voz em defeza da Verdade e da Justiça, tinha a coragem de verdadeiro patriota.

Foi este o mesmo sentimento com que elle se alistou na «Liga Brasileira pelos Alliados», e aqui está a paixão nobilissima que lhe encheu os ultimos dias. Latino e nacionalista ardoroso, José Verissimo não sopitou no fundo d'alma a indignação e o horror causados por essa guerra funesta, que convulsiona o mundo.

Nesta hora critica para os destinos da Civilização, hora lugubre em que se não ouve no Antigo Continente sinão o gemido de milhões de victimas, mal abafado pelo estrondo dos canhões; quando toda a Humanidade estremece ou soffre as tristes consequencias da grande catastrophe suscitada pela ambição, pela vaidade, pelo orgulho e pela loucura; quando ruem fortalezas e cidades e se mutilam vandalicamente cathedraes e universidades, e se esterilizam terras de cultura transformadas em trincheiras de troglodytas; quando o Direito, a Justiça e a Piedade já não amparam siquer apostolos da religião, mulheres frageis, viajantes inermes e crianças innocentes; quando todo este horror se desdobra á luz plena do seculo XX, — José Verissimo, cultor do Bello, apostolo da Bondade, hoplita da Civilização, vexillario da Justiça e da Paz, não hesitou: sua penna amestrada poz-se ao serviço dos

grandes principios, e a Liga pelos Alliados encontrou nelle o mais caloroso e activo campeão.

Gloria, senhores, gloria ao nosso querido companheiro que passou a vida, servindo aos mais nobres e alevantados idéaes. Gloria tambem a todos os que illustraram o nome da Patria e as fileiras do Instituto Historico, trabalhando sem tregua e sem desfallecimento pela grandeza do Brasil, pela propagação da luz, pela victoria da Verdade, pelos sanctos principios, que unicos, honram os povos e as nações.

Quando a mocidade, em boa hora, ao lado do trabalho honesto e da conquista do saber, se alista pressurosa e garrula em batalhões luzidos para defender a honra do pendão auriverde em quaesquer emergencias dolorosas, que infelizmente possam surgir; quando essa nobre mocidade se apinha tambem nas escholas, açacalando armas para honrar e enaltecer o Brasil bem amado, perseveremos nós egualmente no labor da nossa campanha patriotica, sem o desanimo que enfraquece, sem o scepticismo que mata.

Seja pharol brilhante da nossa jornada a licção augusta dos caros e dignos companheiros que a morte não logrou aniquillar, porque a voz sonora da Historia os immortaliza. Cumpramos todos, como esses Brasileiros benemeritos, o nosso dever sagrado de cidadãos: aqui, na investigação serena do passado; alli, no ensino que adextra as gerações novas, no desinteresse patriotico, na exploração dos elementos da nossa riqueza, no respeito á soberania da lei, no culto religioso e indefesso do Direito, da Justiça, da Sciencia e do Bem.

Seja modêlo de civismo aquella augusta ceremonia, em que ainda hontem vimos congregados no palacio da Presidencia da Republica verdadeiros e eminentes patriotas, para realizarem e applaudirem o honrosissimo e feliz accôrdo, que deve pôr termo ao deploravel litigio de dous Estados ermãos. Alli se accendeu uma grande luz, que oxalá o sôpro de rivalidades e ambições funestas não consiga jámais apagar: alli se escreveu, sob a inspiração do nosso egregio presidente honorario, uma bellissima página da Historia Brasileira, — marco milliario de uma era de bendicta e suspirada confraternização nos annaes do Brasil uno e indivisivel.

E a Patria querida, alentada pelos moços ricos de espe-

rança, dirigida pelos varões honestos, cheios de fé, illuminada pelo exemplo e pelo conselho dos anciãos, que encaneceram na religião da Bondade, — ella, a Patria querida, terra abençoada desde o berço, transporá sem duvida os escolhos da derrota e seguirá ovante na conquista do seu glorioso futuro.

E' dos Sanctos Evangelhos que o pae amoroso accolheu com festas ruidosas o filho prodigo penitente. Assim a Providencia Divina, protegerá os destinos do seu caro Brasil, ella que está a dizer-lhe todos os dias nas scintillações do Cruzeiro:

« Volta aos principios da Economia e da Ordem, segue intrepido o caminho da Honra, da Concordia e da Paz, sê unida e forte, trabalha e vencerás!!

(*Applausos calorosos.*)

O Sr. Conde de Affonso Celso (*presidente*) agradece ás distinctas senhoras, conspicuos cavalheiros, a todos quantos arrostando a inclemencia do tempo, contribuiram com a sua presença para realce da solennidade. Tem a satisfacção de ver no auditorio os heroes do dia, os illustres governador do Estado de Sancta Catharina e presidente do Estado do Paraná, a quem renova as congratulações que tão eloquentemente acaba de formular o orador do Instituto.

Agradece especialmente a presença do sr. presidente da Republica, a quem reitera egualmente cordiaes emboras e applausos pela victoria de hontem, victoria do bom senso e do patriotismo, da qual o chefe da Nação foi o promotor e intemerato paladino.

Prestada esta justa homenagem, nada mais havendo a tractar, declara encerrada a sessão. (*Palmas.*)

Levanta-se a sessão ás 22 ½ horas.

Roquette Pinto.
2º secretario.

— Antes da sessão, o sr. presidente da Republica, acompanhado dos srs. conde de Affonso Celso, drs. Manuel Cicero, Fleiuss, Tavares de Lyra, Homero Baptista, Roquette Pinto e outros socios, percorreu as diversas dependencias do Instituto, demorando-se no museu e na bibliotheca, onde lhe foram mostradas algumas raridades bibliographicas, que s. ex. examinou com summo interesse; no museu examinou as mascaras de personagens notaveis, moedas, medalhas e outros objectos daquella secção, promettendo fazer uma visita mais demorada á associação.

— O sr. conde de Affonso Celso, presidente do Instituto, recebeu os seguintes telegrammas:

« Exm. sr. conde de Affonso Celso — Instituto Historico — Rio — Telegramma urbano, 21 Outubro — Felicito a grande associação, que v. ex. dignamente preside, pelo anniversario hoje celebrado, sentindo não poder comparecer á sessão de noite. — *Rodrigues Alves.* »

— Justificaram suas ausencias, por telegramma, os socios srs. barão Homem de Mello, dr. Erico Coelho e o sr. dr. Alberto de Oliveira, consul geral de Portugal.

— O sr. dr. Bernardino de Sousa, secretario do Instituto Historico da Bahia, telegraphou ao sr. conde de Affonso Celso, felicitando-o, em nome daquella associação, pelo anniversario do Instituto.

— Entre a numerosa assistencia havia, além de várias senhoras, os seguintes cavalheiros: coronel dr. Philippe Schimidt, governador de Sancta Catharina, dr. Affonso Camargo, presidente do Paraná, tenente-coronel J. Costa, representando o sr. ministro da Justiça, major Carlos Reis, commandante Thiers Fleming, capitão Eiras, dr. Affonso Celso Parreiras Horta, Lourenço Valle, Alvaro Semonetti, dr. Laudelino Freire, L. V. Le Cocq de Oliveira, dr. Oswaldo Corrêa, representante do sr. ministro Sousa Dantas, dr. Agenor de Roure, dr. Affonso Bandeira de Mello, dr. Thadeu Medeiros, dr. Marcos Baptista dos Santos, Godofredo de Oliveira, 2º tenente Candido do Valle, ajudante de ordens do presidente do Paraná, A. Carneiro Leão, Adelino de Magalhães, major Bandeira de Mello, J. Galhanone, J. Santos e muitos outros.

BIBLIOGRAPHIA

BIBLIOGRAPHIA

Francisco Muniz Tavares — Manuel de **Oliveira Lima**. — *Historia da revolução de Pernambuco em 1817*. Edição commemorativa (Recife, 1917, CCLXXXVI-410 págs.).

Afim de commemorar o primeiro centenario da revolução pernambucana de 1817, — «a unica revolução brasileira digna deste nome e credora de enthusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá fóros de ensinamento civico, e pela realização práctica que por algum, embora pouco tempo, lhe coube», instructiva pelas correntes de opinião que no seu seio se desenharam, attrahente pelas peripecias, sympathica pelos charactéres e tocante pelo desenlace», consoante com as felizes expressões de Oliveira Lima, — teve o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano a excellente idéa de reeditar, annotando-o, o depoimento pessoal de uma das mais idoneas testimunhas presenciaes do inolvidavel movimento e comparticipe delle, isto é, a Historia da Revolução de Pernambuco em 1817, devida á penna de monsenhor dr. Francisco Muniz Tavares, que depois representou sua provincia natal nas Côrtes constituintes de Lisboa, convocadas por motivo da revolução liberal de 1820, assim como na Constituinte brasileira de 1823 e ainda mais tarde no parlamento do Imperio.

Narração imparcial dos acontecimentos, não obstante a natural sympathia do seu auctor para com os vencidos e castigados, em cujo número esteve, narração verdadeira de todos os factos que com tanta rapidez se desenrolaram na heroica provincia septentrional, guieira das suas ermãs do Equador, — não podia, contudo, ser reimpressa agora, sem que simultaneamente se aproveitassem as novas achegas a ella pertinentes e apparecidas ha pouco ou depois da morte do preclaro historiador da gloriosa tentativa emancipadora de 1817.

A Alfredo de Carvalho, nosso illustre consocio e um dos mais competentes e operosos mourejadores da seara da Historia na região do Nordéste brasileiro, é que fôra confiada pelo Instituto Ar-

cheologico e Geographico Pernambucano a delicada missão de annotar a obra de Muniz Tavares. Mas a morte colheu inopinadamente o distincto escriptor pernambucano, quando apenas constava que puzera elle mãos a esse trabalho, e, por isso, aquella benemerita associação não poude deixar de recorrer á penna brilhante e consagrada do auctor de PERNAMBUCO E SEU DESENVOLVIMENTO HISTORICO e do D. JOÃO VI NO BRASIL, que tanto honra o gremio do seu Estado natal quanto illustra o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, de que é digno socio.

Só um solido preparo ao serviço de uma grande capacidade de trabalho, — predicados que characterizam a pessoa de Oliveira Lima, — eram capazes de levar esplendidamente a cabo, em tão exiguo espaço de tempo, a ardua tarefa que se lhe commetteu.

Cabouqueiro dotado desse raro senso da Euristica, de que nem todos os historiadores podem jactar-se, Oliveira Lima, além de soccorrer-se das NOTAS DOMINICAES, de Tollenare e das VIAGENS AO BRASIL, de Koster, mandou copiar no extrangeiro as correspondencias dos consules britannico e americano (os dous unicos agentes consulares que contava então o Recife), obteve do precioso archivo particular do barão de Studart uma cópia do resumo da devassa, e do Archivo Publico da Bahia a lista dos implicados no movimento, e, nesta capital, rebuscou a secção de manuscriptos da Bibliotheca Nacional, o archivo do Ministerio das Relações Exteriores e o archivo do nosso Instituto Historico.

Tivemo-lo alguns dias (poucos, entretanto, para o muito apreço e affecto que lhe votamos) a investigar nesta casa, pacientemente e proveitosamente, os papeis da collecção «Ourém» e outros documentos authenticos avulsos, que opulentam o nosso vasto repositorio de manuscriptos.

Assim, graças ao seu profundo saber, já revelado em tantas obras de folego, e graças aos valiosos elementos que logrou colligir, conseguiu Oliveira Lima desempenhar-se insuperavelmente da vultuosa incumbencia, com que á ultima hora foi distinguido pelo INTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO.

As notas do doutissimo escriptor formam um novo e importante volume, maior e talvez mais substancioso que a narração de Muniz Tavares. Completa-se esta admiravelmente com aquellas, de modo que a historia do glorioso movimento de 1817 fica integrada em todas as suas minudencias mais interessantes e mais intimas, tanto como em sua apreciação mais geral e mais aprofundadamente psychologica, ao mesmo tempo que documentada que farte com os depoimentos de nacionaes e extrangeiros, elados de qualquer maneira aos indeslembraveis acontecimentos que ensanguentaram a nossa terra na segunda decade do seculo XIX.

Enriquecendo ainda mais o volume, traz elle os retratos authenticos das principaes personalidades da revolução de 1817, vistas do Recife tal qual era naquella epocha, photographias de medalhas e

da bandeira adoptada officialmente a 6 de Março pelos Pernambucanos triumphantes.

Em summa, — si acaso se delir da memoria dos homens o echo dos festejos, com que se commemorou o primeiro centenario da revolução pernambucana de 1817, ha de perennemente ficar para recorda-la ás gerações provindouras o magnifico trabalho, com que acaba de enriquecer as letras historicas nacionaes o abalisado auctor do D. João VI no Brasil.

Apresentando ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano as nossas effusivas felicitações, sentimo-nos ao mesmo tempo desvanecidos, porque grande quinhão dos novos lauréis ora merecidamente grangeados por Oliveira Lima redundam tambem em honra do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de que elle é *magna pars.*

C. M. Delgado de Carvalho — *Geographia do Brasil*, tomo I (Emp. Photo-Mechanica do Brasil, Rio de Janeiro, 1913, 253 pags.).

Ha muito que o sr. C. M. Delgado de Carvalho vem votando o seu formoso espirito ao estudo da terra natal.

Diplomado pela Escola de Sciencias Politicas de Paris, o solido preparo que adquiriu levou-o desde cedo a encarar de preferencia as questões prácticas, por excellencia vitaes, do nosso tão grande, tão rico e ainda tão desconhecido paiz. Assim foi que em 1908 deu á estampa, na Europa, um trabalho intitulado Un centre économique au Brésil, sôbre o Estado de Minas-Geraes, e, em 1910, outro opusculo não menos importante, Le Brésil Méridional — Étude économique.

Foram esses como que os ensaios de obra de mais folego, qual a de que ora tractamos.

A' memoria de d. Pedro de Alcantara dedicou o a., num momento de feliz inspiração, a sua Geographia do Brasil, deste Brasil que o inolvidavel monarcha «tanto amou e onde deixou os maiores exemplos de honestidade, rectidão e patriotismo».

O tomo I, unico até agora dado á publicidade, refere-se tão sómente á *Geographia geral,* devendo o II abranger a *Synthese geographica.*

Limitamo-nos, nesta rapida noticia, a dizer que o escripto do sr. Delgado de Carvalho rompeu com os antigos moldes, em que era de uso vasar o ensino da Geographia. Com effeito, em vez de encher páginas e páginas com a simples e enfadonha nomenclatura dos accidentes do sólo, procura o a, aprofundar a analyse das condições geologicas, do relêvo orographico, do oceano, do litoral, dos systemas hydrographicos, da climatologia, da fauna e da flora; passa, em

seguida, á Geographia economica, ahi investigando todas as condições geraes e particulares das nossas principaes producções; e, finalmente, entrando no que respeita á Geographia social, expõe, em synopses muito bem feitas, a formação territorial e a formação politica do Brasil, sem se exquecer das correntes migratorias encaminhadas para o nosso paiz.

E' de notar que o a. recorreu aos melhores especialistas, tanto nacionaes como extrangeiros, para apoiar as suas opiniões sôbre os variados aspectos da Anthropogeographia brasileira e enriqueceu o seu valioso opusculo com muitos mappas, graphicos e diagrammas.

Assim, é com grande prazer que subscrevemos o seguinte juizo, emittido pelo nosso eminente consocio sr. dr. Oliveira Lima, que foi quem prefaciou a GEOGRAPHIA DO BRASIL, do sr. Delgado de Carvalho: — «Pela abundancia das fontes, pela segurança das informações, pela boa ordem das notas, pelo amor com que foi feito o tractado, manual ou mesmo compendio que seja intitulado, do sr. Delgado de Carvalho impõe-se á consideração dos estudiosos como o de orientação mais recente, o mais completo e o mais proveitoso de quantos se têm feito entre nós sôbre a materia. Nenhum o excede em valor scientifico e poucos o egualam em amenidade de exposição. Não posso fazer delle melhor elogio do que dizendo que merece ser traduzido para divulgação no extrangeiro, como a mais breve e ao mesmo tempo mais substancial condensação dos nossos aspectos, recursos e contribuições para a Historia da Humanidade».

C. M. Delgado de Carvalho — *Météorologie du Brésil* (Londres, John Bale, Sons & Danielsson, Ltd., 1917, 527 pags.).

Não merece apenas alguns applausos, mas toda a nossa sincera admiração, este recentissimo trabalho, ha pouco gentilmente enviado da Europa ao Instituto pelo illustre professor da ACADEMIA DE ALTOS ESTUDOS, sr. C. M. Delgado de Carvalho.

E' um grosso volume, excellentemente emquadernado, nitidamente impresso, com optimas photographias, abundantes diagrammas e mappas, recommendando muito as officinas londrinas, de que acaba de saïr.

Prefacia-o sir W. Napier Shaw, director do METEOROLOGICAL OFFICE da capital britannica e uma das maiores auctoridades do mundo em taes assumptos. Já ahi se refere o scientista inglez á incontestavel valia do trabalho do nosso exforçado e competente patricio, e põe em vivo destaque os magnos problemas da nossa terra intimamente vinculados ás questões meteorologicas, quaes as sêccas periodicas do Nordéste, a falta de agua dos altiplanos e a excessiva humidade da depressão amazonica.

Antes deste forte volume, já o a. havia publicado em Londres, durante o anno findo, outro sôbre a mesma especialidade, com o titulo CLIMATOLOGIE DU BRÉSIL. Reunindo pacientemente e laboriosamente maiores elementos, compulsando todos os auctores que directa ou indirectamente se preoccuparam com a materia, evidentemente grata e accessivel a raros talentos, — poude o sr. Delgado de Carvalho levar a termo a difficil e espinhosa tarefa, a que desde muito puzera hombros validos: um estudo, tão completo quanto presentemente é possivel, das condições meteorologicas do Brasil.

Para que os nossos leitores possam ajuizar do methodo revelado pelo a., basta-nos mostrar como foi que elle dividiu habilmente o seu longo trabalho. Assim é que na primeira parte tracta do quadro climatologico geral (condições theoricas dos factores actinometricos e elementos climaticos do hemispherio austral), das correntes migratorias em suas relações de assimilação ante os climas, e da organização e desenvolvimento dos serviços meteorologicos no Brasil; na segunda parte, investiga tudo quanto concerne á distribuição dos factores meteorologicos (influencias cosmicas, regime dos ventos, regime das chuvas e zonas climaticas); e na terceira parte, finalmente, exgotta tudo quanto ha de averiguado até hoje sôbre a nossa Climatographia, estudando os climas equatoriaes e subequatoriaes (typo super-humido da Amazonia e typo semi-arido do Nordéste), os climas tropicaes e subtropicaes (typo semi-humido maritimo do litoral oriental, typo semi-humido de altitude dos planaltos e typo semi-humido continental do Brasil central), bem como os climas temperados (typo super-humido maritimo do litoral meridional, typo semi-humido das latitudes médias e typo semi-humido de altitude).

Não é sómente para os espiritos especulativos, mas principalmente para a solução dos problemas capitaes, que dizem muito de perto com o futuro da nossa Patria, que representa uma contribuição inestimavel o recente livro do sr. Delgado de Carvalho, a quem por isso apresentamos a sincera expressão do nosso parabem e dos nossos calorosos agradecimentos.

Arthur Guimarães — *Um inquerito social em Nova-Friburgo — Ensaio de Sociologia práctica* (Rio de Janeiro, typ. do *Jornal do Commercio*, 1916, 171 pags.).

O nosso illustre consocio, commendador Arthur Cesar Ferreira Guimarães, que ha tantos annos vem exercendo, com inatacavel probidade e rara dedicação, o cargo de thesoureiro do INSTITUTO, é um dos poucos homens que em nossa terra alliam o mais accentuado pendor para a Literatura e até para as transcendencias philosophicas

a um não vulgar conhecimento das questões financeiras e economicas do Brasil.

Deve-se-lhe a parte commercial da DECADE REPUBLICANA do inolvidavel Brasileiro que foi o visconde de Ouro-Preto; escreveu os PROBLEMAS BRASILEIROS; traçou as páginas affectivas do SILVIO ROMÉRO DE PERFIL; e acaba de dar-nos o seu interessante opusculo sôbre Nova-Friburgo.

Dividido em duas partes, o excellente livrinho, que é prefaciado pelo sr. Escragnolle Doria, começa com o surto da colonia de Suissos, mandada estabelecer por d. João VI, a 11 de Maio de 1818, no logar a que se dava o nome de *Morro Queimado*, districto de Cantagallo, e extende-se até aos dias que correm; e, na segunda parte, estuda-lhe o a. a população, o commercio, a industria e a lavoura.

Encerra o trabalho, além de varios documentos authenticos, que o a. pacientemente rebuscou, muitas e mui curiosas novidades, quaes as relativas a Casimiro de Abreu, que foi interno do collegio inglez de J. H. Freese, installado na linda cidade serrana, ao barão de Tautphœus, que foi vereador em Nova-Friburgo, e á do cemeterio protestante em que repousam os restos mortaes de Alexandre Andréa, addido á Legação da Russia no Brasil.

Proselyto do Socialismo de Le Play, préga-o francamente o sr. Arthur Guimarães nas páginas, que em seu livro consagra á parte economica da povoação fluminense, onde abriu e levou a cabo o seu profundo inquerito sociologico.

E' em summa, um trabalho em que ha idéas, e idéas adeantadas, ao lado de um estylo sempre correcto, sempre ameno, notavel sobretudo pela encantadora simplicidade.

Ao contrario das monographias congeneres, commummente massudas e cansativas pelo excesso de algarismos e de diagrammas, — a do nosso illustre consocio é lida com grande prazer, porque nella a leveza e correntio da linguagem se consorciam bem com a elevação e o aprimorado dos conceitos.

Não é só um escripto util á cidade por elle estudada, mas é tambem proveitoso a todo o paiz, pois suggere medidas que devem ser transformadas em realidade, a beneficio da prosperidade da nossa terra.

Acceite o digno thesoureiro do INSTITUTO as palmas que junctamos de todo o coração ás muitas que já foram preiteadas á sua recente e bem inspirada producção intellectual.

Helio Lobo — *A's portas da guerra* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, 270 pags.).

O sr. Helio Lobo é um dos mais jovens batalhadores da cruzada meritoria, que tem no INSTITUTO HISTORICO o forte e luminoso centro de irradiação.

Apesar de muito moço, o nosso illustre consocio já deu á estampa, além da bella conferencia BRASIL, TERRA CHARA..., varios ensaios de Historia diplomatica, quaes os intitulados O TRIBUNAL ARBITRAL BRASILEIRO-BOLIVIANO, DE MONROE A RIO-BRANCO, O BRASIL E OS SEUS PRINCIPIOS DE NEUTRALIDADE.

Depois, vendo no archivo do MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de que ainda hoje é funccionario, um precioso filão inexplorado, ou mal rebuscado, para o estudo das nossas intervenções no Rio da Prata, ahi mergulhou mãos habeis e fez surgir á luz da publicidade o excellente volume ANTES DA GUERRA (*A missão Saraiva ou os preliminares do conflicto com o Paraguai*).

Proseguindo indefessamente na faina tão bem encetada, acaba o nosso operoso consocio de enfeixar em nitida brochura, caprichosamente rematada e que sobremodo recommenda as officinas graphicas da IMPRENSA NACIONAL, um novo opusculo, intitulado A's PORTAS DA GUERRA, no qual, continuando as investigações anteriores, estuda particularmente a missão Silva Paranhos.

Ora, a apreciação dos acontecimentos, que se extenderam até ao convenio de 20 de Fevereiro (limite temporal da obra do sr. Helio Lobo), tem que envolver necessariamente a lucta contra Aguirre, a quéda deste, a acção militar do Brasil conjuncta com a de Flores, o pacto de Villa-União e, finalmente, a demissão acintosa dada ao visconde do Rio-Branco, em consequencia dos protestos dos liberaes contra o convenio de 20 de Fevereiro.

Não abandonando nunca o methodo que adoptou, o a. foge das narrativas estiradas, das referencias copiosas, para preferentemente resumir os factos e precisar quanto possivel, mercê dos documentos, a psychologia dos protagonistas e a evolução dos acontecimentos.

Sem dúvida, como bem o reconhece o a., esse systema de exposição é pouco literario; mas é fiel, e o trabalho que nelle se escuda é objectivo e, portanto, sincero e proveitoso.

Isso não quer dizer que o joven e exforçado investigador de nossa Historia diplomatica se haja adstringido ás peças officiaes. Ao contrário, — em mais de um lanço, caem-lhe da penna, senhora do assumpto versado, tersos periodos de commentarios apropositados, de conceitos expressivos, e não faltam ao seu livro recente páginas de primoroso estylo e de subido criterio, quaes as em que retraçou a figura magestosa do grande estadista, que foi o visconde do Rio-Branco.

Talvez nenhum diplomata brasileiro tenha tido, antes de estalar a nossa prolongada e sangrenta contenda contra Solano López, uma visão tão perfeita da directriz que devia ser seguida por nossa Patria no Rio da Prata, como o indeslembravel Silva Paranhos, genitor do nosso tão querido barão do Rio-Branco.

Além dos documentos existentes no MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, outros ha, não menos preciosos, que dilucidam em mais de um poncto as questões vinculadas ao nosso rompimento de hosti-

lidades com o govêrno do Paraguai: — são os constantes do archivo do conselheiro José Antonio Saraiva, pertencente hoje ao nosso INSTITUTO. As cartas de Francisco Octaviano, por exemplo, em número de quasi 100, dirigidas a Saraiva, são interessantissimas e exclarecem muitas particularidades, muitos refolhos intimos das nossas missões diplomaticas no Prata.

Estamos certo de que o sr. Helio Lobo ha de aproveitar-se opportunamente desses e outros bons elementos, para proseguir na sua bem iniciada e bem tracejada empresa, — qual a de pôr de manifesto a verdade inteira quanto á acção da nossa Diplomacia em relação aos paizes vizinhos.

No que concerne á guerra do Paraguai, até pouco tempo atrás apenas a conheciamos pelos relatorios officiaes. Agora, faz-se mistér que sáia a lume a historia completa dessa estirada e formidavel campanha, e claro está que a base de similhante trabalho é a das embaixadas, de que foram respectivamente chefes Saraiva, Rio-Branco e Octaviano.

Ao nosso talentoso consocio, além dos muitos applausos que lhe rendemos aos inestimaveis labores, pedimos não esmoreça na trilha emprehendida, — pois prestará não pequeno serviço ás letras historicas da nossa terra, nas quaes já o seu nome figura com os mais justos louvores.

Eugenio Egas — *Brasil Historico* (São Paulo, Typ. Brasil, de Rothschild & Comp., 1916, anno I, vol. 1°).

Em boa hora o sr. dr. Eugenio Egas, nosso digno consocio e cuja capacidade intellectual já se revelara no longo e substancioso trabalho sôbre DIOGO ANTONIO FEIJÓ, resolveu continuar a nobre faina que tanto enalteceu a Mello Moraes (o pae), na segunda metade do seculo findo.

Com o mesmo titulo de BRASIL HISTORICO, iniciou o escriptor paulista a reimpressão de estudos e documentos do nosso passado, bom como a divulgação de novas investigações attinentes á evolução brasileira.

Este 1° tomo, que traz logo em sua segunda página a declaração de «impresso para o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, encerra tres trabalhos de não pequeno vulto e de não minguado valor: — a CORRESPONDENCIA ACTIVA DE D. PEDRO COM O PAE, a BIBLIOGRAPHIA ANDRADINA e a DECLARAÇÃO DA MAIORIDADE».

As cartas enviadas daqui a d. João VI pelo principe-regente, depois Pedro I, constituem inestimavel depoimento, que documenta e exclarece muitos factos capitaes da nossa emancipação politica. Foi idéa muito feliz a de reimprimi-las agora, pois que não era facil

encontra-las nas edições portuguezas de 1821-1822 e 1872, sendo tambem raros hoje os livros de Monglave (edição de 1827) e de Cairú (edição de 1829), em que foram ellas estampadas. Demais, a reimpressão ora levada a effeito pelo BRASIL HISTORICO do sr. Eugenio Egas é a unica verdadeiramente completa, porquanto se compõe das cartas insertas nos DIARIOS DAS CÔRTES, das constantes a mais na obra de Monglave (e cuja authenticidade é incontestavel, pois tal obra foi dedicada a d. Pedro I), e ainda da de 22 de Septembro de 1822, que só appareceu no BRASIL-REINO e BRASIL-IMPERIO, de Mello Moraes e ultimamente na HISTORIA DA INDEPENDENCIA, do visconde de Porto-Seguro.

A BIBLIOGRAPHIA ANDRADINA foi organizada pelo sr. Remijio de Bellido, que tambem recenseou as manifestações artisticas tributadas a José Bonifacio, Antonio Carlos e Martim Francisco. Parece-nos trabalho tão completo quanto possivel, nada deixando a desejar.

A DECLARAÇÃO DA MAIORIDADE, finalmente, é a reimpressão do opusculo anonymo, em que se registaram todos os acontecimentos politicos, especialmente as discussões parlamentares, relativas á grande crise nacional de 1840. Nesse mesmo anno foi dado á estampa o curioso livro, impresso na typographia da Associação do Despertador, dirigida por F. de S. Torres Homem, á rua da Quitanda n. 55. Não teria sido o futuro auctor do LIBELLO DO POVO, depois visconde de Inhomirim, o redactor da DECLARAÇÃO DA MAIORIDADE?

Damos sinceros parabens ao sr. dr. Eugenio Egas pela bem inspirada iniciativa, já tão efficazmente posta em realidade, e, como o operoso historiographo paulista conta com adextrados collaboradores, é licito esperar que a sua meritoria empresa fructifique, a bem das sagradas tradições da Patria.

São esses os nossos sinceros votos.

Dr. Bernardino José de Sousa — *Nomenclatura geographica peculiar ao Brasil* (Bahia, Imprensa Official do Estado, 1917, 35 pags.).

Além do nosso egregio consocio dr. Theodoro Sampaio, nome consagrado em tudo o que concerne a estudos brasileiros, — conta o INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO DA BAHIA um trabalhador infatigavel na pessoa do dr. Bernardino José de Sousa, seu actual e digno secretario perpetuo.

Já o conheciamos pelo seu eloquente Elogio historico do barão do Rio-Branco, e tinhamos lido com summo apreço os seus escriptos publicados em 1913: a CHOROGRAPHIA DO PIAUHI, A SCIENCIA GEOGRAPHICA e POR MARES E TERRAS.

Chega-nos agora ás mãos a sua NOMENCLATURA GEOGRAPHICA PECULIAR AO BRASIL, que vem comprovar o amor ás tradições nacionaes e a solida competencia do escriptor bahiano.

Para organizar o seu pequeno, mas interessante e utilissimo repositario, serviu-se o a. dos elementos fornecidos pelos mais abalisados lexicographos patricios, tendo tambem colhido directamente muitos dos vocabulos, que deu a registo.

E' natural que o trabalho do dr. Bernardino José de Sousa apresente um ou outro ligeiro sinão, que, entretanto, por maneira alguma o desvale.

Assim, além da fórma *curcurana,* usada no litoral bahiense, fôra conveniente assignalar a variante ou dupla, *corcorana,* que se emprega em Pernambuco, parece-nos que com o mesmo significado.

Esbarrancado (que tem a dupla-fórma *desbarrancado*) não se ouve sómente em Goiaz, com a significação precisa, que lhe dá o a.: é tambem termo trivial em Minas, que nos parece o poncto original, donde partiu elle para a outra margem do Paranahiba.

De *gupiara* dá o a. apenas a variante *grupiara* e a accepção inexacta de «depósito diamantifero nas cristas e enfestas dos morros e serrotes». O operoso escriptor devia ter consultado, quanto a este vocabulo, quer a Saint-Hilaire (VOYAGE DANS LES PROVINCES DE RIO DE JANEIRO ET MINAS-GERAES, I, 247), que o define, acertadamente, como um «cascalho aurifero superficial», explicando-lhe a procedencia tupica, quer a Basilio de Magalhães (EXPANSÃO GEOGRAPHICA DO BRASIL ATÉ FINS DO SÉCULO XVII, pag. 65), que recenseia as variantes guapiara e copiara.

Vossoróca, que provém de *ibi,* «terra», e *soroca,* «rasgão», — como bem o demonstra Theodoro Sampaio, em «O Tupí na Geographia nacional», — equivale a «desbarrancado produzido por erosão devida a aguas pluviaes», como define A. d'Escragnolle Taunay, em seu LEXICO DE LACUNAS.

E' de esperar que o dr. Bernardino José de Sousa, em novas edições, augmente o thesouro vocabular da sua NOMENCLATURA GEOGRAPHICA PECULIAR AO BRASIL, que já representa um exfôrço consideravel e merecedor da animação, que não lhe regateamos.

G

J. Lucio de Azevedo — *A Evolução do sebastianismo* (Ed. do *Archivo Historico Portuguez,* 1916, 99 pags.).

Da edição especial de 31 exemplares, com que foi feita do vol. X do «Archivo Historico Portuguez» a *separata* da monographia A EVOLUÇÃO DO SEBASTIANISMO, devida á penna amestrada do sr. dr. J. Lucio de Azevedo, coube um ao INSTITUTO, que por nosso intermedio vem agradecer ao seu illustre socio correspondente a valiosa offerta e a inexquecivel gentileza.

E' sabido que o sebastianismo, como seita politica, repontou em Portugal na primeira metade do seculo XVII, extendendo os seus effeitos até á éra actual, pois de quando em quando surge da alma popular alguma patente manifestação serodia do culto do *Encoberto*.

Desse curioso messianismo lusitano, que provém indubitavelmente do forte elemento judaico derramado outr'ora por todos os recantos da nação portugueza, têm-se occupado, mais ou menos profundamente, toda uma legião de escriptores.

Mas o illustre auctor dos JESUITAS NO GRÃO PARÁ notou, com sobeja razão, que escasseavam dados seguros quanto á curiosissima personalidade do propheta singular desse credo politico, que avassallou a arraia-miúda em Portugal, reflectindo-se em mais de uma agitação pública, e até repercutiu nos sangrentos episodios occorridos aquem-Atlantico, por 1819 e 1838, na provincia de Pernambuco, consoante com as informações que o a. colheu em nossa REVISTA (t. LXX, p. 2ª), num trabalho de F. A. Pereira da Costa.

Assim, a memoria elaborada pelo sr. J. Lucio de Azevedo não só resume tudo quanto já se escreveu sôbre o sebastianismo, como ainda traz dados inteiramente novos relativos a esse assumpto, quaes os documentos extrahidos da Torre do Tombo, onde se acha o processo do celebre sapateiro de Trancoso, Gonçalo Annes Bandarra, o vate do *Encoberto*.

Penna avezada desde muito ás pesquizas historicas, a do a. põe em evidencia um raro senso de aproveitamento das peças authenticas e um cuidado de fórma que revela o escriptor de bom cunho, amante da pureza da sua lingua.

Por todos estes predicados, o trabalho do sr. J. Lucio de Azevedo ha de occupar posto de destaque entre todos os recentes opusculos saïdos de prelos portuguezes a proposito das tradições da terra lusa.

O INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO fica muito desvanecido, ao ver cada vez mais comprovado e applaudido o valor intellectual do seu digno socio correspondente.

Honorio de Sousa Silvestre — *Contribuições á Potamographia do Brasil* (Rio de Janeiro, typ. do *Jornal do Commercio*, 354 páginas, 1916).

E' uma dissertação apresentada ao Collegio Pedro II para provimento do cargo de professor substituto de Geographia Geral, Chorographia do Brasil e elementos de Cosmographia.

Acha-se dividida em tres partes: — a *geral*, em que o a., além de noções de Geologia brasileira, tracta tambem das vertentes sul-americanas; a *especial*, em que, depois de proficientes esboços fun-

damentaes sôbre a Potamographia do Brasil, estuda as bacias do Meridional; e, finalmente, a *economica,* em que synthetiza as con- do Nordéste, do centro e do Sul, assim como o regime das aguas do Rio Grande do Sul e as intercommunicações fluviaes da America Meridional; e, finalmente, a *economica,* em que synthetiza as conclusões naturalmente derivadas dos capitulos anteriores, applicando-as á Agricultura, á Pecuaria e á colonização, cujo progresso depende capitalmente da facilidade dos transportes, e entre estes occupa logar não despiciendo a navegação fluvial.

Si o a., no poncto de vista scientifico, desenvolveu bem a materia que tomou para objecto da sua these, e isso mercê das limpidas fontes de investigação e de consulta, em que hauriu as theorias e os factos expostos, — infelizmente a sua monographia saiu inçada de graves sinões, que muito e muito a desaformoseiam.

Na impossibilidade de organizar uma lista completa de taes cincas, — pois são innumeras, — adstringimo-nos a citar as mais typicas. Assim, á pag. 103, o sr. Silvestre, ao recensear os cursos de agua que recebe o Amazonas pouco antes de entrar no Atlantico, escreve *Caranapatuba,* em vez de *Carapanatuba,* denominação que provém de abundarem ás margens desse rio os «mosquitos *carapanás*»; grapha *Agassis* (á pág. 49) o nome do conhecido e illustre *Agassiz*; e, sem motivo plausivel, prefere a fórma *colombino* (á pág. 27) á corrente e legitima *colombiano*. Note-se que, além de *colombino* poder facilmente confundir-se, na prosodia pelo menos, com *columbino,* — ainda desobedece á lei de analogia, pois o a., desde que escreve «Andes *bolivianos*», logicamente devêra escrever tambem «Andes *colombianos*», e não «*colombinos*», como faz. Com effeito, porque é que de Bolivia ha de proceder o locativo *boliviano* e de Colombia ha de promanar *colombino*?

A' pag. 184, grapha o a. *Guacuri, Succuriú,* e, logo adeante, á pág. 187, admitte como dous rios diversos um «Jundiahy de Mogy» e um «Jundiahy» *tout court,* entre os affluentes do Tieté, quando o certo é que em S. Paulo apenas se conhece um rio, um rio unico, com a denominação pura e simples de «Jundiahi».

Só á pag. 191 se nos depararam trez nomes errados: — *Araçohiaba, Botacatú* e *Taguary,* em logar de *Araçoiaba, Botucatú* e *Taquary*.

Isso, porém, nada é em confronto com o solenne pouco caso votado pelo sr. Silvestre á lingua portugueza. Sem transpôr os limites da *parte economica,* que é o fecho da obra, ahi registámos, entre as claudicações mais graúdas, as seguintes: — á pág. 301, «as communicações rapidas... *augmenta* a riqueza publica»; á pág. 309, «os dous Estados *se* poderiam *se* collocar»; á pág. 325, «devem os governos *lançarem* mão»; á pág. 343, «*hemos* a ousadia *em* propor»; e, á pág. 347, «arvores que pouco e pouco *se* vão desapparecendo».

Ponderé-se que deixámos de mencionar violações da Topologia pronominal, como, por exemplo, a da pág. 39, «porque alguns cabos

rendilham-lhe o littoral», e várias expressões indesculpaveis, qual a da pág. 40, «sciencia em *constituendo*».

Em summa: — o sr. Honorio de Sousa Silvestre é evidentemente um joven de talento, porém de preparo ainda mal amadurecido, e que, por isso, além de fortes e perseverantes leituras da disciplina complexa que aspira a leccionar, deve tambem consagrar alguns momentos de lazer ao cultivo da boa vernaculidade. Não se comprehende mais, nem mais se justifica, o menospreço pelo idioma da Patria, — sabido, como não póde deixar de ser, que a lingua é um dos vinculos mais possantes da nacionalidade.

Permitta-nos o sr. Silvestre que lhe relembremos o famoso conselho do célebre escriptor: — «Lisez le dictionnaire, jeune homme, lisez le dictionnaire!»

Queira, entretanto, acceitar os nossos agradecimentos pela gentileza de haver offerecido ao INSTITUTO um exemplar do seu trabalho.

Fernando Antonio Raja Gabaglia — *As Fronteiras do Brasil* (Rio de Janeiro, typ. do *Jornal do Commercio*, 1916, 331 pags.).

Si outras vantagens não tivessem os certames intellectuaes, exigidos pelas leis vigentes para provimento dos cargos do magisterio secundario e superior, — bastara a justifica-los a producção de trabalhos de merito accentuado e incontestavel, qual o que temos ante os olhos e devido á penna do sr. Fernando Antonio Raja Gabaglia, candidato ao logar de professor substituto da cadeira de Geographia Geral, Chorographia do Brasil e elementos de Cosmographia, do Collegio Pedro II.

Sôbre «As fronteiras do Brasil» não appareceu até hoje nenhuma obra de conjuncto que se equipare á acima referida, pois é muito melhor concatenada e muito mais desenvolvida que a do sr. Rangel Moreira, editada em S. Paulo ha trez annos, com o titulo «Esboço historico das nossas questões de fronteira».

O sr. F. A. Raja Gabaglia methodizou bem a sua exposição, dando primeiro as definições, assentes e consagradas pelos melhores tractadistas do Direito, de tudo quanto se vincula aos lindes dos Estados soberanos, e historiando em seguida a formação da linha que separa o Brasil das demais nações e paizes sul-americanos. Só depois de estabelecidas essas indispensaveis bases logicas, é que estuda a fronteira maritima e as fronteiras terrestres, perfilhando em boa hora a classificação authropogeographica das fronteiras, devida a Camille Vallaux.

Além de varios e excellentes mappas, — alguns dos quaes cópias photographicas dos que serviram aos patronos dos direitos do Brasil

para a feliz solução das longevas contendas das Missões, do Amapá e da Guiana Ingleza, — escudou-se o a. em nossos mais abalisados chronistas e nos melhores elementos de informação, toda vez que teve necessidade de dilucidar quaesquer dúvidas concernentes á nossa Historia ou á nossa Geographia.

Não andou, todavia, com muito acêrto, ao admittir que o infante d. Henrique houvesse installado em Sagres um *Observatorio Astronomico* e uma *Escola de Navegação*. Os elementos scientificos então existentes e os unicos de que podia dispôr o filho de d. João I, não permittiam tanto; e o que está provado é que elle attrahiu para juncto de si a cosmographos-practicos e a navegantes experimentados, sem dar, contudo, ao aggrupamento, assim empiricamente formado, a characteristica de uma organização didactica.

Notaremos tambem que, ao tractar da incorporação da Banda Oriental do Uruguai ao Brasil, então séde da monarchia portugueza, acceitou o a. o euphemismo da *espontaneidade* daquelle acto, espontaneidade tão improvavel, que a sublevação de 1825-1828 não tardou a arrebatar á soberania brasileira aquella ingloria acquisição territorial, que se chamou primeiro *Estado Cisplatino* e depois *Provincia Cisplatina*.

A' parte, porém, essas nugas, folgamos de confessar que o trabalho do sr. F. A. Raja Gabaglia sobremaneira nos agradou, porquanto não parece curial que se ensine a Geographia do Brasil sem o imprescindivel apoio da sua formação historica, e o a. soube dar á evolução da nossa terra cuidados muito carinhosos, soccorrendo-se, para isso, dos mais criteriosos e veridicos subsidios.

Por todas essas razões, apontadas muito pela rama, somos levado a affirmar que o livro, ora sujeito á nossa apreciação, é de valia inestimavel.

Não só a importante materia da integração da nossa Patria foi ahi tractada com grande superioridade de vistas e com a mais exhaustiva investigação do aspecto geographico e do aspecto historico, como ainda o a. revelou methodo seguro de exposição do assumpto, além de invejavel clareza e correcção de linguagem.

E', portanto, um volume digno de leitura por parte de todos quantos se interessam pelas tradições nacionaes, e ao qual se póde confiantemente recorrer, de momento, para a solução de quaesquer dúvidas sôbre os nossos litigios de limites, — o que o torna precioso e utilissimo aos cultores da Historia Patria.

Acceite o sr. Fernando Antonio Raja Gabaglia, — que assim vai honrando o illustre nome paterno, — os nossos sinceros prolfaças, e não deixe de proseguir na trilha tão bem encetada, afim de dar-nos novos e ainda mais sasonados fructos da sua juvenil, porém capaz e promissora mentalidade.

ANNEXO

CADASTRO DOS SOCIOS

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em 30 de Septembro de 1917, organizado de inteira conformidade com os Estatutos de 30 de Junho de 1917 (*)

PRESIDENTES HONORARIOS

ORDEM, NOME, DATA DA ENTRADA NO INSTITUTO, RESIDENCIA

1. Conde d'Eu, 16 de Septembro de 1864. França.

2. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 30 de Agosto de 1896. Rio de Janeiro.

3. Dr. Nilo Peçanha, 27 de Novembro de 1909. Rio de Janeiro.

4. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 24 de Novembro de 1911. Europa.

5. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de Dezembro de 1915. Rio de Janeiro.

SOCIOS GRANDES BENEMERITOS (5)

1. Barão Homem de Mello, 3 de Junho de 1859. Rio de Janeiro.

2. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de Agosto de 1872. Rio de Janeiro.

3. Barão de Alencar, 13 de Septembro de 1889. Rio de Janeiro.

O signal (*) indica que o socio é extrangeiro.

O signal × indica que o socio não tomou posse, tendo porém acceito a eleição

4. Dr. Conde de Affonso Celso, 2 de Dezembro de 1892. Rio de Janeiro.

5 — Vago.

SOCIOS BENEMERITOS (20)

1. Barão de Teffé, 27 de Outubro de 1882. Rio de Janeiro.

2. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, 7 de Dezembro de 1883. S. Paulo.

3. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, 19 de Outubro de 1887. Rio de Janeiro.

4. Professor João Capistrano de Abreu, 19 de Outubro de 1887. Rio de Janeiro.

5. Almirante Arthur Indio do Brasil, 31 de Agosto de 1888. Rio de Janeiro.

6. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, 12 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro.

7. Commendador Tobias Laureano Figueira de Mello, 12 de Dezembro de 1890. Rio de Janeiro.

8. Dr. Barão de Studart, 20 de Maio de 1892. Fortaleza (Ceará).

9. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 4 de Maio de 1894. Rio de Janeiro.

10. Dr. Manuel de Oliveira Lima, 11 de Agosto de 1895. Recife (Pernambuco).

11. Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 31 de Outubro de 1897. Rio de Janeiro.

12. Dr. Amaro Cavalcanti, 6 de Dezembro de 1897. Rio de Janeiro.

13. Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de Dezembro de 1899. Rio de Janeiro.

14. Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 3 de Agosto de 1900. Rio de Janeiro.

15. Professor Max Fleiuss, 3 de Agosto de 1900. Rio de Janeiro.

16. Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de Outubro de 1900. Rio de Janeiro.

17. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, 29 de Março de 1901. Rio de Janeiro.

18. Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, 23 de Agosto de 1901. Rio de Janeiro.

19. Dr. Sabino Barroso Junior, 2 de Maio de 1902. Rio de Janeiro.

20. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 24 de Outubro de 1912. S. Paulo.

21. Dr. Theodoro Sampaio, 24 de Outubro de 1902. Cidade do Salvador (Bahia).

22. Commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 9 de Dezembro de 1904. Rio de Janeiro.

23. Dr. José Joaquim Seabra, 28 de Abril de 1905. Rio de Janeiro.

24. Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, 28 de Abril de 1905. Rio de Janeiro.

25. Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de Julho de 1905. Rio de Janeiro.

26. Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de Outubro de 1905. Rio de Janeiro.

27. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, 20 de Maio de 1907. Rio de Janeiro.

28. Dr. José Carlos Rodrigues, 10 de Junho de 1907. Rio de Janeiro.

29. Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de Septembro de 1907. Rio de Janeiro.

30. Dr. Homero Baptista, 26 de Agosto de 1911. Rio de Janeiro.

31. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, 31 de Julho de 1915. Rio de Janeiro.

Nota — Ha, nesta classe, um excesso de 11 socios.

SOCIOS HONORARIOS (20)

1. Dr. D. Estanislao S. Zeballos (*) ×, 7 de Dezembro de 1883. Buenos Aires.

2. D. Enrique Moreno (*), 13 de Septembro de 1888. Buenos Aires.

3. D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, 2 de Agosto de 1889 Vienna.

4. D. Carlos Luiz d'Amour ×, 9 de Dezembro de 1892. Cuiabá (Matto Grosso).

5. Dr. Christiano Frederico Seybold (*), ×, 1 de Junho de 1894, Allemanha.

6. D. Francisco do Rego Maia, 25 de Julho de 1897. Roma.

7. D. Jeronymo Thomé da Silva, 25 de Julho de 1897. Bahia.

8. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia (*), 15 de Maio de 1898. Portugal.

9. D. Pedro de Orléans e Bragança ×, 22 de Junho de 1900, (França).

10. Dr. Eduardo Müller (*) ×, 10 de Dezembro de 1900. Suissa.

11. Alberto dos Santos Dumont, 11 de Septembro de 1903. Paris.

12. D. Luiz de Orléans e Bragança ×, 6 de Novembro de 1903. (França).

13. Barão de Muritiba ×, 12 de Agosto de 1904. Paris.

14. D. João Braga ×, 21 de Julho de 1905. Curitiba (Paraná).

15. Dr. D. Julio Fernandez (*), 4 de Maio de 1912. Buenos Aires.

16. Dr. Lauro Severiano Müller ×, 4 de Maio de 1912. Rio de Janeiro.

17. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa ×, 4 de Maio de 1912 Rio de Janeiro.

18. Coronel Theodoro Roosevelt (*), 6 de Outubro de 1913. Estados Unidos da America.

19. Edwin V. Morgan (*) × 27 de Agosto de 1917. Rio de Janeiro.

Nota — Ha nesta classe uma vaga.

SOCIOS EFFECTIVOS (30)

1. Almirante José Candido Guillobel, 24 de Novembro de 1882. Rio de Janeiro.

2. Dr. Brasilio Augusto Machado de Oliveira, 12 de Septembro de 1890. Rio de Janeiro.

3. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro (*), 11 de Agosto de 1895. Rio de Janeiro.

4. Dr. Paulino José Soares de Sousa, 11 de Junho de 1898. Rio de Janeiro.

5. Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, 17 de Outubro de 1899. Rio de Janeiro.

6. Coronel Honorio Lima, 10 de Novembro de 1899. Rio de Janeiro.

7. General dr. Innocencio Serzedello Corrêa, 8 de Dezembro de 1899. Rio de Janeiro.

8. Dr. José Americo dos Santos, 12 de Dezembro de 1899, Rio de Janeiro.

9. Professor José Francisco da Rocha Pombo, 3 de Agosto de 1900. Rio de Janeiro.

10. General dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 17 de Agosto de 1900. Rio de Janeiro.

11. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, 26 de Outubro de 1900. Rio de Janeiro.

12. Dr. João Mendes de Almeida Juuior, 23 de Agosto de 1901. Rio de Janeiro.

13. Conselheiro dr. Ruy Barbosa ×, 23 de Maio de 1902. Rio de Janeiro.

14. Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, 13 de Junho de 1902. Rio de Janeiro.

15. Monsenhor Vicente Ferreira Lustosa de Lima, 19 de Junho de 1903. Rio de Janeiro.

16. Dr. Alberto de Carvalho, 18 de Outubro de 1903. Rio de Janeiro.

17. Dr. Eduardo Marques Peixoto, 23 de Outubro de 1903. Rio de Janeiro.

18. Coronel Jesuino da Silva Mello, 23 de Outubro de 1903. Rio de Janeiro.

19. Conselheiro dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, 17 de Junho de 1904. Rio de Janeiro.

20. Dr. João Pandiá Calogeras, 18 de Septembro de 1905. Rio de Janeiro.

21. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, 4 de Dezembro de 1905. Rio de Janeiro.

22. Dr. José Pereira Rego Filho, 25 de Junho de 1906. Rio de Janeiro.

23. Professor Gastão Ruch Sturzenecker, 29 de Julho de 1907. Rio de Janeiro.

24. Paulo Barreto ×, 29 de Julho de 1907. Rio de Janeiro.

25. Antonio Jansen do Paço, 30 de Spetembro de 1907. Rio de Janeiro.

26. Dr. João Luiz Alves, 30 de Septembro de 1907. Rio de Janeiro.

27. General Emygdio Dantas Barreto, 29 de Agosto de 1908. Rio de Janeiro.

28. Dr. Alexandre José Barbosa Lima, 29 de Agosto de 1908. Rio de Janeiro.

29. Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de Outubro de 1908. Rio de Janeiro.

30. Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, 20 de Agosto de 1909. Rio de Janeiro.

31. Dr. Antonio Ernesto Lassance Cunha ×, 12 de Outubro de 1909. Rio de Janeiro.

32. José Felix Alves Pacheco, 1 de Agosto de 1910. Rio de Janeiro.

33. Vice-almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, 3 de Outubro de 1910. Rio de Janeiro.

34. Dr. Eurico de Góes, 3 de Outubro de 1910. Rio de Janeiro.

35. Dr. Pedro Souto Maior, 15 de Julho de 1911. Rio de Janeiro.

36. Dr. Alipio Gama ×, 15 de Julho de 1911. Rio de Janeiro.

37. Dr. Aloysio de Castro ×, 15 de Julho de 1911. Rio de Janeiro.

38. Capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, 26 de Agosto de 1911. Rio de Janeiro.

39. Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet ×, 16 de Outubro de 1911. Rio de Janeiro.

40. Dr. Luiz Gastão de Escragnolle Doria, 4 de Maio de 1912. Rio de Janeiro.

41. Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de Maio de 1912. Rio de Janeiro.

42. Major dr. Liberato Bittencourt, 27 de Maio de 1912. Rio de Janeiro.

43. Dr. Helio Lobo, 6 de Junho de 1912. Rio de Janeiro.

44. Dr. Alberto Rangel, 6 de Junho de 1912. Rio de Janeiro.

45. Desembargador Ataulfo Napoles de Paiva ×, 6 de Junho de 1912. Rio de Janeiro.

46. Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de Junho de 1912. Rio de Janeiro.

47. Dr. Alfredo Valladão, 19 de Julho de 1912. Rio de Janeiro.

48. Capitão de corveta Raul Tavares, 23 de Agosto de 1913. Rio de Janeiro.

49. Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de Agosto de 1913. Rio de Janeiro.

50. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 20 de Abril de 1914. Rio de Janeiro.

51. Dr. João Ribeiro, 12 de maio de 1914. Rio de Janeiro.

52. Professor Basilio de Magalhães, 27 de Agosto de 1914. Rio de Janeiro.

53. Marechal José Bernardino Bormann, 20 de Abril de 1915. Rio de Janeiro.

54. Dr. Arthur Pinto da Rocha, 28 de Junho de 1915. Rio de Janeiro.

55. Dr. Aurelino de Araujo Leal, 28 de Junho de 1915. Rio de Janeiro.

56. Professor Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de Junho de 1915. Rio de Janeiro.

57. Dr. Antonio Fernandes Figueira, 28 de Junho de 1915. Rio de Janeiro.

58. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello ×, 28 de Junho de 1915. Rio de Janeiro.

59. Dr. Juliano Moreira ×, 12 de Outubro de 1915. Rio de Janeiro.

60. Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, 20 de Abril de 1916. Rio Janeiro.

61. Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, 13 de Maio de 1916. Rio de Janeiro.

62. Dr. João Martins de Carvalho Mourão ×, 19 de Outubro de 1916. Rio de Janeiro.

63. Dr. Agenor de Roure, 31 de Maio de 1917. Rio de Janeiro.

64. Dr. Laudelino Freire, 31 de Maio de 1917. Rio de Janeiro.

Nota — Ha, nesta classe, um excesso de 34 socios.

SOCIOS CORRESPONDENTES (25)

1. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, 9 de Dezembro de 1886. Recife (Pernambuco).

2. Antonio Ribeiro de Macedo ×, 19 de Outubro de 1887. Antonina (Paraná).

3. Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, 31 de Agosto de 1888. Bello Horizonte (Minas).

4. Rodolfo Marcos Theophilo ×, 11 de Julho de 1890. Fortaleza (Ceará).

5. João Baptista Perdigão de Oliveira ×, 19 de Julho de 1891. Fortaleza (Ceará).

6. Dr. Argemiro Antonio da Silveira ×, 3 de Septembro de 1891.

7. Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, 1 de Junho de 1894. Victoria (Espirito Sancto).

8. João Lucio de Azevedo ×, 31 de Março de 1895. Lisboa (Portugal).

9. Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga, 25 de Agosto de 1895. S. Paulo.

10. Coronel Raimundo Ciriaco Alves da Cunha ×, 20 de Outubro de 1895. Belém (Pará).

11. Dr. Henrique Americo de Santa Rosa ×, 16 de Agosto de 1896. Belém (Pará).

12. André Peixoto de Lacerda Vernek, 13 de Dezembro de 1896. Padua (Estado do Rio de Janeiro).

13. D. Joaquim Silverio de Sousa ×, 19 de Septembro de 1897 Diamantina (Minas Geraes).

14. Dr. Antonio Zephyrino Candido (*), 24 de Novembro de 1899. Lisboa (Portugal).

15. Dr. Ermelino Agostinho de Leão ×, 10 de Dezembro de 1900. Curitiba (Paraná).

16. Dr. D. Manuel B. Otero (*) ×, 24 de maio de 1901. Montevidéo (Uruguai).

17. Dr. d. Susviela Guarch 24 de Maio de 1901. Montevidéo (Uruguay).

18. Dr. Antonio Augusto de Mima, 9 de Agosto de 1901. Bello Horizonte (Minas Geraes).

19. Dr. Nelson de Senna, 23 de agosto de 1901. Bello Horizonte (Minas Geraes).

20. Dr. Sebastião Paraná de Sá Sottomaior ×, 23 de Agosto de 1901. Curitiba (Paraná).

21. Horacio de Carvalho ×, 18 de Outubro de 1901. S. Paulo.

22. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, 18 de Outubro de 1901. S. Paulo.

23. D. Carlos Lix Klett (*), 6 de Dezembro de 1901. Buenos Aires.

24. Dr. d. Ernesto Quesada (*), ×, 6 de Dezembro de 1901. Buenos Aires,

25. Dr. d. Anselmo Hévia Riquelme (*), 8 de Agosto de 1902. Chile.

26. Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira ×, 22 de Maio de 1903. Assumpção (Paraguai).

27. Dr. José Maria Pereira de Lima (*) ×, 11 de Septembro de 1903. Portugal.

28. Victor Ribeiro (*) ×, 11 de Septembro de 1903. Lisboa (Portugal).

29. José Feliciano de Oliveira ×, 19 de Fevereiro de 1904. Paris.

30. Alberto Pimentel (*) ×, 23 de Junho de 1905. Lisboa (Portugal).

31. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme ×, 21 de Julho de 1905. S. Paulo.

32. Dr. Diogo de Vasconcellos ×, 4 de Dezembro de 1905. Ouro Preto (Minas Geraes).

33. Dr. Bernardino Machado Guimarães (*) ×, 9 de Julho de 1906. Lisboa (Portugal).

34. Dr. d. Daniel Garcia Acevedo (*) ×, 3 de Setepmbro de 1906. Montevidéo (Uruguai).

35. Dr. Adolfo Augusto Pinto, 20 de Maio de 1907. S. Paulo.

36. Dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, 29 de Agosto de 1908. S. Francisco do Sul (Sancta Catharina).

37. Fernando A. Georlette ×, 24 de Maio de 1909. Antuerpia (Belgica).

38. D. João Baptista Correia Nery, 31 de Agosto de 1900. Campinas (S. Paulo).

39. Dr. d. Ramón J. Cárcano (*), 1 de Agosto de 1910. Cordoba (Republica Argentina).

40. Dr. Justo Jansen Ferreira ×, 22 de Junho de 1911. S. Luiz (Maranhão).

41. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral ×, 22 de Junho de 1911. Cidade do Salvador (Bahia).

42. Dr. Henry R. Lang (*) ×, 22 de Junho de 1911. Cambridge (Estados Unidos da America).

43. Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de Julho de 1911. Barbacena (Minas Geraes).

44. Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de Septembro de 1911. S. Paulo.

45. Dr. d. José Salgado (*) ×, 10 de Outubro de 1911. Montevidéo (Uruguai).

46. Dr. Washington Luíz Pereira de Sousa ×, 4 de Maio de 1912. S. Paulo.

47. Dr. Manuel Emilio Gomes de Carvalho ×, 27 de Maio de 1912. Roma (Italia).

48. Dr. Nicoláo José Debané, 23 de Agosto de 1912. Cairo (Egypto).

49. Dr. John Casper Branner (*), 30 de Maio de 1913. California (Estados Unidos da America).

50. Pedro de Azevedo (*) ×, 30 de Maio de 1913. Lisboa (Portugal).

51. Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de Julho de 1913. S. Paulo.

52. Dr. Gentil de Assis Moura ×, 28 de Julho de 1913. S. Paulo.

53. Fidelino de Figueiredo (*) ×, 28 de Julho de 1913. Lisboa (Portugal).

54. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de Septembro de 1913. Bello Horizonte.

55. Affonso A. de Freitas ×, 12 de Maio de 1914. São Paulo.

56. Dr. d. Lucas Ayarragaray (*), 23 de Maio de 1914. Buenos Aires.

57. Antonio de Portugal de Faria (visconde de Faria) (*) ×, 23 de Maio de 1914. Genebra.

58. José Ribeiro do Amaral ×, 27 de Agosto de 1914. S. Luiz do Maranhão.

59. Dr. Alberto Lamego ×, 28 de Julho de 1915. Londres.

60. D. Juan José Biedma (*) ×, 12 de Outubro de 1915. Buenos Aires.

61. Dr. Annibal Velloso Rebello ×, 12 de Outubro de 1915. Equador.

62. José Cervaens y Rodriguez (*) ×, 12 de Outubro de 1915. Porto (Portugal).

63. Professor João de Lyra Tavares, 26 de Agosto de 1916. Parahiba do Norte.

64. Dr. Mario Carneiro do Rego Mello ×, 31 de Maio de 1917. Recife (Pernambuco).

65. D. Silverio Gomes Pimenta ×, 31 de Maio de 1917. Marianna (Minas Geraes).

66. Dr. Jeronymo de Avellar Figueira de Mello × 31 de Maio de 1917. Roma (Italia).

67. Dr. Roberto Lehmann-Nitsche (*) ×, 31 de Maio de 1917. La-Plata (Republica Argentina).

Nota — Ha, nesta classe, um excesso de 42 socios.

CADASTRO SOCIAL

DO

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, organizado por ordem chronologica em 30 de Septembro de 1917

ORDEM CHRONOLOGICA, NOMES, DATA DA ENTRADA NO INSTITUTO

1. Barão Homem de Mello, 3 de Junho de 1859, grande benemerito.

2. Conde d'Eu, 16 de Septembro de 1864, presidente honorario.

3. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de Agosto de 1872, grande benemerito.

4. Barão de Teffé, 27 de Outubro de 1882, benemerito.

5. Almirante José Candido Guillobel, 24 de Novembro de 1882, effectivo.

6. Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, 7 de Dezembro de 1883, benemerito.

7. Dr. d. Estanislao S. Zeballos (*), 7 de Dezembro de 1883, honorario.

8. Dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, 9 de Dezembro de 1886, correspondente.

9. Conselheiro dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 19 de Outubro de 1887, benemerito.

10. Professor João Capistrano de Abreu, 19 de Outubro de 1887, benemerito.

O signal (*) indica que o socio é extrangeiro.

11. Antonio Ribeiro de Macedo, 19 de Outubro de 1887, correspondente.

12. Dr. Virgilio Martins de Mello Franco, 31 de Agosto de 1888, correspondente.

13. Almirante Arthur Indio do Brasil, 31 de Agosto de 1888, benemerito.

14. D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo, 2 de Agosto de 1889, honorario.

15. Barão de Alencar, 13 de Septembro de 1889, grande benemerito.

16. D. Enrique Moreno (*), 13 de Septembro de 1889, honorario.

17. Rodolfo Marcos Theophilo, 11 de Julho de 1890, correspondente.

18. Dr. Brasilio Augusto Machado de Oliveira, 12 de Septembro de 1890, effectivo.

19. Commendador Tobias Laureano Figueira de Mello, 12 de Dezembro de 1890, benemerito.

20. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, 12 de Dezembro de 1890, benemerito.

21. João Baptista Perdigão de Oliveira, 19 de Junho de 1891, correspondente.

22. Dr. Argemiro Antonio da Silveira 3 de Septembro de 1891, correspondente.

23. Dr. barão de Studart, 20 de Maio de 1892, benemerito.

24. Dr. conde de Affonso Celso, 2 de Dezembro de 1892, grande benemerito.

25. D. Carlos Luiz d'Amour, 9 de Dezembro de 1892, honorario.

26. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 4 de Maio de 1894, benemerito.

27. Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, 1 de Junho de 1894, correspondente.

28. Dr. Christiano Frederico Seybold (*), 1 de Junho de 1894, honorario.

29. João Lucio de Azevedo, 3 de Março de 1895, correspondente.

30. Dr. Manuel de Oliveira Lima, 11 de Agosto de 1895, benemerito.

31. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro (*), 11 de Agosto de 1895, effectivo.

32. Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga, 11 de Agosto de 1895, correspondente.

33. Coronel Raimundo Cyriaco Alves da Cunha, 20 de Outubro de 1895, correspondente.

34. Dr. Henrique Americo de Santa Rosa, 16 de Agosto de 1896, correspondente.

35. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, 30 de Agosto de 1896, presidente honorario.

36. André Peixoto de Lacerda Vernek, 13 de Dezembro de 1896, correspondente.

37. D. Jeronymo Thomé da Silva, 25 de Julho de 1897, honorario

38. D. Francisco do Rego Maia, 25 de Julho de 1897, honorario.

39 D. Joaquim Silverio de Sousa, 19 de Septembro de 1897, correspondente.

40. Cardeal d. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, 31 de Outubro de 1897, benemerito.

41. Dr. Amaro Cavalcanti, 6 de Dezembro de 1897, benemerito.

42. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia (*), 15 de Maio de 1898, honorario.

43. Dr. Paulino José Soares de Sousa, 10 de Junho de 1898, effectivo.

44. Dr. Manuel Alvaro de Sousa Sá Vianna, 12 de Outubro de 1899, effectivo.

45. Coronel Honorio Lima, 10 de Novembro de 1899, effectivo.

46. Dr. Antonio Zephyrino Candido (*), 24 de Novembro de 1899, correspondente.

47. General dr. Innocencio Serzedello Corrêa, 8 de Dezembro de 1899, effectivo.

48. Dr. José Americo dos Santos, 12 de Dezembro de 1899, effectivo.

49. Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de Dezembro de 1899, benemerito.

50. D. Pedro de Orléans e Bragança, 22 de Junho de 1900, honorario.

51. Desembargador Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 3 de Agosto de 1900, benemerito.

52. Professor Max Fleiuss, 3 de Agosto de 1900, benemerito.

53. Professor Francisco José da Rocha Pombo, 3 de Agosto de 1900, effectivo.

54. General dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, 17 de Agosto de 1900, effectivo.

55. Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de Outubro de 1900, benemerito.

56. Dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão, 26 de Outubro de 1900, effectivo.

57. Eduardo Müller (*), 10 de Dezembro de 1900, honorario.

58. Dr. Ermelino Agostinho de Leão, 10 de Dezembro de 1900, correspondente.

59. Dr. Epitacio da Silva Pessoa, 29 de Março de 1901, benemerito.

60. Dr. d. Manuel B. Otero (*), 24 de Maio de 1901, correspondente.

61. Dr. d. Susviela Guarch (*), 24 de Maio de 1901, correspondente.

62. Dr. Antonio Augusto de Lima, 9 de Agosto de 1901, correspondente.

63. Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, 23 de Agosto de 1901, benemerito.

64. Dr. João Mendes de Almeida Junior, 23 de Agosto de 1901, effectivo.

65. Dr. Nelson de Senna, 23 de Agosto de 1901, correspondente.

66. Dr. Sebastião Paraná de Sá Sotomaior, 23 de Agosto de 1901, correspondente.

67. Horacio de Carvalho, 18 de Outubro de 1901, correspondente.

68. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, 18 de Outubro de 1901, correspondente.

69. D. Carlos Lix Klett (*), 6 de Dezembro de 1901, correspondente.

70. Dr. d. Ernesto Quesada (*), 6 de Dezembro de 1901, correspondente.

71. Dr. Sabino Barroso Junior, 2 de Maio de 1902, benemerito

72. Conselheiro dr. Ruy Barbosa, 23 de Maio de 1902, effectivo.

73. Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque 13 de Junho de 1902, effectivo.

74. Dr. d. Anselmo Hévia Riquelme (*), 8 de Agosto de 1902, correspondente.

75. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 24 de Outubro de 1902, benemerito.

76. Dr. Theodoro Sampaio, 24 de Outubro de 1902, benemerito.

77. Dr. José Manuel Cardoso de Oliveira, 22 de Maio de 1903, correspondente.

78. Monsenhor Vicente Lustosa Ferreira de Lima, 19 de Junho de 1903, effectivo.

79. Dr. José Maria Pereira de Lima (*), 11 de Septembro de 1903, correspondente.

80. Alberto Santos Dumont, 11 de Septembro de 1903, honorario.

81. Victor Ribeiro (*), 11 de Septembro de 1903, correspondente.

82. Dr. Alberto de Carvalho, 18 de Outubro de 1903, effectivo.

83. Dr. Eduardo Marques Peixoto, 23 de Outubro de 1903, effectivo.

84. Coronel Jesuino da Silva Mello, 23 de Outubro de 1903, effectivo.

85. D. Luiz de Orléans e Bragança, 6 de Novembro de 1903, honorario.

86. José Feliciano de Oliveira, 19 de Fevereiro de 1904, correspondente.

87. Conselheiro dr. Candido Luiz Maria de Oliveira, 17 de Junho de 1904, effectivo.

88. Alberto Pimentel (*), 23 de Junho de 1904, correspondente.

98. Barão de Muritiba, 12 de Agosto de 1904, honorario.

90. Commendador Arthur Ferreira Machado Guimarães, 9 de Dezembro de 1904, benemerito.

91. Dr. José Joaquim Seabra, 28 de Abril de 1905, benemerito.

92. Dr. José Leopoldo de Bulhões Jardim, 28 de Abril de 1905, benemerito.

93. D. João Braga, 21 de Julho de 1905, honorario.

94. Dr. Mannel Cicero Peregrino da Silva, 21 de Julho de 1905, benemerito.

95. Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, 21 de Julho de 1905, correspondente.

96. Dr. João Pandiá Calogeras, 18 de Septembro de 1905, effectivo.

97. Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, 4 de Dezembro de 1905, effectivo.

98. Dr. Diogo de Vasconcellos, 4 de Dezembro de 1905, correspondente.

99. Dr. José Pereira Rego Filho, 25 de Junho de 1906, effectivo.

100. Dr. Bernardino Machado Guimarães (*), 9 de Julho de 1906, correspondente.

101. Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de Outubro de 1906, benemerito.

102. Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, 20 de Maio de 1907, benemerito.

103. Dr. Adolfo Augusto Pinto, 20 de Maio de 1907, correspondente.

104. Dr. José Carlos Rodrigues, 10 de Junho de 1907, benemerito.

105. Dr. Gastão Ruch Sturzenecker, 29 de Julho de 1907, effectivo.

106. Paulo Barreto, 29 de Julho de 1907, effectivo.

107. Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de Septembro de 1907, benemerito.

108. Antonio Jansen do Paço, 30 de Septembro de 1907, effectivo.

109. Dr. João Luiz Alves, 30 de Septembro de 1907, effectivo.

110. General Emygdio Dantas Barreto, 29 de Agosto de 1908, effectivo.

111. Dr. Alexandre José Barbosa Lima, 29 de Agosto de 1908, effectivo.

112. Dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, 29 de agosto de 1908, correspondente.

113. Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de Outubro de 1908, effectivo.

114. Fernando Augusto Georlette, 24 de Maio de 1909, correspondente.

115. Dr. João Coelho Gomes Ribeiro, 20 de Agosto de 1909, effectivo.

116. D. João Baptista Corrêa Nery, 31 de Agosto de 1909, correspondente.

117. Dr. Ernesto Antonio Lassance Cunha, 12 de Outubro de 1909, effectivo.

118. Dr. Nilo Peçanha, 27 de Novembro de 1909, presidente honorario.

119. Dr. d. Ramón J. Cárcano (*), 1 de Agosto de 1910, correspondente.

120. José Felix Alves Pacheco, 1 de Agosto de 1910, effectivo.

121. Dr. Eurico de Góes, 3 de Outubro de 1910, effectivo.

122. Vice-almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira, 3 de Outubro de 1910, effectivo.

123. Justo Jansen Ferreira, 22 de Junho de 1911, correspondente.

124. Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de Junho de 1911, correspondente.

125. Dr. Henry R. Lang (*), 22 de Junho de 1911, correspondente.

126. Dr. Pedro Souto Maior, 15 de Julho de 1911, effectivo.

127. Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de Julho de 1911, correspondente.

128. Dr. Alipio Gama, 15 de Julho de 1911, effectivo.

129. Dr. Aloysio de Castro, 15 de julho de 1911, effectivo.

130. Capitão de corveta Francisco Radler de Aquino, 26 de Agosto de 1911, effectivo.

131. Dr. Homero Baptista, 26 de Agosto de 1911, benemerito.

132. Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de Septembro de 1911, correspondente.

133. Dr. d. José Salgado (*), 10 de Outubro de 1911, correspondente.

134. Dr. Carlos Maximiano Pimenta de Laet, 16 de Outubro de 1911, effectivo.

135. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 21 de Novembro de 1911, presidente honorario.

136. Dr. d. Julio Fernandez (*), 4 de Maio de 1912, honorario.

137. Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa, 4 de Maio de 1912, honorario.

138. Dr. Lauro Severiano Müller, 4 de Maio de 1912, honorario.

139. Dr. Luiz Gastão d'Escragnolle Doria, 4 de Maio de 1912, effectivo.

140. Dr. Washinton Luis Pereira de Sousa, 4 de Maio de 1912, correspondente.

141. Major dr. Liberato Bittencourt, 27 de Maio de 1912, effectivo.

142. Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de Maio de 1912, effectivo.

143. Dr. Manuel Emilio Gomes de Carvalho, 27 de Maio de 1912, correspondente.

144. Dr. Helio Lobo, 6 de Junho de 1912, effectivo.

145. Dr. Alberto Rangel, 6 de Junho de 1912, effectivo.

146. Desembargador Ataulfo Napoles de Paiva, 6 de Junho de 1912, effectivo.

147. Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de Junho de 1912, effectivo.

148. Dr. Alfredo Valladão, 19 de Julho de 1912, effectivo.

149. Capitão de corveta Raul Tavares, 23 de Agosto de 1912, effectivo.

150. Dr. Nicoláo José Debbané, 23 de Agosto de 1912 correspondente.

151. Dr. John Casper Branner (*), 30 de Maio de 1913, correspondente.

152. Pedro Azevedo (*), 30 de Maio de 1912, corespondenet.

153. Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de Julho de 1913, correspondente.

154. Dr. Gentil de Assis Moura, 28 de Julho de 1913, correspondente.

155. Fidelino de Figueiredo (*), 28 de Julho de 1913, correspondente.

156. Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de Agosto de 1913, effectivo.

157. Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de Septembro de 1913, correspondente.

158. Coronel Theodoro Roosevelt (*), 6 de Outubro de 1913, honorario.

159. Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 20 de Abril de 1914, effectivo.

160. Dr. João Ribeiro, 12 de Maio de 1914, effectivo.

161. Affonso A. de Freitas, 12 de Maio de 1914, correspondente.

162. Dr. d. Lucas Ayarragaray (*), 23 de Maio de 1914, correspondente.

163. Antonio de Portugal de Faria (visconde de Faria) (*), 23 de Maio de 1914, correspondente.

164. Professor Basilio de Magalhães, 27 de Agosto de 1914, effectivo.

165. José Ribeiro do Amaral, 22 de Agosto de 1914, correspondente.

166. Marechal José Bernardino Bormann, 20 de Abril de 1915, effectivo.

167. Dr. Arthur Pinto da Rocha, 28 de Junho de 1915, effectivo.

168. Dr. Aurelino de Araujo Leal, 28 de Junho de 1915, effectivo.

169. Professor Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de Junho de 1915, effectivo.

170. Dr. Antonio Fernandes Figueira, 28 de Junho de 1915, effectivo.

171. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, 28 de Junho de 1915, effectivo.

172. Dr. Alberto Lamego, 28 de Junho de 1915, correspondente.

173. Dr. Urbano Santos da Costa Araujo, 31 de Julho de 1915, benemerito.

174. Dr. Juliano Moreira, 12 de Outubro de 1915, effectivo.

175. D. Juan José Biedma (*), 12 de Outubro de 1915, correspondente.

176. Dr. Annibal Velloso Rebello, 12 de Outubro de 1915, correspondente.

177. José Cervaens y Rodriguez (*), 12 de Outubro de 1915, correspondente.

178. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de Dezembro de 1915, presidente honorario.

179. Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana, 20 de Abril de 1916, effectivo.

180. Dr. Erico Marinho da Gama Coelho. 15 de Maio de 1916, effectivo.

181. Professor João de Lyra Tavares, 26 de Agosto de 1916, correspondente.

182. Dr. João Martins de Carvalho Mourão, 19 de Outubro de 1916, effectivo.

183. Agenor de Roure, 31 de Maio de 1917, effectivo.

184. Dr. Laudelino Freire, 31 de Maio de 1917, effectivo.

185. Monsenhor Silverio Gomes Pimenta, 31 de Maio de 1917, correspondente.

186. Dr. Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 31 de Maio de 1917, correspondente.

187. Dr. Mario Carneiro do Rego Mello, 31 de Maio de 1917 correspondente.

188. Roberto Lehmann-Nitsche, 31 de maio de 1917, correspondente.

189. Edwin V. Morgan, 27 de Agosto de 1917, honorario.

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 30 de Septembro de 1917. — ALEXANDRE CAMISÃO. — Visto, FLEIUSS.

Socios fallecidos depois da sessão magna de 21 de Outubro de 1916

Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, honorario, eleito em 3 de Outubro de 1910 e fallecido em 29 de Março de 1917.

Dr. Alfredo Augusto da Rocha, effectivo, eleito em 29 de Agosto de 1908 e fallecido em 13 de Abril de 1917.

Dr. Alfredo de Toledo, correspondente, eleito em 6 de Dezembro de 1901 e fallecido em 1 de Maio de 1917.

Dr. Augusto de Siqueira Cardoso, correspondente, eleito em 25 de Junho de 1903 e fallecido em 11 de Junho de 1917.

D. Joaquim José Vieira, honorario, eleito em 6 de Maio de 1907 e fallecido em 8 de Julho de 1917.

Dr. Emilio Augusto Goeldi, correspondente, eleito em 10 de Dezembro de 1900 e fallecido em 10 de Julho de 1917.

Padre Rafael Maria Galanti, S. J., correspondente, eleito em 22 de Novembro de 1896 e fallecido em 2 de Agosto de 1917.

"REVISTA" DO INSTITUTO

Nova numeração adoptada pelo Instituto, em Assembléa Geral de 30 de junho de 1917

Os 4 trimestres do Tomo I	(1839)—Tomo	1
Os 4 trimestres do Tomo II	(1840)—Tomo	2
Os 4 trimestres do Tomo III	(1841)—Tomo	3
Os 4 trimestres do Tomo IV	(1842)—Tomo	4
Os 4 trimestres do Tomo V	(1843)—Tomo	5
Os 4 trimestres do Tomo VI	(1844)—Tomo	6
Os 4 trimestres do Tomo VII	(1844)—Tomo	7
Os 4 trimestres do Tomo VIII	(1846)—Tomo	8
Os 4 trimestres do Tomo IX	(1847)—Tomo	9
Os 4 trimestres do Tomo X	(1848)—Tomo	10
O Tomo XI, suppl. ao Tomo X — que appareceu sob a designação de Tomo 4°, da 2ª série, relativo a.....	(1848)—Tomo	11
Os 4 trimestres do Tomo XII	(1849)—Tomo	12
Os 4 trimestres do Tomo XIII	(1850)—Tomo	13
Os 4 trimestres do Tomo XIV	(1851)—Tomo	14
Os 4 trimestres do Tomo XV	(1852)—Tomo	15
Os 4 trimestres do Tomo XVI	(1853)—Tomo	16
Os 4 trimestres do Tomo XVII	(1854)—Tomo	17
Os 4 trimestres do Tomo XVIII	(1855)—Tomo	18
Os 4 trimestres do Tomo XIX	(1856)—Tomo	19
Os 4 trimestres do Tomo XX	(1857)—Tomo	20
Os 4 trimestres do Tomo XXI	(1858)—Tomo	21
Os 4 trimestres do Tomo XXII	(1859)—Tomo	22
Os 4 trimestres do Tomo XXIII	(1860)—Tomo	23
Os 4 trimestres do Tomo XXIV	(1861)—Tomo	24
O Tomo XXV.....	(1862)—Tomo	25
Os 4 trimestres do Tomo XXVI	(1863)—Tomo	26
As duas partes do Tomo XXVII	(1864)—Tomo	27

As duas partes do Tomo XXVIII ..... (1865)—Tomo 28
As duas partes do Tomo XXIX ..... (1866)—Tomo 29
As duas partes do Tomo XXX ..... (1867)—Tomo 30
As duas partes do Tomo XXXI ..... (1868)—Tomo 31
As duas partes do Tomo XXXII ..... (1869)—Tomo 32
As duas partes do Tomo XXXIII ..... (1870)—Tomo 33
As duas partes do Tomo XXXIV ..... (1871)—Tomo 34
As duas partes do Tomo XXXV ..... (1872)—Tomo 35
As duas partes do Tomo XXXVI ..... (1873)—Tomo 36
As duas partes do Tomo XXXVII ..... (1874)—Tomo 37
As duas partes do Tomo XXXVIII ..... (1875)—Tomo 38
As duas partes do Tomo XXXIX ..... (1876)—Tomo 39
As duas partes do Tomo XL ..... (1877)—Tomo 40
As duas partes do Tomo XLI ..... (1878)—Tomo 41
As duas partes do Tomo XLII ..... (1879)—Tomo 42
As duas partes do Tomo XLIII ..... (1880)—Tomo 43
As duas partes do Tomo XLIV ..... (1881)—Tomo 44
As duas partes do Tomo XLV ..... (1882)—Tomo 45
As duas partes do Tomo XLVI ..... (1883)—Tomo 46
As duas partes do Tomo XLVII ..... (1884)—Tomo 47
As duas partes do Tomo XLVIII ..... (1885)—Tomo 48
As duas partes do Tomo XLIX ..... (1886)—Tomo 49
As duas partes do Tomo L ..... (1887)—Tomo 50
As duas partes do Tomo LI ..... (1888)—Tomo 51
As duas partes do Tomo LI ..... (1888)—Tomo 51 *bis*
As duas partes do Tomo LII ..... (1889)—Tomo 52
As duas partes do Tomo LIII ..... (1890)—Tomo 53
As duas partes do Tomo LIV ..... (1891)—Tomo 54
As duas partes do Tomo LV ..... (1892)—Tomo 55
As duas partes do Tomo LVI ..... (1893)—Tomo 56
As duas partes do Tomo LVII ..... (1894)—Tomo 57
As duas partes do Tomo LVIII ..... (1895)—Tomo 58
As duas partes do Tomo LIX ..... (1896)—Tomo 59
As duas partes do Tomo LX ..... (1897)—Tomo 60
As duas partes do Tomo LXI ..... (1898)—Tomo 61
As duas partes do Tomo LXII ..... (1899)—Tomo 62
As duas partes do Tomo LXIII ..... (1900)—Tomo 63
As duas partes do Tomo LXIV ..... (1901)—Tomo 64
As duas partes do Tomo LXV ..... (1902)—Tomo 65
As duas partes do Tomo LXVI ..... (1903)—Tomo 66
As duas partes do Tomo LXVII ..... (1904)—Tomo 67
As duas partes do Tomo LXVIII ..... (1905)—Tomo 68

As duas partes do Tomo LXIX	(1906) — Tomo	69
As duas partes do Tomo LXX	(1907) — Tomo	70
As duas partes do Tomo LXXI	(1908) — Tomo	71
As duas partes do Tomo LXXII	(1909) — Tomo	72
As duas partes do Tomo LXXIII	(1910) — Tomo	73
As duas partes do Tomo LXXIV	(1911) — Tomo	74
As duas partes do Tomo LXXV	(1912) — Tomo	75
As duas partes do Tomo LXXVI	(1913) — Tomo	76
As duas partes do Tomo LXXVII	(1914) — Tomo	77
As duas partes do Tomo LXXVIII	(1915) — Tomo	78
A parte I do Tomo LXXIX.....	(1916) — Tomo	79
A parte II do Tomo LXXIX.....	(1916) — Tomo	80

A partir deste Tomo todos os outros terão numero distincto, não havendo as antigas designações da parte I e parte II.

ERRATA

A pags. 28, linha 6, em vez de *Gabiente*, leia-se *Gabinete*.

A pags. 196, linha 23, em vez de *Duqueza de Goiazes*, leia-se *Duqueza de Goiaz*.

A pags. 509, linha 23, em vez de *1817*, leia-se *1787*.

A pags. 510, linha 10, em vez de *Esforschung*, leia-se *Erforschung*.

A pags. 511, linha 24, em vez de *ancorado*, leia-se *ancorados*.

A pags. 515, onde se lê: *Inde — de um Estado que ainda não fôra reconhecido pelo Imperador*, — leia-se: «*Independencia ou Morte!*» *No dia de sua coroação, o Imperador* —, eliminando-se toda a linha 14.

A pags. 517, linha 2, em vez de *noves annos*, leia-se *nove annos*.

A pags. 520, linha 34, em vez de *desencandear-se*, leia-se *desencadear-se*.

A pags. 521, linha 29, em vez de *chôro*, leia-se *côro*.

A pags. 532, linha 39, em vez de *sarcaphago*, leia-se *sarcophago*.

A pags. 534, linha 26, em vez de *posteres*, leia-se *posteros*.

A pags. 537, — supprima-se toda a linha 38.

A pags. 540, linha 6, em vez de *em 1557*, leia-se *de 1557*.

A pags. 541, linhas 18 e 38, em vez de *locubração* e *Heulherd*, leia-se *lucubração* e *Heulhard*.

A pags. 543, linha 8, em vez de *Isles, Antilles*, leia-se *Isles Antilles*.

A pags. 547, linhas 26 e 32, em vez de *alardeia, ouditorio* e *refutagão*, leia-se *lardeia, auditorio* e *refutação*.

A pags. 549, linha 7, em vez de *quam vigiou*, leia-se *quem vigiou*.

A pags. 557, linhas 6 e 31, em vez de *Paiva* e *Lichtart*, leia-se *Pavia* e *Lichthardt*.

A pags. 566, linha 8, em vez de *Verdier*, leia-se *Barbier*.

A pags. 567, linha 27, em vez de *sabottage*, leia-se *sabotage*.

A pags. 594, linhas 17 e 18, em vez de *Cruikshenk*, leia-se *Cruikshank*.

A pags. 595, linha 15, em vez de *Anffänge*, leia-se *Anfänge*.

A pags. 602, linha 27, em vez de *Belcior*, leia-se *Belchior*.

A pags. 604, linha 33, em vez de *Simicupio*, leia-se *Semicupio*.

A pags. 801, linhas 32 e 35, em vez de *Bevilacqua*, leia-se *Bevilaqua*.

A pags. 873, linha 6, em vez de *provindouras*, leia-se *porvindouras*.

A pags. 874, linha 32, em vez de *emquadernado*, leia-se *enquadernado*.

A pags. 875, linhas 39 e 40, em vez de *Arthur Cesar Ferreira Guimarães*, leia-se *Arthur Ferreira Machado Guimarães*.

A pags. 878, linha 33, em vez de *bom como*, leia-se *bem como*.

A pags. 880, linhas 2 e 7, em vez de *repositario* e *desvale*, leia-se *repositorio* e *desvalia*.

A pags. 882, — supprimir toda a linha 2.

INDICE

DAS

materias contidas no tomo 80 da "Revista"

Pags.

A correspondencia do barão Wenzel de Mareschal (agente diplomata da Austria no Brasil, de 1821 a 1831) pelo Dr. Jeronymo de A. Figueira de Mello 5
Correspondencia do marquez de Resende. 155
O Rio de Janeiro em 1823, conforme a descripção de Otto von Kotzebue, official da marinha russa, memoria de Rodolfo Garcia. 507
Fundamentos da cidade do Rio de Janeiro, conferencia realizada no Instituto Historico e Geographico Brasileiro a 12 de Fevereiro de 1915 pelo Dr. José Vieira Fazenda, bibliothecario do mesmo Instituto 527
A mulher e a Guerra pelo Dr. Erico Coelho, socio effectivo do Instituto. 551
A caricatura no Brasil, conferencia realizada em 23 de septembro de 1916, no salão de honra da Eschola Nacional de Bellas Artes por Max Fleuiss 583
Actas das sessões de 1916. 611
Bibliographia 869

Annexos:

Cadastro social. 887
Nova numeração adoptada pelo Instituto, em Assembléa Geral de 30 de Junho de 1917 911

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1917